



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1960

Quinta-feira - 24 de Março de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2	Guaramirim	307	Passo de Torres	579
Água Doce	3	Guarujá do Sul	308	Passos Maia	582
Alto Bela Vista	20	Herval d'Oeste	309	Paulo Lopes	584
Antônio Carlos	21	Ibiam	311	Penha	585
Arabutã	22	Ilhota	312	Peritiba	615
Ascurra	24	Imarui	313	Petrolândia	619
Atalanta	30	Imbituba	323	Pinheiro Preto	620
Balneário Piçarras	32	Indaial	327	Planalto Alegre	630
Balneário Rincão	33	Ipumirim	353	Pomerode	633
Barra Bonita	34	Irineópolis	360	Ponte Serrada	634
Barra Velha	36	Itá	362	Porto Belo	655
Benedito Novo	38	Itaiópolis	363	Porto União	659
Biguaçu	54	Itapema	364	Pouso Redondo	667
Blumenau	56	Itapiranga	440	Rio das Antas	679
Bom Jesus do Oeste	73	Itapoá	443	Rio do Sul	680
Bom Retiro	74	Jacinto Machado	449	Rio Fortuna	683
Botuvera	76	Jaraguá do Sul	450	Romelândia	684
Braço do Trombudo	78	Joaçaba	467	Salto Veloso	685
Brusque	100	Lages	476	Santa Rosa do Sul	686
Caçador	103	Laguna	480	São Bento do Sul	690
Camboriú	108	Lajeado Grande	490	São Cristóvão do Sul	692
Campo Alegre	137	Lauro Muller	492	São Domingos	693
Campo Erê	149	Lebon Regis	493	São Joaquim	699
Campos Novos	151	Leoberto Leal	494	São José	700
Canelinha	152	Lindóia do Sul	496	São José do Cedro	708
Canoinhas	154	Lontras	497	São Lourenço do Oeste	709
Capinzal	170	Luzerna	498	São Miguel da Boa Vista	714
Caxambu do Sul	178	Macieira	499	São Miguel do Oeste	715
Celso Ramos	181	Mafra	501	São Pedro de Alcântara	716
Chapadão do Lageado	182	Maracajá	503	Schroeder	725
Chapecó	184	Maravilha	504	Seara	730
Concórdia	185	Massaranduba	507	Serra Alta	731
Coronel Freitas	189	Meleiro	508	Tigrinhos	732
Coronel Martins	190	Modelo	509	Timbé do Sul	733
Curitibanos	195	Mondaí	510	Timbó	736
Dionísio Cerqueira	212	Monte Carlo	511	Três Barras	737
Flor do Sertão	249	Morro da Fumaça	512	Treze Tílias	738
Forquilha	250	Navegantes	513	Turvo	739
Fraiburgo	253	Nova Trento	515	União do Oeste	740
Galvão	259	Novo Horizonte	517	Vargeão	743
Garopaba	261	Orleans	524	Vargem Bonita	744
Garuva	267	Otacílio Costa	528	Videira	745
Gaspar	269	Ouro	529	Vitor Meireles	748
Governador Celso Ramos	273	Palhoça	535	Xanxerê	749
Grão Pará	274	Papanduva	565	Xavantina	751
Guaraciaba	276	Paraíso	578	Xaxim	765

Consórcios

CIDEMA	766	CIGA	773	CIMVI	775
--------------	-----	------------	-----	-------------	-----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1960

Quinta-feira - 24 de Março de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

CIS Nordeste	776
CIS/AMARP	777
CIS/AMOSC	777
CIS/AMURES	784
CISAM	786
CPIMMOC	786
IBERE.....	799
CIASS	799

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 45/2016 CANCELADO

AVISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 54/2016 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 45/2016

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, através de seu Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o CANCELAMENTO da licitação divulgada através do edital da Pregão Presencial N.º 45/2016, tendo por objeto a REGISTRO DE PREÇOS DE POSTE MONOFASICO 7/100, DE ACORDO COM NORMAS DA CELESC PARA AS CASAS NA NOVA INSTALAÇÃO DA VILA BOSNIA. Abdon Batista 23 de março de 2016.

PREGÃO PRESENCIAL 46/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 55/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 46/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA E INSTALAÇÃO DE POSTES MONOFASICO 7/100, DE ACORDO COM NORMAS DA CELESC PARA AS CASAS NA NOVA INSTALAÇÃO DA VILA BOSNIA.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 08 de abril de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 23 de março de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 47/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 56/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 47/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PARA REALIZAÇÃO DA 27ª FESTA DO MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 07 de abril de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 23 de março de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 48/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 57/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 48/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GRAXA E OLEO LUBRIFICANTE, PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 08 de abril de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 23 de março de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 49/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 58/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 49/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E INFORMATIVO MUNICIPAIS INSCRIÇÕES EM AM, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 07 de abril de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 23 de março de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

CONTRATO Nº 44 /2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº. 44/2016 DE 23/03/2016

Que entre si fazem o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE -SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 82.939.398/0001-90 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 160.789.509-91 ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, BRITAGEM GASPAR pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 01.924.996/0003-56, com sede na Estrada Geral Iomerê/Videira, km 02 – Interior, Iomerê – SC, neste ato representado pelo Sr. GERSON DE BORBA DIAS, inscrito no CPF sob N.º 404.251.180-53 e portador da Carteira de Identidade N.º 4.626.084-6 SSP/SC de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a eventual AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA CONVENCIONAL (CAUQ) E EMULSÃO ASFÁLTICA RR1C PARA UTILIZAÇÃO PELO DEPARTAMENTO DE URBANISMO, para o período de até 12 meses, conforme necessidade, com base na Ata de Registro de Preço nº. 1/2016 conforme segue:

Item	Especificação	Apres.	Quant.	Unitário R\$	Total R\$
1	Massa asfáltica convencional (CAUQ)	TON	200	297,1248	59.424,96
2	Emulsão asfáltica RR1C	Litro	800	3,1288	2.575,04
TOTAL					62.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 – Das condições de entrega – Os materiais serão retirados pela Prefeitura na Usina, desde que esta esteja a uma distância máxima de 100 km do município. Acima desta distância a empresa será responsável pela entrega do material, que deverá ocorrer em no máximo 24 horas após a recebimento da autorização de fornecimento

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do projeto atividade

17 – SECRETARIA DE URBANISMO

01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

1.017 – Pavimentação, abertura e conservação de vias urbanas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/129 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros são recursos orçamentários do orçamento municipal e recursos vinculados do orçamento municipal.

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço pago será o descrito na cláusula primeira deste e o valor total do contrato é de R\$ 62.000,00 totalizando incluindo-se tributos e demais custos para e com da empresa contratada.

5.1 – Os pagamentos serão de acordo com os serviços executados, em até 10 dias após a conclusão e emissão da nota fiscal

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da

execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

7.1 – Dos Prazos de Vigência – o presente contrato tem validade de 12 meses, com base na Ata de Registro de Preços nº. 1/2016.

7.2 – O município se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após final do prazo, os saldos restantes serão descon- siderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

IV – Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

V – Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I – Fiscalizar e controlar a execução do objeto do presente contrato.

II – Transmitir por escrito, a execução e determinações sobre possíveis modificações.

III – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

10.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

I – O presente contrato terá vigência por 12 meses, podendo ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II – Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas no artigo 78 da Lei 8.666/93 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão para registro de preço nº 6/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecidos aos limites legais permitidos.

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos

Água Doce, SC, 23 de março de 2016

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal
Contratante

GERSON DE BORBA DIAS
Britagem Gaspar
Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

CONTRATO Nº 45 /2016

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº. 45/2016 DE 23/03/2016

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF n. 160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa FÓRMULA TOPOGRAFIA LTDA ME, estabelecida na Rua Pedro Henrique da Silva, 568 – Governador Celso Ramos – SC, CNPJ n. 23.155.389/0001-40, neste ato representado por seu Sócio, Senhor VERÍSSIMO PEDRO DA SILVA JUNIOR, brasileiro, portador do CPF n. 023.112.079-62 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato para execução de pavimentação de passeios públicos na Avenida Independência, no município de Água Doce, em decorrência do Processo Licitatório n. 19/2016 na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 5/2016 do tipo menor preço global, em regime de empreitada por preço unitário, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto desta licitação trata-se da realização de despesa pública para execução de pavimentação de passeios públicos na Avenida Independência, no município de Água Doce – Programa Planejamento Urbano do Ministério das Cidades, por intermédio da Caixa Econômica Federal – Contrato nº. 1006412-57/2013, conforme item abaixo relacionado:

Item n. 01 – – Execução de pavimentação de passeios públicos na Avenida Independência, no município de Água Doce, conforme projetos técnicos de engenharia.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO, DO PRAZO E VIGÊNCIA

2.1 – O prazo para o início da execução da obra será a partir da data da emissão da autorização para início das obras (ordem de serviço) emitida pelo Município de Água Doce, e o prazo para a conclusão da obra é de acordo com o cronograma físico-financeiro, 05 (cinco) meses contados a partir da emissão da autorização para início das obras (ordem de serviço) .

2.2 – Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada, bem como todos os custos de aquisição deverão ser de encargo da Contratada. Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

2.3 – A execução da obra e dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Contrato sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

2.4 – O diário de obra deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

2.5 – A CONTRATADA se obriga a executar os serviços objeto do presente Contrato em perfeita harmonia e concordância com o Projeto de Engenharia aprovado para a obra, bem como de conformidade com o Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 5/2016 e os respectivos anexos, e a Proposta que apresentou e teve aceita neste certame licitatório, documentos estes que ficam fazendo parte integrante e inseparável do presente Contrato, como se aqui integral e expressamente estivessem reproduzidos.

2.6 – O andamento dos serviços obedecerá rigorosamente ao cronograma apresentado e aprovado pelo Município de Água Doce, sob a supervisão de Engenheiro responsável pela fiscalização, conforme projeto integrante deste contrato.

2.7 – Os serviços serão executados sob a forma de empreitada por preço global, de acordo com a proposta apresentada, obedecidas as normas técnicas e especificações contidas nos Anexos deste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS E PAGAMENTOS

3.1 – A Prefeitura Municipal de Água Doce pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços contratados e efetivamente executados, de acordo com os preços correspondentes, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados. O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 244.486,95, sendo com custos e despesas R\$ 146.912,69, custo com pessoal de R\$ 39.459,71 e margem de lucro bruto de R\$ 58.114,55.

3.2 – Cada pagamento corresponderá:

- a) medições provisórias, cumulativas e medição final dos serviços, procedidas de acordo com as instruções para os serviços de medição de obras vigentes;
- b) as medições serão feitas a cada 30 (trinta) dias, exceto a inicial e a final que poderão abranger períodos inferiores a 30 (trinta) dias;

3.3 – Para efeito da medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização desta Municipalidade.

3.4 – As medições serão elaboradas pelo Setor de Engenharia desta Municipalidade, por solicitação através de ofício da Contratada com pelo menos três dias úteis de antecedência ao vencimento da parcela, que se dará em conformidade com os procedimentos a seguir descritos:

- a) A medição será na totalidade dos serviços executados no período de trinta dias corridos, correspondentes a uma medição.
- b) Após o recebimento do ofício solicitando a liberação da parcela, o Técnico Responsável desta Municipalidade procederá a vistoria na obra verificando a execução dos serviços previstos e executados. O fiscal encaminhará a solicitação de pagamento em formulário próprio, devidamente preenchido acompanhado da respectiva fatura da parcela, sendo encaminhada para emissão do “de acordo” da fiscalização desta Municipalidade.
- c) Caso a fiscalização venha a constatar divergência quanto aos valores apurados, informará por escrito, à Contratada, que deverá apresentar nova medição corrigida, bem como as justificativas devidas e efetuar as correções requeridas.
- d) O Município se reserva no direito de efetuar o pagamento, tão somente da quantidade de serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização desta Municipalidade. Em outras palavras: se eventualmente a proponente vencedora não cumprir com as metas de realização da obra – conforme previsão dos anexos integrantes do presente edital, o Município realizará o pagamento proporcional, relativamente à quantidade prestada.
- e) A quantidade/mês de serviços prestadas, será igual à totalidade dos serviços executados no período de trinta dias corridos; ressalvando-se que a obra deverá ser prestada, dentro do prazo de 05 (cinco) meses.
- f) A aprovação da medição se dará com o certificado do fiscal da obra no verso da fatura devidamente assinado e datado.
- g) O encaminhamento de documentação referente à obra, será de acordo com 8.11.19, deste Contrato.
- h) O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada, de acordo com o cronograma físico-financeiro, constante no Anexo IV, do edital, mediante apresentação das medições correspondentes e a respectiva nota fiscal. Os pagamentos somente serão liberados mediante verificação da regularidade do prestador de serviços, ora proponente vencedor, perante os órgãos fazendários; bem como apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento do INSS, FGTS, ISS e demais tributos exigidos pela legislação pertinente em vigor, das respectivas competências; mediante apresentação da nota fiscal, bem como da folha de pagamento quitada dos empregados que atuaram na obra no período, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente. No ato do pagamento a contratada deverá apresentar ainda, as GPS vinculadas a matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma, bem como a CND (Certidão Negativa de Débito) da obra, sob pena de retenção e regularização de parte da contratante, com respectivo desconto nos pagamentos. A Contratada deverá apresentar ainda, declaração com firma reconhecida, que nenhuma pessoa trabalhou na obra no período, sem que estivesse contratada de acordo com a Legislação Trabalhista e Previdenciária em vigor no Brasil. Nos aspectos previdenciários será observado o que dispõe a legislação vigente. Junto com a última fatura da obra, a empresa deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos do INSS, referente à matrícula da obra. Caso o vencimento do prazo de liquidação da fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

“Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...)."

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitado, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

5.1 – Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos próprios do Município e de Convênio com o Ministério das Cidades – Programa Planejamento Urbano, por intermédio da Caixa Econômica Federal – Contrato nº. 1006412-57/2013..

5.2 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.3 – As despesas decorrentes do presente processo licitatório correrão por conta dos recursos orçamentários:

17 – SECRETARIA DE URBANISMO

01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

1.017 – Pavimentação, abertura e conservação de vias urbanas

4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0034/131 – Aplicações Diretas

4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/132 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1 – A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Contratante:

§ Advertência;

§ Multa de 10% sobre o valor da proposta;

§ Suspensão do direito de licitar junto à Administração por até dois (02) anos;

§ Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,

§ Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

7.1 – A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, inciso II e Art. 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

8.2 – A CONTRATADA não poderá sub empreitar o total dos serviços a ela adjudicados, sendo-lhe, entretanto permitido fazê-lo parcialmente em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, continuando a responder, porém, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais, sendo necessária a autorização prévia desta Municipalidade. Na eventualidade de sub contratação, a contratada responderá diretamente pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais e contratuais perante o Município de Água Doce, independente da origem ou da razão das responsabilidades. Na sub contratação, a contratada deverá exigir e apresentar ao Município todas as condições inerentes à habilitação no certame que deu origem a este contrato, como se a sub empreiteira interessada nele fosse.

8.3 – A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalhare, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

8.4 – A CONTRATADA providenciará, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

8.5 – A CONTRATADA providenciará, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

8.5.1 – Manter em local visível ao público, placa de identificação da obra.

8.6 – A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.7 – A CONTRATADA providenciará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução dos serviços contratados, devendo apresentá-la ao Município, quitada.

8.8 – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução da obra.

8.9 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.10 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

8.11 – São também obrigações da empresa CONTRATADA, visando à execução dos serviços objeto deste edital:

8.11.1- Executar os serviços, sob o regime de empreitada por preço global, obedecendo fielmente aos projetos, memoriais descritivos, planilhas e especificações, Anexos do edital, que passam a fazer parte integrante do presente Contrato, como se transcritos fossem.

8.11.2 – Na execução dos serviços a contratada deverá observar os requisitos básicos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, determinados nas normas técnicas elaboradas pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT.

8.11.3 – Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento de materiais, mão de obra, despesas de mobilização, desmobilização, instalação do canteiro de obras, transportes, pagamento de seguros, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

8.11.4 – Cumprir fielmente os prazos de execução dos serviços nos termos avençados, executando-os sob sua inteira responsabilidade.

8.11.5 – Remover após a conclusão da obra, todo o equipamento utilizado e o material excedente, todo o entulho e as obras provisórias de qualquer espécie, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas, rigorosamente limpas e em condições de uso imediato.

8.11.6 – A Contratada se obriga a fornecer as “ARTs” complementares.

8.11.7 – Manter Diário de Obra em local de fácil acesso da fiscalização da contratante.

8.11.8 – Designar em caráter permanente um engenheiro para dirigir a execução dos serviços.

8.11.9 – Manter no canteiro de obras, cópias dos seguintes documentos, dentre outros, conforme o caso: Projetos completos, com detalhes construtivos, especificações, memoriais descritivos e caderno de encargos, instruções e normas da Administração sobre obras públicas, planilha orçamentária do contrato e de medição, cronogramas, licenças e Alvarás, Ordem de Serviço, Diário de Obras, ARTs, manifestações por escrito de ocorrências, aos superiores e à contratada e medições realizadas.

8.11.10 – Cumprir as instruções exigidas no Memorial Descritivo.

8.11.11 – Atender às determinações que lhe forem feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente contrato e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.11.12 – Entregar, após a conclusão da obra, e antes da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, o “as built”- Como Construído, isto é, uma via completa do projeto, com as alterações que se fizerem necessárias durante o decorrer da obra ou serviço, inclusive aquelas relativas a locação, no caso de haver alterações.

8.11.13 – Responder pela solidez e segurança de toda construção (obra), após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, conforme previsto no artigo 618, do Código Civil (“... o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo).

8.11.15 – Responsabilidade Civil e Criminal: Responsabilizar-se civil e criminalmente sobre fatos e atos cometidos por seus funcionários, bem como aqueles que ocorrerem aos mesmos na execução da obra no período contratual, isentando o município de qualquer responsabilidade, seja ela solidária ou subsidiária.

8.11.16 – A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços, dos materiais e ambiental é integral da CONTRATADA, bem como as responsabilidades sobre as obrigações especificadas no Contrato.

8.11.17 – A CONTRATADA fica ciente de que a Contratante, sob a Supervisão do Engenheiro Fiscal, se reserva o direito de apresentar alterações ao projeto, podendo acarretar redução ou acréscimo no volume dos serviços, bem como mudanças das soluções de projeto.

8.11.18 – Anteriormente ao início da execução da obra, providenciar o alvará municipal da obra, junto a Secretaria de Administração, e apresentar à Municipalidade, sempre que solicitado.

8.11.19 – Encaminhar Relatório/ Diário de Obras com os registros da execução da obra, ao Setor de Fiscalização de Obras Públicas, na Secretaria de Administração do Município de Água Doce, localizada na Praça João Macagnan, n.322, Centro, Água Doce- SC, a cada 30 (trinta) dias.

8.11.20 – A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

a) Recrutar elementos habilitados e com experiência comprovada fornecendo à CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;

b) Executar a obra através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo o Contratante solicitar a substituição daqueles, cuja conduta seja julgada inconveniente;

c) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;

d) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade do Município de Água Doce por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere ao Município de Água Doce;

e) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

f) Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

g) Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

9.1 – Fiscalizar e Emitir Laudo comprovando a execução dos Serviços pela Secretaria de Obras.

9.2 – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

9.3 – Cumprir as condições de pagamento estabelecidas no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 – A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

10.2 – Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

10.3 – Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito à esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e em ambos os casos com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

11.1 – A fiscalização da obra será efetuada por esta Municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos, o termo de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

11.2 – A fiscalização se efetivará no local da obra.

11.3 – A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo das obras e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

11.4 – O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

11.5 – Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

11.6 – A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

11.7 – Decorridos 30 (trinta) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela Comissão de Vistoria, e comprovado o pagamento de contribuição devida à Previdência Social relativa ao período de execução da obra, incluindo-se a CND do INSS referente à obra objeto deste edital, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

11.7.1 – Definitivamente, pela equipe ou comissão técnica, mediante Termo de Entrega e Recebimento Definitivo, circunstanciado, assinado pelas partes, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, período este de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

11.8 – Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 5/2016, Processo Licitatório n. 19/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

13.1 – O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2 – O presente Contrato somente surtirá seus jurídicos e legais efeitos após a sua publicação.

14.3 – E, por assim estarem acordes, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias, os representantes das partes contratantes, bem como as testemunhas abaixo identificadas.

Água Doce – SC, aos, 23 de março de 2016

NOVELLI SGANZERLA	VERÍSSIMO PEDRO DA SILVA JÚNIOR
Prefeito Municipal	Fórmula Topografia Ltda ME
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
Scheila Mara Corso Giordani
OAB 27419

CONTRATO Nº 46 /2016

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº. 46/2016 DE 23/03/2016

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF n. 160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa FÓRMULA TOPOGRAFIA LTDA ME, estabelecida na Rua Pedro Henrique da Silva, 568 – Governador Celso Ramos – SC, CNPJ n. 23.155.389/0001-40, neste ato representado por seu Sócio, Senhor VERÍSSIMO PEDRO DA SILVA JUNIOR, brasileiro, portador do CPF n. 023.112.079-62 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato para execução de pavimentação de passeios públicos da Avenida Independência – estaca 109 a estaca 178, com recursos do BADESC, no município de Água Doce, no município de Água Doce, em decorrência do Processo Licitatório n. 20/2016 na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 6/2016 do tipo menor preço global, em regime de empreitada por preço unitário, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto desta licitação trata-se da realização de despesa pública para pavimentação de passeios públicos da Avenida Independência – estaca 109 a estaca 178, com recursos do BADESC, no município de Água Doce, conforme item abaixo relacionado:

Item n. 01 – – Execução de pavimentação de passeios públicos da Avenida Independência – estaca 109 a estaca 178, com recursos do BADESC, no município de Água Doce, conforme projetos técnicos de engenharia.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO, DO PRAZO E VIGÊNCIA

2.1 – O prazo para o início da execução da obra será a partir da data da emissão da autorização para início das obras (ordem de serviço) emitida pelo Município de Água Doce, e o prazo para a conclusão da obra é de acordo com o cronograma físico-financeiro, 06 (seis) meses contados a partir da emissão da autorização para início das obras (ordem de serviço) .

2.2 – Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada, bem como todos os custos de aquisição deverão ser de encargo da Contratada. Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

2.3 – A execução da obra e dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Contrato sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

2.4 – O diário de obra deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

2.5 – A CONTRATADA se obriga a executar os serviços objeto do presente Contrato em perfeita harmonia e concordância com o Projeto de Engenharia aprovado para a obra, bem como de conformidade com o Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 6/2016 e os respectivos anexos, e a Proposta que apresentou e teve aceita neste certame licitatório, documentos estes que ficam fazendo parte integrante e inseparável do presente Contrato, como se aqui integral e expressamente estivessem reproduzidos.

2.6 – O andamento dos serviços obedecerá rigorosamente ao cronograma apresentado e aprovado pelo Município de Água Doce, sob a supervisão de Engenheiro responsável pela fiscalização, conforme projeto integrante deste contrato.

2.7 – Os serviços serão executados sob a forma de empreitada por preço global, de acordo com a proposta apresentada, obedecidas as normas técnicas e especificações contidas nos Anexos deste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS E PAGAMENTOS

3.1 – A Prefeitura Municipal de Água Doce pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços contratados e efetivamente executados, de acordo com os preços correspondentes, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados. O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 345.334,20, sendo com custos e despesas R\$ 216.187,50, custo com pessoal de R\$ 42.813,15 e margem de lucro bruto de R\$ 86.333,55.

3.2 – Cada pagamento corresponderá:

- a) medições provisórias, cumulativas e medição final dos serviços, procedidas de acordo com as instruções para os serviços de medição de obras vigentes;
- b) as medições serão feitas a cada 30 (trinta) dias, exceto a inicial e a final que poderão abranger períodos inferiores a 30 (trinta) dias;

3.3 – Para efeito da medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização desta Municipalidade.

3.4 – As medições serão elaboradas pelo Setor de Engenharia desta Municipalidade, por solicitação através de ofício da Contratada com pelo menos três dias úteis de antecedência ao vencimento da parcela, que se dará em conformidade com os procedimentos a seguir descritos:

- a) A medição será na totalidade dos serviços executados no período de trinta dias corridos, correspondentes a uma medição.
- b) Após o recebimento do ofício solicitando a liberação da parcela, o Técnico Responsável desta Municipalidade procederá a vistoria na obra verificando a execução dos serviços previstos e executados. O fiscal encaminhará a solicitação de pagamento em formulário próprio, devidamente preenchido acompanhado da respectiva fatura da parcela, sendo encaminhada para emissão do “de acordo” da fiscalização desta Municipalidade.
- c) Caso a fiscalização venha a constatar divergência quanto aos valores apurados, informará por escrito, à Contratada, que deverá apresentar nova medição corrigida, bem como as justificativas devidas e efetuar as correções requeridas.
- d) O Município se reserva no direito de efetuar o pagamento, tão somente da quantidade de serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização desta Municipalidade. Em outras palavras: se eventualmente a proponente vencedora não cumprir com as metas de realização da obra – conforme previsão dos anexos integrantes do presente edital, o Município realizará o pagamento proporcional, relativamente à quantidade prestada.
- e) A quantidade/mês de serviços prestadas, será igual à totalidade dos serviços executados no período de trinta dias corridos; ressalvando-se que a obra deverá ser prestada, dentro do prazo de 06 (seis) meses.
- f) A aprovação da medição se dará com o certificado do fiscal da obra no verso da fatura devidamente assinado e datado.
- g) O encaminhamento de documentação referente à obra, será de acordo com 8.11.19, deste Contrato.

h) O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada, de acordo com o cronograma físico-financeiro, constante no Anexo IV, do edital, mediante apresentação das medições correspondentes e a respectiva nota fiscal. Os pagamentos somente serão liberados mediante verificação da regularidade do prestador de serviços, ora proponente vencedor, perante os órgãos fazendários; bem como apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento do INSS, FGTS, ISS e demais tributos exigidos pela legislação pertinente em vigor, das respectivas competências; mediante apresentação da nota fiscal, bem como da folha de pagamento quitada dos empregados que atuaram na obra no período, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente. No ato do pagamento a contratada deverá apresentar ainda, as GPS vinculadas a matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma, bem como a CND (Certidão Negativa de Débito) da obra, sob pena de retenção e regularização de parte da contratante, com respectivo desconto nos pagamentos. A Contratada deverá apresentar ainda, declaração com firma reconhecida, que nenhuma pessoa trabalhou na obra no período, sem que estivesse contratada de acordo com a Legislação Trabalhista e Previdenciária em vigor no Brasil. Nos aspectos previdenciários será observado o que dispõe a legislação vigente. Junto com a última fatura da obra, a empresa deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos do INSS, referente à matrícula da obra. Caso o vencimento do prazo de liquidação da fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

"Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...)."

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitado, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

5.1 – 11.1 – Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos próprios do Município e de Convênio com o BADESC.

5.2 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.3 – As despesas decorrentes do presente processo licitatório correrão por conta dos recursos orçamentários:

17 – SECRETARIA DE URBANISMO

01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

1.017 – Pavimentação, abertura e conservação de vias urbanas

4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0083/130 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1 – A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Contratante:

§ Advertência;

§ Multa de 10% sobre o valor da proposta;

§ Suspensão do direito de licitar junto à Administração por até dois (02) anos;

§ Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,

§ Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza a Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

7.1 – A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, inciso II e Art. 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento,

materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

8.2 – A CONTRATADA não poderá sub empreitar o total dos serviços a ela adjudicados, sendo-lhe, entretanto permitido fazê-lo parcialmente em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, continuando a responder, porém, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais, sendo necessária a autorização prévia desta Municipalidade. Na eventualidade de sub contratação, a contratada responderá diretamente pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais e contratuais perante o Município de Água Doce, independente da origem ou da razão das responsabilidades. Na sub contratação, a contratada deverá exigir e apresentar ao Município todas as condições inerentes à habilitação no certame que deu origem a este contrato, como se a sub empreiteira interessada nele fosse.

8.3 – A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

8.4 – A CONTRATADA providenciará, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

8.5 – A CONTRATADA providenciará, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

8.5.1 – Manter em local visível ao público, placa de identificação da obra.

8.6 – A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.7 – A CONTRATADA providenciará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução dos serviços contratados, devendo apresentá-la ao Município, quitada.

8.8 – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução da obra.

8.9 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.10 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

8.11 – São também obrigações da empresa CONTRATADA, visando à execução dos serviços objeto deste edital:

8.11.1- Executar os serviços, sob o regime de empreitada por preço global, obedecendo fielmente aos projetos, memoriais descritivos, planilhas e especificações, Anexos do edital, que passam a fazer parte integrante do presente Contrato, como se transcritos fossem.

8.11.2 – Na execução dos serviços a contratada deverá observar os requisitos básicos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, determinados nas normas técnicas elaboradas pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT.

8.11.3 – Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento de materiais, mão de obra, despesas de mobilização, desmobilização, instalação do canteiro de obras, transportes, pagamento de seguros, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

8.11.4 – Cumprir fielmente os prazos de execução dos serviços nos termos avençados, executando-os sob sua inteira responsabilidade.

8.11.5 – Remover após a conclusão da obra, todo o equipamento utilizado e o material excedente, todo o entulho e as obras provisórias de qualquer espécie, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas, rigorosamente limpas e em condições de uso imediato.

8.11.6 – A Contratada se obriga a fornecer as "ARTs" complementares.

8.11.7 – Manter Diário de Obra em local de fácil acesso da fiscalização da contratante.

8.11.8 – Designar em caráter permanente um engenheiro para dirigir a execução dos serviços.

8.11.9 – Manter no canteiro de obras, cópias dos seguintes documentos, dentre outros, conforme o caso: Projetos completos, com detalhes construtivos, especificações, memoriais descritivos e caderno de encargos, instruções e normas da Administração sobre obras públicas, planilha orçamentária do contrato e de medição, cronogramas, licenças e Alvarás, Ordem de Serviço, Diário de Obras, ARTs, manifestações por escrito de ocorrências, aos superiores e à contratada e medições realizadas.

8.11.10 – Cumprir as instruções exigidas no Memorial Descritivo.

8.11.11 – Atender às determinações que lhe forem feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente contrato e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.11.12 – Entregar, após a conclusão da obra, e antes da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, o “as built”- Como Construído, isto é, uma via completa do projeto, com as alterações que se fizerem necessárias durante o decorrer da obra ou serviço, inclusive aquelas relativas a locação, no caso de haver alterações.

8.11.13 – Responder pela solidez e segurança de toda construção (obra), após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, conforme previsto no artigo 618, do Código Civil (“... o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo).

8.11.15 – Responsabilidade Civil e Criminal: Responsabilizar-se civil e criminalmente sobre fatos e atos cometidos por seus funcionários, bem como aqueles que ocorrerem aos mesmos na execução da obra no período contratual, isentando o município de qualquer responsabilidade, seja ela solidária ou subsidiária.

8.11.16 – A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços, dos materiais e ambiental é integral da CONTRATADA, bem como as responsabilidade sobre as obrigações especificadas no Contrato.

8.11.17 – A CONTRATADA fica ciente de que a Contratante, sob a Supervisão do Engenheiro Fiscal, se reserva o direito de apresentar alterações ao projeto, podendo acarretar redução ou acréscimo no volume dos serviços, bem como mudanças das soluções de projeto.

8.11.18 – Anteriormente ao início da execução da obra, providenciar o alvará municipal da obra, junto a Secretaria de Administração, e apresentar à Municipalidade, sempre que solicitado.

8.11.19 – Encaminhar Relatório/ Diário de Obras com os registros da execução da obra, ao Setor de Fiscalização de Obras Públicas, na Secretaria de Administração do Município de Água Doce, localizada na Praça João Macagnan, n.322, Centro, Água Doce- SC, a cada 30 (trinta) dias.

8.11.20 – A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

a) Recrutar elementos habilitados e com experiência comprovada fornecendo à CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;

b) Executar a obra através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo o Contratante solicitar a substituição daqueles, cuja conduta seja julgada inconveniente;

c) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;

d) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade do Município de Água Doce por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere ao Município de Água Doce;

e) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

f) Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

g) Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

9.1 – Fiscalizar e Emitir Laudo comprovando a execução dos Serviços pela Secretaria de Obras.

9.2 – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

9.3 – Cumprir as condições de pagamento estabelecidas no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 – A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

10.2 – Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

10.3 – Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito à esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e em ambos os casos com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e

justificativa da fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

11.1 – A fiscalização da obra será efetuada por esta Municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos, o termo de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

11.2 – A fiscalização se efetivará no local da obra.

11.3 – A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo das obras e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

11.4 – O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

11.5 – Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

11.6 – A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

11.7 – Decorridos 30 (trinta) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela Comissão de Vistoria, e comprovado o pagamento de contribuição devida à Previdência Social relativa ao período de execução da obra, incluindo-se a CND do INSS referente à obra objeto deste edital, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

11.7.1 – Definitivamente, pela equipe ou comissão técnica, mediante Termo de Entrega e Recebimento Definitivo, circunstanciado, assinado pelas partes, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, período este de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

11.8 – Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 6/2016, Processo Licitatório n. 20/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

13.1 – O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2 – O presente Contrato somente surtirá seus jurídicos e legais efeitos após a sua publicação.

14.3 – E, por assim estarem acordes, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias, os representantes das partes contratantes, bem como as testemunhas abaixo identificadas.

Água Doce – SC, aos, 23 de março de 2016

NOVELLI SGANZERLA	VERÍSSIMO PEDRO DA SILVA JÚNIOR
Prefeito Municipal	Fórmula Topografia Ltda ME
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
Scheila Mara Corso Giordani
OAB 27419

DECRETO Nº 030/2016

DECRETO Nº 030/2016 - DE 07 DE MARÇO DE 2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTOS DE DESPESAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.399, de 09 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.399 de 09 de dezembro de 2015, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 229.827,51 (duzentos e vinte e nove mil e oitocentos e vinte e sete reais e cinquenta e um centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação superávit financeiro do Convênio Trânsito.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.90.00.0201/160, 3.3.90.00.0202/161 e 3.3.90.00.0203/162 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

17 SECRETARIA DE URBANISMO	
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
15.452.0017.2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRAN- SITO	
3.3.90.00.00.0201/160 Aplicações Diretas	R\$ 74.693,96
3.3.90.00.00.0202/161 Aplicações Diretas	R\$ 74.693,96
3.3.90.00.00.0203/162 Aplicações Diretas	R\$ 80.439,59
TOTAL	R\$ 229.827,51

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit do exercício anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de março de 2016.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 031/2016

DECRETO Nº 031/2016 – DE 15 DE MARÇO DE 2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTOS DE DESPESA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.413, de 15 de março de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 27.343,71 (vinte e sete mil e trezentos e quarenta e três reais

e setenta e um centavos) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa: 3.3.90.00.0.3.0654.0/34 e suplementado no orçamento vigente os elementos de despesa: 3.3.90.00.0.3.0063.0/31 e 4.4.90.00.0.3.0063.0/32 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE	
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL – IGD/PETI E OUTROS	
3.3.90.00.0.3.0654.0/34 Aplicações Diretas	R\$ 19.676,60
3.3.90.00.0.3.0063.0/31 Aplicações Diretas	R\$ 5.167,11
4.4.90.00.0.3.0063.0/32 Aplicações Diretas	R\$ 2.500,00
TOTAL	R\$ 27.343,71

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit 2015 verificado nas rubricas: 0.1.0652 Recursos do FEAS e 0.1.0063 - Recursos Bolsa Família.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 15 de março de 2016
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 032/2016

DECRETO Nº 032/2016 – DE 22 DE MARÇO DE 2016

"REVOGA DECRETO Nº 008/2016 – DE 15 DE JANEIRO DE 2016 QUE INSTITUI E REGULAMENTA O BANCO DE HORAS NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE PARA OS AGENTES POLÍTICOS – SERVIDORES PÚBLICOS."

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 08/2016 de 15 de janeiro de 2016 "Institui e Regulamenta o Banco de Horas no Município de Água Doce para Agentes Políticos – Servidores Públicos".

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 22 de março de 2016.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 033/2016

DECRETO Nº 033/2016 – DE 22 DE MARÇO DE 2016

“INSTITUI O PONTO ELETRÔNICO NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS.

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. O registro de assiduidade e pontualidade dos servidores públicos municipais de Água Doce será realizado mediante controle eletrônico de ponto.

Art. 2º. É obrigatória a anotação do ponto de forma digital e deverá condizer com o horário da repartição que atua, considerando-se faltante o servidor que não assinalar o ponto.

Art. 3º. Ficam dispensados do controle de ponto os agentes políticos e cargos comissionados, por ser de dedicação exclusiva e não sujeitos ao controle do horário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce, 22 de março de 2016.

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.415/2016

LEI Nº 2.415/2016 – DE 22 DE MARÇO DE 2016

“AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO PARA SEREM LEILOADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a baixa no Patrimônio do Município dos seguintes bens que, por natureza, utilidade e estado de conservação, foram considerados inservíveis:

	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
3300	CADEIRA FIXA EM FERRO ASSENTO EM PLÁSTICO COLORIDO
3568	CADEIRA PRÉ - ESCOLAR EM MADEIRA
3583	CADEIRA PRÉ – ESCOLAR EM MADEIRA ASSENTO PLÁSTICO TRANSADO
3631	CADEIRA GIRATÓRIA ESTOFADA EM TECIDO CINZA
3329	ARMÁRIO EM MDF 2 PORTAS CREME COM CHAVE
5136	AQUECEDOR NILKO NK 565
1369	PERSIANA COZINHA EM PALHETAS DE METAL
0711	MESA PARA COMPUTADOR EM MDF
3653	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
3654	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
3662	CARTEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
3678	CARTEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
4461	NOBREAK ENERMAX
0379	BEBEDOURO MASTER FRIO
4539	TELEFONE SEM FIO PANASONIC
4561	MÁQUINA CORTAR GRAMA TRAPP MOD. 375 MC 80G
4541	CADEIRA FIXA ASSENTO EM PLÁSTICO TRANSADO
4578	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
4429	CIRCULADOR DE AR ARNO
4349	CADEIRA FIXA ASSENTO PLÁSTICO PRETO

3520	ARMÁRIO EM FÓRMICA 2 PORTAS C/ VIDRO
3483	CADEIRA PRÉ – ESCOLAR EM FÓRMICA
3405	CADEIRA PRÉ – ESCOLAR EM MADEIRA
3407	CADEIRA PRÉ – ESCOLAR EM MADEIRA
3444	CADEIRA PRÉ – ESCOLAR EM MADEIRA
3459	MESA PARA PROFESSOR EM MDF BEJE 3 GAVETAS
3461	CADEIRA PRÉ – ESCOLAR EM MADEIRA ASSENTO PLÁSTICO TRANSADO
3493	CADEIRA PRÉ – ESCOLAR EM MADEIRA ASSENTO PLÁSTICO TRANSADO
3504	CADEIRA PRÉ – ESCOLAR EM FÓRMICA
3519	CADEIRA PRÉ – ESCOLAR EM FÓRMICA ASSENTO PLÁSTICO TRANSADO
3549	CADEIRA PRÉ – ESCOLAR EM FÓRMICA ASSENTO PLÁSTICO TRANSADO
3562	CADEIRA PRÉ – ESCOLAR EM MADEIRA
3582	CADEIRA PRÉ – ESCOLAR EM FÓRMICA ASSENTO PLÁSTICO TRANSADO
3588	MESA PARA PROFESSOR EM MDF BEJE 3 GAVETAS
3589	CADEIRA PRÉ – ESCOLAR EM FÓRMICA ASSENTO PLÁSTICO TRANSADO
3650	CIRCULADOR DE AR ARNO
3323	ARMÁRIO EM MDF CREME 2 PORTAS C/ CHAVE
6983	APARELHO DE DVD/USB BRITÂNIA BRG 150
1331	ARMÁRIO EM MADEIRA 4 PORTAS DE CORRER COM VIDRO 13 GAVETAS
0716	ARMÁRIO C/ PORTA DE VIDRO COM 2 PORTAS DE CORRER
4378	QUADRO BRANCO ESTRUT. EM ALUMÍNIO PEQUENO
0713	BALCÃO EM MDF 2 PORTAS 4 GAVETAS TAMPA FÓRMICA
0908	BALCÃO EM MDF C/ TAMPA EM FÓRMICA 2 PORTAS 4 GAVETAS
0618	AQUECEDOR A ÓLEO C/ RODINHAS MARCA PB
0619	AQUECEDOR DE AR BRITÂNIA
0530	LIQUIDIFICADOR BRITANIA
0960	BALCÃO PIA MDF 2 PORTAS 4 GAVETAS BACIA EM INOX 1 CUBA
0959	FOGÃO 4 BOCAS MARCA DAKO
680	CARTEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0504	CARTEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0502	CARTEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0488	CARTEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0501	CARTEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0608	CARTEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0490	CARTEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0506	CARTEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0709	CARTEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0491	CARTEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0424	CARTEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0499	CARTEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0448	CARTEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0464	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0416	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0400	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0674	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0409	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0677	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0675	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0474	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0472	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0392	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0484	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0414	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA
0460	MESA P/ PROFESSOR EM FÓRMICA MARROM 2 GAVETAS
0718	QUADRO BRANCO COM ESTRUTURA EM ALUMÍNIO

0620	QUADRO BRANCO COM ESTRUTURA EM ALUMÍNIO
0455	ARMÁRIO EM FÓRMICA 4 PORTAS DE CORRER 2 VIDROS
0528	FOGÃO A GÁS INDUSTRIAL 06 BOCAS COM FORNO MARCA METALMAQ
0170	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3292	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3226	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2813	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2804	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2806	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2815	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2809	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0183	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2808	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2803	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0171	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0607	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3243	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3227	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0592	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0165	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0184	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3294	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2801	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0571	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3295	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1365	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
166	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2807	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
196	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2804	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2817	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2827	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2812	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0601	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3102	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2816	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2828	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0695	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3655	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0683	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0586	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3253	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0582	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2814	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2940	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0169	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2811	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2802	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2662	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0578	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2887	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3297	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0610	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3230	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3124	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0684	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3237	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0554	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2781	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3010	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2799	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2784	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
542	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA

3273	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2789	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2994	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3008	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3005	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
552	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2989	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3654	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0567	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3215	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3678	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0566	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3653	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3003	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0124	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2995	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3012	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3002	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0544	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2984	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0547	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3215	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0567	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3287	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0017	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0127	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3252	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3009	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2782	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3272	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0664	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2739	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3013	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2798	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
723	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3653	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2996	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
133	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3288	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
128	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3000	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3219	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3020	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3017	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3052	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3053	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3048	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3033	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3051	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3026	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2699	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA
2698	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA
3044	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3218	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3023	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3019	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3043	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3025	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
163	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2641	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2646	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2644	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2639	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2652	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA

2634	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2650	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2651	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2637	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2635	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2641	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2640	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2642	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2645	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3140	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO AZUL
2986	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3165	MICROCOMPUTADOR INTEL CELERON 1.80 GHZ 512 MB
6814	CHALEIRA ELÉTRICA FISCHER
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2025	APARELHO TELEFÔNICO SEM FIO INTELBRÁS
3927	IMPRESSORA DESKJET 840C
6580	CALCULADORA IMPRESSORA PORTÁTIL CASSIO
	FUNDO DO SISTEMA MUNIC. ASSISTÊNCIA - SIMA
6581	CALCULADORA IMPRESSORA PORTÁTIL CASSIO
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
4154	CADEIRA GIRATÓRIA ESTOFADA EM TECIDO COM ENCOSTO DE BRAÇO ALTO
6587	CALCULADORA IMPRESSORA PORTÁTIL CÁSIO
6588	CALCULADORA IMPRESSORA PORTÁTIL CÁSIO
3913	MESA PARA ESCRITÓRIO EM MDF COM 3 GAVETAS
3870	MÁQUINA DE CALCULAR OLIVETTI LOGOS 642
	SECRETARIA DE IND. COM. E URBANISMO
4962	FONTE LUMINOSA COLORIDA COM REFLETOR HOLOF
4178	BALCÃO PARA RECEPÇÃO EM FÓRMICA BRANCO COM DETALHE
4087	BANCO COLETIVO EM MADEIRA COM ENCOSTO DAS CONTAS
4089	BANCO COLETIVO EM MADEIRA COM ENCOSTO DAS CONTAS
4091	BANCO COLETIVO EM MADEIRA COM ENCOSTO DAS CONTAS
4092	BANCO COLETIVO EM MADEIRA COM ENCOSTO DAS CONTAS
4071	SOPRADOR DE FOLHAS HUSQVARNA 125 BV
4072	RETRANSMISSOR DE TV MARCA JOSIL
4073	RETRANSMISSOR DE TV MARCA JOSIL
6471	LIQUIDIFICADOR WALITA RI2103 550 W
	SECRETARIA MUNIC. TRASP. INFRA- ESTRUTURA RURAL
4094	AQUECEDOR AR MARCA JAMES
	SECRETARIA DE AGRICULTURA
1442	DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO 5.000 L COM BOMBA LOBULAR MEPEL
1427	ENCILADEIRA PECUS 9004 II NOGUEIRA
1453	ENCILADEIRA MODELO JM 4.100 SH ANO 2003 MARCA JUMIL
1441	SEMEADEIRA E ADUBADEIRA PENDULAR 600 KG MODELO OS 48331
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2214	NOBREAK ENERMAX YUPE
2295	PURIFICADOR DE ÁGUA LORENZETTI
5573	APARELHO DE FAX TÉRMICO PANASONIC

2622	BEBEDOURO REFRIGERADO ÁGUA NATURAL E GELADA
	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE
132	ESTABILIZADOR ELETRÔNICO ADFTRONIK
33	IMPRESSORA SAMSUNG MONO LASER PRINTER
133	IMPRESSORA HP LASER JET M1005 MFP

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 22 de março de 2016.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 093/2016

PORTARIA Nº 093/2016 de 23 de março de 2016

“REMANEJAMENTO DE FUNÇÃO ATENDENDO DETERMINAÇÃO DE LAUDO MÉDICO A SERVIDORA QUE MENCIONA. ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Remanejar de função atendendo a determinação de laudo médico, a servidora ROSA MARIA CORDEIRO, inscrita sob CPF nº 636.183.469-72, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional Manutenção e Limpeza, a partir de 03/02/2016.

Artigo 2º A servidora desempenhará funções auxiliando professor no Centro Educacional Infantil Estrelinha Azul, por tal motivo a servidora deixa de receber o adicional de insalubridade.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 03/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 23 de março de 2016
Novelli Sganzerla Camila Raquel Macagnan
Prefeito Diretora do Dpto de Recursos Humanos

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2016 FMS

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de laboratório para prestar de serviços de confecção de próteses dentárias para atender as demandas da população do Município.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 13/04/2016.

Abertura: às 09h do dia 13/04/2016.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na homepage www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, 23 de março de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2016

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2016

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de sementes de pastagens para atendimento à demanda do Programa Equivalência da Gerência de Agricultura.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 08/04/2016.

Abertura: às 09h do dia 08/04/2016.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na homepage www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, 23 de março de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Antônio Carlos

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 002/2016

PORTARIA Nº 02/2016

Concede adicional à servidores da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos/SC e dá outras providências.

ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT, Presidente da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com art. 71 da Lei nº 558/1992,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder adicional por tempo de serviço, a partir de Janeiro de 2016, correspondente ao período aquisitivo de Janeiro de 2013 à Janeiro de 2016, as seguintes servidoras:

Jucilene Aparecida Martendal Schmitz
Carmelita Schmitt Petri.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à Janeiro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 24 de fevereiro de 2016.
ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT
Presidente

PORTARIA 003/2016

PORTARIA Nº 003/2016

Fixa ponto facultativo na Câmara de Vereadores de Antônio Carlos/SC e dá outras providências.

ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT, Presidente da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1ª - Fica estabelecido ponto facultativo no âmbito da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos/SC, no dia 24 de março de 2016, em razão da Quinta-Feira Santa; e dia 25 de março, sexta-feira, Paixão de Cristo (feriado nacional);

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 23 de março de 2016.
ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT
Presidente

Arabutã

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO - PL Nº. 023/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER,210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 15/2016 - PR
	Processo Administrativo: 24/2016 Processo de Licitação: 23/2016 Data do Processo: 04/03/2016

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, JACKSON LUIZ PATZLAFF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 23/2016
b) Licitação Nr.: 15/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 24/03/2016
e) Data da Adjudicação: 24/03/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Registro de preços para contratação de empresa especializada em fisioterapia, para atender os pacientes da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as especificações do Formulário Proposta, anexo I do Edital.

					(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Unid.	Qtde	Desc(%)	Preço Unitário	Total do Item
<u>NICA VITAL FISIOTERAPIA S/S LTDA (7906)</u>					
1 Prestação seções de fisioterapia, realizadas no domicilio do	SER	600,00	0,0000	54,00	32.400,00
Total do Fornecedor:					32.400,00
Total Geral:					32.400,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Arabutã, 24 de Março de 2016.

HOMOLOGAÇÃO - PL Nº. 024/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 16/2016 - PR Processo Administrativo: 25/2016 Processo de Licitação: 24/2016 Data do Processo: 04/03/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, JACKSON LUIZ PATZLAFF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 24/2016
b) Licitação Nr.: 16/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 24/03/2016
e) Data da Adjudicação: 24/03/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Registro de preços para aquisição de passagens aéreas para trechos nacionais e internacionais, para atender as necessidades do Município, conforme itens do anexo I.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descio (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

NOAR TURISMO LTDA - ME (8856)

1	Prestação de serviços de emissão de bilhetes de passagens aé	SER	1,00	30,0000	14.000,00	14.000,00
Total do Fornecedor:					14.000,00	
Total Geral:					14.000,00	

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Arabutã, 24 de Março de 2016.

Ascurra

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL N. 6/2016 FMS

ATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO Nº 000006/2016

Às 8h30min do dia 23/03/2016, na Sala de Licitações da Comissão Permanente de Licitação, reuniu-se o Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de ASCURRA, Sr. THADEU BADALOTTI, e os membros da equipe de apoio:

Equipe de Apoio
SOLANGE MARIA LOURENCO
RENATO MOSER
ELAINE GRACIELA DALCEGIO COELHO

, designados no Decreto nº 5375 de 2015, com a finalidade de proceder a abertura dos envelopes da licitação acima referida. Inicialmente, em conformidade com as disposições contidas no Edital, o Pregoeiro abriu a sessão pública, efetuando o credenciamento, recebimento dos envelopes, que teve como participantes as empresa(s) ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA e DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA. Em seguida, o Pregoeiro deu início com a abertura do envelope da proposta de preço.

Item: 00001 Agua para injeção 10 ml.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1770

Item: 00002 ACIDO FOLICO 5 MG

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0400
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0410

Item: 00003 AMOXICILINA pó para suspensão oral 50mg/ml

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	2,0900
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,4470

Item: 00004 AMPICILINA - PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL - 50MG/ML.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,9930

Item: 00005 BENZOILMETRONIDAZOL, SOLUCAO ORAL, 40MG/ML.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,7320

Item: 00006 BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA, SOLUCAO ORAL, 10MG/ML.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	6,2850

Item: 00007 BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 20MG/ML (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,9620

Item: 00008 BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SODICA, SOLUCAO INJETAVEL, 4MG/ML + 500MG/ML (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,4900
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,5810

Item: 00009 CARBONATO DE CALCIO, COMPRIMIDO, 500MG.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0410

Item: 00010 CILOSTAZOL, COMPRIMIDO, 50MG.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,3640

Item: 00011 CILOSTAZOL, COMPRIMIDO, 100 MG.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,7280

Item: 00012 CLORETO DE POTÁSSIO, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 100MG/ML.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2470

Item: 00013 CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 0,50% (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,6120

Item: 00014 CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA, COMPRIMIDO, 25MG.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,7660

Item: 00015 CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA, COMPRIMIDO, 25MG.

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2200
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2410

Item: 00016 CLORIDRATO DE METFORMINA, COMPRIMIDO, 500MG.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0550
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0590

Item: 00017 CLORIDRATO DE METILFENIDATO, COMPRIMIDO, 10MG.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,1110

Item: 00018 CLORIDRATO DE PROMETAZINA, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 25MG/ML (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,0620

Item: 00019 CLORIDRATO DE RANITIDINA, SOLUCAO INJETAVEL, 25MG/ML (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,5220

Item: 00020 CLORIDRATO DE TIORIDAZINA, COMPRIMIDO, 50MG.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4120
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,4400

Item: 00021 CLORIDRATO DE TRAMADOL, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 50MG/ML (FRASCO AMPOLA 1ML).

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,9620

Item: 00022 CLORTALIDONA, COMPRIMIDO, 12,5MG.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0890

Item: 00023 DICLOFENACO RESINATO, SUSPENSÃO ORAL, 15MG/ML.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,1660

Item: 00024 DIOSMINA + HISPERIDINA, COMPRIMIDO, 450MG + 50MG.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,3440

Item: 00025 DIPIRONA SÓDICA, SOLUÇÃO ORAL, 500MG/ML.

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,5500
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,6190

Item: 00026 FITA PARA HGT - CAIXA COM 50 FITAS.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	24,7420
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	26,0000

Item: 00027 FLUOCINOLONA ACETONIDA + SULFATO DE POLIMIXINA B+ SULFATO DE NEOMICINA + CLORIDRATO DE LIDOCAINA 0,250MG/ML + 10.000UI/ML + 3,5MG/ML + 20MG/ML - SOLUÇÃO OTOLÓGICA.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,0620

Item: 00028 FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA, SOLUÇÃO ORAL, 4,02MG/ML (EQUIVALENTE A 3MG/ML DE PREDNISOLONA).

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,2300
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	3,6900

Item: 00029 GLICOSE, SOLUCAO INJETAVEL, 25MG (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2490

Item: 00030 GLIMEPIRIDA, COMPRIMIDO, 4 MG.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,6960

Item: 00031 HALOPERIDOL, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 5 MG (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8250

Item: 00032 LEVOFLOXACINO, COMPRIMIDO, 500MG.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,1390

Item: 00033 LORATADINA, XAROPE, 1MG/ML.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,8560

Item: 00034 METRONIDAZOL, GEL VAGINAL, 100MG/G.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,3370

Item: 00035 MONONITRATO DE ISOSSORBIDA, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 10MG/ML (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,0340

Item: 00036 OCITOCINA, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 5 UI/ML.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,2370

Item: 00037 OMEPRAZOL SÓDICO, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, 40MG.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	4,8110
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	5,7000

Item: 00038 PERMETRINA, LOÇÃO 1%, 10MG/ML 60ML.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,0340

Item: 00039 PREDNISONA, COMPRIMIDO, 20 MG.

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1290
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,5230

Item: 00040 SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, 500MG (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	6,2000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	6,3920

Item: 00041 SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, 100MG (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,5740
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	3,5800

Item: 00042 TOBRAMICINA, COLÍRIO, 3MG/ML.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,0790

Item: 00043 FENITOINA, SOLUCAO INJETAVEL, 50MG/ML (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,9240

Item: 00044 FENITOINA, COMPRIMIDO, 100MG.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2750

Item: 00045 MALEATO DE LEVOMEPRMAZINA, SOLUCAO ORAL, 40MG/ML.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	9,2100

Item: 00046 CLORIDRATO DE BUPICAVAÍNA + EPINEFRINA, 0,5%+ 0,005MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	11,2710

, em sequência o pregoeiro deu início a negociação que resultou na proposta final referente aos itens

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1770	0,0000
2	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0400	0,0000
3	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	2,0900	0,0000
4	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,9930	0,0000
5	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,7320	0,0000
6	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	6,2850	0,0000
7	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,9620	0,0000
8	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,4900	0,0000
9	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0410	0,0000
13	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,6120	0,0000
14	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,7660	0,0000
15	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2200	0,0000
16	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0550	0,0000
18	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,0620	0,0000
19	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,5220	0,0000
20	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4120	0,0000
21	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,9620	0,0000
22	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0890	0,0000
23	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,1660	0,0000
24	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,3440	0,0000
25	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,5500	0,0000
26	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	24,7200	0,0000
27	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,0620	0,0000
28	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,2300	0,0000
29	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2490	0,0000
31	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8250	0,0000
32	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,1390	0,0000
33	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,8560	0,0000
34	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,3370	0,0000
35	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,0340	0,0000
36	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,2370	0,0000
37	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	4,8110	0,0000
38	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,0340	0,0000
39	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1290	0,0000
40	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	6,2000	0,0000
41	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,5740	0,0000
42	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,0790	0,0000
43	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,9240	0,0000
44	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2750	0,0000
45	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	9,2100	0,0000
46	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	11,2710	0,0000

Posteriormente o envelope de documentação das empresas vencedoras foram abertos para análise e verificação, sendo as licitantes consideradas habilitadas. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representantes presentes:

Pregoeiro
THADEU BADALOTTI

Equipe de Apoio
SOLANGE MARIA LOURENÇO
ELAINE G. D. COELHO
RENATO MOSER

Representantes empresas:
FELIPE GONÇALVES HILLESHEIM
IVAN CARLOS FACIOLI

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 3/2016

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 3/2016

Contratante: Município de Ascurra

CNPJ n. 83.102.772/0001-61

Contratada: Brusfogo Extintores e Equip. de Segurança LTDA - EPP

CNPJ n. 02.811.258/0001-01

Tomada de Preços n. 38/2015

Objeto: Aquisição de material bem como a contratação de empresa especializada para a execução de sistema preventivo de segurança contra incêndio e pânico no Centro Educacional Infantil Dona Júlia Bonelli e PSF Estação.

- Considerando que o engenheiro civil deste Município descreveu em parecer técnico a necessidade de se aditar materiais e mão de obra para a conclusão da obra, através de determinações para alterações, complementação no projeto arquitetônico e memorial de cálculo e quantitativos, visando a melhoria no sistema executivo e no espaço físico da obra de instalação de equipamentos do Sistema Preventivo de Segurança contra incêndio e pânico em toda a unidade;

- Considerando que há a necessidade de se adquirir novos materiais para a complementação dos serviços do sistema hidráulico preventivo e do sistema de alarme de incêndio, por não constarem na planilha orçamentária original ou por insuficiência na cotação do projeto, conforme os descritivos dos itens 1.1 e 2.1 do parecer técnico exarado pelo engenheiro civil, os quais necessitam respectivamente de um aumento de R\$ 1.995,60 e R\$ 11.386,75 para a aquisição destes materiais a planilha orçamentária em anexo – preços estes que incluem a instalação destes materiais por parte da empresa;

- Considerando a possibilidade de o aditamento estar justificada no art. 65, II, b e também no § 1º do mesmo artigo, parte final, da Lei 8.666/93;

- E considerando que a administração sempre primou e zelou pela manutenção de melhores e mais vantajosas condições, principalmente no que se refere aos custos, pagamento, execução de suas atividades e atendimento a população, RESOLVE:

ADITADAR NO VALOR DE R\$ 13.382,35 (TREZE MIL TREZENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS) A CLAUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 3/2016, FIRMADO EM 30 DE JANEIRO DE 2016, EM DECORRÊNCIA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 38/2015, EM ATENDIMENTO AO PARECER TÉCNICO DO ENGENHEIRO CIVIL DESTA MUNICÍPIO.

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas estabelecidas no Contrato Administrativo 3/2015, firmado em 30 de janeiro de 2016, em decorrência do Edital de Tomada de Preços 30/2015. E, Por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas no presente Termo Aditivo, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Ascurra, 24 de março de 2016.

Moacir Polidoro - Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

DECRETO Nº 015/2016

DECRETO Nº. 15/2016

"Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências".

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº. 1463 de 29 de fevereiro de 2016:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.0104; no Programa 0043 – EDUCAÇÃO PARA TODOS – EDUCAÇÃO INFANTIL, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual – PPA, no montante de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais).

Art. 2º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta do superávit financeiro do Exercício de 2015 da Fonte de Recurso 0104 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE, no valor de R\$ 6.556,19 (Seis mil quinhentos e cinquenta e seis reais e dezenove centavos) e da anulação da seguinte dotação orçamentária do corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 3.443,81

Art. 3º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º do presente Decreto, fica incluída a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.0104; no Programa 0043 – EDUCAÇÃO PARA TODOS – EDUCAÇÃO INFANTIL, na Lei Municipal nº. 1444/2015 de 19.10.2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, no montante de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais).

Art. 4º - Por conta do disposto no Artigo 3º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2016 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais).

Órgão: 05.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte
Unidade: 05.01 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte
Função: 12 - Educação
Sub-Função: 365 – Educação Infantil
Programa: 0043 – EDUCAÇÃO PARA TODOS – EDUCAÇÃO INFANTIL
Projeto Atividade 2.016 – Manutenção da Educação Infantil
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 5º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 14 de março de 2016.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 016/2016

D E C R E T O Nº 016/2016

"Estabelece Horário Facultativo para Servidores e Empregados nas Repartições Públicas Municipais e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido horário facultativo de expediente aos servidores e empregados nas repartições públicas municipais, no período vespertino da quinta feira do dia 24 de março de 2016.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, (SC), 22 de março de 2016.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 017/2016

DECRETO Nº. 017/2016

"Nomeia Membros do Conselho Municipal de Saúde e seus Respeccivos Suplentes".

Tarcísio Polastri, Prefeito Municipal de Atalanta, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, de acordo com a Lei nº 1017 de 11 de outubro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º - O Conselho Municipal de Saúde (CMS), do Município de Atalanta, conforme determina a Lei Municipal nº. 1017, de 11 de outubro de 2007, serão compostos pelos membros relacionados adiante, os quais ficam nomeados na forma que segue:

I - Do Governo Municipal e Prestadores de Serviços Privados Conveniados:

- a) Representante do Departamento de Saúde Pública
Membro Efetivo: Everaldo Silveira
Suplente: Silvia Maria Maciel
b) Representante do Departamento de Assistência Social
Membro Efetivo: Nádia Eliane Antunes Chiquett
Suplente: Lilian Sebold Maciel
c) Representante da Secretaria da Educação, Cultura e Esporte
Membro Efetivo: Marize Boing
Suplente: Raquel Rodrigues Bertelli
d) Representante do Laboratório de Análises Clínicas
Membro Efetivo: Marcieli Barth Kirschner
Suplente: Daiani Paula Kurth

II - Dos Trabalhadores da Área da Saúde

- a) Representante da Classe Médica
Membro Efetivo: Marcos Antônio Padilha Neto
Suplente: Takashi Yamaoka
b) Representante da Classe Odontológica
Membro Efetivo: Ricardo Augusto Klettenberg
Suplente: Cátia Regina da Luz
c) Representante dos Trabalhadores de Enfermagem

Membro Efetivo: Lara Fernanda Kersbaumer
Suplente: Jaqueline Graciela Marian
d) Representante dos Trabalhadores de Psicologia
Membro Efetivo: Gigliola Vanessa Mohr
Suplente: Daiana Esser

III - Dos Usuários:

a) Representante dos Grupos de Mulheres
Membro Efetivo: Salete Alves Delajustina
Suplente: Helenice Maria Pezenti Demarchi
b) Representante das Associações de Pais e Professores
Membro Efetivo: Kátia Raquel Testoni Longen
Suplente: Elisandra Steinhäuser Jochem
c) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Membro Efetivo: Leandro Souza
Suplente: Jaqueline Kuntz de Souza
d) Representante da Associação de Preservação do Meio Ambiente
Membro Efetivo: Sidnei Prochnow
Suplente: Edinho Pedro Schaffer
e) Representante dos Grupos da Terceira Idade
Membro Efetivo: Maria da Cruz
Suplente: Marlene Demarchi Bilck
f) Representante do CDL – Clube de Diretores Lojistas
Membro Efetivo: Sandra Aparecida Cardoso Fernandes Schmoegel
Suplente: Rita Sebold Fronza
g) Representante das Organizações Religiosas
Membro Efetivo: Ioni Valdete Feldhaus Hoepers
Suplente: Elenice Cristina Neckel Lima
h) Representante dos Grupos de Jovens
Membro Efetivo: Rafael Kurtz
Suplente: Rafaela Hoepers
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Fica revogado o Decreto nº. 010/2015, de 03 de março de 2015 e demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 23 de março de 2016.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 038/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 038/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o inciso I do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o art. 35 inciso VII da Lei Complementar 005/2011,

RESOLVE:

Exonerar a Senhora RAQUEL FRANCINI LIMA MAGIO, do cargo de Diretor de Departamento, a partir de 10 de março de 2016.

Prefeitura Municipal de Atalanta
10 de março de 2016
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 039/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 039/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o inciso I do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o art. 35 inciso VII da Lei Complementar 005/2011,

RESOLVE:

Exonerar o Senhor WILIAN DEMARCHI, do cargo de Chefe de Divisão, a partir de 14 de março de 2016.

Prefeitura Municipal de Atalanta
14 de março de 2016
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 040/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 040/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 13 da Lei Complementar nº 005/2011 de 01 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Nomear por Concurso Público JOÃO VASCO BANDEIRA DUTRA JUNIOR, para exercer o Cargo de Médico Veterinário, 30hs, conforme anexo I, II e III da Lei Complementar nº 014/2013 de 18 de setembro de 2013, a partir de 21 de março de 2016.

Prefeitura Municipal de Atalanta
21 de março de 2016.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PREGÃO 002/2016 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS SERVIÇOS URBANOS E RURAIS
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2016 - PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016- PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: 1.0. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futuro e eventual fornecimento de material para manutenção de ruas, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Empresas Participantes Habilitadas:

VIBRON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP Total do Fornecedor: R\$147.550,00 ATA 14/2016

AGATON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP Total do Fornecedor: R\$388.460,00 ATA 15/2016

PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP Total do Fornecedor: R\$71.900,00 ATA 16/2016

SOLIDOS IND. E COM. DE PRE-FABRICADOS EM CONCRETO LTDA Total do Fornecedor: R\$223.000,00 ATA 17/2016

RC RECICLAGEM E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME Total do Fornecedor: R\$170.400,00 ATA 18/2016

101 INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA – ME Total do Fornecedor: R\$150.500,00 ATA 19/2016

Balneário Piçarras, 11 de março de 2016

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2016- FMC PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 - FMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2016- FMC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 - FMC

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por lote, para locação de estruturas de sonorização, iluminação e palco para realização de eventos no ano de 2016, conforme cronograma da Fundação Municipal de Cultura. Recebimento dos Envelopes até: 07/04/2016 às 14h. Data da Sessão Pública: 07/04/2016 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicararras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 23 de março de 2016. Susan Corrêa – Gestora da Fundação Municipal de Cultura.

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO/GP/Nº 272

DECRETO/GP/Nº 272, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO, NOMEANDO OS MEMBROS DA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Determinar a instauração de processo administrativo para a apuração de possíveis irregularidades praticadas pela empresa VOLGELSANGER PAVIMENTAÇÃO LTDA ME, nos contratos nºs 129/PMBR/2014 e 147/PMBR/2014,

Art. 2º - Para o cumprimento no disposto no artigo anterior, a Comissão será composta pelos servidores: Marcelo Santa Helena, (presidente), Anderson Moreira Douglas, (secretário), Renato Vitche, (membro) e Gisele Pereira Ferreira (suplente).

Art. 3º - A Comissão terá acesso a toda a documentação necessária para a elucidação dos fatos, bem como colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º - A comissão terá o prazo de 60 dias para concluir a apuração de fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à administração deste município.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 25 de janeiro de 2016.

LEI Nº 257/2016

LEI Nº 257/2016

CONCEDE REPOSIÇÃO DA INFLAÇÃO E GANHO REAL AOS SERVIDORES MUNICIPAIS E SUAS AUTARQUIAS, REVISAR O VALOR DO SUBSÍDIO DO PREFEITO E VICE PREFEITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido à reposição da inflação o percentual de 11,28%, referente à inflação do período de janeiro a dezembro/2015 do mesmo ano correspondente ao INPC, sobre os valores dos vencimentos, salários e proventos dos servidores públicos municipais (Poder Executivo e Legislativo) e suas autarquias, divididos em seis parcelas mensais de forma cumulativa, com seus efeitos retroagem a 1º de janeiro de 2016.

Art. 2º - Fica estabelecido ganho real o percentual de 0,50% sobre os valores dos vencimentos, salários e proventos dos servidores públicos municipais (Poder Executivo e Legislativo) e suas autarquias, e seus efeitos retroagem a 1º de janeiro de 2016.

Art. 3º - Fica revisado o valor do subsídio do prefeito e do

vice-prefeito, conforme preceitua o Artigo 37 da Constituição Federal, concedendo a título de correção o percentual de 11,28%, correspondente ao INPC do período de janeiro a dezembro/2015 do mesmo ano, divididos em seis parcelas mensais de forma cumulativa, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2016.

Art. 4º - A diferença da reposição da inflação e ganho real relativos aos meses de janeiro e fevereiro, serão repassados aos servidores nos meses de setembro e outubro.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a colocar à disposição do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais Sindserpi (filial no município por extensão territorial), servidor concursado, com ônus para origem, a partir de abril/2016.

Art. 6º - As despesas inerentes à execução desta lei correm a expensas de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 23 de março de 2016.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

LEI Nº 258/2016

LEI Nº 258/2016

ALTERA A LEI 136/2014, QUE INSTITUI O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, ALTERANDO O VALOR DO REFERIDO AUXÍLIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o valor do auxílio-alimentação, o qual passará a ser equivalente a R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) mensais a partir do dia 01 de março de 2016, para os servidores com carga horária de 40 horas/semanais, garantida a proporcionalidade para os servidores com carga horária reduzida.

Art. 2º Os demais artigos permanecem inalterados.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 23 de março de 2016.
DÉCIO GOMES GOES
Prefeito Municipal

Barra Bonita**PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2016 CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BARRA BONITA-SC**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2016

CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BARRA BONITA-SC

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Convocar os aprovados no Concurso Público Edital 001/2014, de 30 de julho de 2014, cujo resultado foi homologado pelo decreto nº720, de 22 de outubro de 2014, a seguir relacionados:

Professor de Educação Infantil

Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Total	Titulos		Classif.
182	Vanderlene Perin Bianchi	5,04	0,80	0,64	9,10	0,50		3º

Auxiliar Administrativo

Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Total	Classif.
27	Keiti Caroline Ludwig	4,55	1,20	0,80	6,55	3º

Art.2º Os convocados deverão apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Barra Bonita/SC, até o dia 21 de abril de 2016, durante o horário de expediente munidos da seguinte documentação:

Carteira de Identidade

CPF

Título eleitoral e comprovante da última votação

Certidão de Casamento

Certidão de nascimento dos filhos

Nº do PIS, encontrado na Carteira de Trabalho

01 Foto 3x4

Quando em cargos que exigem formações: (certificados e registros)

Certificado de reservista (terceira)

Comprovante de Escolaridade

CNH válida na categoria exigida (cargos específicos)

Alvará de Folha Corrida (obtida na Distribuição no Fórum)

Declaração de Bens feita junto a Prefeitura Municipal

Declaração de ter sofrido ou não penalidades

Declaração de Conta bancária para depósito salarial no Banco do Brasil

Declaração nepotismo

Declaração de não acúmulos de cargos

Art.3º O não comparecimento do candidato, bem como a não apresentação dos documentos exigidos até a data aprazada ou não havendo justificativa para tal falta, importará em renúncia tácita do candidato a vaga que se classificou.

Barra Bonita-SC em 23 de março de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

EXT CONT. 40/2016**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº: 040/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

CONTRATADO: GV TUR TRANSPORTES LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATOR DE PNEU, PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SILAGEM, PE DE PATO, GOBI, PLANTACÃO DE MILHO E SORGO E DEMAIS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO., CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO 6/2016.

VALOR: R\$ 16.005,00((dezesesseis mil e cinco reais)).

VIGÊNCIA: 23/03/2016 a 31/12/2016.

ASSINATURA: 23/03/2016.

FUNDAMENTO: PROCESSO DE LICITAÇÃO N.6/2016, DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 23 de MARÇO de 2016.

VALMIR LUIZ MARANGON
Gestor FMDR

PORTARIA Nº 084, DE 23 DE MARÇO 2016. "PRORROGA LICENÇA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 084, de 23 de março 2016.

"Prorroga licença e das outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município. combinado com o que consta no Art.101, da Lei Complementar 037/2011, de 07 de novembro de 2011.

Resolve.

Art. 1º - Fica prorrogada a licença da servidora Fabiana Michelle Schauble Maciel, ocupante do Cargo de Auxiliar de Creche e Pré-escola do Quadro de Pessoal do Magistério, e lotação no Órgão central da Administração, por motivo de doença de sua filha, pelo período de 23 a 27 de março de 2016.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 23 de março de 2016.
Darcy Joao Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

Barra Velha

CÂMARA MUNICIPAL

1º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

1º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO – 001/2015
Comprovação de Requisitos e Exames Médicos

A CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, de acordo com o Edital nº 001/2015, e considerando a homologação do resultado final da prova objetiva e títulos, por meio do Decreto nº 17/2016, de 08 de março de 2016, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Concurso Público, a 1ª convocação para comprovação dos requisitos e Exames Médicos do Concurso Público, conforme o Edital nº. 001/2015, para os seguintes cargos:

CÂMARA DE VEREADORES

Nível Superior Completo

Controlador

1 DA HABILITAÇÃO

1.1 Se submeterão à Comprovação de Requisitos, os candidatos relacionados no Item 7.1, que deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;
- b) Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito anos) ou Cópia Autenticada do Título de Eleitor, acompanhada de Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE;
- c) Cópia do Cadastro de Pessoa Física ou Comprovante de Inscrição no CPF, emitido pela Receita Federal do Brasil;
- d) Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);
- e) Cópia autenticada em cartório ou original da Certidão de Nascimento ou Casamento atualizada (conforme o caso), com menos de 90 (noventa) dias;
- f) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);
- g) Exibição da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- h) Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;
- i) Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade, conforme discriminado no Edital do Concurso Público 001/2015 (disponível em www.iobv.org.br), e respectivo registro no conselho de classe, quando exigido;
- j) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, bem como documentos comprobatórios da experiência profissional, conforme o caso, de acordo com o especificado no Edital do Concurso Público 001/2015 (disponível em www.iobv.org.br);
- k) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;
- l) Certidões de antecedentes criminais, da justiça comum estadual e da justiça federal, da circunscrição onde reside o candidato e da circunscrição do Estado de Santa Catarina (caso o candidato não resida em Santa Catarina);
- m) declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88.

n) Para os cargos de motorista, cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação, comprobatória da categoria de habilitação exigida no Edital do Concurso Público 001/2015 (disponível em www.iobv.org.br);

1.2 A Comprovação de Requisitos tem caráter eliminatório, devendo os candidatos apresentarem todos os documentos acima relacionados na data e local determinados no presente Edital, sob pena de eliminação.

2 DOS EXAMES MÉDICOS

2.1 Todos os candidatos devem apresentar, junto ao Exame-médico Pré-Admissional, emitido por Médico do Trabalho, com a informação de "apto", os seguintes exames:

- hemograma completo,
- contagem de plaquetas,
- parcial de urina,
- creatinina,
- uréia,
- sorologia para lues,
- glicemia de jejum,
- exame radiológico do tórax 2 posições – P + PA,
- esquema anti-tetânico em dia ou iniciado na ocasião;
- vacina anti-rubéola.

2.1.1 Para candidatas do sexo feminino deverá ser acrescido Exame Ginecológico (realizado no prazo máximo de 12 meses) ou comprovante em andamento (coleta e resultado).

2.1.2 Para candidatos do sexo masculino, com mais de 40 (quarenta) anos, deverá ser acrescido o Preventivo Prostático (realizado no prazo máximo de 12 meses).

2.2 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 35 anos, deverá ser acrescidos eletrocardiograma com laudo médico (com prazo máximo de 30 dias).

2.3 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 40 anos, deverá ser acrescidos Colesterol Total e Triglicerídeos (com prazo máximo de 30 dias).

2.4 Não serão aceitos resultados de exames emitidos pela internet sem assinatura digitalizada, fotocopiados ou por fax. Na inspeção médica poderão ser exigidos exames e testes complementares considerados necessários para sua conclusão.

Deverão os candidatos, ainda, apresentar:

3. Declaração de bens, com indicação das fontes de renda ou cópia da Declaração do IRRF, relativa ao último exercício (2015);

4. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, nos termos do ANEXO VI, inciso II, item 7, da Instrução Normativa nº TC-11/2011;

5. Após receber a convocação o candidato terá o prazo de 02 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer, junto ao setor de protocolo da Câmara, prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida nos itens 1, 2, 3 e 4 deste Edital.

6. DO LOCAL DE APRESENTAÇÃO

Os candidatos relacionados no item 7.1, deverão se apresentar no horário das 14h às 18h, no Protocolo da Câmara de Vereadores, sito a Rua Pedro Alcântara de Freitas, 125, Centro, Barra Velha – SC, munido de todos os documentos relacionados nos itens 1, 2, 3 e 4 conforme a programação abaixo estabelecida:

7. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

7.1 Fica convocado para a Comprovação de Requisitos acima elencados, o candidato a seguir relacionado:

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA

Nível Superior

Controlador

1º Rubens Tives

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Os candidatos convocados para esta fase deverão comparecer no local indicado munidos de todos os documentos listados nos itens 1, 2, 3 e 4. Não serão recebidos os documentos de forma parcial dentro do prazo de convocação deste Edital.

8.2 O Resultado Preliminar, desta fase do Concurso Público, será publicado no site www.camarabarravelha.sc.gov.br e DOM – Diário Oficial dos Municípios – www.diariomunicipal.sc.gov.br.

8.3. Caberá recurso do Resultado Preliminar, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação do resultado, mencionado no subitem anterior.

8.4. Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 001/2015, que normatiza o Concurso Público da Câmara de Vereadores de Barra Velha/SC.

8.5 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão de Concurso Público constituída para este fim.

8.6 A presente convocação poderá ser atendida, por procurador munido de Procuração Pública, específica para o seguinte ato: – apresentar documentos que comprovem os requisitos exigidos pela Câmara de Barra Velha no Concurso Público previsto no Edital 001/2015, com poderes específicos para tomar ciência da eliminação do concurso público.

8.7 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 23 de março de 2016.

MARCIEL BERLIN - Presidente

MARILEY DA CRUZ - Diretora Geral

JONAS NESTOR DA SILVA - Presidente Comissão de Concurso Público

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS TP 17-2016

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2016

DATA: 23/03/2016 - HORA DE INÍCIO: 10:00 horas.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2016.

MODALIDADE: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 17/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE SANTA MARIA, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, PROPOSTA 10624466000114002, CONFORME PROJETOS E DE-MAIS ANEXOS DO EDITAL.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações JOÃO ULLER, MAURICIO STEFFEN e MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI nomeados pela Portaria nº 002/2016, com o objetivo de dar continuidade ao procedimento licitatório supracitado.

Tendo em vista que, o prazo estabelecido na Ata de Julgamento de Habilitação de 14/03/2016 transcorreu sem a interposição de recursos, a Comissão de Licitação leva ao conhecimento dos interessados que a sessão pública de abertura dos envelopes nº 02 – Proposta de Preços das empresas habilitadas, se realizará no dia 30 de março de 2016, às 10 horas na Sala de Reuniões, na sede da Prefeitura Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, Benedito Novo/SC.

Nada mais havendo, encerrou-se a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOÃO ULLER

Presidente

MAURICIO STEFFEN

Membro

MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI

Membro

ATA ANALISE DOCUMENTOS PE 24-2016

ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

DATA: 23/03/2016 - HORÁRIO DE INÍCIO: 10:30 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2016

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 24/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS DE AR E PROTETORES NOVOS PARA VEICULOS E MAQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS

No dia e horário supramencionados, na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, reuniram-se em sessão pública o Pregoeiro JOÃO ULLER e a Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e SÉRGIO DÁRIO PASQUALI, nomeados pela Portaria nº 003/2016, para recebimento e abertura do envelope contendo os documentos apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 24/2016.

Dando início à sessão, o Pregoeiro procedeu a abertura dos envelopes contendo os documentos apresentados pelas empresas JOAÇABA PNEUS LTDA (84.587.245/0010-48), BELLENZIER PNEUS LTDA (73.730.129/0016-05), LUKAUTO COMÉRCIO DE PNEUMATICOS E PEÇAS LTDA EPP (13.545.473/0001-16), MODELO PNEUS LTDA (94.510.682/0001-26) e PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (17.092.175/0001-79), em conformidade com o exigido no item 4.23 do Edital.

Após análise e rubrica verificou-se que os documentos apresentados se mostraram em acordo com o exigido no Edital.

Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOÃO ULLER Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Equipe de Apoio	
-------------------------	-------------------------------------	--	--

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 8/2016**PUBLICAÇÕES LEGAIS**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº. 21/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO,

EMPRESA FORNECEDORA: PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES

· ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 25, 38, 42, 53 e 55, totalizando a quantia de R\$ 853,40 (OITOCENTOS E CINQUENTA E TRES Reais E QUARENTA Centavos)

EMPRESA FORNECEDORA: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA

· ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 2, 3, 18, 20, 21, 22, 24, 28, 30, 36, 44, 45, 47, 49, 56, 57 e 61, totalizando a quantia de R\$ 1.866,00 (MIL E OITOCENTOS E SESENTA E SEIS Reais)

EMPRESA FORNECEDORA: DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA

· ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 23 e 31. Totalizando a quantia de R\$ 473,10 (QUATRO-CENTOS E SETENTA E TRES Reais E DEZ Centavos)

EMPRESA FORNECEDORA: DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A

· ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 26, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 43, 46, 48, 50, 51, 52, 54, 58, 59 e 60, totalizando a quantia de R\$ R\$ 15.012,90 (QUINZE MIL E DOZE Reais E NOVENTA Centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 21/03/2016 a 21/03/2017

VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 21/03/2016

Jean Michel Grundmann - Prefeito

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016
CADASTRO DE RESERVA – CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E PROGRAMA DE ESTÁGIO**

O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, através de suas Secretarias Municipais, torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o Processo Seletivo Simplificado, para as Vagas e/ou Reservas de Vagas de: **Operário, Operador de Máquina, Motorista, Agente Comunitário de Saúde ESF Área 003 – ESF Alto Benedito, Técnico de Enfermagem ESF, Técnico em Saúde Bucal ESF, Professor I-40, Professor I-20, Auxiliar de Creche, Auxiliar de Serviços Gerais I, Auxiliar de Serviços Gerais II, Instrutor de Modalidade I**, a serem admitidos em caráter temporário no ano de 2016.

1- DAS INSCRIÇÕES

1.1. – As inscrições para o Processo Seletivo estarão abertas nos dias 21 de março até 04 de abril de 2016, na Prefeitura Municipal de BENEDITO NOVO junto a Secretaria Municipal de Educação, de segundas à quintas-feiras das 09:00 as 11:30 e das 13:30 as 16:30 e Sextas-Feiras das 09:00 as 11:30.

1.1.1. – Efetuada a inscrição, o candidato receberá um comprovante de inscrição.

1.1.2. – A inscrição poderá ser feita por procuração, devendo o procurador, no ato da inscrição, entregar cópia do documento de identidade.

1.1.3. – O Processo Seletivo pontuará títulos/aperfeiçoamento (para o magistério), prova escrita de acordo com o cargo pretendido.

1.1.4. – Somente poderá fazer a inscrição maior de 18 anos de idade, exceto para estagiários .

1.2 Documentos para Inscrição:**1.2.1 Obrigatórios e de responsabilidade do candidato:**

- Fotocópia dos Documentos Pessoais (Carteira de Identidade e CPF).

- Fotocópias do Tempo de Serviço (para o Magistério), prestado junto a Rede Municipal, até 15 de março de 2016. Expresso em anos, meses e dias, contendo data de início e término do vínculo; e dos Certificados de Cursos de Aperfeiçoamento.

(ATENÇÃO: NÃO SERÃO FOTOCOPIADOS DOCUMENTOS NA PREFEITURA)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

2. DOS CARGOS

CARGOS	CÓDIGO	SÍMBOLO	CARGA HORARIA SEMANAL	VAGAS	ESCOLARIDADE	VENCIMENTO
Auxiliar de Serviços Gerais I	531004	ASG-I	40h	RV*	Anos iniciais do Ensino Fundamental	R\$ 921,24
Auxiliar de Serviços Gerais II	531005	ASG-II	20h	RV*	Anos iniciais do Ensino Fundamental	R\$ 460,62
Professor I-40	141003	P-I-40	40h	RV*	Magistério Completo, ou Ensino Médio Completo Cursando nível superior a partir da 4ª fase, em pedagogia, normal superior.	R\$ 2.135,64
Professor I-20	141002	P-II-20	20h	RV*	Magistério Completo, ou Ensino Médio Completo Cursando nível superior a partir da 4ª fase, em pedagogia, normal superior.	R\$ 1.067,82
Auxiliar de Creche	40	AC	40h	RV*	Ensino Médio Completo	R\$ 1.279,72
Instrutor de Modalidades - I	144006	IMO-I	20h	RV*	Ensino Médio Completo com Formação em Música	R\$ 880,00
Agente Comunitário de Saúde ESF Área 003 – ESF Alto Benedito**	319009		40h	RV*	Ensino Fundamental Completo, Residir na Área de Abrangência da Unidade de Saúde da Família.	R\$ 1.198,67
Técnico de Enfermagem ESF	18	TE-ESF	40h	RV*	Ensino Médio Completo e Curso Técnico com registro no órgão fiscalizador.	R\$ 1.359,45

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

Técnico em Saúde Bucal ESF	27	ESF	40h	RV*	Ensino Médio Completo e Curso Técnico com registro no órgão fiscalizador.	R\$ 1.359,45
Operário	991010	OP	40h	RV*	Anos iniciais do Ensino Fundamental	R\$ 964,43
Operador de Máquinas	974010	OM	40h	RV*	Ensino Fundamental Completo	R\$ 1.182,53
Motorista	985001	MO	40h	RV*	Anos Iniciais do Ensino Fundamental e CNH - "C"	R\$ 1.154,79
Vigilante Sanitário	572002	VS	35h	RV*	Ensino Médio Completo e Curso em Gestão em ações básicas de Vigilância Sanitária em saúde (mínimo de 200 horas) ou Técnico em Vigilância em Saúde	R\$ 1.669,12
Dentista	63002	DT	20h	RV*	Ensino Superior Completo e Registro CRO-SC	R\$ 2.649,88
Assistente Social	6	AS	30h	RV*	Ensino Superior Completo e Registro no CRESS-SC	R\$ 2.480,91

* RV: Reserva de vaga

** ESF Alto Benedito - Rua Belo Horizonte e transversais, Rua Holanda e suas transversais, Rua 1º Maio e suas transversais, Leopoldo Koprowski até topo serra São João, Rua Joinville e suas transversais, Rua Bela Vista, Rua Rio do Sul, Rua Juracy Carlini, Localidade Piranguinha, Ribeirão Preto, Ribeirão Liberdade, Ribeirão Zinco, Alto Liberdade, Baixo Santa Maria (depois da ponte Schrull) até Rua Leopoldo Koprowski, Ribeirão Carvão e Transversais, Ribeirão Branco e Tifa Zarlín.

PROGRAMA DE CONCESSÃO DE ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO		
NÍVEL DE ENSINO	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO MENSAL (BOLSA ESTÁGIO)
Ensino Médio Regular	04 horas/dia	R\$ 367,60
Ensino Superior	04/horas/dia	R\$ 492,98

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

3 – DA PROVA ESCRITA

3.1 – A prova escrita de que trata este Edital, acontecerá no dia 11 de abril de 2016, nas dependências da Escola de Educação Básica Teófilo Nolasco de Almeida, sito a Rua Celso Ramos - Centro, Benedito Novo/SC, às 18:00h.

3.2. - O candidato deverá comparecer, com antecedência mínima de quinze minutos do horário fixado, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, seu documento oficial de identificação e/ou seu comprovante de inscrição.

3.3 - Em hipótese alguma será permitido ao candidato:

a) Prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identificação que contenha, no mínimo, retrato, filiação e assinatura.

b) Prestar prova sem que o seu pedido de inscrição esteja previamente confirmado.

c) Ingressar no estabelecimento de exame, após o horário estipulado.

d) Prestar provas fora do horário ou espaço físico predeterminado.

3.4. - Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova, durante a realização das provas.

3.5. - Não haverá segunda chamada para a prova objetiva em etapa única, deste edital, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do processo.

3.6. - Após ser identificado e instalado em seu local de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura, enquanto aguarda o início das provas.

3.7 - Depois de identificado e instalado, o candidato não poderá ausentar-se da sala.

3.8 - Durante as provas, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios digitais, agendas eletrônicas, pagers, tablets, telefones celulares, BIP, Walkman, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico.

3.9. - Será, também, eliminado do Processo Seletivo o candidato que incorrer nas seguintes situações:

a) Deixar o local de realização da prova sem a devida autorização.

b) Tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes.

c) Proceder de forma a tumultuar a realização das provas.

d) Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

e) Usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros.

f) Deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações cedidas.

3.10. - Em nenhuma hipótese haverá substituição da folha de respostas, por erro do candidato.

3.11. - Ao terminar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, sua folha de respostas assinada juntamente com o Caderno de Perguntas.

3.12. - A prova terá a duração conjunta de 2 (duas) horas, incluído o tempo de marcação na folha de respostas.

3.13. - O candidato somente poderá deixar o local da prova 15 (quinze) minutos após o seu início.

3.14. - Na hipótese de candidata lactante, será facultada a possibilidade de amamentar o filho durante a realização da prova, desde que leve um acompanhante, o qual será responsável pela criança e permanecerá em outro ambiente.

3.15 - PONTUAÇÃO

PROVA ÁREA	Número de questões	Valor por Questão	Total pontos
Conhecimentos Específicos	10	0,5	50
Português	05	0,3	15
Matemática	05	0,3	15
Conhecimento Gerais	10	0,2	20
TOTAL	30		100

3.15.1 - A prova terá 30 (trinta) questões, com 4 (quatro) alternativas cada uma, distribuídas e avaliadas conforme a tabela acima.

3.15.2 - Para os cargos de Auxiliar de Serviços Gerais I e Auxiliar de Serviços Gerais II, Auxiliar de Creche, Instrutor de Modalidade I, Agente Comunitário de Saúde ESF Área 003 – ESF Alto Benedito, Técnico de Enfermagem ESF, Técnico em Saúde Bucal ESF, Operário, Operador de Máquina e Motorista a pontuação final será a soma da pontuação obtida na prova. Para o Cargo de Professor I-40 e Professor 1-20, a pontuação final será a soma da pontuação obtida na prova somada a pontuação dos títulos.

3.15.3 – Para a prova de títulos, a cada 100h, será considerado 0,5 (zero vírgula cinco) ponto ao candidato, não ultrapassando a 3 (três) pontos.

3.15.4 – Para o tempo de Serviço, a cada ano, será considerado 0,5 (zero vírgula cinco) ponto ao candidato, não ultrapassando a 3 (três) pontos.

3.15.5 – Para as vagas de Estagiário, de que trata este edital à avaliação deste processo seletivo constará de prova escrita objetiva classificatória, conforme abaixo estabelecido:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PROVA ESCRITA E OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor total
Português e Matemática	10	0,5	5,0
Conhecimentos gerais e atualidades	10	0,5	5,0
Valor total da prova escrita:			10,0

3.15.6 - O candidato deverá obter 50 (cinquenta) por cento ou mais do total da prova para ser considerado aprovado na prova escrita.

3.15.7 - Em caso de empate, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

a) Tiver maior nota na prova de:

1º Conhecimentos Específicos;

2º Conhecimentos Gerais;

3º Português;

4º Matemática;

b) Tiver a maior idade.

4 - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS E MÚLTIPLA ESCOLHA PARA OS CARGOS DE:

NÍVEL FUNDAMENTAL.

Língua Portuguesa

Fonologia: encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos, divisão silábica, prosódia, ortografia, acentuação. Morfologia: estrutura e formação das palavras, classes de palavras. Sintaxe: termos da oração, período composto, conceito e classificação das orações, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, pontuação. Semântica: significação das palavras no texto. Interpretação de texto.

Matemática

Conjunto dos números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Propriedades, comparação. Expressões numéricas. Teoria dos números: pares, ímpares, múltiplos, divisores, primos, compostos, fatoração, divisibilidade.

Conhecimentos Gerais e Atualidades

Tópicos atuais, relevantes e amplamente divulgados, em áreas diversificadas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia, e suas vinculações históricas. Fundamentos históricos, geográficos, econômicos, políticos e atuais do Mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do município de Benedito Novo.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

NÍVEL MÉDIO**Português**

Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Emprego da Estrutura, formação e classes de palavras. Emprego do sinal indicativo de crase. Sintaxe da oração e do período. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência verbal e nominal. Significação literal e contextual de vocábulos. Análise sintática: sujeito, termos ligados ao nome e termos ligados ao verbo. Redação oficial: formas de tratamento, tipos de discursos e correspondência oficial.

Matemática

Números: naturais, inteiros, racionais e reais. Adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Divisibilidade: Mínimo Múltiplo Comum e Máximo Divisor Comum. Números fracionários e números decimais, dízimas periódicas. Média aritmética simples e ponderada. Equações do 1º grau, sistema de equação de 1º grau, problemas do 1º grau; Equações e inequações de primeiro e segundo graus, logarítmicas, exponenciais e trigonométricas. Razão e proporção; Regra de três simples e composta. Porcentagem; Juros. Probabilidade. Equações do 2º grau. Juros simples e compostos. Moeda, câmbio, títulos e valores.

Conhecimentos Gerais e Atualidades

Notícias nacionais e internacionais veiculadas nos seguintes meios de comunicação: Revistas: Veja, Época. Jornais: Jornal de Santa Catarina, A Notícia, Diário Catarinense, Jornal Nacional. Internet: site das revistas e dos jornais citados anteriormente e de atualidades. História do Município de Benedito Novo, www.beneditonovo.sc.gov.br e História do Brasil.

NÍVEL SUPERIOR**Língua Portuguesa**

Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Emprego da Estrutura, formação e classes de palavras. Emprego do sinal indicativo de crase. Sintaxe da oração e do período. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência verbal e nominal. Significação literal e contextual de vocábulos. Análise sintática: sujeito, termos ligados ao nome e termos ligados ao verbo. Redação oficial: formas de tratamento, tipos de discursos e correspondência oficial.

Matemática

Números: naturais, inteiros, racionais e reais. Adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Divisibilidade: Mínimo Múltiplo Comum e Máximo Divisor Comum. Números fracionários e números decimais, dízimas periódicas. Média aritmética simples e ponderada. Equações do 1º grau, sistema de equação de 1º grau, problemas do 1º grau; Equações e inequações de primeiro e segundo graus, logarítmicas, exponenciais e trigonométricas. Razão e proporção; Regra de três simples e composta. Porcentagem; Juros. Probabilidade. Equações do 2º grau. Juros simples e compostos. Moeda, câmbio, títulos e valores.

Conhecimentos Gerais

Constituição Federal e suas emendas: dos Princípios Fundamentais, dos Direitos e Garantias Fundamentais, da Nacionalidade e dos Direitos Políticos. Políticas públicas. Tópicos atuais, relevantes

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

e amplamente divulgados, em áreas diversificadas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia, e suas vinculações históricas. Fundamentos históricos, geográficos, econômicos, políticos e atuais do Mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do município de Benedito Novo. Noções de Informática: Sistema operacional Windows. Noções do ambiente Microsoft Office (Power Point, Word e Excel). Conceitos relacionados à Internet.

Conteúdo programático para o Programa de Estágio:

- a) Para nível médio considera-se o conteúdo programático exigido para o nível fundamental.
- b) Para o nível superior considera-se o conteúdo programático exigido para o nível médio.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (Referente a cada cargo)**Auxiliar de Serviços Gerais I e II**

Noções de alimentação, nutrição e grupos de alimentos e seu valor nutricional. Conhecimentos sobre características e qualidade dos alimentos. Conhecimentos sobre quantidades, porções e medidas caseiras. Etapa da produção de refeições: recepção e armazenamento de gêneros alimentícios, pré-preparo, preparo e distribuição. Noções básicas de conservação, manutenção, cozimento, armazenamento e reposição dos alimentos. Adequação da alimentação do escolar e do adolescente. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de gêneros alimentícios. Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios. Higienização de alimentos: procedimentos para lavagem de frutas e legumes, abertura de embalagens e acondicionamento de alimentos prontos. Noções básicas de conservação, manutenção, higiene e limpeza e conservação de móveis e instalações. Noções básicas sobre a utilização, guarda e armazenagem de materiais, utensílios e equipamentos de limpeza. Noções básicas sobre sequência correta das operações; uniformidade da limpeza; uso correto e manutenção de utensílios e equipamentos; dosagem dos produtos e ingredientes destinados a limpeza, conservação e manutenção do patrimônio. Noções básicas de Relações Humanas no trabalho. Noções básicas sobre higiene e segurança no trabalho. Primeiros socorros. Ética profissional.

Auxiliar de Creche:

O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar, dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil. - Ética e cidadania. Informática básica, Constituição Federal - Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade e Cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade.

Professor:

A função social da escola pública; A Educação na nova LDB; FUNDEB; Princípios éticos profissionais; O Projeto Político Pedagógico na escola; Análise verbal, acentuação gráfica, pronomes retos e oblíquos, substantivo, adjetivo, preposição, composição e interpretação de texto, termos integrantes da oração,

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

estrofe e verso; Orientação e localização quanto ao sistema planetário, o Estado no território brasileiro, econômico e político, fatores preponderantes no processo de desenvolvimento sustentável, A ação matemática no cotidiano, sistema de numeração, operações da matemática, a noção de fração, porcentagem, valores decimais, unidades de medidas (arroba, hectare, tonelada, morgo, etc.), cálculo de área; O ser humano e sua relação com a natureza, o meio biótico e abiótico; a matéria e os estados físicos, os reinos, fauna e flora catarinense, a terra, a água e o ar, reservas ecológicas. Conhecimento da lei 8.009/90 (ECA). Concepções teóricas – metodológicas da proposta curricular do município.

Instrutor de Modalidade I:

Tonalidades. Teoria musical. Intervalos. Notação musical. Formação de acordes. Síncopas. Quiálteras. Cifras Escalas. Campo harmônico. Claves. Propriedades do som. Valores. Graus de uma escala. Tom e semitom. Ritmo tético, anacrústico e acéfalo.

Agente Comunitário de Saúde ESF Área 003 – ESF Alto Benedito:

Saúde pública e saneamento básico; Endemias e epidemias; Noções básicas das seguintes endemias: Dengue, Esquistossomose, Leishmaniose, Leptospirose; Prevenção primária das endemias citadas anteriormente; Classificação dos agentes transmissores e causadores das endemias citadas anteriormente; Combate aos agentes transmissores das endemias citadas anteriormente, conforme estratégias e normas vigentes do Ministério da Saúde; Visitas domiciliares e aos pontos estratégicos: fiscalização para a promoção e preservação da saúde da comunidade, papel do agente na educação ambiental e saúde da população; Saúde como dever do estado; Saúde como direito social; Noções básicas sobre o SUS; Entendimento sobre a participação da comunidade na gestão do SUS; As atribuições do agente comunitário de saúde; A participação do agente comunitário de saúde a grupos específicos; Promoção da saúde: conceito e estratégias; Formas de aprender e ensinar em educação popular, Cultura popular e sua relação com processos educativos; Pessoas portadoras de necessidades especiais: abordagem, medidas facilitadoras de inclusão social e direitos legais; Saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso; Noções de ética e cidadania; Conhecimentos geográficos da área/região/município de atuação; Cadastramento familiar e territorial: finalidade e instrumentos. Legislação: Lei nº 8.080, de 19/09/1990 e suas alterações, Lei nº 8.142, de 28/12/1990 e Constituição Federal nos Artigos 196 a 200, sobre o Sistema Único de Saúde (SUS); Ações e Programas do Ministério da Saúde; Lei nº 8.069, de 13/07/1990, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 10.741, de 01/10/2003 sobre o Estatuto do Idoso; Lei nº 11.350, de 05/10/2006, que dispõe sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias; Portaria nº 648, de 28/03/2006 do Ministro da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

Técnico de Enfermagem ESF:

Técnicas Básicas de Enfermagem; Sinais Vitais, Temperatura, Pulsação, Respiração, Pressão Arterial, Procedimentos em Unidades Básicas de Saúde; Agentes infecciosos e ectoparasitos (vírus, bactérias, fungos, protozoários e artrópodes). 2. Doenças Transmissíveis. 3. Saneamento Básico, Ações de Vigilância Epidemiológica, Programas de Saúde Públicas, Noções básicas na administração de fármacos; Noções de anatomia e fisiologia; Fundamentos de Enfermagem: técnicas básicas. 4. Enfermagem Médico Cirúrgica: Assistência de enfermagem em Doenças Transmissíveis – defesa do organismo, conceito e tipo de imunidade, noções de vacinação. 5. Assistência de enfermagem em distúrbios crônico-degenerativos: respiratórios, cardiovasculares, gastrointestinais, musculoesqueléticos. 6. Atuação de enfermagem em Centro Cirúrgico de Central de Material. 7.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

Enfermagem Materno-Infantil e Pediatria: Atendimento de enfermagem à saúde materno-infantil e pediatria: pré-natal, parto e puerpério e período neonatal. 8. Enfermagem de urgência e emergência: primeiros socorros. 9. Procedimentos de urgência para ferimentos, desmaio, vertigens e corpos estranhos.

Técnico em Saúde Bucal ESF:

Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS; Estratégia de Saúde da Família - ESF: conceitos, legislações, Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; Sistemas de informação em saúde. Anatomia da cavidade bucal. Anatomia dental. Anatomia do corpo humano/sistemas. Atribuições da equipe de saúde bucal no programa de saúde da família. Atribuições de pessoal auxiliar em odontologia (Lei 11.889/2008). Biossegurança, controle de infecção, prevenção e controle de riscos. Caderno de Atenção Básica /número 17. Cárie dentária/cariologia. Ciclos de vida na Saúde Bucal. Dentição humana. Dieta, nutrição, saúde bucal. Doenças infectocontagiosas. Doenças periodontais. Doenças transmissíveis e não transmissíveis. Educação em Saúde. Epidemiologia. Equipamento, aparelhos odontológicos, material e instrumental odontológico. Ergonomia, riscos ocupacionais. Estratégias de educação em saúde. Ética. Ficha clínica. Imunidade, resistência, seres vivos. Financiamento e participação social no SUS. Fluoretos. História das Políticas de Saúde no Brasil. Identificação dos dentes. Imunidade/Imunização. Lei Estadual, Municipal de SC referente à saúde bucal. Modelos de atenção e cuidados em saúde. Níveis de prevenção, de atenção e de aplicação. Organização dos serviços de saúde no Brasil. Pacto pela Saúde. Periodontia, doenças periodontais. Planejamento, programação e Gestão em saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Política Nacional de Atenção Básica. Política Nacional de Humanização. Política pública de saúde. Prevenção das doenças bucais. Prevenção/controle de riscos. Processo Saúde-Doença / determinantes/ condicionantes. Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Programa Saúde da Família. Promoção de Saúde. Radiologia odontológica, processamento filme radiográfico. Segurança contra radiação. Sistema de referência e contra referência. Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/1990, Lei 8.142/1990). Sistemas de informação em saúde. Técnicas de escovação supervisionada. Vigilância em saúde.

Operário:

Noções básicas de manutenção, higiene, limpeza e conservação de móveis, instalações e terrenos. Equipamentos, utensílios e ferramentas empregados na manutenção de edifícios, calçadas, pontes e ruas. Pintura de paredes, tetos, assoalhos, árvores, muros, ruas, pontes, palcos, palanques e móveis: técnicas, ferramentas e materiais. Carga, transporte e descarga de materiais. Noções básicas sobre a utilização, guarda e armazenagem de materiais, utensílios e equipamentos de limpeza. Noções básicas sobre sequência correta das operações; uniformidade da limpeza; uso correto e manutenção de utensílios e equipamentos; dosagem dos produtos e ingredientes destinados a limpeza, conservação e patrimônio. Noções básicas de Relações Humanas no trabalho. Noções básicas sobre higiene e segurança no trabalho. Primeiros socorros. Ética profissional.

Operador de Máquina:

Lei N.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro). Normas Gerais de Circulação e Conduta; Do Cidadão; Da educação para o trânsito; Da sinalização de trânsito; Das infrações; Dos crimes de Trânsito; Direção Defensiva; Inspeção e cuidados com os veículos. Noções de mecânica leve e pesada. Conhecimentos gerais sobre máquinas e equipamentos: preparativos para funcionamento

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

da máquina; parada do motor; painel de controle; combustível, fluídos e lubrificantes; compartimento do operador; principais controles de operação; controles da caixa de mudanças; instruções para o manejo da máquina; manutenção e lubrificação: principais pontos de lubrificação; tabelas de manutenção periódica; sistema de arrefecimento do motor (radiador, correias, bomba d'água); sistema de combustível; sistema elétrico; sistema de frenagem; sistema de purificação de ar do motor; procedimentos de segurança; funcionamento básico dos motores, direção, freios e pneus. Noções básicas de Relações Humanas no trabalho. Noções básicas sobre higiene e segurança no trabalho. Primeiros socorros. Ética profissional.

Motorista:

Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro). Normas Gerais de Circulação e Conduta; Do Cidadão; Da educação para o trânsito; Da sinalização de trânsito; Das infrações; Dos crimes de Trânsito; Direção Defensiva; Inspeção e cuidados com os veículos. Noções de mecânica leve e pesada. Conhecimentos gerais sobre veículos: conhecimentos práticos de operação e manutenção do veículo; procedimentos de segurança; funcionamento básico dos motores; sistema de lubrificação; arrefecimento; transmissão; suspensão; direção; freios; pneus; painel de instrumentos; sistema elétrico. Noções básicas de Relações Humanas no trabalho. Noções básicas sobre higiene e segurança no trabalho. Primeiros socorros. Ética profissional.

Vigilante Sanitário:

Conhecimentos sobre programa da Dengue; Controle de vetores; Decreto Estadual nº30570/1986; Constituição Federal de 1988: Artigos 196 a 200; Leis Federais nºs 8080/1990 e 8142/1990; Noções de vigilância pública; Ética e Postura profissional. Programa Nacional de Imunização. A Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde (Educação em Saúde, visita domiciliar); Relações humanas no trabalho. Noções de Legislação do SUS. Relações interpessoais: relações humanas/interpessoal, comunicação interpessoal, ética e postura profissional, integração, empatia, argumentação flexível. O papel do atendimento nas organizações, o público/cidadão, deveres e responsabilidades, características adequadas ao profissional de atendimento ao público, atendimento telefônico, habilidades de transmissão e recepção da informação. Noções de informática.

Dentista:

Biossegurança em Odontologia. Doença cárie. Etiologia. Níveis de evolução. Doença periodontal. Etiologia. Níveis de evolução. Exame geral do paciente. Anamnese. Exames laboratoriais. Exame do paciente em Odontologia. Exame extra bucal. Exame intra bucal. Exame clínico de tecidos moles. Exame clínico dos elementos dentários. Exame radiológico dos elementos dentários. Exame clínico dos tecidos de suporte dos elementos dentários. Exame radiológico dos tecidos de suporte dos elementos dentários. Diagnóstico. Diagnóstico extra bucal. Diagnóstico intra bucal. Diagnóstico das lesões em esmalte. Diagnóstico das afecções do complexo dentina-polpa. Diagnóstico pulpar. Diagnóstico das afecções dos tecidos de suporte dos elementos dentários. Diagnóstico das lesões de origem endodôntica. Diagnóstico das lesões de origem periodontal. Diagnóstico das lesões de origem endodôntico/periodontal. Promoção e prevenção da saúde em Odontologia. Técnicas de anestesia regional em Odontologia. Considerações anatômicas. Técnicas de anestesia maxilar. Técnicas de anestesia mandibular. Princípios de Assepsia. Princípios de cirurgia. Princípios de exodontia. Instrumental cirúrgico. Princípios de exodontia não complicada. A fórceps. A alavanca. Princípios de exodontia complicada. Retalho ou técnica aberta. Dentes retidos. Indicações. Contra indicações. Sistema de classificação. Exame radiográfico. Técnica Cirúrgica. Controle pós-operatório. Princípio da abordagem e prevenção das infecções odontogênicas. Traumatismo dentário. Doenças odontogênicas

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

do seio maxilar. Princípios de diagnóstico diferencial e biópsia. Abordagem do paciente sob quimioterapia e radioterapia. Implantes contemporâneos em Odontologia. Proteção do complexo dentina polpa. Tratamento das lesões em tecidos duros sem preparo de cavidades-tratamento não invasivo. Tratamento endodôntico-obturações de canais. Restaurações com materiais provisórios. Restaurações com cimentos de ionômero de vidro. Restaurações com amálgamas. Restaurações com resinas compostas. Prótese. Prótese fixa. Prótese parcial removível. Prótese total. Noções de Informática aplicada à Odontologia. Registro de pacientes e ficha clínica. Farmacologia e Terapêutica. Auditorias e perícias Odontológicas. Legislação: Lei Nº. 8.080, de 19/09/1990 e suas alterações, Lei Nº. 8.142, de 28/12/1990 e Constituição Federal nos Artigos 196 a 200 sobre o Sistema Único de Saúde (SUS); Ações e Programas do Ministério da Saúde; Lei Nº. 8.069, de 13/07/1990 sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei Nº. 10.741, de 01/10/2003 sobre o Estatuto do Idoso; Portaria Nº. 648, de 28/03/2006 do Ministro da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF); Portaria MS/GM Nº. 373, de 27/02/2002, sobre a Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS-SUS; Código de Ética dos Profissionais de Odontologia; Normas que regulamentam o exercício profissional de Odontologia.

Assistente Social:

História e fundamentos teóricos metodológicos do Serviço Social; Instrumental técnico-operativo do Serviço Social; Processos de trabalho do Serviço Social; A questão social no Brasil e o Serviço Social; Direitos sociais e sua construção na sociedade contemporânea; Os Conselhos Gestores e a atuação dos Assistentes Sociais; Ética Profissional do Assistente Social; Competência profissional: planejamento, pesquisa e a produção de conhecimento no Serviço Social; Trabalho com famílias: aspectos históricos, teóricos, concepções de família e políticas públicas de atenção; Violência intra-familiar: mecanismos de proteção e defesa de direitos; A mulher, o homem, a criança e o idoso nas novas relações familiares; Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil; Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária; Seguridade Social: Saúde, Previdência e Assistência Social. Legislação: Código de Ética do Assistente Social (Resolução CFESS nº 273, de 13.03.1993 e alterações); Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662, de 07.06.1993); Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080, de 19.09.1990); Sistema Único de Saúde (Lei nº 8.142, de 28.12.1990); Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 07.12.1993); Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, 2005; Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13.07.1990); APOMT – Aviso por Maus-Tratos Contra Criança ou Adolescente (Sistema Estadual Unificado de Aviso de Maus-Tratos); Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, de 04.01.1994); Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 01.10.2003); Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 07.08.2006); Política Estadual para Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais (Lei nº 12.870, de 12.01.2004).

5- DA DIVULGAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE REVISÃO

5.1 - Será exposta no Mural da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, no Sítio do Município de Benedito Novo: www.beneditonovo.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br. Conforme tabela a baixo:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

DATA PREVISTA	ATO
18/03/2016	Publicação do Edital
21/03/2016 á 04/04/2016	Período das inscrições
05/04/2016	Homologação provisória das inscrições
06/04/2016 e 07/04/2016	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição
08/04/2016	Homologação final das inscrições
11/04/2016	Data da prova escrita
12/04/2016	Publicação do gabarito provisório
13/04/2016 a 14/04/2016	Prazo para recurso contra o gabarito provisório
18/04/2016	Publicação do gabarito oficial da classificação provisória
19/04/2016 e 20/04/2016	Prazo para recurso contra a classificação provisória
25/04/2016	Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 001/2016

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Para a contratação será necessário apresentar os requisitos exigidos para cada cargo, cópia dos seguintes documentos:

Cópias: - RG – CPF – Comprovante de Escolaridade (Registro no Órgão Regulamentador) – Título de Eleitor e o comprovante de quitação eleitoral – Quitação com as obrigações militares, quando for o caso – Número da conta Bancaria – Comprovante de Residência – Declaração de vacinação.

6.2 - Caso o candidato chamado para assumir o cargo não preencha os requisitos para a contratação, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Benedito Novo convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

6.3 - Para todas as contratações é obrigatório o exame médico admissional. Os candidatos serão avaliados com os conceitos “Apto” ou “Inapto”, sendo considerados aprovados para contratação os candidatos que obtiverem conceito “Apto”.

6.4 – Os cargos integrantes deste Processo Seletivo com Reserva de Vaga, serão convocados dentro das necessidades, conforme surgirem novas vagas através de chamada individual dos candidatos, por ordem de classificação.

6.5 - O candidato que desistir da vaga e não assumir o cargo passará para o último lugar na chamada do processo seletivo.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

7- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

7.2- O candidato que, no ato da inscrição ou no dia da prova, prestar declaração falsa ou inexata, ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada, anulando todos os atos dela decorrentes.

7.3. - O presente Edital de Seleção Pública terá validade pelo período que anteceder a efetivação por meio do Concurso público e poderão ocorrer mudanças com alterações ou cancelamento de contratos, inclusive, prevalecendo o excepcional interesse público.

7.4. - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão para Acompanhamento do Processo Seletivo para Admissões de Caráter Temporário, observada a legislação vigente.

7.5.- Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, com acesso através do Sítio do Município de Benedito Novo: www.beneditonovo.sc.gov.br e no DOM: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

7.5.1. – Não serão fornecidas por estas Secretarias cópias impressas do presente Edital.

Benedito Novo, 18 de março 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 047/2016

DECRETO Nº 047/2010 DE 22 DE MARÇO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual para 2016.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 8º, parágrafo único da Lei Municipal nº 3604/2015 □ Lei Orçamentária Anual, combinado com o artigo 17, §4º da Lei Municipal nº 3589/2015 □ Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) por conta de recursos apropriados como Reserva de Contingência e oriundo do anexo de Riscos Fiscais no item "Dotações não orçadas ou orçadas a menor", a dotação abaixo indicada:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	ANULAÇÃO	
9999.99.99.9999.9901	Reserva de Contingência da Unidade Gestora Prefeitura	80.000,00
9.9.99.00	Reserva de Contingência	80.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	80.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
1301.27.812.0005.1015	Construção de Equipamentos Esportivos	80.000,00
4.4.00.00	Investimentos	80.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	80.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	80.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de março de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg. publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO N. 12/2016 E 13/2016

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONVITE Nº 002/2016

Circunstanciado pela ata de julgamento apresentado pela Comissão de Licitação, da CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, datado de 14 de março de 2015, venho ADJUDICAR e HOMOLOGAR, ato contínuo, pelo presente termo, para que surta seus efeitos legais, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei Federal nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, o resultado da licitação na modalidade – CONVITE n. 002/2016, de acordo com o parecer daquela Comissão, que aponta como vencedora do certame as Empresas: Arte Máxima Indústria e Comércio Ltda EPP – CNPJ n. 02.884.117/0001-00 e Ademir Bosquete Mateus ME (Neném Som) – CNPJ n. 10.730.145/0001-00, contratada para Aquisição de materiais e/ou serviços necessários à realização de eventos vinculados à Câmara de Vereadores de Biguaçu durante o ano de 2016, conforme descrições, especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência (anexo I) da Carta Convite n. 002/2016. Vigência do contrato: até o dia 31/12/2015, a contar da assinatura do contrato pelas partes. Pelo que se lavrou o presente Termo.

Biguaçu/SC, 16 de março de 2016.

Vilson Norberto Alves

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

EXTRATO DOS CONTRATOS

Convite nº02/2016

Contrato nº12/2016

Objeto: Aquisição de materiais e serviços necessários para realização de eventos vinculados à Câmara de Vereadores de Biguaçu.

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu (CNPJ n. 73.564.064/0001-99).

Contratado: ARTE MÁXIMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP (CNPJ n. 02.884.117/0001-00).

Valor global do contrato: R\$ R\$ 14.853,65 (quatorze mil, oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos).

Data da assinatura do contrato: 18/03/2016.

Vigência: da assinatura do contrato pelas partes até o dia 31/12/2016.

Convite nº02/2016

Contrato nº13/2016

Objeto: Aquisição de materiais e serviços necessários para realização de eventos vinculados à Câmara de Vereadores de Biguaçu.

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu (CNPJ n. 73.564.064/0001-99).

Contratado: ADEMIR BOSQUETTI MATEUS ME (NENEM SOM) – CNPJ n. 10.730.145/0001-00

Valor global do contrato: R\$23.900,00 (vinte e três mil e novecentos reais).

Data da assinatura do contrato: 18/03/2016.

Vigência: da assinatura do contrato pelas partes até o dia 31/12/2016.

Biguaçu/SC, 23 de março de 2016.

Vilson Norberto Alves

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.255/2016

LEI Nº 8.255, DE 16 DE MARÇO DE 2016.

DENOMINA DE "ALVINO VOLPI", PONTE LOCALIZADA NO BAIRRO ITROUPAVA CENTRAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Alvino Volpi, a ponte de concreto localizada na Rua Martin Jensen, sobre o Ribeirão Itoupava, no Bairro Itoupava Central.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de março de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.256/2016

LEI Nº 8.256, DE 17 DE MARÇO DE 2016.

DENOMINA DE "RUA HELMUTH WANDREY", VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO FORTALEZA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Rua Helmuth Wandrey, a via pública que inicia no lado ímpar da Rua Oswaldo Bonetti Kuestner, descrita como rua "C" do loteamento Residencial Excelsior, ao lado dos lotes 20 e 27, cadastrada sob nº 4.328, com 51,00 m (cinquenta e um metros) de extensão e localizada no Bairro Fortaleza.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de março de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.257/2016

LEI Nº 8.257, DE 17 DE MARÇO DE 2016.

DENOMINA DE "RUA SAXÔNIA", PROLONGAMENTO DE VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO VILA ITROUPAVA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominado com o mesmo nome de Rua Saxônia

– anteriormente denominada pela Lei nº 3.007, de 23 de novembro de 1983 – o prolongamento da referida via pública em mais 875,00m (oitocentos e setenta e cinco metros), totalizando 3.375m (três mil e trezentos e setenta e cinco metros) de extensão, localizada no Bairro Vila Itoupava.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de março de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.258/2016

LEI Nº 8.258, DE 17 DE MARÇO DE 2016.

DENOMINA DE "RUA JOSÉ PAULO MACHADO", VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO ITROUPAVA SECA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Rua José Paulo Machado, a via pública que inicia no lado ímpar da Rua Iguape, ao lado da casa 559, descrita como rua inominada nos imóveis registrados no 2º Ofício com matrículas 7.302 e 8.829, cadastrada sob nº 3.185, com 42,00m (quarenta e dois metros) de extensão e localizada no Bairro Itoupava Seca.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de março de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.259/2016

LEI Nº 8.259, DE 17 DE MARÇO DE 2016.

DENOMINA DE "RUA HENRIQUE AUGUSTO BÔDE", VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO SALTO DO NORTE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Rua Henrique Augusto Bôde, a via pública que inicia no lado par da Rua Engenheiro Udo Deeke, ao lado da casa 1.066, descrita como rua na planta de retificação em nome de Espólio de Hermann Tiedt, cadastrada sob nº 2.415, com 103,00m (cento e três metros) de extensão e localizada no Bairro Salto do Norte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de março de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.260/2016

LEI Nº 8.260, DE 17 DE MARÇO DE 2016.

DENOMINA DE "VEREADOR MAURÍCIO JOSÉ PACHECO", VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO ITROUPAVA NORTE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Rua Vereador Maurício José Pacheco, a via pública que inicia no lado par da Rua 2 de Setembro, ao lado do nº 1.212, descrita como parte do acesso à rodoviária e parte da via pública projetada 81, com 515,00m (quinhentos e quinze metros) de extensão e término na marginal da Via Expressa Paul Fritz Kuehnrich e localizada no Bairro Itoupava Norte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de março de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.261/2016

LEI Nº 8.261, DE 17 DE MARÇO DE 2016.

DENOMINA DE "RUA PAULA VOIGT", VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO ITROUPAVAZINHA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Rua Paula Voigt, a via pública que inicia no lado ímpar da Rua Roberto Bruch, ao lado do nº 145, descrita como rua 3 do loteamento Victor Voigt, cadastrada sob nº 3.507, com 33,50 m (trinta e três metros e cinquenta centímetros) de extensão e localizada no Bairro Itoupavazinha.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de março de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.262/2016

LEI Nº 8.262, DE 17 DE MARÇO DE 2016.

DENOMINA DE "RUA VICTOR VOIGT", VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO ITROUPAVAZINHA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Rua Victor Voigt, a via pública que inicia no lado ímpar da Rua Roberto Bruch, ao lado do nº 77, descrita como rua 2 do loteamento Victor Voigt, cadastrada sob nº 3.506, com 33,50 m (trinta e três metros e cinquenta centímetros) de extensão e localizada no Bairro Itoupavazinha.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de março de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.263/2016

LEI Nº 8.263, DE 17 DE MARÇO DE 2016.

DENOMINA DE "RUA AUGUSTO GROH", PROLONGAMENTO DE VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO NOVA ESPERANÇA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominado com o mesmo nome de Rua Augusto Groh – anteriormente denominada pela Lei nº 3.010, de 23 de novembro de 1983 – o prolongamento da referida via pública em mais 188,25m (cento e oitenta e oito metros e vinte e cinco centímetros), conforme planta de desmembramento aprovada em nome de Gregório Michels e registrado com a matrícula 16.060, do 1º Ofício do Registro de Imóveis, totalizando 474,25m (quatrocentos e setenta e quatro metros e vinte e cinco centímetros) de extensão, localizada no Bairro Nova Esperança.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de março de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.910/2016

DECRETO Nº 10.910, DE 10 DE MARÇO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

33 – SERV. AUT. MUN. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3302 – Diretoria Administrativo Financeira

Projeto 33.02.26.122.0005.1059 – Ver. Terminais Urbanos e Rodoviários

Modalidade 4.4.90(13) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução da dotação orçamentária abaixo discriminada:

33 – SERV. AUT. MUN. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3302 – Diretoria Administrativo Financeira

Projeto 33.02.26.122.0005.1059 – Ver. Terminais Urbanos e Rodoviários

Modalidade 3.3.90(12) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de março de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.502/2016

PORTARIA Nº 19.502, DE 15 DE MARÇO DE 2016.

RESTABELECE A NOMEAÇÃO DA CANDIDATA GRAZIELI APARECIDA DE SOUZA MADRUGA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, em atenção à solicitação contida no Memorando n. 045, de 09/03/2016, da Secretaria Municipal de Administração, e em cumprimento à decisão em Mandado de Segurança nº 03192222-86.2015.8.24.0008, resolve:

Art.1º. Fica Restabelecida, a contar de 23 de fevereiro de 2016, a nomeação da candidata Grazieli Aparecida de Souza Madruga, no cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, conferida através da Portaria nº 18.713, de 29 de abril de 2015.

Art.2º. Fica revogada a Portaria nº 19.474, de 04 de março de 2016 e, parcialmente, a Portaria nº 18.871, de 22 de junho de 2015, somente no que diz respeito à candidata Grazieli Aparecida de Souza Madruga.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de março de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

Republicado por incorreção

PORTARIA Nº 19.510/2016

PORTARIA Nº 19.510, DE 15 DE MARÇO DE 2016.

DECLARA VAGO O CARGO DE SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS, OCUPADO POR ISABEL APARECIDA PEREIRA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o inciso V, do art. 44, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

DECLARAR VAGO, a contar de 03 de março de 2016, o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, ocupado pela servidora pública municipal ISABEL APARECIDA PEREIRA, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, em virtude de sua posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, com jornada de 40 horas semanais, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014, nomeada através da Portaria nº 19.421/2016, conforme o Processo Administrativo nº 2016/03/1923.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de março de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.511/2016

PORTARIA Nº 19.511, DE 16 DE MARÇO DE 2016.

NOMEIA RICARDO VASSELAI PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - COPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 5º, da Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011, e em atendimento ao Memorando SEPLAN/COPLAN nº 23/2016, de 09/03/2016, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011, para compor o Conselho Municipal de Planejamento Urbano – COPLAN, juntamente com os demais membros:

RICARDO VASSELAI, representante suplente, do Sindicato da Indústria da Construção de Blumenau - SINDUSCON, em substituição a RENATO ROSSMARK SCHRAMM, nomeado pela Portaria nº 19.444, de 29 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de março de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.512/2016

PORTARIA Nº 19.512, DE 16 DE MARÇO DE 2016.

NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE BLUMENAU – COPE PARA O BIÊNIO 2016-2018.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no art. 5º, da Lei Complementar nº 794, de 19 de abril de 2011, resolve:

NOMEAR,

sem ônus para o Município, e com as atribuições prevista na Lei Complementar Lei Complementar nº 794, de 19 de abril de 2011, para comporem o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural Edificado de Blumenau – COPE, para o biênio 2016-2018, os representante abaixo nominados dos seguintes órgãos governamentais e entidades não governamentais:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS

ANDRÉIA L. MAUL RAUCH e STÉPHANIE LOUISE HARFFNER NASCIMENTO SOARES, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SEPLAN;

APARECIDA DE CAMARGO e CAMILA DIX, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SEPLAN;

ELAINE SCHMITZ e CHRISTIAN RAFAEL LUCIANI, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SEPLAN;

JADISON ALEXSANDER FERNANDES e DELAMAR KRAUSE, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SEPLAN;

SUELI MARIA VANZUITA PETRY e ANA FILOMENA ANDRIETTI, representantes titular e suplente, respectivamente, da Fundação

Cultural de Blumenau - FCB;

YONE YARA PEREIRA e DARLAN JEVAER SCHMITT, representantes titular e suplente, respectivamente, da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB;

LUIZA HELENA SIQUEIRA BORBA e SANDRA CRISTINA NIENOW, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR;

RAGYVE URIEL EVERS SANSON e RIVADAVIO MATOS DA SILVA, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC;

SANDRA R. ROSA DA COSTA e TAUANA PATRÍCIA BONSENHOR, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS

PAULO HENRIQUE HERWIG e ANDERSON G. MICHELUZZI, representantes titular e suplente, respectivamente, da Associação Empresarial de Blumenau - ACIB;

HÉLIO ROBERTO RONCAGLIO e ANTÔNIO BITTELBRUNN JUNIOR, representantes titular e suplente, respectivamente, da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL;

ARLON TONOLLI e SÉRGIO HAYASHI, representantes titular e suplente, respectivamente, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA;

CAMILA DE OLIVEIRA e MAGALI VITORETTE, representantes titular e suplente, respectivamente, do Instituto de Arquitetos do Brasil - Núcleo Blumenau - IAB;

ANA MARIA LUDWIG MORAES e SÁVIO LUIZ

ABI-ZAID, representantes titular e suplente, respectivamente, do Instituto Histórico de Blumenau - IHB;

BRÁULIO MARIA SCHLOEGEL e FERNANDO HENRIQUE BECKER SILVA, representantes titular e suplente, respectivamente, da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Blumenau - OAB;
ROBERTO SÉRGIO CUNHA e SORAIA VASSELAI, representantes titular e suplente, respectivamente, do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais de Blumenau e Região - SECOVI;

RUDOLFO WEIKERT e JOSÉ GERALDO REIS PFAU, representantes titular e suplente, respectivamente, do Sindicato do Comercio Varejista de Blumenau - SINDILOJAS;

FERNANDO RICARDO DOS REIS E JOSÉ ROBERTO ANTUNES SANTOS, representantes titular e suplente, respectivamente, do Sindicato da Indústria da Construção e do Mobiliário de Blumenau - SINDUSCON.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de março de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.513/2016

PORTARIA Nº 19.513, DE 16 DE MARÇO DE 2016.

NOMEIA MEMBROS PARA CONSTITUÍREM O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica

do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no art. 11, da Lei Complementar nº 669, de 17/12/2007, e alterações posteriores, e atendendo ao pedido efetuado através dos Memorandos GAB SEMUDES nº 016/2016, de 22/02/2016, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 669, de 17/12/2007, para constituírem o Conselho Municipal de Habitação - CMH, a contar de 22 de fevereiro de 2016:

SELMA LUIZA BUSS, representante suplente da Associação Blumenauense de Deficientes Físicos - Defesa das Pessoas Portadoras de Deficiência - ABLUDEF, em substituição a DALVA DAY, nomeada pela Portaria nº 17.065, de 26 de junho de 2013;

FERNANDO LEITE e BRACIRA DE BORBA, representantes titular e suplente, da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, em substituição a JEAN CARLOS NAUMANN e MANOEL FERNANDES NETO, nomeados pela Portaria nº 18.022, de 14 de agosto de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de março de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.514/2016

PORTARIA Nº 19.514, DE 16 DE MARÇO DE 2016.

DESIGNA MEMBROS PARA CONSTITUÍREM A COMISSÃO ENCARGADA DE ANALISAR E JULGAR LICITAÇÕES NO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere com o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao Memorando nº 296/16, do Diretor de Compras e Licitações, datado de 11/03/2016, resolve:

Art. 1º Designar, sem ônus para o Município e sob a presidência do primeiro, os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Encarregada de Analisar e Julgar Licitações no Município, com as atribuições constantes da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 01 de abril de 2016:

FÁBIO WEIDGENANT, matrícula nº 16.725-8, ocupante do cargo em comissão de Gerente de Compras, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

LUCIMARA HELENA ROSENBRICK ANACLETO, matrícula nº 17.980-4, ocupante do cargo em comissão de Gerente das Comissões de Licitação, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

KÁTIA GIOVANA LEITE, matrícula nº 18.558-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

BRUNA MAAS, matrícula nº 22913-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

RAFAELA ODEBRECHT DOS SANTOS, matrícula nº 21.784-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD.

Art. 2º Em caso de empate nas decisões da Comissão o voto de

qualidade será proferido pelo Presidente.

Art. 3º Na ausência do Presidente,
a Comissão será presidida pela servidora LUCIMARA HELENA ROSENBRUCK ANACLETO.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de março de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.515/2016

PORTARIA Nº 19.515, DE 16 DE MARÇO DE 2016.
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, "II", "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com suporte no art. 13 da Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013 e Memorando GAB nº 027/2016, de 03/03/2016, subscrito pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013, para comporem o Conselho Municipal do Idoso - CMI, juntamente com os demais:

VILMAR JOSÉ BALSAN e SELMA LUIZA BUSS, representantes titular e suplente, respectivamente, da Associação Blumenauense de Deficientes Físicos - ABLUDEF, em substituição a PERCY RALF COLLEY e VILMAR JOSÉ BALSAN, nomeados pela Portaria nº 19.291, de 04/12/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de março de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.516/2016

PORTARIA Nº 19.516, DE 18 DE MARÇO DE 2016.

DEMITE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL P.K.S.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 201, I, da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 185, III, do mesmo diploma legal, resolve:

DEMITIR

P.K.S., matrícula nº 19250-3, do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, por ter infringido o artigo 190, V, da Lei Complementar nº 660/07, à vista do que consta do Relatório Final e do Julgamento prolatado nos autos do Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 008/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de março de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.517/2016

PORTARIA Nº 19.517, DE 18 DE MARÇO DE 2016.

RESTABELECE A NOMEAÇÃO DA CANDIDATA CRISTINA RODRIGUES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, em atenção à solicitação contida no Memorando n. 051, de 15/03/2016, da Secretaria Municipal de Administração, e em cumprimento à decisão em Mandado de Segurança nº 0317926-29.2015.8.24.0008, resolve:

Art.1º. Fica Restabelecida, a contar de 15 de março de 2016, a nomeação da candidata Cristina Rodrigues, no cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, conferida através da Portaria nº 19.222, de 10 de novembro de 2015.

Art.2º. Fica revogada parcialmente a Portaria nº 19.420, de 19 de fevereiro de 2016, somente no que diz respeito à candidata Cristina Rodrigues.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de março de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.518/2016

PORTARIA Nº 19.518, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

NOMEIA MEMBROS PARA CONSTITUIREM O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no art. 11, da Lei Complementar nº 669, de 17/12/2007, e alterações posteriores, e atendendo ao pedido efetuado através dos Memorandos GAB SEMUDES nº 43/2016, de 18/03/2016, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 669, de 17/12/2007, para constituírem o Conselho Municipal de Habitação - CMH:

VALDECIR CORREIA e AMARILDO RAMOS, representantes titular e suplente, respectivamente, das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais – Desenvolvimento Econômico, em substituição a JOSÉ VALMIR RONCÁLIO e CLOVES PEREIRA AGUIAR, nomeados, respectivamente, pelas Portarias nº 17.065, de 26/06/2013 e Portaria nº 18.022, de 14/08/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de março de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.519/2016

PORTARIA Nº 19.519, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

DESIGNA MARÍLIA BORCHARTT DO PRADO PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso

das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DESIGNAR

a servidora pública municipal MARÍLIA BORCHARTT DO PRADO, Administrador, lotada na Secretaria Municipal de Comunicação Social - SECOM, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Pauta, FGC-50%, no dia 01 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de março de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.521/2016

PORTARIA Nº 19.521, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

DETERMINA O ARQUIVAMENTO DA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA - SAD Nº 01/2015, QUE TRAMITOU PERANTE A 3ª CPASD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, o art. 246, da Lei Complementar n. 660, de 28/11/2007, e de acordo com o Julgamento prolatado nos autos da SAD nº 001/2015, resolve:

DETERMINAR

o arquivamento da Sindicância Administrativa – SAD nº 01/2015, instaurada pela Portaria nº 18.609, de 01/04/15, para apurar supostas irregularidades ocorridas na EBM Oscar Unbehaun, conforme documentos acostados ao Memorando n. 139/2015 – Gabinete SEMED, de 25/03/2015, que tramitou perante a 3ª Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, em consonância com o Relatório Final que concluiu não vislumbrar nos autos, infringência aos dispositivos da Lei Complementar n. 660, de 28/11/2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de março de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMI Nº 11/2016

RESOLUÇÃO CMI Nº11, DE 17 DE MARÇO DE 2016

APROVA A INSCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA – ILPI LAR DE IDOSOS NOVO AMANHECER LTDA ME NO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, pela Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013 e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 15 de março de 2016 e,

CONSIDERANDO:

- a Resolução CMI nº 001, de 08 de fevereiro de 2008 do Conselho Municipal do Idoso de Blumenau, que dispõe sobre o registro de Instituições Governamentais e Não-Governamentais de atendimento ao idoso na modalidade: Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI;

- o Relatório de Visita Técnica de Monitoramento realizada em 27

de novembro de 2015;

- o Parecer favorável da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação – CPNR em seu Relatório nº 01, de 01 de março de 2016, para Inscrição da ILPI – “Lar de Idosos Novo Amanhecer Ltda Me” no CMI;

- a aprovação em Plenária Ordinária do CMI, de 15 de março de 2016, da referida inscrição conforme consta na Ata CMI nº 02.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Inscrição no Conselho Municipal do Idoso – CMI, à Entidade “Lar de Idosos Novo Amanhecer Ltda. Me”, CNPJ sob nº 21.481.625/0001-92, situada na Rua Hermann Tribess, nº. 81, Bairro Tribess, Blumenau – SC, inscrita no CMI sob nº 01/2016.

Parágrafo Único. A inscrição deverá ser renovada até 15 de março de 2018.

Art. 2º Fica revogada a Resolução nº. 10, de 15 de março de 2016.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 17 de março de 2016.

Fabiana Gonçalves Felix Maciel
Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso – CMI
Biênio 2015 - 2017

PROCESSOS DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE/2016

Processo de Dispensa: 08-18/16

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS

Artigo: Inciso 24, IV da Lei 8.666/93.

CONTRATADA:GNOCATTO & GNOCATTO LTDA.

(CNPJ:00.521.814/0001-71).

VALOR: R\$ 29.125,00

Processo de Dispensa: 08-19/16

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS

Artigo: Inciso 24, IV da Lei 8.666/93.

CONTRATADA:GNOCATTO & GNOCATTO LTDA.

(CNPJ:00.521.814/0001-71).

VALOR: R\$ 19.365,00

Processo de Dispensa: 08-20/16

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS

Artigo: Inciso 24, IV da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: CB FARMA DIST DE MED, PRODUTOS HOSP. LTDA.

(CNPJ:05.503.409/0001-44).

VALOR: R\$ 5.981,00

Processo de Inexigibilidade: 09-16/16

Objeto: LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO, QUADRA/SESI - FMD

Artigo: 25 caput - Caput da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA:SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI.(CNPJ: 03.777.341/0001-66).

VALOR: R\$ 150.000,00

Processo de Inexigibilidade: 09-20/16

Objeto: ASSINATURA DE BOLETINS NDJ - BLC E BDM - PROGEM.

Artigo: 25 caput - Caput da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA: EDITORA NDJ LTDA.(CNPJ: 54.1032.785/0001-32).

VALOR: R\$ 17.360,00

Processo de Inexigibilidade: 09-13/16

Objeto: CURSO DE CAPACITAÇÃO - SEMUS

Artigo: 25 caput - Caput da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA: ASSOC. BRASILEIRA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA ABRASCO.(CNPJ: 00.665.448/0001-24).
VALOR: R\$ 10.750,00

Processo de Inexigibilidade: 09-19/16
Objeto: AQUISIÇÃO DE VALES TRANSPORTES - SEMUS
Artigo: 25 caput - Caput da Lei N 8.666/93 e alterações.
CONTRATADA: VIAÇÃO PIRACABANA LTDA. (CNPJ: 54.360.623/0047-87).
VALOR: R\$ 56.107,80

EXTRATO Nº 064/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 064/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Reflo Comércio de Ferros Ltda. EPP

OBJETO: Registro de Preços para Aquisições Futuras de Ferro, Aço, Alumínio e Outros Metais para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 218/2015 e Ata de Registro de Preços nº. 039/2016 firmada em 09 de março de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

LOTE 2						
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	28117	10	Barra	Perfil de alumínio anodizado (chapa) 1/8 x 1". Comprimento da barra: 6 metros.	38,01	380,13
2	28118	10	Barra	Perfil de alumínio anodizado (chapa) 1/8 x 1.1/2". Comprimento da barra: 6 metros.	51,83	518,30
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				898,50		
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Oitocentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos		

LOTE 5						
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	28146	2	Barra	Ferro trefilado quadrado 1/2". Comprimento da barra: 6 metros. Material conforme norma SAE 1020.	70,58	141,16
2	28147	2	Barra	Ferro trefilado quadrado 1/4". Comprimento da barra: 6 metros. Material conforme norma SAE 1020.	17,10	34,20
3	28148	2	Barra	Ferro trefilado quadrado 3/8". Comprimento da barra: 6 metros. Material conforme norma SAE 1020.	40,83	81,66
4	28149	2	Barra	Ferro trefilado quadrado 5/16". Comprimento da barra: 6 metros. Material conforme norma SAE 1020.	85,47	170,94
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				428,00		
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Quatrocentos e vinte e oito reais		

LOTE 7						
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	7489	20	Barra	Cantoneira de alumínio anodizado 1/8 x 1.1/2". Comprimento da barra: 6 metros.	90,11	1.802,20
2	28155	10	Barra	Cantoneira de alumínio anodizado 1/8 x 1". Comprimento da barra: 6 metros.	69,77	697,70
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				2.500,00		
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Dois mil e quinhentos reais		

LOTE 8						
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	28156	5	M2	Chapa de ferro lisa 1/2". Material conforme norma SAE 1020. As dimensões das chapas serão informadas em cada pedido e conforme a necessidade da FURB.	353,00	1.765,00
2	28157	5	M2	Chapa de ferro lisa 1/4". Material conforme norma SAE 1020. As dimensões das chapas serão informadas em cada pedido e conforme a necessidade da FURB.	176,50	882,50
3	28158	5	M2	Chapa de ferro lisa 1/8". Material conforme norma SAE 1020. As dimensões das chapas serão informadas em cada pedido e conforme a necessidade da FURB.	88,25	441,25
4	28159	5	M2	Chapa de ferro lisa 2mm. Material conforme norma SAE 1020. As dimensões das chapas serão informadas em cada pedido e conforme a necessidade da FURB.	55,42	277,10
5	28160	5	M2	Chapa de ferro lisa 3/16". Material conforme norma SAE 1020. As dimensões das chapas serão informadas em cada pedido e conforme a necessidade da FURB.	134,14	670,70
6	27712	5	M2	Chapa de ferro lisa 3/8". Material conforme norma SAE 1020. As dimensões das chapas serão informadas em cada pedido e conforme a necessidade da FURB.	264,75	1.323,75
7	28161	5	M2	Chapa de ferro lisa 5/16". Material conforme norma SAE 1020. As dimensões das chapas serão informadas em cada pedido e conforme a necessidade da FURB.	222,39	1.111,95
8	27568	5	M2	Chapa de ferro xadrez 1/8". Material conforme norma SAE 1020. As dimensões das chapas serão informadas em cada pedido e conforme a necessidade da FURB.	104,37	521,85
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				6.994,10		
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Seis mil e novecentos e noventa e quatro reais e dez centavos		

LOTE 11						
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	22190	150	Peça	Disco de corte diâmetro de 115mm, furo de 22,2mm e espessura de 1,0mm em material abrasivo.	2,93	439,50
2	7751	50	Peça	Disco de desbaste diâmetro de 115mm, furo de 22mm e espessura de 6mm em material abrasivo.	4,40	220,00
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				659,50		
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos		

LOTE 12						
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	7618	2	Quilo	Eletrodos para solda elétrica 2,5mm.	14,00	28,00
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				28,00		
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Vinte e oito reais		

LOTE 13						
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	15773	20	Lata	Fluido de corte para todos os metais, inclusive alumínio.	29,40	588,00
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				588,00		
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Quinhentos e oitenta e oito reais		

LOTE 18						
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	28177	5	Metro	Tarugo de polietileno redondo de 25mm	17,75	88,75
2	28178	5	Metro	Tarugo de polietileno redondo de 30mm	25,43	127,15

3	28180	3	Metro	Tarugo de polietileno redondo de 40mm	46,13	138,39
4	28181	1	Metro	Tarugo de polietileno redondo de 60mm	101,72	101,72
5	27998	1	Metro	Tarugo de polietileno redondo de 70mm	138,98	138,98
6	28182	1	Metro	Tarugo de polietileno redondo de 80mm	180,97	180,97
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				776,00		
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Setecentos e setenta e seis reais		

LOTE 19

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	6389	65	Barra	Tubo de ferro preto 20 x 30 x 1,5mm.	31,55	2.050,75
2	6472	10	Barra	Tubo de ferro preto 20 x 40 x 1,5mm.	38,07	380,70
3	6474	120	Barra	Tubo de ferro preto 30 x 30 x 1,5mm.	38,08	4.569,60
4	22776	30	Barra	Tubo de ferro preto 30 x 40 x 2mm.	58,94	1.768,20
5	21543	20	Barra	Tubo de ferro preto 40 x 40 x 2mm.	67,94	1.358,80
6	21319	20	Barra	Tubo de ferro preto 40 x 60 x 2mm.	85,50	1.710,00
7	18544	10	Barra	Cano de ferro preto 1", parede 1,5mm.	24,92	249,20
8	28183	20	Barra	Cano de ferro preto 1.1/2", parede 1,5mm.	38,08	761,60
9	28184	20	Barra	Cano de ferro preto 1.1/4", parede 1,5mm.	31,45	629,00
10	28185	20	Barra	Cano de ferro preto 2", parede 1,5mm.	51,67	1.033,40
11	28186	5	Barra	Cano de ferro preto 3/4", parede 1,5mm.	18,39	91,95
12	28187	5	Barra	Cano de ferro preto 5/8", parede 1,5mm..	15,03	75,15
13	28188	5	Barra	Cano de ferro preto, parede 1,5mm 7/8".	21,85	109,25
14	28189	50	Barra	Tubo de ferro zincado 30 x 40 x 2mm.	66,66	3.333,00
15	27272	10	Barra	Tubo de ferro zincado 40 x 60 x 2mm.	96,33	963,30
16	28190	30	Barra	Tubo de ferro zincado 50 x 50 x 2mm.	96,33	2.889,90
17	28191	100	Barra	Cano de ferro zincado 1", parede 1,55mm.	29,07	2.907,00
18	22685	100	Barra	Cano de ferro zincado 1.1/2", parede 1,55mm.	44,40	4.440,00
19	22684	100	Barra	Cano de ferro zincado 1.1/4", parede 1,55mm.	36,79	3.679,00
20	22686	100	Barra	Cano de ferro zincado 2", parede 1,55mm.	62,98	6.298,00
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				39.300,00		
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Trinta e move mil e trezentos reais		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 22/03/2016.

EXTRATO Nº 065/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 065/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e
Goedert LTDA

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de papel toalha, papel higiênico, produtos saneantes e utensílios de limpeza para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 214/2015 e Ata de Registro de Preços nº. 041/2016 firmada em 10 de março de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Lote 3: MOP pó e rodos						
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço total R\$
1	19995	30	Pç.	Conjunto mop pó acrílico de 60cm x 15cm composto por: 1) armação dobrável euro com canopla para fixação do cabo	Nobre	1.770,00



2	27445	50	Pç.	Cabo liso em alumínio anodizado natural / diâmetro de 22mm / comprimento de 1,4m	Nobre	14,00	700,00
3	24036	100	Pç.	Refil mop pó profi acrílico de 60cm x 15cm -	Nobre	19,00	1.900,00
4	27433	15	Pç.	Refil mop pó profi acrílico de 80cm x 15cm -	Nobre	25,00	375,00
5	27435	10	Pç.	Refil mop pó profi acrílico de 100cm x 15cm - Luva composta por fios 100% acrílicos que permitem uma estática natural.	Nobre	32,00	320,00
6	536	100	Pç.	Rodo industrial em nylon reforçado / largura de 45 cm / com lâmina de borracha dupla preta / sem cabo	Nobre	14,90	1.490,00
7	20089	50	Pç.	Suporte para fibras de limpeza / dimensões 102mm x 260mm	Nobre	18,40	920,00

Lote 4: baldes, lixeiras e demais suportes plásticos

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço unit. R\$	Preço total R\$
1	34503	100	Pç.	Balde plástico REFORÇADO com alça metálica, material polipropileno (PP)	Arqplast	4,42	442,00
2	12070	100	Pç.	Lixeira plástica fechada tipo tambor com tampa, material pilipropileno (PP), capacidade de 60 a 64 litros	Jaguar	39,77	3.977,00
3	27430	400	Pç.	Lixeira plástica fechada, sem tampa, material piletileno (PE), capacidade de 11 ou 12 litros	Plasvale	14,19	5.676,00
4	12090	20	Pç.	Lixeira plástica fechada tipo tambor com tampa,	Plasvale	32,82	656,40
5	600	120	Pç.	Porta papel toalha para papel interfolhado de 2 ou 3 dobras	nobre	17,19	2.062,80
6	5963	180	Pç.	Pulverizador com capacidade de 500ml	nobre	3,99	718,20
7	694	120	Pç.	Saboneteira branca com reservatório de 800ml.	Nobre city	20,00	2.400,00
8	32472	20	Pç.	Saboneteira branca para uso de refil 800ml	nobre	15,24	304,80
9	576	120	Pç.	Suporte para papel higiênico rolo com 500 metros / confeccionado em material plástico ABS / cor branca.	nobre	18,19	2.182,80

Lote 7: sacos de lixo coloridos

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço unit. R\$	Preço total R\$
1	16942	80	Pct.	Saco plástico para acondicionamento de lixo na cor amarela. Embalado em pacotes com 100 unidades.	nobre	22,01	1.761,40
2	16943	150	Pct.	Saco plástico para acondicionamento de lixo na cor azul. Embalado em pacotes com 100 unidades.	nobre	22,02	3.303,00
3	16944	80	Pct.	Saco plástico para acondicionamento de lixo na cor verde. Embalado em pacotes com 100 unidades.	nobre	22,02	1.761,60
4	16941	200	Pct.	Saco plástico para acondicionamento de lixo na cor vermelha. Embalado em pacotes com 100 unidades.	nobre	22,02	4.404,00

Lote 9: vassoura de palha

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço unit. R\$	Preço total R\$
1	537	480	Pç.	Vassoura de palha de milho com no mínimo 4 amarrações / cabo de madeira de 1m de comprimento mínimo, fixado com prego na vassoura	nobre	9,09	4.363,20

Lote 11: papel higiênico

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço unit. R\$	Preço total R\$
1	37290	12000	RI.	Papel higiênico branco tipo rolo, rolo de 500 metros de comprimento x 10 centímetros de largura, folha simples de ótima qualidade cor branca, com alvura mínima de 80%, sem pigmentação ou manchas aparentes,	Nc	3,89	46.680,00
2	32419	50	Fardo	Papel higiênico branco tipo rolo, rolo de 500 metros de comprimento por 10 centímetros de largura, composição: 100% de fibras celulose virgens.	nc	51,71	2585,50

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais/produtos, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam

acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 22/03/2016.

EXTRATO Nº 066/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 066/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Tayu Quimica LTDA EPP

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de papel toalha, papel higiênico, produtos saneantes e utensílios de limpeza para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 214/2015 e Ata de Registro de Preços nº. 042/2016 firmada em 10 de março de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Lote 13: papel toalha em pacotes							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço unit. R\$	Preço total R\$
1	37291	20000	Pacote	Papel toalha interfolhado branco com duas dobras / folha simples de ótima qualidade cor branca, com alvura mínima de 75%, sem pigmentação ou manchas aparentes, com fibras homogêneas brancas de ótima qualidade, neutro, absorvente sem rebarbas nos cortes laterais e gramatura de 27 a 29g/m². / Composição: fibras celulósicas secundárias de aparas Branca Tipo A/2 – são aparas, mantas e restos de bobinas de papéis brancos, sem impressão de espécie alguma, sem revestimento ("coating"). Teor máximo de umidade: 10%. Teor máximo de impurezas: 2%. Teor máximo de materiais proibitivos: 0%. Dimensões mínimas: 22cm de largura x 20cm de comprimentos, em pacotes com 1000 folhas e embalados em fardos.	plufy	5,54	110.800,00
2	37292	1000	Pacote	Papel toalha interfolhado branco / composição: 100% fibras de celulose virgens / com duas dobras / dimensões mínimas: 22cm de largura x 20cm de comprimento / folha simples na cor branca com alvura mínima de 85%	Alternativa	8,45	8.450,00

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais/produtos, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 22/03/2016.

EXTRATO Nº 067/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 067/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

JP de Lima Comércio EPP

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de papel toalha, papel higiênico, produtos saneantes e utensílios de limpeza para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 214/2015 e Ata de Registro de Preços nº. 043/2016 firmada em 10 de março de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Lote 1: produtos químicos pequenos							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço unit. R\$	Preço total R\$
1	656	500	Lt.	Água sanitária - solução aquosa à base de hipoclorito de sódio ou cálcio, com teor de cloro ativo entre 2,0 a 2,5% p/p. Produto poderá conter apenas hidróxido de sódio ou cálcio, cloreto de sódio ou cálcio e carbonato de sódio ou cálcio como estabilizante. Pode ter ação como alvejante e de desinfetante de uso geral. Embalagem de 1 litro.	limpinha	1,24	620,00
2	35695	2000	Lt.	Álcool etílico hidratado com 46° INPM, pH neutro (álcool saneante de uso doméstico).	Chemix	3,00	6.000,00
3	651	1800	Fr.	Detergente líquido neutro lava-louça glicerinado / frasco com 500ml / com fragrâncias suaves / pH 6,5 - 7,5 / composição: glicerina, tensoativos aniônicos, não iônicos, catiônicos e anfóteros, espessantes, sequestrantes, conservantes e hidrótopos.	Limpinha	1,00	1.800,00
4	591	800	Pç.	Desodorizador de ar e/ou ambientes em aerossol / frasco com 360ml / fragrâncias suaves a serem escolhidas pela FURB / pH 6,5 – 8,5 / composição: álcool etílico, cloreto diaquil, essência, água e propelente	U. Fresh	4,50	3.600,00
5	671	250	Fr.	Inseticida aerossol para eliminar baratas / frasco com 300ml / componentes ativos: pirretrinas (Imiprothrin) e piretróides (Cipermetrina) / o produto não deve conter "CFC".	U.,Inset	5,51	1.377,50
6	652	200	Pç.	Lustra móveis com silicone / embalagem plástica de 200 ml / composição: ceras naturais, silicone, emulsificante	Saubá	1,52	304,00
7	660	10	Pç.	Óleo de peroba em embalagem plástica de 200 ml / com função de proteger móveis, portas, janelas e artefatos de madeira contra a ação do tempo / composição: óleo mineral e vegetal, solvente mineral e vegetal e aromatizante.	Worquer	2,65	26,50
8	657	700	Pç.	Sabão em barra azul / biodegradável / com ação branqueadora / peso 200g / composição: sabão à base de ácidos graxos, conservante, sal inorgânico, branqueador óptico, carbonato de cálcio, corante	G. Sol	1,00	700,00
9	711	1800	Cx.	Sabão em pó / biodegradável / embalagem de 1 kg / composição: tensoativo,	Breeze	3,71	6.678,00
10	685	2000	Tb.	Saponáceo líquido cremoso / frasco de 300ml / diversas fragrâncias / pH 7,5 - 8,5 / componentes ativos: alquilbenzeno e sulfonato de sódio.	Saubá	2,05	4.100,00

Lote 02: Fibras e discos para limpeza							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço unit. R\$	Preço total R\$
1	27442	50	Pç.	Disco de fibra sintética para limpeza / cor preta / resistente à água, detergentes e limpadores / normalmente usados para manutenção de pisos / diâmetro 350mm.	Britsch	12,00	600,00
2	27441	70	Pç.	Disco de fibra sintética para lustrar cera / cor branca / com boa resistência / diâmetro 350mm.	Britsch	12,00	840,00

3	25782	180	Pç.	Disco de fibra sintética para limpeza / cor verde / resistente à água, detergentes e limpadores / normalmente usados para manutenção de pisos / diâmetro 350 mm.	Britsch	12,00	2.160,00
4	27440	10	Pç.	Disco de fibra sintética para limpeza / cor verde / resistente à água, detergentes e limpadores / normalmente usados para manutenção de pisos / diâmetro 410mm.	Britsch	12,00	120,00
5	23750	10	Pç.	Disco de fibra sintética para limpeza / cor verde / resistente à água, detergentes e limpadores / normalmente usados para manutenção de pisos / diâmetro 510mm.	Britsch	12,00	120,00
6	9160	50	Pç.	Esponja dupla face / tamanho 75mm x 110mm x 20mm / limpeza leve / cor vermelha / composição: espuma de poliuretano com bactericida e fibra sintética com mineral abrasivo na cor branca.	Britsch	0,60	30,00
7	575	4500	Pç.	Esponja dupla face / tamanho 75mm x 110mm x 20mm / limpeza pesada / cor amarela	Britsch	0,60	2.700,00
8	19937	50	Pç.	Fibra de limpeza leve / cor branca / medidas 102mm x 260mm x 10,5mm / composição: manta não-tecido de fibras sintéticas, unidas com resina à prova d'água.	Britsch	1,11	55,50
9	640	3500	Pç.	Fibra sintética com mineral abrasivo para limpeza geral / cor verde	Britsch	0,94	3.290,00

Lote 05: copos plásticos

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço unit. R\$	Preço total R\$
1	27437	2000	Cento	Copo plástico branco liso com capacidade de 50 ml - Composto de poliestireno (PS) ou polipropileno (PP), não tóxico e tendo temperatura máxima para uso de 100°C,	Cristal	1,17	2.340,00
2	28804	4000	Cento	Copo plástico branco liso com capacidade de 150 ml - Composto de polipropileno (PP), não tóxico e tendo temperatura máxima para uso de 100°C	Cristal	2,67	10.680,00

Lote 8: vassouras e escovas

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço unit. R\$	Preço total R\$
1	534	200	Pç.	Escova de banheiro (escova sanitária plástica) com cabeça redonda / sem suporte de fixação.	L.Mania	1,10	220,00
2	615	100	Pç.	Espanador de pelos sintéticos com cabo (espanadeira) / com 60 tufo de cerdas no mínimo / altura das cerdas entre 50 a 60mm.	S.Maria	3,80	380,00
3	23705	250	Pç.	Vassoura de nylon com pontas desfiadas / largura 30 cm / altura dos fios de 11 a 12 cm / com quatro (04) fileiras de tufo de fios totalizando 68 tufo	V35	9,96	2.490,00
4	539	10	Pç.	Vassoura de pelo sintético macio, medindo 30 cm ±1cm de comprimento e 6cm ±1cm de altura de pelo, confeccionada com 6 fileiras de tufo de pelos.	Canada	6,00	60,00
5	533	100	Pç.	Escova de mão para limpeza e lavagem de roupa / com cerdas em polipropileno com 55 tufo de cerdas mínimo / altura das cerdas entre 25 a 30mm.	L.Mania	1,00	100,00

Lote 10: diversos

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço unit. R\$	Preço total R\$
1	34976	100	Cx.	Filtro de papel para café / tamanho 103 / para uso com porta filtro / para 20 cafezinhos	Brigitta	1,99	199,00
2	730	250	Cx.	Fósforo longo para cozinha / palitos com 5cm de comprimento	Gaboardi	1,50	375,00
3	568	240	Pç.	Pano de copa branco com bordas costuradas, dimensões mínimas: 50x70cm, em 90% de algodão mínimo	AGP	2,10	504,00
4	12088	60	Pct.	Saco descartável para aspirador de pó / tipo A20 / confeccionado em papel cru filtrante / com encaixe frontal /	A20	7,52	451,20

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais/produtos, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 22/03/2016.

EXTRATO Nº 068/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 068/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e
MG Comércio de Produtos de Higiene e Limpeza LTDA.

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de papel toalha, papel higiênico, produtos saneantes e utensílios de limpeza para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 214/2015 e Ata de Registro de Preços nº. 44/2016 firmada em 10 de março de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Lote 6: sacos de lixo							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço unit. R\$	Preço total R\$
1	12086	650	Pct.	Saco plástico para acondicionamento de lixo classe I Tipo E – conforme Normas ABNT NBR 9190 e NBR 9191 – com capacidade de 100 litros na cor preta. Embalado em pacotes com 100 unidades. As dimensões de cada saco devem ser de 75cm de largura e 105cm de altura, sendo que estas medidas podem ter uma variação de ± 1 cm. A espessura mínima da parede dupla de cada saco deve ser de 0,07mm.	ecoplan	24,09	15.658,50
2	12106	20	Pct.	Saco plástico para acondicionamento de lixo – com capacidade de 200 litros na cor preta. Embalado em pacotes com 100 unidades.	ecoplan	60,37	1.207,40

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais/produtos, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 22/03/2016.

EXTRATO Nº 069/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 069/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e
Luiz Minioli Netto EPP

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de papel toalha, papel higiênico, produtos saneantes e utensílios de limpeza para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 214/2015 e Ata de Registro de Preços nº. 45/2016 firmada em 10 de março de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço unit. R\$	Preço total R\$
1	32471	120	Caixa	Papel toalha interfolhado branco / composição: 100% fibras de celulose virgens / com duas ou três dobras / dimensões mínimas: 22,5cm de largura x 20cm de comprimento / folha simples na cor branca com alvura mínima de 85%, sem pigmentação ou manchas aparentes, com fibras longas homogêneas branqueada de alta qualidade, neutro, absorvente, sem rebarbas nos cortes laterais e gramatura de 27 a 29 g/m² / embalado em caixa com 2400 ou 2500 folhas. Obs.: quando da entrega, o material será verificado por amostragem e em caso de não conformidades nas amostras, será devolvido o lote.	Luna	16,10	1.932,00

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais/produtos, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 22/03/2016.

EXTRATO Nº 070/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 069/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Luiz Minioli Netto EPP

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de papel toalha, papel higiênico, produtos saneantes e utensílios de limpeza para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 214/2015 e Ata de Registro de Preços nº. 45/2016 firmada em 10 de março de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço unit. R\$	Preço total R\$
1	32471	120	Caixa	Papel toalha interfolhado branco / composição: 100% fibras de celulose virgens / com duas ou três dobras / dimensões mínimas: 22,5cm de largura x 20cm de comprimento / folha simples na cor branca com alvura mínima de 85%, sem pigmentação ou manchas aparentes, com fibras longas homogêneas branqueada de alta qualidade, neutro, absorvente, sem rebarbas nos cortes laterais e gramatura de 27 a 29 g/m² / embalado em caixa com 2400 ou 2500 folhas. Obs.: quando da entrega, o material será verificado por amostragem e em caso de não conformidades nas amostras, será devolvido o lote.	Luna	16,10	1.932,00

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais/produtos, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 22/03/2016.

EXTRATO Nº 071/2016 - FURB
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 071/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
D & MZ Comércio de Livros e Formulários LTDA

OBJETO: aquisição de blocos impressos para realização de testes no âmbito do Curso de Psicologia da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 214/2015 e Ata de Registro de Preços nº. 48/2016 firmada em 14 de março de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	19232	5	Bloco	Folha de resposta para teste psicológico Raven (escala geral) / bloco com 25 folhas.	125,00
2	37381	5	Bloco	Teste psicológico G-36; livro de aplicação; bloco com 25 folhas.	97,00
3	37382	3	Bloco	Teste psicológico AC; livro de aplicação; bloco com 50 folhas.	133,80
4	36728	5	Bloco	Folha de protocolo de respostas da bateria BPR5 / Bloco com 25 folhas.	142,50
5	23742	4	Bloco	Folha de resposta para teste psicológico Columbia / bloco com 25 folhas.	152,00
6	37383	50	Peça	Teste psicológico WISC IV; protocolo de registro geral.	1.425,00
7	37384	50	Peça	Teste psicológico WISC IV; protocolo procurar símbolos.	950,00
8	21699	50	Folha	Folha de protocolo do inventário de ansiedade para teste psicológico escala Beck (BAI) / unidade.	427,50
9	21698	50	Folha	Folha de protocolo do inventário de depressão para teste psicológico escala Beck (BDI) / unidade.	427,50
10	21700	50	Folha	Folha de protocolo da escala de desesperança para teste psicológico escala Beck (BHS).	427,50
11	21701	50	Folha	Folha de protocolo da escala de ideação suicida para teste psicológico escala Beck (BSI).	427,50
12	24877	40	Peça	Protocolo registro geral para teste psicológico WAIS III.	532,00
13	24878	40	Peça	Protocolo procurar símbolos para teste psicológico WAIS III.	342,00
14	17236	3	Bloco	Folha resposta para teste palográfico.	94,50
15	34196	2	Bloco	Pirâmides coloridas de Pfister - Blocos de Folhas de Respostas (25 folhas).	64,60
16	37385	1	Peça	Teste psicológico Conjunto Climor (escala de avaliação do clima organizacional).	217,25
17	37386	1	Peça	Teste psicológico Conjunto Empregabilidade (escala de empregabilidade).	150,35
18	37387	1	Peça	Teste psicológico Conjunto EVENT (escala de vulnerabilidade ao estresse no trabalho).	174,90
19	37388	1	Peça	Teste psicológico Conjunto DTO II (diagnóstico tipológico organizacional).	65,00
20	37389	1	Peça	Teste psicológico Conjunto AIP (avaliação dos interesses profissionais).	249,00
21	37390	1	Peça	Teste psicológico TAP II - Conjunto critérios para a escolha profissional.	174,60
22	31189	1	Kit	Conjunto EAP - Escala de aconselhamento profissional.	185,25
23	37391	1	Peça	Teste psicológico Conjunto EMEP (escala de maturidade para a escolha profissional).	143,25
24	29067	1	Peça	Teste psicológico / Profissiogame.	448,10
25	37392	1	Peça	Teste psicológico Conjunto TDP (teste das dinâmicas profissionais).	43,65
Preço Total (em R\$)				7.619,75	
Preço Final (em reais, por extenso)				Sete mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e cinco centavos	

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos testes, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancário.

PRAZO DE VIGÊNCIA: terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao recebimento definitivo dos testes ou, alternativamente, ao término do respectivo exercício financeiro, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 22/03/2016.

EXTRATO Nº 072/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 072/2016

Inexigibilidade de Licitação nº. 023/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, I, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para os AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO CONDUTIVÍMETRO DM-3P-PE2 E KIT DE CALIBRAGEM TH-S6-OS PARA USO NO LABORATÓRIO DE COMBUSTÍVEIS DA UNIVERSIDADE. Contratada: Digicrom Analítica Ltda.. Forma de Pagamento: O pagamento

será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega do equipamento e seus acessórios, desde que o mesmo seja aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

Valor Mensal/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 31.390,45 (trinta e um mil, trezentos e noventa reais e quarenta e cinco centavos)/01.19.12.364.0076.2019 (Centro de Ciências Tecnológicas) /3.3.90.39.00.

Blumenau, 23 de março de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

CÂMARA MUNICIPAL

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MARÇO DE 2016

Reunião Ordinária do dia 22 de março de 2016.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Em fase de discussão em 1º turno para oferecimento de emendas que envolvam o mérito, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município nº 83, de autoria do Vereador Mário Hildebrandt e outros, que "ACRESCENTA PARÁGRAFO 4º AO ARTIGO 41, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU", durante 5 (cinco) sessões ordinárias, nos termos do artigo 120, §2º, do Regimento Interno.

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei nº 7.095.

Retirado da Ordem do Dia, para vistas por 48h, o Projeto de Lei nº 7.127.

Aprovado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 7.137 e o Projeto de Lei Complementar nº 1.578. Destino: à Comissão de Redação Final.

Retirada da Ordem do Dia a Moção nº 23/2016.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 333 e 342/2016. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2470 e 2471. Destino: comuniquem-se e publiquem-se.

Entrada do Projeto de Lei nº 7.145, de autoria do Vereador Mário Hildebrandt, que "DISPÕE SOBRE EXIBIÇÃO DE MÍDIAS

AUDIOVISUAIS DE PREVENÇÃO, USO ABUSIVO E MALEFÍCIOS DAS DROGAS, NAS ABERTURAS DE EVENTOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Projeto de Decreto Legislativo nº 927, de autoria da Mesa Diretora, que "ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 6º DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 382, DE 23 DE AGOSTO DE 1999". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 22 DE MARÇO DE 2016

Reunião Extraordinária do dia 22 de março de 2016.

Terça-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 1.578. Destino: à sanção do Executivo.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 047/2016 DE 21 DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 047/2016, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidora Municipal Sra. MARISETE CHAVIER DA ROSA, matrícula nº 624-6, portadora do CIC sob. nº. 088.647.689-55, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, período aquisitivo de 04 de março de 2014 a 03 de março de 2015, período de concessão de 23 de março de 2016 a 21 de abril de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 21 de Março de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

EDITAL ANULAÇÃO PROVA CONCURSO 01.2015 V

EDITAL Nº 02/2016

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

ANULA PROVAS DOS CARGOS DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO, MÉDICO VETERINÁRIO, PROFESSOR DE ARTES, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSOR DE ENSINO INFANTIL, PSICÓLOGO, TÉCNICO EM CONTABILIDADE DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2015;

ALBINO GONÇALVES PADILHA, Prefeito Municipal de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o que segue:

I – DA ANULAÇÃO DAS PROVAS DO CERTAME:

CONSIDERANDO que há indícios de possível fraude na realização de concurso público na cidade de Santa Cecília/SC, e que a empresa NUBES passou a ser alvo de investigação pelo Grupo de Atuação de Combate as Organizações Criminosas (GAECO).

CONSIDERANDO que a empresa investigada realizou no município de Bom Retiro no dia 13 de março de 2016 a reaplicação das provas para os cargos de Assistente Administrativo, Farmacêutico/Bioquímico, Médico Veterinário, Professor de Artes, Professor de Educação Física, Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Fundamental, Professor de Ensino Infantil, Psicólogo, Técnico em Contabilidade e não concluiu a correção dos gabaritos e não houve a publicação do resultado final, prejudicando desta forma o certame.

CONSIDERANDO que os atos praticados pela Empresa NUBES no município de Santa Cecília/SC, ferem os princípios básicos da administração pública, o Município de Bom Retiro através de seu representante legal o Prefeito Municipal,

RESOLVE:

1º - ANULAR as provas aplicadas para os cargos de Assistente Administrativo, Farmacêutico/Bioquímico, Médico Veterinário, Professor De Artes, Professor De Educação Física, Professor De Educação Infantil, Professor De Ensino Fundamental, Professor De Ensino Infantil, Psicólogo, Técnico em Contabilidade do CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015.

2º - DETERMINAR a contratação de empresa idônea e nova data para realização das provas no período aproximado de 60 dias;

3º - DETERMINAR à Procuradoria Geral do Município que tome as devidas providências legais contra a Empresa NUBES no que tange aos prejuízos sofridos pelo ente público, visando a reparação do dano.

II – DA DEVOLUÇÃO DOS VALORES DAS INSCRIÇÕES:

CONSIDERANDO ser direito de todos os candidatos que pagaram a taxa de inscrição, reaverem tais valores, caso não tenham mais interesse na participação do concurso, seja por qualquer motivo;

RESOLVE:

1º - AUTORIZAR a devolução dos valores das inscrições, com observância do procedimento especificado no 'item III' do presente Edital;

2º - DETERMINAR a adoção de todos os procedimentos administrativos necessários à operacionalização do ato, com alocação de

recursos para suportar as despesas decorrentes, objetivando o ressarcimento de todos os interessados, ainda no presente exercício.

III – DO PROCEDIMENTO DE DEVOLUÇÃO:

CONSIDERANDO que preliminarmente não sabemos quantos candidatos devem ser ressarcidos;

CONSIDERANDO a existência de somente três instituições financeiras, com possibilidade de transferência eletrônica de valores por parte do Município, e, que tais transferências devem observar o fluxo de Caixa (saldo) das respectivas Contas Correntes;

CONSIDERANDO que os valores a serem ressarcidos não estão quantificados, e, que as devoluções devem ser efetivadas sem prejuízos aos serviços públicos, mas igualmente, sem prejuízo aos Candidatos a serem ressarcidos, estes devem ocorrer até no máximo 30 dias após manifestação de interesse do candidato;

RESOLVE:

1º - DEFINIR, que as devoluções dar-se-ão sob uma das seguintes formas:

- Transferência Eletrônica ou Depósito em conta corrente do candidato (deve ser titular da Conta), única exclusivamente junto aos Bancos do Brasil, Bradesco, Cressol ou Sicoob; ou ainda

- Depósito em conta de terceiros, junto a tais instituições financeiras, desde que o Candidato a ser ressarcido encaminhe ao Município Declaração Expressa com firma reconhecida por autenticidade, autorizando o crédito na conta que informar.

2º - REGULAMENTAR o procedimento administrativo de devolução dos valores referentes a Taxa de Inscrição, definindo que os interessados deverão proceder da seguinte forma:

a) Encaminhar solicitação, conforme formulário anexo, POR MEIO ELETRÔNICO, para o seguinte endereço: bomretiro@bomretiro.gov.br, solicitando a confirmação de recebimento do e-mail contendo:

- Qualificação: nome, número do CPF, documento de identificação, endereço, telefone de contato, e, e-mail;

- Cargo ao qual se inscreveu;

- Forma pela qual pretende obter a devolução, nos termos do 'item 1º' supra;

- Se possível: número da inscrição e o Comprovante do Ato de Inscrição e Pagamento da respectiva Taxa (Digitalizar e enviar anexo a solicitação);

b) Obter quaisquer informações que entenderem necessárias, via endereço eletrônico informado ou Fone: (49) 32770183, (favor priorizar contato por e-mail);

3º - ESTABELECEER OS SEGUINTE CRITÉRIOS PARA AS DEVOLUÇÕES:

a) As solicitações serão recebidas via e-mail informado, a contar de 28 DE MARÇO DE 2016, acusando-se seu recebimento; e, manter-se-á tal procedimento pelo prazo máximo de dois meses;

b) Informar-se-á, em até 15 (quinze) dias, se o pedido encontra-se em condições de ser atendido (DEFERIDO), ou, se alguma documentação complementar deverá ser apresentada pelo solicitante;

c) Aos pedidos devidamente instruídos, e, aptos à devolução, informar-se-á a data em que ocorrerá o crédito dos valores ou em que estes estarão disponíveis para retirada;

d) Salvo motivo de força maior, devidamente comunicado aos solicitantes, todas as devoluções deverão ser atendidas ainda no presente exercício, desde que, enviadas com a antecedência de 15 (quinze) dias de seu término;

e) Possuirão prioridade as devoluções via transferência eletrônica e depósitos em conta corrente, reiterando, exclusivamente para

as instituições financeiras referidas (Banco do Brasil); as demais, observar-se-ão a ordem de solicitação (desde que atendidos os requisitos necessários);

f) Terão prioridade de devolução, os solicitantes que apresentarem o Comprovante de Inscrição e de Pagamento da Taxa correspondente, tendo em vista que tal procedimento evita maiores diligências internas para certificar a efetiva quitação da Taxa.

IV – DA DIVULGAÇÃO:

Como forma de divulgação do presente Edital, determina-se a publicação de Extrato do mesmo, junto a Imprensa Oficial do Município; e, disponibilizando-o na íntegra junto ao Mural de Divulgação, afixado no prédio da Prefeitura, sito a Avenida Major Generoso, 19 – Centro – Bom Retiro/SC – CEP: 88.680-000 (endereço para envio das declarações); junto a página oficial do Município (www.bomretiro.sc.gov.br).

Bom Retiro, 23 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

PREFEITO MUNICIPAL

JUCINARA CAPISTRANO DA CUNHA
PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

ANEXO ÚNICO FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO

NOME:

ENDEREÇO: Nº:

BAIRRO: CIDADE: CEP:

CPF: D.I.:

E-MAIL: FONE:()

Nº DA INSCRIÇÃO: CARGO:

OPÇÃO DE DEVOLUÇÃO:

() DEPÓSITO EM CONTA DO TITULAR:

DADOS DA CONTA BANCÁRIA:

TITULAR (NOME):

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:

CAMPOS DE USO INTERNO DO MUNICÍPIO

DATA DA SOLICITAÇÃO: VALOR DA RESTITUIÇÃO-R\$:

OBSERVAÇÕES:

DATA DA APROVAÇÃO: VISTO DO ENCARREGADO DA ANÁLISE:

DEFIRO E AUTORIZO O EMPENHO:

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DATA:

administração pública, a Prefeitura Municipal de Bom Retiro, através do seu Prefeito Municipal que seguindo orientação do Ministério Público, decidiu por anular a reaplicação da prova realizada no dia 13 de março de 2016 para preenchimento de vagas para os cargos de Médico Veterinário, Farmacêutico Bioquímico, Psicólogo, Professor de Educação Infantil, Professor de Educação Física, Professor de Artes - 40 horas, Professor do Ensino Fundamental, Professor do Ensino Infantil, Assistente Administrativo e Técnico em Contabilidade.

Assim sendo, será contratada outra empresa para a reaplicação das provas, sendo, portanto a última prova que não teve seu resultado publicado, considerada nula e sem validade alguma conforme o disposto o Edital nº 02/2016 de 23 de março de 2016.

Para maior clareza informamos que as irregularidades que deflagraram a ação do GAECO contra a empresa NUBES não envolve o Município de Bom Retiro, porém, para evitar que haja dúvidas quanto à lisura do certame, por precaução e em demonstração de que a Prefeitura Municipal de Bom Retiro não compactua com esses atos ilegais o Prefeito Municipal decidiu por anular as provas realizadas no dia 13 de março de 2016, as quais serão reaplicadas por outra empresa que não tenha envolvimento com atos inidôneos.

Bom Retiro, 23 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

PREFEITO MUNICIPAL

NOTA DE ESCLARECIMENTO ANULAÇÃO 01

NOTA DE ESCLARECIMENTO

(ANULAÇÃO REAPLICAÇÃO DE PROVAS - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015)

A Prefeitura Municipal de Bom Retiro vem a público informar que em virtude de indícios de possível fraude na realização de concurso público na cidade de Santa Cecília/SC, a empresa NUBES passou a ser alvo de investigação pelo Grupo de Atuação de Combate as Organizações Criminosas (GAECO). Segundo a "Operação X da Questão" a referida empresa que presta serviços na realização de concursos públicos teria cometido atos ilícitos na cidade de Santa Cecília, burlando o certame com o intuito de beneficiar alguns candidatos. A ação do Ministério Público que prendeu 11 pessoas foi noticiada em todos os veículos de comunicação, lançando assim dúvidas sobre a idoneidade da empresa.

Diante deste fato lamentável que fere os princípios básicos da

Botuvera

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.880/2016

DECRETO Nº 1.880/2016

"AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2016"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere a Lei nº 1.323/2016 de 16 de março de 2016.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 83.000,00 (Oitenta e Três Mil) conforme abaixo especificado:

11.00	Fundo Municipal de Saúde
11.01	-Fundo Municipal de Saúde
10-301-0090-2.70	-Manutenção, Operação e Implantação de Academias de Saúde
4.4.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.33(292)	-Transferências de Convênio Saúde União R\$ 83.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

11.00	Fundo Municipal de Saúde
11.01	-Fundo Municipal de Saúde
10-301-0090-2.30	-Manutenção e Funcionamento das Unidades de Saúde da Família
4.4.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.33(246)	-Transferências de Convênio Saúde União R\$ 83.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 21/03/2016.

Botuverá, 23 de março de 2016.

José Luiz Colombi
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 27/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 27/2016

Estabelece o índice para revisão geral anual da remuneração e dos subsídios dos agentes públicos do Município de Botuverá para o exercício de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Para os fins da Lei Complementar nº 26, de 17/12/2015, a remuneração e os subsídios dos agentes públicos do Município de Botuverá serão revisados em percentual de 4,0% (quatro vírgula zero por cento) para o exercício de 2016, sem distinção de índices, da seguinte forma:

a) 2,00% (dois vírgula zero por cento), com efeitos financeiros a

contar de 1º de março do corrente.

b) 2,00%(dois vírgula zero por cento), com efeitos financeiros a contar de 1º de agosto do corrente, condicionado à disponibilidade financeira e ao atendimento dos limites impostos pela LRF.

§ 1º - A revisão geral anual de que trata o "caput" deste artigo, será aplicada a todos os salários e/ou subsídios:

I - de empregos de provimento efetivo ou comissionados;

II - de admitidos em caráter temporário (ACT);

III - de Conselheiros Tutelares;

IV- dos empregos do ESF;

V – dos Agentes Políticos.

§ 2º - A revisão geral de que trata o caput e § 1º deste artigo incide, inclusive, sobre o valor da bolsa-estágio.

§ 3º - O percentual da revisão de que trata esta Lei, incide, integralmente, para atualização do valor das Funções Gratificadas de que trata o Anexo II da Lei Complementar nº 1198/2013 e suas alterações.

§ 4º - Considerando-se que a revisão geral de que trata esta Lei ocorre em percentual inferior à variação da inflação de 2015 a diferença poderá integrar futura revisão anual, observadas as condições do art. 2º da Lei Complementar nº 26, de 17/12/2015, vedada à concessão de efeitos financeiros retroativos.

Art. 2º - Os salários ou subsídios dos servidores públicos e Conselheiros Tutelares do Poder Executivo do Município, serão reajustados, no mês de março/2016, em 5,00% (cinco vírgula zero por cento), com efeitos financeiros a contar de 1º de março do corrente.

Parágrafo Primeiro – O reajuste de que trata este artigo não se aplicará ao salário dos ocupantes de empregos em comissão e ao subsídio dos agentes políticos municipais, sem prejuízo de sua aplicação ao salário dos servidores efetivos do Poder Legislativo mediante a edição de ato próprio.

Parágrafo Segundo – O percentual da revisão e do reajuste de que trata esta Lei, incide, integralmente, para atualização do valor das Funções Gratificadas de que trata o Art. 24, "C" da Lei Municipal nº 1198/2013.

Art. 3º - Para os salários majorados devido à elevação do salário mínimo ou piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto nesta Lei.

Art. 4º - A despesa decorrente da aplicação desta Lei correrá a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual.

Art. 5º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de Março do corrente.

BOTUVERÁ, 23 de Março de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PL21/2016-PP13/2016-SRP-PRODUTOS PADARIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 21/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 21/2016 na Modalidade Pregão Presencial nº 13/2016, para AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DE PADARIA, PÃO, BOLO, CUCA, SALGADOS E DOCE PARA AÇÕES COMUNITÁRIOS DE IDOSOS. Recebimento da documentação e propostas: Até as 09:00 Horas do dia 06/04/2016. Abertura da sessão: dia 06/04/2016 às 09:30 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no Departamento de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail vilimar@botuvera.sc.gov.br compras@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br Botuverá-SC, 23 de Março de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 047/2016

PORTARIA Nº 047/2016

“Nomeia Membros Para a Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional no Estágio Probatório dos Empregados Públicos do Município de Botuverá e dá Outras Providências.”

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições, com base no artigo 73, VII, X e XV da Lei Orgânica Municipal no Decreto nº 1004/2005, resolve:

Art. 1º - Nomear a Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional no Estágio Probatório, dos empregados públicos municipais de Botuverá, conforme dispõe o Art. 4º do Decreto nº 1004/2005.

Art. 2º - A Comissão será composta pelos seguintes membros:

1. Alírio Merizio – Professor;
2. Luciana da Luz D. Dranka – Enfermeira;
3. Maicon E. dos Santos – Técnico em Vigilância Sanitária;
4. Rogério Comandolli – Assistente Administrativo;
5. Josimar Leoni – Monitor de Turismo.

Art. 3º - A Comissão de que trata esta Portaria poderá requisitar depoimentos de outros empregados para auxiliá-los na avaliação, bem como indicar outros empregados públicos efetivos para acompanhar e avaliar o empregado público.

Art. 4º - Após a avaliação do empregado público o mesmo deverá ser cientificado da mesma, através de cópia do formulário de avaliação.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Botuverá, 11 de Março de 2016.
JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 049-2016

PORTARIA Nº 049/2016

“Nomeia Membros da Comissão de acompanhamento e avaliação das bolsas de estudo de ensino superior”.

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 104, II, c, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art 1º Nomear os seguintes integrantes do funcionalismo público do município de Botuverá, para formar a comissão de acompanhamento e avaliação da veracidade do que foi demonstrado nas bolsas de estudo de ensino superior do município de Botuverá-SC.

I – Marilene Maurício Assini

II– Fábio Maestri Bagio

III – Adriano Bósio

Art 2º - Revoga-se as disposições em contrário.

Art 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 22 de março de 2016

José Luiz Colombi
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 7/2016 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 7/2016 FMS

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 7/2016 FMS

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 07.04.2016, estará selecionando a melhor proposta para aquisição de equipamentos de segurança e telefonia e serviço de mão de obra para instalação dos equipamentos para as duas novas unidades de saúde, sendo uma no centro e outra na localidade de km 15., informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 21 março de 2016.

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N 28 2015

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2015

Número do Registro de Preços: 28/2015 Data do Registro: 24/09/2015 Válido até: 24/09/2016

Objeto da Compra: Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de escavadeira hidráulica no município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Contratação serviço de escavadeira hidráulica com peso entre 13 e 15 toneladas (16759)	HORA	TERRAPLENAGEM RODRIGUES & SILVA LTDA - ME (9024)	JCB	0	140,0000	1
			TERRAPLENAGEM REICHERT LTDA. ME. (9436)	NEW HOLLAN	0	149,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 28/2015		Data do Registro: 24/09/2015		Válido até: 24/09/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de escavadeira hidráulica no município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Terraplanaagem Viana Ltda EPP (9435)	PC 160	0	200,0000	3

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2015

Número do Registro de Preços: 28/2015 Data do Registro: 24/09/2015 Válido até: 24/09/2016

Objeto da Compra: Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de escavadeira hidráulica no município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2015

PROCESSO Nº 50/2015

(9024) - TERRAPLENAGEM RODRIGUES & SILVA LTDA - ME

(9435) - Terraplanagem Viana Ltda EPP

(9436) - TERRAPLENAGEM REICHERT LTDA. ME.

Braço do Trombudo, 24 de Setembro de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N 29 2015

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2015

Número do Registro de Preços: 29/2015		Data do Registro: 25/09/2015		Válido até: 25/09/2016		
Objeto da Compra: Aquisição de peças e contratação de serviço de mão de obra para conserto e manutenção do caminhão tanque MBB 5439 Ford do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

1	EIXO PILOTO (4065)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	EATON	1
2	EIXO (3731)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	EATON	1
3	Eixo entalhado (16480)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	EATON	1
4	ARRUELA (1885)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	ROCHESTER	1
5	Grupo sincronizador (16481)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	EATON	1
6	Engrenagem ré (10070)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	EATON	1
7	MATERIAL DE LIMPEZA CAIXA DIFERENCIAL (6869)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	VOSS&WEISS	1
8	Óleo 80 (16482)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	LUBRAX	1
9	Adesivo (16483)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	ORBI	1
10	ROLAMENTO (2918)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	TIMKEM	1
11	Coroa e pinhão (16484)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	MERTOR	1
12	ROLAMENTO PINHÃO (9635)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	TIMKEM	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2015

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 29/2015		Data do Registro: 25/09/2015		Válido até: 25/09/2016			
Objeto da Compra:		Aquisição de peças e contratação de serviço de mão de obra para conserto e manutenção do caminhão tanque MBB 5439 Ford do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	CAIXA SATELITE (6288)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA -ME (8565)	MERITOR	0	4,023,3300	1
14	PONTA EIXO (6424)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA -ME (8565)	MERITOR	0	1,108,6700	1
15	Retentor Cubo (16485)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA -ME (8565)	SABO	0	81,0000	1
16	Lona Freio (16486)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA -ME (8565)	LONAFLEX	0	186,3300	1
17	Rolamento Cardan (16487)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA -ME (8565)	REI	0	228,3300	1
18	Kit embreagem (6486)	KIT	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA -ME (8565)	SACHS	0	1,629,6700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2015

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 29/2015		Data do Registro: 25/09/2015		Válido até: 25/09/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de peças e contratação de serviço de mão de obra para conserto e manutenção do caminhão tanque MBB 5439 Ford do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	MÃO DE OBRA (2726)	HR	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	VOSS & WEIS	0	80.0000	1

Página: 4/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2015

Número do Registro de Preços: 29/2015 Data do Registro: 25/09/2015 Válido até: 25/09/2016

Objeto da Compra: Aquisição de peças e contratação de serviço de mão de obra para conserto e manutenção do caminhão tanque MBB 5439 Ford do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2015

PROCESSO Nº 53/2015

(8565) - OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME

Braço do Trombudo, 25 de Setembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 1/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N 3 2015 FMS

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 26/03/2015 Válido até: 26/03/2016

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Agulha gengival curta 30 G CX c/100 unidades (1497)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	INJEX	0	34,3000	1
2	ANESTÉSICO TÓPICO BENZOCAÍNA 200 MG/G (POTE LÍQUIDO 12 G) DIVERSOS SABORES. (1215)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	DFL	0	7,3500	1
3	Balizador impermeável descartável para uso odontológico, 2 camadas de papel + 1 camada de plástico, medidas 33x18cm, pct c/100 und. (2640)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	DERMAPLUS	0	14,6000	1
4	BANDA MATRIX DE AÇO INOX Nº 5 (949)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PREVEN	0	1,6000	1
5	Banda Matriz de aço inox nº7 (1794)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PREVEN	0	1,8000	1
6	Bandeja em aço inox, dimensões comprimento 23 cm, largura 13 cm, altura 1,5cm. (2642)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	ABC	0	40,0000	1
7	Broca Baixa rotação de aço esférica número 1/2 (1625)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	JOTA	0	3,4500	1
8	Broca Baixa rotação de aço esférica número 1 (1626)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	JOTA	0	3,4500	1
9	Broca Baixa rotação de aço esférica número 2 (1627)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	JOTA	0	3,4500	1
10	Broca Baixa rotação de aço esférica número 3 (1628)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	JOTA	0	3,4500	1
11	Broca Baixa rotação de aço esférica número 4 (1629)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	JOTA	0	3,4500	1

Página: 2/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 26/03/2015 Válido até: 26/03/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Broca Baixa rotação de aço estéril número 5 (1630)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	JOTA	0	3,4500	1
13	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1090 (1788)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
14	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1111 FF (1791)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
15	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1112 FF (1790)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
16	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1190 FF (1792)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
17	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 3195 FF (1789)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
18	Broca FG para acabamento Fino (dourada) número 3118 F (1637)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
19	Broca FG para acabamento Fino (dourada) número 3168 F (1638)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
20	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 3195 F (1784)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
21	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1112 F (1785)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
22	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1111 F (1786)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1

Página: 3/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 26/03/2015 Válido até: 26/03/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1190 F (1787)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
24	Broca Alta rotação de aço esférica número 1014 (1631)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
25	Broca Alta rotação de aço esférica número 1016 (1633)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
26	Broca Alta rotação de aço esférica número 1012 (1634)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
27	Broca Alta rotação de aço esférica número 1011 (1777)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
28	Broca Alta rotação de aço esférica número 1012 HL (haste longa) (1636)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
29	Broca Alta rotação de aço esférica número 1014 HL (1776)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
30	Broca Alta rotação de aço esférica número 1016 HL (1779)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
31	Cabo para espelho clínico nº5 (1677)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LM	0	2,9000	1
32	CONDICIONADOR DE ESMALTE E DENTINA (ÁCIDO FOSFÓRICO A 37% SERINGA DE 2,5 ML), (1232)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CATHEC	0	3,4700	1
33	Compositos (medicamentos) p/ cavidades e/ alveolite dentária 20gr (1639)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	IODONTOSUL	0	23,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 4/11

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 26/03/2015 Válido até: 26/03/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	CUNHAS DE MADEIRAS FINAS E DELICADAS (PCT C/100 UNID) (1233)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	IODONTOSUL	0	12,0000	1
36	Escova dental adulta. Cerdas de nylon macias com 4 fileiras de tubos, contendo de 34 a 34 tuos de cerdas, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo de 17 a 19 cm, anatômica em empunhadura, cores variadas. (2843)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	DK	0	0,6500	1
37	Escova dental infantil, cerdas de nylon macias com 4 fileiras de tubos, contendo de 28 a 32 tuos de cerdas, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo de 15 a 17 cm, anatômica com empunhadura, com protetor de cerdas, cores variadas. (2844)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	DK	0	0,5800	1
38	Escova para limpeza de broca (1641)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PREVEN	0	5,8500	1
39	Escova Robson (1499)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PREVEN	0	1,5000	1
40	ESPÁTULA EM TITÂNIO P/ RESINA COMPOSTA Nº 4 (972)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LM	0	41,0000	1
41	ESPÁTULA EM TITÂNIO P/ RESINA COMPOSTA Nº 6 (974)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LM	0	41,0000	1
42	ESPELHO CLÍNICO Nº 5 (1222)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	IODONTOSUL	0	4,5000	1
43	Eugendi (material restaurador provisório) frasco c/20ml (1642)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	IODONTOSUL	0	10,5000	1
44	FIO DENTAL PARA USO PROFISSIONAL DE 500 M (1502)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PREVEN	0	8,5000	1

Página: 5/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 26/03/2015 Válido até: 26/03/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
45	Fio dental de 25 m (1780)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PREVEN	0	1,7500	1
46	Fio de sutura n. 4.0 c/ agulha 1,7 cm odonto seda cx c/ 24 unidades (4638)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCAPRE	0	33,0000	1
47	FITA MATRIZ 5MM (1495)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PREVEN	0	1,5000	1
48	Fluor liquido para bochecho 0,2% NAF - frasco de 500 ml, cuja composição é de 250 mg de fluoreto de sódio com veículo Q.S.P 500 ML sem pigmento do tipo fluor solução. (1781)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	IODONTOSUL	0	11,1000	1
49	Fórceps odontológico adulto nº 69 (2634)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LM	0	41,0000	1
50	Gorro p/cabelo tipo touca de banho com elástico descartável, pct c/100 unidades. (1795)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	OLIMED	0	8,5000	1
51	Hidróxido de cálcio pó (capeador pulpar) 10gr (1648)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MAQUIRA	0	5,5000	1
52	Hidróxido de cálcio radiopaco (pasta x pasta) (1647)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	TECHNEW	0	18,9000	1
53	Ionômero de Vidro (pó ionômero de vidro restaurador - pote com 10gr e líquido ácido poliacrílico pote com 06gr) cor A2 (1649)	KIT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	FGM	0	38,0000	1
55	Lâmina de bisturi nº12 cx c/ 100 (1651)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	21,0000	1
56	Lamina de bisturi n.º 15 cx c/ 100 (4639)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	21,0000	1

Página: 6/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 26/03/2015		Válido até: 26/03/2016		
Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

57	LIMA DE ENDODONTIA SÉRIE ESPECIAL 10 FLEXO FILE (CX C/6) (1326)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	KENDO	1 33,0000
58	LIMA DE ENDODONTIA LIMA 1ª SÉRIE 15-40 FLEXO FILE (CX C/6) (1327)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	KENDO	1 33,0000
59	Lima de endodontia lima 2ª série flexo file (cx c6) (1783)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	KENDO	1 33,0000
60	MASCARA DE PROTEÇÃO TRIPLA CAMADA (CX C/ 50 UND) (594)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	OLIMED	1 7,5000
63	MICROBRUSH (PINCÉIS APLICADORES DE SISTEMA ADESIVO) CX C/ 100 UNID. (1221)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	KG	1 9,5000
64	Moldura de cera descartável com 100 unid, sortidas tamanhos (P E G), material flexível espuma de poliuretano. (2639)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PREVEN	1 39,2000
65	Obturador provisório com flúor, pt com 25 gr (1796)	PT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CATHEC	1 9,0000
66	óculos de proteção acrílico (4640)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	DANNY	1 4,5000
67	Papel para articulação 20x100mm (papel carbono) bloco (1658)	BL	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PREVEN	1 3,9000
68	Pasta profilática com flúor para profilaxia dental, uso profissional, peso líquido 90gr, contendo em sua composição água, espessante, lauril sulfato, carbonato de cálcio, pedra póme e sabor menta. (1654)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	VIGODENTE	1 9,6000

Página: 7/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 26/03/2015 Válido até: 26/03/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
69	Pinça clínica para algodão de 15 cm. Ponta delicada e precisa em aço inox. (2641)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LM	0	6,6900	1
70	PLACA DE VIDRO COM ESPESSURA DE 2 CM (1243)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PREVEN	0	9,5000	1
71	Pontas para acabamento de composto em silicone e óxido de alumínio, caixa com 08 peças sendo: 01 mandril e 7 pontas-forma de taça. (1798)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	TDV	0	41,0000	1
72	Pontas para acabamento de composto em silicone e óxido de alumínio, caixa com 08 peças sendo: 01 mandril e 7 pontas-forma de disco. (1797)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	TDV	0	41,0000	1
73	Resina composta micro híbrida fotopolimerizável radiopaca, composta por partículas de vidro de bário, tamanho médio de 0,7 micrômetros e tamanho máximo inferior a 2 micrômetros - seringa de 4 gr cor OA3.5. (2638)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	KULZER	0	63,2000	1
74	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL Z 100 COR A3.5 (CARGA INÓRGANICA ÚNICA DE 100% DE ZIRCONIA/SILICA, COMPOSIÇÃO MATRIZ ORGÂNICA: BIS-GMA E TEGDMA, MATRIZ INÓRGANICA: ZIRCONIA/SILICA (71% VOLUME) SERINGA DE 4G. (1236)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	3M	0	63,2000	1
75	Resina composta micro híbrida fotopolimerizável radiopaca, composta por partículas de vidro de bário, tamanho médio de 0,7 micrômetros e tamanho máximo inferior a 2 micrômetros - seringa de 4 gr cor OA3 (2637)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	KULZER	0	62,0000	1
76	RESINA COMPOSTA COR A2 (SERINGA COM 4G RESINA COM TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS DE 4,5 MICRÔMETROS, O FILLER É ZIRCONIA/SILICA, REPRESENTANDO 71% EM VOLUME, CONTEM PARTE ORGÂNICA COM BIS-GMA E TEGDMA, RESINA DO TIPO Z-100 (1306)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	3M	0	61,0000	1
77	RESINA COMPOSTA COR A3 (SERINGA COM 4G RESINA COM TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS DE 4,5 MICRÔMETROS, O FILLER É ZIRCONIA/SILICA, REPRESENTANDO 71% EM VOLUME, CONTEM PARTE ORGÂNICA COM BIS-GMA E TEGDMA, RESINA DO TIPO Z-100 (1306)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	3M	0	61,0000	1

Página: 8/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 26/03/2015 Válido até: 26/03/2016						
Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
78	RESINA COMPOSTA COR A1 (SERINGA COM 4G RESINA COM TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS DE 4,5 MICRÔMETROS, O FILLER E ZIRCONIA/SILICA, REPRESENTANDO 71% EM VOLUME. CONTEM PARTE ORGÂNICA COM BIS-GMA E TEGDMA, RESINA DO TIPO Z-100 (1306)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	3M	0	61.0000
79	Resina fotopolimerizável cor A1, com carga inorgânica de zircônia/silica (82% em peso e 60% em volume), matriz Bis-gma, Bis-ema e UDIMA. Tamanho das partículas: 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida, radiopaca C/ 4g, Tipo Z 250 (1664)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	3M	0	66.5000
80	Resina fotopolimerizável cor A2, com carga inorgânica de zircônia/silica (82% em peso e 60% em volume), matriz Bis-gma, Bis-ema e UDIMA. Tamanho das partículas: 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida, radiopaca C/ 4g, Tipo Z 250 (1665)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	3M	0	66.5000
81	Resina fotopolimerizável cor A3, com carga inorgânica de zircônia/silica (82% em peso e 60% em volume), matriz Bis-gma, Bis-ema e UDIMA. Tamanho das partículas: 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida, radiopaca C/ 4g, Tipo Z 250 (1666)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	3M	0	66.5000
82	Resina fotopolimerizável cor A3,5, com carga inorgânica de zircônia/silica (82% em peso e 60% em volume), matriz Bis-gma, Bis-ema e UDIMA. Tamanho das partículas: 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida, radiopaca C/ 4g, Tipo Z 250 (1667)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	3M	0	66.5000
83	Revelador de placa bacteriana, Frasco C/500ml (1668)	FR	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	IODONTOSUL	0	17.0000
84	ROLETES DE ALGODÃO C/100 UNIDADES (1320)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SSPLUS	0	2.1000
85	Sistema Adesivo monocomponentes primer e adesivo em um só frasco, 08 gramas (1670)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	FGM	0	125.0000
88	Sonda exploradora dupla nº 05 (1799)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LM	0	4.7000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 9/11

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 26/03/2015		Válido até: 26/03/2016		Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
88	Sugador plástico descartável pct c/40und (1669)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SSPLUS	0	4,1500	1
90	Tríplesol formalina líquido frasco c/ 10 ml (curativo para endodontia) (1676)	FRS	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	IODONTOSUL	0	5,5000	1
91	Tiras de lixa de aço 4mm c/ 12 unidades (1674)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PREVEN	0	6,5000	1
92	Tiras de lixa de aço 6mm c/ 12 unidades (1675)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PREVEN	0	6,5000	1
93	TIRAS DE POLIESTAR (PCT C/100 UND) (698)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PREVEN	0	4,0000	1
94	Tiras de poliéster para polimento e acabamento cx c/ 150 unidades (abrasivo a base de óxido de alumínio e contato de poliéster), tamanho das tiras 4mm de largura e 17ª mm de comprimento, granulação média (cinza) e fina (branca). Cada tira tem um centro neutro (sem abrasivo) para introdução nas superfícies interproximais dos dentes. (1673)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PREVEN	0	7,8000	1
95	Tubetes de cloridrato de mepivacaina com espirofenina com vaso constituir 1:100,000 (tubetes de vidro), Mefivacaina 2% c/ vaso tubete cx c/50 (1655)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	DFL	0	78,9900	1

Página: 10/11

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2015**

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 26/03/2015 Válido até: 26/03/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
96	Verniz de flúoreto de sódio 5%, frasco de 10 ml (1802)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SSW	0	22,3000	1

Página: 11/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 26/03/2015 Válido até: 26/03/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2015
PROCESSO Nº 3/2015

(6156) - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD

Braço do Trombudo, 26 de Março de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N 4 2015 FMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Número do Registro de Preços: 4/2015 Data do Registro: 26/03/2015 Válido até: 26/03/2016
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus novos para a manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pneu 225/70 R 15 (2413)	UND	MODELO PNEUS LTDA (6325)	BRIDGESTON	0	393,0000	1
2	PNEU 175/70R14 88T (1065)	UND	MODELO PNEUS LTDA (6325)	FIRESTONE	0	241,0000	1
3	Pneu 175/65 R 14 82 T (2649)	UND	MODELO PNEUS LTDA (6325)	FIRESTONE	0	212,0000	1
4	Pneu 205/75 R 16 C. (3270)	UND	MODELO PNEUS LTDA (6325)	BRIDGESTON	0	421,0000	1
5	Pneu 165/70 R 13 79T (4641)	UND	MODELO PNEUS LTDA (6325)	FIRESTONE	0	149,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 4/2015 Data do Registro: 26/03/2015 Válido até: 26/03/2016
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus novos para a manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

6	Pneu 185/65 R 14 86T (4642)	UND	MODELO PNEUS LTDA (6325)	FIRESTONE	0	217.0000	1
---	-----------------------------	-----	--------------------------	-----------	---	----------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Número do Registro de Preços: 4/2015					Data do Registro: 26/03/2015		Válido até: 26/03/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus novos para a manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2015
PROCESSO Nº 4/2015
(6325) - MODELO PNEUS LTDA

Braço do Trombudo, 26 de Março de 2015.

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 030/2016 SAMAE

1. EXTRATO DO CONTRATO 030/2016

ESPÉCIE: aquisição de pneus para os veículos do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 004/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.2293.0017.051 2.0301.3339.3039000.0020000; VIGÊNCIA: até 31/12/2016. DATA DA ASSINATURA: 17/03/2016; VALOR: R\$ 10.772,00. CONTRATADA: BBW do Brasil Comércio de Pneumáticos EIRELI EPP. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 17 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 031/2016 SAMAE

1. EXTRATO DO CONTRATO 031/2016

ESPÉCIE: aquisição de pneus para os veículos do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 004/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.2293.0017.051 2.0301.3339.3039000.0020000; VIGÊNCIA: até 31/12/2016. DATA DA ASSINATURA: 17/03/2016; VALOR: R\$ 19.820,00. CONTRATADA: RUBENS COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 17 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 033/2016 SAMAE

1. EXTRATO DO CONTRATO 033/2016

ESPÉCIE: aquisição de pneus para os veículos do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 004/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.2293.0017.051 2.0301.3339.3039000.0020000; VIGÊNCIA: até 31/12/2016. DATA DA ASSINATURA: 17/03/2016; VALOR: R\$ 4.980,00. CONTRATADA: MODELO PNEUS LTDA. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 17 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO CREDENCIAMENTO 001/2016 FMS

CREDENCIAMENTO 001/2016 FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), torna público que abriu o prazo para o credenciamento de empresas para prestação de serviços médico veterinários para orquiectomia e ovariopalingohisterectomia (esterilização de caninos e felinos), em atendimento a Lei Municipal n. 3.426/11. Os Credenciamentos serão realizados até 31.12.2016.

Informações e retirada do Edital através do site: <http://www.brusque.sc.gov.br> 22/03/2016

IVONIR ZANATTA WEBSTER
Secretária de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO 032/2016 SAMAE

1. EXTRATO DO CONTRATO 032/2016

ESPÉCIE: aquisição de pneus para os veículos do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 004/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.2293.0017.051 2.0301.3339.3039000.0020000; VIGÊNCIA: até 31/12/2016. DATA DA ASSINATURA: 17/03/2016; VALOR: R\$ 2.952,00. CONTRATADA: CHICO MOTOS LTDA ME. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 17 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 - FUMMPOM

PREGÃO nº 001/2016 - FUMMPOM

Processo Licitatório nº 001/2016 - FUMMPOM

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar (FUMMPOM), torna público que realizará licitação (reabertura de prazos), na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição kit's de tecnologia embarcada (tablet's e impressoras térmicas portáteis) para o 18º Batalhão de Polícia Militar.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 15/04/2016, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 22/03/2016

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016 FMS

PREGÃO nº 005/2016 FMS

Processo Licitatório nº 005/2016 FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de oxigenoterapia, com o fornecimento de oxigênio, nível domiciliar, incluindo a locação de concentradores e cilindros para a Rede Municipal de Saúde.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 15/04/2016, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 22/03/2016

IVONIR ZANATTA WEBSTER
Secretária de Saúde

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006-2016 FMS

PREGÃO nº 006/2016 FMS

Processo Licitatório nº 006/2016 FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de materiais gráficos (autorizações, blocos, cartões, envelopes, pastas, fichas, formulários, requisições, receituários, etc) para a Rede Municipal de Saúde.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 19/04/2016, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 22/03/2016

IVONIR ZANATTA WEBSTER
Secretária de Saúde

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007-2016 FMS

PREGÃO nº 007/2016 FMS

Processo Licitatório nº 007/2016 FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de medicamentos manipulados para a Rede Municipal de Saúde.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 18/04/2016, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 22/03/2016

IVONIR ZANATTA WEBSTER
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2016

PREGÃO nº 019/2016

Processo Licitatório nº 025/2016

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de materiais de sinalização viária (canos e chapas galvanizadas, ferragens, madeiras, materiais de pintura, materiais de segurança, materiais diversos, tintas, materiais semafóricos, películas refletivas, tachões e colas) para a Administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 14/04/2016, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 22/03/2016

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026-2016

PREGÃO nº 020/2016

Processo Licitatório nº 026/2016

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de montagem de jardins e locação de flores para a Administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 18/04/2016, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 22/03/2016

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027-2016

PREGÃO nº 021/2016

Processo Licitatório nº 027/2016

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de madeiras (eucalipto e pinus/caixaria) para a Administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 13/04/2016, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 22/03/2016

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 028-2016

PREGÃO n° 022/2016

Processo Licitatório n° 028/2016

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a locação de máquinas pesadas (escavadeiras hidráulicas e retroescavadeiras) para a Administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 11/04/2016, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 22/03/2016

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.738

DECRETO Nº 6.738, de 21 de março de 2016.

Designa Servidor Público Municipal para fiscalizar a execução de obras.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, mais o disposto no art. 79, incisos VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Fica designado o Servidor Público Municipal RÔMULO MACHADO DE SOUZA, para fiscalizar a execução das seguintes obras:

I - Obra: Pavimentação da Rua de acesso ao Loteamento Nossa Senhora Salete, com área de 2.243,00m², Tomada de Preços nº 02/2016 - Contrato Administrativo nº 12/2016, Empresa Qualidade Construções e Pavimentações Ltda.;

II - Obra: Execução de Serviços de Drenagem, Pavimentação Asfáltica e Sinalização das Ruas Ricardo Angelli, Eloé Henrique Formighieri, Dinarte José Rodrigues e Haide Benetti Busato, Tomada de Preços nº 03/2016 - Contrato Administrativo nº 13/2016, Empresa Qualidade Construções e Pavimentações Ltda.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de março de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.741

DECRETO Nº 6.741, de 23 de março de 2016.

Suplementa dotação orçamentária, por conta de remanejamento entre despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.280 de 18/12/2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2016, na importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais):

2.002 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
4.123.2.2.5 – Manutenção da Secretaria de Administração
3.3.93.00.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 4.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), conforme segue:

2.002 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
4.123.2.2.5 – Manutenção da Secretaria de Administração
3.3.90.00.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de março de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 021, DE 23 DE MARÇO DE 2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 021, de 23 de março de 2016.
Convoca aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONVOCA:

O cidadão classificado conforme Edital de Concurso Público nº 002/2015, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, de homologação da Listagem Final de Classificação do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esportes, Fundação Municipal de Cultura e Fundação Municipal do Meio Ambiente, conforme sequência de classificação:

CARGO: MÉDICO PLANTONISTA - PMC
CL.: EVERTON ZENI

a) O cidadão deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso Público.

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de março de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04-2016 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04-2016 – PREFEITURA

O Município de Caçador/SC torna pública a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 04/2016, Objeto. Aquisição de 100.000(cem mil) Créditos para cartão de Vales Transporte. Destinados aos servidores do município de Caçador; Empresa – Auto Coletivo Caçador Ltda - CNPJ – 83.060.327/0001-86 com sede neste Município, Valor Total R\$ 264.000,00 (Duzentos e sessenta e quatro mil reais); Prazo de validade do contrato 12 meses oficiais, nos termos do artigo 25, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador, 23 de março de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

PARECER CMI 01/2016

PARECER CMI Nº 01/2016

Relativo à existência e execução de Políticas voltadas à pessoa idosa, exercício 2015.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI, no uso de suas competências e atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1.953, de 14 de agosto de 2003 e suas alterações.

CONSIDERANDO a documentação recebida dos seguintes órgãos do município: Vigilância Sanitária, Dittesc, Fundação Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância Epidemiológica, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do dia 15 de março de 2016, Ata nº 82.

O Conselho Municipal do Idoso avalia que foram cumpridos os requisitos previstos no art. 6º da Lei Federal nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994, relativo à existência e execução de políticas voltadas à pessoa idosa, conforme segue em anexo a discriminação de cada Setor citado acima, sendo FAVORÁVEL À SUA APROVAÇÃO TOTAL.

Caçador, 15 de março de 2016.
Maria Augusta Nhoatto Moreira
Presidente do CMI

PARECER CMPCD 01/2016

PARECER CMPCD Nº 01/2016

Relativo à existência e execução de Políticas voltadas à Pessoa com Deficiência, exercício 2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMPCD, no uso de suas competências e atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 3.246 de 21 de setembro de 2015.

CONSIDERANDO que os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMPCD tomaram posse no dia 02 de dezembro de 2015.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do dia 17 de março de 2016, Ata nº 04.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMPCD não pode se manifestar quanto as políticas públicas desenvolvidas para as pessoas com deficiência no ano de 2015.

Caçador, 17 de março de 2016.
Maximino A. da Silva
Presidente do CMPCD

PORTARIA Nº 26.665

PORTARIA Nº 26.665, de 18 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

COLOCAR à disposição do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, a Servidora Pública Municipal FRANCIELI ANTUNES DE MACEDO, Matrícula 7671, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Contabilidade, 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, com ônus para o Poder Executivo Municipal, para auxiliar no setor de contabilidade do Instituto, com efeitos a contar de 01 de março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de março de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.666

PORTARIA Nº 26.666, de 18 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. CESSAR os efeitos da Portaria nº 25.478, de 10 de abril de 2015, que designa Servidores Públicos Municipais da Secretaria Municipal da Educação, para exercerem Funções Gratificadas e Funções de Confiança – Coordenadoria, no que se refere aos Servidores abaixo relacionados, com efeitos a contar de 01 de março de 2016, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	FGR %	FCC
3611	Marines de Almeida Musskopf	Coordenadora Serviços Administrativos e Pedagógicos	---	FCC-3
3400	José Aldevanes Cordeiro de Ávila	Carpinteiro – Função Gratificada	30%	---

Art. 2º. DESIGNAR os Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal da Educação para exercerem Função Gratificada e Função de Confiança – Coordenadoria, com efeitos a contar de 02 de março de 2016, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	FGR %	FCC
3611	Marines de Almeida Musskopf	Secretária Escolar	30%	---
3400	José Aldevanes Cordeiro de Ávila	Coordenador de Serviços Administrativos e Pedagógicos	---	FCC-3

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de março de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.670

PORTARIA Nº 26.670, de 22 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §§3º e 4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Administração, o adicional sexta-parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, especificando código, nome, cargo e lotação, conforme segue:

Código	Nome da Servidora	Cargo	Lotação
629	Eliete Catarina D´Agostini	Técnico em Secretariado	002

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de março de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.671

PORTARIA Nº 26.671, de 22 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR o Servidor Público Municipal JULIANO GRACIANO VAZ, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física, da Fundação Municipal de Esportes – FME, para ocupar o cargo em comissão de Diretor Técnico – do “Grupo Ocupacional – Comissão”, referência CC-3, na Fundação Municipal de Esportes, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a partir de 22 de março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de março de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.672

PORTARIA Nº 26.672, de 22 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador mais o previsto no art. 29, § 6º da Lei Complementar 56/2004,

RESOLVE:

SUSPENDER o período de avaliação de Estágio Probatório do Servidor Público Municipal JULIANO GRACIANO VAZ, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física da Fundação Municipal de Esportes de Caçador, designado pela Portaria nº 26.671, de 22 de março de 2016, para ocupar o Cargo em Comissão de Diretor Técnico da Fundação Municipal de Esportes de Caçador, CC-3, enquanto perdurar a designação, tempo que deverá ser repostado para findar o Estágio Probatório.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de março de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.673

PORTARIA nº 26.673, de 22 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 473, inciso II, do Decreto-Lei 5.452/1943 – CLT,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, 03 (três) dias consecutivos de afastamento do trabalho em razão de casamento, lotados na Secretaria Municipal da Saúde, especificando códigos, nomes, cargos, e data do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	A contar de – data início
11809	Clairton Mario Corrêa	Auxiliar de Enfermagem - ESF	09/03/2016
12771	Erica Tasca	Auxiliar de Enfermagem - ESF	09/03/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de março de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco – SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 26.674

PORTARIA Nº 26.674, de 22 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CESSAR os efeitos da Portaria nº 26.268, de 07 de dezembro de 2015, que deferiu averbação, para efeitos de aposentadoria, do Tempo de Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e à Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, da Servidora Pública Municipal MARIA MADIONIR CORDEIRO BARICHELO, ocupante do cargo de Professor de Nível Médio, Matrícula 647, lotada na Secretaria Municipal da Educação, por equívoco verificado em Certidão.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de março de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.675

PORTARIA Nº 26.675, de 22 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, incisos I e VII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, do Tempo de Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, da Servidora Pública Municipal MARIA MADIONIR CORDEIRO BARICHELLO, ocupante do cargo de Professor de Nível Médio, Matrícula 647, lotada na Secretaria Municipal da Educação, correspondente a 1.652 dias (um mil, seiscentos e cinquenta e dois dias), ou 04 (quatro) anos, 06 (seis) meses e 12 (doze) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 20022010.1.00046/13-4, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, datada de 04 de dezembro de 2015.

Art. 2º. DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, do Tempo de Contribuição, prestado na Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, no cargo de Professor, contratado em caráter temporário – ACT, da Servidora Pública Municipal MARIA MADIONIR CORDEIRO BARICHELLO, Matrícula 647, lotada na Secretaria Municipal da Educação, correspondente a 2.480 dias (dois mil, quatrocentos e oitenta dias), ou 06 (seis) anos, 09 (nove) meses e 20 (vinte) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 272/2016, expedida pelo IPREV, datada de 14 de março de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de março de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

RETIFICA DATA DE ABERTURA - PROC. LICIT. Nº 32-2016 - TOMADA DE PREÇOS Nº 05-2016 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

RETIFICA DATA DE ABERTURA - PROC. LICIT. Nº 32-2016 - TOMADA DE PREÇOS Nº 05-2016 – PREFEITURA

RETIFICA DATA DE ABERTURA – 08/04/2016 às 14:00hrs

EDITAL: TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2016 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONSTRUÇÃO DE CONTENÇÃO DE TALUDE NA RUA BRASÍLIA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 08/04/2016 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 08/04/2016 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos no site caçador.sc.gov.br, ícone licitações ou através do email licitações.saude@cacador.sc.gov.br. Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 23 de março de 2016
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**PORTARIA Nº 894, DE 11 DE MARÇO DE 2016.**

PORTARIA nº 894, de 11 de março de 2016.

Nomeia comissão de avaliação de amostras referentes ao Processo Licitatório nº 03/2016, na modalidade Pregão Presencial nº 01/2016.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa e Financeira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVEM:

Art. 1º Nomear os Servidores Públicos Municipais SANDRO DALLAZEN, KAREN FERNANDA RIBEIRO e THAYS NADIN MACHADO para, sob a presidência e responsabilidade técnica do primeiro, comporem a comissão de avaliação das amostras referentes ao Processo Licitatório nº 03/2016, na modalidade Pregão Presencial nº 01/2016, que visa a contratação de licenciamento temporário de sistemas de gestão pública e outros serviços correlatos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 11 de março de 2016.

Alcedir Ferlin - DIRETOR PRESIDENTE.

Édina Carla Bressan – DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 3.068/2016

DECRETO N.º 3.068/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 da Lei n.º 2.869 de 01/12/2015-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.862 de 27/10/2015-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 286.500,00 (duzentos e oitenta e seis mil e quinhentos reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 07 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Função: 15 – Urbanismo

Sub-função: 451 – Infra – Estrutura Urbana

Programa: 0006 – Gestão da Infra – Estrutura e Mobilidade Urbana

Atividade: 1.003 – Invest. em Pavimentação e Recup. De Ruas e Avenidas

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 00.5034 – Transferências de Convênios - União/Outros

Código Reduzido: 87

VALOR: R\$ 286.500,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se provável excesso de arrecadação da Prefeitura Municipal de Camboriú com o Ministério das Cidades por meio do Contrato n.º 804385/2014, do exercício corrente, conforme preceituam os artigos 18 e 30 da Lei Municipal n.º 2.869, de 01 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso IV do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 29 de fevereiro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.074/2016

DECRETO N.º 3.074/2016

Institui a Comissão Municipal de Eventos para o XXXIV Encontro Internacional de Missões, estabelece normas para expedição de alvarás para funcionamento de Ponto de Comércio Temporário e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a realização do XXXIV Encontro Internacional de Missões, promovido pela entidade Gideões Missionários da Última Hora, da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, no período de 23 de abril a 03 de maio de 2016;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Municipal em organizar sua estrutura e serviços para recepcionar o elevado número de pessoas presente no Município de Camboriú;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal de Eventos, para atuar por ocasião do XXXIV Encontro Internacional de Missões – Gideões Missionários da Última Hora, sendo composta pelos seguintes membros e respectivas atribuições:

I - Coordenadores:

- a) Município de Camboriú – Márcio da Rosa;
- b) Gideões Missionários da Última Hora – Heron Macelai e Hueslen Ricardo dos Santos.

II - Comissão Organizadora:

- a) Márcio da Rosa;
- b) Sérgio Luiz Venâncio;
- c) Fátima Nair Bambinetti Gervásio;
- d) Rodrigo Meirinho Morimoto;
- e) Janir Francisco de Miranda;
- f) Milton Antonio da Silva;
- g) Cícero Leon Zucco de Miranda Pytlovanci.

III - Vigilância Sanitária, Epidemiologia e doença infecto-contagiosa:

- a) Cláudia Winckler.

IV - Fiscalização Tributária:

- a) Sérgio Luiz Venâncio.

V - Limpeza Pública:

- a) Janir Francisco de Miranda;
- b) Arnaldo Bastos Júnior.

VI - Saúde Pública:

- a) Cristiane Olegário.

VII - Fiscalização Ambiental e Sonora:

- a) Emanuel José Neves.

VIII - Controle de Trânsito:

- a) Márcio da Rosa;
- b) Jair Grings;
- c) Comandante da Polícia Militar Thiago Teixeira Ghilardi;
- d) Rodrigo Meirinho Morimoto.

IX - Equipe de Imprensa e Publicidade:

a) Analú Vignoli.

X - Recepção:

a) Fátima Nair Bambinetti Gervásio.

XI - Segurança Pública:

a) Comandante da Polícia Militar Thiago Teixeira Ghilardi;

b) Delegado de Polícia Civil Maurício Pretto.

Art. 2º Os alvarás para funcionamento de ponto de comércio temporário serão expedidos quando atendidos, no que couber, todas as exigências de vigilância sanitária, normativas do Corpo de Bombeiros Militar e demais exigências previstas na legislação municipal. § 1º A Municipalidade reserva-se o direito de a qualquer tempo verificar, além de cumpridas as exigências do caput, ser conveniente a instalação do ponto cujo alvará está sendo solicitado, diante da natureza do evento, podendo vetar de plano a sua expedição.

§ 2º Os alvarás para funcionamento de ponto de comércio temporário poderão ser cassados, quando verificado pela fiscalização municipal a ocorrência de apresentação ao vivo de cantores, nas proximidades do Ginásio de Esportes Irineu Bornhausen, local oficial da realização dos cultos do XXXIV Encontro Internacional de Missões.

§ 3º Fica proibida a utilização de qualquer aparelho sonoro para divulgação e propaganda do produto, exceto a utilização de fone de ouvido e televisor, apenas com imagem, na Rua Maria da Glória Pereira e esquina com as Ruas Gustavo Richardt, Hercílio Zuchi e Sérgio Moraes.

§ 4º Nas demais ruas do Município fica permitida a utilização de som ao vivo e mecânico até o limite de 70 (setenta) decibéis.

§ 5º Observada qualquer infringência as normas estabelecidas neste Decreto, a fiscalização municipal notificará o estabelecimento ou ambulante para que se abstenha de continuar a prática, sendo que, persistindo a infração, serão apreendidas as mercadorias postas à comercialização ou lacrado o estabelecimento.

Art. 3º O valor para liberação do alvará de licença para funcionamento de Ponto de Comércio Temporário corresponderá a R\$ 980,00 (novecentos e oitenta reais) para estabelecimento com até 20 m² (vinte metros quadrados). Acima disto, a cada metro quadrado, será acrescido o valor de R\$ 48,00 (quarenta e oito reais).

Art. 4º O valor para liberação do alvará de licença temporário para ambulantes corresponderá a R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais).

Art. 5º O valor para liberação do alvará de licença temporária para áreas de estacionamento, devidamente credenciadas, será de:

I - R\$ 980,00 (novecentos e oitenta reais) para as áreas de até 1.000 m² (um mil metros quadrados);

II - R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) para as áreas acima de 1.000 m² (um mil metros quadrados).

Art. 6º O valor para liberação do alvará de transporte utilitário, devidamente credenciados, será de:

I - R\$ 700,00 (setecentos reais) para veículos com capacidade de até 16 (dezesesseis) pessoas;

II - R\$ 980,00 (novecentos e oitenta reais) para veículos com capacidade acima de 16 (dezesesseis) pessoas.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 21 de março de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.899/2016

LEI N.º 2.899/2016

Reconhece de Utilidade Pública Municipal a Associação de Bocha e Bolão de Camboriú - ABBC.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.453/2001, fica declarado de Utilidade Pública Municipal, a Associação de Bocha e Bolão de Camboriú - ABBC, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 17.540.715/0001-30, com sede na Rua Monte Meru, n.º 14, no Bairro Monte Alegre, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 21 de março de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

PR 46/16 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/2016-PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE CADEIRAS PARA SEREM UTILIZADAS NOS EVENTOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:30 horas do dia 13 (Treze) de Abril de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriui.sc.gov.br.

Camboriú 23 de Março de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

RESULTADO PR 009/16 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2016-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração
torna público que o resultado da licitação foi:

"DESERTA"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047
3365-9500.

Camboriú SC, 23 de Março de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO ANEXOS LRF - RREO 1º BIMESTRE / 2016

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	157.844.700,00	157.844.700,00	29.323.032,59	18,58	29.323.032,59	128.521.667,41
RECEITA TRIBUTÁRIA	153.705.200,00	153.705.200,00	28.974.552,52	18,85	28.974.552,52	124.730.647,48
IMPOSTOS	31.816.000,00	31.816.000,00	8.436.845,85	26,52	8.436.845,85	23.379.154,15
TAXAS	19.070.000,00	19.070.000,00	6.859.150,92	35,97	6.859.150,92	12.210.849,08
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	12.736.000,00	12.736.000,00	1.575.464,79	12,37	1.575.464,79	11.160.535,21
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	10.000,00	10.000,00	2.230,14	22,30	2.230,14	7.769,86
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.684.700,00	4.684.700,00	1.124.456,28	24,11	1.124.456,28	3.540.243,72
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	2.074.700,00	2.074.700,00	679.119,00	32,73	679.119,00	1.395.581,00
RECEITA PATRIMONIAL	2.590.000,00	2.590.000,00	445.337,28	17,19	445.337,28	2.144.662,72
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.384.000,00	1.384.000,00	1.137.943,85	82,22	1.137.943,85	246.056,15
RECEITA DE SERVIÇOS	1.384.000,00	1.384.000,00	1.137.943,85	82,22	1.137.943,85	246.056,15
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.901.000,00	10.901.000,00	1.080.780,50	9,91	1.080.780,50	9.820.219,50
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	98.671.800,00	98.671.800,00	16.063.575,96	16,28	16.063.575,96	82.608.224,04
TRANSF. DE PESSOAS	98.378.300,00	98.378.300,00	15.982.004,74	16,25	15.982.004,74	82.396.295,26
TRANSF. DE CONV.	0,00	0,00	25,54	0,00	25,54	-25,54
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	293.500,00	293.500,00	81.545,68	27,78	81.545,68	211.954,32
MULTAS E JUROS DE MORA	6.267.700,00	6.267.700,00	1.130.950,08	18,04	1.130.950,08	5.136.749,92
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	996.000,00	996.000,00	95.668,90	9,61	95.668,90	900.331,10
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00
RECEITAS DIVERSAS	4.970.000,00	4.970.000,00	1.023.097,10	20,59	1.023.097,10	3.946.902,90
RECEITAS DE CAPITAL	257.700,00	257.700,00	12.184,08	4,73	12.184,08	245.515,92
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.139.500,00	4.139.500,00	348.480,07	8,42	348.480,07	3.791.019,93
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	1.138.500,00	1.138.500,00	348.480,07	30,61	348.480,07	790.019,93
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.255.300,00	5.255.300,00	926.071,35	17,62	926.071,35	4.329.228,65
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	163.100.000,00	163.100.000,00	30.249.103,94	18,55	30.249.103,94	132.850.896,06
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	163.100.000,00	163.100.000,00	30.249.103,94	18,55	30.249.103,94	132.850.896,06
DÉFICIT (VI)						
TOTAL (VII) = (V + VI)	163.100.000,00	163.100.000,00	30.249.103,94	18,55	30.249.103,94	132.850.896,06
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro		2.419.243,82	—	—	341.821,61	—
Reabertura de Créditos Adicionais		2.419.243,82	—	—	341.821,61	—
		0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	157.844.700,00	164.439.700,00	47.513.425,76	47.513.425,76	116.926.274,24	19.205.721,33	19.205.721,33	145.233.978,67	17.181.402,32
DESPESAS CORRENTES	141.080.100,00	145.283.100,00	41.456.621,50	41.456.621,50	103.826.478,50	18.771.179,74	18.771.179,74	126.511.920,26	17.049.181,54
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	82.994.600,00	82.994.600,00	13.238.666,93	13.238.666,93	69.755.933,07	13.176.169,99	13.176.169,99	69.818.430,01	12.682.846,75
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	100.000,00	16.859,90	16.859,90	83.140,10	11.664,56	11.664,56	88.335,44	11.664,56
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.985.500,00	62.188.500,00	28.201.094,67	28.201.094,67	33.987.405,33	5.583.345,19	5.583.345,19	56.605.154,81	4.354.670,23
DESPESAS DE CAPITAL	12.628.600,00	15.020.600,00	6.056.804,26	6.056.804,26	8.963.795,74	434.541,59	434.541,59	14.586.058,41	132.220,78
INVESTIMENTOS	11.928.600,00	14.320.600,00	5.356.804,26	5.356.804,26	8.963.795,74	309.401,71	309.401,71	14.011.198,29	7.080,90
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	700.000,00	700.000,00	700.000,00	700.000,00	0,00	125.139,88	125.139,88	574.860,12	125.139,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.136.000,00	4.136.000,00	0,00	0,00	4.136.000,00	0,00	0,00	4.136.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.136.000,00	4.136.000,00	0,00	0,00	4.136.000,00	0,00	0,00	4.136.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.255.300,00	5.641.543,82	927.514,89	927.514,89	4.714.028,93	926.229,05	926.229,05	4.715.314,77	527.056,58

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.255.300,00	5.641.543,82	927.514,89	927.514,89	4.714.028,93	926.229,05	926.229,05	4.715.314,77	527.056,58
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	163.100.000,00	170.081.243,82	48.440.940,65	48.440.940,65	121.640.303,17	20.131.950,38	20.131.950,38	149.949.293,44	17.708.458,90
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	163.100.000,00	170.081.243,82	48.440.940,65	48.440.940,65	121.640.303,17	20.131.950,38	20.131.950,38	149.949.293,44	17.708.458,90
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	10.117.153,56	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	163.100.000,00	170.081.243,82	48.440.940,65	48.440.940,65	—	20.131.950,38	30.249.103,94	—	17.708.458,90

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
			No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	% (c/a)	
	(b)	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a - c)
Receitas (Intra-Orçamentárias)	5.255.300,00	5.255.300,00	926.071,35	17,62	926.071,35	17,62	4.329.228,65
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.255.300,00	5.255.300,00	926.071,35	17,62	926.071,35	17,62	4.329.228,65
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.946.300,00	4.946.300,00	926.071,35	18,72	926.071,35	18,72	4.020.228,65
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.946.300,00	4.946.300,00	926.071,35	18,72	926.071,35	18,72	4.020.228,65
RECEITA DE SERVIÇOS	309.000,00	309.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	309.000,00

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(j)
Despesas Intra-Orçamentárias	5.255.300,00	5.641.543,82	927.514,89	927.514,89	4.714.028,93	926.229,05	926.229,05	4.715.314,77	527.056,58
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.946.300,00	5.377.543,82	926.014,89	926.014,89	4.451.528,93	926.014,89	926.014,89	4.451.528,93	526.842,42
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	309.000,00	264.000,00	1.500,00	1.500,00	262.500,00	214,16	214,16	263.785,84	214,16

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	5.255.300,00	5.641.543,82	927.514,89	927.514,89	4.714.028,93	926.229,05	926.229,05	4.715.314,77	527.056,58

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.094.854,91

Camboriú, 23/03/2016

Luzia Lourdes Coppi Mathias

Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio

Secretário de Finanças

Renata Pereira

Contadora - CRC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni

Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)		% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)					
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		23.033.000,00		7.737.645,07	33,59
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI		7.800.000,00		5.134.946,45	65,83
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		6.500.000,00		888.892,52	13,68
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		4.300.000,00		639.834,23	14,88
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos		470.000,00		195.477,72	41,59
Divida Ativa dos Impostos		33.000,00		14,01	0,04
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa		3.870.000,00		877.634,18	22,68
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		60.000,00		845,96	1,41
Cota-Parte FPM		47.026.000,00		7.799.699,98	16,59
Cota-Parte ITR		30.000.000,00		5.090.975,33	16,97
Cota-Parte IPVA		12.000,00		772,39	6,44
Cota-Parte ICMS		5.300.000,00		692.892,28	13,07
Cota-Parte IPT-Exportação		11.500.000,00		1.977.152,97	17,19
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		160.000,00		30.316,01	18,95
Desoneração ICMS (LC 87/96)		54.000,00		7.591,00	14,06
		54.000,00		7.591,00	14,06
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		70.059.000,00		15.537.345,05	22,18
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)		% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS					
Provenientes da União		10.569.500,00		1.964.977,69	18,59
Provenientes dos Estados		9.445.000,00		1.642.211,48	17,39
		1.124.500,00		322.766,21	28,70
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00		0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		10.569.500,00		1.964.977,69	18,59
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Até o Bimestre (f)		% (f/e)*100
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal e Encargos Sociais	25.355.100,00	26.275.100,00		5.467.063,01	20,81
Outras Despesas Correntes	15.788.100,00	15.788.100,00		2.720.010,34	17,23
	9.567.000,00	10.487.000,00		2.747.052,67	26,19
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos	961.500,00	1.411.500,00		665.529,50	47,15
	961.500,00	1.411.500,00		665.529,50	47,15

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	961.500,00	1.411.500,00	665.529,50	47,15	0,00	0,00
Investimentos	961.500,00	1.411.500,00	665.529,50	47,15	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	26.316.600,00	27.686.600,00	6.132.592,51	22,15	3.738.004,02	13,50
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVh)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL/	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	10.569.500,00	11.939.500,00	1.903.765,05	31,04	1.019.346,79	27,27
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	10.569.500,00	11.939.500,00	1.903.765,05	31,04	1.019.346,79	27,27
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	10.569.500,00	11.939.500,00	1.903.765,05	31,04	1.019.346,79	27,27
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	15.747.100,00	15.747.100,00	4.228.827,46	68,96	2.718.657,23	72,73
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100] 6						
388.055,47						

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS					
Inscritos em 2015	0,00	60.158,57		-60.158,57		0,00	
TOTAL	0,00	60.158,57		-60.158,57		0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º							
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)						
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00			0,00		0,00	
TOTAL (VIII)	0,00			0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26							
LIMITE NÃO CUMPRIDO				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)						
-	-			-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)							
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
22.883.800,00	23.333.800,00	5.673.544,04	91,83	3.341.515,58	89,21		
2.649.000,00	3.569.000,00	384.000,87	6,22	284.952,77	7,61		
840.000,00	840.000,00	120.441,05	1,95	119.101,25	3,18		
26.372.800,00	27.742.800,00	6.177.985,96	100,00	3.745.569,60	100,00		

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb/100)]$

Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PRRO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

Camboriú, 23/03/2016

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Município de Camboriú - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	163.100.000,00
Previsão Atualizada		—	163.100.000,00
Receitas Realizadas		30.249.103,94	30.249.103,94
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	341.821,61
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	163.100.000,00
Créditos Adicionais		—	6.981.243,82
Dotação Atualizada		—	170.081.243,82
Despesas Empenhadas		48.440.940,65	48.440.940,65
Despesas Liquidadas		20.131.950,38	20.131.950,38
Superavit Orçamentário		—	10.117.153,56
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			
Despesas Empenhadas		48.440.940,65	48.440.940,65
Despesas Liquidadas		20.131.950,38	20.131.950,38
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			
Receita Corrente Líquida			144.772.452,02
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	2.452.418,98
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	357.564,07
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	2.094.854,91
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-1.600.000,00	-9.091.671,95
Resultado Primário		-3.585.000,00	9.116.014,15
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.512.073,01	0,00	1.293.371,89
EXECUTIVO	3.255.131,55	0,00	1.166.528,83
LEGISLATIVO	151.094,31	0,00	87.362,72
EXECUTIVO	2.105.847,15	0,00	39.480,34
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	959.972,33	0,00	928.512,91
EXECUTIVO	499.289,89	0,00	491.539,19
LEGISLATIVO	23.365,55	0,00	0,00
EXECUTIVO	437.316,89	0,00	436.973,72
TOTAL:	6.472.045,34	0,00	2.221.884,80
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.395.543,03	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		5.677.285,97	60%
Liquidadas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	3.000.000,00
Despesa de Capital Líquida		434.541,59	14.586.058,41

Continua 1/2

Município de Camboriú - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	1.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.718.657,23	15,00	17,50
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Camboriú, 23/03/2016

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/Total b)			(d/Total d)	
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								R\$ 1,00
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	157.844.700,00	164.439.700,00	47.513.425,76	98,09	116.926.274,24	19.205.721,33	19.205.721,33	145.233.978,67
Legislativa	4.760.000,00	4.760.000,00	782.891,46	1,62	3.977.108,54	599.387,95	599.387,95	4.160.612,05
Ação Legislativa	4.760.000,00	4.760.000,00	782.891,46	1,62	3.977.108,54	599.387,95	599.387,95	4.160.612,05
Judiciária	1.886.000,00	1.926.000,00	308.062,14	0,64	1.617.937,86	287.575,40	287.575,40	1.638.424,60
Ação Judiciária	1.401.000,00	1.401.000,00	230.769,69	0,48	1.170.230,31	227.542,95	227.542,95	1.173.457,05
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	485.000,00	525.000,00	77.292,45	0,16	447.707,55	60.032,45	60.032,45	464.967,55
Administração	13.704.000,00	17.509.000,00	7.435.393,26	15,35	10.073.606,74	1.635.782,88	1.635.782,88	15.873.217,12
Administração Geral	11.146.000,00	14.951.000,00	7.174.881,93	14,81	7.776.118,07	1.417.325,32	1.417.325,32	13.533.674,68
Administração Financeira	1.865.000,00	1.865.000,00	183.801,14	0,38	1.681.198,86	182.237,34	182.237,34	1.682.762,66
Normalização e Fiscalização	248.000,00	248.000,00	25.985,90	0,05	222.014,10	25.985,90	25.985,90	222.014,10
Comunicação Social	445.000,00	445.000,00	50.724,29	0,10	394.275,71	10.234,32	10.234,32	434.765,68
Segurança Pública	1.594.500,00	1.844.500,00	277.998,65	0,57	1.566.501,35	98.800,44	98.800,44	1.745.699,56
Policimento	687.500,00	937.500,00	150.129,98	0,31	787.370,02	34.422,08	34.422,08	903.077,92
Defesa Civil	907.000,00	907.000,00	127.868,67	0,26	779.131,33	64.378,36	64.378,36	842.621,64
Assistência Social	5.828.000,00	5.853.500,00	2.736.172,49	5,65	3.117.327,51	655.669,33	655.669,33	5.197.830,67
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.175.000,00	1.175.000,00	959.092,20	1,98	215.907,80	101.418,30	101.418,30	1.073.581,70
Assistência Comunitária	4.653.000,00	4.678.500,00	1.777.080,29	3,67	2.901.419,71	554.251,03	554.251,03	4.124.248,97
Previdência Social	3.374.000,00	3.374.000,00	428.450,02	0,88	2.945.549,98	357.564,07	357.564,07	3.016.435,93
Previdência do Regime Estatutário	3.374.000,00	3.374.000,00	428.450,02	0,88	2.945.549,98	357.564,07	357.564,07	3.016.435,93
Saúde	28.262.800,00	29.632.800,00	7.124.745,38	14,71	22.508.054,62	3.704.983,49	3.704.983,49	25.927.816,51
Atenção Básica	22.573.800,00	23.023.800,00	5.632.957,93	11,63	17.390.842,07	3.300.929,47	3.300.929,47	19.722.870,53
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.649.000,00	3.569.000,00	384.000,87	0,79	3.184.999,13	284.952,77	284.952,77	3.284.047,23
Vigilância Epidemiológica	840.000,00	840.000,00	120.441,05	0,25	719.558,95	119.101,25	119.101,25	720.898,75
Alimentação e Nutrição	2.200.000,00	2.200.000,00	987.345,53	2,04	1.212.654,47	0,00	0,00	2.200.000,00
Educação	51.880.000,00	51.978.000,00	9.948.974,72	20,54	42.029.025,28	7.488.500,93	7.488.500,93	44.489.499,07
Ensino Fundamental	32.987.000,00	32.987.000,00	6.842.897,27	14,13	26.144.102,73	4.789.091,20	4.789.091,20	28.197.908,80
Educação Infantil	18.802.000,00	18.900.000,00	3.089.105,89	6,38	15.810.894,11	2.687.409,73	2.687.409,73	16.212.590,27
Educação de Jovens e Adultos	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
Educação Especial	80.000,00	80.000,00	16.971,56	0,04	63.028,44	12.000,00	12.000,00	68.000,00
Cultura	1.055.500,00	1.055.500,00	207.068,77	0,43	848.431,23	144.253,63	144.253,63	911.246,37
Diffusão Cultural	1.055.500,00	1.055.500,00	207.068,77	0,43	848.431,23	144.253,63	144.253,63	911.246,37
Urbanismo	16.406.000,00	16.692.500,00	6.457.583,51	13,33	10.234.916,49	1.304.610,26	1.304.610,26	15.387.889,74
Infra-Estrutura Urbana	15.255.500,00	15.542.000,00	6.273.418,09	12,95	9.268.581,91	1.178.821,40	1.178.821,40	14.363.178,60
Serviços Urbanos	1.150.500,00	1.150.500,00	184.165,42	0,38	966.334,58	125.788,86	125.788,86	1.024.711,14
Habitação	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
Habitação Urbana	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	157.844.700,00	164.439.700,00	47.513.425,76	47.513.425,76	98,09	19.205.721,33	19.205.721,33	95,40	145.233.978,67	
	17.782.000,00	17.782.000,00	7.617.854,46	7.617.854,46	15,73	1.862.215,84	1.862.215,84	9,25	15.919.784,16	
	17.782.000,00	17.782.000,00	7.617.854,46	7.617.854,46	15,73	1.862.215,84	1.862.215,84	9,25	15.919.784,16	
	676.500,00	1.356.500,00	719.080,66	719.080,66	1,48	70.454,22	70.454,22	0,35	1.286.045,78	
	676.500,00	1.356.500,00	719.080,66	719.080,66	1,48	70.454,22	70.454,22	0,35	1.286.045,78	
	1.380.000,00	1.380.000,00	301.077,39	301.077,39	0,62	200.963,94	200.963,94	1,00	1.179.036,06	
	1.380.000,00	1.380.000,00	301.077,39	301.077,39	0,62	200.963,94	200.963,94	1,00	1.179.036,06	
	1.217.900,00	1.217.900,00	130.276,16	130.276,16	0,27	48.519,90	48.519,90	0,24	1.169.380,10	
	1.217.900,00	1.217.900,00	130.276,16	130.276,16	0,27	48.519,90	48.519,90	0,24	1.169.380,10	
	1.497.500,00	1.537.500,00	720.936,79	720.936,79	1,49	357.713,79	357.713,79	1,78	1.179.786,21	
	1.497.500,00	1.537.500,00	720.936,79	720.936,79	1,49	357.713,79	357.713,79	1,78	1.179.786,21	
	2.400.000,00	2.400.000,00	2.316.859,90	2.316.859,90	4,78	388.725,26	388.725,26	1,93	2.011.274,74	
	800.000,00	800.000,00	716.859,90	716.859,90	1,48	136.804,44	136.804,44	0,68	663.195,56	
	1.600.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00	3,30	251.920,82	251.920,82	1,25	1.348.079,18	
	4.136.000,00	4.136.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.136.000,00	
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.255.300,00	5.641.543,82	927.514,89	927.514,89	1,91	926.229,05	926.229,05	4,60	4.715.314,77
		40.000,00	40.000,00	4.679,35	4.679,35	0,01	3.393,51	3.393,51	0,02	36.606,49
		40.000,00	40.000,00	4.679,35	4.679,35	0,01	3.393,51	3.393,51	0,02	36.606,49
		3.500,00	3.500,00	378,92	378,92	0,00	378,92	378,92	0,00	3.121,08
3.500,00		3.500,00	378,92	378,92	0,00	378,92	378,92	0,00	3.121,08	
165.300,00		160.300,00	18.057,26	18.057,26	0,04	18.057,26	18.057,26	0,09	142.242,74	
120.300,00		115.300,00	11.392,11	11.392,11	0,02	11.392,11	11.392,11	0,06	103.907,89	
42.000,00		42.000,00	6.345,01	6.345,01	0,01	6.345,01	6.345,01	0,03	35.654,99	
500,00		500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
2.500,00		2.500,00	320,14	320,14	0,00	320,14	320,14	0,00	2.179,86	
2.000,00		2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	
2.000,00		2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	
82.000,00		82.000,00	11.081,67	11.081,67	0,02	11.081,67	11.081,67	0,06	70.918,33	
82.000,00		82.000,00	11.081,67	11.081,67	0,02	11.081,67	11.081,67	0,06	70.918,33	
1.000,00		1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
1.000,00		1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
310.000,00		310.000,00	40.586,11	40.586,11	0,08	40.586,11	40.586,11	0,20	269.413,89	
310.000,00		310.000,00	40.586,11	40.586,11	0,08	40.586,11	40.586,11	0,20	269.413,89	
4.392.000,00		4.823.243,82	825.457,47	825.457,47	1,70	825.457,47	825.457,47	4,10	3.997.786,35	
2.385.000,00	2.816.243,82	476.710,55	476.710,55	0,98	476.710,55	476.710,55	2,37	2.339.533,27		
2.007.000,00	2.007.000,00	348.746,92	348.746,92	0,72	348.746,92	348.746,92	1,73	1.658.253,08		

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Cultura	5.255.300,00	5.641.543,82	927.514,89	927.514,89	4.714.028,93	926.229,05	926.229,05	4.715.314,77
Difusão Cultural	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
Urbanismo	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
Infra-Estrutura Urbana	143.000,00	143.000,00	21.842,92	21.842,92	121.157,08	21.842,92	21.842,92	121.157,08
Serviços Urbanos	120.000,00	120.000,00	18.011,08	18.011,08	101.988,92	18.011,08	18.011,08	101.988,92
Saneamento	23.000,00	23.000,00	3.831,84	3.831,84	19.168,16	3.831,84	3.831,84	19.168,16
Saneamento Básico Urbano	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	17.000,00
Gestão Ambiental	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	17.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	22.000,00	22.000,00	1.313,24	1.313,24	20.686,76	1.313,24	1.313,24	20.686,76
Agricultura	22.000,00	22.000,00	1.313,24	1.313,24	20.686,76	1.313,24	1.313,24	20.686,76
Extensão Rural	23.000,00	23.000,00	3.218,71	3.218,71	19.781,29	3.218,71	3.218,71	19.781,29
Comércio e Serviços	23.000,00	23.000,00	3.218,71	3.218,71	19.781,29	3.218,71	3.218,71	19.781,29
Turismo	9.500,00	9.500,00	899,24	899,24	8.600,76	899,24	899,24	8.600,76
Desporto e Lazer	9.500,00	9.500,00	899,24	899,24	8.600,76	899,24	899,24	8.600,76
Desporto Comunitário	41.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
			0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	163.100.000,00	170.081.243,82	48.440.940,65	48.440.940,65	121.640.303,17	20.131.950,38	20.131.950,38	149.949.293,44

FONTE:

Camboriú, 23/03/2016

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaila Helen Testoni
Controladoria

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2015 A FEVEREIRO/2016

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
		Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	14.051.907,01	12.896.888,46	12.894.628,87	12.385.374,59	12.292.677,51	11.896.692,59	11.813.007,80	12.238.860,25	13.309.263,56	13.141.220,06	17.393.382,80	156.886.646,98	163.110.400,00
	IPTU	3.179.300,54	2.621.911,96	2.216.097,74	2.312.990,00	2.097.674,57	1.942.002,85	2.017.668,53	1.953.585,30	2.104.188,07	2.066.463,11	6.370.382,74	31.119.229,58	31.816.000,00
	I.R.F.	961.357,26	694.146,84	355.185,13	306.408,98	239.569,96	140.985,22	126.811,29	103.725,76	83.112,76	447.146,32	4.687.800,13	8.155.040,90	7.800.000,00
	I.S.S.	25.295,00	28.290,42	27.064,23	146.350,62	144.962,98	149.416,55	149.762,27	146.985,42	144.826,03	353.549,51	150.216,14	1.512.114,75	470.000,00
	I.T.B.I.	367.288,85	418.620,19	390.881,07	338.912,56	379.651,87	420.145,30	359.190,45	397.106,10	370.042,95	442.330,59	339.300,59	3.003.533,64	4.300.000,00
	Outras Receitas Tributárias	593.576,69	399.135,53	532.507,60	765.156,98	589.220,00	586.956,00	627.130,01	628.166,83	841.510,23	692.515,72	494.108,98	394.783,54	6.500.000,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.241.802,74	1.061.518,98	910.459,71	756.150,86	752.879,76	644.497,78	754.794,51	677.589,19	684.594,10	761.131,37	740.647,64	837.047,29	9.823.083,93
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	476.453,65	496.835,60	465.267,94	502.194,23	494.047,26	487.374,11	497.799,72	481.353,61	483.538,08	778.833,73	505.338,02	619.118,26	4.664.700,00
	RECEITA PATRIMONIAL	438.586,30	505.812,04	584.494,36	354.059,90	402.367,67	317.534,66	380.766,62	445.282,61	384.445,65	-119.804,75	609.908,89	4.831.486,91	1.384.000,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	990.801,80	807.871,71	846.540,94	901.964,94	944.734,10	843.813,37	836.470,37	846.788,06	925.302,72	897.680,41	765.343,55	312.436,95	10.901.000,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.278.910,28	8.085.920,33	8.468.805,74	7.930.148,90	7.703.175,03	7.784.756,89	7.396.868,02	7.474.105,77	7.607.859,89	8.944.175,07	8.644.764,00	8.978.762,30	108.077.000,00
	Cota-Parte do FPM	1.930.978,90	2.094.037,91	2.562.765,29	2.229.883,03	1.651.156,46	1.931.145,28	1.610.007,83	1.832.155,73	2.068.886,36	3.498.519,55	2.260.791,39	2.830.183,94	26.490.933,67
	Cota-Parte do ICMS	843.284,96	906.475,54	857.756,81	822.003,75	829.835,81	797.144,42	832.011,99	862.061,15	865.454,79	844.879,22	1.088.029,57	889.123,40	11.500.000,00
	Cota-Parte do IPVA	456.988,90	479.101,30	549.636,50	563.025,29	585.122,27	540.177,23	526.217,35	428.460,80	355.760,09	302.460,28	285.577,24	407.315,04	5.300.000,00
	Cota-Parte do ITR	191,41	1.808,19	481,44	562,24	203,96	157.479,26	639,96	1.407,38	1.265.066,66	1.153.703,64	693,89	78,90	12.000,00
	Outras Transferências Correntes	2.062.959,95	1.371.080,31	1.234.338,71	1.213.370,73	1.667.900,17	1.306.741,14	1.516.418,26	1.253.185,09	1.265.066,66	1.153.703,64	1.515.713,25	1.660.834,24	18.101.000,00
	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	11.472,88	12.015,95	13.555,34	12.911,48	11.884,09	12.655,86	12.619,92	12.888,43	13.336,56	13.169,06	13.210,57	156.815,58	160.000,00
	Transferências da LC 87/1996	0,00	14.362,43	3.588,11	3.588,11	3.588,11	3.588,11	3.588,11	3.588,11	3.588,11	3.588,11	3.795,50	3.795,50	54.000,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.973.033,38	3.217.048,70	3.246.663,54	3.094.804,27	2.993.472,96	3.035.865,59	2.895.334,60	3.072.001,81	3.034.257,94	3.124.381,68	3.473.057,72	3.174.321,11	42.950.000,00
	DEDUÇÕES (II)	898.236,24	964.480,26	1.072.273,82	1.015.885,65	905.927,41	979.904,52	886.203,49	920.781,18	962.351,02	1.276.805,03	1.023.100,25	1.215.969,09	11.499.900,00
	Compensação financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
	Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	249.653,06	284.900,19	274.713,34	289.491,06	289.554,65	291.466,66	291.270,70	290.987,62	290.824,58	567.471,81	291.901,87	3.779.462,67	2.074.700,00
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	646.583,18	699.590,07	797.560,48	726.394,59	616.372,76	688.437,86	597.022,79	629.783,56	661.706,44	709.333,22	731.198,38	838.751,96	9.405.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		13.153.670,77	11.922.398,20	11.822.355,05	11.369.488,94	11.386.750,10	10.999.941,96	11.011.399,10	10.892.226,62	11.286.326,23	12.652.456,53	12.118.119,81	144.772.452,02	151.610.500,00

FONTE:

Camboriú, 23/03/2016

Sérgio Luiz Vanício
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Kátia Helen Testoni
Controladora

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2015		
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES	2.464.700,00	2.464.700,00	1.526.347,63	789.613,75	
Receita de Contribuições dos Segurados	2.464.700,00	2.464.700,00	1.526.347,63	789.613,75	
Pessoal Civil	2.074.700,00	2.074.700,00	679.119,00	254.972,83	
Ativo	2.074.700,00	2.074.700,00	679.119,00	254.972,83	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reculta Patrimonial	370.000,00	370.000,00	847.228,63	534.640,92	
Recultas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recultas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recultas Patrimoniais	370.000,00	370.000,00	847.228,63	534.640,92	
Reculta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recultas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	
Demais Recultas Correntes	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recultas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.946.300,00	4.946.300,00	926.071,35	347.690,22	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	7.411.000,00	7.411.000,00	2.452.418,98	1.137.303,97	
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)					
ADMINISTRAÇÃO	3.374.000,00	3.374.000,00	361.294,52	288.203,53	
Despesas Correntes	20.000,00	20.000,00	80.942,78	7.851,79	
Despesas de Capital	0,00	0,00	80.547,78	7.851,79	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	20.000,00	20.000,00	395,00	0,00	
	3.354.000,00	3.354.000,00	280.351,74	280.351,74	
				</	

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	346.395,57	280.351,74	346.395,57	280.351,74
Aposentadorias	0,00	0,00	289.022,11	238.575,48	289.022,11	238.575,48
Pensões	0,00	0,00	57.373,46	41.776,26	57.373,46	41.776,26
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.354.000,00	3.354.000,00	82.054,45	0,00	11.168,50	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	3.354.000,00	3.354.000,00	82.054,45	0,00	11.168,50	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	3.375.000,00	3.375.000,00	428.450,02	361.294,52	357.564,07	288.203,53
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	4.036.000,00	4.036.000,00	-	-	2.094.854,91	849.100,44

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR

TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS		44.240,30
Piano Financeiro		0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		0,00
Recursos para Formação de Reserva		0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00
Piano Previdenciário		44.240,30
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial		44.240,30
Outros Aportes para o RPPS		0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS

Valor	4.036.000,00
-------	--------------

BENS E DIREITOS DO RPPS

Caixa	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	5.212,32 34.834.093,77 0,00		19.235,45 25.268.084,53 0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Bancos Conta Movimento	4.946.300,00	4.946.300,00	926.071,35	347.690,22
Investimentos	4.946.300,00	4.946.300,00	926.071,35	347.690,22
Outros Bens e Direitos	4.946.300,00	4.946.300,00	926.071,35	347.690,22
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	4.946.300,00	4.946.300,00	926.071,35	347.690,22
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.946.300,00	4.946.300,00	926.071,35	347.690,22
(XI) = (VIII + IX - X)				

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO (XII)	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Camboriú, 23/03/2016

Luzia Lourdes Coppi Mathias Prefeita Municipal	Sérgio Luiz Venâncio Secretário de Finanças	Renata Pereira Contadora - CRC 028070/O-6	Kaíta Helen Testoni Controladora
---	--	--	-------------------------------------

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 29 Fev 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.219.475,44	2.219.475,44	2.099.530,90
DEDUÇÕES (II)	12.608.245,19	12.608.245,19	21.579.972,60
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.568.217,52	13.568.217,52	22.072.937,02
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	959.972,33	959.972,33	492.964,42
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-10.388.769,75	-10.388.769,75	-19.480.441,70
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-10.388.769,75	-10.388.769,75	-19.480.441,70

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2016 (C - A)
VALOR	-9.091.671,95	-9.091.671,95

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-1.600.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 29 Fev 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	32.727.265,87	32.727.265,87	34.839.306,09
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.400,73	4.400,73	5.212,32
Investimentos	32.722.865,14	32.722.865,14	34.834.093,77
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-32.727.265,87	-32.727.265,87	-34.839.306,09
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-32.727.265,87	-32.727.265,87	-34.839.306,09

FONTE:

Camboriú, 23/03/2016

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	157.576.500,00	28.762.680,02	27.041.558,62
Receita Tributária	31.816.000,00	8.436.845,85	8.769.171,41
I.P.T.U.	7.800.000,00	5.134.946,45	4.994.486,21
I.S.S.	4.300.000,00	639.834,23	626.054,86
I.T.B.I.	6.500.000,00	888.892,52	1.294.231,61
I.R.R.F.	470.000,00	195.477,72	27.481,71
Outras Receitas Tributárias	12.746.000,00	1.577.694,93	1.826.917,02
Receita de Contribuição	9.611.000,00	2.050.527,63	1.037.453,37
Receitas Previdenciárias	7.021.000,00	1.605.190,35	602.663,05
Outras Contribuições	2.590.000,00	445.337,28	434.790,32
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.384.000,00	1.137.943,85	825.627,75
(-) Aplicações Financeiras	1.384.000,00	1.137.943,85	825.627,75
Transferências Correntes	98.671.800,00	16.063.575,96	14.361.016,31
F.P.M.	24.000.000,00	4.072.780,34	4.198.623,09
I.P.V.A	4.240.000,00	554.303,20	469.048,40
I.C.M.S.	9.200.000,00	1.581.722,57	1.426.190,77
Convênios	293.500,00	81.545,68	0,00
Outras Transferências Correntes	60.938.300,00	9.773.224,17	8.267.154,05
Demais Receitas Correntes	17.477.700,00	2.211.730,58	2.873.917,53
Dívida Ativa	4.970.000,00	1.023.097,10	870.839,97
Diversas Receitas Correntes	12.507.700,00	1.188.633,48	2.003.077,56
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.139.500,00	348.480,07	66.456,86
Operações de Crédito (III)	3.000.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	1.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.138.500,00	348.480,07	66.456,86
Convênios	1.138.500,00	348.480,07	66.456,86
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.138.500,00	348.480,07	66.456,86
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	158.715.000,00	29.111.160,09	27.108.015,48

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	150.924.643,82	42.384.136,39	36.238.994,63	19.697.408,79	16.072.602,97
Pessoal e Encargos Sociais	88.372.143,82	14.164.681,82	11.030.160,78	14.102.184,88	10.948.641,07
Juros e Encargos da Dívida (IX)	100.000,00	16.859,90	20.484,05	11.664,56	15.433,08
Outras Despesas Correntes	62.452.500,00	28.202.594,67	25.188.349,80	5.583.559,35	5.108.528,82
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	150.824.643,82	42.367.276,49	36.218.510,58	19.685.744,23	16.057.169,89
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	15.020.600,00	6.056.804,26	6.513.950,58	434.541,59	838.013,08
Investimentos	14.320.600,00	5.356.804,26	6.199.969,49	309.401,71	548.276,72
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	700.000,00	700.000,00	313.981,09	125.139,88	289.736,36
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	14.320.600,00	5.356.804,26	6.199.969,49	309.401,71	548.276,72
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	4.136.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	169.281.243,82	47.724.080,75	42.418.480,07	19.995.145,94	16.605.446,61

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-10.566.243,82	-18.612.920,66	-15.310.464,59	9.116.014,15	10.502.568,87
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-3.585.000,00

Camboriú, 23/03/2016

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)

Município de Camboríu - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
EXECUTIVO											
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMBORIU	0,00	398.045,51	0,00	0,00	398.045,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	18.628,39	0,00	0,00	18.628,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II):	39.448,93	920.523,40	0,00	0,00	928.512,91	2.105.847,15	3.406.225,86	1.754.876,89	1.293.371,89	0,00	4.218.701,12
4.250.160,54											

FONTE:

Camboríu, 23.03.2016

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Kaila Helen Testoni
Controladoria

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	23.033.000,00	23.033.000,00	7.737.645,07	33,59
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	11.472.000,00	11.472.000,00	5.941.392,42	51,79
1.1.1- IPTU	7.800.000,00	7.800.000,00	5.135.505,73	65,84
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	22.000,00	22.000,00	8,89	0,04
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.600.000,00	3.600.000,00	805.731,25	22,38
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	50.000,00	50.000,00	705,83	1,41
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(559,28)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	6.501.000,00	6.501.000,00	888.892,52	13,67
1.2.1- ITBI	6.500.000,00	6.500.000,00	888.892,52	13,68
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.590.000,00	4.590.000,00	711.882,41	15,51
1.3.1- ISS	4.300.000,00	4.300.000,00	639.834,23	14,88
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	5,12	0,05
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	270.000,00	270.000,00	71.902,93	26,63
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	140,13	1,40
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	470.000,00	470.000,00	195.477,72	41,59
1.4.1- IRRF	470.000,00	470.000,00	195.477,72	41,59
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	47.026.000,00	47.026.000,00	7.799.699,98	16,59
2.1- Cota-Parte FPM	30.000.000,00	30.000.000,00	5.090.975,33	16,97
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	30.000.000,00	30.000.000,00	5.090.975,33	16,97
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.500.000,00	11.500.000,00	1.977.152,97	17,19
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	54.000,00	54.000,00	7.591,00	14,06
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	160.000,00	160.000,00	30.316,01	18,95
2.5- Cota-Parte ITR	12.000,00	12.000,00	772,39	6,44
2.6- Cota-Parte IPVA	5.300.000,00	5.300.000,00	692.892,28	13,07
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	70.059.000,00	70.059.000,00	15.537.345,05	22,18
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	55.000,00	55.000,00	63.699,28	115,82
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	6.068.000,00	6.068.000,00	1.022.651,86	16,85
5.1- Transferências do Salário-Educação	4.950.000,00	4.950.000,00	902.925,14	18,24
5.2- Transferências Diretas - PDDE	3.500,00	3.500,00	5.460,00	156,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	1.098.000,00	1.098.000,00	112.320,00	10,23
5.4- Transferências Diretas - PNATE	16.500,00	16.500,00	1.946,72	11,80
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	162.000,00	162.000,00	258.336,72	159,47
6.1- Transferências de Convênios	162.000,00	162.000,00	258.336,72	159,47
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	6.285.000,00	6.285.000,00	1.344.687,86	21,40
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	9.405.200,00	9.405.200,00	1.559.950,34	16,59
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	6.000.000,00	6.000.000,00	1.018.194,99	16,97
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.300.000,00	2.300.000,00	395.430,40	17,19
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.800,00	10.800,00	1.518,20	14,06
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	32.000,00	32.000,00	6.063,21	18,95
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.400,00	2.400,00	154,46	6,44
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	1.060.000,00	1.060.000,00	138.589,08	13,07
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	43.000.000,00	43.000.000,00	6.695.180,97	15,57
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	42.950.000,00	42.950.000,00	6.647.578,83	15,48
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	50.000,00	50.000,00	47.602,14	95,20
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	33.544.800,00	33.544.800,00	5.087.628,49	15,17
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	35.260.000,00	35.260.000,00	5.680.885,97	16,11	5.677.285,97	16,10
13.1- Com Educação Infantil	15.990.000,00	15.990.000,00	2.605.538,78	16,29	2.601.938,78	16,27
13.2- Com Ensino Fundamental	19.270.000,00	19.270.000,00	3.075.347,19	15,96	3.075.347,19	15,96
14- OUTRAS DESPESAS	7.740.000,00	7.740.000,00	1.294.239,94	16,72	1.293.711,94	16,71
14.1- Com Educação Infantil	1.660.000,00	1.660.000,00	225.135,50	13,56	225.135,50	13,56
14.2- Com Ensino Fundamental	6.080.000,00	6.080.000,00	1.069.104,44	17,58	1.068.576,44	17,58
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	43.000.000,00	43.000.000,00	6.975.125,91	16,22	6.970.997,91	16,21
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—
16.1 - FUNDEB 60%						—
16.2 - FUNDEB 40%						—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						431.243,82
17.1 - FUNDEB 60%						431.243,82
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						431.243,82
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						6.539.754,09
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						78,36
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						19,32
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						2,32
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²						431.243,82
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	17.514.750,00		17.514.750,00		3.884.336,26	22,18
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	18.807.000,00	18.807.000,00	2.965.459,79	15,77	2.961.859,79	15,75
23.1- Creche	9.403.500,00	9.403.500,00	1.482.729,89	15,77	1.480.929,89	15,75
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	8.825.000,00	8.825.000,00	1.415.337,14	16,04	1.413.537,14	16,02
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	578.500,00	578.500,00	67.392,75	11,65	67.392,75	11,65
23.2- Pré-escola	9.403.500,00	9.403.500,00	1.482.729,90	15,77	1.480.929,90	15,75
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	8.825.000,00	8.825.000,00	1.415.337,14	16,04	1.413.537,14	16,02
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	578.500,00	578.500,00	67.392,76	11,65	67.392,76	11,65
24- ENSINO FUNDAMENTAL	32.269.000,00	32.269.000,00	6.118.662,77	18,96	4.978.595,50	15,43
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	25.350.000,00	25.350.000,00	4.144.451,63	16,35	4.143.923,63	16,35
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.919.000,00	6.919.000,00	1.974.211,14	28,53	834.671,87	12,06
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	51.076.000,00	51.076.000,00	9.084.122,56	17,79	7.940.455,29	15,55
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						5.087.628,49
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						47.602,14
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						409.681,63
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AC: ENSINO						—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						5.544.912,26
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						2.395.543,03
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						15,42

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	5.000.000,00	5.000.000,00	1.546.489,00	30,93	231.860,48	4,64
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.285.000,00	1.814.243,82	682.247,76	37,61	141.642,63	7,81
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	6.285.000,00	6.814.243,82	2.228.736,76	32,71	373.503,11	5,48
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	57.361.000,00	57.890.243,82	11.312.859,32	19,54	8.313.958,40	14,36

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		987.021,30	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		6.647.578,83	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		6.842.525,79	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		6.440.499,94	0,00
49.2 Restos a Pagar		402.025,85	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		47.602,14	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		839.676,48	0,00

Camboriú, 23/03/2016

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Campo Alegre

PREFEITURA

ANULAÇÃO PREGÃO 9/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE -SC

ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2016

MODALIDADE PREGÃO

A Gestora do Fundo municipal de Saúde de Campo Alegre-SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Municipal Nº 7501 de 01 de Janeiro de 2013;

ANULAR o Processo Licitatório nº 13/2012, modalidade Pregão (na forma eletrônico), que tem por objeto a aquisição de tiras reagentes e lancetas para teste de glicemia, com base no art. 49 da Lei Federal 8.666/93, em virtude de divergência na descrição do item 01 (tiras) do Edital.

Está aberto prazo recursal que trata o art. 109, I, c, da Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Publique-se esta Decisão no órgão de publicação oficial do Município, conforme determina a lei.

Campo Alegre, 22 de março de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA

GESTORA DO Fundo Municipal de Saúde

ATA PREGÃO 26/2016

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 26/2016)

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Ana Flavia Marciniak e Lilian Terezinha Bartsch membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 26/2016, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mão de obra mecânica para manutenção dos veículos leves e ônibus das secretarias do município de Campo Alegre – SC. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: VANDIESEL LTDA ME. A licitante cadastrou como representante a Sra. Rosemari Oliveira Hilgenstieler. A licitante apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e comprovou enquadramento como EPP. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR LOTE. A licitante apresentou proposta apenas para o LOTE 01, sendo o LOTE 02 considerado deserto. Passou-se a fase de lances, ficando definido conforme tabela. LOTE 01

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
VANDIESEL LTDA ME	6.001,50	5.901,50	1ª	HABILITADA

LOTE 02

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
DESERTO	----	----	----	----

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante classificada em primeiro lugar conforme tabela acima, estando de acordo com o exigido no edital, a empresa VANDIESEL LTDA ME foi declarada vencedora do LOTE 01 com o valor total de R\$ 5.901,50. Não houve manifestação de Intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

DECRETO Nº 9.697 DE 23 DE MARÇO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.697 DE 23 DE MARÇO DE 2016
CONCEDE PENSÃO POR MORTE DO SERVIDOR JOSÉ RONEI CANDIDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo nº 34 da Lei Municipal nº 4.217 de 25 de novembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Conceder PENSÃO POR MORTE, disposto no Art. 14, Inciso II Alínea "a" da Lei Municipal nº 4.217/2014, aos dependentes: INÊS MICKUS CANDIDO (esposa); LUCAS CANDIDO (filho) e ELISANGELA CANDIDO (filha), do Servidor Público Municipal JOSÉ RONEI CANDIDO, falecido em 23 de fevereiro de 2016, detentor da Matrícula Funcional nº 000650, Registro no Sistema sob o nº 955079, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional V, na Função de Pedreiro/Carpinteiro, provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de pensão, rateados em partes iguais aos dependentes legais, assim reconhecidos por força do disposto no art. 9º, da Lei Municipal nº 4.217/2014.

§1º O valor total bruto dos proventos de pensão por morte comporta o montante de R\$ 1.227,21 (um mil, duzentos e vinte e sete reais e vinte e um centavos), que corresponde a 100% do valor da remuneração de contribuição do Servidor Público Municipal falecido, quando de sua atividade;

§2º O valor total dos proventos de pensão serão rateados na

proporção igual 33,33% para cada dependente, perfazendo o montante individual bruto de R\$ 409,07 (quatrocentos e nove reais, e sete centavos), observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente, até a extinção desta condição, nos termos do art. 25 da Lei Municipal nº 4.217/2014;

§3º As parcelas que serão pagas aos dependentes: INÊS MICKUS CANDIDO; LUCAS CANDIDO e ELISANGELA CANDIDO.

§4º A parcela que será paga a dependente ELISANGELA CANDIDO, será recebida e administrada por sua Genitora, Srª. INÊS MICKUS CANDIDO, até o advento da aquisição da capacidade civil relativa, quando a mesma poderá gerenciá-las de forma assistida.

§5º A extinção da condição de dependente, na forma do art. 25 da Lei Municipal nº 4.217/2014, reverterá a sua parcela em favor dos demais.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de fevereiro de 2016.

Art.5º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 23 de março de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI JEFFERSON JEAN DUVOISIN
Prefeito Municipal Diretor Executivo – IPRECAL

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/03/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.698 DE 23 DE MARÇO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.698 DE 23 DE MARÇO DE 2016
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.461 de 23 de março de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos		
15.452.0048.2.026 -	Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuárias		
400000.00.896 -	Despesas de Capital		
440000.00.896 -	Investimentos		
449000.00.896 -	Aplicações Diretas		
449051.00.896 -	Obras e Instalações	R\$ 75.000,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota		
26.782.0047.2.112 -	Manutenção da Frota Municipal		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 75.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
23 de março de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/03/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.460 DE 23 DE MARÇO DE 2016

LEI Nº 4.460 DE 23 DE MARÇO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE A COMPLEMENTAR O CUSTEIO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NOS PROCEDIMENTOS DE PARTO NORMAL E PARTO CESARIANO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, pelo do Fundo Municipal de Saúde, a complementar o custeio de procedimentos de parto normal e parto cesariano, no Hospital e Maternidade Sagrada Família, destinados a pacientes encaminhados pelo Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo único - Os valores de complemento a serem pagos aos procedimentos de parto normal e parto cesariano será de 100% (cem por cento) do valor total da AIH - Autorização de Internação Hospitalar, conforme Tabela de Procedimentos do Sistema de Informações Hospitalares-SIH/SUS.

Art.2º Os procedimentos de que trata esta Lei serão custeados pelo SUS, no limite do valor da tabela nacional de procedimentos do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde – SIH/SUS e o complemento será pago com recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º Será autorizada uma cota física de 10 (dez) partos normais ou cesarianos mês, salvo se a Secretaria Municipal de Saúde autorizar.

Art.4º O pagamento de complemento será revisado caso haja reajuste da Tabela SIH/SUS.

Art.5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
23 de março de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/03/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.461 DE 23 DE MARÇO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.461 DE 23 DE MARÇO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos		
15.452.0048.2.026 -	Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuárias		

400000.00.896 -	Despesas de Capital		
440000.00.896 -	Investimentos		
449000.00.896 -	Aplicações Diretas		
449051.00.896 -	Obras e Instalações	R\$ 75.000,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota		
26.782.0047.2.112 -	Manutenção da Frota Municipal		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 75.000,00	

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
23 de março de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/03/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO 12/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2016 FMS
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o Registro de Preços para aquisição de material ambulatorial para uso no atendimento ambulatorial nas unidades de saúde deste Município, conforme relação abaixo:

Item	Qtde	Unid.	DESCRIÇÃO	Valor Unit. Estimado	Valor Total Estimado
01	200	pacote	Abaixador de língua descartável de madeira, com no mínimo 100 unidades	R\$ 3,43	R\$ 686,00
02	150	frasco	Ácidos Graxos Essenciais (AGE), TCM, Vitaminas A e E, Lactina de Soja, com 100ml para curativo	R\$ 14,00	R\$ 2.100,00
03	1.200	ampola	Água destilada 10ml	R\$ 0,18	R\$ 216,00
04	1.500	ampola	Água destilada 5 ml	R\$ 0,15	R\$ 225,00
05	100	frasco	Água oxigenada 10 volumes, frasco com 100ml	R\$ 0,99	R\$ 99,00
06	500	frasco	Água para injeção 1000ml	R\$ 2,75	R\$ 1.375,00
07	3.000	unidade	Agulha 5mm, para insulina (uso em caneta de aplicação)	R\$ 0,65	R\$ 1.950,00
08	5.000	unidade	Agulha descartável 13x4,5, cânula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	R\$ 0,07	R\$ 350,00
09	2.000	unidade	Agulha descartável 20x5,5 - cânula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	R\$ 0,08	R\$ 160,00
10	5.000	unidade	Agulha descartável 25x6, cânula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	R\$ 0,08	R\$ 400,00
11	10.000	unidade	Agulha descartável 25x7, cânula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	R\$ 0,08	R\$ 800,00
12	10.000	unidade	Agulha descartável 25x8, cânula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	R\$ 0,08	R\$ 800,00
13	1.000	unidade	Agulha descartável 30x7, cânula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	R\$ 0,08	R\$ 80,00

14	4.000	unidade	Agulha descartável 40x12 - cânula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	R\$ 0,08	R\$ 320,00
15	800	frasco	Álcool hidratado 70%, 1000ml	R\$ 4,80	R\$ 3.840,00
16	200	frasco	Álcool hidratado 70%, em gel, 500ml	R\$ 4,80	R\$ 960,00
17	100	rolo	Algodão hidrófilo, em rolo, 500g	R\$ 18,55	R\$ 1.855,00
18	50	pacote	Algodão ortopédico 1,8m (dúzia) - 10cm	R\$ 8,72	R\$ 436,00
19	50	pacote	Algodão ortopédico 1,8m (dúzia) - 15cm	R\$ 13,19	R\$ 659,50
20	50	pacote	Algodão ortopédico 1,8m (dúzia) - 20cm	R\$ 15,57	R\$ 778,50
21	30	pacote	Algodão ortopédico 1,8m (dúzia) - 8cm	R\$ 6,87	R\$ 206,10
22	20	frasco	Almotolia plástica, 250ml, escura	R\$ 1,82	R\$ 36,40
23	4.000	rolo	Atadura de crepom 13 fios – 08x1,8m com o mínimo de 92% de algodão, pacote com 12 unidades, apresentar registro ministério da saúde, A licitante vencedora deste item deverá apresentar AMOSTRA	R\$ 0,98	R\$ 3.920,00
24	10.000	rolo	Atadura de crepom 13 fios – 10x1,8m com o mínimo de 92% de algodão, pacote com 12 unidades, apresentar registro ministério da saúde, A licitante vencedora deste item deverá apresentar AMOSTRA	R\$ 1,10	R\$ 11.000,00
25	16.500	rolo	Atadura de crepom 13 fios – 15x1,8m com o mínimo de 92% de algodão, pacote com 12 unidades, apresentar registro ministério da saúde, A licitante vencedora deste item deverá apresentar AMOSTRA	R\$ 1,40	R\$ 23.100,00
26	50	rolo	Atadura gessada secagem rápida - 10x3m	R\$ 116,00	R\$ 5.800,00
27	50	rolo	Atadura gessada secagem rápida - 15x3m	R\$ 153,50	R\$ 7.675,00
28	50	rolo	Atadura gessada secagem rápida - 20x4m	R\$ 269,50	R\$ 13.475,00
29	30	rolo	Atadura gessada secagem rápida - 8x3m	R\$ 54,00	R\$ 1.620,00
30	200	embalagem	Avental branco, descartável, sem mangas 20g, embalagem com 10 unidades	R\$ 3,60	R\$ 720,00
31	150	frasco	Bloqueador solar FPS 30, ampla proteção UVA e UVB, frasco com no mínimo 125ml	R\$ 15,00	R\$ 2.250,00
32	150	frasco	Brometo de ipratrópio com 15ml	R\$ 1,06	R\$ 159,00
33	150	frasco	Bromidrato de fenoterol com 15ml	R\$ 2,96	R\$ 444,00
34	400	unidade	Caixa coletora de resíduos de produtos hospitalares (perfu-ro-cortantes - grupo E), capacidade 7 litros, caixa externa de papelão ondulado, cinta lateral e fundo rígido de papelão couro, sacola para revestimento de poliuretano de alta densidade, produto conforme os padrões da NBR 13.853/97 da ABNT	R\$ 4,50	R\$ 1.800,00
35	10	caixa	Caixa para acondicionamento de lâminas de preventivo, em material plástico, lavável, com capacidade para 50 laminas	R\$ 12,00	R\$ 120,00
36	600	unidade	Cateter intravenoso. 20 G - Alto padrão de segurança na terapia intravenosa. Cateter intravenoso periférico, do tipo "por-fora-da-agulha", com dispositivo de segurança, indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração, constituído por: dispositivo de proteção total da agulha auto acionável, que oferece segurança tanto para o paciente quanto para o profissional, atendendo a NR 32, após a punção; agulha siliconizada com bisel biangulado e trifacetado; cateter ou cânula em biomaterial Teflon: reduz a ocorrência de flebite; protetor do conjunto agulha/cateter: garante a integridade da agulha até o momento do uso, com formato anatômico permite a remoção com apenas uma das mãos; conector luer-lock, translúcido, codificado por cores e com ranhuras para fixação: permite segura conexão ao equipo, facilita a identificação do calibre e favorece a fixação através do ponto cirúrgico; câmara de refluxo em "crystal": oferece empunhadura segura e permite rápida visualização do refluxo sanguíneo; esterilizados em óxido de etileno e embalados individualmente. Contendo externamente dados de identificação, número do lote, validade e registro no Ministério da Saúde. Caixa contendo 50 unidades.	R\$ 2,90	R\$ 1.740,00

37	600	unidade	Cateter intravenoso. 22 G - Alto padrão de segurança na terapia intravenosa. Cateter intravenoso periférico, do tipo "por-fora-da-agulha", com dispositivo de segurança, indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração, constituído por: dispositivo de proteção total da agulha auto acionável, que oferece segurança tanto para o paciente quanto para o profissional, atendendo a NR 32, após a punção; agulha siliconizada com bisel biangulado e trifacetado; cateter ou cânula em biomaterial Teflon: reduz a ocorrência de flebite; protetor do conjunto agulha/cateter: garante a integridade da agulha até o momento do uso, com formato anatômico permite a remoção com apenas uma das mãos; conector luer-lock, translúcido, codificado por cores e com ranhuras para fixação: permite segura conexão ao equipo, facilita a identificação do calibre e favorece a fixação através do ponto cirúrgico; câmara de refluxo em "crystal": oferece empunhadura segura e permite rápida visualização do refluxo sanguíneo; esterilizados em óxido de etileno e embalados individualmente. Contendo externamente dados de identificação, número do lote, validade e registro no Ministério da Saúde. Caixa contendo 50 unidades.	R\$ 2,90	R\$ 1.740,00
38	600	unidade	Cateter intravenoso. 24 G - Alto padrão de segurança na terapia intravenosa. Cateter intravenoso periférico, do tipo "por-fora-da-agulha", com dispositivo de segurança, indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração, constituído por: dispositivo de proteção total da agulha auto acionável, que oferece segurança tanto para o paciente quanto para o profissional, atendendo a NR 32, após a punção; agulha siliconizada com bisel biangulado e trifacetado; cateter ou cânula em biomaterial Teflon: reduz a ocorrência de flebite; protetor do conjunto agulha/cateter: garante a integridade da agulha até o momento do uso, com formato anatômico permite a remoção com apenas uma das mãos; conector luer-lock, translúcido, codificado por cores e com ranhuras para fixação: permite segura conexão ao equipo, facilita a identificação do calibre e favorece a fixação através do ponto cirúrgico; câmara de refluxo em "crystal": oferece empunhadura segura e permite rápida visualização do refluxo sanguíneo; esterilizados em óxido de etileno e embalados individualmente. Contendo externamente dados de identificação, número do lote, validade e registro no Ministério da Saúde. Caixa contendo 50 unidades.	R\$ 2,90	R\$ 1.740,00
39	1000	unidade	Cateter para oxigênio tipo óculos adulto	R\$ 1,87	R\$ 1.870,00
40	250	unidade	Cateter para oxigênio tipo óculos infantil	R\$ 1,80	R\$ 450,00
41	15	kit	Copo + adaptador + mangueira para nebulização, e plástico lavável	R\$ 1,80	R\$ 27,00
42	100	caixa	Curativos prontos para ferimentos (tipo band-aid), caixa com 35 unidades	R\$ 6,92	R\$ 692,00
43	40	frasco	Diclofenaco dietilamônio aerossol (solução com propelente) 11,6mg/g em frasco de alumínio pressurizado, provido de válvula especial, com 60gr. Composição: diclofenaco dietilamônio, excipientes: salicilato de metila, mentol, triclosana, propilenoglicol, álcool isopropílico e mistura de butano e propano desodorizada.	R\$ 35,45	R\$ 1.418,00
44	30	bisnaga	Diclofenaco dietilamônio emulgel, 60g, composição (diclofenaco dietilamônio, excipientes: dietilamina, polímero de ácido acrílico, cetomagrocol 1000, isopropanol, propilenoglicol, parafina líquida, perfume, cetiol e água purificada)	R\$ 35,50	R\$ 1.065,00
45	1.000	unidade	Dispositivo incontinência uripen nº 06, com extensor	R\$ 2,38	R\$ 2.380,00
46	40	unidade	Dreno de penrose com gaze - 2 estéril nº4	R\$ 1,64	R\$ 65,60
47	50	embalagem	Eletrodo adesivo com 4 peças 5x5cm para fisioterapia	R\$ 25,00	R\$ 1.250,00
48	50	bobina	Embalagem tubular para esterilização 10cm, papel grau cirúrgico, bobina com 100 metros	R\$ 58,19	R\$ 2.909,50
49	50	bobina	Embalagem tubular para esterilização 20cm, papel grau cirúrgico, bobina com 100 metros	R\$ 105,30	R\$ 5.265,00
50	100	bobina	Embalagem tubular para esterilização, 15cm, papel grau cirúrgico, bobina com 100 metros	R\$ 73,02	R\$ 7.302,00

51	2.000	unidade	Equipo macro gotas estéril com protetor de dedos ,atendendo NR 32, para administração de infusão parenteral por sistema fechado, ponta perfurante conforme NBR 14041, contendo câmara de gotejamento flexível, com filtro de partícula 15 micra e entrada de ar com filtro bacteriológico de 0,22 micras, tampa reversível, tubo translúcido PVC 1,40m, pinça rolete de alta precisão, injetor lateral com borracha auto cicatrizante, conector luer slip e luer lock conjugados, com tampa protetora contendo membrana hidrofóbica, que permite a retirada de ar do equipo sem a contaminação. Embalagem individual em papel de grau cirúrgico, com abertura de pétala. EMA01	R\$ 1,93	R\$ 3.860,00
52	1.500	unidade	Equipo Y (infusor de duas vias)	R\$ 0,08	R\$ 2.205,00
53	50	caixa	Escalpe intravenoso G aspto, nº 21, com protetor de agulha, asas de empunhadura/fixa, tubo vinílico transparente, atóxico e aptrogênio, paredes finas, conector luer-lok codificado por cores, embalagem unicamente em blister, estéril, caixa com 50 unidades	R\$ 0,08	R\$ 3.750,00
54	50	caixa	Escalpe intravenoso G aspto, nº 23, com protetor de agulha, asas de empunhadura/fixa, tubo vinílico transparente, atóxico e aptrogênio, paredes finas, conector luer-lok codificado por cores, embalagem unicamente em blister, estéril, caixa com 50 unidades	R\$ 0,08	R\$ 3.900,00
55	10	caixa	Escalpe intravenoso G aspto, nº 25, com protetor de agulha, asas de empunhadura/fixa, tubo vinílico transparente, atóxico e aptrogênio, paredes finas, conector luer-lok codificado por cores, embalagem unicamente em blister, estéril, caixa com 50 unidades	R\$ 0,08	R\$ 780,00
56	70	rolo	Esparadrapo extra flexível, cor branca, medidas: 10cm x 4,5m - sem capa	R\$ 1,47	R\$ 597,10
57	10	embalagem	Fio algodão 3-0 com agulha 3/8 30mm. Com 24 unidades	R\$ 75,00	R\$ 30,40
58	10	caixa	Fio de sutura 45cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de círculo tipo triangular cortante 2-0, mono nylon, preto, caixa com 24 unidades	R\$ 78,00	R\$ 561,60
59	10	caixa	Fio de sutura 45cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de círculo tipo triangular cortante 3-0, mono nylon, preto, caixa com 24 unidades	R\$ 78,00	R\$ 559,20
60	10	caixa	Fio de sutura 45cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de círculo tipo triangular cortante 4-0, mono nylon, preto, caixa com 24 unidades	R\$ 8,53	R\$ 559,20
61	10	caixa	Fio de sutura 45cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de círculo tipo triangular cortante 5-0, mono nylon, preto, caixa com 24 unidades	R\$ 3,04	R\$ 561,60
62	10	caixa	Fio de sutura 45cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de círculo tipo triangular cortante 6-0, mono nylon, preto, caixa com 24 unidades	R\$ 56,16	R\$ 657,60
63	500	rolo	Fita hipoalergênica para curativos, 2,5cm x 10m, indicada principalmente para peles sensíveis e frágeis, porosa, com dorso de não tecido de rayon e viscose, permite a pele respirar livremente. Disponível na cor branca.	R\$ 55,92	R\$ 1.825,00
64	500	rolo	Fita hipoalergênica para curativos, 50cm x 9,14m, indicada principalmente para peles sensíveis e frágeis, porosa, com dorso de não tecido de rayon e viscose, permite a pele respirar livremente. Disponível na cor branca.	R\$ 55,92	R\$ 3.660,00
65	15	unidade	Fita métrica 150cm, diversas cores	R\$ 56,16	R\$ 120,00
66	35	frasco	Fixador celular, composta de álcool etílico extra fino (95%), carbowax (2,5%) e propelente, indicado para fixação de esfregaços celulares em lâmina, deve ser aplicado sobre o esfregaço logo após a coleta, produto inofensivo a camada de ozônio (não contém CFC), conteúdo 100ml, embalagem contatando externamente os dados de identificação, procedência, composição, data de fabricação e validade, marca, registro, no Ministério da Saúde	R\$ 65,76	R\$ 700,00
67	3	frasco	Formol 37%, 1.000ml	R\$ 3,65	R\$ 31,11
68	80	pacote	Fronha descartável, 100% polipropileno, pacote com 10 unidades, medidas 40x60cm	R\$ 7,32	R\$ 160,00
69	15	metro	Garrote para punção	R\$ 8,00	R\$ 52,50

70	500	rolo	Gaze em rolo, Compressa de gaze (tipo queijo) em Rolo, medindo 91cm x 91 m, com 13 fios por cm², não estéril, confeccionada em tecido 100% algodão, 04 dobras, 08 camadas, massa por unidade "peso" 1.450 kg com variação de 5% isento de embalagem, com trama fechada, textura uniforme, adequada, alvejada e hidrofílica, isenta de resíduos, manchas, falhas, devem ser branqueadas, purificadas, isenta de alvejante óptico e amido, possuir pH com intervalo entre 5,0 e 8,0 apresentar hidrofílicidade menor ou igual a 15 segundos, sem filamento radiopaco, - apresentar registro no ministério da Saúde e Certificado de Boas Práticas de fabricação.	R\$ 98,00	R\$ 49.000,00
71	1.200	pacote	Gaze Hidrófila 7,5 X 7,5 com 13 fios. Características: confeccionadas em fios 100% algodão em tecido tipo tela, com oito camadas e cinco dobras, com dimensão de 7,5 x 7,5cm quando fechadas e 15 x 30cm quando abertas. Cor branca, alvejadas, purificadas e isentas de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes corretivos e alvejantes ópticos. Dobradas para dentro em toda a sua extensão para evitar o desfiamento, isento de quaisquer defeitos prejudiciais a sua perfeita utilização, embaladas em pacote plástico com 500 unidades, constando externamente os dados de identificação e procedência, sem fios radiopacos e demais características conforme ABNT. Apresentar junto a proposta cópia impressa do registro na ANVISA, A licitante vencedora deste item deverá apresentar AMOSTRA.	R\$ 37,67	R\$ 45.204,00
72	100	frasco	Gel neutro para ultrassonografia e ECG, com 100g	R\$ 1,98	R\$ 198,00
73	350	frasco	Hipoclorito de sódio 1% ,frascos com 1 litro	R\$ 4,77	R\$ 1.669,50
74	20	frasco	Iodopovidona 10% PVPI degermante, 1000ml	R\$ 12,49	R\$ 249,80
75	800	kit	Kit ginecológico com 1 espéculo vaginal, lubrificado com silicone de grau médico, tamanho grande: 43mm em sua maior largura distal; 36mm em sua maior largura proximal; 116 mm no eixo longitudinal dos elementos articulados + escova de coleta endocervical + 1 espátula de ayres. Estéril por Oxido etileno (ETO), embalado em papel grau cirúrgico e filme de polietileno/polipropileno	R\$ 2,70	R\$ 2.160,00
76	1.500	kit	Kit ginecológico com 1 espéculo vaginal, lubrificado com silicone de grau médico, tamanho médio: 33mm em sua maior largura distal; 30mm em sua maior largura proximal; 116 mm no eixo longitudinal dos elementos articulados + escova de coleta endocervical + 1 espátula de ayres. Estéril por Oxido etileno (ETO), embalado em papel grau cirúrgico e filme de polietileno/polipropileno	R\$ 2,70	R\$ 4.050,00
77	800	kit	Kit ginecológico com 1 espéculo vaginal, lubrificado com silicone de grau médico, tamanho pequeno: 29mm em sua maior largura distal; 24mm em sua maior largura proximal; 110 mm no eixo longitudinal dos elementos articulados + escova de coleta endocervical + 1 espátula de ayres. Estéril por Oxido etileno (ETO), embalado em papel grau cirúrgico e filme de polietileno/polipropileno	R\$ 2,70	R\$ 2.160,00
78	80	embalagem	Lâmina ponta fosca 26x76mm espessura 1-1,2mm com 50 unidades cada caixa	R\$ 12,00	R\$ 960,00
79	800	bisnaga	Lençol branco, descartável, com elástico, pacote com 10 unidades	R\$ 15,00	R\$ 12.000,00
80	300	frasco	Lidocaína 2%, gel, 30gr	R\$ 3,00	R\$ 900,00
81	500	par	Lidocaína 2%, sem vasoconstritor 20ml	R\$ 4,00	R\$ 2.000,00
82	150	par	Luva cirúrgica estéril n. 7,0	R\$ 1,53	R\$ 229,50
83	300	par	Luva cirúrgica estéril n. 7,5	R\$ 1,53	R\$ 459,00
84	250	par	Luva cirúrgica estéril n. 8,0	R\$ 1,53	R\$ 382,50
85	250	caixa	Luva cirúrgica estéril n. 8,5	R\$ 1,53	R\$ 382,50
86	200	caixa	Luvas descartáveis, levemente talcadas, em látex, tamanho extra pequeno, caixa com 100 unidades	R\$ 23,01	R\$ 4.602,00
87	100	caixa	Luvas descartáveis, levemente talcadas, em látex, tamanho grande, caixa com 100 unidades	R\$ 23,01	R\$ 2.301,00
88	250	caixa	Luvas descartáveis, levemente talcadas, em látex, tamanho médio, caixa com 100 unidades	R\$ 23,01	R\$ 5.752,50
89	300	rolo	Luvas descartáveis, levemente talcadas, em látex, tamanho pequeno, caixa com 100 unidades	R\$ 23,01	R\$ 6.903,00
90	50	rolo	Malha tubular de algodão, rolo com 25 metros - 15cm	R\$ 12,05	R\$ 602,50

91	50	rolo	Malha tubular de algodão, rolo com 25 metros - 20cm	R\$ 17,72	R\$ 886,00
92	30	rolo	Malha tubular de algodão, rolo com 25 metros - 8cm	R\$ 8,75	R\$ 262,50
93	50	par	Malha tubular de algodão, rolo com 25 metros- 10cm	R\$ 10,80	R\$ 540,00
94	30	rolo	Oliva preta para encaixe em estetoscópio nacionais	R\$ 8,00	R\$ 240,00
95	40	unidade	Papel para eletrocardiograma 58mm x 20m	R\$ 4,28	R\$ 171,20
96	50	Unidade	Protetor ocular adulto	12,00	600,00
97	50	unidade	Protetor ocular infantil	R\$ 14,00	R\$ 700,00
98	50	frasco	PVPI tópico 10%, 1000,ml	R\$ 13,25	R\$ 132,50
99	10	frasco	Sabonete líquido, contendo umectante e emolientes, embalagem com 5 litros, registro no Ministério da Saúde (Anvisa)	R\$ 15,00	R\$ 750,00
100	50	embalagem	Saco plástico para descarte de material contaminado, branco, com identificação/ contaminado - 20lt	R\$ 0,40	R\$ 112,00
101	280	unidade	Salto de borracha ortopédico Grande	R\$ 2,00	R\$ 100,00
102	50	unidade	Salto de borracha ortopédico Médio	R\$ 1,20	R\$ 60,00
103	50	unidade	Salto de borracha ortopédico Pequeno	R\$ 1,00	R\$ 50,00
104	50	unidade	Seringa descartável estéril, em plástico atóxico de 10ml	R\$ 0,68	R\$ 5.440,00
105	8.000	unidade	Seringa descartável estéril, em plástico atóxico de 20ml	R\$ 1,93	R\$ 15.440,00
106	8.000	unidade	Seringa descartável estéril, em plástico atóxico de 3ml	R\$ 0,26	R\$ 520,00
107	2.000	unidade	Seringa descartável estéril, em plástico atóxico de 5ml	R\$ 0,35	R\$ 3.500,00
108	10.000	unidade	Seringa descartável estéril, em plástico atóxico, de 1ml, com agulha 13x4,5	R\$ 0,15	R\$ 7.500,00
109	50.000	frasco	Solução de Digliconato de Clorexidina Loção Aquosa 0,2%, 1000ml	R\$ 7,06	R\$ 706,00
110	100	frasco	Solução fisiológica 0,9%, frasco com 100ml, sistema fechado	R\$ 2,50	R\$ 15.000,00
111	6.000	frasco	Solução fisiológica 0,9%, frasco com 250ml, sistema fechado	R\$ 2,90	R\$ 5.800,00
112	2.000	frasco	Solução fisiológica 0,9%, frasco com 500ml, sistema fechado	R\$ 3,80	R\$ 5.700,00
113	1.500	frasco	Solução Glicofisiológico - Sistema fechado. Solução isotônica 0,9%, solução aquosa 0,9g de sal, com soro glicosilado a 5%, 500ml	R\$ 3,80	R\$ 3.800,00
114	1.000	frasco	Solução glicosada 5%, frasco com 250ml, sistema fechado	R\$ 3,80	R\$ 3.040,00
115	800	frasco	Solução glicosada 5%, frasco com 500ml, sistema fechado	R\$ 3,00	R\$ 1.500,00
116	500	unidade	Sonda uretral nº 12	R\$ 0,75	R\$ 2.250,00
117	3.000	unidade	Sonda uretral nº 14	R\$ 1,14	R\$ 3.420,00
118	3.000	unidade	Sonda uretral nº 8	R\$ 0,78	R\$ 780,00
119	1.000	embalagem	Tala Imobilizadora metálica de alumínio com espuma/ tala ortopédica (DUZIA) 12mm Larg x 18 cm compr.	R\$ 8,90	R\$ 44,50
120	5	embalagem	Tala Imobilizadora metálica de alumínio com espuma/ tala ortopédica (DUZIA) 16mm Larg x 18 cm compr.	R\$ 10,00	R\$ 50,00
121	5	embalagem	Tala Imobilizadora metálica de alumínio com espuma/ tala ortopédica (DUZIA) 16mm Larg x 26 cm compr.	R\$ 11,64	R\$ 58,20
122	5	embalagem	Tala Imobilizadora metálica de alumínio com espuma/ tala ortopédica (DUZIA) 19mm Larg x 18 cm compr.	R\$ 18,00	R\$ 90,00
123	5	embalagem	Tala Imobilizadora metálica de alumínio com espuma/ tala ortopédica (DUZIA) 19mm Larg x 26 cm compr.	R\$ 13,08	R\$ 65,40
124	5	embalagem	Tala Imobilizadora metálica de alumínio com espuma/ tala ortopédica (DUZIA) 26mm Larg x 26 cm compr.	R\$ 25,00	R\$ 125,00
125	5	unidade	Termômetro clínico digital	R\$ 18,00	R\$ 900,00
126	50	unidade	Termômetro clínico, com escala de mercúrio	R\$ 13,00	R\$ 390,00
127	30	embalagem	Toalha de papel, branco, macio, 100% celulose virgem, com 1000 folhas, tamanho aprox. 22,05 x 21cm	R\$ 5,23	R\$ 4.184,00
128	800	frasco	Vaselina líquida 1000ml	R\$ 13,50	R\$ 135,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 372.108,01

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 8h do dia 24/03/2016, às 08h45min do dia 7/4/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 9h do dia 7/4/2016 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta de dotações orçamentárias

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 – Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.02 – Manutenção das Atividades Básicas de Saúde; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 301 – Atenção Básica; Programa: 59 – Assistência Básica a Saúde; Projeto: 2.115 – Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde Materiais e serviços; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo;

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 23 de março de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

PREGÃO Nº 21/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A licitação tem como objeto a REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição uniformes para os alunos da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme tabela abaixo:

LOTE 01				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	<p>1- CAMISETA MANGA CURTA TIPO RAGLÃ - (conforme especificações do Termo de Referência)</p> <p>Características da camiseta manga curta: camiseta manga curta tipo rayglã, com o corpo confeccionado em meia malha PA (50% Algodão e 50% Poliéster), com gramatura mínima de 165g/m², na cor Branca Pantone 11-4800 TPX, mangas confeccionadas em meia malha PV (67% Poliéster e 33% Viscose), com gramatura mínima de 165 g/m², na cor Verde 18-6024 Pantone TPX. Entre o corpo principal e as mangas detalhe da parte da frente e as costas da camiseta, deverá conter um friso medindo este na peça pronta 3mm, confeccionado em tecido meia malha PV (67% Poliéster e 33% Viscose), com gramatura de 165g/m², fio 30.1, na cor Azul royal Pantone 19-4053 TPX.</p> <p>Na frente à camiseta deverá conter uma etiqueta termocolante do Brasão de Campo Alegre. Nas costas deverá conter um silkscreen com o escrito Educação. A gola será em retílinea.</p>	4.200	R\$ 21,00	R\$ 88,200,00
02	<p>BERMUDA MASCULINA - (conforme especificações do Termo de Referência)</p> <p>Características da bermuda masculina: Bermuda escolar masculina confeccionada em tadelmaquinetado em 100% Poliéster com gramatura de 114 g/m² com tolerância de +/- 5%, com desenho formando uma colmeia em forma hexagonal, medindo 5mm de altura por 4mm de largura, base de 1mm e vértice de 3mm, no sentido diagonal, e relevos do desenho aparentes, com acabamento em resina impermeável na cor Verde Pantone 18-6024 TPX, com bolsos laterais tipo faca. Detalhe na cor Branco Pantone 11-4800 TPX na perna esquerda. Na bermuda entre o detalhe Branco Pantone 11-4800 TPX e o corpo da bermuda Verde Pantone 18-6024 TPX, deverá conter uma fita personalizada, com largura de 2,4 cm. No detalhe branco, deverá conter um Brasão de Campo Alegre em forma de etiqueta termocolante, conforme desenho.</p>	2.075	R\$ 22,00	R\$ 45,650,00
03	<p>BERMUDA FEMININA TIPO CICLISTA - (conforme especificações do Termo de Referência)</p> <p>Características da Bermuda Feminina: tipo ciclista, confeccionada em Helanca 100% Poliamida com gramatura mínima de 270g/m², na cor Verde Pantone 18-6024 TPX, com detalhe na cor Branco Pantone 11-4800 TPX. Na perna esquerda entre o detalhe na cor Branco e o corpo na cor Verde deverá estar sobreposta uma fita personalizada. No centro do detalhe branco deverá conter uma etiqueta termocolante do Brasão de Campo Alegre conforme desenho.</p> <p>Etiqueta Termocolante: etiqueta termocolante tecida em fundo tafetá plus branco em alta definição com fios de figura em poliéster termocolante pó com recorte a laser nas cores do Brasão de Campo Alegre, que deverá ser fixada em prensa térmica a 180º em 15 segundos e bordada em seu contorno na cor branca para que ocorra a fixação da etiqueta e não comprometa sua qualidade. O Brasão deverá medir 7,0 cm de altura por 6,5 cm de largura.</p>	2.075	R\$ 24,00	R\$ 49.800,00

04	<p>JAQUETA ESCOLAR - (conforme especificações do Termo de Referência)</p> <p>Características da Jaqueta Escolar: Jaqueta na cor Azul Verde Pantone 18-6024 TPX, Gramatura: 195 g/m², Composição: 80% Poliéster e 20% Poliamida, Tipo de Malha (tecnologia) malharia Urdume .Acabamento Final Prefixação, Felpado, fixado, Felpa Alta.Com bolsostipo Canguru. Nas laterais das mangas, a partir do início do ombro, deverão ser sobrepostas e costuradas, faixas tipo adidas, com largura de 1,2cm cada uma, sendo as duas confeccionadas em tecido helanca light, composta de 100% Poliéster com gramatura de 115g/m², com 1,2 cm de largura cada, uma na cor branca Pantone 11-4800 TPX, e outra na cor Azul royal Pantone 19-4053 TPX, distancias de 0,5 cm entre si. A jaqueta deverá ter mangas retas e gola esportiva com o fechamento em zíper de nylon destacável na cor Verde Pantone 19-4053 TPX da barra ate o final da gola. Detalhe na cor branca, na frente, do mesmo tecido do corpo e no detalhe branco da frente da jaqueta devera ter um termo colante do brasão do município de Campo Alegre, conforme o desenho abaixo:</p> <p>Nas costas da jaqueta, no detalhe branco, deverá conter um silkscreen da palavra <input type="checkbox"/>Educação<input type="checkbox"/> em fonte de letra Brush Script MT e o nome do Município de <input type="checkbox"/>Campo Alegre<input type="checkbox"/> em fonte de letra Arial, sendo as duas palavras em cor Azul royal Pantone 19-4053 TPX e um detalhe abaixo da palavra Educação na cor Verde (Pantone 18-6024TPX), conforme ilustração.</p> <p>Gola, barra e punho em retilínea: dupla, composta de 100% Acrílico, medindo 4,4 cm. Começando da ponta para a costura da manga:</p> <p>1,0 cm com fio tinto 100% acrílico na cor Verde Pantone 18-6024 TPX; 0,4 cm com fio tinto 100% acrílico na cor Branco Pantone 11-4800 TPX; 1,3 cm com fio tinto 100% acrílico na cor Verde Pantone 18-6024 TPX; 0,4 cm com fio tinto 100% acrílico na cor Azul royal Pantone 19-4053 TPX; 1,3 cm com fio tinto 100% acrílico na cor Verde Pantone 18-6024 TPX; 4,4cm com fio tinto 100% acrílico na cor Verde Pantone 18-6024 TPX na sua parte interna.</p> <p>Etiqueta Termocolante: etiqueta termocolante tecida em fundo tafetá plus branco em alta definição com fios de figura em poliéster termocolante pó com recorte a laser nas cores do Brasão de Campo Alegre que deverá ser fixada em prensa térmica a 180° em 15 segundos e bordada em seu contorno na cor branca para que ocorra a fixação da etiqueta e não comprometa sua qualidade.O Brasão deverá medir 7,0 cm de altura por 6,5 cm de largura.</p> <p>Silkscreen: silk simples a base d'água na parte de trás Branca Pantone 11-4800 TPX da jaqueta com a palavra "Educação" em letra Brush Script MT , e a palavra <input type="checkbox"/> Campo Alegre<input type="checkbox"/>em fonte de letra Arial, cor Azul royal Pantone 19-4053 TPX e com um detalhe abaixo da palavra educação na cor Verde pantone 18-6024 TPX, conforme o desenho em anexo abaixo.</p> <p>Produção: A jaqueta deve ser costurada internamente com máquina overloque (nas laterais, ombros, mangas e gola). Bolso tipo canguru deverá ser aplicado em máquina pespontadeira duas agulhas para garantir sua resistência. O zíper e a parte externa da gola devem ser rebatidos com máquina reta de uma agulha com largura de 1,0 cm. O zíper deverá ser na cor Verde Pantone 18-6024 TPX. As faixas deverão ser aplicadas em máquina pespontadeira no mínimo 10 agulhas, a composição das faixas deverá ser de helanca light, composta de 100% Poliéster com gramatura de 115g/m², sendo uma na cor branca Pantone 11-4800TPX, uma na cor Azul royal Pantone 19-4053 TPX. Na parte da frente da jaqueta, no detalhe branco, no lado esquerdo de quem veste, deverá ter uma etiqueta termocolante do Brasão do Município de campo Alegre. Na parte traseira da gola deverá ser costurada uma limpeza de gola, com o mesmo tecido do corpo da jaqueta, com largura de 1cm sendo rebatido com máquina reta de uma agulha em toda a parte traseira da jaqueta. No meio das costas, na parte interna da jaqueta, deverá ser costurada uma etiqueta em tecido tipo TNT, na cor branca, com os caracteres tipográficos dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição dotecido, símbolos de lavagem, tamanho e país de fabricação.</p>	2.075	R\$52,00	R\$ 107.900,00
----	---	-------	----------	-------------------

05	<p>CALÇA ESCOLAR MASCULINA - (conforme especificações do Termo de Referência)</p> <p>Calça escolar na Verde Pantone 18-6024 TPX, Gramatura: 195 g/m², Composição: 80% Poliéster 20% Poliamida (tecnologia) Malharia de Urdume.</p> <p>Nas laterais da calça deverão ser sobrepostas e costuradas, duas faixas, com largura de 1,2cm cada uma, composição de 100% Poliéster com gramatura de 160 g/m², uma na cor branca Pantone 11-4800TPX, e outra na cor Azul royal Pantone 19-4053 TPX, distanciadas de 0,8 cm entre uma da outra.</p> <p>Produção: fechamento interno (gancho, entre pernas, fixação do elástico e das laterais) feito em máquina overlock com fios e linhas na cor Verde Pantone 18-6024 TPX. Nas laterais da calça deverão ser sobrepostas e costuradas, duas faixas, com largura de 1,2cm cada uma, composição de 100% Poliéster com gramatura de 160 g/m², uma na cor branca Pantone 11-4800 TPX, e outra na cor Azul royal Pantone 19-4053 TPX, distanciadas de 0,8 cm entre si, a máquina utilizada para aplicação deverá ser a pespontadeira com no mínimo seis agulhas. Elástico de 4 cm rebatido em máquina elástica com cinco pespontos uniformes. Barras com acabamento em máquina galoneira duas agulhas bitola larga, medindo 2 cm acabada.. No meio do gancho das costas na parte interna da calça deve ser costurada uma etiqueta em tecido tipo TNT, na cor branca, com os caracteres tipográficos dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição dotecido, símbolos de lavagem, tamanho e país de fabricação.</p>	2.075	R\$34,50	R\$ 71.587,50
Valor Total do Lote R\$ 363.137,50				
LOTE 02				
06	<p>TENIS ESCOLAR MODELO VELCRO (Nº 16 ao 22) - Modelo 1:</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS: Constituído de duas partes principais: cabedal e solado □ (conforme especificações do Termo de Referência)</p>	1.000	55,00	55.000,00
07	<p>TÊNIS ESCOLAR COM VELCRO (Nº 23 ao 33) - Modelo 2:</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS: Constituído de duas partes principais: cabedal e solado - (conforme especificações do Termo de Referência)</p>	1.100	R\$ 55,00	R\$ 60.500,0
08	<p>TÊNIS ESCOLAR COM CORDÃO (Nº 34 ao 43) - Modelo 3:</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS: Constituído de duas partes principais: cabedal e solado - (conforme especificações do Termo de Referência)</p>	1.400	R\$ 55,00	R\$ 77.000,00
TOTAL DO LOTE 02 R\$ 192.500,00				

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE

Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 06/04/2016, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até 09 horas e 45 minutos, do dia 06/04/2016, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2016, na seguinte classificação:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 – Secretaria Municipal de Educação; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo –.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 21/2016".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre - SC, 23 de março de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Campo Erê

PREFEITURA

OFICIO 004/2016

Ofício nº 004/2016

Campo Erê (SC) 21 de Março de 2016.

A sua Excelência,
Daniele Sander
Gerente De Relacionamento UN
Campo Erê - SC

Prezada Senhora,
Após cumprimentá-la cordialmente, venho através deste solicitar a abertura de conta corrente em nome do CRESIM - CAPS, no CNPJ 23.279.570/0001-68 e delegar poderes para efetuar as transações bancárias em nome de: RUDIMAR BORCIONI, Prefeito Municipal de Campo Erê e Presidente do CRESIM, CPF: 621.359.109-53 e IVO JOSÉ LUDWIG, Prefeito Municipal de São Bernardino e Tesoureiro do CRESIM, CPF: 627.208.729-20, nas seguintes transações:

ASSINAR CERTIFICADOS DE ORIGEM E DOCUMENTO;
ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO
ABRIR CONTA DE DEPOSITO
ASSINAR INSTR CRÉDITO C/AUTORIZ CONS ADMIN/AS
ASSINAR INSTR DE CRÉDITO
ASSINAR INSTR CONVÊNIO E CONTRATOS PREST. SERVI
ASSINAR MANDATO ELETRÔNICO DEPOSITO JUDICIAL
ASSINAR MENCAO ADICIONAL
ASSINAR ORÇAMENTO
ATUALIZAR FATURAMENTO PELO GERENCIADOR FINANCEIRO
AUTORIZAR ADESÃO E MOTIVAMENTAÇÃO DE PONTOS
BAIXAR CHEQUES
BLOQUEIO/DESBLOQUEIO DE DEPOSITO JUDICIAL
CADASTRAR, ALTERAR E DEBLOQUEAR SENHA
CANCELAR CHEQUES
CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAMA REPASSE RECU
CONSULTAR DEPOSITO JUDICIAIS VIA INTERNET
CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DÉBITO DIRETO AUTORIZ
CONSULTAR RELATÓRIO DE SERVIÇO DE AMINISTR
CONSULTAR SALDO/EXTRATO DE DEPOSITO JUDICIAIS
EFETUAR ACORDOS
EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG
EFETUAR PAGAMENTO POR MEIO ELETRONICO
EFETUAR RESGATE/APLICAÇÕES FINANCEIRAS
EFETUAR TRASNFERENCIA P/MESMA TITULARIDADE
EFETUAR TRANSFERENCIA POR MEIO ELETRONICO
EMITIR CHEQUES
EMITIR COMPROVANTES
ENCERAR CONTAS DE DEPOSITO
LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTO NO GERENCIADOR FINAN-
CEIRO
RECEBER GRATIFICAÇÕES/DIARIAS, PENSÕES, SALÁRIOS
RECEBER ORDEM DE PAGAMENTO
RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO
RECEBER/QUITAR, PELO VENDEDOR CRÉDITO DE FIM
REINVIDICAR DIREITOS
REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES
RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS
SOLICITAR SALDO, ESTRATOS E COMPROVANTES
SOLICITAR SALDO/EXTRATO DE CONTA JUDICIAL
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS
SOLICITAR SALDO/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
SOLICITAR/BAIXAR RELATÓRIO DEPOSITO JUDICIAIS

SUSTAR/CONTRA-ORDEM CHEQUES

Sem mais para o momento e na certeza de sermos atendidos, re-
teramos nosso protesto de consideração e apreço.

Respeitosamente

RUDIMAR BORCIONI Prefeito Municipal e Presidente do CRESIM	IVO JOSE LUDWIG Prefeito Municipal e Tesoureiro do CRESIM
--	---

Registrado e Publicado em data supra: 21/03/2016.

LUIZ DE PARIS
Secretário do CRESIM

OFICIO 005/2016

Ofício nº 005/2016

Campo Erê (SC) 21 de Março de 2016.

A sua Excelência,
Daniele Sander
Gerente De Relacionamento UN
Campo Erê - SC

Prezada Senhora,
Após cumprimentá-la cordialmente, venho através deste solicitar a abertura de conta corrente em nome do CRESIM – PLANTÃO MÉDICO, no CNPJ 23.279.570/0001-68 e delegar poderes para efetuar as transações bancárias em nome de: RUDIMAR BORCIONI, Prefeito Municipal de Campo Erê e Presidente do CRESIM, CPF: 621.359.109-53 e IVO JOSÉ LUDWIG, Prefeito Municipal de São Bernardino e Tesoureiro do CRESIM, CPF: 627.208.729-20, nas seguintes transações:

ASSINAR CERTIFICADOS DE ORIGEM E DOCUMENTO;
ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO
ABRIR CONTA DE DEPOSITO
ASSINAR INSTR CRÉDITO C/AUTORIZ CONS ADMIN/AS
ASSINAR INSTR DE CRÉDITO
ASSINAR INSTR CONVÊNIO E CONTRATOS PREST. SERVI
ASSINAR MANDATO ELETRÔNICO DEPOSITO JUDICIAL
ASSINAR MENCAO ADICIONAL
ASSINAR ORÇAMENTO
ATUALIZAR FATURAMENTO PELO GERENCIADOR FINANCEIRO
AUTORIZAR ADESÃO E MOTIVAMENTAÇÃO DE PONTOS
BAIXAR CHEQUES
BLOQUEIO/DESBLOQUEIO DE DEPOSITO JUDICIAL
CADASTRAR, ALTERAR E DEBLOQUEAR SENHA
CANCELAR CHEQUES
CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAMA REPASSE RECU
CONSULTAR DEPOSITO JUDICIAIS VIA INTERNET
CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DÉBITO DIRETO AUTORIZ
CONSULTAR RELATÓRIO DE SERVIÇO DE AMINISTR
CONSULTAR SALDO/EXTRATO DE DEPOSITO JUDICIAIS
EFETUAR ACORDOS
EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG

EFETUAR PAGAMENTO POR MEIO ELETRONICO
EFETUAR RESGATE/APLICAÇÕES FINANCEIRAS
EFETUAR TRANSFERENCIA P/MESMA TITULARIDADE
EFETUAR TRANSFERENCIA POR MEIO ELETRONICO
EMITIR CHEQUES
EMITIR COMPROVANTES
ENCERAR CONTAS DE DEPOSITO
LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTO NO GERENCIADOR FINAN-
CEIRO
RECEBER GRATIFICAÇÕES/DIARIAS, PENSÕES, SALÁRIOS
RECEBER ORDEM DE PAGAMENTO
RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO
RECEBER/QUITAR, PELO VENDEDOR CRÉDITO DE FIM
REINVIDICAR DIREITOS
REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES
RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS
SOLICITAR SALDO, ESTRATOS E COMPROVANTES
SOLICITAR SALDO/EXTRATO DE CONTA JUDICIAL
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS
SOLICITAR SALDO/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
SOLICITAR/BAIXAR RELATÓRIO DEPOSITO JUDICIAIS
SUSTAR/CONTRA-ORDEM CHEQUES

Sem mais para o momento e na certeza de sermos atendidos, rei-
teramos nosso protesto de consideração e apreço.

Respeitosamente

RUDIMAR BORCIONI Prefeito Municipal e Presidente do CRESIM	IVO JOSE LUDWIG Prefeito Municipal e Tesoureiro do CRESIM
--	---

Registrado e Publicado em data supra: 21/03/2016.

LUIZ DE PARIS
Secretário do CRESIM

TOMADA DE PREÇOS 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 572/2016
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2016
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até as 08hs do dia 13 de Abril de 2016, o Departamento de Licitações, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 572/2016 na modalidade de Tomada de Preços Nº 01/2016, do Município de Campo Erê para execução da Etapa 01 - Implantação de Drenagem Pluvial, Passeio Público, Canteiros, Paisagismo, Ciclovia e Placas de Sinalização do Trecho I e II da Rua Vereador Darci J. Roman, conforme especificado nesse Edital, e, em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações deste Edital, serão fornecidas pelo Dpto. de Licitações, sito à Rua 1º de Maio, 736, Campo Ere - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30h às 11:30h e das 13:15hs às 17:15hs e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 21 de Março de 2016. RUDIMAR BORCIONI - Prefeito Municipal.

Campos Novos

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº 02/2016

DECRETO Nº 2/2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS(SC).

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado "Ponto Facultativo" o dia 08/02/2016 (segunda-feira) durante todo o expediente (07:00 às 19:00) e o dia 10/02/2016 (quarta-feira) até as 13:00 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, devido ao Feriado do Carnaval, retornando as atividades no dia 10/02/2016 (quarta-feira) a partir das 13:00 horas.

Art. 2º. Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 04 de fevereiro de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa

DECRETO Nº 03/2016

DECRETO Nº 3/2016

ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

DECRETA:

Art. 1º. Em virtude do feriado da Páscoa, o horário de funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores (expediente interno/externo), no dia 24 de março do corrente ano (quinta-feira), será das 07:00 horas às 13:00 horas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 23 de março de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa

SAMAE - CAMPOS NOVOS

PORTARIA 043/2016

PORTARIA SAMAE CNO 043/2016, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONCEDER adicional de motorista ao servidor DENIS FRANCISCO DE ASSIS, Auxiliar de Operações, Padrão 3.1.C, a partir desta data.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL Nº13/2016

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844**AVISO LICITAÇÃO**

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos –SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº13/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº13/2016, tipo

OMENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO:REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE 2.000 (DUAS MIL) CAIXAS PARA PROTEÇÃO DE HIDROMETROA SEREM UTILIZADOS DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SAMAE.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA:As 09:00hs do dia 06/04/2016, para recebimentoe abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos

interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua:

CaetanoCarlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das

09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS Nº 85/2016 A Nº 91/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA.

CONTRATO Nº 085/2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE MOVEIS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: FLEXFORMA COMERCIAL DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA – ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto o fornecimento de móveis diversos, para equipar as novas instalações da unidade Básica de Saúde Dr. José Domingos Dalsasso, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II (termo de referencia) do Edital de Licitação nº. 06/2016, Pregão Presencial nº 06/2016 (processo administrativo nº 06/2016, licitação nº 06/2016-PR), especificamente os itens vencedores transcritos na ata da reunião de julgamento de propostas, parte integrante deste contrato. VALOR: R\$ 2.000,40 (dois mil e quarenta centavos). FONTE DO RECURSO: 31 10.01 1.035 4.4.90.52.42. VIGENCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2016, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha (SC), 24 de fevereiro de 2016. SUELI GRIMM – SECRETÁRIA DA SAÚDE.

CONTRATO Nº 086/2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE MOVEIS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: GILMAR SANI – ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto o fornecimento de móveis diversos, para equipar as novas instalações da unidade Básica de Saúde Dr. José Domingos Dalsasso, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II (termo de referencia) do Edital de Licitação nº. 06/2016, Pregão Presencial nº 06/2016 (processo administrativo nº 06/2016, licitação nº 06/2016-PR), especificamente os itens vencedores transcritos na ata da reunião de julgamento de propostas, parte integrante deste contrato. VALOR: R\$ 7.360,00 (sete mil trezentos e sessenta reais). FONTE DO RECURSO: 31 10.01 1.035 4.4.90.52.42. VIGENCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2016, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha (SC), 24 de fevereiro de 2016. SUELI GRIMM – SECRETÁRIA DA SAÚDE.

CONTRATO Nº 087/2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE MOVEIS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: gisiane matilde vieira – ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto o fornecimento de móveis diversos, para equipar as novas instalações da unidade Básica de Saúde Dr. José Domingos Dalsasso, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II (termo de referencia) do Edital de Licitação nº. 06/2016, Pregão Presencial nº 06/2016 (processo administrativo nº 06/2016, licitação nº 06/2016-PR), especificamente os itens vencedores transcritos na ata da reunião de julgamento de propostas, parte integrante deste contrato. VALOR: R\$ 5.139,00 (cinco mil cento e trinta e nove reais). FONTE DO RECURSO: 31 10.01 1.035 4.4.90.52.42. VIGENCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2016, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha (SC), 24 de fevereiro de 2016. SUELI GRIMM – SECRETÁRIA DA SAÚDE.

CONTRATO Nº 088/2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE MOVEIS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MICANTO MOVEIS SOB MEDIDA LTDA – EPP. OBJETO: O presente contrato tem por objeto o fornecimento de móveis diversos, para equipar as novas instalações da unidade Básica de Saúde Dr. José Domingos Dalsasso, conforme especificações e

quantidades descritas no anexo II (termo de referencia) do Edital de Licitação nº. 06/2016, Pregão Presencial nº 06/2016 (processo administrativo nº 06/2016, licitação nº 06/2016-PR), especificamente os itens vencedores transcritos na ata da reunião de julgamento de propostas, parte integrante deste contrato. VALOR: R\$ 1.885,80 (um mil oitocentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos). VIGENCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2016, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha (SC), 24 de fevereiro de 2016. SUELI GRIMM – SECRETÁRIA DA SAÚDE.

CONTRATO Nº 089/2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE MOVEIS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: PAULINEIA LOTTERMANN REIS – ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto o fornecimento de móveis diversos, para equipar as novas instalações da unidade Básica de Saúde Dr. José Domingos Dalsasso, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II (termo de referencia) do Edital de Licitação nº. 06/2016, Pregão Presencial nº 06/2016 (processo administrativo nº 06/2016, licitação nº 06/2016-PR), especificamente os itens vencedores transcritos na ata da reunião de julgamento de propostas, parte integrante deste contrato. VALOR: R\$ 7.741,00 (sete mil setecentos e quarenta e um reais). FONTE DO RECURSO: 31 10.01 1.035 4.4.90.52.42. VIGENCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2016, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha (SC), 24 de fevereiro de 2016. SUELI GRIMM – SECRETÁRIA DA SAÚDE.

CONTRATO Nº 089/2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE MOVEIS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: PAULINEIA LOTTERMANN REIS – ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto o fornecimento de móveis diversos, para equipar as novas instalações da unidade Básica de Saúde Dr. José Domingos Dalsasso, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II (termo de referencia) do Edital de Licitação nº. 06/2016, Pregão Presencial nº 06/2016 (processo administrativo nº 06/2016, licitação nº 06/2016-PR), especificamente os itens vencedores transcritos na ata da reunião de julgamento de propostas, parte integrante deste contrato. VALOR: R\$ 7.741,00 (sete mil setecentos e quarenta e um reais). FONTE DO RECURSO: 31 10.01 1.035 4.4.90.52.42. VIGENCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2016, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha (SC), 24 de fevereiro de 2016. SUELI GRIMM – SECRETÁRIA DA SAÚDE.

CONTRATO Nº 090/2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE MOVEIS. CONTRATADO: PProvalle comércio e serviço Ltda – me. OBJETO: O presente contrato tem por objeto o fornecimento de móveis diversos, para equipar as novas instalações da unidade Básica de Saúde Dr. José Domingos Dalsasso, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II (termo de referencia) do Edital de Licitação nº. 06/2016, Pregão Presencial nº 06/2016 (processo administrativo nº 06/2016, licitação nº 06/2016-PR), especificamente os itens vencedores transcritos na ata da reunião de julgamento de propostas, parte integrante deste contrato. VALOR: R\$ 4.727,00 (quatro mil setecentos e vinte e sete reais). FONTE DO RECURSO: 31 10.01 1.035 4.4.90.52.42. VIGENCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2016, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha (SC), 24 de fevereiro de 2016. SUELI GRIMM – SECRETÁRIA DA SAÚDE.

CONTRATO Nº 091/2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE

AQUISIÇÃO DE MOVEIS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: SUPRIMÓVEIS EIRELI – EPP. OBJETO: O presente contrato tem por objeto o fornecimento de móveis diversos, para equipar as novas instalações da unidade Básica de Saúde Dr. José Domingos Dalsasso, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II (termo de referencia) do Edital de Licitação nº. 06/2016, Pregão Presencial nº 06/2016 (processo administrativo nº 06/2016, licitação nº 06/2016-PR), especificamente os itens vencedores transcritos na ata da reunião de julgamento de propostas, parte integrante deste contrato. VALOR: R\$ 4.692,80 (quatro mil seiscentos e noventa e dois reais e oitenta centavos). FONTE DO RECURSO: 31 10.01 1.035 4.4.90.52.42. VIGENCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2016, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha (SC), 24 de fevereiro de 2016. SUELI GRIMM – SECRETÁRIA DA SAÚDE.

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº. 052/2016

DECRETO Nº. 052/2016

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 5.200,00 m² (Cinco mil e duzentos metros quadrados), procedido por PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS, situado na Rua Paul Harris, no Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 4.383 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 05 com área de 4.316,00 m² e lote nº 06 com área de 884,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 137, conforme requerimento protocolado sob nº. 1958/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 053/2016

DECRETO Nº. 053/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.794 de 04/03/2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.794 de 04/03/2016, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 8: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência comunitária

Programa 10: Assistência social responsável

Proj/Ativ. 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 70.000,00

Recursos 10000 – Recursos ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 8: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência comunitária

Programa 10: Assistência social responsável

Proj/Ativ. 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.50.00.00.00.00 – Transf. a Inst. Privadas s/fins lucrativos 30.000,00

Recursos 10000 – Recursos ordinários

II)

Órgão 07: Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Assistência Social

Função 8: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência comunitária

Programa 10: Assistência social responsável

Proj/Ativ. 2.009 – Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

3.3.50.00.00.00.00 – Transf. a Inst. Privadas s/fins lucrativos 40.000,00

Recursos 10000 – Recursos ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

DECRETO Nº. 054/2016

DECRETO Nº. 054/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.795 de 04/03/2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.795 de 04/03/2016, no valor de R\$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 365: Educação Infantil
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Proj/Ativ. 2.008 – Manutenção e desenvolvimento da Educação Infantil
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 45.000,00
 Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

Proj/Ativ. 2.008 – Manutenção e desenvolvimento da Educação Infantil
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 200.000,00
 Recursos 13600 – Salário Educação - FNDE

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, no valor de R\$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 361: Ensino Fundamental
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Proj/Ativ. 1.001 – Construções, ampliações e reformas de escolas
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 45.000,00
 Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

Proj/Ativ. 2.007 – Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 200.000,00
 Recursos 13600 – Salário Educação - FNDE

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

DECRETO Nº. 055/2016

DECRETO Nº. 055/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.796 de 04/03/2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.796 de 04/03/2016, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
 Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
 Função 10: Saúde
 Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial
 Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
 Proj/Ativ. 2.060 – Ações de média e alta complexidade
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 110.000,00
 Recursos 30200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30200	Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde - Superávit	110.000,00
TOTAL		110.000,00

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 3º da Lei 5.796 de 04/03/2016, no valor de R\$ 2.075.000,00 (dois milhões e setenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Função 15: Urbanismo
 Subfunção 452: Serviços urbanos
 Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
 Proj/Ativ. 1.015 – Pavimentação e recuperação de ruas e estradas
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.100.000,00
 Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit

Proj/Ativ. 2.023 – Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, Jardins, Pontes e Bueiros

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 975.000,00
 Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit

Art. 4º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 3º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 2.075.000,00 (dois milhões e setenta e cinco mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos ordinários – Superávit	2.075.000,00
TOTAL		2.075.000,00

Fonte: SMAFO/2016

Art. 5º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 5º da Lei 5.796 de 04/03/2016, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
 Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
 Função 20: Agricultura
 Subfunção 606: Extensão Rural
 Programa 4: Desenvolvimento sustentável
 Proj/Ativ. 2.016 – Assistência ao pequeno produtor rural
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 40.000,00
 Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit

Art. 6º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 5º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos ordinários – Superávit	40.000,00
TOTAL		40.000,00

Fonte: SMAFO/2016

Art. 7º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de março de 2016.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

DECRETO Nº. 056/2016

DECRETO Nº. 056/2016

RATIFICA DECRETO Nº. 186/2015 QUE APROVA
 DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 186/2015, que aprovou o desmembramento de terreno urbano com área de 754,00 m² (Setecentos e cinquenta e quatro metros quadrados), procedido por LUIZA ADUR E OUTRO, situado na Rua Vergílio Trevisani, no Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a Transcrição do Livro 2-A, fls 229, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 23 com área de 212,00 m², lote nº 24 com área de 288,00 m² e lote nº 32 com área de 254,00 m², todos pertencentes à quadra nº 199, conforme requerimento protocolado sob nº. 4541/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de março de 2016.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 057/2016

DECRETO Nº. 057/2016

PONTO FACULTATIVO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Em virtude das comemorações da Páscoa (Semana Santa), fica considerado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais, o dia 24 de março (quinta-feira) de 2016.

Art. 2º - O disposto no artigo 1º não se aplica aos serviços essenciais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 058/2016

DECRETO Nº. 058/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.800 de 17/03/2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.800 de 17/03/2016, no valor de R\$ 177.693,84 (cento e setenta e sete mil, seiscentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 361: Ensino Fundamental
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Atividade 2.007 – Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 8.146,68
Recursos 63200 – Transf. Conv. União (FNDE) - Educação – superávit

Atividade 2.007 – Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 89.002,84
Recursos 63400 – Conv. União – Outros – Investimento – superávit

Atividade 2.007 – Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 2.626,52
Recursos 33700 – Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – superávit

Atividade 1.001 – Construções, ampliações e reformas de escolas
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 16.898,89
Recursos 63200 – Transf. Conv. União (FNDE) - Educação – superávit

Atividade 1.081 – Construções de quadras cobertas
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 3.189,03
Recursos 63200 – Transf. Conv. União (FNDE) - Educação – superávit

Subfunção 365: Educação Infantil

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Atividade 2.008 – Manutenção e desenvolvimento da Educação Infantil
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 13.965,43
Recursos 63400 – Conv. União – Outros – Investimento – superávit

Atividade 2.008 – Manutenção e desenvolvimento da Educação Infantil
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 367,61
Recursos 63200 – Transf. Conv. União (FNDE) - Educação – superávit

Atividade 1.002 – Construções, ampliações e reformas de CEI's
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 19.915,46
Recursos 63400 – Conv. União – Outros – Investimento – superávit

Subfunção 366: Educação de jovens e adultos
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Atividade 2.067 – Manut. e Desenv. da Educação de Jovens e Adultos - EJA
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 23.581,38
Recursos 33761 – Transf. FNDE p/EJA – superávit

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 177.693,84 (cento e setenta e sete mil, seiscentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

63200	Transf. Conv. União (FNDE) - Educação-superávit	28.602,21
63400	Conv. União – Outros – Investimento-superávit	122.883,73
33700	Progr. Dinheiro Direto na Escola-PDDE-superávit	2.626,52
33761	Transf. FNDE p/EJA-superávit	23.581,38
TOTAL		177.693,84

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de março de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

DECRETO Nº. 059/2016

DECRETO Nº. 059/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.801 de 17/03/2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.801 de 17/03/2016, no valor de R\$ 63.112,64 (sessenta e três mil, cento e doze reais e sessenta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
 Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
 Função 16: Habitação
 Subfunção 482: Habitação Urbana
 Programa 18: Moradia para todos
 Atividade 2.052 – Manutenção do FROHAB
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 43.112,64
 Recursos 30020 – Recurso FROHAB – Superávit

Atividade 2.052 – Manutenção do FROHAB
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 20.000,00
 Recursos 30020 – Recurso FROHAB – Superávit

DECRETO Nº. 060/2016

DECRETO Nº. 060/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.802 de 17/03/2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.802 de 17/03/2016, no valor de R\$ 241.040,23 (duzentos e quarenta e um mil, quarenta reais e vinte e três centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 365: Educação Infantil
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 2.050 – Manutenção da alimentação escolar da educação infantil
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 129.139,11
 Recursos 13730 – Prog. Nac. Alim. Creche – PNAC

Atividade 2.050 – Manutenção da alimentação escolar da educação infantil
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 101.025,28
 Recursos 13720 – Prog. Nac. Alim. Pré Escola – PNAP

Subfunção 361: Ensino fundamental
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 2.006 – Manutenção da alimentação escolar do ensino fundamental
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 10.077,24
 Recursos 13740 – Prog. Nac. Alim. – Mais Educação

Atividade 2.006 – Manutenção da alimentação escolar do ensino fundamental
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 798,60
 Recursos 13750 – Prog. Nac. Alim. Esc. Esp. – AEE

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 63.112,64 (sessenta e três mil, cento e doze reais e sessenta e quatro centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30020	Recurso FROHAB – Superávit	63.112,64
TOTAL		63.112,64

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ R\$ 241.040,23 (duzentos e quarenta e um mil, quarenta reais e vinte e três centavos), observando a arrecadação do exercício de 2015 e a tendência de arrecadação do exercício de 2016, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2016 (A) + Excessos abertos em 2016	Estimativa de Arrecadação para 2016, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
13730	60.460,89	189.600,00	129.139,11
13720	51.074,72	152.100,00	101.025,28
13740	194.882,76	204.960,00	10.077,24
13750	19.401,40	20.200,00	798,60
TOTAL			241.040,23

Fonte: SMAFO/2016 e site do FNDE

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

DECRETO Nº. 061/2016

DECRETO Nº. 061/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.803 de 17/03/2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.803 de 17/03/2016, no valor de R\$ 770.720,32 (setecentos e setenta mil, setecentos e vinte reais e trinta e dois centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Proj/Ativ. 2.049 – Produção MAC – Prestadores SUS

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 366.720,32

Recursos 23850 – Rec. Produção MAC – SUS União

Proj/Ativ. 2.049 – Produção MAC – Prestadores SUS

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 154.000,00

Recursos 23856 – Bl. MAC – SUS União – FAEC

Proj/Ativ. 2.049 – Produção MAC – Prestadores SUS

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 250.000,00

Recursos 26710 – Transf. SUS Estado – MAC (RUE/CE/Ex/Transpl.)

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo anterior, anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 770.720,32 (setecentos e setenta mil, setecentos e vinte reais e trinta e dois centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial
 Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
 Proj/Ativ. 2.060 – Ações de Média e Alta Complexidade
 3.3.93.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre órgãos 366.720,32
 Recursos 23850 – Rec. Produção MAC – SUS União

Proj/Ativ. 2.060 – Ações de Média e Alta Complexidade
 3.3.93.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre órgãos 154.000,00
 Recursos 23856 – Bl. MAC – SUS União – FAEC

Proj/Ativ. 2.060 – Ações de Média e Alta Complexidade
 3.3.93.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre órgãos 250.000,00
 Recursos 26710 – Transf. SUS Estado – MAC (RUE/CE/Ex/Transpl)

Art. 3º - Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 3º da Lei 5.803 de 17/03/2016, no valor de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
 Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
 Função 10: Saúde
 Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial
 Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
 Proj/Ativ. 2.060 – Ações de Média e Alta Complexidade
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 320.000,00
 Recursos 23850 – Rec. Produção MAC – SUS União

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2015 e a tendência de arrecadação do exercício de 2016, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2016 (A) + Excessos abertos em 2016	Estimativa de Arrecadação para 2016, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
23850	7.966.895,04	8.286.895,04	320.000,00
TOTAL			320.000,00

Fonte: SMAFO/2016

Art. 5º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

DECRETO Nº. 062/2016

DECRETO Nº. 062/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.804 de 17/03/2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.804 de 17/03/2016, no valor de R\$ 35.136,09 (trinta e cinco mil, cento e trinta e seis reais e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade 2.005 – Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 34.706,92

Recursos 33770 – Transp. Escolar – PNATE – Fundamental – superávit

Subfunção 362: Ensino Médio

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade 2.036 – Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Médio

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 429,17

Recursos 36210 – Transf. Conv. Estado – Transp. Escolar – superávit

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 35.136,09 (trinta e cinco mil, cento e trinta e seis reais e nove centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

33770	Transp Escolar – PNATE – Fundamental – superávit	34.706,92
36210	Transf. Conv. Estado – Transp. Escolar – superávit	429,17
TOTAL		35.136,09

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

LEI Nº. 5.800/2016

LEI Nº. 5.800 DE 17/03/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR até o valor de R\$ 177.693,84 (cento e setenta e sete mil, seiscentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade 2.007 – Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 8.146,68

Recursos 63200 – Transf. Conv. União (FNDE) - Educação – superávit

Atividade 2.007 – Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 89.002,84
 Recursos 63400 – Conv. União – Outros – Investimento – superávit

Atividade 2.007 – Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 2.626,52
 Recursos 33700 – Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – superávit

Atividade 1.001 – Construções, ampliações e reformas de escolas
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 16.898,89
 Recursos 63200 – Transf. Conv. União (FNDE) - Educação – superávit

Atividade 1.081 – Construções de quadras cobertas
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 3.189,03
 Recursos 63200 – Transf. Conv. União (FNDE) - Educação – superávit

Subfunção 365: Educação Infantil
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 2.008 – Manutenção e desenvolvimento da Educação Infantil
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 13.965,43
 Recursos 63400 – Conv. União – Outros – Investimento – superávit

Atividade 2.008 – Manutenção e desenvolvimento da Educação Infantil
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 367,61
 Recursos 63200 – Transf. Conv. União (FNDE) - Educação – superávit

Atividade 1.002 – Construções, ampliações e reformas de CEI's
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 19.915,46
 Recursos 63400 – Conv. União – Outros – Investimento – superávit

Subfunção 366: Educação de jovens e adultos
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 2.067 – Manut. e Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 23.581,38
 Recursos 33761 – Transf. FNDE p/EJA – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 177.693,84 (cento e setenta e sete mil, seiscentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

63200	Transf. Conv. União (FNDE) - Educação–superávit	28.602,21
63400	Conv. União – Outros – Investimento–superávit	122.883,73
33700	Progr. Dinheiro Direto na Escola–PDDE–superávit	2.626,52
33761	Transf. FNDE p/EJA–superávit	23.581,38
TOTAL		177.693,84

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2016.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº. 5.801/2016

LEI Nº. 5.801 DE 17/03/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR até o valor de R\$ 63.112,64 (sessenta e três mil, cento e doze reais e sessenta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
 Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
 Função 16: Habitação
 Subfunção 482: Habitação Urbana
 Programa 18: Moradia para todos
 Atividade 2.052 – Manutenção do FROHAB
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 43.112,64
 Recursos 30020 – Recurso FROHAB – Superávit

Atividade 2.052 – Manutenção do FROHAB
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

LEI Nº. 5.802/2016

LEI Nº. 5.802 DE 17/03/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR até o valor de R\$ 241.040,23 (duzentos e quarenta e um mil, quarenta reais e vinte e três centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 365: Educação Infantil
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 2.050 – Manutenção da alimentação escolar da educação infantil
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 129.139,11
 Recursos 13730 – Prog. Nac. Alim. Creche – PNAC

Atividade 2.050 – Manutenção da alimentação escolar da educação infantil
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 101.025,28
 Recursos 13720 – Prog. Nac. Alim. Pré Escola – PNAC

Subfunção 361: Ensino fundamental
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 2.006 – Manutenção da alimentação escolar do ensino fundamental
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 10.077,24

..... 20.000,00

Recursos 30020 – Recurso FROHAB – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 63.112,64 (sessenta e três mil, cento e doze reais e sessenta e quatro centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30020	Recurso FROHAB – Superávit	63.112,64
TOTAL		63.112,64

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Recursos 13740 – Prog. Nac. Alim. – Mais Educação

Atividade 2.006 – Manutenção da alimentação escolar do ensino fundamental

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 798,60

Recursos 13750 – Prog. Nac. Alim. Esc. Esp. – AEE

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ R\$ 241.040,23 (duzentos e quarenta e um mil, quarenta reais e vinte e três centavos), observando a arrecadação do exercício de 2015 e a tendência de arrecadação do exercício de 2016, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2016 (A) + Excessos abertos em 2016	Estimativa de Arrecadação para 2016, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
13730	60.460,89	189.600,00	129.139,11
13720	51.074,72	152.100,00	101.025,28
13740	194.882,76	204.960,00	10.077,24
13750	19.401,40	20.200,00	798,60
TOTAL			241.040,23

Fonte: SMAFO/2016 e site do FNDE

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº. 5.803/2016

LEI Nº. 5.803 DE 17/03/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 770.720,32 (setecentos e setenta mil, setecentos e vinte reais e trinta e dois centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Proj/Ativ. 2.049 – Produção MAC – Prestadores SUS

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 366.720,32

Recursos 23850 – Rec. Produção MAC – SUS União

Proj/Ativ. 2.049 – Produção MAC – Prestadores SUS

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 154.000,00

Recursos 23856 – Bl. MAC – SUS União – FAEC

Proj/Ativ. 2.049 – Produção MAC – Prestadores SUS

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 250.000,00

Recursos 26710 – Transf. SUS Estado – MAC (RUE/CE/Ex/Transpl.)

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 770.720,32 (setecentos e setenta mil, setecentos e vinte reais e trinta e dois centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
 Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
 Função 10: Saúde
 Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial
 Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
 Proj/Ativ. 2.060 – Ações de Média e Alta Complexidade
 3.3.93.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre órgãos 366.720,32
 Recursos 23850 – Rec. Produção MAC – SUS União

Proj/Ativ. 2.060 – Ações de Média e Alta Complexidade
 3.3.93.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre órgãos 154.000,00
 Recursos 23856 – Bl. MAC – SUS União – FAEC

Proj/Ativ. 2.060 – Ações de Média e Alta Complexidade
 3.3.93.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre órgãos 250.000,00
 Recursos 26710 – Transf. SUS Estado – MAC (RUE/CE/Ex/Transpl)

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
 Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
 Função 10: Saúde
 Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial
 Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
 Proj/Ativ. 2.060 – Ações de Média e Alta Complexidade
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 320.000,00
 Recursos 23850 – Rec. Produção MAC – SUS União

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2015 e a tendência de arrecadação do exercício de 2016, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2016 (A) + Excessos abertos em 2016	Estimativa de Arrecadação para 2016, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
23850	7.966.895,04	8.286.895,04	320.000,00
TOTAL			320.000,00

Fonte: SMAFO/2016

Art. 5º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº. 5.804/2016

LEI Nº. 5.804 DE 17/03/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR até o valor de R\$ 35.136,09 (trinta e cinco mil, cento e trinta e seis reais e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade 2.005 – Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

..... 34.706,92

Recursos 33770 – Transp. Escolar – PNATE – Fundamental – superávit

Subfunção 362: Ensino Médio

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade 2.036 – Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Médio

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

..... 429,17

Recursos 36210 – Transf. Conv. Estado – Transp. Escolar – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 35.136,09 (trinta e cinco mil, cento e trinta e seis reais e nove centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

33770	Transp Escolar – PNATE – Fundamental – superávit	34.706,92
36210	Transf. Conv. Estado – Transp. Escolar – superávit	429,17
TOTAL		35.136,09

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº. 5.805/2016

LEI Nº. 5.805 DE 17/03/2016

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, COMPOSIÇÃO, COMPETÊNCIA E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

Art. 1º. - Fica instituído o Conselho Municipal da Juventude, órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo, fiscalizador, com a finalidade de formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas a promoção de políticas públicas para a juventude.

§ 1º Para efeitos desta Lei, considera-se jovem a pessoa com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

Art. 2º - O Conselho Municipal da Juventude é órgão vinculado ao Gabinete do Prefeito através da Assessoria da Juventude.

Art. 3º - Ao Conselho da Juventude Compete:

I - Assessorar o Governo Municipal na determinação e avaliação das Políticas Públicas em relação à juventude;

II - Promover e coordenar programas em favor da juventude as diversas dependências e organismos da Administração Pública, Autarquias e afins;

III - Realizar, sistematizar e difundir estudos sobre juventude e de seus interesses;

IV – Apresentar propostas de políticas públicas e outras iniciativas que visem assegurar e ampliar os direitos da juventude;

V - Estimular a criação de serviços que promovam o desenvolvimento dos jovens e estimulem sua participação nos processos sociais;

VI - Propiciar a harmonia dos planos e a coordenação das ações que, em favor dos jovens, se realizem nos organismos públicos e privados, destinados a este fim;

VII - Formular e propor as instituições correspondentes, planos e iniciativas tendentes a resolver os problemas dos jovens e realizá-los em suas áreas;

VIII - Orientar em favor de programas que fomentem o desenvolvimento da juventude e apoiar os que os próprios jovens realizam de acordo com os objetivos propostos;

IX – Fiscalizar o cumprimento da legislação voltada para a juventude e buscar recursos para a implementação de políticas para os jovens;

X – Elaborar e alterar o seu regimento interno, no prazo de 60(sessenta) dias após a publicação desta Lei, por maioria simples de seus membros, o qual será submetido à aprovação por ato do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO II**DA COMPOSIÇÃO**

Art. 4º - O Conselho Municipal de Juventude de Canoinhas – Conjuve Canoinhas, será constituído de 20 (vinte) membros titulares, e respectivos suplentes, sendo 09 (Nove) membros do Poder Público e 11 (Onze) membros da Sociedade Civil, assim distribuídos:

PODER PÚBLICO

I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
IV - 01 (um) representante da Fundação Cultural do Município;
V - 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria comércio e Turismo;
VI - 01 (um) representante da Fundação Municipal de Esporte e Lazer;
VII - 01 (um) representante da Assessoria da Juventude - Gabinete do Prefeito;
VIII - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
IX - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
§ 1º Os representantes governamentais serão de livre escolha e designação do Chefe do Poder Executivo, podendo ser substituídos a qualquer tempo.

SOCIEDADE CIVIL

X - 01 (um) representante de entidade que atua na defesa dos direitos da pessoa com deficiência;
XI - 02 (dois) representantes dos Estudantes de Ensino Médio, sendo um deles da esfera pública e o outro da particular;
XII - 01 (um) representante dos Estudantes de Ensino Superior;
XIII - 02 (dois) representantes de Associações de Moradores;
XIV - 02 (dois) representantes dos Movimentos Religiosos;
XV - O prefeito mirim do município, empossado e eleito através do Programa Governo Mirim que se dá pela Lei 5.123/2013;
XVI - 01 (um) representante dos Grêmios estudantis com sede no município;
XVII - 01 (um) representante de movimentos de juventude, legalmente constituídos.

§ 1º - A cada titular do Conselho Municipal da Juventude, corresponderá um suplente.

§ 2º - Os membros referidos nos itens I a IX e respectivos suplentes, representantes do poder público, serão indicados pelos órgãos que representam e nomeados pelo Prefeito Municipal.

§ 3º - Os membros referidos nos itens X a XVII e respectivos suplentes, representantes da sociedade civil, serão eleitos durante a realização da Conferência Municipal da Juventude e após nomeados pelo Prefeito Municipal.

§ 4º - O Conselho Municipal da Juventude contará com uma Secretaria Executiva a qual terá sua estrutura disciplinada em Regimento Interno.

§ 5º - O presidente, vice-presidente e o secretário serão escolhidos entre os membros efetivos através de votação entre seus membros.

§ 6º - Os membros do Conjuve Canoinhas e seus respectivos suplentes terão mandatos de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

§ 7º - Os membros do Conselho Municipal da Juventude de Canoinhas exercerão seus mandatos gratuitamente. A função de conselheiro será considerada serviço público relevante. Poderá o município custear as despesas com transporte, estadia e alimentação, mediante apresentação de comprovantes pelo membro do conselho, quando em missão oficial, e esta não será considerada como remuneração.

§ 8º - O quadro de pessoal auxiliar e de assessoramento técnico do Conselho será o mesmo da Assessoria Municipal da Juventude.

§ 9º - Poderão ser convidados a participar das reuniões do Conselho Municipal da Juventude sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos, desde que conte da pauta temas da sua área de atuação.

§ 10º - Perderá a representação ou o mandato o membro do Conjuve- Canoinhas que deixar de tomar posse nos (2) dois meses subsequentes à sua designação ou deixar de comparecer a 3 (três)

sessões consecutivas, salvo mediante justificativa formulada por escrito e aprovada pelo Plenário.

Art. 5º - São atribuições do Conselho Municipal da Juventude de Canoinhas

I - requisitar junto as Secretarias Municipais de Educação, Administração, Saúde, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico e as Fundações Municipais de Esporte e Lazer e Cultura, o apoio técnico e assessoramento necessários visando efetivar os princípios e diretrizes do Conselho Municipal da Juventude;

II - propor projetos que visem melhoria da qualidade de vida dos jovens carentes e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na legislação vigente;

III - deliberar sobre o Plano Municipal da Juventude;

IV - acompanhar e controlar a execução da Política Municipal de Juventude bem como dos programas e projetos aprovados pelo Conselho Municipal da Juventude;

V - estabelecer, em ação conjunta com a Assessoria Municipal da Juventude, a realização de eventos, estudos e pesquisas integradas no campo da Juventude;

VI - manter comunicação com os Conselhos da Juventude do Estado, da União e de outros municípios, bem como com organismos nacionais e internacionais que atuam na área da juventude, propondo ao Município convênio(s) de mútua cooperação, na forma da Lei;

VII - participar de reuniões com conselhos deliberativos existentes no município;

VIII - manter cadastro de todas as ações, projetos, planos, entidades, relatórios, pesquisa, estudos e outros que tenham relação direta ou indireta, as suas competências e atribuições, preferencialmente pela instrumentalização da informática;

IX - reunir-se ordinariamente e extraordinariamente conforme dispuser o regimento interno;

CAPÍTULO IV

DO ÓRGÃO COORDENADOR E EXECUTOR E DE SUAS COMPETÊNCIAS

Art. 6º - O órgão coordenador e executor de Política Municipal de Juventude é a Assessoria Municipal de Juventude auxiliado por demais órgãos que atendam os anseios dos jovens.

Parágrafo único - A Política Municipal de Juventude será executada em sistema descentralizado.

Art. 7º - Compete ao órgão executor da Política da Juventude:

I - oferecer infraestrutura e pessoal necessário para o funcionamento do Conselho Municipal de Juventude;

II - estabelecer programa de aperfeiçoamento e atualização dos servidores públicos municipais que estejam diretamente ligados à execução da Política Municipal de Juventude;

III - difundir as políticas sociais básicas e proteção integral;

IV - executar programas de políticas públicas para a Juventude;

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 8º - A organização e estrutura do Conselho Municipal da Juventude e seu funcionamento, serão estabelecidos em regimento interno, elaborado pelo Conselho e aprovado por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 9º - O presidente do Conselho Municipal da Juventude solicitará aos órgãos competentes, 30 (trinta) dias antes do término dos mandatos, a indicação dos novos membros.

Art. 10º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 – Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 254/2016

PORTARIA Nº. 254/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e do art. 119 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; resolve:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo fixado pelo artigo 1º da Portaria nº 001/2015, que designou a servidora LINE BEATRIZ RIBEIRO VIEIRA DE LIMA, efetiva no cargo de Agente Administrativo Auxiliar, para exercer suas atividades junto ao Juízo da 008ª Zona Eleitoral, onde desenvolverá suas funções até a data de 31/12/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 283/2016

PORTARIA Nº. 283/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor SERGIO ANTÔNIO FEGER, efetivo no cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, no CEI Cecília Meireles, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 22/03/2016 a 20/04/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 284/2016

PORTARIA Nº. 284/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 09 (nove) dias de Licença Prêmio à servidora JOVINA MARIA DOS SANTOS PACHECO CAETANO, efetiva no cargo Assistente Técnico Pedagógico, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2004/2009, a desfrutar no período de 28/03/2016 a 05/04/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 287/2016

PORTARIA Nº. 287/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias à servidora JOANA SCHEFFER DE CASTILHO DOS SANTOS, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 28/03/2016 a 16/04/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de março de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 288/2016

PORTARIA Nº. 288/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado a pedido ANTÔNIO FERREIRA FILHO, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 22/03/2016, por motivo de aposentadoria por invalidez junto ao INSS, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de março de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE RENÚNCIA E ANTECIPAÇÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS TOMADA DE PREÇO PMC 04/2016

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 21/2016
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 04/2016
ANTECIPAÇÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público que em função das licitantes terem assinado termo de renúncia referente ao prazo recursal contra a decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação para o certame acima, considerando HABILITADAS as empresas J. LUMA CONSTRUTORA LTDA-ME, SECON CONSTRUÇÕES LTDA, ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA – EPP e CONSTRUTIBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA e Inabilitadas as empresas CRISLAINE DE FATIMA CHAGAS ESTOKERO-ME e KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA e terem concordado com o prosseguimento do procedimento licitatório e abertura das propostas de preços das proponentes habilitadas, a data de abertura das propostas que estava prevista para às 15h20min do dia 31/03/2016 foi antecipada às 11h00min do dia 29/03/2016. Informações através do telefone (47) 3621 7705 e site www.pmc.sc.gov.br no link licitações
Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 043/2016

DECRETO Nº 043, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

Revoga o Processo Licitatório nº 008/2016, na modalidade Pregão Presencial nº 006/2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, poder - dever da Administração de anular ou revogar seus próprios atos, inclusive ex officio.

CONSIDERANDO a vinculação ao princípio da legalidade e à defesa do interesse público;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 099/2016, anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 008/2016, na modalidade de Pregão Presencial nº 006/2016, cujo objeto consiste no registro de preço para aquisição de material de fisioterapia.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 23 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino da Administração e Finanças

LEI 3.205/2016

LEI No 3.205, DE 23 DE MARÇO DE 2016

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 22.062,50 (vinte e dois mil, sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 22.062,50 (vinte e dois mil, sessenta e dois reais e cinquenta centavos), para reforço da dotação orçamentária vinculada ao orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do quadro a seguir:

0501.12.364.0075.2043	AUXÍLIO NO TRANSOP ESCOLAR PARA ENS SUPERIOR	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-075	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	22.062,50
	Total			R\$	22.062,50

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o art. 1º da presente Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 22.062,50 (vinte e dois mil, sessenta e dois reais e cinquenta centavos), na forma do quadro a seguir.

0502.13.392.0095.2142	IMPL PONTOS DE CULTURA E CONS MUNIC CULTURA	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-104	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	22.062,50
	Total			R\$	22.062,50

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 23 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário Interino da Administração e Finanças

LEI 3.206/2016

LEI Nº 3.206, DE 23 DE MARÇO DE 2016

Autoriza transferir recursos financeiros à Associação dos Acadêmicos de Capinzal (ACAP), na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo, autorizado a transferir recursos financeiros no valor de até R\$ 122.062,50 (cento e vinte e dois mil, sessenta e dois reais e cinquenta centavos) para o exercício de 2016, à Associação dos Acadêmicos de Capinzal (ACAP), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 78.489.515/0001-94, com sede à Rua Presidente Nereu Ramos, nº 339, Sala 03, Centro, nesta cidade de Capinzal.

Art. 2º A finalidade da transferência financeira de que trata a presente Lei será, exclusivamente, para atendimento de despesas com o transporte à Joaçaba e Campos Novos, de estudantes do ensino médio técnico profissionalizante e superior, residentes no Município de Capinzal e matriculados nos cursos que não são oferecidos pelas Instituições de Ensino de Capinzal.

Art. 3º A entidade beneficiada estará obrigada à prestação de contas dos recursos recebidos na forma da lei e auxiliar a Administração Municipal na organização de eventos promovidos pela municipalidade, sob pena de suspensão dos referidos repasses.

Art. 4º As despesas decorrentes com o cumprimento da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 23 de março de 2016.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário Interino da Administração e Finanças

PMC CONTRATO 0116/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0116/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL J	
Valor	: 33.560,00 (trinta e três mil quinhentos e sessenta reais)
Vigência	: Início: 23/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação	: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 17/2016 Processo_Licitatório.....: 00054 / 2016
Recursos	: Dotação:
Objeto	: Aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da Lei 11.947/2009 a serem adquiridos dos fornecedores individuais, grupos informais e grupos formais de Agricultores Familiares, destinados à elaboração da Alimentação Escolar para os alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais do Município de Capinzal/SC, com verba FNDE/PNAE, durante o ano 2016, na forma condições e cronograma estabelecidos no Edital
Capinzal, 23 de Março de 2016	

PMC CONTRATO 0117/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.: 0117/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: COOPERATIVA REGIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES D	
Valor	: 138.188,89 (cento e trinta e oito mil cento e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos)
Vigência	: Início: 23/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação	: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 17/2016 Processo_Licitatório.....: 00054 / 2016
Recursos	: Dotação:
Objeto	: Aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da Lei 11.947/2009 a serem adquiridos dos fornecedores individuais, grupos informais e grupos formais de Agricultores Familiares, destinados à elaboração da Alimentação Escolar para os alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais do Município de Capinzal/SC, com verba FNDE/PNAE, durante o ano 2016, na forma condições e cronograma estabelecidos no Edital
Capinzal, 23 de Março de 2016	

PMC CONTRATO 0118/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0118/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
 Contratada....: S.G. TERRAPLENAGEM LTDA - EPP
 Valor : 189.100,00 (cento e oitenta e nove mil e cem reais)
 Vigência : Início: 23/03/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2016 Processo_Licitatório.....: 00047 / 2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de Horas Máquinas e Caminhões, para execução de manutenção e melhorias em estradas vicinais do interior e ruas urbanas do Município e Serviços na Área do Loteamento Nova Capinzal. Com Recursos Próprios
 Capinzal, 23 de Março de 2016

PMC CONTRATO 0119/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0119/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
 Contratada....: SENA SOARES & CIA LTDA
 Valor : 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais)
 Vigência : Início: 23/03/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2016 Processo_Licitatório.....: 00047 / 2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de Horas Máquinas e Caminhões, para execução de manutenção e melhorias em estradas vicinais do interior e ruas urbanas do Município e Serviços na Área do Loteamento Nova Capinzal. Com Recursos Próprios
 Capinzal, 23 de Março de 2016

PMC CONTRATO 0120/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0120/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
 Contratada....: TERRAPLANA M.M & CIA LTDA - ME
 Valor : 60.750,00 (sessenta mil setecentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 23/03/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2016 Processo_Licitatório.....: 00047 / 2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de Horas Máquinas e Caminhões, para execução de manutenção e melhorias em estradas vicinais do interior e ruas urbanas do Município e Serviços na Área do Loteamento Nova Capinzal. Com Recursos Próprios
 Capinzal, 23 de Março de 2016

PORTARIA 185/2016

PORTARIA Nº 185, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, através do processo de alteração de carga horária originado pelo edital nº 037/2015, em vinte (20) horas semanais, da servidora Claudia Antunes de Oliveira, matrícula nº 322059/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 10 de fevereiro a 20 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 186/2016

PORTARIA Nº 186, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, através do processo de alteração de carga horária originado pelo edital nº 037/2015, em vinte (20) horas semanais, da servidora Regiane Cristina de Lima Giuliano, matrícula nº 332720/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Carlos Jaime da Rocha.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 10 de fevereiro a 20 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 187/2016

PORTARIA Nº 187, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 35, I, da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida em caráter temporário, conforme requerimento, a servidora Monica Marta Stiirmer, matrícula nº 332100/04, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, do Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente para a Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida pelo período de 10 de fevereiro a 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal - SC, em 12 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 188/2016

PORTARIA Nº 188, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 35, I, da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida em caráter temporário, conforme requerimento, a servidora Karla Luciana Vicari Menegás, matrícula nº 323560/08, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, do Centro Municipal de Educação Infantil Fada Madrinha para o Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida pelo período de 10 de fevereiro a 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal - SC, em 12 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 189/2016

PORTARIA Nº 189, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 35, I, da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida em caráter temporário, conforme requerimento, a servidora Marcia Aparecida Susin Hack, matrícula nº 314366/04, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, da Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing para a Escola Municipal Viver e Conhecer, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida pelo período de 10 de fevereiro a 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal - SC, em 12 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 190/2016

PORTARIA Nº 190, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 35, I, da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida em caráter temporário, conforme requerimento, a servidora Sara Lopes Duarte, matrícula nº 333329/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho para a Escola Municipal Viver e Conhecer, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida pelo período de 10 de fevereiro a 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal - SC, em 12 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 191/2016

PORTARIA Nº 191, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 35, I, da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida em caráter temporário, conforme requerimento, a servidora Francieli Franke, matrícula nº 322806/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, da Escola Municipal Ivo Silveira para a Escola Dr. Vilson Pedro Kleinubing, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida pelo período de 10 de fevereiro a 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal - SC, em 12 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino**PORTARIA 192/2016**

PORTARIA Nº 192, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 35, I, da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida em caráter temporário, conforme requerimento, a servidora Jane Regina Campioni, matrícula nº 329681/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, da Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing para a Escola Viver e Conhecer, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida pelo período de 10 de fevereiro a 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal - SC, em 12 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino**PORTARIA 193/2016**

PORTARIA Nº 193, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 35, I, da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida em caráter temporário, conforme requerimento, a servidora Maria Regina Lopes de Castro Mileski, matrícula nº 324280/10, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, da Escola Municipal Viver e Conhecer para a Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida pelo período de 10 de fevereiro a 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal - SC, em 12 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino**PORTARIA 194/2016**

PORTARIA Nº 194, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 35, I, da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida em caráter temporário, conforme requerimento, a servidora Daiane Kieling, matrícula nº 327573/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, da Escola Municipal Ernesto Hachmann para a Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida pelo período de 10 de fevereiro a 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal - SC, em 12 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 195/2016

PORTARIA Nº 195, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 35, I, da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida em caráter temporário, conforme requerimento, a servidora Mirian Surdi Gubert, matrícula nº 316199/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, da Escola Municipal Belisário Pena para a Escola Municipal Viver e Conhecer, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida pelo período de 10 de fevereiro a 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal - SC, em 12 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 196/2016

PORTARIA Nº 196, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 455/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Juçara Aparecida de Vargas Lanhi, matrícula nº 398420/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 197/2016

PORTARIA Nº 197, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade, pelo período de 15 de fevereiro a 13 de junho de 2016, conforme atestado médico, à servidora Luciane Dorigon, matrícula nº 313742/02, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência D, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 15 de fevereiro de 2016.

Capinzal, SC, em 15 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 198/016

PORTARIA Nº 198, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

Concede Progressão Funcional a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 497/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação ao servidor Antonio Aldair Alves Schmidt, matrícula nº 306185/01.

Art. 2º o servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, nível 35, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência I, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 01 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 199/2016

PORTARIA Nº 199, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade, pelo período de 04 de fevereiro a 02 de junho de 2016, conforme atestado médico, à servidora Monica Marta Stiirmer, matrícula nº 332100/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2016.

Capinzal, SC, em 15 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 200/2016

PORTARIA Nº 200, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através através da Chamada Pública nº 003/2016 e nos termos do contrato nº 200/2016, Beatris de Lima, matrícula nº 321818/10, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Posto de Saúde da localidade de Barro Preto.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 15 de fevereiro de 2016.

Capinzal - SC, em 15 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 2003/2016

PORTARIA Nº 203, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 203/2016, Janaina de Lima Zambom, matrícula nº 407487/03, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º A servidora fica à disposição da APAE, conforme convênio firmado entre a instituição e o Município de Capinzal.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 15 de fevereiro de 2016.

Capinzal - SC, em 15 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 201/2016

PORTARIA Nº 201, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através através da Chamada Pública nº 003/2016 e nos termos do contrato nº 201/2016, Dalva Luiza Dalcortivo, matrícula nº 322172/08, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Posto de Saúde da localidade de Lindenberg.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 15 de fevereiro de 2016.

Capinzal - SC, em 15 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 202/2016

PORTARIA Nº 202, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 202/2016, Alexsandro Giacometti, matrícula nº 407468/03, para exercer as funções do cargo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 15 de fevereiro de 2016.

Capinzal - SC, em 15 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

PORTARIA N º 18/2016/SIMAE-CAO

PORTARIA N º 18/2016/SIMAE-CAO, de 23 de março de 2016.

Exonera a pedido, servidor que especifica. O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, o servidor FERNANDO STOLZENBERG, nascido em 24/03/1993, do cargo de Auxiliar de Operações, Padrão 02, Nível 01, Referência A, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, a partir de 25 de março de 2016.

Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

Caxambu do Sul

PREFEITURA

ADENDO 01 PROCESSO SELETIVO 02/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016

Objeto: SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

ADENDO Nº 001 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016

A Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul - SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada a Rua do Índio Condá nº 55, Centro, Caxambu do Sul, SC, através do Prefeito Municipal, Sr. VILMAR FOPPA, TORNA PÚBLICO a ocorrência de ALTERAÇÕES no EDITAL de Processo Seletivo Simplificado 002/2016, na seguinte conformidade:

1. Fica alterado o item 2.1. As inscrições para o teste seletivo poderão ser feitas no período de 23/03 a 25/04/2016, na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Caxambu do Sul-SC, Rua Cristiano Perosa, Centro, na cidade de Caxambu do Sul/SC, nos dias considerados úteis e de expediente normal na Secretaria Municipal de Saúde, das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h, via postal, por procurador devidamente habilitado e através da internet no e-mail saude@caxambudosul.sc.gov.br.

2. Item 2.7.2. O requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição deverá ser dirigido à Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul - SC, e entregue pessoalmente ou por procurador no endereço constante no subitem 1.1.3, alínea "b", até às 17h00min do dia 15 de abril de 2016 (modelo de requerimento, Anexo III), juntamente com os seguintes documentos:

3. Item 2.7.3. A Comissão de Acompanhamento avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no mural público do município e no sítio do município, até o dia 18 de abril 2016 não sendo encaminhada resposta individual ao candidato, salvo se solicitado.

4. Item 2.7.5 – Ficam isentos da taxa de inscrição os candidatos que comprovarem ser hipossuficientes através de declaração e comprovação de participação no CADUNICO (cadastro único para programas sociais do governo federal).

5. Item 5.1.2. A prova escrita será aplicada no dia 07/05/2016, nas dependências da Escola Municipal Bairro Antena, Rua Nossa Senhora das Graças nº 41, Centro, Caxambu do Sul/SC

6. Item 7.1. O gabarito provisório será divulgado a partir das 11h00min do dia 07/05/2016 no sítio do Município www.caxambudosul.sc.gov.br

7. Item 8.1.1 letra

a) Preencher o formulário e protocolar junto a Secretaria Municipal de Saúde pessoalmente, via postal, por procurador devidamente constituído, e através do e-mail saude@caxambudosul.sc.gov.br.

8. O anexo IV – fica assim descrito:

ANEXO IV – CRONOGRAMA PREVISTO

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	23/03/2016	
Inscrições	23/03 a 25/04/2016	
Recebimento Inscrições para candidatos que requererem a isenção de taxa de inscrição	23/03 a 25/04/2016	
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição	19/04/2016	

Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa indeferida	25/04/2016	
Resultado da homologação das inscrições	27/04/2016	
Prazo de recursos da homologação das inscrições	28 e 29/04/2016	
Resultado dos recursos das inscrições e Relação de ensa-lamento.	02/05/2016	
Prova Escrita	07/05/2016 - Rua Nossa Senhora das Graças nº 41, Centro, Caxambu do Sul, SC.	- A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 07h30min. - O fechamento dos portões será às 07h55min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. - A prova terá início às 08h00min e término às 11h00min.
Divulgação do Gabarito Provisório da Prova Escrita/Objetiva	07/05/2016	A partir das 11h00min
Prazo de recursos do Gabarito Provisório	09 e 10/05/2016	
Divulgação do Resultado dos Recursos do gabarito provisório e Divulgação do Gabarito Oficial	12/05/2016	
Divulgação do Resultado de Classificação Final por cargo	16/05/2016	
Prazo de recurso de Classificação final	17/05/2016	
Divulgação do Resultado dos Recursos da Classificação Final	19/05/2016	
Homologação Final do Processo Seletivo	24/05/2016	

As demais disposições previstas no edital permanecem inalteradas.

Caxambu do Sul, 23 de março de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeita Municipal

CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO 2017

CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul – SC, no uso de suas atribuições torna público e convoca toda população a participar de "Audiência Pública" para apresentação da proposta, discussão e aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO) referente exercício 2017.

A referida Audiência Pública será realizada no dia 11 de Abril de

2016, segunda-feira, às 08h00min, tendo como local as dependências do Centro de Convivência dos Idosos, sito na Rua Heitor José Pizzolatto nº 145, centro, na cidade de Caxambu do Sul – SC.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Caxambu do Sul, SC, 23 de Março de 2016.

DECRETO 37/2016

DECRETO N. 37/2016

“ESTABELECE PERCENTUAL DE ADICIONAL DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 71, IV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art 1º. O Adicional de Função Gratificada concedida aos Servidores do Quadro Permanente que desempenham atribuições que vão além daquelas previstas para o cargo, autorizadas pelo art. 15º, anexo IV da Lei Complementar nº 002/2001 de 06/12/2001 do Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais fica limitado a 100% (cem por cento) sobre o menor vencimento básico do Município e aos Servidores que recebiam menos de 100% (cem por cento) mantem-se o percentual anteriormente concedido, conforme tabela abaixo:

NOME	PERCENTUAL RECEBIDO ANTERIORMENTE DE ACORDO COM PORTARIAS DE CONCESSÃO	PERCENTUAL RECEBIDO ATÉ MÊS DE FEVEREIRO DE 2016 CONFORME DECRETO 84/2015	PERCENTUAL DE FUNÇÃO GRATIFICADA ESTABELE-CIDA
Itanir Marangoni	78%	50%	78%
Maria Lucia Souza Leite Gheller	150%	50%	100%
Nilmar Bonafe	120%	50%	100%
Sergio Camatti	195%	50%	100%
Ivan Domingo Mucelini	195%	50%	100%
Marco Antonio Silva Vencatto	170%	50%	100%
Siumara Giacomelli Mucelini	125%	50%	100%
Elenice Maria Dutra Basso	100%	50%	100%
Michel Da Silva Chagas	80%	50%	80%
Evandro Bartolamei	100%	50%	100%
Orozimbo Altair Feliciano Dos Santos	115%	50%	100%
Albino Lazaretti	130%	50%	100%
Amarildo Jose Di Domenico	90%	50%	90%
Benhur Dos Anjos Mello	80%	50%	80%
Assis Sergio De Meneses	100%	50%	100%
Clevalmo Merisio	150%	50%	100%
Simone Hilerhaim Bartolamei	100%	50%	100%
Junior Soares Leal	100%	50%	100%
Valdecir Lazaretti	100%	50%	100%

Art.2º. O Adicional de Função Gratificada concedida aos Servidores do Quadro Permanente da Área de Educação que desempenham atribuições que vão além daquelas previstas para o cargo, autorizadas pelo art. 12º, anexo VIII da Lei Municipal nº 905/99 de 26/10/1999 do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação que foram concedidas antes do Decreto nº 84/2015 de 15/09/2015 que reduziu o percentual de Função Gratificada, voltam aos percentuais originais, conforme tabela abaixo:

Servidores do Quadro da Secretaria de Educação	PERCENTUAL RECEBIDO ANTERIORMENTE DE ACORDO COM PORTARIAS DE CONCESSÃO	PERCENTUAL RECEBIDO ATÉ MÊS DE FEVEREIRO DE 2016 CONFORME DECRETO 84/2015	PERCENTUAL DE FUNÇÃO GRATIFICADA ESTABELE-CIDA
Nelides Eva Felippin	45%	22.5%	45%
Soeli Menoncini	25%	12.5%	25%
Soeli Menoncini	25%	12.5%	25%
Leandra Rohr	50%	25%	50%
Leandra Rohr	50%	25%	50%

Art. 3º . Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 18 de março de 2016.

Registre-se e Publique-se
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 05.2016**

PORTARIA N.º 05/2016

“DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Presidente da Câmara de Vereadores do município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 16, inciso I, letra d, do Regimento Interno e do Decreto n.º 36/2016 – do Poder Executivo;

RESOLVE,

Art. 1.º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO, na Câmara Municipal, no próximo dia 24/03, quinta-feira, a partir das 11:00 horas da manhã, tendo em vista, “Quinta-feira Santa”.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul SC, 22 de março de 2016.

ELISANDRA LUCATELLI SANTIN

Presidente da Câmara

Celso Ramos**PREFEITURA****JULGAMENTO IMPUGNAÇÃO PROCESSO 02/2016****JULGAMENTO IMPUGNAÇÃO DE EDITAL**

Processo de Licitação nº 07/2016

Pregão Presencial nº 02/2016

A empresa LM Farma Indústria e Comércio Ltda, por intermédio de seu representante legal interpôs Impugnação ao Processo de Licitação n. 07/2016 Pregão Presencial n. 02/2016, com fundamento na necessidade de alteração do Edital com objetivo de ampliação da competitividade.

Houve emissão de parecer jurídico no sentido da procedência do pedido, conforme razões em anexo.

Analisando as razões da Impugnação da LM Farma Indústria e Comércio Ltda e do parecer emitido pela assessoria jurídica do Município, percebe-se que a mudança atenderá aos princípios concernentes à legislação licitatória e ao interesse público.

Assim, julgo procedente a Impugnação ao Processo de Licitação n. 07/2016, Pregão Presencial n. 02/2016, apresentada pela empresa LM Farma Indústria e Comércio Ltda, devendo-se ser republicado o edital do Pregão Presencial nº 02/2016, com as devidas alterações.

Destaca-se, outrossim, em decorrência das alterações supramencionadas, que as datas da sessão pública, da entrega dos envelopes e da impugnação ao Edital serão alteradas, nos termos da legislação.

Celso Ramos, 23 de março de 2016.

Ines Terezinha Pegoraro Schons
Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº 138/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 138/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 25.03.2015 à 24.03.2015, a JAIR CORREIA, matriculado sob o nº 2554/03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamentos, na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 28.03.2016 à 26.04.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme arts. 46 e 78, § 3º, da LC nº. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de março de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 139/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 139/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 13.06.2014 à 12.06.2015, a MARCIANE LOPES, matriculado sob o nº 1177/04, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 28.03.2016 à 26.04.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme arts. 46 e 78, § 3º, da LC nº. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de março de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 140/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 140/2016

- CONSIDERANDO, a apresentação de atestado médico;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, II, e §§ 5º, 6º, 7º 8º 9º e 10, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública LUCIANI PAUL KE-RSCHBAUM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 16.03.16 a 30.03.16 (15 quinze) dias, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 16.03.2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de março de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA MESA N.º02-2016**

ATO DA MESA N.º02/2016

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de março do ano de 2016, às 09h:00min, na Sala das Sessões, na Câmara Municipal desta Cidade, reuniram-se os Senhores membros da Mesa Diretora desta Casa Legislativa, sob a Presidência do Vereador André Sebold, onde por força da Lei Complementar n.º79 de 23.03.2016, ficou reajustado em 11,28% (onze vírgula vinte e oito por cento) o subsídio mensal do Presidente e Vereadores desta Casa Legislativa, da mesma forma, ficam igualmente reajustados, no mesmo percentual, o subsídio mensal do Prefeito, Vice Prefeito, e Secretários Municipais, todos com efeitos retroativos a partir de 1.º (primeiro) de março de 2016, de acordo com a Lei Complementar n.º79 de 23.03.2016.

Tendo em vista que a Lei Complementar n.º79 de 23.03.2016 concedeu reajuste salarial de 11,28% (onze vírgula vinte e oito por cento) a todos os funcionários públicos Municipais, é legal que os subsídios fixados ao Presidente e Vereadores desta Câmara Municipal sejam corrigidos nos mesmos percentuais de reajustes salariais concedidos aos servidores públicos Municipais, de acordo com que dispõe o Art. 6.º da Lei n.º0550 de 13.06.2012.

Registra-se e comuniquem-se as autoridades e demais interessados, dando ampla divulgação.

Sala das sessões, em 23 de março de 2016.

ANDRÉ SEBOLD

Presidente.

ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER

Vice Presidente

AMILTON CARLOS WESTPHAL

1.º Secretário

CLEUSA FRANCISCO SCHNEIDER

2.º Secretário

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA APRESENTAÇÃO DO CONTRATO DE PROGRAMA 2016

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

APRESENTAÇÃO DO CONTRATO DE PROGRAMA

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Sr. LUCIANO JOSÉ BULIGON, nos termos da Lei Orgânica do Município, da Lei Municipal nº 6.727, de 10 de julho de 2015 e da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, respectivamente, TORNA PÚBLICO, que será realizada audiência pública, no dia 15 de abril de 2016, às 17:00 horas, no Auditório da Prefeitura Municipal de Chapecó, situada na Avenida Getúlio Vargas, 957-S, Centro, Chapecó/SC, para apresentação do Contrato de Programa.

Chapecó, 23 de março de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2016-PMC MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2016 – PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento eletrônico e fornecimento de equipamentos em comodato para as unidades escolares, 14ª DRP/CIRETRAN, Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, Centros de Convivência e Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, com recursos federais, estaduais e próprios, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 08h15min do dia 11/04/2016.

Início da Sessão: dia 11/04/2016, às 08h30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Município de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo fone (0**49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 23 de março de 2016.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL O&S Nº 5/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016- PMC
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra comum, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), de muros de contenção em pedras argamassadas, em diversos pontos do município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 10h00min do dia 12/04/2016.

Abertura: dia 12/04/2016, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 23 de março de 2016.

MAURI MARAN
Secretário Municipal De Urbanismo e Obras

REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRENCIA PERMISSÃO DE USO Nº 1/2016-PMC MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

EDITAL DE CONCORRÊNCIA
Permissão de Uso - nº 1/2016 – PMC
(Republicado)

Objeto: Seleção de empresa para a outorga de permissão de uso, a título precário, de 01 (um) imóvel de propriedade do Município. Trata-se de imóvel localizado no Terminal Rodoviário Neudy Primo Massolini, Rua Doutor Maruri, 1474, Centro, Município de Concórdia/SC, com área de 74,92 m² (setenta e quatro metros e noventa e dois centímetros quadrados), sendo permitida a sua utilização somente para a exploração do comércio de bebidas, sucos, refrigerantes, água mineral, cigarros, alimentos pré-confeccionados, lanches doces e salgados frios, lanches doces e salgados quentes (desde que previamente preparados e somente aquecidos no local);

Tipo: Maior Oferta Mensal.

Recebimento das propostas: até às 10h00min do dia 29/04/2016.

Abertura: dia 29/04/2016, às 14h00min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 23 de março de 2016.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO 2651/2016**

Estabelece Tabela de Vencimentos do Pessoal integrante do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013 e a Lei Complementar nº 719, de 22 de março de 2016 – Revisão Geral Anual das Remunerações,

DECRETA:

Art. 1º Em decorrência da Lei Complementar nº 719, de 22 de março de 2016, fica estabelecida a Tabela de Vencimentos do Pessoal integrante do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo - Cargos de Provimento em Comissão, na forma do Anexo Único, que passa a vigorar a partir de 1º de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 22 de março de 2015.

Mauro Mendes

Presidente

Vilmar Comassetto

1º Secretário

ANEXO ÚNICO

QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

TABELA DE VENCIMENTOS DE CARGOS EM COMISSÃO

NÍVEL VENCIMENTO

CC – 1 5.256,17 CC – 2 5.106,09 CC – 3 1.890,77

DECRETO 2652/2016

1

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.652, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

Estabelece Tabela de Vencimentos do Pessoal integrante do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nºs 574, de 13 de dezembro de 2010 e a Lei Complementar nº 719, de 22 de março de 2016 – Revisão Geral Anual das Remunerações,

D E C R E T A:

Art. 1º Em decorrência da Lei Complementar nº 719, de 22 de março de 2016, fica estabelecida a Tabela de Vencimentos do Pessoal integrante do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, na forma do Anexo Único, que passa a vigorar a partir de 1º de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 22 de março de 2016.

Mauro Mendes
Presidente

Vilmar Comassetto
1º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.652, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

ANEXO ÚNICO

TABELA DE VENCIMENTOS DO QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DO PODER LEGISLATIVO

CLASSE	DENOMINAÇÃO	GOC	QTD	CH	INTERSTÍCIOS E PERCENTUAIS	PADRÃO DE VENCIMENTO											
						A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
						3 anos 4,0% R\$	3 anos 4,0% R\$	3 anos 4,0% R\$	3 anos 4,0% R\$	3 anos 4,0% R\$	3 anos 4,0% R\$	3 anos 4,0% R\$	3 anos 4,0% R\$	3 anos 4,0% R\$	3 anos 4,0% R\$	3 anos 4,0% R\$	3 anos 4,0% R\$
1	AGENTE DE APOIO ADMINISTRATIVO E LEGISLATIVO	GF	1	35	I	2.493,37	2.593,10	2.696,82	2.804,68	2.916,87	3.033,55	3.154,90	3.281,09	3.412,33	3.548,83	3.690,79	3.838,41
					II	2.667,89	2.774,60	2.885,58	3.001,01	3.121,05	3.245,89	3.375,72	3.510,74	3.651,17	3.797,21	3.949,10	4.107,06
2	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	GF	3	35	I	2.971,30	3.090,15	3.213,75	3.342,30	3.475,99	3.615,02	3.759,63	3.910,01	4.066,42	4.229,07	4.398,24	4.574,17
					II	3.179,28	3.306,45	3.438,71	3.576,25	3.719,31	3.868,08	4.022,79	4.183,71	4.351,06	4.525,11	4.706,11	4.894,35
3	AGENTE LEGISLATIVO	GT	2	35	I	4.060,88	4.223,31	4.392,24	4.567,94	4.750,66	4.940,69	5.138,31	5.343,84	5.557,59	5.779,89	6.011,09	6.251,54
					II	4.345,14	4.518,94	4.699,71	4.887,69	5.083,20	5.286,52	5.497,98	5.717,89	5.946,60	6.184,47	6.431,85	6.689,13
4	CONTADOR	GE	1	35	I	4.704,96	4.893,16	5.088,89	5.292,45	5.504,15	5.724,31	5.953,29	6.191,42	6.439,07	6.696,63	6.964,49	7.243,07
					II	5.034,31	5.235,69	5.445,12	5.662,92	5.889,44	6.125,02	6.370,02	6.624,83	6.889,82	7.165,42	7.452,03	7.750,11

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL FMS N° 04/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial N° 04/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICO DE ANESTESISTA

Tipo: menor preço por item

Entrega dos envelope: até as 09:00 horas do dia 07/04/2016

Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 07/04/2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 hrs ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 23 de Março de 2016

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 015/2016

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 015/2016

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2015 NÚMERO CONTRATO REPASSE: 822401/2015

PMCM 014/2016

PACTUANTES: UNIÃO FEDERAL por intermédio do Concedente MINISTÉRIO DAS CIDADES, representada pela Caixa Econômica Federal (CNPJ- MF 00.360.305/0001-04)/MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC (CNPJ 95.993.093/0001-09.

OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE

Pavimentação de Ruas Urbanas Município de Coronel Martins SC.

PRAZOS

Data da Assinatura do Contrato de Repasse e Anexos: 18/12/2015
Término da Vigência Contratual: 18/06/2018

Prestação de Contas: 60 (sessenta) dias após o término de vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

Arquivamento: 10 anos contados da aprovação da prestação de contas pela CONTRATANTE ou da instauração da tomada de cotas especial, se for o caso.

FORO

Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de SANTA CATARINA.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO Nº 036 – B/2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO Nº 036 – B/2015.

MÊS/ANO: SETEMBRO/2015. NÚMERO CONTRATO: 036-B/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 09/09/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto da presente instrumento é a aquisição de materiais, produtos e instrumentos ambulatoriais, para o exercício de 2015 e 2016.

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO

A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término no dia 15 de abril de 2016, após a entrega dos objetos contratados, podendo ser prorrogado em face de necessidade e por acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos - SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 12.632.841/0001-09

CONTRATADA: ODONTOESTE LTDA EPP

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO Nº 009/2016 AO CONTRATO DE REPASSE Nº 1.001.515-09/2012.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO Nº 009/2016 AO CONTRATO DE REPASSE Nº 1.001.515-09/2012.

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2015 NÚMERO CONTRATO REPASSE: 1.001.515-09/2012.

PACTUANTES: UNIÃO FEDERAL por meio da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ- MF 00.360.305/0001-04)/MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC (CNPJ 95.993.093/0001-09.

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo o item dos Prazos do Contrato de Repasse e Cláusula Décima Quinta do Contrato de Repasse nº 1.001.515-09, de 28/12/2012, realizado segundo os termos do Programa Esporte Educacional, que passa(m) a ter a seguinte redação:

“CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

A vigência deste Contrato de Repasse iniciar-se-á na data de sua assinatura, encerrando-se no dia de 31 de dezembro de 2016, possibilitada a sua prorrogação, mediante aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.”

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO Nº 010/2016 AO CONTRATO DE REPASSE Nº 1005948-13.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO Nº 010/2016 AO CONTRATO DE REPASSE Nº 1005948-13.

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2015 NÚMERO CONTRATO REPASSE: 1005948-13/2013.

PACTUANTES: UNIÃO FEDERAL por meio da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ- MF 00.360.305/0001-04)/MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC (CNPJ 95.993.093/0001-09.

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar o(s) item PRAZOS da(s) Cláusula(s) do Contrato de Repasse nº 1005948-13 /2013/ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/ CAIXA, realizado segundo os termos do Programa do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, que passa(m) a ter a seguinte redação:

“CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15 - A vigência deste Contrato de Repasse iniciar-se-á na data de sua assinatura, encerrando-se no dia de 30 de junho de 2016, possibilitada a sua prorrogação, mediante aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.”

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato de Repasse ora aditado, ficando este Termo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO Nº 011/2016 AO CONVÊNIO Nº 2014TR003575.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO Nº 011/2016 AO CONVÊNIO Nº 2014TR003575.

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2015 NÚMERO CONVÊNIO: 2014TR003575.

PROCESSO Nº SEF 19516/2014

PACTUANTES: ESTADO DE SANTA CATARINA (CNPJ 82.951.229/0001-76)/MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC (CNPJ 95.993.093/0001-09).

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da alteração do prazo da vigência do Convênio

O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar a Cláusula Trigésima Segunda, passando a vigorar com seguinte redação:

“CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA –

Este Convênio terá início de vigência a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado e fim de vigência em 22 de setembro de 2016”.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da ratificação

Ratificam-se neste ato, todas as cláusulas e condições do Contrato de Convênio 2014TR003575, Processo SEF 19516/2014, do qual este termo passa a ser parte integrante.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 006/2016 AO CONVÊNIO Nº 004 DE 10 DE MARÇO DE 2014.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 006/2016 AO CONVÊNIO Nº 004 DE 10 DE MARÇO DE 2014.

MÊS/ANO: MARÇO/2014 NÚMERO DE CONVÊNIO: 004/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/03/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O Convênio nº 004/2014, de 10 de março de 2014 terá sua vigência prorrogada para mais 02 (dois) anos, encerrando-se em 10 de março de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RERRATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas do Convênio nº 004/2014, firmado entre as partes em 10 de março de 2014.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 81.292.278/0001-81

CONVENIADA: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS NOROESTE – SICOOB NOROESTE SC.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 007/2016 DE CONTRATO DE 14 DE MARÇO DE 2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 007/2016 DE CONTRATO DE 14 DE MARÇO DE 2016.

MÊS/ANO: MAIO/2014. NÚMERO CONTRATO: 019/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 19/05/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O objeto do Contrato 019/2014, firmado em 19 de maio de 2014 que antecedeu a este Termo Aditivo é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS. ESTA AQUISIÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SORRIR QUE CONSISTE NA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES CARENTES E QUE NÃO TEM CONDIÇÕES FINANCEIRAS.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 07.315.715/0001-82

CONTRATADO: LABORATÓRIO DE PRÓTESES VITAL DENTE LTDA.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 008/2016 DE CONTRATO DE 21 DE MARÇO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 008/2016 DE CONTRATO DE 21 DE MARÇO DE 2015.

MÊS/ANO: ABRIL/2013. NÚMERO CONTRATO: 026/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/04/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato supracitado, cujo objeto é a aquisição de serviços de engenharia sanitária e limpeza pública no perímetro urbano do município de Coronel Martins, compreendendo: Coleta, Transporte e Disposição Final de resíduos sólidos gerados pelo Município de Coronel Martins, SC, fica por este instrumento de Termo Aditivo, prorrogado até 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

VISTO/JURÍDICO. Julcemar Comachio- OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 04.328.816/0001-08

CONTRATADO: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 093/2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 093/2015.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2015 NÚMERO CONTRATO: 004/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/02/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do Contrato nº 004/2015, que antecedeu a este Termo Aditivo constitui a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA E MACADAME SECO NAS RUAS AIRES, GLÓRIA E CLEVELÊNDIA; COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, A SER EXECUTADA NA CIDADE DE CORONEL MARTINS-SC, COM EXECUÇÃO INDIRETA, NO REGIME DE EMPREITADA INTEGRAL.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato nº 004/2014 que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições do Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 04.406.660/0001-28

CONTRATADO: TERRAMAX – CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA.

DECRETO Nº. 044, DE 18 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº. 044, DE 18 DE MARÇO DE 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo item VI e XL do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994, resolve;

DECRETAR:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todas as repartições públicas municipais no dia 24 de março de 2016, a partir das 12h00min, em função do feriado da Sexta – Feira Santa, no dia 25 de março de 2016.

§1º Excetua-se do caput deste artigo, a Secretaria Municipal de Educação em função da necessidade do cumprimento do calendário escolar deste ano letivo de 2016.

§2º A Secretaria Municipal de Saúde, a partir das 12h00min do dia 24, bem como no dia 25 de março de 2016, deverá promover atendimento da população em regime de Plantão ou Sobreaviso.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 18 de março de 2016.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 046 DE 18 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº. 046 DE 18 DE MARÇO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERAVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.015,72 (um mil e quinze reais e setenta e dois centavos) na seguinte

Programação de despesa:

04.01 – SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.061 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	76	00.0165	1.015,72

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 1.015,72 (um mil e quinze reais e setenta e dois centavos) do superávit financeiro da Fonte de Recursos 03.0019, recursos do FUNDEB.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 18 de março de 2016.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 047 DE 18 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº. 047 DE 18 DE MARÇO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.192,60 (vinte mil cento e noventa e dois reais e sessenta centavos) na seguinte Programação de despesa:

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 – Manutenção do Fundo de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	75	00.0008	20.192,60

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 20.192,60 (vinte mil cento e noventa e dois reais e sessenta centavos) da seguinte Programação de despesas:

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 – Manutenção do Fundo de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	64	00.0008	20.192,60

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 18 de março de 2016.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

QUARTO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2015, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 182, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

QUARTO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2015, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 182, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Dirceu Favretto, Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 94 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Complementar nº 034, de 27 de agosto de 2013, faz saber a todos, que fica convocado a se apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, às 08h00min, no dia 25 de abril de 2016, para a nomeação, posse e exercício de cargo de provimento efetivo do Poder Executivo Municipal, o seguinte candidato e respectivo cargo classificado no supramencionado concurso público:

Cargo	Nome	Classificação
FISCAL DE TRIBUTOS	EVANDRO BELATTO	1º

O candidato supra relacionado deverá apresentar-se até o dia 20 de abril de 2016, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de quitação eleitoral;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
7. Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
8. 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
9. Número de Inscrição no PIS/PASEP;
10. Carteira de Trabalho – CTPS;
11. Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
12. Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
13. Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
14. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo;
15. Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Foro do domicílio do candidato;
16. Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
17. Conta Bancária (Bancos: Brasil, ou CEF...);
18. Declaração de bens e fontes de rendas;
19. Declaração de dependentes junto ao INSS;
20. Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos contados da data de 06 de novembro de 2013, no exercício da função pública, penalidade disciplinar de demissão do serviço público.

Com relação ao documento previsto no item 14 (atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo), o candidato deverá comparecer junto a Secretaria Municipal de Saúde do município de Coronel Martins, localizada na Rua Araranguá, nº 51, centro, Coronel Martins/SC, telefone nº (49) 3459-0014, no dia 08 de abril de 2016, às 08h00min horas, o qual será atendido para realização de consulta médica, a ser realizado por profissional contratado pelo município para tal fim, o qual poderá solicitar os exames necessários para verificar a aptidão do paciente, cujos exames ficarão a cargo de cada candidato.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do candidato aprovado e

convocado.

Caso o candidato, por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

O candidato empossado e nomeado entrará em exercício iniciando-se o estágio probatório conforme disposições legais vigentes. O local de trabalho será indicado quando da entrada em exercício e não gera direito à estabilidade em relação àquele setor/órgão/local, podendo ser remanejado conforme a necessidade da Administração e no interesse público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,
em 22 de março de 2016.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 64/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 64/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 06/04/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 06/04/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 23 de Março de 2016.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2016

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2016
REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Educação de Curitibanos e a empresa VM TREINAMENTO CAPACITAÇÃO E EVENTOS LTDA ME, com o valor total de R\$ 11.000,00 (Onze mil reais).

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA PEDAGÓGICA PARA OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBANOS, NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO II DA LEI 8.666/93, CONFORME PROJETO, JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO ANEXAS.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II – “para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25, inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 23 de março de 2016.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso II dou como aprovada.

Curitibanos, 23 de março de 2016.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 23 de março de 2016.

Kleberson Luciano Lima

Presidente do Fundo

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 4/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 4/2016

Contrato Nº.: 4/2016

Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Contratada...: REGATAS CLIMATIZACAO LTDA - ME

Valor : 200,00 (duzentos reais)

Vigência : Início: 03/02/2016 Término: 03/02/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.067.3.3.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 264.414,42

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO INCLUINDO LIMPEZA INTERNA E REPOSIÇÃO DE GÁS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 03/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

IPESMUC

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 03/2016

Contrato Nº.: 3/2016

Contratante.: IPESMUC

Contratada...: GABOARDI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

LTDA.

Valor : 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais)
Vigência : Início: 10/02/2016 Término: 10/02/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (2)

Objeto : LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL Nº 8, LOCALIZADA NA SOBRELLOJA DO ED. GABOARDI MASTER CENTER, SITUADO NA AVENIDA SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA Nº 388, PARA INSTALAÇÃO DA SEDE DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, PARA O ANO DE 2016, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 11/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 11/2016

Contrato Nº.: 11/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: REGATAS CLIMATIZACAO LTDA - ME
Valor : 1.000,00 (um mil reais)
Vigência : Início: 03/02/2016 Término: 03/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 261.992,63

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO INCLUINDO LIMPEZA INTERNA E REPOSIÇÃO DE GÁS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 12/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 12/2016

Aditivo Nº : 12/2016 - Contrato Nº: 125/2015
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: PAROQUIA DO PLANALTO CENTRAL CATARINENSE
Valor : 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 03/02/2016 Término: 04/08/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 19/2015
Recursos : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00 (34), 2.085.3.3.90.00.00.00.00 (22)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A SEDE DO CREAS, LOCALIZADA NA RUA JOÃO CAETANO DA SILVA Nº 98, CENTRO, CURITIBANOS, PELO PERÍODO DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE 03/08/2015.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 13/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 13/2016

Contrato Nº.: 13/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA ME
Valor : 8.300,00 (oito mil e trezentos reais)
Vigência : Início: 11/02/2016 Término: 11/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 240/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA EVENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 14/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 14/2016

Contrato Nº.: 14/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: CENTRAL SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA ME
Valor : 73.000,00 (setenta e três mil reais)
Vigência : Início: 11/02/2016 Término: 11/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, PARA PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 15/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 15/2016

Contrato Nº.: 15/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: UNHA & COR LTDA - ME
Valor : 6.175,50 (seis mil cento e setenta e cinco reais e

cinquenta centavos)

Vigência : Início: 15/02/2016 Término: 15/06/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE MANICURE PARA UTILIZAÇÃO PELAS BENEFICIÁRIAS INSCRITAS NO CURSO DE MANICURE FORNECIDO PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CRAS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 16/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 16/2016

Contrato Nº.: 16/2016

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: WALDEMAR DEOLA 04933184968

Valor : 6.000,00 (seis mil reais)

Vigência : Início: 17/02/2016 Término: 30/06/2016

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2016

Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 142.337,94

Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE 20 APRESENTAÇÕES MUSICAIS DA DUPLA "DEOLA E LINDOMAR" PARA AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO CLUBE DEOLA COM OS IDOSOS DO MUNICÍPIO, CONFORME CREDENCIAMENTO Nº 1/2016, A DUPLA FOI A ÚNICA QUE AVALIADA COMO APTA PELA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 17/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 17/2016

Contrato Nº.: 17/2016

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: MARCO ANTONIO ALVES 91054656991

Valor : 101.640,00 (cento e um mil seiscentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 25/02/2016 Término: 11/02/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 240/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA EVENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 32/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 32/2016

Contrato Nº.: 32/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada.: MARIANA POMERENING STEFANES ME

Valor : 3.300,00 (três mil e trezentos reais)

Vigência : Início: 01/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (42)

Objeto : ASSINATURA DA REVISTA FIQUE DE OLHO, PARA USO COMO MATERIAL DE APOIO E PESQUISA PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS. CONFORME JUSTIFICATIVA EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 33/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 33/2016

Contrato Nº.: 33/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada.: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA

Valor : 33.968,00 (trinta e três mil novecentos e sessenta e oito reais)

Vigência : Início: 02/02/2016 Término: 02/02/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE VIDROS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS. PELO PERÍODO DE 1 ANO. CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 34/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 34/2016

Contrato Nº.: 34/2016

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: CURSO DE FORMAÇÃO PERMANENTE DE PROFESSORES E EVE
Valor : 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 02/02/2016 Término: 02/04/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2016
Recursos : Dotação: 2.050.3.3.90.00.00.00.00 (52) Saldo: 535.814,21

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR PALESTRAS DURANTE A REALIZAÇÃO DO II SEMINÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, QUE OCORRERÁ NOS DIAS 04 E 05 DE REVEREIRO DE 2016, SENDO O PÚBLICO ALVO TODOS OS PROFESSORES DA REDE DE ENSINO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DOCUMENTOS EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 35/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 35/2016

Contrato Nº.: 35/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: MOTIVA TREINAMENTO LTDA - ME
Valor : 4.000,00 (quatro mil reais)
Vigência : Início: 02/02/2016 Término: 02/04/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2016
Recursos : Dotação: 2.050.3.3.90.00.00.00.00 (52) Saldo: 535.814,21
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR PALESTRAS DURANTE A REALIZAÇÃO DO II SEMINÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, QUE OCORRERÁ NOS DIAS 04 E 05 DE REVEREIRO DE 2016, SENDO O PÚBLICO ALVO TODOS OS PROFESSORES DA REDE DE ENSINO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DOCUMENTOS EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 36/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 36/2016

Contrato Nº.: 36/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: MAURICIO DE TOFFOL BOCH ME
Valor : 8.280,00 (oito mil duzentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 02/02/2016 Término: 02/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016
Recursos : Dotação: 1.006.4.4.90.00.00.00.00 (1) Saldo: 60.181,42

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA DIGITAL PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 37/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 37/2016

Contrato Nº.: 37/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: REGATAS CLIMATIZACAO LTDA - ME
Valor : 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 03/02/2016 Término: 03/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (42)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO INCLUINDO LIMPEZA INTERNA E REPOSIÇÃO DE GÁS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 38/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 38/2016

Contrato Nº.: 38/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: VIOLATUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA
Valor : 5.180,00 (cinco mil cento e oitenta reais)
Vigência : Início: 11/02/2016 Término: 11/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 240/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA EVENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 39/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 39/2016

Contrato Nº.: 39/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO MECANICA GERAL LTDA - Curitiba
Valor : 994,61 (novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e um centavos)
Vigência : Início: 12/02/2016 Término: 12/04/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2016
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31) Saldo: 657.167,39

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MECÂNICA DE 80.000 KM DA SPIN PLACA MLJ 0114, DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS, CONFORME ART. 24, INCISO DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 4/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
IPESMUC
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 4/2016

Contrato Nº.: 4/2016
Contratante.: IPESMUC
Contratada...: ELIESER DA SILVA CONSULTORIA ME
Valor : 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 11/02/2016 Término: 11/02/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (2)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA PREVIDENCIÁRIA, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 40/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 40/2016

Contrato Nº.: 40/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada...: MLF PRODUÇÕES, PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA ME

Valor : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 16/02/2016 Término: 16/03/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2016
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (42)

Objeto : INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA MINISTRAR PALESTRAS E OFICINAS SOBRE "IDENTIDADE DE GÊNERO", "PSICOMOTRICIDADE E LINGUAGEM", "PRÉ-LOGICIDADE" E "LITERATURA INFANTIL", DESTINADOS AOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MONITORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NOS DIAS 16/02/2016, 18/02/2016 E 19/02/2016, CONFORME ART. 25, INCISO II DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 41/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 41/2016

Contrato Nº.: 41/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: R. F. CARDINAL HUTH
Valor : 4.620,00 (quatro mil seiscentos e vinte reais)
Vigência : Início: 16/02/2016 Término: 16/03/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2016
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (42)

Objeto : INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA MINISTRAR PALESTRAS E OFICINAS SOBRE "IDENTIDADE DE GÊNERO", "PSICOMOTRICIDADE E LINGUAGEM", "PRÉ-LOGICIDADE" E "LITERATURA INFANTIL", DESTINADOS AOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MONITORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NOS DIAS 16/02/2016, 18/02/2016 E 19/02/2016, CONFORME ART. 25, INCISO II DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 42/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 42/2016

Contrato Nº.: 42/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: A SEMANA EDITORA LTDA
Valor : 128.040,00 (cento e vinte e oito mil e quarenta reais)
Vigência : Início: 18/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2016
Recursos : Dotação: 2.050.3.3.90.00.00.00.00 (52),
2.051.3.3.90.00.00.00.00 (53)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA JORNALÍSTICA DE VEICULAÇÃO REGIONAL E SEMANAL PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA "JORNAL EDUCAÇÃO E CULTURA" - CONFORME PROJETO DA EDUCAÇÃO E CULTURA EM ANEXO DESTINADO AOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, CONFORME ANEXOS DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 43/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 43/2016

Aditivo Nº : 43/2016 - Contrato Nº: 169/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: L B COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 19/02/2016 Término: 19/03/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 30/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONSTRUÇÃO DE PASSEIO E URBANIZAÇÃO DO NÚCLEO MUNICIPAL TERESA LEMOS PRETO, CONFORME PLANILHA E MEMORAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 44/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 44/2016

Contrato Nº.: 44/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: GEHA - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMATICA
Valor : 1.908,00 (um mil novecentos e oito reais)
Vigência : Início: 23/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (31) Saldo: 388.088,22

Objeto : AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE, DESTINADO A MONTAGEM DE HORÁRIOS ESCOLARES NAS ÁREAS ESPECÍFICAS PARA O NÚCLEO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO LEONIZA CARVALHO AGOSTINI, NÚCLEO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO GETÚLIO VARGAS E NÚCLEO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO TERESA LEMOS PRETO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 45/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 45/2016

Contrato Nº.: 45/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: ALTAMIR PROENÇA DO AMARAL
Valor : 19.974,84 (dezenove mil novecentos e setenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00 (57), 2.054.3.3.90.00.00.00.00 (58)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 46/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 46/2016

Contrato Nº.: 46/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: DALMIRO VISCAY
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00 (57), 2.054.3.3.90.00.00.00.00 (58)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 47/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 47/2016

Contrato Nº.: 47/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: DENIZE DE SOUZA WOLINGER AMARAL
Valor : 19.968,99 (dezenove mil novecentos e sessenta e oito reais e noventa e nove centavos)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.054.3.3.90.00.00.00.00.00 (58)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 48/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 48/2016

Contrato Nº.: 48/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: ELÓI CAMPREGHER
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.054.3.3.90.00.00.00.00.00 (58)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 49/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 49/2016

Contrato Nº.: 49/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: FATIMA TERESINHA RODERMEL
Valor : 10.583,55 (dez mil quinhentos e oitenta e três reais e cinquenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.054.3.3.90.00.00.00.00.00 (58)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 5/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
IPESMUC
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 5/2016

Contrato Nº.: 5/2016
Contratante.: IPESMUC
Contratada...: GUILHERME THADEU LORENZI WALTER
Valor : 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 11/02/2016 Término: 11/02/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (2)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE CÁLCULO E AVALIAÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÉPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS PARA O EXERCÍCIO DE 2016. CONFORME JUSTIFICATIVA EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 50/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 50/2016

Contrato Nº.: 50/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: GILSON DOMINGUES MARTINS
Valor : 18.239,63 (dezoito mil duzentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.054.3.3.90.00.00.00.00.00 (58)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 51/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 51/2016

Contrato Nº.: 51/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: IÂNDRA GERTRUDES CAMPREGHER
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.054.3.3.90.00.00.00.00.00 (58)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 52/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 52/2016

Contrato Nº.: 52/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: INDUSTRIA E COMERCIO DE SUCOS SÃO CARLO LTDA ME
Valor : 48.330,00 (quarenta e oito mil trezentos e trinta reais)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.054.3.3.90.00.00.00.00.00 (58)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 53/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 53/2016

Contrato Nº.: 53/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: IVONETE CAMPREGHER
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.054.3.3.90.00.00.00.00.00 (58)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 54/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 54/2016

Contrato Nº.: 54/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: MARIA CLEUZA DE SOUZA
Valor : 19.984,33 (dezenove mil novecentos e oitenta e quatro reais e trinta e três centavos)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.054.3.3.90.00.00.00.00.00 (58)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 55/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 55/2016

Contrato Nº.: 55/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: MARILENE APARECIDA PEREIRA
Valor : 18.948,95 (dezoito mil novecentos e quarenta e oito reais e noventa e cinco centavos)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.054.3.3.90.00.00.00.00.00 (58)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 56/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 56/2016

Contrato Nº.: 56/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: NEOMAR PINTO RIBEIRO
Valor : 18.817,80 (dezoito mil oitocentos e dezessete reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.054.3.3.90.00.00.00.00.00 (58)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 57/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 57/2016

Contrato Nº.: 57/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: ODIRLEI DANIEL DOS SANTOS
Valor : 18.879,00 (dezoito mil oitocentos e setenta e nove reais)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.054.3.3.90.00.00.00.00.00 (58)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 58/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 58/2016

Contrato Nº.: 58/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: PEDRO JESUS DO AMARAL
Valor : 12.035,52 (doze mil e trinta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.054.3.3.90.00.00.00.00.00 (58)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 59/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 59/2016

Contrato Nº.: 59/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: RONILDO JESUS MARTINS
Valor : 19.990,92 (dezenove mil novecentos e noventa reais e noventa e dois centavos)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.054.3.3.90.00.00.00.00.00 (58)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 60/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 60/2016

Contrato Nº.: 60/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: ROSANE ALVES PAES
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.054.3.3.90.00.00.00.00.00 (58)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 61/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 61/2016

Contrato Nº.: 61/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: SERVINA ORTIZ DOS SANTOS
Valor : 19.992,85 (dezenove mil novecentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.054.3.3.90.00.00.00.00.00 (58)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 62/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 62/2016

Contrato Nº.: 62/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: ROMARIO ROSANO FERNANDES
Valor : 19.965,70 (dezenove mil novecentos e sessenta e cinco reais e setenta centavos)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.054.3.3.90.00.00.00.00.00 (58)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 63/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 63/2016

Contrato Nº.: 63/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: LUIZ ROSALINO DE ALMEIDA
Valor : 5.698,90 (cinco mil seiscentos e noventa e oito reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.054.3.3.90.00.00.00.00.00 (58)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 64/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 64/2016

Contrato Nº.: 64/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: THOMAZ SILVA DE SOUZA
Valor : 19.198,43 (dezenove mil cento e noventa e oito reais e quarenta e três centavos)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.054.3.3.90.00.00.00.00.00 (58)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 65/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 65/2016

Contrato Nº.: 65/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: SOLANGE RIBEIRO DA LUZ
Valor : 19.942,61 (dezenove mil novecentos e quarenta e dois reais e sessenta e um centavos)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.054.3.3.90.00.00.00.00.00 (58)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 66/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 66/2016

Contrato Nº.: 66/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: VILMAR DE JESUS ORTIZ
Valor : 15.221,56 (quinze mil duzentos e vinte e um reais e cinquenta e seis centavos)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.054.3.3.90.00.00.00.00.00 (58)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO33/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato33/2016

Aditivo Nº : 33/2016 - Contrato Nº: 792/2013
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
Valor : 151.849,96 (cento e cinquenta e um mil oitocentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos)
Vigência : Início: 01/02/2016 Término: 14/02/2016
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 250/2013
Recursos : Dotação:

Objeto : REAJUSTE REFERENTE A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E URBANIZAÇÃO DA AVENIDA LEOBERTO LEAL, DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS CONDIÇÕES, TENDO EM VISTA O PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA (21/11/2013) E O SALDO DA OBRA NO DIA (21/11/2014) CONFORME ART. 40 INCISO XI. E ART. 55 INCISO III DA LEI 8.666/93

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO34/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato34/2016

Contrato Nº.: 34/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DE MARCO LTDA - FILIAL
Valor : 297,82 (duzentos e noventa e sete reais e oitenta e dois centavos)
Vigência : Início: 01/02/2016 Término: 01/04/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 26/2016
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (85)
Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO MECÂNICA DO VEÍCULO RENAULT KANGOO PLACAS QHB 8482, EM USO NA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII, DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA ANEXAS.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO35/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato35/2016

Aditivo Nº : 35/2016 - Contrato Nº: 228/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CLARO S.A.
Valor : 27.500,88 (vinte e sete mil e quinhentos reais e oitenta e oito centavos)
Vigência : Início: 01/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 310/2013
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (64), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (85), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (92), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (112)

Objeto : Contratação de empresa que detém autorização para prestar o serviço móvel pessoal - SMP, no Estado de Santa Catarina, que possibilite o atendimento da contratante em todas as localidades atendidas pela autorizada, em sua área de prestação, para uso em ligações locais para telefones fixos e celulares de qualquer operadora, inclusive na condição de visitante em todo território nacional e com encaminhamento de chamadas de longa distância nacional e roaming nacional. A relação com as quantidades e e

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO36/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato36/2016

Contrato Nº.: 36/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA
Valor : 19.281,95 (dezenove mil duzentos e oitenta e um reais e noventa e cinco centavos)
Vigência : Início: 02/02/2016 Término: 02/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE VIDROS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS. PELO PERÍODO DE 1 ANO. CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO38/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato38/2016

Contrato Nº.: 38/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA E PRIVA
Valor : 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 03/02/2016 Término: 03/05/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 12/2016
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO A CORREÇÃO DE PROVAS DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO DE PROVAS ESCRITAS, PRÁTICAS E TÍTULOS (CONFORME O CASO), PARA O PROVIMENTO DE CARGOS, NA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO39/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato39/2016

Contrato Nº.: 39/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: REGATAS CLIMATIZACAO LTDA - ME
Valor : 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 03/02/2016 Término: 03/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2016
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (85), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (92)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO INCLUINDO LIMPEZA INTERNA E REPOSIÇÃO DE GÁS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO40/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato40/2016

Contrato Nº.: 40/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: ASFAG LTDA - ME
Valor : 2.161,13 (dois mil cento e sessenta e um reais e treze centavos)
Vigência : Início: 05/02/2016 Término: 05/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 238/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA NOS NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO41/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato41/2016

Contrato Nº.: 41/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: PREVINE DEDETIZADORA LTDA
Valor : 369,02 (trezentos e sessenta e nove reais e dois centavos)
Vigência : Início: 05/02/2016 Término: 05/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 238/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA NOS NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO42/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato42/2016

Contrato Nº.: 42/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: MARCELO CRISTIAN DA CRUZ GERMINIANI
70274258900
Valor : 995,00 (novecentos e noventa e cinco reais)
Vigência : Início: 05/02/2016 Término: 05/04/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 29/2016
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (37)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE BLOCOS DE INFRAÇÃO DE TRANSITO, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE INTERESSADOS NO PREGÃO Nº 4/2016 E 20/2016, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO V DA LEI 8.666/93, CONFORME FOCUMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA ANEXAS.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO43/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato43/2016

Contrato Nº.: 43/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AB VILLEROY - ME
Valor : 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 05/02/2016 Término: 05/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 121/2015
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARMAZENAMENTO SEGURO DE DADOS (BACKUPS) E CONFIDENCIALIDADE PARA A PREFEITURA DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO44/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato44/2016

Contrato Nº.: 44/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.
Valor : 2.530,00 (dois mil quinhentos e trinta reais)
Vigência : Início: 11/02/2016 Término: 11/04/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2016
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (35), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (85)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MATERIAIS PARA CONserto e MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS FIAT STRADA QHD 8632 DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS E VIATURA PÁLIO WEKEND MLL 3067 DA POLÍCIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO45/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato45/2016

Contrato Nº.: 45/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO VIACAO MACHADO LTDA - ME
Valor : 66.480,00 (sessenta e seis mil quatrocentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 11/02/2016 Término: 11/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 240/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA EVENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO46/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato46/2016

Contrato Nº.: 46/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA ME
Valor : 124.225,00 (cento e vinte e quatro mil duzentos e vinte e cinco reais)
Vigência : Início: 11/02/2016 Término: 11/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 240/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA EVENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO47/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato47/2016

Contrato Nº.: 47/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

Valor : 288.245,98 (duzentos e oitenta e oito mil duzentos e quarenta e cinco reais e noventa e oito centavos)

Vigência : Início: 11/02/2016 Término: 11/05/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 11/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS: SANTO DOMINGO OGLIARI, ROSSA FOGAÇA E RICARDO LENZER, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 804216/2014 PROCESSO Nº 2622.1017172-86/2014, MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO48/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato48/2016

Contrato Nº.: 48/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: AUTO MECANICA GERAL LTDA - Curitiba

Valor : 887,83 (oitocentos e oitenta e sete reais e oitenta e três centavos)

Vigência : Início: 11/02/2016 Término: 11/04/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 32/2016

Recursos : Dotação: 2.081.3.3.90.00.00.00.00.00 (48)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO MECÂNICA DOS 90.000 KM DA VIATURA CHEVROLET S10 PLACAS MLU 9556, EM USO DA POLICIA MILITAR AMBIENTAL DE CURITIBANOS, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA ANEXAS.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO49/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato49/2016

Contrato Nº.: 49/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: SUPERAUTO DISTRIBUIDORA LTDA - CURITIBANOS

Valor : 504,27 (quinhentos e quatro reais e vinte e sete centavos)

Vigência : Início: 12/02/2016 Término: 12/04/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 35/2016

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2)

Objeto : DISPENÇA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MECÂNICA DE 3000 KM DO VEÍCULO FORD FUSION OKE 1015 DO GABINETE DO PREFEITO, CONFORME ART. 24, INCISO XVII, LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO50/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato50/2016

Aditivo Nº : 50/2016 - Contrato Nº.: 749/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: CONSTRUTORA MACIEL LTDA.

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 12/02/2016 Término: 13/03/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 217/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECONSTRUÇÃO DAS CABECEIRAS (INFRAESTRUTURA) DA PONTE DE ACESSO À LOCALIDADE SANTA CRUZ DO PERY, NO INTERIOR DE CURITIBANOS - SC, TENDO EM VISTA AS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS DESFAVORÁVEIS, CONFORME OFÍCIO DA DEFESA CIVIL, FOTOS IN LOCO E DECRETO DE EMERGÊNCIA Nº 4.666/2015. A EXECUÇÃO DEVERÁ SEGUIR O MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO51/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato51/2016

Contrato Nº.: 51/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: LDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Valor : 67.000,00 (sessenta e sete mil reais)

Vigência : Início: 12/02/2016 Término: 12/02/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2016

Recursos : Dotação: 1.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (74)

Objeto : AQUISIÇÃO DE TANQUE COMBOIO LUBRIFICANTE, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO52/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato52/2016

Contrato Nº.: 52/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: RBS-ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A.
Valor : 43.000,00 (quarenta e três mil reais)
Vigência : Início: 12/02/2016 Término: 12/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, NA IMPRENSA ESCRITA COM VEICULAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO53/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato53/2016

Aditivo Nº : 53/2016 - Contrato Nº: 792/2013
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 12/02/2016 Término: 14/08/2016
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 250/2013
Recursos : Dotação:

Objeto : PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E URBANIZAÇÃO DA AVENIDA LEOBERTO LEAL, CONFORME CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E O MINISTÉRIO DAS CIDADES/PLANEJAMENTO URBANO Nº 773433 CONTRATO N. 0390837-49/2012, DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO54/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato54/2016

Contrato Nº.: 54/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO MECANICA GERAL LTDA - Curitiba
Valor : 1.804,00 (um mil oitocentos e quatro reais)
Vigência : Início: 17/02/2016 Término: 17/04/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 36/2016
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00 (33)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO MECÂNICA DA VIATURA CHEVROLET, MODELO S-10, MLM9744 DE USO DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR. CONFORME ART. 24, INCISO XVII, LEI 8.666/93 E DOCUMENTO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO55/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato55/2016

Aditivo Nº : 55/2016 - Contrato Nº: 103/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ICONP CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA LTDA
Valor : 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
Vigência : Início: 19/02/2016 Término: 20/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (28)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO, DESTINADO AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, COM INTUITO DE ELABORAR E COORDENAR O PLANO PLURIANUAL, LDO, LOA, ESFINGE, RECURSOS, RELATÓRIOS DA PREVIDÊNCIA, LANÇAMENTOS, LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, SIOPS E SIOPE, CONFORME ANEXO I E TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

CÂMARA MUNICIPAL**PREGÃO PRESENCIAL 4_2016**

MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

O Poder Legislativo do Município de Curitiba/SC, por intermédio de seu Pregoeiro torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pelas Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93, dentre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de cadeiras, nos termos e condições constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar os envelopes contendo Proposta de Preços e Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 06/04/2016, no Protocolo Central da Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba/SC, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba/SC.

Edital disponível no site <http://www.camaracuritiba.sc.gov.br>, link Agenda.

<http://gcm.fecam.org.br/curitiba/agenda/index/detalhes-item/codMapaItem/33619/codItem/32028/codAgenda/276>

Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Instrumento Convocatório deverão ser dirigidos, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, até o dia 04/04/2016, das 13h às 19h, sito a Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC, CEP 89520-000, ou por intermédio do endereço eletrônico contabilidade@camaracuritiba.sc.gov.br.

A partir das 14:30 horas do dia 06/04/2016, será realizada sessão pública do Pregão Presencial, no setor de Licitações e Contratos, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba/SC.

Curitiba, 22 de março de 2016.

Márcio Damiani Poletto de Souza
Presidente

Ronaldo Spricigo
Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016



Município de Dionísio Cerqueira

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O CONCURSO PÚBLICO DESTINADO PARA ADMISSÃO, DE SERVIDORES PARA O QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA PARA ATUAREM NO ABRIGO INSTITUCIONAL BEIJA FLOR.

O prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, Srº. **ALTAIR CARDOSO RITTES**, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, Leis 4.472/2016 e demais dispositivos legais vigentes, TORNA PÚBLICO aos interessados, que se acham abertas as inscrições para o Concurso Público destinado para admissão, de servidores para atuação no Abrigo Institucional Beija Flor, sob o Regime Estatutário de acordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital de Concurso Público é disciplinado pelo art. 37, II, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, Leis 4.472/2016 e demais dispositivos legais vigentes.

1.1.2. O Concurso Público será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público do Município de Dionísio Cerqueira - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Dionísio Cerqueira - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Concurso Público serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

1.1.4. A inscrição no Concurso Público implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao Concurso Público para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

**Município de Dionísio Cerqueira**

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

1.1.5.1 A legislação Municipal a que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

1.1.6. O prazo de validade do Concurso Público será de 02 (dois) anos, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

1.1.7. São condições para participação no presente CONCURSO PÚBLICO:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º).

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Concurso Público.

1.1.9. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA.

1.2. Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimento Inicial	Habilitação	Tipo de Prova
Assistente Social	01	30h/sem	R\$ 2.063,70	Ensino superior específico na área de atuação, com registro no respectivo órgão de classe fiscalizador	Objetiva

**Município de Dionísio Cerqueira**

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

Psicólogo	01	30h/sem	R\$ 2.063,70	Ensino superior específico na área de atuação, com registro no respectivo órgão de classe fiscalizador	Objetiva
Cuidador	*CR	40h/sem	R\$ 1.305,53	Ensino médio completo	Objetiva
Auxiliar de Cuidador	01 + *CR	40h/sem	R\$ 846,48	Ensino Fundamental completo – nível de 4ª série	Objetiva

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o **CONCURSO PÚBLICO** poderão ser efetuadas pela **INTERNET ou VIA POSTAL**, no período das **08horas do dia 24/03/2016 às 23h59min do dia 22/04/2016**.

2.1.1. DAS INSCRIÇÕES PELA INTERNET/ON-LINE:

2.1.1.2. Para a inscrição pela internet o candidato deverá acessar o site www.ameosc.org.br no período de inscrição, e seguir os seguintes procedimentos:

- a) acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no *link Concursos*;
- b) fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o *login* para inscrição;
- c) preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;
- d) imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição;
- e) imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até as 23h59min do dia 25/04/2016.**

f) pagar o boleto, preferencialmente, no banco emissor; a baixa dos boletos acontecerá após o envio dos arquivos ao sistema de gestão pelo executor do certame; este processo poderá acontecer até a data de publicação das inscrições deferidas e indeferidas especificada no anexo I do edital (cronograma).

2.1.1.3. Para os candidatos que não dispuserem de acesso à internet será disponibilizado equipamento com internet junto a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, sito a rua Santos



Município de Dionísio Cerqueira

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

Dumont, nº 413, centro, durante o período das inscrições, em horário de expediente, das 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

2.1.1.4. O atendimento aos candidatos é limitado à disponibilidade de pessoal e equipamentos, sendo que o candidato é o único responsável pelas informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.1.1.5. A Prefeitura de Dionísio Cerqueira – SC, e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.1.1.6. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

2.1.1.7. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2 DAS INSCRIÇÕES VIA POSTAL:

2.1.2.1. Admitir-se-á inscrição via postal, registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para as inscrições, para o seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC.

2.1.2.2. É de responsabilidade do candidato, que desejar realizar a inscrição via portal imprimir o Requerimento de Inscrição (modelo anexo), preenchê-lo corretamente com todos os dados solicitados e assinar.

2.1.2.3. O candidato deverá dirigir-se a uma agência do Caixa Econômica Federal e efetuar um depósito **IDENTIFICADO E EM DINHEIRO**, no valor da taxa de inscrição corresponde ao cargo que deseja se inscrever, na conta corrente da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira abaixo informada:

Estabelecimento bancário: Caixa Econômica Federal

Agência: 2896

Conta Corrente: 146-2

Código Banco: 104



Município de Dionísio Cerqueira

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

Convênio: 598921

2.1.2.4. Providenciar cópia **AUTENTICADA** dos seguintes documentos:

a. Documento de identidade (RG);

b. Comprovante do CPF (Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda). Caso no documento de identidade conste o número do CPF fica dispensada a apresentação do comprovante.

c. Comprovante do depósito identificado em dinheiro na conta do município de Dionísio Cerqueira – SC, realizado no Banco do Brasil.

2.1.2.5. Enviar pelo correio o Requerimento de Inscrição, devidamente preenchido com todos os dados solicitados e devidamente assinado e as cópias autenticadas dos documentos exigidos, por correspondência com Aviso de Recebimento (AR), pelo Serviço de Remessa Expressa de Documentos e Mercadorias-SEDEX, para o endereço constante do item 2.1.2.1.

2.1.2.6. Só serão aceitos os pedidos de inscrição enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, até às 17 horas do último dia de inscrição, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.

2.1.2.7. O depósito em conta corrente da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, deve ser obrigatoriamente o DEPÓSITO IDENTIFICADO, não tendo validade o depósito comum.

2.1.2.8. Os depósitos em conta corrente eventualmente feitos em desacordo com a norma do edital e ou com erro na identificação do candidato e ou intempestivamente, não poderão ser ressarcidos.

2.1.2.9. É vedada a inscrição condicional, não sendo admitida complementação documental fora do prazo fixado para inscrição, nem comprovante de agendamento de pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2.10. A inscrição por via postal, se efetuada, será por conta e risco do candidato, não se responsabilizando o Município de Dionísio Cerqueira – SC por extravios, falta de documentação, atrasos ou outras ocorrências que impeçam a efetiva inscrição do candidato.

2.2. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.3. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.4. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

**Município de Dionísio Cerqueira**

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

2.5. O candidato poderá inscrever-se **somente para 01 (uma) vaga** do cargo de que trata o presente Edital. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais **recente**.

2.6. O valor da Taxa de Inscrição para o CONCURSO PÚBLICO será de:

Escolaridade/Habilitação	Valor R\$
Ensino Superior	R\$ 70,00
Ensino Médio	R\$ 50,00
Ensino Fundamental	R\$ 30,00

2.7. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Concurso Público, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, entre outros).

2.9. A solicitação de recursos especiais será atendida, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.10. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados por meio de aviso publicado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br do deferimento ou não do pedido.

2.11. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários, a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

2.12. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OS DOADORES DE SANGUE:

2.12.1. O candidato que preencher os requisitos da **Lei Municipal nº 4.036/2016 (doador de sangue e de órgãos)** poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição neste Concurso Público.

2.12.1.1. Equipara-se a doador de sangue, a pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, à doação.



Município de Dionísio Cerqueira

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

2.12.2. O **requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para os doadores de sangue** (modelo anexo) deverá ser encaminhado à Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, e entregue do dia **24/03 a 12/04/2016**, no endereço da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, em horário de expediente, das 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, juntamente com os seguintes documentos:

a) cópia do requerimento de inscrição;

b) comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que não poderá ser inferior a 03 (três) doações anuais. Para ter direito à isenção, o candidato deve comprovar que realizou, no mínimo 03 (três) doações no período de um ano;

c) no caso o subitem 2.12.1.1, documento específico que comprove que o candidato integre a Associação de doadores de Sangue legalmente constituída e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando, minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato.

c.1) A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, por meio de cópia autenticada em cartório, sendo que os mesmos **devem estar na Prefeitura** Municipal de Dionísio Cerqueira – SC até no máximo dia **13/04/2016**.

2.12.3. A Comissão de Acompanhamento avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no mural público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC e nos sites www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br até o dia **15/04/2016** não sendo encaminhada resposta individual ao candidato, salvo se solicitado.

2.12.4. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição **INDEFERIDOS** poderão participar do presente Concurso Público desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até às **23h59min do dia 25/04/2016**, como os demais candidatos. O boleto para impressão em caso de **indeferimento** deverá ser acessado junto ao site www.ameosc.org.br

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Em face do número limitado de vagas oferecidas neste Concurso Público não haverá reserva de vagas para os candidatos portadores de necessidades especiais.



Município de Dionísio Cerqueira

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

3.2. As pessoas com deficiência participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.3. O candidato que no dia da prova necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento dessas.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

5. DAS PROVAS

5.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos, independente do cargo a que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 28/05/2016, às 14h30min, nas dependências Escola Castro Alves, sito a Avenida Adelino Mangini, no Município de Dionísio Cerqueira – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 13h30min.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 14h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões, o candidato deverá dirigir-se imediatamente à sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Dionísio Cerqueira – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassadas pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso, na sala de aplicação de provas, após às 14h20min.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 14h30min e término às 17h30min.

5.1.3. A relação de ensalamento será publicada após a homologação das inscrições nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

**Município de Dionísio Cerqueira**

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, terá a duração de **03hrs**, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente **UMA** será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão-resposta e na 1ª página do caderno de provas.

5.1.4.2. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de *Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Matemática*.

5.1.4.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.1.4.4. A prova será composta de 35 (trinta e cinco) questões.

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) - Serão aplicadas provas de *Conhecimentos Específicos, Português, Matemática e Prova Prática*, conforme quadro abaixo para os cargos de **Assistente Social, Psicólogo, Cuidador e Auxiliar de Cuidador**, especificados no item 1.2.1 do edital.

Prova Objetiva	Nº Questões	Peso	Total de Pontos	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1► Conhecimentos Específicos	20	0,35	7,00	4,00
2► Língua Portuguesa	10	0,20	2,00	
3► Matemática	05	0,20	1,00	
TOTAL	35	-	10,00	-

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de **4,00** (Quatro) pontos, no conjunto das provas **1, 2 e 3** (na soma das notas das provas de *Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Matemática*.), conforme quadro acima.

5.3. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

5.3.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, **munidos de DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ORIGINAL (COM FOTOGRAFIA)**, o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova. Não é necessária a apresentação do Comprovante de Inscrição para ingresso a sala de aula.



Município de Dionísio Cerqueira

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

5.3.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (14h10min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.3.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, entre outros); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.3.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Concurso Público.

5.3.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.3.4. Para a realização da prova objetiva, o candidato receberá um **caderno de questões**, um **cartão resposta** e um **cartão identificação**.

5.3.4.1. O candidato deverá apor no **Cartão Identificação**, em local próprio, seu nome legível, cargo/função pleiteado e assinatura, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.3.4.2. O candidato deverá apor no **Cartão Resposta** as suas respostas por questão, PREENCHENDO POR COMPLETO O CAMPO QUE SE REFERE À QUESTÃO CORRETA, conforme a forma correta, exemplificada no cartão de identificação do candidato e na primeira folha do caderno de questões, para propiciar a correção com leitura ótica.

5.3.4.3. O **Cartão Resposta** não poderá conter assinatura do candidato, somente sua digital no verso do cartão, que será coletada durante a realização da prova pelos fiscais de sala.

5.3.5. Antes de iniciar a resolução da prova, o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo em que se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.3.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. AS PROVAS DE CADA CARGO SERÃO IDENTIFICADAS PELOS NÚMEROS 1, 2, 3 E 4 E É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A MARCAÇÃO CORRETA, SENDO QUE A NÃO MARCAÇÃO CORRETA INVALIDARÁ O CARTÃO RESPOSTA.

**Município de Dionísio Cerqueira**

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

5.3.6.1. Forma correta de preencher o **Tipo de Prova** e o **Cartão de Resposta (Gabarito)**: 

5.3.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.3.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

5.3.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

5.3.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta.

5.3.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão-resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.3.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão-resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.3.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta e o cartão identificação.

5.3.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva depois de transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.3.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.3.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.3.17. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão entregar o cartão resposta e o cartão identificação ao mesmo tempo.

5.3.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público deverão apor no verso dos cartões respostas e cartões de identificação suas assinaturas.

**Município de Dionísio Cerqueira**

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

5.3.17.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público deverão anotar no verso do cartão de respostas eventuais questões deixadas em branco, apondo suas assinaturas no verso.

5.3.17.3. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público deverão invalidar o cartão resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no verso.

5.3.17.4. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões respostas com questões deixadas em branco, cartões respostas deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

5.3.17.5. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os cartões resposta e cartões identificação, separadamente, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.3.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.3.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

5.3.20. O Município de Dionísio Cerqueira e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

5.4. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:

5.4.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) documento de identificação;
- b) comprovante de Inscrição;
- c) caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;
- d) lápis preto e borracha;
- e) água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.



Município de Dionísio Cerqueira

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

5.4.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.4.3. O Município de Dionísio Cerqueira e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.5. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

- a) ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;
- b) fumar;
- c) comunicação entre os candidatos;
- d) consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, entre outros);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, entre outros.

5.6. PODERÁ SER EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não sendo admitida qualquer tolerância;
- b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
- g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta e Cartão Identificação ou outros materiais não permitidos;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitindo uso do celular, máquina calculadora ou similar;



Município de Dionísio Cerqueira

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, *smartphone* ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;

l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.6.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecerão até a saída do candidato do local de prova.

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada por meio do processo de leitura óptica, em **SESSÃO PÚBLICA a ser realizada no Auditório Paulo Freire, junto a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, na rua Santos Dumont 413, às 13hrs do dia 31/05/2016**, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato (Cartão Identificação).

6.1.2. As notas apresentadas na sessão pública serão preliminares, sem os critérios de desempates constantes no item 07 do presente edital.

6.1.3. A publicação do resultado preliminar ocorre conforme data estabelecida no cronograma do Edital. Nesta constará os critérios de desempate constantes no item 7 do presente Edital.

6.2. A sessão será filmada e todos os interessados terão acesso no local devendo assinar lista de presença.

7. DO EMPATE NA NOTA FINAL

7.1. Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

7.1.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste Concurso Público na forma do dispositivo no parágrafo único de art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

7.1.2. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

7.1.3. Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;

7.1.4. Maior número de acertos na prova de Matemática;

7.1.5. Maior Idade;

7.1.6. Sorteio Público.



Município de Dionísio Cerqueira

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

8. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

8.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

8.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

9. DOS RECURSOS

9.1. É admitido recurso quanto a divergências:

- a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;
- b) na formulação das questões da prova objetiva;
- c) no gabarito preliminar divulgado;
- d) ao resultado da divulgação da Classificação Preliminar do Concurso Público, para cada cargo.

9.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma, anexo I deste edital.

9.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

9.4. Os **RECURSOS** poderão ser interpostos **VIA ON LINE** – pelo sistema – ou **VIA POSTAL**.

9.4.1. Para a interposição de **RECURSO VIA ONLINE**, o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

- a) acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link **Concursos**
- b) acessar a “Área do Candidato”;
- c) clicar em “recursos e requerimentos”;
- d) preencher *online* o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas;
- e) os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.



Município de Dionísio Cerqueira

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

9.4.1.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.1.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.

9.4.2. Para a interposição de **RECURSO VIA POSTAL**, o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) imprimir e preencher o Formulário de Recurso (modelo anexo);

b) encaminhar por meio de correspondência registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para os recursos, para o seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC, encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura.

9.4.2.1. É de responsabilidade do candidato imprimir o Formulário de Recursos (modelo anexo), preenchê-lo corretamente, assinar e encaminhar para o endereço e nas condições expostas no item anterior.

9.4.2.2. Deverá ser encaminhado apenas e tão somente o Formulário de Recurso contendo as razões do recorrente. Eventuais outros materiais encaminhados juntamente com o Formulário de Recursos serão desconsiderados.

9.4.2.3. Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.2.4. Poderá ser encaminhado mais de um Formulário de Recurso numa mesma correspondência, desde que cada recurso esteja devidamente identificado.

9.4.2.5. Só serão aceitos os recursos enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC, encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, até às 17 horas do último dia dos recursos, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.

9.4.2.6. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.2.7. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.



Município de Dionísio Cerqueira

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

9.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do Concurso Público.

9.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados de forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

9.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

9.5.3. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da AMEOSC.

9.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

9.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da AMEOSC é irrecorrível na esfera administrativa.

9.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo Decreto de resultado final será publicado.

10. DO PROVIMENTO DO CARGO

10.1. O provimento do cargo obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

10.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo só lhes serão deferidas no caso de exibirem:

- a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;
- b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitados exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;
- c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;
- d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;
- e) documento de Inscrição no órgão de Classe para os cargos de nível superior que assim exigir;
- f) demais documentos solicitados pela Divisão de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, ou previsto em Legislação Municipal.



Município de Dionísio Cerqueira

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

10.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário.

10.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto a Divisão de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC.

10.5. O presente Concurso Público é válido pelo prazo de 02 (dois) anos contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

10.6. Caso o candidato não possa assumir o cargo quando convocado ficará automaticamente desclassificado.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As publicações sobre o Concurso Público serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Dionísio Cerqueira – SC e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

11.2. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

11.3. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Concurso Público em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, conforme a legislação vigente.

11.4. O Prefeito do Município de Dionísio Cerqueira – SC, poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Concurso Público mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

11.5. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público é o da Comarca de Dionísio Cerqueira – SC.

11.6. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma;

ANEXO II – Conteúdo Programático;

ANEXO III – Atribuições dos Cargos;

ANEXO IV – Requerimento Isenção Taxa de Inscrição Doadores de Sangue;

ANEXO V - Requerimento de Inscrição Via Postal; *(somente para candidatos que enviarem inscrição via correio)*;

**Município de Dionísio Cerqueira**

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

ANEXO VI – Formulário de Recurso Via Postal; *(somente para candidatos que enviarem recursos via correio);*

ANEXO VII– Portaria, que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO VIII – Portaria, que nomeia a Comissão Organizadora da AMEOSC;

Dionísio Cerqueira – SC, 23 de março de 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito

Vistado na Forma de Lei

Paulo Cesar Gnoatto

OAB/SC 10.106-A

Assessor Jurídico Prefeitura de Dionísio Cerqueira



Município de Dionísio Cerqueira

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

ANEXO I

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	23/03/2016	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Dionísio Cerqueira - SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.
Inscrições	24/03 a 22/04/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Recebimento de Inscrições para Candidatos que requererem a isenção de taxa de inscrição (<i>Doador de Sangue</i>)	24/03 a 12/04/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição (<i>Doador de Sangue</i>)	15/04/2016	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa INDEFERIDA . (<i>Doador de Sangue</i>)	16/04 a 25/04/2016	O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site www.ameosc.org.br
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	28/04/2016	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	29/04 a 02/05/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e	09/05/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br A partir das 17 horas



Município de Dionísio Cerqueira

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

Publicação da Homologação das inscrições		
Publicação do Ensalamento	18/05/2016	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prova Objetiva	28/05/2016	A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 28/05/2016, às 14h30min, nas dependências da Escola Castro Alves, sito a Avenida Adelino Mangini, no Município de Dionísio Cerqueira - SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 13h30min. O fechamento dos portões será às 14h10min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. A prova terá início às 14h30 e término às 17h30min.
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	30/05/2016	A partir das 17 horas nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	31/05 e 01/06/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	31/05/2016	Às 13hrs, no Auditório Paulo Freire, na Prefeitura Municipal de, Dionísio Cerqueira.
Publicação do Resultado Preliminar da Prova Objetiva	01/06/2016	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites:

**Município de Dionísio Cerqueira**

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

		www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br
Prazo de recurso referente ao Resultado Preliminar	02 e 03/06/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a classificação preliminar e Gabarito Preliminar.	21/06/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Divulgação do Gabarito Oficial /Final	22/06/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Publicação da Classificação/Resultado Final	23/06/2016	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC.

**Município de Dionísio Cerqueira**

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br**ANEXO II****EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR****I - PORTUGUÊS:**

Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; sinônimos; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação pronominal; classificação dos termos da oração; período composto por coordenação; período composto por subordinação.

II - MATEMÁTICA:

Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Graus. Logaritmos. Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadráticas. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**ASSISTENTE SOCIAL:**

Estatuto do Idoso; Lei Maria da Penha; Política Nacional de Assistência Social; Projetos Sociais do Governo Federal em vigor. O Serviço Social e o enfrentamento das expressões contemporâneas da questão social; O marco legal e institucional das políticas de Saúde e de Assistência Social após a Constituição Federal de 1988; Atuação profissional e o instrumento técnico-operativo do serviço Social nas áreas de saúde e de Assistência Social; Os segmentos de atenção e os programas, serviços e benefícios da Política de Assistência Social; Instrumentos e Técnicas de Intervenção: estudo social, perícia social, laudo social e parecer social. Trabalho com grupos. Atuação do Serviço Social na Equipe multidisciplinar, interdisciplinar e inter-profissional. As novas modalidades de família. Metodologias de abordagem familiar. Abordagem individual. Técnicas de entrevista. As Políticas de Seguridade Social no Brasil. Saúde: o SUS- Organização e direitos. Assistência Social: organização e direitos. Previdência Social: organização e direitos. A organização, gestão e funcionamento do Sistema Único de saúde/SUS; Organização, princípios e diretrizes do Programa Saúde da Família/PSF, segundo o Ministério da Saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto do Idoso. Estatuto das Pessoas



Município de Dionísio Cerqueira

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

com Deficiência, Ações voltadas para a qualidade de vida; Política de benefícios sociais; Objetivos do Serviço Social; Código de Ética Profissional do Assistente Social; Constituição Federal; Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), NOB SUAS e NOB RH, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Lei 8.080.

PSICÓLOGO:

Conhecimentos específicos na área de atuação: Atendimento de idosos, Contexto Familiar, alcoólatras e dependentes químicos; Desenvolvimento psicológico da Criança (infância e Adolescência), considerando os Pressupostos básicos dados pelas diferenças abordagens psicoterápicas utilizadas na atualidade - Psicanálise, Ludoterapia, Lacania e outros; Direitos fundamentais da criança e do adolescente; O Psicólogo inserido no serviço Público - Atendimento Ambulatorial, Terapias ambulatoriais em saúde mental. Doenças e deficiências mentais. Diagnóstico Psicológico: conceito e objetivo, teoria psicodinâmica, processo diagnóstico, testes e laudos. Abordagens terapêuticas. Psicopatológica: natureza e causa dos distúrbios mentais. Neurose, psicose e perversão: diagnóstico. Função e adequação às necessidades da Comunidade Assistida; O Psicólogo na atuação Clínica; psicologia clínica. Psicopatologia Clínica: conceito de neurose; Conceito básico em psicologia clínica; dinâmica do funcionamento psíquico, história individual, motivos inconscientes, o papel do desejo, o papel do outro; transferência, repressão, resistência; mecanismo de defesa; Psicoterapia com Grupos; conflitos intragrupais, sua dinâmica e importância; a Psicologia Humanística: diretividade e não-diretividade; coordenadores e facilitadores: vantagens e desvantagens; grupos operativos e suas aplicações; Estudos sobre a família: cenário familiar, regras e metaregras. O psicólogo na escola: acompanhamento Escolar, dificuldades na aprendizagem, a escola e a criança/adolescente e o processo de psicodiagnóstico; Aprendizagem - fatores determinantes do processo ensino aprendizagem: família, comunidade, escola, companheiros. A educação inclusiva: os portadores de necessidades especiais, as altas habilidades (superlotados). Psicologia social e organizacional - Comportamento social: atitudes, estereótipos, preconceitos, conformismo. O desenvolvimento humano - Determinantes biopsico-sócio-culturais de comportamento: síndromes genéticas, gestação, parto, puerpério, interação mãe-bebê; Características comportamentais esperadas ao longo do desenvolvimento: constituição do EU. Conceito de sujeito. Desenvolvimento cognitivo. Velhice: perdas e ganhos, sua inserção social. Motivação humana: valores e ação humana. Os grupos: processos grupais, papéis, liderança, leis da dinâmica grupal. O indivíduo e a organização: análise e intervenção, mudança e resistência à mudança. Neuroses profissionais. Gestão de conflitos. Psicologia jurídica. Relações Humanas e Recursos Humanos; Noções de Recrutamentos e seleção e desenvolvimento de Pessoal. Legislação: Constituição Federal, em seus Artigos: 196, 197, 198, 199 e 200. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1.990 em seus artigos: 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1.990 e suas atualizações, todo o teor. Lei nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1.990 e suas atualizações, todo o teor. Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1.993, todo o teor. Lei nº 8.842, de 04 de Janeiro de 1.994, todo o teor.



Município de Dionísio Cerqueira

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2.003, em seus artigos: 15, 16, 17, 18 e 19. Lei nº 11.350, de 05 de Outubro de 2.006, todo teor. Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2010 em seus Artigos: 6, 7 e 8.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

I - PORTUGUÊS:

Compreensão e interpretação de frase, palavra ou texto; encontros vocálicos e consonantais; Ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise Sintática; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação dos pronomes oblíquos átonos; homônimos e parônimos.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Expressões algébricas - Fatoração. Produtos notáveis. Regra de três simples e composta. Juros simples. Razão e proporção. Porcentagem. Teoria dos conjuntos. Sistema métrico decimal. Geometria Plana e espacial. Relações trigonométricas do triângulo retângulo. Equações e Funções do 1º e do 2º graus. Sistemas de equações. Sequências Numéricas. Resolução de Problemas. Análise de gráficos. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

CUIDADOR:

O papel do Cuidador/Educador de crianças e adolescentes; Postura profissional; Direitos da criança e do adolescente; O processo de desenvolvimento infantil e estímulos adequados a cada fase. A prática das ações de cuidado e educação com a criança e o adolescente; Fundamentos de saúde da criança, principais doenças infantis, cuidados com o ambiente e riscos para as crianças; As noções de higiene e limpeza; As noções de Alimentação e Nutrição; As boas maneiras no ambiente de trabalho; A organização do local de trabalho; A comunicação com crianças e adolescentes; As noções básicas de ética e profissionalismo; Noções básicas de primeiros socorros; As noções básicas acerca das atividades de lazer esporte; O acompanhamento das atividades escolares das crianças e adolescentes; Noções básicas para o controle de uso de meios de comunicação (Ex.: Programas de Televisão com limites para cada Idade); Socialização; Comportamento; Convivência familiar; Responsabilidade na relação com crianças e adolescentes.



Município de Dionísio Cerqueira

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

I - PORTUGUÊS:

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Regra de três simples. Juros simples. Razão e proporção. Unidades de comprimento, área e volume. Porcentagem. Geometria Plana. Sistema de equações. Resolução de Problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

AUXILIAR DE CUIDADOR:

Postura profissional; Direitos da criança e do adolescente; O processo de desenvolvimento infantil e estímulos adequados a cada fase. A prática das ações de cuidado e educação com a criança e o adolescente; Fundamentos de saúde da criança, principais doenças infantis, cuidados com o ambiente e riscos para as crianças; As noções de higiene e limpeza; As noções de Alimentação e Nutrição; As boas maneiras no ambiente de trabalho; A organização do local de trabalho; A comunicação com crianças e adolescentes; As noções básica de ética e profissionalismo; Noções básicas de primeiros socorros; As noções básicas acerca das atividades de lazer esporte; O acompanhamento das atividades escolares das crianças e adolescentes; Noções básicas para o controle de uso de meios de comunicação (Ex.: Programas de Televisão com limites para cada Idade); Socialização; Comportamento; Convivência familiar; Responsabilidade na relação com crianças e adolescentes. Noções gerais de higiene e saneamento; Meio ambiente; Direitos básicos da Criança e do Adolescente. Noções de alimentação para crianças e adolescentes. Relacionamento humano no trabalho; Noções de hortifruticultura.

**Município de Dionísio Cerqueira**

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br**ANEXO III****EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016****ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****ASSISTENTE SOCIAL:**

- I – elaborar, em conjunto com o Coordenador e demais colaboradores, o Projeto Político-Pedagógico do Serviço;
- II – realizar o acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar;
- III – auxiliar na orientação e apoio para os Cuidadores e demais funcionários da unidade de acolhimento;
- IV – capacitar e acompanhar os Cuidadores e os demais funcionários;
- V – apoiar e acompanhar o trabalho desenvolvido pelos Cuidadores;
- VI – encaminhar, discutir e planejar em conjunto com outros atores da Rede de Serviços e do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, as intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias;
- VII – organizar as informações das crianças e dos adolescentes, e das respectivas famílias, na forma de arquivo individual;
- VIII – elaborar, encaminhar e discutir com a autoridade judiciária e os membros do Ministério Público os relatórios sobre a situação de cada criança e adolescente, apontando: a) a possibilidade de reintegração familiar; b) a necessidade de aplicação de novas medidas; c) a necessidade de encaminhamento para adoção quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- IX – preparar a criança e o adolescente para o desligamento, em conjunto com o Cuidador;
- X – mediar, em conjunto com o Cuidador, o processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso;
- XI – inserir e manter atualizadas as informações da criança e do adolescente no Sistema de Informações de Atendimento na modalidade de Abrigo Institucional ou equivalente, para registro contínuo e recuperação de dados;
- XII - Realizar atendimento de até 20 (vinte) crianças e adolescentes; e,
- XIII – desenvolver outras atividades afins, no âmbito de sua competência.

PSICÓLOGO:

- I – elaborar, em conjunto com o Coordenador e demais colaboradores, o Projeto Político-Pedagógico do Serviço;

**Município de Dionísio Cerqueira**

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

- II – realizar o acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar;
- III – auxiliar na orientação e apoio para os Cuidadores e demais funcionários da unidade de acolhimento;
- IV – capacitar e acompanhar os Cuidadores e os demais funcionários;
- V – apoiar e acompanhar o trabalho desenvolvido pelos Cuidadores;
- VI – encaminhar, discutir e planejar em conjunto com outros atores da Rede de Serviços e do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, as intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias;
- VII – organizar as informações das crianças e dos adolescentes, e das respectivas famílias, na forma de arquivo individual;
- VIII – elaborar, encaminhar e discutir com a autoridade judiciária e os membros do Ministério Público os relatórios sobre a situação de cada criança e adolescente, apontando: a) a possibilidade de reintegração familiar; b) a necessidade de aplicação de novas medidas; c) a necessidade de encaminhamento para adoção quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- IX – preparar a criança e o adolescente para o desligamento, em conjunto com o Cuidador;
- X – mediar, em conjunto com o Cuidador, o processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso;
- XI – inserir e manter atualizadas as informações da criança e do adolescente no Sistema de Informações de Atendimento na modalidade de Abrigo Institucional ou equivalente, para registro contínuo e recuperação de dados;
- XII - Realizar atendimento de até 20 (vinte) crianças e adolescentes; e,
- XIII – desenvolver outras atividades afins, no âmbito de sua competência.

CUIDADOR:

- I – manter cuidados básicos com a alimentação, a higiene e a proteção dos acolhidos;
- II – organizar o ambiente, o espaço físico e as atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança e adolescente;
- III – auxiliar a criança e o adolescente a lidar com sua história de vida, a fortalecer sua autoestima e a construir sua identidade;
- IV – organizar fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e adolescente, de modo a preservar sua história de vida;
- V – acompanhar a criança e o adolescente nos serviços de saúde, nas escolas e em outros serviços requeridos no cotidiano;
- VI – auxiliar no processo de desligamento da criança ou adolescente, sob a orientação e supervisão da equipe técnica;
- VII – desenvolver outras atividades afins, no âmbito de sua competência.
- VIII – organizar a rotina doméstica e o espaço residencial;
- IX - Realizar atendimento de até 20 (vinte) crianças e adolescentes, por turno de 40 horas semanais; e,

**Município de Dionísio Cerqueira**

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

X – manter relação afetiva personalizada e individualizada com cada criança e adolescente.

§ 1º Quando se verificar necessário e pertinente, um profissional de nível superior também deverá participar do acompanhamento a que se refere o inc. V, do caput, deste artigo.

AUXILIAR DE CUIDADOR:

I – apoiar o Cuidador no exercício de suas funções;

II – cuidar da moradia por meio da preparação de alimentos organização e limpeza do ambiente; e,

III - Realizar atendimento de até 20 (vinte) crianças e adolescentes, por turno de 40 horas semanais;
e,

IV – desenvolver outras atividades afins, no âmbito de sua competência.

**Município de Dionísio Cerqueira**

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br**ANEXO IV****EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016****REQUERIMENTO ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO DOADORES DE SANGUE**

Para:

Comissão Organizadora do CONCURSO PÚBLICO

Eu _____ portador(a) do documento de identidade sob nº _____, inscrição nº _____, venho solicitar isenção para taxa de inscrição ao Concurso Público, Edital nº 001/2016.

Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da **Lei Municipal nº 4.036/2010 (doador de sangue e de órgãos)**.

Declaro, sob as penas previstas no artigo 299, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940 (Código Civil), que as informações constantes neste formulário expressam a verdade e por elas me responsabilizo.

_____ SC, ____ de _____ de 2016.

Assinatura Candidato(a)

Documentos anexos:

1: _____

2: _____

3: _____

**Município de Dionísio Cerqueira**

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br**ANEXO V****EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016****REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO VIA POSTAL***(Somente para candidatos que fizerem inscrições via postal)*

Para: Comissão Organizadora do CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

1) Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, SOLICITO inscrição no CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016, da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, para o cargo de _____ *(descrever exatamente conforme especificado no edital)*.

2) Informações para contato:

a) E-mail: _____

b) Telefone Residencial/Comercial: _____

c) Telefone Celular: _____

3) Informações adicionais:a) Canhoto: (☐) SIM (☐) NÃOb) Necessidades Especiais: (☐) SIM (☐) NÃO. Qual _____ CID _____**4) Condição Especial para realizar a prova, sendo a deficiência:**a) (☐) Prova com ampliação do tamanho da fonte nº _____b) (☐) Sala Especial. Especificar: _____c) (☐) Leitura de Prova. Especificar: _____d) (☐) Amamentação. Nome do Acompanhante: _____e) (☐) Outra Necessidade: Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, SC, _____ de _____ de 2016.

**Município de Dionísio Cerqueira**

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

Assinatura Candidato(a)

ANEXO VI**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2016****FORMULÁRIO DE RECURSOS VIA POSTAL***(Somente para candidatos que fizeram inscrições e recursos via postal)*

Nome do Candidato: _____

Endereço: _____

Nº Inscrição _____

Cargo: _____

Tipo de Recurso:

1 – Contra o edital ()

2 – Contra indeferimento de inscrição ()

3 – Contra Inscrição ()

4 – Contra questão da prova ()

5 – Contra o Gabarito ()

6 – Contra a Pontuação Prova ()

7 - Contra a prova de títulos

8 – outros () Especificar: _____

Razões do Recurso: _____

_____, SC, ____ de _____ de 2016.

Assinatura Candidato(a)

**Município de Dionísio Cerqueira**

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br**ANEXO VII****EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016****PORTARIA QUE NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DO MUNICÍPIO****PORTARIA Nº 222/2016****CRIA COMISSÃO ORGANIZADORA E NOMEIA SEUS MEMBROS.**

ALTAIR CARDOSO RTTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Vigente.

RESOLVE:

Art.1º. Fica criada Comissão Especial composta por: **JOÃO CARLOS STAHL, MARILHANE DA SILVA E TAISE MARIA BORTOLUZZI PIASECKI** todos funcionários públicos municipais, para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Municipal do Edital referente ao, Concurso, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Concurso Público Nº 001/2016.

Art. 2º. Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, prova de títulos e verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º. Fica vedada a inscrição de parentes no referido Concurso Público das pessoas acima nomeadas para a comissão do Concurso Público.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE MARÇO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.

Data 15/03/2016

**Município de Dionísio Cerqueira**

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br**MARILHANE DA SILVA**
Diretora de Recursos Humanos**ANEXO VIII****EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016****PORTARIA QUE NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DA AMEOSC****PORTARIA Nº 223/2016****NOMEAR COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO:**

ALTAIR CARDOSO RITTES Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Vigente.

RESOLVE

Art.1º Designar, **JUSSARA REGINATTO e UDINARA VANUSA ZANCHETTIN** brasileiras, representantes da **AMEOSC** – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, compor a **COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO**, que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurados através do Edital Concurso Público nº 001/2016.

Art. 2º- Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa das provas bem como aplica – las, corrigi – las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando – a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º- Fica vedada a inscrição de parentes no referido Concurso Público, das pessoas acima nomeadas e dos profissionais contratados para a elaboração das referidas provas:

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente

Art. 5º presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE MARÇO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.

Data 15/03/2016



Município de Dionísio Cerqueira

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

MARILHANE DA SILVA
Diretora de Recursos Humanos

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016**Município de Dionísio Cerqueira**

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br**EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016****ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O CONCURSO PÚBLICO DESTINADO PARA ADMISSÃO, DE SERVIDORES PARA O QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA PARA ATUAREM NO ABRIGO INSTITUCIONAL BEIJA FLOR.**

O prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, Srº. ALTAIR CARDOSO RITTES, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, Leis 4.472/2016 e demais dispositivos legais vigentes, TORNA PÚBLICO aos interessados, que se acham abertas as inscrições para o Concurso Público destinado para admissão, de servidores para atuação no Abrigo Institucional Beija Flor, sob o Regime Estatutário de acordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O Concurso Público será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público do Município de Dionísio Cerqueira - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Dionísio Cerqueira - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

1.2. O prazo de validade do Concurso Público será de 02 (dois) anos, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

1.3. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimento Inicial	Habilitação	Tipo de Prova
Assistente Social	01	30h/sem	R\$ 2.063,70	Ensino superior específico na área de atuação, com registro no respectivo órgão de classe fiscalizador	Objetiva
Psicólogo	01	30h/sem	R\$ 2.063,70	Ensino superior específico na área de atuação, com registro no respectivo órgão de classe fiscalizador	Objetiva
Cuidador	*CR	40h/sem	R\$ 1.305,53	Ensino médio completo	Objetiva

**Município de Dionísio Cerqueira**

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

Auxiliar de Cuidador	01 + *CR	40h/sem	R\$ 846,48	Ensino Fundamental completo – nível de 4ª série	Objetiva
----------------------	----------	---------	------------	---	----------

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO poderão ser efetuadas pela INTERNET ou VIA POSTAL, no período das 08horas do dia 24/03/2016 às 23h59min do dia 22/04/2016.

3. DAS PROVAS

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 28/05/2016, às 14h30min, nas dependências Escola Castro Alves, sito a Avenida Adelino Mangini, no Município de Dionísio Cerqueira – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

3.2. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 13h30min.

3.3. O fechamento dos portões será às 14h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.4. Após o fechamento dos portões, o candidato deverá dirigir-se imediatamente à sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Dionísio Cerqueira – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassadas pelos fiscais.

3.5. Não será permitido o ingresso, na sala de aplicação de provas, após às 14h20min.

3.6. A prova objetiva terá início às 14h30min e término às 17h30min.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. A integra do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

Dionísio Cerqueira – SC, 23 de março de 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA HABILITAÇÃO PROCESSO Nº 331/2016

ATA DE CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 331/2016

Modalidade: Pregão Presencia Nº. 11/2016

As 14:00 horas do dia 23 de março de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 152/2015, para realizar a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e os envelopes com a documentação para a habilitação da proponente interessada em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: RENOVAÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONTADOS A PARTIR DA EFETIVAÇÃO DAS PROPOSTAS JUNTO A SEGURADORA POR UM PERÍODO DE UM ANO.

Iniciada a sessão de julgamento do certame apenas mostrou interesse em participar do certame o proponente PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

Ato contínuo, a sessão seguiu com a presença do representante da participante, analisou os documentos apresentados e por decisão unânime decidiu aceitar os preços apresentados por entender que os mesmo atendem as exigências do edital.

Feito isso a comissão passou a analisar os documentos apresentados para a habilitação da proponente detentora da proposta habilitada na fase anterior do certame. Contudo após a análise a comissão julgou habilitada a proponente classificada na fase anterior pois atende as exigências do edital.

Questionada pelo presidente sobre a intenção de interpor recursos, direito que lhe cabe, o representante da empresa classificada acenou negativamente da decisão.

Findados os trabalhos da presente sessão a presidente encerrou o certame lendo a ata que após aprovada será assinada pelo presidente, membros da comissão e demais presentes.

Flor do Sertão, aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e dezesseis.

ADRIANO PEREIRA	DIOGO DE BEM	MARIA LUCIA FREIBERGUER
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo

--	--	--

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/PMF/2016

AVISO DE ERRATA – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/PMF/2016

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Edital de Pregão Presencial Nº. 42/PMF/2016. A retificação se dá na alteração da planilha de listagem de itens, anexo VI do Edital. Como se segue:

ONDE SE LÊ:

ITEM	LISTA DE MATERIAIS PARA REDE / ILUMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
16	CABO DE ALUMINIO CAA 1/0	KG	1
17	CABO DE ALUMÍNIO CAA 2	KG	1
20	CABO FLEXÍVEL 1,5 MM 750 V.	MT	1
21	CABO FLEXÍVEL 2,5 MM 750 V.	MT	1
23	CABO QUADRUPLIX XLPE 3X25+25MM CA	MT	1
26	CABO TRIPLEX XLPE 2X16+16MM CA	MT	1
27	CABO TRIPLEX XLPE 2X25+25MM CA	MT	1
187		PÇ	5

LEIA-SE:

ITEM	LISTA DE MATERIAIS PARA REDE / ILUMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
16	CABO DE ALUMINIO CAA 1/0	KG	50
17	CABO DE ALUMÍNIO CAA 2	KG	50
20	CABO FLEXÍVEL 1,5 MM 750 V.	MT	50
21	CABO FLEXÍVEL 2,5 MM 750 V.	MT	50
23	CABO QUADRUPLIX XLPE 3X25+25MM CA	MT	50
26	CABO TRIPLEX XLPE 2X16+16MM CA	MT	50
27	CABO TRIPLEX XLPE 2X25+25MM CA	MT	50
187	POSTE D.T. 9X600 KN	PÇ	5

Sendo que as alterações supracitadas influenciam na formulação da proposta de preços, fica estabelecida nova data de abertura: 12 de abril de 2016 às 09:00 horas, conforme edital retificado.

Feita a retificação acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha, 23 de março de 2016.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/PMF/2016;

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 56/PMF/2016;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de Lubrificantes e Graxa para uso na manutenção e conservação dos veículos da frota do Município de Forquilha, no período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 11 de abril de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 23 de março de 2016.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

LEI Nº 2.181, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

LEI Nº 2.181, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

ATRIBUI AOS PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA O RATEIO DE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Os honorários advocatícios decorrentes de processos judiciais ou em acordos extrajudiciais, nos feitos em que o Município de Forquilha for parte, serão devidos aos procuradores municipais ocupantes de cargo efetivo ou temporários, ao Procurador Adjunto e ao Procurador-Geral do Município, que estejam em efetivo exercício da advocacia pela Procuradoria-Geral do Município de Forquilha.

§ 1º A verba honorária será rateada em partes iguais, mensalmente, entre os procuradores municipais.

§ 2º A parcela de honorários de sucumbência, a que tiver direito cada Procurador, poderá ser incluída na folha de pagamento.

§ 3º Os valores deverão ser creditados em conta bancária específica, sendo sua destinação exclusiva ao objeto desta lei.

Art. 2º Para efeitos desta lei, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos ou ausências, em virtude de:

I - férias;

II - casamento civil;

III - luto;

IV - participação em júri e outros serviços obrigatórios por lei;

V - doação de sangue;

VI - alistamento eleitoral.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 23 de março de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 23 de março de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.182, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

LEI Nº 2.182, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

ALTERAM DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 1.902/2013, Nº 2.118/15 E Nº 2.140/15, QUE DISPÕEM SOBRE O PPA 2014/2017, LDO DE 2016, LOA DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado a inserir no Órgão 8: Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, no Projeto 1.008 – Aquisição de Área, Construção de Sedes Esportivas/Quardras Poliesportivas/Implantação de Academias Populares o elemento de despesa 4.4.90.00.00.01.0089 – Aplicações Diretas, não incluído nas leis citadas acima.

Art. 2º Fica autorizado a inserir no Órgão 13: Fundo Municipal de Assistência Social, na Atividade 2.049 – Manutenção da

Proteção Social Básica e Especial - FEAS o elemento de despesa 4.4.90.00.00.01.0050 – Aplicações Diretas, não incluído nas leis citadas acima.

Art. 3º O valor do novo elemento de despesa que trata o Art. 1º, será suplementado pela arrecadação da receita orçamentária lançada na rubrica 2.2.2.9.00.00 – Alienação de Outros Bens Imóveis e superávit de anos anteriores.

Art. 4º O valor do novo elemento de despesa que trata o Art. 2º, será suplementado pela arrecadação da receita orçamentária lançada na rubrica 1.7.2.2.34.01.00 – Proteção Social Básica e superávit de anos anteriores.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha no montante de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 07 – Secretaria de Infraestrutura

2.032 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

126 – 4490.00.01.0089– Aplicações DiretasR\$ 100.000,00

TOTALR\$ 100.000,00

Art. 6º Para atender ao crédito de que trata o seu art. 5º, serão utilizadas como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações do orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha das seguintes contas:

Órgão 07 – Secretaria de Infraestrutura

1.012 – Aquisição de Veículos Máquinas e Equipamentos p/ Frota Municipal

139 – 4490.00.01.0089– Aplicações DiretasR\$ 100.000,00

TOTALR\$ 100.000,00

Art. 7º Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 e Lei do Orçamento Anual/2016, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 23 de março de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 23 de março de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

PUBLICAÇÃO NOTIFICAÇÃO LIMPEZA DE TERRENOS 001/2016**PUBLICAÇÃO NOTIFICAÇÃO LIMPEZA DE TERRENOS 001/2016**

A Secretária de Planejamento do Município de Forquilha-SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a Lei Complementar Nº 019 de 11 de Agosto de 2011 no Art. 45 do Código de Posturas, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido, sobre seus imóveis em situação de abandono e com mato alto, para que mantenham seus imóveis em perfeitas condições de habitabilidade e em bom estado de conservação.

CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	ENDEREÇO	VALOR	NUMERO DA NOTIFICAÇÃO
MARCIO FERREIRA DOS SANTOS	01.07.059.0242.001	Rua Jurema Piccolo	Multa 100 ufm + R\$ 0,073 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 426/2016
CLAUDIANE DOS SANTOS SILVA	01.07.060.0268.001	Rua João Rigonezi Mariani	Multa 100 ufm + R\$ 0,073 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 419/2016
DRACENA PARTICIPAÇÕES	01.03.036.1027.001	Rua Josef Eyng	Multa 100 ufm + R\$ 0,073 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 379/2016

Walter Tiscoski.
Secretario Planejamento.

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002_2016-SF

Aviso da Dispensa de Licitação nº 0002/2016 – SF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0018/2016
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, neste ato representado pelo Presidente, torna público a Dispensa de Licitação nº 0002/2016, para elaboração de projeto de recuperação de área degradada, no valor total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e será pago em 01(uma) parcela, com vigência até julho de 2016, com base no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93. Empresa contratada: F.ZARDO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob. Nº 09.379.848/0001-48.

Fraiburgo(SC), 23 de março de 2016.

Eloi Regalin

Presidente da SANEFRAI

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014_2016-SF

Aviso do Pregão Presencial nº 0014/2016– SF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: aquisição de materiais para implantação de redes de coleta de esgoto sanitário nos bairros Macieira, Liberata e Nossa Senhora Aparecida, no Município de Fraiburgo. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 07.04.2016, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento e Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 22 de março de 2016.

Eloi Regalin

Presidente da SANEFRAI

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0015_2016-SF-RP 0009

Aviso do Pregão Presencial nº 0015/2016– SF
Registro de Preços nº 0009/2016
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de horas de retroescavadeira traçada 4 X 4, de forma parcelada, para prestação de serviços diversos, para manutenção da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo- SANEFRAI, durante os meses de abril a setembro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 15:30 horas do dia 08.04.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: Até às 15:45 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. ABERTURA DO CERTAME: ÀS 15:45 Horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital:

Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 23 de março de 2016.

Eloi Regalin

Presidente da SANEFRAI

DECRETO Nº 064-2016

DECRETO Nº 064, DE 23 DE MARÇO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional suplementar para o exercício de 2016, no valor de R\$ 15.940,00 (quinze mil, novecentos e quarenta reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.2.008 – Manutenção de secretaria de Administração e Planejamento		
3.3.93.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (26)	R\$	5.940,00
11.00 – Secretaria de Ação social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0021.2.047 – Manutenção do CRAS		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0514 (237)	R\$	10.000,00
TOTAL		
	R\$	15.940,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.2.008 – Manutenção de secretaria de Administração e Planejamento		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (25)	R\$	5.940,00
11.00 – Secretaria de Ação social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0021.2.047 – Manutenção do CRAS		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0514 (234)	R\$	10.000,00
TOTAL		
	R\$	15.940,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 23 DE MARÇO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 065-2016

DECRETO Nº 065, DE 23 DE MARÇO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 – Secretaria de saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.022 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.9412 (111)	R\$	100.000,00

10.301.0014.1.016 – Aquisição de Veículos para a Secretaria de saúde		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.9411 (110)	R\$	100.000,00
Total	R\$	200.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta dos Convênios TR 000072 e TR 000073, celebrados entre o Estado de Santa Catarina por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Videira e o Município de Fraiburgo, tendo como objeto respectivamente, a Aquisição de Equipamentos para UPA 24 horas e Aquisição de uma Ambulância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 23 DE MARÇO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 066-2016

DECRETO Nº 066, DE 23 DE MARÇO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2333 de 24 de Fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2015 crédito adicional suplementar no valor de R\$

30.000,00 (tinta mil reais), nas seguintes dotações:

06.00 – Secretaria de finanças		
06.01 – Secretaria de finanças		
04.123.0004.2.011 – Manutenção da secretaria de finanças		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (278)	R\$	30.000,00
Total	R\$	30.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2015, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 23 DE MARÇO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 067-2016

DECRETO Nº 067, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Municipal nº 2299, de 01 de julho de 2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o Decreto nº 215, de 16 de outubro de 2015, que nomeou os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

[...]

IX – Representantes da Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Fraiburgo Escola Especial “ Maria Frey” - APAE:

Titular: Ediane Barros de Lima
Suplente: Gizele Bahr Buhl

[...]

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 23 DE MARÇO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT16PMF34

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT16PMF34

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: RODRIGUES & DA SILVA LTDA EPP. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS BASÁLTICAS IRREGULARES NA RUA AMÂNCIO CHELLI, NO BAIRRO ROLAND MAYER, LOTEAMENTO VILA NOVA, NESTA CIDADE, COM EXTENSÃO DE 520,38 METROS, COM FORNECIMENTO DO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL). VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 458.569,57 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E OITO MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 22.03.2016. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 22.03.2016 A 19.08.2016. PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 DIAS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO E EMISSÃO E ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇO. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0029/2016 – PMF. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 0006/2016. RECURSOS: 01.0290 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA (CONTRATO DE EMPRÉSTIMO ENTRE A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A "BADESC" E O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO N. 2015012601).

FRAIBURGO (SC), 22 DE MARÇO DE 2016.

IVO BIAZZOLO – PREFEITO DE FRAIBURGO/SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT16PMF35

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT16PMF35

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE (CAUQ), TERRAPLENAGEM, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NAS RUAS: "FRANQUETINO SONDA", "CLAUDIO BALESTRIN", "GUILHERME EITZ", "JOSÉ FANTIN" E "SEBASTIÃO SILVEIRA", TODAS SITUADAS NO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO, SENDO A ÁREA A PAVIMENTAR DAS RUAS DE 203,87M², 126,73M², 150,46M², 192,41M² E 174,55M², RESPECTIVAMENTE, TOTALIZANDO UMA METRAGEM DE 848,02M², COM FORNECIMENTO DO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL). VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 371.983,19 (TREZENTOS E SETENTA E UM MIL, NOVECIENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E DEZENOVE CENTAVOS), SENDO: RUA FRANQUETINO SONDA – R\$ 87.479,79 (OITENTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS); RUA CLAUDIO BALESTRIN – R\$ 58.112,09 (CINQUENTA E OITO MIL, CENTO E DOZE REAIS E NOVE CENTAVOS); RUA GUILHERME EITZ – R\$ 65.417,77 (SESSENTA E CINCO MIL, QUATROCENTOS E DEZESSETE REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS); RUA JOSÉ FANTIN – R\$ 83.834,91 (OITENTA E TRÊS MIL, OITOCENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS); RUA SEBASTIÃO SILVEIRA – R\$ 77.138,63 (SETENTA E SETE MIL, CENTO E TRINTA E OITO REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 23.03.2016. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 23.03.2016 A 19.10.2016. PRAZO DE EXECUÇÃO: 120 DIAS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO E EMISSÃO E ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇO. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0040/2016 – PMF. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 0009/2016. RECURSOS: 01.0290 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA (CONTRATO DE EMPRÉSTIMO ENTRE A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A "BADESC" E O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO N. 2015012601).

FRAIBURGO (SC), 23 DE MARÇO DE 2016.

IVO BIAZZOLO – PREFEITO DE FRAIBURGO/SC

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

Fone: (49) 3246-0160 – Fax: (49) 3246-1868

CNPJ: 06.017.932/0001-23

Rua Nereu Ramos, nº 1061, Centro.

EXTRATO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0006 DE 23 DE MARÇO DE 2016.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público no Município de Fraiburgo, na função pública de INSTALADOR HIDRÁULICO, para preenchimento de vagas no ano de 2016, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 30 de março a 15 de abril de 2016, das 13:30 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento de Fraiburgo, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3043.

Fraiburgo, 23 de março de 2016.

Elói Regalin

Presidente

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0642/2016

PORTARIA Nº 0642, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de JESSICA GEMO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 080.766.899-02, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 23 de março de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0643/2016

PORTARIA Nº 0643, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 34 (trinta e quatro) para 35 (trinta e cinco) horas semanais a carga horária da servidora CAROLINA APARECIDA MENECHINI CHECHI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 983.563.489-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA INGLESA, no período de 01 de abril de 2016 até 12 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0644/2016

PORTARIA Nº 0644, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 0458/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CAROLINA APARECIDA MENECHINI CHECHI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 983.563.489-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA INGLESA, com carga horária de 35 horas semanais, no período de 13 de abril de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Reduzir de 35 (trinta e cinco) para 12 (doze) horas semanais, a carga horária da servidora CAROLINA APARECIDA MENECHINI CHECHI. no período de 13 de abril de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0645/2016

PORTARIA Nº 0645, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora SINTIA LUCAS KURVER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 067.473.049-69, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, no período de 01 de abril de 2016 até 10 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0646/2016

PORTARIA Nº 0646, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015; e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0459/2016 da Secretaria de Educação Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVONILDE DE FATIMA PAGANINI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 987.267.499-04, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de abril de 2016 até 15 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0647/2016

PORTARIA Nº 0647, DE 23 DE MARÇO DE 2016.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 37 (trinta e sete) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora JOSIÉLE PADILHA DA SILVA PONTES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 009.786.789-66, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 01 de abril de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0648/2016

PORTARIA Nº 0648, DE 23 DE MARÇO DE 2016.
Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

IVO BIAZZOLO, Prefeito de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 907.133.209-82, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 2909, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT16PMF34, Processo Administrativo Licitatório nº 0029/2016, Tomada de Preços nº 0006/2016, cujo objeto é a execução dos serviços de pavimentação com pedras basálticas irregulares na Rua Amâncio Chelli, no Bairro Roland Mayer, Loteamento Vila Nova, nesta cidade, com extensão de 520,38 metros, com fornecimento do material e mão de obra, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0649/2016

PORTARIA Nº 0649, DE 23 DE MARÇO DE 2016.
Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

IVO BIAZZOLO, Prefeito de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 907.133.209-82, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 2909, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT16PMF35, Processo Administrativo Licitatório nº 0040/2016, Tomada de Preços nº 0009/2016, cujo objeto é a execução dos serviços de pavimentação asfáltica com concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ), terraplenagem, drenagem e sinalização viária nas Ruas: "Franquetino Sonda", "Claudio Balestrin", "Guilherme Eitz", "José Fantin" e "Sebastião Silveira", todas situadas no bairro São Sebastião, nesta cidade de Fraiburgo, com fornecimento do material e mão de obra, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

MIRIAN VIECELLI ZAGO**ANEXO IV****PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO TC 28**BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS**

UNIDADE CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Fraiburgo				
ORDENADOR DA DESPESA: Alzerina Sartori Dias de Andrade				
ENTIDADE BENEFICIADA		Associação Atitude e Vida		CNPJ: 07.625.350/0001-92
ENDEREÇO: 10 DE NOVEMBRO, 56			CEP: 89580-000	
RESPONSÁVEL: FIORINDO GRANDO			CPF: 436.377.109-78	
Nota de Empenho:	355	Data:	20/01/16	Valor Total: 121.000,00
Ordem de Pagamento	349	Data:	02/02/16	Valor: 11.000,00
Projeto Atividade: 2048		Manutenção do CREAS		
Item/Fonte: 3.3.50.41.99		Contribuições		
Histórico da Finalidade:				
Manutenção no atendimento á crianças portadoras de necessidades especiais com realização de vários tipos de atendimento e acompanhamento e realização de atividades pedagógicas que estimulem a criatividade e o desenvolvimento dos alunos.				

Documento		HISTÓRICO	RECEBIMENTO	PAGAMENTO
NÚMERO	DATA			
349	02/02/2016	REPASSE DA PREFEITURA	11.000,00	
850598	03/03/2016	Pago salário de Maria Ap. Matias		1.686,91
850601	03/03/2016	Pago guia INSS 02/2016		277,50
850599	03/03/2016	Pago salário a Maria Joceli H Dalazen		1.009,20
850600	04/03/2016	Pago a Equilibrio Pers. Treiner Ltda – NF 201500000000195		3.600,00
850602	07/03/2016	Pago guia FGTS 02/2016		257,24
850604	03/03/2016	Pago a Cleusa Maria Venson NF 7176		750,00
850603	07/03/2016	Pago aluguel a Itacir Del Ré (02/2015)		1.450,00
850605	04/03/2016	Pago a Marisa de L. Dos S. Mello NF 7180		1969,15
TOTAL GERAL			11.000,00	11.000,00

Local e Data: Fraiburgo(SC), 26 de Janeiro de 2016

FIORINDO GRANDO

Galvão

PREFEITURA

CONTRATOS FUNSAU 05 A 015/2016

Contrato Nº.: 05/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALVAO

Contratada...: INOVADORA SISTEMAS DE GESTAO LTDA

Valor : 10.630,00 (dez mil seiscentos e trinta reais)

Vigência : Início: 04/03/2016 Término: 30/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2016

Objeto : Contratação de empresa para fornecer licença de uso do Sistema Informatizado de Gestão da Saúde, incluindo os serviços de treinamento, implantação, conversão do banco de dados existentes, manutenção legal e corretiva durante o período contratual, suporte técnico, configuração, parametrização e customização para adaptar o sistema às necessidades do Município de Galvão, com capacitação das diretorias e Unidades assistenciais de saúde, incluindo solução de equipamentos de mobilidade, conforme edital.

Contrato Nº.: 06/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALVAO

Contratada...: CASA CIRURGICA CHAPECO

Valor : 5.472,00 (cinco mil quatrocentos e setenta e dois reais)

Vigência : Início: 14/03/2016 Término: 30/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAIS PERMANENTE (ODONTOLOGICOS, INFORMATICA, HOSPITALAR, MÓVEIS E OUTROS), A SEREM ADQUIRIDOS ATRAVÉS DA PROPOSTA Nº 11224.030000/1140-02 FIRMADO ENTRE MINISTERIO DA SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALVÃO, conforme especificações contidas nos anexos, que são partes integrantes deste ato convocatório.

Contrato Nº.: 07/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALVAO

Contratada...: ALTERMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR

Valor : 3.534,24 (três mil quinhentos e trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos)

Vigência : Início: 14/03/2016 Término: 30/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAIS PERMANENTE (ODONTOLOGICOS, INFORMATICA, HOSPITALAR, MÓVEIS E OUTROS), A SEREM ADQUIRIDOS ATRAVÉS DA PROPOSTA Nº 11224.030000/1140-02 FIRMADO ENTRE MINISTERIO DA SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALVÃO, conforme especificações contidas nos anexos, que são partes integrantes deste ato convocatório.

Contrato Nº.: 08/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALVAO

Contratada...: DENTAL OESTE LTDA

Valor : 6.997,00 (seis mil novecentos e noventa e sete reais)

Vigência : Início: 14/03/2016 Término: 30/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAIS PERMANENTE (ODONTOLOGICOS, INFORMATICA, HOSPITALAR, MÓVEIS E OUTROS), A SEREM ADQUIRIDOS ATRAVÉS DA PROPOSTA Nº 11224.030000/1140-02 FIRMADO ENTRE MINISTERIO

DA SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALVÃO, conforme especificações contidas nos anexos, que são partes integrantes deste ato convocatório.

Contrato Nº.: 09/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALVAO

Contratada...: LIMED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

Valor : 7.924,00 (sete mil novecentos e vinte e quatro reais)

Vigência : Início: 14/03/2016 Término: 30/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAIS PERMANENTE (ODONTOLOGICOS, INFORMATICA, HOSPITALAR, MÓVEIS E OUTROS), A SEREM ADQUIRIDOS ATRAVÉS DA PROPOSTA Nº 11224.030000/1140-02 FIRMADO ENTRE MINISTERIO DA SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALVÃO, conforme especificações contidas nos anexos, que são partes integrantes deste ato convocatório.

Contrato Nº.: 010/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALVAO

Contratada...: GESUL COMERCIAL LTDA ME

Valor : 6.329,00 (seis mil trezentos e vinte e nove reais)

Vigência : Início: 14/03/2016 Término: 30/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAIS PERMANENTE (ODONTOLOGICOS, INFORMATICA, HOSPITALAR, MÓVEIS E OUTROS), A SEREM ADQUIRIDOS ATRAVÉS DA PROPOSTA Nº 11224.030000/1140-02 FIRMADO ENTRE MINISTERIO DA SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALVÃO, conforme especificações contidas nos anexos, que são partes integrantes deste ato convocatório.

Contrato Nº.: 011/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALVAO

Contratada...: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME

Valor : 1.975,00 (um mil novecentos e setenta e cinco reais)

Vigência : Início: 14/03/2016 Término: 30/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAIS PERMANENTE (ODONTOLOGICOS, INFORMATICA, HOSPITALAR, MÓVEIS E OUTROS), A SEREM ADQUIRIDOS ATRAVÉS DA PROPOSTA Nº 11224.030000/1140-02 FIRMADO ENTRE MINISTERIO DA SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALVÃO, conforme especificações contidas nos anexos, que são partes integrantes deste ato convocatório.

Contrato Nº.: 012/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALVAO

Contratada...: MB CATARINENSE LTDA ME

Valor : 1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 14/03/2016 Término: 30/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAIS PERMANENTE (ODONTOLOGICOS, INFORMATICA, HOSPITALAR, MÓVEIS E OUTROS), A SEREM ADQUIRIDOS ATRAVÉS DA

PROPOSTA Nº 11224.030000/1140-02 FIRMADO ENTRE MINISTÉRIO DA SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GALVÃO, conforme especificações contidas nos anexos, que são partes integrantes deste ato convocatório.

Contrato Nº.: 013/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GALVÃO

Contratada.: ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA -ME

Valor : 16.599,00 (dezesesseis mil quinhentos e noventa e nove reais)

Vigência : Início: 14/03/2016 Término: 30/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAIS PERMANENTE (ODONTOLÓGICOS, INFORMÁTICA, HOSPITALAR, MÓVEIS E OUTROS), A SEREM ADQUIRIDOS ATRAVÉS DA PROPOSTA Nº 11224.030000/1140-02 FIRMADO ENTRE MINISTÉRIO DA SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GALVÃO, conforme especificações contidas nos anexos, que são partes integrantes deste ato convocatório.

Contrato Nº.: 014/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GALVÃO

Contratada.: ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

Valor : 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 14/03/2016 Término: 30/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAIS PERMANENTE (ODONTOLÓGICOS, INFORMÁTICA, HOSPITALAR, MÓVEIS E OUTROS), A SEREM ADQUIRIDOS ATRAVÉS DA PROPOSTA Nº 11224.030000/1140-02 FIRMADO ENTRE MINISTÉRIO DA SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GALVÃO, conforme especificações contidas nos anexos, que são partes integrantes deste ato convocatório.

Contrato Nº.: 015/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GALVÃO

Contratada.: LOGITEX BRASIL COMERCIAL LTDA - ME

Valor : 13.088,75 (treze mil e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 14/03/2016 Término: 30/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAIS PERMANENTE (ODONTOLÓGICOS, INFORMÁTICA, HOSPITALAR, MÓVEIS E OUTROS), A SEREM ADQUIRIDOS ATRAVÉS DA PROPOSTA Nº 11224.030000/1140-02 FIRMADO ENTRE MINISTÉRIO DA SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GALVÃO, conforme especificações contidas nos anexos, que são partes integrantes deste ato convocatório.

Garopaba

PREFEITURA

ATA JARF - Nº002/2016 23.03.2016

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E DEZESESSEIS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS – JARF.

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS do Município de Garopaba, sob a Presidência do Bacharel Jean Nascimento Pacheco, presentes as Senhoras Julgadoras Graziela Santos e Daniela Maria dos Santos, sendo Secretária-Geral a Senhora Emanuele Barcellos Candido, na sede da Secretaria Municipal de Fazenda, realizou-se a segunda sessão ordinária de julgamento do ano de dois mil e dezesseis. Havendo número regimental, declarou-se instalada a sessão e abertos os trabalhos. Lida e achada conforma ata da sessão anterior e havendo processo para distribuição mediante sorteio, foram distribuídos/redistribuídos os seguintes feitos, de forma alternada:

RECURSO ORDINÁRIO 10260060642015

Relator: GRAZIELA SANTOS

Recorrente: LAURA RITA GOLGO DE MENEZES (Requerente)

Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO 10260023732016

Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Recorrente: SHADOW INCORPORAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA (Requerente)

Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Não havendo mais processos para serem distribuídos/redistribuídos na sessão, passou-se a discussão dos itens constantes da pauta de julgamento:

RORReex nº 10270053462014 – Reexame Necessário

Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância.

Participantes: ESTEVÃO TOMASZEWSKI (Requerente);

Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO.

Decisão: Negado provimento ao recurso ordinário/reexame necessário, nos termos do voto do Relator, Decisão unânime.

RORReex nº 10270053442014 – Reexame Necessário

Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância.

Participantes: RENATO BARBOSA GROSS (Requerente);

Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO.

Decisão: Negado provimento ao recurso ordinário/reexame necessário, nos termos do voto do Relator, Decisão unânime.

RORReex nº 10270053492014 – Reexame Necessário

Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância.

Participantes: FERNANDA ALCALDE VIEIRA PINHEIRO (Requerente);

Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO.

Decisão: Negado provimento ao recurso ordinário/reexame necessário, nos termos do voto do Relator, Decisão unânime.

RORReex nº 10270053522014 – Reexame Necessário

Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância.

Participantes: DANIEL NASCIMENTO SANTIAGO (Requerente);

Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO.

Decisão: Provimento do recurso ordinário/reexame necessário, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

RORReex nº 10270069492013 – Reexame Necessário

Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância.

Participantes: ISRAEL & ISRAEL COM. DE PIZZA LTDA (Requerente);

Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: GRAZIELA SANTOS.

Decisão: Processo retirado de pauta mediante pedido da Relatora.

RORReex nº 10270025842015 – Reexame Necessário

Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância.

Participantes: IRIS BALDANÇA LOBO ME (Requerente);

Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: GRAZIELA SANTOS.

Decisão: Negado provimento ao recurso ordinário/reexame necessário, nos termos do voto do Relator, Decisão unânime.

RORReex nº 10270020282016 – Reexame Necessário

Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância.

Participantes: FABIANA THEODÓSIO BENTO (Requerente);

Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

Decisão: Parcialmente provido o recurso ordinário/reexame necessário, nos termos do voto do Relator, Decisão unânime.

Nadas mais havendo para tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da segunda sessão ordinária da Junta Administrativa de Recursos Fiscais do ano de dois mil e dezesseis. E para constas, eu, Emanuele Barcellos Candido, Secretária-Geral, digitei esta ata que após aprovada vai assinada pelos presentes.

AVISO DE LICITAÇÃO PE010/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 010/2016

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de troféus e medalhas para diversas atividades esportivas realizadas pela Secretaria de Turismo e Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 17h00min do dia 06/04/2016. A sessão pública será realizada a partir das 17h10min do dia 06/04/2016, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 23 de março de 2016.

Luiz Bernardo

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GAROPABAEXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2016
PMG

Ata nº. 21/2016; Processo nº.005/2016; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: BAGATOLI COMÉRCIO DE IMOVEIS LTDA ME; RLP DE ALGELI COMERCIAL ME; MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA; ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA ME; Objeto: Registro de preço para aquisição de equipamentos e eletrodomésticos de uso nas Unidades de Saúde, Policlínica Municipal e secretárias administradas pela Prefeitura e Fundo Município de Saúde de Garopaba; Data da Assinatura: 23/03/2016.

LISTA DOS INSCRITOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016LISTA DOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
N.º 001/2016
DEFERIDOS E INDEFERIDOS

CARGO: ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

LENI SANTOS DE LIMA
DEFERIDOSILVANA ROSA DE SOUZA
DEFERIDOEDNA VIGNOL DE ANDRADE
DEFERIDOVIVIANE MARIA RAULINO
DEFERIDOLUANA TEREZA SILVANO
DEFERIDOTELMA DA SILVA GONÇALVES
DEFERIDOMIRIANE DO NASCIMENTO SCHAURICH
DEFERIDOSAMARA RODRIGUES
DEFERIDO

CARGO: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

RITA NAZÁRIO VIEIRA
DEFERIDOROZIMEIA DOS SANTOS PIRES
DEFERIDOKARINA FERREIRA MARTINEZ QUERINO
DEFERIDOSHAIANE ALMEIDA DA SILVA
DEFERIDOGIOVANE GONÇALVES SANTANA
DEFERIDOPAULA SOARES
DEFERIDOLUIZ HENRIQUE BATISTA
DEFERIDOINDIARA BRAZ BORGES
DEFERIDOCAUE SANTINI DIAS WAHL
DEFERIDO

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

LEIDIANE DE SOUZA
DEFERIDOPATRICIA VIEIRA PINHEIRO
DEFERIDOLEIDIANE DE SOUZA
DEFERIDOKEROLYN KOLINCK SOUSA
DEFERIDOKEROLYN KOLINCK SOUSA HEMKEMAIER
DEFERIDOANYCLEIA GRILO
DEFERIDOCHRISTINE KELLY FIGUEIREDO DE ALENCAR
DEFERIDOMARCELA LEAL
DEFERIDO

CARGO: ODONTOLOGO

MARCELO VAZ DA SILVA
DEFERIDOFILLIPE FERREIRA
DEFERIDOELYSA PIZZATO MILIOLI
DEFERIDOGUILHERME MIRANDA SAMPAIO
DEFERIDOLEONARDO AGABIO MATTER BETTIM
DEFERIDOJANAINA SIMIANO DE SOUZA
DEFERIDOCAMILA GUIMARAES DE OLIVEIRA
DEFERIDORAFAELA MACEDO DIAS
DEFERIDOFERNANDA ESPÍNDOLA VIEIRA
DEFERIDOCAROLINA PERUZZO PEREIRA BARRERA
DEFERIDO

THAIS CRISTINA TESTA NEGRI
DEFERIDO

CARINA CARDINAL DO AMARAL VELHO HECK DE NOVAES
DEFERIDO

CRISTIAN ZANONI DALLASTRA
DEFERIDO

FRANCELINA CRISTINA GONÇALVES FREIRE
DEFERIDO

FERNANDO BERGOSSA
DEFERIDO

NATALIA GUASSELLI
DEFERIDO

LUCIANA THAIS PILS
DEFERIDO

SHELEN FERNANDES XAVIER
DEFERIDO

STEFANO SILVEIRA
DEFERIDO

FRANCINY SCMARF PATEL
DEFERIDO

DIEGO ZANELLA KOBER
DEFERIDO

CARGO: PSICOLOGO NASF

DANIELA BERNARDO JOÃO
DEFERIDO

DENISE VALDIRA DE ABREU
DEFERIDO

RICHARD JESUS ASSIMOS
DEFERIDO

CAROLINA NITSCHKE
DEFERIDO

INTI DE MESQUITA ALT
DEFERIDO

VALQUIRIA DOMINGUES DE FARIA
DEFERIDO

LUCIA RAQUEL SIEBEN DE OLIVEIRA
DEFERIDO

EVELYN FAGUNDES DA SILVEIRA
DEFERIDO

ANA LÚCIA ACORSI
DEFERIDO

JOICE ESTÁCIO JORDÃO
DEFERIDO

MICHELLI RIBEIRO
DEFERIDO

THIAGO BARCELLOS MURADAS
DEFERIDO

JULIANA CATARINA KRAS MAFFRA
DEFERIDO

MILENE RODRIGUES DA SILVA MACEDO
DEFERIDO

JÉSSICA OLIVEIRA DA SILVEIRA
DEFERIDO

ANGELA SLONGO BENETTI
DEFERIDO

FERNANDO ANGELI GOMES DOS SANTOS
DEFERIDO

FLORA CURIA GOMES
DEFERIDO

ADRIANA SOUZA GALLO
DEFERIDO

VERONICA FERREIRA KIST
DEFERIDO

CARGO: FONOAUDIOLOGO

LUCIANA BRITO VEIGA
DEFERIDO

MECHELI MACHADO
DEFERIDO

CARGO: ENFERMEIRO ESF

VANESSA MARCIA RAGIEVICZ TABACZINSKI
DEFERIDO

ANDRE LUIZ QUEVEDO DE FREITAS
DEFERIDO

RENATA DAMASIA FERNANDES
DEFERIDO

CELITA BREGUE DANIEL
DEFERIDO

ANGELA REGINA MONTEIRO
DEFERIDO

TANIA REGINA ALMEIDA DE OLIVEIRA
DEFERIDO

DANUBIA CASCAES LOPES
DEFERIDO

MARIANA CHOLET DE SOUZA
DEFERIDO

PAULA ELIAS DE SOUZA
DEFERIDO

MARIA TEREZA BERTONCINI MENDES
DEFERIDO

LIZANDRA CHANE
DEFERIDO

VALQUIRIA SANCHES PEREIRA TOLENTINO
DEFERIDO

ISMAEL PEREIRA RAMOS
DEFERIDO

VIVIAN DE OLIVEIRA BARBOSA
DEFERIDO

MARIANY FERREIRA DE JESUS LUCAS
DEFERIDO

LUDMILA ÉBIA DOS SANTOS BINICK
DEFERIDO

RAQUEL IVANI MENDONÇA
DEFERIDO

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF

JOÃO CARLOS LEMOS DE FREITAS
DEFERIDO

GIZELE APARECIDA DOS SANTOS FEIJÓ
DEFERIDO

CARGO: MÉDICO ESF

ELIANE DE CAMPO JERONIMO GEREMIAS
DEFERIDO

LUCIANO RAYMUNDO HUBER
DEFERIDO

MARGARETE MARTINS PAUSE
DEFERIDO

ANA PAULA DIAS BARBOSA
DEFERIDO

ANGELA DE JESUS ALVES DOS SANTOS
DEFERIDO

PETER MACIEL HABERLEHNER
DEFERIDO

MARIA APARECIDA BERNARDINO FERNANDES
DEFERIDO

THALES SIMOES PIRES DE ALMEIDA
DEFERIDO

LIDIA DE FÁTIMA QUINTO MARTINS
DEFERIDO

CARGO: MÉDICO CLINICO GERAL

CRISTINA MARTINS DA SILVA
DEFERIDO

CHRISTOFER MORAES BALEN
DEFERIDO

JAQUELINE RITA GONÇALVES
DEFERIDO

ANA PAULA DE ABREU BASTOS
DEFERIDO

FABIULA RODRIGUES GARCIA
DEFERIDO

MÁRCIO SCHÄFER
DEFERIDO

MARILETE VIEIRA LOPES
DEFERIDO

VANESSA DAL BÓ DE CARVALHO
DEFERIDO

VALMES ADRIANA ESTEVÃO DOS SANTOS
DEFERIDO

PEDRO HENRIQUE CAPOANI HILGERT
DEFERIDO

SILVIA DE PAULO ARAÚJO
DEFERIDO

ALINE MOARES DA ROSA
DEFERIDO

MARIA IZABEL LOPES
DEFERIDO

DANIEL RECH RODRIGUES
DEFERIDO

GISELLE DE SOUZA SILVA
DEFERIDO

CARGO: EDUCADOR FÍSICO NASF

KELEN DA ROSA RAMOS
DEFERIDO

MAIKE MANSUR MOUSSALLE
DEFERIDO

SILVELY MENDES DUARTE
DEFERIDO

MARINA SOLÉ CORREA
DEFERIDO

ANA CRISTINA ALMEIDA DA SILVA DE OLIVEIRA
DEFERIDO

LUCAS TEIXEIRA PUCHALSKI
DEFERIDO

PATRICIA VARELA VIEIRA
DEFERIDO

FERNANDO MARIANTE MINCARONE
DEFERIDO

CRISTIANE GERREIRO PATRICIO
DEFERIDO

ANDRÉ LUIZ SCHARDONG
DEFERIDO

LUISA BERTHUR ARAÚJO
DEFERIDO

JOSÉ GUSTAVO DE AZEVEDO MISURELLI
DEFERIDO

LISIANE MARQUES
DEFERIDO

DIEGO PINTO SANTOS
DEFERIDO

CARGO: FISIOTERAPEUTA NASF

JÚLIA COIMBRA NAUE
DEFERIDO

TAINÁ POLITA
DEFERIDO

GISELE GUIMARÃES RIBEIRO
DEFERIDO

ISAAC PITTIGLIANI JORGE
DEFERIDO

MARLENE SCHRAGE WACHTER
DEFERIDO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF

RITA DE CÁSSIA RAQUEL
DEFERIDO

BRUNA DOS PASSOS
DEFERIDO

SANDRA REGINA BOTZAN MARIA
DEFERIDO

IZABEL SILVA DE SOUZA
DEFERIDO

ROSICLÉIA DE SOUZA
DEFERIDO

ELIZA SOUZA DA ROSA
DEFERIDO

NATALIA RAQUEL NERI
DEFERIDO

MARIA ELENA DA SILVA FREITAS
DEFERIDO

FABIOLA CARVALHO GONÇALVES
DEFERIDO

IZABEL DE SOUZA AGUIAR
DEFERIDO

JULIANA DIAS MACHADO
DEFERIDO

ROSILENE PIRES
DEFERIDO

EDUARDO BRASIL DA COSTA
DEFERIDO

CLAUDIA FABIANA REIS DA SILVA
DEFERIDO

MARCELO DE LIMA TEIXEIRA
DEFERIDO

MANUELA ROSITA ELLWANGER MAGUETA INCONTRI
DEFERIDO

LETICIA VIANA CARDOSO
DEFERIDO

LEONARDO KEKES DOS SANTOS
DEFERIDO

AMANDA MALAQUIAS DE MELO
DEFERIDO

KARINE DE SOUZA GONÇALVES
DEFERIDO

GRAZIELA GONÇALVES COELHO DE ARAÚJO
DEFERIDO

JACKICIANE DOS SANTOS
DEFERIDO

ANA LÚCIA ESTEVÃO VIEIRA
DEFERIDO

LISIENE LIMA DA SILVIRA
DEFERIDO

ELIANE DE SOUZA NASCIMENTO
DEFERIDO

ROSILEIDE MARQUES DE OLIVEIRA
DEFERIDO

THALES EMILIO FISCHER NUNES
DEFERIDO

PATRICIA CUNHA MARIA
DEFERIDO

CLAUDENIR DA SILVA
DEFERIDO

ANDRIARA MÜLLER DA SILVA
DEFERIDO

RAQUEL PEREIRA WOLMANN
DEFERIDO

TAISA RODRIGUES DO NASCIMENTO
DEFERIDO

FLÁVIA CAROLINA SARAIVA HAMILTON ILHA
DEFERIDO

DAIAN MENDONÇA
DEFERIDO

JANE JUSSARA FONSECA PEREIRA
DEFERIDO

MARIA TEREZA LOPES
DEFERIDO

DANIELA CASSALI DE AZEVEDO
DEFERIDO

CELSO SCHMITT DA SILVA
DEFERIDO

JACIARA FIGUEIREDO FERREIRA
DEFERIDO

MIRIAM MACHADO FRANCISCO
DEFERIDO

ARIELLA DE PAULO PATRICIO
DEFERIDO

CAROLINE LOURENÇO DO NASCIMENTO
DEFERIDO

IVONEZIA DE AMORIM DE SOUZA
DEFERIDO

MARCIA MARQUES DE CAMPOS
DEFERIDO

CAMILA DE ABREU DA ROCHA
DEFERIDO

CARGO: NUTRICIONISTA NASF

ANGÉLICA DE VARGAS
DEFERIDO

MIRIAM HELMA JOCHADE BREDÁ
DEFERIDO

FRANCIELI PEREIRA RIBEIRO
DEFERIDO

FLORA SANTOS EDLER
DEFERIDO

DIANE MARINHO DE LIMA
DEFERIDO

VANESSA GIL
DEFERIDO

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO NASF

AIRON HENRIQUE
DEFERIDO

JANAINA TAIS DA ROCHA DA SILVA
DEFERIDO

CARMEN LUISA NOAL HENRIQUE
DEFERIDO

FABIANE ALEXANDRA RAMOS BOTTINI
DEFERIDO

Garopaba, 23 de março de 2016.
Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 24/03/2016, de
acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 002/2016
JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 0002/2016

De ordem do Ilustríssimo Senhor Bacharel JEAN NASCIMENTO PACHECO, Presidente da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Gov. Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem interessar possa que, no dia 30 do mês de março de 2016 (30/03/2016), às 9h, em sessão ordinária, serão julgados na Sala de Sessões, os recursos referentes aos seguintes processos:

10270020002016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: JULIANA DE SARTORI DUTRA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

10270019942016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: BAVARIA MAR HOTEL LTDA - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

10270069492013 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: ISRAEL & ISRAEL COMÉRCIO DE PIZZA LTDA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

10270025862015 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: LINDOCINA SINDOU DE OLIVEIRA COUTO (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

10270025642015 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: VANDRO CHARLES RAMOS SOARES - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

10270025792015 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: J J GOULART & CIA LTDA ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Garopaba, 23 de março de 2016.
EMANUELE BARCELLOS CANDIDO
Secretária-Geral

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 21/2016

DECRETO Nº 21 DE 22 DE MARÇO DE 2016

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1923, de 22/03/2015,

DECRETA:

Art. 1º - Abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), para a suplementação do seguinte programa:

10.003.15.451.1033.2058 Abertura/retificação de estradas urbanas	4490	01.83.00	R\$	4.000.000,00
--	------	----------	-----	--------------

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, servirão como recursos para abertura do crédito especial de que trata o presente decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 1875, de 14 de abril de 2015.

Parágrafo único - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 22/2016

DECRETO Nº 22 DE 23 DE MARÇO DE 2016

"Disciplina procedimentos a serem adotados pelo Município e pelos médicos e odontólogos servidores municipais na prescrição de medicamentos e na solicitação de exames e procedimentos de saúde e dá outras providências".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO que o art. 196, da Constituição Federal dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que o art. 197 da Constituição Federal prevê que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado;

CONSIDERANDO que o §1º, do art. 2º, da Lei nº. 8.080/1990 dispõe que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO o art. 4º, da Lei nº. 8.080/1990, o qual prevê que constitui o Sistema Único de Saúde (SUS) o conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público;

CONSIDERANDO o art. 6º, I, d, da Lei nº. 8.080/1990 que dispõe que estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

CONSIDERANDO que a lista de medicamentos elaborada pelo SUS constitui importante instrumento para aplicação e efetividade da concretização do acesso universal e igualitário à saúde, a qual deve ser respeitada pelos profissionais da saúde, salvo hipóteses justificadas por meio de laudo em que revele a sua ineficácia para o caso concreto;

CONSIDERANDO que o art. 3º, da Lei nº. 9.787/1999 prevê que as prescrições médicas e odontológicas de medicamentos, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, adotarão obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI);

CONSIDERANDO a linha "a", do art. 35, da Lei nº. 5.991/73 prevê que somente será aviada a receita que estiver escrita a tinta, em vernáculo, por extenso e de modo legível, observados a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais;

CONSIDERANDO que os profissionais de saúde - médicos e odontólogos - vinculados a este Município estão submetidos às normas que regem a Administração Pública, devendo cumpri-las, sob pena de incorrer em violação a dever funcional, após o regular devido processo legal;

DECRETA:

Art. 1º Fica os Médicos e os Odontólogos Servidores Públicos Municipais, sempre que estiverem no exercício de suas atribuições funcionais, obrigados a prescrever medicamentos, a solicitar exames e procedimentos de saúde nos termos das políticas públicas, das listas padronizadas e dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDTs) do Sistema Único de Saúde.

Parágrafo Único. Para a prescrição de medicamentos, os médicos e os odontólogos deverão ainda:

I – adotar obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI), constando o nome do princípio ativo e, quando pertinente, o nome de referência da substância;

II – emitir receita em vernáculo, por extenso e de modo legível, observados a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais; e

III – utilizar as listas padronizadas de medicamentos do SUS.

Art. 2º No caso de o médico ou o odontólogo necessitar prescrever medicamentos, materiais e/ou insumos ou solicitar procedimentos diversos dos disponíveis nas políticas públicas, nas listas padronizadas e nos PCDTs do SUS, deverá ser apresentada justificativa técnica que demonstre a inadequação, a ineficiência ou a insuficiência da prescrição de medicamento padronizado para o caso concreto.

Parágrafo Único - A justificativa técnica de que trata o caput deste artigo:

I – não eximirá o servidor público da obrigação de informar a respeito:

a) Do potencial dos serviços públicos de saúde; e

b) Da referência expressa do tratamento disponível no SUS para a patologia diagnosticada; e

II – poderá ser suprida por meio de relatoria fundamentada, observadas as informações de que trata o parágrafo único deste artigo.

Art. 3º Fica a Secretária de Saúde incumbida de expedir cópia do presente Decreto com recebimento a todos os profissionais elencados no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

LEI Nº 1923/2016

LEI Nº 1923, DE 22 DE MARÇO DE 2016

“Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional especial”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do Município de Garuva, crédito adicional especial no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), para a suplementação do seguinte programa:

10.003.15.451.1033.2058 Abertura/retificação de estradas urbanas	4490	01.83.00	R\$	4.000.000,00
--	------	----------	-----	--------------

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, servirão como recursos para abertura do crédito especial de que trata a presente Lei as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 1875, de 14 de abril de 2015.

Parágrafo único - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.867, DE 17 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 6.867, DE 17 DE MARÇO DE 2016.

ANULA E SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II e VI, da Lei Municipal nº 3.681, de 18 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 08 SECR. MUNIC. DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Função: 15 URBANISMO	
SubFunção: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras	
Atividade: 2074 Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras	
Dotação: 145 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$100.000,00

Art. 2º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na secretaria municipal de PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO:

Órgão: 09 secretaria municipal de PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Unidade: 19 secretaria municipal de PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Função: 15 URBANISMO	
SubFunção: 452 SERVIÇOS URBANOS	
Programa: 0019 Constr. Manut. Melh. Na Infra do Munic. Pela Sec. Planej. E Desenv.	
Atividade: 1115 Contratação de Projetos Técnicos	
Dotação: 206 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 31.162,75

Art. 3º Por conta da anulação do art. 2º fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na secretaria municipal de PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO:

Órgão: 09 secretaria municipal de PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Unidade: 19 secretaria municipal de PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Função: 15 URBANISMO	
SubFunção: 452 SERVIÇOS URBANOS	
Programa: 0019 Constr. Manut. Melh. Na Infra do Munic. Pela Sec. Planej. E Desenv.	
Atividade: 1115 Contratação de Projetos Técnicos	
Dotação: 205 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 31.162,75

Art. 4º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente no GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
Unidade: 27 DEFESA CIVIL	
Função: 06 SEGURANÇA PÚBLICA	
SubFunção: 182 DEFESA CIVIL	

Programa: 0004 Gestão do Gabinete e políticas Públicas

Atividade: 2202 Manutenção da Defesa Civil

Dotação: 15 3.3.90.00.00.00.00.00 R\$25.500,00

Art. 5º Por conta da anulação do art. 4º fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
Unidade: 27 DEFESA CIVIL	
Função: 06 SEGURANÇA PÚBLICA	
SubFunção: 182 DEFESA CIVIL	
Programa: 0004 Gestão do Gabinete e políticas Públicas	
Atividade: 2202 Manutenção da Defesa Civil	
Dotação: 14 3.1.90.00.00.00.00.00	R\$25.500,00

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de março de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

LEI Nº 3.688, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

LEI Nº 3.688, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA TEREZINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação, pela legítima proprietária, Carla Soraia da Silva, sem encargos, uma área de terras que faz parte de uma gleba localizada na Rua João Vieira, Bairro Santa Terezinha, matriculada sob o nº R-15-2.966, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar, a seguir descrita:

I - um terreno com área de 307,84 m² (trezentos e sete metros quadrados e oitenta e quatro décimos quadrados), ocupado pela Rua João Vieira, com a seguinte descrição perimetral: iniciando na frente, no V07, com azimuth 224º11'10", distando 43,00 metros até o V08, confrontando com o leito da Rua João Vieira, deste ponto, inicia o lado direito, seguindo com azimuth 290º45'13", ditando 6,15 metros até o V02, confrontando o leito da Rua João Vieira; deste ponto, inicia os fundos, seguindo com azimuth 45º09'45", distando 21,35 metros até o V01, e deste ponto, segue com azimuth 339º18'58", distando em linha curva de 20,59 metros (R=9,00; AC=131º05'28"; T=19,88; convexa), na curva de concordância formada entre o lado ímpar da Rua João Vieira e o lado ímpar da Rua Maria Vieira, até o V06, confrontando ambas as linhas com terras de Carla Soraia da Silva – Área 01 (Matrícula 2.966); deste ponto inicia o lado esquerdo, seguindo com azimuth 93º46'48", distando 27,22 metros até o V07, ponto de origem deste memorial, confrontando com o lado ímpar da Rua Maria Vieira, sem benfeitorias.

Art. 2º A área doada descrita no inciso I do artigo 1º desta Lei é destinada à regularização da Rua João Vieira.

Parágrafo único. A área doada descritas no inciso I do artigo 1º desta Lei deverá ser materializada através de escritura pública.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente do Município de Gaspar.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 22 de março de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
PREFEITO DE GASPAR

LEI Nº 3.689, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

LEI Nº 3.689, DE 22 DE MARÇO DE 2016.
REVOGA ITENS DA TABELA DE TAXAS DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA LEI Nº 1.330, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1991.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogados os itens 1, 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 3.4, 3.5 e 3.6, integrantes da Tabela de Taxa de Serviços Administrativos, com a indicação do fato gerador e alíquota, da Lei 1.330, de 13 de dezembro de 1991, a seguir discriminados:

“1. CERTIDÕES

- 1.1 Negativas, qualquer que seja a finalidade: 20%
- 1.2 Reconhecimentos de isenções e imunidades: 20%
- 1.3 Despachos, pareceres, informações de atos ou fatos independentes de número de linhas ou laudo...: 20%
- 1.4 Certidões de confrontações para averbação de imóveis: 20%
- 1.5 Demais certidões de qualquer natureza: 20%

3. DIVERSOS

[...]

- 3.4 Requerimento de petições de qualquer natureza: 20%
- 3.5 Atestados e declarações de qualquer espécie: 20%
- 3.6 Certidões de multas de veículos : 10%”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 22 de março de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
PREFEITO DE GASPAR

LEI Nº 3.690, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

LEI Nº 3.690, DE 22 DE MARÇO DE 2016.
AUTORIZA O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO A FIRMAR PARCELAMENTO DE DÍVIDA JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE autorizado a firmar parcelamento de débito judicial, oriundo de condenação no pagamento do adicional de insalubridade, referente à Ação Ordinária nº 025.03.004843-0, que tramita na 2ª Vara da Comarca de Gaspar, movida por Augusto Fernando da Conceição, Dário Sansão, Gilsionei Schmitt, João Carlos Campos, Laudelino Zimmermann, Márcio Pereira e Valmir Hamilton

Dos Santos.

Art. 2º Os valores dos cálculos, conforme determinado em decisão no processo judicial, foram atualizados até o dia 30/10/2015, totalizando o montante de R\$ 308.685,11 (trezentos e oito mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e onze centavos), contudo, para fins de acordo, o SAMAE pagará o valor de R\$ 277.816,60 (duzentos e setenta e sete mil, oitocentos e dezesseis reais e sessenta centavos), que serão divididos em 06 (seis) parcelas, cada qual com vencimento no dia 30 de cada mês, as quais serão depositadas em contas indicadas pelos credores, no montante cabível a cada credor, nos termos do Anexo I desta Lei.

§ 1º Fica acrescida ao valor descrito no caput deste artigo a quantia R\$ 13.890,83 (treze mil, oitocentos e noventa reais e oitenta e três centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o montante do acordo, conforme determinado na decisão judicial, referente aos honorários advocatícios sucumbenciais devidos aos patronos dos credores, que será paga em 06 (seis) parcelas, cada qual com vencimento no dia 30 de cada mês e depositadas em contas indicadas pelos advogados dos credores.

§ 2º O prazo para a quitação da primeira parcela é até o dia 30 de janeiro de 2016.

§ 3º Das parcelas a serem pagas aos credores, conforme disposto no caput deste artigo, o percentual de 20% (vinte por cento), referente aos honorários contratados com seus patronos no processo, poderá ser destinado diretamente aos respectivos advogados, em concordância com o Termo de Acordo constante no Anexo II desta Lei.

§ 4º Considerando a determinação judicial pela implementação da incorporação de 1/10 por ano de trabalho em atividade insalubre, o SAMAE irá proceder à imediata incorporação nos salários dos servidores ativos, conforme tabela constante no Anexo I desta Lei, cujo valor foi apurado até novembro/2015, sendo que anualmente o SAMAE deverá efetuar o cálculo e a incorporação do valor correspondente ao benefício.

Art. 3º Ocorrendo o pagamento e recebimento discriminado dos valores, os servidores dão por si, seus herdeiros e sucessores a qualquer título, ampla, plena, total, geral, irrevogável e irrevogável quitação, para nada mais reclamar em tempo algum, a título do pedido constante na Ação Ordinária nº 025.03.004843-0, que tramita na 2ª Vara da Comarca de Gaspar, em juízo ou fora dele, sob qualquer fundamento e alegação, de pretensos direitos ou valores oriundos do pedido objeto da referida demanda, declarando que nada mais têm a exigir do SAMAE, nem mesmo a título de honorários advocatícios.

Art. 4º O parcelamento do débito a que se refere o artigo 1º desta Lei se efetivará mediante Termo de Acordo a ser firmado entre as partes, o qual faz parte integrante desta Lei, na forma do Anexo II.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta dos recursos consignados no orçamento do SAMAE, na dotação orçamentária: 3.1.90.00.00.00.00.00 - aplicações diretas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 22 de março de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
PREFEITO DE GASPAR

LEI Nº 3.691, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

LEI Nº 3.691, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A CONCEDER REAJUSTE NO VENCIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, NOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO E NA GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À REGÊNCIA DE CLASSE.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a conceder reajuste no vencimento dos servidores públicos do Município, da autarquia e da fundação pública municipal, nos proventos e pensões dos inativos e nos subsídios dos agentes políticos, no percentual de 11,31% (onze vírgula trinta e um por cento), de forma parcelada, da seguinte forma:

I - 5% (cinco por cento), a partir de 1º de março de 2016; e

II - 6,31%, (seis vírgula trinta e um por cento), a partir de 1º de setembro de 2016.

§ 1º O índice de reposição salarial tem como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, do período compreendido entre 1º de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2016.

§ 2º A aplicação do índice disposto no inciso II deste artigo está condicionada à disponibilidade financeira e ao limite prudencial com gatos com folha de pagamento de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento), imposto pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º A gratificação de incentivo à regência de classe instituída pela Lei nº 3.414, de 23 de março de 2012, passa a vigorar da seguinte forma:

I - 6% (seis por cento), a partir de 1º de março de 2016; e

II - 7% (sete por cento), a partir de 1º de setembro de 2016.

Parágrafo único. A aplicação do índice disposto no inciso II deste artigo está condicionada à disponibilidade financeira e ao limite prudencial com gatos com folha de pagamento de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento), imposto pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria no orçamento vigente do Município de Gaspar, Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE e Fundação Municipal de Esportes, respectivamente, a partir da produção dos efeitos desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 23 de março de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
PREFEITO DE GASPAR

NORMATIVA N. 001/2016

NORMATIVA Nº. 001/2016

CARLOS ALBERTO PEIXER VINCI, Secretário de Administração e Gestão, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Fica proibida qualquer atividade comercial, tais como compra, venda, prestação de serviços, inclusive a distribuição de panfletos, folders e assemelhados, salvo os de natureza eminentemente institucional, nas repartições públicas do Município.

Art. 2º A ausência da adoção das medidas pelo representante da Administração Pública responsável pela gestão da unidade administrativa ensejará a aplicação de sanção administrativa, sem prejuízo da adoção das demais medidas legais cabíveis.

Art. 3º O disposto nesta resolução não se aplica aos eventos ou atividades institucionais, realizadas direta ou indiretamente pelos órgãos e entidades públicas municipais, ou aquelas previamente autorizadas pela administração pública, mediante ato formal próprio, tais como feiras, exposições, gincanas escolares, festas juninas, atividades esportivas e assemelhadas.

Art. 4º Esta Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de março de 2016.

Carlos Alberto Peixer Vinci

Secretário de Administração e Gestão - Interino

PORTARIA RH 10/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 10/2016

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) CANDICE DANIELE SOARES CORDEIRO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período aquisitivo de 12/04/2008 a 01/06/2013, devendo folgar a partir de 21/03/2016 a 18/06/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seu efeito para 21/03/2016.

Gaspar, 21 de março de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 11/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 11/2016

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) ALEX ANDER DA SILVA DIAS, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 03/04/2006 a 13/04/2011, devendo folgar a partir de 28/03/2016 a 25/06/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de março de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 12/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 12/2016

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) SUELI DE SOUZA MORETTO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 02/03/1998 a 16/04/2003, devendo folgar a partir de 01/04/2016 a 29/06/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de março de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 13/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 13/2016

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) GELÁSIO HAMES, ocupante do cargo efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, referente ao período aquisitivo de 05/03/2008 a 08/03/2013, devendo folgar a partir de 04/04/2016 a 02/07/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de março de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 14/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 14/2016

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) JOVINO EMIR MASSON, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 05/10/2003 a 04/10/2008, devendo folgar a partir de 01/04/2016 a 29/06/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de março de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2016

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 079/2016

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de Sêmen Bovino e Equipamentos Veterinários. ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 07/04/2016, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. ABERTURA do certame será dia 07/04/2016 às 9h30min. no local retro citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 23/03/2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DO EDITAL PREGÃO 15/2016

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO PRESENCIAL 15/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

SUSPENSÃO DO EDITAL DEVIDO AO RECEBIMENTO DE IMPUGNAÇÕES COM O INTUITO DE READEQUAR O EDITAL PARA DAR MAIOR COMPETITIVIDADE AO CERTAME.

Demais informações na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou pelo e-mail: licitacao-governadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 23 de Março de 2016.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

Grão Pará

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 2.033

LEI MUNICIPAL Nº 2.033/2016

(De 22 de março de 2016)

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E ALTERA ANEXOS DAS LEIS Nº 1.934, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (PPA), 2.023, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015, (LDO), 2.026, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015, (LOA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam modificadas, no Demonstrativo de Compatibilização da Programação dos Orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com o Plano Plurianual, com a Lei Municipal nº 2.026, de 17 de dezembro de 2015, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Grão-Pará, seus Órgãos e Entidades, para o Exercício de 2016, as ações valoradas e especificadas abaixo.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Grão-Pará até os valores abaixo relacionados:

07.00	SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO		
07.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO		
1.007	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE COMPLEXOS ESPORTIVOS		
4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	75.000,00
10.00	SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		
10.01	DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS		
1.011	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS, PONTES E BUEIROS		
4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	75.000,00
2.029	ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS		
3.3.90.00.00.00.00.00.0025	Aplicações Diretas	R\$	351.300,00

Art. 3º. Para cobertura da abertura do crédito adicional suplementar definido no artigo segundo desta Lei, ficam utilizados os seguintes recursos:

03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
03.01	DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO		
2.003	EXECUÇÃO DO PROGRAMA ADMINISTRAÇÃO GERAL		
3.3.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
04.00	SECRETARIA DE PLAN. IND. COM. E DESENVOLVIMENTO URBANO		
04.02	DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO		
2.007	INCENTIVO A INDÚSTRIA E COMÉRCIO		
3.3.90.00.00.00.00.00.0025	Aplicações Diretas	R\$	46.800,00
04.03	DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO		
1.002	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS, PASSEIOS E OBRAS DE ARTE		
4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	80.000,00
1.026	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA SECRETARIA PLAN. IND. COM. E DESENV. URBANO		
4.4.90.00.00.00.00.00.0025	Aplicações Diretas	R\$	203.000,00
07.00	SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO		
07.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO		
2.027	APOIO AO ESPORTE AMADOR		
3.3.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
08.00	SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO		
08.01	DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO		
1.014	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE REDE DE ESGOTOS		

4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
1.017	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO		
4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
10.00	SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		
10.01	DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS		
1.011	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS PONTES E BUEIROS		
4.4.90.00.00.00.00.00.0025	Aplicações Diretas	R\$	101.500,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 22 de março de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 22 de março de 2016.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL Nº 2.034

LEI MUNICIPAL Nº 2.034/2016

(De 22 de março de 2016)

“AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE PEQUENO PRÍNCIPE DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio entre o Município de Grão-Pará e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE PEQUENO PRÍNCIPE DE GRÃO-PARÁ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.781.076/0001-08, com sede na Rua Leoberto Leal, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, visando ao pagamento de despesas de custeio pela referida Entidade, conforme Plano de Aplicação a ser apresentado, anualmente, na forma da Lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 1º de março de 2016.

Grão-Pará/SC, 22 de março de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 22 de março de 2016.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 27

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Gilvane Costa Koch ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde os anos de 2014 e 2015, estando em atraso os pagamentos, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: GILVANE COSTA KOCH ME

Restos a Pagar de 2014: 1684, 1685, 1830, 1777, 1778, 1779, 1780, 1781, 1844, 1845, 1846, 1847 e 1851.

Restos a Pagar de 2015: 0151, 0152, 0153, 0154, 0236, 0237, 0568, 0619, 0817, 0818, 0685, 1207 e 1210.

Valor: R\$ 14.528,11

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de março de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

JUSTIFICATIVA QUEBRA DE CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº 15/2016

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, §3 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que (Segala & Lunelli LTDA) possui valores em haver do município de Guaraciaba/SC, em restos a pagar, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Segala & Lunelli LTDA

Empenho: 658, valor: R\$ 2.300,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Guaraciaba/SC, aos 23 de março de 2016.

ROQUE LUIZ MENEHINI

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA QUEBRA DE CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº 13/2016

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, §3 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que (Pinturas Cossul ME) possui valores em haver do município de Guaraciaba/SC, em restos a pagar, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Pinturas Cossul ME

Empenho: 484, valor: R\$ 15.198,93

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Guaraciaba/SC, aos 23 de março de 2016.

ROQUE LUIZ MENEHINI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº 14/2016

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, §3 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que (CAU) possui valores em haver do município de Guaraciaba/SC, em empenhos do exercício, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor:CAU

Empenho: 1180, valor: R\$83,58

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Guaraciaba/SC, aos 23de março de 2016.

ROQUE LUIZ MENEHINI

Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 59.16 REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS ILUMINAÇÃO PÚBLICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº59/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 69/16, Edital de Pregão Presencial Nº 59/16, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de materiais elétricos para manutenção da iluminação pública; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 07/04/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 07/04/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 24 de março de 2016.

Roque Luiz Meneghini,

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMS 03.2016

Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

Secretaria Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 03/2016

Dispõe sobre a aprovação da utilização de recursos do Coofinanciamento e do PMAQ em folha de pagamento no exercício de 2016.

O Conselho Municipal de saúde de Guaraciaba/SC, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Federal 8.080, de 19 de setembro de 1990 e Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e tendo em vista os dispostos da Lei Municipal nº 1662/2002, Regimento Interno e conforme ata 207/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a utilização de 30% (trinta por cento) dos recursos do coofinanciamento e 50% (cinquenta por cento) dos recursos do PMAQ arrecadados no exercício de dois mil e dezesseis com pagamento de folha dos profissionais da saúde (médicos, equipes de enfermagem, agentes comunitárias de saúde)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de hoje, devendo ser publicada.

Guaraciaba, 08 de março de 2016.

JOÃO FACCIN

Presidente Conselho Municipal de Saúde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1º BIMESTRE 2016

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (e - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.525.332,38	30.525.332,38	4.827.700,13	15,82	4.827.700,13	25.697.632,25
RECEITAS CORRENTES	29.675.332,38	29.675.332,38	4.243.198,46	14,30	4.243.198,46	25.432.133,92
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.673.719,58	2.673.719,58	255.581,40	9,56	255.581,40	2.418.138,18
IMPOSTOS	1.854.719,58	1.854.719,58	203.800,14	10,99	203.800,14	1.650.919,44
TAXAS	669.000,00	669.000,00	43.843,50	6,55	43.843,50	625.156,50
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	150.000,00	150.000,00	7.937,76	5,29	7.937,76	142.062,24
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	160.000,00	160.000,00	27.506,07	17,19	27.506,07	132.493,93
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	160.000,00	160.000,00	27.506,07	17,19	27.506,07	132.493,93
RECEITA PATRIMONIAL	390.000,00	390.000,00	34.697,90	8,90	34.697,90	355.302,10
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	290.000,00	290.000,00	0,00	0,00	0,00	290.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	100.000,00	100.000,00	34.697,90	34,70	34.697,90	65.302,10
RECEITA DE SERVIÇOS	584.185,00	584.185,00	32.913,38	5,63	32.913,38	551.271,62
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.592.243,52	24.592.243,52	3.817.616,04	15,52	3.817.616,04	20.774.627,48
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	24.577.243,52	24.577.243,52	3.817.616,04	15,53	3.817.616,04	20.759.627,48
TRANSF. DE CONV.	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.275.184,28	1.275.184,28	74.883,67	5,87	74.883,67	1.200.300,61
MULTAS E JUROS DE MORA	279.195,33	279.195,33	15.123,35	5,42	15.123,35	264.071,98
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	375.000,00	375.000,00	37.610,83	10,03	37.610,83	337.389,17
RECEITAS DIVERSAS	620.988,95	620.988,95	22.149,49	3,57	22.149,49	598.839,46
RECEITAS DE CAPITAL	850.000,00	850.000,00	584.501,67	68,76	584.501,67	265.498,33
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	584.501,67	0,00	584.501,67	-584.501,67
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	584.501,67	0,00	584.501,67	-584.501,67
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	30.525.332,38	30.525.332,38	4.827.700,13	15,82	4.827.700,13	25.697.632,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	30.525.332,38	30.525.332,38	4.827.700,13	15,82	4.827.700,13	15,82
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	30.525.332,38	30.525.332,38	4.827.700,13	15,82	4.827.700,13	15,82
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	955.727,98	—	—	38.693,26	—
Superávit Financeiro	—	955.727,98	—	—	38.693,26	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	30.528.832,38	32.054.418,51	9.913.984,78	9.913.984,78	22.140.433,73	3.431.843,24	3.431.843,24	28.622.575,27	3.185.613,66
DESPESAS CORRENTES	27.188.623,55	27.747.663,94	9.489.582,31	9.489.582,31	18.258.081,63	3.398.356,60	3.398.356,60	24.349.307,34	3.155.317,02
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.710.001,35	13.483.704,29	2.211.150,28	2.211.150,28	11.272.554,01	2.160.367,46	2.160.367,46	11.323.336,83	2.114.467,16
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	275.000,00	275.000,00	142.000,00	142.000,00	133.000,00	23.046,13	23.046,13	251.953,87	23.046,13
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.203.622,20	13.988.959,65	7.136.432,03	7.136.432,03	6.852.527,62	1.214.943,01	1.214.943,01	12.774.016,64	1.017.803,73
DESPESAS DE CAPITAL	3.330.208,83	4.296.754,57	424.402,47	424.402,47	3.872.352,10	33.486,64	33.486,64	4.263.267,93	30.296,64
INVESTIMENTOS	3.120.208,83	4.086.754,57	369.402,47	369.402,47	3.717.352,10	23.655,00	23.655,00	4.063.099,57	20.465,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	210.000,00	210.000,00	55.000,00	55.000,00	155.000,00	9.831,64	9.831,64	200.168,36	9.831,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	30.528.832,38	32.054.418,51	9.913.984,78	9.913.984,78	22.140.433,73	3.431.843,24	3.431.843,24	28.622.575,27	3.185.613,66
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de GUARACIABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	30.528.832,38	32.054.418,51	9.913.984,78	9.913.984,78	22.140.433,73	3.431.843,24	3.431.843,24	28.622.575,27	3.185.613,66
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.395.856,89	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	30.528.832,38	32.054.418,51	9.913.984,78	9.913.984,78	—	3.431.843,24	4.827.700,13	—	3.185.613,66

FONTE:

GUARACIABA, 11/03/2016

ROQUE LUIZ MENEZINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.528.832,38	32.054.418,51	9.913.984,78	9.913.984,78	100,00	3.431.843,24	3.431.843,24	28.622.575,27
Legislativa	1.200.000,00	1.200.000,00	154.938,59	154.938,59	1,56	108.511,50	108.511,50	1.091.488,50
Ação Legislativa	1.200.000,00	1.200.000,00	154.938,59	154.938,59	1,56	108.511,50	108.511,50	1.091.488,50
Administração	2.762.000,10	2.762.000,10	1.018.862,43	1.018.862,43	10,28	368.627,51	368.627,51	2.393.372,59
Administração Geral	2.372.000,10	2.372.000,10	964.115,94	964.115,94	9,72	313.881,02	313.881,02	2.058.119,08
Administração Financeira	180.000,00	180.000,00	22.476,71	22.476,71	0,23	22.476,71	22.476,71	157.523,29
Controle Interno	63.000,00	63.000,00	11.755,59	11.755,59	0,12	11.755,59	11.755,59	51.244,41
Administração de Receitas	147.000,00	147.000,00	20.514,19	20.514,19	0,21	20.514,19	20.514,19	126.485,81
Defesa Nacional	59.000,00	59.000,00	8.569,99	8.569,99	0,09	8.546,99	8.546,99	50.453,01
Defesa Terrestre	59.000,00	59.000,00	8.569,99	8.569,99	0,09	8.546,99	8.546,99	50.453,01
Segurança Pública	345.276,30	417.287,07	53.689,04	53.689,04	0,54	27.002,03	27.002,03	390.285,04
Policimento	58.276,30	76.567,49	6.924,66	6.924,66	0,07	3.649,66	3.649,66	72.917,83
Defesa Civil	277.000,00	330.719,58	46.764,38	46.764,38	0,47	23.352,37	23.352,37	307.367,21
Informação e Inteligência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Assistência Social	1.074.240,16	1.163.129,23	313.959,20	313.959,20	3,17	149.580,43	149.580,43	1.013.548,80
Administração Geral	285.000,00	285.000,80	72.561,94	72.561,94	0,73	45.443,93	45.443,93	239.556,87
Assistência ao Idoso	118.000,00	118.000,00	40.667,40	40.667,40	0,41	21.038,13	21.038,13	96.961,87
Assistência ao Portador de Deficiência	20.000,00	20.000,00	16.800,00	16.800,00	0,17	3.200,00	3.200,00	18.800,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	315.000,00	345.214,37	83.903,98	83.903,98	0,85	261.310,39	261.310,39	303.415,25
Assistência Comunitária	336.240,16	394.914,06	100.025,88	100.025,88	1,01	294.888,18	294.888,18	355.014,81
Previdência Social	340.000,00	340.000,00	41.312,26	41.312,26	0,42	298.687,74	298.687,74	288.687,74
Previdência do Regime Estatutário	340.000,00	340.000,00	41.312,26	41.312,26	0,42	298.687,74	298.687,74	288.687,74
Saúde	5.716.888,01	6.287.332,51	2.485.359,34	2.485.359,34	25,07	3.801.973,17	3.801.973,17	5.509.002,57
Administração Geral	362.000,00	362.000,00	110.994,55	110.994,55	1,12	251.005,45	251.005,45	321.397,35
Atenção Básica	4.657.888,01	5.092.390,04	1.986.549,21	1.986.549,21	20,04	3.105.840,83	3.105.840,83	4.432.843,85
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	697.000,00	832.942,47	387.815,58	387.815,58	3,91	445.126,89	445.126,89	754.761,37
Educação	10.660.213,34	10.715.260,82	1.650.085,44	1.650.085,44	16,64	9.065.175,38	9.065.175,38	9.940.810,50
Administração Geral	345.000,00	345.000,00	82.627,37	82.627,37	0,83	262.372,63	262.372,63	286.225,21
Ensino Fundamental	5.350.400,00	5.402.550,06	1.005.045,73	1.005.045,73	10,14	4.397.504,33	4.397.504,33	4.964.972,70
Ensino Médio	187.000,00	187.000,00	10.801,67	10.801,67	0,11	176.198,33	176.198,33	187.000,00
Ensino Profissional	115.000,00	115.000,00	84.023,65	84.023,65	0,85	30.976,35	30.976,35	108.459,34
Ensino Superior	92.000,00	92.000,00	0,00	0,00	0,00	92.000,00	92.000,00	92.000,00
Educação Infantil	4.465.813,34	4.468.710,76	449.224,01	449.224,01	4,53	255.665,71	255.665,71	4.213.045,05

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.528.832,38	32.054.418,51	9.913.984,78	9.913.984,78	22.140.433,73	3.431.843,24	3.431.843,24	28.622.575,27
	10.660.213,34	10.715.260,82	1.650.085,44	1.650.085,44	9.065.175,38	774.450,32	774.450,32	9.940.810,50
Educação	105.000,00	105.000,00	18.363,01	18.363,01	86.636,99	15.891,80	15.891,80	89.108,20
Educação de Jovens e Adultos	189.000,00	189.000,00	51.303,96	51.303,96	137.696,04	10.014,49	10.014,49	178.985,51
Cultura	189.000,00	189.000,00	51.303,96	51.303,96	137.696,04	10.014,49	10.014,49	178.985,51
Difusão Cultural	1.629.000,00	2.236.659,12	737.198,00	737.198,00	1.499.461,12	85.474,29	85.474,29	2.151.184,83
Urbanismo	817.000,00	817.000,00	449.010,84	449.010,84	367.989,16	85.325,90	85.325,90	731.674,10
Infra-Estrutura Urbana	812.000,00	1.419.659,12	288.187,16	288.187,16	1.131.471,96	148,39	148,39	1.419.510,73
Serviços Urbanos	80.000,00	183.511,87	4.143,18	4.143,18	179.368,69	4.143,18	4.143,18	179.368,69
Habituação	80.000,00	183.511,87	4.143,18	4.143,18	179.368,69	4.143,18	4.143,18	179.368,69
Habituação Urbana	139.639,58	139.639,58	47.311,68	47.311,68	92.327,90	15.160,48	15.160,48	124.479,10
Saneamento	139.639,58	139.639,58	47.311,68	47.311,68	92.327,90	15.160,48	15.160,48	124.479,10
Saneamento Básico Urbano	133.500,00	133.500,00	12.876,15	12.876,15	120.623,85	12.876,15	12.876,15	120.623,85
Gestão Ambiental	128.500,00	128.500,00	12.876,15	12.876,15	115.623,85	12.876,15	12.876,15	115.623,85
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Recursos Hídricos	1.873.636,74	1.873.636,74	1.169.581,04	1.169.581,04	704.055,70	465.251,61	465.251,61	1.408.385,13
Agricultura	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
Promoção da Produção Vegetal	488.000,00	488.000,00	234.316,14	234.316,14	253.683,86	94.373,38	94.373,38	393.626,62
Promoção da Produção Animal	1.225.636,74	1.225.636,74	895.887,14	895.887,14	329.749,60	363.096,87	363.096,87	862.539,87
Promoção da Produção Agropecuária	60.000,00	60.000,00	39.377,76	39.377,76	20.622,24	7.781,36	7.781,36	52.218,64
Defesa Agropecuária	520.000,00	520.000,00	44.784,63	44.784,63	475.215,37	166,43	166,43	519.833,57
Indústria	520.000,00	520.000,00	44.784,63	44.784,63	475.215,37	166,43	166,43	519.833,57
Promoção Industrial	130.000,00	130.000,00	20.000,00	20.000,00	110.000,00	20.000,00	20.000,00	110.000,00
Comércio e Serviços	100.000,00	100.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
Promoção Comercial	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
Turismo	285.000,00	285.009,29	279.962,29	279.962,29	5.047,00	49.456,60	49.456,60	235.552,69
Energia	285.000,00	285.009,29	279.962,29	279.962,29	5.047,00	49.456,60	49.456,60	235.552,69
Energia Elétrica	1.956.438,15	1.960.452,18	1.145.501,25	1.145.501,25	814.950,93	365.346,92	365.346,92	1.595.105,26
Transporte	1.956.438,15	1.960.452,18	1.145.501,25	1.145.501,25	814.950,93	365.346,92	365.346,92	1.595.105,26
Transporte Rodoviário	640.000,00	664.000,00	187.886,31	187.886,31	476.113,69	58.344,94	58.344,94	605.655,06
Desporto e Lazer	612.000,00	636.000,00	182.914,51	182.914,51	453.085,49	53.373,14	53.373,14	582.626,86
Desporto Comunitário	28.000,00	28.000,00	4.971,80	4.971,80	23.028,20	4.971,80	4.971,80	23.028,20
Lazer	785.000,00	785.000,00	486.660,00	486.660,00	298.340,00	89.247,17	89.247,17	695.752,83
Encargos Especiais	350.000,00	350.000,00	197.000,00	197.000,00	153.000,00	32.877,77	32.877,77	317.122,23
Serviço da Dívida Interna								

Continua 2/3

Município de GUARACIABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.528.832,38	32.054.418,51	9.913.984,78	9.913.984,78	22.140.433,73	3.431.843,24	3.431.843,24	28.622.575,27
	Encargos Especiais	785.000,00	486.660,00	486.660,00	298.340,00	89.247,17	89.247,17	696.752,83
	Outras Transferências	20.000,00	9.660,00	9.660,00	10.340,00	1.610,00	1.610,00	18.390,00
	Outros Encargos Especiais	415.000,00	280.000,00	280.000,00	135.000,00	54.759,40	54.759,40	360.240,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	30.528.832,38	32.054.418,51	9.913.984,78	9.913.984,78	22.140.433,73	3.431.843,24	3.431.843,24	28.622.575,27

FONTE:

GUARACIABA, 11/03/2016

ROQUE LUIZ MENEZINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FEVEREIRO/2015 A JANEIRO/2016

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Agô/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2016
RECEITAS CORRENTES (I)		2.154.014,41	2.085.845,46	2.233.004,86	2.336.801,45	2.267.486,85	2.480.547,15	2.107.881,52	2.182.534,98	2.183.773,16	2.186.031,58	3.239.697,52	2.340.599,82	27.798.028,76	34.470.599,49
RECEITA TRIBUTÁRIA		127.208,94	162.856,10	186.712,59	149.317,67	162.128,58	536.844,00	175.934,51	148.429,87	148.156,01	118.871,47	172.126,41	109.796,19	2.197.882,34	2.823.719,58
I.P.T.U.		0,00	0,00	0,00	543,07	26.242,23	251.470,67	27.860,42	26.199,48	8.769,00	550,98	2.333,83	0,00	347.969,68	563.000,00
I.R.R.F.		11.434,72	89.531,74	36.703,64	22.496,52	34.052,86	63.176,26	37.748,14	39.247,29	35.729,44	39.642,10	67.181,23	24.883,59	482.827,63	561.719,58
I.S.S.		59.473,75	44.775,01	74.769,23	38.986,79	61.114,33	46.100,59	67.069,75	43.388,05	57.786,67	51.394,77	53.867,23	34.242,17	632.968,34	650.000,00
I.T.B.I.		16.606,22	10.993,75	12.530,00	26.504,74	13.236,75	19.821,04	19.423,29	12.480,15	33.375,35	18.277,00	21.206,26	24.756,17	229.210,72	230.000,00
Outras Receitas Tributárias		39.694,25	26.555,60	62.209,72	60.786,55	25.482,31	156.275,44	23.832,91	25.114,90	12.495,55	9.006,62	27.537,86	25.914,26	494.905,97	819.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		10.393,70	10.904,86	11.709,89	12.361,89	12.897,87	12.598,86	12.877,69	13.098,18	13.489,62	12.994,20	13.810,40	14.369,63	151.486,79	160.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		24.036,94	31.218,67	27.555,97	46.223,12	22.249,34	25.708,05	27.327,74	17.901,35	16.710,01	-11.577,89	14.787,45	16.426,28	258.567,03	390.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		39.106,57	58.770,30	66.204,84	53.384,49	34.538,09	29.000,38	35.620,65	37.482,77	32.711,91	25.522,02	45.809,87	3.908,53	462.280,42	688.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.848.467,19	1.768.473,69	1.925.483,12	2.061.996,81	2.006.345,67	1.851.254,17	1.840.999,15	1.903.285,01	1.890.126,68	1.876.322,12	2.269.331,70	2.147.543,78	23.386.631,09	28.133.885,63
Cota-Parte do F.P.M.		815.740,81	594.147,34	641.242,44	788.549,34	686.117,85	508.048,76	594.188,55	495.387,02	593.832,53	636.611,19	732.029,81	695.628,13	7.751.533,77	12.019.247,96
Cota-Parte do L.C. M.S.		596.796,01	599.375,67	644.290,85	609.663,31	594.251,30	589.818,03	566.882,14	591.364,76	611.454,88	615.134,76	600.910,38	775.614,63	7.384.686,72	9.576.749,99
Cota-Parte do I.P.V.A.		52.987,45	81.173,90	78.989,55	92.994,98	94.323,43	105.237,42	90.940,67	94.266,06	90.675,62	60.577,06	33.186,34	42.847,80	916.070,28	950.000,00
Cota-Parte do ITR.		109,70	38,12	0,00	329,52	0,00	50,36	213,03	6.712,08	10.724,39	481,13	683,13	68,83	19.410,29	18.887,68
Outras Transferências Correntes		101.810,74	219.918,45	254.748,02	288.167,82	354.272,39	373.177,55	306.338,81	445.312,30	325.967,33	280.351,59	611.841,59	279.376,48	3.821.283,07	3.419.000,00
Transferências da LC 61/1989		8.312,56	8.154,50	8.540,53	9.634,64	9.177,01	8.453,90	8.995,33	8.969,79	10.404,23	9.479,17	9.960,10	12.194,77	111.676,53	110.000,00
Transferências da LC 87/1996		0,00	0,00	10.201,20	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.705,88	33.309,46	40.000,00
Transferências do FUNDEB		272.709,92	265.665,71	287.470,53	290.116,90	275.653,39	263.917,85	271.280,32	268.722,70	274.509,40	271.136,92	279.190,05	339.107,26	3.349.490,95	3.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		104.801,07	53.621,84	15.638,45	13.517,47	29.337,30	25.151,69	14.721,78	62.337,80	82.576,93	163.909,66	723.831,69	48.555,41	1.338.201,09	1.275.184,28
DEDUÇÕES (II)		294.789,11	256.577,70	276.652,72	300.742,24	275.283,76	242.831,55	262.734,68	239.849,76	257.930,17	264.966,55	275.659,79	305.811,82	3.245.829,85	4.645.257,11
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		294.789,11	256.577,70	276.652,72	300.742,24	275.283,76	242.831,55	262.734,68	239.849,76	257.930,17	264.966,55	275.659,79	305.811,82	3.245.829,85	4.645.257,11
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.859.225,30	1.829.267,76	1.956.352,14	2.036.059,21	1.992.213,09	2.237.715,60	1.845.146,84	1.942.685,22	1.925.842,99	1.921.065,03	2.964.037,73	2.034.788,00	24.554.198,91	29.825.332,38
FONTE:															
GUARACIABA															
, 11/03/2016															

ERONI JAMIR CASSEL
KATIA ELOISA KABLERS
CONTRADOR CROCSC.0190440-7
CONTROLE INTERNO



Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2015 A FEVEREIRO/2016

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
2.085.845,46	2.233.004,86	2.336.801,45	2.267.496,85	2.480.547,15	2.107.681,52	2.182.534,98	2.183.773,16	2.186.031,58	3.239.697,52	2.340.599,82	2.524.866,46	28.168.890,81	34.470.599,49	
RECEITAS CORRENTES (I)														
RECEITA TRIBUTÁRIA	162.856,10	186.212,59	149.317,67	162.126,58	536.844,00	175.934,51	148.429,87	148.156,01	118.871,47	109.706,19	145.785,21	2.216.458,61	2.823.719,58	
I.P.T.U.	0,00	0,00	543,07	28.242,23	251.470,67	27.860,42	39.199,46	8.760,00	550,98	0,00	0,00	347.969,68	563,000,00	
I.R.R.F.	80.531,74	36.703,64	22.496,52	34.052,96	63.176,26	37.748,14	39.247,29	35.729,44	39.642,10	24.883,59	47.949,88	529.342,79	561.719,58	
I.S.S.	44.775,01	74.769,23	38.986,79	61.114,33	46.100,59	67.086,75	43.388,05	57.786,67	51.394,77	53.842,17	51.394,33	624.878,92	650.000,00	
I.T.B.I.	10.993,75	12.530,00	26.504,74	13.236,75	19.821,04	19.423,29	12.480,15	33.375,35	18.277,00	24.756,17	20.594,00	233.188,50	230.000,00	
Outras Receitas Tributárias	26.555,60	62.209,72	60.786,55	25.482,31	156.275,44	23.832,91	25.114,90	12.495,55	9.006,62	25.914,26	25.867,00	481.078,72	819.000,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	10.904,86	11.709,89	12.361,89	12.897,87	12.598,86	12.877,69	13.998,18	13.489,62	12.994,20	14.369,63	13.136,44	154.228,53	160.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	31.218,67	27.555,97	46.223,12	22.249,34	25.708,05	27.327,74	17.901,35	16.710,01	-11.577,89	14.787,45	18.271,62	252.891,71	390.000,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	58.770,30	66.204,84	53.394,49	34.538,09	29.000,38	35.820,65	37.482,77	32.711,91	45.809,87	3.908,53	29.004,85	452.158,70	688.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.768.473,69	1.925.483,12	2.061.996,81	2.006.345,67	1.851.254,17	1.840.999,15	1.903.265,01	1.890.128,68	1.876.322,12	2.269.331,70	2.147.543,78	2.232.340,08	29.133.685,63	
Cota-Parte do F.P.M.	594.147,34	641.242,44	788.549,34	696.117,85	508.048,76	594.198,55	495.387,02	563.832,53	636.611,19	732.029,81	870.822,84	7.806.618,80	12.019.247,96	
Cota-Parte do I.C.M.S.	599.375,67	644.290,85	609.863,31	584.251,30	589.618,03	566.582,14	591.364,76	611.464,88	615.134,76	600.510,38	775.614,63	633.872,21	7.421.942,92	
Cota-Parte do I.P.V.A.	81.173,90	78.969,55	92.894,96	94.323,43	105.237,42	90.840,67	94.266,06	90.675,62	60.577,06	33.166,34	65.346,15	930.428,98	950.000,00	
Cota-Parte do ITR.	38,12	0,00	329,52	0,00	50,36	213,03	6.712,08	10.724,39	481,13	68,83	112,71	19.413,30	18.887,68	
Outras Transferências Correntes	219.918,45	254.748,02	268.167,82	354.272,39	373.177,55	306.338,81	445.312,30	325.967,33	280.351,59	611.841,59	401.537,40	4.121.009,73	3.419.000,00	
Transferências da LC 61/1989	8.154,50	8.540,53	9.634,64	9.177,01	8.453,90	8.995,33	8.969,79	10.404,23	9.479,17	9.360,10	12.104,77	9.418,07	112.782,04	
Transferências da LC 87/1996	0,00	10.201,20	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.705,88	2.705,88	36.015,36	40.000,00	
Transferências do FUNDEB	265.665,71	287.470,53	290.116,90	275.653,39	263.917,85	271.280,32	258.722,70	274.509,40	271.136,92	339.107,26	308.521,82	3.385.292,85	3.000.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	53.621,84	15.838,45	13.517,47	29.337,30	25.151,69	14.721,78	62.337,80	82.576,93	163.909,66	723.831,69	48.555,41	26.329,26	1.275.184,28	
DEDUÇÕES (II)	256.577,70	276.652,72	300.742,24	275.283,76	242.831,55	252.734,68	239.849,76	257.930,17	264.966,55	305.811,82	316.456,00	3.265.496,74	4.645.257,11	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	256.577,70	276.652,72	300.742,24	275.283,76	242.831,55	252.734,68	239.849,76	257.930,17	264.966,55	305.811,82	316.456,00	3.265.496,74	4.645.257,11	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.829.267,76	1.956.352,14	2.036.059,21	1.992.213,09	2.237.715,60	1.854.946,84	1.942.885,22	1.925.842,99	2.964.037,73	2.034.788,00	2.208.410,46	24.903.394,07	29.825.332,38	



Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECEITAS CORRENTES				
Recetta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR							
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS							
Plano Financeiro							0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras							0,00
Recursos para Formação de Reserva							0,00
Outros Aportes para o RPPS							0,00
Plano Previdenciário							0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro							0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial							0,00
Outros Aportes para o RPPS							0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS							
Valor							0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS							
			PERÍODO DE REFERÊNCIA				
			2016	2015			
Caixa			0,00	0,00			

Continua 2/4

Município de GUARACIABA - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
Bancos Conta Movimento		0,00		0,00
Investimentos		0,00		0,00
Outros Bens e Direitos		0,00		0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00		0,00	0,00
(XI) = (VIII + IX - X)				

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

GUARACIABA, 11/03/2016

ROQUE LUIZ MENEZINI PREFEITO MUNICIPAL	ERONI JAMIR CASSEL CONTADOR ORC/SC: 019044/O-7	KATIA ELOISA KAIBERS CONTROLE INTERNO
---	---	--

Município de GUARACIABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)		700.000,00	0,00		
			700.000,00		
DESPESAS					
DESPESAS DE CAPITAL					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira		4.296.754,57	424.402,47	33.486,64	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):		4.296.754,57	424.402,47	33.486,64	0,00
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)		-3.596.754,57	-424.402,47	-	-3.172.352,10

FONTE:

GUARACIABA, 11/03/2016

ROQUE LUIZ MENEZHINI PREFEITO MUNICIPAL	ERONI JAMIR CASSEL CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7	KATIA ELOISA KAIBERS CONTROLE INTERNO
--	---	--

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 29 Feb 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.148.226,20	2.148.226,20	2.138.394,56
DEDUÇÕES (II)	1.534.864,30	1.534.864,30	2.645.236,59
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.539.588,16	1.539.588,16	2.906.110,23
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	-14.287,10
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.723,86	4.723,86	246.586,54
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	613.361,90	613.361,90	-506.842,03
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.822.579,63	1.822.579,63	1.813.465,45
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.209.217,73	-1.209.217,73	-2.320.307,48

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Feb 2016 (C - A)
VALOR	-1.111.089,75	-1.111.089,75

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 29 Feb 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

GUARACIABA, 11/03/2016

ROQUE LUIZ MENEGHINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	29.575.332,38	4.208.500,56	3.941.414,65
Receita Tributária	2.673.719,58	255.581,40	242.546,45
I.P.T.U.	413.000,00	0,00	0,00
I.S.S.	650.000,00	85.626,50	110.285,07
I.T.B.I.	230.000,00	45.340,17	30.626,80
I.R.R.F.	561.719,58	72.833,47	28.443,58
Outras Receitas Tributárias	819.000,00	51.781,26	73.191,00
Receita de Contribuição	160.000,00	27.506,07	22.515,67
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	160.000,00	27.506,07	22.515,67
Receita Patrimonial Líquida	290.000,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	390.000,00	34.697,90	47.150,47
(-) Aplicações Financeiras	100.000,00	34.697,90	47.150,47
Transferências Correntes	24.592.243,52	3.817.616,04	3.355.905,03
F.P.M.	9.615.398,37	1.253.163,23	1.291.884,07
I.P.V.A	760.000,00	86.555,30	73.448,93
I.C.M.S.	7.661.399,99	1.127.589,62	1.012.892,60
Convênios	15.000,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	6.540.445,16	1.350.307,89	977.679,43
Demais Receitas Correntes	1.859.369,28	107.797,05	320.447,50
Dívida Ativa	375.000,00	37.610,83	141.428,53
Diversas Receitas Correntes	1.484.369,28	70.186,22	179.018,97
RECEITAS DE CAPITAL (II)	850.000,00	584.501,67	122.925,00
Operações de Crédito (III)	700.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	150.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	584.501,67	122.925,00
Convênios	0,00	584.501,67	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	122.925,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	584.501,67	122.925,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	29.575.332,38	4.793.002,23	4.064.339,65

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	27.747.663,94	9.489.582,31	8.171.542,58	3.398.356,60	2.948.436,34
Pessoal e Encargos Sociais	13.483.704,29	2.211.150,28	2.055.494,25	2.160.367,46	2.025.050,81
Juros e Encargos da Dívida (IX)	275.000,00	142.000,00	130.000,00	23.046,13	21.327,58
Outras Despesas Correntes	13.988.959,65	7.136.432,03	5.986.048,33	1.214.943,01	902.057,95
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	27.472.663,94	9.347.582,31	8.041.542,58	3.375.310,47	2.927.108,76
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.296.754,57	424.402,47	161.470,35	33.486,64	13.456,80
Investimentos	4.086.754,57	369.402,47	111.470,35	23.655,00	5.630,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	210.000,00	55.000,00	50.000,00	9.831,64	7.826,80
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.086.754,57	369.402,47	111.470,35	23.655,00	5.630,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	31.569.418,51	9.716.984,78	8.153.012,93	3.398.965,47	2.932.738,76

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.994.086,13	-4.923.982,55	-4.088.673,28	1.394.036,76	1.131.600,89
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

GUARACIABA , 11/03/2016

ROQUE LUIZ MENEZHINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS				R\$ 1,00	
PODER/ÓRGÃO	Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)		
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em Exercícios Anteriores				Em 31 de Dezembro de 2015								
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	4.723,86	4.366,90	-	356,96		884.604,58	293.917,14	293.917,14	-	682.114,97	682.471,93			
EXECUTIVO	0,00	4.723,86	4.366,90	0,00	356,96		884.604,58	293.917,14	293.917,14	0,00	682.114,97	682.471,93			
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	4.723,86	4.366,90	0,00	356,96		884.604,58	293.917,14	293.917,14	0,00	682.114,97	682.471,93			
ENCARGOS GERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	18.986,70	18.986,70	0,00	0,00	0,00			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	473,60	366,90	0,00	106,70		0,00	17.896,19	17.896,19	0,00	520,61	627,31			
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	391,44	0,00	0,00	391,44	391,44			
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULT, ESPORTE E JUV	0,00	4.250,26	4.000,00	0,00	250,26		0,00	15.622,53	8.006,53	0,00	7.616,00	7.866,26			
SECRETARIA MUN. DA INDÚSTRIA E COMERCIO E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		21.600,00	705,52	19.420,00	0,00	3.085,52	3.085,52			
SECRETARIA MUN. DA SAÚDE, SANEAM. E ASSIST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		578.510,21	150.000,00	150.000,00	0,00	428.510,21	428.510,21			
SECRETARIA MUNIC. TRANSPORTE OBRAS E SER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		46.934,91	0,00	30.131,13	0,00	16.803,78	16.803,78			
SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA E COMER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		18.000,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00			
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	15.443,85	6.070,00	0,00	9.373,85	9.373,85			
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1.659,90	708,59	0,00	951,31	951,31			
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		219.359,46	21.121,40	43.618,61	0,00	196.862,25	196.862,25			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	4.723,86	4.366,90	0,00	356,96		884.604,58	293.917,14	293.917,14	0,00	682.114,97	682.471,93			
FONTE:															

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.030.302,15	2.030.302,15	211.628,30	10,42
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	528.786,84	528.786,84	4.148,73	0,78
1.1.1- IPTU	563.000,00	563.000,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	23.286,84	23.286,84	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	42.500,00	42.500,00	2.814,25	6,62
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	50.000,00	50.000,00	1.334,48	2,67
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(150.000,00)	(150.000,00)	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	230.000,00	230.000,00	45.340,17	19,71
1.2.1- ITBI	230.000,00	230.000,00	45.340,17	19,71
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	709.795,73	709.795,73	89.305,93	12,58
1.3.1- ISS	650.000,00	650.000,00	85.626,50	13,17
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	3.545,73	3.545,73	234,85	6,62
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	21.250,00	21.250,00	2.016,08	9,49
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	35.000,00	35.000,00	1.428,50	4,08
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	561.719,58	561.719,58	72.833,47	12,97
1.4.1- IRRF	561.719,58	561.719,58	72.833,47	12,97
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	21.135.673,13	21.135.673,13	2.883.688,74	13,64
2.1- Cota-Parte FPM	12.019.247,96	12.019.247,96	1.566.453,97	13,03
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.019.247,96	12.019.247,96	1.566.453,97	13,03
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.140.237,49	8.140.237,49	1.198.063,80	14,72
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	40.000,00	40.000,00	5.411,76	13,53
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	110.000,00	110.000,00	21.612,84	19,65
2.5- Cota-Parte ITR	18.687,68	18.687,68	181,54	0,97
2.6- Cota-Parte IPVA	807.500,00	807.500,00	91.964,83	11,39
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	23.165.975,28	23.165.975,28	3.095.317,04	13,36

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	598.400,00	598.400,00	114.533,75	19,14
5.1- Transferências do Salário-Educação	400.000,00	400.000,00	90.730,16	22,68
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.000,00	2.000,00	3.000,00	150,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	96.400,00	96.400,00	9.802,00	10,17
5.4- Transferências Diretas - PNAE	100.000,00	100.000,00	9.926,77	9,93
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	1.074,82	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	396.185,00	396.185,00	116.658,43	29,45
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	994.585,00	994.585,00	231.192,18	23,25

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.541.442,11	4.541.442,11	622.267,82	13,70
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.403.849,59	2.403.849,59	313.290,74	13,03
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.915.350,00	1.915.350,00	281.897,22	14,72
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	1.082,34	13,53
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	22.000,00	22.000,00	4.322,58	19,65
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.242,52	2.242,52	36,29	1,62
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	190.000,00	190.000,00	21.638,65	11,39
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.000.000,00	3.000.000,00	649.736,91	21,66
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.000.000,00	3.000.000,00	647.629,08	21,59
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	2.107,83	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.541.442,11	-1.541.442,11	25.361,26	-1,65
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—
16.1 - FUNDEB 60%						—
16.2 - FUNDEB 40%						—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						0,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						100,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 *						2.799,83

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	5.791.493,82		5.791.493,82		773.829,26	13,36
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.465.813,34	4.468.710,76	449.224,01	10,05	255.665,71	5,72
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	5.453.400,00	5.463.866,60	1.023.408,74	18,73	453.469,16	8,30
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.453.400,00	5.463.866,60	1.023.408,74	18,73	453.469,16	8,30
25- ENSINO MÉDIO	187.000,00	187.000,00	10.801,67	5,78	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	92.000,00	92.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	115.000,00	115.000,00	84.023,65	73,06	6.540,66	5,69
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	10.313.213,34	10.326.577,36	1.567.458,07	15,18	715.675,53	6,93
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					25.361,26	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					2.107,83	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					=	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AC'ENSINO					=	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					27.469,09	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					681.665,78	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					22,02	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	345.000,00	386.683,46	82.627,37	21,37	58.774,79	15,20
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	345.000,00	386.683,46	82.627,37	21,37	58.774,79	15,20
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.658.213,34	10.713.260,82	1.650.085,44	15,40	774.450,32	7,23

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		2.799,83	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		647.629,08	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		466.622,21	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		466.622,21	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.107,83	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		185.914,53	0,00

GUARACIABA, 23/03/2016

ROQUE LUIZ MENEHINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 29/02/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

GUARACIABA , 11/03/2016

ROQUE LUIZ MENEHINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL						
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		150.000,00			0,00	150.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00			0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		150.000,00			0,00	150.000,00
TOTAL		150.000,00			0,00	150.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)
Despesas de Capital	246.720,06	101.524,73	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	246.720,06	101.524,73	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	246.720,06	101.524,73	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
		268.208,88		0,00

FONTE:

GUARACIABA, 11/03/2016

ROQUE LUIZ MENEZINI
PREFEITO MUNICIPALERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.837.925,81	1.837.925,81	211.032,27	11,48
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	413.000,00	413.000,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	230.000,00	230.000,00	45.340,17	19,71
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	650.000,00	650.000,00	85.626,50	13,17
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	380.000,00	380.000,00	72.833,47	19,17
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	23.675,81	23.675,81	207,13	0,87
Dívida Ativa dos Impostos	56.250,00	56.250,00	4.262,02	7,58
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	85.000,00	85.000,00	2.762,98	3,25
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	20.082.998,13	20.082.998,13	2.731.920,61	13,60
Cota-Parte FPM	12.019.247,96	12.019.247,96	1.566.453,97	13,03
Cota-Parte ITR	18.687,68	18.687,68	181,54	0,97
Cota-Parte IPVA	712.500,00	712.500,00	81.145,43	11,39
Cota-Parte ICMS	7.182.562,49	7.182.562,49	1.057.115,07	14,72
Cota-Parte IPI-Exportação	110.000,00	110.000,00	21.612,84	19,65
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	40.000,00	40.000,00	5.411,76	13,53
Desoneração ICMS (LC 87/96)	40.000,00	40.000,00	5.411,76	13,53
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	21.920.923,94	21.920.923,94	2.942.952,88	13,43

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	5.198.888,01	5.577.368,28	2.349.068,55	42,12	733.511,25	13,15
Pessoal e Encargos Sociais	2.555.888,01	2.621.557,40	556.988,16	21,25	551.988,16	21,06
Outras Despesas Correntes	2.643.000,00	2.955.810,88	1.792.080,39	60,63	181.523,09	6,14
DESPESAS DE CAPITAL	123.000,00	324.667,99	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	123.000,00	324.667,99	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	123.000,00	324.667,99	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	123.000,00	324.667,99	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.321.888,01	5.902.036,27	2.349.068,55	39,80	733.511,25	12,43
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	965.000,00	1.267.188,71	338.414,11	14,41	119.425,64	16,28
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	865.000,00	1.167.188,71	325.973,15	13,88	118.391,68	16,14
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	100.000,00	100.000,00	12.440,96	0,53	1.033,96	0,14
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	965.000,00	1.267.188,71	338.414,11	14,41	119.425,64	16,28
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	4.356.888,01	4.634.847,56	2.010.654,44	85,59	614.085,61	83,72
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						20,87
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						172.642,68

Continua 2/4

Município de GUARACIABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL					
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
0,00			0,00		0,00
0,00			0,00		0,00
TOTAL (VIII)					
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
-			-		-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	4.657.888,01	1.986.549,21	83,67	659.546,19	89,40
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	697.000,00	387.815,58	16,33	78.181,10	10,60
Outras Subfunções	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.356.888,01	2.374.364,79	100,00	737.727,29	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times \text{IIb})/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de GUARACIABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

GUARACIABA	23/03/2016		
ROQUE LUIZ MENECHINI	ERONI JAMIR CASSEL	KATIA ELOISA KAIBERS	
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7	CONTROLE INTERNO	

Município de GUARACIABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

ESPECIFICAÇÃO	RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R\$ 1,00	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

GUARACIABA, 11/03/2016

ROQUE LUIZ MENECHINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	30.525.332,38
Previsão Atualizada		—	30.525.332,38
Receitas Realizadas		4.827.700,13	4.827.700,13
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	38.693,26
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	30.528.832,38
Créditos Adicionais		—	1.525.586,13
Dotação Atualizada		—	32.054.418,51
Despesas Empenhadas		9.913.984,78	9.913.984,78
Despesas Liquidadas		3.431.843,24	3.431.843,24
Superavit Orçamentário		—	1.395.856,89
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		9.913.984,78	9.913.984,78
Despesas Liquidadas		3.431.843,24	3.431.843,24
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			24.903.384,07
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-1.111.089,75
Resultado Primário		0,00	1.394.036,76
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	976.032,11	0,00	293.917,14
EXECUTIVO	976.032,11	0,00	293.917,14
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.723,86	0,00	4.366,90
EXECUTIVO	4.723,86	0,00	4.366,90
TOTAL:	980.755,97	0,00	298.284,04
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		545.624,72	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		375.276,56	60%
Liquidadas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	700.000,00
Despesa de Capital Líquida		33.486,64	4.263.267,93

Continua 1/2

Município de GUARACIABA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)					0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)					0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)					0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	150.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	246.720,06
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Limite Constitucional Anual	
					% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde					614.085,61	15,00
Liquidadas					0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados					0,00	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)					0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GUARACIABA, 11/03/2016

ROQUE LUIZ MENEZHINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

Guaramirim

PREFEITURA

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 17/2013 FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 17/2013- FMS

Processo Licitatório nº: 09/2013 - FMS

Modalidade: Tomada de preço

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS E ASSES-
SORAMENTO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E UNIDADES DE SAÚDE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº
2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADO: Olos Tecnologia LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 85.260.354/0001-28, com endereço na Rua Tufie Mahfud, nº 210, bairro
Centro, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

- a) prorrogar o prazo de vigência do contrato em mais 12 meses;
- b) reajustar o valor do contrato no percentual de R\$ 11,07799% com base no INPC.

Data da Assinatura: 30/03/2016 Vigência 31/03/2017

GUARAMIRIM (SC), 23/03/2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

2475/2016

LEI Nº 2.475/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Carlos Foiatto, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Faço saber a Todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 5.468,18 (cinco mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e dezoito centavos), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado a inclusão do seguinte item orçamentário:

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 Departamento de Cultura e Esporte

PROJETO: 0503.10.812.0032.1.047

4.4.90.00.00.00.1.0064 – Aplicações Diretas R\$ 57,49

4.4.90.00.00.00.3.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.410,69

Soma R\$ 5.468,18

Art 4º Para a cobertura do Crédito Especial ora permitido, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes do Excesso de arrecadação dos recurso do Convênio Firmado com a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira no valor de R\$ 57,49 (cinquenta e sete reais e quarenta e nove centavos); e recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício de 2015 dos Recursos Próprios no valor de R\$ 5.410,69 (cinco mil, quatrocentos e dez reais e sessenta e nove centavos).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 23 DE MARÇO DE 2016.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Claudio Inácio Weschenfelder
Secretário Administração e Fazenda

55/2016

DECRETO Nº 55/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.475/16 de 23 de março de 2016.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 5.468,18 (cinco mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e dezoito centavos), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado a inclusão do seguinte item orçamentário:

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 Departamento de Cultura e Esporte

PROJETO: 0503.10.812.0032.1.047

4.4.90.00.00.00.1.0064 – Aplicações Diretas R\$ 57,49

4.4.90.00.00.00.3.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.410,69

Soma R\$ 5.468,18

Art 4º Para a cobertura do Crédito Especial ora permitido, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes do Excesso de arrecadação dos recurso do Convênio Firmado com a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira no valor de R\$ 57,49 (cinquenta e sete reais e quarenta e nove centavos); e recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício de 2015 dos Recursos Próprios no valor de R\$ 5.410,69 (cinco mil, quatrocentos e dez reais e sessenta e nove centavos).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 23 DE MARÇO DE 2016.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder
Secretário Administração e Fazenda

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 30 E 31

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 30/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 11/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: GENU TRI COMERCIO DE SEMEN LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de sêmen, luvas, bainha e botijão criogênico, para execução do Programa de Inseminação Artificial realizado no município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 51.064,63

VIGENCIA: 31/12/2016.

Guarujá do Sul, SC, 23 de março de 2016

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 31/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 11/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: AGROVETERINARIA PRINCEASA LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de sêmen, luvas, bainha e botijão criogênico, para execução do Programa de Inseminação Artificial realizado no município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 2.508,50

VIGENCIA: 31/12/2016.

Guarujá do Sul, SC, 23 de março de 2016

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 375/2016

PORTARIA Nº 375/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora DAIANA PELENTIR (Matr. 4292), para exercer a função de Segundo Professor de Turma de Educação Especial, Nível – 1 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, junto ao GEM Prof. Adolfo Becker, a partir de 22 de março de 2016 até que perdure o atendimento ao(s) aluno(s) que motivou o contrato, limitado ao término do ano letivo de 2016, aprovada e classificada em 1º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 376/2016

PORTARIA Nº 376/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR, a Nomenclatura do Cargo da Servidora NEUSA APARECIDA CAMPOS (Matr. 3062), do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Gestão e Administração, Nível – DAS-1, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, para o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Gestão, Administração e Patrimônio, Nível – DAS-1, 40 horas semanais, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016 de 09 de março de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 377/2016

PORTARIA Nº 377/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR, a Nomenclatura do Cargo da Servidora VERA LÚCIA RODRIGUES (Matr. 3690), do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Turismo, Nível – DAS-2, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, para o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Turismo, Comércio, Indústria e Serviços, Nível – DAS-2, 40 horas semanais, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016 de 09 de março de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 378/2016

PORTARIA Nº 378/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR, a Nomenclatura do Cargo do Servidor ANTONINHO ZACARON (Matr. 3919), do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Desenvolvimento Rural, Nível – DAS-2, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, para o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Nível – DAS-2, 40 horas semanais, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016 de 09 de março de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 379/2016

PORTARIA Nº 379/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

REVOGAR OS EFEITOS da Portaria Nº 132/2016, que Concedeu 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, à Servidora SILVANA FERREIRA SARTORI (Matr. 2675), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível – 6/2, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011.

E, CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora supracitada, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de março de 2014 e 05 de março de 2015, para serem gozadas a contar de 10 de fevereiro de 2016 a 10 de março de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 070/2016

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 070/2016

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE (SC), POR OCASIÃO DA QUINTA-FEIRA SANTA DO ANO DE 2016"

ADELAR JOSÉ PROVENCI, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Herval d'Oeste – SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos que promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica considerado PONTO FACULTATIVO na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Herval d'Oeste (SC), o dia 24 (vinte e quatro), no período integral, do mês de março de 2016, por ocasião da Quinta-Feira Santa do ano de 2016.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 22 de março de 2016.

ADELAR JOSÉ PROVENCI
Presidente

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 2909/2016

DECRETO Nº 2909, 22 DE MARÇO DE 2016.

“ACRESCE O INCISO II-A AO ART. 2º DO DECRETO Nº 2874, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE FIXA O CALENDÁRIO DOS FÉRIAS E PONTOS FACULTATIVOS DO ANO DE 2016.”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como a Lei Municipal nº 001, de 27 de janeiro de 1997,

DECRETA:

Art. 1º. O art. 2º do Decreto nº 2874, de 18 de dezembro de 2015, passa a vigorar acrescido do inciso II-A com a seguinte redação:

“Art. 2º ”

II-A – 24 de março (Quinta-Feira Santa) - Ponto Facultativo no período vespertino;”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 22 DE MARÇO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

LEI Nº 582/2016

LEI Nº 582, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

“AUTORIZA CONCEDER REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS E SUBSÍDIOS, DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DOS DETENTORES DE MANDATO ELETIVO SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Ibiam – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder revisão geral anual dos vencimentos e subsídios na forma do Inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal, a título de recuperação de perdas inflacionárias, do período de 01 de fevereiro de 2015 até 31 de janeiro de 2016, aos Servidores Públicos Municipais Ativos, Inativos e Pensionistas, aos que exercem Emprego Público, aos detentores de Mandato Eletivo do Poder Executivo e Legislativo, aos Secretários Municipais e dos Cargos Comissionados.

Art. 2º - O percentual de revisão referido no Art. 1º será de 10,77% (dez vírgula setenta e sete por cento) calculado sobre o respectivo vencimento dos servidores municipais inclusive cargos comissionados, dos subsídios dos detentores de Mandato Eletivo do Poder Executivo e Legislativo, e dos Secretários Municipais, já que adotado como índice econômico o INPC., que no período de 01 de fevereiro de 2015 até 31 de janeiro de 2016, atingiu o percentual acima mencionado.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a proceder os devidos ajustes e atualizações nos quadros de vencimentos dos servidores públicos municipais, mediante a aplicação dos dispostos na presente Lei.

Art. 4º - Os vencimentos dos Servidores Públicos Municipais inferiores ao valor do Salário Mínimo Nacional, ficam reajustados a partir do dia 01 de janeiro de 2016, passando a R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 2016, revogando as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Ibiam – SC, 23 de março de 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

PREGÃO PRESENCIAL 010/2016

MUNICÍPIO DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016

O Município de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para contratação de seguros para a frota de veículos e máquinas e caminhões, da Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Ibiam. Entrega dos envelopes: até o dia 12/04/2016 até às 13h30min. Abertura dos envelopes: 12/04/2016 às 13h45min. Tipo de Avaliação: Menor Preço por Lote. Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06, com a nova redação dada pela LC 0147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.ibiam.sc.gov.br ou Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 23 de Março de 2016.

Gilmar Fontana

Prefeito Municipal em exercício

Ilhota

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PRG 007 - 2016 PMI - REGISTRO DE PREÇO - MATERIAL DE DESGASTE

PROCESSO Nº. 46/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2016 – PMI

REGISTRO DE PREÇO

Prefeitura Municipal de Ilhota

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
-------	--------------------------------------

TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
------	------------------------------

OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMPONENTES MECÂNICOS DE DESGASTE CONTÍNUO PARA AS MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, conforme Anexo I do Edital.
--------	--

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 07/04/16 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 07/04/16 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 e Decreto nº 8.538/2015 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08h às 12h e das 13:30h às 17:30h.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 24 de março de 2016.

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 007/2016

A Prefeitura Municipal de Imaruí – SC, através do Setor de Licitação, torna publico aos interessados, que realizará no dia 07/04/2016 às 09h00min, Licitação na Modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço Global, cujo objetivo visa Contratação de empresa especializada, devidamente autorizada pela agencia nacional de telecomunicações - Anatel, para prestação de serviços de telefonia móvel pessoal - SMP em sistema pós-pago e fornecimento de 30 (trinta) acessos moveis, com aparelhos em comodato para uso da administração municipal. O Edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitação, situado na Rua José Inácio da Rocha, nº 109, Centro, Imaruí/SC, CEP: 88.770- 000, e através do site www.imarui.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br, ou através do telefone (48) 3643 0213.

Imaruí, 23 de Março de 2016.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 008/2016

A Prefeitura Municipal de Imaruí – SC, através do Setor de Licitação, torna publico aos interessados, que realizará no dia 06/04/2016 às 09h00min, Licitação na Modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço Global, cujo objetivo visa Contratação de empresa que preste serviço de assessoria a Prefeitura de Imaruí na elaboração, execução, monitoramento e prestação de contas dos programas do FNDE, destinados à Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude. O Edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitação, situado na Rua José Inácio da Rocha, nº 109, Centro, Imaruí/SC, CEP: 88.770- 000, e através do site www.imarui.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br, ou através do telefone (48) 3643 0213.

Imaruí, 23 de Março de 2016.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 016, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº. 016, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado ponto facultativo aos funcionários e servidores públicos municipais, nas Repartições Públicas do Município, em virtude das comemorações da Paixão de Cristo no período vespertino do dia 24 de março de 2016, quinta-feira.

Parágrafo único - Não será facultativo o ponto nas repartições, cujos serviços são considerados essenciais, e não podem, por sua natureza, serem suspensos, mesmo que temporariamente.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 23 de março de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMI N.º 004/2016

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Gêneros Alimentícios.

Empresa Fornecedora: Bruthan Comercial LTDA (02.625.813/0001-00).

Item	Especificação	Ref.	Qtd.	Marca	Preço UN	Preço Total
01	ÁGUA MINERAL Bombonas de 20 litros. Características técnicas: água mineral natural fluoretada, sem gás, com validade de 12 meses. Necessário o cómodo dos cascos de água no início do ano.	UN	5.000	Santa Rita	R\$ 7,00	R\$ 35.000,00
02	ÁGUA MINERAL Bombonas de 5 litros. Características técnicas: água mineral natural fluoretada, sem gás, com validade de 12 meses.	UN	1.000	Santa Rita	R\$ 3,62	R\$ 3.620,00
03	ÁGUA MINERAL Garrafa de 500 ml. Características técnicas: água mineral natural fluoretada, sem gás, com validade de 12 meses.	UN	1.000	Santa Rita	R\$ 1,31	R\$ 1.310,00

05	ABACAXI Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem bem formados, limpos, com coloração própria, livre de danos e pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	UN	3.000	In Na- tura	R\$ 3,90	R\$ 11.700,00
19	BATATA INGLESIA Características Técnicas: Escovada, Grupo I e II, Classe 2, Tipo Especial (de 45 a 85 mm de diâmetro transversal), pesando entre 100 e 200 gramas a unidade. Devem apresentar as características de variedade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: Sacos de polietileno ou polipropileno I, de acordo com a Portaria MA nº 127, de 04/10/91.	KG	3.000	In Na- tura	R\$ 2,85	R\$ 8.550,00
20	BATATA DOCE Lavada, com as características organolépticas preservadas, em bom estado de higiene e conservação.	KG	1.000	In Na- tura	R\$ 2,40	R\$ 2.400,00
23	BETERRABA Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos e fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	1.500	In Na- tura	R\$ 2,80	R\$ 4.200,00
34	CARNE SUÍNA (TIPO LOMBO) Características Técnicas: Peça de carne suína, sem osso, sem sebo, percentual de tecido adiposo máximo admitido de 10% por peça, sem cartilagens, nervos, tendões e aponeuroses.. Carne elástica, firme e com odor característico. Deve ter Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: Embalada a vácuo, em embalagem tipo crayovac, pacotes de 1 kg,	UN	3.000	JCW	R\$ 13,34	R\$ 40.020,00
37	CENOURA Características Técnicas: Tamanho médio, pesando 150 a 250g por unidade. Devem apresentar as características de variedade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: Sacos de polietileno ou polipropileno V, de acordo com a Portaria MA nº 127, de 04/10/91.	UN	3.000	In Na- tura	R\$ 3,10	R\$ 9.300,00
39	CHUCHU Classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos e fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	400	In Na- tura	R\$ 2,40	R\$ 960,00
40	BRÓCOLIS Fresco, íntegro, sem manchas, coloração e tamanhos uniformes, isento de parasitas, larvas e danos físicos e/ou mecânicos decorrentes do transporte e manuseio.	UN	2.000	In Na- tura	R\$ 1,80	R\$ 3.600,00
45	CORTES CONGELADOS DE PEITO DE FRANGO Características Técnicas: Cortes de frango (peito de frango) Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: Saco de polietileno com capacidade para 1 kg, fechado por solda térmica, devidamente rotulado de acordo com a Legislação. Data de fabricação: Máximo de 45 dias. Data de validade: Mínimo de 03 meses.	UN	7.000	Big Frango	R\$ 6,52	R\$ 45.640,00
73	LARANJA Características Técnicas: Grupo I, Classe 2 a 4 (70 a 92 mm), Tipo Especial. Devem apresentar as características de variedade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: Sacos de polietileno ou polipropileno IV, de acordo com a Portaria MA nº 127, de 04/10/91.	KG	7.000	In Na- tura	R\$ 1,81	R\$ 12.670,00
81	MAÇÃ Características Técnicas: Tamanho médio, pesando 150 a 250g por unidade. Devem apresentar as características de variedade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: Sacos de polietileno ou polipropileno V, de acordo com a Portaria MA nº 127, de 04/10/91.	KG	7.000	In Na- tura	R\$ 3,07	R\$ 21.490,00
82	MAMÃO FORMOSA Características Técnicas: de primeira qualidade, apresentado grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem: Sacos de polietileno ou polipropileno V, de acordo com a Portaria MA nº 127, de 04/10/91	KG	2.000	In Na- tura	R\$ 2,70	R\$ 5.400,00

94	MORANGO Devem apresentar as características de variedade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	BNJ	500	In Na-tura	R\$ 6,23	R\$ 3.115,00
116	RÚCULA Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos e fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	UN	300	In Na-tura	R\$ 2,17	R\$ 651,00
119	TOMATE Tamanho médio a grande. Deve apresentar características de primeira qualidade, bem formados, com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	5.000	In Na-tura	R\$ 4,17	R\$ 20.850,00

Total do Fornecedor: R\$ 230.476,00 (duzentos e trinta mil quatrocentos e setenta e seis reais).

Empresa Fornecedor: Elo Comercio e Serviços LTDA - ME (14.990.312/0001-02).

Item	Especificação	Ref.	Qtd.	Marca	Preço UN	Preço Total
25	BISCOITO DOCE ROSQUINHA Características Técnicas: Produto obtido pelo amassamento e cozimento de massa preparada com farinhas, amidos e féculas fermentadas, ou não e outras substâncias permitidas na legislação. Embalagem: Pacotes de 335g embalados individualmente com filme plástico atóxico e os pacotes embalados em polipropileno, resistente, lacrado. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Prazo de validade: Mínimo de 07 meses.	PCT	5.000	Parati	R\$ 4,90	R\$ 24.500,00
51	ERVILHA VERDE ENLATADA Embalagem de 2 kg, com as qualidades técnicas regulamentadas, com prazo de validade de 3 anos, esterilidade comercial.	UN	300	Stella D'oro	R\$ 11,48	R\$ 3.444,00
57	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL. Características Técnicas: Deverá ser fabricada a partir de grãos de trigo são e limpos, isentos de matéria terrosa. Enriquecida ou fortificada com ferro e ácido fólico. Pacotes de 1 kg. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 06 meses.	UN	2.000	Fidalga	R\$ 3,37	R\$ 6.740,00
58	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL Embalagem de 1 kg. Tipo 1. Enriquecido com ferro e ácido fólico. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 06 meses.	UN	1.000	PanFacil	R\$ 2,97	R\$ 2.970,00
85	MASSA TIPO CABELO DE ANJO Características Técnicas: Tipo longo, fino, contendo farinha de trigo especial ou sêmola de trigo com ferro e ácido fólico e ovos, massa seca. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas. Embalagem: Sacos de polietileno transparente, atóxico, com tabela de composição nutricional, pacotes de 500 g. Data de fabricação: Máximo de 30 meses. Data de validade: Mínimo de 05 meses.	UN	1.000	Orquidea	R\$ 3,60	R\$ 3.600,00
86	MASSA TIPO ESPAGUETE Características Técnicas: Tipo longo, contendo farinha de trigo especial ou sêmola de trigo com ferro e ácido fólico e ovos, massa seca. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas ou fragilidade á pressão dos dedos. Embalagem: Sacos de polietileno transparente, atóxico, com tabela de composição nutricional, pacotes de 500 g. Data de fabricação: Máximo de 30 meses. Data de validade: Mínimo de 05 meses.	UN	2.500	Ogliari	R\$ 2,19	R\$ 5.475,00
87	MASSA TIPO PARAFUSO Características Técnicas: Contendo farinha de trigo especial ou sêmola de trigo e ovos, massa seca. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas ou fragilidade á pressão dos dedos. Embalagem: Sacos de polietileno transparente, atóxico, com tabela de composição nutricional, pacotes de 500 g. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 05 meses.	UN	3.500	Ogliari	R\$ 2,20	R\$ 7.700,00
90	MILHO VERDE ENLATADO Milho amarelo, embalagem com 2 kg, com as qualidades técnicas regulamentadas, com prazo de validade de 3 anos, esterilidade comercial.	UN	300	Stela D'oro	R\$ 12,97	R\$ 3.891,00
121	VINAGRE Características técnicas: Vinagre de álcool. Embalagem: Embalagem plástica tipo PET, volume 1 litro. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 12 meses	UN	1.000	Heining	R\$ 2,50	R\$ 2.500,00

Total do Fornecedor: R\$ 60.820,00 (sessenta mil oitocentos e vinte reais).

Empresa Fornecedora: Gizele Regina da Silva - ME (13.839.796/0001-12).

Item	Especificação	Ref.	Qtd.	Marca	Preço UN	Preço Total
30	CAFÉ EM PÓ Torrado, moído. Características: puro, contendo selo de pureza abc. Embalagem com 500 g, embalado a vácuo.	UN	2.000	Jurere	R\$ 7,73	R\$ 15.460,00
52	EXTRATO DE TOMATE Características Técnicas: Extrato de tomate simples concentrado. Deve conter: Tomate, sal e sem açúcar. Peso: 500 gramas. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 12 meses.	UN	1.000	Quero	R\$ 6,19	R\$ 6.190,00
54	FARINHA LÁCTEA Deve conter: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas, minerais, sal e aromatizantes, contendo glúten. Embalagem de 400gr.	UN	400	Nestle	R\$ 6,14	R\$ 2.456,00
76	LEITE INTEGRAL - LONGA VIDA Características Técnicas: Leite integral processado em usina de beneficiamento através do sistema Ultra High Temperature (UHT) com fiscalização permanente. O produto deve conter no mínimo 3% de gordura, cor branca interior e sabor característico. Deve ter Certificado de Inspeção (Federal ou Estadual). Embalagem primária: Acondicionada em embalagem Tetra BrikAseptic de 1 litro. Caixa com 12 unidades. Deverá trazer informações gerais, data de fabricação e validade bem visíveis e claras. Data de fabricação: Máximo de 15 dias. Data de validade: Mínimo de 04 meses.	CX	1.500	Languiru	R\$ 28,99	R\$ 43.485,00
77	LEITE SEM LACTOSE Características Técnicas: Leite semidesnatado, estabilizantes (citrato de sódio, monofosfato de sódio difosfato de sódio e tripolifosfato de sódio) e enzima lactase. Deve ter Certificado de Inspeção (Federal ou Estadual). Embalagem primária: Acondicionada em embalagem Tetra BrikAseptic de 1 litro. Deverá trazer informações gerais, data de fabricação e validade bem visíveis e claras. Data de fabricação: Máximo de 15 dias. Data de validade: Mínimo de 04 meses.	UN	500	Languiru	R\$ 4,39	R\$ 2.195,00
78	LEITE EM PÓ Leite em pó integral obtido por desidratação do leite de vaca integral e apto para a alimentação humana. Deve ter boa solubilidade. Embalagem com 500g.	PCT	3.000	Aurora	R\$ 10,90	R\$ 32.700,00
92	MISTURA PARA MINGAU Características técnicas: cereal a base de arroz, trigo, aveia, cevada e milho. Pré cozido para alimentação infantil. Contém glúten e traços de leite. Embalagem: sache de 250g. Data de validade: mínimo de 30 dias	UN	500	Nutri-mental	R\$ 4,43	R\$ 2.215,00
107	PÓ P/PUDIM SABOR BAUNILHA Deve conter: Açúcar refinado, leite em pó, amido de milho, gordura vegetal hidrogenada, sal refinado, corante e aroma natural de baunilha. Embalagem: Sacos de polietileno leitoso, atóxico, resistente, ou sacos de poliéster metalizado + polietileno, resistente, pacotes de 1 kg. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 10 meses.	UN	300	Boa Safra	R\$ 10,90	R\$ 3.270,00
108	PÓ P/PUDIM SABOR CHOCOLATE Deve conter: Açúcar refinado, leite em pó, amido de milho, gordura vegetal hidrogenada, sal refinado, corante e aroma natural de chocolate. Embalagem: Sacos de polietileno leitoso, atóxico, resistente, ou sacos de poliéster metalizado + polietileno, resistente, pacotes de 1 kg. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 10 meses.	UN	100	Boa Safra	R\$ 10,90	R\$ 1.090,00
109	PÓ P/PUDIM SABOR MORANGO Deve conter: Açúcar refinado, leite em pó, amido de milho, gordura vegetal hidrogenada, sal refinado, corante e aroma natural de morango. Embalagem: Sacos de polietileno leitoso, atóxico, resistente, ou sacos de poliéster metalizado + polietileno, resistente, pacotes de 1 kg. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 10 meses.	UN	100	Boa Safra	R\$ 10,90	R\$ 1.090,00

Total do Fornecedor: R\$ 110.151,00 (cento e dez mil cento e cinquenta e um mil reais).

Empresa Fornecedora: L & M Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios (14.546.646/0001-83).

Item	Especificação	Ref.	Qtd.	Marca	Preço UN	Preço Total
13	AMIDO DE MILHO Embalagem com 1 Kg, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA	UN	100	Neilar	R\$ 6,55	R\$ 655,00
14	ARROZ BRANCO TIPO 1. Características Técnicas: Longo, fino, polido; grãos inteiros com umidade máxima de 15%. Isentos de sujidades e materiais estranhos. Embalagem primária: deve estar intacta, pacotes de 1 kg em sacos de polietileno transparente. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 06 meses.	UN	2.000	Kika	R\$ 2,22	R\$ 4.440,00

15	ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1. Características Técnicas: Parboilizado, Longo Fino - Tipo 1 Umidade máxima de 16%. Isentos de sujidades e materiais estranhos. Embalagem primária: deve estar intacta, pacotes de 1 kg em sacos de polietileno transparente. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 06 meses.	UN	2.000	Kika	R\$ 2,31	R\$ 4.620,00
16	ARROZ INTEGRAL TIPO 1 Características Técnicas: Integral, Longo Fino - Tipo 1 Umidade máxima de 16%. Isentos de sujidades e materiais estranhos. Embalagem primária: deve estar intacta, pacotes de 1 kg em sacos de polietileno transparente. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 06 meses.	UN	1.000	Fuma-cense	R\$ 2,99	R\$ 2.990,00
24	BISCOITO-DOCE SABOR LEITE. Características Técnicas: Produto obtido pelo amassamento e cozimento de massa preparada com farinhas, amidos e féculas fermentadas, ou não e outras substâncias permitidas na legislação. Embalagem: Pacotes de 200g embalados individualmente com filme plástico atóxico e os pacotes embalados em polipropileno, resistente, lacrado, totalizando 400g. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Prazo de validade: Mínimo de 07 meses.	PCT	4.000	Prodasa	R\$ 4,00	R\$ 16.000,00
26	BISCOITO INTEGRAL Características Técnicas: Produto obtido pelo amassamento e cozimento de massa preparada com farinhas, amidos e féculas fermentadas, ou não e outras substâncias permitidas na legislação. Embalagem: Pacotes de 200g embalados individualmente com filme plástico atóxico e os pacotes embalados em polipropileno, resistente, lacrado, totalizando 400g. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Prazo de validade: Mínimo de 07 meses.	PCT	4.000	Orqui-dea	R\$ 4,90	R\$ 19.600,00
43	COLORAU Características técnicas: Deve conter fubá ou farinha de mandioca com urucum em pó ou extrato oleoso de urucum adicionado ou não de sal e de óleos comestíveis. Aspecto de pó fino, cor alaranjada, odor e sabor próprios. No rótulo deve constar a denominação "colorífico". Embalagem: Saco de polietileno transparente, atóxico, resistente, lacrado, pacotes de 500 g. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 05 meses.	UN	1.000	Sinha	R\$ 5,50	R\$ 5.500,00
44	COMINHO MOÍDO Características técnicas: grão de cominho moído. Devem conter: fubá, cominho, sal refinado, óleo de soja, cúrcuma e urucum. Embalagem: plástica/polietileno. Lacrado com peso mínimo de 50 g. Data de validade: mínimo 6 meses	UN	2.000	Da Filo	R\$ 1,86	R\$ 3.720,00
47	DOCE DE FRUTA SABOR MORANGO Deve conter: Polpa de fruta, açúcar, glicose, pectina. Embalagem de polietileno resistente com tampa hermeticamente fechada com lacre de proteção. Peso líquido de 400 g. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 05 meses	UN	200	Luisal-vense	R\$ 2,40	R\$ 480,00
48	DOCE DE FRUTA SABOR BANANA Deve conter: Polpa de fruta, açúcar, glicose, pectina. Embalagem de polietileno resistente com tampa hermeticamente fechada com lacre de proteção. Peso líquido de 400 g. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 05 meses	UN	200	Luisal-vense	R\$ 2,40	R\$ 480,00
49	DOCE DE FRUTA SABOR UVA Deve conter: Polpa de fruta, açúcar, glicose, pectina. Embalagem de polietileno resistente com tampa hermeticamente fechada com lacre de proteção. Peso líquido de 400 g. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 05 meses	UN	200	Luisal-vense	R\$ 2,40	R\$ 480,00
67	GELATINA SABOR UVA Deve conter: Açúcar, gelatina comestível, sal, acidulante, corante e aroma artificial. Embalagem: Caixa de papelão contendo sacos de polietileno leitoso, atóxico, com 1 kg. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses.	UN	200	Neilar	R\$ 9,38	R\$ 1.876,00
68	GELATINA SABOR ABACAXI Deve conter: Açúcar, gelatina comestível, sal, acidulante, corante e aroma artificial. Embalagem: Caixa de papelão contendo sacos de polietileno leitoso, atóxico, com 1 kg. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses.	UN	200	Neilar	R\$ 9,38	R\$ 1.876,00
69	GELATINA SABOR LIMÃO Deve conter: Açúcar, gelatina comestível, sal, acidulante, corante e aroma artificial. Embalagem: Caixa de papelão contendo sacos de polietileno leitoso, atóxico, com 1 kg. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses.	UN	200	Neilar	R\$ 9,38	R\$ 1.876,00
84	MARGARINA Característica Técnicas: com no mínimo 65% de lipídios, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos e deverão estar isentos de ranço e de outras características indesejáveis Deve conter óleos vegetais líquidos e interesterificados, água, sal, leite em pó desnatado e/ou soro de leite em pó, vitamina A, creme vegetal de consistência cremosa e zero gordura trans. Deve ter registro no Ministério da Agricultura/ SIF/ DIPOA. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 06 meses.	UN	1.000	Coamo	R\$ 5,75	R\$ 5.750,00

117	SAL Características técnicas: Sal Refinado Iodado. Não deve apresentar sujidades e misturas inadequadas. Apresentar Registro no Ministério da Agricultura ou Saúde e laudo de análise de Laboratório Oficial. Embalagem: Sacos de polietileno transparente, atóxico, pacotes de 1kg. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 12 meses.	UN	500	Zizo	R\$ 1,18	R\$ 590,00
-----	---	----	-----	------	----------	------------

Total do Fornecedor: R\$ 157.874,00 (cento e cinquenta e sete mil oitocentos e setenta e quatro reais).

Empresa Fornecedor: Sebold Comercial Atacado de Produtos, Alimentos e Equipamentos LTDA - ME (09.196.745/0001-42).

Item	Especificação	Ref.	Qtd.	Marca	Preço UN	Preço Total
07	ACHOCOLATADO EM PÓ Características técnicas: instantâneo, enriquecido com 8 vitaminas. Devem conter açúcar cristal, cacau em pó alcalino lecitinado, sal refinado, mistura mineiro vitamínica (vitamina C, niacinamida, vitaminas B6, B2, B1, ácido fólico e B12) e aromatizante natural reforçado de baunilha. Embalagem: sacos de polietileno atóxico, leitoso, resistente, termosoldado. Embalagem de 1 kg.	PCT	2.000	Danky	R\$ 5,95	R\$ 11.900,00
17	AVEIA EM FLOCOS Características Técnicas: devem ser preparados com matérias primas sãs, limpas, isentas de matéria terrosa, de parasitos e de detritos animais ou vegetais, não podem ter mais de 15% de umidade. Embalagem primária: deve estar intacta, pacotes de 1 Kg em sacos de polietileno transparente. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 06 meses.	UN	500	Moima	R\$ 6,12	R\$ 3.060,00
22	BEBIDA LÁCTEA Devem conter: Leite integral, xarope de açúcar, soro de leite reconstituído, preparado de morango, polpa de morango, açúcar, água, corantes artificiais vermelho, mix de vitaminas A e E, estabilizante. Embalagem de 900 ml. Data de fabricação: Máximo de 15 dias. Data de validade: Mínimo de 30 dias.	UN	5.000	Veneza	R\$ 2,97	R\$ 14.850,00
27	BISCOITO POLVILHO Características Técnicas: Produto obtido pelo amassamento e cozimento de massa preparada com farinhas, amidos e féculas fermentadas, ou não e outras substâncias permitidas na legislação. Embalagem: Pacotes de 350g embalados individualmente com filme plástico atóxico e os pacotes embalados em polipropileno, resistente, lacrado. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Prazo de validade: Mínimo de 07 meses.	PCT	4.000	Pauli	R\$ 3,43	R\$ 13.720,00
28	BOLACHA SALGADA - TIPO CREAM CRACKER Características Técnicas: Produto obtido pelo amassamento e cozimento de massa preparada com farinhas, amidos e féculas fermentadas, ou não e outras substâncias permitidas na legislação. Devem conter: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, açúcar, sal, malte, soro de leite, fermento e estabilizante. Embalagem: Pacotes de 200g embalados individualmente com filme plástico atóxico e os pacotes embalados em polipropileno, resistente, lacrado, totalizando 400 gramas. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Prazo de validade: Mínimo de 07 meses.	PCT	5.000	Vitória	R\$ 4,30	R\$ 21.500,00
110	POLPA DE FRUTA CONGELADA Natural, de primeira qualidade, produzido a partir de fruta e adição de água, estando congelada. Podendo ser nos sabores: laranja, abacaxi e maracujá. Embalagem primária: deve estar intacta, pacotes de 500 gramas a 1 kg em sacos de polietileno transparente, bem vedados.	UN	4.000	Tribom	R\$ 12,65	R\$ 50.600,00
112	POLVILHO AZEDO Características Técnicas: produto amiláceo extraído da mandioca, deverá obedecer as seguintes unidades: umidade máxima 14%, acidez de 50%. Embalagem: deve estar intacta, pacotes de 1 kg em sacos de polietileno transparente. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 06 meses.	UN	100	Comvel	R\$ 5,69	R\$ 569,00
113	QUEIJO MUSSARELA Características Técnicas: Produto obtido basicamente por leite, sal e fermentos lácteos, sendo em fatias separadas por interfolhas. Embalagem: pacote a vácuo de 500 gramas, lacrado e rotulado de acordo com a legislação. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Prazo de validade: Mínimo de 03 meses.	PCT	1.000	Veneza	R\$ 11,09	R\$ 11.090,00

Total do Fornecedor: R\$ 127.289,00 (cento e vinte e sete mil duzentos e oitenta e nove reais).

Empresa Fornecedora: Super Líder Alimentos LTDA (07.605.075/0001-45).

Item	Especificação	Ref.	Qtd.	Marca	Preço UN	Preço Total
04	ABACATE Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	UN	500	Líder	R\$ 6,50	R\$ 3.250,00
10	AIPIIM Descascado de 1º qualidade. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalada de acordo com as exigências da Vigilância Sanitária.	KG	1.500	TJ	R\$ 3,10	R\$ 4.650,00
11	ALFACE Nova, de 1º qualidade, tamanho grande, limpa. Deve apresentar folhas bem definidas, bem formadas, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças.	UN	2.000	Líder	R\$ 1,70	R\$ 3.400,00
18	BANANA BRANCA Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos e fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	7.000	Líder	R\$ 2,30	R\$ 16.100,00
32	CARNE BOVINA MOÍDA CONGELADA. Características Técnicas: Acém moído, de Segunda, sem osso, limpa, sem nervos, percentual de tecido adiposo máximo admitido de 10% por peça, tendões, homogeneizada. Deve ter Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem primária: Embalada a vácuo, em embalagem tipo crayovac, pacotes de 1 Kg, peça inteira, devidamente identificadas com rótulo impresso de acordo com a Legislação vigente. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 06 meses.	UN	7.000	Zanela	R\$ 14,38	R\$ 100.660,00
33	CARNE CONGELADA DE BOVINO SEM OSSO (PALETA). Características Técnicas: Peça de carne bovina, sem osso, sem sebo, percentual de tecido adiposo máximo admitido de 10% por peça, sem cartilagens, nervos, tendões e aponevroses. Carne de cor vermelho - cereja. Elástica, firme e com odor característico. Deve ter Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: Embalada a vácuo, em embalagem tipo crayovac, pacotes de 1 kg, peça inteira, devidamente identificadas com rótulo impresso de acordo com a Legislação vigente. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 6 meses.	UN	7.000	Zanela	R\$ 16,05	R\$ 112.350,00
35	CARNE SUÍNA (EM CUBOS) Características Técnicas: Peça de carne suína cortadas em cubos, sem osso, sem sebo, percentual de tecido adiposo máximo admitido de 10% por peça, sem cartilagens, nervos, tendões e aponevroses.. Carne elástica, firme e com odor característico. Deve ter Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: Embalada a vácuo, em embalagem tipo crayovac, pacotes de 1 kg,	UN	3.000	Luchtemberg	R\$ 10,49	R\$ 31.470,00
36	CEBOLA DE CABEÇA Características Técnicas: Classe média (4), Tipo Especial (70 a 90 mm de diâmetro transversal), pesando entre 100 a 200 gramas a unidade. Devem apresentar as características de variedade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	4.000	Líder	R\$ 3,22	R\$ 12.880,00
38	CHIA Características Técnicas: Sementes de chia puras, livres de sujidades e contaminantes. Embalagem: 200 gramas. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 6 meses.	UN	500	Kanty	R\$ 11,80	R\$ 5.900,00
42	COUVE FOLHA De 1º qualidade, com folhas integras, livres de fungos; transportadas em sacos transparentes de primeiro uso.	UN	2.500	Líder	R\$ 1,60	R\$ 4.000,00
46	CORTES CONGELADOS DE COXA E SOBRECOXA DE FRANGO Características Técnicas: Cortes de frango (coxa e sobrecoxa) com osso, sem tempero. Deve ter Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: Saco de polietileno com capacidade para 1 kg, fechado por solda térmica, devidamente rotulado de acordo com a Legislação. Data de fabricação: Máximo de 45 dias. Data de validade: Mínimo de 03 meses.	KG	7.000	Serra	R\$ 6,98	R\$ 48.860,00
53	FARINHA DE ARROZ Características Técnicas: Deverá ser fabricada através da moagem de grãos polidos de arroz. Pacotes de 500gr. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 06 meses.	UN	500	Urbano	R\$ 3,55	R\$ 1.775,00

61	FERMENTO BIOLÓGICO. 100g. Características Técnicas: Seco, 100% natural. No rótulo deve constar: "Fermento Biológico Seco". Embalagem primária: Embalado em envelopes aluminizados de 100 g. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Prazo de validade: Mínimo de 10 meses.	UN	500	Fleischmann	R\$ 1,05	R\$ 525,00
63	FIBRA OU FARELO DE TRIGO Características Técnicas: película externa da parte comestível do grão de trigo. Deve estar livre de sujidade e contaminantes, acondicionada em saco plástico transparente, limpo não violado, embalados em pacotes de 500 gramas. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 6 meses.	UN	300	Jasmine	R\$ 9,80	R\$ 2.940,00
79	LIMÃO Devem apresentar as características de variedade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	2.000	Líder	R\$ 6,00	R\$ 12.000,00
80	LINHAÇA Características Técnicas: Sementes de linhaça marrom ou dourada puras, livres de sujidades e contaminantes. Embalagem: 200 g. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Data de validade: Mínimo de 6 meses.	UN	500	Kanty	R\$ 3,80	R\$ 1.900,00
93	MORANGA KABOTIÁ Devem apresentar as características de variedade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	1.000	Líder	R\$ 3,25	R\$ 3.250,00
96	ORÉGANO Características técnicas: orégano desidratado em perfeitas condições de conservação. Embalagem plástica ou de polietileno, lacrada com 20gr cada.	UN	500	L Buzzi	R\$ 1,73	R\$ 865,00
97	OVOS Características Técnicas: Ovo de galinha, vermelho, fresco, tipo grande, pesando no mínimo 55g por unidade. Deve Ter Certificado de Inspeção Estadual. Embalagem: Descartável, bandeja com capacidade para 1 dúzia, identificada com rótulo impresso conforme legislação vigente. Prazo de validade: Mínimo de 15 dias.	DZ	2.000	Zeferino	R\$ 5,00	R\$ 10.000,00
102	PEPINO Devem apresentar as características de variedade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	1.000	Líder	R\$ 2,80	R\$ 2.800,00
103	PÊRA Características Técnicas: Tamanho médio, pesando 150 a 250g por unidade. Devem apresentar as características de variedade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: Sacos de polietileno ou polipropileno V, de acordo com a Portaria MA nº 127, de 04/10/91.	KG	1.500	Líder	R\$ 7,28	R\$ 10.920,00
104	PÊRA Características Técnicas: Tamanho médio, pesando 150 a 250g por unidade. Devem apresentar as características de variedade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: Sacos de polietileno ou polipropileno V, de acordo com a Portaria MA nº 127, de 04/10/91.	KG	1.500	Líder	R\$ 5,77	R\$ 8.655,00
106	PIMENTÃO Fresco, inteiro, sem manchas, coloração definida, tamanhos uniformes, isentos de pragas, larvas, parasitas e danos físicos ou mecânicos decorrentes de transporte e manuseio. Podendo ser: verde, amarelo ou vermelho.	KG	300	Líder	R\$ 5,90	R\$ 1.770,00
118	TEMPERO VERDE Maço de tamanho grande, produção recente, pronta para consumo – Devendo ser composta de salsinha e cebolinha verde.	UN	1.800	Líder	R\$ 1,78	R\$ 3.204,00

Total do Fornecedor: R\$ 404.124,00 (quatrocentos e quatro mil cento e vinte e quatro reais).

Total Geral: R\$ 1.090.734,00 (um milhão e noventa mil setecentos e trinta e quatro reais).

Data da Assinatura: 17/02/2016 Validade da Ata: 17/02/2017

Modalidade: Pregão Presencial.

Imaruí, 23 de Março de 2016

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal de Imaruí

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMI N.º 005/2016

Objeto: Registro de Preços para locação, montagem, manutenção e desmontagem de infraestruturas para eventos.

Empresa Fornecedora: Silva & Silva Estruturas Metálicas LTDA - ME (08.380.504/0001-96).

Item	Especificação	Ref.	Qtd.	Marca	Preço UN	Preço Total
01	Pavilhão (cobertura) estruturado em alumínio ou em estrutura de ferro galvanizado treliçado tipo Q30/Q50, modulado, com tesouras estruturadas em alumínio Q50, tipo duas águas, formato 20x50 metros, pé direito montado com estrutura treliçada em 03 (três) faces de alumínio Q30, pé direito de 05 (cinco) metros, com cabos de aço 3/8 para contraventamentos e xizamentos no teto e laterais, sapatas quadradas em todos os pés, 02 (dois) cabos de aço 3/8 em cada pé direito e coberto com lonas brancas confeccionadas em tecido sintético especial para cobertura, composto de poliéster de alta densidade, coberto com PVC pigmentado em ambas as faces, tecido com aditivos químicos auto-extinguíveis, antimoho, antifungos e placa antirraios U/V. Para esse tipo de infraestrutura deverá ser apresentado ART do engenheiro responsável. Montagem e desmontagem incluídas na locação. Para efeitos de cálculo, cada unidade será considerada um módulo de tempo.	UN	03	Met. Edson	R\$ 11.204,2033	R\$ 18.880,00
02	Tendas do tipo stand medindo 4 x 4 metros em material de TS com 2,5 metros de altura e testeira com instalação elétrica e iluminação em cada stand. Piso elevado sobre tablado de madeira, chapeado com compensado de 18 mm, em MDF na cor preta, acabamento nas laterais, rodapé acompanhando o piso e cor do interior. Montagem e desmontagem incluídas na locação. Para efeitos de cálculo, cada unidade será considerada um módulo de tempo.	UN	150	Met. Edson	R\$ 107,3031	R\$ 16.095,47
03	Tenda em formato "pirâmide" ou "chapéu de bruxa" de 10 x 10 metros de medida interna, lona branca anti-chama, em estrutura metálica, com ou sem alongamento, acopladas ou individuais. Deve ser previsto a montagem das mesmas em formatos diversos (quadrado, retangular ou avulsa), com fechamento independente das disposições de montagem. Todas as lonas e estruturas metálicas deverão estar em perfeitas condições, sem falhas, remendos ou defeitos. Montagem e desmontagem incluídas na locação. Para efeitos de cálculo, cada unidade será considerada um módulo de tempo.	UN	100	Met. Edson	R\$ 481,9002	R\$ 48.190,02
04	Tenda em formato "pirâmide" ou "chapéu de bruxa" de 5 x 5 metros de medida interna, lona branca anti-chama, em estrutura metálica, com ou sem alongamento, acopladas ou individuais. Deve ser previsto a montagem das mesmas em formatos diversos (quadrado, retangular ou avulsa), com fechamento independente das disposições de montagem. Todas as lonas e estruturas metálicas deverão estar em perfeitas condições, sem falhas, remendos ou defeitos. Montagem e desmontagem incluídas na locação. Para efeitos de cálculo, cada unidade será considerada um módulo de tempo.	UN	200	Met. Edson	R\$ 220,8709	R\$ 44.174,18
05	Banheiro químico, masculinos e femininos e para portadores de deficiência especiais, com higienização e limpeza diária, com pessoal uniformizado. Esses equipamentos deverão ser construídos, instalados e manuseados consoantes às normas regulamentadoras em vigor por empresa devidamente habilitada. Montagem e desmontagem incluídas na locação. Para efeitos de cálculo, cada unidade será considerada um módulo de tempo.	UN	400	Fibrasul	R\$ 66,2613	R\$ 26.504,52
06	Cerca de proteção com altura de 1,20 metros em estrutura metálica, galvanizada, comprimento de cada cerca de 2,5 metros. Todas as estruturas metálicas deverão estar em perfeitas condições, sem falhas ou defeitos. Montagem e desmontagem incluídas na locação.	UN	3.000	Met. Edson	R\$ 18,8744	R\$ 56.623,20

Total do Fornecedor: R\$ 25.200,00 (duzentos e vinte e cinco mil e duzentos reais).

Total Geral: R\$ 25.200,00 (duzentos e vinte e cinco mil e duzentos reais).

Data da Assinatura: 07/03/2016 Validade da Ata: 07/03/2017

Modalidade: Pregão Presencial.

Imaruí, 23 de Março de 2016

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal de Imaruí

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMI N.º 006/2016

Objeto: Registro de Preços para locação de veículos.

Empresa Fornecedora: Brasil Leasing Locação e Prestação de Serviços EIRELI (17.153.227/0001-70).

Item	Especificação	Ref.	Qtd.	Marca	Preço UN	Preço Total
01	Locação de Veículo mensal, com quilometragem livre, com no máximo 02 (dois) anos de uso, em perfeitas condições de uso, com capacidade para cinco passageiros, econômico, motorização mínima de 1.0, ano/modelo: 2014/2014 ou superior, com ar condicionado, cinco portas, bicombustível (álcool e gasolina), equipado com freios ABS, airbags Transmissão manual de cinco velocidades, cor branca. O Veículo deve conter todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo código de trânsito e demais equipamentos exigidos pela legislação aplicável ao objeto.	UN	13	Volkswagen Gol 1.0	R\$ 1.870,00	R\$ 24.310,00
02	Locação de Veículo mensal, com quilometragem livre, com no máximo 02 (dois) anos de uso, em perfeitas condições de uso, com capacidade para cinco passageiros, econômico, motorização mínima de 1.0, ano/modelo: 2014/2014 ou superior, com ar condicionado, cinco portas, bicombustível (álcool e gasolina), equipado com freios ABS, airbags Transmissão manual de cinco velocidades, cor branca. O Veículo deve conter todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo código de trânsito e demais equipamentos exigidos pela legislação aplicável ao objeto.	UN	02	Volkswagen Gol 1.0	R\$ 1.870,00	R\$ 3.740,00

Total do Fornecedor: R\$ 28.050,00 (vinte e oito mil e cinquenta reais).

Empresa Fornecedora: Pedro Paulo Siqueira da Rosa Júnior - ME (08.275.379/0001-54).

Item	Especificação	Ref.	Qtd.	Marca	Preço UN	Preço Total
04	Locação de Veículo tipo pick-up mensal, com quilometragem livre, com caçamba de no mínimo 800 litros, com no máximo 02 (dois) anos de uso, com capacidade para dois passageiros em perfeitas condições de uso, mini Pick-Up, motorização mínima 1.4, ano/modelo 2014/2014 ou superior com ar condicionado, duas portas, bicombustível (álcool e gasolina), equipado com freios ABS, airbags Transmissão manual de cinco velocidades, cor branca. O Veículo deve conter todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo código de trânsito e demais equipamentos exigidos pela legislação aplicável ao objeto.	UN	02	GM	R\$ 2.880,00	R\$ 5.760,00

Total do Fornecedor: R\$ 5.760,00 (cinco mil setecentos e setenta reais).

Total Geral: R\$ 33.810,00 (trinta e três mil oitocentos e dez reais).

Data da Assinatura: 07/03/2016 Validade da Ata: 07/03/2017

Modalidade: Pregão Presencial.

Imaruí, 23 de Março de 2016

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal de Imaruí

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMI N.º 007/2016

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de segurança privada, não armada, para eventos promovidos e/ou apoiados pelo Município de Imaruí.

Empresa Fornecedora: Wolf Vigilância LTDA - ME (24.083.963/0001-64).

Item	Especificação	Ref.	Qtd.	Marca	Preço UN	Preço Total
01	Contratação de Segurança para Eventos com Carga Horária de 06 Horas/Dia	UN	670	Prestação de Serviço	R\$ 103,50	R\$ 69.345,00

Total do Fornecedor: R\$ 69.345,00 (sessenta e nove mil trezentos e quarenta e cinco reais).

Total Geral: R\$ 69.345,00 (sessenta e nove mil trezentos e quarenta e cinco reais).

Data da Assinatura: 10/03/2016 Validade da Ata: 10/03/2017

Modalidade: Pregão Presencial.

Imaruí, 23 de Março de 2016

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal de Imaruí

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 043, DE 17 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 043, DE 17 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2016, e abre Crédito Adicional Especial no exercício de 2016 para Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal proceder à alteração para inclusão da modalidade abaixo discriminada na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2016, Lei nº 4.616 de 07/10/2015:

ORGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC
UNIDADE	05.01	Secretaria Municipal de Educação – SEDUC
PROGRAMA	09	Educação de Qualidade
AÇÃO	2.008	Manutenção da Educação Infantil - Creches
MODALIDADE	4.4.90.00.00.00.00.00.3.0763	

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), no orçamento (LOA) 2016, conforme Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015, para novo item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Manutenção da Educação Infantil - Creches		
12.365.0009-2.008		
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0763 (0159)	Aplicações Diretas	90.000,00
Total		90.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos proveniente do Superavit Financeiro de Transferência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de março de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 30/2016 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 42/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 08:00 horas, do dia 06 de abril de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto

6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "aquisição de 01 (um) veículo zero km, 4(quatro) portas, ano 2015/2016, cor branca, para sorteio da campanha "compre aqui – Imbituba legal".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 24 de março de 2016.

Ivan Vítório

Secretário Municipal da fazenda

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 31/2016 (SEDUC)

PREFEITURA DE IMBITUBA

SEDUC

PROCESSO Nº 43/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2016

A Prefeitura de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através de sua Secretaria SEDUC, comunica, que realizará às 09:00 horas do dia 06 de Abril de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços do tipo menor preço por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "contratação de empresa para prestação de serviço de mão de obra para pintura geral padrão, pintura de letreiro, nas escolas e centros municipais de educação infantil de Imbituba/SC".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 24 de março de 2016.

Michela da Silva Freitas

Secretaria Municipal de Educação

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO PREGÃO Nº 29/2016 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através de seu Pregoeiro Oficial comunicam que fica SUSPENSO o Processo Licitatório 41/2016 – Pregão Presencial 29/2016 para revisão do edital.

Imbituba, 24 de Março de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE REVOGAÇÃO PROCESSO Nº 11/2016 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Revogação

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica revogado o Processo Licitatório nº 11/2016, na modalidade de Pregão Presencial de nº 09/2016, pois o processo foi caracterizado como deserto.

Imbituba, 24 de março de 2016.

Dilson Petrassem Junior
Pregoeiro Oficial

EXTRATO: PMI PGM 2016/44 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI PGM 2016/44 – A/00
Contratada: COMERCIAL PREÇO BOM Z & C LTDA
CNPJ: 04.660.943/0001-00
Objeto: AQUISIÇÃO DE SCANNER PARA USO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC.
Prazo: 31/12/2016. Valor: R\$ 5.500,00.
Fundamento: Processo nº 01/2016. Pregão: 01/2016.

Imbituba, 10 de Março de 2016.

Daniel Vinicio Arantes Neto
Procurador Geral do Município
Contratante

Comercial Preço Bom Z & C Ltda
Representante Legal
Contratada

LEI Nº 4.700, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

LEI Nº 4.700, DE 23 DE MARÇO DE 2016.
Dispõe sobre alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2016, e abre Crédito Adicional Especial no exercício de 2016 para Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal proceder à alteração para inclusão da modalidade abaixo discriminada na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2016, Lei nº 4.616 de 07/10/2015:

ORGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC
UNIDADE	05.01	Secretaria Municipal de Educação – SEDUC
PROGRAMA	09	Educação de Qualidade
AÇÃO	2.008	Manutenção da Educação Infantil - Creches
MODALIDADE	4.4.90.00.00.00.00.00.3.0763	

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), no orçamento (LOA) 2016, conforme Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015, para novo item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC
Manutenção da Educação Infantil - Creches
12.365.0009-2.008

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0763 (0159)	Aplicações Diretas	90.000,00
Total		90.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos proveniente do Superavit Financeiro de Transferência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de março de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

PORTARIA PMI/GGP Nº 152/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 152, de 22 de março de 2016.
Dispõe sobre a Demissão de Cuidador/Educador Residente, e dá outras providências.

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E INOVAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, o abaixo relacionado, admitido em 01 de setembro de 2015, através da PORTARIA PMI/ GGP Nº 541/2015, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Edevaldo Luiz Dias Júnior	Cuidador/Educador Residente – 40h	062.019.349-28	21/03/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 22 de março de 2016.

Jair Figueiredo Alves
Superintendente de Gestão e Inovação da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 153/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 153, de 22 de março de 2016.

Dispõe sobre a revogação da PORTARIA PMI/GGP nº 153, de 22 de março de 2016, de acordo com pedido de desistência da admissão de Agente Comunitário de Saúde PACS, e dá outras providências.

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E INOVAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a PORTARIA PMI/GGP nº 153, de 22 de março de 2016, de acordo com o pedido de desistência da admissão da candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 01/2016, convocada para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde – PACS junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Nome	Cargo	CPF
Silvana Mota	Agente Comunitário de Saúde – Área 04	029.199.769-40

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 22 de março de 2016.

Imbituba, 22 de março de 2016.

Jair Figueiredo Alves

Superintendente de Gestão e Inovação da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 154/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 154, de 22 de março de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Técnica em Enfermagem, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015; e

Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, a abaixo relacionada, em caráter emergencial, para exercer o cargo/emprego público de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão
Maria das Graças Dias Melo	888.495.039-20	22/03/2016

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em certame público.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de 22 de março de 2016.

Imbituba, 22 de março de 2016.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 013/2016**

Ato da Presidência nº 013/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 8ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 28 de Março de 2016 (Segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
021	PL nº 4.820/2016	17/03/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar auxílio financeiro à Associação de Amigos de Orientação Alternativa – ORIALAN, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
023	PL nº 4.821/2016	17/03/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio, utilizando recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Imbituba - APAE.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
024	PL nº 4.822/2016	17/03/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio, utilizando recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Imbituba - APAE.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

025	PL nº 4.823/2016	17/03/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo a firmar termo de convênio com a AEUNI – Associação dos Estudantes Universitários de Imbituba, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
022	PL nº 4.825/2016	18/03/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).
Gabinete da Presidência, 23 de Março de 2016.

Guilherme Santos Souza	Rogberto de Farias Pires
Presidente	Vice-Presidente
Zeli Pires	Rosália Maria de Souza Sgrott
Primeiro-Secretário	Segunda-Secretária

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 022/2016

CONTRATO Nº 022/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA FERNANDO FAGUNDES ME, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – GABINETE DO PREFEITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, FERNANDO FAGUNDES - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 19.276.809/0001-79, com sede na rua Henrique Reif, n 255, Apto 630 Bloco D, bairro Nova Esperança, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Fernando Fagundes, inscrito sob CPF nº 028.483.189-10 e Cédula de Identidade nº 8230140 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Henrique Reif, n 255, Apto 630 Bloco D, bairro Nova Esperança, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 015/2016 – Edital de Pregão nº 005/2016-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a contratação de agentes para a realização dos serviços de limpeza/serventes, e controle de estacionamento, para a realização da 46ª FIMI, 48ª Festa do Colono, Rock no Parque, e eventos apoiados pelo Município de Indaial, conforme quantitativos e especificações do quadro à seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO (EM R\$)	VALOR TOTAL (EM R\$)
01	26	Posto	Agentes para controle de estacionamento em eventos, em turno de 12 horas/dia.	R\$ 261,00	R\$ 6.786,00
02	38	Posto	Servente para limpeza e conservação em eventos, em turno de 12 horas/dia.	R\$ 261,00	R\$ 9.918,00

3.1.1. As especificações dos itens mencionados no quadro acima, prazo e locais de execução, estão inseridas no Anexo VI – Termo de Referência do Objeto, do edital mencionado na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$16.704,00 (dezesesseis mil setecentos e quatro reais).

4.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2016:

- 02.10.0023.0695.0002.1803.339039990000.01000000 – Recurso Próprio

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a realização total dos serviços e da entrega da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Município de Indaial.

6.2. Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia da guia de pagamento do FGTS relativa aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

6.3. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

6.4. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.6. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco Itaú
Agência 7487
Conta 09206-1

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irrealizáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo, de acordo com o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente contrato é de 03 de março de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

8.1.1. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.2. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar a realização dos serviços constantes no objeto, conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado, atendendo à demanda num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

9.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.6. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato.

9.7. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado.

9.8. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais

se fixarão prazos específicos.

9.9. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.10. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.11. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 015/2016 - Edital de Pregão nº 005/2016-10430.

9.12. Manter atualizados os registros e anotações trabalhistas dos profissionais alocados na prestação dos serviços e exibi-los sempre que exigidos pela CONTRATANTE.

9.13. Acatar solicitação da CONTRATANTE de afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.13.1. Constituem motivos para afastamento e/ou dispensa de empregado, os constantes no art. 482 da Lei Federal nº 5.452/43.

9.14. Efetuar a remuneração dos seus profissionais, respeitada a legislação trabalhista.

9.15. Providenciar crachá para todos os funcionários contendo a identificação da empresa de modo legível.

9.16. Providenciar uniforme para todos os funcionários, bem como o material relativo ao EPI necessário para a perfeita realização dos serviços.

9.17. Prestar informações sempre que solicitado pela CONTRATANTE, referentes à regulamentação profissional, piso salarial e demais informações de seus profissionais alocados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a prestação dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3. Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.1. Solicitar à CONTRATADA o afastamento ou a substituição de qualquer de seus empregados ou de prepostos, por ineficiência, incompetência, má conduta ou falta de respeito a seus dirigentes, seus empregados ou terceiros;

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.2.4. Impugnar todo e qualquer serviço feito em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

11.2.5. Ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que esta tenha direito à indenização, caso, dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da entrega da notificação correspondente, não seja atendida qualquer reclamação por falha ou incorreção no serviço prestado.

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo da prestação dos serviços objeto do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

- a) - No valor de 0,2% (dois décimos percentual) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.
- b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato.
- c) - No valor de 3,0% (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências.
- e) - No valor de 3,0% (três por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas.
- f) - No valor de 4,0% (quatro por cento) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto sem autorização expressa da CONTRATANTE;
- g) - No valor de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;
- h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;
- i) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE.
- j) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

- a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,
- b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,
- c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de

calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos serviços já realizados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinado por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9 e 13.1.11 à 13.1.13.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de prestação dos serviços, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de prestação do serviço; e,

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 03 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FERNANDO FAGUNDES ME Fernando Fagundes Contratada
GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe Gabinete	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

CONTRATO Nº 027/2016

CONTRATO Nº 027/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC E MARLI FLORES ZAWODINE, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – GABINETE DO PREFEITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, MARLI FLORES ZAWODINE, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 928.593.649-00 Cédula de Identidade nº 2.330.651-SSP/SC, residente à Rua Miracema do Norte, nº 131, Bairro Tapajós, nesta de Indaial – Estado de Santa, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 018/2016 – Edital de Credenciamento nº 001/2016-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1. Locação de espaço/quiosques para a exploração comercial no item 02 “Lanches B área: 4x4 – Pastel, bolinho, coxinha de frango, espetinho de frango”.

2.2. Os valores praticados pelos vendedores em seus produtos deverão obedecer à média praticada no mercado, sob pena de cancelamento do contrato.

2.3. DATAS E HORÁRIOS DA REALIZAÇÃO DA 46ª FIMI:

2.3.1. A realização da 46ª FIMI ocorrerá nos dias 19 e 20/03/2016.

2.3.2. O funcionamento dos quiosques deverá respeitar, no mínimo, a seguinte escala de horários:

Sábado – 19/03/2016 – a partir das 13 :00 horas até 03 :00 horas do dia 20/03/2016; e,

Domingo – 20/03/2016 – a partir das 09 :00 horas até 23 :00 horas.

2.4. A contratada será responsável por toda a mão-de-obra necessária para a realização dos serviços por ela prestados, bem como das despesas dela decorrentes.

CLAÚSULA TERCEIRA: VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor do presente contrato é de R\$400,00 (quatrocentos reais).

CLÁUSULA QUARTA: DO PAGAMENTO

4.1. Não há obrigação de pagamento entre as partes durante a execução do contrato, já que o pagamento pela exploração comercial foi quitado na fase de habilitação do credenciamento.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

5.1. O prazo do presente contrato é de 15 de março de 2016 até 21 de março de 2016.

5.2. A locação da barraca (pontos de venda) será realizada nos dia 19 e 20/03/2016.

5.3. O termo final do presente contrato não extingue as Obrigações decorrentes de garantia dos bens ou serviços executados.

CLÁUSULA SEXTA: DEVERES DA CONTRATADA

6.1. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na locação dos pontos.

6.2. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. Proceder a entrega dos materiais ou obedecer ao cronograma de prestação de serviços conforme determinado neste contrato e na proposta da CONTRATADA, efetuando as correções e reparos que forem apontados pela CONTRATANTE, na forma do artigo 69 da Lei 8.666/93.

6.4. Disponibilizar todo o material de segurança necessário para o funcionamento, incluindo extintores, luvas e outros equipamentos que venham a colaborar com a segurança.

6.5. Obedecer as normas da Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA SÉTIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

7.1. Entregar a barraca e/ou ponto de venda locado pela CONTRATADA no local combinado entre as partes.

7.2 . Fiscalizar a execução dos serviços através de seus propostos, registrando as ocorrências, bem como a conformidade com as demais cláusulas efetuando os recebimentos provisórios e definitivos.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato, enseja a sua rescisão, na forma estipulada nos artigos 77 à 79 da Lei nº 8.666/93, ficando desde já reconhecido pela contratada os direitos da Administração previstos nestes artigos.

8.2. Será assegurado a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

9.1. A CONTRATADA será penalizada com multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, quando der causa à rescisão contratual.

9.2. O atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

a) - multa de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso considerando o cronograma de execução da locação;

b) - Suspensão temporária de licitar com a CONTRATANTE, atendido o prazo máximo legal.

c) - Declaração de inidoneidade.

9.3. A CONTRATADA estará sujeita às mesmas penalidades previstas no item anterior quando:

a) - Os bens adquiridos ou serviços prestados não forem entregues ou executados conforme especificado neste contrato.

9.4. As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

CLÁUSULA DÉCIMA: FORO

10.1. As partes elegem o foro da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

a) - Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações – Lei das Licitações e Contratos Administrativos;

b) - Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações – Código de Defesa do Consumidor;

c) - Lei Federal nº 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;

d) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

e) - Lei Orgânica do Município;

f) - Decreto Municipal nº 1.746/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PARTES

12.1. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 15 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	MARLI FLORES ZAWODINE Contratada
GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

CONTRATO Nº 028/2016

CONTRATO Nº 028/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC E DANIELE ANTUNES POSSAMAI, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – GABINETE DO PREFEITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, DANIELE ANTUNES POSSAMAI, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 103.936.709-70 e Cédula de Identidade nº 6.495.302-SSP/SC, residente à Rua Berlim, nº 100, Bairro Tapajós, nesta de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 018/2016 – Edital de Credenciamento nº 001/2016-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1. Locação de espaço/quiosques para a exploração comercial no item 03 de “Lanches D – Batata Recheada”.

2.2. Os valores praticados pelos vendedores em seus produtos deverão obedecer à média praticada no mercado, sob pena de cancelamento do contrato.

2.3. DATAS E HORÁRIOS DA REALIZAÇÃO DA 46ª FIMI:

2.3.1. A realização da 46ª FIMI ocorrerá nos dias 19 e 20/03/2016.

2.3.2. O funcionamento dos quiosques deverá respeitar, no mínimo, a seguinte escala de horários:

Sábado – 19/03/2016 – a partir das 13 :00 horas até 03 :00 horas do dia 20/03/2016; e,

Domingo – 20/03/2016 – a partir das 09 :00 horas até 23 :00 horas.

2.4. A contratada será responsável por toda a mão-de-obra necessária para a realização dos serviços por ela prestados, bem como das despesas dela decorrentes.

CLAÚSULA TERCEIRA: VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor do presente contrato é de R\$ 300,00 (trezentos reais).

CLÁUSULA QUARTA: DO PAGAMENTO

4.1. Não há obrigação de pagamento entre as partes durante a execução do contrato, já que o pagamento pela exploração comercial foi quitado na fase de habilitação do credenciamento.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

5.1. O prazo do presente contrato é de 15 de março de 2016 até 21 de março de 2016.

5.2. A locação da barraca (pontos de venda) será realizada nos dias 19 e 20/03/2016.

5.3. O termo final do presente contrato não extingue as Obrigações decorrentes de garantia dos bens ou serviços executados.

CLÁUSULA SEXTA: DEVERES DA CONTRATADA

6.1. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na locação dos pontos.

6.2. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. Proceder a entrega dos materiais ou obedecer ao cronograma de prestação de serviços conforme determinado neste contrato e na proposta da CONTRATADA, efetuando as correções e reparos que forem apontados pela CONTRATANTE, na forma do artigo 69 da Lei 8.666/93.

6.4. Disponibilizar todo o material de segurança necessário para o funcionamento, incluindo extintores, luvas e outros equipamentos que venham a colaborar com a segurança.

6.5. Obedecer as normas da Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA SÉTIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

7.1. Entregar a barraca e/ou ponto de venda locado pela CONTRATADA no local combinado entre as partes.

7.2. Fiscalizar a execução dos serviços através de seus propositos, registrando as ocorrências, bem como a conformidade com as demais cláusulas efetuando os recebimentos provisórios e definitivos.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato, enseja a sua rescisão, na forma estipulada nos artigos 77 à 79 da Lei nº 8.666/93, ficando desde já reconhecido pela contratada os direitos da Administração previstos nestes artigos.

8.2. Será assegurado a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

9.1. A CONTRATADA será penalizada com multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, quando der causa à rescisão contratual.

9.2. O atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

- a) - multa de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso considerando o cronograma de execução da locação;
- b) - Suspensão temporária de licitar com a CONTRATANTE, atendido o prazo máximo legal.
- c) - Declaração de inidoneidade.

9.3. A CONTRATADA estará sujeita às mesmas penalidades previstas no item anterior quando:

a) - Os bens adquiridos ou serviços prestados não forem entregues ou executados conforme especificado neste contrato.

9.4. As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

CLÁUSULA DÉCIMA: FORO

10.1. As partes elegem o foro da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

a) - Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações – Lei das Licitações e Contratos Administrativos;

b) - Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações – Código de Defesa do Consumidor;

c) - Lei Federal nº 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;

d) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

e) - Lei Orgânica do Município;

f) - Decreto Municipal nº 1.746/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PARTES

12.1. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 15 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	DANIELE ANTUNES POSSAMAI Contratada
GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

CONTRATO Nº 029/2016

CONTRATO Nº 029/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC E BRUNA EDUARDA ANTUNES POSSAMAI, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – GABINETE DO PREFEITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, BRUNA EDUARDA ANTUNES POSSAMAI, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 086.504.509-70 e Cédula de Identidade nº 6.495.302-SSP/SC, residente à Rua Berlin, nº 100 Biarro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 018/2016 – Edital de Credenciamento nº 001/2016-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1. Locação de espaço/quiosques para a exploração do item 05 Guloseimas A área: 4x4 Guloseimas,.

2.2. Os valores praticados pelos vendedores em seus produtos deverão obedecer à média praticada no mercado, sob pena de cancelamento do contrato.

2.3. DATAS E HORÁRIOS DA REALIZAÇÃO DA 46ª FIMI:

2.3.1. A realização da 46ª FIMI ocorrerá nos dias 19 e 20/03/2016.

2.3.2. O funcionamento dos quiosques deverá respeitar, no mínimo, a seguinte escala de horários:

sábado – 19/03/2016 – a partir das 13 :00 horas até 03 :00 horas do dia 20/03/2016; e,

domingo – 20/03/2016 – a partir das 09 :00 horas até 23 :00 horas.

2.4. A contratada será responsável por toda a mão-de-obra necessária para a realização dos serviços por ela prestados, bem como das despesas dela decorrentes.

CLAÚSULA TERCEIRA: VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor do presente contrato é de R\$ 300,00 (trezentos reais).

CLÁUSULA QUARTA: DO PAGAMENTO

4.1. Não há obrigação de pagamento entre as partes durante a execução do contrato, já que o pagamento pela exploração comercial foi quitado na fase de habilitação do credenciamento.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

5.1. O prazo do presente contrato é de 15 de março de 2016 até 21 de março de 2016.

5.2. A locação da barraca (pontos de venda) será realizada nos dias 19 e 20/03/2016.

5.3. O termo final do presente contrato não extingue as Obrigações decorrentes de garantia dos bens ou serviços executados.

CLÁUSULA SEXTA: DEVERES DA CONTRATADA

6.1. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na locação dos pontos.

6.2. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. Proceder a entrega dos materiais ou obedecer ao cronograma de prestação de serviços conforme determinado neste contrato e na proposta da CONTRATADA, efetuando as correções e reparos que forem apontados pela CONTRATANTE, na forma do artigo 69 da Lei 8.666/93.

6.4. Disponibilizar todo o material de segurança necessário para o funcionamento, incluindo extintores, luvas e outros equipamentos que venham a colaborar com a segurança.

6.5. Obedecer as normas da Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA SÉTIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

7.1. Entregar a barraca e/ou ponto de venda locado pela CONTRATADA no local combinado entre as partes.

7.2. Fiscalizar a execução dos serviços através de seus propositos, registrando as ocorrências, bem como a conformidade com as demais cláusulas efetuando os recebimentos provisórios e definitivos.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato, enseja a sua rescisão, na forma estipulada nos artigos 77 à 79 da Lei nº 8.666/93, ficando desde já reconhecido pela contratada os direitos da Administração previstos nestes artigos.

8.2. Será assegurado a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

9.1. A CONTRATADA será penalizada com multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, quando der causa à rescisão contratual.

9.2. O atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

a) - multa de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso considerando o cronograma de execução da locação;

b) - Suspensão temporária de licitar com a CONTRATANTE, atendido o prazo máximo legal.

c) - Declaração de inidoneidade.

9.3. A CONTRATADA estará sujeita às mesmas penalidades previstas no item anterior quando:

a) - Os bens adquiridos ou serviços prestados não forem entregues ou executados conforme especificado neste contrato.

9.4. As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

CLÁUSULA DÉCIMA: FORO

10.1. As partes elegem o foro da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

a) - Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações – Lei das Licitações e Contratos Administrativos;

b) - Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações – Código de Defesa do Consumidor;

c) - Lei Federal nº 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;

d) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

e) - Lei Orgânica do Município;

f) - Decreto Municipal nº 1.746/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PARTES

12.1. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 15 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	BRUNA EDUARDA ANTUNES POS-SAMAI Contratada

GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 030/2016

CONTRATO Nº 030/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC E JOARLI PAULO MARCELLINO, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – GABINETE DO PREFEITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, JOARLI PAULO MARCELLINO, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 634.844.049/49 e Cédula de Identidade nº 2.175.136-6- SSP/SC, residente à Rua 15 de novembro, nº 10 Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 018/2016 – Edital de Credenciamento nº 001/2016-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1. Locação de espaço/quiosques para a exploração comercial do item 05 Guloseimas A área: 4x4 Guloseimas.

2.2. Os valores praticados pelos vendedores em seus produtos deverão obedecer à média praticada no mercado, sob pena de cancelamento do contrato.

2.3. DATAS E HORÁRIOS DA REALIZAÇÃO DA 46ª FIMI:

2.3.1. A realização da 46ª FIMI ocorrerá nos dias 19 e 20/03/2016.

2.3.2. O funcionamento dos quiosques deverá respeitar, no mínimo, a seguinte escala de horários:

Sábado – 19/03/2016 – a partir das 13 :00 horas até 03 :00 horas do dia 20/03/2016; e,

Domingo– 20/03/2016 – a partir das 09 :00 horas até 23 :00 horas.

2.4. A contratada será responsável por toda a mão-de-obra necessária para a realização dos serviços por ela prestados, bem como das despesas dela decorrentes.

CLAÚSULA TERCEIRA: VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor do presente contrato é de R\$ 300,00 (trezentos reais).

CLÁUSULA QUARTA: DO PAGAMENTO

4.1. Não há obrigação de pagamento entre as partes durante a execução do contrato, já que o pagamento pela exploração comercial foi quitado na fase de habilitação do credenciamento.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

5.1. O prazo do presente contrato é de 15 de março de 2016 até 21 de março de 2016.

5.2. A locação da barraca (pontos de venda) será realizada nos dias 19 e 20/03/2016.

5.3. O termo final do presente contrato não extingue as Obrigações decorrentes de garantia dos bens ou serviços executados.

CLÁUSULA SEXTA: DEVERES DA CONTRATADA

6.1. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na locação dos pontos.

6.2. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. Proceder a entrega dos materiais ou obedecer ao cronograma de prestação de serviços conforme determinado neste contrato e na proposta da CONTRATADA, efetuando as correções e reparos que forem apontados pela CONTRATANTE, na forma do artigo 69 da Lei 8.666/93.

6.4. Disponibilizar todo o material de segurança necessário para o funcionamento, incluindo extintores, luvas e outros equipamentos que venham a colaborar com a segurança.

6.5. Obedecer as normas da Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA SÉTIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

7.1. Entregar a barraca e/ou ponto de venda locado pela CONTRATADA no local combinado entre as partes.

7.2. Fiscalizar a execução dos serviços através de seus propostos, registrando as ocorrências, bem como a conformidade com as demais cláusulas efetuando os recebimentos provisórios e definitivos.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato, enseja a sua rescisão, na forma estipulada nos artigos 77 à 79 da Lei nº 8.666/93, ficando desde já reconhecido pela contratada os direitos da Administração previstos nestes artigos.

8.2. Será assegurado a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

9.1. A CONTRATADA será penalizada com multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, quando der causa à rescisão contratual.

9.2. O atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

a) - multa de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso considerando o cronograma de execução da locação;

b) - Suspensão temporária de licitar com a CONTRATANTE, atendido o prazo máximo legal.

c) - Declaração de inidoneidade.

9.3. A CONTRATADA estará sujeita às mesmas penalidades

previstas no item anterior quando:

a) - Os bens adquiridos ou serviços prestados não forem entregues ou executados conforme especificado neste contrato.

9.4. As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

CLÁUSULA DÉCIMA: FORO

10.1. As partes elegem o foro da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

a) - Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações – Lei das Licitações e Contratos Administrativos;

b) - Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações – Código de Defesa do Consumidor;

c) - Lei Federal nº 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;

d) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

e) - Lei Orgânica do Município;

f) - Decreto Municipal nº 1.746/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PARTES

12.1. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 15 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	JOARLI PAULO MARCELLINO Contratada

GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

CONTRATO Nº 031/2016

CONTRATO Nº 031/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC E MOISES GUILHERME CARESIA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – GABINETE DO PREFEITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, MOISES GUILHERME CARESIA, pessoa física, inscrito no CPF sob nº 505.124.719-91 e Cédula de Identidade nº 1.637.477-0-SSP/SC, residente à Rua Bernardo Reich, nº 190, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 018/2016 – Edital de Credenciamento nº 001/2016-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1. Locação de espaço/quiosques para a exploração comercial no item 09 “Parques Infláveis – parque com brinquedos infláveis”.

2.2. Os valores praticados pelos vendedores em seus produtos deverão obedecer à média praticada no mercado, sob pena de cancelamento do contrato.

2.3. DATAS E HORÁRIOS DA REALIZAÇÃO DA 46ª FIMI:

2.3.1. A realização da 46ª FIMI ocorrerá nos dias 19 e 20/03/2016.

2.3.2. O funcionamento dos quiosques deverá respeitar, no mínimo, a seguinte escala de horários:

Sábado – 19/03/2016 – a partir das 13 :00 horas até 03 :00 horas do dia 20/03/2016; e,

Domingo – 20/03/2016 – a partir das 09 :00 horas até 23 :00 horas.

2.4. A contratada será responsável por toda a mão-de-obra necessária para a realização dos serviços por ela prestados, bem como das despesas dela decorrentes.

CLAÚSULA TERCEIRA: VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor do presente contrato é de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

CLÁUSULA QUARTA: DO PAGAMENTO

4.1. Não há obrigação de pagamento entre as partes durante a execução do contrato, já que o pagamento pela exploração comercial foi quitado na fase de habilitação do credenciamento.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

5.1. O prazo do presente contrato é de 15 de março de 2016 até 21 de março de 2016.

5.2. A locação da barraca (pontos de venda) será realizada nos dias 19 e 20/03/2016.

5.3. O termo final do presente contrato não extingue as Obrigações decorrentes de garantia dos bens ou serviços executados.

CLÁUSULA SEXTA: DEVERES DA CONTRATADA

6.1. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na locação dos pontos.

6.2. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. Proceder a entrega dos materiais ou obedecer ao cronograma de prestação de serviços conforme determinado neste contrato e na proposta da CONTRATADA, efetuando as correções e reparos que forem apontados pela CONTRATANTE, na forma do artigo 69 da Lei 8.666/93.

6.4. Disponibilizar todo o material de segurança necessário para o funcionamento, incluindo extintores, luvas e outros equipamentos que venham a colaborar com a segurança.

6.5. Obedecer as normas da Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA SÉTIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

7.1. Entregar a barraca e/ou ponto de venda locado pela CONTRATADA no local combinado entre as partes.

7.2. Fiscalizar a execução dos serviços através de seus propositos, registrando as ocorrências, bem como a conformidade com as demais cláusulas efetuando os recebimentos provisórios e definitivos.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato, enseja a sua rescisão, na forma estipulada nos artigos 77 à 79 da Lei nº 8.666/93, ficando desde já reconhecido pela contratada os direitos da Administração previstos nestes artigos.

8.2. Será assegurado a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

9.1. A CONTRATADA será penalizada com multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, quando der causa à rescisão contratual.

9.2. O atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

a) - multa de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso considerando o cronograma de execução da locação;

b) - Suspensão temporária de licitar com a CONTRATANTE, atendido o prazo máximo legal.

c) - Declaração de inidoneidade.

9.3. A CONTRATADA estará sujeita às mesmas penalidades previstas no item anterior quando:

a) - Os bens adquiridos ou serviços prestados não forem entregues ou executados conforme especificado neste contrato.

9.4. As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

CLÁUSULA DÉCIMA: FORO

10.1. As partes elegem o foro da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

a) - Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações – Lei das Licitações e Contratos Administrativos;

b) - Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações – Código de Defesa do Consumidor;

c) - Lei Federal nº 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;

d) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

e) - Lei Orgânica do Município;

f) - Decreto Municipal nº 1.746/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PARTES

12.1. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 15 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	MOISES GUILHERME CARESIA Contratada

GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 032/2016

CONTRATO Nº 032/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC E MOISES GUILHERME CARESIA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – GABINETE DO PREFEITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, MOISES GUILHERME CARESIA, pessoa física, inscrito no CPF sob nº 505.124.719-91 e Cédula de Identidade nº 1.637.477-0-SSP/SC, residente à Rua Bernardo Reich, nº 190, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 018/2016 – Edital de Credenciamento nº 001/2016-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1. Locação de espaço/quiosques para a exploração comercial no item 10 “Outros espaços externos po m²” determinados pela organização, (Tiro ao alvo 6x4m²).

2.2. Os valores praticados pelos vendedores em seus produtos deverão obedecer à média praticada no mercado, sob pena de cancelamento do contrato.

2.3. DATAS E HORÁRIOS DA REALIZAÇÃO DA 46ª FIMI:

2.3.1. A realização da 46ª FIMI ocorrerá nos dias 19 e 20/03/2016.

2.3.2. O funcionamento dos quiosques deverá respeitar, no mínimo, a seguinte escala de horários:

Sábado – 19/03/2016 – a partir das 13 :00 horas até 03 :00 horas do dia 20/03/2016; e,

Domingo – 20/03/2016 – a partir das 09 :00 horas até 23 :00 horas.

2.4. A contratada será responsável por toda a mão-de-obra necessária para a realização dos serviços por ela prestados, bem como das despesas dela decorrentes.

CLAÚSULA TERCEIRA: VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor do presente contrato é de R\$120,00 (cento e vinte reais).

CLÁUSULA QUARTA: DO PAGAMENTO

4.1. Não há obrigação de pagamento entre as partes durante a execução do contrato, já que o pagamento pela exploração comercial foi quitado na fase de habilitação do credenciamento.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

- 5.1. O prazo do presente contrato é de 15 de março de 2016 até 21 de março de 2016.
- 5.2. A locação da barraca (pontos de venda) será realizada nos dias 19 e 20/03/2016.
- 5.3. O termo final do presente contrato não extingue as Obrigações decorrentes de garantia dos bens ou serviços executados.

CLÁUSULA SEXTA: DEVERES DA CONTRATADA

- 6.1. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na locação dos pontos.
- 6.2. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 6.3. Proceder a entrega dos materiais ou obedecer ao cronograma de prestação de serviços conforme determinado neste contrato e na proposta da CONTRATADA, efetuando as correções e reparos que forem apontados pela CONTRATANTE, na forma do artigo 69 da Lei 8.666/93.
- 6.4. Disponibilizar todo o material de segurança necessário para o funcionamento, incluindo extintores, luvas e outros equipamentos que venham a colaborar com a segurança.
- 6.5. Obedecer as normas da Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA SÉTIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

- 7.1. Entregar a barraca e/ou ponto de venda locado pela CONTRATADA no local combinado entre as partes.
- 7.2. Fiscalizar a execução dos serviços através de seus propositos, registrando as ocorrências, bem como a conformidade com as demais cláusulas efetuando os recebimentos provisórios e definitivos.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato, enseja a sua rescisão, na forma estipulada nos artigos 77 à 79 da Lei nº 8.666/93, ficando desde já reconhecido pela contratada os direitos da Administração previstos nestes artigos.
- 8.2. Será assegurado a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

- 9.1. A CONTRATADA será penalizada com multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, quando der causa à rescisão contratual.
- 9.2. O atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:
- a) - multa de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso considerando o cronograma de execução da locação;
- b) - Suspensão temporária de licitar com a CONTRATANTE, atendido o prazo máximo legal.
- c) - Declaração de inidoneidade.

9.3. A CONTRATADA estará sujeita às mesmas penalidades previstas no item anterior quando:

- a) - Os bens adquiridos ou serviços prestados não forem entregues ou executados conforme especificado neste contrato.
- 9.4. As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

CLÁUSULA DÉCIMA: FORO

10.1. As partes elegem o foro da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 11.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:
- a) - Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações – Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- b) - Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações – Código de Defesa do Consumidor;
- c) - Lei Federal nº 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
- d) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- e) - Lei Orgânica do Município;
- f) - Decreto Municipal nº 1.746/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PARTES

12.1. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 15 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	MOISES GUILHERME CARESIA Contratada
GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	PROCURADOR GERAL DO MUNI- CÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

CONTRATO Nº 033/2016

CONTRATO Nº 033/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC E MOISES GUILHERME CARESIA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – GABINETE DO PREFEITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, MOISES GUILHERME CARESIA, pessoa física, inscrito no CPF sob nº 505.124.719-91 e Cédula de Identidade nº 1.637.477-0-SSP/SC, residente à Rua Bernardo Reich, nº 190, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 018/2016 – Edital de Credenciamento nº 001/2016-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1. Locação de espaço/quiosques para a exploração comercial no item 10 “Outros espaços externos po m²” determinados pela organização, (Pescaria 3,5 x3,5= 12,25m²).

2.2. Os valores praticados pelos vendedores em seus produtos deverão obedecer à média praticada no mercado, sob pena de cancelamento do contrato.

2.3. DATAS E HORÁRIOS DA REALIZAÇÃO DA 46ª FIMI:

2.3.1. A realização da 46ª FIMI ocorrerá nos dias 19 e 20/03/2016.

2.3.2. O funcionamento dos quiosques deverá respeitar, no mínimo, a seguinte escala de horários:

Sábado – 19/03/2016 – a partir das 13 :00 horas até 03 :00 horas do dia 20/03/2016; e,

Domingo – 20/03/2016 – a partir das 09 :00 horas até 23 :00 horas.

2.4. A contratada será responsável por toda a mão-de-obra necessária para a realização dos serviços por ela prestados, bem como das despesas dela decorrentes.

CLAÚSULA TERCEIRA: VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor do presente contrato é de R\$61,25 (sessenta e um real e vinte e cinco centavos).

CLÁUSULA QUARTA: DO PAGAMENTO

4.1. Não há obrigação de pagamento entre as partes durante a execução do contrato, já que o pagamento pela exploração comercial foi quitado na fase de habilitação do credenciamento.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

5.1. O prazo do presente contrato é de 15 de março de 2016 até 21 de março de 2016.

5.2. A locação da barraca (pontos de venda) será realizada nos dia 19 e 20/03/2016.

5.3. O termo final do presente contrato não extingue as Obrigações decorrentes de garantia dos bens ou serviços executados.

CLÁUSULA SEXTA: DEVERES DA CONTRATADA

6.1. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na locação dos pontos.

6.2. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. Proceder a entrega dos materiais ou obedecer ao cronograma de prestação de serviços conforme determinado neste contrato e na proposta da CONTRATADA, efetuando as correções e reparos que forem apontados pela CONTRATANTE, na forma do artigo 69 da Lei 8.666/93.

6.4. Disponibilizar todo o material de segurança necessário para o funcionamento, incluindo extintores, luvas e outros equipamentos que venham a colaborar com a segurança.

6.5. Obedecer as normas da Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA SÉTIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

7.1. Entregar a barraca e/ou ponto de venda locado pela CONTRATADA no local combinado entre as partes.

7.2 . Fiscalizar a execução dos serviços através de seus propostos, registrando as ocorrências, bem como a conformidade com as demais cláusulas efetuando os recebimentos provisórios e definitivos.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato, enseja a sua rescisão, na forma estipulada nos artigos 77 à 79 da Lei nº 8.666/93, ficando desde já reconhecido pela contratada os direitos da Administração previstos nestes artigos.

8.2. Será assegurado a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

9.1. A CONTRATADA será penalizada com multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, quando der causa à rescisão contratual.

9.2. O atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

a) - multa de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso considerando o cronograma de execução da locação;

b) - Suspensão temporária de licitar com a CONTRATANTE, atendido o prazo máximo legal.

c) - Declaração de inidoneidade.

9.3. A CONTRATADA estará sujeita às mesmas penalidades previstas no item anterior quando:

a) - Os bens adquiridos ou serviços prestados não forem entregues ou executados conforme especificado neste contrato.

9.4. As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

CLÁUSULA DÉCIMA: FORO

10.1. As partes elegem o foro da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

a) - Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações – Lei das Licitações e Contratos Administrativos;

b) - Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações – Código de Defesa do Consumidor;

c) - Lei Federal nº 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;

d) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

e) - Lei Orgânica do Município;

f) - Decreto Municipal nº 1.746/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PARTES

12.1. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 15 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	MOISES GUILHERME CARESIA Contratada

GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 034/2016

CONTRATO Nº 034/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC E MOISES GUILHERME CARESIA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – GABINETE DO PREFEITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, MOISES GUILHERME CARESIA, pessoa física, inscrito no CPF sob nº 505.124.719-91 e Cédula de Identidade nº 1.637.477-0-SSP/SC, residente à Rua Bernardo Reich, nº 190, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 018/2016 – Edital de Credenciamento nº 001/2016-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1. Locação de espaço/quiosques para a exploração comercial no item 10 “Outros espaços externos po m²” determinados pela organização, (Bazar 3x3=9m²).

2.2. Os valores praticados pelos vendedores em seus produtos deverão obedecer à média praticada no mercado, sob pena de cancelamento do contrato.

2.3. DATAS E HORÁRIOS DA REALIZAÇÃO DA 46ª FIMI:

2.3.1. A realização da 46ª FIMI ocorrerá nos dias 19 e 20/03/2016.

2.3.2. O funcionamento dos quiosques deverá respeitar, no mínimo, a seguinte escala de horários:

Sábado – 19/03/2016 – a partir das 13 :00 horas até 03 :00 horas do dia 20/03/2016; e,

Domingo – 20/03/2016 – a partir das 09 :00 horas até 23 :00 horas.

2.4. A contratada será responsável por toda a mão-de-obra necessária para a realização dos serviços por ela prestados, bem como das despesas dela decorrentes.

CLAÚSULA TERCEIRA: VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor do presente contrato é de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais).

CLÁUSULA QUARTA: DO PAGAMENTO

4.1. Não há obrigação de pagamento entre as partes durante a execução do contrato, já que o pagamento pela exploração comercial foi quitado na fase de habilitação do credenciamento.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

5.1. O prazo do presente contrato é de 15 de março de 2016 até 21 de março de 2016.

5.2. A locação da barraca (pontos de venda) será realizada nos dias 19 e 20/03/2016.

5.3. O termo final do presente contrato não extingue as Obrigações decorrentes de garantia dos bens ou serviços executados.

CLÁUSULA SEXTA: DEVERES DA CONTRATADA

6.1. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na locação dos pontos.

6.2. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. Proceder a entrega dos materiais ou obedecer ao cronograma de prestação de serviços conforme determinado neste contrato e na proposta da CONTRATADA, efetuando as correções e reparos que forem apontados pela CONTRATANTE, na forma do artigo 69 da Lei 8.666/93.

6.4. Disponibilizar todo o material de segurança necessário para o funcionamento, incluindo extintores, luvas e outros equipamentos que venham a colaborar com a segurança.

6.5. Obedecer as normas da Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA SÉTIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

7.1. Entregar a barraca e/ou ponto de venda locado pela CONTRATADA no local combinado entre as partes.

7.2. Fiscalizar a execução dos serviços através de seus propositos, registrando as ocorrências, bem como a conformidade com as demais cláusulas efetuando os recebimentos provisórios e definitivos.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato, enseja a sua rescisão, na forma estipulada nos artigos 77 à 79 da Lei nº 8.666/93, ficando desde já reconhecido pela contratada os direitos da Administração previstos nestes artigos.

8.2. Será assegurado a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

9.1. A CONTRATADA será penalizada com multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, quando der causa à rescisão contratual.

9.2. O atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

a) - multa de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso considerando o cronograma de execução da locação;

b) - Suspensão temporária de licitar com a CONTRATANTE, atendido o prazo máximo legal.

c) - Declaração de inidoneidade.

9.3. A CONTRATADA estará sujeita às mesmas penalidades previstas no item anterior quando:

a) - Os bens adquiridos ou serviços prestados não forem entregues ou executados conforme especificado neste contrato.

9.4. As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

CLÁUSULA DÉCIMA: FORO

10.1. As partes elegem o foro da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

a) - Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações – Lei das Licitações e Contratos Administrativos;

b) - Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações – Código de Defesa do Consumidor;

c) - Lei Federal nº 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;

d) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

e) - Lei Orgânica do Município;

f) - Decreto Municipal nº 1.746/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PARTES

12.1. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 15 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	MOISES GUILHERME CARESIA Contratada
--	--

GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699
---	--

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

CONTRATO Nº 035/2016

CONTRATO Nº 035/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC E ROSANGELA PEDROZO PACHECO, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – GABINETE DO PREFEITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, ROSANGELA PEDROZO PACHECO, pessoa física, inscrito no CPF sob nº 004.541.899-31, RG nº 3.819.920 SSP/SC, residente à Rua Arnoldo Fritz, nº 500, Bairro Warnow, na cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 018/2016 – Edital de Credenciamento nº 001/2016-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1. Locação de espaço/quiosques para a exploração comercial o item 10 “Outros espaços externos po m²” determinados pela organização, (Acessórios 5x5m²).

2.2. Os valores praticados pelos vendedores em seus produtos deverão obedecer à média praticada no mercado, sob pena de cancelamento do contrato.

2.3. DATAS E HORÁRIOS DA REALIZAÇÃO DA 46ª FIMI:

2.3.1. A realização da 46ª FIMI ocorrerá nos dias 19 e 20/03/2016.

2.3.2. O funcionamento dos quiosques deverá respeitar, no mínimo, a seguinte escala de horários:

Sábado – 19/03/2016 – a partir das 13 :00 horas até 03 :00 horas do dia 20/03/2016; e,

Domingo – 20/03/2016 – a partir das 09 :00 horas até 23 :00 horas.

2.4. A contratada será responsável por toda a mão-de-obra necessária para a realização dos serviços por ela prestados, bem como das despesas dela decorrentes.

CLAÚSULA TERCEIRA: VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor do presente contrato é de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais).

CLÁUSULA QUARTA: DO PAGAMENTO

4.1. Não há obrigação de pagamento entre as partes durante a execução do contrato, já que o pagamento pela exploração comercial foi quitado na fase de habilitação do credenciamento.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

5.1. O prazo do presente contrato é de 15 de março de 2016 até 21 de março de 2016.

5.2. A locação da barraca (pontos de venda) será realizada nos dia 19 e 20/03/2016.

5.3. O termo final do presente contrato não extingue as Obrigações decorrentes de garantia dos bens ou serviços executados.

CLÁUSULA SEXTA: DEVERES DA CONTRATADA

6.1. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na locação dos pontos.

6.2. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. Proceder a entrega dos materiais ou obedecer ao cronograma de prestação de serviços conforme determinado neste contrato e na proposta da CONTRATADA, efetuando as correções e reparos que forem apontados pela CONTRATANTE, na forma do artigo 69 da Lei 8.666/93.

6.4. Disponibilizar todo o material de segurança necessário para o funcionamento, incluindo extintores, luvas e outros equipamentos que venham a colaborar com a segurança.

6.5. Obedecer as normas da Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA SÉTIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

7.1. Entregar a barraca e/ou ponto de venda locado pela CONTRATADA no local combinado entre as partes.

7.2 . Fiscalizar a execução dos serviços através de seus propostos, registrando as ocorrências, bem como a conformidade com as demais cláusulas efetuando os recebimentos provisórios e definitivos.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato, enseja a sua rescisão, na forma estipulada nos artigos 77 à 79 da Lei nº 8.666/93, ficando desde já reconhecido pela contratada os direitos da Administração previstos nestes artigos.

8.2. Será assegurado a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

9.1. A CONTRATADA será penalizada com multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, quando der causa à rescisão contratual.

9.2. O atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

a) - multa de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso considerando o cronograma de execução da locação;

b) - Suspensão temporária de licitar com a CONTRATANTE, atendido o prazo máximo legal.

c) - Declaração de inidoneidade.

9.3. A CONTRATADA estará sujeita às mesmas penalidades previstas no item anterior quando:

a) - Os bens adquiridos ou serviços prestados não forem entregues ou executados conforme especificado neste contrato.

9.4. As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

CLÁUSULA DÉCIMA: FORO

10.1. As partes elegem o foro da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

a) - Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações – Lei das Licitações e Contratos Administrativos;

b) - Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações – Código de Defesa do Consumidor;

c) - Lei Federal nº 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;

d) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

e) - Lei Orgânica do Município;

f) - Decreto Municipal nº 1.746/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PARTES

12.1. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 15 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ROSANGELA PEDROZO PACHECO Contratada
GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 036/2016

CONTRATO Nº 036/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC E FERNANDO KLAUMANN 06224808988, NA FORMA ABAIXO: Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – GABINETE DO PREFEITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, FERNANDO KLAUMANN 06224808988, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ 20.145.947/0001-06, com sede na Rua Carlos Blaese, nº 45, sala 02, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Fernando Klaumann, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 062.248.089-88 e Cédula de Identidade nº 5.251.725 SSP/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 018/2016 – Edital de Credenciamento nº 001/2016-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1. Locação de espaço/quiosques para a exploração comercial no item 10 "Outros espaços externos por m²" determinados pela organização, (Acessórios 3x3m²) .

2.2. Os valores praticados pelos vendedores em seus produtos deverão obedecer à média praticada no mercado, sob pena de cancelamento do contrato.

2.3. DATAS E HORÁRIOS DA REALIZAÇÃO DA 46ª FIMI:

2.3.1. A realização da 46ª FIMI ocorrerá nos dias 19 e 20/03/2016.

2.3.2. O funcionamento dos quiosques deverá respeitar, no mínimo, a seguinte escala de horários:

Sábado – 19/03/2016 – a partir das 13 :00 horas até 03 :00 horas do dia 20/03/2016; e,

Domingo – 20/03/2016 – a partir das 09 :00 horas até 23 :00 horas.

2.4. A contratada será responsável por toda a mão-de-obra necessária para a realização dos serviços por ela prestados, bem como das despesas dela decorrentes.

CLÁUSULA TERCEIRA: VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor do presente contrato é de R\$45,00 (quarenta e cinco reais).

CLÁUSULA QUARTA: DO PAGAMENTO

4.1. Não há obrigação de pagamento entre as partes durante a execução do contrato, já que o pagamento pela exploração comercial

foi quitado na fase de habilitação do credenciamento.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

5.1. O prazo do presente contrato é de 15 de março de 2016 até 21 de março de 2016.

5.2. A locação da barraca (pontos de venda) será realizada nos dias 19 e 20/03/2016.

5.3. O termo final do presente contrato não extingue as Obrigações decorrentes de garantia dos bens ou serviços executados.

CLÁUSULA SEXTA: DEVERES DA CONTRATADA

6.1. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na locação dos pontos.

6.2. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. Proceder a entrega dos materiais ou obedecer ao cronograma de prestação de serviços conforme determinado neste contrato e na proposta da CONTRATADA, efetuando as correções e reparos que forem apontados pela CONTRATANTE, na forma do artigo 69 da Lei 8.666/93.

6.4. Disponibilizar todo o material de segurança necessário para o funcionamento, incluindo extintores, luvas e outros equipamentos que venham a colaborar com a segurança.

6.5. Obedecer as normas da Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA SÉTIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

7.1. Entregar a barraca e/ou ponto de venda locado pela CONTRATADA no local combinado entre as partes.

7.2. Fiscalizar a execução dos serviços através de seus propositos, registrando as ocorrências, bem como a conformidade com as demais cláusulas efetuando os recebimentos provisórios e definitivos.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato, enseja a sua rescisão, na forma estipulada nos artigos 77 à 79 da Lei nº 8.666/93, ficando desde já reconhecido pela contratada os direitos da Administração previstos nestes artigos.

8.2. Será assegurado a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

9.1. A CONTRATADA será penalizada com multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, quando der causa à rescisão contratual.

9.2. O atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

a) - multa de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso considerando o cronograma de execução da locação;

b) - Suspensão temporária de licitar com a CONTRATANTE,

atendido o prazo máximo legal.

c) - Declaração de inidoneidade.

9.3. A CONTRATADA estará sujeita às mesmas penalidades previstas no item anterior quando:

a) - Os bens adquiridos ou serviços prestados não forem entregues ou executados conforme especificado neste contrato.

9.4. As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

CLÁUSULA DÉCIMA: FORO

10.1. As partes elegem o foro da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações – Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- b) - Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações – Código de Defesa do Consumidor;
- c) - Lei Federal nº 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
- d) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- e) - Lei Orgânica do Município;
- f) - Decreto Municipal nº 1.746/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PARTES

12.1. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 15 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FERNANDO KLAUMANN 06224808988 Fernando Klaumann Contratada
--	---

GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699
---	--

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 037/2016

CONTRATO Nº 037/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC E A EMPRESA SVI REPRESENTAÇÕES E PROMOÇÕES DE EVENTOS LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – GABINETE DO PREFEITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SVI REPRESENTAÇÕES E PROMOÇÕES DE EVENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.274.705/0001-22, estabelecida à Rua Manoel Francisco da Costa, nº 4.209, Sala 01, Bairro João Pessoa, na cidade de Jaraguá do Sul – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Ivaldo Sacht Júnior, brasileiro, solteiro, produtor de eventos, inscrito no CPF sob nº 019.637.599-15 Cédula de Identidade nº 2.763.758, residente à Rua Manoel Francisco da Costa, 4.281, Bairro João Pessoa, na cidade de Jaraguá do Sul – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL:

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 029/2016 – Termo de Inexigibilidade nº 007/2016 - 10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o artigo 6º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO:

3.1. Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação de apresentações artísticas musicais das seguintes bandas e grupos: "Banda os Fantásticos", "Roque Musical", "Rogério & Léia", "Chama Gaúcha", "Tropical Band", "Banda Campeiros de Cristo", "Sonatt", "Grupo Indaialense de Viola Caipira", "Musical JP", e "Sorriso Lindo". Os shows serão realizados durante a realização da 46ª FIMI.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO:

4.1. O valor total contratado é de R\$ 50.125,00 (cinquenta mil cento e vinte e cinco reais), assim composto:

- a) - Banda Os Fantásticos com o valor de R\$3.000,00 (três mil reais);
- b) - Roque Musical com o valor de R\$1.225,00 (um mil duzentos e vinte e cinco reais);
- c) - Rogério & Léia com o valor de R\$2.000,00 (dois mil reais);
- d) - Chama Gaúcha com o valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais);
- e) - Tropical Band com o valor de R\$7.000,00 (sete mil reais);
- f) - Banda Campeiros de Cristo com o valor de R\$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais);
- g) - Sonatt com o valor de R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais);
- h) - Grupo Indaialense de Viola Caipira com o valor de R\$2.500,00

(dois mil e quinhentos reais);

i) - Musical JP com o valor de R\$5.700,00 (cinco mil e setecentos reais); e,

j) - Sorriso Lindo com o valor de R\$16.000,00 (dezesseis mil reais).

4.2. As despesas decorrentes desta licitação serão pagas em 17 de março de 2016, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Unidade Requerente do Município de Indaial.

4.3. Quando inadimplente, e período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento não for superior a quinze dias, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

5.4. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

5.1. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução das obras, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa das obras, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

5.2. Os pagamentos se realizarão de acordo com o cronograma físico-financeiro de execução dos serviços, verificada através de medições. A CONTRATANTE realizará a medição dos serviços efetivamente realizados no período, atestando a execução dos mesmos.

5.3. A CONTRATADA apresentará até o 5º (quinto) dia corrido da aprovação da medição, que será mensal, nota fiscal fatura correspondente aos valores dos serviços executados a preços unitários e subtotais do contrato.

5.4. Caso ocorra o atraso de pagamento na data estipulada no item anterior, desde que atendidas às exigências contidas neste instrumento, os valores serão corrigidos a partir da data fixada para pagamento até a data da efetiva liquidação, sendo aplicada à variação da TR (Taxa de Referência) do período, divulgada pelo Banco Central do Brasil, ou na extinção desta será adotado outro índice legal, estabelecido pelo Governo Federal, que vier a substituí-la.

5.5. Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópias das guias de pagamento de INSS e FGTS relativas aos funcionários que atuaram na execução do objeto deste contrato.

5.6. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS:

6.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1. Reajuste de Preços:

6.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da assinatura do contrato.

6.1.2. Repactuação de preços:

6.1.2.1. A Repactuação de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

6.1.2.1.1. A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2. A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, publicações de data-base, alteração da legislação, alusivas à época da elaboração da proposta ou da última repactuação e do momento do pedido de revisão do contrato;

6.1.2.1.3. Com o requerimento, a CONTRATADA, deverá apresentar planilhas de custos unitários comparativa entre a data da formulação da proposta ou da última repactuação, e do momento do pedido de revisão do contrato, contemplando os custos unitários envolvidos, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor global pactuado; e

6.1.2.1.4. A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3. Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4. Os efeitos financeiros da repactuação de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5. As alterações decorrentes de repactuações e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO:

7.1. O prazo do presente contrato é de 15 de março de 2016 a 15 de abril de 2016.

7.2. As apresentações serão realizadas no Parque Público Municipal Ribeirão das Pedras Jorge Hardt, situada à Rua Ribeirão das Pedras – Bairro Ribeirão das Pedras – CEP: 89130-000, no município de Indaial, Estado de Santa Catarina.

7.3. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos

indenizatórios à CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

8.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s) do exercício de 2016:

- 02.10.023.695.002.1806.339039990000.01000000 – Recurso Próprio.

CLÁUSULA NONA – DEVERES DA CONTRATADA:

9.1. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato;

9.2. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

9.3. Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado, atendendo à demanda num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas;

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa;

9.5. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato;

9.6. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado;

9.7. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

9.8. Providenciar crachá para todos os funcionários contendo a identificação da empresa de modo legível;

9.9. Providenciar uniforme para todos os funcionários, bem como o material relativo ao E.P.I. necessários para a perfeita realização dos serviços;

9.10. Prestar informações sempre que solicitado pela CONTRATANTE, referentes à regulamentação profissional, piso salarial e demais informações de seus profissionais alocados;

9.11. Manter atualizados os registros e anotações trabalhistas dos profissionais alocados na prestação dos serviços e exibí-los sempre que exigidos pela CONTRATANTE;

9.12. Afastar ou substituir por recomendação da CONTRATANTE, qualquer empregado que, comprovadamente, causar embarço à boa execução deste Contrato, por ineficiência, má conduta ou falta de respeito a seus dirigentes, empregados ou terceiros;

9.13. Cumprir o escalonamento de férias do pessoal, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e provendo a substituição dos mesmos nestes períodos;

9.14. Efetuar a remuneração dos seus profissionais, respeitada a legislação trabalhista;

9.15. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.16. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.17. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 029/2016 - Termo de Inexigibilidade nº 007/2016 - 10430.

CLÁUSULA DÉCIMA – DEVERES DA CONTRATANTE:

10.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a prestação dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3. Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

11.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.3. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

11.1.4. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

11.1.5. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

11.1.6. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

11.1.7. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

11.1.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

11.1.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

11.1.10. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas

desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

11.1.11. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

11.1.12. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

11.1.13. Descumprimento do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

11.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 11.1.1. à 11.1.10, 11.1.12. e 11.1.13.

11.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

11.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 11.1.9. a 11.1.12., desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

11.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

11.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES:

12.1. A CONTRATADA será penalizada com multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, quando der causa à rescisão contratual.

12.2. O atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

a) - multa de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da realização dos serviços.

b) - multa de 1% (um por cento) quando os serviços não forem realizados conforme o cronograma de realização constante na Cláusula Terceira deste contrato.

12.3. As multas, acumulativamente, não poderão exceder à 10% do valor total do contrato.

12.4. Na hipótese do total das multas ultrapassarem o valor previsto no item anterior, serão dadas, além das mesmas já previstas, as

seguintes sanções:

- a) - Suspensão temporária de licitar com a CONTRATANTE, atendido o prazo máximo legal;
- b) - Declaração de inidoneidade.

12.5. As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

12.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo às sanções, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO:

13.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

13.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

13.2.1. Solicitar à CONTRATADA o afastamento ou a substituição de qualquer de seus empregados ou de prepostos, por ineficiência, incompetência, má conduta ou falta de respeito a seus dirigentes, seus empregados ou terceiros;

13.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

13.2.3. Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

13.2.4. Impugnar todo e qualquer serviço feito em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

13.2.5. Ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que esta tenha direito à indenização, caso, dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da entrega da notificação correspondente, não seja atendida qualquer reclamação por falha ou incorreção no serviço prestado.

13.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo da prestação dos serviços objeto do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.2. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o artigo 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.3. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO:

15.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

16.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – AS PARTES:

17.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 15 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	SVI REPRESENTAÇÕES E PRO. DE EVENTOS LTDA Ivaldo Sacht Júnior Contratada
GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe Gabinete	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

DECRETO Nº 1791/16

. DECRETO Nº 1791/16

. De 22 de março de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5261 de 21 de dezembro de 2015,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 684.290,68 (seiscentos e oitenta e quatro mil, duzentos e

noventa reais e sessenta e oito centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2445	MANUT. CONVÊNIOS/CONTRATOS SERV. ESPECIAIS EM SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01671707	MAC/CIRURGIAS - Estado
	Valor: (684.290,68)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, 22 de março de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 014/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 014/2016

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, INTELLIBR SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.982.125/0001-76, com sede na Rua Jerônimo Coelho, nº 170, sala 1.202, bairro Centro, na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu representante legal, Sr. César Murilo Muller de Jesus, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 667.742.259-34 e Cédula de Identidade nº 2044132 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Videira, nº 177, bairro Abraão, na cidade de Florianópolis - Estado de Santa Catarina., doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

Considerando equívoco nos cálculos, quando da confecção do contrato, o presente Termo Aditivo visa a retificação dos referidos valores.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação

em anexo, a cláusula quarta, itens 4.1., 4.1.1. item 01, 4.1.2 item 02, do contrato original, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão pública educacional da Secretaria da Educação e suas Unidades Escolares, bem como serviços de conversão de base de dados, implantação e treinamento nos referidos sistemas, sendo que todas as funcionalidades deverão estar 100% (cem por cento) operantes na data de entrega e operação do software., passa vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$16.520,00 (dezesseis mil quinhentos e vinte reais), subdivididos nos seguintes itens:

4.1.1. Item 01 – Serviços de instalação, conversão, testes, implantação e liberação do sistema para os usuários e Treinamento, no valor de R\$2.360,00 (dois mil e trezentos reais); e,

4.1.2. Item 02 – Licença de Uso e suas atualizações, valor unitário de R\$1.180,00 (um mil cento e oitenta reais), perfazendo valor total (anual) de R\$14.160,00 (quatorze mil cento e sessenta reais).

4.2. Item 03 – Serviços de suporte técnico in loco no valor unitário de R\$ 110,00 (cento e dez reais).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 22 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	INTELLIBR SISTEMAS LTDA César Murilo Muller de Jesus Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATOS DA ATA DE REG. DE PREÇOS DO PL 7, PP 3-2016-TABLET/FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2016
PROCESSO DE LICITAÇÃO 7/2016

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2016, do PROCESSO Nº 7/2016, homologado aos 11 de março de 2016, cujo objeto é: aquisição de equipamento de informática tipo Tablet destinado a Unidade Básica de saúde., para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016.7.7289
de 14 de março de 2016

FORNECEDOR: MB CATARINENSE LTDA-ME, situada na RUA HERCÍLIO LUZ, Nº 226- SALA 01, Município de MARAVILHA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 16.961.181/0001-52, representado pelo Srº FÁBIO MARLON MACHADO, CPF: 066.868.919-67.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Equipamento do tipo tablet com tecnologia Touchscreen	UN	25,00	SANSUNG/GA-LAXI TAB E	688,82	17.220,50
Valor Total Registrado					17.220,50	

O extrato da ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

EXTRATOS DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO PL 6, PP 2-2016/FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2016
PROCESSO DE LICITAÇÃO 6/2016

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2016, do PROCESSO Nº 6/2016, homologado aos 11 de março de 2016, cujo objeto é: aquisição de passagens em Transporte Rodoviário, para Pacientes em tratamento de saúde fora do Município - TFD (tratamento de saúde fora do domicílio), pela Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016.6.6163
de 14 de março de 2016

FORNECEDOR: TRANSPORTES COLETIVOS ZONTA LTDA, situada na RUA OSVALDO ZANDAVALLI, 927, município de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 76.343.094/0001-63 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 251.844.757, representado pelo Srº LIRIO ZONTA, CPF: 093.976.989-15.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
9	Transporte de paciente de Ipumirim até Concórdia	UN	100,00		10,00	1.000,00
10	Transporte de paciente de Concórdia até Ipumirim	SER	100,00		10,00	1.000,00
Valor Total Registrado					2.000,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016.6.6938
de 14 de março de 2016

FORNECEDOR: REUNIDAS TURISMO S.A, situada na AVENIDA GOVERNADOR IVO SILVEIRA, Nº 2445, município de FLORIANÓPOLIS-SC, inscrita no CNPJ sob n. 04.176.082/0001-80 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 255.274.297, representado pelo Srº , RUI CARA-MORI, CPF: 170.895.909-25.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Transporte de paciente de Concórdia até Florianópolis	SER	160,00	SCANIA/MERC./VOLVO	125,40	20.064,00
2	Transporte de paciente de Florianópolis até Concórdia	SER	160,00	SCANIA/MERC./VOLVO	128,05	20.488,00
3	Transporte de paciente de Concórdia até Joinville	SER	40,00	SCANIA/MERC./VOLVO	143,49	5.739,60
4	Transporte de paciente de Joinville até Concórdia	SER	40,00	SCANIA/MERC./VOLVO	145,14	5.805,60

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
7	Transporte de paciente de Blumenau até Concórdia	UN	20,00	SCANIA/MERC./VOLVO	119,08	2.381,60
8	Transporte de paciente de Concórdia até Blumenau	UN	20,00	SCANIA/MERC./VOLVO	115,28	2.305,60
Valor Total Registrado					56.784,40	

Os extratos das atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 14, PP 3-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 14/2016 Data do Processo: 02/03/2016
Folha: 1/2	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

cont. de Oficineira(o) p/ prestação de serviço com as seguintes habilidades: Pintura em tecido, pintura em madeira, pintura em emborrachado, pintura em tela, enfeites diversos datas comemorativas, biscoito, teatro, bordado, tricô, artes visuais e auxílio no desenvolvimento de atividades/temáticas socioeducativas, atuação c/grupos do PAIF/CRAS (criança/adolescente, mulher, família) e beneficiadas do prog. Bolsa Família, bem como p/ aulas de artesanato, p/ oficinas culturais, conf. especific. anexo ao edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 4/2016 (Sequência: 2)

Ao(s) 17 de Março de 2016, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 14/2016, Licitação nº 3/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio, e membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame a empresa: ROSMERI GUERINI MI. DARIANA DE SOUZA LIMA-ME E ROSANI ZAMPROGNA-MI. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que o representante apresentasse a documentação comprobatória de posse de poderes para representar sua empresa e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez a Srª ROSMERI GUERINI representante credenciada da empresa ROSMERI GUERINI MI. ROSANI ZAMPROGNA sócia proprietária da empresa ROSANI ZAMPROGNA-MI e FABIANO BIEZUS FRARE, representante credenciado da empresa DARIANA DE SOUZA LIMA-ME. Indagado pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa, as empresas acima transcrita, se credencia como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, a empresa apresentou a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da licitante presente. Na análise da proposta constatou-se que a empresa apresentou a proposta conforme exigências do presente Edital, estando habilitada para a fase seguinte do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, sendo que a licitante presente não manifestou interesse na redução dos preços mantendo os valores da proposta inicial, por estar dentro dos limites fixados no Edital, foi classificada. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da licitante. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da empresa presente ao final da sessão.

Participante: 9761 - ROSMERI GUERINI MI

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de Oficineira (o) para prestação de serviço com as seguintes habilidades: Pintura em tecido, pintura em madeira, pintura em emborrachado, pintura em tela, enfeites diversos datas comemorativas, biscoito, teatro, bordado, tricô, artes visuais e auxílio no desenvolvimento de atividades/temáticas socioeducativas, atuação com grupos do PAIF/CRAS (criança/adolescente, mulher, família) e beneficiadas do programa Bolsa Família, bem como para aulas de artesanato para oficinas culturais, conforme especificações anexo ao edital.	H	900,00		0,0000	13,30	11.970,00
Total do Participante ----->							11.970,00
Total Geral ----->							11.970,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 3/2016 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 14/2016
Data do Processo: 02/03/2016

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 17 de Março de 2016

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO

- - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- - Equipe de Apoio

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 8, PP 4-2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 8/2016 Data do Processo: 03/03/2016
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de serviços médicos na área de Clínico Geral, para atendimento na Unidade Básica de Saúde, conforme especificações anexas ao edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 4/2016 (Sequência: 2)

Ao(s) 18 de Março de 2016, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 8/2016, Licitação nº 4/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos dezoito dias do mês de março de 2016, às nove horas, reuniu-se o Pregoeiro Laudecir Francio e sua Equipe de Apoio, constituída pela servidora municipal Jucilene Goldoni Calari, designados pelo Decreto nº 1644/2009, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame as empresas: GILBERTO DE OLIVEIRA NETTO S/S - ME neste ato representado pelo sócio proprietário o sr Gilberto De Oliveira Netto. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que o representante apresentasse a documentação comprobatória de posse de poderes para representar sua empresa e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.2 e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº Gilberto De Oliveira Netto sócio proprietário da empresa GILBERTO DE OLIVEIRA NETTO S/S - ME. Indagado pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa todas as empresas acima citadas se credenciam como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e o representante da licitante Presente. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte o Pregoeiro deu início as fases de lances verbais, sendo que as licitantes mantiveram o preço original da proposta e segue planilha anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de Habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e o representante da licitante. Na análise da documentação constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme exigências do presente Edital. Ante o exposto o representante legal da licitante renunciou expressamente ao direito de recorrer do julgamento das fases desta licitação. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e o representante da empresa presente ao final da sessão.

Participante: 7406 - GILBERTO DE OLIVEIRA NETO S/S- ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Consulta médica- clínico geral que serão distribuídas na seguinte forma:	Cons	2.700,00		0,0000	26,00	70.200,00

as consultas serão realizadas na unidade básica de saúde, nos dias segunda e sexta feira na parte da manhã e tarde e nas quartas feiras somente na parte da tarde repassadas ao profissional pela Secretaria de Saúde, conforme demanda e no mínimo 300 (trezentas) consultas/mês que serão distribuídas em média de 30 (trinta) consultas diária, caso haja necessidade num valor de R\$ 26,00 (vinte e seis) reais á consulta.

Total do Participante -----> 70.200,00

Total Geral -----> 70.200,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P: 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 4/2016 - PR****Processo Administrativo:****Processo de Licitação:** 8/2016**Data do Processo:** 03/03/2016

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 18 de Março de 2016

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO

- - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- - MEMBRO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 14, PP 3-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2016 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 14/2016 Data do Processo: 02/03/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 14/2016
b) Licitação Nr.: 3/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 21/03/2016
e) Objeto da Licitação: cont. de Oficina(o) p/ prestação de serviço com as seguintes habilidades: Pintura em tecido, pintura em madeira, pintura em emborrachado, pintura em tela, enfeites diversos datas comemorativas, biscuit, teatro, bordado, tricô, artes visuais e auxílio no desenvolvimento de atividades/temáticas socioeducativas, atuação c/grupos do PAIF/CRAS (criança/adolescente, mulher, família) e beneficiadas do prog. Bolsa Família, bem como p/ aulas de artesanato, p/ oficinas culturais, conf. especif. anexo ao edital.

f) Fomecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

ROSMERI GUERINI MI (9761)

1 contratação de Oficina(o) para prestação de serviço com as seguintes habilidades: Pintura em tecido, pintura em madeira, pintura em emborrachado, pintura em tela, enfeites diversos datas comemorativas, biscuit, teatro, bordado, tricô, artes visuais e auxílio no desenvolvimento de atividades/temáticas socioeducativas, atuação com grupos do PAIF/CRAS (criança/adolescente, mulher, família) e beneficiadas do programa Bolsa Família, bem como para aulas de artesanato para oficinas culturais, conforme especificações anexo ao edital.	H	900,00	0,0000	13,30	11.970,00
---	---	--------	--------	-------	-----------

Total do Fornecedor: 11.970,00

Total Geral: 11.970,00

Ipumirim, 21 de Março de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.971/2015

DECRETO N.º 2.971/2016, DE 16 DE MARÇO DE 2016.
REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR Nº 088/2014, DE 16 DE ABRIL DE 2014, QUE CRIA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMPDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, inciso I e VII c/c o artigo 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o disposto no Art. 15 da Lei Complementar nº 088/2014 de 16/04/2014,

DECRETA:

Art. 1º - A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMPDEC é o órgão da Administração Pública Municipal responsável pela coordenação das ações de defesa civil, no município.

Art. 2º - São atividades da COMPDEC:

- I. Coordenar e executar as ações de Defesa Civil;
- II. Manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à Defesa Civil ;
- III. Elaborar e implementar planos, programas e projetos de Defesa Civil;
- IV. Elaborar Plano de Ação Anual visando o atendimento das ações em tempo de normalidade, bem como, das ações emergenciais, com a garantia dos recursos no Orçamento Municipal;
- V. Prever recursos orçamentários próprios necessários às ações assistenciais de recuperação ou preventivas, como contrapartida às transferências de recursos da União, na forma da legislação vigente;
- VI. Capacitar recursos humanos para as ações de Defesa Civil;
- VII. Manter o órgão central do SINDEC informado sobre as ocorrências de desastres e atividades de Defesa Civil;
- VIII. Propor à autoridade competente a declaração de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública, observando os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;
- IX. Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres.
- X. Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;
- XI. Implementar ações de medidas não-estruturais e medidas estruturais;
- XII. Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;
- XIII. Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;
- XIV. Comunicar aos órgãos competentes quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos puser em perigo a população;
- XV. Implantar programas de treinamento para voluntariado;
- XVI. Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;
- XVII. Estabelecer intercâmbio de ajuda com outros Municípios (comunidades irmãs);
- XVIII. Promover mobilização comunitária visando a implantação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC, nos bairros e distritos.

Art. 3º - A COMPDEC tem a seguinte estrutura:

- I. Coordenador ou Secretário-Executivo
- II. Conselho Municipal
- III. Secretaria
- IV. Setor Técnico-Operativo

Parágrafo Único – O Coordenador ou Secretário-Executivo e os dirigentes da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil serão designados pelo Prefeito Municipal mediante Portaria.

Art. 4º - Ao Coordenador ou Secretário-Executivo da COMPDEC compete:

- I. Convocar as reuniões da Coordenadoria;
 - II. Dirigir a entidade representando-a perante os órgãos governamentais e não governamentais;
 - III. Propor ao Conselho Municipal o plano de trabalho da COMPDEC;
 - IV. Participar das votações e declarar aprovadas as resoluções;
 - V. Resolver os casos omissos e praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento da COMPDEC;
 - VI. Propor aos demais membros, em reunião previamente marcada, os planos orçamentários, obras e serviços, bem como outras despesas, dentro da finalidade a que se propõe a COMPDEC.
- Parágrafo Único - O Coordenador ou Secretário-Executivo da COMPDEC poderá delegar atribuições aos membros do Conselho, sempre que achar necessário ao bom cumprimento das finalidades da entidade, observado os termos legais.

Art. 5º - O Conselho Municipal poderá ser constituído de membros assim qualificados:

- Representante da Secretaria Municipal da Administração;
- Representante da Secretaria Municipal da Saúde;
- Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário;
- Representante da Secretaria Municipal da Infraestrutura;
- Representante da Secretaria Municipal da Agricultura;
- Representante da Polícia Militar;
- Representantes de outras entidades.

Parágrafo Único - Os integrantes do Conselho Municipal não receberão remuneração, salvo em viagem a serviço fora da Sede do Município restringindo-se às despesas de pousada, alimentação e transporte devidamente comprovadas.

Art. 6º - À Secretaria ou Coordenadoria compete ainda:

- I. Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;
- II. Secretariar e apoiar as reuniões do Conselho Municipal de Defesa Civil.

Art. 7º - Ao Setor Técnico-Operativo, compete:

- I. Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;
 - II. Implantar programas de treinamento para voluntariado da COMPDEC;
 - III. Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;
 - IV. Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;
- I. Implementar ações de medidas não-estruturais e medidas estruturais;
 - II. Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários

em situações de desastres.

Art. 8º - No exercício de suas atividades, poderá a COMPDEC solicitar das pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que esta sujeita a população, em circunstâncias de desastres.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis (SC), 16 de Março de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 075/2016

PORTARIA N. º 075/2016.

“DISPENSA SERVIDOR DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE GESTÃO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo III, quadro III – Funções de Gestão – Direção Escolar, da Lei Complementar n º 056/2012, de 08/02/2012,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR a pedido o servidor ROGÉRIO NATALÍCIO SENFF, ocupante do cargo efetivo de Professor (40h/sem), do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, do exercício da Função de Gestão de Diretor Escolar do N.E. Guilherme Bossow, vinculado a Secretaria Municipal da Educação, para a qual foi designado em data de 08/09/2015, através da Portaria n º 321/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 23 de Março de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preços, no dia 07 de abril de 2016, para aquisição de sementes forrageiras e de adubação verde para distribuição aos agricultores do Município. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 07 de abril de 2015 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá SC, 23 de Março de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

EXTRATO ATA ADITIVO COPERDIA

2º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 109/2015, PL 060/2015

PARTES: Município de Itá e Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 039/2015

OBJETO: Redução do valor da Gasolina comum

VALOR REAJUSTADO: R\$ 3,73 (três reais e setenta e três) por litro;

OBJETO: Redução do valor do óleo diesel S10

VALOR REAJUSTADO: R\$ 3,04 (três reais e quatro centavos) por litro;

VIGÊNCIA: Início: 10/03/2016 Término: 31/12/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO ADITIVO CONTRATOS

Aditivo Nº : 2AD 109/2015

Contratada...: ESTER BENIN FOSCHIERA

Valor : 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 21/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2015

Objeto : O presente termo aditivo tem por objeto acrescer em 25,00% o valor inicial do contrato nº 116/2015, de serviço de contratação de mão de obra para costura de figurinos.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 2AD 115/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: FLORICULTURA FLORIARTE LTDA ME

Valor : 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 21/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2015

Objeto : O presente termo aditivo tem por objeto acrescer em 25,00% o valor inicial do contrato nº 115/2015, de serviço de decoração e ornamentação de ambiente.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 2AD 116/2015 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: OSMAR PEREIRA ME

Valor : 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 21/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2015

Objeto : O presente termo aditivo tem por objeto acrescer em 25,00% o valor inicial do contrato nº 116/2015, de serviço de sonorização de ambiente.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação Nº 06/2016. Pregão Presencial nº 04/2016. Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de limpeza para uso na Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Contratante: Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Empresas vencedoras: Sancapel Soluções para Higiene Profissional Ltda - ME. Valor R\$ 1.007,80; Aroldo Veiga – ME. Valor R\$ 13.059,35; Maxima Papelaria Eireli. Valor R\$ 60.452,76 e Papelaria São Bento Ltda – EPP. Valor R\$ 14.082,40. Vigência: 22 de março de 2017. Itaiópolis, 22/03/2016. Nair Veronica Pivovar – Administradora Hospitalar.

Itapema

PREFEITURA

ATO 001/CP/PMI/001/2016 PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

ATO 001/CP/PMI/001/2016

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO

DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

O Senhor Rodrigo Costa, Prefeito Municipal de Itapema/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, juntamente com a comissão responsável e o Instituto o Barriga Verde, torna público a primeira retificação do Edital de Concurso Público nº 001/2016, conforme segue:

1. Exclui-se completamente do edital de concurso público Edital 001/2016, os seguintes cargos:

- 35. Professor de Artes
- 36. Professor de Ciências
- 37. Professor de Educação Física
- 42. Professor de História
- 45. Professor de Matemática

0.1 Justifica-se a exclusão dos referidos cargos por motivos de análise do setor de Recursos Humanos.

2. Fica retificado no anexo I do edital o valor do salário do cargo de Psicopedagogo, onde se lê: R\$ 3.037,36.

3. Fica incluído no anexo I do edital o pré-requisito do cargo de Agente Municipal de Trânsito exigência de carteira nacional de habilitação categoria "A".

4. Fica retificado no anexo II do edital o cargo de Técnico Desportivo, que passa a vigorar da seguinte forma:

Cargo	Vagas	CH	Salário	Pré-Requisitos	Tipo de Prova	R\$ Inscrição
17. Técnico Desportivo	03	20 h	1.518,68	Ensino Superior em Educação Física com registro do CREF	Escrita Objetiva e títulos	110,00

5. Retifica-se do anexo III a atribuição do cargo de Auxiliar de Apoio, que passa a vigorar da seguinte forma:

Auxiliar de Apoio

Executar trabalho rotineiro de limpeza em geral em edifícios, prédios e suas dependências, escolas, escritórios, postos de saúde e outros locais, espanando, varrendo, lavando ou encerando dependências, móveis, utensílios e instalações, louças, toalhas, copos, vasilhames, panelas e outros para manter as condições de higiene e conservação;

Remover o pó dos móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os com vasculhadores, flanelas ou vassouras apropriadas para a conservar-lhes a aparência;

Limpar utensílios como cinzeiro e objetos de adorno, utilizando pano, esponja ou outros materiais de limpeza, embebidos em água e sabão, detergentes e/ou outros produtos de limpeza, para manter a boa aparência dos locais;

Arrumar banheiros e toaletes, limpando-os reabastecendo-os com papel sanitário, toalhas e sabonetes, para conservá-los em condições de uso;

Coletar lixo de depósito, recolhendo-os em latões, para depositá-los em lixeiras ou incineradores;

Servir e atender às crianças nas necessidades diárias, cuidando de sua higiene, orientando-as nas distrações, preparando-lhes a alimentação e auxiliando-as nas refeições, para garantir-lhes o bem estar e o desenvolvimento sadio;

Cuidar da higiene da criança, banhando-a, vestindo-a e orientando-a sobre os hábitos de higiene pessoal, para assegurar asseio e boa apresentação;

Ministrar medicamentos à criança, preparando as doses indicadas e controlando os horários de acordo com a orientação médica;

Controlar o repouso da criança, preparando-lhe a cama, ajudando-a na troca de roupa e observando os horários para zelar pela sua saúde e bem estar da mesma;

Preparar a alimentação das crianças, temperando, amassando e triturando os alimentos, de acordo com as instruções recebidas para atender ao regime alimentar adequado;

Separar os materiais a serem utilizados na preparação da refeição ou merenda, escolhendo panelas, temperos, molhos e outros ingredientes para facilitar a sua manipulação;

Fazer a cocção dos alimentos utilizando a forma e o vasilhame mais adequado;

Determinar a limpeza dos talheres e utensílios, solicitando ou fazendo a lavagem dos mesmos para assegurar sua posterior utilização em condições de higiene;

Controlar o estoque de ingredientes, verificando seu nível e o estado dos que estão sujeitos à deterioração para providenciar as reposições necessárias;

Preparar os alimentos, de maneira a garantir a forma e o sabor adequados a cada prato, para seguir a receita indicada pela Nutricionista;

Varrer praças, ruas, avenidas logradouros públicos;

Executar outras atividades determinadas pelos superiores hierárquicos.

6. Retifica-se do anexo IVO conteúdo programático do cargo de Auxiliar de Apoio, que passa a vigorar da seguinte forma:

AUXILIAR DE APOIO

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Aptidões profissionais: - Limpeza e conservação em geral. - Produtos, materiais, ferramentas e equipamentos de trabalho. - Motores e máquinas: características, peças e consertos. - Lavagem, lubrificação e abastecimento de veículos e motores. - Conserto de pneus e câmaras de ar. - Conhecimentos sobre jardinagem e cultivo de plantas. - Conhecimentos sobre capina em geral e serviços de lavoura. - Conhecimentos sobre construção civil.

Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

7. Os candidatos que já pagaram a inscrição dos cargos que foram excluídos ou retificados, poderão solicitar a devolução da taxa de inscrição paga, da seguinte forma:

- Preencher o requerimento do anexo I deste ato, informando o número do banco, agência e da conta corrente para devolução do valor;
- Protocolar o requerimento na Prefeitura Municipal de Itapema ou enviá-lo através das agências dos correios com SEDEX/AR para Prefeitura Municipal de Itapema, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro: Centro, CEP: 88.220-000, Itapema (SC);
- O candidato deverá protocolar este requerimento até o dia 08/04/2016;
- O município fará a devolução do valor pago em até 15 dias após recebimento do requerimento.
- O candidato que queiram se inscrever em outro cargo deverá solicitar a devolução e se inscrever normalmente para outro cargo e pagar o boleto correspondente.
- Os candidatos que não efetuaram o pagamento, podem escolher outro cargo no momento da inscrição.

8. Os demais itens do edital, permanecem inalterados.

Itapema, 23 de março de 2016.

Senhor Rodrigo Costa

Prefeito Municipal

ANEXO I

REQUERIMENTO DE VALOR PAGO

Eu _____, portador do documento de CPF nº _____, inscrito no Concurso Público – Edital 001/2016 da Prefeitura Municipal de Itapema, residente e domiciliado a Rua/Av. _____ nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

Venho REQUER a Vossa Senhoria DEVOLUÇÃO do valor pago da taxa de inscrição do cargo de _____, inscrição número: _____.

Informo que o valor pago a ser devolvido é de R\$ _____ e deve ser depositado na seguinte conta bancária:

Banco: _____

[] Conta em seu Nome [] conta de terceiro

Titular da Conta: _____

Número da Agência: _____

Número da conta: _____

Tipo da conta: [] corrente [] Poupança – número da operação _____

Nestes Termos firma a presente declaração e

Pede Deferimento do requerimento

_____, _____ de _____ de 2016

(local e data)

Assinatura do Declarante/Requerente

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 001.2016

EDITAL 001.2016

O Município de Itapema, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público que estão abertas, no período de 28 de março de 2016 à 30 de março de 2016, as inscrições para o credenciamento de arte-educadores nas áreas de formação da Banda Municipal e Fanfarras Escolares. O Edital na íntegra está a disposição no seguinte endereço eletrônico: www.itapema.sc.gov.br, ícone "compras e licitações – modalidades – credenciamento – pasta 001.2016".

Everaldo Daros

Direto de Compras, Contratos e licitações

EDITAL Nº 001/2016DE CONCURSO PÚBLICO (EDITAL RETIFICADO CONFORME ATO 001/2016)

EDITAL Nº 001/2016DE CONCURSO PÚBLICO

(Edital Retificado conforme ato 001/2016)

Abre inscrições e define normas para o Concurso Público, destinado a provimento de vagas legais do quadro de servidores do Município de Itapema, Santa Catarina e dá outras providências.

O Senhor Rodrigo Costa, Prefeito Municipal de Itapema/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, TORNA PÚBLICO a realização, de Concurso Público sob regime celetista, para provimento de vagas legais do quadro geral dos servidores do Município, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital.

1. DA DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será executado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió – CEP 89.190-000, Estado de Santa Catarina, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico: <http://iobv.org.br/>; e-mail: concursos@iobv.org.br.

1.2. A fiscalização e supervisão do Concurso Público está a cargo da Comissão Municipal de Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 022/2016.

1.3. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

FASE 1: Cargos somente com prova escrita e cargos com prova escrita e títulos.

Evento	DATA PREVISTA
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	23/03/16 a 25/04/16
Período para solicitar isenção de pagamento da taxa de inscrição	23/03/16 a 05/04/16
Divulgação da lista de isentos de pagamento da taxa de inscrição	18/04/16
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	26/04/16
Requerimento de Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	25/04/16
Homologação das Inscrições, divulgação das inscrições indeferidas de todos os candidatos	02/05/16
Recursos contra indeferimento das inscrições	03/05 e 04/05/16
Divulgação dos Locais e Horários de Prova	Entre 09 e 18/05/16
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS	22/05/16
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	23/05/16
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar	24/05 e 25/05/16
Gabarito Definitivo e julgamento dos recursos da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	06/06/16
Classificação Preliminar da prova escrita	07/06/16
Recursos contra a classificação preliminar dos cargos com prova escrita	08/06 e 09/06
Classificação Final da prova escrita	13/06/16
Homologação do resultado final dos cargos somente com prova escrita	13/06/16
Convoca para a entrega de títulos os candidatos aprovados na prova escrita	13/06/16
Prazo para protocolo ou envio dos títulos	De 13/06 a 20/06/16
Divulgação da Classificação Preliminar dos cargos com prova títulos	27/06/16
Recursos contra a pontuação de títulos	28/06 e 29/06/16
Classificação Final e homologação dos cargos com prova de títulos	30/06/16

FASE 2: Cargos com prova prática e aptidão física

Evento	Data Prevista
Convocação para prova prática dos cargos de Operadores de Máquina Pesada e Operador de Máquina Leve	13/06/16
Convocação para prova de CAPACIDADE FÍSICA do Cargo de Agente Municipal de Trânsito	13/06/16
PROVA PRÁTICA (Operadores de Máquina Pesada e Operador de Máquina Leve)	19/06/16
TESTE DE CAPACIDADE FÍSICA (cargo de Agente Municipal de Trânsito)	19/06/16
Resultado da prova prática e Teste de Aptidão Física	22/06/16

Recurso contra prova prática e Teste de Aptidão Física	Das 18h do dia 22/06 as 18h do dia 24/06/16
Classificação Final e homologação dos cargos com prova prática	28/06/16

FASE 3: Cargo de Agente Municipal de Trânsito - Avaliação Psicológica

Evento	Data Prevista
Convocação para Avaliação Psicológica do cargo de Agente Municipal de Trânsito	28/06/16
Avaliação Psicológica (Cargo de Agente Municipal de trânsito)	03/07/16
Divulgação dos Pareceres da Avaliação Psicológica	11/07/16
Recursos contra avaliação psicológica	Das 18h de 11/07 às 18h de 13/07/16
Classificação final e homologação	15/07/16

1.4. As publicações serão realizadas após às 17 horas da data prevista, cabendo ao candidato a responsabilidade de acompanhar as publicações.

1.5. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, inclusive na data de realização das provas, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.6. O Edital do Concurso Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações para provas e todos os demais atos do Concurso Público, serão publicados no site oficial do Concurso Público na Internet: www.iobv.org.br.

1.7. O Edital do Concurso Público também será publicado no site da Prefeitura Municipal de Itapema na Internet: <http://www.itapema.sc.gov.br/> e no diário oficial dos municípios de Santa Catarina - DOM: <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores; e ainda, publicado na forma de extrato, em jornal de circulação local e regional.

1.8. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações, comunicados, mensagens eletrônicas (e-mails) e demais documentos divulgados e/ou enviados referentes ao presente Concurso Público.

1.9. O prazo de validade do Concurso Público é de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do presente edital, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Poder Executivo.

1.10. Durante o prazo de validade do Concurso Público, o aprovado excedente tem prioridade sobre os novos concursados, no preenchimento dos cargos na mesma carreira.

1.11. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivesse transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

1.12. Os documentos e requerimentos exigidos, salvo expressa determinação das normas do Edital, poderão ser entregues, pessoalmente pelo candidato ou por procurador devidamente habilitado, na Sede do IOBV no endereço constante do item 1.14.

1.13. Os documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), salvo expressa vedação do Edital, através do serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX) para serem entregues ao IOBV, no endereço abaixo, após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de entrega da correspondência.

Endereço para remessa via postal de documentos:

IOBV – CONCURSO PÚBLICO DE ITAPEMA

Avenida Luiz Bertoli, número 233 – Centro

89.190-000 – Taió - SC

1.14. Não são admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente Concurso Público:

- Estar devidamente aprovado no concurso público e classificado dentro das vagas estabelecidas neste Edital;
- A nacionalidade brasileira ou equiparada;
- O gozo dos direitos políticos;
- Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- A idade mínima de dezoito anos;
- Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial;
- Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- Os candidatos com deficiência devem verificar as disposições do Capítulo próprio neste Edital;
- Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

2.2. A comprovação da escolaridade e o preenchimento dos demais requisitos legais indispensáveis à nomeação no cargo público será exigida unicamente quando da posse no cargo público. A não apresentação, naquela ocasião, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Concurso Público e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.

2.3. A aprovação e classificação no presente Concurso Público não criam direito à admissão que será realizada na medida das necessidades de Prefeitura do Município de Itapema e disponibilidades orçamentárias.

2.4. Os candidatos aprovados neste certame, quando investidos na vaga, estarão vinculados ao:

- Regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-Lei 5.452, de 1943);
- Regime Geral de Seguridade Social (INSS, art. 201, CF);

- c) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS, art. 7º, III, CF);
d) Plano de Cargos e Salários do Município de Itapema Vinculados à Administração Direta, e Das Outras Providências (Leis 1496 e 1497/98 e suas alterações) (Leis 2103,2104 e 2105/2003 e suas alterações)

2.5. Os candidatos aprovados nas vagas de Emprego Público, além do estabelecido na legislação acima, exceto o item “d” que não lhes é aplicável, estarão vinculados à legislação federal ou municipal, que respectivamente os criou, contratados enquanto existir o referido programa.

3. DOS CARGOS, VAGAS, EXIGÊNCIAS DE ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS.

3.1. O Concurso Público destina-se ao provimento das vagas legais existentes, conforme cargos/especialidade, carga horária semanal, número de vagas, remuneração mensal, e as exigências específicas a cada cargo, objeto deste Concurso Público, que encontram-se descritos no Anexo I e II deste edital.

3.2. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados no ato da posse após a convocação.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. No momento da inscrição, o candidato deverá optar pelo cargo a que deseja concorrer. Uma vez efetuada a inscrição, não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

4.2. A inscrição no Concurso Público implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

4.3. A participação no Concurso Público iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

4.4. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Concurso Público.

0.1. A inscrição poderá somente ser efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades item 1 deste edital.

0.2. Para os candidatos que não possuem acesso à rede mundial de computadores (internet), a Prefeitura Municipal de Itapema, disponibilizará local para a realização da inscrição no seguinte endereço: Câmara de Vereadores na Rua 120 nº 423, disponibilizará sala informatizada, através do Projeto Câmara Cidadã, com atendimento das 12:30min às 18:30min, nas datas conforme cronograma.

0.3. O atendimento presencial acha-se condicionado à disponibilidade de equipamentos e pessoal e, em determinados momentos, poderá haver filas.

0.4. Os candidatos deverão inscrever-se somente em um cargo, tendo em vista a possibilidade de realização das provas para todos os cargos na mesma data e horário.

0.5. Para o candidato, isento ou não, que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, sendo entendida como efetivada a inscrição paga ou isenta. Caso haja mais de uma inscrição paga em um mesmo dia, será considerada a última inscrição efetuada no sistema de inscrição do IOBV.

0.6. Para efetivar a sua inscrição pela internet é imprescindível o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), sendo que o candidato deverá seguir os seguintes passos:

a) Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br, na página inicial clique em “Concursos e Seletivos”, em seguida em “inscrições abertas”, selecionar o município de Itapema Edital 001/2016 e clicar em “realizar inscrições”, digite seu CPF e informe os dados solicitados.

b) Baixar e Ler atentamente o edital completo, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas.

c) Cadastrar-se no portal www.iobv.org.br, criando uma senha de acesso para a área do candidato (guarde bem essa senha pois será útil em todos os acessos futuros)

d) Preencher o Requerimento de Inscrição, conferindo os dados informados e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;

e) Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição, preferencialmente nas Lotéricas e Agências da Caixa Econômica Federal, diretamente no caixa, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.

f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

0.7. O IOBV e a Prefeitura de Itapema eximem-se de qualquer responsabilidade pela eventual indisponibilidade, congestionamento de linhas ou falha dos equipamentos ou acesso à INTERNET.

0.8. É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Concurso Público, deverá ser atualizado no cadastro online do candidato, através da sua área restrita, e deverá ser comunicado ao IOBV por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: concursos@iobv.org.br. Após a data de publicação do resultado do Concurso Público, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura de Itapema.

0.9. O valor da taxa de inscrição é de:

a) Para cargos com exigência de curso superior: R\$ 110,00 (cento e dez reais);

b) Para cargos com exigência de curso de ensino médio: R\$ 80,00 (oitenta reais);

c) Para cargos com exigência alfabetizado e de ensino fundamental: R\$ 50,00 (cinquenta reais);

0.10. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo. Não serão considerados pagamentos fora do prazo estabelecido no cronograma deste edital.

0.11. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, devido vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é da Caixa Econômica Federal cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 104.

0.12. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de

inscrição.

0.13. Não serão aceitos pagamentos feitos por qualquer outra forma ou meio.

0.14. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

0.15. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

0.16. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

0.17. A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.

0.18. Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do Concurso Público, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

0.19. É vedada a inscrição condicional, extemporânea ou por qualquer outra via não determinada neste edital.

0.20. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas e ou congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou impressão dos documentos solicitados.

0.21. As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

0.22. Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.

0.23. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

0.24. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Concurso Público.

0.25. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e www.itapema.sc.gov.br.

0.26. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Concurso Público no endereço www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas.

1. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

1.1. São isentos da taxa de inscrição no Concurso Público:

a) Os candidatos doadores de Sangue (Lei Estadual nº 10.567, de 07 de novembro de 1997);

b) Os candidatos que estiverem inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚnico e forem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos).

1.2. Para usufruírem do benefício da isenção da taxa de inscrição os candidatos deverão, após realizar sua inscrição, obrigatoriamente, protocolar na sede do IOBV, ou enviar via postal (sedex/ar), os seguintes documentos:

a) Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue:

- Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V);

- Documento oficial expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição. O documento deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais, considerando-se os 12 (doze) meses que antecederam a abertura do presente edital.

- Considera-se, para enquadramento no benefício previsto na referida Lei, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou à entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município.

b) Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico:

- Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V do edital), com a devida declaração;

1.3. Só serão examinados os pedidos de isenção enviados via postal que forem entregues ao IOBV até a data determinada no Edital para recebimento dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal. Para o seguinte endereço: INSTITUTO O BARRIGA VERDE

ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO CONCURSO PÚBLICO ITAPEMA – SC

Av. Luiz Bertoli, 233 – Centro – 89.190-000 – Taió - SC

1.4. No caso de pedido de isenção por estar inscrito no CADÚnico, o IOBV consultará o MDS para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. Declarações falsas estarão sujeitas às sanções previstas em lei.

1.5. O candidato que tiver seu pedido de isenção de pagamento deferido terá sua inscrição validada, não devendo pagar o boleto da taxa de inscrição.

1.6. Sendo indeferido o pedido de isenção, restará ao candidato pagamento da inscrição até o último dia de inscrições.

1.7. Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição.

1.8. O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.

1.9. Os despachos aos pedidos de isenção da taxa de inscrição serão publicados na data constante do cronograma deste edital.

1.10. Não será concedida isenção de pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:

a) Omitir informações e (ou) torná-las inverídicas;

b) Fraudar e (ou) falsificar documentação;

c) Pleitear a isenção, sem apresentar cópia dos documentos previstos neste edital;

d) Não observar o local e endereço previsto neste edital;

1.11. Não será permitida, após a entrega do requerimento de isenção, acompanhado dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação.

1.12. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via fax, via requerimento administrativo, via correio eletrônico ou, ainda fora do prazo.

2. DAS VAGAS RESERVADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

2.1. Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de inscrever-se neste Concurso Público, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, sendo a elas reservadas 5 % (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, Inciso VIII da Constituição Federal e Ar. 5º § 2º da Lei Complementar nº 130, de 05 de dezembro de 2001 e alterações.

2.2. Para os cargos deste edital, cuja a aplicação do percentual de 5% não resulta a oferta imediata de vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 3º do Decreto 2.874/2009, neste caso, o primeiro candidato com deficiência classificado no cargo será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga que vier a surgir para o cargo que concorreu, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de 20 (vinte) vagas providas.

2.3. Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados e classificados.

2.4. Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º da Lei nº 12.870/2004 e no art.1º do Decreto Federal n. 2.874/2009 e suas alterações.

2.5. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

2.6. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá, obrigatoriamente:

a) No ato da inscrição declarar-se com deficiência;

b) Encaminhar cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF), bem como original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico contendo o número de inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), emitido nos últimos 12 meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência.

c) Enviar requerimento solicitando a vaga para deficiente e descrevendo detalhadamente o tipo de atendimento especial que necessita no dia da prova.

d) Cópia do comprovante de inscrição.

2.6.1. O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e da cópia simples do CPF é de responsabilidade exclusiva do candidato. O IOBV não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.

2.6.2. A documentação enviada terá validade somente para esse edital de concurso público, para outros editais do município deverá ser enviada novamente a documentação e não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias desta documentação.

2.7. Os documentos devem ser protocolados ou enviados no seguinte endereço:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

VAGA PARA DEFICIENTE CONCURSO PÚBLICO ITAPEMA – SC

Av. Luiz Bertoli, 233 – Centro – 89.190-000 – Taió - SC

2.8. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no Edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal.

2.9. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição online.

2.10. Os candidatos que se declararam no ato de inscrição como deficiência e que não atenderem plenamente a todas as exigências dispostas no presente edital, terão suas inscrições para as vagas reservadas indeferidas, passando a figurar unicamente na classificação geral dos candidatos.

2.11. O candidato com deficiência que necessitar de condição especial (local de fácil acessibilidade, tempo adicional, uso de aparelhos de audição, leitor (não haverá prova em braile), prova com fonte ampliada e etc.), para a realização das provas deverá protocolar ou enviar via sedex/ar, requerimento (anexo IV) desta solicitação, até data constante no cronograma, nos endereços já informado, anexando ao requerimento laudo médico por especialista da área de sua deficiência, comprovando essa necessidade.

2.12. As solicitações de condições especiais serão atendidas respeitadas a legalidade e a razoabilidade. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e ou coordenador local do IOBV.

2.13. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, no horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

2.14. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

2.15. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência que forem aprovados serão convocados por edital próprio, através do site da prefeitura municipal de Itapema, para avaliação da sua condição de deficiente pela Perícia Médica Oficial do Município e se a deficiência é capacitante ou não para o exercício do cargo.

2.16. Será excluído do Concurso Público o candidato aprovado para uma das vagas aos portadores de deficiência que:

a) Não comparecer, chegar atrasado ou não apresentar a documentação e ou exames solicitados para a avaliação da Perícia Médica Oficial do Município.

b) Cuja deficiência informada no requerimento de Inscrição não seja constatada pela Perícia Médica Oficial do Município ou não seja compatível com o exercício do cargo.

c) Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

3. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e o ato de homologação será publicado no endereço eletrônico www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital.

3.2. A relação das inscrições não homologadas devido ao indeferimento, serão divulgadas no endereço do Concurso Público na internet www.iobv.org.br.

3.3. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

3.4. Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com

seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações, até a data da prova.

3.5. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas DEFINITIVAMENTE pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

3.6. Se mantida a não homologação ou não processamento, o candidato será eliminado do Concurso.

4. OUTROS REQUERIMENTOS

4.1. Candidata lactante

4.1.1. A candidata que desejar amamentar durante a aplicação da prova deverá:

- a) Indicar esta condição especial para realizar a prova no Requerimento de Inscrição;
- b) Enviar ou apresentar no local das provas o requerimento Anexo IV, deste edital, informando nome do acompanhante, bem como cópia da certidão de nascimento do filho.
- c) Chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior que ficará responsável pela guarda da criança.

4.1.2. O menor e o responsável ficarão em sala especial reservada. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

4.1.3. O IOBV não disponibilizará acompanhante para guarda da criança.

4.2. Benefícios da Lei 11.689/2008

4.2.1. Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei 11.689/2008, deverão entregar ou enviar no endereço do IOBV (item 1.12), até o último dia de inscrições, cópia autenticada da certidão e ou declaração e ou atestado ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, os termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008.

4.2.2. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal da correspondência.

4.2.3. Enviar documentos para:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

AMAMENTAÇÃO/ Benefício Lei 11.689 CONCURSO PÚBLICO ITAPEMA – SC

Av. Luiz Bertoli, 233 – Centro – 89.190-000 – Taió - SC

4.2.4. A relação dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido será divulgado no endereço www.iobv.org.br, conforme data prevista no cronograma.

4.2.5. A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5. DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

5.1. O concurso público será composto de uma ou mais etapas, dependendo do cargo e ou escolaridade, conforme segue:

5.2. Cargos de Ensino Superior:

- a) Etapa 1: PROVA ESCRITA OBJETIVA, de caráter eliminatório/classificatório, com questões objetivas, de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos.
- b) Etapa 2: prova de títulos de caráter classificatório, para os candidatos aprovados na prova escrita objetiva.

5.3. Cargos de Operador de Máquina Leve e Operador de Máquina Pesada:

- a) Etapa 1: PROVA ESCRITA OBJETIVA, de caráter eliminatório/classificatório, com questões objetivas, de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos.
- b) Etapa 2: Prova Prática, de caráter classificatório, para os candidatos aprovados na prova escrita objetiva.

5.4. Cargo de Agente Municipal de Trânsito:

- a) Etapa 1: PROVA ESCRITA OBJETIVA, de caráter eliminatório/classificatório, com questões objetivas, de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos.
- b) Etapa 2: Teste de Capacidade Física, para os candidatos aprovados na prova escrita objetiva.
- c) Etapa 3: Avaliação Psicotécnica, para os candidatos considerados aptos no teste de capacidade física.

5.5. Para todos os demais cargos, o concurso terá uma única etapa que consiste de PROVA ESCRITA OBJETIVA, de caráter eliminatório/classificatório, com questões objetivas, de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos

5.6. Serão considerados aprovados em PRIMEIRA ETAPA e/ou HABILITADOS à etapa seguinte os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na nota final da prova objetiva, já considerados os seguintes critérios de desempate:

5.5.1 Para todos os cargos, em conformidade com artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

5.5.2. Para os casos previstos na Lei 11.689/2008, será assegurada a preferência em igualdade de condições em Concurso Público, desde que jurados, devidamente comprovado.

5.5.3. Para os candidatos que não se enquadrarem nas condições acima, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

- a) Maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
- b) Maior nota nas questões de Conhecimentos Básicos;
- c) Maior idade, contada com base na idade em dia, meses e anos no dia da realização da prova escrita.
- d) Sorteio público.

6. DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

6.1. A prova escrita objetiva constará da avaliação de conhecimentos teóricos e práticos dos candidatos mediante a aplicação de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, das quais uma única será correta.

6.2. A prova escrita com questões objetivas será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), expressas com 2 (duas) casas decimais e terá a duração de até 3 (três) horas.

6.3. As áreas de conhecimento exigidas, o número de questões e o valor que será atribuído a cada uma, estão dispostos por escolaridade exigida para o cargo, conforme segue:

Cargos com Escolaridade: Alfabetizado e Ensino Fundamental incompleto e completo

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
	Matemática	5		
	Legislação	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos inerentes ao cargo	10	0,70	7,00
	Total	25		10,00

Cargos com Escolaridade: Ensino Médio Completo

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,20	4,00
	Matemática	5		
	Informática	5		
	Legislação	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	20	0,30	6,00
	Total	40		10,00

Cargos com Escolaridade: Ensino Superior Completo

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	10	0,20	4,00
	Informática	5		
	Legislação	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	20	0,30	6,00
	Total	40		10,00

6.4. Os pontos das disciplinas correspondem ao número de acertos multiplicado pelo peso de cada uma de suas questões. A nota da prova objetiva será o somatório dos pontos obtidos em cada disciplina.

6.5. Os programas das provas encontram-se publicados no anexo III do presente Edital.

6.6. Para prestar a prova escrita objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

6.7. A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Concurso Público envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

6.8. O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta-preta preferencialmente, ou azul, seguindo as instruções contidas na capa do caderno de questões. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões em hipótese alguma.

6.9. O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para o cartão- respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do cartão-respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e nas instruções do caderno de provas. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-respostas por motivo de erro do candidato.

6.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do cartão respostas, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não preenchido integralmente.

6.11. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu cartão-respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento eletrônico desta.

6.12. O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento.

6.13. Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial específico para auxílio no preenchimento. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal do IOBV devidamente treinado.

6.14. Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de questões.

6.15. Será atribuída nota 0,00 (zero) às resposta de questões objetivas:

- Quja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
- Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

6.16. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

6.17. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Concurso Público poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do Concurso Público.

7. DO LOCAL, HORÁRIO E SEGURANÇA DAS PROVAS ESCRITAS

7.1. A prova escrita objetiva será aplicada na data provável, constante do cronograma deste edital na cidade de Itapema-SC, em locais e

horários que serão divulgados conforme cronograma, no endereço eletrônico do Concurso Público: www.iobv.org.br.

7.2. O IOBV poderá, não havendo na cidade de Itapema locais suficientes ou adequados para a alocação de todos os candidatos, realizar provas em cidades vizinhas à cidade de Itapema.

7.3. O Município reserva-se o direito de indicar nova data ou novos locais adequados para a realização das provas, mediante publicação com antecedência mínima de 8 (oito) dias da realização das provas.

7.4. Os horários das provas poderão ser divididos nos períodos matutino e vespertino, devendo o candidato considerar a data prevista, reservando o dia para o certame.

7.5. O IOBV poderá enviar mensagem complementar com a informação de local e horário de provas, por meio de endereço eletrônico (e-mail), indicado pelo candidato na ficha de inscrição, para isso deve o mesmo manter atualizado seu email, o que não isenta o candidato da responsabilidade de acompanhamento de todos os atos referentes a este Concurso Público, através do Edital, bem como de obter as informações necessárias pelo site ou por telefone do IOBV. Não haverá remessa de comunicação via postal.

7.6. A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais que dão acesso às salas de provas, fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

7.7. Os portões que dão acesso às salas de provas, dependendo do local poderão ser as portas de blocos, alas, setores e etc., devendo o candidato comparecer ao local designado para a realização das provas com a antecedência mínima de 1 (uma) hora com relação ao horário de fechamento dos portões, para garantir estacionamento e identificar corretamente a localização dos blocos, alas e das salas.

7.8. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário de fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso à prova escrita, desclassificado do Concurso Público.

7.9. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações etc) que impossibilitarem o candidato de submeter-se aos testes, ou neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade física-orgânica não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.

7.10. O IOBV, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do Concurso Público na Internet, por mensagens enviadas para o e-mail informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

7.11. A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento e identificação oficial com foto.

7.12. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

7.13. Não serão aceitos como documento de identificação: passes de ônibus, carteiras de estudante, crachás e ou documentos sem fotos, nem mesmo cópias coloridas ou autenticadas.

7.14. Em caso de perda, furto o roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, (30) trinta dias. Neste caso será realizada a identificação especial através da coleta de impressão digital para posterior averiguação.

7.15. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

7.16. A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e sua eliminação do certame.

7.17. A identificação especial também poderá ser exigida do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

7.18. Em face de eventual divergência o IOBV poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

7.19. Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

a) Canetas esferográficas feitas com material transparente tinta PRETA de preferência ou azul; (não serão fornecidas canetas no local)

b) Documento de Identificação com foto;

c) Original do Comprovante de inscrição e/ou do pagamento da Taxa de inscrição ou de inscrição guardado no bolso;

d) Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;

7.19.1. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e (ou) borracha durante a realização das provas.

7.20. É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento. Também é proibido o fumo, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição medica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura.

7.20.1. Só serão permitidos alimentos como barra de cereais, chocolates e biscoitos, desde que acondicionados em embalagem transparente providenciada pelo candidato. Os alimentos que não estiverem nestas condições serão recolhidos pelo fiscal de prova e devolvidos no término da prova. Os alimentos que ao serem ingeridos causarem ruídos que atrapalhem a execução da prova, serão recolhidos.

7.21. É terminantemente proibida a entrada de candidato armado, sob qualquer alegação, nos locais onde se realizarem as provas. O IOBV e a Prefeitura de Itapema não se responsabilizarão pela guarda de qualquer armamento.

7.22. É terminantemente proibido ao candidato, durante a realização das provas, podendo resultar na eliminação do certame:

a) Aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de caso/casa, chaves de carro, etc.

b) Relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e (ou) borracha;

c) Qualquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc;

d) Qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barra de cereais, chocolates, balas, etc) que não seja fabricado de material transparente.

e) Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os

demaís candidatos.

- f) Fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não os permitidos;
- g) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, comportando-se indevidamente;
- h) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros sem qualquer etapa do concurso público;
- i) Comunicar-se com outros candidatos durante a prova.

7.23. Os telefones celulares e demais equipamentos e materiais trazidos para o local da prova devem ser entregues sem qualquer outro aviso, desligados, aos fiscais da sala antes do início da prova. O candidato deverá guardar, em embalagem porta-objetos fornecida pela equipe de aplicação.

7.24. A embalagem porta-objetos devidamente lacrada e identificada pelo candidato deverá ser mantida embaixo da carteira até o término das suas provas. A embalagem porta-objetos somente poderá ser deslacrada fora das dependências do local de provas.

7.25. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e poderá implicar na exclusão do candidato do Concurso Público, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

7.26. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Concurso Público poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo.

7.27. O IOBV e Prefeitura Municipal de Itapema não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e/ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

7.28. Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como as de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.

7.29. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas nem a realização de qualquer prova e ou exame fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.

7.30. Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do Concurso Público.

7.31. Os três (3) últimos candidatos de cada sala de provas, só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo, quando assinarão a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

7.32. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova.

7.33. Não serão fornecidos os exemplares dos cadernos de questões, no dia da prova. Um caderno de questões de cada cargo estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.

7.33.1. Os candidatos devem aguardar em sua carteira, com o cartão-resposta e caderno de provas viradas para baixo e em completo silêncio, sob pena de serem eliminados.

7.34. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação, bem como informações sobre as demais etapas do certame.

7.35. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da entidade, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

7.36. Os candidatos que terminarem a prova NÃO poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

7.37. Motivará a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outras relativas ao Concurso Público, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

7.38. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto o Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

7.39. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

7.40. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

8. DA PROVA DE TÍTULOS

8.1. Para os cargos de Ensino Superior, a segunda etapa do Concurso Público consiste na Prova de Títulos, de caráter unicamente classificatório.

8.2. A Prova de Títulos é constituída pela pontuação de certificados e ou diplomas de cursos de pós-graduação, devidamente autenticados em cartório e relacionados à área do cargo para a qual o candidato se inscreveu.

8.3. Os certificados de cursos de pós-graduação em nível de especialização deverão ser acompanhados por histórico escolar.

8.4. Os diplomas de cursos de pós-graduação emitidos no exterior deverão ser reconhecidos na forma da lei e acompanhados de tradução oficial.

8.5. Os candidatos que tenham concluído cursos de pós-graduação (em nível de especialização, mestrado ou doutorado) em data posterior a 1º de janeiro de 2016, cujos diplomas não tenham sido confeccionados pela instituição de ensino, poderão entregar certidão emitida pelo programa de pós - graduação declarando ter o candidato concluído todos os créditos exigidos pelo programa, ter sido aprovado sem ressalvas no trabalho, monografia, dissertação ou tese, bem como ter cumprido todas as demais exigências do curso e no caso dos cursos de

mestrado ou doutorado, que lhe foi outorgado o título correspondente. A certidão deve ser acompanhada de histórico escolar regularmente emitido.

8.6. Para participar da Prova de Títulos os candidatos deverão obrigatoriamente protocolar no IOBV, ou enviar pelo correio, por SEDEX, no prazo estabelecido no cronograma deste edital, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

- a) Requerimento para participação na Prova de Títulos (anexo VI);
- b) O certificado do título que deseja ser avaliado, acompanhado de histórico escolar.

8.7. Os títulos enviados pelo correio ou protocolados no IOBV só serão avaliados se entregues ao IOBV no prazo das inscrições conforme data do cronograma deste Edital, valendo como comprovação, quando couber, o registro de entrega dos documentos emitidos pelos Correios.

8.8. Será avaliado unicamente 1 (um) título de curso de pós-graduação. Caso o candidato apresente mais de um título será avaliado o de maior valor acadêmico.

8.9. Os títulos que atenderem as normas do presente edital serão avaliados de acordo com o quadro abaixo:

Título/documento	Pontuação
Certificado de curso de pós-graduação em nível de Especialização.	0,50
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado	0,75
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Doutorado	1,00

8.10. A nota da Prova de Títulos (no máximo 1,00 ponto) será somada à da Prova Escrita para o cálculo da Nota Final.

8.11. A participação na Prova de Títulos não é obrigatória.

8.12. Só serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados na prova escrita, ou seja, cuja nota for igual ou superior a 5,00.

9. DA PROVA PRÁTICA

9.1. A etapa 2 para os cargos de Operador de Máquina Pesada e Operador de Máquina Leve, consiste na prova prática que destina-se a avaliar os conhecimentos práticos que os candidatos possuem no desempenho de atividades que são inerentes ao cargo preteado, constando de demonstração prática de sua habilitação na execução das atribuições do cargo.

9.2. Serão convocados para a Prova Prática os candidatos aprovados na Prova Escrita Objetiva, classificados do 1º ao 25º lugar, considerando os critérios de desempate.

9.2.1. Os candidatos que não atingirem essa classificação também serão considerados reprovados no concurso, pois não prestaram a prova.

9.3. Realizada a prova prática, será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco) pontos na aplicação da fórmula de cálculo da nota final.

9.4. A Prova Prática terá caráter classificatório sendo a nota da prova prática somada à nota da prova escrita, conforme a seguinte fórmula:

$$NF = NPE \times 3 + NPP \times 7 / 10$$

9.5. DA DATA, HORÁRIO E DETERMINAÇÕES GERAIS DA PROVA PRÁTICA

9.5.1. A prova prática será realizada na data constante do cronograma, em local e horário a ser anunciado no edital de convocação.

9.5.2. Para realizarem a Prova Prática, todos os candidatos convocados deverão se apresentar no local e horário de concentração, com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, para identificação, chamada e receber instruções, vestidos com trajes e calçados de acordo com as atividades exercidas, portando documento de identificação com foto, não serão aceitando cópias, mesmo que autenticadas ou qualquer tipo de protocolo.

9.5.3. Os candidatos ao serem chamados assinarão a lista de presença e em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

9.5.4. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência ou atraso.

9.5.5. Não será aplicada prova fora do dia, horário e local diferente daquele informado na data da prova.

9.5.6. Os equipamentos, veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Itapema, no estado em que se encontrarem.

9.5.7. Quando couber, estarão à disposição dos candidatos, junto com as ferramentas e materiais que empregarão para a realização da tarefa, os equipamentos de proteção individual determinados pela legislação em vigor. A recusa em usá-los ou o seu uso de forma inadequada implicará na desclassificação do candidato.

9.5.8. O candidato que oferecer risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, provocando acidentes e prejuízos físicos e materiais será responsabilizado pelo ato e será automaticamente eliminado do certame. O candidato ao assinar a lista de presença fica ciente de sua responsabilidade.

9.5.9. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou repetir a prova e nem lhe conferem o direito de realizar a prova em outra oportunidade.

9.5.10. Após a identificação dos candidatos, estes receberão as instruções quanto às provas práticas e o local de movimentação e permanecerão à espera do fiscal que vai lhes acompanhar até o local de realização da prova.

9.5.11. Será considerado desistente e eliminado do certame o candidato que não comparecer, chegar atrasado ou que se ausentar do recinto sem autorização da comissão do concurso antes de realizar seu teste.

9.5.12. Durante a realização da prova prática é proibido utilizar telefones celulares e ou qualquer outro equipamento de comunicação, usar equipamento de som de qualquer natureza, fumar ou ingerir qualquer medicamento, alimento ou bebida, exceto água acondicionada em garrafa de material plástico transparente e sem rótulo.

9.5.13. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local sem comunicar-se com os demais candidatos.

9.5.14. A prova poderá ser filmada e gravada e o candidato ao assinar o termo de realização da prova prática concordará e atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias, declarando estar ciente de que é responsável por qualquer dano ao equipamento, avaliadores ou transeuntes.

9.5.15. No desenvolvimento da Prova Prática, cada candidato será avaliado, através de itens constantes em uma planilha de avaliação elaborada para esta finalidade.

9.5.16. Por razões de ordem técnica ou meteorológica a prova poderá ser adequada ou transferida a data, local e horário da realização da

Prova prática. Os candidatos serão avisados por comunicado no sítio do concurso e ou por aviso fixado no mural e ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível.

9.6. DA AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA PARA OPERADOR DE MÁQUINA PESADA E OPERADOR DE MÁQUINA LEVE.

9.6.1. A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas inerentes ao cargo, a serem realizadas individualmente pelo candidato, tarefas estas previamente elaboradas pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de até 20 (vinte) minutos para a execução da prova.

9.6.2. A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado, avaliando sua habilidade ao operar o equipamento, seu aproveitamento, técnica e produtividade.

9.6.3. Os candidatos realizarão a prova conforme o cargo:

a) Operador de Máquina Pesada: Realizarão a prova no equipamento: Motoniveladora (1) e Retroescavadeira (2)

b) Operador de Máquina Leve: Realizarão a prova no equipamento: Trator de Pneu

9.6.4. Não será permitido escolher outro tipo de equipamento para a realização da prova prática.

9.6.5. Sendo necessário utilizar dois equipamentos similares, (equipamento 01 e equipamento 02) haverá sorteio entre os candidatos para definir com qual equipamento fará a prova.

9.6.6. No caso de Operador de Máquina Pesada a nota da prova prática será o somatório da nota do equipamento 1 (um) mais nota do equipamento 2 (dois), dividido por dois.

9.6.7. A ordem de prestação da prova prática será determinada pela Comissão Organizadora, de acordo com as necessidades técnicas que se apresentarem.

9.6.8. Para realizar a prova prática os candidatos deverão apresentar carteira de habilitação categoria "C" a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderão realizar a prova.

9.6.9. O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

9.6.10. Não serão aceitos certificados de auto-escola, comprovantes de encaminhamento, boletim de extravio ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

9.6.11. A obtenção da nota mínima para que o candidato seja classificado, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer da execução da tarefa proposta serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados
Faltas Graves	1,00
Faltas Médias	0,50
Faltas Leves	0,25

b) A categoria de faltas previstas no item anterior, constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

Faltas Graves: Aproveitamento do Equipamento, Produtividade, técnica, aptidão e eficiência

- NÃO Liberou equipamentos de segurança dos comandos

- NÃO utilizou da melhor forma possível a máquina para o serviço com eficácia e qualidade.

- NÃO utilizou corretamente a máquina, para não danificar o equipamento durante a tarefa.

- NÃO concluiu por completo a tarefa proposta.

- NÃO estacionou a máquina em baixando acessórios ao solo e/ou não engatou o freio para parar a máquina, ao estacionar após o término da tarefa.

Faltas Médias: Habilidades do Operador

- NÃO Executou com eficiência o início da operação, partida e arrancada.

- NÃO executou com eficiência movimentos de marcha à frente e à ré.

- NÃO respeitou a velocidade durante a avaliação, promovendo manobra não autorizada, como demonstração desnecessária de habilidade.

- NÃO Controlou o veículo provocando nele movimento irregular.

- NÃO respeitou a capacidade operacional e técnica da máquina.

- NÃO desligou a máquina ao estacionar após término da tarefa.

- NÃO apresentou calma e serenidade nas operações.

Faltas Leves: Verificação do Equipamento

- NÃO usou roupas e caçados adequados

- NÃO usou equipamento de proteção auricular ou não usou cinto de segurança

- NÃO subiu corretamente no equipamento usando três pontos de apoio

- NÃO fez os ajustes necessários antes da movimentação da máquina como, bancos e espelhos retrovisores.

- NÃO esperou a leitura e/ou não conferiu os instrumentos do painel como medidores de pressão, luzes indicadoras, horímetro.

- NÃO conferiu os instrumentos de painel como, nível de combustíveis e nível de óleo."

9.6.12. No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

9.6.13. Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Concurso.

10. DO TESTE DE CAPACIDADE FÍSICA PARA CARGO DE AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO

10.1. A etapa 2 para o cargo de Agente Municipal de Trânsito, de caráter eliminatório, consiste no TESTE DE CAPACIDADE FÍSICA que terá por objetivo avaliar a resistência aeróbica do candidato, consideradas indispensáveis ao exercício das atividades inerentes à função.

10.2. Serão convocados os candidatos aprovados na prova escrita, classificados da 1ª a 40ª colocação, já considerados os critérios de

desempate.

10.3. O TESTE DE CAPACIDADE FÍSICA será aplicado possivelmente na data constante deste cronograma, em local e horário que serão divulgados no endereço eletrônico do concurso: <http://www.iobv.org.br>, através de edital próprio de convocação.

10.4. Os candidatos deverão comparecer ao local do TESTE DE CAPACIDADE FÍSICA adequadamente trajados: calção ou short, camiseta e tênis, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário de início do teste.

10.5. Não será permitido o acesso ao local do teste ao candidato que se apresentar após o horário determinado para o seu início.

10.6. No dia e horário do TESTE DE CAPACIDADE FÍSICA o candidato deverá portar obrigatoriamente, os seguintes documentos:

a) Documento de identidade original, não se aceitando cópias, mesmo que autenticadas, ou protocolos;

b) Atestado Médico original, emitido há no máximo 20 (vinte) dias da data da realização do Teste de capacidade física, com nome legível e número de inscrição no CRM do médico que o emitiu, atestando estar o candidato em gozo de perfeita saúde física e mental e apto para ser submetido ao Teste de Capacidade Física. A não apresentação do atestado médico impedirá que o candidato participe desse teste, e o eliminará do Concurso Público.

10.7. O IOBV e a Prefeitura Municipal de Itapema, se isentam de qualquer responsabilidade sobre acidentes que possam vir a ocorrer com os candidatos durante e após a realização da aplicação do testes.

10.8. Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários (estados menstruais, indisposições, câimbras, contusões, luxações, fraturas, estado gestacional, etc) ou permanentes, que impossibilitem a realização do teste ou diminuam ou limitem a capacidade física dos candidatos, não serão considerados motivos que justifiquem adiamento da aplicação do TESTE DE CAPACIDADE FÍSICA ou tratamento privilegiado.

10.9. O TESTE DE CAPACIDADE FÍSICA será de caráter eliminatório, sendo o candidato considerado APTO ou INAPTO no Teste de Capacidade Física, que consistirá em apenas um teste de corrida de 12 minutos.

10.10. TESTE DE CORRIDA (Resistência de longa duração) (Para candidatos de ambos os sexos) Teste de "Cooper" para pista de atletismo (400 metros) durante o tempo de 12 (doze) minutos.

10.14.1. Neste teste o candidato deverá procurar atingir, no tempo de 12 minutos, a maior distância possível correndo ou caminhando de maneira rápida.

10.14.2. Ao final do teste, ao som do apito, o(a) candidato(a) deverá parar e a distância percorrida será calculada pelo avaliador.

10.14.3. A distância mínima exigida a ser percorrida em 12 (doze) minutos é de 1.800 (mil e oitocentos metros) para os candidatos do sexo masculino e de 1.400 (mil e quatrocentos) metros para as candidatas do sexo feminino.

Teste de corrida de doze minutos – índices mínimos

	Distância mínima a ser percorrida
Masculino	1.800 m
Feminino	1.400 m

10.14.4. Ao final do teste será computado o tempo que o(a) candidato(a) levou para percorrer a distância prevista.

10.14.5. Os candidatos do sexo masculino e do sexo feminino que não realizarem o respectivo índice mínimo acima descritos serão considerados INAPTOS no Exame de Capacidade Física e eliminados do concurso.

10.14.6. O teste de corrida de doze minutos será realizado em uma única tentativa.

10.14.7. Será proibido ao candidato, quando da realização do teste de corrida de doze minutos:

a) Realizar o teste sem roupas e calçados adequados e/ou descalço;

b) Abandonar a pista antes da liberação do fiscal;

c) Dar ou receber qualquer tipo de ajuda física (como puxar, empurrar, carregar, segurar na mão etc.);

d) Deslocar-se, no sentido progressivo ou regressivo da marcação da pista, após findos os doze minutos, sem a respectiva liberação do fiscal, sob pena de ser considerado INAPTO e, conseqüentemente, eliminado do concurso.

e) Uso de celulares ou outro tipo de equipamento eletrônico que não seja o relógio de pulso de ponteiros.

10.14.8. O aquecimento e preparação para a prova são de responsabilidade do próprio candidato, não podendo interferir no andamento do Concurso Público.

10.14.9. Em razão de condições climáticas, a critério da banca examinadora, o Teste de Capacidade Física poderá ser cancelada ou interrompida, acarretando o adiamento da prova para nova data, estipulada e divulgada.

10.14.10. Será eliminado do concurso o candidato que:

a) se apresentar após o horário estabelecido para o início da prova, sendo que, em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado;

b) tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com quaisquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

c) for surpreendido, durante a realização do teste de aptidão física, em comunicação com outro candidato ou terceiros;

d) ausentar-se do local do teste sem o acompanhamento do fiscal;

e) não assinar a Lista de Presença e/ou a Folha de Avaliação do Teste de Capacidade Física. A negativa em assinar a Lista de Presença e/ou a Folha de Avaliação, ou a ausência de assinatura nos referidos documentos, por qualquer motivo, implicará a eliminação do candidato.

11. DA AVALIAÇÃO PSICOTÉCNICA PARA O CARGO DE AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO

11.1. Serão convocados todos os candidatos considerados APTOS no teste de capacidade física.

11.2. A fase da Avaliação Psicotécnica, de caráter eliminatório, consistirá num conjunto de testes realizados sem ordem pré-estabelecida, para avaliar a atenção concentrada e a personalidade, mediante aplicação de testes cientificamente reconhecidos pela ciência da Psicologia, bem como autorizados pelo órgão de fiscalização da profissão.

11.3. Os testes da Avaliação Psicotécnica serão aplicados por profissionais devidamente habilitados e inscritos no Conselho Regional de Psicologia.

11.4. A Avaliação Psicotécnica será realizada na cidade de Itapema-SC, conforme datas previstas no cronograma, o local e horário será divulgado em edital próprio de convocação.

11.5. Na Avaliação Psicotécnica, não será atribuída nota, sendo o candidato considerado INDICADO ou CONTRAINDICADO.

11.6. Será considerado contra-indicado, e conseqüentemente eliminado do concurso, o candidato que:

- a) não comparecer ou deixar de realizar algum dos testes do Exame Psicotécnico;
- b) não alcançar o desempenho mínimo exigido para cada teste, observados os parâmetros cientificamente reconhecidos;
- c) realizar qualquer dos testes em desacordo com as normas fixadas neste edital;
- d) comparecer, para a realização da Avaliação Psicotécnica, sem os documentos necessários à sua identificação, na forma disposta neste Edital.

11.7. Além do documento de identificação, o candidato deverá, para a realização da Avaliação Psicotécnica, estar munido de caneta esferográfica de tubo transparente de tinta azul ou preta.

11.8. Os casos de alterações orgânicas permanentes ou temporárias, tais como estados menstruais, indisposições, contusões, enjoos, gravidez, ou outros que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes ou diminuam ou limitem sua capacidade física e/ou orgânica não serão aceitos para fins de tratamento diferenciado (art. 7.º, Anexo V, da Lei n.º 4.819/2009).

11.9. Para avaliação dos candidatos, a Banca Examinadora deverá observar os seguintes perfis profissiográficos exigidos para os cargos, que se referem à personalidade estruturada, ou seja, ajustamento do indivíduo no seu ambiente, seu modo habitual de se comportar e resistir, com equilíbrio, às adversidades e/ou pressões do cotidiano:

PERFIL PROFISSIOGRÁFICO

COMPETÊNCIAS	Grau de Necessidade*		
	1	2	3
ÁREA DE PERSONALIDADE:			
FLEXIBILIDADE - Aceitar ideias e opiniões de outras pessoas e saber lidar bem com a adversidade		X	
BOM SENSO/AUTOCONTROLE - Autocontrole da ansiedade e da angústia e bom senso na condução dos conflitos			X
EQUILÍBRIO EMOCIONAL - Apresentar ajustamento social adequado, adaptabilidade, discernimento, conscienciosidade, paciência, agressividade e tônus vital.			X
PERSISTÊNCIA – Na busca dos objetivos.		X	
TOLERÂNCIA À FRUSTRAÇÃO – Saber lidar com os resultados não previstos		X	
ATITUDE DE AFIRMAÇÃO – Dar importância e o devido valor à profissão escolhida		X	
COMUNICAÇÃO - Apresentar clareza na comunicação verbal e não-verbal		X	
COMPORTAMENTO ÉTICO - Apresentar-se com discrição e ter uma conduta honesta, disciplinada e íntegra, consoante os valores éticos e morais			X
ATENÇÃO CONCENTRADA			X
VISÃO GLOBAL - Estar alinhado às normas, regulamentos, missão, visão e valores que regem o cargo.			X
OBSERVAÇÃO – Ser um bom observador			X
ÁREA DE HABILIDADES:			
RELACIONAMENTO INTERPESSOAL - Ser extrovertido e otimista, ter fluência verbal, bom humor e ter disponibilidade para a execução de ações		X	
TRABALHO EM EQUIPE - Ter aptidão para trabalhar em equipe, de forma integrada, com cooperação e união			X
ÁREA COGNITIVA:			
INTELIGÊNCIA GERAL - Apresentar memória associativa, aptidão perceptiva, facilidade para captar detalhes, atenção, raciocínio abstrato e lógico, visão global, aptidão e fluência verbal.			X

*Legenda: 1- Precisa ter o mínimo; 2- Precisa ter mediano; 3- Precisa ter muito desenvolvida.

11.9.1. A agressividade deverá ser avaliada como a força propulsora que leva o indivíduo a uma atitude de afirmação e domínio pessoal, perante qualquer situação; e o tônus vital, como a energia disponível e circulante em certo momento da vida, representando uma medida do potencial biológico capaz de ser liberado em qualquer situação de emergência.

11.9.2. O candidato será considerado indicado (apto) ao apresentar, em seus exames psicológicos, o perfil profissiográfico compatível com o desempenho esperado para o cargo.

11.9.3. O candidato será considerado contra-indicado (inapto), em seus exames psicológicos:

- a) Quando apresentar o tônus vital, a agressividade, o ajustamento à realidade e o funcionamento do ego, em níveis marginais ou indicativos de patologias; como também, apresentar transtornos do humor (afetivos) que comprometam o exercício profissional e a adequação aos padrões organizacionais dos cargos de Agente Municipal de Trânsito.
- b) Quando apresentar perfil profissiográfico incompatível com o cargo escolhido; ou
- c) Não alcançar o desempenho mínimo exigido em qualquer dos testes psicológicos, conforme manual ou livro que regulará a aplicação e correção;

11.9.4. Será eliminado dos exames psicológicos o candidato que:

- a) Deixar de realizar algum dos testes psicológicos;
- b) Obter resultado contra-indicado (inapto);
- c) Realizar qualquer dos testes em desacordo com suas instruções;
- d) Comparecer para a realização dos exames psicológicos sem os documentos necessários à sua identificação;
- e) Não comparecer para a realização dos exames psicológicos;
- f) O candidato que se ausentar da sala durante a aplicação de qualquer teste psicológico.

11.9.5. O candidato não poderá rasurar a prova e/ou caderno e folha de respostas, sendo considerado marcação incorreta, para fins de avaliação.

11.9.6. Não haverá segunda chamada para a realização dos exames psicológicos, bem como não serão admitidos quaisquer tratamentos diferenciados.

12. DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

13.1. A nota final do candidato será obtida mediante as seguintes fórmulas:

a) Para os cargos com prova prática:

$$NF = NPE \times 3 + NPP \times 7 / 10$$

b) Para os cargos com prova de títulos:

$$NF = NPE + NPT$$

c) Para os demais cargos:

$$NF = NPE$$

NF = Nota Final

NPE = Nota da prova escrita

NPP = Nota da prova prática

NPT = Nota Prova de Títulos

13.2. São considerados aprovados neste Concurso Público os candidatos que atingirem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco) pontos.

12.1. Os candidatos serão classificados por cargo disciplina, em ordem decrescente da nota final, expressa com 2 (duas) decimais sem arredondamento.

12.2. Ocorrendo empate na nota final aplicar-se-á para o desempate, os seguintes critérios:

12.2.1. Para todos os cargos, em conformidade com artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

12.2.2. Para os casos previstos na Lei 11.689/2008, será assegurada a preferência em igualdade de condições em Concurso Público, desde que jurados, devidamente comprovado.

12.3. Para os candidatos que não se enquadrarem nas condições acima, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

e) Maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;

f) Maior nota nas questões de Conhecimentos Básicos;

g) Maior idade, contada com base na idade em dia, meses e anos no dia da realização da prova escrita.

h) Sorteio público.

12.4. As pessoas com deficiência integrarão lista especial de classificação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Concurso Público.

13.2. Os recursos deverão ser interpostos até às 18 horas do segundo dia útil posterior à publicação, no site do Concurso Público na Internet, do ato em desfavor do qual quer o candidato recorrer.

13.3. Os recursos poderão ser interpostos da seguinte maneira:

13.3.1. Recursos Via Internet:

a) Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.

b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o Concurso Público Edital 01/2016 de ITAPEMA;

c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".

d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.

e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).

f) Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.

g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.

h) Clicar em "enviar"

13.3.2. Recursos presencial ou via postal:

a) Para recursos presencial preencher e assinar o anexo VII, do edital, com argumentação clara, consistente e objetiva, no caso de questões, um para cada questão e protocolar pessoalmente ou via procuração na sede do IOBV, no endereço constante do item 1.14 deste edital.

b) Para recursos via postal o candidato deverá preencher e assinar o requerimento (anexo VII) do edital com argumentação clara, consistente e objetiva, Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas; datar e assinar; anexar cópia autenticada do documento de identidade do requerente; colocar o requerimento em envelope resistente e enviará para o endereço sede do IOBV, conforme item 1.14, via sedex/ar.

13.3.2.1. O candidato deverá expedir o documento AR (aviso de recebimento), pelo Serviço de encomenda expressa de documentos e mercadorias – SEDEX. O documento deve ser entregue ao IOBV rigorosamente no prazo previsto no Edital, findo o qual não será aceito, sendo de responsabilidade do candidato a remessa via postal com devida antecedência para que o recurso seja entregue no prazo constante do cronograma do edital, valendo para todos os fins de direito a data da entrega.

13.4. Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem entregues ao IOBV rigorosamente no prazo, findo o qual não serão aceitos.

13.5. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

13.6. O Instituto o Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

13.7. Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

13.8. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

13.9. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

13.10. Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

13.11. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

13.12. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

13.13. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

13.14. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

13.15. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

13.16. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

13.17. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso contra o gabarito oficial definitivo.

14. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

14.1. A homologação do resultado final deste Concurso Público, se dará através de decreto do executivo devidamente publicado nos meios legais e no endereço eletrônico do Concurso Público e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

14.2. Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

15. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

15.1. O provimento dos cargos obedecerá, rigorosamente, a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

15.2. A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de ITAPEMA, sendo que a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do Concurso Público ou de sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

15.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de ITAPEMA.

15.4. AS CONVOCAÇÕES SERÃO PUBLICADAS NO SITE OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA, ATRAVÉS DO LINK <http://itapema.sc.gov.br/editais-recursos-humanos>

15.5. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

15.6. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

15.7. Os candidatos aprovados NO CONCURSO PÚBLICO OBJETO DO EDITAL 001/2016, terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias CORRIDOS, contados da publicação NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL, ATRAVÉS DO LINK MENCIONADO NO ITEM 16.18, PARA APRESENTAR TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS E DESCRITOS NO ATO DA CONVOCAÇÃO E TOMAR POSSE.

15.8. Caso o candidato não deseje assumir de imediato a convocação, deverá assinar termo de desistência, possibilitando à Prefeitura Municipal convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

15.9. É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do Concurso Público, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de ITAPEMA.

15.10. Por ocasião da posse serão exigidos, dos candidatos aprovados e convocados os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação.

15.11. Ficam advertidos os candidatos de que, no caso de nomeação, a posse no cargo só lhes será deferida no caso de exibirem:

- a) A documentação comprobatória das condições previstas no item 2, deste edital acompanhada de fotocópia legível;
- b) Atestado de boa saúde física e mental a ser fornecido, por Médico ou Junta Médica do Município ou ainda, por esta designada, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física.
- c) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal/1988, em seu Artigo 37, XVI e suas Emendas.

15.12. A não apresentação dos documentos acima, por ocasião da posse, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso.

16. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

16.1. Delega-se competência ao IOBV – Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste Concurso Público, para:

- a) Receber os requerimentos de inscrições;
- b) Emitir os documentos e listagens para a homologação das inscrições;
- c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
- d) Analisar e pontuar os títulos;
- e) Apreciar os recursos previstos neste edital;
- f) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- g) Prestar informações sobre o Concurso Público dentro de sua competência;
- h) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
- i) Responder, em conjunto com o município de ITAPEMA eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

16.2. A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Concurso Público, devidamente nomeada por ato oficial.

16.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de ITAPEMA.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato.

18.4. Não serão prestadas informações por telefone relativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Concurso Público e respostas de recursos. Informações que constam no edital não serão dadas via telefone, o candidato antes de inscrever-se deve ler atentamente o edital.

18.5. Não serão dadas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma descrita neste edital.

17.1. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de ITAPEMA, até que expire a validade do Concurso Público, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

17.2. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso Público, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

17.3. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

17.4. O Município de ITAPEMA e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Concurso Público sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.

17.5. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

17.6. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso Público e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

17.7. No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Concurso Público, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento – AR (correios), será considerada a data de entrega.

17.8. É vedada a inscrição neste Concurso Público de quaisquer membros da Comissão de Concurso Público, tanto da Prefeitura do Município de ITAPEMA como do IOBV, inclusive qualquer parente dos membros das comissões até 2º grau.

17.9. Os cadernos de prova escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

17.10. A Comissão do Concurso Público da Prefeitura do Município de ITAPEMA e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

17.11. Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecorrível, pela Comissão do Concurso Público da Prefeitura do município de ITAPEMA e do IOBV.

17.12. Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de Itapema/SC.

17.13. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

17.14. Anexo I – Cargos e Vagas; Anexo II– Atribuições dos Cargos; Anexo III– Conteúdo Programático; Anexo IV– Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V – Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição.VI- Requerimento prova de Títulos; VII- Requerimento de Recursos.

ITAPEMA (SC), 18 de março de 2016.

Rodrigo Costa

Prefeito Municipal

ANEXO I – CARGOS EFETIVOS**CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA MENSAL, SALÁRIO MENSAL E PRÉ-REQUISITOS****CARGOS ALFABETIZADO E ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO**

Cargo	Vagas	CH	Salário	Pré-Requisitos	Tipo de Prova	R\$ Inscrição
1. Auxiliar de Apoio	04	30 h	900,20	Ser alfabetizado	Escrita Objetiva	50,00
2. Guarda Patrimonial	03	12/36h	900,20	Formação de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental	Escrita Objetiva	50,00
3. Operador de Máquina Leve	01	40 h	1.079,10	Ter a 4ª série do 1º grau e Carteira Nacional de Habilitação - classe C.	Escrita e Prova Prática	50,00
4. Operador de Máquina Pesada	02	40 h	1.526,46	Ter a 4ª série do 1º grau e Carteira Nacional de Habilitação - classe C ou D.	Escrita e Prova Prática	50,00
5. Operário Braçal	04	30 h	900,20	Ser alfabetizado	Escrita Objetiva	50,00

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

Cargo	Vagas	CH	Salário	Pré-Requisitos	Tipo de Prova	R\$ Inscrição
6. Agente Municipal de Transito	16	12/36h	1.826,51	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação categoria "A".	Escrita Objetiva, Teste de Capacidade Física e Avaliação Psicotécnica	80,00
7. Fiscal de Relação de Consumo	02	30 h	1.839,62	Ensino Médio Completo	Escrita Objetiva	80,00

8. Técnico Contábil	02	30 h	2.465,84	Ensino médio técnico em contabilidade e registro no órgão de classe	Escrita Objetiva	80,00
9. Técnico em Enfermagem	03	40 h	1.826,57	Ensino Médio técnico em enfermagem e registro no órgão de classe – COREN	Escrita Objetiva	80,00

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Cargo	Vagas	CH	Salário	Pré-Requisitos	Tipo de Prova	R\$ Inscrição
10. Arquiteto	02	30 h	5.337,26	Ensino Superior em Arquitetura e registro no órgão de classe - CAU	Escrita Objetiva e títulos	110,00
11. Assistente Social	01	30 h	4.383,86	Ensino Superior em Serviço Social e Registro no órgão de classe - CRESS	Escrita Objetiva e títulos	110,00
12. Contador	01	30 h	7.562,29	Ensino Superior em Contabilidade e registro no órgão de classe - CRC	Escrita Objetiva e títulos	110,00
13. Coordenador Pedagógico	05	40 h	3.037,36	Licenciatura em Orientação e ou Supervisão ou Licenciatura em Pedagogia ou em qualquer área educacional com Especialização em Gestão Escolar, Orientação e ou Supervisão.	Escrita Objetiva e títulos	110,00
14. Enfermeiro	04	40 h	4.383,86	Ensino Superior em Enfermagem com registro no órgão de classe – COREN SC	Escrita Objetiva e títulos	110,00
15. Engenheiro Agrônomo	01	30 h	5.337,26	Ensino Superior em Engenharia Agrônoma e registro no órgão de classe - CREA	Escrita Objetiva e títulos	110,00
16. Engenheiro Civil	01	30 h	5.337,26	Ensino Superior em Engenharia Civil e Registro no órgão de classe - CREA	Escrita Objetiva e títulos	110,00
17. Engenheiro Florestal	01	30 h	5.337,26	Ensino Superior em Engenharia Florestal e registro no órgão de classe - CONFEA	Escrita Objetiva e títulos	110,00
18. Engenheiro Sanitarista	01	30 h	5.337,26	Ensino Superior em Engenharia Sanitária e registro no órgão de classe - CONFEA	Escrita Objetiva e títulos	110,00
19. Farmacêutico	02	40 h	4.383,86	Ensino Superior em Farmácia e registro no órgão de classe – CRF	Escrita Objetiva e títulos	110,00
20. Fiscal de Vigilância Sanitária	02	30 h	4.017,78	Ensino Superior em Engenharia Ambiental ou Sanitária com registro no órgão de classe	Escrita Objetiva e títulos	110,00
21. Fisioterapeuta	03	30 h	4.383,86	Ensino Superior em fisioterapia e registro no órgão de classe - Crefito	Escrita Objetiva e títulos	110,00
22. Fonoaudiólogo Educacional	03	20 h	2.191,86	Ensino Superior em fonoaudiologia e registro no órgão de classe - CFF	Escrita Objetiva e títulos	110,00
23. Geólogo	01	30 h	3.855,44	Ensino Superior em geologia e registro no órgão de classe. CONFEA	Escrita Objetiva e títulos	110,00
24. Médico	01	40 h	10.424,29	Ensino Superior em medicina e registro no órgão de classe - CRM	Escrita Objetiva e títulos	110,00
25. Médico Especialista - Cardiologista	01	20 h	5.900,54	Ensino Superior em Medicina com especialização em Cardiologia e registro no órgão de classe - CRM/RQE	Escrita Objetiva e títulos	110,00
26. Médico Especialista - Endocrinologista	01	20 h	5.900,54	Ensino Superior em Medicina com especialização em Endocrinologia e registro no órgão de classe - CRM/RQE	Escrita Objetiva e títulos	110,00
27. Médico Especialista - Neurologista	01	20 h	5.900,54	Ensino Superior em Medicina com especialização em Neurologia e registro no órgão de classe – CRM/RQE	Escrita Objetiva e títulos	110,00
28. Médico Especialista - Psiquiatra	01	20 h	5.900,54	Ensino Superior em Medicina com especialização em Psiquiatria e registro no órgão de classe - CRM/RQE	Escrita Objetiva e títulos	110,00
29. Médico Especialista - Reumatologista	01	20 h	5.900,54	Ensino Superior em Medicina com especialização em Reumatologia e registro no órgão de classe – CRM/RQE	Escrita Objetiva e títulos	110,00
30. Médico Especialista Cirurgião Ortopédico	01	20 h	5.900,54	Ensino Superior em Medicina com especialização em Ortopedia e registro no órgão de classe – CRM/RQE	Escrita Objetiva e títulos	110,00
31. Médico Especialista- Ginecologista	01	20 h	5.900,54	Ensino Superior em Medicina com especialização em Ginecologia e registro no órgão de classe - CRM/RQE	Escrita Objetiva e títulos	110,00

32. Médico Especialista -Ultrassonografista	01	40 h	11801,09	Ensino Superior em Medicina com especialização em Ultrassonografia e registro no órgão de classe – CRM/RQE	Escrita Objetiva e títulos	110,00
33. Médico Especialista-Urologista	01	20 h	5.900,54	Ensino Superior em Medicina com especialização em Urologia e registro no órgão de classe - CRM/RQE	Escrita Objetiva e títulos	110,00
34. Nutricionista	01	20 h	2191,86	Ensino Superior em nutrição e registro no órgão de classe CRN	Escrita Objetiva e títulos	110,00
35. Professor de Artes Cargo excluído	01	20 h	1.518,68	Licenciatura plena em Artes	Escrita Objetiva e títulos	110,00
36. Professor de Ciências Cargo excluído	01	20 h	1.518,68	Licenciatura plena em Ciências	Escrita Objetiva e títulos	110,00
37. Professor de Educação Física Cargo excluído	01	20 h	1.518,68	Licenciatura plena em Educação Física e Registro no CREF	Escrita Objetiva e títulos	110,00
38. Professor de Educação Infantil	10	20 h	1.364,37	Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação para Educação Infantil	Escrita Objetiva e títulos	110,00
39. Professor de Ensino Religioso	01	20 h	1.518,68	Licenciatura plena em Ciências da Religião	Escrita Objetiva e títulos	110,00
40. Professor de Espanhol	01	20 h	1.518,68	Licenciatura plena em Letras/Espanhol	Escrita Objetiva e títulos	110,00
41. Professor de Geografia	01	20 h	1.518,68	Licenciatura plena em Geografia	Escrita Objetiva e títulos	110,00
42. Professor de História Cargo excluído	01	20 h	1.518,68	Licenciatura plena em História	Escrita Objetiva e títulos	110,00
43. Professor de Inglês	01	20 h	1.518,68	Licenciatura plena em Letras/inglês	Escrita Objetiva e títulos	110,00
44. Professor de Língua Portuguesa	01	20 h	1.518,68	Licenciatura plena em Letras/português	Escrita Objetiva e títulos	110,00
45. Professor de Matemática Cargo excluído	01	20 h	1.518,68	Licenciatura plena em Matemática	Escrita Objetiva e títulos	110,00
46. Psicólogo	04	40 h	4.383,86	Ensino Superior em psicologia e registro no órgão de classe - CRP	Escrita Objetiva e títulos	110,00
47. Psicopedagogo	01	40 h	4.383,86 3.037,36	Licenciatura plena em pedagogia com especialização em psicopedagogia	Escrita Objetiva e títulos	110,00
48. Técnico Judiciário	02	30 h	2.779,03	Ensino Superior em Direito - Bacharel	Escrita Objetiva e títulos	110,00
49. Terapeuta Ocupacional	02	30 h	4.383,86	Ensino Superior em terapia ocupacional e registro no órgão de classe	Escrita Objetiva e títulos	110,00
50. Veterinário	02	30 h	3.855,44	Ensino Superior em medicina veterinária e registro no órgão de classe - CRMV	Escrita Objetiva e títulos	110,00

Abreviaturas:CH – Carga Horária (Jornada de Trabalho) Semanal

ANEXO II – EMPREGOS PÚBLICOS

CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA MENSAL, SALÁRIO MENSAL E PRÉ-REQUISITOS

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

Cargo	Vagas	CH	Salário	Pré-Requisitos	Tipo de Prova	R\$ Inscrição
1. Agente Comunitário de Saúde – Bairro Centro	01	40 h	1.247,16	Formação em Ensino Fundamental Completo e residir na área de abrangência.	Escrita Objetiva	50,00
2. Agente Comunitário de Saúde – Bairro Ilhota	01	40 h	1.247,16	Formação em Ensino Fundamental Completo e residir na área de abrangência.	Escrita Objetiva	50,00
3. Agente Comunitário de Saúde – Bairro Jardim Praia Mar	01	40 h	1.247,16	Formação em Ensino Fundamental Completo e residir na área de abrangência.	Escrita Objetiva	50,00
4. Agente Comunitário de Saúde – Bairro Meia Praia	01	40 h	1.247,16	Formação em Ensino Fundamental Completo e residir na área de abrangência.	Escrita Objetiva	50,00

5. Agente Comunitário de Saúde – Bairro Morretes	01	40 h	1.247,16	Formação em Ensino Fundamental Completo e residir na área de abrangência.	Escrita Objetiva	50,00
6. Agente Comunitário de Saúde – Bairro Sertão do Trombudo	01	40 h	1.247,16	Formação em Ensino Fundamental Completo e residir na área de abrangência.	Escrita Objetiva	50,00
7. Agente Comunitário de Saúde – Bairro Sertãozinho	01	40 h	1.247,16	Formação em Ensino Fundamental Completo e residir na área de abrangência.	Escrita Objetiva	50,00
8. Agente Comunitário de Saúde – Bairro Tabuleiro	01	40 h	1.247,16	Formação em Ensino Fundamental Completo e residir na área de abrangência.	Escrita Objetiva	50,00
9. Agente Comunitário de Saúde – Bairro Varzea	01	40 h	1.247,16	Formação em Ensino Fundamental Completo e residir na área de abrangência.	Escrita Objetiva	50,00
10. Agente de Combate a Endemias	05	40 h	1.247,16	Formação em Ensino Fundamental Completo	Escrita Objetiva	50,00

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

Cargo	Vagas	CH	Salário	Pré-Requisitos	Tipo de Prova	R\$ Inscrição
11. Educador Social	03	40 h	1.839,62	Ensino Médio Completo	Escrita Objetiva	80,00
12. Motorista do SAMU	02	40 h	1.526,46	Ensino Médio Completo e carteira nacional de habilitação categoria "D"	Escrita Objetiva	80,00

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Cargo	Vagas	CH	Salário	Pré-Requisitos	Tipo de Prova	R\$ Inscrição
13. Advogado – CREAS/SUAS	01	30 h	7.127,90	Ensino Superior em Direito e registro no órgão de Classe	Escrita Objetiva e títulos	110,00
14. Assistente Social (Emprego Público)	03	30 h	4.383,86	Ensino Superior em Serviço Social e Registro no órgão de classe - CRESS	Escrita Objetiva e títulos	110,00
15. Professor Intérprete de Libras	01	20 h	1.518,68	Ensino Superior em Pedagogia com especialização em libras	Escrita Objetiva e títulos	110,00
16. Psicólogo(Emprego Público)	02	40 h	4.383,86	Ensino Superior em Psicologia - CRP	Escrita Objetiva e títulos	110,00
17. Técnico Desportivo	03	20 h	1.518,68	Ensino Superior em Educação Física com registro do CREF	Escrita Objetiva e títulos	110,00

Abreviaturas:CH- CargaHorária(JornadadeTrabalho)Semanal

ANEXO III

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGOS DE ALFABETIZADO E ENSINO FUNDAMENTAL**Auxiliar de Apoio**

Operar máquinas montadas sobre rodas ou sobre esteiras e providas de pá mecânica ou caçamba para escavar e mover terras, pedras, areia, cascalho e materiais análogos; Operar máquinas de abrir canais de drenagem, abastecimento de água e outros; Operar máquinas para aprofundar ou alargar leitos de rios, riachos e córrego canal; Operar máquinas providas de lâminas para nivelar solos; Operar máquinas para estender camadas de terra, areia, asfalto ou brita; Operar máquina niveladora munida de lâmina ou escarificador, movimentando os comandos de marchas, direção e operações; Zelar pela manutenção do equipamento, comunicando falhas e solicitando reparos para assegurar seu perfeito estado; Recolher o equipamento após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem, para permitir a manutenção e o abastecimento do mesmo; Verificar as ordens de serviço e tráfego, o itinerário a ser seguido e os horários e o número de viagens a ser cumprido; Executar outras atividades inerentes a seu cargo e formação e/ou de interesse da Prefeitura, por determinação superior.

Executar trabalho rotineiro de limpeza em geral em edifícios, prédios e suas dependências, escolas, escritórios, postos de saúde e outros locais, espanando, varrendo, lavando ou encerando dependências, móveis, utensílios e instalações, louças, toalhas, copos, vasilhames, painéis e outros para manter as condições de higiene e conservação;

Remover o pó dos móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os com vasculhadores, flanelas ou vassouras apropriadas para a conservar-lhes a aparência;

Limpar utensílios como cinzeiro e objetos de adorno, utilizando pano, esponja ou outros materiais de limpeza, embebidos em água e sabão, detergentes e/ou outros produtos de limpeza, para manter a boa aparência dos locais;

Arrumar banheiros e toaletes, limpando-os reabastecendo-os com papel sanitário, toalhas e sabonetes, para conservá-los em condições de uso;

Coletar lixo de depósito, recolhendo-os em latões, para depositá-los em lixeiras ou incineradores;

Servir e atender às crianças nas necessidades diárias, cuidando de sua higiene, orientando-as nas distrações, preparando-lhes a alimentação e auxiliando-as nas refeições, para garantir-lhes o bem estar e o desenvolvimento sadio;

Cuidar da higiene da criança, banhando-a, vestindo-a e orientando-a sobre os hábitos de higiene pessoal, para assegurar asseio e boa

apresentação;

Ministrar medicamentos à criança, preparando as doses indicadas e controlando os horários de acordo com a orientação médica; Controlar o repouso da criança, preparando-lhe a cama, ajudando-a na troca de roupa e observando os horários para zelar pela sua saúde e bem estar da mesma;

Preparar a alimentação das crianças, temperando, amassando e triturando os alimentos, de acordo com as instruções recebidas para atender ao regime alimentar adequado;

Separar os materiais a serem utilizados na preparação da refeição ou merenda, escolhendo panelas, temperos, molhos e outros ingredientes para facilitar a sua manipulação;

Fazer a cocção dos alimentos utilizando a forma e o vasilhame mais adequado;

Determinar a limpeza dos talheres e utensílios, solicitando ou fazendo a lavagem dos mesmos para assegurar sua posterior utilização em condições de higiene;

Controlar o estoque de ingredientes, verificando seu nível e o estado dos que estão sujeitos à deterioração para providenciar as reposições necessárias;

Preparar os alimentos, de maneira a garantir a forma e o sabor adequados a cada prato, para seguir a receita indicada pela Nutricionista;

Varrer praças, ruas, avenidas logradouros públicos;

Executar outras atividades determinadas pelos superiores hierárquicos.

Agente Comunitário de Saúde

Tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas; As atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua de abrangência ou micro área são: a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade; a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida, Executar outras atividades inerentes a seu cargo e formação e/ou de interesse da Prefeitura, por determinação superior.

Agente de Combate a Endemias – Emprego Público

Participar das ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação da saúde; exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde. Realizando pesquisas entomológicas dos diversos vetores; coleta de material para análise, divulgação em geral sobre vetores, captura de larvas dos mosquitos da dengue e outros vetores; realizar levantamento de índices e tratamentos, pontos estratégicos, de limitação de foco, trabalho de pesquisa, em especial de denúncias e suspeitas de vetores e outras atividades. Deve interagir com os demais profissionais da equipe de saúde. Executar outras atividades inerentes a seu cargo e formação e/ou de interesse da Prefeitura, por determinação superior.

Guarda Patrimonial

Trabalho de atividades rotineiras, diurnas ou noturnas que consiste em cuidar da vigilância patrimonial dos imóveis do município, exercendo a vigilância de terrenos, prédios, edificações, percorrendo-os sistematicamente e inspecionando as suas dependências; Verificar portas e janelas; Observar movimentação das pessoas pela redondeza; Remover pessoas em desacordo com normas locais; Registrar a passagem pelos pontos de ronda; Relatar avarias nas instalações; Inspeccionar os veículos no estacionamento; Contatar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; Monitorar pelo circuito fechado de TV; Revistar as pessoas; Interfonar; Encaminhar o visitante; Controlar a movimentação das pessoas; Receber materiais e equipamentos fazer manutenção simples ou solicitar reparos. Atenção e providências para evitar roubos, incêndios, invasão de estranhos, depredação ou qualquer outro acidente danoso ao patrimônio, acionar o 190 da PM e 193 do Corpo de Bombeiros; Executar outras atividades inerentes a seu cargo e sua experiência profissional e/ou de interesse da Prefeitura, por determinação superior.

Operador de Máquina Leve

Operar tratores e equipamentos de pequeno porte, tais como: tratores agrícolas, tobats e assemelhados; Vistoriar o equipamento, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água, óleo do cárter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento; Examinar as ordens de serviço, verificando locais onde serão efetuados os serviços; Zelar pela manutenção do equipamento, comunicando falhas e solicitando reparos para assegurar seu perfeito estado; Recolher o equipamento após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem, para permitir a manutenção e o abastecimento do mesmo; Verificar as ordens de serviço e tráfego, o itinerário a ser seguido e os horários e o número de viagens a ser cumprido; Executar outras atividades inerentes a seu cargo e formação e/ou de interesse da Prefeitura, por determinação superior.

Operador de Máquina Pesada

Operar máquinas montadas sobre rodas ou sobre esteiras e providas de pá mecânica ou caçamba para escavar e mover terras, pedras, areia, cascalho e materiais análogos; Operar máquinas de abrir canais de drenagem, abastecimento de água e outros; Operar máquinas para aprofundar ou alargar leitos de rios, riachos e córrego canal; Operar máquinas providas de lâminas para nivelar solos; Operar máquinas para estender camadas de terra, areia, asfalto ou brita; Operar máquina niveladora munida de lâmina ou escarificador, movimentado os comandos de marchas, direção e operações; Zelar pela manutenção do equipamento, comunicando falhas e solicitando reparos para assegurar seu perfeito estado; Recolher o equipamento após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem, para permitir a manutenção e o abastecimento do mesmo; Verificar as ordens de serviço e tráfego, o itinerário a ser seguido e os horários e o número de viagens a ser cumprido; Executar outras atividades inerentes a seu cargo e formação e/ou de interesse da Prefeitura, por determinação superior.

Operário Braçal

Coletar lixo e outros resíduos, acondicionando-os em latões, sacos plásticos, ou carregando-os para o transporte deste tipo de carga; Atuar na seleção dos materiais e objetos coletados, separando-os em orgânicos e inorgânicos, com vistas à sua reciclagem; Executar a limpeza e a retirada de entulhos, lixos e outros resíduos de valas, valetas, bocas de lobo, canalizações de água pluviais e esgotos; Executar a capina

e a remoção de vegetação das vias públicas ou que possam prejudicar o trânsito de pessoas e veículos; Roçar a vegetação das margens da rodovia que possam afetar a segurança das pessoas e veículos: Carregar, remover e descarregar materiais como terra, areia, brita, asfalto e demais materiais, utilizando veículos automotores, carrinho de mão e outros meios, destinados ao recapeamento e à recuperação do leito e das rodovias e de outras vias de uso coletivo; Auxiliar no uso e na operação de veículo de transporte fluvial, realizando operações simples e complexas sob a orientação e supervisão do superior imediato; Remover e transportar materiais necessários à preparação de argamassas, separando-os e juntando-os nas proporções determinadas pelo superior imediato, preparando as ligas, seguindo orientação superior; Exercer a vigilância de terrenos, prédios, edificações, percorrendo-os sistematicamente e inspecionando as suas dependências, para evitar incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e anormalidades; Preparar a sepultura, escavando a terra e escorando as paredes da abertura, ou retirando a lápide do interior das covas já existentes para permitir o sepultamento; Auxiliar na colocação do caixão, manipulando as cordas ou cabos de sustentação, para facilitar o posicionamento do mesmo na sepultura; Fechar a sepultura, recobrimdo a terra e a cal, ou fixando-lhe uma laje, para assegurar a inviolabilidade do túmulo; Auxiliar na limpeza e a conservação de jazigos e no transporte de caixões e exumação de cadáveres; Executar outras atividades determinadas pelos superiores hierárquicos.

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

Agente Municipal de Trânsito

Controlar e orientar os motoristas para as condições do trânsito em geral; Executar ronda diurna ou noturna nas vias de trânsito; Cooperar com os policiais militares para aplicação das normas de trânsito em geral; Promover a orientação de motoristas, ciclistas e pedestres no cumprimento das normas de trânsito em geral; Executar atividades de polícia administrativa, aplicando multas de trânsito na forma da legislação em vigor; Controlar e executar atividades de fiscalização de trânsito; Auxiliar na arrecadação de valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos; Executar atividades de escolta de veículos de cargas perigosas, superdimensionadas e de valores; Executar outras atividades determinadas pelos superiores hierárquicos compatíveis com o cargo.

Educador Social – Emprego Público

- Auxiliam nas compras dos materiais necessários para o funcionamento do Serviço, realizando os orçamentos dos materiais; Acompanhar os usuários às unidades básicas de saúde quando necessário; Acompanhar o motorista do Serviço no transporte dos usuários; Planejar e realizar oficinas de artes manuais e terapêuticas com as crianças e os adolescentes; Planejar e realizar oficinas de artes manuais e terapêuticas com os cuidadores dos usuários; Produzir relatórios semanais sobre as oficinas realizadas, evidenciando o comportamento dos usuários durante as mesmas; Auxiliar na coordenação de grupos com os usuários e as famílias dos mesmos; Planejar e proferir palestras de prevenção da violência contra crianças e adolescentes para os alunos das escolas do município; Produzir relatórios sobre as palestras nas escolas e, sempre que solicitados, fazer intervenções pontuais junto aos alunos que demonstrarem algum indício de estar sofrendo alguma forma de violência; Encaminhar as demandas advindas das palestras para a rede de serviços do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente; Fazer o acompanhamento permanente dos casos atendidos junto à rede de serviços; Produzir dados estatísticos das atividades realizadas sempre que solicitados; Organizar as feiras de artesanato com os produtos confeccionados pelos usuários do Serviço durante as oficinas de artes manuais; Confeccionar materiais de divulgação para as palestras e campanhas de prevenção realizadas pelo Serviço; Elaborar planos terapêuticos em conjunto com os Psicólogos e a Assistente Social; Realizar estudos de casos junto à equipe técnica do Serviço; Desenvolver projetos e viabilizar ações para o fortalecimento da rede de garantia dos direitos da criança e do adolescente do município; Promover o fortalecimento das famílias, das crianças e dos adolescentes atendidos afim de que haja um rompimento do ciclo de violências que, geralmente, se perpetua por várias gerações familiares; Elaborar junto à equipe técnica ações de prevenção de violências contra as crianças e adolescentes; Elaborar formas de capacitar os profissionais da rede de garantia dos direitos das crianças e adolescentes (Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Esportes), incentivando a denúncia/revelação dos casos de violência e fortalecendo o acolhimento; Encaminhar os usuários do Serviço para outros serviços em funcionamento no município; Manter comunicação ativa com demais Programas e Projetos da Rede de Serviços, informando, divulgando e/ou solicitando informações pertinentes ao Serviço; Promover ações junto a Rede de Serviços do município que incentivem o protagonismo juvenil; Participar ativamente de todas as ações internas ou externas realizadas pelo Serviço; Participar de cursos de capacitação continuada para um atendimento mais especializado; Participar ativamente dos projetos e ações que envolvem toda a Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos; Seguir atentamente as Normas e Diretrizes do CREAS, dentro e fora da instituição; Realizar as demais funções compatíveis com o cargo em conformidade com as Normas e Diretrizes do CREAS. Realizar outras funções inerentes ao cargo.

Fiscal de Relação de Consumo

Efetuar fiscalização com o objetivo de exercer o poder de polícia do Município referente às relações de consumo, bem como o seu efetivo controle, especialmente em atendimento às normas da Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações posteriores, por meio de rondas e vistorias espontâneas, sistemáticas e dirigidas; Fazer observar, executar atividades e praticar os atos administrativos previstos na legislação referente às relações de consumo; Analisar e responder consultas referentes às relações de consumo; Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar, conscientizar e motivar o cidadão quanto aos seus direitos e obrigações nas relações de consumo; Atuar de ofício ou a partir de reclamações em questões referentes às relações de consumo; VI - atuar em todas as fases do processo administrativo referente às relações de consumo, iniciado de ofício ou a partir de reclamação; Exarar documentos fiscais e outros que se fizerem necessários, em conformidade com a legislação referente às relações de consumo; Proceder a apreensões, inutilizações e coletas de amostras, notificar, intimar, autuar, interditar, advertir, praticar a intervenção administrativa e outros atos administrativos previstos na legislação de relações de consumo; Elaborar réplicas e tréplicas fiscais em processos de recursos oriundos de penalidades impostas em decorrência do poder de polícia do Município nas relações de consumo; Solicitar dos órgãos competentes a instauração de inquérito para apuração de delito contra o consumidor; Participar de audiências nas quais o Município seja parte; Propor, viabilizar e fiscalizar a celebração de convênios nos quais seja parte o Município no âmbito das relações de consumo; Executar outras tarefas previstas na legislação referente às relações de consumo, na área de sua competência; Executar outras atividades inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

Motorista do SAMU – Emprego Público

Participar das ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação da saúde; Conduzir ambulâncias por via rodoviária; Observar a forma de condução em emergência, sempre que for configurada esta necessidade, em conformidade com o disposto no Código Brasileiro de Trânsito para estas situações; Zelar pela manutenção do veículo, observando a carroceria e testando freios, comandos, para certificar-se

das boas condições de funcionamento; Vistoriar regularmente o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água, óleo do cárter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento; Comunicar ao setor competente, eventuais falhas e solicitando reparos para assegurar seu perfeito estado; Responsabilizar-se pela entrega do veículo ao próximo condutor em perfeito estado de utilização; Executar outras atividades inerentes a seu cargo e formação e/ou de interesse da Prefeitura, por determinação superior.

Técnico Contábil

Auxiliar na execução dos serviços contábeis da Prefeitura Municipal; Auxiliar nos registros dos atos e fatos contábeis relativos à administração municipal; Auxiliar nos levantamentos, relatórios e organizar balancetes e balanços patrimoniais e financeiros, dentro dos prazos legais; Auxiliar na elaboração de demonstrativos, prestações de contas, respostas e diligências, subsidiando-as com os documentos necessários, dentro dos prazos legais; Auxiliar na codificação e/ou acompanhar a elaboração de Notas de Empenho e o registro e a procedência dos documentos contábeis; Auxiliar no acompanhamento e controle dos resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Prefeitura Municipal; Auxiliar na fiscalização e no registro de termos de responsabilidade referentes a bens móveis e imóveis de caráter permanente; Auxiliar a Classificar receitas e despesas de acordo com o plano de contas; Auxiliar a Relacionar e classificar as despesas e as notas de empenhos por itens orçamentários; Auxiliar na verificação periódica das disponibilidades orçamentárias, para que seja providenciada a suplementação devida e de acordo com a Lei; Executar outras atividades inerentes a seu cargo e formação e/ou de interesse da Prefeitura, por determinação superior.

Técnico em Enfermagem

Participar das ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação da saúde; Lavar, acondicionar e esterilizar material, segundo técnicas adequadas; Administrar sangue e plasma, controlar pressão venosa; Monitorar e aplicar respiradores artificiais; Prestar cuidados de conforto, movimentação ativa e passiva e de higiene pessoal ao pacientes; Aplicar gasoterapia, instilações, lavagens estomacais e vesicais e outros tratamentos, valendo-se dos seus conhecimentos técnicos para proporcionar o maior grau possível de bem-estar físico, mental e social aos pacientes; Efetuar testes de sensibilidade, aplicando substâncias alérgicas e fazendo leituras das reações, para obter subsídios aos diagnósticos; Fazer curativos, imobilizações especiais e ministrar medicamentos e tratamentos de emergência; Adaptar o paciente ao ambiente hospitalar e aos métodos terapêuticos que lhes são aplicados, realizando entrevistas de admissão, visitas diárias e orientando-o para reduzir sua sensação de insegurança e sofrimento e obter a sua colaboração no tratamento; Prestar cuidados no post-mortem como enfeixamentos e tamponamentos, utilizando algodão, gaze e outros materiais para evitar a eliminação de secreções e melhorar a aparência do cadáver; Executar outras atividades inerentes ao cargo e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Advogado – CREAS/SUAS - Emprego Público – não pertence aos quadros da PGM

-De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais -Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 -MDS, fornecer suporte às famílias e indivíduos usuários do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, em sua amplitude se serviços e atendimento integral, tudo de acordo com as orientações técnicas do referido Centro; orientação jurídica social e assessoria jurídica no âmbito do SUAS, respeitadas as competências e atribuições da Procuradoria Geral do Município; oferecer atendimento de advocacia pública no âmbito do SUAS, respeitadas as competências e atribuições da Procuradoria Geral do Município; receber denúncias; prestar orientação jurídica aos usuários do CREAS; fazer encaminhamentos processuais, exceto os de competência da Procuradoria Geral do Município; esclarecer procedimentos legais aos técnicos do serviço; participar de palestras informativas aos usuários; fazer estudo permanente acerca do tema da violência e violação de direitos pertinente aos casos de atendimento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social; manter atualizado todos os registros/mecanismos, de todos os atendimentos; participar de todas as reuniões da equipe com a visão da área de atuação; defesa e garantia de direitos sócio assistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com os órgãos públicos de defesa de direitos, dirigido ao público da política de assistência social, nos termos da Lei Federal Nº 8.742, de 1993; atendimento dirigido às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos da Lei Federal nº 8.742, de 1993, e respeitadas as deliberações do CNAS; assessoramento jurídico ao público da política de assistência social, nos termos da Lei Federal Nº 8.742, de 1993, e respeitadas as deliberações do CNAS; acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações; elaboração, junto com as famílias e indivíduos, do Plano de Acompanhamento Individual e/ou familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um; realização de visitas domiciliares acompanhadas pelo CREAS, quando necessário; realização de encaminhamentos monitorados para a rede sócio assistencial e demais políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direitos; trabalho em equipe interdisciplinar; alimentação de registros e sistemas de informações sobre as ações desenvolvidas; participar nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação do processo de trabalho; participar das atividades de capacitação e formação continuada da equipe CREAS, reuniões de equipe, estudos casos, e demais atividades correlatas; participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas, para definição de fluxos; instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização de encaminhamentos, fluxos de informação e procedimentos; e demais atribuições definidas na função de advogado, observando o disposto na NOB/SUAS e por meio de Resoluções do Conselho Nacional da Assistência Social e Conselho Municipal de Assistência Social – CMA; Executar outras atividades inerentes a seu cargo e sua experiência profissional e/ou de interesse da Prefeitura, por determinação superior.

Arquiteto

Elaborar, executar e dirigir atividades referentes a edificações, conjuntos arquitetônicos e monumentos, arquitetura paisagística e de interiores, planejamento físico, local, urbano e regional; Planejar e executar projetos arquitetônicos do órgão, atendendo suas necessidades permanentes; Participar do planejamento paisagístico, possibilitando a preservação ambiental e respeitando as características específicas de cada região; Executar serviços de urbanismo; Executar layout de distribuição espacial do mobiliário, adequando-o à execução das atividades de cada setor; Projetar e executar programação visual das instalações, visando oferecer um bom ambiente, influenciando na humanização e na produtividade; Executar e supervisionar as mudanças programadas, buscando bom aproveitamento dos espaços; Orientar o mapeamento e a cartografia de levantamentos feitos para áreas operacionais; Realizar exame técnico de processos relativos à execução de obras, compreendendo a verificação de projetos e das especificações quanto às normas e padronizações; Participar da elaboração e execução de convênios que incluam projetos de construção, ampliação ou remoção de obras e instalações; Fazer avaliações, perícias e

arbitramentos relativos a especialidades; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Assistente Social

Planejar, coordenar, orientar, supervisionar, executar e avaliar programas e projetos na área do serviço social, aplicados a indivíduos, grupos e comunidades; participar, dentro de sua especialidade, de equipes multiprofissionais na elaboração, análise e implantação de programas e projetos; Elaborar e/ou participar de projetos de pesquisa, visando a implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário; Mobilizar recursos comunitários para que sejam devidamente utilizados em benefício da população; fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; Emitir pareceres sobre assuntos de sua área de competência; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Assistente Social – Emprego Público

Fazer o atendimento e encaminhamentos das famílias assistidas pelo PBF, visitas domiciliares, pareceres sociais exigidos pelo MDS e acompanhamento dos cursos de geração trabalho e renda.

Exercer outras atividades inerentes à função. Formação Exigida: Formação Superior Completa em Assistência Social e registro no órgão fiscalizador da profissão; Programa Casa de Passagem João e Maria.

Contador

Organizar e dirigir trabalhos inerentes à contabilidade, planejando, supervisionando, executando e orientando, de acordo com as exigências legais e administrativas, para apurar os elementos necessários à elaboração orçamentária e ao controle da situação patrimonial, econômica e financeira da instituição; Executar os serviços contábeis da Prefeitura Municipal, escriturando os atos e fatos contábeis, de acordo com as normas legais usadas na contabilidade dentro do serviço público; Fazer registros dos atos e fatos contábeis relativos à administração municipal; Fazer levantamentos, relatórios e organizar balancetes e balanços patrimoniais e financeiros, dentro dos prazos legais; Elaborar demonstrativos, prestações de contas, respostas e diligências, subsidiando-as com os documentos necessários, dentro dos prazos legais; Codificar e elaborar e/ou acompanhar a elaboração de Notas de Empenho e o registro e a procedência dos documentos contábeis; Acompanhar e controlar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Prefeitura Municipal; Fiscalizar e registrar termos de responsabilidade referentes a bens móveis e imóveis de caráter permanente; Classificar receitas e despesas de acordo com o plano de contas; Registrar e controlar a movimentação de todos os bens e valores existentes na Prefeitura, para posterior fiscalização dos órgãos competentes; Relacionar e classificar as despesas e as notas de empenhos por itens orçamentários; Verificar periodicamente as disponibilidades orçamentárias, providenciando-lhes a devida suplementação, em tempo hábil e de acordo com a Lei; Controlar os valores extraorçamentários arrecadados, provenientes de outras fontes, zelar pelo fiel cumprimento contábil e financeiro da Prefeitura; Executar e propor o aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como de métodos e técnicas de trabalho; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Coordenador Pedagógico

Coordenar, juntamente com a direção, a elaboração e responsabilizar-se pela divulgação e execução da Proposta Pedagógica do município, articulando essa elaboração de forma participativa e cooperativa; Participar da Formação Continuada promovida pela Secretaria Municipal de Educação; Organizar e participar ativamente de reuniões administrativas, pedagógicas e de conselhos de classe promovidas pela Unidade Escolar e Secretaria Municipal da Educação; Apresentar ao Gestor, no início do ano letivo, o planejamento a ser desenvolvido, em consonância com a proposta pedagógica da Unidade Escolar, com os professores e responsáveis, para o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem dos alunos; Subsidiar o Gestor Escolar na definição do calendário escolar, na organização das turmas, na elaboração do horário e na distribuição das aulas; Garantir a adaptação dos alunos novos da Educação Básica da melhor maneira possível; Elaborar plano de ação para suprir faltas de professores; Estabelecer uma parceria com a direção da escola, que favoreça a criação de vínculos de respeito e de trocas no trabalho educativo; Coordenar e acompanhar os horários de Atividade Complementar, promovendo oportunidades de discussão e proposição de inovações pedagógicas, assim como a produção de materiais didático-pedagógicos na escola, na perspectiva de uma efetiva formação continuada; Acompanhar com o corpo docente o processo didático-pedagógico para garantir a execução da matriz curricular e a recuperação de estudos, através de novas oportunidades a serem oferecidas aos alunos, previstos na legislação vigente; Acompanhar a execução e promover a avaliação permanente do currículo visando ao replanejamento; Acompanhar o desempenho acadêmico dos alunos, através de registro, de acordo com o seguimento que o profissional estiver atuando (anual, semestral, trimestral ou bimestral) orientando os docentes para a criação de propostas diferenciadas e direcionadas aos que tiveram desempenho insuficiente; Elaborar cronograma anual de atendimento aos professores e alunos; Coordenar juntamente com o Gestor Escolar, o conselho de classe em seu planejamento, execução, avaliação e desdobramentos; Elaborar ações que objetivem a diminuição dos índices de repetência e evasão escolar; Elaborar estratégias que visem superar a rotulação, a discriminação e a exclusão de alunos; Promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino; Promover e coordenar reuniões sistemáticas de estudo e de trabalho, com a equipe docente, para o constante aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem; Participar da elaboração do calendário escolar, bem como do processo de análise e seleção de livros e material didático, em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal de Ensino; Promover, em conjunto com o Gestor Escolar, estratégias que estimulem a articulação entre a escola, família e comunidade; Participar da avaliação institucional da Secretaria Municipal de Educação; Orientar e promover a capacitação dos recursos humanos da Unidade Escolar para trabalharem com alunos com dificuldades de aprendizagem; Exercer as atividades de suporte pedagógico direto à docência, na educação básica, voltadas para planejamento, supervisão e orientação educacional; Acompanhar o trabalho da Unidade Escolar, assessorando a Direção, no diagnóstico, no planejamento e na avaliação de resultados, na perspectiva de um trabalho coletivo e interdisciplinar; Participar do diagnóstico da escola junto à comunidade escolar, identificando o contexto socioeconômico e cultural em que o aluno vive; Participar da elaboração do planejamento curricular, garantindo que a realidade do aluno seja ponto de partida e o redirecionamento permanente do currículo; Promover a participação dos pais e alunos na elaboração do projeto político pedagógico da Unidade Escolar; Contribuir para que aconteça a articulação teoria e prática no desenvolvimento da matriz curricular; Contribuir para que a avaliação se desloque do aluno para o processo pedagógico como um todo, visando ao planejamento; Estimular a reflexão coletiva de valores como liberdade, justiça, honestidade, respeito, solidariedade, fraternidade e comprometimento social; Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos, indispensáveis ao desenvolvimento da Unidade Escolar; Orientar

os professores na identificação de comportamentos divergentes dos alunos, bem como de propostas alternativas de solução; Prestar a orientação educacional aos alunos contemplando os aspectos comportamentais, vocacionais e de aprendizagem; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos. O coordenador pedagógico poderá atuar na Educação Infantil, como, Articulador, no Ensino Fundamental, como Orientador ou Supervisor, de acordo com a necessidade da Secretaria de Educação.

Enfermeiro

Participar das ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação da saúde; participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidos pela instituição, possibilitando a proteção e a recuperação da saúde individual e coletiva; Executar tarefas complementares ao tratamento médico especializado; prescrever medicamentos conforme protocolo da Secretaria Municipal de Saúde e definidos pelo exercício profissional de enfermagem; Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida; Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos; Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde; Participar das atividades de vigilância epidemiológica; Fazer notificação de doenças transmissíveis; Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e comunidade, de acordo com os programas estabelecidos pela instituição; Participar do planejamento e prestar assistência em situação de emergência e de calamidade pública; Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Engenheiro Agrônomo

Elaborar métodos e técnicas de cultivo de acordo com tipos de solo e clima; Efetuar estudos e experiências para melhorar a germinação de sementes, o crescimento das plantas e a adaptabilidade dos cultivares, o rendimento das colheitas e outras características dos cultivos agrícolas; Estudar os efeitos da rotatividade, drenagem, irrigação, adubagens e condições climáticas sobre culturas agrícolas; Determinar as técnicas de tratamento do solo e de exploração agrícola mais adequada a cada tipo de solo e clima; Elaborar métodos de combate a ervas daninhas, enfermidades da lavoura, pragas e insetos; Orientar os agricultores sobre sistemas e técnicas de exploração agrícola, épocas e sistema de plantio, custos dos cultivos, variedades a empregar e outros dados pertinentes; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Engenheiro Civil

Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia civil relativo a rodovias, ruas, pontes e outras obras civis; Orientar a construção, manutenção e reparo de obras civis; Avaliar as condições requeridas para a obra; Examinar as características do terreno a ser utilizado para a obra; Calcular os esforços e deformações previstos na obra projetada ou que afetem a mesma, como: carga calculada, pressões de água, resistência aos ventos e mudanças de temperatura; Elaborar projeto de construção, preparando plantas, especificações de obras, indicando tipos e qualidade de materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários, efetuando um cálculo aproximado dos custos; Acompanhar à medida em que avançam as obras para assegurar o cumprimento dos prazos e dos padrões de segurança recomendados; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Engenheiro Florestal

Executar o planejamento e revisão de planos de manejo florestal; Planejar e executar planos de implantação florestal e recuperação de áreas degradadas; Execução e planejamento de atividades de conservação de ecossistemas florestais visando à manutenção da biodiversidade; Administrar, operar e manter sistemas de produção florestal em florestas naturais e plantadas; Orientar o desenvolvimento de políticas públicas sobre a conservação e uso de ecossistemas florestais; Executar o planejamento e linhas de atuação de entidades de defesa do meio-ambiente; Cooperar na elaboração e execução de projetos de desenvolvimento rural sustentável; Executar o desenvolvimento de planos de utilização de recursos florestais por populações tradicionais; Coordenar sistemas de monitoramento ambiental em áreas florestadas; Planejar e executar projetos de extensão florestal e educação ambiental; Coordenar o planejamento e execução de projetos de abastecimento de indústrias e controle de qualidade de matéria prima florestal; Administrar, operar e manter sistemas de processamento de matéria prima florestal; Planejar e administrar sistemas de colheita e transporte florestal; Planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; Guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; Apresentar relatórios semestrais das atividades para análise; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Engenheiro Sanitarista

Desenvolver projetos para controlar a poluição das águas, do ar e do solo resultante das atividades urbanas, industriais e rurais; Projetar, construir e operar sistemas de proteção e combate a enchentes urbanas e rurais; Avaliar, controlar e vigiar parâmetros que afetam a qualidade do ar, solo e da água; Executar projetos para recuperar áreas degradadas; Elaborar projetos de impacto ambiental na implantação de barragens, estradas, loteamentos, portos, minas e plantações em determinadas áreas; Elaborar a criação de sistemas de captação, tratamento, armazenamento, distribuição de água para uso da população em geral; Projetar, construir e operar sistemas de coleta, tratamento de resíduos líquidos, sólidos, de origem doméstica, industrial e hospitalar; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Farmacêutico

Planejamento e padronização na escolha de medicamentos essenciais a nível regional, de acordo com o quadro nosológico e econômico local, incluindo as formas alternativas de terapia. Planejamento de aquisição, armazenamento, controle de qualidade (prazo de validade, embalagem, modificação no aspecto físico, etc.), estoque, distribuição e dispensação de medicamentos, verificação da prescrição quanto à indicação, posologia, contra-indicação, interação medicamentosa, duração do tratamento, orientações ao paciente quanto ao uso de medicamentos, posologia, conservação, efeitos colaterais, e outros; Acompanhamento do paciente durante o tratamento e farmacovigilância dentro de um sistema de vigilância sanitária; Assessoramento à equipe de saúde nas questões referentes à medicamentos,

antissépticos, esterilizantes, saneamentos, detergentes e similares. Participação/criação de núcleos de informações toxicológicas com fins preventivos e educacionais. Participação integrada com os profissionais da saúde no acompanhamento de pacientes com infecções crônico-degenerativas e no planejamento nutricional para os pacientes. Participação em programas que visem promover a saúde da comunidade, tais como saneamento básico, imunizações, educação em saúde, controle de natalidade, saúde da mulher, medidas preventivas e outros. Desenvolvimento de estudos sobre a utilização do medicamento (perfil de consumo, auto-medicação, etc.). Participação no estudo e desenvolvimento de formas de terapia como Homeopatia, Fitoterapia, e outros. Participação no controle toxicológico, especialmente nos seus âmbitos ocupacional, ambiental, alimentar e de urgência. Quanto às atividades do farmacêutico na atenção secundária: Manipulação de fórmulas farmacêuticas. Acompanhamento de doenças infecciosas tais como DST, hanseníase, e outros. Participação no treinamento do pessoal de saúde. Levantamento epidemiológico dos resultados dos exames laboratoriais. Relacionamento das Análises Clínicas como medicamento, acompanhando os pacientes através de exames nas interações medicamentosas e exames laboratoriais. Controle de qualidade de medicamentos. Elaboração de formulário de medicamentos essenciais. Na Farmácia Hospitalar, atuação no planejamento e administração, participação nas diversas comissões, acompanhamento de pacientes, implantação do sistema de dose unitária e outros. Planejamento, coordenação e execução de pesquisa em saúde: Verificar quais as matérias-primas de necessidade básica para produção de medicamentos essenciais à população e reivindicar investimentos em recursos financeiros e humanos na busca da independência tecnológica brasileira. Atuar em áreas de caráter urgente como controle de endemias e prevenção de epidemias. Em relação à responsabilidade pelos medicamentos e insumos, o farmacêutico deve prover: Pesquisa: o farmacêutico deve estar habilitado a planejar, coordenar e executar qualquer pesquisa na área de medicamentos e saúde em geral e sua viabilização, sob responsabilidade do Estado. Planejamento: Verificar onde estão as dificuldades e necessidades regionais, a fim de prover recursos para saná-los. Estabelecer critérios de prioridade, no âmbito de comissões regionais integradas ao SUS, para a distribuição de recursos financeiros. Elaborar uma Política Nacional de Medicamentos adequada à Política Nacional de Saúde através da descentralização da CEME, em órgãos regionais, mantendo uma coordenação nacional. Participar de comissões regionais, sob coordenação nacional, compostas por farmacêuticos e outros profissionais de saúde, sendo o responsável pela sua coordenação. Execução: assegurar que a formação do profissional Farmacêutico garanta conhecimentos acerca dos recursos naturais brasileiros e dos métodos científicos para que o farmacêutico possa cumprir o papel proposto nos itens anteriores. Produção: síntese, tecnologia e controle de qualidade de medicamentos e das matérias-primas necessárias para a elaboração dos mesmos, bem como para a produção e manipulação de medicamento sem farmácias e hospitais e para a produção industrial de medicamentos e insumos. Comercialização e Dispensação: Assegurar que a formação do profissional Farmacêutico garanta conhecimentos que possibilitem: Exigir que a legislação sobre venda de medicamento seja respeitada, e que os medicamentos de venda livre somente sejam vendidos sob orientação profissional habilitada, respeitando a ética. Incentivar a integração de farmácias públicas aos centros de saúde do SUS que, juntamente com os hospitais, estariam encarregados da dispensação. Assegurar que a formação profissional garanta que o farmacêutico possa orientar a população quanto ao uso do medicamento. Elaborar um Memento Terapêutico com base na literatura científica internacional, sob responsabilidade profissional especializada, que sirva de referência oficial para a padronização de bulas e que seja subordinada à Vigilância Sanitária, com publicação de periodicidade anual. Vigilância Sanitária: Assegurar que a formação do profissional Farmacêutico garanta conhecimentos que possibilitem controlar e fiscalizar a produção industrial e a qualidade dos medicamentos existentes nas indústrias, farmácias e congêneres, sendo que este controle de fiscalização deve ficar a cargo do profissional farmacêutico à frente de órgãos federais e estaduais encarregados desta fiscalização. Farmaco-vigilância: Assegurar que a formação do profissional Farmacêutico garanta conhecimentos que possibilitem o acompanhamento do paciente e o controle da ação farmacológica dos medicamentos, verificando reações orgânicas e registrando todos os dados para encaminhá-los ao órgão responsável pelas estatísticas, com a finalidade de controlar os medicamentos. E outras atividades inerentes a profissão.

Fiscal Vigilância Sanitária

Assessorar e orientar as chefias nos assuntos relacionados com os conhecimentos especializados da categoria; Expedir auto de infração, embargos, informações de irregularidade e intimação preliminar; Executar atividades de vigilância sanitária, verificar e atender denúncias e reclamações; Proceder à inspeção e interdição de estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços; Orientar e executar operações de saneamento básico junto à comunidade; Providenciar, acondicionar, operar e manter em condições de uso, equipamentos e material de saneamento básico; Manter contato e informações com entidades públicas e privadas para ações de vigilância epidemiológica; Realizar investigações e adotar medidas corretivas e preventivas na área de saneamento; Organizar registros, mapas e tabelas estatísticas para controle e avaliação; Inspeccionar e vistoriar as condições de higiene e saúde para expedição de documentação hábil em construções, estabelecimentos comerciais, industriais e agropecuários; Fiscalizar as condições hidrossanitárias e de coleta e depósito de lixo; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Fisioterapeuta

Participar das ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação da saúde; Planejar, organizar e executar serviços gerais e específicos de fisioterapia; Avaliar a elegibilidade do Iesionado para ser submetido ao tratamento proposto; Fazer testes musculares, goniometria, perimetria, pesquisa de reflexos normais e patológicos, provas de esforço e sobrecarga para identificar a incapacidade do paciente; Elaborar plano de tratamento, orientando a família e o paciente no acompanhamento domiciliar; Orientar, treinar o manuseio de aparelho e supervisionar na execução do plano de tratamento; Reavaliar o paciente para conotar recuperação, fazendo a integração médico/paciente através de sugestões, alterações na conduta de tratamento e encaminhamento para alta definitiva; Fazer estudos de caso junto à equipe técnica para definir melhor atuação para integração do indivíduo na sociedade; Promover cursos internos de atualização para técnicos e agentes; Assessorar autoridades superiores em assuntos de fisioterapia, preparando informes, documentos, laudos e pareceres; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Fonoaudiólogo Educacional

Avaliar as deficiências do aluno, realizando exames fonéticos, da linguagem, audiometria, impedanciometria, gravação e outras técnicas próprias, para estabelecer o plano terapêutico ou de treinamento; Encaminhar o aluno ao especialista, orientando e fornecendo-lhe indicações necessárias; Emitir parecer quanto ao aperfeiçoamento ou à praticabilidade de reabilitação fonoaudiológica, elaborando relatórios para complementar o diagnóstico; Programar, desenvolver e orientar o treinamento de voz, fala, expressão do pensamento verbalizado, compreensão do pensamento verbalizado, orientando e fazendo demonstrações de respiração funcional, imitação de voz, treinamento fonético, auditivo, de dicção e organização do pensamento em palavras, para reeducar e/ou reabilitação de alunos e profissionais do

magistério; Opinar quanto à possibilidade fonatória e auditiva de alunos e profissionais do magistério, fazendo exames e empregando técnicas de avaliação específicas, para possibilitar a seleção escolar; Participar de equipes multiprofissionais para identificação de distúrbios de linguagem em suas formas de expressão e audição; Auxiliar a equipe escolar a fim de realizar avaliação e diagnóstico institucional de situações de ensino-aprendizagem relacionadas à sua área de conhecimento; Elaborar, acompanhar e executar projetos educacionais que contribuam para o desenvolvimento de habilidades e competências dos professores e alunos visando à otimização do processo ensino-aprendizagem; Sensibilizar e capacitar alunos e professores e familiares para a utilização de estratégias que possam favorecer a universalização do acesso ao ambiente escolar, o aprendizado e a inclusão escolar e social; Participar de discussões dos casos clínicos em equipe; Redigir parecer sobre a avaliação e/ou o acompanhamento de alunos e profissionais do magistério; Promover a saúde fonoaudiológica dos envolvidos; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Geólogo

Analisar e prevenir impactos ambientais; Fazer o levantamento geológico de áreas; Pesquisar fenômenos físicos das camadas subterrâneas; Localizar lençóis freáticos; Projetar poços e definir tipos de bombas mais adequados para obtenção de água; Elaborar mapas geológicos; Analisar a viabilidade econômica e técnicas de jazidas, acompanhando sua eventual exploração; Coordenar a criação de animais e organismos aquáticos; Estudar a fauna e flora domar, suas relações e seu aproveitamento econômico; Administrar reservas naturais, catalogar animais e vegetais; Estudar o impacto ambiental causado pelo homem; Analisar os fatores químicos físicos que afetam animais e vegetais; Levantar recursos minerais de uma região; Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente; Executar estudo, planejamento, projeto e especificação; Executar estudo de viabilidade técnico-econômica; Prestar assistência, assessoria e consultoria; Dirigir serviços técnicos; Executar vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico; Realizar ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica e extensão; Elaborar orçamento; Efetuar apadroneamento, mensuração e controle de qualidade; Executar fiscalização de obra e serviço técnico; Efetuar produção técnica especializada; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Médico

Participar das ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação da saúde; efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos, aplicar recursos de medicina terapêutica e preventiva à comunidade; requisitar exames complementares; analisar e interpretar resultados de exames de raios-x, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com os padrões normais, para confirmar e informar o diagnóstico; prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração; manter registro legível dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento e evolução da doença; emitir atestado de saúde e CAPACIDADE FÍSICA e mental, de óbito, para atender determinações legais; atender emergências clínicas, cirúrgicas e traumáticas; participar de ações de promoção e prevenção na comunidade; exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação superior.

Médico Especialista

Participar das ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação da saúde; efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos, aplicar recursos de medicina terapêutica e preventiva à comunidade; requisitar exames complementares; analisar e interpretar resultados de exames de raios-x, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com os padrões normais, para confirmar e informar o diagnóstico; prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração; manter registro legível dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento e evolução da doença; emitir atestado de saúde e CAPACIDADE FÍSICA e mental, de óbito, para atender determinações legais; atender emergências clínicas, cirúrgicas e traumáticas; participar de ações de promoção e prevenção à saúde na comunidade; exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação superior.

Nutricionista

Planejar, coordenar e supervisionar serviços e programas de nutrição clínica, ambulatorial, administração de serviços de alimentação, saúde pública e educação; Estabelecer normas e diretrizes administrativas dentro do serviço de nutrição; Planejar, acompanhar e executar programas de nutrição na área de saúde pública; Proceder ao planejamento e à elaboração de cardápios para dietas normais e especiais de acordo com a política de compras, abastecimento, preparo e distribuição; Proceder ao cálculo de dietas especiais; Elaborar mapa dietético de acordo com a prescrição médica, patologia, dados pessoais e laboratoriais do paciente; Orientar pacientes e familiares sobre a necessidade da observância da dieta; Fazer avaliação nutricional; Participar de comissões e grupos de trabalho técnico-científicos; Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; Atuar na fiscalização e orientação da compra de alimentos, elaboração e distribuição da merenda escolar; Emitir laudo e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Professor Licenciatura Plena (todos)

Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular da escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino emanadas do órgão competente; Definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular, quanto à sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; Ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional; Levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regime escolar, nos prazos estabelecidos; Participar na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; Participar na elaboração, execução e avaliação do plano integrado da escola; Participar na elaboração do regimento escolar; Participar na elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Constatar necessidades de encaminhamentos educacionais aos setores específicos de atendimento; Atender solicitações da direção da escola, referentes à sua ação docente; Atualizar-se em sua área de conhecimentos; Participar do planejamento de classes paralelas, diárias ou disciplinas específicas das atividades específicas ou extraclasse; Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, orientação educacional e supervisão escolar; Participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; Participar na elaboração, execução e avaliação da proposta administrativo-pedagógica do estabelecimento de ensino, bem como de projetos de pesquisas educacionais; Promover aulas de trabalhos de recuperação para alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem; Fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; Realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente contribuir para o aprimoramento da qualidade do tempo livre dos educandos, prestando-lhes o aconselhamento; Acompanhar e orientar os trabalhos

dosestagitários; Zelar pela disciplina e pelo material docente; Manter-se atualizado sobre a legislação do ensino e executar outras atividades a fins

Psicólogo

Participar das ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação da saúde; desenvolver serviços relacionados à problemática pessoal, educacional e organizacional e estudos clínicos individuais e coletivos; elaborar e aplicar métodos e técnicas de pesquisa das características psicológicas dos indivíduos; organizar e aplicar métodos e técnicas de recrutamento e seleção de pessoal de orientação profissional, bem como a avaliação desses processos para controle de sua validade; realizar estudos e aplicações práticas no campo da educação; desenvolver trabalhos de clínica psicológica; participar, dentro de sua especialidade, de equipes multiprofissionais na elaboração, análise e implantação de programas e projetos; prestar assessoria e consultoria técnica em assuntos de natureza psicológica; fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Psicólogo – Emprego Público

- Análise da demanda; realizar as entrevistas de revelação das violências sofridas por crianças e adolescentes; - psicoterapia individual às crianças, adolescentes e seus respectivos familiares; - coordenação de grupos de apoio e de orientação com crianças, adolescentes e como cuidadores; - orientação psicológica a crianças, adolescentes e famílias; - visitas domiciliares em conjunto com Assistente Social; - elaborar plano terapêutico em conjunto com a Assistente Social e os Educadores Sociais; - realizar estudos de casos junto à equipe técnica do Serviço; - oferecer suporte e orientação ao trabalho dos Educadores Sociais; - realizar Avaliações Psicológicas; - elaborar laudos e pareceres técnicos psicológicos quando solicitados; - acompanhar crianças e adolescentes nas audiências que acontecem nas delegacias e no Fórum, bem como na realização de exames no Instituto Médico Legal; - desenvolver projetos de divulgação do Serviço; - desenvolver projetos de viabilizações para o fortalecimento da rede de garantia dos direitos da criança e do adolescente do município; - promover atividades que visam ao desenvolvimento e à aprendizagem de habilidades sociais que, por sua vez, contribuam para melhorar as relações sociais dos usuários; - promover o fortalecimento das famílias, das crianças e dos adolescentes atendidos a fim de que haja um rompimento do ciclo de violências que, geralmente, se perpetua por várias gerações familiares; - intervir junto à rede de saúde e educação a fim de evitar a exclusão psicológica e social das crianças e adolescentes vitimizados; - elaborar relatórios de trabalhos desenvolvidos periodicamente ou sempre que solicitados; - elaborar relatórios das atividades realizadas todos os meses, como intuito de obter dados para análises estatísticas e quantificar a produção de trabalho; - manter os prontuários individuais dos usuários atualizados e responsabilizar-se por arquivá-los de acordo com seu código de ética vigente; - elaborar, junto à equipe técnica, ações de prevenção de violências contra crianças e adolescentes; - elaborar formas de capacitar os profissionais da rede de garantia dos direitos das crianças e adolescentes (Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Esportes), incentivando a denúncia/revelação dos casos de violência e fortalecendo o acolhimento; - encaminhar os usuários do Serviço para outros serviços em funcionamento no município; - manter comunicação ativa com demais Programas e Projetos da Rede de Serviços, informando, divulgando e/ou solicitando informações pertinentes ao Serviço; - promover ações junto à Rede de Serviços do município que incentive protagonismo juvenil; - participar ativamente de todas as ações internas ou externas realizadas pelo Serviço; - participar de cursos de capacitação continuada para um atendimento mais especializado; - participar ativamente dos projetos e ações que envolvem toda a Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos; - seguir atentamente as Normas e Diretrizes do CREAS, dentro de sua instituição; - realizar as demais funções compatíveis com o cargo em conformidade com as Normas e Diretrizes do CREAS. - realizar outras funções inerentes ao cargo.

Psicopedagogo

- Realizar anamnese com os pais ou responsáveis; Realizar avaliação e diagnóstico psicopedagógico; Auxiliar a equipe escolar a fim de realizar avaliação e diagnóstico institucional de situações de ensino-aprendizagem relacionadas à sua área de conhecimento; Elaborar, acompanhar e executar projetos educacionais que contribuam para o desenvolvimento de habilidades e competências dos professores e alunos visando à otimização do processo ensino-aprendizagem; Participar do processo avaliativo do aluno juntamente com o professor de sala de aula; Propor estratégias pedagógicas para as necessidades educativas apresentadas pelos alunos do programa; Promover a formação continuada dos profissionais da educação; Sensibilizar e capacitar professores, alunos e familiares para a utilização de estratégias que possam favorecer a universalização do acesso ao ambiente escolar, o aprendizado e a inclusão escolar e social; Participar de discussões em equipe sobre os casos clínicos; Redigir parecer sobre a avaliação e/ou o acompanhamento do aluno; Promover oficinas com grupos de pais ou responsáveis dos alunos que frequentam o Programa para orientá-los cotidianamente sobre a atuação e evolução dos alunos, bem como, auxiliá-los na melhor forma de proceder com os alunos; Oferecer suporte aos professores e sugerir atividades para a sala de aula; Promover a socialização e autoconfiança dos alunos; Promover a aprendizagem dos alunos; Encaminhar o aluno ao especialista, orientando e fornecendo-lhe indicações necessárias; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Técnico Desportivo – Emprego Público

Auxiliar os instrutores e/ou professores técnicos nas aulas teóricas e práticas nas oficinas esportivas. Ser auxiliar na formação de atletas junto com o treinador de rendimento nas equipes municipais de Futebol de Campo, Futsal, Handebol, Voleibol, Basquetebol, Taekwondo, Judô, Karatê, Segundo Tempo e Surf (Categorias de base, infantil, juvenil, infanto-juvenil e adulto) para participar em eventos da FESPORTE como: OLESC, JESC, Jogos Abertos de Santa Catarina, e JASC em etapas micro-regionais, regionais, estaduais e nacionais, demais competições de interesse do Município. Ser atuante como auxiliar sempre que requisitado nos eventos esportivos da Secretaria a que representa.

Técnico Judiciário –

- Atividades de mediana complexidade, em grau de auxílio, e execução qualificada de tarefas relacionadas com as atividades da Procuradoria-Geral do Município, nas áreas de profissionalização definidas em ato do Procurador-Geral do Município, e outras atribuições compatíveis com sua especialização, tais como pareceres, petições, atendimentos. - Auxiliar os Procuradores Municipais na coordenação, análise e instrução de processos judiciais e administrativos, objetivando a eficácia e a efetividade no atendimento ao jurisdicionado; - Auxiliar no assessoramento técnico especializado às funções de procuradores; - Coordenar a tramitação dos processos judiciais, visando a eficácia da prestação jurisdicional; - Atender ao público em geral, especialmente advogados e jurisdicionados, prestando informações relacionadas à tramitação de processos, cumprimento de prazos, sentenças e decisões proferidas nos autos; - Auxiliar os procuradores

municipais na elaboração relatórios, minutas de editais, informações jurídicas e administrativas, decisões, sentenças, resoluções, instruções entre outros documentos inerentes à competência de sua unidade organizacional;- Executar outras atribuições técnicas correlatas em natureza, nível de complexidade e responsabilidade. - Executar outras atividades inerentes ao seu cargo e formação e/ou de interesse da Prefeitura, por determinação superior.

Terapeuta Ocupacional

Participar das ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação da saúde; tem como atribuição o exercício de atividades na prevenção, tratamento e reabilitação da saúde, nas mais diversas áreas como: saúde Mental/Psiquiatria; Gerontologia- estudo dos fenômenos fisiológicos, psicológicos e sociais relacionados ao envelhecimento do ser humano; Desenvolvimento Infantil Saúde Física do Adulto. Exercem atividades em unidades de saúde, centros de convivência, ambulatórios, hospitais-dia, instituições gerais e especializadas, creches, centros de reabilitação, domicílios e outros. Realiza supervisão, coordenação, programação ou execução especializadas, em grau de maior complexidade, de trabalhos relativos à utilização de métodos e técnicas terapêuticas e recreacionais, para a reabilitação física e mental do indivíduo, elaborar diagnóstico e conduzir tratamento e imunidades de atendimentos apropriadas, atuar em extrema colaboração com os demais profissionais, além de realizar outras atividades inerentes ao cargo.

Veterinário

Planejar, organizar, supervisionar e executar programas de defesa sanitária, proteção, aprimoramento e desenvolvimento da pecuária, visando assegurar a sanidade do rebanho, a produção racional e econômica de alimentos e a saúde da comunidade; Planejar e desenvolver campanhas e serviços de fomento e assistência técnica relacionada com a pecuária e a saúde pública para favorecer a sanidade e a produtividade do rebanho; Elaborar, executar e acompanhar projetos agropecuários e os referentes ao crédito rural, prestando assessoramento, assistência e orientação; Fazer profilaxia, diagnóstico e tratamento de doenças dos animais, realizando exames clínicos e de laboratório; Promover o melhoramento do gado procedendo à inseminação artificial, orientando a seleção das espécies mais convenientes para cada região e fixando os caracteres mais vantajosos; Desenvolver e executar programas de nutrição animal, formulando e balanceando as rações; Efetuar controles sanitários da produção animal destinada à indústria; Promover a fiscalização sanitária nos locais de produção, manipulação, armazenamento e comercialização dos produtos de origem animal; Desenvolver programas de pesca, piscicultura, orientando sobre a captura de peixes, conservação e industrialização dos mesmos; Proceder ao controle das zoonoses, efetivando levantamento de dados, avaliação epidemiológica, programação, execução, supervisão e pesquisa; Fazer pesquisas no campo da biologia aplicada à veterinária, realizando estudos, experimentações, estatísticas, avaliações de campo de laboratório; Desempenhar a peritagem sobre animais, identificação, defeitos, vícios, doenças, acidentes e exames técnicos em questões judiciais; Executar perícias, exames e pesquisas reveladoras de fraudes ou operações dolosas nos animais isentos nas exposições pecuárias; Desenvolver estudos e aplicação de medidas de saúde pública no tocante às doenças de animais transmissíveis ao homem; Proceder à padronização e à classificação dos produtos de origem animal; Participar dos exames dos animais para efeito de inscrição nas sociedades de registros genealógicos; Realizar pesquisas e trabalhos ligados à biologia geral, à zoologia e à zootecnia, bem como à bromatologia animal em especial; Participar do planejamento e execução da educação rural; Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

ANEXO IV

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo. Será cobrado o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que entrou definitivamente em vigor em 01/01/2016.

CARGOS ALFABETIZADO E ENSINO FUNDAMENTAL

LÍNGUA PORTUGUESA.

Fonologia e Fonética (1) Classificação de Fonemas; (2) Encontros vocálicos; (3) Encontros consonantais; (4) Dígrafos; (5) Ortografia e acentuação conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua portuguesa; (6) Emprego do hífen. Morfologia (1) Estrutura das palavras; (2) Formação das palavras; (3) Classificação e flexão dos substantivos; artigos; adjetivos, numerais e pronomes; (4) Conjugação verbal; (5) Uso adequado de advérbios, preposições, conjunções e interjeições. Sintaxe (1) Sujeito e predicado; (2) Objeto direto e objeto indireto; Semântica (1) Sinônimos e antônimos; (2) Homônimos e parônimos; (3) Denotação e conotação. Interpretação textual (1) Leitura e interpretação de textos narrativos e expositivos. Estrutura dos poemas (rimas, estrofes, versos, etc.).

*Sugestão bibliográfica:

1. CEGALLA (2008). Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. Companhia Editora Nacional.
2. CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon.
3. Livros pedagógicos e didáticos de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MATEMÁTICA

Noções de cálculos, situações-problema para uso das operações básicas. Unidades de Medidas. Cálculo de área. Figuras Geométricas. Operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; grandezas e medidas; conjuntos. Medidas de tempo, porcentagem, juros simples.

*Sugestão bibliográfica:

1. Livros pedagógicos e didáticos de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

LEGISLAÇÃO

Leis Municipais 1496 e 1497/98 e suas alterações e Leis Municipais 2103,2104 e 2105/2003 e suas alterações, Lei Orgânica do Município de Itapema, Constituição Federal.

(Considerar a legislação na sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados)

Sugestão Bibliográfica:

-BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69).

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS INERENTES AOS CARGOS DE ALFABETIZADO E ENSINO FUNDAMENTAL**AUXILIAR DE APOIO**

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Aptidões profissionais: - Limpeza e conservação em geral. - Produtos, materiais, ferramentas e equipamentos de trabalho. - Motores e máquinas: características, peças e consertos. - Lavagem, lubrificação e abastecimento de veículos e motores. - Conserto de pneus e câmaras de ar. - Conhecimentos sobre jardinagem e cultivo de plantas. - Conhecimentos sobre capina em geral e serviços de lavoura. - Conhecimentos sobre construção civil.

Legislação e Operação: Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997, atualização e Legislação Complementar. Resoluções do CONTRAN. Noções de Manutenção, Conservação e Limpeza das Máquinas e Equipamentos de Trabalho. Utilização dos equipamentos apropriados para cada serviço específico. Cuidados necessários na utilização do equipamento com segurança. Utilização de Equipamentos de Proteção Individual necessários para o desempenho da função. Princípios de manutenção de veículos e máquinas. Tipos de óleos lubrificantes. Sistema elétrico. Sistema de arrefecimento. Conhecimentos básicos de primeiros socorros. Noções básicas de mecânica. Noções básicas de direção defensiva.

* Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e alterações. Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

2. BRASIL. Resoluções em vigor do CONTRAN, disponíveis no site do DENATRAN.

3. Outros manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos indicados.

Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Noções Básicas sobre Saúde e Saneamento: Saúde física, mental e social; Higiene na prevenção das doenças; Necessidades nutricionais; Alimentação; Medidas profiláticas (tipos de vacinas e soros); Importância da Imunidade e tipos de Imunidade; Tipos de doenças adquiridas; Vírus e principais viroses; Bactérias patogênicas (principais doenças bacterianas); Doenças sexualmente transmissíveis; Doenças parasitárias; Epidemiologia (epidemia, endemia e pandemia); Qualidade de vida (prevenindo a hipertensão e a diabetes); Planejamento familiar (métodos contraceptivos); Noções de primeiros socorros; Lei do SUS; Procedimentos, responsabilidades e atribuições do ACS. Formulários de preenchimento Obrigatório. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990; Lei nº 11.350 de 05 de outubro de 2006; Emenda Constitucional nº 51; Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014; Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011 (Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)).

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde -Princípios e diretrizes, controle social, Indicadores de saúde, legislação; protocolos SUS; Sistemas de informação em saúde; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Vigilância em saúde; Epidemiologia; Pacto pela Saúde; Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias; Política Nacional de Humanização. Estatuto da criança e do adolescente – ECA; estatuto do idoso; 1) Todo o conteúdo das indicações abaixo. 2) Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público. 3) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Redação de circulares, memorandos, ofícios, relatórios e demais correspondências, atendendo às exigências de padrões estéticos. Rotinas Administrativas. Sistemas de Comunicações Administrativas.

*Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

2. BRASIL. Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969. Institui normas básicas sobre alimentos.

3. BRASIL. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

4. BRASIL. Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989. Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências.

5. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

6. BRASIL. Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998. Altera dispositivos do Capítulo III do Título VIII do Código Penal, incluindo na classificação dos delitos considerados hediondos crimes contra a saúde pública, e dá outras providências.

7. BRASIL. Ministério da Agricultura. Inspeção de Carnes - Padronização de Técnicas, Instalações e equipamentos - Tomo I Bovinos: Currais e seus anexos - Sala de Matança, DIPOA, Brasil.

8. BRASIL. Portaria nº 1.428/MS, de 26 de novembro de 1993. Aprova o regulamento técnico para inspeção sanitária de alimento; diretrizes para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos; e regulamento técnico para o estabelecimento de padrão de identidade e qualidade para serviços e produtos na área de alimentos.
 9. BRASIL. Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997. Estabelece os requisitos gerais sobre as condições higiênicosanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos.
 10. BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. In http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm
 11. BRASIL. Resolução nº 23, de 15 de março de 2000. Dispõe sobre O Manual de Procedimentos Básicos para Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Pertinentes à Área de Alimentos.
 12. BRASIL. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.
 13. BRASIL. Resolução RDC nº 218, de 29 de julho de 2005. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Higiênico-Sanitários para Manipulação de Alimentos e Bebidas Preparados com Vegetais.
 14. BRASIL. Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.
 15. BRASIL. RIISPOA: Regulamento da Inspeção Industrial e sanitária de Produtos de Origem Animal.
 16. BRASIL. Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952. Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.
 17. BRASIL. Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950. Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.
 18. ITAPEMA. LEI COMPLEMENTAR Nº 9/2002. DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
 19. SANTA CATARINA. Decreto nº 23.663, de 16 de outubro de 1984. Regulamenta os artigos 51 a 76 da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências.
 20. SANTA CATARINA. Decreto nº 31.455, de 20 de fevereiro de 1987. Regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que dispõem sobre Alimentos e Bebidas.
 21. SANTA CATARINA. Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983. Dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências.
- Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

GUARDA PATRIMONIAL

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Aptidões profissionais: Técnicas e Métodos de Segurança e Vigilância. Prevenção de acidentes. Primeiros socorros. Procedimentos de combate a incêndios. Controle de entrada e saída de pessoas e veículos. Comunicação de ocorrências (para quem e como – telefones de emergência). Termos empregados. Uso de equipamentos de segurança (detectores de metais e outros. Uso de comunicadores internos e externos. Equipamentos de Proteção Individual – EPI. Segurança no Trabalho. Ética e cidadania. Conceitos básicos sobre patrimônio público e privado, bens patrimoniais materiais e imateriais. Patrimônio moral, cultural e material. Bens públicos e sua classificação. Patrimônio histórico municipal. Patrimônio escolar. Providências e medidas nos casos de sanções e danos ao patrimônio. Conceitos sobre Segurança Pública e Privada, Vigilância, Defesa Pessoal, Defesa Social, Defesa Civil, Policiamento convencional e comunitário. Órgãos de Segurança. Vigilância: Funções básicas; técnicas de vigilância preventiva. Relações humanas e cidadania. Orientações sobre segurança do trabalho, prevenção de acidentes, primeiros socorros. Incêndios: Classificação e causas. Procedimentos e Combate a princípios de incêndio. Combustão: classificação, produtos, pontos notáveis.

Sugestões Bibliográficas:

- Manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos indicados.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

OPERADOR DE MÁQUINA LEVE

OPERADOR DE MÁQUINA PESADA

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Legislação e Operação: Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997, atualização e Legislação Complementar. Resoluções do CONTRAN. Noções de Manutenção, Conservação e Limpeza das Máquinas e Equipamentos de Trabalho. Utilização dos equipamentos apropriados para cada serviço específico. Cuidados necessários na utilização do equipamento com segurança. Utilização de Equipamentos de Proteção Individual necessários para o desempenho da função. Princípios de manutenção de veículos e máquinas. Tipos de óleos lubrificantes. Sistema elétrico. Sistema de arrefecimento. Conhecimentos básicos de primeiros socorros. Noções básicas de mecânica. Noções básicas de direção defensiva.

* Sugestões Bibliográficas:

- BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e alterações. Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

- BRASIL. Resoluções em vigor do CONTRAN, disponíveis no site do DENATRAN.

- Outros manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos indicados.

- Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

OPERÁRIO BRAÇAL

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Aptidões profissionais: - Limpeza e conservação em geral. - Produtos, materiais, ferramentas e equipamentos de trabalho. - Conhecimentos sobre jardinagem e cultivo de plantas. - Conhecimentos sobre capina em geral e serviços de lavoura. - Conhecimentos sobre construção civil.

* Sugestões Bibliográficas:

- Manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos indicados.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

ENSINO MÉDIO COMPLETO

PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS- COMUM A TODOS OS CARGOS DE ENSINO MÉDIO

LÍNGUA PORTUGUESA.

Fonologia e Fonética (1) Classificação de Fonemas; (2) Encontros vocálicos; (3) Encontros consonantais; (4) Dígrafos; (5) Ortografia e acentuação conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua portuguesa; (6) Emprego do hífen. Morfologia (1) Estrutura das palavras; (2) Formação das palavras; (3) Classificação e flexão dos substantivos; artigos; adjetivos, numerais e pronomes; (4) Conjugação verbal; (5) Uso adequado de advérbios, preposições, conjunções e interjeições. Sintaxe (1) Sujeito e predicado; (2) Objeto direto e objeto indireto; (3) Orações coordenadas; (4) Orações subordinadas; (5) Sinais de pontuação; (6) Concordância nominal; (7) Concordância verbal. Semântica (1) Sinônimos e antônimos; (2) Homônimos e parônimos; (3) Denotação e conotação. Estilística (1) Figuras de linguagem; (2) Vícios de linguagem. Interpretação textual (1) Leitura e interpretação de textos narrativos e expositivos. Estrutura dos poemas (rimas, estrofes, versos, etc.).

Sugestões bibliográficas:

1. CEGALLA (2008). Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. Companhia Editora Nacional.

2. PASQUALE E ULISSES (2010). Gramática da Língua Portuguesa. Editora Scipione.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica. Raciocínio Lógico.

* Sugestões Bibliográficas:

1. Livros pedagógicos e didáticos de 1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

INFORMÁTICA

Informática em Geral: conceitos. Periféricos de um Computador. Hardware. Software. Utilização e configurações básicas do Sistema Operacional Windows. Instalação, configuração e utilização: Word, Excel, Outlook e PowerPoint e suas respectivas versões posteriores. Noções de segurança para Internet. Noções básicas de navegação na Internet (Internet Explorer e Mozilla Firefox e suas respectivas versões posteriores, dentre outros. Correio Eletrônico. Sistemas de proteção antivírus e outros. Configuração e utilização de Impressoras e periférico. Extensões de arquivos; Conversores para PDF;

*Sugestões Bibliográficas:

1. CERT.BR. Cartilha de Segurança para Internet. Disponível em < <http://cartilha.cert.br/seguranca/>

2. MICROSOFT CORPORATION. Ajuda integrada e on-line: Windows, Internet Explorer, Outlook, Excel, Word e PowerPoint.

3. MOZILLA FIREFOX. Ajuda do Firefox (Ajuda integrada e on-line).

4. Outros manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos listados.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

LEGISLAÇÃO

Leis Municipais 1496 e 1497/98 e suas alterações e Leis Municipais 2103, 2104 e 2105/2003 e suas alterações, Lei Orgânica do Município de Itapema, Constituição Federal.

Sugestão Bibliográfica:

-BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69).

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS INERENTES AOS CARGOS DE ENSINO MÉDIO**AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO**

1) Todo o conteúdo das referências abaixo. 2) Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público. 3) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Redação de circulares, memorandos, ofícios, relatórios e demais correspondências, atendendo às exigências de padrões estéticos. Rotinas Administrativas. Sistemas de Comunicações Administrativas.

***Sugestões Bibliográficas:**

1. BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e alterações. Institui o Código de Trânsito Brasileiro.
2. BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. In http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm
3. BRASIL. Resoluções em vigor do CONTRAN, disponíveis no site do DENATRAN.
4. ITAPEMA. LEI COMPLEMENTAR Nº 9/2002. DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
5. Itapema. LEI Nº 1528/98 DISPÕE SOBRE A GUARDA, O DEPÓSITO E A VENDA DE VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENHIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA.
6. LEI Nº 3202, DE 01 DE JULHO DE 2013. CRIA A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
7. Publicações disponíveis no link <http://www.denatran.gov.br/publicacoes/publicacao.asp>.

Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

- Outras fontes inerentes ao assunto e às atribuições do cargo, a critério da banca elaboradora.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

EDUCADOR SOCIAL

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social, Indicadores de saúde, legislação; protocolos SUS; Sistemas de informação em saúde; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Vigilância em saúde; Epidemiologia; Pacto pela Saúde; Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias; Política Nacional de Humanização. Estatuto da criança e do adolescente – ECA; estatuto do idoso. Política Nacional de Assistência Social. Lei da Adoção Cidadania; democracia; rede social; direitos sociais; seguridade social; Proteção Social; Violência Social; Família; Políticas Públicas; Estado e Serviços Públicos. Conhecimento sobre: Relações Humanas; Participação popular e controle social nas políticas públicas e garantia de direitos; Trabalho com grupos; Sistema de Garantia de Direitos; O papel do Orientador Social; Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na Política de Assistência Social; Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Concepção de convivência e fortalecimentos de vínculos. CRAS; Legislação Social: Constituição Federal de 1988; Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS/1993; Lei da Adoção nº 12.010, de 3 agosto de 2009, a qual dispõe sobre a adoção; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA/1990; Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004; Tipificação dos Serviços Socio-assistenciais; Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009; O papel do Orientador Social. CRAS. Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas; A importância da participação popular na garantia dos direitos sociais; Fundamentos éticos, legais, teóricos e metodológicos do trabalho com famílias; Dinâmica Familiar: noções básicas. A importância da família no convívio social e na proteção social da criança e do adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, proteção integral à criança e ao adolescente; Dos Direitos Fundamentais; Da Prevenção; Da Política de Atendimento; Das Medidas de Proteção; Das Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável; Do Conselho Tutelar; Mediação de Conflitos; História Social da criança e da família; Desenvolvimento da criança e do adolescente; Formas de violência contra a criança e o adolescente; Exclusão social; Alcool, tabagismo outras drogas; Conhecimentos do Programa de Erradicação do trabalho Infantil; Conhecimentos teóricos e práticos sobre desenvolvimento infantil, aprendizagem; Proposta curricular; processos de avaliação; LDB (Lei de Diretrizes e Bases) – Lei 9.394/1996; Conhecimentos sobre o processo de ensino-aprendizagem; processos de avaliação; Qualidade no atendimento ao público; forma de atendimento ao público; postura; SUS, ESF, SUAS, LOAS.

Sugestão Bibliográfica:

1. Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo; Boas Maneiras; Comportamento no ambiente de trabalho; Organização do local de trabalho: RESOLUÇÃO Nº 9, DE 15 DE ABRIL DE 2014.
2. Conceitos gerais: direitos sociais, seguridade social, cidadania: Constituição Federal de 1988.
3. Ética profissional: Código deontológico do Educador Social.
4. Conselho Tutelar: RESOLUÇÃO Conanda No - 139, DE 17 DE MARÇO DE 2010.
5. Diretrizes Nacionais para o abrigo de mulheres em situação de risco e de violência: <http://www.spm.gov.br/assuntos/ouvidoria-da-mulher/pacto-nacional/tr-enfrentamento-da-violencia-contra-a-mulher.pdf>
6. Lei Orgânica da Assistência Social. LOAS: Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993
7. Política Nacional de Assistência Social : PNAS/2004
8. Tipificação dos Nacional dos serviços socioassistenciais: Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.
9. Sistema único de Saúde – SUS: Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.
10. Reordenamento dos serviços de acolhimento: Ministério do desenvolvimento social e combate à fome – mds, secretaria nacional de assistência social – snas departamento de proteção social especial – dpse - reordenamento e implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.
11. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
12. Estatuto do Idoso: Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.
13. Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.
14. Estatuto da Juventude: Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.
15. Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.
16. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
17. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE: Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.
18. Serviço de Abordagem Social: Resolução CNAS nº 09, de 18 de abril de 2013.
19. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infância Juvenil: Resolução nº 162, de 28 de janeiro de 2014

20. Declaração dos Direitos Humanos: Declaração dos Direitos humanos de 10 de dezembro de 1948.
 21. Direitos Sociais e Coletivos: Constituição Federal – Artigos do 5º ao 11º.
 22. Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: PNCFC - Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2ª edição) Aprovado pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1/2006, de 13 de dezembro de 2006
 23. Orientações sobre acolhimento de crianças e adolescentes:
 24. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes
 25. Aprovado pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1/2009, de 18 de junho de 2009 (* Texto alterado pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 2/2010, de 16 de setembro de 2010).
 26. Noções básicas: Cuidados com a pessoa Idosa: Manual do cuidador da Pessoa Idosa. Páginas 53 a 91. <http://www.sdh.gov.br/>
 27. Conselhos Municipais: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/A> importância da família no convívio social e na proteção social.: Tipificação dos Nacional dos serviços socioassistenciais / 2009 páginas 40 a 43.
 28. Assistência Social na Constituição Federal de 1988: Artigos: 203 e 204.
 29. Trabalho com grupos. Atividades socioeducativas: Parâmetros das ações socioeducativas: igualdade como direito, diferença como riqueza. <http://www.florianopesaro.com.br/biblioteca/arquivos/criancas-adolescentes/Caderno1.pdf> Páginas 10 a 29.
 30. Política Nacional para a População em Situação de Rua: Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009: Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
- Outras fontes inerentes ao assunto e às atribuições do cargo, a critério da banca elaboradora.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

FISCAL DE RELAÇÃO DE CONSUMO

Contratos: disposições gerais; extinção; espécies. Responsabilidade civil. Conceito de produto. Conceito de serviço. Conhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo. Fiscalização no mercado de consumo para controle de qualidade, de preço e consumo. Conhecimento da política nacional das obrigações do mercado de materiais e imateriais. Conhecimento da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Efeitos do ato jurídico: nulidade; atos ilícitos; abuso de direito; fraude a lei. Prescrição e decadência. Extinção das obrigações: pagamento - objeto e prova, lugar e tempo de pagamento; mora; compensação, novação, transação; direito de retenção. Funções do Fiscal. Lei Federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do consumidor. Redação de circulares, memorandos, ofícios, relatórios e demais correspondências, atendendo às exigências de padrões estéticos. Rotinas Administrativas. Sistemas de Comunicações Administrativas.

Sugestões Bibliográficas:

1. ALMEIDA, João Batista de, Saraiva. Direito do Consumidor – Fundamentos Doutrinários e Visão Jurisprudencial – 2ª Edição 2007.
2. BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. In http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm
3. CARVALHO, José Carlos Maldonado de, Lúmen Júris. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor – Comentado Pelos Autores do Anteprojeto, 9ª Ed. 2007.
4. FILOMENO, Jose Geraldo Brito, Atlas. Manual de Direito do Consumidor, 2ª Ed. 2006.
5. GARCIA, Leonardo de Medeiros, Impetus. Curso Fundamental de Direito do Consumidor.
6. GRINOVER, Ada Pellegrini, Forense Universitária. Constituição da República Federativa do Brasil – Col. Saraiva de Legislação, 40ª Ed 2007, Saraiva.
7. ITAPEMA. LEI Nº 1300/97. INSTITUI O PROCON MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
8. NUNES, Rizzato, Saraiva. Direito do Consumidor – Código Comentado e Jurisprudência, Série Jurídica, 3ª Ed. 2007.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MOTORISTA DO SAMU

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais.

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e alterações. Institui o Código de Trânsito Brasileiro.
 2. BRASIL. Resoluções em vigor do CONTRAN, disponíveis no site do DENATRAN.
- Outros manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos indicados.
- Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

TÉCNICO CONTÁBIL

Contabilidade Pública: Orçamento Público: Lei do Plano Plurianual, Lei das Diretrizes orçamentárias e Lei do Orçamento anual; Conceitos. Tipo de orçamento, créditos orçamentários e adicionais; Receita Governamental: Conceito. Classificação da receita pública. Estágios da receita: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento; Despesa Governamental: Conceito e classificações da despesa pública orçamentária e extraorçamentária; Despesas obrigatórias de caráter continuado; Estágios da despesa: fixação, empenho, liquidação e pagamento; Contabilidade Pública: Conceito e campo de aplicação. A nova contabilidade aplicada ao setor público; o patrimônio público e o Plano de contas aplicados ao setor público; Demonstrações contábeis conforme a lei nº 4.320/64 e suas alterações. Administração Pública: Licitações e Contratos Públicos. Conceito, Objetivos, Princípios, Fases da licitação, Modalidades de licitação, Tipos de licitação, Dispensa e Inexigibilidade; Conhecimentos Básicos de SIAFI; Contabilidade Geral: Estática Patrimonial: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido; Escrituração contábil; Registro das operações típicas de uma empresa; Balanços Patrimoniais e levantamento de contas; Demonstrações do Resultado do Exercício; Demais Demonstrações contábeis segundo a lei 6.404/76 e suas alterações; Procedimentos Contábeis básicos: Métodos das partidas dobradas; Plano de contas; Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis; Custos: noções, processo de formação, metodologias de apuração e análise.

Sugestões Bibliográficas:

1. BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade aplicada ao setor público. Abordagem Simples e objetiva. Atualizado com as normas brasileiras de contabilidade (NBC T 16) do CFC e o Manual aplicado ao Setor Público (MCASP) da STN. São Paulo: Atlas, 2014
 2. Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Manual Técnico de Orçamento MTO. Edição 2014. Brasília, 2013
 3. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
 4. FEIJÓ, Paulo Henrique. Entendendo o plano de contas aplicado ao setor público/Paulo Henrique Feijó, Carlos Eduardo Ribeiro. 1. ed. Brasília: Gestão Pública, 2014.
 5. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitação e contratos administrativos. 14 ed. São Paulo: Dialética, 2010
 6. Lei 8666 de 21 de junho de 1993 e alterações - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
 7. Lei complementar nº 101 de 04 de março de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
 8. Lei nº 4320 de 17/03/1964 e suas alterações. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
 9. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
 10. MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
 11. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 12. PISCITELLI, Roberto Bocaccio. Contabilidade Pública: Uma abordagem da Administração Financeira
 13. Pública / Roberto Bocaccio Piscitelli...[et al] 12ª ed. Revisada, ampliada e atualizada até março de 2012. - São Paulo: Atlas, 2012
 14. RIBEIRO, Osnir Moura. Contabilidade Geral Fácil - 9ª ed. 2013: Editora Saraiva RIBEIRO, Osnir Moura. Contabilidade Básica Fácil - 29ª ed. 2013: Editora Saraiva
 15. Silva, Alexandre Alcântara da. Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis - 2. ed. - São Paulo: Atlas, 2010.
 16. SILVA, Alexandre Alcântara da, Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 9. SILVA, Lino Martins. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde -Princípios e diretrizes, controle social, Indicadores de saúde, legislação; protocolos SUS; Sistemas de informação em saúde; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Vigilância em saúde; Epidemiologia; Pacto pela Saúde; Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias; Política Nacional de Humanização. Estatuto da criança e do adolescente - ECA; estatuto do idoso; Bioética e Legislação do Exercício Profissional; Procedimentos: Curativos (Potencial de contaminação, Técnicas de curativos); Princípios da administração de medicamentos (terapia medicamentosa, noções de farmacoterapia); Escuta ativa; Biossegurança nas ações em saúde; Preparação e acompanhamento do cliente na realização de exame diagnóstico; Sinais vitais e medidas antropométricas; Controle Hídrico e Diurese; Técnica de higiene, conforto e segurança do cliente. Posições para exames; Limpeza e preparo da unidade do paciente; Procedimentos de enfermagem na admissão, alta, transferência e óbito. Cuidados de enfermagem a clientes/pacientes nas diversas etapas do tratamento cirúrgico: pré/trans e pós-operatórios das cirurgias gerais; Emergências; Anotações de enfermagem. Saúde Mental: conceito, etiologia, epidemiologia, sinais e sintomas clínicos, farmacoterapia, assistência de enfermagem; Epidemiologia: Prevenção, controle, tratamento, sinais e sintomas de: DST's, doenças infecto-contagiosas, DDA. Imunização: Vacinas, acondicionamento, Cadeia de frio (conservação), dosagens, aplicação, Calendário de vacinação); Doenças de Notificações Compulsórias Nacionais, estaduais e municipais; Processamento de Material; Manuseio de equipamentos e materiais esterilizados; Saneamento Básico - Esgoto sanitário, Destino do Lixo; Saúde da Mulher - Planejamento familiar, gestação (pré-natal), parto e puerpério, prevenção do câncer de colo e mamas; Assistência de enfermagem no atendimento ginecológico; Saúde Materno-Infantil: Assistência de Enfermagem no Pré-Parto, Parto e Puerpério e nas Emergências Obstétricas E Assistência de Enfermagem em Pediatria; Amamentação; Complicações e doenças decorrentes da gravidez. Agravos sociais: a criança e ao adolescente de violência e abandono; Saúde do adulto e do idoso: Hipertensão arterial sistêmica, Diabetes mellitus, doenças respiratórias, outras patologias crônicas; Conhecimentos básicos inerentes as atividades do cargo; Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados).

Sugestões Bibliográficas:

1. ANVISA. Curso de Infecção Relacionada à Assistência a saúde - IRAS. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Inicio/Servicos+de+Saude/Assunto+de+Interesse/Aulas+Cursos+Cartazes+Publicacoes+e+Seminarios/Controle+de+Infeccao+em+Servicos+de+Saude/Cursos/Curso+de+Infeccao+Relacionada+a+Assistencia+a+Saude++IRAS>
2. BOLICK, Dianna e outros. Segurança e Controle de Infecção. Reichmann & Affonso Editores.
3. BRASIL, M.S. e ANVISA. Curso Básico de Controle de Infecção Hospitalar: Caderno A - Epidemiologia para controle da infecção hospitalar. Disponível em: <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/CIHCadernoA.pdf>
4. BRASIL, M.S. e ANVISA. Curso Básico de Controle de Infecção Hospitalar: Caderno D - Microbiologia aplicada ao Controle da Infecção

Hospitalar. Disponível em: <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/CIHCadernoD.pdf>

5. BRASIL, M.S. e ANVISA. Curso Básico de Controle de Infecção Hospitalar: Caderno E – Programa de Controle da Infecção Hospitalar. Disponível em: <http://www.sbrafh.org.br/site/public/temp/4f7baaa60c51c.pdf>

6. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).

7. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

8. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.

9. Código de Ética Profissional.

10. ELKIN, Martha Keene, PERRY, Anne Griffin; POTTER, Patricia A. Procedimentos e intervenções de enfermagem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013

11. KAWAMOTO, EmiliaEmi; FORTES, Julia Ikeda. Fundamentos de Enfermagem. EPU.

12. LIMA, Idelmina Lopes de e outros. Manual do Técnico e Auxiliar de Enfermagem. Editora AB. Ltda.

13. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

14. MENDES, Marcelo. Administração de medicamentos. Joinville – SC: Clube de autores, 2013.

15. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. NR 32 e alterações - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.

16. MOTTA, A. L. C. Normas, rotinas e técnicas de enfermagem. Iátria.

17. MUSSI, N.M. (et al.). Técnicas fundamentais de enfermagem. Atheneu.

18. Outras fontes inerentes ao assunto e às atribuições do cargo, a critério da banca elaboradora.

19. PERRY, Anne Griffin; POTTER, Patricia A. Fundamentos de enfermagem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013

20. Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados (manuais, informativos, protocolos, Caderno de Atenção Básica, Portarias, Resoluções, Informativos Técnicos, Calendário vacinal, entre outros).

21. SOARES, Nelma Rodrigues. Administração de medicamentos na enfermagem. EPUB - Editora de Edições Biomédicas

22. TIMBY, Barbara Kuhn. Conceitos e habilidades fundamentais no atendimento de enfermagem. Artmed.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS– COMUM A TODOS OS CARGOS DE ENSINO SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA.

Fonologia e Fonética(1) Classificação e representação dos Fonemas; (2) Encontros vocálicos; (3) Encontros consonantais; (4) Dígrafos; (5) Ortografia e acentuação conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua portuguesa; (6) Emprego do hífen. Morfologia (1) Estrutura das palavras; (2) Formação das palavras e sufixos; (3) Classificação e flexão dos substantivos; artigos; adjetivos, numerais e pronomes; (4) Conjugação verbal; (5) Uso adequado de advérbios, preposições, conjunções e interjeições; (6) Conectivos. Sintaxe (1) Sujeito, predicado e predicativo; (2) Objeto direto, objeto indireto, complemento nominal e agente da passiva; (3) Orações coordenadas; (4) Orações subordinadas; (5) Sinais de pontuação; (6) Concordância nominal; (7) Concordância verbal; (8) Sintaxe de colocação. Semântica (1) Sinônimos e antônimos; (2) Homônimos e parônimos; (3) Denotação e conotação. Estilística (1) Figuras de linguagem; (2) Vícios de linguagem. Interpretação textual (1) Leitura e interpretação de textos narrativos e expositivos. Estrutura dos poemas (rimas, estrofes, versos, etc.).

Referências bibliográficas:

1. CEGALLA (2008). Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. Companhia Editora Nacional.

2. PASQUALE E ULISSES (2010). Gramática da Língua Portuguesa. Editora Scipione.

3. BECHARA (2012). Gramática Escolar da Língua Portuguesa. Editora nova Fronteira.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

INFORMATICA

Informática em Geral: conceitos. Periféricos de um Computador. Hardware. Software. Utilização e configurações básicas do Sistema Operacional Windows. Instalação, configuração e utilização: Word, Excel, Outlook e PowerPoint e suas respectivas versões posteriores. Noções de segurança para Internet. Noções básicas de navegação na Internet (Internet Explorer e Mozilla Firefox e suas respectivas versões posteriores, dentre outros. Correio Eletrônico. Sistemas de proteção antivírus e outros. Configuração e utilização de Impressoras e periférico. Extensões de arquivos; Conversores para PDF;

Sugestões Bibliográficas:

- CERT.BR. Cartilha de Segurança para Internet. Disponível em < <http://cartilha.cert.br/seguranca/>

- MICROSOFT CORPORATION. Ajudaintegrada e on-line: Windows , Internet Explorer, Outlook, Excel, Word e PowerPoint.

- MOZILLA FIREFOX. Ajuda do Firefox (Ajuda integrada e on-line).

- Outros manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos listados.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

LEGISLAÇÃO

Leis Municipais 1496 e 1497/98 e suas alterações e Leis Municipais 2103,2104 e 2105/2003 e suas alterações, Lei Orgânica do Município de Itapema, Constituição Federal.

(Considerar a legislação na sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados)

Sugestão Bibliográfica:

-BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69).

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS INERENTES AOS CARGOS DE ENSINO SUPERIOR

ADVOGADO – CREAS/SUAS

DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição: Conceito. Classificação das Constituições. Evolução Constitucional do Brasil. Interpretação e caracterização das normas constitucionais. Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado: Características. Emenda à Constituição. Hierarquia das Normas Jurídicas. Princípio da Supremacia da Constituição. Revisão Constitucional. Controle de Constitucionalidade das Leis. Normas Constitucionais: Eficácia. Aplicabilidade. Interpretação. Integração. Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Princípios do Estado de Direito: legalidade, igualdade, controle judiciário. Garantias constitucionais: Conceito. Classificação. Mandado de Segurança. Direito de petição. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Direitos Políticos. Federação: Soberania e autonomia do Estado Federal. Repartição de competências. Intervenção Federal nos Estados e nos Municípios. Divisão de poderes. A unidade do Poder Estatal. Princípios e normas da Administração Pública. União. Competência. Estado-Membro; poder constituinte estadual: autonomia e limitações; Municípios: natureza jurídica, criação, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites; Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e alterações. **DIREITO CIVIL:** Fontes formais do direito positivo. Da Lei: Vigência e eficácia. Conflitos no tempo e no espaço. Hermenêutica e aplicação. Das Pessoas Naturais: Registro. Personalidade. Capacidade. Domicílio. Estado. Das Pessoas Jurídicas: Registro. Espécies. Classificação (direito público X direito privado). Personalidade Jurídica. Habilidade. Ratificação e convalidação. Prescrição e Decadência: Conceitos. Disposições Gerais. Efeitos. Causas suspensivas e interruptivas. Prazos. Das Obrigações: Definição. Elementos constitutivos. Fontes. Classificação. Modalidades. Liquidação. Solidariedade. Transmissão. Cláusula Penal. Extinção. Inexecução. Juros. Correção monetária. Mora. Pagamento. Objeto. Prova. Lugar e tempo. Do pagamento indevido por consignação e com sub-rogação. Dação em Pagamento. Compensação. Novação. Transação; Contratos: contratos em geral; disposições gerais; extinção; espécies de contratos regulados no Código Civil; Responsabilidade Civil; **DIREITO ADMINISTRATIVO:** Conceito. Objeto. Fontes. Princípios Constitucionais. Poderes da Administração. Deveres. O uso e o abuso do poder. Organização administrativa brasileira. Da Organização Administrativa: Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista. Entidades Paraestatais. Poderes administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, regulamentar, disciplinar e de polícia. Processo administrativo disciplinar. Do ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécie. Anulação e Revogação. Licitação e Contratos (Lei n. 8.666/93): Conceito. Normas Gerais. Objeto. Princípios. Modalidades. Procedimentos. Finalidades. Obrigatoriedade. Dispensa. Inexigibilidade. Pregão. Vedação. Revogação. Anulação. Sanções penais. Peculiaridades e Interpretação dos Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Serviços delegados (concessões, permissões e autorizações), convênios e consórcios. Parcerias público-privadas. Regime de Contratação Diferenciado. Os Agentes e Servidores Públicos: Regimes jurídicos dos Servidores Públicos. Direitos e deveres. Responsabilidades. Direitos dos Usuários. Aposentadoria. Atos de Pessoal. Processo Especial dos Crimes Praticados por Servidores Públicos. Controle da administração pública: Controle interno. Controle externo, inclusive a cargo do Tribunal de Contas. Controle jurisdicional. Sistema de Contencioso administrativo e Sistema de jurisdição una. Instrumentos do controle jurisdicional. Investidura. Domínio Público: Bens públicos. Administração, utilização e alienação de bens públicos. Imprescritibilidade, impenhorabilidade e não oneração de bens públicos. Aquisição de bens pela administração. Responsabilidade Civil da Administração. Poder de polícia. Desapropriação. Lei de Improbidade Administrativa. Lei de Transparência, Lei nº 12.846/2013. Crimes contra a Administração Pública. **DIREITO DO TRABALHO** Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 01 de maio de 1943. Relação de trabalho e relação de emprego. A figura jurídica do empregado e do empregador. Jornada de Trabalho: jornada legal e convencional; limitação da jornada. Formas de prorrogação. Trabalho extraordinário. Trabalho noturno. Repouso semanal remunerado. Jornadas especiais de trabalho: turnos ininterruptos de revezamento. Banco de horas. Férias: férias individuais e coletivas; Período aquisitivo e concessivo; Remuneração; Abono; Efeitos na rescisão contratual. Contrato de Trabalho: Natureza jurídica; Elementos essenciais; Duração; Alteração; Suspensão e Interrupção; Término do Contrato. **DIREITO TRIBUTÁRIO** Conceito. Conteúdo. Natureza. Autonomia. Fontes. Relação com o Direito Financeiro. Sistema Constitucional Tributário: Poder de tributar. Competência tributária. Capacidade tributária. Legislação tributária: vigência no tempo e no espaço. Aplicação. Hermenêutica tributária. Interpretação e integração de legislação tributária no Código Tributário Nacional. Norma Tributária: Incidência. Vigência. Aplicação. Interpretação. Tributos: Conceito. Natureza Jurídica. Classificação. Espécies. Princípios constitucionais do Direito Tributário: legalidade, Isonomia. Irretroatividade. Anualidade e anterioridade. Proibição de uso de tributo com efeito de confisco; Código Tributário Municipal (Lei Municipal nº 170/1983; Lei de Execuções Fiscais (Lei Federal nº 6.830/80; Lei Complementar ISS (Lei Complementar nº 116/2003); **DIREITO PROCESSUAL** Jurisdição: Conceito. Características. Poderes. Princípios. Espécies. Competência: Espécies. Modificações. Prevenção. Incompetência. Conflito de competência. Ação: Conceito. Natureza Jurídica; **PROCESSO CIVIL:** Novo Código de Processo Civil, assim como suas alterações; 1. Da jurisdição e da ação. 2. Da competência interna. 3. Dos sujeitos do processo: das partes e dos procuradores; do litisconsórcio; da intervenção de terceiros; da advocacia pública. 4. Dos atos processuais. 5. Da tutela provisória. 6. Da formação, suspensão e extinção do processo. 7. Do procedimento comum. 8. Do cumprimento da sentença. 9. Do processo de execução: da execução em geral; da execução por quantia certa; da execução contra a fazenda pública; dos embargos à execução; da suspensão e da extinção do processo de execução. 10. Dos recursos. 11. Dos Procedimentos especiais: mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, ação de improbidade administrativa. **CREAS** (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e Sistema Único de Assistência Social –SUAS; Política Nacional de Assistência Social. Lei da Adoção Cidadania; direitos sociais; seguridade social; Proteção Social; Violência Social; Família; Políticas Públicas; Estado e Serviços Públicos.; Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na Política de Assistência Social; CRAS; Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS/1993; Lei da Adoção nº 12.010, de 3 agosto de 2009, a qual dispõe sobre a adoção; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA/1990; Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004; Tipificação dos Serviços Socio-assistenciais; Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009; .SUS, ESF, SUAS, LOAS.

Sugestões Bibliográficas:

1. BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro, Forense.
2. BARBI, Celso A. Do Mandato de Segurança.
3. BASTOS Celso R. Curso de Direito Constitucional.
4. BRASIL. Constituição da República Federativa Atualizada. Lei nº 8666/93 e suas alterações.
5. CALMON. Jose Joaquim. Comentários ao Código de Processo Civil.
6. CARRION, Valentin. CLT Comentada. Comentário à Consolidação das Leis do Trabalho, Saraiva. CÂMARA, Alexandre. Lições de Direito Processual Civil, Lumen Iuris.
7. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
8. CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.
9. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo; Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do T.S.T.

10. Direito Municipal Brasileiro.
 11. FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo, Lumen Juris.
 12. Legislação Correlata de Direito Administrativo.
 13. Legislação Correlata de Direito Civil e Processo Civil.
 14. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – Lei Complementar nº 101/2000.
 15. LEI ORGANICA DO MUNICIPIO.
 16. Licitação e Contrato Administrativo.
 17. MARIO, Caio. Direito Civil Brasileiro
 18. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro.
 19. MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, São Paulo, Malheiros; MORAIS, Alexandre. Direito Constitucional, Atlas, S Paulo; MOREIRA, Jose Carlos Barbosa. Processo Civil Brasileiro.
 20. NOVO CÓDIGO CIVIL
 21. RODRIGUES, Silvio. Direito Civil
 22. SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil.
 23. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo, Malheiros.
 24. Sumulas e Informativos do S.T.J. e S.T.F.
 25. THEODORIO, Jr. Curso de Direito Processual Civil.
 26. TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Editora Renovar.
 27. VENOSA, Silvio. Curso de Direito Civil.
- Legislação referente ao conteúdo sugerido.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

ARQUITETO

Projeto Arquitetônico e Urbanístico: representação técnica de projetos arquitetônicos e urbanísticos; programas de necessidades; dimensionamento, organização do arranjo interno e layout; controle térmico, acústico e luminoso das edificações. Acessibilidade nas construções e no meio urbano: adequação do espaço, mobiliário e equipamentos urbanos; NBR 9050/04 e alterações; Decreto nº 5.296/04. Ordenação do Solo Urbano: zoneamento de uso de solo; índices urbanísticos; sistema viário, uso e ocupação do solo; projetos urbanísticos e de reestruturação urbana; impactos ambientais urbanos; planejamento urbano no Brasil; plano diretor. Legislação urbanística e ambiental: instrumentos de intervenções urbanísticas e ambientais; limitações e restrições à propriedade; função social da propriedade; instrumentos jurídico-urbanísticos do Estatuto da Cidade; servidão urbanística, desapropriações, limitações administrativas. Parcelamento do Solo Urbano: aspectos urbanísticos e legais do parcelamento do solo urbano. Noções dos projetos complementares: noções de comportamento e desempenho estrutural das edificações; instalações elétricas e hidros sanitárias; especificação de serviços e materiais; instalação de elevadores; sistemas de segurança nas edificações; prevenção contra incêndio. Viabilidade técnico-financeira de projetos arquitetônicos, urbanísticos e complementares: memoriais descritivos; cadernos de encargos; orçamento de obras; composição de custos; técnicas de gerenciamento de atividades e recursos; acompanhamento e fiscalização, controle e programação de obras; licitação de obras públicas. Patrimônio Histórico Cultural e Ambiental: noções de preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental; tombamento e inventário. Normas Técnicas da ABNT (NBR's) e Normas de Segurança do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (NR's). Legislação ambiental, resoluções do CONAMA. Computação gráfica: conhecimento de AutoCAD 2D e 3D.

Sugestões Bibliográficas:

1. ARGAN, Giulio Carlo. Projeto e destino. São Paulo: Ática, 2001.
2. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6492 – Representação de projetos de arquitetura.
3. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: 2004. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos
4. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA. Manual de contratação de serviços de arquitetura e urbanismo. São Paulo: Pini, 1992.
5. BAUER, L. A. Falcão (Luiz Alfredo Falcão) (Coord.). Materiais de Construção. Volumes 1 e 2 Revisão técnica João Fernando Dias. 5.ed.rev. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, c2000. 471 p., il.
6. BENEVOLO, Leonardo. História da cidade. Tradução de Sílvia Mazza. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993. 729 p., il.
7. BOLZANI, Caio Augustus Moraes. Residências inteligentes. São Paulo: Livraria da Física, 2004. 332 p.
8. BONDUKI, Nabil. Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. 342 p., il.
9. CORBELL, Oscar; YANNAS, Simos. Em Busca de uma Arquitetura Sustentável para os Trópicos: Conforto Ambiental. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2009. 305 p., il.
10. CREDER, Helio. Instalações elétricas. 18.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2007.XII, 428 p., il.
11. CREDER, Helio. Instalações Hidráulicas e Sanitárias. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006. 423 p., I.
12. DEL RIO, Vicente. Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento. São Paulo: Pini, 1990. 198 p., il.
13. FROTA, Anésia Barros; SCHIFFER, Sueli Ramos. Manual de Conforto Térmico. 8. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2007. 243 p., il.
14. KROEMER, K. H. E.; GRANDJEAN, E. Manual de Ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. Tradução de Lia Buarque de Macedo Guimarães. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 327 p., il.
15. LE CORBUSIER. Planejamento Urbano. Tradução de Lúcio Gomes Machado. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. 200 p., il. (Coleção debates, 37).
16. LE CORBUSIER. Por uma Arquitetura. Tradução de Ubirajara Rebouças. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. 205 p., il. (Coleção estudos, 27).
17. LE CORBUSIER. Urbanismo. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 3.ed. São Paulo: Wmfmartinsfontes, 2009. XI, 307 p., il.
18. LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 227 p., il. (Coleção a).
19. MASCARÓ, Lucia (Org.). A iluminação de espaços urbanos. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2006.193 p., il.
20. MASCARÓ, Lucia R. de (Lucia Raffo de); MASCARÓ, Juan José. Ambiência Urbana = UrbanEnvironment. 3. ed. Porto Alegre: Masquatro

Editora, 2009. 199 p., il.

21. NEUFERT, Ernest – “Arte de Projetar em Arquitetura”, 17.ed.rev. e ampl. São Paulo: G. Gili do Brasil, 2004. XIV, 618 p., il.

22. OBERG, L. (Lamartine). “Desenho Arquitetônico”. 33. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003. 156 p., il.

23. PROCÓPIO FILHO, Argemiro; BURSZTYN, Marcel (Org.). Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002. 192 p.

24. RASMUSSEN, Steen Eiler. Arquitetura Vivenciada. Tradução de Alvaro Cabral. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 246 p., il. (Coleção a).

25. REBELLO, Yopanan Conrado Pereira; MELLO, Carlos Roberto Lemos Homem de (cap.). Estruturas de aço, concreto e madeira: atendimento da expectativa dimensional. São Paulo: Zigurate, 2005. 373 p

26. SANTOS, Rozely Ferreira dos. Planejamento Ambiental: Teoria e Prática. São Paulo: Oficina de textos, 2004. 184 p., il. color.

27. SERPA, Angelo. O Espaço Público na Cidade Contemporânea. São Paulo: Contexto, 2009. 205 p., il.

28. SILVA, Elvan. Uma introdução ao projeto arquitetônico. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. 125 p., il. (Livro-texto).

29. VIEIRA NETTO, Antonio. Como Gerenciar Construções. São Paulo: Pini, 1988. 119 p., il.

30. YAZIGI, Walid. A Técnica de Edificar. 9.ed. rev. e atual. São Paulo: Pini, 2008. 770 p., Il

31. ZEVI, Bruno. Saber Ver a Arquitetura. Tradução de Maria Isabel Gaspar, Gaëtan Martins de Oliveira. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 286 p., il. (Coleção a).

32. MARICATO, Erminia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 204 p.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

ASSISTENTE SOCIAL

Questão Social. Movimentos sociais. Terceiro Setor. Controle Social. Lei Federal N.º 8.662/93 (Lei que regulamenta a profissão do Assistente Social). Questão Social. Controle Social. Código de Ética Profissional do Assistente Social. As dimensões ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas do Serviço Social. Lei nº. 8.742/1993. Lei Orgânica da Assistência Social e suas alterações. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS 2005. Resolução CNAS nº. 109/2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Lei nº. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Lei nº. 8.212/1991 – Lei Orgânica da Seguridade Social: Títulos I, II e III. Cadastro Único - Decreto nº 6.135/07. NOB RH SUAS/2006. Lei nº 12010/09 - nova lei da adoção. Direitos Sociais. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase); Estatuto da pessoa com deficiência. Lei Maria da Penha. Estatuto da Juventude. Normas e orientações do CRAS e do CREAS; Sistema Único da Assistência Social; Norma Operacional Básica do SUAS; Política Nacional de Assistência Social; Norma Operacional Básica – RH – SUAS; Decreto N.6307/2007 que regulamenta os Benefícios Eventuais. Plano Municipal de Assistência Social e seus processos; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Vigilância Socioassistencial. Programa de Transferência de Renda (BPC, Programa Bolsa Família). Programas Governamentais de habitação e projetos social.

Sugestões Bibliográficas:

1. Políticas públicas de saúde: SARRETA, FO. Educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 248 p. ISBN 978-85-7983-009-9. Available from SciELO Books

2. Pesquisa em Serviço Social. YAZBECK, Maria Carmelita. Os caminhos para a pesquisa no serviço social. In: Revista Temporalis, ano V, nº 9 – janeiro a junho de 2005 (p. 147-159).

3. Indicadores de nível de saúde da população. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede. Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. – 2. ed. – Brasília

4. Atenção à Saúde: Organização e Funcionamento dos Serviços de Saúde.

5. LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.

6. Planejamento e gestão social. PORTARIA N. 3.332, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006.

7. Direitos dos usuários do SUS. PORTARIA N 1.820, DE 13 DE AGOSTO DE 2009.

8. Vigilância Sanitária: LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999.

9. Equipe Interdisciplinar e multidisciplinar. PORTARIA Nº 2.527, DE 27 DE OUTUBRO DE 2011. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. Revista Saúde Pública, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 1 - 11, fev., 2001.

10. Programa Nacional de Humanização/ SUS.

11. <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/sas/humanizausus>

12. Código de ética do assistente social; LEI No 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993.

13. Políticas inerentes ao serviço social em saúde pública: Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na política de Saúde. Serie: Trabalho e Projeto Social nas políticas sociais. Brasília. 2010.

14. Conselho Federal de Serviço Social: www.cfess.org.br

15. Conselho Regional de Serviço Social: www.cress-sc.org.br

16. Sistema de Auditoria do SUS. DECRETO Nº 1.651, DE 28 DE SETEMBRO DE 1995.

17. Elaboração de laudo, levantamentos socioeconômicos / parecer técnico, específico da área de Serviço Social. CFESS - Conselho Federal de Serviço Social (org.). O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

18. MIOTO, Regina Célia. “Estudos Socioeconômicos”. In CFESS/ABEPSS. (Org.) Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 482-496.

19. Lei Orgânica da Assistência Social: LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993.

20. LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

21. LEI Nº 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

22. Consolidação do SUS: PORTARIA Nº 399/GM, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2006.

23. Diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS): Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010.

24. Saúde na Constituição Federal: arts. 6º e 5º, § 1º; 7º, IV; 24, XII, §§ 1º ao 4º; 23, II; 30, VII; 37, II, V, VIII, IX, XVI, “c”; 195, § 2º; 196-200; 208, VII; 212, § 4º; 227, caput; 227, § 1º, I; art. 77 e seus incisos e §§ do ADCT.

25. Política Nacional de Atenção Básica: Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011.

26. Estatuto do Idoso: Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.
27. Estatuto da Criança e do adolescente. Lei 8069 de 13 de julho de 1990.
28. Estatuto da pessoa com deficiência. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.
29. Política Nacional de Assistência Social. PNAS/ 2004

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

CONTADOR

Contabilidade Pública: 1. Conceito. 2. Campo de Aplicação. 3. Regimes Contábeis: Orçamentário e Patrimonial. 4. Resolução CFC nº 1.111/2007 - Princípios de Contabilidade Sob a Perspectiva do Setor Público. 5. Subsistemas de Informações: Orçamentárias, Patrimoniais, Compensação. 6. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC – T 16.1 a 16.11. 7. Exercício Financeiro. 8. Processo de Planejamento - Orçamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA. 9. Receita e Despesa Extra orçamentária: Conceito e Contabilização. 10. Dívida Ativa. 11. Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – Edição atualizada - (Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2014 e Portaria STN 700/2014): Anexos - Ementário da Receita e do PCASP. 12. Procedimentos Contábeis Orçamentários. Receita Orçamentária: Conceito, Classificação da Receita Orçamentária, Reconhecimento da Receita Orçamentária, Relacionamento do Regime Orçamentário com o Regime Contábil, Etapas da Receita Orçamentária, Procedimentos Contábeis Referentes à Receita Orçamentária. Despesa Orçamentária: Conceito, Classificações da Despesa Orçamentária, Créditos Orçamentários Iniciais e Adicionais, Reconhecimento da Despesa Orçamentária, Etapas da Despesa Orçamentária, Procedimentos Contábeis referentes à Despesa Orçamentária, Restos a Pagar, Despesas de Exercícios Anteriores, Suprimentos de Fundos (Regime de Adiantamento). Procedimentos Contábeis Patrimoniais: Patrimônio Público: Conceito, Composição, Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido/Saldo Patrimonial. Variações Patrimoniais: Qualitativa, Quantitativa e Resultado Patrimonial. Ativo Imobilizado. Ativo Intangível. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público: Aspectos Gerais e Estrutura do PCASP. Detalhamento das Contas do PCASP. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público: Balanço Orçamentário. Balanço Financeiro. Balanço Patrimonial. Demonstração das Variações Patrimoniais. Demonstração do Fluxo de Caixa. Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido. Consolidação das Demonstrações Contábeis. 13. Registros Contábeis de Operações Típicas. 14. Legislação: Lei Complementar nº 101/2000 e atualizações; Lei Federal nº 4.320/64; Portarias STN e MOG.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

1. BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade aplicada ao setor público. Abordagem Simples e objetiva. Atualizado com as normas brasileiras de contabilidade (NBC T 16) do CFC e o Manual aplicado ao Setor Público (MCASP) da STN. São Paulo: Atlas, 2014
2. Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Manual Técnico de Orçamento MTO. Edição 2014. Brasília, 2013
3. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
4. FEIJÓ, Paulo Henrique. Entendendo o plano de contas aplicado ao setor público/Paulo Henrique Feijó, Carlos Eduardo Ribeiro. 1. ed. Brasília: Gestão Pública, 2014.
5. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitação e contratos administrativos. 14 ed. São Paulo: Dialética, 2010
6. Lei 8666 de 21 de junho de 1993 e alterações - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
7. Lei complementar nº 101 de 04 de março de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
8. Lei nº 4320 de 17/03/1964 e suas alterações. Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
9. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
10. MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
11. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
12. PISCITELLI, Roberto Bocaccio. Contabilidade Pública: Uma abordagem da Administração Financeira
13. Pública / Roberto BocaccioPiscitelli....[et al] 12ª ed. Revisada, ampliada e atualizada até março de 2012. - São Paulo: Atlas, 2012
14. RIBEIRO, Osnir Moura. Contabilidade Geral Fácil - 9ª ed. 2013: Editora Saraiva RIBEIRO, Osnir Moura. Contabilidade Básica Fácil - 29ª ed. 2013: Editora Saraiva
15. SILVA, Alexandre Alcântara da. Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.
16. SILVA, Alexandre Alcântara da, Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
10. SILVA, Lino Martins. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

COORDENADOR PEDAGÓGICO

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; Específicos do Cargo: Competências do coordenador pedagógico; Modelo pedagógico por competência; Transversalidade; Políticas Públicas (programas governamentais de inclusão social e ampliação do acesso à formação profissional; PRONATEC e similares); Realidade social brasileira. Aspectos do trabalho cotidiano do Coordenador Pedagógico: o educador, o educando e suas relações; os conteúdos de ensino e os materiais didáticos; os métodos e procedimentos de ensino; a produção do conhecimento: planejamento,

execução e avaliação das ações na escola. A postura ética no trabalho. A ação educacional do profissional Coordenador Pedagógico no contexto do sistema municipal de ensino. A visão crítica do coordenador pedagógico sobre o trabalho desenvolvido pelas unidades escolares. Elaboração de currículos: o quê, como e quando ensinar e avaliar. Acompanhamento do trabalho pedagógico e da avaliação dos alunos. A integração do trabalho do coordenador pedagógico com os demais profissionais envolvidos no sistema: a participação do profissional no treinamento e aperfeiçoamento das equipes escolares.

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL, Constituição Federal de 1988 –Título II -Cap. I -Dos direitos e deveres individuais e coletivos; Cap. II -Dos Direitos Sociais; Título VIII –Cap. III –Da Educação, da cultura e do Desporto; Seção I -Da Educação; Seção II –Da cultura; Cap. VII -Da família, Da criança, Do adolescente, Do Jovem e Do Idoso).
2. Lei Federal nº 8.069/90 -Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente -Título II -Dos Direitos Fundamentais -Capítulo IV -Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.
3. LEI FEDERAL Nº 9394/96; Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e suas alterações;
4. LEI FEDERAL Nº 11.494/07; Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –FUNDEB;
5. PARECER CNE/CEB Nº 07/10 E RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 04/10; Institui as Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Básica;
6. PARECER CNE/CEB Nº 03/10 -Institui as Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação de Jovens e Adultos;
7. PARECER CNE/CEB Nº 20/09 E RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 05/09; Institui as Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação infantil;
8. PARECER CNE/CEB Nº 13/09 E RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 04/09; Institui as Diretrizes Operacionais para atendimento educacional especializado na educação básica modalidade educação especial.
9. LEI FEDERAL Nº 10.639/03; Estabelece diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira";
10. BRASIL –SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA –Parâmetro Curricular Nacional 1ª a 4ª séries-vol. 1.
11. BRASIL –SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA –Referencial Curricular Nacional –Vol. 01 ao 03 -Educação Infantil.
12. BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). O Educador: Vida e Morte, 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
13. LIBÂNEO, José Carlos. A organização e a Gestão da Escola: Teoria e Prática.Goiânia: Editora Alternativa,2001.
14. MACHADO, Lourdes M. (coord.) e MAIA, Graziela Z. A. (org.). Administração e Supervisão Escolar: questões para o novo milênio. São Paulo: Pioneira, 2000.
15. LUCK, Heloísa.Gestão participativa na escola, coleção caderno de gestão III, Editora Vozes, ed. 08, ano 2010.
16. SACRISTAN,J.Gimeno, Currículo, uma reflexão sobre a prática, Ed. Artmed, Edição 3.
17. HERNANDES, Fernando, Transgressão e mudança na educação –Os projetos e mudança no trabalho, Ed. Artmed.
18. PARO, Vitor Henrique, Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino, Ed. Ática, Edição 1, ano 2007
19. VIEIRA, Flávia [e outras]. No Caleidoscópio da Supervisão: Imagens da Formação e da Pedagogia. Mangualde: Edições Pedagogo, 2006.
20. VVAA. O Coordenador Pedagógico e a Educação Continuada. São Paulo: Loyola, 1998.
21. VVAA. O Coordenador Pedagógico e a Formação Docente. São Paulo: Loyola, 2000.
22. VVAA. O Coordenador Pedagógico e o Cotidiano da Escola. São Paulo: Loyola, 2003.
23. VVAA. O Coordenador Pedagógico e o Espaço da Mudança. São Paulo: Loyola, 2001

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

ENFERMEIRO

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde -Princípios e diretrizes, controle social, Indicadores de saúde, legislação; protocolos SUS; Sistemas de informação em saúde; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Vigilância em saúde; Epidemiologia; Pacto pela Saúde; Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias; Política Nacional de Humanização. Estatuto da criança e do adolescente – ECA; estatuto do idoso; Bioética e Legislação do Exercício Profissional; Programa Nacional de Imunização: Tipos de vacinas, Composição, conservação□rede de frio, indicação e contraindicação, prazo de validade após abertura do frasco, doses e vias de administração), Planejamento, Organização e operacionalização de Campanhas, bloqueios e intensificações de vacinas. Administração e Gerência de Serviços de Saúde e de Enfermagem em Saúde Coletiva: Administração de medicação; esterilização de material; Consulta de enfermagem; procedimentos de enfermagem. Assistência Integral à Saúde da Criança: avaliação do crescimento e desenvolvimento, aleitamento materno, alimentação básica infantil, desnutrição, Controle de Doenças Diarreicas, infecções respiratórias agudas. Assistência integral à Saúde do Adolescente. Assistência Integral à Saúde da Mulher: Programa Nacional de Prevenção do Câncer de Mama Cérvico-Uterino. Assistência Integral à Saúde do Adulto e do Idoso: Assistência aos portadores de doenças Crônico Degenerativas Programa Nacional de atenção ao Diabético e ao Hipertenso. Assistência Integral à Saúde do Trabalhador: Legislação, Patologias. Assistência Integral à Saúde do Portador de Sofrimento Mental. Noções básicas de psicopatologia e psicofarmacologia. Assistência Integral à Saúde do Portador de Doenças Transmissíveis: Programa de prevenção e Assistência em Doenças Sexualmente Transmissíveis □ DST; AIDS. Epidemiologia: Indicadores de saúde; Legislação; patologias; Programa Nacional de Controle da Tuberculose e Programa Nacional de Controle da Hanseníase. Medidas de proteção ambiental, coletiva e individual: Limpeza, desinfecção, descontaminação. Educação em Saúde.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

1. ANVISA. Curso de Infecção Relacionada à Assistência a saúde – IRAS. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Inicio/Servicos+de+Saude/Assunto+de+Interesse/Aulas+Cursos+Cartazes+Publicacoes+e+Seminarios/Controle+de+Infeccao+em+Servicos+de+Saude/Cursos/Curso+de+Infeccao+Relacinada+a+Assistencia+a+Saude++IRAS>
2. BRASIL - SIAB: Manual do Sistema de Informação de Atenção Básica/Secretaria de Assistência e Saúde, Coordenação de Saúde da Comunidade: Brasília Ministério da Saúde. 3. Reimpr. 2000. 98p. Disponível em: < <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manuaisiab2000.pdf>>
3. BRASIL, M.S. e ANVISA. Curso Básico de Controle de Infecção Hospitalar: Caderno A – Epidemiologia para controle da infecção hospitalar. Disponível em: <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/CIHCadernoA.pdf>
4. BRASIL, M.S. e ANVISA. Curso Básico de Controle de Infecção Hospitalar: Caderno B – Principais síndromes Infeciosas Hospitalares. Disponível em: <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/CIHCadernoB.pdf>

5. BRASIL, M.S. e ANVISA. Curso Básico de Controle de Infecção Hospitalar: Caderno C – Métodos de proteção Anti-infecciosa. Disponível em: <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/CIHCadernoC.pdf>
6. BRASIL, M.S. e ANVISA. Curso Básico de Controle de Infecção Hospitalar: Caderno D – Microbiologia aplicada ao Controle da Infecção Hospitalar. Disponível em: <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/CIHCadernoD.pdf>
7. BRASIL, M.S. e ANVISA. Curso Básico de Controle de Infecção Hospitalar: Caderno E – Programa de Controle da Infecção Hospitalar. Disponível em: <http://www.sbrafh.org.br/site/public/temp/4f7baaa60c51c.pdf>
8. BRASIL. Decreto n. 94.406/87. Regulamenta a Lei n.7498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências. Disponível em < http://novo.portalcofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html>.
9. BRASIL. Lei n. 10.216, de 6 de Abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm>.
10. BRASIL. Lei n. 7498 de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Disponível em <http://novo.portalcofen.gov.br/lei-n-749886de-25-de-junho-de-1986_4161.html>.
11. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf>>.
12. BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm>.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes. Brasília, 2008. Disponível em: < <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2008/PT-09-CONS.pdf>>.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.498, de 19 de julho de 2013. Redefine o Calendário Nacional de vacinação, o Calendário Nacional de vacinação dos Povos Indígenas e as Campanhas Nacionais de vacinação, [...] em todo o território nacional. Disponível em: <<http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/119852-1498.html>>.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Autoavaliação para a Melhoria do Acesso e da Qualidade. Brasília Distrito Federal, 2013. Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/amaq2013.pdf>>.
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_do_nasf_nucleo.pdf>.
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Prevenção clínica de doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais / - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad14.pdf>.
18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: PNPIC: atitude de ampliação de acesso / – Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic_atitude_ampliacao_acesso.pdf>.
19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes /– 1. ed., 2. reimpr. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf>. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva /– Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: < http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad26.pdf>.
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento /– Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/caderno_33.pdf>.
21. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa /– Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad19.pdf
22. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações
23. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Saúde integral de adolescentes e jovens: orientações para a organização de serviços de saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_adolescentes_jovens.pdf>.
24. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica - n.º 15, Hipertensão Arterial Sistêmica. Brasília: MS, 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_atencao_basica15.pdf>. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica.
25. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde.
26. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022 /– Brasília : Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/enfrentamento_doencas_cronicas_nao_transmissiveis_2011_2022.pdf>
27. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso. – 8. ed. rev. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_gui_bolso.pdf>.
28. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: documento base para gestores e trabalhadores do SUS / Ministério da Saúde,. – 4. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf>.
29. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora nº32 – Segurança e Saúde no trabalho em Serviços de Saúde. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/legislacao/normasregulamentadoras-1.htm>>.
30. BRASIL. Portaria n.º 336/GM de 19 de fevereiro de 2002. Estabelece que os Centros de Atenção Psicossocial poderão constituir-se nas seguintes modalidades de serviços: CAPS I, CAPS II e CAPS III, definidos por ordem crescente de porte/complexidade e

abrangência populacional. Disponível em: < <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2002/Gm/GM-336.htm>>.

31. BRASIL. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <<http://www.aadom.org.br/myFiles/1362947024.pdf>>.

32. Cadernos de Atenção Básica - n.º 16, Diabetes Mellitus. Brasília: MS, 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diabetes_mellitus.PDF>.

33. CECCIM, Ricardo Burg. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. Interface - Comunic, Saúde, Educ, v.9, n.16, p.161-77, set.2004/fev.2005. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180118751013>>.

34. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN 311/2007. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em <http://novo.portalcofen.gov.br/resoluco-cofen-3112007_4345.html>.

35. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN-358/2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: <http://novo.portalcofen.gov.br/resoluco-cofen-3582009_4384.html>.

36. COSTA, Elisa Maria Amorim; CARBONE, Maria Herminda. Saúde da Família: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Ed. Rubio, 2004.

37. Diretrizes Nacionais da Vigilância em Saúde / – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pacto_saude_volume13.pdf>.

38. FERREIRA, José Henrique Germann. Planejamento em Saúde. Saúde e Cidadania. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. 2002. Disponível em: <http://portalses.saude.sc.gov.br/arquivos/sala_de_leitura/saude_e_cidadania/ed_02/index.html>.

39. MENDES, Eugênio Vilaça. O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidado_condicoes_atencao_primaria_saude.pdf>.

40. POTTER, Patrícia A.; PERRY, Anne Griffin. Grande Tratado de Enfermagem Prática: Clínica e Prática Hospitalar. 3. ed. 1. Reimpr. São Paulo: Santos Livraria Editora, 2001.

41. Programáticas Estratégicas. Atenção à saúde da pessoa com deficiência no Sistema Único de Saúde – SUS / – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_pessoa_deficiencia_sus.pdf>.

42. ROUQUAYROL, M. Z. Epidemiologia e Saúde - 6. ed. – Rio de Janeiro: Medsi, 2003. ARCHANJO, Daniela Resende; ARCHANJO, Léa Resende; SILVA, Lincoln Luciano (orgs.). Saúde da Família na Atenção Primária. Curitiba: Ed. IBPEX, 2007.

43. TANCREDI, Francisco Bernardino; BARRIOS, Suzana Rosa Lopez;

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Administração e planejamento rural. Melhoramento genético de plantas. Experimentação agrícola. Economia agrícola. Produção vegetal. Grandes culturas: Poaceas e Fabaceas. Produção e multiplicação: sementes e mudas. Ecologia. Fisiologia. Morfologia. Botânica. Taxionomia vegetal. Nutrição de plantas. Adubação e calagem. Interpretação de análises de solo: física, química e biológica. Agricultura orgânica. Vigilância epidemiológica. Fitopatologia. Entomologia agrícola. Matologia. Uso correto de agrotóxicos. Hidráulica. Irrigação e Drenagem. Extensão rural. Uso e conservação do solo. Mecanização agrícola: máquinas e implementos. Construções rurais. Conhecimentos em instalações elétricas de baixa tensão. Topografia. Tecnologias agrícolas.

Sugestões Bibliográficas:

1. AGLIARI, Paulo Sergio. A articulação pesquisa/extensão rural na agricultura. Florianópolis: EPAGRI, 1994. 82p.

2. AMORESE, Rubem Martins. Comunicação participativa como pratica cultural: um enfoque para extensionistas. Brasília: EMBRATER, Serviço de Extensão Rural, 1984.

3. AMORIM, Lilian. Manual de fitopatologia: princípios e conceitos. 4.ed. Piracicaba: Agronomica Ceres, 2011.

4. AZEVEDO NETTO, José M. de. Manual de hidráulica. 9. ed. São Paulo: E. Blucher, 2015. 632 p.

5. BALASTREIRE, Luiz Antonio. Máquinas agrícolas. São Paulo: Manole, 1987. 307p.

6. BANZATO, D.A.; KRONKA, S. do N. Experimentação agrícola. 4.ed. Jaboticabal: Funep, 2006. 237p.

7. BERGAMIN FILHO, Armando.; AMORIM, Lilian. Doenças de plantas tropicais: epidemiologia e controle econômico. São Paulo: Agronomica Ceres, 1996. 299p.

8. BERNARDO, Salassier; SOARES, Antonio Alves; MANTOVANI, Evandro Chartuni. Manual de irrigação. 8. ed. atual. e ampl. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008. 625p.

9. BLACK, Michael; BEWLEY, J. Derek; HALMER, Peter. The encyclopedia of seeds: science, technology and uses. Wallingford: CABI Publishing, 2008. 828 p.

10. BORÉM, A.; MIRANDA, G.V. Melhoramento de plantas. 6.ed. Viçosa: UFV, 2009. 529p.

11. BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de vigilância epidemiológica. 6. ed. Brasília, DF: Ed. MS, 2006 815 p.

12. COMISSÃO TÉCNICA SUL-BRASILEIRA DE FEIJÃO. Informações técnicas para o cultivo de feijão na Região Sul brasileira. 2.ed. Florianópolis: Epagri, 2012. 157p.

13. CREDER, Hélio. Instalações elétricas. 15. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2007. 428 p.

14. DAKER, Alberto. A água na agricultura. 7.ed., rev. ampl. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1988.

15. DECRETO Nº 2.366, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1997/d2366.htm

16. DECRETO Nº 5.153/2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5153.htm#anexo

17. DOENÇAS da soja: melhoramento genético e técnicas de manejo. Campinas: Millennium, 2015 363 p.

18. FERNANDES, Manlio Silvestre (Ed.). Nutrição mineral de plantas. Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2006. 432 p.

19. GALLO, Domingos. Entomologia agrícola. Piracicaba: FEALQ, 2002. 920 p.

20. HOFFMANN, Rodolfo. Administração da empresa agrícola. 7. ed. São Paulo: Pioneira, c1992. 325p.

21. HRISTOFFOLETI, Pedro Jacob; LÓPEZ OVEJERO, Ramiro Fernando; CARVALHO, José Claudionir. Aspectos de resistência de plantas daninhas a herbicidas. Londrina: Associação Brasileira de Ação à Resistência de Plantas aos Herbicidas, 2003. 90p.

22. Indicações técnicas para a cultura da soja no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, safras 2013/2014 e 2014/2015. / XL Reunião

- de Pesquisa de Soja da Região Sul ; organizada por Ana Claudia Barneche de Oliveira e Ana Paula Schneid Afonso da Rosa. – Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2014. 213p.
23. João Américo Wordell Filho; Haroldo Tavares Elias. (Org.). A cultura do milho em SC. Florianópolis: Epagri, 2010, v. 1.
24. KERBAUY, Gilberto B. Fisiologia vegetal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 452 p.
25. Legislação ambiental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=264890>
26. Legislação de classificação e padronização de produtos de origem vegetal. Disponível em: <http://www.cidasc.sc.gov.br/classificacao/mikmho/>
27. Legislação de crédito. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>
28. Legislação defesa sanitária. Disponível em: <http://www.cidasc.sc.gov.br/defesasanimavegetal/legislacao/>
29. Lei Nº 10.711/2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.711.htm
30. LEI Nº 9.456, DE 25 DE ABRIL DE 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9456.htm
31. LEITE, Luiz Fernando Carvalho. Agricultura conservacionista no Brasil. Brasília, DF: EMBRAPA, 2014. 598 p.
32. LFENAS, Acelino Couto; MAFIA, Reginaldo Gonçalves. Métodos em fitopatologia. Viçosa, MG: Ed. da UFV, 2007. 382 p.
33. MALAVOLTA, Euripedes,; VITTI, Godofredo Cesar; OLIVEIRA, Sebastiao Alberto de. Avaliação do estado nutricional das plantas: princípios e aplicações. 2. ed. Piracicaba: Associação Brasileira para Pesquisa da Potassa e do Fosfato, 1997. 319p.
34. MANEJO ecológico de pragas e doenças. Florianópolis: CCA/UFSC, 2004. 293p.
35. MARCOS FILHO, Julio. Fisiologia de sementes de plantas cultivadas. Piracicaba: FEALQ, 2005. 495 p.
36. MCCORMAC, Jack C. Topografia. 5. ed. São Paulo: LTC, 2007. 391 p.
37. PARRA, Jose Roberto Postali. Controle biológico no Brasil: parasitóides e predadores. Barueri: Manole, 2002. 609p.
38. PEREIRA, Milton Fischer. Construções rurais. São Paulo: Nobel, 2009. 331 p.
39. PORTELLA, José Antonio. Colheita de grãos mecanizada: implementos, manutenção e regulação. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2000. 190 p.
40. PRUSKI, Fernando Falco. Conservação de solo e água: práticas mecânicas para o controle da erosão hídrica . 2. ed., atual. e ampl. Viçosa, MG: UFV, 2009. 279 p.
41. RAIJ, Bernardo van. Fertilidade do solo e adubação. São Paulo: Agronomica Ceres; Piracicaba, SP: POTAFOS, 1991. 343p.
42. RAMALHO, Magno Antônio Patto; FERREIRA, Daniel Furtado; OLIVEIRA, Antonio Carlos de. A experimentação em genética e melhoramento de plantas. 2. ed. Lavras: Ed. da UFLA, 2005. 300 p.
43. RAVEN, Peter H; EVERT, Ray Franklin; EICHHORN, Susan E. Biologia vegetal. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2014. 856 p.
44. ROMEIRO, Reginaldo da Silva. Bactérias fitopatogênicas. 2.ed. atual., ampli. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2005. 417p.
45. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIENCIA DO SOLO; WIETHÖLTER, Sirio; TEDESCO, Marino José. Manual de adubação e de calagem: para os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. 10.ed. Porto Alegre: Comissão de Química e Fertilidade do Solo/ 2004. 394 p.
46. TAIZ, Lincoln; ZEIGER, Eduardo. Fisiologia vegetal. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 918 p.
47. VIDAL, Ribas Antonio. Ação dos herbicidas. Porto Alegre: Evangraf, 2002. 89p.
48. ZAMBOLIM, Laércio; SILVA, Antonio Alberto da; AGNES, Ernani Luiz. Manejo integrado: integração agricultura-pecuária. Viçosa, MG: UFV; DFP; DFT, 2004. 510 p.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

ENGENHEIRO CIVIL

Planejamento Urbano. Legislação Federal: Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; Parcelamento de solo urbano; Contratos e licitações: contratos, aditivos contratuais, especificações técnicas, Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000; Estatuto das Cidades; Política Nacional de Mobilidade Urbana; Novo Código Florestal Brasileiro; ABNT NBR 9050/04 e alterações. Legislação Estadual: Parcelamento de solo urbano. Geologia Aplicada à Engenharia; Resistência dos Materiais; Topografia; Urbanismo; Hidráulica; Materiais de Construção: propriedades, ensaios tecnológicos, tipos de materiais; Teoria das Estruturas; Estradas e Pavimentação; Hidrologia Aplicada; Mecânica dos Solos; Estruturas em Concreto Armado, Aço e Madeira; Estruturas em Concreto Pré-Moldado e Protendido; Fundações: investigação do solo, ensaios tecnológicos, propriedades, tipos de fundações; Planejamento de Obras: planejamento e controle de obras de engenharia, cronograma físico-financeiro; Orçamento de Obras: preparo e análise de orçamentos, custos diretos e indiretos, encargos sociais, quantificação de insumos e serviços, NBR 12721/06 (versão corrigida 2007), referências de preços, Decreto nº 7.983/2013; Saneamento Urbano; Equipamentos Urbanos; Gerenciamento na Construção Civil; Instalações Prediais; Tráfego e Transporte; Mobilidade; Cadastro Fiscal Imobiliário. Vistorias, perícias, avaliações, fiscalização, arbitramento, laudos e pareceres técnicos. Higiene e segurança do trabalho. Normas Técnicas da ABNT (NBR's) e Normas de Segurança do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (NR's). Legislação ambiental, resoluções do CONAMA, resíduos sólidos, tratamentos de resíduos, classificação dos resíduos.

Sugestões Bibliográficas

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 225).
2. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5.626: Instalação Predial de Água Fria.
3. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6.118: Projeto e execução de estruturas em concreto armado. - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7.198: Projeto e Execução de Instalações Prediais de Água Quente.
4. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8.160: Sistemas Prediais de Esgoto Sanitário - Projeto e Execução.
5. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9.050: Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos.
6. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9.077: Saídas de emergência em edifícios.
7. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10.844: Instalações prediais de águas pluviais.
8. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12.693: Sistemas de proteção por extintores de incêndio.
9. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12.722: Discriminação de serviços para construção de edifícios. - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13.434-1: Sinalização de segurança contra incêndio e pânico -
10. Princípios de projeto.
11. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13.531: Elaboração de projetos de edificações - Atividades técnicas.

12. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14.653: Avaliação de bens - procedimentos gerais e imóveis urbanos.
 13. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público. - AUTOCAD. Ajuda do AutoCAD (Ajuda eletrônica integrada ao Programa).
 14. BAUER, L. A. F. (Coord.). Materiais de construção. LTC.
 15. BALDAM, Roquemar; OLIVEIRA, Adriano de; COSTA, Lorenzo. AUTOCAD 2010 - Utilizando Totalmente. Editora Érica.
 16. BIDONE, F. R. A.; POVINELLI, J. Conceitos básicos de resíduos sólidos. EESC/USP (Escola de Engenharia da USP).
 17. CAMPOS, M. H. C. B.; MARCHETTI, O. Concreto Armado: eu te amo. - Volumes 1 e 2. Editora Blucher. - CAPUTO, H.P. Mecânica dos solos e suas aplicações. Livros Técnicos e Científicos. Vol. 1 e 2.
 18. CREDER, H. Instalações Elétricas. LTC.
 19. IMHOFF, K. K. R. Manual de tratamento de águas residuárias. Edgard Blücher.
 20. LIMMER, C. Planejamento, Orçamentação e Controle de Projetos e Obras. LTC.
 21. NETTO, J. M. A.; FERNANDEZ Y F. M.; ARAÚJO, R.; ITO, A. E. Manual de hidráulica. Edgard Blücher.
 22. NISKIER, J.; MACINTYRE, A. J. Instalações Elétricas. LTC.
 23. PINTO, C. S. Curso Básico de Mecânica dos Solos. Editora Oficina de Textos.
 24. RICHTER, C. A.; NETTO, J. M. Tratamento de água. Edgard Blücher.
 25. SPERLING, M. V. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos. V1. Editora UFMG.
 26. TIMOSHENKO, S. P.; GERE, J. M. Mecânica dos sólidos. Livros Técnicos e Científicos.
 27. TUCCI, C. E. M. - Hidrologia: Ciência e Aplicação, Porto Alegre. Editora da Universidade - ABRH - EPUSP.
 28. TUCCI, C. E. M.; PORTO, R. L.; BARROS, M. T. Drenagem Urbana. Universidade, UFRGS. Coleção ABRH de Recursos Hídricos 5.
 29. TUCCI, C. E. M. Hidrologia: Ciência e Aplicação, Porto Alegre. Editora da Universidade - ABRH - EPUSP.
 30. VELOSO, D. A.; LOPES, F. R. Fundações. Coppe.
 31. WALTER, P.; MICHELE P. Estruturas de aço dimensionamento Prático. Livros Técnicos e Científicos.
 32. YAZIGI, W. A técnica de edificar. PINI - SINDUSCON/SP.
 33. ITAPEMA. LEI COMPLEMENTAR Nº 8/2002 INSTITUI O PLANO FÍSICO TERRITORIAL DE ITAPEMA, O REGULAMENTO DE EDIFICAÇÕES NO PERÍMETRO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
 34. ITAPEMA. LEI COMPLEMENTAR Nº 9/2002. DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
 35. ITAPEMA. LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2002 INSTITUI O PLANO FÍSICO TERRITORIAL DE ITAPEMA, O REGULAMENTO DE PARCELAMENTO DO SOLO NO PERÍMETRO URBANO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
 36. ITAPEMA. LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2002 DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO E USO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Outros manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos listados.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

ENGENHEIRO FLORESTAL

1. Sementes Florestais; 2. Manejo e Mensuração Florestal; 3. Dendrometria e Inventário Florestal; 4. Propriedades físicas e mecânicas da madeira; 5. Processamento primário e secundário da madeira; 6. Preservação e secagem da madeira; 7. Painéis a base de madeira; 8. Energia de biomassa florestal; 9. Bases ecológicas para conhecimento dos ecossistemas; 10. Formulação de indicadores ecológicos; 11. Legislação Florestal; 12. Manejo de paisagens e de bacias hidrográficas; 13. Dinâmica das paisagens florestais e agroflorestais; 14. Recuperação e restauração de Áreas Degradadas.

Sugestões Bibliográficas:

1. AGUIAR, I.B.; PIÑA-RODRIGUES F.C.M.; FIGLIOLIA M.B. Sementes Florestais Tropicais. Brasília, ABRATES/CTSF, 1993.
2. BARROS, N.F.; NOVAIS, R.F. (Eds.) Relação solo-eucalipto. Viçosa: Ed. Folha da Mata, 330p. 1990.
3. BOREN, A. Biotecnologia florestal. Viçosa. 2007, 387p.
4. BRAND, MARTHA ANDREIA. Energia de biomassa florestal. Editora: Interciência. 2010. 114 p.
5. CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A.M.V. (Editores) Introdução à ciência da geoinformação.
6. CAMPOS, J. C. C.; LEITE, H. G. Mensuração florestal: perguntas e respostas. 4. ed. Viçosa, MG: UFV, 2013. 605 p.
7. CARNEIRO, J.G.A. Produção e Controle de Qualidade de Mudanças Florestais, 1ª ed. Curitiba: UFPR/FUPEF; Campos: UENF, 1995. 451p.
8. DAVIDE, A.C.; SILVA, E.A.A. Produção de sementes e mudas de espécies florestais. Lavras: UFLA, 2008. 175p.
9. Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/index.html>
10. FIGUEIREDO, E. O.; BRAZ, E. M.; D' OLIVEIRA, M. V. N. Manejo de precisão em florestas tropicais: modelo digital de exploração florestal. 2o ed. Rio Branco, AC: Embrapa, 2008 183p.
11. GALVÃO, A.P.M. (Ed.) Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais. Brasília: EMBRAPA, 351p. 2000.
12. GALVÃO, A. P. M. e JANKOWSKY, I.P. Secagem racional da madeira. São Paulo: Nobel, 1985.
13. GONÇALVES, J.L.M.; STAPE, J.L. (Eds.) Conservação e cultivo de solos para plantações florestais. Piracicaba, IPEF. 2002. 498p.
14. GONÇALVES, J.L.M.; BENEDETTI, V. (Eds.) Nutrição e fertilização florestal. Piracicaba: IPEF. 427p. 2000.
15. GONÇALVES, M. T. T. Processamento da madeira. Bauru, SP. 245p. Julho/2000.
16. ITAPEMA. LEI COMPLEMENTAR Nº 8/2002 INSTITUI O PLANO FÍSICO TERRITORIAL DE ITAPEMA, O REGULAMENTO DE EDIFICAÇÕES NO PERÍMETRO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
17. ITAPEMA. LEI COMPLEMENTAR Nº 9/2002. DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
18. ITAPEMA. LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2002 INSTITUI O PLANO FÍSICO TERRITORIAL DE ITAPEMA, O REGULAMENTO DE PARCELAMENTO DO SOLO NO PERÍMETRO URBANO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
19. ITAPEMA. LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2002 DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO E USO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
20. IWAKIRI, S. Painéis de Madeira Reconstituída. Curitiba: FUPEF, 2005, 247 p.
21. JENSEN, J. R. Sensoriamento Remoto do Ambiente: uma perspectiva em recursos terrestres. 1ª edição. Ed. Parênteses. 2009. 672p.
22. MACEDO, R.L.G.; VALE, A.B.; VENTURIM, N. Eucalipto em sistemas agroflorestais. Lavras: UFLA, 331p., 2010.

23. MARTINS, S.V. Recuperação de matas ciliares. 2. ed. rev. e ampl. –Viçosa, MG: CPT, 255p., 2007.
24. MARTINS, V.A. Secagem da madeira Serrada. Brasília: IBDF/DPQ –LPF, 1988.
25. MELLO, G. R. Processamento mecânico da madeira. Piracicaba. 1978
26. MORESCHI, J. C. Propriedades de madeira. Curitiba. 2014. 192 p. <http://www.madeira.ufpr.br/disciplinasmoreschi/PROPRIEDADES%20DA%20MADEIRA.pdf>
27. PFEIL, WALTER. Estruturas de madeira. Rio de Janeiro: LTC –Livro Técnico e Científico Editora S. A. 2007, 223 p
28. PIRES, I. E.; RESENDE, M. D. V.; LUIZ DA SILVA, R.; RESENDE JR., M. F. R. Genética Florestal. Viçosa, MG, Arka, 2011. 318p. : Il.
29. PIRES, I.E.; RESENDE, M. D. V.; SILVA, R. L.; Resende Jr, M. F. R. Genética florestal. Viçosa: Arka, 2011. v. 1. 320 p.
30. ROCHA, M. P. Técnicas e Planejamento em Serrarias. FUPEF, UFPR. Curitiba, 120 p.
31. RODRIGUES, R.R.; BRANCALION, P.H.S.; ISERNHAGEN, I. Pacto pela Restauração da Mata Atlântica: Referencial dos Conceitos e Ações de Restauração Florestal. São Paulo: LERF/ESALQ: Instituto BioAtlântica, 256p., 2009.
32. SANTOS, F.; COLODETTE, J.; QUEIROZ, J. H. Bioenergia & Biorrefinaria –Cana-de-Açúcar & Espécies Florestais. Viçosa, MG, 2013. 551p. : Il. Color. Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia da Madeira. Manual de reservação de madeiras, Volume I e II. Manual de Preservação de Madeiras, São Paulo (Brazil : State). Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia da Madeira. 1986.
33. SCOLFORO, J. R. S. 1998. Manejo florestal. Lavras: UFLA/FAEPE. 443pp.
34. SENAI/CETMAN. Processamento mecânico do eucalipto (Secagem, usinagem e acabamento de superfície). Trabalho elaborado pela equipe: NAT/NET e IP do CETMAN, 1996.
35. SOARES, C. P. B.; PAULA NETO, F.; SOUZA, A. L. Dendrometria e inventário florestal. 2.ed. Viçosa: UFV, 2011. 272 p.
36. XAVIER, A.; WENDLING, I.; SILVA, R. L. Silvicultura clonal –princípios e técnicas. Viçosa. Editora UFV, 2009. 272p.
- Outros manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos listados.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

ENGENHEIRO SANITARISTA

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde -Princípios e diretrizes, controle social, Indicadores de saúde, legislação; protocolos SUS; Sistemas de informação em saúde; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Vigilância em saúde; Epidemiologia; Pacto pela Saúde; Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias; Política Nacional de Humanização. Estatuto da criança e do adolescente – ECA; estatuto do idoso; 1) Todo o conteúdo das indicações abaixo. 2) Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público. 3) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Redação de circulares, memorandos, ofícios, relatórios e demais correspondências, atendendo às exigências de padrões estéticos. Rotinas Administrativas. Sistemas de Comunicações Administrativas.

Referências Bibliográficas:

1. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
2. BRASIL. Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969. Institui normas básicas sobre alimentos.
3. BRASIL. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.
4. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
5. BRASIL. Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998. Altera dispositivos do Capítulo III do Título VIII do Código Penal, incluindo na classificação dos delitos considerados hediondos crimes contra a saúde pública, e dá outras providências.
6. BRASIL. Portaria nº 1.428/MS, de 26 de novembro de 1993. Aprova o regulamento técnico para inspeção sanitária de alimento; diretrizes para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos; e regulamento técnico para o estabelecimento de padrão de identidade e qualidade para serviços e produtos na área de alimentos.
7. BRASIL. Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997. Estabelece os requisitos gerais sobre as condições higiênicas sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos.
8. BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. In http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm
9. BRASIL. Resolução nº 23, de 15 de março de 2000. Dispõe sobre O Manual de Procedimentos Básicos para Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Pertinentes à Área de Alimentos.
10. BRASIL. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.
11. BRASIL. Resolução RDC nº 218, de 29 de julho de 2005. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Higiênico-Sanitários para Manipulação de Alimentos e Bebidas Preparados com Vegetais.
12. BRASIL. Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.
13. BRASIL. RIISPOA: Regulamento da Inspeção Industrial e sanitária de Produtos de Origem Animal.
14. BRASIL. Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952. Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.
15. BRASIL. Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950. Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.
16. BRASIL. Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989. Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências.
17. ITAPEMA. LEI Nº 1125/95 DISPÕE SOBRE NORMAS DE SAÚDE EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA, ESTABELECE PENALIDADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
18. KBRASIL. Ministério da Agricultura. Inspeção de Carnes - Padronização de Técnicas, Instalações e equipamentos - Tomo I Bovinos: Currais e seus anexos - Sala de Matança, DIPOA, Brasil.
19. SANTA CATARINA. Decreto nº 23.663, de 16 de outubro de 1984. Regulamenta os artigos 51 a 76 da Lei nº 6.320, de 20 de

dezembro de 1983, que dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências.

20. SANTA CATARINA. Decreto nº 31.455, de 20 de fevereiro de 1987. Regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que dispõem sobre Alimentos e Bebidas.

21. SANTA CATARINA. Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983. Dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências.

- Outros manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos listados.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

FARMACÊUTICO

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Prevenção, Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 3) Imunizações. 4) Direitos dos usuários da saúde. 5) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 6) RENAME. 7) Assistência Farmacêutica. 8) Ética Profissional. 7) Legislação Farmacêutica. 8) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Farmácia; COMERCIAL: 1) Assistência farmacêutica, Regulamento de Boas Práticas em Farmácia. 2) Atribuições do profissional farmacêutico, responsabilidade técnica. 3) Manipulação medicamentosa. 4) Farmacologia. 5) Sedativos. 6) Hipnóticos. 7) Psicoestimulantes. 8) Sedativos ansiolíticos. 9) Antipsicóticos. 10) Antidepressivos. 11) Anti-Histamínicos. 12) Vasoconstritores. 13) asodilatadores. 14) Antiácidos. 15) Digestivos. 16) Antitussígenos. 17) Expectorantes. 18) Antilipêmicos. 19) Antidiabéticos. 20) Diuréticos. 21) Antiinflamatórios locais. 22) Antiparasitários. 23) Antifúngicos. 24) Antimicrobianos. 25) Antiepilepticos. 26) Corticosteróides. 27) Interações medicamentosas. 28) Efeitos Adversos. 29) Administração de Recursos Materiais. 30) Sistemas de Distribuição de Medicamentos. 31) Quimioterapia. 32) Medicamentos Genéricos e Similares. MANIPULAÇÃO: 1) Boas Práticas em Manipulação. 2) Princípios básicos e conceitos em Farmacotécnica. 3) Formas medicamentosas externas e atividades na pele. 4) Processos de manipulação, vias de administração dos medicamentos. 5) Incompatibilidades físico-químicas. 6) Cálculos matemáticos em farmácia magistral. 7) Matérias-primas. 8) Sistemas emulsionados. 9) Produtos para limpeza da pele. 10) Cremes, cosméticos. 11) Fabricação de produtos cosméticos. 12) Higiene do cabelo. 13) Formas farmacêuticas. 14) Desenvolvimento farmacotécnico. 15) Sólidos orais, xaropes, suspensões, soluções orais, sistemas transdérmicos. 16) Pomadas, cremes, loções, preparações de uso tópico. Sugestões Bibliográficas

1. BARATA, E. A. F. ACosmetologia: Princípios Básicos. Tecnopress.-

2. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução-RDC nº 67, de 8 de outubro de 2007. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias-

3. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>-

4. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>-

5. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência Farmacêutica no SUS. CONASS, 2007

6. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil-Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais -Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais -Art. 5º a 17. Da Organização do Estado -Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes -Art. 44 a 69. Da Ordem Social -Art. 193 a 204; Art. 225 a 230).-

7. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-

8. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-

9. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.

10. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.

11. BRASIL. Ministério da Saúde. SCTIE. Departamento de Assistência Farmacêutica. Assistência Farmacêutica na Atenção Básica -Instruções Técnicas para sua Organização. Brasília.

12. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>

13. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>

14. BRUNTON, Laurence L.; CHABNER, Bruce A.;

15. Código de Ética Profissional.

16. Código de Ética Profissional.

17. ITAPEMA. LEI Nº 1125/95 DISPÕE SOBRE NORMAS DE SAÚDE EM VIGILÂNCIASANITÁRIA, ESTABELECE PENALIDADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

18. KNOLLMANN, BjörnC.. As Basesarmacológicas da Terapêutica de Goodman & Gilman. McGrawHill e Artmed

19. Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados.

Outros manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos listados.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde -Princípios e diretrizes, controle social, Indicadores de saúde, legislação; protocolos SUS; Sistemas de informação em saúde; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Vigilância em saúde; Epidemiologia; Pacto pela Saúde; Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias; Política Nacional de Humanização. Estatuto da criança e do adolescente – ECA; estatuto do idoso; 1) Todo o conteúdo das indicações abaixo. 2) Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público. 3) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos

estiverem especificados).Redação de circulares, memorandos, ofícios, relatórios e demais correspondências, atendendo às exigências de padrões estéticos. Rotinas Administrativas. Sistemas de Comunicações Administrativas.

Referências Bibliográficas:

1. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
2. BRASIL. Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969. Institui normas básicas sobre alimentos.
3. BRASIL. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.
4. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
5. BRASIL. Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998. Altera dispositivos do Capítulo III do Título VIII do Código Penal, incluindo na classificação dos delitos considerados hediondos crimes contra a saúde pública, e dá outras providências.
6. BRASIL. Portaria nº 1.428/MS, de 26 de novembro de 1993. Aprova o regulamento técnico para inspeção sanitária de alimento; diretrizes para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos; e regulamento técnico para o estabelecimento de padrão de identidade e qualidade para serviços e produtos na área de alimentos.
7. BRASIL. Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997. Estabelece os requisitos gerais sobre as condições higiênicosanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos.
8. BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. In http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm
9. BRASIL. Resolução nº 23, de 15 de março de 2000. Dispõe sobre O Manual de Procedimentos Básicos para Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Pertinentes à Área de Alimentos.
10. BRASIL. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.
11. BRASIL. Resolução RDC nº 218, de 29 de julho de 2005. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Higiênico-Sanitários para Manipulação de Alimentos e Bebidas Preparados com Vegetais.
12. BRASIL. Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.
13. BRASIL. RIISPOA: Regulamento da Inspeção Industrial e sanitária de Produtos de Origem Animal.
14. BRASIL. Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952. Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.
15. BRASIL. Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950. Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.
16. BRASIL. Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989. Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências.
17. ITAPEMA. LEI Nº 1125/95 DISPÕE SOBRE NORMAS DE SAÚDE EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA, ESTABELECE PENALIDADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
18. KBRASIL. Ministério da Agricultura. Inspeção de Carnes - Padronização de Técnicas, Instalações e equipamentos - Tomo I Bovinos: Currais e seus anexos - Sala de Matança, DIPOA, Brasil.
19. SANTA CATARINA. Decreto nº 23.663, de 16 de outubro de 1984. Regulamenta os artigos 51 a 76 da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências.
20. SANTA CATARINA. Decreto nº 31.455, de 20 de fevereiro de 1987. Regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que dispõem sobre Alimentos e Bebidas.
21. SANTA CATARINA. Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983. Dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências.

Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

FISIOTERAPEUTA

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde -Princípios e diretrizes, controle social, Indicadores de saúde, legislação; protocolos SUS; Sistemas de informação em saúde; Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Vigilância em saúde; Epidemiologia; Pacto pela Saúde; Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias; Política Nacional de Humanização. Estatuto da criança e do adolescente – ECA; estatuto do idoso; Bioética e Legislação do Exercício Profissional; Biossegurança; Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Anatomia do corpo humano: planos e eixos anatômicos; esqueleto axial; ossos, juntas, músculos, vasos e nervos; sistema circulatório; sistema respiratório; sistema esquelético; sistema articular; sistema muscular. Anatomia funcional do sistema nervoso, organização e classificação, estrutura macroscópica e microscópica do sistema nervoso central e periférico. Aspectos gerais do sistema nervoso autônomo. Vias aferentes e eferentes do sistema nervoso central. Vascularização do sistema nervoso central. Fisiologia celular. Fisiologia muscular. Contração do músculo. Placa motora. Potenciais de membrana e transmissão nervosa. Sinapse e os circuitos neuronais básicos. Fisiologia dos receptores. Fisiologia do sistema nervoso, muscular, cardiovascular e respiratório. Aplicação das leis e grandezas físicas na compreensão do movimento humano, no diagnóstico e na terapêutica relativa à fisioterapia. Princípios e estudo biomecânico do movimento humano (cinética e cinemática do movimento humano normal e adaptado na execução das atividades de vida diária). Equilíbrio do corpo humano. Efeitos da força de gravidade, centro de gravidade do corpo. Mecânica da coluna vertebral. Goniometria. Avaliação muscular: provas de força e flexibilidade. Aplicação do movimento sob forma terapêutica. Ganho de força muscular e amplitude de movimento: métodos, técnicas e recursos fisioterápicos. Noções de tratamento clínico e cirúrgico das doenças ortopédicas e traumáticas, assim como no tratamento em diferentes fases de doenças infecciosas e degenerativas de músculos, ossos e articulações. Disfunções da coluna vertebral. Fraturas e luxações. Desenvolvimento e avaliação do sistema neuropsicomotor. Paralisia cerebral. Paralisia braquial obstétrica. Mielomeningocele. Doenças neuromusculares e síndromes de regressão neurológica. Repercussão das doenças cerebrovasculares e traumatismo

cranioencefálico na infância. Lesão de plexo braquial, plexo lombossacro e nervos periféricos. Lesão medular. Síndrome de Guillain-Barré. Poliomielite. Acidente vascular cerebral. Traumatismo cranioencefálico. Doenças degenerativas. de indivíduos adultos com doenças e disfunções neurológicas. Semiologia do aparelho respiratório. Patologias pulmonares mais frequentes, incluindo avaliação, classificação, quadro clínico, complicações, evolução e tratamento. Avaliação da função pulmonar: mecânica respiratória, ventilometria, espirometria e pressões respiratórias. Técnicas específicas em fisioterapia respiratória ambulatorial e de UTI. Ventilação mecânica invasiva e não invasiva. Métodos e técnicas de fisioterapia, empregados na reabilitação pulmonar (desobstrução, reexpansão e treinamento muscular). Indicação e características das órteses de membros inferiores, superiores e de tronco; próteses de membros inferiores. Indicação e tipos de auxílio locomoção. Atuação Preventiva em Fisioterapia. Avaliação física, definição de objetivos e condutas, indicação de tratamento fisioterápico e abordagem em equipe interdisciplinar. legislação occeffito. Anatomia e fisiologia humana geral. Histologia, neurofisiologia. Biomecânica geral e cinesiologia. Fisioterapia aplicada à: pediatria, neurologia, adulto e pediátrica; átraumato-ortopedia; reumatologia; aparelho cardiorrespiratório ambulatorial e cti (adulto e neonatal); ginecologia e obstetrícia, dermatofuncional. Eletroterapia, termoterapia. Fototerapia, hidroterapia, cinesioterapia, osteopatia, recursos terapêuticos manuais, métodos de reeducação postural, disfunções crânio-cervico-mandibulares, fisioterapia do trabalho e ergonomia. Código de Ética.

Sugestões Bibliográficas:

1. ADLER, S. PNF – Método Kabat: Facilitação Neuromuscular Proprioceptiva. São Paulo: Manole, 1999.
 2. ANDREWS. Reabilitação física das lesões desportivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. KNIGHT. Crioterapia no Tratamento das Lesões Esportivas Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
 3. BECKER, B. Terapia Aquática Moderna. São Paulo: Manole, 2000
 4. BOCCOLINI, Fernando. Reabilitação: amputados amputações próteses. São Paulo: Robe, 2000 BANCKS K, Maitland. G. Manipulação vertebral de maitland. Rio de Janeiro: Medici, 2002.
 5. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>-
 6. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-
 7. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 8. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
 9. BUSQUET, L. As Cadeias Musculares. Belo Horizonte: Busquet. 2001. 4 v
 10. Código de Ética Profissional.
 11. GRANDJEAN, E. Manual de Ergonomia - Adaptando o Trabalho ao Homem, Porto Alegre: Artmed, 2001
 12. GUYTON. Tratado de Fisiologia Médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
 13. HAMILL & KNUTZEN Bases biomecânicas do movimento humano. São Paulo: Manole, 1999.
 14. HEBERT, S. Ortopedia e Traumatologia. Porto Alegre: Artmed, 2003.
 15. HOPPENFELD, S. Propedêutica ortopédica, coluna e extremidades. São Paulo: Atheneu, 1997.
 16. JUNQUEIRA L., Anatomia Palpatória: Pelve e Membros Inferiores. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
 17. JUNQUEIRA L., Anatomia Palpatória: Tronco, Pescoço, Ombro e Membros Superiores. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
 18. KISNER, Colby. Exercícios Terapêuticos. Fundamentos e Técnicas. São Paulo: Manole, 2001.
 19. LUNDY-EKMAN, L. Neurociência: Fundamentos para a Reabilitação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. DAVIES, P. Recomeçando outra vez. São Paulo: Manole, 1997.
 20. LUNDY-EKMAN, L. Neurociência: Fundamentos para a Reabilitação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. TECKLIN. Fisioterapia Pediátrica. Porto Alegre: Artmed. 2003.
 21. MAGEE, David J. Avaliação Musculoesquelética. São Paulo, Manole, 2002
 22. MCARDLE, W. Fisiologia do exercício: Energia, nutrição e desempenho humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
 23. MURPHY, W. Princípios Ao do Tratamento De Fraturas. Porto Alegre. ARTMED, 2002.
 24. NETTER, F. Atlas de Anatomia Humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.
 25. PRENTICE, W.; Técnicas de Reabilitação em Medicina Desportiva. São Paulo: Manole 2003 FLECK, S. Fundamentos Do Treinamento De Força Muscular. Porto Alegre: Artmed. 2002. BIENFAIT, M. As Bases da Fisiologia da Terapia Manual. São Paulo: Summus, 2000.
 26. STOLLER. Fundamentos da terapia respiratória de EGAN, São Paulo: Manole. 2000 BUTLER, D.S. Mobilização do Sistema Nervoso. São Paulo: Manole, 2003.
 26. STARKEY. Recursos Terapêuticos em Fisioterapia. São Paulo: Manole, 2001.
- Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

FONOAUDIÓLOGO

Ética Profissional; Responsabilidades gerais do Fonoaudiólogo; Desenvolvimento humano: -Físico e motor; -Perceptual e cognitivo; Aquisição do desenvolvimento da linguagem; Distúrbios da Voz: -Gagueira; -Deficiência auditiva; Patologias da Linguagem: -Distúrbios de origem neurológica; -Distúrbios articulatorios; -Patologia dos órgãos da fala e da audição; Linguística Fonética e Fonologia; Desenvolvimento do indivíduo excepcional: -Conceitos básicos; Aspectos psicossociais dos indivíduos considerados excepcionais; Avaliação audiológica completa; Linguagem Oral: -Desenvolvimento da linguagem oral; -Contribuições das principais teorias psicolinguísticas; Alterações na comunicação gráfica; A Fonoaudiologia e a Instituição Escolar; A Fonoaudiologia e o Serviço de Saúde Pública; Etapas do desenvolvimento Motor Global; A Fonoaudiologia em Saúde Ocupacional; Política de Saúde; Princípios e diretrizes do SUS.

Sugestões Bibliográficas:

1. ANDRADE, C. R. F. Gagueira Infantil – Risco, Diagnóstico e Programas Terapêuticos. Barueri: Pró-Fono, 2006.
2. BEHLAU, M. GASPARINI, G. A Voz do Especialista. Volume 3. Rio de Janeiro: Revinter, 2006.
3. BEHLAU, M.; PONTES, P. Princípios de Reabilitação Vocal nas Disfonias. 2ª ed. São Paulo: EPPM, 1990.
4. BERNARD, A.P.A. – Audiologia Ocupacional Ed. Pulso 2003.
5. COSTA, M.; CASTRO, L. P. Tópicos em Deglutição e Disfagia. Rio de Janeiro: Medsi, 2003.
6. CUNHA, C. Fonoaudiologia e Psicanálise: a fronteira como território. São Paulo: Plexus, 1997.

7. ELLIS, A. Leitura, Escrita e Dislexia ; Uma Análise Cognitiva , 2ª ed. Ed. Artes Médicas,1995.
 8. FERREIRA, L. P. Um Pouco de nós sobre voz. São Paulo: Pró-Fono 1993.
 9. FERREIRA, L.P. Trabalhando a Voz: Summus, 1998.
 10. FERREIRA, L.P.; BEFI-LOPES, D.M.; LIMONGI, S.C. (orgs). Tratado de Fonoaudiologia. São Paulo: Roca,2004.
 11. FROTA, S. Fundamentos em Fonoaudiologia – Audiologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,2003.
 12. GOLDFELD, M. Fundamentos em Fonoaudiologia – Linguagem, 2ª ed. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 2003.
 13. HERNANDEZ, A. M.; MARCHESAN, I. Q. Atuação Fonoaudiológica no Ambiente Hospitalar. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.
 14. HUCHE, F. LE (LE HUCHE, F.). A Voz sem Laringe. São Paulo: Andrei, 1987.
 15. JACOBI, J. S.; LEVY, D. S.; SILVA, L. M. C. Disfagia – Avaliação e Tratamento. Rio de Janeiro: Revinter,2002.
 16. JAKUBOWICZ, R.; MEINBERG, R.C. Introdução à afasia: elementos para diagnóstico e terapia. 4ª Ed.Antares Universitária, 1988.
 17. LAGROTTA, M. G. M.; CÉSAR, C. P. H. A. A Fonoaudiologia nas Instituições Ed. Lovise, 1997.
 18. LIMONGI S.C.O. (org.) Fonoaudiologia – Informação para Formação / Linguagem: Desenvolvimento normal, alterações e distúrbios. São Paulo: Guanabara Koogan, 2003.
 19. LIMONGI S.C.O. (org.). Fonoaudiologia – Informação para Formação / Procedimentos terapêuticos em
 20. linguagem. São Paulo: Guanabara Koogan, 2003.
 21. LOPES FILHO, O. (org.) Tratado de Fonoaudiologia. 2ª ed. São Paulo: Tecmedd, 2005.
 22. LOPES FILHO, O.(org.). Tratado de Fonoaudiologia. São Paulo: Roca, 1997. Cap. 46, 48.
 23. MACHADO, A. Neuroanatomia Funcional. 2ª. Ed. São Paulo: Atheneu, 1993.
 24. MACHADO, S. F. Processamento Auditivo – Uma Nova Abordagem. Plexus, 2003.
 25. MAC-KAY, A. P. M. G.; ASSENCIO-FERREIRA, A. J.; FERRI-FERREIRA, T. M. S. Afasia e Demências –Avaliação e Tratamento Fonoaudiológico. São Paulo: Santos, 2003.
 26. MARCHESAN, I. Q. Fundamentos em Fonoaudiologia – Aspectos Clínicos da Motricidade Oral. 2ª ed. Riode Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
 27. MOMENSOHN-SANTOS, T. M.; RUSSO, I. C. P. (org.) A Prática da Audiologia Clínica. 6ª ed. Cortez,2005.
 28. ORTIZ, K. Z. (org.). Distúrbios Neurológicos Adquiridos – Fala e Deglutição. Barueri: Manole, 2006.
 29. ORTIZ, K. Z. (org.). Distúrbios Neurológicos adquiridos - Linguagem e cognição: Manole Ltda, 2005.
- Outros manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos listados.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

GEÓLOGO

1.Mineralogia, petrologia ígnea, petrologia sedimentar e petrologia metamórfica.2.Geologia de Santa Catarina.3.Geotectônica e Geologia Estrutural.4.Estratigrafia e Paleontologia.5.Métodos geofísicos e geoquímicos aplicados a estudos ambientais.6.Hidrogeologia, contaminação e remediação de aquíferos contaminados.7.Geologia econômica: jazidas minerais, caracterização tecnológica de minerais e economia mineral.8.Gيومorfologia: origem e evolução do relevo; processos endógenos e exógenos no controle do relevo; geomorfologia de terrenos graníticos, metamórficos, vulcânicos e sedimentares; 9.Geoquímica superficial e solos. Gênese e classificação de solos, contaminação e remediação de solos contaminados.Geologia de engenharia: cartografia geotécnica e riscos geológicos.11.Legislação ambiental, legislação de recursos hídricos, legislação mineral e legislação profissional. Outros manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos listados.

Sugestões bibliográficas:

1. CHRISTOFOLETTI, A., 1980.Geomorfologia. São Paulo. Blucher. 188p.
2. CONAMA, 2009.Resolução Nº 420 de 28 de dezembro de 2009.
3. CONAMA,2008.Resolução Nº 396 de 03 de abril de 2008.
4. DEER, W.A.; HOWIE, R.A.and ZUSSMAN, J., 2010.Minerais constituintes das rochas: uma introdução.Fundação Calouste Gulbenkian. 727 p.
5. FEITOSA, F.A.C. & MANOEL FILHO, J., 1997.Hidrogeologia. Conceitos e aplicações.Fortaleza. REFO. 389 p.
6. HALL, A. (1987). Igneous Petrology. Editora Longman.551 p.
7. LEI nº 9.433/1997. Lei Federal nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997.
8. OLIVEIRA, A.M.S.& BRITO, S.N.A. (Org.), 1998.Geologia de engenharia. São Paulo: ABGE,586 p.
9. SERPA, E.L. & Marker, A. (coord.), 1999.Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas.São Paulo. Projeto CETESB -GTZ: cooperação técnica Brasil-Alemanha.
10. SUGUIO, K., 1982.Rochas Sedimentares, propriedades, gênese, importância econômica.Editora Edgard Blücher Ltda. 500 p.
11. TEIXEIRA GUERA, A.J. & BAPTISTA DA CUNHA, S., 1996.Gيومorfologia e Meio Ambiente.Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 394 p.
12. TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, T.R. e Taioli, F., 2001. Decifrando a Terra. São Paulo. 624 p.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

MÉDICO

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. 4) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 5) Imunizações, imunologia e vacinas. 6) Epidemiologia. 7) Prevenção e Combate a Doenças. 8) Direitos dos usuários da saúde. 9) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 10) Ética Profissional. 11) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Medicina Geral: 1) Anatomia. 2) Embriologia. 3) Fisiologia. 4) Genética. 5) Patologia. 6) Semiologia. 7) Farmacologia. 8) Toxicologia. 9) Epidemiologia Clínica. 10) Cuidados em Ambiente Hospitalar. 11) Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. 12) Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. 13) Doenças Alérgicas. 14) Doenças Dermatológicas. 15) Doenças do Aparelho Cardiovascular.

16) Doenças do Aparelho Digestivo. 17) Doenças do Aparelho Respiratório. 18) Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. 19) Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. 20) Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. 21) Doenças Endócrinas e do Metabolismo. 22) Doenças Hematológicas e Oncológicas. 23) Doenças Infecciosas e Parasitárias. 24) Doenças Neurológicas. 25) Doenças Nutricionais. 26) Doenças Oculares. 27) Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. 28) Doenças Ósseas. 29) Doenças Psiquiátricas. 30) Doenças Renais e do Trato Urinário. 31) Doenças Reumatológicas. 32) Ginecologia e Obstetrícia. 33) Pediatria Clínica. 34) Geriatria Clínica. 35) Medicina Ambulatorial. 36) Medicina Preventiva. 37) Epidemiologia Clínica. Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público.

Sugestões Bibliográficas:

1. AMB - Associação Médica Brasileira. Projeto Diretrizes. Disponível em: http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes_sociedades.php
 2. BRASIL, M.S. Biblioteca/Estação multimídia. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php>
 3. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home->
 4. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).
 5. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
 6. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-
 7. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 8. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 9. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.
 10. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
 11. Código de Ética Profissional.
 12. Código de Ética Profissional.
 13. DUNCAN, Bruce B. [et al.]. Medicina Ambulatorial - Condutas de Atenção Primária Baseadas em Evidências. Artmed. - FLETCHER, Robert H.; FLETCHER, Suzanne W.; FLETCHER, Grant S. (org.). Epidemiologia Clínica - Elementos Essenciais. Artmed.
 14. FREITAS, Fernando. Rotinas em Ginecologia. Artmed.
 15. FREITAS, Fernando. Rotinas em Obstetrícia. Artmed.
 16. GOLDMAN, Lee; SCHAFER, Andrew I. Goldman Cecil Medicina (Vol. 1 e 2).Elsevier
 17. GUSSO, Gustavo; LOPES, José Mauro Ceratti (org.). Tratado de Medicina de Família e Comunidade: Princípios, Formação e Prática. Artmed.
 18. HOFFMAN, Barbara L. [et al.]. Ginecologia de Williams. McGraw-Hill.
 19. KLEGMAN, Robert M. [et al.].Nelson Tratado de Pediatria (Vol. 1 e 2). Elsevier- LONGO, Dan L. [et al.]. Medicina Interna de Harrison (Vol. 1 e 2). Artmed.
 20. LOPES, Antonio Carlos. Clínica Médica - Diagnóstico e Tratamento (todos os volumes). Atheneu Editora.
 21. MANSUR, Carlos Gustavo (org.). Psiquiatria para o Médico Generalista. Artmed.
 22. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
 23. MCPHEE, Stephen J.; PAPADAKIS, Maxine A.; RABOW, Michael W. CURRENT: Medicina: Diagnóstico e Tratamento. McGraw-Hill.
 24. Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados.
 25. SOUTH-PAUL, Jeannette E.; MATHENY, Samuel C.; LEWIS, Evelyn L. CURRENT: Medicina de Família e Comunidade - Diagnóstico e Tratamento. McGraw-Hill.
 26. STEFANI, Stephen Doral; BARROS, Elvino. Clínica Médica - Consulta Rápida. Artmed.
 27. TOY, Eugene C.; BRISCOE, Donald; BRITTON, Bruce.Casos Clínicos em Medicina de Família e Comunidade. McGraw-Hill.
 28. TOY, Eugene C.; PATLAN JR., John T. Casos Clínicos em Medicina Interna. Artmed.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MÉDICO CARDIOLOGISTA

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. 4) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 5) Imunizações, imunologia e vacinas. 6) Epidemiologia. 7) Prevenção e Combate a Doenças. 8) Direitos dos usuários da saúde. 9) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 10) Ética Profissional. 11) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Medicina Geral: 1) Anatomia. 2) Embriologia. 3) Fisiologia. 4) Genética. 5) Patologia. 6) Semiologia. 7) Farmacologia. 8) Toxicologia. 9) Epidemiologia Clínica. 10) Cuidados em Ambiente Hospitalar. 11) Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. 12) Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. 13) Doenças Alérgicas. 14) Doenças Dermatológicas. 15) Doenças do Aparelho Cardiovascular. 16) Doenças do Aparelho Digestivo. 17) Doenças do Aparelho Respiratório. 18) Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. 19) Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. 20) Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. 21) Doenças Endócrinas e do Metabolismo. 22) Doenças Hematológicas e Oncológicas. 23) Doenças Infecciosas e Parasitárias. 24) Doenças Neurológicas. 25) Doenças Nutricionais. 26) Doenças Oculares. 27) Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. 28) Doenças Ósseas. 29) Doenças Psiquiátricas. 30) Doenças Renais e do Trato Urinário. 31) Doenças Reumatológicas. 32) Ginecologia e Obstetrícia. 33) Pediatria Clínica. 34) Geriatria Clínica. 35) Medicina Ambulatorial. 36) Medicina Preventiva. 37) Epidemiologia Clínica. Específicos: Anatomia e fisiologia do aparelho cardiovascular. Semiologia do aparelho cardiovascular. Métodos diagnósticos: eletrocardiografia. Ecocardiografia, medicina

nuclear, hemodinâmica, ressonância magnética, radiologia. Cardiopatias congênitas cianóticas e acianóticas: diagnóstico e tratamento. Hipertensão arterial. Isquemia miocárdica. Doença reumática. Valvopatias: diagnóstico e tratamento. Miocardiopatias: diagnóstico e tratamento. Insuficiência cardíaca congestiva. Doença de Chagas. Arritmias cardíacas: Diagnóstico e tratamento. Marca-passos artificiais. Endocardite infecciosa. Hipertensão pulmonar. Síncope. Doenças do pericárdio. Doenças da aorta. Embolia pulmonar. Cor pulmonal. Patologias sistêmicas e aparelho cardiovascular. Infecções pulmonares; Código de Ética Profissional na Medicina.

Sugestão Bibliográfica:

1. AMB - Associação Médica Brasileira. Projeto Diretrizes. Disponível em: http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes_sociedades.php
2. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>
3. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).
4. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
5. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-
6. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
7. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
8. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
9. Código de Ética Profissional.

10. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

11. BRASIL, M.S. Biblioteca/Estação multimídia. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php>

Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados

Manuais, livros e apostilas relacionados aos assuntos específicos e outros das atribuições do cargo.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. 4) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 5) Imunizações, imunologia e vacinas. 6) Epidemiologia. 7) Prevenção e Combate a Doenças. 8) Direitos dos usuários da saúde. 9) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 10) Ética Profissional. 11) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Medicina Geral: 1) Anatomia. 2) Embriologia. 3) Fisiologia. 4) Genética. 5) Patologia. 6) Semiologia. 7) Farmacologia. 8) Toxicologia. 9) Epidemiologia Clínica. 10) Cuidados em Ambiente Hospitalar. 11) Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. 12) Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. 13) Doenças Alérgicas. 14) Doenças Dermatológicas. 15) Doenças do Aparelho Cardiovascular. 16) Doenças do Aparelho Digestivo. 17) Doenças do Aparelho Respiratório. 18) Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. 19) Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. 20) Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. 21) Doenças Endócrinas e do Metabolismo. 22) Doenças Hematológicas e Oncológicas. 23) Doenças Infecciosas e Parasitárias. 24) Doenças Neurológicas. 25) Doenças Nutricionais. 26) Doenças Oculares. 27) Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. 28) Doenças Ósseas. 29) Doenças Psiquiátricas. 30) Doenças Renais e do Trato Urinário. 31) Doenças Reumatológicas. 32) Ginecologia e Obstetrícia. 33) Pediatria Clínica. 34) Geriatria Clínica. 35) Medicina Ambulatorial. 36) Medicina Preventiva. 37) Epidemiologia Clínica. Específicos: Crescimento e desenvolvimento; puberdade normal, precoce e retardada; acromegalia; hiperprolactinemia e galactorréia; distúrbios da função tireoideana: hipertireoidismo, hipotireoidismo e dishormonogênese; tireoidites; nódulos tireoideais e câncer; tireóide e gravidez; hiperandrogenismo e hirsutismo, síndrome de Cushing; insuficiência adrenal; hiperplasia adrenal; ginecomastia; diabetes mellitus: patogênese, diagnóstico e tratamento do diabetes insulino-dependente e não insulino-dependente; complicações crônicas do diabetes mellitus; neuropatia, nefropatia; diabetes e gravidez; hiperlipidemias; obesidade; Código de Ética Profissional na Medicina.

Sugestão Bibliográfica:

1. AMB - Associação Médica Brasileira. Projeto Diretrizes. Disponível em: http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes_sociedades.php
2. BRASIL, M.S. Biblioteca/Estação multimídia. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php>
3. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>
4. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).
5. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
6. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-
7. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
8. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
9. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>

10. Código de Ética Profissional.

11. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

12. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados

Manuais, livros e apostilas relacionados aos assuntos específicos e outros das atribuições do cargo.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MÉDICO NEUROLOGISTA

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. 4) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 5) Imunizações, imunologia e vacinas. 6) Epidemiologia. 7) Prevenção e Combate a Doenças. 8) Direitos dos usuários da saúde. 9) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 10) Ética Profissional. 11) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Medicina Geral: 1) Anatomia. 2) Embriologia. 3) Fisiologia. 4) Genética. 5) Patologia. 6) Semiologia. 7) Farmacologia. 8) Toxicologia. 9) Epidemiologia Clínica. 10) Cuidados em Ambiente Hospitalar. 11) Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. 12) Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. 13) Doenças Alérgicas. 14) Doenças Dermatológicas. 15) Doenças do Aparelho Cardiovascular. 16) Doenças do Aparelho Digestivo. 17) Doenças do Aparelho Respiratório. 18) Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. 19) Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. 20) Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. 21) Doenças Endócrinas e do Metabolismo. 22) Doenças Hematológicas e Oncológicas. 23) Doenças Infecciosas e Parasitárias. 24) Doenças Neurológicas. 25) Doenças Nutricionais. 26) Doenças Oculares. 27) Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. 28) Doenças Ósseas. 29) Doenças Psiquiátricas. 30) Doenças Renais e do Trato Urinário. 31) Doenças Reumatológicas. 32) Ginecologia e Obstetrícia. 33) Pediatria Clínica. 34) Geriatria Clínica. 35) Medicina Ambulatorial. 36) Medicina Preventiva. 37) Epidemiologia Clínica. Específicos: Anatomia e Fisiologia do Sistema nervoso Central e periférico. Patologia e Fisiopatologia dos transtornos do Sistema Nervoso Central e Periférico. Semiologia neurológica. Grandes categorias das afecções neurológicas: demências e distúrbios da atividade cortical superior, comas e outros distúrbios do estado da consciência; distúrbios do movimento; distúrbio do sono. Doença cérebro-vascular. Doenças neuromusculares - nervos, músculos e junção mio-neural; doenças tóxicas e metabólicas; tumores; doenças desmielinizantes; doenças infecciosas do sistema nervoso; doença neurológica no contexto da infecção pelo HIV; epilepsias; hidrocefalias e transtornos do fluxo liquorico; cefaléias; disgenesias do sistema nervoso; manifestações neurológicas das doenças sistêmicas; neurologia do trauma e urgências em neurologia. Indicações e interpretações da propedêutica armada em neurologia: liquor, neuroimagem, estudos neurofisiológicos - eletroencefalograma, eletroneuromiografia e potenciais evocados, medicina nuclear aplicada à neurologia.

Sugestão Bibliográfica:

1. AMB - Associação Médica Brasileira. Projeto Diretrizes. Disponível em: http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes_sociedades.php

2. BRASIL, M.S. Biblioteca/Estação multimídia. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php>

3. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home->

4. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).

5. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

6. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

7. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.

8. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.

9. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>

10. Código de Ética Profissional.

11. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados

Manuais, livros e apostilas relacionados aos assuntos específicos e outros das atribuições do cargo.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MÉDICO PSIQUIATRA

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. 4) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 5) Imunizações, imunologia e vacinas. 6) Epidemiologia. 7) Prevenção e Combate a Doenças. 8) Direitos dos usuários da saúde. 9) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 10) Ética Profissional. 11) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Medicina Geral: 1) Anatomia. 2) Embriologia. 3) Fisiologia. 4) Genética. 5) Patologia. 6) Semiologia. 7) Farmacologia. 8) Toxicologia. 9) Epidemiologia Clínica. 10) Cuidados em Ambiente Hospitalar. 11) Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. 12) Tratamento

de Acidentes por Animais Peçonhentos. 13) Doenças Alérgicas. 14) Doenças Dermatológicas. 15) Doenças do Aparelho Cardiovascular. 16) Doenças do Aparelho Digestivo. 17) Doenças do Aparelho Respiratório. 18) Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. 19) Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. 20) Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. 21) Doenças Endócrinas e do Metabolismo. 22) Doenças Hematológicas e Oncológicas. 23) Doenças Infecciosas e Parasitárias. 24) Doenças Neurológicas. 25) Doenças Nutricionais. 26) Doenças Oculares. 27) Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. 28) Doenças Ósseas. 29) Doenças Psiquiátricas. 30) Doenças Renais e do Trato Urinário. 31) Doenças Reumatológicas. 32) Ginecologia e Obstetrícia. 33) Pediatria Clínica. 34) Geriatria Clínica. 35) Medicina Ambulatorial. 36) Medicina Preventiva. 37) Epidemiologia Clínica. Específicos: 1) Medicamentos: Informações Básicas. 2) Efeitos Colaterais e seu Manejo. 3) Tratamentos Farmacológicos. 4) Fundamentos Psicanalíticos: Teoria, Psicopatologia e Desenvolvimento Humano. 5) Delirium, Demência, Transtorno Amnésico. 6) Transtornos Relacionados a Substâncias. 7) Esquizofrenia. 8) Transtornos Psicóticos. 9) Transtornos de Humor. 10) Transtornos de Ansiedade. 11) Transtornos Alimentares. 12) Transtorno de Déficit de Atenção. 13) Transtornos de Personalidade e Transtornos Somatoformes. 14) Outras Transtornos, Doenças e Distúrbios relacionados à Psiquiatria. 15) Teorias, conceitos, abordagens e tratamentos. 16) Psicanálise e tratamentos. 17) Avaliação e Entrevista Psiquiátrica. 18) Distúrbios Psiquiátricos da Criança. 19) Transtornos Globais do Desenvolvimento e Psicose Infantil. 15) Aspectos psiquiátricos das lesões do SNC. 16) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público.

Sugestões Bibliográficas

1. AMB - Associação Médica Brasileira. Projeto Diretrizes. Disponível em: http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes_sociedades.php
 2. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home->
 3. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).
 4. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
 5. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-
 6. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 7. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
 8. Código de Ética Profissional.
 9. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
 10. BRASIL, M.S. Biblioteca/Estação multimídia. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php>
- Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
- Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MÉDICO REUMATOLOGISTA

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. 4) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 5) Imunizações, imunologia e vacinas. 6) Epidemiologia. 7) Prevenção e Combate a Doenças. 8) Direitos dos usuários da saúde. 9) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 10) Ética Profissional. 11) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Medicina Geral: 1) Anatomia. 2) Embriologia. 3) Fisiologia. 4) Genética. 5) Patologia. 6) Semiologia. 7) Farmacologia. 8) Toxicologia. 9) Epidemiologia Clínica. 10) Cuidados em Ambiente Hospitalar. 11) Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. 12) Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. 13) Doenças Alérgicas. 14) Doenças Dermatológicas. 15) Doenças do Aparelho Cardiovascular. 16) Doenças do Aparelho Digestivo. 17) Doenças do Aparelho Respiratório. 18) Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. 19) Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. 20) Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. 21) Doenças Endócrinas e do Metabolismo. 22) Doenças Hematológicas e Oncológicas. 23) Doenças Infecciosas e Parasitárias. 24) Doenças Neurológicas. 25) Doenças Nutricionais. 26) Doenças Oculares. 27) Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. 28) Doenças Ósseas. 29) Doenças Psiquiátricas. 30) Doenças Renais e do Trato Urinário. 31) Doenças Reumatológicas. 32) Ginecologia e Obstetrícia. 33) Pediatria Clínica. 34) Geriatria Clínica. 35) Medicina Ambulatorial. 36) Medicina Preventiva. 37) Epidemiologia Clínica. Específicos: 1) Reumatologia: Laboratório em reumatologia. Exames por imagem em reumatologia. Semiologia das doenças reumatológicas. Estruturas morfológicas e funcionais das articulações. Autoimunidade. Auto-anticorpos e sistema de complemento. Reumatismo de partes moles. Fibromialgia. Lombalgias. Osteoartrite. Osteoporose e osteomalácia. Osteopatismicrocristalinas. Artrites infecciosas. Artrites secundárias a doenças crônicas. Artriterreumatóide. Espondiliteanquilosante. Artropatiaspsoriática. Artrite reativa. Artrite das Doenças Intestinais Inflamatórias. Febre reumática. Síndrome do anticorpo antifosfolípide. Doença do Still do adulto. Reumatismocrônico da infância e adolescência. Lupus eritematoso sistêmico. Esclerose sistêmica. Síndrome de Sjögren. Doença mista do tecido conjuntivo. Vasculite sistêmica. Neoplasias articulares. Miopatias inflamatórias. 2) Urgências e emergências: reanimação cardiopulmonar. Avaliação e tratamento inicial do paciente em choque. Imobilizações e cuidados no local do acidente. Atendimento inicial ao paciente traumatizado. Diagnóstico e tratamento inicial das emergências diabéticas. Anafilaxia e reações alérgicas agudas. Controle agudo da dor. Diagnóstico e tratamento inicial das síndromes coronárias agudas. Diagnóstico e tratamento inicial da embolia de pulmão. Insuficiência respiratória aguda. Hemorragias digestivas. Anestesia para realização de suturas e drenagem de abscessos. Principais problemas médicos relacionados aos idosos. Rastreamento de doenças cardiovasculares e do câncer. Prevenção do câncer. Exame periódico de saúde. Promoção da saúde: controlada obesidade, tabagismo e vacinação.

Sugestões Bibliográficas

1. AMB - Associação Médica Brasileira. Projeto Diretrizes. Disponível em: http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes_sociedades.php
 2. BRASIL, M.S. Biblioteca/Estação multimídia. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php>
 3. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>-
 4. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).
 5. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
 6. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-
 7. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 8. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
 9. Código de Ética Profissional.
 10. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público. Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MÉDICO CIRURGIÃO ORTOPÉDICO

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. 4) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 5) Imunizações, imunologia e vacinas. 6) Epidemiologia. 7) Prevenção e Combate a Doenças. 8) Direitos dos usuários da saúde. 9) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 10) Ética Profissional. 11) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Medicina Geral: 1) Anatomia. 2) Embriologia. 3) Fisiologia. 4) Genética. 5) Patologia. 6) Semiologia. 7) Farmacologia. 8) Toxicologia. 9) Epidemiologia Clínica. 10) Cuidados em Ambiente Hospitalar. 11) Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. 12) Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. 13) Doenças Alérgicas. 14) Doenças Dermatológicas. 15) Doenças do Aparelho Cardiovascular. 16) Doenças do Aparelho Digestivo. 17) Doenças do Aparelho Respiratório. 18) Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. 19) Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. 20) Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. 21) Doenças Endócrinas e do Metabolismo. 22) Doenças Hematológicas e Oncológicas. 23) Doenças Infecciosas e Parasitárias. 24) Doenças Neurológicas. 25) Doenças Nutricionais. 26) Doenças Oculares. 27) Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. 28) Doenças Ósseas. 29) Doenças Psiquiátricas. 30) Doenças Renais e do Trato Urinário. 31) Doenças Reumatológicas. 32) Ginecologia e Obstetrícia. 33) Pediatria Clínica. 34) Geriatria Clínica. 35) Medicina Ambulatorial. 36) Medicina Preventiva. 37) Epidemiologia Clínica. Específicos: 1) Semiologia ortopédica. 2) Métodos diagnósticos em ortopedia e traumatologia. 3) Coluna vertebral. 4) Tórax e cintura escapular. 5) Ombro, cotovelo e punho. 6) Quadril. 7) Joelho. 8) Perna e tornozelo. 9) Infecções osteoarticulares. 10) Osteoporose. 11) Tumores ósseos. 12) Artroscopias. 13) Reabilitação.

Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público.

Sugestões Bibliográficas

1. AMB - Associação Médica Brasileira. Projeto Diretrizes. Disponível em: http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes_sociedades.php
 2. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>-
 3. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).
 4. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
 5. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-
 6. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 7. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 8. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
 9. Código de Ética Profissional.
 10. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público. Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MÉDICO GINECOLOGISTA

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) DSTs, AIDS, saúde

mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. 4) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 5) Imunizações, imunologia e vacinas. 6) Epidemiologia. 7) Prevenção e Combate a Doenças. 8) Direitos dos usuários da saúde. 9) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 10) Ética Profissional. 11) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Medicina Geral: 1) Anatomia. 2) Embriologia. 3) Fisiologia. 4) Genética. 5) Patologia. 6) Semiologia. 7) Farmacologia. 8) Toxicologia. 9) Epidemiologia Clínica. 10) Cuidados em Ambiente Hospitalar. 11) Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. 12) Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. 13) Doenças Alérgicas. 14) Doenças Dermatológicas. 15) Doenças do Aparelho Cardiovascular. 16) Doenças do Aparelho Digestivo. 17) Doenças do Aparelho Respiratório. 18) Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. 19) Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. 20) Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. 21) Doenças Endócrinas e do Metabolismo. 22) Doenças Hematológicas e Oncológicas. 23) Doenças Infecciosas e Parasitárias. 24) Doenças Neurológicas. 25) Doenças Nutricionais. 26) Doenças Oculares. 27) Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. 28) Doenças Ósseas. 29) Doenças Psiquiátricas. 30) Doenças Renais e do Trato Urinário. 31) Doenças Reumatológicas. 32) Ginecologia e Obstetrícia. 33) Pediatria Clínica. 34) Geriatria Clínica. 35) Medicina Ambulatorial. 36) Medicina Preventiva. 37) Epidemiologia Clínica. Específicos: Ginecologia: Dor pélvica. Síndrome pré-menstrual. Sangramento uterino anormal. Endometriose. Doença sexualmente transmissível. Doença inflamatória pélvica. Anticoncepção. Urgência em ginecologia e obstetrícia. Violência sexual. Lesões do colo uterino. Carcinoma de colo, útero, vulva e vagina. Patologia benigna e maligna de mama. Ciclo menstrual. Alterações no desenvolvimento sexual. Puberdade precoce. Anovulação crônica. Amenorréias. Infertilidade. Climatério. Hiperandrogenismo. Obstetrícia: Pré-natal. Medicina fetal. Morte fetal. Aborto. Nascimento pré-termo. Gestação pós-termo. Ruptura prematura das membranas. Doença hemolítica perinatal. Crescimento intra-uterino restrito. Gemelaridade. Avaliação da saúde fetal. Avaliação da maturidade pulmonar fetal. Infecções pré-natais. Assistência ao trabalho de parto. Indução ao parto. Fórcepe Cesariana. Apresentação pélvica. Parto disfuncional. Puerpério. Amamentação. Doença hipertensiva na gestação. Diabetes Mellitus gestacional. Gestação e HIV Droga e gestação. Hemorragia ante-parto e pós-parto. Gestação ectópica. Doença trofoblástica gestacional.

Sugestões Bibliográficas

1. AMB - Associação Médica Brasileira. Projeto Diretrizes. Disponível em: http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes_sociedades.php
 2. BRASIL, M.S. Biblioteca/Estação multimídia. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php>
 3. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>
 4. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).
 5. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
 6. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-
 7. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 8. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 9. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
 10. Código de Ética Profissional.
 11. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público. Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. 4) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 5) Imunizações, imunologia e vacinas. 6) Epidemiologia. 7) Prevenção e Combate a Doenças. 8) Direitos dos usuários da saúde. 9) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 10) Ética Profissional. 11) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Medicina Geral: 1) Anatomia. 2) Embriologia. 3) Fisiologia. 4) Genética. 5) Patologia. 6) Semiologia. 7) Farmacologia. 8) Toxicologia. 9) Epidemiologia Clínica. 10) Cuidados em Ambiente Hospitalar. 11) Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. 12) Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. 13) Doenças Alérgicas. 14) Doenças Dermatológicas. 15) Doenças do Aparelho Cardiovascular. 16) Doenças do Aparelho Digestivo. 17) Doenças do Aparelho Respiratório. 18) Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. 19) Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. 20) Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. 21) Doenças Endócrinas e do Metabolismo. 22) Doenças Hematológicas e Oncológicas. 23) Doenças Infecciosas e Parasitárias. 24) Doenças Neurológicas. 25) Doenças Nutricionais. 26) Doenças Oculares. 27) Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. 28) Doenças Ósseas. 29) Doenças Psiquiátricas. 30) Doenças Renais e do Trato Urinário. 31) Doenças Reumatológicas. 32) Ginecologia e Obstetrícia. 33) Pediatria Clínica. 34) Geriatria Clínica. 35) Medicina Ambulatorial. 36) Medicina Preventiva. 37) Epidemiologia Clínica. Específicos: A natureza do ultra-som. Princípios básicos. Técnica e equipamentos. Indicações de ultrassonografia. Doppler. Obstetrícia e ginecologia - Anatomia ultrassonográfica do sacogestacional e do embrião. Anatomia ultrassonográfica fetal. Anatomia da idade gestacional. Anomalias fetais, propedêutica e tratamento pré-natal. Crescimento intra-uterino retardado. Gestação de alto risco. Gestação múltipla. Placenta e outros anexos do concepto. Anatomia e ultrassonografia da pélvis feminina. Doenças pélvicas inflamatórias. Contribuição do ultra-som nos dispositivos intra-uterinos. Princípios no diagnóstico diferencial das massas pélvicas pela ultrassonografia. Ultra-sonografia nas doenças ginecológicas malignas. Endometriose. Estudo ultrassonográfico da mama normal e patológico. Estudo ultrassonográfico do útero normal e patológico. Estudo ultrassonográfico do ovário normal e patológico. Ultra-sonografia e esterilidade. Estudo ultrassonográfico das patologias da primeira metade da gestação. Medicina interna.

Estudo ultrassonográfico do: crânio, olho, órbita, face e pescoço, tórax, escroto e pênis, extremidades, abdômen superior (fígado, vias biliares, pâncreas e baço), retroperitônio. Estudo ultrassonográfico da cavidade abdominal vísceras ocas, coleções e abscessos peritoneais, rins e bexigas, próstata e vesículas seminais. Potocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde para a especialidade.

Sugestões Bibliográficas

1. AMB - Associação Médica Brasileira. Projeto Diretrizes. Disponível em: http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes_sociedades.php
 2. BRASIL, M.S. Biblioteca/Estação multimídia. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php>
 3. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>
 4. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).
 5. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
 6. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-
 7. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 8. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 9. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
 10. Código de Ética Profissional.
 11. Código de Ética Profissional.
 12. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
- Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MÉDICO UROLOGISTA

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. 4) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 5) Imunizações, imunologia e vacinas. 6) Epidemiologia. 7) Prevenção e Combate a Doenças. 8) Direitos dos usuários da saúde. 9) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 10) Ética Profissional. 11) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Medicina Geral: 1) Anatomia. 2) Embriologia. 3) Fisiologia. 4) Genética. 5) Patologia. 6) Semiologia. 7) Farmacologia. 8) Toxicologia. 9) Epidemiologia Clínica. 10) Cuidados em Ambiente Hospitalar. 11) Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. 12) Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. 13) Doenças Alérgicas. 14) Doenças Dermatológicas. 15) Doenças do Aparelho Cardiovascular. 16) Doenças do Aparelho Digestivo. 17) Doenças do Aparelho Respiratório. 18) Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. 19) Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. 20) Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. 21) Doenças Endócrinas e do Metabolismo. 22) Doenças Hematológicas e Oncológicas. 23) Doenças Infecciosas e Parasitárias. 24) Doenças Neurológicas. 25) Doenças Nutricionais. 26) Doenças Oculares. 27) Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. 28) Doenças Ósseas. 29) Doenças Psiquiátricas. 30) Doenças Renais e do Trato Urinário. 31) Doenças Reumatológicas. 32) Ginecologia e Obstetrícia. 33) Pediatria Clínica. 34) Geriatria Clínica. 35) Medicina Ambulatorial. 36) Medicina Preventiva. 37) Epidemiologia Clínica. Específicos: A natureza do ultrassom, princípios básicos. Técnicas equipamentos. Indicações da ultrassonografia. Doppler. Obstetrícia e ginecologia. Anatomia ultrassonográfica do sacogestacional e do embrião. Anatomia ultrassonográfica fetal. Anatomia da idade gestacional. Anatomias fetais, propedêutica e tratamento pré-natal. Crescimento intra-uterino retardado. Gestação de alto risco. Gestação múltipla. Placenta e outros anexos do conceito. Anatomia e ultrassonografia da pélvis feminina. Doenças pélvicas inflamatórias. Contribuições do ultrassom nos dispositivos intra-uterinos. Princípios no diagnóstico diferencial das massas pélvicas pela ultrassonografia. Ultrassonografia nas doenças ginecológicas malignas. Endometriose. Estudo ultrassonográfico da mama normal e patológico. Estudo ultrassonográfico do ovário normal e patológico. Ultrassonografia e esterilidade. Medicina interna. Estudo ultrassonográfico do: crânio, olho, órbita, face e pescoço, tórax, escroto e pênis, extremidades, abdome superior, cavidade abdominal, vísceras ocas, coleções e abscessos peritoneais, rins, vesícula seminais, próstata e bexiga.

Sugestões Bibliográficas

1. AMB - Associação Médica Brasileira. Projeto Diretrizes. Disponível em: http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes_sociedades.php
2. BRASIL, M.S. Biblioteca/Estação multimídia. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php>
3. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>
4. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).
5. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
6. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-
7. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
8. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
9. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>

10. Código de Ética Profissional.

11. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

NUTRICIONISTA

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde -Princípios e diretrizes, controle social, Indicadores de saúde, legislação; protocolos SUS; Sistemas de informação em saúde; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Vigilância em saúde; Epidemiologia; Pacto pela Saúde; Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias; Política Nacional de Humanização. Estatuto da criança e do adolescente – ECA; estatuto do idoso; Bioética e Legislação do Exercício Profissional. Nutrição Básica: conceito de alimentação e nutrição; nutrientes, definição, propriedades, funções, digestão, absorção, biodisponibilidade, metabolismo, deficiências e fontes alimentares. Planejamento e laboração de cardápios alimentares DRI's. Nutrição nos ciclos da vida: infância, adolescência, adulto e idoso; alimentação na gestação, da nutris aleitamento materno, composição do leite materno. Guia alimentar para a população brasileira, Guia alimentar para crianças menores de dois anos; Doenças crônicas não transmissíveis. Administração de Serviços de Alimentação. APPCC, POP's, Implantação no Manual de Boas práticas de Fabricação nos Serviços de Alimentação. Perigos químicos, físicos e biológicos. Nutrição em saúde Pública: Perfil nutricional, consumo alimentar da população brasileira, Avaliação Nutricional, habilidades e competências do nutricionista em saúde coletiva, Política Nacional de alimentação e Nutrição; PNAE, Carências Nutricionais, Código de Ética do Nutricionista, SISVAN e Bolsa família.

Referências sugeridas:

1. APPCC na qualidade e segurança microbiológica de alimentos. São Paulo: Livraria Varela.

2. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).

3. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

4. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.

5. BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 38, 16/7/2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>. Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Lei nº 11.947, de 16/6/2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. <http://www.fnnde.gov.br/index.php/aelegislacao>. Outras publicações que abranjam o programa proposto.

6. BRASIL. Ministério da Saúde.

7. BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira. Promovendo a alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: www.saude.gov.br/bvs.

8. BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para crianças menores de 2 anos. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: www.saude.gov.br/bvs.

9. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 2ª edição revista. Série B, textos Básicos de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/manuais-e-publicacoes-1.

10. BRASIL. Ministério da Saúde. Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Orientações básicas para a coleta, o processamento, a análise de dados e a informação em serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: www.saude.gov.br/alimentacao.

11. Código de Ética Profissional.

12. DUTRA DE OLIVEIRA, J.E; MARCHINI, J.S. Ciências Nutricionais. São Paulo: Sarvier, 1998, 403p.

13. FRANCO, B. D. G. M.; LANDGRAFF, M. Microbiologia dos Alimentos. São Paulo: Atheneu.

14. ftp://ftp.fnnde.gov.br/web/alimentacao_escolar/codigo_de_etica_nutricionista.pdf

15. MAHAN L. Kathleen; ESCOTT-STUMP, Sylvia. Krause. Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 12ª edição. São Paulo: Editora Roca. 2010. 1351p.

16. Resolução - RDC n. 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

17. RESOLUÇÃO CFN Nº334/2004

18. TEIXEIRA, S.; MILET, Z.; CARVALHO, J.; BISCONTINI, T. M. Administração aplicada às Unidades de Alimentação e Nutrição. São Paulo, Editora Atheneu, 2006. 219p.

19. VASCONCELOS, F.A.G. Avaliação Nutricional de coletividades. Florianópolis: Editora da UFSC.

- Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

PROFESSOR DE ARTES/CARGO EXCLUÍDO

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades

educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; Específicos do Cargo: Didática e prática de ensino de Artes: Parâmetros curriculares nacionais (1ª a 4ª série) e (5ª a 8ª série), Habilidades e competências no ensino de Artes; Conteúdos atitudinais, procedimentais e conceituais em Artes; Proposta curricular de Arte do município e do Estado; As ações do professor e dos alunos; Arte e os Temas Transversais; A história da Arte: características dos movimentos e períodos. Movimentos da Arte e suas produções artísticas. A percepção de qualidades estéticas. O ensino da arte no currículo: legislação e prática. Trabalho por projetos. Folclore: catarinense e nacional. Diversidade cultural no ensino de artes. Arte no ensino fundamental: Objetivos gerais do ensino de Arte; O ensino de Arte no currículo escolar: legislação e prática; Conteúdos de Arte no ensino fundamental; Critérios de avaliação de aprendizagem em Arte. As linguagens artísticas: artes visuais, dança, música e teatro. Artes Visuais: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Dança: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Dimensões histórico-sociais da dança e seus aspectos estéticos. Fundamentos da Dança. Música: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Fundamentos musicais. Educação musical, instrumentos musicais. Estilos musicais nacionais e internacionais. Teatro: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Fundamentos do Teatro. História do Teatro. Estilos e gêneros teatrais. Modalidades do espaço cênico. Elementos estruturais da linguagem teatral.

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
 2. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
 3. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
 4. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.
 5. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
 6. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
 7. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
 8. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
 9. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
 10. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
 11. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
 12. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
 13. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao conteúdo do cargo, a critério do candidato.
Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados
(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS CARGO EXCLUÍDO

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; Específicos: Didática e prática de ensino de Ciências: Parâmetros curriculares nacionais (1ª a 4ª série) e (5ª a 8ª série), Habilidades e competências no ensino de Ciências; Conteúdos atitudinais, procedimentais e conceituais em Ciências; Proposta curricular de Ciências do município e do Estado; o processo avaliativo no ensino de Ciências; as ações do professor e dos alunos; Ciências e os Temas Transversais; Corpo humano: organização e sistemas. Seres microscópicos: bactérias, fungos, protozoários, vírus;; Relações alimentares entre os seres vivos: cadeia alimentar, hábitos alimentares dos animais, produtores, consumidores, decompositores, desequilíbrio nas relações alimentares. Questões ambientais: Relação homem – meio ambiente poluição da água, solo, ar, chuva ácida, efeito estufa, queimadas, desmatamento, mineração. Saneamento: tratamento de água. Resíduos sólidos: resíduos, reciclagem, rejeito, reaproveitamento, tipos de resíduos, limpeza pública, coleta de resíduos, aterro sanitário. A estrutura da Terra: Estrutura interna da Terra, crosta terrestre, manto, núcleo, placas tectônicas, terremotos, vulcões. Movimentos da Terra: movimento aparente do Sol, movimentação de rotação, movimento de transição, formação das estações do ano. Energia elétrica: geradores, pilhas e baterias, usinas elétricas, hidrelétricas, eólicas, termelétricas, usinas solares, term nucleares, condução de energia elétrica, circuito elétrico. Magnetismo: ímãs, imantação, pólo norte/sul, campo magnético, eletromagnetismo. Seres vivos: características gerais, sistemática, classificação biológica e nomenclatura. Noções de evolução. Ecologia. Doenças tropicais. Noções de genética. Fisiologia e anatomia do corpo humano. Sexualidade: Educação sexual e seu desenvolvimento para a produção da vida. Astronomia. Propriedades da matéria: estados físicos, massa, volume, peso, densidade, empuxo. Energia. Elementos químicos a tabela periódica. Fundamentos teóricos da Química: conceitos. Leis e cálculos. Relações. Princípios básicos. Interações e transformações químicas. Fundamentos teóricos da Física: conceitos. Leis e cálculos.

Relações. Princípios básicos.

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
 2. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
 3. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
 4. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.
 5. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
 6. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
 7. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
 8. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
 9. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
 10. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
 11. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
 12. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
 13. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao conteúdo do cargo, a critério do candidato.
- Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA CARGO EXCLUÍDO

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade. Específicos: Metodologia e Regras das Modalidades Esportivas; História da Educação Física; Educação Física Escolar; Estrutura e Funcionamento da Educação Básica; Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Didática Geral e da Educação Física; Metodologia para o ensino da Educação Física; Fundamentos da Educação; Filosofia e Sociologia da Educação Física; Educação Física Escolar e Cidadania; Atividades Rítmicas na Escola; Organização e Administração de Eventos Escolares; Educação para Saúde; Biologia do Esporte; Anatomia Humana; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Biomecânica; Qualidades Físicas na Educação Física; Prevenção de Acidentes e Socorros de Urgência; Cineantropometria; Desenvolvimento Motor e Aprendizagem Motora; Psicologia do Desenvolvimento e do Esporte; Pedagogia do Exercício e do Esporte; Fundamentos da Ginástica e da Musculação; Iniciação Esportiva; Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Educação Física Adaptada; Recreação, Jogos e Lazer; Educação Física Escolar e Qualidade de Vida; Planejamento Curricular; Administração Escolar; Políticas Públicas em Educação Física; Ética e Deontologia da Educação Física; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Física; Legislação Esportiva e Profissional; Atualidades e Tópicos Especiais em Educação Física.

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
 2. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
 3. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
 4. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.
 5. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
 6. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
 7. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
 8. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
 9. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
 10. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
 11. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
 12. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
 13. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao conteúdo do cargo, a critério do candidato.
- Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei

nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; Específicos do Cargo: Ensino e aprendizagem na Educação Infantil, finalidades, objetivos, conteúdos, metodologia. Educar, cuidar e acolher: função social da educação infantil. A aprendizagem da linguagem e a linguagem como instrumento de aprendizagem. Educação Infantil: Concepções e práticas pedagógicas. Função política e social da Educação Infantil. Desenvolvimento infantil, segundo Piaget, Vygotsky e Wallon. Currículo como expressão de linguagens, práticas sociais e culturais infantis. O brincar como eixo dinamizador do currículo. Avaliação na Educação Infantil e documentação pedagógica. O papel do professor na Educação Infantil. Planejamento na Educação Infantil: espaços interativos de aprendizagem, organização em projetos de linguagens. Processo de socialização, diversidade sociocultural, inclusão. Sexualidade infantil. A literatura na educação da criança de 0 a 5 anos. Afetividade nas relações professor-criança, criança-criança. A brincadeira de papéis sociais e formação da personalidade. A criança na educação infantil e suas linguagens. A criança e o meio social. Ciências na Educação Infantil – importância do procedimento didático. Referencial Curricular Nacional. A importância do lúdico na aprendizagem. A organização do tempo e do espaço na educação infantil. A Documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação). Princípios que fundamentam a prática na Educação Infantil: Pedagogia da infância e dimensões humanas

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
2. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
3. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
4. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.
5. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
6. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
7. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
8. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
9. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
10. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
11. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
12. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
13. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao cargo.

Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; Específicos do Cargo: A origem do mundo e do homem, dentro de uma perspectiva ecumênica; Presença de Deus em nossa Vida; Minha relação com Deus e sua manifestação concreta na relação com outro; Definindo Igreja e religião dentro de uma perspectiva ecumênica; Deus criador - homem criatura com potencial criador; Questionamentos existenciais; Significados dos rituais, símbolos e verdades de fé nas tradições religiosas; Família e Igreja; homem e sua significação na história: Quem sou? De onde vim? Para onde vou? Para que vivo? A questão da transcendentalidade humana como essência do fenômeno religioso; Homem – um ser racional; Relação consigo mesmo, como outro, com a natureza e com Deus; Qualidade nas relações a partir da consciência espiritual. Culturas e Tradições Religiosas: Uma discussão sobre o contexto local; Dogmas, rituais, símbolos, crença; História das religiões situada nas mais variadas culturas. Fenômeno religioso e a opção por uma religião; Superando os mitos e buscando a prática da Ética no exercício da Cidadania plena; Sociedade; família; Instituições. Tipos de religião e suas definições.

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.

2. ARANHA, M.L.A. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. São Paulo, Moderna, 1994.
 3. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
 4. BRASIL, Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
 5. *Currículo: Ensino Religioso*. Florianópolis, SED, 2001. 60p.
 6. DEMO, Pedro. *Desafios Modernos da Educação*. 10ª ed. Petrópolis. R.J: Vozes, 2000.
 7. HERNANDEZ, Fernando. *A organização do currículo por projetos de trabalho*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
 8. HOFMAN, Jussara. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
 9. KRUPPA, Sonia M. Portella. *Sociologia da Educação*. São Paulo; Cortez, 1993.
 10. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia; Alternativa, 2004.
 11. LUCK, Heloísa. *Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos e metodológicos*. Petrópolis, J: Vozes, 1994.
 12. PIMENTA, Sema G. (org). *Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal*. São Paulo: Cortez, 1996.
 13. PUCRS – Religião e Cristianismo – manual de Cultura Religiosa – Instituto de Teologia e Ciências Religiosas, Porto Alegre: 1999
 14. SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto . *Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Disciplinas Curriculares*. Florianópolis: COGEM, 1998, p.232-243
 15. TOSI, Maria R. *Didática Geral: um olhar para o futuro*. Campinas, SP: Alínea, 2001.
 16. VASCONCELLOS, Celso dos S. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização*. São Paulo: Libertad, 1999.
 17. ZABALA, Antonio. *A prática educativa: como ensinar*. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto alegre: Artes Médicas, 1998.
- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao cargo.
- Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

PROFESSOR DE ESPANHOL

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas; meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; Específicos do Cargo: A metodologia da Língua Estrangeira; - Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; - O ensino de língua para a comunicação; - Dimensões comunicativas do espanhol; - Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; - A escrita e a linguagem oral do espanhol; - A natureza sociointernacional da linguagem; - O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira; - Interpretação de texto; - Gramática; - Ortografia.

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
 2. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
 3. BRASIL, Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
 4. DEMO, Pedro. *Desafios Modernos da Educação*. 10ª ed. Petrópolis. R.J: Vozes, 2000.
 5. *Diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños*
 6. *Diccionario de falsos cognatos em Espanhol e Português* – Editora Moderna (286p.)
 7. GÓMEZ TORREGO, Leonardo. *Gramática didáctica de español*. Madrid: SM, 1998. (543)
 8. HERNANDEZ, Fernando. *A organização do currículo por projetos de trabalho*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
 9. HOFMAN, Jussara. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
 10. KRUPPA, Sonia M. Portella. *Sociologia da Educação*. São Paulo; Cortez, 1993.
 11. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia; Alternativa, 2004.
 12. LUCK, Heloísa. *Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos e metodológicos*. Petrópolis, J: Vozes, 1994.
 13. LUFT, Celso Pedro. *Novo guia ortográfico*. São Paulo: Globo, 1991.
 14. MASIP, Vicente. *Gramática española para brasileños*. Tomo I: Morfosintaxis. Barcelona: Difusión, 1999
 15. MILANI, Esther Maria. *Gramática de Espanhol para brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2000.
 16. PIMENTA, Sema G. (org). *Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal*. São Paulo: Cortez, 1996.
 17. RINALDI, S. Vasques M. C "ARRIBA!" Vol 1,2,3 e 4, São Paulo: Editora Santillana, 2004.
 18. SEÑAS, 2000,
 19. TOSI, Maria R. *Didática Geral: um olhar para o futuro*. Campinas, SP: Alínea, 2001.
 20. VASCONCELLOS, Celso dos S. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização*. São Paulo: Libertad, 1999.
 21. ZABALA, Antonio. *A prática educativa: como ensinar*. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto alegre: Artes Médicas, 1998.
- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao cargo.

Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; Específicos do Cargo HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: As correntes da produção científica na produção geográfica; As correntes do pensamento na produção geográfica brasileira; Geografia escolar e geografia acadêmica. DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA: Parâmetros curriculares nacionais (1ª a 4ª série) e (5ª a 8ª série), Habilidades e competências no ensino de Geografia; Conteúdos atitudinais, procedimentais e conceituais em Geografia; Proposta curricular de Ciências do município e do Estado; o processo avaliativo no ensino de Ciências; as ações do professor e dos alunos; Geografia e os Temas Transversais; GEOGRAFIA DO BRASIL: aspectos físicos, ambientais, político-econômicos, socioculturais. Divisões regionais e suas características. GEOGRAFIA GERAL (grandes blocos: Américas, África, Ásia, Europa e Oceania): aspectos físicos, climáticos, relevo, vegetação, hidrografia, econômicos, populacionais. Demografia: Dinâmica populacional no Brasil e no mundo. Dinâmicas e sistemas. QUESTÕES AMBIENTAIS: Ecossistemas brasileiros. Tipos de Energia. Fenômenos naturais. Efeito Estufa. El niño/La niña. Camada de Ozônio. Chuva Ácida. A ORGANIZAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO: A organização do espaço geográfico no capitalismo e no socialismo, a nova ordem mundial e a globalização. Organizações supranacionais. Espaço rural/urbano. Aspectos geopolíticos e econômicos da atualidade. Transportes. GEOGRAFIA FÍSICA: noções gerais de dinâmicas e sistemas climatológicos biogeográficos e geomorfológicos.

Sugestões Bibliográficas:

1. AB'SÁBER, Aziz. Os domínios de Natureza no Brasil. Potencialidades paisagísticas. 3ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
2. ANDRADE, Manuel C. de – Geografia. Ciência da sociedade. São Paulo, Atlas, 1987.
3. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
4. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
5. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
6. CARVALHO, Marcos Bernardinho, PEREIRA, Diamantino Alves Correia. Geografia do mundo. 1ª ed. São Paulo: FTD, 2005.
7. COIMBRA, Pedro, Tibúrcio, José Arnaldo M. O espaço geográfico no limiar do ano 2000. Ed. Harbra: São Paulo, 2000.
8. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.
9. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
10. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
11. IGOR, Moreira. O espaço geográfico. Geografia geral e do Brasil. 47ª ed. São Paulo: Ática, 2002.
12. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
13. LAGO, Paulo F. – Santa Catarina. A transformação dos espaços geográficos. Florianópolis, Verde Água Prod. Culturais, 2000, 592 p.
14. LUCCI, Elian Alabi, BRANCO, Anselmo Lázaro. Geografia. Homem & Espaço. 19ª ed. São Paulo, 2002
15. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
16. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis, J: Vozes, 1994.
17. MORAES, Antonio Carlos Robert. A gênese da Geografia moderna. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
18. MOREIRA, Igor, AURICCHIO, Elizabeth. Construindo o espaço. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2006.
- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao cargo.
19. Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN de Geografia.
20. PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia Moderna. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.
21. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
22. SANTA Catarina – Atlas de Santa Catarina. Florianópolis, Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral (GAPLAN), 1986.
23. SANTA Catarina – Atlas Escolar de Santa Catarina. Florianópolis, Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento, 1991.
24. SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, 1978.
25. SENE, Eustáquio, MOREIRA, João Carlos. Geografia geral e do Brasil. Série parâmetros. 1ª ed. Ed. Scipione, 2000.
26. SENE, Eustáquio, MOREIRA, João Carlos. Trilhas da Geografia. 1ª ed. São Paulo: Scipione, 2000.
27. SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à Geografia: Geografia e Ideologia. Petrópolis: Vozes, 1974.
28. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
29. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
30. VESENTINI, J. William. Geografia. Série Brasil. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2003.
31. VESENTINI, J. William. Sociedade & espaço. Geografia geral e do Brasil. 43ª ed. São Paulo: Ática, 2003.
32. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto alegre: Artes Médicas, 1998.

Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

PROFESSOR DE HISTÓRIACARGO EXCLUÍDO

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar–práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão –a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade. Específicos: Grécia e Roma Antiga. As Civilizações do Antigo Oriente: Hebreus, Fenícios e Persas. As Civilizações Mesopotâmicas: Sumérios, Acádios, Assírios, Amorritas e Caldeus. Escravismo na Antiguidade. O feudalismo. A Expansão Marítimo-comercial. Colonização europeia na América. Brasil e o Sistema Colonial. O escravismo no Brasil. O fim do Antigo Sistema Colonial na América espanhola e portuguesa. As revoluções americanas e francesa. A Revolução Industrial. O Imperialismo e o neocolonialismo. A Primeira Guerra Mundial. A crise de 1929. As Revoluções Socialistas na URSS, África e América Latina. Nazismo e Fascismo. A Segunda Guerra Mundial. O populismo na América Latina. A Guerra Fria. A descolonização da Ásia e da África. A globalização e o neoliberalismo. BRASIL: Períodos Pré-Colonizador, Colonial, Imperial, República Velha, A Era Vargas, República Democrática (1946 a 1964), O Regime Militar (1964 a 1985) e a Redemocratização (A República de 1985 aos dias atuais). Os regimes militares na América Latina. Os Blocos e/ou Acordos Econômicos no Mundo. Atualidades: Econômicas, Sociais, Políticas, Culturais e Religiosas.

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
2. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
3. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
4. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.
5. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
6. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
7. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
8. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
9. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar:fundamentosteóricometodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
10. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
11. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
12. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
13. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
14. Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao conteúdo do cargo, a critério do candidato.

Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados

PROFESSOR DE INGLÊS

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar–práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão –a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; Específicos do Cargo: (1) Modelos de Leitura ascendente, descendente e interativo (Bottom-up/Top-down/Interactive); (2) Teoria Sociocultural de Vygotsky; (3) Teoria Cognitivista de Piaget; (4) Teoria de Aquisição de Segunda Língua segundo Stephen Krashen (Monitor Theory); (5) Teoria da Gramática Gerativa/Universal de Noam Chomsky; (6) Metodologias de Ensino de Língua Estrangeira (Metodologia de Tradução e Gramática/Metodologia Audiolingual/Metodologia Comunicativa); (7) Técnicas de leitura (Skimming/Scanning). ConhecimentosLinguísticos:(1) Tempos verbais; (2) Verbos modais; (3) Advérbios e conjunções; (4) Voz ativa e Voz passiva; (5) Discurso direto e Discurso indireto; (6) Orações subordinadas; (7) Pronomes; (8) Preposições; (9) Principais frases verbais (PhrasalVerbs); (10) Adjativos (Graus Comparativo/Superlativo).

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.

2. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
 3. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
 4. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.
 5. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
 6. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
 7. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
 8. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
 9. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
 10. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
 11. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
 12. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
 13. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
 14. Brennan, Dave K. English at Hand. São Paulo: Editora FTD, 2002.
 15. Dixon, Robert J. Graded Exercises in English. Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico, 2002.
 16. Martins, Elisabeth Prescher. Coleção Base Inglês – Graded English – Volume Único. São Paulo : Editora Moderna, 2003.
 17. Rocha, Analuiza Machado. Take Your Time – Volumes 1, 2, 3 e 4 – 5ª à 8ª série. 3 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004.
- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao cargo.
- Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; Específicos do Cargo: Aprendizagem da língua materna: estrutura, uso e funções. Ensino e aprendizagem da gramática normativa.

Linguagem: uso, funções, análise. Língua falada e escrita. Variações linguísticas. O texto: tipologia textual. Intertextualidade. Coesão e coerência textuais. O texto e a prática de análise linguística. Leitura e produção de textos. Literatura brasileira. Fonologia. Estrutura e formação das palavras. Morfologia e Morfossintaxe. Sintaxe. Semântica. Acentuação gráfica. Crase. Concordância Nominal e Verbal. Regência Nominal e Verbal. Pontuação. Tipologia textual. Gênero textual. Interpretação e compreensão de texto. Ortografia. Funções da Linguagem.

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
 2. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
 3. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
 4. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
 5. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.
 6. FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto. Curitiba:
 7. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
 8. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
 9. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
 10. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
 11. Livraria do Eleotério, 1999.
 12. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
 13. LUFT, Celso Pedro. Novo guia ortográfico. São Paulo: Globo, 1991.
 14. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
 15. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
 16. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
 17. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao cargo.

Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA CARGO EXCLUÍDO

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da

Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade. Específicos: Aprender e ensinar Matemática no ensino fundamental; O professor e o saber matemático; Aluno e o saber matemático; As relações professor-aluno e aluno-aluno; A resolução de problemas e o ensino-aprendizagem de Matemática; Avaliação em Matemática; Jogos nas aulas de Matemática; O papel do lúdico no ensino da Matemática. Número e suas operações (Número, álgebra, geometria, medidas e estatística); - Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; - Regra de Três e proporções; - Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; - Equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. - Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas; - Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões; - Matrizes e Determinantes; - Sistemas Lineares. - Análise Combinatória; - Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; - Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; - Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas; - Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; - Polinômios e Equações Algébricas; e Noções de limites, derivadas e integral. e conhecimentos específicos comuns a todos os cargos.

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
 2. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
 3. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
 4. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.
 5. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
 6. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
 7. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
 8. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
 9. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
 10. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
 11. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
 12. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
 13. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao conteúdo do cargo, a critério do candidato.
- Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados

PROFESSOR INTÉRPRETE DE LIBRAS

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; Específicos do Cargo: A inclusão escolar, Definições dos tipos de deficiência; Programa Educação Inclusiva; Direito à Diversidade; Convenção da Guatemala Decreto nº 3.956/2001; Necessidades educacionais especiais temporárias e permanentes. Educação Especial: aspectos históricos e pedagógicos. O desenvolvimento da criança nos aspectos: Biológico, emocional, cognitivo. Flexibilizações e adaptações curriculares, para o atendimento às necessidades educacionais especiais. História da surdez no Brasil e no mundo; Aspectos sociais, psicológicos e cognitivos da educação inclusiva; Surdez: concepção médica e concepção social; Modalidade de língua oral e de língua de sinais; LIBRAS: introdução ao idioma e noções básicas; Aspectos Linguísticos da LIBRAS: Fonologia, Morfologia, Sintaxe, Semântica, Pragmática; Princípios e orientação curriculares para a inclusão do aluno surdo; Práticas pedagógicas e a constituição de um ambiente educativo inclusivo bilíngue; Cultura surda e inclusão na esfera escolar; O papel do intérprete de LIBRAS na educação do surdo.

Sugestões Bibliográficas:

1. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO. São Paulo; MEC/SEESP, 2007. AEE
2. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
3. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
4. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

5. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005;
 6. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.
 7. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
 8. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
 9. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
 10. Lei de libras - lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002;
 11. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010- regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua brasileira de sinais - libras;
 12. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
 13. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
 14. O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRAS DE SINAIS E LÍNGUA PORTUGUESA. Brasília; MEC/SEESP 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>
 15. Pessoa com Surdez. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf–
 16. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
 17. SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima; et. Al. ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDO: Caminhos para a Prática Pedagógica v 1 e v 2. Brasília MEC/SEESP, 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>
 18. Subsídio para Atuação de Assistentes Sociais na Política da Educação – Conselho Federal de Serviço Social – Brasília: CFESS. – Coleção: A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR. Brasília;
 19. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
 20. UFCE/MEC, 2010. Fascículos 1e 4. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf
 21. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
 22. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto alegre: Artes Médicas, 1998.
- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao cargo.

Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

PSICÓLOGO

Código de Ética Profissional do Psicólogo; Princípios e diretrizes do SUS; Humanização em serviços de saúde; Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; CREAS/SUAS Centro de Atenção Psicossocial – CAPS; Resoluções do Conselho Federal de Psicologia; Abordagens teóricas: cognitiva-comportamental, psicanálise, behaviorismo, gestalt-terapia, teoria sistêmica, humanista; Elaboração de documentos e registros psicológicos; psicopatologias História da Psicologia; Métodos da Psicologia; Atenção, sensação, percepção, pensamento, memória, juízo, entre outros; O processo de aprendizagem segundo Piaget; Testes psicológicos; Transtornos de ansiedade, personalidade, humor, entre outros; Psicoterapia de grupo; Psicologia social e escolar; Saúde Mental; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; A Personalidade; Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Desenvolvimento infantil; Psicoterapia Breve; Sistema de RH: conceitos e objetivos, desenvolvimento organizacional; Recrutamento de RH: conceito e execução; etapas do processo de recrutamento, fontes de recrutamento, previsão de recursos humanos; Seleção de pessoal: conceito, técnicas de seleção, entrevista de seleção, objetivos e tipos de entrevista; Testes de seleção: conceito e espécies; Treinamento de pessoal: conceito, importância e objetivos, levantamento das necessidades de treinamento, planejamento, organização, execução e avaliação do treinamento; Avaliação de desempenho: conceito e objetivos métodos de avaliação de desempenho, entrevistas nas avaliações de desempenho; Psicologia do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e emocional; Avaliações psicológicas: fundamentos das medidas psicológicas; qualidade de vida no trabalho; Saúde coletiva: políticas de saúde mental; Saúde mental e trabalho; Gestão de pessoas, organização, inteligência emocional, gestão de marketing pessoal e conceito metacompetência. Ética Profissional: Código de Ética e Resoluções do Conselho Federal de Psicologia.

Sugestão Bibliográfica:

1. As ações judiciais no SUS e a promoção do direito à saúde. Organizado por Tânia Margarete Mezzomo Keinert, Sílvia Helena Bastos de Paula e José Ruben de Alcântara Bonfim. São Paulo: Instituto de Saúde, 2009.
 2. Constituição Federal no que diz respeito à saúde e Princípios e diretrizes do SUS
 3. <http://conselho.saude.gov.br/14cns/docs/constituicao/federal.pdf>
 4. <http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080.htm>
 5. Legislação e Programas como NASF
 6. site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf - <http://site.cfp.org.br/legislacao/leis-e-normas/>
- Referências:
7. http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_39.pdf
- Saúde Mental
- Referências: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf
8. http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf
 9. <http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/cd-saude-mental/publica%C3%A7%C3%B5es/CREPOP/CAPS.pdf>
 10. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. Editora Saraiva, 2001.
 11. CHIAVERINI, Dulce Helena et al. Guia prático de matriciamento em saúde mental. Brasília: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.
 12. Ministério da Saúde. Prevenção do Suicídio: manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental.
- Psicodiagnóstico: Os testes psicológicos; A avaliação psicológica
- Referências:
13. <http://satepsi.cfp.org.br/Carilha de Avaliaçao Psicológica>. Conselho Federal de Psicologia, 2007.
 14. <http://www.casadopsicologo.com.br/avaliacao-psicologica.html>
 15. <http://www.vetoreditora.com.br/departamento/113578/01/testes>
 16. CUNHA, Jurema Alcides et al. Psicodiagnóstico-V [recurso eletrônico]. – 5. ed. rev. e ampl. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2007.

Psicoterapia de grupo**Referências:**

17. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. Editora Saraiva, 2001.

18. OSORIO, Luiz Carlos. Grupoterapias: abordagens atuais. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Psicopatologias e Transtornos Psiquiátricos: Transtornos de ansiedade, personalidade, humor, esquizofrenia, alimentar, entre outros; Demência; Alterações de atenção, memória, consciência, entre outros.

Referências:

19. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5

20. Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamentos da CID-10

21. BARROSO, Sabrina Martins. Et al. Demências: algumas coisas que talvez você não saiba, mas precisa saber. Uberaba: UFTM, 2014.

22. DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Abordagens Psicológicas: Psicanálise; Cognitivo-comportamental; Gestalt-terapia, Behaviorismo.

Referências:

23. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. Editora Saraiva, 2001.

24. JORGE, Marco Antonio Coutinho. Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan. Volume 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

25. JORGE, Marco Antonio Coutinho. Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan. Volume 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

26. LEAHY, Robert L. Técnicas de terapia cognitiva: manual do terapeuta. Porto Alegre: Artmed, 2006.

27. Laplanche e Pontalis. Vocabulário da Psicanálise. São Paulo: Martins Fontes.

28. PERLS, F. S. isto é Gestalt. São Paulo: Editora Summus.

Desenvolvimento Humano: Piaget; Vygotski

Referências:

29. VYGOTSKI, L. S. A formação social da mente. Editora Ltda. São Paulo.

30. PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança: Imitação, jogo e Sonho Imagem e Representação. Editora Zahar.

31. PIAGET, Jean. O nascimento da inteligência na criança. Coleção Plural nº 10.

32. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. Editora Saraiva, 2001.

33. VALLE, T. G. M.; MAIA, A. C. B. (orgs). Psicologia do desenvolvimento humano e aprendizagem. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

Psicologia Social**Referências:**

34. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. Editora Saraiva, 2001.

35. STREY, Marlene Neves et al. Psicologia social contemporânea: livro-texto. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

36. LANE, Silvia T. Maurer. O que é psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2006. — (Coleção primeiros passos: 39).

Psicologia da Educação**Referências:**

37. CASSINS, Ana Maria et al. Manual de psicologia escolar-educacional. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007.

38. TEIXEIRA, Gustavo. Manual dos transtornos escolares: entendendo os problemas de crianças e adolescentes na escola. Rio de Janeiro: BestSeller, 2013.

39. ANDRADE, Elizário Souza. Psicologia da Educação. Coleção formando educadores, 2009. Gestão de Pessoas: Recrutamento; Seleção de pessoal; Treinamento de pessoal; Desenvolvimento de pessoal; Avaliação de desempenho.

Referências:

40. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

41. ROTHMANN, Ian; COOPER, Cary. Fundamentos de Psicologia Organizacional e do Trabalho. Editora: Elsevier, 2009.

42. Pearson Education do Brasil. Administração de RH. São Paulo: PEB, 2010.

Outras Referências:

43. MESQUITA, Raul; DUARTE, Fernanda. Dicionário de Psicologia. Plátano Editora.

44. BERGERET, Jean. A personalidade normal e patológica. Lisboa: Climepsi Editores, 2000.

45. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).

46. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

47. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.

48. Código de Ética Profissional.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

PSICOPEDAGOGO

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar-práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão –a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; Específicos do Cargo: Tecnologia Educativa; Práticas de leitura/escrita possibilitadas pela cibercultura. Novas tecnologias e o processo de ensino-aprendizagem. Reflexão sobre

a prática pedagógica acerca de questões da cultura digital contemporânea. A importância dos espaços virtuais de aprendizagem. Fundamentos Psicopedagógicos: Importância do psicopedagogo na educação. Desenvolvimento humano. A psicomotricidade e o desenvolvimento humano. Contribuição da psicanálise. Neuropsicologia e educação. Áreas de atuação. Contribuições da Psicopedagogia no Contexto Escolar: Aprender a ensinar. Acolhimento – Condição para aprendizagem. Sala de aula – o ambiente de referência. Análise do cotidiano escolar por via do currículo oculto, da relação escola/família e das redes que se estabelecem em meio o tempo e o espaço da escola, na produção coletiva de um ambiente agradável. Distúrbios e Dificuldades de Aprendizagem: Educação especial. Conceituação teórica acerca dos distúrbios de aprendizagem. Intervenção e Avaliação Escolar. Psicopedagógica: A psicologia da aprendizagem. Distúrbios da aprendizagem. O tratamento psicopedagógico. Proposta Psicopedagógica com Jogo de Regras: Psicologia e Aprendizagem. Psicomotricidade. A ideia do trabalho com jogos. Fundamentos teóricos da dinâmica de grupo. A dinâmica grupal com a práxis criativa. Recursos técnicos em dinâmica de grupo. Assistência Psicopedagógica na Instituição: Psicanálise e educação: psicopedagogia aplicada à terapia. Introdução ao conceito de psicopedagogia aplicada à terapia. Interpretação psicopedagógica. O papel da escola junto ao aluno em atendimento pelo psicopedagogo. Atividade lúdica com recurso terapêutico. O trabalho do psicopedagogo na escola. Relação escola e psicopedagogo.

Sugestões Bibliográficas:

1. Associação Estadual de Psicopedagogia, São Paulo, ano 3, n.4.p.36 a 44, abr, 1984.
 2. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO. São Paulo; MEC/SEESP, 2007. AEE
 3. BOSSA, N.A e outros. Avaliação psicopedagógica da criança de zero a seis anos. RJ,vozes Ed.,1994. 2.
 4. BOSSA, N.A.A psicopedagogia no Brasil - Contribuições a partir da prática. Porto alegre, Artes
 5. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
 6. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
 7. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
 8. CAMPOS Lumardi, Luciana M. A rotulação de alunos como portadores de distúrbios de aprendizagem, uma questão a ser refletida. Idéias - os cotidianos do cotidiano escolar, São Paulo, vol.28, p.125-140, FDE 1997.
 9. COSTE, Jean-Claude. A psicomotricidade. Zahar Editora, RJ, 1981
 10. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005;
 11. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. R.J: Vozes, 2000.
 12. DUARTE M.,T. Sylvia. Crianças com distúrbios de aprendizagem ignorados por nós. Boletim da
 13. FREUD, S. Formulações sobre dois princípios do fundamento mental. 1911, RJ, Ed Imago,1980.
 14. GEARHEART, b.R.Laenseñanza em niños com trans tornos de aprendizaje. Buenos Aires, Argentina. Panamericana,1978. 5.
 15. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
 16. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
 17. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
 18. Lei de libras - lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002;
 19. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010- regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua brasileira de sinais - libras;
 20. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
 21. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar:fundamentosteóricometodológicos. Petrópolis, J: Vozes, 1994.
 22. Médicas,1994.
 23. MERY, J. Pedagogia Curativa escolar e psicanálise. Porto Alegre. Artes Médicas,1985.
 24. O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRAS DE SINAIS E LÍNGUA PORTUGUESA. Brasília; MEC/SEESP 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>
 25. PAIN, Sara. Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem, Porto Alegre, Artes Médicas,1986.
 26. Pessoa com Surdez. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf–
 27. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
 28. REGO,Teresa C. Vygotsky - uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, Rj, Ed. Vozes,1995.
 29. SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima; et. Al. ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDO: Caminhos para a Prática Pedagógica v 1 e v 2. Brasília MEC/SEESP, 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>
 30. SCOZ, Beatriz. Psicopedagogia e a realidade escolar, o problema escolar e de aprendizagem. Petrópolis,ed Vozes,1994.
 31. Subsídio para Atuação de Assistentes Sociais na Política da Educação –Conselho Federal de Serviço Social –Brasília: CFESS.–Coleção: A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR. Brasília;
 32. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
 33. UFCE/MEC, 2010. Fascículos 1e 4. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf
 34. VASCONCELLOS. Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
 35. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto alegre: Artes Médicas, 1998.
- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao cargo.

Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

TÉCNICO DESPORTIVO

Esporte e jogos na escola: competição, cooperação e transformação didático – pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor.Brincadeiras e estímulos.Práticas desportivas, modalidades e regulamentos. Fundamentos, regras equipamentos e instalações utilizadas nos esportes: atletismo, basquetebol, ginástica olímpica (artística), handebol, futebol e voleibol.Fisiologia do esforçoNoções de fisiologia e anatomia humana.Socorros de urgência.Efeitos fisiológicos dos exercícios, regulação hormonal durante o exercício, controle cardiovascular durante o exercício, termorregulação e relação entre atividade física e doenças cardiovasculares e respiratórias. Recreação, ginástica e dança. Aspectos sócio-culturais do esporte. As atividades físicas, o exercício e a saúde no contexto da educação física. As finalidades e os objetivos da educação física escolar.

Sugestão Bibliográfica:

1. <<http://www.luckesi.com.br/artigoseducacaoludicidade.htm>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

2. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brinquedos e Brincadeiras de Creches. Manual de Orientação Pedagógica. Brasília, DF: MEC/UNICEF, 2012.
 3. Código de Ética Profissional.
 4. LUCKESI, Cipriano Carlos. Brincar: o que é brincar? Disponível em: <http://www.luckesi.com.br/textos/ludicidade_bricar_01doc.htm>. Acesso em: 09 fev. 2016.
 5. LUCKESI, Cipriano Carlos. Ludicidade e atividades lúdicas - uma abordagem a partir da experiência interna. Nov. 2005. Disponível em:
 6. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física/Secretaria de Educação Fundamental. MEC/SEF, 1998.
- Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

TÉCNICO JUDICIÁRIO

DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição: Conceito. Classificação das Constituições. Evolução Constitucional do Brasil. Interpretação e caracterização das normas constitucionais. Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado: Características. Emenda à Constituição. Hierarquia das Normas Jurídicas. Princípio da Supremacia da Constituição. Revisão Constitucional. Controle de Constitucionalidade das Leis. Normas Constitucionais: Eficácia. Aplicabilidade. Interpretação. Integração. Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Princípios do Estado de Direito: legalidade, igualdade, controle judiciário. Garantias constitucionais: Conceito. Classificação. Mandado de Segurança. Direito de petição. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Direitos Políticos. Federação: Soberania e autonomia do Estado Federal. Repartição de competências. Intervenção Federal nos Estados e nos Municípios. Divisão de poderes. A unidade do Poder Estatal. Princípios e normas da Administração Pública. União. Competência. Estado-Membro; poder constituinte estadual: autonomia e limitações; Municípios: natureza jurídica, criação, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites; Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e alterações. **DIREITO CIVIL:** Fontes formais do direito positivo. Da Lei: Vigência e eficácia. Conflitos no tempo e no espaço. Hermenêutica e aplicação. Das Pessoas Naturais: Registro. Personalidade. Capacidade. Domicílio. Estado. Das Pessoas Jurídicas: Registro. Espécies. Classificação (direito público X direito privado). Personalidade Jurídica. Habilidade. Ratificação e convalidação. Prescrição e Decadência: Conceitos. Disposições Gerais. Efeitos. Causas suspensivas e interruptivas. Prazos. Das Obrigações: Definição. Elementos constitutivos. Fontes. Classificação. Modalidades. Liquidação. Solidariedade. Transmissão. Cláusula Penal. Extinção. Inexecução. Juros. Correção monetária. Mora. Pagamento. Objeto. Prova. Lugar e tempo. Do pagamento indevido por consignação e com sub-rogação. Dação em Pagamento. Compensação. Novação. Transação; Contratos: contratos em geral; disposições gerais; extinção; espécies de contratos regulados no Código Civil; Responsabilidade Civil; **DIREITO ADMINISTRATIVO:** Conceito. Objeto. Fontes. Princípios Constitucionais. Poderes da Administração. Deveres. O uso e o abuso do poder. Organização administrativa brasileira. Da Organização Administrativa: Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista. Entidades Paraestatais. Poderes administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, regulamentar, disciplinar e de polícia. Processo administrativo disciplinar. Do ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécie. Anulação e Revogação. Licitação e Contratos (Lei n. 8.666/93): Conceito. Normas Gerais. Objeto. Princípios. Modalidades. Procedimentos. Finalidades. Obrigatoriedade. Dispensa. Inexigibilidade. Pregão. Vedação. Revogação. Anulação. Sanções penais. Peculiaridades e Interpretação dos Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Serviços delegados (concessões, permissões e autorizações), convênios e consórcios. Parcerias público-privadas. Regime de Contratação Diferenciado. Os Agentes e Servidores Públicos: Regimes jurídicos dos Servidores Públicos. Direitos e deveres. Responsabilidades. Direitos dos Usuários. Aposentadoria. Atos de Pessoal. Processo Especial dos Crimes Praticados por Servidores Públicos. Controle da administração pública: Controle interno. Controle externo, inclusive a cargo do Tribunal de Contas. Controle jurisdicional. Sistema de Contencioso administrativo e Sistema de jurisdição una. Instrumentos do controle jurisdicional. Investidura. Domínio Público: Bens públicos. Administração, utilização e alienação de bens públicos. Imprescritibilidade, impenhorabilidade e não oneração de bens públicos. Aquisição de bens pela administração. Responsabilidade Civil da Administração. Poder de polícia. Desapropriação. Lei de Improbidade Administrativa. Lei de Transparência, Lei nº 12.846/2013. Crimes contra a Administração Pública. **DIREITO DO TRABALHO** Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 01 de maio de 1943. Relação de trabalho e relação de emprego. A figura jurídica do empregado e do empregador. Jornada de Trabalho: jornada legal e convencional; limitação da jornada. Formas de prorrogação. Trabalho extraordinário. Trabalho noturno. Repouso semanal remunerado. Jornadas especiais de trabalho: turnos ininterruptos de revezamento. Banco de horas. Férias: férias individuais e coletivas; Período aquisitivo e concessivo; Remuneração; Abono; Efeitos na rescisão contratual. Contrato de Trabalho: Natureza jurídica; Elementos essenciais; Duração; Alteração; Suspensão e Interrupção; Término do Contrato. **DIREITO TRIBUTÁRIO** Conceito. Conteúdo. Natureza. Autonomia. Fontes. Relação com o Direito Financeiro. Sistema Constitucional Tributário: Poder de tributar. Competência tributária. Capacidade tributária. Legislação tributária: vigência no tempo e no espaço. Aplicação. Hermenêutica tributária. Interpretação e integração de legislação tributária no Código Tributário Nacional. Norma Tributária: Incidência. Vigência. Aplicação. Interpretação. Tributos: Conceito. Natureza Jurídica. Classificação. Espécies. Princípios constitucionais do Direito Tributário: legalidade, Isonomia. Irretroatividade. Anualidade e anterioridade. Proibição de uso de tributo com efeito de confisco; Código Tributário Municipal (Lei Municipal nº 170/1983; Lei de Execuções Fiscais (Lei Federal nº 6.830/80; Lei Complementar ISS (Lei Complementar nº 116/2003); **DIREITO PROCESSUAL** Jurisdição: Conceito. Características. Poderes. Princípios. Espécies. Competência: Espécies. Modificações. Prevenção. Incompetência. Conflito de competência. Ação: Conceito. Natureza Jurídica; **PROCESSO CIVIL:** Novo Código de Processo Civil, assim como suas alterações; 1. Da jurisdição e da ação. 2. Da competência interna. 3. Dos sujeitos do processo: das partes e dos procuradores; do litisconsórcio; da intervenção de terceiros; da advocacia pública. 4. Dos atos processuais. 5. Da tutela provisória. 6. Da formação, suspensão e extinção do processo. 7. Do procedimento comum. 8. Do cumprimento da sentença. 9. Do processo de execução: da execução em geral; da execução por quantia certa; da execução contra a fazenda pública; dos embargos à execução; da suspensão e da extinção do processo de execução. 10. Dos recursos. 11. Dos Procedimentos especiais: mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, ação de improbidade administrativa.

Sugestões Bibliográficas:

1. BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro, Forense.
2. BARBI, Celso A. Do Mandato de Segurança.
3. BASTOS Celso R. Curso de Direito Constitucional.
4. BRASIL. Constituição da República Federativa Atualizada. Lei nº 8666/93 e suas alterações.
5. CALMON. Jose Joaquim. Comentários ao Código de Processo Civil.
6. CARRION, Valentin. CLT Comentada. Comentário à Consolidação das Leis do Trabalho, Saraiva. CÂMARA, Alexandre. Lições de Direito Processual Civil, Lumen Iuris.

7. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
 8. CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.
 9. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo; Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do T.S.T.
 10. Direito Municipal Brasileiro.
 11. FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo, Lumen Juris.
 12. Legislação Correlata de Direito Administrativo.
 13. Legislação Correlata de Direito Civil e Processo Civil.
 14. LEI DE REPONSABILIDADE FISCAL – Lei Complementar nº 101/2000.
 15. LEI ORGANICA DO MUNICIPIO.
 16. Licitação e Contrato Administrativo.
 17. MARIO, Caio. Direito Civil Brasileiro
 18. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro.
 19. MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, São Paulo, Malheiros; MORAIS, Alexandre. Direito Constitucional, Atlas, S Paulo; MOREIRA, Jose Carlos Barbosa. Processo Civil Brasileiro.
 20. NOVO CÓDIGO CIVIL
 21. RODRIGUES, Silvio. Direito Civil
 22. SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil.
 23. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo, Malheiros.
 24. Sumulas e Informativos do S.T.J. e S.T.F.
 25. THEODORIO, Jr. Curso de Direito Processual Civil.
 26. TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Editora Renovar.
 27. VENOSA, Silvio. Curso de Direito Civil.
- Legislação referente ao conteúdo sugerido.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

TERAPEUTA OCUPACIONAL

Fundamentos da Terapia Ocupacional. História da Terapia Ocupacional. Análise de Atividades. Avaliação em Terapia Ocupacional. Recursos Terapêuticos em Terapia Ocupacional. Desempenho Ocupacional. Tecnologia Assistiva. Terapia Ocupacional e Reabilitação Física: Neurologia, Traumatologia, Dermatologia, Reumatologia, Oncologia e cardiologia. Terapia Ocupacional em Saúde Mental. Terapia Ocupacional em contextos Sociais. Terapia Ocupacional Contextos Hospitalares. Terapia Ocupacional na saúde da criança. Terapia Ocupacional na saúde do idoso. Ética e Terapia; Terapia Ocupacional e Políticas Públicas. Terapia Ocupacional e atenção básica em saúde. Código de Ética Profissional. Sugestões Bibliográficas

1. CANIGLIA, M. Modelos Teóricos Utilizados na Prática da Terapia Ocupacional. Belo Horizonte: Expressa Artes Gráficas e Editora, 1993.
2. FREITAS, PP. Reabilitação da Mão. São Paulo: Atheneu, 2005.
3. GALVÃO; CAVALCANTI. Terapia Ocupacional: Fundamentação e Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
4. KENDALL, FP. Músculos: Provas e Funções. São Paulo: Manole, 2007.
5. SOARES, LBT. Terapia Ocupacional: Lógica do Capital ou do Trabalho? São Paulo: Hucitec, 1991.
6. TEIXEIRA, E. Terapia Ocupacional na Reabilitação Física. São Paulo: Roca, 2003.
7. TROMBLY, CA; RADOMSKI, MV. Terapia Ocupacional para Disfunções Físicas. São Paulo: Santos, 2005

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

VETERINÁRIO

Clinica medica e cirúrgica de animais, parasitologia, nutrição e sanidade. Práticas zootécnicas, ecologia, biologia, zoologia e clinica de animais silvestres. Noções de epidemiologia, vigilância sanitária e saúde pública. Execução, aplicações, e todo conteúdo relacionado às práticas de inseminação artificial. Conteúdos relativos a atividades fiscalização e inspeção de produtos de origem animal para a promoção da saúde pública.- Aspectos Gerais de Biossegurança, Epidemiologia e Análise de Risco.- Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de bovinos e bubalinos aplicadas ao Código Zoosanitário.- Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de aves aplicadas ao Código Zoosanitário.- Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de suínos aplicadas ao Código Zoosanitário.- Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de ovinos e caprinos aplicadas ao Código Zoosanitário.- Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de equinos aplicadas ao Código Zoosanitário.- Inspeção Sanitária e Industrial de produtos de Origem Animal.- Abate Humanitário e Bem Estar Animal.- Resíduos e Contaminantes: Microbiologia de Alimentos, Métodos Analíticos e Parâmetros de Qualidade - Microbiológica (Planos de Amostragem). Toxinfecções e Intoxicações Alimentares.- Tecnologia de Produtos de Origem Animal e Padrões de Identidade e Qualidade de Produtos.

LEGISLAÇÃO RIISPOA:

Sugestões Bibliográficas

1. BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Manual de Legislação: programas nacionais de saúde animal do Brasil/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Departamento de Saúde Animal. Brasília MAPA/SDA/DSA, 2009. Disponível em: www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/Manual%20de%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20de%20Sa%C3%9Ade%20Animal%20-%20low.pdf. Acessado em 16/10/2013.
2. BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Boletim Técnico: Biotecnologia Agropecuária. - Brasília. 2010. Disponível em www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/Qualidade%20dos%20alimentos/biotecnologia_F.pdf Acessado em 16/10/2013.
3. Código de Ética Profissional.
4. DECRETO nº 24.548, de 3 de julho de 1934-Aprova Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal.
5. DECRETO nº 27.932, de 28 de março de 1950-Aprova o regulamento para aplicação das medidas de defesa sanitária animal.
6. DECRETO nº 5.741, de 30 de março de 2006-Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei Nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.
7. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 17, de 08 de maio de 2008-Institui o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos -PNSE, no âmbito do

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

8. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 17, de 7 de abril de 2006-Aprova, no âmbito do Programa Nacional de Sanidade Avícola, o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle.

9. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 24, de 5 de abril de 2004-Aprova as Normas para o Controle e a Erradicação do Mormo.

10. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 27, de 20 de abril de 2004-Aprova o Plano de Contingência para Peste Suína Clássica, a ser observado em todo o Território Nacional, na forma do anexo a presente Instrução Normativa

11. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 44, de 23 de agosto 2001-Aprova as Normas Técnicas para o Controle e a Certificação de Núcleos e Estabelecimentos Avícolas para a Micoplasmose Aviária (*Mycoplasma gallisepticum*, *synoviae* e *melleagridis*).

12. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 45, de 15 de junho de 2004-Aprova as Normas para a Prevenção e o Controle da Anemia Infecciosa Equina - A.I.E.

13. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 47, de 18 de junho de 2004-Aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Sanidade Suídea - PNSS, na forma do anexo a esta Instrução Normativa.

14. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 49, de 15 de setembro de 2008-Estabelece as seguintes categorias de risco para a Encefalopatia Espongiforme Bovina -EEB: categoria I - países com risco insignificante para a EEB; categoria II - países com risco controlado para a EEB; categoria III - países com risco indeterminado ou não classificado para a EEB.

15. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 5, de 1º de março de 2002-Aprova as Normas Técnicas para o controle da raiva dos herbívoros domésticos.

16. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 56, de 4 de dezembro de 2007-Estabelece os Procedimentos para Registro, Fiscalização e Controle de Estabelecimentos Avícolas de Reprodução e Comerciais.

17. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 6, de 8 de janeiro de 2004-Aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal.

18. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 6, de 9 de março de 2004-Aprova as Normas para a Erradicação da Peste Suína Clássica (PSC) a serem observadas em todo o Território Nacional, na forma do anexo a presente Instrução Normativa.

19. Instrução Normativa nº 62, de 29 de dezembro de 2011-Regulamento Técnico de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Cru Refrigerado, Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Pasteurizado, e Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel.

20. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 7, de 17 de março de 2004-Proíbe a importação de ruminantes, seus produtos e subprodutos destinados a quaisquer fins, e de produtos para uso veterinário que contenham em sua composição insumos oriundos de ruminantes, quando originários ou procedentes de países que registraram casos autóctones de EEB, e de outros países considerados de risco pela Secretaria de Defesa Agropecuária.

21. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 78, de 3 de novembro de 2003-Aprova as Normas Técnicas para Controle e Certificação de Núcleos e Estabelecimentos Avícolas como livres de *Salmonella gallinarum* e de *Salmonella pullorum* e Livres ou Controlados para *Salmonella enteritidis* e para *Salmonella typhimurium*.

22. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 8, de 25 de março de 2004-Proíbe em todo o território nacional a produção, a comercialização e a utilização de produtos destinados à alimentação de ruminantes que contenham em sua composição proteínas e gorduras de origem animal.

23. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 8, de 3 de abril de 2007-Aprova as Normas para o Controle e a Erradicação da Doença de Aujeszky (DA) em suínos domésticos, a serem observadas em todo o território nacional.

24. INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA nº 18, de 15 de fevereiro de 2002-Aprova as Normas a serem adotadas, visando incrementar a vigilância epidemiológica para detecção de Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis - EET - em ruminantes.

25. INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA nº 32, de 13 de maio de 2002-Aprova as Normas Técnicas de Vigilância para doença de Newcastle e Influenza Aviária, e de controle e erradicação para a doença de Newcastle.

26. INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA nº 33, de 24 de agosto de 2007-Estabelece as condições para a vacinação de fêmeas bovinas contra brucelose, utilizando vacina não indutora da formação de anticorpos aglutinantes, amostra RB51.

27. ITAPEMA. LEI Nº 1125/95 DISPÕE SOBRE NORMAS DE SAÚDE EM VIGILÂNCIASANITÁRIA, ESTABELECE PENALIDADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

28. LEI nº 569, de 21 de dezembro de 1948-Estabelece medidas de defesa sanitária animal, e dá outras providências.

29. LEI nº 9.712, de 20 de novembro de 1998-Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária.

30. PORTARIA nº 11, de 26 de janeiro de 2004-Exclui o Estado de Santa Catarina da obrigatoriedade de vacinação das fêmeas bovinas e bubalinas contra a brucelose.

31. PORTARIA nº 147, de 14 de junho de 2006-Constitui o Comitê Técnico Consultivo, para auxiliar na elaboração de propostas técnicas que se referem à Influenza Aviária e Doença de Newcastle.

32. PORTARIA nº 193, de 19 de setembro de 1994-Institui o Programa Nacional de Sanidade Avícola no âmbito da SDA e cria o Comitê Consultivo do Programa de Sanidade Avícola.

33. PORTARIA nº 45, de 22 de março de 2007-Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Defesa Agropecuária, na forma do Anexo a presente Portaria

34. PORTARIA nº 516, de 9 de dezembro de 1997-Declara o Brasil livre de encefalopatia espongiforme bovina, de acordo com o que estabelece o artigo 3.2.13.2 do Código Zoossanitário Internacional.

35. PORTARIA Nº 542, de 16 de novembro de 1998-Dispõe sobre Normas de Higiene e Segurança Sanitária para Habilitação de Estabelecimentos Avícolas de Criação de Aves e Incubatórios Avícolas para Intercâmbio no MERCOSUL.

36. PORTARIA nº 70, de 03 de março de 1994-Regulamenta a obrigatoriedade de Comunicação da suspeita da Doença de Newcastle.

37. PORTARIA SDA nº168, de 27 de setembro de 2005-Aprova o Manual Técnico para o Controle da Raiva dos Herbívoros - Edição 2005.

38. Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal, aprovado pelo Decreto Nº 30.691, de 29.03.1952, que regulamentou a Lei Nº 1.283, de 18.12.1950, alterado pelo Decreto Nº 1.255, de 25.06.1962, alterado pelo Decreto Nº 1.236, de 02.09.1994, alterado pelo Decreto Nº 1.812, de 08.02.1996, alterado pelo Decreto Nº 2.244, de 04.06.1997, regulamentado pela Lei Nº 7.889, de 23.11.1989; Portaria MAPA Nº 711, de 01 de novembro de 1995; Portaria MAPA Nº 210, de 10 de novembro de 1998.

- Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

ANEXO V

REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Concurso Público 001/2016 do Município de Itapema-SC, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1 - () Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

() Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Nome da Criança: _____

Data de Nascimento da Criança: _____

a) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Requerente

ANEXOVI

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição nº _____ do Concurso Público 001/2016 do Município de Itapema - SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me enquadro nas condições de:

[] Doador de Sangue (apresentar comprovante das doações.)

[] Possuir Baixa renda, nos termos dos Decretos do Governo Federal nºs 6.135/2007 e 6.593/2008.

Meu Número de Identificação Social – NIS é: _____, atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal.

Declaro, sob as penas da lei, que estou hipossuficiente ou sou doador de sangue, juntando a presente todos os documentos descritos no item 5.1 e seus subitens, do referido edital onde requiero a isenção da taxa de inscrição.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2016.

(local e data)

Assinatura do Requerente

ANEXO VII
REQUERIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NA PROVA DE TÍTULOS - (preenchimento obrigatório)

Nome:
Número de Inscrição:
Cargo: (preencher com o nome do cargo conforme consta do edital e de seu comprovante de Inscrição)
Identidade número:
Endereço:
Telefone e email de contato:

O candidato acima identificado, vem requerer a Vossa Senhoria a participação na Prova de Títulos do Concurso Público da Prefeitura de Itapema, Edital 001/2016. Apresentando o seguinte certificado:

Título de pós graduação a nível de:
Em:
Com carga horária de: concluído em:

Data, ____ de ____ de ____

Assinatura do candidato

FÓRMULÁRIO DE AVALIAÇÃO - (Não preencher – uso exclusivo da banca avaliadora)

Recebido dentro do prazo conforme edital <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar)
Recebido através de sedex com AR <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar) na data de ____/____/____
Certificado Autenticado <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar)
Apresentou requerimento devidamente preenchido e assinado <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar)
Relacionado à área do cargo <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar)
Acompanhado de histórico escolar <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar)
Certificado emitido no exterior Tradução Oficial <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar) <input type="checkbox"/> não é o caso
Quando apresentado apenas certidão de conclusão: Constar: - Declaração de que o candidato concluiu todos os créditos <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar) - Foi aprovado sem ressalvas no trabalho de conclusão <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar) - Cumpriu todas as exigências do curso <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar) - Foi outorgado o título <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar) - Histórico escolar <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar) <input type="checkbox"/> não é o caso.
Pontuação: <input type="checkbox"/> especialização (0,50) <input type="checkbox"/> mestrado (0,75) <input type="checkbox"/> doutorado (1,00)

Será avaliado um único título de curso de pós-graduação. Nota máxima: 1,00.

Assinatura do Avaliador.

OBS.: Favor NÃO encaminhar qualquer outros documentos. Os documentos exigidos como requisitos do cargo, para nomeação. deverão ser apresentados unicamente quando da posse do candidato.

ANEXO VIII
REQUERIMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Tipo de Recurso:	
<input type="checkbox"/> 1 – Contra indeferimento de inscrição <input type="checkbox"/> 2 - Contra questão da prova ou gabarito preliminar <input type="checkbox"/> 3 – Contra a classificação preliminar <input type="checkbox"/> 4 – Outro: _____	
Nome do Candidato:	
N.º de Inscrição:	Cargo:
Identidade:	CPF:

N.º da Questão:

Data:

OBS.: Nos recursos contra o teor das questões ou gabarito preliminar, você deve preencher obrigatoriamente um formulário para cada questão.

Fundamentação e *Sugestões Bibliográficas:

Assinatura do Candidato

Só serão analisados os recursos entregues ao IOBV até às 18 horas do segundo dia útil subsequente à publicação do ato contra o qual se insurge o candidato.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 33, DE 23 DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 33, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO MOTO GRUPO TILO e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.384 de 17 de abril de 2007;

Decreta:

Art. 1º Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a ASSOCIAÇÃO MOTO GRUPO TILO, inscrita no CNPJ sob nº 22.769.763/0001-34, com sede na Rua Irmã Tabita, 225, Bairro Jardim Bela Vista, Itapiranga – SC.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

ITAPIRANGA – SC, 23 de março de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 31, DE 21 DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 31, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

Fixa preços públicos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com fundamento no § 2º do art. 1º, combinado com o art. 6º, ambos da Lei Municipal nº 2.575, de 6 de outubro de 2009:

Decreta:

Art. 1º Ficam aprovados os preços públicos a serem cobrados pelo uso dos espaços constantes na Tabela anexa a este Decreto.

Art. 2º Os valores constantes na Tabela são atualizados anualmente pela Unidade Fiscal do Município – UFM, na mesma data de atualização do índice.

Art. 3º Fica facultada a isenção do recolhimento dos preços relacionados na Tabela anexa, para eventos artísticos, culturais, educacionais, de assistência social, esportivos, religiosos ou médico-hospitalar, independente ou não da cobrança de ingressos, quando promovidos por:

I – órgãos da administração pública direta, indireta, do poder legislativo, do poder judiciário, do município e dos demais entes federados;

II – instituições sociais, sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública.

§1º Para fins de isenção, é necessário que a entidade requerente descreva o evento a ser realizado, suas características e o público que pretende atingir.

§2º Independente da isenção, as entidades previstas no inciso II deste artigo devem realizar o pagamento do preço de manutenção para utilização dos espaços, fixado em 30% do valor devido caso houvesse a cobrança.

Art. 4º Os eventos com finalidade de assistência social, cultural, educacional, esportiva, religiosa, quando não executadas pelas instituições citadas no inciso II do art. 3º, poderão ter isenção de 50% dos preços previstos na tabela integrante deste decreto.

Art. 5º Compete à Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto emitir as autorizações, realizar o processamento para cobrança prévia dos preços, bem como as demais atividades inerentes ao processamento das solicitações.

Art. 6º A utilização dos espaços do Complexo Oktober e dos Ginásio Municipais sujeita-se aos critérios da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, considerando o cumprimento dos requisitos, dos procedimentos estabelecidos, a conveniência e a exequibilidade,

podendo ser objeto de indeferimento o pedido de utilização, sem direito a qualquer espécie de indenização ao requerente.

Art. 7º Aquele que requerer a utilização do Complexo Oktober e dos Ginásio Municipais deverá:

I – realizar prévia vistoria, indicando eventuais danos preexistentes ou outras irregularidades no espaço;

II – responsabilizar-se pela conservação das dependências e instalações, pelo comportamentos dos particulares, pelas condições sanitárias, pela segurança, eximindo o Município de qualquer responsabilidade;

III – devolver o espaço logo após o seu uso, entregando-o com todos os materiais de patrimônio do Município em perfeito estado de conservação, sem danos ou outras características que possam diminuir seu valor;

IV – repor os bens danificados, sob pena de serem cobrados, acrescidos de multa entre 10 (dez) e 1000 (mil) Unidades Fiscais do Município – UFM.

§ 1º Os horários de início e término deverão constar no instrumento de autorização.

§ 2º O procedimento previsto neste artigo não se aplica a prática esportiva por horário.

Art. 8º Fica expressamente vedada:

I – a transferência da utilização dos espaços para terceiros;

II – a execução de acessões físicas;

III – a alteração, demolição, modificação e remoção de qualquer bem ou benfeitoria existente no local.

Art. 9º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto n. 188/2013.

Itapiranga – SC, 21 de março de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

TABELA INTEGRANTE DO DECRETO Nº 31, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

Ocupação dos espaços do complexo Oktober e Ginásios Municipais ¹			
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO POR HORA DE UTILIZAÇÃO (PRÁTICA ESPORTIVA)	PREÇO DA DIÁRIA POR DIA DE EVENTO	PREÇO DA DIÁRIA POR DIA DE OCUPAÇÃO PARA FINS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO (COM EXCEÇÃO DO DIA DO EVENTO)
Ocupação do Ginásio Oktober - pavilhão A	0,05 UFM	4 UFM	0,50 UFM
Ocupação do pavilhão B	-----	1 UFM	-----
Ocupação do pavilhão C	-----	2 UFM	0,25 UFM
Ocupação do Restaurante Oktober	-----	2 UFM	0,25 UFM
Ocupação do Centro múltiplo uso - Oktober	-----	1 UFM	0,25 UFM
Ocupação do Complexo jovem	-----	2 UFM	0,25 UFM
Ocupação do Ginásio Bela Vista	0,05 UFM	2 UFM	0,50 UFM
Ocupação do Ginásio Municipal	0,05 UFM	2 UFM	0,50 UFM
Ocupação Ginásio Gilberto Francisco Henkes	0,05 UFM	2 UFM	0,50 UFM
Ocupação dos espaços na localidade denominada "Barra do Macaco". ²			
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO POR DIA		
Utilização de mesas e churrasqueiras	0,02 UFM		
Utilização do espaço para Camping, utilizando as mesas e churrasqueiras.	0,04 UFM		

1 - Será considerado como diária o período igual ou superior à doze horas e como meia diária, as frações inferiores.

2 - Os preços estabelecidos para o uso da área de lazer localizada na Barra do Macaco deverão ser pagos diretamente ao concessionário que administra o local.

DECRETO Nº 32, DE 22 DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 32, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

Designa Comissão Especial para análise da documentação e julgamento das propostas referente o Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 47/2016, de 07/03/2016 da Prefeitura Municipal de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

D e c r e t a:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores JANETE FRANTZ, DIEGO ZAMPIVA e DIENIFER STRACK para, sob a presidência da primeira designada, compor a Comissão Especial de Análise e Julgamento na realização da abertura e apreciação do conteúdo dos envelopes "documentação"; bem como efetuar a abertura, apreciação e julgamento do conteúdo dos envelopes "proposta" referente o Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para compras e Serviços nº 47/2016, de 07/03/2016 da Prefeitura Municipal de Itapiranga, às 14h00min do dia 23/03/2016, conforme Edital.

Parágrafo único. As designações constantes no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Itapiranga – SC, 22 de março de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 52/2016, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de peças e mão de obra para conserto e manutenção do caminhão placa AIC-7752, à disposição da secretaria da Agricultura desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 07 de abril de 2016. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 21 de março de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2016 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao vigésimo terceiro dia do mês de março de 2016, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA e ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, nomeados pelo (a) Decreto nº 2438/2015, para conduzirem a Sessão Pública do Pregão Presencial nº 12/2016, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS, EM ÔNIBUS RODOVIÁRIOS NO TRAJETO ITAPOÁ-SC/JOINVILLE-SC/ ITAPOÁ-SC E ITAPOÁ-SC/GUARATUBA-PR/ITAPOÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA	ROGERIO MARQUES DA SILVA
VILA OESTE TUR LTDA ME	TIAGO JUNIOR MULINARI

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Classificação	Itens/Lotes	Valor Total
1º VILA OESTE TUR LTDA ME	Total	R\$ 308.340,00
2º TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA	Total	R\$ 343.080,00

Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi verificado que a empresa VILA OESTE TUR LTDA ME juntou o documento exigido no item 6.3.3.2 (comprovação de regularidade junto ao Departamento de transporte de passageiros do estado onde está localizada a sede da licitante) por meio de cópia simples, sem autenticação, ao ser consultado, o licitante informou

que a autenticidade do referido documento é verificada através do código QR que consta no mesmo. A Pregoeira e Equipe em consulta, através de um leitor de código QR, verificou a autenticidade do documento, sanando as dúvidas de todos os presentes, suprimindo assim a exigência editalícia, não havendo nada que desabone a habilitação da empresa neste quesito. Na sequência, verificou-se que a respectiva empresa apresentou os Atestados de Capacidade Técnica (item 6.3.3.4 do edital) em desconformidade com o exigido no edital, não cumprindo assim a finalidade comprobatória do mesmo, o qual intenciona a demonstração da aptidão da empresa para a prestação do serviço objeto da licitação. Conforme o edital, necessária é a demonstração das características, quantidade e prazos de atividades realizadas anteriormente, nos termos do artigo 30, inciso II e §1º da Lei 8.666/93, e conforme especificações do item 6.3.3.4.1 do edital. No mais, foi apontado pelo representante da empresa TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA a falta da relação dos veículos no documento apresentado em razão da exigência do item 6.3.3.3 (Registro na Agência Nacional de Transportes Terrestre) do edital, consultado o representante da empresa VILA OESTE TUR LTDA ME, manifestou-se informando que devido a uma nova resolução da ANTT, a relação dos veículos não acompanha mais o respectivo documento. Em diligência na internet, a Pregoeira e equipe de apoio puderam verificar que há sim, a possibilidade de verificar o Certificado de Registro na ANTT com a relação de frota habilitada (conforme documentos juntados aos autos), entretanto, tendo em vista que o edital não especifica a necessidade da relação da frota, entendeu suprida a exigência e demonstrado o registro da empresa na ANTT. Contudo, tendo em vista a ineficiência comprobatória dos Atestados de Capacidade Técnica, em obediência ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a empresa VILA OESTE TUR LTDA ME foi considerada INABILITADA para o certame. Na sequência foi aberto o envelope de documentação da segunda colocada, a empresa TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA, analisados os documentos a Pregoeira e Equipe de Apoio verificaram, semelhantemente à ocasião anterior, a autenticidade do documento exigido no item 6.3.3.2 (comprovação de regularidade junto ao Departamento de transporte de passageiros do estado onde está localizada a sede da licitante) por meio do código QR inserto no respectivo documento. No mais, finalizada a análise todos os documentos foram achados conforme. Deste feito, a Pregoeira achou por bem negociar um preço melhor com a empresa habilitada, a qual abaixou o preço de sua proposta, dando lance no valor de R\$ 343.080,00, verificando vencedora a seguinte empresa:

Empresas Vencedoras	Itens/Lotes	Valor Total
TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA	Total	R\$ 343.080,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representante da empresa VILA OESTE TUR LTDA ME manifestou interesse na interposição de recurso alegando que não concorda com sua inabilitação e que entende que os Atestados de Capacidade Técnica por ele apresentados são suficientes para atendimento da exigência editalícia, solicitando para constar que apresentou dois atestados. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe,

com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura. Cientes os licitantes do resultado supra mencionado, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo para interposição de recurso. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 23 de março de 2016.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ISABELA RAICIK DUTRA POHL Membro	JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro

Licitantes Presentes:

TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA ROGERIO MARQUES DA SILVA	VILA OESTE TUR LTDA ME TIAGO JUNIOR MULINARI
---	---

Presentes na Sessão:

ANA CLÁUDIA DE OLIVEIRA JACINTO
Secretária de Educação

CMDCA - ATA 07/2016

Ata: 007/2016

Reunião: Extraordinária

Data: 22/03/2016

Horário: 14h00

Local: Centro de Convivência

Aos vinte e dois dias do mês de março de 2016, no Centro de Convivência, situado na avenida das Nações Unidas número 349, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá, às 14h15 foi realizada a contagem dos presentes pela presidente interina do CMDCA, Sra. Cenita Schizzi Dani, havendo quórum. estando presente os(as) senhores(as) LINCOLN PAUL PRADAL - Adolescentes, ELISA GONZALEZ CORSO – OAB, ELAINE CRISTINA ALVES – APAE, ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA – SMAS, BRUNA DANIELE PIACENTINI – SMAS, CENITA SCHIZZI DANI – SME, SONIA MARIA MIRA FARIAS – SAF, ILZE TEREZINHA KAMINSKI BODDY – SMS, e ZILMA GOMES DA SILVA – SMS. A presidente interina, Sra. Cenita iniciou a assembleia apresentando a pauta alvo de convocação extraordinária, sendo: 1. Leitura dos ofícios recebidos. 2. Solicitação de chamamento da conselheira tutelar Daniele Correia da Silva. 3. Foi lido e discutido com o Plenário a proposta para regulamentação do horário de funcionamento do Conselho Tutelar de acordo com a lei e de acordo com a consulta realizada a SDH. DELIBEROU o plenário do conselho, de forma unânime, pela aprovação da proposta. Emita-se resolução. 4. A presidente Sra. Cenita explanou às Conselheiras Tutelares presentes que o objetivo do CMDCA é o estreitamento das relações que envolvem o CT do município. 5. Novamente foi feito o convite de participação para a Roda de Conversa do FIA promovida pela AMUNESC a ser realizada em 31/03/2016. A Conselheira Tutelar, Sra. Rosane Minatti questionou se o convite foi encaminhado ao CT. A conselheira Alessandra informou que o convite não foi feito anteriormente mas que não vê problemas na participação dos conselheiros tutelares. 6. A conselheira Elisa informou que a Lei Municipal 182/2008 está em desacordo com a Resolução 170 do CONANDA. A conselheira Elaine relata que a comissão está priorizando as ações de acordo com a urgência dos fatos, os quais são graves, que é necessário reestruturar o CT, reelaborar o Regimento Interno, que quando a alteração da lei for proposta, já deverá prever toda a estrutura de funcionamento do CT, que houve várias visitas da Comissão de Legislação na

sede do CT e várias reuniões para a regulamentação do CT. 7. A presidente Cenita informou que está analisando a adequação da sala utilizada atualmente pela secretaria de Pesca e Agricultura. 8. A comissão eleitoral informa que continua aguardando a reunião com a Promotora de Justiça em função da urgência para eleição dos Conselheiros Tutelares Suplentes. A conselheira Bruna informou que o CEDCA orientou que caso seja necessário, a promotoria elabore um TAC para agilizar a eleição. Não havendo mais nada a se tratar, a Presidente interina, Sra. Cenita Schizzi Dani encerrou a reunião às 15h33, marcando a data da próxima reunião ordinária para 30/03/2016. A Sra. Yolanda Gambarini justificou a ausência. Assinam a presente abaixo.

LINCOLN PAUL PRADAL
ELISA GONZALEZ CORSO
ELAINE CRISTINA ALVES
BRUNA DANIELE PIACENTINI
CENITA SCHIZZI DANI
SONIA MARIA MIRA FARIAS
ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA
ILZE TEREZINHA KAMINSKI BODDY
ZILMA GOMES DA SILVA

CMDCA CONVOCA CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE - DANIELE

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONVOCAÇÃO:

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA vem através deste convocar a Conselheira Tutelar Suplente, Sra. Daniele Correia da Silva, eleita por ocasião do pleito do dia 04/10/2015, oriundo do Edital nº. 022/2015 a assumir o Cargo de Conselheira Tutelar Titular deste município.

Cumprir informar que a mesma deverá apresentar-se ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Itapoá para fornecer a documentação necessária para contratação e que o início das atividades de Conselheira Tutelar será em 01 de abril de 2016.

Itapoá, 22 de março de 2016.

CENITA S. DANI

Presidente Interina do CMDCA

CONCURSO PÚBLICO: TERMO DE CONVOCAÇÃO 019 DO EDITAL Nº 050/2015
TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 019

Processo: Concurso Público – Edital nº 050/2015

Sérgio Ferreira de Aguiar – Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer(em) no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura, no prazo de 05 dias contados do recebimento da convocação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

CARGO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	CLASS.
Agente Administrativo I	Fernando Borges Rengel	420001993	03
Professor de Anos Iniciais 20hs	Thais Andressa Tome	440000832	16
Professor de Educação Infantil 30hs	Daiane Junkes Ayroso	440000474	27
Monitor de Laboratório de Informática	Jeong Hwa Zaduski	420000177	09
Técnico em Enfermagem	Israel Carlos Binga	420000085	12
Médico Clínico Geral 20hs	Daniele M. de Moraes Yoshitomi	430000724	04

Itapoá – SC, 23 de março de 2016
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 005/2016/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 005/2016/CMDCA

Regulamenta o horário de funcionamento da sede do Conselho Tutelar de Itapoá e carga horária de plantões dos conselheiros tutelares, conforme disposição legal e dá outras providências

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE ITAPOÁ, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 232/2004, Lei Municipal 175/2008, Lei Municipal 235/2009, pelo Regimento Interno aprovado e regularmente publicado em 10/12/2015 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Extraordinária, realizada no dia 22 de março de 2016,

CONSIDERANDO os documentos encaminhados pelo Conselho tutelar ao CMDCA e a Secretaria de Administração e Finanças, da escala de trabalho fixa em sede e plantão, dando conta que cada conselheiro trabalha apenas dois dias em sede, mais meio período em função de reunião de colegiado, totalizando assim “dois dias e meio de trabalho em sede”, requerendo por fim, pagamento a cada conselheiro de: a) 166 horas mensais a título de sobre aviso. b) 44 horas mensais a título de adicional noturno. c) Vales-transporte em quantidade de 40 por mês.

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 182/2008 alterada pela Lei Municipal nº 564/2015, em seu artigo 6º, determina que o Conselho Tutelar terá funcionamento diário, na sede do Conselho, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas. E em seu paragrafo 1º que fica instituído o regime de plantão, compreendido o expediente fora do horário estabelecido no caput, ou seja, sábados, domingos, feriados e período noturno.

CONSIDERANDO a Resolução 170 do CONANDA que em seu art. 19 estabelece que todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual.

CONSIDERANDO que o artigo 87 da Lei Municipal 44/2014 estabelece que a Lei poderá instituir sobreaviso aos ocupantes de cargos de médico ou odontólogo, lotados em unidades hospitalares ou de pronto atendimento, bem como aos demais servidores do quadro “permanente” cujos serviços sejam, costumeiramente, necessários fora do horário normal de trabalho e que as horas efetivamente trabalhadas durante o período de sobreaviso serão remuneradas com base na hora-padrão do servidor (§ 2º).

CONSIDERANDO que é essencial para que se caracterize o “estar de sobreaviso” que o empregado fique restrito a um local, sem permissão para sair e se locomover.

CONSIDERANDO que fica concedido aos conselheiros tutelares de Itapoá, titulares e em efetivo exercício da função, nos termos do artigo 5ºA, a título de vantagens: VII – vale-transporte, conforme estatuto dos servidores públicos municipais de Itapoá. VIII – adicional pela prestação de serviço extraordinário, exceto o horário cumprido no regime de plantão; X – adicional de sobreaviso, conforme estatuto dos servidores públicos municipais de Itapoá; XI – adicional noturno conforme estatuto dos servidores públicos municipais de Itapoá.

CONSIDERANDO que o Conselheiro Tutelar é Conselheiro 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, e que o Conselho Tutelar é um órgão COLEGIADO, que para funcionar adequadamente - e ter legitimidade em suas decisões - deve atuar em sua “composição PLENA”, ou seja, com seus 05 (cinco) integrantes atuando CONJUNTAMENTE (sem prejuízo de eventuais diligências realizadas por apenas alguns de seus integrantes e dos “plantões”, geralmente realizados por apenas um Conselheiro - que deverá, posteriormente, levar à “plenária” do Conselho os casos atendidos individualmente).

CONSIDERANDO que é absolutamente INADMISSÍVEL que o Conselho Tutelar funcione por “turnos”, com “revezamento” entre os Conselheiros, sendo que o horário de funcionamento do Conselho Tutelar deve ser cumprido por TODOS os Conselheiros, sem prejuízo dos plantões.

CONSIDERANDO que a Lei Municipal prevê carga horária semanal de 40 horas, NÃO DESOBRIGA os Conselheiros do cumprimento de "plantões", da realização das reuniões do colegiado (fora do horário normal de atendimento) para o debate dos casos e tomada das decisões (como órgão colegiado que é, as decisões do Conselho Tutelar devem ser tomadas a partir de reuniões entre seus 05 - CINCO - integrantes, por maioria de votos) e de outras atividades de PREVENÇÃO e PROTEÇÃO/DEFESA/ PROMOÇÃO DE DIREITOS que o próprio colegiado entenda relevantes.

CONSIDERANDO que o vale-transporte é benefício que o empregador antecipa ao trabalhador para sua utilização efetiva no deslocamento residência trabalho e vice-versa, em todas as formas de transporte coletivo público urbano, intermunicipal e interestadual com características semelhantes ao urbano, operado diretamente pelo poder público ou mediante delegação, em linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente.

CONSIDERANDO que empregado/servidor que se utiliza de veículo próprio para deslocamento ao trabalho não faz jus ao recebimento do vale-transporte, vez que o benefício em tela se destina apenas àqueles que se utilizam do transporte público para o deslocamento residência trabalho e vice-versa.

CONSIDERANDO que atualmente são disponibilizados três motoristas para atendimento ao Conselho Tutelar.

RESOLVE

REGULAMENTAR, conforme a legislação vigente, a escala de trabalho do Conselho Tutelar de Itapóá, normatizar entrega de dados e disponibilidade de motoristas, conforme abaixo:

ESCALA DA SEDE DO CONSELHO SEMANAL DAS 8H00 AS 12H00 E DAS 14H00 AS 18H00

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
TODOS	TODOS	TODOS	TODOS	TODOS

Nos horários de sede não há pagamento de hora plantão.

ESCALA DE PLANTÃO FINS DE SEMANA (das 18H00 AS 8h00)

Calendário para o Ano de 2016

MES ABRIL	DIA E HORA	CONSELHEIRO
DIA 01 a 04	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	TAIZA
DIA 08 a 11	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	ROSANE
DIA 15 a 18	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	CONSELHEIRO
DIA 22 a 24	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	MONICA
DIA 29 a 31	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	ERCILIA
MÊS MAIO	DIA E HORA	CONSELHEIRO
DIA 06 a 09	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	TAIZA
DIA 13 a 16	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	ROSANE
DIA 20 a 23	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	CONSELHEIRO
DIA 27 a 30	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	MONICA
MÊS JUNHO	DIA E HORA	CONSELHEIRO
DIA 03 a 06	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	ERCILIA
DIA 10 a 13	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	TAIZA
DIA 17 - 20	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	ROSANE
DIA 24 a 27	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	CONSELHEIRO
MÊS JULHO	DIA E HORA	CONSELHEIRO
DIA - 01 a 04	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	MONICA
DIA - 09 a 11	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	ERCILIA
DIA - 15 a 18	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	TAIZA
DIA - 22 a 25	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	ROSANE
MÊS AGOSTO	DIA E HORA	CONSELHEIRO
DIA 05 a 08	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	CONSELHEIRO
DIA 12 a 15	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	MONICA
DIA 9 - 22	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	ERCILIA
DIA 26 a 29	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	TAIZA
MÊS SETEMBRO	DIA E HORA	CONSELHEIRO
DIA 02 a 05	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	ROSANE
DIA 09 a 12	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	CONSELHEIRO
DIA 16 a 19	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	MONICA
DIA 23 a 26	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	ERCILIA
DIA 30 a 03	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	TAIZA

MÊS OUTUBRO	DIA E HORA	CONSELHEIRO
DIA 07 a 10	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	ROSANE
DIA 14 a 17	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	CONSELHEIRO
DIA 21 a 24	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	MONICA
DIA 28 a 31	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	ERCILIA
MÊS NOVEMBRO	DIA E HORA	CONSELHEIRO
DIA 04 a 07	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	TAIZA
DIA 11 a 14	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	ROSANE
DIA 18 a 21	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	CONSELHEIRO
DIA 25 a 28	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	MONICA
MÊS DEZEMBRO	DIA E HORA	CONSELHEIRO
DIA 02 a 05	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	ERCILIA
DIA 09 a 12	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	TAIZE
DIA 16 a 19	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	ROSANE
DIA 23 a 26	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	CONSELHEIRO
DIA 30 a 02	18H00 SEXTA AS 8H00 SEGUNDA	MONICA

ESCALA DE PLANTÃO SEMANAL

1ª SEMANA	SEG – TER	TER – QUA	QUA – QUI	QUI – SEX
CONSELHEIRO	ROSANE	MONICA	ERCILIA	TAIZA
2ª SEMANA	SEG – TER	TER – QUA	QUA – QUI	QUI – SEX
CONSELHEIRO	ERCILIA	CONSELHEIRO	MONICA	ROSANE
3ª SEMANA	SEG – TER	TER – QUA	QUA – QUI	QUI – SEX
CONSELHEIRO	TAIZA	ROSANE	CONSELHEIRO	MONICA
4ª SEMANA	SEG – TER	TER – QUA	QUA – QUI	QUI – SEX
CONSELHEIRO	CONSELHEIRO	TAIZA	ROSANE	ERCILIA
5ª SEMANA	SEG – TER	TER – QUA	QUA – QUI	QUI – SEX
CONSELHEIRO	ROSANE	MONICA	ERCILIA	TAIZA

Caso o mês tenha quatro semanas retorna a escala do início – da 4ª para 1ª semana

DO HORARIO DE ALMOÇO

Durante horário de funcionamento da sede não será realizado atendimento via telefone de plantão. O plantão realizado no intervalo para almoço (2 horas), será cumprido pelo conselheiro responsável pelo horário de plantão que se inicia as 18H00 daquele dia, sendo estas horas pagas como horas extras. O conselheiro designado para realização do plantão do horário almoço não deverá bater cartão ponto referente a saída para almoço, para registro do plantão. Sem prejuízo da anotação em caderno de diário.

DO CONTROLE DE JORNADA

O controle de jornada em sede será controlado por cartão ponto eletrônico, que será disponibilizado pela Secretaria de Administração e Finanças, e o relatório servirá de base para análise de presença. Todos os Conselheiros estarão obrigados ao regular registro de entrada/saída, nos períodos de manhã e tarde, sob pena de ser considerada falta seu não registro.

DAS HORAS EXTRAS E PLANTÃO

O Conselho Tutelar, através de seu colegiado, deverá entregar por escrito a Comissão de Legislação e Normas do CMDCA, relatório dos plantões realizados pelos respectivos conselheiros, do período compreendido entre o dia 1 a 30 do mês, até o dia 05 do mês subsequente, para que seja encaminhado, após análise, a Secretaria de Administração e Finanças para liberação ao RH.

Caso não sejam cumpridos os prazos acima determinados pelo colegiado do Conselho Tutelar, poderá ocasionar atraso no pagamento mensal, o que será considerado culpa exclusiva do colegiado do Conselho Tutelar.

DA CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE

Somente será fornecido vale-transporte para conselheiros que comprovem se utilizar do transporte público para o deslocamento residência trabalho e vice-versa. Caso de informação incorreta ou inconsistente, é passível de processo administrativo para apuração de falta grave.

DO PAGAMENTO DE SOBREAVISO

Tendo em vista que a escala já encontra-se determinada para o ano de 2016, não serão pagos valores a título de sobreaviso, somente horas extras.

DOS MOTORISTAS DO CONSELHO TUTELAR

Atualmente o Conselho Tutelar conta com três motoristas. Tendo em vista a regulamentação da escala anual, serão necessários apenas dois motoristas para trabalhar 12 x 24 horas, para cumprimento da carga horaria de trabalho.

Os plantões devem ser entregues na Sede do Conselho Tutelar, ficando vedado entrega ou recolhimento pelos motoristas, em outro local que não seja a sede do Conselho Tutelar.

Ficam os motoristas obrigados ao preenchimento do relatório de uso veículo, pormenorizadamente, constando todos os locais que este se dirigir, quando em diligências pelo Conselho Tutelar, que deverão ser encaminhados junto com o relatório da folha de pagamento até o dia

05 de cada mês a comissão de Legislação do CMDCA.

Esta resolução entra em vigor em 01 de abril de 2016.

Publique-se.

Itapoá, 22 de março de 2016.

CENITA S. DANI

Presidente do CMDCA

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 66/2016

PORTARIA Nº66, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

Concede Férias Ao Servidor Rafael Eduardo de Oliveira

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º Concede férias, no período de 1º de março de 2016 a 30 de março de 2016, ao servidor RAFAEL EDUARDO DE OLIVEIRA, matrícula 51064-01, investido no cargo de Diretor Legislativo, conforme disposto na Lei Complementar nº44/2014 nos artigos nº60 e seguintes.

Art. 2º Serão convertidas 1/3 das férias em pecúnia de acordo com ao artigo nº60, § 1º.

Art. 3º Tais férias referem-se ao período aquisitivo de 08/04/2015 à 08/04/2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 26 de fevereiro de 2016.

Daniel Silvano Weber

Presidente

PORTARIA Nº 67/2016

PORTARIA Nº67, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

Concede Licença Prêmio À Servidora Ana Paula Kogg Stephani

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º Fica concedida licença prêmio à servidora ANA PAULA KOGG STEPHANI, matrícula nº50857-01, de 30 dias, com início em 02 de março de 2016 e término em 31 de março de 2016, nos termos do § 1º, do artigo 106 da Lei Complementar Municipal nº44/2014, certidão expedida pelo Secretário Geral e requerimento formulado em 15 de fevereiro de 2016 e deferido pelo presidente cujo pagamento será efetuado no mês de março de 2016.

Art. 2º Tal licença refere-se ao período aquisitivo de 08/08/2008 a 08/08/2013.

Art. 3º Fica concedida conforme requerimento formulado em 15 de fevereiro de 2016 a conversão de 1/3 em pecúnia, da licença prêmio, a título de indenização com base no artigo 110, da LC nº44/2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 26 de fevereiro de 2016.

Daniel Silvano Weber

Presidente

PORTARIA Nº 68/2016

PORTARIA Nº68, DE 11 DE MARÇO DE 2016

Concede Férias À Servidora Patrícia Carneiro Braz Guerra de Souza

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º Concede férias, no período de 11 de março de 2016 a 09 de abril de 2016, à servidora PATRÍCIA CARNEIRO BRAZ GUERRA DE SOUZA, matrícula 50865-01, investida no cargo de Agente Legislativa, conforme disposto na Lei Complementar nº44/2014 nos artigos nº60 e seguintes.

Art. 2º Serão convertidas 1/3 das férias em pecúnia de acordo com ao artigo nº60, § 1º.

Art. 3º Tais férias referem-se ao período aquisitivo de 26/08/2013 à 26/08/2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 11 de março de 2016.

Daniel Silvano Weber

Presidente

Jacinto Machado**PREFEITURA****ERRATA - PR 004-2016 SAMAE - HIDROMETROS 2****ERRATA**

No Edital de Licitação do Pregão Presencial nº. 004/2016/SAMAE, Processo Licitatório nº. 008/2016/SAMAE:

1. No Anexo I – Especificações Técnicas, onde se lê:

Item	Quant.	Unidade	Especificação	Valor Unit.	Valor Total
01	950	UN	HIDRÔMETRO MULTIJATO 1/2" (DIÂMETRO NOMINAL); TRANSMISSÃO MAGNÉTICA DIRETA E RELOJOARIA EXTRA-SECA; VAZÃO MÁXIMA 3,0 M3/H; VAZÃO NOMINAL 1,5 M3/H; CLASSE METROLÓGICA B; CARÇA DE LIGA DE COBRE COM EXTREMIDADES ROSCADAS CONFORME NBR 8133; PINTURA DE RESINA EPÓXI ELETROSTÁTICA; MECANISMOS INTERNOS CONFECCIONADOS COM PLÁSTICOS DE ENGENHARIA, COM EIXOS DE AÇO INOX RETIFICADOS E MANCAIS DE SAFIRA SINTÉTICA; RELOJOARIA INCLINADA A 45 GRAUS COM GIRO LIVRE OU 360 GRAUS; COMPRIMENTO 165 MM; ACOMPANHADO DAS CONEXÕES.	70,00	66.500,00
02	50	UN	HIDRÔMETRO MULTIJATO 1/2" (DIÂMETRO NOMINAL); TRANSMISSÃO MAGNÉTICA DIRETA E RELOJOARIA EXTRA-SECA; VAZÃO MÁXIMA 1,5 M3/H; VAZÃO NOMINAL 0,75 M3/H; CLASSE METROLÓGICA B; CARÇA DE LIGA DE COBRE COM EXTREMIDADES ROSCADAS CONFORME NBR 8133; PINTURA DE RESINA EPÓXI ELETROSTÁTICA; MECANISMOS INTERNOS CONFECCIONADOS COM PLÁSTICOS DE ENGENHARIA, COM EIXOS DE AÇO INOX RETIFICADOS E MANCAIS DE SAFIRA SINTÉTICA; RELOJOARIA INCLINADA A 45 GRAUS COM GIRO LIVRE OU 360 GRAUS; COMPRIMENTO 110 MM; ACOMPANHADO DAS CONEXÕES.	60,00	3.000,00

Leia-se:

Item	Quant.	Unidade	Especificação	Valor Unit.	Valor Total
01	950	UN	HIDRÔMETRO MULTIJATO 1/2" (DIÂMETRO NOMINAL); TRANSMISSÃO MAGNÉTICA DIRETA E RELOJOARIA EXTRA-SECA; VAZÃO MÁXIMA 3,0 M3/H; VAZÃO NOMINAL 1,5 M3/H; CLASSE METROLÓGICA B; CARÇA DE LIGA DE COBRE COM EXTREMIDADES ROSCADAS CONFORME NBR 8133; PINTURA DE RESINA EPÓXI ELETROSTÁTICA; MECANISMOS INTERNOS CONFECCIONADOS COM PLÁSTICOS DE ENGENHARIA, COM EIXOS DE AÇO INOX RETIFICADOS E MANCAIS DE SAFIRA SINTÉTICA; RELOJOARIA INCLINADA A 45 GRAUS COM GIRO LIVRE OU 360 GRAUS; COMPRIMENTO 165 MM; ACOMPANHADO DAS CONEXÕES.	70,00	66.500,00
02	50	UN	HIDRÔMETRO UNIJATO 1/2" (DIÂMETRO NOMINAL); TRANSMISSÃO MAGNÉTICA DIRETA E RELOJOARIA EXTRA-SECA; VAZÃO MÁXIMA 1,5 M3/H; VAZÃO NOMINAL 0,75 M3/H; CLASSE METROLÓGICA B; CARÇA DE LIGA DE COBRE COM EXTREMIDADES ROSCADAS CONFORME NBR 8133; PINTURA DE RESINA EPÓXI ELETROSTÁTICA; MECANISMOS INTERNOS CONFECCIONADOS COM PLÁSTICOS DE ENGENHARIA, COM EIXOS DE AÇO INOX RETIFICADOS E MANCAIS DE SAFIRA SINTÉTICA; RELOJOARIA INCLINADA A 45 GRAUS COM GIRO LIVRE OU 360 GRAUS; COMPRIMENTO 115 MM; ACOMPANHADO DAS CONEXÕES.	60,00	3.000,00

Jacinto Machado/SC, 23 de Março de 2016.

AMILTON GHELLERE

Diretor do SAMAE de Jacinto Machado/SC

ANGELICA DOS SANTOS ANTONELI

Pregoeira

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.771/2016

D E C R E T O Nº 10.771/2016

Abre Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.199/2016, de 21 de março de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito especial, no valor de R\$ 185.175,99 (Cento e oitenta e cinco mil, cento e setenta e cinco reais e noventa e nove centavos), para inclusão de dotações orçamentárias no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.301.07551.686 - Aquisição de veículos, equipamentos e material permanente

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.01.110 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 99.999,99

15.01.10.305.07522.686 - Pagamento dos Servidores da Saúde - Vigilância

em Saúde - Vigilância Epidemiológica

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.01.109 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 85.176,00

TOTAL R\$ 185.175,99

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" do Fundo Municipal de Saúde (FMS), proveniente de recursos vinculados à Vigilância Saúde - Epidemiologia, no valor de R\$ 85.176,00 (Oitenta e cinco mil, cento e setenta e seis reais); e ao recurso Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - PAB - FNS, no valor de R\$ 99.999,99 (Noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de março de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 10.772/2016

D E C R E T O Nº 10.772/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.201/2016, de 21 de março de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 605.000,00 (Seiscentos e cinco mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes e Turismo (FME), a saber:

26 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

26.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

26.01.27.813.10004.004 - Manutenção de espaços nos bairros para convivência, atividades de esporte e lazer

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

26.01.25 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 330.000,00

26.01.27.813.10005.600 - Implantação de espaços nos bairros para convivência,

atividades de esporte e lazer

4.4.00 - INVESTIMENTOS

26.01.26 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 275.000,00

TOTAL R\$ 605.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes e Turismo (FME), a saber:

26 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

26.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

26.01.27.122.03014.008 - Pagamento dos servidores da Fundação Municipal de Esportes

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

26.01.17 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 605.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de março de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 10.773/2016

D E C R E T O Nº 10.773/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.202/2016, de 21 de março de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Defesa Civil (Sedef), a saber:

32 - SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL

32.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL

32.01.06.122.03002.600 - Manutenção das ações da Defesa Civil

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

32.01.232 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Defesa Civil (Sedef), a saber:

32 - SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL

32.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL

32.01.06.182.07012.606 - Atender emergências em operações especiais

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

32.01.307 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de março de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

FME - EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2016

PROCESSO: Dispensa de Licitação n.º 006/2016

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

LOCATÁRIA: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

LOCADORA: BEIRA RIO CLUBE DE CAMPO

OBJETO: O objetivo do presente contrato é a locação das seguintes dependências esportivas da LOCADORA, localizada na Rua Walter Breithaupt nº 85, Bairro Centro, no Município de Jaraguá do Sul-SC, compreendendo: Quadra do ginásio de esportes e dependências (vestiários e banheiros), no período de segunda a sexta-feira, das 13h30min as 18h. A presente locação destina-se ao treinamento das modalidades de Basquete Masculino, Voleibol Feminino e eventos esportivos da Fundação Municipal de Esportes e Turismo. A utilização das dependências esportivas se dará nos períodos e horários acima mencionados, em regime de exclusividade à Fundação Municipal de Esportes e Turismo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da locação será de 9 (nove) meses, compreendendo o período de 01/03/2016 com término em 30/11/2016, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, com fundamento na Lei Federal nº 8245/91. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE: A LOCATÁRIA pagará à LOCADORA mensalmente, a importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) totalizando o valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), que a LOCATÁRIA se compromete a pagar até 10 (dez) dias do mês vencido, mediante a apresentação de recibo pela LOCADORA. Em caso de prorrogação deste contrato e depois de decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, o preço poderá ser reajustado, estabelecendo-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, verificado o índice nos últimos 12 (doze) meses.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2016, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
27.811.1002.4.006.3.3.90	Suporte as modalidades de rendimento	3.3.90 – aplicações diretas	21	Próprios

DATA DA ASSINATURA: 21/03/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Jean Carlo Leutprecht e Cesar Luis Pradi

Jean Carlo Leutprecht

Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Turismo

FME - EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2016

PROCESSO: Dispensa de Licitação n.º 007/2016

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

LOCATÁRIA: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

LOCADORA: SESI – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

OBJETO: O objetivo do presente contrato é a locação das seguintes dependências esportivas da LOCADORA, localizada na Rua Walter Marquardt nº 835, bairro Barra do Rio Molha, no Município de Jaraguá do Sul-SC, compreendendo: Quadra do ginásio de esportes, no período de 2ª a 5ª feira, das 13h30min às 17 horas e 6ª feira, das 13h30min as 15h30min. A presente locação destina-se ao treinamento das modalidades de Voleibol Feminino, Handebol Feminino e Masculino e eventos esportivos da Fundação Municipal de Esportes e Turismo. A utilização das dependências esportivas se dará nos períodos e horários acima mencionados, em regime de exclusividade à Fundação Municipal de Esportes e Turismo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da locação será de 9 (nove) meses, compreendendo o período de 01/03/2016 com término em 30/11/2016, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, com fundamento na Lei Federal nº 8245/91. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE: A LOCATÁRIA pagará à LOCADORA mensalmente, a importância de R\$ 2.148,00 (dois mil cento e quarenta e oito reais) totalizando o valor de R\$ 19.332,00 (dezenove mil trezentos e trinta e dois reais), que a LOCATÁRIA se compromete a pagar até 10 (dez) dias do mês vencido, mediante a apresentação de recibo pela LOCADORA. Em caso de prorrogação deste contrato e depois de decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, o preço poderá ser reajustado, estabelecendo-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, verificado o índice nos últimos 12 (doze) meses.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2016, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
27.811.1002.4.006.3.3.90	Suporte as modalidades de rendimento	3.3.90 – aplicações diretas	21	Próprios

DATA DA ASSINATURA: 23/03/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Jean Carlo Leutprecht e Jefferson Galdino

Jean Carlo Leutprecht

Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Turismo

FME - RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2016 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2016
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CONTRATANTE/LOCATÁRIO: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

CONTRATADA/LOCADORA: BEIRA RIO CLUBE DE CAMPO

OBJETO: Locação das dependências esportivas do Beira Rio Clube de Campo, localizado na Rua Walter Breithaupt nº 85, bairro Centro, no Município de Jaraguá do Sul-SC, para o treinamento das modalidades de Basquete Masculino, Voleibol Feminino e eventos esportivos da Fundação Municipal de Esportes e Turismo, no período de 01/03/2016 à 30/11/2016 – 9 (nove) meses, compreendendo: Quadra do ginásio de esportes e dependências (vestiários e banheiros), no período de segunda a sexta-feira, das 13h30min às 18h.

PRAZO DA LOCAÇÃO: O prazo de execução da locação será de 9 (nove) meses, compreendendo o período de 01/03/2016 com término em 30/11/2016, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, com fundamento na Lei Federal 8.245/91. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: Mensal, a importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) totalizando o valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) que o CONTRATANTE se compromete a pagar até 10 (dez) dias do mês vencido, mediante a apresentação de recibo pela CONTRATADA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto desta Dispensa correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2016, como segue:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
26.01.27.811.1002.4.006.3.3.90	Suporte as modalidades de rendimento	3.3.90 – aplicações diretas	21	Próprios

Jaraguá do Sul (SC), 21 de março de 2016.

Jean Carlo Leutprecht

Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Turismo

FME - RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2016 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2016
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CONTRATANTE/LOCATÁRIO: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

CONTRATADA/LOCADORA: SESI – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

OBJETO: Locação das dependências esportivas do SESI – Serviço Social da Indústria, localizado na Rua Walter Marquardt nº 835, bairro Barra do Rio Molha, no Município de Jaraguá do Sul-SC, para o treinamento das modalidades de Voleibol Feminino, Handebol Feminino e Masculino e eventos esportivos da Fundação Municipal de Esportes e Turismo, no período de 01/03/2016 à 30/11/2016 – 9 (nove) meses, compreendendo: Quadra do ginásio de esportes, no período de 2ª a 5ª feira, das 13h30min às 17 horas e 6ª feira, das 13h30min às 15h30min.

PRAZO DA LOCAÇÃO: O prazo de execução da locação será de 9 (nove) meses, compreendendo o período de 01/03/2016 com término em 30/11/2016, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, com fundamento na Lei Federal 8.245/91. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: Mensal, a importância de R\$ 19.332,00 (dezenove mil trezentos e trinta e dois reais) que o CONTRATANTE se compromete a pagar até 10 (dez) dias do mês vencido, mediante a apresentação de recibo pela CONTRATADA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto desta Dispensa correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2016, como segue:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
27.811.1002.4.006.3.3.90	Suporte as modalidades de rendimento	3.3.90 – aplicações diretas	21	Próprios

Jaraguá do Sul (SC), 23 de março de 2016.

Jean Carlo Leutprecht

Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Turismo

LEI Nº 7.199/2016

LEI Nº 7.199/2016

Autoriza a Abertura e Reforço de Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, mediante Decreto, no valor de R\$ 185.175,99 (Cento e oitenta e cinco mil, cento e setenta e cinco reais e noventa e nove centavos), para inclusão de dotações orçamentárias no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

- 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- 15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- 15.01.10.301.07551.686 - Aquisição de veículos, equipamentos e material permanente
- 4.4.00 - INVESTIMENTOS
- 15.01.110 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 99.999,99
- 15.01.10.305.07522.686 - Pagamento dos Servidores da Saúde - Vigilância em Saúde - Vigilância Epidemiológica
- 3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
- 15.01.109 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 85.176,00
- TOTAL R\$ 185.175,99

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta do "Excesso de Arrecadação" do Fundo Municipal de Saúde (FMS), proveniente de recursos vinculados à Vigilância Saúde - Epidemiologia, no valor de R\$ 85.176,00 (Oitenta e cinco mil, cento e setenta e seis reais); e ao recurso Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - PAB - FNS, no valor de R\$ 99.999,99 (Noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Art.3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, mediante Decreto, crédito adicional destinado ao reforço do crédito especial de que trata a presente Lei, com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de março de 2016.
DIETER JANSSEN ADEMAR POSSAMAI
Prefeito Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7.200/2016

LEI Nº 7.200/2016

Aprova as Alterações do Anexo Formulário 1 - Identificação de Programa e do Anexo de Programas Finalísticos do Plano Plurianual 2014/2017, Instituído pela Lei Municipal Nº 6.785/2013, de 05/12/2013, e Alterações.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Ficam alterados, no Anexo Formulário 1 - Identificação de Programa, do Plano Plurianual 2014/2017, instituído pela Lei Municipal Nº 6.785/2013, de 05/12/2013, e alterações, os valores totais dos Programas 0752 - Vigilância em Saúde; e 0755 - Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, conforme descrito em anexo na presente Lei.

Art.2º Ficam alterados, no Anexo de Programas Finalísticos, do Plano Plurianual 2014/2017, instituído pela Lei Municipal Nº 6.785/2013, de 05/12/2013, e alterações, os valores totais dos

Programas 0752 - Vigilância em Saúde; e 0755 - Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, conforme descrito em anexo na presente Lei.

Art.3º Ficam acrescidas, ao Anexo de Programas Finalísticos, do Plano Plurianual 2014/2017, instituído pela Lei Municipal Nº 6.785/2013, de 05/12/2013, e alterações, ações pertinentes aos Programas 0752 - Vigilância em Saúde; e 0755 - Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, conforme descrito em anexo na presente Lei.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de março de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

ADEMAR POSSAMAI
Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7.201/2016

LEI Nº 7.201/2016

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 605.000,00 (Seiscentos e cinco mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes e Turismo (FME), a saber:

- 26 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO
- 26.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO
- 26.01.27.813.10004.004 - Manutenção de espaços nos bairros para convivência, atividades de esporte e lazer
- 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 26.01.25 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 330.000,00
- 26.01.27.813.10005.600 - Implantação de espaços nos bairros para convivência, atividades de esporte e lazer
- 4.4.00 - INVESTIMENTOS
- 26.01.26 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 275.000,00
- TOTAL R\$ 605.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes e Turismo (FME), a saber:

- 26 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO
- 26.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO
- 26.01.27.122.03014.008 - Pagamento dos servidores da Fundação Municipal de Esportes
- 3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
- 26.01.17 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 605.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de março de 2016.
DIETER JANSSEN ADEMAR POSSAMAI
Prefeito Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7.202/2016

LEI Nº 7.202/2016

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Defesa Civil (Sedef), a saber:

32 - SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL

32.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL

32.01.06.122.03002.600 - Manutenção das ações da Defesa Civil

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

32.01.232 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Defesa Civil (Sedef), a saber:

32 - SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL

32.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL

32.01.06.182.07012.606 - Atender emergências em operações especiais

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

32.01.307 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de março de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7.203/2016

LEI Nº 7.203/2016

Dispõe Sobre o Tempo de Espera para Atendimento ao Público nas Agências dos Correios, no Município de Jaraguá do Sul/SC.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Ficam as agências da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), estabelecidas no Município de Jaraguá do Sul, obrigadas a colocar à disposição dos usuários pessoal suficiente no Setor de atendimentos, para que a prestação de serviço seja efetivado em tempo razoável e de acordo com as disposições que regem uma eficaz e digna prestação de serviço estipulado no Código de Defesa do Consumidor.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, entende-se como tempo razoável para atendimento, no máximo, em até 20 (vinte) minutos nos dias de movimento normal, e nos dias de movimento intenso, em até 40 (quarenta) minutos:

I - consideram-se como dias de movimento intenso os dias de 05 (cinco) a 15 (quinze) de cada mês;

II - caso o dia 15 (quinze) seja feriado, considera-se o próximo dia útil, para efeito desta Lei.

Art.2º Para comprovação do tempo de espera os usuários apresentarão o bilhete da senha de atendimento, onde constará, impresso, mecanicamente, o horário de recebimento da senha e o horário de atendimento do cliente.

Parágrafo único. As agências da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) que ainda não fazem uso deste sistema de atendimento, com senhas, ficam obrigadas a fazê-lo no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei.

Art.3º Ficam obrigadas as agências da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), estabelecidas no Município de Jaraguá do Sul, a disponibilizar assentos nos atendimentos diversos e nas filas de atendimentos nos caixas, em quantidade suficiente para atender a demanda de usuários.

Art.4º As agências da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) localizadas no Município devem estabelecer, em suas dependências, alternativas técnicas, físicas ou especiais, que garantam:

I - atendimento prioritário para pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, temporária ou definitiva, idosos (com idade igual ou superior a sessenta anos), gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo, mediante:

a) garantia de lugar privilegiado em filas;

b) distribuição de senhas com numeração adequada ao atendimento preferencial ou com fila preferencial;

c) guichê de caixa para atendimento exclusivo; ou

d) implantação de outro serviço de atendimento personalizado.

II - acessibilidade aos guichês de caixa e aos terminais de auto-atendimento, bem como facilidade de circulação para as pessoas referidas no inciso I.

Art.5º As agências da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) deverão disponibilizar um aparelho telefônico, habilitado, em lugar visível, para que os usuários que se sentirem prejudicados possam efetuar reclamação junto ao Órgão Municipal de Defesa do Consumidor.

Parágrafo único. No local onde estiver o telefone de que trata este artigo deverá ser colocado um aviso, de forma destacada e legível, explicando que o mesmo ali está em obediência à esta Lei, juntamente com um exemplar do Código de Defesa do Consumidor atualizado.

Art.6º O descumprimento do disposto nesta Lei acarretará ao infrator as seguintes sanções administrativas:

I - advertência em relação à primeira infração;

II - multa de 35 (trinta e cinco) UPMs (Unidades Padrão Municipal), por ocasião da segunda infração;

III - multa de 70 (setenta) UPMs (Unidades Padrão Municipal), quando houver a terceira;

IV - por ocasião da quarta infração, incidirá multa diária de 50 (cinquenta) UPMs (Unidades Padrão Municipal), até que se comprove a regularização do ato infrativo;

V - após o decurso do prazo máximo de 30 (trinta) dias de multa diária sem regularização, caberá a aplicação da suspensão da atividade até a efetiva comprovação da regularização da(s) irregularidade(s) apontada(s), perante a autoridade competente.

Parágrafo único. As penalidades pecuniárias serão recolhidas na conta-corrente de titularidade do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos (FMDD).

Art.7º Ao Procon Municipal ficam atribuídos os procedimentos administrativos de que trata esta Lei, os quais serão aplicados quando da denúncia comprovada de usuário das agências da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) e entidade da sociedade civil legalmente constituída.

Parágrafo único. O Procon Municipal detém competência para fiscalizar e aplicar as penalidades previstas nesta Lei, para tanto, valer-se-á da sua própria estrutura administrativa.

Art.8º As agências da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) terão o prazo de 10 (dez) dias para apresentar impugnação ao Procon, formalizada por escrito e instruída com os documentos em que se fundamentar, contados da data em que for recebida a notificação.

Art.9º A notificação será expedida pelo Procon e conterà, obrigatoriamente:

I - a qualificação do notificado;

II - a descrição do fato, apontando a disposição legal infringida e a penalidade aplicável;

III - a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la no prazo designado ou para impugná-la no prazo legal, querendo;

IV - o local, a data e a hora da lavratura;

V - a assinatura do chefe do órgão expedidor ou de outro servidor autorizado e a indicação de seu cargo ou função e o número de matrícula.

Art.10. A autoridade preparadora determinará que seja informado, no processo, se o infrator é reincidente, se essa circunstância não tiver sido declarada na formalização da exigência.

Art.11. A impugnação mencionará:

I - a autoridade julgadora a quem é dirigida;

II - a qualificação do impugnante;

III - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta, os pontos de discordância e as razões e provas que possuir;

IV - as diligências que o impugnante pretenda sejam efetuadas, expostos os motivos que as justifiquem;

V - se a matéria impugnada foi submetida à apreciação judicial, devendo ser juntada cópia da petição.

§1º Considerar-se-á não formulado o pedido de diligência que deixar de atender aos requisitos previstos no inciso IV, deste artigo.

§2º É defeso ao impugnante ou a seu representante legal empregar expressões injuriosas nos escritos apresentados no processo, cabendo ao julgador, de ofício ou a requerimento do ofendido, mandar riscá-las.

§3º Quando o impugnante alegar direito municipal, estadual ou estrangeiro, provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o determinar o julgador.

§4º A prova documental será apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual, a menos que:

a) fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna, por motivo de força maior;

b) refira-se a fato ou a direito superveniente;

c) destine-se a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos.

§5º A juntada de documentos após a impugnação deverá ser requerida à autoridade julgadora, mediante petição em que se demonstre, com fundamentos, a ocorrência de uma das condições previstas nas alíneas do parágrafo anterior.

§6º Caso já tenha sido proferida a decisão, os documentos apresentados permanecerão nos autos para, se for interposto recurso, serem apreciados pela autoridade julgadora de segunda instância.

Art.12. Considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante.

Art.13. A autoridade julgadora de primeira instância determinará, de ofício ou a requerimento do impugnante, a realização de diligências quando entendê-las necessárias, indeferindo as que considerarem prescindíveis ou impraticáveis.

Art.14. Na apreciação da prova, a autoridade julgadora formará livremente sua convicção, podendo determinar as diligências que entender necessárias.

Art.15. Não sendo cumprida nem impugnada a exigência, a autoridade preparadora declarará a revelia, aplicando as penas descritas no artigo 6º.

Art.16. O julgamento do processo administrativo compete:

I - em primeira instância, ao Procon, mediante decisão monocrática;

II - em segunda instância, pela Procuradoria-Geral do Município, ou outra que a suceder.

Art.17. A decisão conterà relatório resumido do processo, fundamentos legais, conclusão e ordem de intimação, devendo referir-se, expressamente, a todas as notificações objeto do processo, bem como às razões de defesa suscitadas pelo impugnante contra todas as exigências.

Art.18. Da decisão de primeira instância caberá recurso, total ou parcial, com efeito suspensivo, que deverá ser apresentado dentro dos 10 (dez) dias seguintes à ciência da decisão.

Parágrafo único. O recurso será dirigido à Procuradoria-Geral do Município, porém sua interposição ocorrerá junto ao Procon, que providenciará o seu devido encaminhamento à instância superior.

Art.19. O Procon dará ciência à agência da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) da decisão de segunda instância, da qual não caberá mais recurso administrativo, intimando-a, quando for o caso, a cumpri-la, na forma do artigo 23.

Art.20. O recurso não será conhecido quando interposto:

I - fora do prazo;

II - por quem não seja legitimado;

III - após esaurida a esfera administrativa.

Parágrafo único. O não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

Art.21. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

Art.22. São definitivas as decisões:

I - de primeira instância, esgotado o prazo para recurso sem que este tenha sido interposto;

II - de segunda instância, quando decorrido o prazo sem sua interposição.

Art.23. A decisão definitiva contrária às agências da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) será cumprida no prazo de 05 (cinco) dias, aplicando-se, no caso de descumprimento, o disposto no artigo 6º.

Art.24. O Chefe do Poder Executivo expedirá, se necessário, Decreto regulamentador da presente Lei.

Art.25. Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de março de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 167/2016

PORTARIANº 167/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 280/2016/Issem, de 10/03/2016, do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem);

RESOLVE :

Art.1º CEDER, a partir de 14/03/2016, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, ao INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (ISSEM), nos termos do inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, por 40 (quarenta) horas semanais, REIMUNDO BRASIL RIBEIRO DOS SANTOS, servidor público municipal efetivo e estável, matrícula 7737, Contador, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, com ônus para a Autarquia.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/03/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de março de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 168/2016

PORTARIANº 168/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 120/2012, de 23 de março de 2012; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 6633/2016;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, a partir de 1º/04/2016, de 40 horas semanais para 20 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal TATIANA HELENA BRAUN JOAQUIM, ocupante do cargo efetivo de FARMACEUTICA, lotada na Secretaria Municipal

da Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de março de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 169/2016

PORTARIANº 169/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1783/2015/Issem, de 09/12/2015, do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem);

RESOLVE :

Art.1º CEDER ao INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (ISSEM), nos termos do artigo 4º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, por 40 (quarenta) horas semanais, ANA PAULA TOMASELLI BAADE KUBOYAMA, servidora pública municipal efetiva e estável, matrícula 367-2, Escriturária, lotada no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), no período de 30 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, com ônus para a Autarquia.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/11/2015.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de março de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 170/2016

PORTARIANº 170/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no §1º, do artigo 127, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 7734/2016;

RESOLVE :

Art.1º REVOGAR, a partir de 31/03/2016, a Portaria Nº 617/2014, de 02/04/2014, que concedeu a LICENÇA, sem remuneração, à servidora pública municipal SCHIRLEY SANDRA WOLF DE SOUZA, lotada na Secretaria Municipal da Administração.

Art.2º Em consequência, fica referida servidora reconduzida às suas funções.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/03/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de março de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 171/2016

PORTARIANº 171/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no §1º, do artigo 127, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 7647/2016;

RESOLVE :

Art.1º REVOGAR, a partir de 21/03/2016, a Portaria Nº 485/2015, de 08/04/2015, que prorrogou a LICENÇA, sem remuneração, da servidora pública municipal EDILENE ALBUS, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art.2º Em consequência, fica referida servidora reconduzida às suas funções.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/03/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de março de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 172/2016

PORTARIANº 172/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 245/2016/Cogem, de 18/03/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º REVOGAR, a partir de 21/03/2016, a Portaria Nº 659/2015, de 19/05/2015, que suspendeu os efeitos da Portaria Nº 357/2014, de 06/03/2014.

Art.2º PRORROGAR, a partir de 21/03/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 004/2014, instaurado pela Portaria Nº 357/2014, de 06/03/2014.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/03/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de março de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 173/2016

PORTARIANº 173/2016 _

Designa Defensor Dativo no Processo Administrativo Disciplinar Nº 004/2014.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a Lei Municipal Nº 7.079/2015, de 17/07/2015;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 1026/2015, de 13/08/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 245/2016/Cogem, de 18/03/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR "ad hoc" a servidora pública municipal MORGANA VICENTIN FELIPPI, matrícula 9238-0, servidora pública municipal efetiva e estável, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, em Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para acompanhar o Processo Administrativo Disciplinar Nº 004/2014, instaurado pela Portaria Nº 357/2014, de 06/03/2014, a que responde Rosália Correia Mineiro e apresentar a respectiva defesa escrita, a fim de garantir à acusada a ampla defesa e o contraditório. Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/03/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de março de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

SAMAE - PORTARIA Nº. – 066/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 066/2016

Instaura Processo Administrativo em face de Jonathan da Maia Kreis.

Publicada na forma do artigo 91, §1º, da LOM.

SAMAE - PORTARIA Nº. – 067/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº. – 067/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014,e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença Prêmio, período de 13/03/2011 a 10/03/2016, RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, Licença Prêmio ao servidor público municipal, ORLANDO DOS SANTOS, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 270, na seguinte forma:

I. 1/3 (um terço) convertido em Abono Pecuniário pago na folha de pagamento 03/2016;

II. 60 (Sessenta) dias a serem gozados oportunamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de março de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº. – 068/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 068/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 154/2014 de 03/11/2014, e

Art. 1º RE-RATIFICAR a Portaria SAMAEJSU Nº 051/2016 de 02/03/2016, onde se lê " Lei Municipal 003/1993", leia-se Lei Municipal 154/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/03/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de março de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº. – 069/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 069/2016

Designa Comissão Especial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 154/2014 de 03/11/2014,

CONSIDERANDO o memorando 134/2016,

CONSIDERANDO a Lei Nº 5191/2009,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, os servidores VIVIANE VERBINENN BAITTINGER, TAHIANA SPIEKER, JEFERSON DE GASPER, GIOVANI MARCIAL FRANCO DA SILVA e VILCIONEI ROQUE PASQUALI para, sob a presidência do primeiro, comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE ACORDOS EXTRAJUDICIAIS.

Art. 2º A Comissão terá a incumbência de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAE diante dos fatos apresentados, levantando, quando for o caso, o valor dos danos materiais causados à terceiros pela Autarquia, para fins de ressarcimento.

Art. 3º O prazo de vigência desta Comissão Especial será de 90 (Noventa) dias a contar a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 4º Os servidores designados para comporem a referida comissão farão jus a uma gratificação, conforme estabelece a Lei Municipal nº 3.826/2005 de 27 de maio de 2005, vedada sua percepção de gratificação de forma cumulada.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de Março de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº. – 070/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 070/2016

Designa Comissão Especial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 154/2014 de 03/11/2014,

CONSIDERANDO o memorando 135/2016,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Processo de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAE diante do fato apresentado pela senhora Lianmar Ferreira e, se necessário, levantar o valor ao ressarcimento dos danos materiais.

Art. 2º A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 069/2016 de 18/03/2016, cujo prazo para conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, para elaborar o Laudo de Avaliação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Março de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº. – 071/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 071/2016

Designa Comissão Especial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 154/2014 de 03/11/2014,

CONSIDERANDO o memorando 136/2016,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Processo de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAE diante do fato apresentado pela senhora Raimundo Walter Schwartz e, se necessário, levantar o valor ao ressarcimento dos danos materiais.

Art. 2º A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 069/2016 de 18/03/2016, cujo prazo para conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, para elaborar o Laudo de Avaliação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Março de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº. – 072/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 072/2016

Designa Comissão Especial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 154/2014 de 03/11/2014,

CONSIDERANDO o memorando 137/2016,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Processo de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAE diante do fato apresentado pela senhora Ruth Reese Vogel e, se necessário, levantar o valor ao ressarcimento dos danos materiais.

Art.2º A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 069/2016 de 18/03/2016, cujo prazo para conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, para elaborar o Laudo de Avaliação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Março de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº. – 073/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 073/2016

Designa Comissão Especial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 154/2014 de 03/11/2014,

CONSIDERANDO o memorando 138/2016,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Processo de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAE diante do fato apresentado pela senhora Welligton Fernandes dos Santos e, se necessário, levantar o valor ao ressarcimento dos danos materiais.

Art.2º A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 069/2016 de 18/03/2016, cujo prazo para conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, para elaborar o Laudo de Avaliação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Março de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº. – 074/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 074/2016

Designa Comissão Especial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 154/2014 de 03/11/2014,

CONSIDERANDO o memorando 139/2016,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Processo de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAE diante do fato apresentado pela senhora Fernanda Christina Tomelin e, se necessário, levantar o valor ao ressarcimento dos danos materiais.

Art.2º A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 069/2016 de 18/03/2016, cujo prazo para conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, para elaborar o Laudo de Avaliação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Março de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº. – 075/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 075/2016

Designa Comissão Especial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 154/2014 de 03/11/2014,

CONSIDERANDO o memorando 147/2016,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Processo de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAE diante do fato apresentado pela senhora Aliberto Maas e, se necessário, levantar o valor ao ressarcimento dos danos materiais.

Art.2º A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 069/2016 de 18/03/2016, cujo prazo para conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, para elaborar o Laudo de Avaliação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de Março de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº. – 076/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 076/2016

Designa Comissão Especial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 154/2014 de 03/11/2014,

CONSIDERANDO o memorando 144/2016,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Processo de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAE diante do fato apresentado pela senhora Antônio Moreira e, se necessário, levantar o valor ao ressarcimento dos danos materiais.

Art.2º A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 069/2016 de 18/03/2016, cujo prazo para conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, para elaborar o Laudo de Avaliação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de Março de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº. – 077/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 077/2016

Designa Comissão Especial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 154/2014 de 03/11/2014,

CONSIDERANDO o memorando 145/2016,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Processo de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAE diante do fato apresentado pela senhora Amarildo Gonçalves e, se necessário, levantar o valor ao ressarcimento dos danos materiais.

Art.2º A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 069/2016 de 18/03/2016, cujo prazo para conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, para elaborar o Laudo de Avaliação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de Março de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº. – 078/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 078/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL – SAMAE, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 154/2014 e suas alterações,

CONSIDERANDO o pedido de exoneração do servidor;

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 01/04/2016, DOUGLAS DA SILVA BREMM, cadastro nº 621, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SAMAEJS Nº 216/2014, de 27/10/2014 e Portaria SAMAEJSU Nº 223/2014, de 20/11/2014.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo público de provimento efetivo de Agente Administrativo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos de 01/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de Março de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº. – 079/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 079/2016

Exoneração a pedido

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 154/2014; e

CONSIDERANDO a solicitação de exoneração do servidor em caráter irrevogável e irretratável,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 01/04/2016, o servidor ANDERSON KASSNER, do cargo comissionado de Diretor Administrativo.

Art.2º Fica parcialmente revogada, a Portaria Samaejsu nº 219/2013 de 18/12/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01/04/2016.

Jaraguá do Sul, 21 de março de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº. – 080/2016

PORTARIA SAMAE JSU Nº. 080/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012, e suas alterações,

CONSIDERANDO o Cap. IV – da Avaliação de Desempenho Funcional - da Lei Municipal nº. 6.088/2011, de 19/08/2011;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor,

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, o servidor ADELICIO FERREIRA BUENO, matrícula 390, para o nível "F", do cargo de Encanador.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de março de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº. – 081/2016

PORTARIA SAMAE JSU Nº. 081/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012, e suas alterações,

CONSIDERANDO o Cap. IV – da Avaliação de Desempenho Funcional - da Lei Municipal nº. 6.088/2011, de 19/08/2011;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor,

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, o servidor IVANES FRANCISCO KUFFEL, matrícula 425, para o nível "F", do cargo de Encanador.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de março de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº. – 082/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 082/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 154/2014 de 03/11/2014;

CONSIDERANDO, o memorando 152/2016/Samae/DA-CPS,

CONSIDERANDO o acidente de trânsito envolvendo o veículo do Samae, patrimônio nº 2401, no dia 16/03/2016,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Sindicância a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade de servidores envolvidos no

acidente de trânsito envolvendo o veículo do Samae, patrimônio nº 2401, no dia 16/03/2016, na Rua Waldemar Rau, bairro Rau.

Art. 2º A Comissão responsável pela apuração do fato está designada pela Portaria nº 185/2013 de 14/10/2013, alterada pela 175/2014 de 10/09/2014, Comissão Permanente de Sindicância Administrativa que, deverão apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de Março de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PUBLICAÇÃO 057.2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 057/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA LABORATÓRIO

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 24/03/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 12/04/2016 às 09 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC-
Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PUBLICAÇÃO 058.2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 058/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INVERSORES DE FREQUÊNCIA

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 24/03/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 07/04/2016 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC-
Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PUBLICAÇÃO 059.2016.DOC

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 059/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOMBAS SUBMERSÍVEIS PARA ESTAÇÕES

DE RECALQUE DE ESGOTO

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 24/03/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 07/04/2016 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC-
Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - PUBLICAÇÃO 060.2016.DOC

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 060/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA DOSAGEM E VIGILÂNCIA para laboratórios

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 24/03/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 13/04/2016 às 09 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC-
Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - PUBLICAÇÃO 061.2016.DOC

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 061/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ASFALTO FRIO E ESTACAS DE MADEIRAS

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 24/03/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 08/04/2016 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC-
Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - PUBLICAÇÃO 062.2016.DOC

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 62/2016

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS PARA A EXECUÇÃO DE SONDAGEM, LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 24/03/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 11/04/2016 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC-
Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SEMA - PORTARIA Nº 014/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICI-

PAL DE JARAGUÁ DO SUL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 014/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal ANA EFIGENIA DA VEIGA RECH, matrícula 7188-9, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2016. Refere-se ao 3º período.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.

REGINA JOHN

Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI

Secretário da Administração

SEMA - PORTARIA Nº 015/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICI-

PAL DE JARAGUÁ DO SUL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 015/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal KARIN MIELKE DOS SANTOS, matrícula 7170-6, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2016. Refere-se ao 3º período.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.
REGINA JOHN
Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI
Secretário da Administração

SEMA - PORTARIA Nº 016/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICI- PAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 016/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal CARLOS ALBERTO SCHULTZ, matrícula 9126-0, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2016. Refere-se ao 1º período.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.
REGINA JOHN
Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI
Secretário da Administração

SEMA - PORTARIA Nº 017/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICI- PAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 017/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal CRISTOVÃO JOÃO BARBOSA BAPTISTA, matrícula 3669-2, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2016. Refere-se ao 4º período.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.
REGINA JOHN
Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI
Secretário da Administração

SEMA - PORTARIA Nº 018/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICI- PAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 018/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal GETULIO CARLOS MENDES, matrícula 8166-3, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2016. Refere-se ao 2º período.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.
REGINA JOHN
Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI
Secretário da Administração

SEMA - PORTARIA Nº 019/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICI- PAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 019/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal LUCIANA ROVANI, matrícula 8156-6, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2016. Refere-se ao 2º período.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.
REGINA JOHN
Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI
Secretário da Administração

SEMA - PORTARIA Nº 020/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICI- PAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 020/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal MARCIA INES MAAS, matrícula 3606-4, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2016. Refere-se ao 4º período.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.
REGINA JOHN
Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI
Secretário da Administração

SEMA - PORTARIA Nº 021/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICI- PAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 021/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal DENIZE SCHULTZ, matrícula 8862-1, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2016. Refere-se ao 1º período.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.
REGINA JOHN
Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI
Secretário da Administração

SEMA - PORTARIA Nº 022/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICI- PAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 022/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal GETULIO GRANEMANN THIBES, matrícula 7353-9, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2016. Refere-se ao 3º período.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.
REGINA JOHN
Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI
Secretário da Administração

SEMA - PORTARIA Nº 023/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICI- PAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 023/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal GRACE NOEMI TORRES BANDEIRA GRANEMANN THIBES, matrícula 7354-7, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2016. Refere-se ao 3º período.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.
REGINA JOHN
Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI
Secretário da Administração

SEMA - PORTARIA Nº 024/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICI-

PAL DE JARAGUÁ DO SUL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 024/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal DENISE CRISTINA NOGUEIRA SALVES MOREIRA, matrícula 3599, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2016. Refere-se ao 4º período.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.

REGINA JOHN

Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI

Secretário da Administração

SEMA - PORTARIA Nº 026/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICI-

PAL DE JARAGUÁ DO SUL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 026/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal MARGARETE MARCIA PLEBANI ROSA, matrícula 3671-4, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2016. Refere-se ao 4º período.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.

REGINA JOHN

Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI

Secretário da Administração

SEMA - PORTARIA Nº 025/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICI-

PAL DE JARAGUÁ DO SUL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 025/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal ELIANE LANGE, matrícula 3600-5, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2016. Refere-se ao 4º período.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.

REGINA JOHN

Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI

Secretário da Administração

SEMA - PORTARIA Nº 027/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICI-

PAL DE JARAGUÁ DO SUL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 027/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal MARIA TEREZINHA MARCELINO, matrícula 3961-6, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2016. Refere-se ao 3º período.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.

REGINA JOHN

Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI

Secretário da Administração

SEMA - PORTARIA Nº 028/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICI-

PAL DE JARAGUÁ DO SUL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 028/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal KARIN GIANINI TOMAZELLI BARTEL, matrícula 3128, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2016. Refere-se ao 4º período.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.

REGINA JOHN

Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI

Secretário da Administração

SEMA - PORTARIA Nº 030/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICI-

PAL DE JARAGUÁ DO SUL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 030/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal WANDERLEIA WITKOSKY KNEUBÜHLER, matrícula 8906-9, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2016. Refere-se ao 1º período.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.

REGINA JOHN

Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI

Secretário da Administração

SEMA - PORTARIA Nº 029/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICI-

PAL DE JARAGUÁ DO SUL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 029/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal MAIRA KUCHENBECKER, matrícula 2003, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2016. Refere-se ao 5º período.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.

REGINA JOHN

Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI

Secretário da Administração

SEMA - PORTARIA Nº 031/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICI-

PAL DE JARAGUÁ DO SUL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 031/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal MARIA HELENA DA SILVA DUTRA, matrícula 3556-4, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2016. Refere-se ao 4º período.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.

REGINA JOHN

Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI

Secretário da Administração

Joaçaba

PREFEITURA

24/2013 FMS TA 03

CONTRATO Nº 24/2013/FMS – TA 03

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária, PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, centro, inscrito no CNPJ sob o número 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa AP SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.284.904/0001-60, estabelecida na RUA HIDALGO ARAUJO, 773, Bairro JARDIM FLORIANOPOLIS, no Município de SÃO JOSE/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. PATRICK GABRIEL FONTANELLA KUHNEN, portador da Carteira de Identidade nº 4.037.452-1 e CPF nº 006.191.809-19, residente e domiciliado na cidade de SAO JOSE/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 24/2013/FMS, firmado em 25/03/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 10/2013/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 8/2013/FMS, homologado no dia 15/03/2013, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços de recepcionistas em 02 (dois) postos de trabalho, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais cada um, para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde, centro, e no ESF do Distrito de Santa Helena, interior do Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 meses, a contar de 26 de março de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor mensal do contrato fica reajustado em 11,0780%, correspondentes a variação do INPC/IBGE no período de 01 de março de 2015 a 29 de fevereiro de 2016, passando de R\$ 4.312,00 (quatro mil trezentos e doze reais), para R\$ 4.820,00 (quatro mil oitocentos e vinte reais), relativos a 02 postos de trabalho ao custo mensal de R\$ 2.410,00 cada um, a ser pago para a CONTRATADA a partir de 01 de abril de 2016.

Diante da prorrogação e do reajuste, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 57.840,00 (cinquenta e sete mil oitocentos e quarenta reais)

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 22 de março de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Paula Giovana Kleber - Secretária

AP SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA EPP
PATRICK GABRIEL FONTANELLA KUHNEN

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

EXTRATO CONTRATO 92/2016/FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 92/2016/FMS

PROVENIENTE DO PL 07/2016/FMS – IN 04/2016/FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: SERVILITO JOAÇABA S/C LTDA - ME OBJETO: Realização pela CREDENCIADA dos procedimentos constantes no GRUPO 0309 – Terapias Especializadas - 03.09.03.012-9 – Litotripsia Extracorpórea, do TCGA – TERMO DE COMPROMISSO DE GARANTIA DE ACESSO – PPI AMBULATORIAL, com a finalidade de suprir as necessidades de média complexidade da população própria do Município de Joaçaba e de outros municípios da região (população referenciada), incluídos no TCGA.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 112.072,32 (cento e doze mil setenta e dois reais e trinta e dois centavos), considerando o valor mensal de R\$ 9.339,36 (nove mil trezentos e trinta e nove reais e trinta e seis centavos).

VIGÊNCIA: 12 meses

DATA DE ASSINATURA: 23/03/2016

Joaçaba – SC, 23 de março de 2016.

PAULA GIOVANA KLEBER

Secretária Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - FMS

EXTRATO PL 06/2016/FMS - PP 03/2016/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016/FMS

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de oxigênio medicinal destinado aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, para uso nas ambulâncias, bem como, para as unidades dos ESF's, CEM e SAMU. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 07/04/2016, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 07/04/2016, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a

partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 23 de março de 2016.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

EXTRATO PL 7/2016/FMS - IL 4/2016/FMS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 7/2016/FMS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2016/FMS

1 – DO OBJETO

Credenciamento de empresas/clínicas para a realização de procedimentos do TCGA – TERMO DE COMPROMISSO DE GARANTIA DE ACESSO – PPI AMBULATORIAL, com a finalidade de suprir as necessidades de média complexidade da população própria do Município de Joaçaba e de outros municípios da região (população referenciada), incluídos no TCGA.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2015/FMS em anexo, o qual, pelas suas características enquadrar-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3 – DA CREDENCIADA

• SERVILITO JOAÇABA S/C LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.547.748/0001-10, estabelecida na Avenida Santa Terezinha, nº 275, centro, Joaçaba, SC, representada neste ato pelo Sr. Pedro Frâncio, inscrito no CPF/MF sob nº 255.249.099-91, portador da cédula de identidade nº 772.052, residente e domiciliado em Joaçaba, SC.
(GRUPO 0309 – Terapias Especializadas - 03.09.03.012-9 – Litotripsia Extracorpórea).

4 – DO VALOR

O valor total estimado para estes credenciamentos é de R\$ 112.072,32 (cento e doze mil setenta e dois reais e trinta e dois centavos), considerando a vigência 12 meses, cujo valor encontra-se devidamente bloqueado na dotação específica para este fim, constante no item 5 deste instrumento e que será distribuído de acordo com os procedimentos credenciados, da seguinte forma:

GRUPO 0309 – Terapias Especializadas.

03.09.03.012-9 – Litotripsia Extracorpórea.

☐ R\$ 112.072,32 (cento e doze mil setenta e dois reais e trinta e dois centavos), considerando o valor mensal de R\$ 9.339,36 (nove mil trezentos e trinta e nove reais e trinta e seis centavos).

Havendo prorrogação dos Credenciamentos, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação serão custeadas pela seguinte Dotação Orçamentária:

2.124 - BLMAC: BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
23 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações Diretas

6 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), em 23 de março de 2016.
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PAULA GIOVANA KLEBER
Secretária

RATIFICAÇÃO

Verificado o atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, ratifico o presente processo licitatório.

Joaçaba (SC), em 23 de março de 2016.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
JUCELINO JORGE FERRAZ
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº 5532

PORTARIA Nº 5.532 DE 23 DE MARÇO DE 2016
"RETIFICA PORTARIA N.º 5.530/2016".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICA PORTARIA N.º 5.530/2016 na qual substitui servidor indicado, para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias de fomento das atividades esportivas, conforme o disposto no art. 8º da Lei Municipal 4.555/2014.

Onde lê-se: Membro: Rony Edson Lenz
Substituto: Anderson Andres",
Leia-se: "Membro: Rony Edson Lenz
Substituto: Valéria Ferreira"

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 23 de março de 2016.
JUCELINO FERRAZ
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5533

PORTARIA Nº 5.533 DE 23 DE MARÇO DE 2016
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure indícios de descumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa COMPACT PAV – TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA, diante dos registros encaminhados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, bem como, parecer jurídico, referente processo licitatório n.º 14/2015/PMJ, pregão presencial n.º 07/2015/PMJ.

2º DESIGNAR os servidores, ROSANGELA PELICIELLI, JULIO CESAR BISSANI e SULANY DE FATIMA B. WELTER, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de março de 2016.

JUCELINO FERRAZ

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO Nº 001/2016 - FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME

RESOLUÇÃO Nº 001/2016

FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SERVIDORES PARA CONDUZIREM VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES"

O Diretor de Esportes do Município de Joaçaba(SC), no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar os seguintes servidores para conduzirem os veículos do Fundo Municipal de Esportes do Município de Joaçaba, conforme relação abaixo:

FME – Julio Valecio Ferreira, Lucélia Aparecida Merlo, Michel Petri Dalapria, Nei Tesser, Alexandres Augusto Vidi Roesler, Mirian Dolzan, Anderson Andres, Valeria Terezinha Ferreira, Fabricia Zucchi Cassol.

(QHN 0734, CHERY - CELER SD -- 2015/2015 BRANCO).

(MLU 3516, CHEVROLET - MONTANA LS – 2013/2014 BRANCO)

Parágrafo único: A Carteira Nacional de Habilitação dos servidores deverá estar dentro da data de validade.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução nº 001/2015.

Joaçaba, SC, 23 de março de 2016

Anderson Andres

Diretor do Fundo Municipal de Esportes

Prefeitura de Joaçaba

TERMO DE DESISTÊNCIA

TERMO DE DESISTÊNCIA APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) GERIDIANA VARAL ALEXANDRE, Cargo de Enfermeiro, classificado em 3º lugar, referente ao Teste Seletivo n.º 005/2015, fica registrado a desistência pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de março de 2016.

JUCELINO FERRAZ

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

HOMOLOGAÇÃO PL 7/2016/FMS - IL 4/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 4/2016 - IL
CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVEMBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 7/2016 Processo de Licitação: 7/2016 Data do Processo: 23/03/2016
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 7/2016
b) Licitação Nr.: 4/2016-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 23/03/2016
e) Data da Adjudicação: 23/03/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Credenciamento de empresas/clínicas para a realização de procedimentos do TCGA - TERMO DE COMPROMISSO DE GARANTIA DE ACESSO - PPI AMBULATORIAL, com a finalidade de suprir as necessidades de média complexidade da população própria do Município de Joaçaba e de outros municípios da região (população referenciada), incluídos no TCGA.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

SERVILITO JOACABA S/C LTDA - ME (6716)

1 GRUPO 0309 - Terapias Especializadas - 03.09.03.012-9 - Litotripsia Extracorpórea	3ERV	1,00	0,0000	1,00	1,00
Total do Fornecedor:					1,00
Total Geral:					1,00

Joaçaba, 23 de Março de 2016.

GESTOR FMS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**

CNPJ: 10.594.533/0001-00
AV. XV DE NOVENBRO, 223
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**Nr.: 4/2016 - IL****Processo Administrativo: 7/2016****Processo de Licitação: 7/2016****Data do Processo: 23/03/2016**

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Joaçaba, 23 de Março de 2016.

GESTOR FMS

PLASS

BALANCETE FINANCEIRO FEVEREIRO/2016

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Fevereiro
Página: 1

Santa Catarina
PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada



RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	396.896,49	ORÇAMENTÁRIAS	211.186,68
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	185.907,55	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	211.186,68
RECEITA PATRIMONIAL	126.624,86	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.292,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30,28	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	206.894,48
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	84.333,80		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	219.002,44	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	270.526,22
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	7.815,72	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	9.738,28
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	211.186,72	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	259.951,32
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	836,62
SALDOS ANTERIORES	12.797.445,62	SALDOS ATUAIS	12.931.631,65
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	12.797.395,62	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	12.931.581,65
BANCO C/ MOVIMENTO	50,00	BANCO C/ MOVIMENTO	50,00
TOTAL	13.413.344,55	TOTAL	13.413.344,55

Joacaba, 23/03/2016

JULIANA DARTORA BESBATI
Presidente

JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo

ADONES MARCIANO
Contador

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 94/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 94/2016 DE 23.03.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Rodrigo Mariana (Matr. 180), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Agente Administrativo, P-3, N-1, Ref.A, referente ao período aquisitivo de 24.03.2015 à 23.03.2016, para serem fruídas no período de 11 a 20.04.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 11 de abril de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 23 de Março de 2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 95/2016

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 95/2016 DE 23.03.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Silvana Maier (Matr. 104), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-2, Ref.D-4, referente ao período aquisitivo de 15.01.2015 à 14.01.2016, para serem fruídas no período de 11 a 20.04.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 11 de abril de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 23 de Março de 2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 96/2016

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 96/2016 DE 23.03.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Leandro de Paula (Matr. 172), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref.B, referente

ao período aquisitivo de 01.10.2014 à 30.09.2015, para serem fruídas no período de 25.04.2016 a 04.05.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 25 de abril de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 23 de Março de 2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 97/2016

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 97/2016 DE 23.03.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Otiel Rezende de Arruda (Matr. 177), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, P-5, N-1, Ref.B, referente ao período aquisitivo de 23.10.2014 à 22.10.2015, para serem fruídas no período de 11 a 20.04.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 11 de abril de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 23 de Março de 2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 98/2016

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 98/2016 DE 23.03.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor André Luiz Sauer (Matr. 163), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Engenheiro, P-8, N-1, Ref.B, referente ao período aquisitivo de 09.06.2014 à 08.06.2015, para serem fruídas no período de 25.04.2016 a 14.05.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 25 de abril de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 23 de Março de 2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 99/2016

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 99/2016 DE 23.03.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Romalcir Schuck (Matr. 34), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Mecânico de Manutenção, P-4, N-3, Ref.J-11, referente ao período aquisitivo de 22.02.2015 à 21.02.2016, para serem fruídas no período de 25.04.2016 a 14.05.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 25 de abril de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 23 de Março de 2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

BALANCETE FINANCEIRO JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

EXERCÍCIO: 2015
PERÍODO (MÊS): Janeiro a Dezembro
DATA DE EMISSÃO: 23/03/2016
PÁGINA: 1

SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
Administração Indireta - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)	16.607.168,88	Despesa Orçamentária (VII)	15.820.992,27
Ordinária	16.607.041,68	Ordinária	15.820.992,27
Vinculada	127,20		
Alienação de Bens Destinados a Outros Programas	127,20		
Transferências Financeiras Recebidas (II)	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00
Interferências Financeiras (III)	2.339,50	Interferências Financeiras (IX)	1.464,86
OUTRAS INDENIZAÇÕES	1.159,95	BAIXAS DE CRÉDITOS A RECEBER (FINANCEIRO)	304,91
OUTROS GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS (FINANC)	1.179,55	OUTRAS INDENIZAÇÕES	1.159,95
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	4.338.668,22	Pagamentos Extraorçamentários (X)	4.436.851,75
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.523.068,34	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.670.620,16
Inscrição de Restos a Pagar Processados	285.323,78	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	1.719.917,64
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.530.276,10	RP PROCESSADOS PAGOS	463.133,95
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (V)	8.043.560,24	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (XI)	8.732.427,96
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.862.228,79	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	8.568.032,34
BANCO C/ MOVIMENTO	43.899,09	BANCO C/ MOVIMENTO	161.289,47
POUPANÇA	147.432,36	POUPANÇA	3.106,15
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV)	28.991.736,84	TOTAL (XII) = (VIII+IX+X+XI)	28.991.736,84
JOACABA, 23/03/2016			

CESAR AUGUSTO MACIEL RIBEIRO
Contador CRC SC 039259/O-8

ALUIR FLEMING
Diretor Presidente

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 304/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 304/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: SOLUÇÃO CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 05.091.927/0001-06, estabelecida a Rua Fritz Spernau, 653 - Fortaleza - CEP 89.055-220 – Blumenau/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 168/2015, correlato a Concorrência nº 06/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica e Drenagem da Av. Antônio Ribeiro dos Santos, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes deste Edital.

Conforme solicitação da Secretaria de infraestrutura sob ofício número SMI/Of. Nº 130/2016, com anuência da secretaria da Fazenda nº 57/2016 e com parecer jurídico PROGEM nº 271/2016 favorável ADITA – Se o contrato nos seguintes itens abaixo:

Equilíbrio Financeiro de:

1. Item 3.6 imprimação C/CM -30, em 12,38%;

2. Item 3.7 pintura de ligação C/RR – 2C em 4,96%;

3. Item 3.8 camada de concreto asfáltico usinado a quente – CAUQ em 5,39%;

Representando no total do contrato 2,04%, que corresponde a R\$ 38.630,71 (trinta e oito mil seiscentos e trinta reais e setenta e um centavos)

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 23 de março de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 12/2016 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 25/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ secretaria municipal de MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: VMI SISTEMAS DE SEGURANÇS LTDA inscrita no CNPJ n.º 05.293.074/0001-87, com sede a AV. hum, 55 Distrito industrial Genesco Aparecido de oliveira lagoa Vermelha/MG CEP 33.400-000

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 01/2016, correlato ao Pregão Presencial nº 06/2016, homologada em 21/03/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Locação de 01 (um) Equipamento de Scanner de Inspeção de Bagagens/Volumes através de Raios-X, para o Aeroporto Federal Antônio Correia Pinto de Macedo, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a

fazer parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2016;

2.3 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2016. A sua validade será da data da sua assinatura até 31/12/2016, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O Preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 97.200,00 (noventa e sete mil e duzentos reais).

Lages, 21 março de 2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 13/2016 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 13/2016 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com endereço a Praça Vidal Ramos,86 - Centro – CEP 88.502-005 – Lages/SC Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 07/2016, correlato ao Pregão Presencial nº 06/2016, homologada em 26/02/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Alimentos, Bazar e Produtos de Higiene para os CAPS I, CAPS II, CAPS AD, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Presente Contrato, até 31/12/2016;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no endereço de cada unidade.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2016. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2016.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 16.496,79 (dezesesseis mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e nove centavos).

Lages, 26 de fevereiro de 2016.

Elizeu Mattos.

Prefeito municipal.

EXTRATO CONTRATO 14/2016 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO, N.º 14/2016 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME inscrita no CNPJ sob nº 83.197277/0001-83, estabelecida na Rua. Araci Paim, 19 – Araucária, Lages/SC – CEP. 88.512-680

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 07/2016, correlato ao Pregão Presencial nº 06/2016, homologada em 26/02/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Alimentos, Bazar e Produtos de Higiene para os CAPS I, CAPS II, CAPS AD, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Presente Contrato, até 31/12/2016;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no endereço de cada unidade.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2016. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2016.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 196.796,37 (cento e noventa e seis mil setecentos e noventa e seis reais e trinta e sete centavos).

Lages, 26 de fevereiro de 2016.

Elizeu Mattos.

Prefeito municipal.

Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 14.794,02 (catorze mil setecentos e noventa e quatro reais e dois centavos).

Lages, 26 de fevereiro de 2016.

Elizeu Mattos.

Prefeito municipal.

PP 33-2016 PML E PP 02-2016 FMAS**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 33-2016 PML

Objeto: Aquisição de Areia

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 18/04/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 10.790,00

Modalidade: PP 02-2016 FMAS

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 14/04/2016 às 16:00

Valor Estimado: R\$ 450.000,00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 23 de março de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

EXTRATO CONTRATO 15/2016 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO, N.º 15/2016 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: CELIA REGINA W SANI - ME, inscrita no CNPJ: 04.195.853/0001-87 com sede a Avenida Beira Rio, 730 – Bairro Centro – CEP 88450-000 – Alfredo Wagner/SC

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 07/2016, correlato ao Pregão Presencial nº 06/2016, homologada em 26/02/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Alimentos, Bazar e Produtos de Higiene para os CAPS I, CAPS II, CAPS AD, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Presente Contrato, até 31/12/2016;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no endereço de cada unidade.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2016. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2016.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela

Laguna

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 040/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 040/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 5248.

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº3214/2015 – CNPJ 02.442.932/0001-10

INFRATOR: SCHLICK PÃES LTDA ME Auto de Infração Nº2916.
Infração Cometida: Área de panifício fora dos padrões de higiene (sujeira).

Falta de carteira de saúde dos manipuladores de alimentos.

Produtos com prazo de validade expirado.

Produtos com rótulo ilegível.

Mesas da área de panifício enferrujadas.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 300 UFIRME.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 041/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 041/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 0377 nº0380 nº0379

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº3674/2015 – CNPJ 13.442.469/0001-22

INFRATOR: CESAR DA SILVA LIBERATO EPP Auto de Infração Nº3328.

Infração Cometida: Estabelecimento expando para venda produtos com prazo de validade expirados.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 80 UFIRME.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 042/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 042/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 5485

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº1845/2014 – CNPJ 08.646.099/0001-05

INFRATOR: LH DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA Auto de Infração Nº3017.

Infração Cometida: Veículo transportando alimentos sem a devida licença de transporte.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 80 UFIRME.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 043/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 043/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal

nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 5291

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº1380/2014 – CNPJ 83.723.528/0001.76

INFRATOR: PANIFÍCIO E CONFEITARIA FRANKOCK LTDA Auto de Infração Nº3012.

Infração Cometida: Veículo transportando alimentos sem a devida licença de transporte; Bem como a exposição para distribuição de produtos com prazo de validade expirado e/ou sem prazo de validade.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 100 UFIRME.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 044/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 044/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 0184

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal

187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº1856/2014 – CNPJ 08.455.006/0001-65

INFRATOR: M.S SUL INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA EPP Auto de Infração Nº3010.

Infração Cometida: Veículo de transporte de alimentos sem a devida licença de transporte.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 95 UFIRME.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 045/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 045/2016

JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 0215

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de

infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº2493/2014 – CNPJ 09.191.812/0001-36

INFRATOR: TRASPORTES ROCHA LTDA ME Auto de Infração Nº3016.

Infração Cometida: Veículo de transporte de alimentos sem a devida licença de transporte; bem como o transporte de alimentos junto de outros produtos (material de higiene e limpeza).

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 95 UFIRME.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 046/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 046/2016

JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 5468

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº2488/2014 – CNPJ 97.475.461/0001-52

INFRATOR: AZ ATACADO ZOMER Auto de Infração Nº3107.

Infração Cometida: Foi constatado em vistoria de natureza sanitária que o veículo MDL 4770 transportava produtos com a data de validade vencida. O veículo também não possui licença de transporte de alimentos expedida pela Vigilância Sanitária.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da

Lei Complementar Municipal 302/2014.
Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 100 UFIRME.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 047/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 047/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde , no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 5490

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº4751/2014 – CNPJ 19.468.312/0001-52

INFRATOR: GERLANIA ALVES ELIAS ANSELMINI Auto de Infração Nº2872.

Infração Cometida: Foi constatado em vistoria de natureza sanitária que o estabelecimento possuía exposto a venda produtos com o prazo de validade vencido, colocando em risco a saúde.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 80 UFIRME.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 048/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 048/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde , no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 0119

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº224/2015 – CNPJ 85.218.949/0001-15

INFRATOR: AURÉLIO EUGENIO NIERO ME Auto de Infração Nº3260.

Infração Cometida: Licença de transporte expirada.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 80 UFIRME.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 049/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 049/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde , no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste

Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 5509

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº3491/2015 – CNPJ 08.329.672/0001-57

INFRATOR: UNICER DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA Auto de Infração Nº3235.

Infração Cometida: Veículo PLACA: IIX 5846 RENAVAL: 718313801 transportando bebidas sem a devida licença sanitária para transporte de alimentos e bebidas, bem como não possuir meios de proteção contra raios solares devidos, chuvas e outras intempéries.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 80 UFIRME.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 050/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 050/2016

JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº1178/2008 – CNPJ 889636910-04

INFRATOR: CELSO SILVA DE OLIVEIRA Auto de Infração Nº0027. Infração Cometida: Autuado descumpriu ato embargado pela autoridade de saúde expedido no ato de intimação nº 1701, o qual tenha sido interditado o estabelecimento por medida cautelar por estar em local inadequado e sem a devida licença sanitária.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 280 UFIRME.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 051/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 051/2016

JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de

infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº1728/2015 – CNPJ 08.329.672/0001-57

INFRATOR: UNICER DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA Auto de Infração Nº2774.

Infração Cometida: Foi contatado durante vistoria sanitária que o veículo não possui licença de transporte de alimentos e bebidas expedida pela Vigilância Sanitária de seu município de origem.

Veículo PLACA: IRS 7197 RENAVAL: 307283186.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 80 UFIRME.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 052/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 052/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº1728/2015 – CNPJ 08.329.672/0001-57

INFRATOR: UNICER DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA Auto de Infração Nº2774.

Infração Cometida: Foi contatado durante vistoria sanitária que o veículo não possui licença de transporte de alimentos e bebidas expedida pela Vigilância Sanitária de seu município de origem.

Veículo PLACA: IRS 7197 RENAVAL: 307283186.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 80 UFIRME.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 053/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 053/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 0395

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº5462/2015 – CNPJ 07.096.253/0001-50

INFRATOR: JAILSON DE BEM FIGUEIREDO Auto de Infração Nº3054.

Infração Cometida: Estabelecimento expando á venda produtos com o prazo de validade expirados e sem procedencia.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 80 UFIRME.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 054/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 054/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 4136

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº5629/2011 – CNPJ 13.700.466/0001-41

INFRATOR: INÁCIA MARCELINO SILVEIRA Auto de Infração Nº2635.

Infração Cometida: Estabelecimento comercializando produtos com prazo de validade vencido.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 80 UFIRME.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 055/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 055/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal

nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 4126

O autuado fica ciente de que a ADVERTÊNCIA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº434/2011 – CNPJ 09.627.533/0001-72

INFRATOR: ROSILDA CORREA LEANDRO-ME Auto de Infração Nº2496.

Infração Cometida: Estabelecimento funcionando sem a devida licença sanitária referente ao ano de 2010.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: ADVERTÊNCIA.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 056/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 056/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 4127

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado

o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº4011/2010 – CNPJ 09.372.017/0001-44

INFRATOR: VILMA PORTO DE CARVALHO E CIA LTDA-ME Auto de Infração Nº2276

Infração Cometida: Estabelecimento comercializando produtos com prazo de validade vencido.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 80 UFIRME.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 057/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 057/2016

JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 4135

O autuado fica ciente de que a ADVERTÊNCIA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº5627/2011 – CNPJ 13.779.705/0001-09

INFRATOR: PAULO CÉSAR ALVES Auto de Infração Nº2634.

Infração Cometida: Estabelecimento utilizando produtos de origem animal sem procedência nos preparos dos alimentos.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: ADVERTÊNCIA.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 058/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 058/2016

JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 4128

O autuado fica ciente de que a ADVERTÊNCIA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº392/2011 – CNPJ 037.366.809-02

INFRATOR: PATRICK PAULINO DE SOUZA Auto de Infração Nº2482.
Infração Cometida: Estabelecimento funcionando sem a devida licença sanitária referente ao ano de 2010.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: ADVERTÊNCIA.

Laguna, 21 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 059/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 059/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde , no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 5283

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 23 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº1852/2014 – CNPJ 85.376.887/0001-70

INFRATOR:MULLER NOVO HORIZONTE DISTRIB LTDA Auto de Infração Nº0157

Infração Cometida: Transporte de alimentos sem licença sanitária de transporte.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557,caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 80 UFIRME.

Laguna, 23 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 060/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 060/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde , no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 5513

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 23 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº1421/2015 – CNPJ 344.544.779-34

INFRATOR:MANOEL PEREIRA ZEFERINO Auto de Infração Nº3214
Infração Cometida: Estabelecimento funcionando sem o devido alvará sanitário 2015.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557,caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 80 UFIRME.

Laguna, 23 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 061/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 061/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde , no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste

Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 0470

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 23 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº1425/2015 – CNPJ 08.239.672/0001-72

INFRATOR: UNICER DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA Auto de Infração Nº3272.

Infração Cometida: Veículo trafegando sem a devida licença de transporte expedida pela Vigilância Sanitária de seu município.

Veículo PLACA: MCE 0928

RENAVAM: 769500072.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 161 UFIRME.

Laguna, 23 de Março de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

Lajeado Grande

CÂMARA DE VEREADORES DE LAJEADO GRANDE

DECRETO LEGISLATIVO N. 006/2016 DE 22 DE MARÇO DE 2016

Decreto Legislativo n. 006/2016

De 22.03.2016

“PROMOVE A ATUALIZAÇÃO DAS TABELAS DE VENCIMENTOS CONSTANTES DOS ANEXOS III E IV DA LEI COMPLEMENTAR N. 23/2013”

GILBERTO BIANCHI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Orgânica Municipal e disposições da Lei Municipal n. 669/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Os anexos III e IV da Lei Complementar n. 26/2013, passam a ser atualizados de conformidade com os novos valores dos mesmos anexos constantes deste Decreto Legislativo, em cumprimento às disposições da Lei Municipal n. 669/2016, de 22 de março de 2016, que promoveu a revisão geral anual e ganho real de vencimentos.

Art. 2º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC,
em 22 de março de 2016.

GILBERTO BIANCHI

Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

RODRIGO BARELA

Primeiro Secretário

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 026/2013

ANEXO III – ALTERADO PELA LEI 570/2013

ANEXO III – ALTERADO PELA LEI 603/2014

ANEXO III – ALTERADO PELA LEI 631/2015

ANEXO III – ALTERADO PELA LEI 669/2016

TABELA DE VENCIMENTOS – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Percentual de Reajuste - Lei 669/2016							12,00%
NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
Lei 631/2015	1.025,90						Auxiliar de Serviços Gerais.
1	1.149,01	1.160,50	1.171,99	1.183,48	1.194,97	1.206,46	
2	1.217,95	1.229,44	1.240,93	1.252,42	1.263,91	1.275,40	
3	1.286,89	1.298,38	1.309,87	1.321,36	1.332,85	1.344,34	
4	1.355,83	1.367,32	1.378,81	1.390,30	1.401,79	1.413,28	
5	1.424,77	1.436,26	1.447,75	1.459,24	1.470,73	1.482,22	
Lei 631/2015	809,92						Vigia.
6	907,11	916,18	925,25	934,32	943,39	952,47	
7	961,54	970,61	979,68	988,75	997,82	1.006,89	
8	1.015,96	1.025,03	1.034,11	1.043,18	1.052,25	1.061,32	
9	1.070,39	1.079,46	1.088,53	1.097,60	1.106,67	1.115,75	
10	1.124,82	1.133,89	1.142,96	1.152,03	1.161,10	1.170,17	
Lei 631/2015	1.369,35						

11	1.533,67	1.549,01	1.564,35	1.579,68	1.595,02	1.610,36	Agente Administrativo.
12	1.625,69	1.641,03	1.656,37	1.671,70	1.687,04	1.702,38	
13	1.717,71	1.733,05	1.748,39	1.763,72	1.779,06	1.794,40	
14	1.809,73	1.825,07	1.840,41	1.855,74	1.871,08	1.886,42	
15	1.901,75	1.917,09	1.932,43	1.947,76	1.963,10	1.978,44	
Lei 631/2015	2.733,72						Advogado/Contador.
16	3.061,77	3.092,38	3.123,00	3.153,62	3.184,24	3.214,85	
17	3.245,47	3.276,09	3.306,71	3.337,33	3.367,94	3.398,56	
18	3.429,18	3.459,80	3.490,41	3.521,03	3.551,65	3.582,27	
19	3.612,88	3.643,50	3.674,12	3.704,74	3.735,36	3.765,97	
20	3.796,59	3.827,21	3.857,83	3.888,44	3.919,06	3.949,68	Auxiliar Legislativo
Lei 631/2015	999,06						
21	1.118,95	1.130,14	1.141,33	1.152,52	1.163,71	1.174,89	
22	1.186,08	1.197,27	1.208,46	1.219,65	1.230,84	1.242,03	
23	1.253,22	1.264,41	1.275,60	1.286,79	1.297,98	1.309,17	
24	1.320,36	1.331,55	1.342,74	1.353,93	1.365,12	1.376,31	Auxiliar Legislativo
25	1.387,49	1.398,68	1.409,87	1.421,06	1.432,25	1.443,44	

Lajeado Grande, 22 de março de 2016.

Gilberto Bianchi Presidente	Reinaldo Valentini Contador
--------------------------------	--------------------------------

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 026/2013

ANEXO IV – ALTERADO PELA LEI 570/2013

ANEXO IV – ALTERADO PELA LEI 603/2014

ANEXO IV – ALTERADO PELA LEI 631/2015

ANEXO IV – ALTERADO PELA LEI 669/2016

TABELA DE VENCIMENTOS – CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Valor do Vencimento Base			Lei 026/2013	Lei 570/2013	Lei 603/2014	Lei 631/2015	Lei 669/2016
IDENTIFICAÇÃO DO CARGO	Nº DE VAGAS	PADRÃO	INICIAL	7,16%	5,66%	8,00%	12,00%
Secretário Executivo	01	C.C.	1.400,00	1.400,00	1.479,24	1.597,58	1.789,29
Assessor de Imprensa e Comunicação	01	C.C.	847,78	908,48	959,90	1.036,69	1.161,10
Assessor Parlamentar	01	C.C.	847,78	847,78	895,76	967,43	1.083,52

Lajeado Grande, 22 de março de 2016.

Gilberto Bianchi Presidente	Reinaldo Valentini Contador
--------------------------------	--------------------------------

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 034/2016**

DECRETO Nº 034/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA), DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.003 - Manutenção da Administração Geral

DOTAÇÃO 09

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 70.000,00

Total: R\$ 70.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.003 - Manutenção da Administração Geral

DOTAÇÃO 06

3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 70.000,00

Total: R\$ 70.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 21 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

DISPENSA Nº.32/PMLM/2016.

DISPENSA Nº.32/PMLM/2016.

Objetivo da dispensa de licitação é a contratação emergencial de Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), para prestação de serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário

CONTRATADO: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN).

CONTRATANTE: Município de Lauro Muller.

VALOR GLOBAL: R\$ R\$ 157.264.590,98. (cento e cinquenta e sete milhões duzentos e sessenta e quatro mil quinhentos e noventa reais e noventa e oito centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 23/03/2016, Soraya Cursio Librelato – Secretária de Administração RATIFICAÇÃO: em 23/03/2016, por Fabrício Kusmin Alves - Prefeito de Lauro Muller.

Lauro Muller, 23 de março de 2016

Lebon Regis

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04/2016

PREGÃO PRESENCIAL NºPR05/2016_RP04

OBJETO: : REGISTRO DE PREÇO para aquisição futura e parcelada de LATICÍNIOS, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS resolve registrar os preços do seguinte fornecedor: COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE LEBON REGIS-COOPERLAF. Valor total do lote registrado R\$ 90.479,75. Vigência de 10/03/2016 até 10/03/2017.

Lebon Regis, 10/03/2016

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

PREGÃO Nº PR05/2016_RP04 16/2016

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Nº PR05/2016_RP04 16/2016

OBJETO: A presente licitação visa o REGISTRO DE PREÇO para aquisição futura e parcelada de Laticínios, destinados à manutenção das Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil e demais atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e outras Secretarias sob o domínio da Administração do Município, pelo período de 1 (um) ano após sua assinatura, conforme descrição do Anexo I, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição. Data de Homologação: 11/03/2016 Licitantes Homologados:

Fornecedor vencedor	Lote	Descrição do lote	Valor total (R\$)
COOPERLAF	1	LOTE 01 LATICINIOS	90.479,75

Lebon Regis, 11/03/2016

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 043/2016

DECRETO Nº 043, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO”

O Prefeito Municipal em exercício de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.216, de 22 de março de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial no orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 6.965,81, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.965,81
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.965,81
Função	10	Saúde	6.965,81
Sub-função	301	Atenção Básica	6.965,81
Programa	06	Saúde com Excelência	6.965,81
Atividade	2.017	Vigilância em Saúde – Componente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	1.679,30
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	1.679,30
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	1.679,30
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.679,30
Fonte de Recursos	0.3.0066	Vigilância em Saúde - Superávit	1.679,30
Detalhamento	31	Piso Fixo de Vigil. e Promoção da Saúde - TFVP	1.679,30
Atividade	2.019	Assistência Farmacêutica Básica-União/Componente Básico da Assistência Farmacêutica	5.286,51
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	5.286,51
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	5.286,51
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.286,51
Fonte de Recursos	0.3.0067	Assistência Farmacêutica Básica - União	5.286,51
Detalhamento	40	Prog. Nac. de Qualif. da Assist. Farmacêutica (Qualifar-SUS) Invest.	5.286,51
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL			6.965,81

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit verificado no exercício anterior, nas seguintes fontes:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Vigilância em Saúde/ Piso Fixo de Vigil. e Promoção da Saúde - TFVP	0.1.0066.000031	1.679,30
Assistência Farmacêutica Básica – União/ Prog. Nac. de Qualif. da Assist. Farmacêutica (Qualifar-SUS) Invest.	0.1.0067.000040	5.286,51
TOTAL DO SUPERÁVIT		6.965,81

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de março de 2016.

VANIO GUCHERT Prefeito Municipal e.e

DECRETO N.º 044/2016

DECRETO Nº 044, DE 23 DE MARÇO DE 2016

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL”

O Prefeito Municipal em exercício de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso II da Lei nº 1.200, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 9.400,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.400,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.400,00
Função	08	Assistência Social	9.400,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	9.400,00
Programa	07	Vivendo com Amor	9.400,00
Atividade	2.021	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	9.400,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	9.400,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	9.400,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	9.400,00
Fonte de Recursos	0.1.000	Recursos Ordinários	9.400,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			9.400,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação da dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.400,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.400,00
Função	08	Assistência Social	9.400,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	9.400,00
Programa	07	Vivendo com Amor	9.400,00
Atividade	2.021	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	9.400,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	9.400,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	9.400,00
Modalidade Aplicação	71	Transferências a Consórcios Públicos	9.400,00
Fonte de Recursos	0.1.000	Recursos Ordinários	9.400,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			9.400,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de março de 2016.

VANIO GUCHERT

Prefeito Municipal e.e

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016

TIPO: "Menor Preço por Lote". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para o conserto da bomba injetora da máquina Retro Escavadeira JCB, marca Delphi, modelo 09588CFG, nº da bomba 9323A2516, de acordo com as especificações no Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 016/2016. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 08 de abril de 2016. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 23/03/2016. VANIO GUCKERT – Prefeito Municipal e.e.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO 20/2016

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios, no dia 08 de abril de 2016, as 08:30, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site, www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 23 de março de 2016.

Pedro Ari Parizotto - Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

EDITAL N° 023/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES DE RELÓGIO PONTO E COMPUTADORES PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS. Entrega dos Envelopes: até as 08 horas do dia 06/04/2016; Abertura dos Envelopes: 08 horas e 30 minutos do dia 06/04/2016. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 24 de março de 2016. MARTINA ZUCATELLI. Prefeita.

Luzerna

PREFEITURA

PORTARIA 074

PORTARIA Nº 074/16 de 22 de março de 2016.

“DESIGNA SERVIDORA QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- DESIGNAR a servidora MARIA CRISTINE ANTELO BENDER, como Responsável Técnica das Unidades de Saúde da Vila Alemanha e São Francisco.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de março de 2016.

Luzerna(SC), 22 de março de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

TA ARP 067/2015/PML

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA, PARA A ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE FINANCIAMENTO PARA O PMAT - PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.

Aos 04 (quatro) dias do mês de março do ano de 2016, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, e a empresa GV CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Hilário Zen, nº 64, Guarani, no Município de Brusque/SC, CEP 88350-657 inscrita no CNPJ sob o nº 18.342.698/0001-99, neste ato representado por seu administrador LEONILDO VARGAS, brasileiro, maior e capaz, portador da cédula de identidade nº 2468547 SSPSC e inscrito no CPF/MF sob o nº 803.655.909-91, doravante denominado FORNECEDOR 1, classificada para a prestação de serviço descrita no Edital de Processo Licitatório nº PML. 015/2015, Pregão Presencial nº PML. 009/2015, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo tem por objeto, sem aplicação de reajuste, com a concordância das partes, prorrogar o prazo de vigência da presente ARP PML nº 067/2015, passando a vigorar até 04 de março de 2017, conforme estabelecido na Cláusula 9 da susmencionada Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmados na Ata permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 03 de março de 2016.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	LEONILDO VARGAS GV CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELI ME FORNECEDOR 1	
--	--	--

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO_ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2016

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0009/2016

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2016

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0018/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0009/2016, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que até 09h00min, do dia 12 de abril de 2016, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3440, de 15 de janeiro de 2016, estará recebendo propostas para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Levantamento Patrimonial, realizando Registro de Inventário Físico Financeiro dos Bens Moveis e Imóveis, Registro Fotográfico de Bens Imóveis e etiquetamento dos bens Móveis e Imóveis de propriedade do município, bem como de seus Fundos, Autarquias e Secretarias, para demarcação dos bens, em conformidade com o ANEXO I deste edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 12/04/2016, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0009/2016, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira – SC, 24 de março de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

portaria 3472

PORTARIA N.º 3472/2016

"Designa servidores que especifica para fiscalizar e acompanhar os serviços, referente ao Processo nº0018/2016 e Pregão Presencial nº 0009/2016, e dá outras providências."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

DESIGNAR, o Servidor Edemar Nicolau Kuhn, Contador Geral do Município, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, objeto do processo nº 0018/2016, Pregão Presencial nº 0009/2016.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 21 de março de 2016.

EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ ATA ADE RP N° 05/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório n° 0012/2016.

Pregão Presencial n° 0006/2016.

Registro de Preços n° 0003/2016.

Objeto: Registro de Preços para a contratação futura de empresa especializada para o fornecimento de combustível – tipo gasolina comum - destinado ao abastecimento dos veículos da Frota municipal e demais equipamentos do Município de Macieira, conforme quantidades, especificações e condições do Edital.

Vigência: Até 31/12/2016

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente, após a entrega do produto e emissão de Nota Fiscal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 05/2016

Contratada: POSTO SERIBA LTDA

ITEM	UNID	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. REGISTRADO
02	LT	01	GASOLINA COMUM – a ser fornecida em posto de abastecimento instalado na sede do município de Macieira ou em um raio de no máximo 20 km de distância da sede na Rodovia sentido Arroio Trinta, Salto Veloso, Videira ou Treze Tílias.	R\$ 3,75

Macieira, 23 de março de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 069/2015

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 069/2015

Contrato nº: 098/2015

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

CNPJ: 81.706.251/0001-98

Modalidade Processo Licitatório n.º 227/2015. Registro de Preço n.º 069/2015.

Data Assinatura do termo aditivo: 23 de março de 2016.

Valor do Termo Aditivo:

Item	Descrição	Valor Unit. inicial	Valor atual com reajuste
39	37934 - Cefalexina (sódica ou cloridrato) cápsula 500 mg Ranbaxy	R\$ 0,229	R\$ 0,299

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 069/2015

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 069/2015

Contrato nº: 100/2015

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 04.217.590/0001-60

Modalidade Processo Licitatório n.º 227/2015. Registro de Preço n.º 069/2015.

Data Assinatura do termo aditivo: 23 de março de 2016.

Valor do Termo Aditivo:

Item	Descrição	Valor Unit. inicial	Valor atual com reajuste
65	38028 - Espironolactona comprimido 25 mg ASPEN	R\$ 0,092	R\$ 0,096
89	31789 - Isossorbida, dinitrato de comprimido 10 mg Germed	R\$ 0,085	R\$ 0,089

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 069/2015

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 069/2015

Contrato nº: 096/2015

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: DIMASTER – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 05.520.829/0001-40

Modalidade Processo Licitatório n.º 227/2015. Registro de Preço n.º 069/2015.

Data Assinatura do termo aditivo: 23 de março de 2016.

Valor do Termo Aditivo:

Item	Descrição	Valor Unit. inicial	Valor atual com reajuste
143	40655 - Salbutamol, sulfato de aerossol 100 µg/dose Glenmark	R\$ 5,19	R\$ 5,99

Foro: Comarca de Mafra

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2016**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2016, de 23 de março de 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Ver. Ednilson Schelbauer, no uso de suas atribuições, principalmente em face ao disposto no art. 32, II, IV e XIII da Lei Orgânica Municipal de Mafra;

Considerando o feriado de Paixão de Cristo (dia 25/03/2016),

DECRETA:

Art. 1º Fica considerado Ponto Facultativo na Câmara Municipal de Mafra no dia 24 de março de 2016 (quinta-feira).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 23 de março de 2016.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente da Câmara

Maracajá

PREFEITURA

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO 22/2016 - PP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado do Pregão Presencial nº 21/2016

O Município de Maracajá, torna público o resultado final do Processo Licitatório nº 21/2016 – Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, referente aquisição parcelada de material escolar de distribuição gratuita para os alunos da rede municipal de ensino, material de expediente para a Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, Departamento de Educação, Cultura e Esportes e Fundo Municipal de Assistência, do município de Maracajá, para o ano de 2016, que gerou o seguinte resultado: Itens – 01; 03; 04; 05; 06; 10; 12; 14; 15; 16; 18; 22; 23; 24; 26; 27; 28; 30; 31; 32; 34; 35; 36; 37; 38; 39; 40; 41; 42; 43; 44; 45; 47; 49; 50; 51; 52; 53; 54; 55; 58; 59; 60; 62; 63; 54; 66; 68; 76; 78; 80; 83; 84; 86; 89; 90, adjudicado para a empresa Livraria Domek Eireli - EPP, valor Adjudicado R\$ 46.910,90 (quarenta e seis mil novecentos e dez reais e noventa centavos). Itens – 08; 21; 71; 74; 92, adjudicado para a empresa Gold Computadores Ltda, valor adjudicado R\$ 1.258,70 (um mil duzentos e cinquenta e oito reais e setenta centavos). Itens – 33; 46; 91, adjudicado para a empresa Licitamix Materiais de Escritório Ltda - ME, valor adjudicado R\$ 974,00 (novecentos e setenta e quatro reais). Itens – 02; 07; 09; 11; 19; 29; 48; 56; 65; 67; 70; 72; 73; 75; 79; 82; 85; 93, adjudicado para a empresa Orleans Informática Ltda – EPP, valor adjudicado R\$ 4.493,97 (quatro mil quatrocentos e noventa e três reais e noventa e sete centavos), Itens – 13; 17; 20; 25; 57; 61; 69; 77; 81; 87; 88, adjudicado para a empresa RIF Comercial Atacadista Ltda – ME, valor adjudicado R\$ 3.217,95 (três mil duzentos e dezessete reais e noventa e cinco centavos). Valor Total Adjudicado R\$ 56.855,52 (cinquenta e seis mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

Maracajá/SC, 22 de março de 2016.
Marcio Michel Jumes de Sousa
Pregoeiro

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 357/2016

DECRETO Nº 357, DE 23 DE MARÇO DE 2016

Dispõe sobre exclusão de candidato de certame e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Edital de Concurso Público nº 001/2014, para preenchimento de vagas do quadro permanente de pessoal do poder executivo municipal de Maravilha/SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto excluída do Concurso Público Edital nº 001/2014, a candidata FRANCIELI BARROS, brasileira, inscrita no CPF sob nº 024.263.570-96, Cargo de Enfermeiro – Saúde da Família, pelo motivo de não ter apresentado a documentação no prazo determinado.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 23 de março de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 358/2016

DECRETO Nº 358, DE 23 DE MARÇO DE 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Lei Municipal nº 3.910, de 18 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 418.213,00 (quatrocentos e dezoito mil, duzentos e treze reais) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

05.00 – SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO

05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

10.301 – Atenção Básica

10.301.0010 – Saúde para Todos

10.301.0010.1.036 – AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS

Destinação de Recursos: 0.1.23 – Transferências de Convênios – Saúde

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 418.213,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o Art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de edição da Portaria nº 1159 de 27/05/2014, onde habilita propostas ao recebimento de recursos para aquisição de equipamentos e material permanente, cfe. Detalhamento de Código da Natureza da Receita a seguir:

2000.00.00 – Receitas de Capital

2400.00.00 – Transferência de Capital

2420.00.00 – Transferências Intergovernamentais

2421.00.00 – Transferências da União

2421.99.00 – Outras Transferências da União

Destinação de Recursos: 0.1.23 – Transferências de Convênios – Saúde R\$: 418.213,00

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 23 de março de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 359/2016

DECRETO Nº 359, DE 23 DE MARÇO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária, de servidores municipais por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo Edital nº 001/2014;

CONSIDERANDO,

A solicitação interna nº 219/16 da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado em caráter temporário (ACT) as pessoas relacionadas no Anexo Único do presente Decreto, as quais foram classificadas no Edital de Substituição nº 001/2016 para atuar como professores substitutos, suprimindo as licenças para tratamento de saúde de até 15 (quinze) dias e eventuais afastamentos a pedido da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 23 de março de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

ANEXO ÚNICO

Nº	PROFESSOR
1	Márcia Regina Rocha
2	Eliane Thiago Popp

Decreto nº 360/2016

DECRETO Nº 360, DE 23 DE MARÇO DE 2016

Prorroga Contratação Temporária, de Servidor Municipal por Excepcional Interesse Público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social;

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 23 de março de 2016 a 22 de março de 2017, da servidora NÍVEA CARINE MOCELIN CAMPANA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 981.016.849-72, para ocupar o cargo de Assistente Social, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 23 de março de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

RESOLUÇÃO CMDA Nº 11/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)
MUNICÍPIO DE MARAVILHA (SC)

RESOLUÇÃO Nº 11 de 02 de março de 2016.

Aprova a Prestação de Contas dos recursos, federais, estaduais e próprios do município de Maravilha/SC, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, na área da infância e da adolescência, inclusive os alocados no FIA – Fundo da infância e da Adolescência, Exercício 2015.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO

ADOLESCENTE (CMDCA), em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 02 de março de 2016, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO:

A atribuição do CMDCA de aprovar e controlar a execução da política municipal de assistência social, no que tange a política de atendimento a Criança e ao adolescente, bem como, de se manifestar sobre as contas e relatórios encaminhados pelo Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social .

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas dos recursos próprios do município de Maravilha/SC, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Exercício 2015.

Art. 2º Aprovar a Prestação de Contas dos recursos federais do município de Maravilha/SC, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Exercício 2015.

Art. 3º Aprovar a Prestação de Contas dos recursos estaduais (restos oriundos do repasse do ano de 2014, efetuados com atraso) de Maravilha/SC, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Exercício 2015,

· Com o encaminhamento de ressalva ao departamento de estado responsável pelo repasse ao município do recurso, visto ao não repasse do recurso do ano de 2015.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Solange Balestreri

Presidente CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 01/2016

Conselho Municipal do Idoso

RESOLUÇÃO Nº 01 de 05 de fevereiro de 2016.

Aprova a Prestação de Contas dos recursos, federais, estaduais e próprios do município de Maravilha/SC, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Exercício 2015.

O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, em Assembleia Geral ordinária, realizada no dia 05/02/16, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO:

A atribuição do CMI de aprovar e controlar a execução da política municipal de assistência social, no que tange a política de atendimento ao Idoso, bem como, de se manifestar sobre as contas e relatórios encaminhados pelo Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social .

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas dos recursos próprios do município de Maravilha/SC, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Exercício 2015.

Art. 2º Aprovar a Prestação de Contas dos recursos federais do município de Maravilha/SC, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Exercício 2015.

Art. 3º Aprovar a Prestação de Contas dos recursos estaduais (restos oriundos do repasse do ano de 2014, efetuados com atraso) de Maravilha/SC, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Exercício 2015,

· Com o encaminhamento de ressalva ao departamento de estado responsável pelo repasse ao município do recurso, visto ao não repasse do recurso do ano de 2015.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Leonice F. N. Castanha
Presidente Do CMI

RESOLUÇÃO Nº 25/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA

RESOLUÇÃO Nº 25 de 02 de março de 2016.

Aprova a Prestação de Contas dos recursos, federais, estaduais e próprios do município de Maravilha/SC, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e no FIA – Fundo da infância e da Adolescência, Exercício 2015.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS), em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 02 de março de 2016, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO:

A atribuição do CMAS de aprovar e controlar a execução da política municipal de assistência social, bem como, de se manifestar sobre as contas e relatórios encaminhados pelo Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social .

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas dos recursos próprios do município de Maravilha/SC, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Exercício 2015.

Art. 2º Aprovar a Prestação de Contas dos recursos federais do município de Maravilha/SC, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Exercício 2015.

Art. 3º Aprovar a Prestação de Contas dos recursos estaduais (restos oriundos do repasse do ano de 2014, efetuados com atraso) de Maravilha/SC, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Exercício 2015,

· Com o encaminhamento de ressalva ao departamento de estado responsável pelo repasse ao município do recurso, visto ao não repasse do recurso do ano de 2015.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Marcia Scherer
Presidente CMAS

A/C
Daniela Barbosa Pacheco

Gerente de Contratos e Convênios (Gecon)
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação
Av. Mauro Ramos 722 - Centro - Florianópolis - SC
CEP: 88.020-300

Massaranduba

PREFEITURA

LIC 40.2015 - TROCA DE MARCA - AP OESTE

Massaranduba, 22 de março de 2016

SOLICITAÇÃO DE TROCA DE MARCA

Requerente: AP Oeste Distribuidora – Pregão presencial 40/2015

Produto: Item 58 – toalha de papel, 20x214, marca ideal

Item 59 – touca descartável 100 % polipropileno, marca Descarpack

DOS FATOS

Pedido interposto pela empresa AP Oeste Distribuidora, para troca de marca dos produtos acima mencionados, alegando ter cotado erroneamente:

Item 58 – toalha de papel, 20x214, marca ideal para GUIPEL

Item 59 – touca descartável 100 % polipropileno, marca Descarpack para TALGE

DO MÉRITO E DA DECISÃO

Característica peculiar do contrato público é que, segundo disposto na Lei 8666/93, as compras deverão ser adquiridas sem indicação de marca.

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

§ 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;

Assim sendo, uma vez que se trata apenas de troca de marca, mantendo as características do edital, nada impede que seja feita a troca, uma vez que as características de composição, tamanhos, códigos e embalagem permanecerão as mesmas.

Dessa forma, os itens 58 e 59 acima descritos passam a ter a seguinte descrição:

Item 58 – toalha de papel, 20x214, marca GUIPEL

Item 59 – touca descartável 100 % polipropileno, marca TALGE

Cirio Martini

Pregoeiro

Meleiro

PREFEITURA

DEFERIMENTO 001-2016

DEFERIMENTO

Defere o pedido de prorrogação da posse, pelo período de mais 30 dias, solicitado pelo candidato M.D.L.S., no dia 17 de Março de 2016, aprovado no Concurso Público, Edital 001/2015, para o cargo de motorista.

Dê ciência a interessada.

Publique-se.

Meleiro, 23 de março de 2016.

JONNEI ZANETTE

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 141/2016

PORTARIA n.º 141/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora FERNANDA MACIEL JANUARIO, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Chapéuzinho Vermelho.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 21 de Março de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 060/2016

PORTARIA Nº 060/2016 DE 16 DE MARÇO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE HORA EXCEDENTE À SERVIDORA GILNEIDE MADALENA VOGEL BRAUN, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 971/1990, 1.513/2002, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, Considerando a implementação integral da hora atividade dos professores de 33% conforme Lei Federal 11.738/2008, Considerando a necessidade de adequação da grade curricular para atendimento das respectivas horas atividades dos professores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado o pagamento na folha do mês de março/2016, à Servidora GILNEIDE MADALENA VOGEL BRAUN, o valor de R\$ 93,84 (Noventa e três reais e oitenta e quatro centavos) relativo ao pagamento de 4,3 horas excedentes (06 horas aulas), referente a 01 aula excedente do mês de fevereiro e 05 aulas excedentes do mês de março de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 16 de março de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 026/2016

TIPO: Melhor preço (por lote)

OBJETO: Serviço de impressão de material de expediente destinado para Manutenção de atividades Secretarias Municipais de Mondaí – SC

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 14h55min do dia 07 de abril de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 15h00min do dia 07 de abril de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 23 de março de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 027/2016

TIPO: Melhor preço (por lote)

OBJETO: Aquisição de mesas e bancos em madeira maciça destinados para colocação no Pavilhão Central junto ao Parque de Exposições/ Área de Lazer no Município de Mondaí - SC.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 08h55min do dia 08 de abril de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 08 de abril de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 23 de março de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 028/2016

TIPO: Melhor preço (por lote)

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de mudas de flores destinadas para ornamentação de prédios públicos, vias do perímetro urbano e demais espaços públicos no Município de Mondaí - SC.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 09h55min do dia 08 de abril de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 10h00min do dia 08 de abril de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 23 de março de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO 01/2016 CONSTRUTORA SOLO

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 89/2015

O Objeto do presente termo , é a SUPRESSAO DO VALOR de 35.757,27 (trinta e cinco mil setecentos e cinquenta e sete reais vinte e sete centavos), do contrato original nº 89/2015, referente a supressão da planilha orçamentaria original, itens 2.10, 3.4,3.9,4.1,6.5,6.9,12.6, conforme planilha anexa ao procedimento licitatório, bem como o ADITIVAMENTO do mesmo contrato original nº 89/2015, no valor de 29.629,35 (vinte e nove mil seiscentos e vinte e nove reais, trinta e cinco centavos) pela inclusão dos itens 3.1,3.2,3.3,3.8,6.4,14.1,14.2, igualmente em conformidade com a planilha orçamentaria anexa ao procedimento licitatório já mencionado ,ficando o contrato original com o VALOR GLOBAL de 309.785.76 (trezentos e nove mil setecentos e oitenta e cinco reais setenta e seis centavos) pela inclusão dos itens 3.7, 6.10, igualmente em conformidade com a planilha orçamentaria anexa ao procedimento licitatório já mencionado. CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, INSCRITA NO CNPJ Nº 95.996.104/0001-04 - CONTRATADA:CONSTRUTORA SOLO LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 07.706.125/0001-80

MONTE CARLO-SC,23 de MARÇO de 2016.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 27/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2016

OBJETO: O presente Processo de Dispensa de Licitação tem como objeto a, EMISSAO DE 3.200 CARNES IPTU COM 07 FOLHAS COM CAPA E CONTRACAPA COLORIDA. O contratado recebera o valor de R\$ R\$ 3.520,00(tres mil quinhentos e vinte reais)pela impressao dos itens objeto do presente termo, ja descritos na Cláusula anterior. O prazo de validade deste contrato é da data de assinatura do mesmo ate a data de realização da capacitação a ser definida, podendo ser rescindido a qualquer tempo por uma das partes desde que comunicado com antecedência de 30(trinta) dias. Processo de Licitação 30/2016 Dispensa de Licitação nº 04/2016. CONTRATADA: POSTMIX SOLUÇÕES GRAFICAS EIRELI EPP, INSCRITA NO CNPJ Nº 02.089.950/0001-60

MONTE CARLO-SC,23 de MARÇO de 2016.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO 29/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 29/2016

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016

REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: SERVIÇOS DE COLETA e ANÁLISE DE ÁGUA

Os envelopes deverão ser entregues à partir das 08:00 horas do dia 24/03/2016 até as 13:45 horas do dia 06/04/2016. Abertura da sessão no dia 06/04/2016 às 14:00 horas TIPO MENOR PREÇO – JULGAMENTO GLOBAL. INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROJETO COMPLETO:

a) Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551 - Centro.

HORÁRIO: Das 08:00 as 12:00 horas; 13:30 às 17:30 horas.

b) Telefone nº 49/3546.0194 ramal 231,

c) Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

d) e-Mail: compras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 23 de março de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO EDITAL TP 02/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 25/2016

RETIFICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 2/2016

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, com sede à Rodovia SC 452 km 25, nº 1551, Centro, Monte Carlo/SC, inscrita no CNPJ sob n.º 95.996.104/0001-04, através do Senhor Prefeito Municipal, torna público que fará realizar licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, com regime de execução por preço unitário, licitação de tipo menor preço, julgamento por proposta global e valor máximo fixado, com objetivo de selecionar melhor proposta, para a contratação de empresa para COBERTURA QUADRA DE ESPORTES, conforme projetos, memoriais, orçamentos, cronogramas e relatórios em anexo, a ser regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, CONFORME Planilha anexo a este Edital.

ONDE SE LÊ

6.8.2– Ter executado obra de características semelhantes com o objeto da obra em licitação, comprovado através de CAT – Certidão Acervo Técnico expedido pelo CREA que comprove(m) que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

LEIA-SE

6.8.2– Ter executado obra de características semelhantes com o objeto da obra em licitação, comprovado através de CAT – Certidão Acervo Técnico expedido pelo CREA que comprove(m) que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública ou privado direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

OBS- o restante do Edital permanece inalterado.

Monte carlo 23 de março de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

PREFEITO

Morro da Fumaça

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 044/2016

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial 044/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS-MÁQUINAS, MATERIAL SAIBRO PARA AS ESTRADAS VICINAIS E TUBOS DE DRENOS, conforme anexo. Data: 06/04/2016 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL 06/2015 PMN

ATA PREGÃO 6/2016 PMN .

AO(S) 18 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14H00MIN, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE AS PREGOEIRAS E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 377 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES T.E.S TECNOLOGIA DE SOLOS LTDA, TECHNO PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS EIRELLI- EPP E FREEDOM TERRAPLENAGEM LTDA, TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS. HAVENDO APENAS A EMPRESA TECHNO PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS EIRELLI- EPP ENQUADRADA COMO ME OU EPP. A EMPRESA FREEDOM TROUXE UM ENVELOPE DE CREDENCIAMENTO, ASSIM NÃO HAVENDO REPRESENTANTE. PRESENTE NO CERTAME O ENGENHEIRO CIVIL ASSESSOR VINICIUS DE CASTRO OLIVEIRA. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS. TODAS AS PROPOSTAS ATENDERAM O EDITAL, APÓS PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES, NESTA FASE A LICITANTE T.E.S VENCEU O ITEM QUE ERA O OBJETO DA LICITAÇÃO.

APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA LICITANTE. OS DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO FORAM CONFERIDOS E VISTADOS PELO SR. VINICIUS DE CASTRO OLIVEIRA - ENGENHEIRO CIVIL ASSESSOR, FUNCIONÁRIO DA SECRETARIA DE GOVERNO E PELOS DEMAIS LICITANTES SENDO CONSTATADO QUE A EMPRESA ATENDEU A TODAS AS SOLICITAÇÕES QUE CONSTAVAM NO EDITAL. NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE PARA HOMOLOGAÇÃO E POSTERIOR ADJUDICAÇÃO DO OBJETO LICITADO. .

FRANCIELE JUSTINO----- PREGORIRA

CARLA CLAUDINO - PREGOEIRA.

JOSEZITE DOS SANTOS-----EQUIPE DE APOIO.

MIROSLAVA MARIN----- EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 18 DE MARÇO DE 2016.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 14/2015 FMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015 FMC

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 06/04/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 06/04/2016 às 9:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 23 de março de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

COMUNICADO – I RETIFICADO CONCORRÊNCIA 68/15 FMS

COMUNICADO – I retificado

Concorrência 68/2015

Onde lê:

Dia continuação – 01/06/2014

Horário continuação – 8:30 h

Lê-se:

Dia continuação – 01/06/2014

Horário continuação – 8:30 h

Navegantes, 23 de março de 2016.

CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA 11/2016 PMN

CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA 11/2016 PMN

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC., CONVOCA PARA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA DOS 2º				
COLOCADOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 -PMN, CONFORME SEGUE:				
NAVEGANTES/SC, 11 DE MARÇO DE 2016.				

DECRETO 34/2016 - SUBSTITUIÇÃO DE SUPLENTE PLANO DIRETOR

DECRETO N º 034 DE 22 DE MARÇO DE 2016

ALTERA O DECRETO 259 DE 15/4/2015, QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS DELEGADOS DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL PARA O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, DECRETA:

Art. 1º- Fica alterado o art. 1º do Decreto n º 259 de 15 de abril de 2015, substituindo a suplente representante da Procuradoria Geral do Município, conforme segue:

7 – Procuradoria Geral do Município: Suplente: Gladis Regina de Oliveira Aragão.

Art. 2 º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto n º 259 de 15 de abril de 2015.

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE MARÇO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 22 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI 3082/2016 DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO RUA HELENA MARIA MENDES DE OLIVEIRA

LEI N º 3082 DE 21 DE MARÇO DE 2016

DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO – RUA HELENA MARIA MENDES DE OLIVEIRA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1 º A rua sem denominação oficial localizada no bairro São Paulo, com início na rua João Manoel Gualberto e término na rua Padre João Pivatto, passa a denominar-se RUA HELENA MARIA MENDES DE OLIVEIRA.

Art. 2 º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE MARÇO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 21 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2016

PROCESSO Nº 026/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016

Aos 23 dias do mês de março de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 23/03/2016, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: O objeto deste pregão é o Registro de Preços para a contratação de serviços de ESCAVADEIRA HIDRÁULICA e TRATOR DE ESTEIRA, para atender as necessidades do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Agronegócio no Município de Nova Trento através do Subsídio de Horas-Máquina nas propriedades rurais, em distância não superior a 65 Km da sede do Município de Nova Trento, menor preço por item.

As Licitantes registradas para os materiais cotados é:

Item	Qtidade	Unidade	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
1	3.000	Horas	Prestação de serviços com Escavadeira Hidráulica, equipada com caçamba (concha) com capacidade mínima de 0,90 m³, com peso operacional de no mínimo 15.000 kg. Equipamento com no máximo 10 anos de fabricação, acompanhado de operador capacitado a operar o equipamento. As despesas com combustível, manutenção preventiva e corretiva e demais obrigações com o equipamento será de responsabilidade da contratada.	173,50	520.500,00
2	1.500	Horas	Prestação de serviços com Trator de Esteira, mínimo D-4. Equipamento com no máximo 10 anos de fabricação, acompanhado de operador capacitado a opera o equipamento. As despesas com combustível, manutenção preventiva e corretiva e demais obrigações com o equipamento será de responsabilidade da contratada.	124,00	186.000,00
TOTAL R\$					706.500,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 706.500,00 (Setecentos e seis mil e quinhentos reais).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos licitados deverão ser entregues no endereço constante do pedido, desde que atendidas as exigências do edital, sem ônus para a Prefeitura de Nova Trento, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 23 de março de 2016.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

PORTARIA Nº 268/2016

Portaria nº 268, de 21 de março de 2016

Substitui e nomeia os membros do Conselho do FUNDEB.

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento em Exercício, usando das atribuições que lhe confere a artigo 94, item VIII da Lei Orgânica de 04/04/90 e de acordo com a Lei nº 2.177 de 17/04/2007, alterada pela Lei nº 2.286 de 18 de novembro de 2008, que criou o Conselho do FUNDEB,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir e nomear os membros abaixo relacionados para fazerem parte do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação –FUNDEB, gestão 2015/2017, conforme segue:

VII – Representantes do Conselho Municipal de Educação



Titular : Andressa Celis de Souza em substituição à Cleusa da Silva Tedesco

Suplente: Lizandra Marcola Zucatelli em substituição à Andressa Celis de Souza

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogados disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de março de 2016.

Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 269/2016

PORTARIA Nº 269, de 21 de março de 2016

Substitui e nomeia os membros do Conselho Municipal de Educação

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere artigo 94, item VIII da Lei Orgânica de 04/04/90 e de acordo com a Lei nº 2.502/2013, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação – CME

RESOLVE:

Art. 1º Substituir e nomear os membros abaixo relacionados para fazerem parte do Conselho Municipal de Educação de Nova Trento, gestão 2015/2017 conforme segue:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação :
Suplente: Janaina Taís Baraúna em substituição à Ana Miria Cipriani Marchi

II – Representantes do Corpo Docente da Educação Infantil:
Titular: Mirielle Demonti Amorim em substituição à Cleusa da Silva Tedesco
Suplente: Taís Michalski em substituição à Mirielle Demonti Amorim

V – Representantes do Corpo Docente da Educação Especial:
Suplente: Hindyanara Antunes Dos Passos em substituição à Janete Duarte Tavares

VIII – Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA:
Suplente: Samanta Lazzarotto em substituição à Giovani Tridapalli

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogados disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 21 de março de 2016.
Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal Administração e Finanças

PROCESSO 033/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 025/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 033/2016 – Pregão Presencial nº 025/2016
Objeto: Aquisição de um Veículo novo (Zero Quilômetro), ano fabricação 2016, modelo 2016, capacidade para transportar no mínimo 05 (cinco) pessoas, motor no mínimo 1.0, ou superior, bicomcombustível álcool/gasolina, para atender as necessidades da Secretaria de Administração e Finanças, conforme especificações constantes do Anexo I deste edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 08/04/2016 até as 09:30 horas. Abertura: 08/04/2016 – 09:30 horas.

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3211 -48.3267 3213 – site: www.novatreto.sc.gov.br – e-mail: compras@novatreto.sc.gov.br
Gian Francesco Voltolini
Prefeito

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº Sa021/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2016

HOMOLOGAÇÃO: 23/03/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETO: - Aquisição de 01 (um) Veículo novo (Zero Quilômetro), ano fabricação 2016, modelo 2016, capacidade para transportar no mínimo 07 (sete) pessoas, motor 1.8, ou superior, bicomcombustível álcool/gasolina, com as características técnicas constantes no anexo I deste edital.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

RIVEL VEÍCULOS LTDA (CNPJ nº 85.106.037/0001-51) - Valor Total: R\$ 76.300,00 (Setenta e seis mil e trezentos reais).

Nova Trento/SC, 23 de março de 2016.

JOSEMAR GUILHERME FRANZOI
Prefeito Em Exercício

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DO RESULTADO DO PL Nº 012/16 PR Nº 006/16 SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
AVISO DE RESULTADO DO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016 SRP

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de sua Pregoeira, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 006/2016 – tem como objeto a seleção de propostas para futura e eventual: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NAS MODALIDADES DE FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL SUÍÇO E FUTEBOL DE SALÃO PARA ATENDIMENTO DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos estimados e especificações constantes do Edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 23/03/2016 às 09:00 hs, que teve como única empresa participante:

LIGA CORONEL FREITENSE DE FUTEBOL, sendo que a empresa foi vencedora dos itens 01, 02, 03 e 04, com valor global de R\$ 29.646,00 (Vinte e nove mil seiscentos e quarenta e seis reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz as exigências do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa acima mencionada como Vencedora do Pregão Presencial Nº 006/2016.

Novo Horizonte/SC, em 23 de Março de 2016.

IDINARA CRISTINA MASSUCCO
Pregoeira

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PL Nº 033/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2015
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 23/03/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAS ELETRICOS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO E MELHORIAS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE/SC
CONTRATADO: EDMAR DA SILVA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.885,38 (Sete mil oitocentos e oitenta e cinco reais e trinta e oito centavos).
DATA: 23/03/2016 – ELI MARIOTT – Prefeito Municipal

EXTRATO TA Nº 003 AO CA 046/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 003 ao Contrato Administrativo Nº: 046/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: EDMAR DA SILVA - ME
Vigência : Início: 23/03/2016 Término: 21/05/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2015

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, consistindo na prorrogação do prazo para mais 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura deste instrumento, ou seja, até 21/05/2016, podendo ser prorrogado por interesse da administração pública.

Fundamento Legal: com amparo no art. 57 I, § 1º, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações, celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 046/2015

Novo Horizonte/SC, em 23 de Março de 2016 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Número do Registro de Preços: 3/2016		Data do Registro: 23/03/2016		Válido até: 23/03/2017			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NAS MODALIDADES DE FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL SUÍÇO E FUTEBOL DE SALÃO PARA ATENDIMENTO DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL SUÍÇO. (01-01-25342)	JG	LIGA CORONELFREITENSE DE FUTEBOL (1673)		0	108,0000	1
2	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO. (01-01-25343)	JG	LIGA CORONELFREITENSE DE FUTEBOL (1673)		0	237,6000	1
3	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE SALÃO. (01-01-25344)	JG	LIGA CORONELFREITENSE DE FUTEBOL (1673)		0	108,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Número do Registro de Preços: 3/2016		Data do Registro: 23/03/2016		Válido até: 23/03/2017			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NAS MODALIDADES DE FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL SUÍÇO E FUTEBOL DE SALÃO PARA ATENDIMENTO DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE JOGOS DE FUTEBOL DE SALÃO E SUÍÇO, PARA JOGOS DE OLÍMPIADAS, (01-01-25345)	JG	LIGA CORONELFREITENSE DE FUTEBOL (1673)		0	54.0000	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Número do Registro de Preços: 3/2016		Data do Registro: 23/03/2016		Válido até: 23/03/2017			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NAS MODALIDADES DE FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL SUÍÇO E FUTEBOL DE SALÃO PARA ATENDIMENTO DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2016
PROCESSO Nº 12/2016

(1673) - LIGA CORONELFREITENSE DE FUTEBOL

Novo Horizonte, 23 de Março de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Número do Registro de Preços: 3/2016		Data do Registro: 23/03/2016		Válido até: 23/03/2017			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NAS MODALIDADES DE FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL SUÍÇO E FUTEBOL DE SALÃO PARA ATENDIMENTO DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL SUÍÇO. (01-01-25342)	JG	LIGA CORONELFREITENSE DE FUTEBOL (1673)		0	108,0000	1
2	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO. (01-01-25343)	JG	LIGA CORONELFREITENSE DE FUTEBOL (1673)		0	237,6000	1
3	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE SALÃO. (01-01-25344)	JG	LIGA CORONELFREITENSE DE FUTEBOL (1673)		0	108,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Número do Registro de Preços: 3/2016		Data do Registro: 23/03/2016		Válido até: 23/03/2017			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NAS MODALIDADES DE FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL SUÍÇO E FUTEBOL DE SALÃO PARA ATENDIMENTO DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE JOGOS DE FUTEBOL DE SALÃO E SUÍÇO, PARA JOGOS DE OLIMPIADAS, (01-01-25345)	JG	LIGA CORONELFREITENSE DE FUTEBOL (1673)		0	54.0000	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Número do Registro de Preços: 3/2016		Data do Registro: 23/03/2016		Válido até: 23/03/2017			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NAS MODALIDADES DE FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL SUÍÇO E FUTEBOL DE SALÃO PARA ATENDIMENTO DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2016
PROCESSO Nº 12/2016

(1673) - LIGA CORONELFREITENSE DE FUTEBOL

Novo Horizonte, 23 de Março de 2016.

Orleans

PREFEITURA

3.918

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.918 DE 29 DE JANEIRO DE 2016.

ESTABELECE O CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o prescrito no artigo 68, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e na Lei Municipal Nº 1.293 de 13 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal de Orleans e as Normas Gerais de Direito Tributário Aplicável ao Município.

DECRETA:

Art. 1º - Os tributos municipais dependentes de cadastro serão arrecadados no exercício de 2016, da seguinte forma:

I – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN:

a) - Fixo – profissionais liberais – em 12 (doze) parcelas com vencimento todo dia 20(vinte) de cada mês, sendo que a primeira parcela será dia 20.02.2016 e a última no dia 20/01/2017.

b) - Variável – Atividades econômicas – mensalmente – vencíveis até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da prestação do serviço, sendo que a parcela de nº 12 o vencimento será em 20/01/2017.

II – Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU:

a) – Em parcela única com 30% (trinta por cento) de desconto, com vencimento em 14 de junho de 2016.

b) - Em 04 (quatro) parcelas fixas, sem desconto, sendo, a primeira vencível em 14 de junho de 2016; a segunda vencível em 14 de julho de 2016; a terceira vencível em 15 de agosto de 2016 e a quarta vencível em 14 de setembro de 2016.

III - Taxa de Alvará Sanitário

a) – Em parcela única – vencimento em 31 de março de 2016.

IV – Taxa de verificação e Cumprimento de Posturas e Normas Urbanísticas – TVCPU:

a) - Em parcela única – vencimento em 29 agosto de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 29 de janeiro de 2016; 131 anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

3.925

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.925 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.
NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e para os fins do artigo 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993,

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados, para comporem a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Orleans e do Fundo Municipal de Saúde, sob a presidência do primeiro, os seguintes membros servidores públicos qualificados pertencentes ao quadro permanente, a saber:

1. Delson Lotin
2. Francielli Ceolin Beltrame
3. Suzana Zapelini Benedet.

§ 1º. Compete à Comissão Permanente de Licitações processar e julgar a habilitação preliminar e as propostas, com a presença de, pelo menos, 03 (três) membros.

§ 2º. A Comissão se incumbirá do julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento.

§ 3º. Substituirá o presidente, no caso de impedimento, o membro imediatamente seguinte na ordem de nomeação dada neste artigo e, assim, sucessivamente.

Art. 2º Os trabalhos da Comissão Permanente de Licitação serão secretariados pela servidora municipal: Francielli Ceolin Beltrame.

Art. 3º Os membros da Comissão Permanente responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 4º As funções de membro da Comissão Permanente de Licitação não são remuneradas, mas consideradas de relevante interesse público.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado em especial o Decreto nº 3.856 de 30 de junho de 2015.

Orleans/SC, 22 de fevereiro de 2016; 131º anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

3.926

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.926 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

"NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e considerando o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem a Comissão que irá realizar os pregões eletrônicos e presenciais no âmbito da Prefeitura Municipal de Orleans e do Fundo Municipal de Saúde, os seguintes Membros:

Pregoeiro: Delson Lotin

Equipe de Apoio: Francielli Ceolin Beltrame e Suzana Zapelini Benedit.

Art. 2º A realização dos pregões serão procedidos na Administração Direta do Município de Orleans, nos fundos especiais, nas autarquias, nas fundações, nas entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 3.857 de 15 de junho de 2015.

Orleans/SC, 22 de fevereiro de 2016; 131º anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

3.927

DECRETO N. 3.927 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA EQUIPE LOCAL RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR 2016/2019 DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 68 da Lei Orgânica do Município de Orleans,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Equipe Local responsável pelo acompanhamento do Plano de Ações Articuladas - PAR 2016-2019, do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, do município de Orleans, os seguintes membros:

Representante dos Técnicos da Secretaria Estadual/Municipal de Educação
Elisabete Menegasso Bagio
Representante do Conselho Municipal de Educação.
Tania Benedit Mazzuco
Representante do quadro Técnico Administrativo das escolas

municipais

Jane Cristina Vergínia Bagio
Representante dos Conselhos Escolares
Rosinete Broseli Daltoé
Representante dos Professores
Izolete Emilia Degenhnaurt
Representante dos Professores da Zona Urbana
Lisete de Oliveira Benedit
Representante dos Professores da Zona Rural
Vanderléia Sunfinski Veronez

Representante dos Coordenadores da Educação Infantil
Glauce Feltrin Canever
Representante das Coordenadoras da Educação Infantil
Sheila Zomer Matheus
Representante dos Coordenadores da Educação Infantil
Angela Maria Pavei Willemann
Representante dos Coordenadores da Educação Infantil
Ivanilde Fermiano Da Silva Mattei

Representante dos Diretores de Escola
Telma Regina Rocha Hoffmann

Representante dos Diretores de Escola
Marcilane Dalazen Carrer
Representante dos Diretores de Escola
Cristiane Silvestre Cardoso

Representante dos Técnicos da Secretaria Estadual/Municipal de Educação
Rosilei Carrer Della Justina

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Orleans/SC, 22 de fevereiro de 2016; 131º anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

3.928

DECRETO N. 3.928 DE 22 DE FEVEREIRO 2016

"ANULA DOTAÇÃO E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR."

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei n. 2652 de 28 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o crédito suplementar nas seguintes dotações Orçamentárias:

06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.01 – departamento de Educação
2.013 - Manutenção do Ensino Fundamental
F.R. - 01.0001 – 25% Educação
3.1.90.00 - aplicações Diretas R\$ 700.000,00

TOTAL _____

___ R\$ 700.000,00

Art.2º Para abertura do crédito Suplementar no artigo anterior, fica anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.01 – departamento de Educação

2.013 - Manutenção do Ensino Fundamental

F.R. - 01.0001 – 25% Educação

3.3.90.00 - aplicações Diretas R\$ 700.000,00

TOTAL

___ R\$ 700.000,00

Art.3º Este decreto entra em Vigor na data de sua Publicação

Orleans/SC, 22 de fevereiro de 2016; 131º anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

3.930

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.930 DE 4 DE MARÇO DE 2016.

“ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS”

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais conferidas no Artigo 68, Item VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, o dia 24 de março de 2016 (quinta-feira), véspera do feriado de sexta-feira santa.

Art.2º. Os atendimentos dos serviços públicos essenciais, na data mencionada no artigo anterior, deveram ser garantidos pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans/SC, 04 de março de 2016; 131 anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

3.931

DECRETO N. 3.931 DE 04 DE MARÇO 2016

“ ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR PROVAVEL EXCESSO DE AR-RECADACÃO.”

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei n. 2652

de 28 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

ART.1. Fica aberto o crédito suplementar nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.01 – Departamento de Educação

2.014 - Manutenção do Ensino infantil

F.R. 01.0078 – FNDE – Apoio as Creches

3.3.90.00 - aplicações Diretas R\$ 150.000,00

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.046 – Manutenção da Proteção Social Básica

F.R. - 01.0520 – FNAS – PSB

3.3.90.00 - aplicações Diretas R\$ 160.000,00

F.R. - 01.0060 – FEAS Proteção Social Básica - Estado

4.4.90.00 - aplicações diretas R\$ 25.000,00

2.047 – Manutenção da Proteção Social Especial

F.R. - 01.0523 – FNAS -PSEMC

3.3.90.00 - aplicações Diretas R\$ 78.000,00

3.3.50.00 – Transf. A Instit.Privada s/Fins Lucrativos R\$ 17.000,00

2.048 – Manutenção da gestão de Assistência Social

F.R. - 01.0521 – FNAS - GBF

3.3.90.00 - aplicações Diretas R\$ 5 000,00

4.4.90.00 - aplicações diretas R\$ 7 000,00

F.R. - 01.0522 – FNAS – GSUAS

3.3.90.00 - aplicações Diretas R\$ 3 000,00

4.4.90.00 - aplicações diretas R\$ 7 000,00

TOTAL

___ R\$ 452.000,00

ART 2. Para abertura do crédito Suplementar no artigo anterior, ficam utilizadas as seguintes fontes de recursos:

F.R. - 01.0078 – FNDE – Apoio as Creches R\$ 150.000,00

F.R. - 01.0520 – FNAS – PSB R\$ 160.000,00

F.R. - 01.0060 – FEAS Proteção Social Básica – Estado R\$ 25.000,00

F.R. - 01.0521 – FNAS – GBF R\$ 12.000,00

F.R. - 01.0522 – FNAS – GSUAS R\$ 10.000,00

F.R. - 01.0523 – FNAS -PSEMC R\$ 78.000,00

Total

___ R\$ 452.000,00

ART.3. Este decreto entra em Vigor na data de sua Publicação

Orleans/SC, 04 de março de 2016; 131 anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

3.932

DECRETO Nº 3.932 DE 14 DE MARÇO DE 2016.

“DECRETA LUTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans de Orleans no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º Fica Decretado Luto oficial por 03 (três) dias no Município de Orleans, em decorrência do falecimento do Ex-Vereador Lucrésio Sandrini.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Orleans/SC 14 de março de 2016; 131 anos da Fundação e 102 anos de Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

Otacílio Costa

PREFEITURA

PREGÃO 016/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

EDITAL PREGÃO Nº 016/2016

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando a aquisição de pães para uso da merenda escolar. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 06/04/2016 e abertura da sessão será às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 22/03/2016

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal.

Ouro

PREFEITURA

DECRETO 335

DECRETO Nº 335, DE 18 DE JANEIRO 2016.

Estabelece ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Ouro, nos dias 08 e 09 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo nos dias 08 e 09 de fevereiro do corrente ano, em todas as repartições públicas do Município de Ouro, em função do Carnaval.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
18 de janeiro de 2016.

Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 339

DECRETO Nº 339, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Fixa o valor da Unidade de Referência Municipal - URM para o mês de fevereiro de 2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980, e no art. 2º, § 2º, da Lei Complementar nº 11, de 7 de dezembro de 2000,

Considerando a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, no mês de dezembro de 2015, de 0,49% (quarenta e nove centésimos por cento),

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 3,1554 (três inteiros e um mil quinhentos e cinquenta e quatro dezenas de milhar de real) o valor da Unidade de Referência Municipal - URM, para o mês de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de fevereiro de 2016.

Ouro-SC, 27 de janeiro de 2016.

Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 343

DECRETO Nº 343, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia o Conselho Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 1.446, de 5 de junho 1997,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Educação - COMED do Município de Ouro:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:

- Anadir Maria Haupt Gusso – Membro Titular
- Edite Mason – membro suplente

II- Representante das Escolas da Rede Estadual

- Patricia Boff – Membro Titular
- Anestor Bernart – Membro Suplente

III - Representante das Escolas da Rede Municipal:

- Silvana Baretta – Representante do Ensino Fundamental Anos Iniciais - Membro Titular
- Eliziane Souza Almeida - Representante do Ensino Fundamental Anos Iniciais – Membro Suplente
- Eliane Schons Basei – Representante dos Professores da educação Infantil – Membro Suplente

IV – Representante das Escolas Particulares:

- Fabiula Aparecida Surdi – Membro Titular

V – Representante de Associações de Pais e Professores das Redes Estaduais e Municipais:

- Juriela Franquini – Membro Titular
- Naiara Nora – Membro Suplente
- Cristiane Amaral – Membro Titular
- Vanderleia Rech – Membro Suplente
- Roseli Campioni Riga – Membro Titular
- Terezinha Faccim – Membro Suplente
VI – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

- Seroni da Costa Marcon – Membro Titular
- Ivanir Augusto Bonamigo - Membro Suplente

VII – Representante do Sindicato dos Professores – SINCAPE

- Genice Valcarenki – Membro Titular

VIII – Representante dos Gestores da Rede Municipal e estadual:

- Juliane Bassotto Kwiatkowski - Membro Titular
- Fábio Coronetti – Membro Suplente

IX – Representante do Conselho Tutelar

- Cintia Demim – Membro Titular
- Darliane Nora - Membro Suplente

X – Representante da Administração:

- Jaison Brandini – Membro Titular
- Rafael Boff – Membro Suplente

Art. 2º A posse dos membros do Conselho deverá ocorrer em até cinco dias, a contar da publicação deste Decreto e o mandato encerrará em 24 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
24 de fevereiro de 2016.

Vitor João Faccin
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 344

DECRETO Nº 344 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

Atualiza a Tabela de Níveis de Vencimentos do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no art. 1º da Lei Municipal nº 2.440 de 25 de fevereiro de 2016, que concede reposição das perdas salariais, na forma de revisão geral anual da remuneração, no percentual de 11,28% (onze virgula vinte e oito por cento), aos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas da Administração Pública Municipal, bem como aos conselheiros tutelares;

Considerando o disposto no inciso VII do art. 7º da Constituição Federal, que dá garantia de salário nunca inferior ao salário mínimo nacional;

Considerando o Decreto Federal nº 8.618, de 29 de dezembro de 2015, que fixou o salário mínimo nacional em R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais);

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizada a Tabela de Níveis de Vencimentos do Quadro de Pessoal da Administração Direta, conforme Anexo Único deste Decreto, de acordo com a Lei nº 2.440, de 25 de fevereiro de 2016.

Parágrafo único. Para o cargo de Agente de Serviços Gerais, nível SGM-01, que em decorrência da aplicação da revisão geral anual da remuneração não alcançaram o valor do salário mínimo nacional, fica fixado o vencimento em R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de fevereiro de 2016.

Ouro-SC, 26 de FEVEREIRO de 2016.
Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

TABELA DE PROGRESSÕES SALARIAIS

GRUPO DOCENTES - DOC

Cód.	Cargo	Nível	A	B	C	D	E
058	Professor - 20 h	DOC-00	1.067,05		1.175,20		
061	Professor I - 20 h	DOC-01	1089,85				
133	Professor I - 30 h	DOC-01	1634,80				
110	Professor I - 40 h	DOC-01	2.179,72		2.617,04		
062	Professor II - 20 h	DOC-02	1.198,83		1.431,56	1.565,60	
112	Professor II - 40 h	DOC-02	2.397,67		2.891,36		
134	Professor III - 20 h	DOC-03	1.318,71				
135	Professor IV - 20 h	DOC-04	1.450,58				

GRUPO ESPECIALISTAS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - EAE

Cód.	Cargo	Nível		B	C	D	E
139	Orientador Pedagógico	EAE-01	2.397,67				
140	Psicólogo Educacional	EAE-01	2.397,67				

GRUPO ATIVIDADES TÉCNICAS SUPERIOR - ATS

Cód.	Cargo	Nível	A	B	C	D	E
130	Pedagogo	ATS-00	1.924,29				
073	Advogado - 20 horas	ATS-01	1.189,43				
074	Psicólogo - 20 horas	ATS-01	1.189,43				
070	Odontólogo	ATS-02	2.378,89				
129	Psicólogo - 40 horas	ATS-02	2.378,89				
141	Nutricionista 30 horas	ATS-03	1.964,18				
071	Médico Veterinário	ATS-03	2.618,91				
072	Engenheiro Agrônomo	ATS-04	2.899,76				
075	Assistente Social	ATS-04	2.899,76				
076	Enfermeiro	ATS-04	2.899,76			3.831,23	
080	Farmacêutico Bioquímico	ATS-04	2.899,76				
083	Contador	ATS-05	3.441,14				
106	Administrador	ATS-05	3.441,14				
069	Médico	ATS-06	14.612,52				

GRUPO ATIVIDADES TÉCNICAS MÉDIA - ATM

Cód.	Cargo	Nível	A	B	C	D	E
137	Aux. Professor Regente - 20 h	ATM-00	693,07				
138	Aux. Professor Regente - 30	ATM-00	1.039,61				
026	Auxiliar de Escritório	ATM-01	908,27				1.218,76
030	Inseminador Artificial	ATM-01	908,27				
031	Atendente de Saúde Pública	ATM-01	908,27		1.038,02	1.163,50	
044	Telefonista	ATM-01	908,27			1.129,68	
113	Auxiliar Administrativo	ATM-02	1.004,02				
032	Auxiliar de Enfermagem	ATM-03	1.061,77			1.258,52	
027	Auxiliar de Escriturário	ATM-04	1.122,49			1.367,20	
028	Almoxarife	ATM-05	1.393,23			1.736,35	
035	Técnico Tributário	ATM-06	1.449,36				
078	Fiscal Sanitário	ATM-06	1.449,36				

121	Técnico em Enfermagem	ATM-06	1.449,36				
122	Fiscal Tributário	ATM-06	1.449,36				
029	Escriturário	ATM-07	1.629,46			2.104,61	
036	Téc. em Proc. de Dados	ATM-08	1.699,65				2448,64
143	Orientador Social	ATM-08	1.699,65				
084	Tesoureiro	ATM-09	2.802,75				
131	Técnico em Contabilidade	ATM-09	2.802,75				

GRUPO SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO - SGM

Cód.	Cargo	Nível	A	B	C	D	E
045	Auxiliar de Pedreiro	SGM-01	880,00				
086	Agente de Serviços Gerais	SGM-01	880,00		952,22		
038	Operário Geral	SGM-02	908,27		1.038,03	1.112,78	1.195,02
041	Vigia	SGM-02	908,27				
047	Motorista	SGM-03	1.061,77			1.301,84	1.398,36
051	Pedreiro	SGM-03	1.061,77				
053	Calceteiro	SGM-03	1.061,77				
085	Agente de Construção Civil	SGM-04	1.147,55				
052	Operador de Máquinas	SGM-05	1.393,23		1.568,02	1.668,75	1.779,58
055	Mecânico	SGM-05	1.393,23				

GRUPO PROGRAMA DE SAÚDE FAMILIAR - PSF

Cód.	Cargo	Nível	Vencimentos
099	Agente Comunitário de Saúde	PSF-01	1.209,62

GRUPO PESSOAL COMISSIONADO DO MUNICÍPIO - PCM

Cód.	Cargo	Nível	Vencimentos
118	Assistente de Gabinete	PCM-01	938,62
117	Coordenador de Serviços Urbanos	PCM-02	1.043,80
127	Coordenador do Programa Merenda Escolar	PCM-02	1.043,80
128	Coordenador de Programas Sociais	PCM-02	1.043,80
116	Coordenador de Programas de Saúde	PCM-03	1.143,20
022	Chefe da Divisão de Pessoal	PCM-04	1.265,50
020	Secretário de Escola	PCM-05	1.474,92
136	Secretário de Centro de Educação Infantil	PCM-05	1.474,92
115	Assessor de Indústria e Comércio	PCM-06	1.739,66
018	Chefe da Divisão de Transportes	PCM-07	1.934,52
019	Chefe da Divisão de Urbanismo	PCM-07	1.934,52
017	Diretor de Escola	PCM-08	2.659,02
090	Chefe de Gabinete	PCM-08	2.659,02
103	Diretor de Centro de Educação Infantil	PCM-08	2.659,02
123	Diretor de Trânsito	PCM-08	2.659,02
012	Diretor de Agricultura e Meio Ambiente	PCM-09	2.802,75
015	Diretor de Transporte e Urbanismo	PCM-09	2.802,75
082	Assessor Jurídico	PCM-09	2.802,75
088	Diretor de Infra-Estrutura Agrícola	PCM-09	2.802,75
089	Diretor de Desenvolvimento Rural	PCM-09	2.802,75

107	Diretor de Saúde	PCM-09	2.802,75
108	Diretor de Assistência Social	PCM-09	2.802,75
142	Diretor de Esportes	PCM-09	2.802,75
114	Diretor de Educação	PCM-09	2.802,75
101	Coordenador de Controle Interno	PCM-10	4.046,09
GRUPO PESSOAL COM FUNÇÃO GRATIFICADA – PFG			
Cód.	Função Gratificada	Nível	Gratificação
093	Responsável pelo Controle Interno	PFG-01	1.363,60
094	Responsável pelo Programa Saúde Familiar	PFG-01	1.363,60
124	Responsável por Diretoria	PFG-01	1.363,60
102	Coordenador de Controle Interno	PFG-02	852,88
119	Responsável por Departamento	PFG-02	852,88
120	Responsável pelo Programa de Controle da Dengue	PFG-03	653,38
GRUPO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO - CTM			
Cód.	Cargo	Nível	Vencimentos
132	Conselheiro Tutelar	CTM-01	1.780,48

Obs.: Reajustado em 11,28% conforme Lei nº 2.440, de 25 de fevereiro de 2016.

DECRETO 345

DECRETO Nº 345, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Nomeia membro para compor o Plano Decenal dos Direitos da Criança e Adolescentes do Município de Ouro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.407, de 02 de abril de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Revoga-se o mandato da integrante da Comissão Intersectorial de Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente:

Juliana Denise Steckling.

Art. 2º Fica nomeado, em substituição ao membro cujo mandato foi revogado no art. 1º deste, como novo membro do Plano Decenal dos Direitos da Criança e Adolescentes do Município de Ouro, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social:

Thais Marcela de Lima.

Art. 3º Os demais membros do referido Plano Decenal continuam inalterados, quais sejam:

- Elizandra Carla Gasparini – Secretaria Municipal de Educação;
- Robson Masson – Diretoria Municipal de Esportes;
- Cintia Demin – Conselho Tutelar;
- Josiane Ferreira – SCFV e Conselho Tutelar;
- Neudo Innocenti – CRAS;
- Derci de Araújo – Secretaria Municipal de Administração;
- Fabio Coronetti – Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente;
- Lainir Durigon – Conselho Municipal de Assistência Social;
- Diana Regina Viganó – Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Edite Masson – Conselho Municipal de Assistência Social;
- Aline Aparecida Grezele – Secretaria Municipal de Assistência Social;

- Daniela Esganzela – Conselho Municipal de Saúde;
- Mariluci Colombo – Secretaria Municipal de Saúde;
- Danieli Cesa – Criança e adolescente;
- Lara Luci Moresco – Criança e adolescente e;
- Vitor Emanuel Guerreiro - Criança e adolescente.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
01 de março de 2016.

Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 346

DECRETO Nº 346, DE 01 DE MARÇO DE 2016

Nomeia membro para compor o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Ouro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 1.331, de 19 de outubro de 1995 e a Resolução nº 002/2016, de 01 de março de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Revoga-se o mandato da representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Tatiane Biarzi

Art. 2º Fica nomeado, em substituição ao membro cujo mandato foi revogado no art. 1º deste, como novo membro Conselho Municipal de Assistência Social:

Aline Aparecida Grezele

Art. 3º Os demais membros do referido Conselho continuam inalterados, quais sejam:

I - Representantes das Secretarias Municipais

a) Secretaria Municipal de Assistência Social:
Lainir Durigon

b) Secretaria Municipal de Educação:
Edite Masson

c) Secretaria Municipal de Administração:
Rosane Perotoni

d) Secretaria Municipal de Saúde:
Briana Bazzo

II - Representantes da Sociedade Civil

a) Dois representantes dos usuários da assistência social:
Izequel Inácio de Jesus
Silvana Madalena Marques Ramos

b) Um representante de entidades e organizações de assistência social:
Assunta Nora

c) Dois representantes de entidade de trabalhadores:
Elena Casagrande Reck
Célia Molineti

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
01 de março de 2016.
Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 349

DECRETO Nº 349 DE 21 DE MARÇO DE 2016.

Estabelece o feriado de Emancipação Político-Administrativa do Município de Ouro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o feriado de Emancipação Político-Administrativa do Município de Ouro, no dia 7 (sete) de abril do corrente ano.

Art. 2º Nesta data haverá suspensão dos trabalhos em todo o território do Município, em comemoração ao aniversário de Emancipação Político- Administrativa do Município de Ouro no dia 7(sete) de abril de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
21 de março de 2016.
Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

TERMO ADITIVO N. 01/2016 E TERMO ADITIVO N. 04/2016

TERMO ADITIVO N. 04/2016 AO CONTRATO N. 114/2013

Processo Licitatório n. 0067/2013

Modalidade Tomada de Preço n. 0001/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO

CONTRATADO: ENGHEVIA SERVIÇOS E OBRAS LTDA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

ALTERAÇÃO: PRORROGAÇÃO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n. 8.666.

VIGÊNCIA: de 03/03/2016 e se encerra em 31/12/2016.

VALOR TOTAL DO ADITIVO: R\$ 61.037,40 (sessenta e um mil trinta e sete reais e quarenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 03/03/2016.

TERMO ADITIVO N. 01/2016 AO CONTRATO N. 006/2016

Processo Licitatório n. 0002/2016

Modalidade Dispensa de Licitação n. 0002/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO

CONTRATADO: LIDER MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - EPP

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA DE LIXO.

ALTERAÇÃO: PRORROGAÇÃO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n. 8.666.

VIGÊNCIA: de 01/03/2016 e se encerra em 31/12/2016.

VALOR TOTAL DO ADITIVO: R\$ 29.862,70 (vinte e nove mil oitocentos e sessenta e dois reais e setenta centavos).

O VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO: R\$ 238.901,64 (duzentos e trinta e oito mil novecentos e um reais e sessenta e quatro centavos).

DATA DE ASSINATURA: 01/03/2016.

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 0452/2016.

PORTARIA Nº. 0452/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JOSIELI APARECIDA COUTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016, face ao impedimento da titular Adriana A. Scholesser, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0466/2016.

PORTARIA Nº. 0466/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SUELI ZAMORA SONOKI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Neri Brasileiro Martins, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016 face ao impedimento da titular Roselandia Z. Laurentino, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0488/2016.

PORTARIA Nº. 0488/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR TADEU RICARDO GANDOLFI DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

EXTRATO DE CONTRATO N.º043/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º043/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ANDRADE E AMORIM ENGENHARIA. OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de drenagem, pavimentação com blocos intertravado de concreto e sinalização das ruas Orlando Correa Bruchado, Bairro Aririú da Formiga e rua Manoel da Silva e Servidão 904, Bairro São Sebastião; bem como das ruas Júlio Ernesto de Melo, Bairro Aririú da Formiga e rua Odete da Silva Santos, Bairro Aririú, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo o material. VALOR: R\$ 655.033,23 (seiscentos e cinquenta e cinco mil, trinta e três reais e vinte e três centavos). Data: 07/03/2016.

PORTARIA Nº 08/2016

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Palhoça

AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc - Cep: 88132-271

Fone/Fax: (48) 3279-1745 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 08/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 2º, incisos I e VI da Lei Complementar nº. 102/2011 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando Ofício nº 129/2015 da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas.

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como argüido o servidor público C. R. L. M, nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que o servidor supostamente abandonou seu cargo público.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

- A) CLAUDIA MARTTINI - mat. 801097 – Presidente
B) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786- Secretária
C) GUSTAVO RAMOS – mat. 401974 – Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 29 de fevereiro de 2016.

Cristina Schwinden

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

PORTARIA Nº 09/2016.

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Palhoça

AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc - Cep: 88132-271

Fone/Fax: (48) 3279-1745 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 09/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 2º, incisos I e VI da Lei Complementar nº. 102/2011 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando a Comunicação Interna nº 0128/2014/DGTS da Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando a Comunicação Interna nº 238/2014 da Diretoria Geral de Pessoas;

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como argüido a servidora pública E.B, nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que o servidor supostamente abandonou seu cargo público.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

- A) CLAUDIA MARTTINI - mat. 801097 – Presidente
B) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786- Secretária
C) GUSTAVO RAMOS – mat. 401974 – Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em XX de março de 2016.

Cristina Schwinden

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

PORTARIA Nº 11/2016

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Palhoça

AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc - Cep: 88132-271

Fone/Fax: (48) 3279-1745 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 11/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 2º, incisos I e VI da Lei Complementar nº. 102/2011 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando Comunicação Interna nº 0129/2014/DGTS da Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando a Comunicação Interna nº 238/2014 da Diretoria Geral de Pessoas;

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como argüido o servidor público C. A. DE A., nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que o servidor supostamente abandonou seu cargo público.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

- A) CLAUDIA MARTTINI - mat. 801097 – Presidente
B) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786- Secretária
C) GUSTAVO RAMOS – mat. 401974 – Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta)

dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em XX de março de 2016.

Cristina Schwinden
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

PORTARIA Nº 14/2016

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc - Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 14/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 2º, incisos I e VI da Lei Complementar nº. 102/2011 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando Memorando nº 8.012/2016 e relatório encaminhado pela gestora do Centro de Atenção Integral a Criança e do Adolescente (CAIC)

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como argüida o servidor público W.D.G, mat. 3760809-1 nos termos do art. 248, 250 e 252 da Lei Complementar nº 97, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que o servidor supostamente expôs a adolescente em situação contumaz vexante.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

- A) CLAUDIA MARTTINI - mat. 801097 - Presidente
- B) ROSI MARIA VARELLA - mat. 800786- Secretária
- C) GUSTAVO RAMOS - mat. 401974 - Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 254 da Lei Complementar nº 097/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 17 de março de 2016.

Cristina Schwinden
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

PORTARIA Nº 16/2016

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc - Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 16/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária Municipal de Administração e

Serviços Compartilhados, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 2º, incisos I e VI da Lei Complementar nº. 102/2011 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando Comunicação Interna nº 0130/2014/DGTS da Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando a Comunicação Interna nº 238/2014 da Diretoria Geral de Pessoas;

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como argüido a servidora pública R.T.S, nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que o servidor supostamente abandonou seu cargo público.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

- A) CLAUDIA MARTTINI - mat. 801097 - Presidente
- B) ROSI MARIA VARELLA - mat. 800786- Secretária
- C) GUSTAVO RAMOS - mat. 401974 - Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em XX de março de 2016.

Cristina Schwinden
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

PORTARIA Nº 17/2016

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc - Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 17/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 2º, incisos I e VI da Lei Complementar nº. 102/2011 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando Ofício nº 128/2015 da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas.

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como argüido o servidor público D. DE M. C., nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que o servidor supostamente abandonou seu cargo público.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

- A) CLAUDIA MARTTINI - mat. 801097 – Presidente
B) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786- Secretária
C) GUSTAVO RAMOS – mat. 401974 – Membro

3.0Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em XX de março de 2016.

Cristina Schwinden
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

PORTARIA Nº. 0401/2016.

PORTARIA Nº. 0401/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 15 de fevereiro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	LOCAL
210465-14	Márcia Maria S. de Espindola	R\$ 1100,00	Diretor do CEI Dona Maricota

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0402/2016.

PORTARIA Nº. 0402/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para JOANA DARC MEDEIROS MENDONÇA, matrícula nº. 122405-2, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 15/02/2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0403/2015.

PORTARIA Nº. 0403/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, do servidor THIAGO ESPIN-DOLA, de Encarregado da Secretaria de Saúde, Nível FG I, da Lei Complementar nº. 161, de 26 de março de 2014 e Decreto nº 1984, de 19 de fevereiro de 2016, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 01/02/2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0404/2016.

PORTARIA Nº. 0404/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2016.

ANEXO I

PORTARIA Nº. 0406/2016.

PORTARIA Nº. 0406/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 15 de fevereiro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
802085-2	Marcos Moser	R\$ 1800,00	Diretor da EB Abilio Manoel de Abreu

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

MATRICULA	NOME	DE
400903-1	Rodrigo Chaves	18%

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0405/2016.

PORTARIA Nº. 0405/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora MARLENE DE JESUS DE OLIVEIRA, Matricula nº. 100279-1, ocupante da categoria funcional de ASGO, removido para a Escola Basica Reinaldo Weingartner do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0407/2016.

PORTARIA Nº. 0407/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 15 de fevereiro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
802051-1	Larissa Julian de Amorim	R\$ 469,00

ANEXO II

MATRICULA	SERVIDOR	DE
122509-2	Aparecida Dorvalina Prudêncio	R\$ 535,00

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0408/2016.

PORTARIA Nº. 0408/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para LARISSA JULIAN DE AMORIM, matrícula nº. 802051-1, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 15/02/2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0409/2016.

PORTARIA Nº. 0409/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO para MARCOS MOSER, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 15/02/2016.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0410/2016.

PORTARIA Nº. 0410/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 15 de fevereiro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	LOCAL
122509-2	Aparecida Dorvalina Prudêncio	R\$ 1800,00	Diretor da EB Abílio Manoel de Abreu

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0411/2016.

PORTARIA Nº. 0411/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para ADRIANA CARDOSO SILVA, matrícula nº. 3745379-1, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 15/02/2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0412/2016.

PORTARIA Nº. 0412/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MARCIO JOÃO NUNES, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de fevereiro de 2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0413/2016.

PORTARIA Nº. 0413/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ANA PAULA SIMIANO DE OLIVEIRA, matrícula nº. 802343-3, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 15/02/2016, de acordo com às folhas 05.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0414/2016.

PORTARIA Nº. 0414/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 18 de fevereiro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	LOCAL
3745379-1	Adriana Cardoso Silva	R\$ 1100,00	Diretor do CEI Primeiros Passos

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0415/2016.

PORTARIA Nº. 0415/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
300428-1	Renata Morfim da Silva	R\$ 400,00	R\$ 500,00

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0416/2016.

PORTARIA Nº. 0416/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora JUCELANDIA DE SOUZA, matrícula nº. 801611-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 15/02/2016, de acordo com às folhas 24.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0417/2016.

PORTARIA Nº. 0417/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora IRENE DE FATIMA NOVAK GALVAN, matrícula nº. 801472-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 17/02/2016, de acordo com às folhas 15.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0418/2016.

PORTARIA Nº. 0418/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora FRANCIELE ALVES PASSOS, matrícula nº. 802113-2, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 17/02/2016, de acordo com às folhas 09.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0419/2016.

PORTARIA Nº. 0419/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ELIANE DOS SANTOS, matrícula nº. 801185-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 15/02/2016, de acordo com às folhas 41.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0420/2016.

PORTARIA Nº. 0420/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora MARCIA OSCARINA DE LIMA FERNANDES, matrícula nº. 801854-8, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 17/02/2016, de acordo com às folhas 04.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0421/2016.

PORTARIA Nº. 0421/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Secretaria de Educação a servidora RUTINEIA GONSALVES DEFREYN, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/02/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0422/2016.

PORTARIA Nº. 0422/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Snoopyda Secretaria de Educação a servidora JUSSARA PIERRI DA ROSA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/02/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0423/2016.

PORTARIA Nº. 0423/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Santa Marta da Secretaria de Educação a servidora JOELMA ESPINDOLA ABREU, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo

período de 17/02/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0424/2016.

PORTARIA Nº. 0424/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Interação da Secretaria de Educação a servidora MARISA CRISTIANE DE SOUZA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/02/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0425/2016.

PORTARIA Nº. 0425/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na EB Neri Brasileiro Martins da Secretaria de Educação a servidora ROZINEIDE FERREIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/02/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0426/2016.

PORTARIA Nº. 0426/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Padre Réus da Secretaria de Educação a servidora MARISTELA IVETE DA SILVEIRA ELIAS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/02/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0427/2016.

PORTARIA Nº. 0427/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na EI Rincão da Secretaria de Educação a servidora FABRICIA EROTILDES VIEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/02/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0428/2016.

PORTARIA Nº. 0428/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Secretaria de Educação a servidora SHEILA IOLANDA COELHO MAURICIO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de

17/02/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0429/2016.

PORTARIA Nº. 0429/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NELI MARIA SCHUTZ DA SILVA, matrícula nº. 300149-2, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 24/11/2003 a 24/11/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 23/02/2016 à 23/03/2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0430/2016.

PORTARIA Nº. 0430/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para DAYANA DA SILVA FERRARI, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2015.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0431/2016.

PORTARIA Nº. 0431/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ROBERTA DE BRITO MEDEIROS, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de fevereiro de 2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0432/2016.

PORTARIA Nº. 0432/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VANESSA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2015 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 22/02/2016 a 22/02/2017.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0433/2016.

PORTARIA Nº. 0433/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANDREZA ANDREA SASSEN, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2015 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 24/02/2016 a 24/02/2017.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0434/2016.

PORTARIA Nº. 0434/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL – para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Artigo 292, 293 e 297 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Cargo	Nível		A partir de:
			De:	Para	
401613-1	Adeli Nicolau dos Santos	ACE	1-142-1A-A ESF-PACE	1-142-2A-A ESF-PACE	01/02/2016
802111-3	Adelia Silva de Souza Santana	Merendeira	1-9-1-A ANF - B	1-9-2-A ANF - B	11/02/2016
128442-2	Altair Athaides Leal	Assistente Administrativo	1-17-2-D	1-17-3-D	01/02/2016
400012-1	Angela Maria Coelho	ASP	1-8-1-G - ANF- A	1-8-2-G - ANF- A	12/02/2016
100411-1	Angelo Nilton de Amorim	Motorista	1-6-1-A ANF - C	1-6-1-A ANF - C	01/02/2016
801104-1	Celicina de Souza Mendonça Hasse	ASO	1-9-2-C - ANF – B	1-9-3-C - ANF - B	01/02/2016
802361-4	Cristiane Maria M. da Silveira	ASO	1-9-1-A ANF - B	1-9-2-A ANF - B	01/02/2016
100418-1	Daniel Motta Antunes	Assistente Administrativo	1-17-1-A ANM	1-17-2-A ANM	01/02/2016
401603-1	Flavia Chiquetti Goulart	Enfermeiro	1-136-1A-A ESF-E	1-136-2A-A ESF-E	01/02/2016
100281-1	Gabriel Alvares	Motorista	1-6-1-B ANF - C	1-6-2-B ANF - C	01/02/2016
401020-1	Helen Francis Bressan Gazola	Nutricionista	1-141-2A-B ESF-NASF	1-141-3A-B ESF-NASF	04/02/2016
300030-1	Ivana Scheidt	Assistente Administrativo	1-17-2-F ANM	1-17-3-A ANM	01/02/2016
401789-2	Janaina Vitorino	Fisioterapeuta	1-118-2A-A ANS	1-118-3A-A ANS	01/02/2016
300521-5	Jessica Alessandra Feijó	ASO	1-9-1-A ANF - B	1-9-2-A ANF - B	01/02/2016
500918-6	Marcelo Jaci Sotero	Fiscal de Obras	1-147-2-B ANMF	1-147-3-B ANMF	01/02/2016
401364-5	Maria Terezinha Rosar	ACD	1-140-1A-A ESF-ACD	1-140-2A-A ESF-ACD	05/02/2016
160234-1	Michelle Gastão da Rosa Perdigão	Procurador do Município	1-145-1A-A ANSPM	1-145-2A-A ANSPM	01/02/2016
801562-1	Mirian da Silva	ASO	1-9-2-A ANF - B	1-9-3-A ANF - B	01/02/2016
802352-1	Myrian Teresa da Silva	Merendeira	1-9-1-A ANF - B	1-9-2-A ANF - B	01/02/2016
300493-1	Rosana Marlene da Silva	ASO	1-9-1-A ANF - B	1-9-2-A ANF - B	01/02/2016
100082-1	Sirlene de Farias	Assistente Social	1-118-2B-C ANS	1-118-3B-C ANS	01/02/2016
801479-5	Solange Coelho da Silva	ASO	1-9-1-B ANF - B	1-9-2-B ANF - B	10/02/2016
500903-3	Valmir Paulo Oliveira	ASO	1-9-1-A ANF - B	1-9-2-A ANF - B	01/02/2016

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0435/2016.

PORTARIA Nº. 0435/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para FERNANDA ZANINI, titular do cargo de Psicóloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de janeiro de 2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0436/2016.

PORTARIA Nº. 0436/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TEREZINHA DE JESUS GARCIA, matrícula nº. 800112-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/04/1999 a 02/04/2004, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 14/03/2016 à 14/06/2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0437/2016.

PORTARIA Nº. 0437/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARCELO WAGNER JUNIOR, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2016 a 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0438/2016.

PORTARIA Nº. 0438/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2684 de 11 de agosto de 2015, que Contratou por Tempo Determinado o servidor JULIAN RODRIGUES MARTINS, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 12/08/2015 a 12/08/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0439/2016.

PORTARIA Nº. 0439/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SUELLEN PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2015 e Convênio 043/2013, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2016 a 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0440/2016.

PORTARIA Nº. 0440/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO EVELYN SINGEL GARCIA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2015 e Convênio 043/2013, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2016 a 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0441/2016.

PORTARIA Nº. 0441/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA APARECIDA RACHADEL COSTA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2015 e Convênio 043/2013, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2016 a 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0442/2016.

PORTARIA Nº. 0442/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SIMONE DE MELLO WEINGARTNER, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2015 e Convênio 043/2013, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2016 a 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0443/2016.

PORTARIA Nº. 0443/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUCIA BUSSOLO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2015 e Convênio

043/2013, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2016 a 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0444/2016.

PORTARIA Nº. 0444/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANTONIO NUNES SILVA JUNIOR, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2015 e Convênio 043/2013, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2016 a 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0445/2016.

PORTARIA Nº. 0445/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MONIQUE AMARAL SILVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2015 e Convênio 043/2013, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2016 a 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0446/2016.

PORTARIA Nº. 0446/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VICTOR BUSSOLO DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2015 e Convênio 043/2013, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2016 a 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0447/2016.

PORTARIA Nº. 0447/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DENISIA ZILMA DA ROSA LIMA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2015 e Convênio 043/2013, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2016 a 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0448/2016.

PORTARIA Nº. 0448/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SANDRA APARECIDA CUNHA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2015 e

Convênio 043/2013, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2016 a 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0449/2016.

PORTARIA Nº. 0449/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA CAROLINA SCHMITZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016, face ao impedimento da titular Jerusa A. S. de Lima, que se encontra no Polo UBA.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0450/2016.

PORTARIA Nº. 0450/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR EDNA SILVA LOURENÇO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de

17/02/2016 a 14/12/2016, face ao impedimento da titular Mirlane M. Portela, que se encontra exercendo suas funções junto ao CAPS.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0451/2016.

PORTARIA Nº. 0451/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANA POLETTI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016, face ao impedimento da titular Heluise M. de Abreu, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0453/2016.

PORTARIA Nº. 0453/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JOICE CRISTIANE DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da

Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016, face ao impedimento da titular Mauriceia Botelho, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0454/2016.

PORTARIA Nº. 0454/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DEBORA LUIZA SILVA CIOFFI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016, face ao impedimento da titular Josiane Pierri, que se encontra exercendo suas funções junto ao Ursulina (Estado).

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0455/2016.

PORTARIA Nº. 0455/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MICHELE SCHREIBER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência

de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016, face ao impedimento da titular Maria Luiza Germano, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0455/2016.

PORTARIA Nº. 0455/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MICHELE SCHREIBER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016, face ao impedimento da titular Maria Luiza Germano, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0456/2016.

PORTARIA Nº. 0456/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DANIELLE FERREIRA FERNANDES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Especial,

no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0457/2016.

PORTARIA Nº. 0457/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR AMANDA DA SILVA LUTZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0458/2016.

PORTARIA Nº. 0458/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR BERNADETE MACHRI ALMEIDA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais,

com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0459/2016.

PORTARIA Nº. 0459/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DENISE ZANCANARIO DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Feliz, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016 face ao impedimento da titular Elisa W. L. Pereira, que se encontra exercendo suas funções junto ao CEI Vovó Maria.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0460/2016.

PORTARIA Nº. 0460/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR FABIANA MATOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança

Feliz, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016 face ao impedimento da titular Helena M. Espindola, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0461/2016.

PORTARIA Nº. 0461/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CRISTIANE ZUGNO LAURINDO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Feliz, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016 face ao impedimento da titular Gisely Nienkoetter, que se encontra exercendo suas funções junto ao CEI Interação.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0462/2016.

PORTARIA Nº. 0462/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR FLAVIANA PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015,

no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Feliz, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016 face ao impedimento da titular Vanessa Alves, que se encontra exercendo suas funções junto ao CEI Vovó Maria.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0463/2016.

PORTARIA Nº. 0463/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR VIVIANE SILVA MACEDO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EB Neri Brasileiro Martins, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 19/08/2016 face ao impedimento da titular Marilande P. dos Santos, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0464/2016.

PORTARIA Nº. 0464/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DANIEL CAMARGO THOMAZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, no (a)

EB Neri Brasileiro Martins, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016 face ao impedimento da titular Cleusa Silva Anselmo, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0465/2016.

PORTARIA Nº. 0465/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR IVAN REHBEIN DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EB Neri Brasileiro Martins, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016 face ao impedimento da titular Oleg Daunis Muller, que se encontra em LTAP.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0467/2016.

PORTARIA Nº. 0467/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CLAUDINEI MILTON VIGNIGO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério,

na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Neri Brasileiro Martins, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016 face ao impedimento da titular Sonia da Silva Homem, que se encontra na Direção da Escola.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0468/2016.

PORTARIA Nº. 0468/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIANE ROSA BARBOSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) EB Neri Brasileiro Martins, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0469/2016.

PORTARIA Nº. 0469/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RECONTRATAR KELLY CRISTHIANY VIEIRA VICENTE, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 013/2015, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura,

com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Disciplina Direitos Humanos, Políticas Públicas, Elaboração de Projetos e Políticas Pública (Pós-Graduação)=16h, Elaboração de Projetos e Capacitação de Recursos=24h, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, a contar de 02/11/2015, face a servidora ser gestante, de acordo com 3211/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0470/2016.

PORTARIA Nº. 0470/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR FUNÇÃO GRATIFICADA, do servidor MAURICIO SCHMITT, de Encarregado da Secretaria de Educação, Nível FG I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, a contar de 04/01/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0471/2016.

PORTARIA Nº. 0471/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOSIANE MARIA ESPINDOLA DE MEDEIROS, matrícula nº. 400038-1, titular do cargo de ACD, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 12/06/2005 a 12/06/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/04/2016 à 04/05/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0472/2016.
PORTARIA Nº. 0472/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CARIN COSTA MORAES, matrícula nº. 401205-1, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2011 a 01/03/2016, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 01/03/2016 à 01/05/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0473/2016.
PORTARIA Nº. 0473/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SIMONE DE SOUZA COELHO, matrícula nº. 400959-1, titular do cargo de Dentista, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 15/07/2010 a 15/07/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 07/03/2016 à 07/04/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0474/2016.
PORTARIA Nº. 0474/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANALUCIA LUZIA VIEIRA, matrícula nº. 123993-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 27/03/2007 a 27/03/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 29/02/2016 à 29/03/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0475/2016.
PORTARIA Nº. 0475/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONTRATAR RUBINA FRANCIELE MARIA SANTOS SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 22/02/2016 a 14/12/2016 face ao impedimento da titular Joisiane E Silva Souza, que se encontra exercendo suas funções junto ao NAEP.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0476/2016.

PORTARIA Nº. 0476/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GIULIANO ALBUQUERQUE MEDEIROS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016 face ao impedimento da titular Ilson F. Silva, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0477/2016.

PORTARIA Nº. 0477/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JOSIANE MARIA LISBOA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016 face ao impedimento da titular Rosilda M. Goulart, que se encontra exercendo suas funções junto ao CEI Criança Feliz.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0478/2016.

PORTARIA Nº. 0478/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR NARA RUBIA ESPINDOLA ANTUNES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016 face ao impedimento da titular Susi Nilza Goulart, que se encontra exercendo suas funções junto a SME.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0479/2016.

PORTARIA Nº. 0479/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR LARISSA GOULART DA SILVA SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016 face ao impedimento da titular Susi Nilza Goulart, que se encontra exercendo suas funções junto a SME.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0480/2016.

PORTARIA Nº. 0480/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDREA MARIA COELHO WEINGARTNER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016 face ao impedimento da titular Osmar Antonio veira, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0481/2016.

PORTARIA Nº. 0481/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR KATISCIA DA SILVA PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016 face ao impedimento da titular Andreza P. Zluhan, que se encontra exercendo suas funções junto a SME.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0482/2016.

PORTARIA Nº. 0482/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA ISABEL TEIXEIRA BRISOLARA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016 face ao impedimento da titular Simone J. G. Silva, que se encontra exercendo suas funções junto ao Projeto 5º ano.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0483/2016.

PORTARIA Nº. 0483/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CRISTIANE MACHADO AUGUSTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016 face ao impedimento da titular Andreia B. Turnes, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0484/2016.

PORTARIA Nº. 0484/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CLEUSA CLAUDETE GARCIA CAETANO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016 face ao impedimento da titular Marisa C. Gavilan, que se encontra exercendo suas funções junto ao Projeto 5º ano.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0485/2016.

PORTARIA Nº. 0485/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ROBSON ALVES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/02/2016 a 17/03/2016 face ao impedimento da titular Rocelito S. Coelho, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0486/2016.

PORTARIA Nº. 0486/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR NELZIRA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0487/2016.

PORTARIA Nº. 0487/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SILMARA MARIA DE MACEDO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0489/2016.

PORTARIA Nº. 0489/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JOSIANE ANITA JOÃO BUNN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0490/2016.

PORTARIA Nº. 0490/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR NEIVA RIBEIRO ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Nível II, no (a) EB Reinaldo Weingartner, na Educação de Jovens e Adultos – EJA, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0491/2016.

PORTARIA Nº. 0491/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MILENE THEODOROVICZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, no (a) EB Reinaldo Weingartner, na Educação de Jovens e Adultos – EJA, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0492/2016.

PORTARIA Nº. 0492/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SAMUEL PEREIRA MARCOLIM, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, no (a) EB Reinaldo Weingartner, na Educação de Jovens e Adultos – EJA, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0493/2016.

PORTARIA Nº. 0493/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ILKA BEATRIZ NETO DIAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Nível I, no (a) EB Reinaldo Weingartner, na Educação de Jovens e Adultos – EJA, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0494/2016.

PORTARIA Nº. 0494/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR NADIA HELENA ANDRADE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Articulador, no (a) EB Reinaldo Weingartner, na Educação de Jovens e Adultos – EJA, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0495/2016.

PORTARIA Nº. 0495/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR EZEQUIAS ALFREDO SCHUTZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EB Reinaldo Weingartner, na Educação de Jovens e Adultos – EJA, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0496/2016.

PORTARIA Nº. 0496/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDRE SCHLICHTING, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Espanhol, no (a) EB Reinaldo Weingartner, na Educação de Jovens e Adultos – EJA, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0497/2016.

PORTARIA Nº. 0497/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR NATAN PAMPLONA GOULART, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Articulador, no (a) EB Reinaldo Weingartner, na Educação de Jovens e Adultos – EJA, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0498/2016.

PORTARIA Nº. 0498/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR EMERSON VALTER GONÇALVES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, no (a) EB Reinaldo Weingartner, na Educação de Jovens e Adultos – EJA, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0499/2016.

PORTARIA Nº. 0499/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JULIANO EBERT, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/03/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2016

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 08 de abril de 2016, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2016, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de reparos nos prédios escolares e administrativos da Prefeitura Municipal de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 23 de março de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO REAL DE USO Nº 003/2006.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO REAL DE USO Nº 003, DE 29 DE MARÇO DE 2006.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Real de Uso nº 003/2006 que celebram entre si o Município de Palhoça e o Conselho Comunitário da Praia da Pinheira, com a interveniência da Casa Espírita Luz e Redenção.

Celebram o presente Termo Aditivo ao referido Contrato o MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF sob o nº 82.892.316/0001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, nº 280, Parque Residencial Pagani, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, residente e domiciliado nesta cidade, neste ato denominado simplesmente CONCESSOR e, de outro lado, o CONSELHO COMUNITÁRIO DA PRAIA DA PINHEIRA – entidade civil, dotada de personalidade jurídica de direito privado,

sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 80.460.421/0001-34, com sede na Rua Geral, s/nº, Pinheira/Palhoça, neste ato representada por seu Presidente, com a interveniência da CASA ESPÍRITA LUZ E REDENÇÃO, associação civil sem fins lucrativos, com sede na Rua Idalícia da Silva, s/n, Pinheira, Palhoça/SC, CEP 88.139-369, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 06.258.797/0001-08, representada por seu Presidente, Sr. GILBERTO GOMÊS PALACIOS, doravante designada simplesmente CONCESSIONÁRIA, tem justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

O Contrato de Concessão Real de Uso nº 003/2006 fica prorrogado pelo prazo de 10 (dez) anos, com vigência até o dia 29 de março de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, na presença das testemunhas que subscrevem.

Palhoça, 21 de março de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

GILBERTO GOMES PALACIOS
Representando a Concessionária

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CÂMARA MUNICIPAL

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N 05/2016 COMUNICADO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº006/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.
DIA: 23/03/2016
HORÁRIO DA SESSÃO: 14h00min.
ENCERRAMENTO: 15h15min.

Objeto: Aquisição de material de expediente para a Câmara Municipal de Palhoça. A Pregoeira da Câmara Municipal de Palhoça torna público, para conhecimento de interessados, que a empresa LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA-ME foi vencedora do presente Certame, cumprindo todas as exigências do presente Edital.

Palhoça, 23 de março de 2016.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA
Pregoeira

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N 07/2016 COMUNICADO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº08/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016.
OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S-10) PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA.
DIA: 23/03/2016
HORÁRIO DA SESSÃO: 10h30min.
ENCERRAMENTO: 11h15min.

A Pregoeira da Câmara Municipal de Palhoça torna público, para conhecimento de interessados, que a empresa AUTO POSTO PUEL, foi vencedora do presente Certame, cumprindo todas as exigências do presente Edital.

Palhoça, 23 de março de 2016.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA
Pregoeira

Papanduva

PREFEITURA

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 020/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 020/2016.

Objeto: Contratação de Instituição Hospitalar para consultas médicas especializadas eletivas e de exames complementares especializados eletivos. Tipo: Menor preço Global; Entrega dos envelopes: Até as 08:30 hs do dia 13/04/2016; Início da Sessão Pública: As 08:45hs do dia 13/04/2016 hs. Base legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em horário de expediente, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00hs na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 23 de março de 2016.

Marli dos Santos da Cunha Ramos

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO Nº 019/2016

CONTRATO Nº 019/2016

Que entre si fazem o MUNICIPIO DE PAPANDUVA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.533/0001-01, com sede na Rua Sérgio Glevinski, 134, centro, Papanduva - SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. Dario Schicovski, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Leoberto Leal nº 386, Centro - Papanduva - SC, inscrito no CPF 248.839.219-72, de ora em diante denominada de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, RICARDO JULIANO RUDNICK, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 3939, apartamento 02 - centro - Papanduva/SC, inscrito no CPF sob nº 041.380.309-05, doravante denominado CONTRATADO, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1 - Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de Instrutor de Banda, com dedicação de 24 horas semanais, que tenha noção de regência e habilidade em instrumentos musicais como trompete, trombone, bombardino, lira e percussão para reger a BAMPV a qual possui entre 30 e 40 integrantes.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2 - Os serviços deverão ser prestados a Secretaria Municipal de Assistência Social a partir da data de assinatura deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta projeto atividade nº 2.033 - Manutenção do Fundo de Assistência Social - elemento de despesa 33.90.00 - Aplicações Diretas.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

4 - Os recursos financeiros serão oriundos do orçamento municipal vigente.

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - O valor global do presente instrumento contratual é de

R\$3.200,00 (três mil e duzentos reais), sendo R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) mensais;

5.2 - O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao dos serviços prestados, mediante a apresentação da nota fiscal.

Parágrafo Único: caberá ao município recolher a contribuição previdenciária patronal.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

6 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

7 - A contagem do prazo deste contrato se iniciará na data da sua assinatura até 01 de maio de 2016.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela realização do objeto, bem como por quaisquer danos causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

8.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1 - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;

9.2 - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

10 - Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do objeto deste instrumento, indenizando o contratado pela prestação dos serviços até então efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11 - Caso o Contratado não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a- Advertência;

b- Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

c- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

e- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

Parágrafo único: Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12 – Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13 – A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

14.1 – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte do Contratado, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

14.2 – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores:

14.2.1 – Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na prestação dos serviços contratados;

b) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

c) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do serviço, assim como as de seus superiores;

d) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

e) a decretação de insolvência civil;

f) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da

esfera administrativa a que está subordinado o contratado e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e g) quando da ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

14.2.2 – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

14.2.3 – Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

14.3 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA VINCULAÇÃO

15 – Este contrato está vinculado aos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

16 – Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

17 – Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18 – Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Papanduva, 01 de março de 2016.

Dario Schicovski	Juliano Rudnick
Contratante	Contratado

Testemunhas:	
Márcio Wisnievski	Ricardo Zenfe
Matrícula: 50	Matrícula: 2675

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 003/2016 DE 23 DE MARÇO DE 2016

Portaria Nº 003/2016 de 23 de março de 2016

“ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO DIA 24 DE ABRIL DE 2016”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas no art. 27 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo no dia 24 de abril de 2016, no âmbito da Câmara Municipal de Papanduva.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 23 de março de 2016.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
Presidente da Mesa


Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI
Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ
1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI
2ª Secretária

CONVITE 001/2016

 ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA CNPJ: 83.493.726/0001-30 RUA SERGIO GLEVINSKI, 78 C.E.P.: 89370-000 - Papanduva - SC	CONVITE Nr.: 1/2016 - CV
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 1/2016 Data do Processo: 19/02/2016

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

FABRICAÇÃO DOS MOBILIÁRIO, PAINÉIS, TABLADOS E REVESTIMENTOS DE PAREDES DA NOVA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL, DE FORMA PLANEJADA CONFORME PROJETO CONSTANTE NO ANEXO XI, DO EDITAL.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 1/2016 (Sequência: 1)

Ao(s) 29 de Fevereiro de 2016, às 08:30 horas, na sede da(o) CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 40/2015, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 1/2016, Licitação nº. 1/2016 - CV, na modalidade de Convite p/ Compras e Serviços.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

ALMIR J. DE ANDRADE ME; FÁBRICA DE MÓVEIS REVAM LTDA; GILSON ISRAEL 03082132979 (APENAS ENVIOU OS ENVELOPES) E GERALDO KAZMIERCZAK 04371167942 (APENAS ENVIOU OS ENVELOPES)

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- AS 08:30 HORAS DO DIA 29/02/2016, COMPARECEU À SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES O SENHOR JAMES MICHEL CERNAK MATRÍCULA 118 (PRESIDENTE), NOELI CRISTINA DA SILVA MATRÍCULA 134 (MEMBRO) E JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA (MEMBRO). FOI INICIADA A ABERTURA DOS ENVELOPES REF. À HABILITAÇÃO, SENDO QUE FOI APRESENTADA DOCUMENTAÇÃO DAS SEGUINTE EMPRESAS: ALMIR J. DE ANDRADE ME REPRESENTADA PELO SEU SÓCIO O SENHOR ALMIR JOSÉ DE ANDRADE; FÁBRICA DE MÓVEIS REVAM LTDA REPRESENTADA PELO SEU PROCURADOR O SENHOR LUIS RICARDO LEANDRO; GILSON ISRAEL 03082132979 E GERALDO KAZMIERCZAK 04371167942, SENDO QUE OS DOIS ÚLTIMOS NÃO ESTIVERAM PRESENTES, ONDE APENAS ENVIARAM OS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO. APÓS A ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO FOI VERIFICADO QUE APENAS A EMPRESA ALMIR J. DE ANDRADE ME, APRESENTOU A SITUAÇÃO FISCAL FEDERAL COM PENDÊNCIA O RESTANTE DE SUA DOCUMENTAÇÃO E DAS DEMAIS EMPRESAS ATENDERAM AS EXIGÊNCIAS LEGAIS E DO EDITAL. APÓS ESSA ANÁLISE FOI CONSTADA A RENÚNCIA DA INTERVENÇÃO DE RECURSO POR PARTE DE TODAS AS EMPRESAS, ONDE ESTAS RENUNCIARAM TODAS AS FASES DE RECURSO. NA SEQUÊNCIA FOI DECLARADA ENCERRADA A FASE DE HABILITAÇÃO, POIS FOI VERIFICADO QUE FORAM APRESENTADAS 03 PROPOSTAS VÁLIDAS.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Papanduva, 29 de Fevereiro de 2016

COMISSÃO:

JAMES MICHEL CERNAK	- - Presidente da Comissão de Licitação
JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA	- - MEMBRO
NOELI CRISTINA DA SILVA	- - MEMBRO
ROSINHA SAVITSKI	- - SUPLENTE
SANDRA MARIA DE MORAES	- - SUPLENTE



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA**

CNPJ: 83.493.726/0001-30

RUA SERGIO GLEVINSKI, 78

C.E.P.: 89370-000 - Papanduva - SC

CONVITE

Nr.: 1/2016 - CV

Processo Administrativo:

Processo de Licitação:

Data do Processo:

1/2016

19/02/2016

Folha: 2/2


Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ALMIR JOSÉ DE ANDRADE

- - Representante

LUIS RICARDO LEANDRO

- - Representante

 ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA CNPJ: 83.493.726/0001-30 RUA SERGIO GLEVINSKI, 78 C.E.P.: 89370-000 - Papanduva - SC	CONVITE Nr.: 1/2016 - CV
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 1/2016 Data do Processo: 19/02/2016

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

FABRICAÇÃO DOS MOBILIÁRIO, PAINÉIS, TABLADOS E REVESTIMENTOS DE PAREDES DA NOVA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL, DE FORMA PLANEJADA CONFORME PROJETO CONSTANTE NO ANEXO XI, DO EDITAL.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 1/2016 (Sequência: 2)

Ao(s) 29 de Fevereiro de 2016, às 09:40 horas, na sede da(o) CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 40/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 1/2016, Licitação nº 1/2016 - CV, na modalidade de Convite p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: AS 09:40 HORAS DO DIA 29/02/2016, COMPARECEU À SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES O SENHOR JAMES MICHEL CERNAK MATRÍCULA 118 (PRESIDENTE), NOELI CRISTINA DA SILVA MATRÍCULA 134 (MEMBRO) E JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA (MEMBRO). FOI INICIADA A ABERTURA DOS ENVELOPES REF. A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS, AS QUAIS FORAM APRESENTADAS NA SEGUINTE FORMA: ALMIR J. DE ANDRADE ME - R\$ 74.645,00; FÁBRICA DE MÓVEIS REVAM LTDA - R\$ 67.730,00; GILSON ISRAEL 03082132979 - R\$ 76.085,00 E GERALDO KAZMIERCZAK 04371167942 - R\$ 77.000,00. FINALMENTE APÓS A VERIFICAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DE 03 PROPOSTAS VÁLIDAS E OBSERVAÇÃO DOS VALORES APRESENTADOS PELAS EMPRESAS PARTICIPANTES, CONSTATOU-SE QUE A EMPRESA FÁBRICA DE MÓVEIS REVAM LTDA APRESENTOU A MELHOR PROPOSTA, SENDO DECLARADA COMO VENCEDORA DO REFERIDO PROCESSO

Participante: 6212 - FABRICA DE MOVEIS REVAM LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	BALÇÃO RECEPÇÃO CONFORME PROJETO - ITEM 1	UN	1,00		0,0000	1.870,00	1.870,00
2	PAINEL 01 - RECEPÇÃO CONFORME PROJETO - ITEM 2	UN	1,00		0,0000	1.100,00	1.100,00
3	PAINEL 02 - RECEPÇÃO/SALA DE REUNIÕES CONF PROJETO - ITEM 3	UN	2,00		0,0000	1.360,00	2.720,00
4	AMÁRIO MULTIUSO - COZINHA CONFORME PROJETO - ITEM 4	UN	1,00		0,0000	780,00	780,00
5	BALÇÃO SALA DE SOM CONFORME PROJETO - ITEM 5	UN	1,00		0,0000	1.150,00	1.150,00
6	MESA SALA DE REUNIÕES CONFORME PROJETO - ITEM 6	UN	1,00		0,0000	1.020,00	1.020,00
7	BANCADAS PLENÁRIO CONFORME PROJETO - ITEM 7	UN	1,00		0,0000	4.080,00	4.080,00
8	BANCADAS PLENARINHO CONFORME PROJETO - ITEM 8	UN	1,00		0,0000	2.150,00	2.150,00
9	ESCRIVANINHA 02 CONFORME PROJETO - ITEM 9	UN	2,00		0,0000	1.640,00	3.280,00
10	PALCO PLENARINHO CONFORME PROJETO - ITEM 10	UN	1,00		0,0000	2.450,00	2.450,00
11	ESCRIVANINHA 01 CONFORME PROJETO - ITEM 11	UN	2,00		0,0000	1.650,00	3.300,00
12	ARMÁRIO 01 - ALMOXARIFADO CONFORME PROJETO - ITEM 12a	UN	1,00		0,0000	3.200,00	3.200,00
13	ARMÁRIO 02 - ALMOXARIFADO CONFORME PROJETO - ITEM 12b	UN	2,00		0,0000	2.150,00	4.300,00
14	ARMÁRIO BIBLIOTÉCA CONFORME PROJETO - ITEM 13	UN	1,00		0,0000	3.800,00	3.800,00
15	ARQUIVO MORTO 01 - ARMÁRIO C PORTAS CONF. PROJETO - ITEM 14	UN	1,00		0,0000	2.750,00	2.750,00
16	ESCRIVANINHA ARQ. MORTO/ALMOXARIFADO CONF. PROJETO - ITEM 15	UN	2,00		0,0000	410,00	820,00
17	ARQUIVO MORTO 02 - EM "L" CONFORME PROJETO - ITEM 16a	UN	1,00		0,0000	1.620,00	1.620,00
18	ARQUIVO MORTO 02 - EM "L" CONFORME PROJETO - ITEM 16b	UN	1,00		0,0000	3.200,00	3.200,00
19	ARQUIVO MORTO 03 - DUPLO CONFORME PROJETO - ITEM 17	UN	1,00		0,0000	5.650,00	5.650,00
20	PALCO PLENÁRIO CONFORME PROJETO - ITEM 18	UN	1,00		0,0000	7.550,00	7.550,00
21	REVESTIMENTO PAREDES PLENÁRIO CONFORME PROJETO - ITEM 19	UN	1,00		0,0000	3.640,00	3.640,00
22	REVESTIMENTO PAREDES PLENARINHO CONFORME PROJETO - ITEM 20	UN	1,00		0,0000	7.300,00	7.300,00

Total do Participante -----> 67.730,00

Total Geral -----> 67.730,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA**

CNPJ: 83.493.726/0001-30
RUA SERGIO GLEVINSKI, 78
C.E.P.: 89370-000 - Papanduva - SC

CONVITE

Nr.: 1/2016 - CV

Processo Administrativo:

Processo de Licitação:

Data do Processo:

1/2016

19/02/2016

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Papanduva, 29 de Fevereiro de 2016

COMISSÃO:

JAMES MICHEL CERNIAK

- - Presidente da Comissão de Licitação

JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA

- - MEMBRO

NOELI CRISTINA DA SILVA

- - MEMBRO

ROSINHA SAVITSKI

- - SUPLENTE

SANDRA MARIA DE MORAES

- - SUPLENTE


Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ALMIR JOSÉ DE ANDRADE

- - Representante

LUIS RICARDO LEANDRO

- - Representante

 ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA CNPJ: 83.493.726/0001-30 RUA SERGIO GLEVINSKI, 78 C.E.P.: 89370-000 - Papanduva - SC	CONVITE Nr.: 1/2016 - CV
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 1/2016 Data do Processo: 19/02/2016

Folha: 1/2

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente, GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 1/2016
 b) Licitação Nr.: 1/2016-CV
 c) Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços
 d) Data Homologação: 02/03/2016
 e) Data da Adjudicação: 02/03/2016 Sequência: 0
 f) Objeto da Licitação FABRICAÇÃO DOS MOBILIÁRIO, PAINÉIS, TABLADOS E REVESTIMENTOS DE PAREDES DA NOVA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL, DE FORMA PLANEJADA CONFORME PROJETO CONSTANTE NO ANEXO XI, DO EDITAL.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:


	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

FABRICA DE MOVEIS REVAM LTDA - ME (6212)

1	BALÇÃO RECEPÇÃO CONFORME PROJETO - ITEM 1	UN	1,00	0,0000	1.870,00	1.870,00
2	PAINEL 01 - RECEPÇÃO CONFORME PROJETO - ITEM 2	UN	1,00	0,0000	1.100,00	1.100,00
3	PAINEL 02 - RECEPÇÃO/SALA DE REUNIÕES CONF PROJETO - ITEM 3	UN	2,00	0,0000	1.360,00	2.720,00
4	AMÁRIO MULTIUSO - COZINHA CONFORME PROJETO - ITEM 4	UN	1,00	0,0000	780,00	780,00
5	BALÇÃO SALA DE SOM CONFORME PROJETO - ITEM 5	UN	1,00	0,0000	1.150,00	1.150,00
6	MESA SALA DE REUNIÕES CONFORME PROJETO - ITEM 6	UN	1,00	0,0000	1.020,00	1.020,00
7	BANCADAS PLENÁRIO CONFORME PROJETO - ITEM 7	UN	1,00	0,0000	4.080,00	4.080,00
8	BANCADAS PLENARINHO CONFORME PROJETO - ITEM 8	UN	1,00	0,0000	2.150,00	2.150,00
9	ESCRIVANINHA 02 CONFORME PROJETO - ITEM 9	UN	2,00	0,0000	1.640,00	3.280,00
10	PALCO PLENARINHO CONFORME PROJETO - ITEM 10	UN	1,00	0,0000	2.450,00	2.450,00

Papanduva, 2 de Março de 2016.

 GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
 PRESIDENTE

	ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA	CONVITE Nr.: 1/2016 - CV
	CNPJ: 83.493.726/0001-30 RUA SERGIO GLEVINSKI, 78 C.E.P.: 89370-000 - Papanduva - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 1/2016 Data do Processo: 19/02/2016
		Folha: 2/2

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**FABRICA DE MOVEIS REVAM LTDA - ME (6212)**

11	ESCRIVANINHA 01 CONFORME PROJETO - ITEM 11	UN	2,00	0,0000	1.650,00	3.300,00
12	ARMÁRIO 01 - ALMOXARIFADO CONFORME PROJETO - ITEM 12a	UN	1,00	0,0000	3.200,00	3.200,00
13	ARMÁRIO 02 - ALMOXARIFADO CONFORME PROJETO - ITEM 12b	UN	2,00	0,0000	2.150,00	4.300,00
14	ARMÁRIO BIBLIOTÉCA CONFORME PROJETO - ITEM 13	UN	1,00	0,0000	3.800,00	3.800,00
15	ARQUIVO MORTO 01 - ARMÁRIO C PORTAS CONF. PROJETO - ITEM 14	UN	1,00	0,0000	2.750,00	2.750,00
16	ESCRIVANINHA ARQ. MORTO/ALMOXARIFADO CONF. PROJETO - ITEM 15	UN	2,00	0,0000	410,00	820,00
17	ARQUIVO MORTO 02 - EM "L" CONFORME PROJETO - ITEM 16a	UN	1,00	0,0000	1.620,00	1.620,00
18	ARQUIVO MORTO 02 - EM "L" CONFORME PROJETO - ITEM 16b	UN	1,00	0,0000	3.200,00	3.200,00
19	ARQUIVO MORTO 03 - DUPLO CONFORME PROJETO - ITEM 17	UN	1,00	0,0000	5.650,00	5.650,00
20	PALCO PLENÁRIO CONFORME PROJETO - ITEM 18	UN	1,00	0,0000	7.550,00	7.550,00
21	REVESTIMENTO PAREDES PLENÁRIO CONFORME PROJETO - ITEM 19	UN	1,00	0,0000	3.640,00	3.640,00
22	REVESTIMENTO PAREDES PLENÁRINHO CONFORME PROJETO - ITEM 20	UN	1,00	0,0000	7.300,00	7.300,00
Total do Fornecedor:						67.730,00
Total Geral:						67.730,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.001.4.4.90.00.00.00.00 (7) Saldo: 140.000,00

Papanduva, 2 de Março de 2016.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
PRESIDENTE


**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA**

CNPJ: 83.493.726/0001-30
RUA SERGIO GLEVINSKI, 78
C.E.P.: 89370-000 - Papanduva - SC

**CONVITE
Nr.: 1/2016 - CV**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 1/2016
Data do Processo: 19/02/2016

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente, GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 1/2016
b) Licitação Nr.: 1/2016-CV
c) Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 02/03/2016
e) Objeto da Licitação FABRICAÇÃO DOS MOBILIÁRIO, PAINÉIS, TABLADOS E REVESTIMENTOS DE PAREDES DA NOVA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL, DE FORMA PLANEJADA CONFORME PROJETO CONSTANTE NO ANEXO XI, DO EDITAL.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

FABRICA DE MOVEIS REVAM LTDA - ME (6212)

1	BALÇÃO RECEPÇÃO CONFORME PROJETO - ITEM 1	UN	1,00	0,0000	1.870,00	1.870,00
2	PAINEL 01 - RECEPÇÃO CONFORME PROJETO - ITEM 2	UN	1,00	0,0000	1.100,00	1.100,00
3	PAINEL 02 - RECEPÇÃO/SALA DE REUNIÕES CONF PROJETO - ITEM 3	UN	2,00	0,0000	1.360,00	2.720,00
4	AMÁRIO MULTIUSO - COZINHA CONFORME PROJETO - ITEM 4	UN	1,00	0,0000	780,00	780,00
5	BALÇÃO SALA DE SOM CONFORME PROJETO - ITEM 5	UN	1,00	0,0000	1.150,00	1.150,00
6	MESA SALA DE REUNIÕES CONFORME PROJETO - ITEM 6	UN	1,00	0,0000	1.020,00	1.020,00
7	BANCADAS PLENÁRIO CONFORME PROJETO - ITEM 7	UN	1,00	0,0000	4.080,00	4.080,00
8	BANCADAS PLENARINHO CONFORME PROJETO - ITEM 8	UN	1,00	0,0000	2.150,00	2.150,00
9	ESCRIVANINHA 02 CONFORME PROJETO - ITEM 9	UN	2,00	0,0000	1.640,00	3.280,00

Papanduva, 2 de Março de 2016.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
PRESIDENTE



ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CNPJ: 83.493.726/0001-30
 RUA SERGIO GLEVINSKI, 78
 C.E.P.: 89370-000 - Papanduva - SC

CONVITE
Nr.: 1/2016 - CV

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 1/2016
 Data do Processo: 19/02/2016

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

FABRICA DE MOVEIS REVAM LTDA - ME (6212)

10	PALCO PLENARINHO CONFORME PROJETO - ITEM 10	UN	1,00	0,0000	2.450,00	2.450,00
11	ESCRIVANINHA 01 CONFORME PROJETO - ITEM 11	UN	2,00	0,0000	1.650,00	3.300,00
12	ARMÁRIO 01 - ALMOXARIFADO CONFORME PROJETO - ITEM 12a	UN	1,00	0,0000	3.200,00	3.200,00
13	ARMÁRIO 02 - ALMOXARIFADO CONFORME PROJETO - ITEM 12b	UN	2,00	0,0000	2.150,00	4.300,00
14	ARMÁRIO BIBLIOTÉCA CONFORME PROJETO - ITEM 13	UN	1,00	0,0000	3.800,00	3.800,00
15	ARQUIVO MORTO 01 - ARMÁRIO C PORTAS CONF. PROJETO - ITEM 14	UN	1,00	0,0000	2.750,00	2.750,00
16	ESCRIVANINHA ARQ. MORTO/ALMOXARIFADO CONF. PROJETO - ITEM 15	UN	2,00	0,0000	410,00	820,00
17	ARQUIVO MORTO 02 - EM "L" CONFORME PROJETO - ITEM 16a	UN	1,00	0,0000	1.620,00	1.620,00
18	ARQUIVO MORTO 02 - EM "L" CONFORME PROJETO - ITEM 16b	UN	1,00	0,0000	3.200,00	3.200,00
19	ARQUIVO MORTO 03 - DUPLO CONFORME PROJETO - ITEM 17	UN	1,00	0,0000	5.650,00	5.650,00
20	PALCO PLENÁRIO CONFORME PROJETO - ITEM 18	UN	1,00	0,0000	7.550,00	7.550,00
21	REVESTIMENTO PAREDES PLENÁRIO CONFORME PROJETO - ITEM 19	UN	1,00	0,0000	3.640,00	3.640,00
22	REVESTIMENTO PAREDES PLENARINHO CONFORME PROJETO - ITEM 20	UN	1,00	0,0000	7.300,00	7.300,00

Total do Fornecedor: 67.730,00

Total Geral: 67.730,00

Papanduva, 2 de Março de 2016.

 GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
 PRESIDENTE

PREGÃO PRESENCIAL 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Página: 1/1
Data: 22/03/2016
Processo: 2/2016

Edital de Pregão Presencial Nº 1
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial
ATA Nº 1 - 2016

Reuniram-se no dia 16/03/2016, às 08:30:00, na CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria 41/2015 com o objetivo de DESIGNAR PREGOEIRO E COMPOR EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA tratando do Edital de Pregão Presencial Nº 1 destinado a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 01 (UM) ELEVADOR ELETRÔNICO COMPUTADORIZADO HIDRÁULICO, COM CAPACIDADE PARA 08 PASSAGEIROS E DE 01 (UMA) CADEIRA PARA ACESSIBILIDADE EM ESCADA RETA, AMBOS FORNECIMENTO DE PROJETOS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO XIII DO EDITAL.

Abaixo segue os licitantes classificados e que participaram da licitação:

6592 E.E.I EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS EIRELI	CNPJ: 02.913.450/0001-09
6594 ELEJECCEL ELEVADORES LTDA. - ME	CNPJ: 16.695.283/0001-73
6593 ELEVADORES EBC LTDA - ME	CNPJ: 09.556.764/0001-32

Sobre a documentação dos licitantes: AOS 16 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2016, ÀS 08:30 DA MANHÃ COMPARECERAM À SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA OS MEMBROS DA EQUIPE DO PREGÃO NOMEADOS MEDIANTE A PORTARIA Nº 040/2015 DE 17/12/2015 O SENHOR PREGOEIRO JAMES MICHEL CERNAK MATRÍCULA 118, E OS MEMBROS NOELI CRISTINA DA SILVA MATRÍCULA 134 E JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA MATRÍCULA 123). FORAM RECEBIDOS OS ENVELOPES DAS EMPRESAS ELEJECCEL ELEVADORES LTDA REPRESENTADA PELO SENHOR LEANDRO LISBOA, EEI EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS EIRELI REPRESENTADO PELO SENHOR SERGIO RIBEIRO DOS SANTOS E A EMPRESA ELEVADORES EBC LTDA REPRESENTADA PELO SENHOR ADERSON AURELIO SAVISKI. OS 03 APRESENTARAM OS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO, SENDO QUE O SENHOR SERGIO RIBEIRO DOS SANTOS NÃO APRESENTOU TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA O CREDENCIAMENTO, FALTANDO A APRESENTAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 5.1.2.1. DO EDITAL. O PREGOEIRO ESCLARECEU QUE O REPRESENTANTE PODERIA PERMANECER NA SESSÃO PÚBLICA SEM PROBLEMA NENHUM, PORÉM FICA IMPEDIDO DE PRATICAR ATOS NAS FASES DO CERTAME. COMPARECEU NA SESSÃO PÚBLICA TAMBÉM A SENHORA JUCELI APARECIDA BUENO DE FARIAS E O SENHOR ALISSON RAFAEL SAVINSKI PARA ACOMPANHAR A SESSÃO PÚBLICA. FORAM FEITOS ALGUNS ESCLARECIMENTOS INICIAIS PELO PREGOEIRO, NO QUE DIZ RESPEITO AO CREDENCIAMENTO REALIZADO, PRAZOS PARA ENTREGA DO OBJETO E GARANTIA DOS MESMOS E QUE TAMBÉM NA FASE DE HABILITAÇÃO SERÁ ACEITO PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO COM O ENGENHEIRO MECÂNICO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONFORME O CASO. NA SEQUÊNCIA FOI INICIADA A ABERTURA DOS ENVELOPES REF. A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS, AS QUAIS FORAM APRESENTADAS NA SEGUINTE FORMA E ORDEM: EEI EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS EIRELI APRESENTOU A PROPOSTA COM O PRIMEIRO VALOR SENDO: PARA O ITEM 1 R\$ 97.461,05 E PARA O ITEM 2 R\$ 57.642,02 COM O TOTAL R\$ 155.103,07; ELEJECCEL ELEVADORES LTDA APRESENTOU A PROPOSTA COM O PRIMEIRO VALOR SENDO: PARA O ITEM 1 R\$ 83.900,00 E PARA O ITEM 2 R\$ 45.900,00 COM O TOTAL R\$ 129.800,00; E ELEVADORES EBC LTDA APRESENTOU A PROPOSTA COM O PRIMEIRO VALOR SENDO PARA O ITEM 1 R\$ 96.000,00 E PARA O ITEM 2 R\$ 57.000,00 COM O TOTAL R\$ 153.000,00. NA SEQUÊNCIA FOI REALIZADA A ABERTURA DA FASE DE LANCES, OBSERVANDO QUE PELA FALTA DE DOCUMENTAÇÃO A EMPRESA EEI EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS EIRELI FICOU IMPOSSIBILITADA DE PARTICIPAR DESTA ETAPA. RESTANDO ASSIM AS EMPRESAS ELEJECCEL ELEVADORES LTDA E A ELEVADORES EBC LTDA QUE FICOU COM A SEGUNDA MELHOR PROPOSTA PARA A QUAL FOI ABERTA A POSSIBILIDADE DE DAR UM MELHOR LANCE. A MESMA SE RENUNCIOU E NÃO ACEITOU COBRIR A MELHOR PROPOSTA. NA SEQUÊNCIA INICIOU-SE A FASE DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA COM A MELHOR PROPOSTA A EMPRESA ELEJECCEL ELEVADORES LTDA, ONDE A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA EM PRIMEIRO MOMENTO ATENDEU ÀS SOLICITAÇÕES DO EDITAL CORRESPONDENTE. SENDO ASSIM A EMPRESA FICA CONSIDERADA HABILITADA E VENCEDORA NO REFERIDO PROCEDIMENTO LICITATORIO. PARA FINALIZAR A SESSÃO PÚBLICA O PREGOEIRO COMUNICOU QUE TEVE CONHECIMENTO À ALGUNS DIAS ANTERIORES DE ALGUMAS ACUSAÇÕES DE ESTAR BENEFICIANDO E DIRECIONANDO A LICITAÇÃO À EMPRESA ELEVADORES EBC LTDA, DEVIDO O SEU PROPRIETÁRIO O SR. ADERSON AURÉLIO SAVINSKI SER SEU CUNHADO. INFORMOU QUE DIRIGIU O TRABALHO NA MAIOR TRANSPARENCIA POSSÍVEL, SEMPRE ATENDENDO ÀS SOLICITAÇÕES DE TIRADA DE DÚVIDA DAS EMPRESAS E QUE A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA ERA POSSÍVEL DE SER ATENDIDA POR QUALQUER EMPRESA DE ELEVADORES QUE ESTEJA COM AS CONDIÇÕES REGULARES E QUE AS PROPOSTAS MESMO QUE APRESENTADAS EM CONDIÇÕES DIFERENTES ENTRE UMA EMPRESA OU OUTRA, AINDA HAVIA A POSSIBILIDADE DOS LANCES, ONDE NEM OCORREU A NECESSIDADE DA PASSAGEM POR ESTA FASE VISTO QUE A EMPRESA ELEVADORES EBC LTDA FICOU COM A SEGUNDA MELHOR PROPOSTA HABILITADA PARA FASE DE LANCES E NEM MANIFESTOU INTERESSE EM DAR UM NOVO LANCE PARA COBRIR A OUTRA PROPOSTA. DURANTE O ANDAMENTO DA SESSÃO COMPARECEU TAMBÉM O PROCURADOR JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL O SENHOR LUIZ EDUARDO SALIBA. PARA FINALIZAR FOI ABERTO PARA OS PARTICIPANTES PARA APRESENTAREM O INTERESSE DE APRESENTAÇÃO DE RECURSOS, ONDE NÃO HOUVE NENHUMA MANIFESTAÇÃO.


Após verificada a regularidade da documentação dos licitantes melhores classificados, os mesmos foram declarados vencedores dos respectivos itens, tendo sido, então, concedida a palavra aos participantes do certame para manifestação da intenção de recurso, e em seguida foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro Resultado da Sessão Pública. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão às 09:20 horas do dia 16 de Março de 2016, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

<u>JAMES MICHEL CERNAK</u>	-	<u>Pregoeiro</u>
<u>JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA</u>	-	<u>MEMBRO EQUIPE DE APOIO</u>
<u>NOELI CRISTINA DA SILVA</u>	-	<u>MEMBRO EQUIPE DE APOIO</u>
<u>ROSINHA SAVISKI</u>	-	<u>MEMBRO EQUIPE DE APOIO</u>
<u>SANDRA MARIA DE MORAES</u>	-	<u>MEMBRO EQUIPE DE APOIO</u>

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

SERGIO RIBEIRO DOS SANTOS	-	Interessado
ADERSON AURELIO SAVINSKI	-	Representante
LEANDRO LISBOA	-	Representante

 ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA CNPJ: 83.493.726/0001-30 RUA SERGIO GLEVINSKI, 78 C.E.P.: 89370-000 - Papanduva - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2016 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 2/2016 Data do Processo: 19/02/2016

Folha: 1/1

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente, GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 2/2016
 b) Licitação Nr.: 1/2016-PR
 c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
 d) Data Homologação: 22/03/2016
 e) Data da Adjudicação: 22/03/2016 Sequência: 0
 f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 01 (UM) ELEVADOR ELETRÔNICO COMPUTADORIZADO HIDRÁULICO, COM CAPACIDADE PARA 08 PASSAGEIROS E DE 01 (UMA) CADEIRA PARA ACESSIBILIDADE EM ESCADA RETA, AMBOS FORNECIMENTO DE PROJETOS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO XIII DO EDITAL

					(em Reais R\$)				
g) Fornecedores e Itens Vencedores:					Unid.	Qtdade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<u>ELEJECEL ELEVADORES LTDA. - ME (6594)</u>									
1	ELEVADOR ELETRÔNICO COMPUTADORIZADO HIDRÁULICO, COM CAPACIDADE PARA 08 PASSAGEIROS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE EM ANEXO NO EDITAL.	UN	1,00	0,0000	83.900,00	83.900,00			
2	CADEIRA PARA ACESSIBILIDADE EM ESCADA RETA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE EM ANEXO NO EDITAL.	UN	1,00	0,0000	45.900,00	45.900,00			
					Total do Fornecedor:			129.800,00	
					Total Geral:			129.800,00	

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.001.4.4.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 170.000,00

Papanduva, 22 de Março de 2016.

 GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
 PRESIDENTE



ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CNPJ: 83.493.726/0001-30
 RUA SERGIO GLEVINSKI, 78
 C.E.P.: 89370-000 - Papanduva - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 1/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 2/2016
 Data do Processo: 19/02/2016

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente, GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 2/2016
- b) Licitação Nr.: 1/2016-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 22/03/2016
- e) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 01 (UM) ELEVADOR ELETRÔNICO COMPUTADORIZADO HIDRÁULICO, COM CAPACIDADE PARA 08 PASSAGEIROS E DE 01 (UMA) CADEIRA PARA ACESSIBILIDADE EM ESCADA RETA, AMBOS FORNECIMENTO DE PROJETOS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO XIII DO EDITAL

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ELEJECCEL ELEVADORES LTDA. - ME (6594)

1	ELEVADOR ELETRÔNICO COMPUTADORIZADO HIDRÁULICO, COM CAPACIDADE PARA 08 PASSAGEIROS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE EM ANEXO NO EDITAL.	UN	1,00	0,0000	83.900,00	83.900,00
2	CADEIRA PARA ACESSIBILIDADE EM ESCADA RETA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE EM ANEXO NO EDITAL.	UN	1,00	0,0000	45.900,00	45.900,00
Total do Fornecedor:						129.800,00
Total Geral:						129.800,00

Papanduva, 22 de Março de 2016.

 GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
 PRESIDENTE

Paraíso

PREFEITURA

EXT CT. 12/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2016 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2016

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE BILHETES DE PASSAGENS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO PARA ESTUDANTES QUE FREQUENTAM CURSOS PROFISSIONALIZANTES E PREPARATÓRIOS PARA O MERCADO DE TRABALHO OU CURSOS PREPARATÓRIOS PARA INGRESSO NA UNIVERSIDADE, de acordo com a Lei Municipal Nº 1180/2010; E PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL QUE NECESSITAM DE PROTEÇÃO SOCIAL, de acordo com a Lei Municipal Nº 1110/2009, para o exercício de 2016.

DO VALOR TOTAL: R\$ 2.229,50(Dois mil duzentos e vinte nove reais e cinquenta centavos)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: EXTREMOESTE AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

DA VIGÊNCIA: 04/03/2016 até 31/12/2016.

DO FUNDAMENTO: Inciso I, art. 25 e art. 26 da Lei 8.666/93.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 04 de Março de 2016.

ERNI GIACOMINI

Prefeito Municipal de Paraiso

Passo de Torres

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 01/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 01/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres

Contratada: Ana Paula Cardoso Kjjilim – Me

Objeto: aquisição de combustíveis (gasolina comum, óleo diesel e óleo s10), Para atender o exercício de 2016.

Valor: R\$ 108.896,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação PR nº 16/2015

Dotação Orçamentária:

(12) 3.3.90.00.00.00.00.00 0064

(14) 3.3.90.00.00.00.00.00 0071

(15) 3.3.90.00.00.00.00.00 00095

(17) 3.3.90.00.00.00.00.00 0696

(20) 3.3.90.00.00.00.00.00 0696

Passo de Torres, 05 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 02/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 02/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres

Contratada: Consorcio Intermunicipal De Saúde (Amesc)

Objeto: Aquisição De Medicamentos Para Uso Nos Postos De Saúde Deste Município, Pelo Consorcio Amesc.

Valor: R\$ 195.823,37

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação DL nº 4/2015

Dotação Orçamentária:

(13) 3.3.90.00.00.00.00.00 0067

(14) 3.3.90.00.00.00.00.00 0071

(18) 3.3.90.00.00.00.00.00 0064

(19) 3.3.90.00.00.00.00.00 0095

(20) 3.3.90.00.00.00.00.00 0696

Passo de Torres, 05 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 03/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 03/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres

Contratada: Consorcio Intermunicipal De Saúde (Amesc)

Objeto: Prestação De Serviço De Taxa De Utilização - Cis Amesc. Da População Deste Município De Acordo Com A Solicitação De Sistema Municipal De Saúde.

Valor: R\$ 18.000,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação DL nº 5/2015

Dotação Orçamentária:

(11) 3.3.90.00.00.00.00.00 0696

Passo de Torres, 06 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 04/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 04/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres

Contratada: Débora Borba Quadros

Objeto: Prestação De Serviço Em Segurança Do Trabalho. Descrição: Entrga Dos Epi's, Ficalização Dos Trabalhos Em Campo E Treinamento Dos Sevidores Municipais

Valor: R\$ 7.908,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Dotação Orçamentária:

(17) 3.3.90.00.00.00.00.00 0696

Passo de Torres, 08 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 05/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 05/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres

Contratada: Colix Soluções Para Resíduos Ltda Epp

Objeto: serviços de coleta, transporte e destino final (Incineração) dos resíduos de serviço de saúde ("lixo hospitalar") gerados na geradora, compreendendo: Sangue e Hemoderivados (bolsas de sangue após transfusão, bolsa de sangue com o prazo de validade vencido ou com sorologia positiva, amostras para análise, soro, plasma e sub-produtos), Cirúrgico, Anatomopatológico e Exsudato (restos de tecidos e órgãos, tecidos de biópsia, material de drenagem e debridamentos, fios de sutura e materiais descartáveis com secreções, excreções e demais líquidos orgânicos), Biológicos (inóculo, meios de cultura inoculado, vacinas, perfurocortantes, filtros de gases aspirados de áreas contaminadas, ou qualquer material contaminado por estes produtos), Assistência ao Paciente (curativos, chumaços, esparadrapo, algodão, gases, drenos, equipos, escalpes, bolsas coletoras, material de sutura, luvas e todo material que entrar em contato direto com o paciente).

Valor: R\$ 7.980,00 Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Dotação Orçamentária:

(16) 3.3.90.00.00.00.00.00 0101

Passo de Torres, 08 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 06/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 06/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres

Contratada: Fabio De Bitencourt Batista

Objeto: Locação De Uma Sala Medindo Aproximadamente 88 Mts², Na Rua Nereu Ramos – Bairro Centro - Passo De Torres - Sc, Para Instalação Da Sala De Fisioterapia, E Vigilância Sanitária E Departamento Da Dengue Da Séc. De Saúde Deste Município.

Valor: R\$ 4.043,31 Vigência: 31/03/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Dotação Orçamentária:

(16) 3.3.90.00.00.00.00.00 0101

Passo de Torres, 08 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 07/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 07/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres
Contratada: Consorcio Intermunicipal De Saúde (Amesc)
Objeto: Prestação De Serviço De Taxa De Utilização - Cis Amesc.
Da População Deste Municipio De Acordo Com A Solicitação De Sistema Municipal De Saúde.
Valor: R\$ 164.235,00 Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Dotação Orçamentária:
(17) 3.3.90.00.00.00.00.00 0696
Passo de Torres, 11 de Janeiro de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 08/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 08/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres
Contratada: Nildiesel Retifica De Motores Ltda
Objeto: Manutenção Do Veiculo Modelo Sprinter Mbb 313, Placa Mjo 7633 Da Prefeitura Municipal De Passo De Torres
Valor: R\$ 19.403,22 Vigência: 12/02/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação CV 3/2016
Dotação Orçamentária:
(12) 3.3.90.00.00.00.00.00 0064
Passo de Torres, 11 de Janeiro de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 09/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 09/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres
Contratada: Hospclin – Comercio Atacadista De Materiais Hospitalares Eireli - Me
Objeto: Aquisição De Material Hospitalar Para Uso No Atendimento Ambulatorial Para Manutenção Da Unidade Sanitaria Central E De Bella Torres. Para Atender O Exercício De 2016.
Valor: R\$ 108.346,25 Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação PR 1/2016
Dotação Orçamentária:
(15) 3.3.90.00.00.00.00.00 0095
(23) 3.3.90.00.00.00.00.00 0064
Passo de Torres, 21 de Janeiro de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 10/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 10/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres
Contratada: La Dalla Porta Júnior
Objeto: Aquisição De Material Hospitalar Para Uso No Atendimento Ambulatorial Para Manutenção Da Unidade Sanitaria Central E De Bella Torres. Para Atender O Exercício De 2016.
Valor: R\$ 21.150,00 Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação PR 1/2016
Dotação Orçamentária:
(15) 3.3.90.00.00.00.00.00 0095
(23) 3.3.90.00.00.00.00.00 0064
Passo de Torres, 21 de Janeiro de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 11/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 11/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres
Contratada: Hospclin – Comercio Atacadista De Materiais Hospitalares Eireli - Me
Objeto: Aquisição De Material Odontologico Para Uso No Atendimento Ambulatorial Para Manutenção Da Unidade Sanitaria Central E De Bella Torres. Para Atender O Exercício De 2016.
Valor: R\$ 89.283,57 Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação PR 2/2016
Dotação Orçamentária:
(12) 3.3.90.00.00.00.00.00 0064
Passo de Torres, 21 de Janeiro de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 12/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 12/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres
Contratada: Farol Medicamentos Comercio Atacadista – Eirli - Me
Objeto: Aquisição De Material Hospitalar Para Uso No Atendimento Ambulatorial Para Manutenção Da Unidade Sanitaria Central E De Bella Torres. Para Atender O Exercício De 2016.
Valor: R\$ 4.058,70 Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação PR 1/2016
Dotação Orçamentária:
(15) 3.3.90.00.00.00.00.00 0095
(23) 3.3.90.00.00.00.00.00 0064
Passo de Torres, 21 de Janeiro de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 13/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 13/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres
Contratada: Cotipel Comercio De Tintas E Peças Ltda
Objeto: Aquisição De Peças E Serviços Para Manutenção Dos Veiculos Ambulancia Sprinter Placas Mjo 7633, Peugeot Boxer Mff 5875, Renault Logan Placas Mkw 9384, Corsa Classic Placas Mir 1676, Renault Master Placas Mkb 1004, Fiat Ducato Maxi Cargo Placas Qhe 3295 Da Secretaria De Saude Deste Municipio.
Valor: R\$ 64.832,00
Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação CV 9/2016
Dotação Orçamentária:
(17) 3.3.90.00.00.00.00.00 0696
(18) 3.3.90.00.00.00.00.00 0064
Passo de Torres, 28 de Janeiro de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 14/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 14/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres
Contratada: Nildiesel Retifica De Motores Ltda
Objeto: Manutenção Do Veiculo Modelo Renault Master, Placa Mkb 1004 Da Prefeitura Municipal De Passo De Torres.
Valor: R\$ 9.660,00
Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação CV 8/2016
Dotação Orçamentária:

(15) 3.3.90.00.00.00.00.00 0095
Passo de Torres, 28 de Janeiro de 2016.
Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 15/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 15/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres
Contratada: Branet Gestão De Logística Em Saúde Ltda - Me
Objeto: Aquisição De Equipamento Material Permanente Para Uso Da Unidade Central De Passo De Torres, Centro De Saúde/Unidade Básica.
Valor: R\$ 50.989,00
Vigência: 31/03/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação PR 10/2016
Dotação Orçamentária:
(2) 4.4.90.00.00.00.00.00 0094
(4) 4.4.90.00.00.00.00.00 0696
Passo de Torres, 12 de Fevereiro de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 16/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 16/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres
Contratada: Vmlx Comercio De Equipamentos Eletroeletronicos Ltda
Objeto: Aquisição De Equipamento Material Permanente Para Uso Da Unidade Central De Passo De Torres, Centro De Saúde/Unidade Básica.
Valor: R\$ 49.610,00
Vigência: 31/03/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação PR 10/2016
Dotação Orçamentária:
(2) 4.4.90.00.00.00.00.00 0094
(4) 4.4.90.00.00.00.00.00 0696
Passo de Torres, 12 de Fevereiro de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 17/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 17/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres
Contratada: WGS Sistemas Ltda - Me
Objeto: Locação Do Sistema AL - SIGA (AL – Sistema De Gerenciamento E Acompanhamento Em Saúde), E Suporte Técnico Nos Programas Do Ministério Da Saúde
Valor: R\$ 5.600,00
Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Dotação Orçamentária:
(17) 4.4.90.00.00.00.00.00 0696
Passo de Torres, 29 de Fevereiro de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 18/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 18/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres
Contratada: Pedclin Pediatria E Medicina Do Trabalho Sociedade Simples Ltda - Epp
Objeto: elaboração do PCMSO – programa de controle médico de saúde ocupacional por médico do trabalho; emissão de ASO – atestado de saúde ocupacional para exame admissional, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho, demissional e abono de atestado para afastamento de empregado (faltas).
Valor: R\$ 7.650,00
Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Dotação Orçamentária:
(17) 4.4.90.00.00.00.00.00 0696
Passo de Torres, 03 de Março de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 19/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 19/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres
Contratada: Adriano Eloir Cossa
Objeto: Locação De Um Imóvel Constituído De Uma Sala Comercial, Medindo Aproximadamente 69m², Localizado Na Rua Jose Vicente Antonio, Nº 45, Centro De Passo De Torres/Sc. Para Instalação Da Sala De Fisioterapia.
Valor: R\$ 9.036,00
Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação DL 11/2016
Dotação Orçamentária:
(17) 4.4.90.00.00.00.00.00 0696
Passo de Torres, 10 de Março de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Passos Maia

PREFEITURA

DECRETO N. 421/2016

DECRETO Nº 421, de 08 de março de 2016.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR AÇÃO NO PPA, NA LDO E A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Lei Municipal nº. 769, de 08 de março de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado no PPA – Plano Plurianual de Investimento lei nº 756/2015, o Programa 23.01 – Promoção do Turismo Local e a Atividade 2.056 – manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo.

Art. 2º. Fica Criada a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 758/2015 o Programa 23.01 – Promoção do Turismo Local e a Atividade 2.056 – manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo.

Art. 3. Fica autorizado o chefe do poder executivo, nos termos da presente lei, abrir crédito especial no orçamento de 2016, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) na seguinte programação de despesa:

Código	Secretaria/departamento	
07.01	Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Econômico	
funcional	Proj./ativ.	descrição
23.695.2301	2.056	Manutenção das Atividades Votadas ao Turismo
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.90.00.00	01.00	5.000,00
4.4.90.00.00	01.00	5.000,00
TOTAL		10.000,00

Art. 4º. Para dar cobertura ao Crédito Especial do artigo 1º, será anulada dotação dentro do orçamento vigente para o exercício de 2016 nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento	
06.02	Departamento de Cultura	
Funcional	Proj./ativ.	descrição
13.392.1301	2.029	Manutenção do Departamento de Cultura
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.90.00.00	01.00	10.000,00
TOTAL		10.000,00

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor em 1º de Março de 2016.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Passos Maia, 8 de março de 2016.

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

EDITAL N. 0032/2016

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0032/2016
PREGÃO PRESENCIAL N. 0020/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, SC, Estado de Santa Catarina, sito á Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, TORNA PÚBLICO, nos termos do artigo 21, § 2º, Inciso III, da Lei Federal 10.520/02 e 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0020/2016. Objeto - A presente licitação tem por objeto o registro de preço para a aquisição de tubos de concreto, conforme especificações contidas no anexo I do edital. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até as 14:00 horas do dia 07 de abril de 2016, e abertura dos envelopes de proposta no mesmo dia e local as 14:15 horas. A íntegra deste Edital poderá ser obtida junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário normal de expediente, e ou através do site WWW.passosmaia.sc.gov.br. Maiores Informações pelo telefone 0**49- 3437-0010. Passos Maia, 23 de março de 2016.

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO N. 0005/2015 AO CONTRATO N. 0097/2013

TERMO ADITIVO 0005/2016 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0097/2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0049/2013
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n. 0035/2013

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade registrada sob o n. 1.510.345, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, à empresa CLÍNICA ODONTOMEDICA PONTE SERRADA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 07.598.562/0001-28, situada na Avenida XV de novembro, 869, centro, Município de Ponte Serrada - SC, neste ato representada pelo seu sócio administrador Sr. LIRIO BARRETO, brasileiro, casado, portador da RG n. 1169286 e CPF n. 647.473.799-91, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, de comum acordo resolvem celebrar o Presente Termo Aditivo, o que se fazem nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no artigo 58, inciso I, c/c art. 65, "b", §1º da Lei n. 8.666/93 e na cláusula sexta do Contrato Administrativo n. 0097/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO OBJETO

Considerando a necessidade de ampliar o objeto do contrato originário, incluindo serviços que até então não eram prestados (sete cirurgias ambulatoriais e uma cauterização por mês), com vistas a atender a necessidade do Município de Passos Maia – SC, ampliando o acesso dos munícipes a serviços afetos à área da saúde.

Considerando que os serviços a serem incluídos são afetos ao próprio objeto do contrato originário, resta clarificante que não há interesse público na contratação de uma outra empresa para prestar esses serviços, até porque tal atitude iria causar um aumento desnecessário nos gastos do Município.

Desse modo, em virtude da ampliação do objeto contratual, a cláusula primeira do contrato administrativo n. 0097/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – Prestação dos seguintes serviços:

I – Realização de consultas médicas especializadas nas áreas de ginecologia e obstetrícia e consultas médicas para avaliação de cirurgias gerais (estando incluso nestes serviços a realização de exames de ultrassonografia e colposcopia, que forem necessários);

II - Realização de todos os procedimentos cirúrgicos e clínicos de pequeno porte como: partos/cesárias, laqueaduras, histerectomia, hérnias, vasectomia, apendicectomia, fimose, entre outras cirurgias afins, pelo Sistema Único de Saúde – SUS;

III – Realização de 07 (sete) cirurgias ambulatoriais e uma cauterização por mês;

IV – A Contratada deverá atender toda a demanda do Município de Passos Maia – SC, mediante cronograma de atendimento estabelecido entre as partes."

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE CONTRATUAL

Considerando que a cláusula sexta do Contrato Administrativo n. 0097/2013 prevê a possibilidade de reajuste do valor originário quando o contrato for aditado, dispositivo que está em consonância com a legislação de regência;

Considerando, já ter transcorrido prazo superior a 12 (doze) meses, entre o início da prestação dos serviços e a presente data, circunstância que autoriza o reajuste contratual, aplicando-se como índice o IGP-M acumulados no exercício;

Considerando que o IGP-M acumulado nos últimos 12 (doze) meses é de 10,55% (mês/base dezembro/2016);

Considerando, por fim, a ampliação dos serviços a serem prestados pela contratada, tendo sido incluída sete cirurgias ambulatoriais e uma cauterização por mês, o que justifica uma majoração no valor mensal da prestação de serviços em uma proporção de 7,63%;

Fica reajustado o valor do contrato, com acréscimo de 18,18%, sendo que o valor mensal da prestação de serviços passa a ser de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), totalizando anualmente o valor de R\$ 71.500,00 (setenta e um mil e quinhentos reais), alterando-se a cláusula terceira do contrato originário.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o Foro de Comarca de Passos Maia – Estado de Santa Catarina, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste termo aditivo.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento

em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Passos Maia - SC, 02 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

IVANDRE BOCALON

CONTRATANTE

CLINICA ODONTOMEDICA PONTE SERRADA LTDA

LIRIO BARRETO

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

EDSON SALVADEGO
CPF n. 067.004.859-32

DOUGLAS AIGNER
CPF n. 009.844.399-27

Paulo Lopes

PREFEITURA

ERRATA PORTARIA Nº 118/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

ERRATA

Na portaria nº 118/2015 de 21 de Março de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 22/03/2016, onde se lê "Portaria nº 118/2015" Leia-se "2016", Permanecendo o restante do texto sem alteração.

Município de Paulo Lopes - SC, 23 de março de 2016.

Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 121/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 121/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Maria Aparecida Silvano, brasileira, portadora do CPF nº 744.175.179-91, matrícula nº 137 ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, de 22/03/2016 à 05/04/2016.

Município de Paulo Lopes – SC, em 22 de março de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 122/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 122/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, Vinicius de Souza, brasileiro, portador do CPF nº 088.158.349-90, matrícula nº 11065, ocupante do Cargo de Assessor dos Serviços da Saúde, nomeado pela portaria nº 428/2014, conforme requerimento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 23 de Março de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 123/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 123/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, Julio Cesar de Souza Pereira Tomaschitz, brasileiro, portador do CPF nº 049.778.839-00, matrícula nº 11207, ocupante do Cargo de Professor de Educação Física 20h, nomeado pela portaria nº 112/2016, conforme requerimento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 23 de Março de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

137

PORTARIA Nº137/2016

O Prefeito Municipal de Penha e.e., no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 2545/2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, sendo composto pelos seguintes membros:

Representantes Governamentais

Secretaria da Assistência Social
Titular: Juliana da Silva Santana
Suplente: Jussara Spolaor

Secretaria da Administração
Titular: Tania Tomazi Fontana
Suplente: Elaine Cristina Cavaco Gomes

Secretaria da Fazenda
Titular: Almir Rogério dos Santos
Suplente: Agairto Tachini Schneider

Secretaria da Saúde
Titular: Belmira Galdino
Suplente: Rosângela Dilma Ferreira Jacinto

Secretaria da Educação
Titular: Márcia Regina dos Santos
Suplente: Nilda Cesário Pereira

Representantes Não Governamentais

Representante de Entidade (Atendimento a crianças de 0 a 6)
Titular: Bernardina Fernandes
Suplente: Raquel Agostinha Assis

Representante de Entidade (Atendimento a pessoas com deficiência)

Titular: Mercí Teresinha do Nascimento
Suplente: Emília Glacir Grabosky.

Representante de Entidade (Atendimento a idosos)
Titular: Julieta Ribas de Sá
Suplente: Selma Vanzuita
Representante de Entidade (Atendimento a idosos)
Titular: Nair Leicht
Suplente: Rose Mari Bastos

Representante de Usuários
Titular: Juciney Formento Pruner
Suplente: Márcia Bento

Art.2º- O exercício de função de conselheiro é considerado serviço público relevante e não remunerado, sendo o mandato de 02 anos, facultado a recondução.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 115/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 23 de março de 2016.

MÁRIO GUARACY DE SOUZA

Prefeito Municipal e.e.

Registrada e publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

CONCURSO 01/2016 - CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

Prefeitura Municipal de Penha
Concurso Público Edital 001/2016

Ato 010/CPPE/001/2016

**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016**

O Senhor **Mário Guaracy de Souza**, Prefeito em exercício de Penha, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. A Classificação Preliminar dos candidatos ao Concurso Público Edital 001/2016, já considerando o julgamento dos recursos contra as questões e os critérios de desempate, consta divulgada no **Anexo I** deste ato.
2. Os recursos contra esta classificação preliminar podem ser interpostos nos dias **24 e 25 de Março de 2016** nos termos do Edital.

PENHA, 23 de Março de 2016.

Mário Guaracy de Souza
Prefeito Municipal de Penha



Prefeitura Municipal de Penha
Concurso Público Edital 001/2016

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

Legenda:

CG=Conhecimentos Gerais; CE=Conhecimentos Específicos; NPE=Nota da Prova Escrita;

NPT=Nota de Títulos; NF=Nota Final

Especialista Assuntos Educacionais			CG		CE		Acertos	NPE	Situatção NPE	NPT	NF	Situatção Final
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	285243	30/09/1965	Sileide Maria De Souza Caldeira	14	2,80	14	4,20	28	7,00	0,50	7,50	Aprovado
2	288794	17/09/1978	Juliana Jacinto	12	2,40	15	4,50	27	6,90	0,50	7,40	Aprovado
3	288901	22/12/1969	Rosa Maria Leite Felício	12	2,40	13	3,90	25	6,30	0,50	6,80	Aprovado
4	294140	13/06/1975	Lucimeri Pinto	12	2,40	13	3,90	25	6,30	0,50	6,80	Aprovado
5	285059	12/08/1986	Priscila Flores Da Luz	16	3,20	12	3,60	28	6,80	0,00	6,80	Aprovado
6	290728	07/06/1977	Sandra Maria Ferreira De Freitas	10	2,00	14	4,20	24	6,20	0,50	6,70	Aprovado
7	292848	11/03/1986	Luciane Cordeiro De Geus	12	2,40	14	4,20	26	6,60	0,00	6,60	Aprovado
8	288550	09/04/1964	Neusa Marisa Klippel Brehm	10	2,00	15	4,50	25	6,50	0,00	6,50	Aprovado
9	289860	17/05/1961	Juscelino Oliveira	11	2,20	12	3,60	23	5,80	0,50	6,30	Aprovado
10	295524	03/10/1974	Maria Aparecida Bento	10	2,00	12	3,60	22	5,60	0,50	6,10	Aprovado
11	288838	05/03/1968	Tania Uhlmann Franzoi	8	1,60	14	4,20	22	5,80	0,00	5,80	Aprovado
12	296793	23/07/1971	Maria Estela Gonsalves Araujo Da Silva	11	2,20	12	3,60	23	5,80	0,00	5,80	Aprovado
13	285091	15/11/1983	Jackson Reinicke	8	1,60	12	3,60	20	5,20	0,50	5,70	Aprovado
14	284605	16/09/1981	Ana Olivia Teodoro Pires Figueredo	12	2,40	11	3,30	23	5,70	0,00	5,70	Aprovado
15	284127	02/06/1971	Andrea Ziehlsdorff	11	2,20	10	3,00	21	5,20	0,50	5,70	Aprovado
16	294800	17/01/1992	Larissa Aparecida Stoeberl	11	2,20	10	3,00	21	5,20	0,50	5,70	Aprovado
17	296595	20/10/1964	Jose Antonio Ferreira	10	2,00	12	3,60	22	5,60	0,00	5,60	Aprovado
18	295731	03/11/1968	Neonilha Bonko Silva	11	2,20	11	3,30	22	5,50	0,00	5,50	Aprovado
19	294443	02/06/1980	Luciana Malaquias Paulino	10	2,00	11	3,30	21	5,30	0,00	5,30	Aprovado
20	296839	03/02/1968	Andrea Lidia Schramm	9	1,80	11	3,30	20	5,10	0,00	5,10	Aprovado
21	294216	12/07/1973	Rita De Cassia Fagundes	7	1,40	12	3,60	19	5,00	0,00	5,00	Aprovado
	285031	16/07/1960	Madalena Dalva Mengarda Schmitt	6	1,20	12	3,60	18	4,80	0,00	4,80	Reprovado



Prefeitura Municipal de Penha
Concurso Público Edital 001/2016

	294671	26/02/1983	Fabio Alves	6	1,20	12	3,60	18	4,80	Reprovado	0,00	4,80	Reprovado
	297214	07/04/1979	Rosane Aparecida De Almeida Da Silva	8	1,60	10	3,00	18	4,60	Reprovado	0,00	4,60	Reprovado
	284383	12/08/1988	Maria Antonia Cardoso	8	1,60	10	3,00	18	4,60	Reprovado	0,00	4,60	Reprovado
	294679	27/10/1973	Elisete Teresinha Mafra Werner	6	1,20	11	3,30	17	4,50	Reprovado	0,00	4,50	Reprovado
	296374	11/11/1967	Rosana Cristina Alves Godoi	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Reprovado	0,00	4,50	Reprovado
	288872	08/05/1976	Eunidio Luis Rannov	8	1,60	9	2,70	17	4,30	Reprovado	0,00	4,30	Reprovado
	292732	27/03/1984	Claudia Cardoso Backer	7	1,40	9	2,70	16	4,10	Reprovado	0,00	4,10	Reprovado
	293120	21/03/1981	Ana Paula Speggorin	5	1,00	10	3,00	15	4,00	Reprovado	0,00	4,00	Reprovado
	296726	14/07/1973	Regiane Aparecida Severino	4	0,80	9	2,70	13	3,50	Reprovado	0,00	3,50	Reprovado
	298857	30/12/1979	Helen Nadeje Janata	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
	297911	05/04/1985	Suelli Karina Da Costa	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
Professor Anos Iniciais													
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Acertos	NPE	Situação NPE	NPT	NF	Situação Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota						
1	294745	03/06/1971	Nisia Maria Pinto	11	2,20	16	4,80	27	7,00	Aprovado	0,50	7,50	Aprovado
2	296861	31/10/1973	Sonia Niedermeyer Goll	11	2,20	16	4,80	27	7,00	Aprovado	0,50	7,50	Aprovado
3	292901	02/10/1963	Nilson Dilo De Souza	13	2,60	16	4,80	29	7,40	Aprovado	0,00	7,40	Aprovado
4	288554	02/09/1966	Vanja Rebello Dos Santos De Souza	12	2,40	15	4,50	27	6,90	Aprovado	0,50	7,40	Aprovado
5	294752	16/12/1988	Ivelise Luzia Soares Da Costa	10	2,00	16	4,80	26	6,80	Aprovado	0,50	7,30	Aprovado
6	284731	23/12/1982	Renata Raimon Pereira Da Silva	14	2,80	15	4,50	29	7,30	Aprovado	0,00	7,30	Aprovado
7	295699	14/09/1969	Maria Da Penha Santos Da Silva	12	2,40	16	4,80	28	7,20	Aprovado	0,00	7,20	Aprovado
8	290499	10/04/1966	Creusa Edit Verissimo	11	2,20	15	4,50	26	6,70	Aprovado	0,50	7,20	Aprovado
9	292687	13/11/1976	Alessandra Pereira Dutra Rodrigues	10	2,00	17	5,10	27	7,10	Aprovado	0,00	7,10	Aprovado
10	296582	21/02/1965	Maria De Fatima Da Costa Ferreira	16	3,20	13	3,90	29	7,10	Aprovado	0,00	7,10	Aprovado
11	295218	24/08/1979	Jaqueline Do Nascimento De Borba	14	2,80	14	4,20	28	7,00	Aprovado	0,00	7,00	Aprovado
12	292489	06/04/1954	Edite Fossa De Souza	14	2,80	12	3,60	26	6,40	Aprovado	0,50	6,90	Aprovado
13	291286	16/06/1985	Janaina Neide De Souza	8	1,60	16	4,80	24	6,40	Aprovado	0,50	6,90	Aprovado
14	284616	25/10/1985	Maite Cleide Pinheiro	12	2,40	15	4,50	27	6,90	Aprovado	0,00	6,90	Aprovado
15	284664	14/01/1984	Edilene Iris Caldeira Lourenco	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado	0,50	6,90	Aprovado
16	289372	06/12/1970	Mercia Regina Honorio	8	1,60	15	4,50	23	6,10	Aprovado	0,50	6,60	Aprovado



Prefeitura Municipal de Penha
Concurso Público Edital 001/2016

17	284393	09/01/1962	Neuza Maria De Souza	12	2,40	14	4,20	26	6,60	Aprovado	0,00	6,60	Aprovado
18	297661	01/09/1981	Giselly Taborda Lima Quadros	10	2,00	15	4,50	25	6,50	Aprovado	0,00	6,50	Aprovado
19	296429	24/02/1963	Ereny De Fatima Meister	9	1,80	15	4,50	24	6,30	Aprovado	0,00	6,30	Aprovado
20	290921	12/12/1981	Vanessa Rhenius Threiss	9	1,80	15	4,50	24	6,30	Aprovado	0,00	6,30	Aprovado
21	284699	07/11/1973	Mirta Sueli Da Silva Correa	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado	0,50	6,30	Aprovado
22	292965	29/07/1992	Perlonia Do Nascimento	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado	0,50	6,30	Aprovado
23	296143	03/05/1990	Leticia Ranguet Nascimento	12	2,40	13	3,90	25	6,30	Aprovado	0,00	6,30	Aprovado
24	284224	22/08/1952	Aurea Maria Campestrini Cristelli	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado	0,50	6,20	Aprovado
25	284296	13/08/1978	Elisandra Matozo	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado	0,00	6,20	Aprovado
26	298528	10/04/1981	Zenilde Azevedo Mafra	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado	0,00	6,20	Aprovado
27	297678	30/04/1988	Haline Ferreira Beber	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado	0,00	6,20	Aprovado
28	298910	07/11/1994	Danielle Abravanel	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado	0,00	6,20	Aprovado
29	292519	12/03/1985	Anna Paula Farias Novais	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado	0,50	6,20	Aprovado
30	292795	27/04/1990	Vanessa Ribeiro	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado	0,50	6,20	Aprovado
31	285471	26/10/1986	Adriana Iracema Silva	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado	0,00	6,10	Aprovado
32	292277	14/07/1984	Simone Felicio Regis	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado	0,00	6,00	Aprovado
33	285116	02/08/1984	Fabiane Censi	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado	0,00	6,00	Aprovado
34	297277	09/04/1987	Bruna Alessandra Do Nascimento Vieira	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado	0,00	6,00	Aprovado
35	288612	18/09/1977	Sirlei Balbina Silva Martins	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado	0,50	6,00	Aprovado
36	284813	25/06/1987	Isabela Custodio	11	2,20	11	3,30	22	5,50	Aprovado	0,50	6,00	Aprovado
37	284106	30/06/1984	Elisane Angioletti Altini	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado	0,00	5,90	Aprovado
38	288727	03/10/1984	Lucilea Maria Bento Miguel	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado	0,00	5,90	Aprovado
39	297033	31/08/1974	Jane Terezinha Vitorino De Campos	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado	0,50	5,80	Aprovado
40	289901	17/03/1979	Flavia Spiess	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado	0,50	5,80	Aprovado
41	293457	09/05/1982	Claudete Fatima Dalmagro	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado	0,50	5,80	Aprovado
42	296896	21/01/1990	Katiuscia Leite Francisco Alves	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado	0,00	5,80	Aprovado
43	285333	19/04/1969	Simone Pereira De Lima Beltrami	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado	0,00	5,70	Aprovado
44	284963	09/07/1978	Karim Tavares	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado	0,00	5,70	Aprovado
45	294656	25/09/1978	Juliane Cristine Borges Carvalho	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado	0,00	5,70	Aprovado
46	289425	12/09/1985	Janaina Regina Bento De Siqueira	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado	0,00	5,70	Aprovado
47	285129	03/06/1986	Daniela Goncalves	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado	0,00	5,70	Aprovado



Prefeitura Municipal de Penha
Concurso Público Edital 001/2016

48	284273	22/11/1977	Daniela Coelho Ferreira Da Rosa	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado	0,00	5,70	Aprovado
49	294661	24/01/1982	Leandro Jose Gomes	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado	0,00	5,70	Aprovado
50	284684	15/07/1988	Jessica Grangeiro Sampaio Soares	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado	0,00	5,70	Aprovado
51	298048	03/12/1975	Denise Isabel Sagas Goncalves	11	2,20	10	3,00	21	5,20	Aprovado	0,50	5,70	Aprovado
52	298874	24/01/1963	Denise Rosangela Haritsch	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado	0,00	5,60	Aprovado
53	293654	02/08/1974	Patricia Aparecida Souza	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado	0,00	5,60	Aprovado
54	294891	16/01/1973	Andreia Lucia Santana	5	1,00	15	4,50	20	5,50	Aprovado	0,00	5,50	Aprovado
55	293407	10/07/1971	Liliane Lacava Da Rosa	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado	0,50	5,50	Aprovado
56	294428	24/07/1976	Eliete Borges Alves	6	1,20	14	4,20	20	5,40	Aprovado	0,00	5,40	Aprovado
57	295963	29/04/1990	Letícia Laci Da Silva	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Aprovado	0,00	5,40	Aprovado
58	284767	24/10/1991	Osni Marques Junior	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado	0,00	5,30	Aprovado
59	295262	13/10/1988	Elaine Da Luz	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado	0,00	5,20	Aprovado
60	289424	03/05/1979	Marilene Claudino	6	1,20	13	3,90	19	5,10	Aprovado	0,00	5,10	Aprovado
61	285474	24/02/1984	Deise Dos Santos Camilo	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado	0,00	5,10	Aprovado
62	295517	11/03/1983	Suzana Zimar Souza	4	0,80	14	4,20	18	5,00	Aprovado	0,00	5,00	Aprovado
63	298663	06/10/1981	Alessandra De Souza Amaro Wermuth	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado	0,00	5,00	Aprovado
64	284131	30/06/1985	Patricia Nunes Pereira Antonio	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado	0,00	5,00	Aprovado
	285383	22/05/1973	Cristiane Meri Felicio	5	1,00	13	3,90	18	4,90	Reprovado	0,00	4,90	Reprovado
	288933	06/07/1974	Aderlita Anacleto	5	1,00	13	3,90	18	4,90	Reprovado	0,00	4,90	Reprovado
	284683	12/08/1983	Aline Cordova Forte	5	1,00	13	3,90	18	4,90	Reprovado	0,00	4,90	Reprovado
	292586	13/11/1987	Jonata Josue Schulze	5	1,00	13	3,90	18	4,90	Reprovado	0,00	4,90	Reprovado
	296506	16/12/1979	Anelize Agostinho	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Reprovado	0,00	4,90	Reprovado
	292175	25/03/1987	Carina Maria Da Silva	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Reprovado	0,00	4,90	Reprovado
	298332	16/02/1989	Juliana Donatilia Gomes	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Reprovado	0,00	4,90	Reprovado
	284458	25/03/1995	Yandra Aline Caldeira	6	1,20	12	3,60	18	4,80	Reprovado	0,00	4,80	Reprovado
	296422	26/03/1967	Eliane De Souza Pereira	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Reprovado	0,00	4,80	Reprovado
	296725	05/01/1970	Tereza Pereira Da Silva	4	0,80	13	3,90	17	4,70	Reprovado	0,00	4,70	Reprovado
	295902	15/07/1967	Roberto Antonio Leite	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Reprovado	0,00	4,70	Reprovado
	291002	01/09/1987	Eline Dilma Idalina	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Reprovado	0,00	4,70	Reprovado
	295775	11/07/1975	Cynthia Hamel Wojcik	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Reprovado	0,00	4,70	Reprovado
	298465	30/10/1979	Janini Pinheiro	5	1,00	12	3,60	17	4,60	Reprovado	0,00	4,60	Reprovado



Prefeitura Municipal de Penha
Concurso Público Edital 001/2016

	285299	22/05/1991	Luana Lais Da Costa Campos	6	1,20	11	3,30	17	4,50	Reprovado	0,00	4,50	Reprovado
	284530	25/06/1978	Melissa Pontes Rebelo	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Reprovado	0,00	4,50	Reprovado
	298964	14/06/1956	Sonia Mara Schüller	8	1,60	9	2,70	17	4,30	Reprovado	0,00	4,30	Reprovado
	296580	26/06/1970	Regina Dos Santos	8	1,60	9	2,70	17	4,30	Reprovado	0,00	4,30	Reprovado
	297808	26/07/1961	Manoel Frederico Dos Passos	7	1,40	9	2,70	16	4,10	Reprovado	0,00	4,10	Reprovado
	290045	09/08/1986	Denise Spiess	2	0,40	12	3,60	14	4,00	Reprovado	0,00	4,00	Reprovado
	289874	10/03/1972	Adriana Paulino	5	1,00	10	3,00	15	4,00	Reprovado	0,00	4,00	Reprovado
	285067	29/11/1990	Josiane Rita Celista	9	1,80	7	2,10	16	3,90	Reprovado	0,00	3,90	Reprovado
	284880	29/08/1988	Priscila Cassol Marino	4	0,80	10	3,00	14	3,80	Reprovado	0,00	3,80	Reprovado
	298614	30/01/1992	Jusley Rosa De Freitas	4	0,80	10	3,00	14	3,80	Reprovado	0,00	3,80	Reprovado
	285080	29/11/1990	Jaqueline Rita Celista	10	2,00	6	1,80	16	3,80	Reprovado	0,00	3,80	Reprovado
	295951	23/06/1994	Taisa Eduarda Steil	6	1,20	8	2,40	14	3,60	Reprovado	0,00	3,60	Reprovado
	291673	04/05/1952	Doraci Carolino	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Reprovado	0,00	3,30	Reprovado
	290404	16/02/1983	Veridiane Aparecida Krzezinski	9	1,80	5	1,50	14	3,30	Reprovado	0,00	3,30	Reprovado
	285193	26/09/1975	Flavia de Lourdes Alves Cordazzo	6	1,20	5	1,50	11	2,70	Reprovado	0,00	2,70	Reprovado
	284203	13/03/1988	Marcela Cristina Da Rocha	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
Professor Artes													
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Acertos	NPE	Situação NPE	NPT	NF	Situação Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota						
1	297567	19/03/1979	Alex Almeida	15	3,00	15	4,50	30	7,50	Aprovado	0,00	7,50	Aprovado
2	295185	07/07/1974	Juliano Reinert Novais Dos Santos	14	2,80	15	4,50	29	7,30	Aprovado	0,00	7,30	Aprovado
3	294450	21/01/1976	Luciana Dutra Silva Thomsen	14	2,80	14	4,20	28	7,00	Aprovado	0,00	7,00	Aprovado
4	297107	03/02/1960	Maria Luzia Stahelin Richter	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado	0,00	6,40	Aprovado
5	296577	11/08/1975	Marcia Helena Wagner	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado	0,00	6,40	Aprovado
6	294718	10/04/1976	Adriana De Oliveira Ferreira	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado	0,00	6,40	Aprovado
7	297822	26/07/1981	Jean Carlos Correa	6	1,20	15	4,50	21	5,70	Aprovado	0,50	6,20	Aprovado
8	289266	15/01/1964	Tania Mara Correa De Miranda	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado	0,00	6,20	Aprovado
9	296345	21/06/1975	Luciane Pereira	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado	0,00	6,00	Aprovado
10	289524	19/07/1977	Patricia Ondina Coelho	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado	0,00	5,90	Aprovado
11	289432	19/10/1980	Simone Schroeder	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado	0,00	5,90	Aprovado



Prefeitura Municipal de Penha
Concurso Público Edital 001/2016

12	298291	07/02/1985	Edson Santana	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado	0,00	5,80	Aprovado
13	296434	06/09/1974	Viviane Costa Moura	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado	0,00	5,50	Aprovado
14	284285	08/03/1961	Regina Maria Da Silva	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado	0,00	5,40	Aprovado
15	285230	27/09/1972	Maria Neucio Borba Medeiros	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado	0,00	5,30	Aprovado
	292930	03/03/1967	Beatriz Mehler Bauer	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Reprovado	0,00	4,70	Reprovado
	285434	09/03/1970	Sandra Regina Boehringier Siebert	5	1,00	11	3,30	16	4,30	Reprovado	0,00	4,30	Reprovado
	298845	18/08/1977	Fernanda Alves Daneleski	6	1,20	8	2,40	14	3,60	Reprovado	0,00	3,60	Reprovado
	295581	14/01/1961	Eneida Skolimowski Da Silva Gamero	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
Professor Ciências													
				CG		CE		Acertos		NPE	Situação NPE	NPT	Situação Final
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Acertos	NPE	Situação NPE	NPT	Situação Final
1	293529	31/01/1982	Isabel Cristina Bohn Vieira	15	3,00	16	4,80	31	7,80	Aprovado	0,50	8,30	Aprovado
2	296639	03/08/1988	Yuri Carneiro Heusi Tedeo	14	2,80	16	4,80	30	7,60	Aprovado	0,00	7,60	Aprovado
3	293623	20/11/1986	Edmara Guimaraes Barboza	15	3,00	15	4,50	30	7,50	Aprovado	0,00	7,50	Aprovado
4	294660	02/05/1986	Juliane Aparecida Xavier Barbosa	13	2,60	14	4,20	27	6,80	Aprovado	0,50	7,30	Aprovado
5	289334	20/07/1987	Vanessa Angelica Costa Souza	12	2,40	13	3,90	25	6,30	Aprovado	0,00	6,30	Aprovado
6	295234	10/12/1982	Fabio Francisco De Borba	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado	0,00	5,80	Aprovado
7	294290	03/09/1959	Carmen Ligia Cabral Bisogno	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado	0,00	5,00	Aprovado
	296658	21/11/1972	Maíke Cristiane Voss Bichels	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Reprovado	0,00	4,80	Reprovado
	284957	04/08/1973	Eduardo Caetano Diomario	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
Professor Educação Física													
				CG		CE		Acertos		NPE	Situação NPE	NPT	Situação final
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Acertos	NPE	Situação NPE	NPT	Situação final
1	288591	21/12/1974	Carlos Roberto Ferraz De Lima	12	2,40	19	5,70	31	8,10	Aprovado	0,50	8,60	Aprovado
2	284944	29/05/1975	Vania Aparecida Silva Dos Santos	13	2,60	19	5,70	32	8,30	Aprovado	0,00	8,30	Aprovado
3	295611	08/06/1965	Alice Kiyoko Cidreira Kubo	12	2,40	18	5,40	30	7,80	Aprovado	0,50	8,30	Aprovado
4	296562	01/07/1973	Adriana Edit Verissimo	12	2,40	18	5,40	30	7,80	Aprovado	0,50	8,30	Aprovado
5	285146	19/12/1967	Sergio Valdo Castro De Almeida	11	2,20	20	6,00	31	8,20	Aprovado	0,00	8,20	Aprovado
6	290387	25/11/1982	Caroline Gehlen De Jesus	13	2,60	17	5,10	30	7,70	Aprovado	0,50	8,20	Aprovado



Prefeitura Municipal de Penha
Concurso Público Edital 001/2016

7	298733	23/11/1983	Andre Lucas Dos Santos	12	2,40	19	5,70	31	8,10	Aprovado	0,00	8,10	Aprovado
8	285300	30/07/1987	Gabriel Soares Sell	12	2,40	19	5,70	31	8,10	Aprovado	0,00	8,10	Aprovado
9	284932	25/04/1975	Ana Katarina Oliveira Amaral	11	2,20	18	5,40	29	7,60	Aprovado	0,50	8,10	Aprovado
10	292438	20/03/1991	Nathalia Giovanna Gavioli	15	3,00	17	5,10	32	8,10	Aprovado	0,00	8,10	Aprovado
11	294601	05/02/1972	Daniel Da Veiga Medina	10	2,00	18	5,40	28	7,40	Aprovado	0,50	7,90	Aprovado
12	294067	11/01/1984	Joice Cardoso	12	2,40	18	5,40	30	7,80	Aprovado	0,00	7,80	Aprovado
13	291153	17/06/1994	Tiago Kutzner	14	2,80	16	4,80	30	7,60	Aprovado	0,00	7,60	Aprovado
14	295405	01/07/1988	Wagner Walmor Cordeiro	10	2,00	18	5,40	28	7,40	Aprovado	0,00	7,40	Aprovado
15	296730	29/07/1984	Fabiano Basileo Goncalves	9	1,80	17	5,10	26	6,90	Aprovado	0,50	7,40	Aprovado
16	290790	06/08/1983	Alexandro De Novais	9	1,80	18	5,40	27	7,20	Aprovado	0,00	7,20	Aprovado
17	296863	02/03/1990	Marcio Da Silva	9	1,80	18	5,40	27	7,20	Aprovado	0,00	7,20	Aprovado
18	293559	08/03/1988	Inalva Lilian Andrade Loes	10	2,00	17	5,10	27	7,10	Aprovado	0,00	7,10	Aprovado
19	288950	22/07/1982	Adricia Neumann Neumann	12	2,40	14	4,20	26	6,60	Aprovado	0,50	7,10	Aprovado
20	293569	15/01/1973	Claudia Rosinei Pecharka	11	2,20	16	4,80	27	7,00	Aprovado	0,00	7,00	Aprovado
21	289386	14/04/1985	Leandro Ferreira Dos Santos	11	2,20	16	4,80	27	7,00	Aprovado	0,00	7,00	Aprovado
22	291485	10/02/1992	Daniela Rivelles	9	1,80	17	5,10	26	6,90	Aprovado	0,00	6,90	Aprovado
23	298967	12/03/1991	Leandro Posting	10	2,00	16	4,80	26	6,80	Aprovado	0,00	6,80	Aprovado
24	297624	16/12/1972	Gorete Medianeira Fagundes Moreira	8	1,60	17	5,10	25	6,70	Aprovado	0,00	6,70	Aprovado
25	288621	07/07/1991	Paulo Mauricio De Souza	12	2,40	14	4,20	26	6,60	Aprovado	0,00	6,60	Aprovado
26	293452	03/08/1993	Marllon Rafael Glixinski	9	1,80	15	4,50	24	6,30	Aprovado	0,00	6,30	Aprovado
27	291580	10/08/1983	Suellen Almeida Batista	8	1,60	15	4,50	23	6,10	Aprovado	0,00	6,10	Aprovado
28	284230	17/09/1975	Adriana Goreti Dias Barboza Domingos	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado	0,50	5,80	Aprovado
29	296271	02/08/1978	Cley Anderson Da Silva	6	1,20	15	4,50	21	5,70	Aprovado	0,00	5,70	Aprovado
30	293630	22/06/1992	Aldo Couto Junior	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado	0,00	5,30	Aprovado
31	297018	02/06/1965	Irinete Aparecida Nori Dos Santos	5	1,00	14	4,20	19	5,20	Aprovado	0,00	5,20	Aprovado
32	297984	17/07/1980	Fernanda Nascimento	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado	0,00	5,20	Aprovado
	298555	01/02/1991	Marina Elis Domeciano	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Reprovado	0,00	4,40	Reprovado
	296115	22/03/1960	Marcia Noemia Dambrowski	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
	284764	24/07/1970	Helio Cidade Filho	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
	298477	13/03/1977	Everaldo Maschio	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
	297689	26/10/1977	Celia Kriczinski	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente



Prefeitura Municipal de Penha
Concurso Público Edital 001/2016

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



Prefeitura Municipal de Penha
Concurso Público Edital 001/2016

20	284019	01/12/1982	Deyse Regina Dos Santos		9	1,80	18	5,40	27	7,20	Aprovado	0,50	7,70	Aprovado
21	285110	17/10/1984	Suelen Aparecida De Paula		9	1,80	18	5,40	27	7,20	Aprovado	0,50	7,70	Aprovado
22	295011	24/07/1978	Regiane Rodrigues Teixeira		12	2,40	16	4,80	28	7,20	Aprovado	0,50	7,70	Aprovado
23	285046	04/02/1982	Elaine Santos Da Cruz Silva		11	2,20	18	5,40	29	7,60	Aprovado	0,00	7,60	Aprovado
24	284098	30/11/1988	Carina Maria Severino		9	1,80	19	5,70	28	7,50	Aprovado	0,00	7,50	Aprovado
25	291624	10/02/1977	Elisangela Aparecida De Oliveira Weimer		8	1,60	18	5,40	26	7,00	Aprovado	0,50	7,50	Aprovado
26	293247	28/03/1978	Myrcea Heloisa Wagner		8	1,60	18	5,40	26	7,00	Aprovado	0,50	7,50	Aprovado
27	292065	01/08/1991	Bruna Kosakoski		8	1,60	18	5,40	26	7,00	Aprovado	0,50	7,50	Aprovado
28	289234	31/03/1991	Jessica Cristine Ramos		12	2,40	17	5,10	29	7,50	Aprovado	0,00	7,50	Aprovado
29	296695	20/07/1995	Geovana Cardoso Floriano		12	2,40	17	5,10	29	7,50	Aprovado	0,00	7,50	Aprovado
30	290937	26/07/1987	Fabricia Eger Anacleto		11	2,20	16	4,80	27	7,00	Aprovado	0,50	7,50	Aprovado
31	292703	04/01/1980	Elines Maria De Jesus Nascimento		14	2,80	14	4,20	28	7,00	Aprovado	0,50	7,50	Aprovado
32	291563	06/03/1988	Luciana Natliara Rosa		10	2,00	18	5,40	28	7,40	Aprovado	0,00	7,40	Aprovado
33	296917	22/02/1989	Rosana Gamba De Aguiar		10	2,00	18	5,40	28	7,40	Aprovado	0,00	7,40	Aprovado
34	298745	05/01/1990	Barbara Rodrigues		10	2,00	18	5,40	28	7,40	Aprovado	0,00	7,40	Aprovado
35	294241	27/06/1978	Claudia Rosane Triches Tulio		9	1,80	17	5,10	26	6,90	Aprovado	0,50	7,40	Aprovado
36	291152	09/08/1982	Elisane Zilmar Aragao		9	1,80	17	5,10	26	6,90	Aprovado	0,50	7,40	Aprovado
37	293217	08/03/1983	Priscila Roemers		13	2,60	16	4,80	29	7,40	Aprovado	0,00	7,40	Aprovado
38	283838	06/04/1991	Danielli Cristini Pereira Vieira		13	2,60	16	4,80	29	7,40	Aprovado	0,00	7,40	Aprovado
39	297259	08/07/1984	Renata Terezinha Da Silva		16	3,20	14	4,20	30	7,40	Aprovado	0,00	7,40	Aprovado
40	292531	13/01/1972	Flavia Marcelino Porto		7	1,40	18	5,40	25	6,80	Aprovado	0,50	7,30	Aprovado
41	293738	03/03/1981	Isabela Montibeller De Souza Kuehn		7	1,40	18	5,40	25	6,80	Aprovado	0,50	7,30	Aprovado
42	294289	26/03/1983	Debora Da Costa Rosa		11	2,20	17	5,10	28	7,30	Aprovado	0,00	7,30	Aprovado
43	284939	24/06/1994	Ana Cristina Americo		11	2,20	17	5,10	28	7,30	Aprovado	0,00	7,30	Aprovado
44	295425	05/05/1985	Priscila Fronza		9	1,80	18	5,40	27	7,20	Aprovado	0,00	7,20	Aprovado
45	294474	05/07/1992	Indianara Mendes		9	1,80	18	5,40	27	7,20	Aprovado	0,00	7,20	Aprovado
46	291204	04/10/1982	Ivone Iracema Da Silva		12	2,40	16	4,80	28	7,20	Aprovado	0,00	7,20	Aprovado
47	284754	03/12/1982	Monica Bassani Pinto		11	2,20	15	4,50	26	6,70	Aprovado	0,50	7,20	Aprovado
48	289235	11/03/1969	Ivete Tarnowski		10	2,00	17	5,10	27	7,10	Aprovado	0,00	7,10	Aprovado
49	292652	05/01/1973	Janaina Beatris Rocha Da Luz		10	2,00	17	5,10	27	7,10	Aprovado	0,00	7,10	Aprovado
50	289358	04/05/1979	Aliane Bordalo Dos Santos Voos		10	2,00	17	5,10	27	7,10	Aprovado	0,00	7,10	Aprovado



Prefeitura Municipal de Penha
Concurso Público Edital 001/2016

51	291499	04/12/1983	Fabricia Inocencio	10	2,00	17	5,10	27	7,10	Aprovado	0,00	7,10	Aprovado
52	295687	26/04/1963	Roseli Helena Adriano Goncalves Goncalves	9	1,80	16	4,80	25	6,60	Aprovado	0,50	7,10	Aprovado
53	288731	16/07/1981	Janaina Fernanda Vieira Dias	9	1,80	16	4,80	25	6,60	Aprovado	0,50	7,10	Aprovado
54	289320	29/05/1984	Vania Lucia Vicente	9	1,80	16	4,80	25	6,60	Aprovado	0,50	7,10	Aprovado
55	284380	20/04/1985	Tatiana Souza Kurecki	9	1,80	16	4,80	25	6,60	Aprovado	0,50	7,10	Aprovado
56	294985	06/09/1985	Gabriela Corradi De Paula	9	1,80	16	4,80	25	6,60	Aprovado	0,50	7,10	Aprovado
57	285337	17/01/1975	Adriana Ribeiro De Campos Moreira	13	2,60	15	4,50	28	7,10	Aprovado	0,00	7,10	Aprovado
58	284266	15/07/1976	Acione Maria Dos Santos	13	2,60	15	4,50	28	7,10	Aprovado	0,00	7,10	Aprovado
59	293515	14/02/1984	Franciele Raquel Hickmann	13	2,60	15	4,50	28	7,10	Aprovado	0,00	7,10	Aprovado
60	285234	03/02/1985	Thayse Da Costa Souza	13	2,60	15	4,50	28	7,10	Aprovado	0,00	7,10	Aprovado
61	296721	04/09/1987	Daniely Costa Lindozo	13	2,60	15	4,50	28	7,10	Aprovado	0,00	7,10	Aprovado
62	283876	07/07/1982	Josimere De Borba	12	2,40	14	4,20	26	6,60	Aprovado	0,50	7,10	Aprovado
63	292790	03/12/1974	Claudia Correa	8	1,60	18	5,40	26	7,00	Aprovado	0,00	7,00	Aprovado
64	293267	04/05/1992	Leticia Cledineia Bento	8	1,60	18	5,40	26	7,00	Aprovado	0,00	7,00	Aprovado
65	284482	05/02/1977	Viviane Batheke Inocencio	7	1,40	17	5,10	24	6,50	Aprovado	0,50	7,00	Aprovado
66	285252	24/06/1978	Josiane D\`avila	7	1,40	17	5,10	24	6,50	Aprovado	0,50	7,00	Aprovado
67	293813	23/04/1974	Valeria Dos Santos Schell	11	2,20	16	4,80	27	7,00	Aprovado	0,00	7,00	Aprovado
68	297533	16/05/1977	Angela Maria Vieira Passos	11	2,20	16	4,80	27	7,00	Aprovado	0,00	7,00	Aprovado
69	297079	01/12/1945	Maria Aparecida Silva Vianna	12	2,40	15	4,50	27	6,90	Aprovado	0,00	6,90	Aprovado
70	294213	18/08/1981	Flavia Rafaela Fernandes Cadore	9	1,80	17	5,10	26	6,90	Aprovado	0,00	6,90	Aprovado
71	290398	29/06/1961	Paula Dos Santos Carvalho	8	1,60	16	4,80	24	6,40	Aprovado	0,50	6,90	Aprovado
72	295275	24/01/1967	Marines Savaris Koch	8	1,60	16	4,80	24	6,40	Aprovado	0,50	6,90	Aprovado
43	294277	11/07/1969	Maria Aparecida Dos Santos Lacava	8	1,60	16	4,80	24	6,40	Aprovado	0,50	6,90	Aprovado
74	294807	22/11/1972	Liones Bruna Casagrande Vieira	8	1,60	16	4,80	24	6,40	Aprovado	0,50	6,90	Aprovado
75	297642	19/02/1966	Leila Maria Do Nascimento Ferreira	12	2,40	15	4,50	27	6,90	Aprovado	0,00	6,90	Aprovado
76	290330	22/02/1992	Noeli Aparecida De Aragao	12	2,40	15	4,50	27	6,90	Aprovado	0,00	6,90	Aprovado
77	283892	11/06/1993	Jeruza Queiza Da Cruz	12	2,40	15	4,50	27	6,90	Aprovado	0,00	6,90	Aprovado
78	289371	27/06/1963	Salette Hanck Vieira	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado	0,50	6,90	Aprovado
79	296443	01/01/1984	Eliza Maria Bertoldi Goncalves	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado	0,50	6,90	Aprovado
80	284382	19/07/1989	Laiza Cardoso	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado	0,50	6,90	Aprovado
81	285456	02/01/1979	Claudia Regina De Souza Vieira	3	0,60	19	5,70	22	6,30	Aprovado	0,50	6,80	Aprovado



Prefeitura Municipal de Penha
Concurso Público Edital 001/2016

82	284786	04/01/1961	Rosemar Dos Santos	6	1,20	17	5,10	23	6,30	Aprovado	0,50	6,80	Aprovado
83	288909	13/05/1968	Jane Maria Leite Teodoro	9	1,80	15	4,50	24	6,30	Aprovado	0,50	6,80	Aprovado
84	289158	02/01/1974	Eliane Da Silva Uesler	9	1,80	15	4,50	24	6,30	Aprovado	0,50	6,80	Aprovado
85	284607	02/02/1985	Aline Cristina Domiciano Ropelatto	9	1,80	15	4,50	24	6,30	Aprovado	0,50	6,80	Aprovado
86	293417	25/09/1990	Carla Cristine Da Silva Angelica	12	2,40	13	3,90	25	6,30	Aprovado	0,50	6,80	Aprovado
87	294815	17/12/1979	Ana Isabel De Souza	8	1,60	17	5,10	25	6,70	Aprovado	0,00	6,70	Aprovado
88	297418	04/11/1993	Carina Kruger Penz	8	1,60	17	5,10	25	6,70	Aprovado	0,00	6,70	Aprovado
89	288661	29/12/1993	Paola Buss De Santana	8	1,60	17	5,10	25	6,70	Aprovado	0,00	6,70	Aprovado
90	298215	25/01/1971	Lidia Rosa Dos Navegantes Santos	7	1,40	16	4,80	23	6,20	Aprovado	0,50	6,70	Aprovado
91	289287	09/01/1976	Jucelia Aparecida Agostinho Bento	7	1,40	16	4,80	23	6,20	Aprovado	0,50	6,70	Aprovado
92	292120	07/11/1973	Isidoro Lunardelli	11	2,20	15	4,50	26	6,70	Aprovado	0,00	6,70	Aprovado
93	292126	10/07/1975	Fabiola Carla M S Lunardelli	11	2,20	15	4,50	26	6,70	Aprovado	0,00	6,70	Aprovado
94	285037	23/06/1989	Monica Sasso Couto	11	2,20	15	4,50	26	6,70	Aprovado	0,00	6,70	Aprovado
95	284892	29/11/1964	Nelir Moser	9	1,80	16	4,80	25	6,60	Aprovado	0,00	6,60	Aprovado
96	291695	05/09/1976	Daiane Sarmento	9	1,80	16	4,80	25	6,60	Aprovado	0,00	6,60	Aprovado
97	298982	10/07/1994	Ariane Irene De Santana	9	1,80	16	4,80	25	6,60	Aprovado	0,00	6,60	Aprovado
98	294744	17/12/1990	Maiara Cristina Vieira	12	2,40	14	4,20	26	6,60	Aprovado	0,00	6,60	Aprovado
99	292170	17/10/1980	Daiane Reis	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado	0,50	6,60	Aprovado
100	297955	03/05/1985	Heloisa Graf Lenoir	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado	0,50	6,60	Aprovado
101	293037	27/07/1965	Eliana Maria Fontoura De Souza	7	1,40	17	5,10	24	6,50	Aprovado	0,00	6,50	Aprovado
102	292813	08/07/1980	Isabel Castro D\` Anunciacao	6	1,20	16	4,80	22	6,00	Aprovado	0,50	6,50	Aprovado
103	296754	18/10/1975	Sandra Regina Furtado	10	2,00	15	4,50	25	6,50	Aprovado	0,00	6,50	Aprovado
104	284051	23/09/1979	Ana Lucia Vieira Maia	10	2,00	15	4,50	25	6,50	Aprovado	0,00	6,50	Aprovado
105	292227	16/04/1983	Vivian Graziela Serpa Santos	10	2,00	15	4,50	25	6,50	Aprovado	0,00	6,50	Aprovado
106	284035	12/03/1990	Jeferson Adriano Odelli	10	2,00	15	4,50	25	6,50	Aprovado	0,00	6,50	Aprovado
107	284782	21/02/1994	Mayara Lourdes Francisco	10	2,00	15	4,50	25	6,50	Aprovado	0,00	6,50	Aprovado
108	285133	22/06/1979	Josiane De Borba	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado	0,50	6,50	Aprovado
109	288840	10/04/1987	Julietta Soares	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado	0,50	6,50	Aprovado
110	285253	16/05/1978	Elaine Cristina De Jesus	12	2,40	12	3,60	24	6,00	Aprovado	0,50	6,50	Aprovado
111	285202	16/02/1973	Maria Aparecida Melchiorretto Sedrez	4	0,80	17	5,10	21	5,90	Aprovado	0,50	6,40	Aprovado
112	295948	01/10/1982	Vanessa Laci Da Silva	8	1,60	16	4,80	24	6,40	Aprovado	0,00	6,40	Aprovado



Prefeitura Municipal de Penha
Concurso Público Edital 001/2016

113	284871	24/04/1983	Odivania Elisa Scariot	8	1,60	16	4,80	24	6,40	Aprovado	0,00	6,40	Aprovado
114	296853	22/01/1984	Tatiane Cristine Da Silva	8	1,60	16	4,80	24	6,40	Aprovado	0,00	6,40	Aprovado
115	285125	22/03/1989	Andriele Pera	8	1,60	16	4,80	24	6,40	Aprovado	0,00	6,40	Aprovado
116	289836	03/06/1991	Monica Fucks De Oliveira	8	1,60	16	4,80	24	6,40	Aprovado	0,00	6,40	Aprovado
117	291074	31/03/1992	Thalita Pereira	8	1,60	16	4,80	24	6,40	Aprovado	0,00	6,40	Aprovado
118	284707	24/07/1957	Marta Pacheco Oliveira Silva	7	1,40	15	4,50	22	5,90	Aprovado	0,50	6,40	Aprovado
119	292024	18/06/1971	Marlise Holz Rebelo	7	1,40	15	4,50	22	5,90	Aprovado	0,50	6,40	Aprovado
120	297322	19/09/1964	Frederico Martinho Wienhoener	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado	0,00	6,40	Aprovado
121	285214	17/07/1973	Claudia Maria Sato Delgado	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado	0,00	6,40	Aprovado
122	283976	01/10/1996	Beatriz Vanzuita	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado	0,00	6,40	Aprovado
123	293458	15/03/1987	Ingraca Cirose Aragao Da Silva	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado	0,50	6,40	Aprovado
124	296526	23/05/1953	Maria Das Gracas Da Silva	9	1,80	15	4,50	24	6,30	Aprovado	0,00	6,30	Aprovado
125	297316	18/06/1976	Oliane De Almeida	6	1,20	17	5,10	23	6,30	Aprovado	0,00	6,30	Aprovado
126	298389	02/10/1983	Jaina Maria De Borba Pereira	6	1,20	17	5,10	23	6,30	Aprovado	0,00	6,30	Aprovado
127	293706	22/04/1989	Mayara Regina Da Silva Cruz	6	1,20	17	5,10	23	6,30	Aprovado	0,00	6,30	Aprovado
128	292814	30/10/1984	Lucilene Terezinha Nascimento Pinto	9	1,80	15	4,50	24	6,30	Aprovado	0,00	6,30	Aprovado
129	296919	17/04/1990	Scheila Maria De Melo Bezerra	9	1,80	15	4,50	24	6,30	Aprovado	0,00	6,30	Aprovado
130	292273	16/02/1962	Lindaura Teodoro	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado	0,50	6,30	Aprovado
131	297571	25/08/1987	Daiane De Souza Raulino	7	1,40	16	4,80	23	6,20	Aprovado	0,00	6,20	Aprovado
132	288839	30/10/1978	Christiane Souza Romao De Souza	6	1,20	15	4,50	21	5,70	Aprovado	0,50	6,20	Aprovado
133	292411	12/11/1992	Giovana Cleia Pereira	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado	0,00	6,20	Aprovado
134	283769	22/05/1983	Leticia Ivani Jorge	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado	0,50	6,20	Aprovado
135	298935	26/12/1992	Francieli Bauer	5	1,00	17	5,10	22	6,10	Aprovado	0,00	6,10	Aprovado
136	288600	17/08/1967	Deocondina Maria Raiser	8	1,60	15	4,50	23	6,10	Aprovado	0,00	6,10	Aprovado
137	285439	19/08/1990	Francielle Goncalves Dos Santos	8	1,60	15	4,50	23	6,10	Aprovado	0,00	6,10	Aprovado
138	297831	31/07/1992	Andressa Do Nascimento	8	1,60	15	4,50	23	6,10	Aprovado	0,00	6,10	Aprovado
139	297515	24/03/1994	Bruna Martins Adriano	8	1,60	15	4,50	23	6,10	Aprovado	0,00	6,10	Aprovado
140	284248	09/01/1977	Rosane Da Silva	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado	0,50	6,10	Aprovado
141	285113	18/03/1983	Silvana Do Nascimento	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado	0,50	6,10	Aprovado
142	291070	14/11/1966	Soeli Aparecida Ramalho Alves	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado	0,50	6,10	Aprovado
143	297309	10/01/1985	Barbara Socorro Guimaraes Tome	6	1,20	16	4,80	22	6,00	Aprovado	0,00	6,00	Aprovado



Prefeitura Municipal de Penha
Concurso Público Edital 001/2016

144	285359	09/01/1988	Cheila Catiane Gonçalves	6	1,20	16	4,80	22	6,00	Aprovado	0,00	6,00	Aprovado
145	290619	10/05/1988	Jennifer Rohde	6	1,20	16	4,80	22	6,00	Aprovado	0,00	6,00	Aprovado
146	292874	16/06/1991	Juciane Isabel De Souza	5	1,00	15	4,50	20	5,50	Aprovado	0,50	6,00	Aprovado
147	284390	19/06/1966	Leadar Lenzi Cristofolini	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado	0,00	6,00	Aprovado
148	298033	24/10/1972	Solange Maria Motta	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado	0,00	6,00	Aprovado
149	297748	17/07/1989	Acrislainny E. R. V. De Souza	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado	0,00	6,00	Aprovado
150	298435	28/06/1990	Rafaela Fabricia Grauppe Pereira	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado	0,00	6,00	Aprovado
151	289297	08/05/1966	Angelita Maria Duarte Pereira	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado	0,50	6,00	Aprovado
152	290262	04/08/1985	Rosilene De Almeida	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado	0,50	6,00	Aprovado
153	294384	13/03/1973	Veridiana Santana Deoliveira	12	2,40	12	3,60	24	6,00	Aprovado	0,00	6,00	Aprovado
154	295265	25/09/1967	Roseli Marcolino	7	1,40	15	4,50	22	5,90	Aprovado	0,00	5,90	Aprovado
155	296453	04/08/1968	Neuza Maria Dos Reis	7	1,40	15	4,50	22	5,90	Aprovado	0,00	5,90	Aprovado
156	292936	02/08/1969	Sandra Marques De Oliveira	7	1,40	15	4,50	22	5,90	Aprovado	0,00	5,90	Aprovado
157	285068	26/06/1976	Fabiola Anli Da Silva Assis	7	1,40	15	4,50	22	5,90	Aprovado	0,00	5,90	Aprovado
158	289186	05/05/1978	Vera Lucia De Souza Sinestri	7	1,40	15	4,50	22	5,90	Aprovado	0,00	5,90	Aprovado
159	284234	15/11/1963	Benta Keller	6	1,20	14	4,20	20	5,40	Aprovado	0,50	5,90	Aprovado
160	297613	26/12/1968	Marlene Guimaraes	6	1,20	14	4,20	20	5,40	Aprovado	0,50	5,90	Aprovado
161	284694	16/03/1979	Fabiana Oliveira Silva Bernardo	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado	0,00	5,90	Aprovado
162	298904	14/10/1983	Luanda Severino	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado	0,00	5,90	Aprovado
163	295369	25/02/1966	Claudia Corradi	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado	0,50	5,90	Aprovado
164	288721	01/08/1974	Aurea Isabel Chilante Deon	5	1,00	16	4,80	21	5,80	Aprovado	0,00	5,80	Aprovado
165	284674	03/01/1974	Flavia Karine Feitosa De Sousa	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado	0,00	5,80	Aprovado
166	284426	10/10/1988	Karina Bremer De Souza	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado	0,00	5,80	Aprovado
167	295277	27/10/1990	Cristiane Dos Santos Santana	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado	0,00	5,80	Aprovado
168	296988	17/06/1973	Loreni Teresinha De Lima	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado	0,00	5,80	Aprovado
169	285445	01/09/1990	Maria Eduarda Cordeiro	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado	0,00	5,80	Aprovado
170	291436	28/12/1970	Jane Santana Maciel	6	1,20	15	4,50	21	5,70	Aprovado	0,00	5,70	Aprovado
171	297253	02/07/1974	Luciana Villas Boas Rodrigues De Paula	6	1,20	15	4,50	21	5,70	Aprovado	0,00	5,70	Aprovado
172	292463	12/09/1979	Suzana Jose Da Silva	6	1,20	15	4,50	21	5,70	Aprovado	0,00	5,70	Aprovado
173	289352	17/10/1982	Andresa Adelaide Correa Dos Santos	6	1,20	15	4,50	21	5,70	Aprovado	0,00	5,70	Aprovado
174	284855	05/02/1983	Marli Pires Dos Santos	6	1,20	15	4,50	21	5,70	Aprovado	0,00	5,70	Aprovado



Prefeitura Municipal de Penha
Concurso Público Edital 001/2016

175	293866	20/09/1986	Gabriela Ana Domingos	6	1,20	15	4,50	21	5,70	Aprovado	0,00	5,70	Aprovado
176	298972	08/09/1989	Kely Suellen De Santana	6	1,20	15	4,50	21	5,70	Aprovado	0,00	5,70	Aprovado
177	298649	12/10/1992	Scarlet Louise Pott	6	1,20	15	4,50	21	5,70	Aprovado	0,00	5,70	Aprovado
178	296941	14/06/1968	Maria Esmeraldina Martins	5	1,00	14	4,20	19	5,20	Aprovado	0,50	5,70	Aprovado
179	293465	06/07/1980	Marcia Mota Vitorino Vicente	5	1,00	14	4,20	19	5,20	Aprovado	0,50	5,70	Aprovado
180	292050	20/05/1990	Edinara Bento	5	1,00	14	4,20	19	5,20	Aprovado	0,50	5,70	Aprovado
181	295535	06/12/1971	Rosana Antonia Da Silva	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado	0,00	5,60	Aprovado
182	291585	23/12/1971	Elenice Gomes Fischer	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado	0,00	5,60	Aprovado
183	285106	16/07/1976	Maria Tereza Bento	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado	0,00	5,60	Aprovado
184	293582	23/12/1978	Michelle De Jesus Pereira	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado	0,00	5,60	Aprovado
185	296467	31/08/1986	Silvia Nascimento Liborio	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado	0,00	5,60	Aprovado
186	284964	28/12/1989	Erica Leite De Araujo	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado	0,00	5,60	Aprovado
187	285385	15/04/1997	Danuza Saruza Dos Santos	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado	0,00	5,60	Aprovado
188	289620	04/03/1998	Karoline Roling Bento	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado	0,00	5,60	Aprovado
189	284333	26/07/1979	Tatiane Gadotti	6	1,20	13	3,90	19	5,10	Aprovado	0,50	5,60	Aprovado
190	292990	27/09/1963	Maria Eliete Da Costa Celestino	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado	0,50	5,60	Aprovado
191	291659	30/10/1966	Rita De Cassia Correa	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado	0,50	5,60	Aprovado
192	284420	26/09/1980	Alexandra Darci Francisco	5	1,00	15	4,50	20	5,50	Aprovado	0,00	5,50	Aprovado
193	297758	02/09/1962	Rita De Cassia Vieira	4	0,80	14	4,20	18	5,00	Aprovado	0,50	5,50	Aprovado
194	284401	02/05/1979	Sueli Lima Pereira	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado	0,00	5,50	Aprovado
195	297301	17/07/1983	Grayce Mondini	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado	0,00	5,50	Aprovado
196	296369	06/06/1986	Renata Mireli Pinto	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado	0,00	5,40	Aprovado
197	293391	10/09/1984	Simone De Paula Martins	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado	0,00	5,30	Aprovado
198	293586	08/02/1994	Sabrina Deitos Da Silva	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado	0,00	5,30	Aprovado
199	291314	05/03/1992	Cibele Maria De Carvalho	5	1,00	14	4,20	19	5,20	Aprovado	0,00	5,20	Aprovado
200	289268	01/01/1995	Thaynara De Cassia Santos Coelho	5	1,00	14	4,20	19	5,20	Aprovado	0,00	5,20	Aprovado
201	297601	28/11/1975	Silvana Nori	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado	0,00	5,20	Aprovado
202	297823	16/09/1986	Jesse Ribas Cardoso	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado	0,00	5,20	Aprovado
203	289282	26/01/1976	Carla Cristina De Borba	3	0,60	15	4,50	18	5,10	Aprovado	0,00	5,10	Aprovado
204	291755	10/05/1982	Sandra Regina Goncalves	6	1,20	13	3,90	19	5,10	Aprovado	0,00	5,10	Aprovado
205	294594	23/10/1987	Jane Aparecida Lopes Sezara	6	1,20	13	3,90	19	5,10	Aprovado	0,00	5,10	Aprovado



Prefeitura Municipal de Penha
Concurso Público Edital 001/2016

285465	02/11/1979	Cislane Da Silva Fischer	5	1,00	13	3,90	18	4,90	Reprovado	0,00	4,90	Reprovado
289314	15/11/1979	Marina Daniela De Souza Tasca	5	1,00	13	3,90	18	4,90	Reprovado	0,00	4,90	Reprovado
285389	20/11/1989	Sandra Mara Ferreira Torres	3	0,60	14	4,20	17	4,80	Reprovado	0,00	4,80	Reprovado
293257	14/04/1979	Maria Clarice Pereira	6	1,20	12	3,60	18	4,80	Reprovado	0,00	4,80	Reprovado
296476	01/08/1985	Beatriz Aparecida De Souza	6	1,20	12	3,60	18	4,80	Reprovado	0,00	4,80	Reprovado
297221	03/11/1986	Ana Maria Carolina Wumdevalde Felau	6	1,20	12	3,60	18	4,80	Reprovado	0,00	4,80	Reprovado
283933	29/07/1991	Suane Simone De Souza	6	1,20	12	3,60	18	4,80	Reprovado	0,00	4,80	Reprovado
295450	11/09/1996	Micheli Pereira Spiess	6	1,20	12	3,60	18	4,80	Reprovado	0,00	4,80	Reprovado
289709	28/06/1979	Rosiane Cipriano Brunner Leite	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Reprovado	0,00	4,80	Reprovado
289934	18/12/1983	Alexandra Lucia Albano Cordeiro	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Reprovado	0,00	4,80	Reprovado
291666	02/07/1984	Elizabeth Alves Da Silva	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Reprovado	0,00	4,80	Reprovado
289368	07/02/1975	Dilmara Francisco	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Reprovado	0,00	4,70	Reprovado
296309	28/06/1979	Kelly Andrea Reis	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Reprovado	0,00	4,70	Reprovado
297293	17/01/1985	Jerusa Monsini Bento	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Reprovado	0,00	4,70	Reprovado
297354	30/05/1992	Carulini Alexandrina	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Reprovado	0,00	4,70	Reprovado
298135	22/09/1990	Francielli Matoso De Souza	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Reprovado	0,00	4,70	Reprovado
284982	19/12/1961	Carmen Lucia Dos Santos	5	1,00	12	3,60	17	4,60	Reprovado	0,00	4,60	Reprovado
297389	30/09/1970	Marizete Maria Dos Passos Lacava	5	1,00	12	3,60	17	4,60	Reprovado	0,00	4,60	Reprovado
290446	11/09/1973	Tatiane Mira Da Silva Santos	5	1,00	12	3,60	17	4,60	Reprovado	0,00	4,60	Reprovado
288941	14/11/1966	Lilian Regina Dias	8	1,60	10	3,00	18	4,60	Reprovado	0,00	4,60	Reprovado
293376	01/12/1975	Jucelaine De Fatima Gross Taques	3	0,60	13	3,90	16	4,50	Reprovado	0,00	4,50	Reprovado
297123	19/07/1978	Alessandra Correa	6	1,20	11	3,30	17	4,50	Reprovado	0,00	4,50	Reprovado
289992	22/03/1989	Suellen Correia Da Silveira	6	1,20	11	3,30	17	4,50	Reprovado	0,00	4,50	Reprovado
297164	25/08/1971	Eliane Aparecida Schinermann De Oliveira	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Reprovado	0,00	4,40	Reprovado
297480	01/11/1973	Maria Alice Zimmermann	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Reprovado	0,00	4,40	Reprovado
284423	13/02/1974	Alessandra Cristina Pereira	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Reprovado	0,00	4,40	Reprovado
297833	10/09/1989	Adriana Hardt Virtuoso	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Reprovado	0,00	4,40	Reprovado
294129	14/04/1972	Valquiria Albino	5	1,00	11	3,30	16	4,30	Reprovado	0,00	4,30	Reprovado
283889	08/09/1980	Luciana Fagundes Do Nascimento	3	0,60	12	3,60	15	4,20	Reprovado	0,00	4,20	Reprovado
296856	24/12/1971	Mari Isabel Dos Passos Da Rosa	6	1,20	10	3,00	16	4,20	Reprovado	0,00	4,20	Reprovado
294710	21/07/1973	Rita De Cassia Nascimento	6	1,20	10	3,00	16	4,20	Reprovado	0,00	4,20	Reprovado



Prefeitura Municipal de Penha
Concurso Público Edital 001/2016

284690	10/05/1983	Lucia De Santana Da Silva	5	1,00	10	3,00	15	4,00	Reprovado	0,00	4,00	Reprovado
285373	16/09/1983	Leonela De Souza Nascimento Romao	5	1,00	10	3,00	15	4,00	Reprovado	0,00	4,00	Reprovado
292704	07/03/1986	Ediani Bento	5	1,00	10	3,00	15	4,00	Reprovado	0,00	4,00	Reprovado
289807	28/04/1964	Tereza Jazinski	4	0,80	10	3,00	14	3,80	Reprovado	0,00	3,80	Reprovado
285247	25/09/1989	Mayara Cristine Cardoso	3	0,60	10	3,00	13	3,60	Reprovado	0,00	3,60	Reprovado
285071	13/03/1992	Caroline Casagrande Bento	3	0,60	10	3,00	13	3,60	Reprovado	0,00	3,60	Reprovado
289832	06/12/1957	Maria De Lurdes Gomes Vieira	7	1,40	7	2,10	14	3,50	Reprovado	0,00	3,50	Reprovado
295909	14/08/1987	Solange Aparecida Caetano	5	1,00	7	2,10	12	3,10	Reprovado	0,00	3,10	Reprovado
285357	20/01/1989	Mariana Cristina Bento	6	1,20	6	1,80	12	3,00	Reprovado	0,00	3,00	Reprovado
296427	04/11/1976	Chirlane Taisse Gomes	5	1,00	3	0,90	8	1,90	Reprovado	0,00	1,90	Reprovado
289576	10/07/1962	Maria Everalides Oliveira Bregantini	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
292419	20/06/1964	Geane De Oliveira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
296606	17/01/1967	Ana Luiza Teodoro Dos Santos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
295216	09/09/1970	Marilucia Da Luz Tormen Criveletto	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
290107	10/06/1977	Nivea Aparecida Da Rosa	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
297836	24/12/1978	Leide Das Neves Silva	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
294473	09/02/1979	Juliane Cristina Gomes	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
293611	26/10/1979	Haline Ferrari	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
284928	21/09/1980	Bianca Rodrigues Dos Santos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
297226	02/07/1981	Cleide Das Neves Silva	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
288829	16/05/1983	Beatriz Aparecida De Franca	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
297152	11/07/1984	Kelli Cristina Da Silva	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
298536	31/10/1985	Heloisa Roberta Goedert Rovetto	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
292817	13/02/1987	Elizete Maria Dos Santos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
295111	27/03/1988	Darley Cristina Da Silva	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
284363	01/07/1992	Vanessa Roberta Flor	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
283992	02/04/1993	Maira Karine Alfien	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente



Prefeitura Municipal de Penha
Concurso Público Edital 001/2016

Professor Ensino Religioso		CG		CE		Acertos	Nota	NPE	Situação NPE	NPT	NF	Situação final
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Acertos	Nota							
1	294203	19/09/1956	Janete De Cassia Goncalves De Souza	12	2,40	16	4,80	28	7,20	0,50	7,70	Aprovado
2	295700	27/07/1987	Paulo Roberto Kuster	13	2,60	12	3,60	25	6,20	0,00	6,20	Aprovado
3	289711	15/01/1974	Renato Nunes	6	1,20	16	4,80	22	6,00	0,00	6,00	Aprovado
4	288857	15/10/1986	Renan Da Silva Do Vale	8	1,60	13	3,90	21	5,50	0,00	5,50	Aprovado
5	284097	05/07/1982	Priscila Silva Souza Do Vale	6	1,20	13	3,90	19	5,10	0,00	5,10	Aprovado
6	293764	04/03/1978	Marcia Cristina Da Silva Lukenchuke	7	1,40	12	3,60	19	5,00	0,00	5,00	Aprovado
Professor Geografia												
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	NPE	Situação NPE	NPT	Situação final
1	283972	20/03/1984	Edna Elena Koch Kubiaki	12	2,40	14	4,20	26	6,60	Aprovado	0,50	Aprovado
2	284601	05/02/1988	Letícia Da Costa Ferreira Eynng	15	3,00	12	3,60	27	6,60	Aprovado	0,00	Aprovado
3	297151	23/01/1985	Marcelo Mariano Da Rocha	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado	0,75	Aprovado
4	284762	06/06/1980	Jackson Cardoso Novais	14	2,80	12	3,60	26	6,40	Aprovado	0,00	Aprovado
5	295979	11/09/1969	Rebeca Sao Tiago	13	2,60	12	3,60	25	6,20	Aprovado	0,00	Aprovado
6	295491	29/01/1983	Bruno De Sousa Abreu	16	3,20	10	3,00	26	6,20	Aprovado	0,00	Aprovado
7	297263	23/07/1988	Eduardo Mauro Vicente	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado	0,00	Aprovado
8	297652	08/04/1975	Claudemir Francisco De Paula	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado	0,00	Aprovado
9	290251	31/03/1972	Junior Pedrinho Fernandes	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado	0,50	Aprovado
10	297824	08/01/1979	Elza Cristina Pinto	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado	0,50	Aprovado
11	290793	10/08/1982	Raquel Bueno De Novais	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado	0,50	Aprovado
12	288705	21/04/1997	Italo Dione Da Silva Santos	13	2,60	10	3,00	23	5,60	Aprovado	0,00	Aprovado
13	293748	23/10/1981	Vanessa Morais Mecenas	13	2,60	8	2,40	21	5,00	Aprovado	0,00	Aprovado
	294587	16/06/1978	Michelle Aparecidaporto Neumann	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Reprovado	0,00	Reprovado
	296494	07/02/1983	Ligia Duarte Katzer	11	2,20	9	2,70	20	4,90	Reprovado	0,00	Reprovado
	289543	12/11/1986	Bruno Saraiva Camara	10	2,00	8	2,40	18	4,40	Reprovado	0,00	Reprovado
	298656	04/12/1966	Edinea Luzia Correa Dos Santos	8	1,60	7	2,10	15	3,70	Reprovado	0,00	Reprovado
	289940	20/04/1970	Patricia Alexandra Martinez	11	2,20	5	1,50	16	3,70	Reprovado	0,00	Reprovado



Prefeitura Municipal de Penha
Concurso Público Edital 001/2016

	292551	29/06/1981	Williams Olsson Vaz	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
	285101	06/06/1982	Carlos Jocinei Siqueira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
Professor História													
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Acertos	NPE	Situação NPE	NPT	NF	Situação final
1	293038	07/10/1977	Tania Garbari	14	2,80	16	4,80	30	7,60	Aprovado	0,50	8,10	Aprovado
2	297026	26/10/1980	Marcio Roberto De Oliveira	15	3,00	15	4,50	30	7,50	Aprovado	0,50	8,00	Aprovado
3	296713	04/04/1962	Maria De Fatima De Moraes Ilha	14	2,80	17	5,10	31	7,90	Aprovado	0,00	7,90	Aprovado
4	290985	27/08/1986	Rodrigo Lima Mothe	12	2,40	18	5,40	30	7,80	Aprovado	0,00	7,80	Aprovado
5	295486	17/02/1987	Luciana Da Silva Dantas Soares	13	2,60	15	4,50	28	7,10	Aprovado	0,50	7,60	Aprovado
6	289306	21/01/1971	Claudemir Cercal	14	2,80	14	4,20	28	7,00	Aprovado	0,50	7,50	Aprovado
7	293518	27/09/1980	Jairo Demm Junkes	10	2,00	16	4,80	26	6,80	Aprovado	0,50	7,30	Aprovado
8	292546	17/07/1983	Thiago Luiz Ramussen	14	2,80	15	4,50	29	7,30	Aprovado	0,00	7,30	Aprovado
9	290983	25/01/1991	Mirela Cristina Leite	13	2,60	14	4,20	27	6,80	Aprovado	0,50	7,30	Aprovado
10	288626	10/12/1960	Leila Moraes De Souza	15	3,00	14	4,20	29	7,20	Aprovado	0,00	7,20	Aprovado
11	294769	18/04/1988	Denis Portela Pereira	11	2,20	16	4,80	27	7,00	Aprovado	0,00	7,00	Aprovado
12	289809	06/04/1990	Adenilson Martins	15	3,00	13	3,90	28	6,90	Aprovado	0,00	6,90	Aprovado
13	294472	23/11/1960	Clemir Teresinha Dos Santos	12	2,40	13	3,90	25	6,30	Aprovado	0,50	6,80	Aprovado
14	290899	05/04/1975	Ivanildo Quadros	11	2,20	15	4,50	26	6,70	Aprovado	0,00	6,70	Aprovado
15	294071	15/09/1966	Grace Medeiros Gama Santos	14	2,80	13	3,90	27	6,70	Aprovado	0,00	6,70	Aprovado
16	291280	10/10/1990	Heloisia Nunes Dos Santos	12	2,40	14	4,20	26	6,60	Aprovado	0,00	6,60	Aprovado
17	283881	13/06/1971	Aldo Antonio De Oliveira Dos Santos	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado	0,00	6,40	Aprovado
18	297812	06/09/1965	Rosa Maria Nunes	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado	0,50	6,30	Aprovado
19	293961	16/04/1990	Vanessa De Oliveira Teixeira Da Cruz	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado	0,00	6,20	Aprovado
20	284612	12/04/1989	Sara Dos Santos Felix Severino	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado	0,50	6,20	Aprovado
21	295661	04/03/1977	Civandro Do Canto Lucho	13	2,60	12	3,60	25	6,20	Aprovado	0,00	6,20	Aprovado
22	298695	02/06/1985	Gabriele Feitosa Da Silva	14	2,80	11	3,30	25	6,10	Aprovado	0,00	6,10	Aprovado
23	292398	08/01/1980	Francisco Alexandre Costa Da Silva	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado	0,00	6,00	Aprovado
24	284925	18/07/1991	Bruna Maria Goncalves	12	2,40	12	3,60	24	6,00	Aprovado	0,00	6,00	Aprovado
25	296404	03/10/1968	Terezinha Nascimento Orlovski	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado	0,00	5,30	Aprovado



Prefeitura Municipal de Penha
Concurso Público Edital 001/2016

26	296411	05/08/1979	Paula Cristina De Moraes Bergamaschi	6	1,20	13	3,90	19	5,10	Aprovado	0,00	5,10	Aprovado
27	295728	11/07/1995	Camila Fiori De Godoy	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado	0,00	5,00	Aprovado
	296845	15/03/1983	Gislaine Ivany De Freitas Lopes Carneiro	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Reprovado	0,00	4,70	Reprovado
	296983	09/05/1989	Thyrclane Feitosa De Santana	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Reprovado	0,00	4,70	Reprovado
	284950	18/03/1981	Alessandra Heronir Da Silva	5	1,00	12	3,60	17	4,60	Reprovado	0,00	4,60	Reprovado
	285457	11/10/1996	Rafaela P Ferreira	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Reprovado	0,00	4,40	Reprovado
	288914	29/09/1982	Cleo Juvenal Goncalves	5	1,00	10	3,00	15	4,00	Reprovado	0,00	4,00	Reprovado
	290015	16/12/1986	Rafael Giovane Cunha	8	1,60	8	2,40	16	4,00	Reprovado	0,00	4,00	Reprovado
	283923	29/08/1964	Rosinei Laverde	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
	297193	11/03/1974	Juliano Joao Linhares	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
	296581	04/06/1978	Jeferson William Mueller	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
	297834	17/10/1981	Rui Mateus Ramos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
	292789	03/09/1983	Daniel Henrique Franca Lunardelli	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
Professor Inglês				CG		CE		Acertos	NPE	Situação NPE	NPT	NF	Situação final
1	295004	20/06/1958	Silvio Staviski	17	3,40	15	4,50	32	7,90	Aprovado	0,00	7,90	Aprovado
2	291507	06/11/1967	Edelcelly Ribeiro Haag	16	3,20	12	3,60	28	6,80	Aprovado	0,00	6,80	Aprovado
3	293719	13/04/1963	Teresinha Aparecida Da Costa Alves	14	2,80	11	3,30	25	6,10	Aprovado	0,50	6,60	Aprovado
4	298208	20/03/1970	Oswaldo Correa De Mello Junior	14	2,80	11	3,30	25	6,10	Aprovado	0,00	6,10	Aprovado
5	284960	27/12/1986	Greici De Almeida Gomes Chaves	14	2,80	9	2,70	23	5,50	Aprovado	0,00	5,50	Aprovado
6	298980	01/05/1990	Tassila Da Silva Pacheco	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado	0,00	5,00	Aprovado
	285084	25/10/1970	Lucimari Coutinho De Paula	11	2,20	8	2,40	19	4,60	Reprovado	0,00	4,60	Reprovado
	294982	25/08/1975	Adriana Dos Santos	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Reprovado	0,00	3,30	Reprovado
	298235	25/01/1975	Ana Claudia Ristow	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente



Prefeitura Municipal de Penha
Concurso Público Edital 001/2016

Professor Língua Portuguesa		CANDIDATO		CG		CE		Acertos	NPE	Situação NPE	NPT	NF	Situação final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota						
1	292303	23/10/1971	Adir Boeira	14	2,80	12	3,60	26	6,40	Aprovado	0,00	6,40	Aprovado
2	297290	20/02/1979	Iara Josiane Paiano Felício	14	2,80	12	3,60	26	6,40	Aprovado	0,00	6,40	Aprovado
3	298095	13/07/1992	Marina Buriol Zampirolo	12	2,40	12	3,60	24	6,00	Aprovado	0,00	6,00	Aprovado
4	295787	15/10/1987	Camylla Emanuelly Príncipe De Moraes	11	2,20	11	3,30	22	5,50	Aprovado	0,50	6,00	Aprovado
5	292981	31/01/1989	Felipe Rodrigues Severino	13	2,60	11	3,30	24	5,90	Aprovado	0,00	5,90	Aprovado
6	289356	28/12/1979	Cristiane Da Conceicao Cerqueira	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado	0,00	5,80	Aprovado
7	298812	18/12/1966	Wagner Luiz De Menezes	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado	0,00	5,70	Aprovado
8	285313	25/11/1976	Alexandra Rodrigues De Paula	15	3,00	9	2,70	24	5,70	Aprovado	0,00	5,70	Aprovado
9	284884	05/09/1979	Thullav Batista De Carvalho	13	2,60	10	3,00	23	5,60	Aprovado	0,00	5,60	Aprovado
10	284879	06/01/1968	Marli Gonçalves Dantas	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado	0,00	5,30	Aprovado
11	284265	02/03/1975	Giovanna Cammarata	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado	0,00	5,30	Aprovado
12	283973	12/04/1981	Tatiane Roberta Vieira Correa	11	2,20	10	3,00	21	5,20	Aprovado	0,00	5,20	Aprovado
13	284593	19/11/1975	Tatiana Pawlenko	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado	0,00	5,10	Aprovado
14	284902	30/04/1965	Nada Nice Da Luz	12	2,40	9	2,70	21	5,10	Aprovado	0,00	5,10	Aprovado
	284137	25/03/1983	Jeane Caroline Theiss	12	2,40	8	2,40	20	4,80	Reprovado	0,00	4,80	Reprovado
	289545	15/06/1970	Carlos Alberto Medeiros	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Reprovado	0,00	4,70	Reprovado
	297620	28/05/1986	Josimeri Gasparetto	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Reprovado	0,00	4,70	Reprovado
	293537	12/04/1979	Claudia Rejane Nogueira Siqueira Junkes	11	2,20	8	2,40	19	4,60	Reprovado	0,00	4,60	Reprovado
	297249	03/09/1994	Thaina Gonçalves Dantas	10	2,00	8	2,40	18	4,40	Reprovado	0,00	4,40	Reprovado
	289242	29/05/1963	Sueli Maria Da Veiga	8	1,60	9	2,70	17	4,30	Reprovado	0,00	4,30	Reprovado
	291552	30/04/1980	Rosynara Eyang	10	2,00	6	1,80	16	3,80	Reprovado	0,00	3,80	Reprovado
	285092	23/09/1986	Dalvana Bianek Chagas Dos Santos	8	1,60	7	2,10	15	3,70	Reprovado	0,00	3,70	Reprovado
	297266	03/09/1994	Thais Gonçalves Dantas	8	1,60	7	2,10	15	3,70	Reprovado	0,00	3,70	Reprovado
	290807	15/04/1974	Angelita Ferigotti	9	1,80	6	1,80	15	3,60	Reprovado	0,00	3,60	Reprovado
	298636	09/08/1982	Adriana Erbs	7	1,40	6	1,80	13	3,20	Reprovado	0,00	3,20	Reprovado
	284685	09/04/1964	Clotilde Regina Dobri	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
	295949	08/01/1965	Paulo Henrique Domingues	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
	298916	17/07/1971	Patricia Helena Pereira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente
	298775	30/09/1979	Fernanda Maria Barndoli	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente



Prefeitura Municipal de Penha
Concurso Público Edital 001/2016

Professor Matemática																			
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Acertos	NPE	Situação NPE	NPT	NF	Situação final						
				Acertos	Nota	Acertos	Nota												
1	295726	11/07/1984	Vanessa Fonseca De Oliveira	13	2,60	14	4,20	27	6,80	Aprovado	0,00	6,80	Aprovado						
2	291570	22/12/1976	Eduardo Cordeiro Noronha	15	3,00	11	3,30	26	6,30	Aprovado	0,50	6,80	Aprovado						
3	296790	08/09/1987	Gabriela Werberich Molina	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado	0,00	6,40	Aprovado						
4	295774	05/11/1967	Sandra Maria Pereira	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado	0,50	6,40	Aprovado						
5	293280	05/06/1975	Stanley Stewart Sonnesen	13	2,60	11	3,30	24	5,90	Aprovado	0,50	6,40	Aprovado						
6	284917	02/04/1980	Maria Francesca Da Costa Dutra	12	2,40	13	3,90	25	6,30	Aprovado	0,00	6,30	Aprovado						
7	293450	18/08/1979	Leandro Ferreira Vieira	15	3,00	9	2,70	24	5,70	Aprovado	0,50	6,20	Aprovado						
8	289633	22/12/1976	Claudiomiro Maciel De Oliveira	16	3,20	9	2,70	25	5,90	Aprovado	0,00	5,90	Aprovado						
9	294948	13/03/1959	Jorge Antonio De Souza	14	2,80	9	2,70	23	5,50	Aprovado	0,00	5,50	Aprovado						
10	284659	11/06/1980	Cristiane Marilena Da Silva	11	2,20	10	3,00	21	5,20	Aprovado	0,00	5,20	Aprovado						
11	295477	27/07/1981	Cristian Elizabeth De Freitas	11	2,20	10	3,00	21	5,20	Aprovado	0,00	5,20	Aprovado						
12	294598	03/01/1992	Tcharles Jose Petters	11	2,20	10	3,00	21	5,20	Aprovado	0,00	5,20	Aprovado						
13	284818	11/08/1991	Caroline Niedzelski	14	2,80	8	2,40	22	5,20	Aprovado	0,00	5,20	Aprovado						
14	284911	15/10/1972	Marcio Kleber Cernach	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado	0,00	5,00	Aprovado						
	291880	27/02/1964	Elzi Clara Lehmann Custodio De Oliveira	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Reprovado	0,00	4,70	Reprovado						
	284946	23/02/1977	Patricia Saraiva Correa Benites	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Reprovado	0,00	4,70	Reprovado						
	284872	14/09/1969	Joselito Linhares	10	2,00	8	2,40	18	4,40	Reprovado	0,00	4,40	Reprovado						
	289877	04/03/1957	Marly Edelgundes Vieira	5	1,00	11	3,30	16	4,30	Reprovado	0,00	4,30	Reprovado						
	284851	26/12/1971	Silvano Ribeiro Dos Santos	8	1,60	8	2,40	16	4,00	Reprovado	0,00	4,00	Reprovado						
	293501	02/03/1958	Mario Jose Pirath	11	2,20	6	1,80	17	4,00	Reprovado	0,00	4,00	Reprovado						
	299000	20/10/1972	Elizangela Maria Braiz Krepl Fuerst	8	1,60	7	2,10	15	3,70	Reprovado	0,00	3,70	Reprovado						
	284825	12/10/1969	Marcia Valeria Guedes Lei Rodrigues	11	2,20	5	1,50	16	3,70	Reprovado	0,00	3,70	Reprovado						
	289063	04/07/1964	Ligia Mara Evaristo	9	1,80	6	1,80	15	3,60	Reprovado	0,00	3,60	Reprovado						
	284717	20/03/1974	Neide Rita Romao	9	1,80	6	1,80	15	3,60	Reprovado	0,00	3,60	Reprovado						
	297717	26/06/1975	Joseane Patricia Chegatti	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Reprovado	0,00	3,30	Reprovado						
	293524	31/10/1978	Jaison John Werner	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente	0,00	0,00	Ausente						

CONCURSO PÚBLICO 01/2015 - CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 01/04/2016, das 08:00hrs às 11:00hrs ou das 13:30hrs às 17:00hrs, conforme Edital do Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
06º. 24832 GERSON RANGEL DE ALMEIDA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados

necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.
Penha/SC, 23 de março de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),
() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____
CPF nº. _____, RG nº. _____
Rua= _____, nº. _____
_____, Bairro: _____, Cidade de _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada
() Efetivo Cargo: _____/_____/_____
() Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/_____
() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____/_____/_____
() Efetivo em função gratificada Cargo: _____/_____/_____
() Comissionado Cargo: _____/_____/_____
5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR
---------------	----------------	-------



7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONCURSO PÚBLICO 01/2015 - CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 01/04/2016, das 08:00hrs às 11:00hrs ou das 13:30hrs às 17:00hrs, conforme Edital do Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

07º. 22904 REVELINO MAFRA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados

necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 23 de março de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

_____,

Rua= _____

_____, nº. _____

_____, Bairro: _____, Cidade de _____

_____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____/_____/_____

() Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/_____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

_____/_____/_____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

_____/_____/_____

() Comissionado Cargo: _____/_____/_____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENTA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE.

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,

_____, residente e domiciliado na Rua _____,

_____, nº. _____, Cidade de _____

_____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,

_____, residente e domiciliado na Rua _____,

_____, nº. _____, Cidade de _____

_____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONCURSO PÚBLICO 01/2015 - CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 01/04/2016, das 08:00hrs às 11:00hrs ou das 13:30hrs às 17:00hrs, conforme Edital do Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
05º. 21971 FELIPE RODRIGUES SEVERINO

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados

necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.
Penha/SC, 23 de março de 2016.

DANIELE SCHWEGGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),
() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____
CPF nº. _____, RG nº. _____
Rua= _____, nº. _____
_____, Bairro: _____ Cidade de _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada
() Efetivo Cargo: _____/_____/_____
() Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/_____
() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____/_____/_____
() Efetivo em função gratificada Cargo: _____/_____/_____
() Comissionado Cargo: _____/_____/_____
5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR
---------------	----------------	-------



7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

ANEXO 4
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONTRATO Nº 26/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 06/2015

CONTRATO Nº 26/2016 – RH/FMS

Contratado (A): ALEXANDER ALMEIDA DA SILVA JUNIOR, na função de Agente Endêmico, início em 21/03/2016 e término em 11/01/2017, para atuar junto a Secretaria da Saúde, no Programa de Agente de Combate as Endemias.

Penha/SC, 21 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 27/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 06/2015

CONTRATO Nº 27/2016 – RH/FMS

Contratado (A): SHEILA GODINHO DA ROCHA TROMBINI, na função de Enfermeira, início em 21/03/2016 e término em 14/05/2016, para atuar junto a Secretaria da Saúde, no Programa da Saúde da família.

Penha/SC, 21 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 324/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 324/2016 – RH/PMP

Contratado (A): BRUNA ALESSANDRA DO NASCIMENTO VIEIRA, na função de Professor I, Anos Iniciais, início em 21/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 21 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 325/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 325/2016 – RH/PMP

Contratado (A): LORENI TERESINHA DE LIMA, na função de Professor I, Anos Iniciais, início em 21/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 21 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 326/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 326/2016 – RH/PMP

Contratado (A): NAIARA THAIS NICOLAU, na função de Professor I, Geografia, início em 21/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 21 de março de 2016.
Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº 2565/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2565/2016

EXONERA: a pedido o Sr. ADÃO SÉRGIO SCHMITZ, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE MANUTENÇÃO PREDIAL I, do Departamento Operacional, da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, a contar desta data. Revogando o Decreto nº 1515/2013.
Penha/SC, 21 de março de 2016.
Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº 2566/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2566/2016

NOMEIA: a Sra. GISLENE APARECIDA LACAVA, para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DO CREAS II, da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Penha/SC, 21 de março de 2016.
Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº 2567/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2567/2016

EXONERA: a Sra. BELMIRA DONATILIA GALDINO, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DO NAN I, do Departamento de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, a contar desta data.
Penha/SC, 22 de março de 2016.
Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº 2568/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2568/2016

NOMEIA: a Sra. MARGARETE MAXIMILIANO CORDOVA, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO I, do Departamento Técnico Administrativo, da Secretaria Municipal de Saúde, a contar desta data. Revogando o Decreto nº 2372/2015.
Penha/SC, 22 de março de 2016.
Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº 2569/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2569/2016

NOMEIA: a Sra. BELMIRA DONATILIA GALDINO, para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR SAÚDE E ATENÇÃO BÁSICA I, do Departamento de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, a contar desta data.
Penha/SC, 23 de março de 2016.
Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº 2570/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2570/2016

NOMEIA: a Sra. MARGARETE MAXIMILIANO CORDOVA, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DO NAM I, do Departamento de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, a contar desta data.
Penha/SC, 23 de março de 2016.
Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

PORTARIA Nº 134/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 134/2016

PASSAR A DISPOSIÇÃO: a funcionária efetiva CARLA REIS BREITHAUPT, ocupante do cargo de Farmacêutica, para atuar junto ao Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde.
Penha/SC, 21 de março de 2016.
Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

PORTARIA Nº 135/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 135/2016

NOMEIA: o Sr. FABIANO DE SOUZA, aprovado em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de PEDREIRO, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.
Penha/SC, 22 de março de 2016.
Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

PORTARIA Nº 136/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 136/2016

NOMEIA: o Sr. ADÃO SÉRGIO SCHMITZ, aprovado em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de MOTORISTA CATEGORIA "C", com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.
Penha/SC, 22 de março de 2016.
Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA Nº 01/2016**

CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO Nº 02/2016

MODALIDADE – DISPENSA Nº 01/2016

Objeto: Locação de imóvel para funcionamento da Câmara de Vereadores do Município de Penha/SC, nas condições descritas no Projeto Básico. Valor de R\$ 12.000 (doze mil reais) mensais. Período de vinte e quatro meses prorrogáveis na forma da Lei. Fundamento Legal: Inciso X do art. 24 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Penha, 23 de março de 2016.

Comissão Permanente de Licitação.

Peritiba

PREFEITURA

REGISTRO DE PREÇO PL 12-2016 - PP 08-2016 - EPI'S

Registro de preço PL 12/2016 - PP 08/2016 - Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e coletivo							
Órgão Gestor:		MUNICÍPIO DE PERITIBA - CNPJ 82.815.085/0001-20					
Vigência:		23/03/2016 à 22/03/2017					
Pagamento:		Em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da mercadoria.					
Local de entrega:		Conforme Edital de licitação.					
Prazo de entrega:		Em até 10 (Dez) dias corridos, contados da emissão/envio da Autorização de Fornecimento (AF).					
Item	Qtd	Und	Descrição do produto	Marca	R\$ unt	R\$ total	Empresas Detentoras
2	10	UN	Avental em PVC 7/8 branco, impermeável, forrado, com peito e alça no pescoço, com cordão em nylon para amarrar nas costas, medindo 1,20x0,60cm, com Certificado de Aprovação.	KCC/C.A 13943	4,20	42,00	FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP
3	10	UN	Avental plástico descartável, nas medidas de 1,50 x 0,80, com no mínimo 16 micras, leitoso.	PREVEMAX	0,15	1,50	FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP
7	20	Par	Bota de borracha, cano longo, na cor preta, solado antiderrapante, diversos tamanhos, com Certificado de Aprovação.	CARTOM/C.A 32.167	20,50	410,00	FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP
9	30	UN	Capa de chuva - Vestimenta de segurança, tipo capa c/ mangas longas e capuz, confeccionada em tecido sintético plastificado em PVC, com forro de poliéster, com mangas, fechamento frontal através de botões de pressão e costuras através de solda eletrônica. Diversos tamanhos, com Certificado de Aprovação.	KCC/C.A 12227	8,80	264,00	FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP
11	50	UN	Chapéu de palha, preferencialmente de palha de trigo ou carnaúba, com aprox. 50cm de diâmetro de copa e 12 cm de aba.	SAMIA CARNEIRO	5,10	255,00	FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP
16	10	UN	Cone de sinalização, fabricados em polietileno/polipropileno de alta resistência, com proteção contra raios solares, com aproximadamente 75cm de altura, Laranja/branco, com 02 faixas refletivas. Conforme ABNT.	KCC	28,80	288,00	FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP
18	50	Par	Luva de borracha reforçada, anatômico, cano longo até altura do cotovelo, superfície antiderrapante em relevo, diversos tamanhos. Proteção contra agentes químicos, com selo de INMETRO, com Certificado de Aprovação.	KALIPSO/C.A 32499	6,50	325,00	FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP
25	30	UN	Óculos de segurança com armação preta com lente de policarbonato fumê UD proteção contra raios UV, anti-riscos, abas laterais de proteção, hastes reguláveis, com cordão de segurança, com Certificado de Aprovação.	ÓRION/C.A 18903	2,16	64,80	FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP
26	30	UN	Óculos de segurança com armação preta com lente de policarbonato incolor UD proteção contra raios UV, anti-riscos, abas laterais de proteção, hastes reguláveis, com cordão de segurança, com Certificado de Aprovação.	ÓRION/CA 18903	2,16	64,80	FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP
28	10	UN	Placa cavalete de sinalização em polietileno/polipropileno de alta resistência, na cor amarela, com informações e pictogramas para sinalização e identificação temporária de áreas de fluxo de pessoas, dimensões aproximadas de Altura 65cm, Largura 30cm, Profundidade 23cm, de fácil montagem e desmontagem, com alça superior para facilitar o transporte. Produzidas de acordo com as normas de segurança. (Cuidado: piso molhado, Atenção: homens trabalhando, Cuidado: tinta fresca, Cuidado: piso escorregadio, Cuidado: em manutenção, etc.)	JSN	26,90	269,00	FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP

29	20	UN	Protetor auricular tipo concha, composto por duas conchas quadrada ou redonda e um arco haste construído em plástico rígido, espuma porosa bem fechada acondicionada internamente da concha para proporcionar melhor poder de abafar ruídos. Possui almofadas externas produzidas em espuma com revestimento em PVC emborrachado, sendo fixa das nas bordas das conchas para conforto e abafamento da orelha do usuário, atenuação no mínimo 22db, os encaixes das conchas no arco haste são por pinos com sistema de regulação para melhor atender as dimensões das cabeças dos usuários, proteção do sistema auditivo do usuário contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR 15 anexos I e II, com Certificado de Aprovação.	3M/C.A 29176	20,58	411,60	FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP
31	150	UN	Protetor solar, com FPS UVB/UVA, fator no mínimo de 30, embalagem com 120 gramas, com aprovação no Ministério da Saúde e/ou Anvisa.	PRO SUN	8,10	1.215,00	FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP
33	2	UN	Respirador Semifacial com filtro Respirador purificador de ar tipo peça um quarto facial, com corpo que conjuga suporte em material plástico rígido cinza em sua parte central e o restante da peça facial em elastômero sintético cinza. A parte frontal da peça, em material plástico rígido, possui duas aberturas: uma superior, onde está localizada uma válvula de inalação e outra inferior, que possui, em sua parte dianteira, uma válvula de exalação. Na parte dianteira da abertura superior, existe um sistema de encaixe para a fixação de um filtro químico, que quando montado na peça, atua como uma tampa sobre a válvula de exalação. Quando da necessidade de utilização de um filtro químico em conjunto com o filtro para partículas (combinado), o filtro para partículas será colocado sobre o químico, fazendo-se uso de um retentor para fixá-lo sobre o filtro químico. Nas laterais da peça, existem duas alças, uma de cada lado, através das quais passam as pontas de um tirante elástico cinza, dotado de um suporte para cabeça e de duas presilhas plásticas com ajuste rápido em suas pontas. O Respirador é utilizado com os seguintes filtros: 1) Filtros químicos classe FBC: 3M 3301LA-55 - vapores orgânicos; 2) Filtros para Partículas (para serem utilizados sobre o filtro químico FBC): 3M 7711 - para poeiras, névoas e fumos (P2). com Certificado de Aprovação.	EURO SAFETY/31868	25,40	50,80	FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP
34	30	UN	Respirador/máscara semifacial PFF1 com carvão ativado, com ou sem válvula de exalação, para proteção de concentração de odores incômodos, fumos, partículas tóxicas, bioaerosóis, pós e névoas, com duplo elástico, diversas cores, com Certificado de Aprovação.	PRO SAFETY/14104	0,85	25,50	FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP
35	30	UN	Respirador/máscara semifacial PFF2 com carvão ativado, com ou sem válvula de exalação, para proteção de concentração de odores incômodos, fumos, partículas tóxicas, bioaerosóis, pós e névoas, com duplo elástico, diversas cores, com certificado de aprovação.	PRO SAFETY/14103	1,08	32,40	FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP
36	40	Par	Sapato de segurança feminino em couro, cor branca, com elástico lateral coberto, com forro sintético, palmilha de montagem sintética, higiênica e antibacteriana, solado antiderrapante monodensidade colado ao cabeçal, vários tamanhos, com Certificado de Aprovação.	CARTOM/C.A 17.143	34,90	1.396,00	FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP
8	120	Par	Botina de segurança em couro, na cor preta, com forro sintético, palmilha de montagem sintética, higiênica e antibacteriana, solado antiderrapante PU bidensidade colado ao cabeçal, com e sem cadarço, colarinho acolchoado, com palmilha, diversos tamanho, com Certificado de Aprovação.	Cartom ca 15081	27,00	3.240,00	PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

10	20	UN	Capacete de segurança para uso na indústria inclusive para trabalhos com energia elétrica, tipo II (aba frontal), classe B (sem ventilação), injetado em polietileno de alta densidade, com tira refletiva, apresentando fendas laterais superiores para acessórios, composto de casco e sistema de suspensão, regulagem de tamanho com ajuste simples e tira absorvedora de suor em espuma coberta de material sintético, com jugular ajustável. Diversas cores, com Certificado de Aprovação.	Plastcor ca 31469	8,50	170,00	PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA
22	10	Par	Luva de segurança, confeccionada em malha de algodão, totalmente revestida em látex natural reforçado, revestimento espesso antiderrapante com acabamento corrugado na palma, dedos e dorso, punho reto. Proteção contra agentes mecânicos, químicos e térmicos, com Certificado de Aprovação.	Mucambo ca 32143	6,60	66,00	PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA
1	10	UN	Avental em raspa de Couro, com peito e alça no pescoço e cordão para amarrar nas costas, em couro, 1,20x0,60m, com Certificado de Aprovação.	RA BRITO/ CA16813	20,90	209,00	COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP
4	5	Par	Bota de borracha, na cor azul ou preto, cano longo com polaina, solado antiderrapante, diversos tamanhos, com Certificado de Aprovação.	BRACOL/ CA37455	41,50	207,50	COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP
5	30	Par	Bota de borracha, cano curto, na cor preta, solado antiderrapante, diversos tamanhos, com Certificado de Aprovação.	INNPRO/ CA36025	17,50	525,00	COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP
6	20	UN	Bota de borracha, cano longo, na cor branca, solado antiderrapante, diversos tamanhos, com Certificado de Aprovação.	INNPRO/ CA36026	25,20	504,00	COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP
12	2	UN	Cinto de segurança para eletricitistas, (para atividade em altura superior a dois metros em companhias elétricas, entre outros), com 02 argolas em D couro forjado, revestido em espuma, tipo abdominal, com cinto revestido em espuma, com porta ferramentas, com talabarte Y de posicionamento, restrição e segurança, com certificação ABNT, com Certificado de Aprovação.	ATHENAS/ CA36376	190,00	380,00	COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP
13	80	CX	Luva de látex para procedimentos não cirúrgicos, não estéreis, totalmente isenta de pó, ambidestras, c/ 100un, com selo do INMETRO, vários tamanhos (A escolher conforme necessidade), validade mínima de 1 ano.	SUPERMAX/ CA13030	19,95	1.596,00	COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP
14	4	UN	Colete de segurança com X, refletivo nas costas e frente, diversos tamanhos, confeccionado em PVC, com forro de poliéster cítrico, composto por peça única, personalizado, com Certificado de Aprovação.	BR	7,30	29,20	COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP
15	10	UN	Cone de sinalização, fabricados em polietileno/polipropileno de alta resistência, com proteção contra raios solares, Preto/Amarelo, com aproximadamente 50cm de altura, com 02 faixas.	KTELI	5,80	58,00	COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP
17	10	UN	Fita de isolamento zebra (preto e amarelo), confeccionada em filme de Polietileno, rolo de 7cm x 200m.	PALSTCOR	4,99	49,90	COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP
19	10	Par	Luva de raspa de couro, diversos tamanhos, com 15cm de cano, com reforço externo na palma da mão, tira entre polegar e indicador, costura em fio Kevlar, com Certificado de Aprovação.	DN/CA5991	12,80	128,00	COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP
20	10	Par	Luva de raspa de couro, diversos tamanhos, com 07cm de cano, com reforço externo na palma da mão, tira entre polegar e indicador, costura em fio Kevlar, com Certificado de Aprovação.	DN/CA5991	11,49	114,90	COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP
21	10	Par	Luva de segurança em malha tricotada 4 Fios, c/ pigmentos de PVC antiderrapante na palma e dedos, punho com elástico, com Certificado de Aprovação.	YELING/ CA14617	1,49	14,90	COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP
24	20	UN	Óculos de segurança com ampla visão, com lente de policarbonato incolor UD proteção contra raios UV, anti-riscos, com sistema de ventilação por meio de válvulas ou por meio de furos, hastes reguláveis, com ou sem cordão de segurança, com Certificado de Aprovação.	CARBOGRAFITE/ CA5453	4,30	86,00	COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP

27	10	Par	Perneira de segurança confeccionada em raspa de couro, com fechamento lateral em velcro. Aprovados para contra agentes abrasivos, escoriantes e térmicos provenientes de operações de soldagem e processos similares. Com Certificado de Aprovação.	RA BRITO/ CA16811	9,99	99,90	COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP
30	80	UN	Protetor auricular tipo plug, com três flanges, de silicone farmacêutico, com cordão, atóxico, antialérgico e lavável, com Certificado de Aprovação.	LIBUS/CA35981	0,69	55,20	COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP
32	50	UN	Repelente aerosol, não oleoso, com Proteção ativa, com fragrância agradável, para adultos, embalagem com 200ml. Com aprovação no Ministério da Saúde e/ou Anvisa	NUTRIEX	13,90	695,00	COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP
37	10	Par	Sapato de segurança masculino em couro, na cor preta, sem cadarços, com forração em sintético, palmilha de montagem em sintético, higiênica e antibacteriana, solado bidensidade colado ao cabedal, antiderrapante, diversos tamanhos, com Certificado de Aprovação.	CARTOM/ CA16478	31,00	310,00	COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP
23	50	Par	Luva em látex de borracha natural, anatômico, extra longa, com no mínimo as seguintes especificações: 39 cm de comprimento, punho com virola contra escorrimientos de líquido para o interior da luva, excelente espessura para melhor proteção em ambientes frios, isenta de forro interno, excelente resistência a abrasão, rasgos e perfurações, resistente a tração e ótima sensibilidade, resistência a ácidos, sais, cáusticos, detergentes, álcoois, produtos alcalinos, gorduras animais e óleos vegetais, tratamento contra bactérias e fungos para proteção de alergias e irritação da pele, antiderrapante na palma da mão e dedos, diversas cores e diversos tamanhos, com Certificado de Aprovação.	VOLK, CA 15100	7,40	370,00	TREEBUUCHET EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL LT
38	15	PCT	Touca descartável c/ elástico, confeccionada em TNT hidrofílico 100% polipropileno (branco), gramatura 20g/m2, tamanho único, pacote com 100 und.	POMPOM	6,90	103,50	TREEBUUCHET EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL LT

Petrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº. 023/2016

DECRETO Nº. 023, de 17 de Março de 2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1636 de 15 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 20,00 (Vinte reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00.00 – (40) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0239 – Outros recursos com a União R\$ 20,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 20,00 (Vinte reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (39) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0239 – Outros recursos com a União R\$ 20,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 17 de Março de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 002/2016 MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2016
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS
EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Vice-Prefeito em exercício, faz saber a todos, que realizará na data de 12/04/2016, Licitação Modalidade Tomada de Preços nº 002/2016, visando a "contratação de empresa para execução de Preventivo de Incêndio".

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 12/04/2016, até às 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 10:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 21 DE MARÇO DE 2016.

PEDRO RABUSKE
Vice-Prefeito Municipal em exercício

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 089/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 089/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A REVISÃO EM VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS PLACA QHD-8705; QHD-8715 E VEÍCULO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PLACA MLK-7683, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa DICAWE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍCULOS LTDA, autorizado através do Processo nº 086/2016, Dispensa de Licitação nº. 0056/2016.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: DICAWE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍCULOS LTDA
CNPJ nº. 83.740.456/0004-68
Endereço: ROD SC 453
VIDEIRA -SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A REVISÃO EM VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS PLACA QHD-8705; QHD-8715 E VEÍCULO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PLACA MLK-7683, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o serviço no valor de R\$ 3.261,52 (Três mil duzentos e sessenta e um reais e cinquenta e dois centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão : PODER EXECUTIVO
Unidade Orçament.: SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
Proj/Atividade....: MANUT. SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
Mod. Aplicação....: APLICAÇÕES DIRETAS

Órgão : PODER EXECUTIVO
Unidade Orçament.: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Proj/Atividade....: MANUT. DAS ATIVIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL
Mod. Aplicação....: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
 - Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
 - Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
 - Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
 - Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.
- Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer

tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 21 de Março de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
PEDRO RABUSKE
VICE-PREFEITO EM EXERCÍCIO

CONTRATADA
DICAVE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍCULOS LTDA

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 090/2016. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 090/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A COMPRA DE COLCHÃO, CADEIRAS DE REFEIÇÃO E CARRINHOS PARA CRECHE MUNICIPAL, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa LPJ- COMÉRCIO E TRANSPORTES WILMSEM LTDA, autorizado através do Processo nº 087/2016, Dispensa de Licitação nº. 0057/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: LPJ- COMÉRCIO E TRANSPORTES WILMSEM LTDA
CNPJ n.º 78.666.740/0001-59
Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 640
PINHEIRO PRETO -SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A COMPRA DE COLCHÃO, CADEIRAS DE REFEIÇÃO E CARRINHOS PARA CRECHE MUNICIPAL, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 3.863,00 (Três mil oitocentos e sessenta e três reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão : PODER EXECUTIVO
Unidade Orçament.: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Proj/Atividade...: MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais,

mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 21 de Março de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

VICE-PREFEITO EM EXERCÍCIO

CONTRATADA

LPJ- COMÉRCIO E TRANSPORTES WILMSEM LTDA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

CONVÊNIO Nº03/2016
CONVÊNIO Nº03/2016

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO (SC) e o INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – IEAS” – HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, visando o desenvolvimento conjunto de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, resolvem firmar o presente convênio, na forma que segue:

Pelo presente instrumento de CONVÊNIO, de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 82.827.148/0001-69, com sede administrativa na Avenida Mal. Costa e Silva, 111, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EUZÉBIO CALISTO VIECELI, brasileiro, casado, CPF nº 219.837.479-04, RG nº 580.604, residente e domiciliado em Pinheiro Preto (SC), doravante denominado MUNICIPIO, e de outro lado o INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – IEAS” (nome de fantasia “HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. 86.552.809/0003-03, com sede na cidade de Videira – SC, representado neste ato pelo Sr. Flamarion Da Silva Lucas Diretor Geral do Hospital Salvatoriano Divino Salvador – HDS, residente e domiciliado em Videira (SC), doravante denominado HOSPITAL, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação financeira, nos termos do que dispõem a Lei nº 8.080/90, e Portarias MS ns. 1.695, de 23.9.94 e 1044/GM, de 01/06/2004, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto estabelecer um regime de cooperação mútua entre os partícipes para o desenvolvimento de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, de forma complementar.

§ 1º O presente convênio compreende o atendimento hospitalar e ambulatorial de Urgência e Emergência em período integral, 24 horas por dia, inclusive em finais de semana e feriados, bem como todo e qualquer atendimento hospitalar e ambulatorial necessário aos municípios, sempre de acordo com sua capacidade instalada e serviços credenciados.

§ 2º O HOSPITAL compromete-se a atender o Município de Pinheiro Preto, sem distinção alguma, e integrar o sistema de referência e contra referência estabelecido pelo MUNICIPIO, que compreende a Rede Básica de atendimento, média e alta complexidade e entidades de maior complexidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ENCARGOS

Constituem encargos dos convenientes:

I - Dos encargos do MUNICIPIO:

1. Repassar os recursos que financiarão este convênio;
2. Acompanhar e fiscalizar a operacionalização das ações e atividades conveniadas;
3. Apresentar semestralmente ao Conselho Municipal de Saúde os resultados de avaliação, bem como a prestação de contas realizada pelo HOSPITAL.

II – Dos encargos do HOSPITAL:

1. Prestar todos os serviços ambulatoriais e hospitalares previstos na cláusula primeira deste convênio;
2. Fornecer a necessária infraestrutura à realização dos procedimentos conveniados;
3. Prestar contas semestralmente sobre os valores recebidos pelo presente convênio.

Parágrafo único. Todos os serviços aqui conveniados ficarão sob a regulação do gestor municipal de saúde.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

O HOSPITAL se compromete, ainda, a:

- 1) Afixar aviso, em local visível, de sua condição de integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados aos pacientes do SUS;
- 2) Justificar ao paciente ou a seu representante, por escrito, as

razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste Termo e enviar, mensalmente, ao MUNICIPIO, cópia da justificativa da não realização;

- 3) Aderir ao Plano Nacional de Humanização do Ministério da Saúde;

- 4) Esclarecer aos pacientes sobre seus direitos e serviços oferecidos;
- 5) Notificar o MUNICIPIO sobre eventuais alterações em seus estatutos ou sua diretoria, enviando-lhe, no prazo de trinta dias, contados da data do registro da alteração, cópias autenticadas dos documentos com as respectivas mudanças;

- 6) Disponibilizar as informações atualizadas conforme a lógica de regulação do gestor local do SUS.

Parágrafo único. A cobrança de valores dos pacientes atendidos por este convênio, sob qualquer pretexto, constitui falta gravíssima, a ser denunciada aos órgãos competentes para as devidas providências, além daquelas adotadas pelo MUNICIPIO, salvo quando na hipótese de internação o paciente optar expressamente por outro convênio, que não seja o oferecido pelo Sistema Único de Saúde ou optar pela internação particular.

CLÁUSULA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO DO CONVÊNIO

O acompanhamento do convênio será feito pelo MUNICIPIO, através da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pinheiro Preto, e pelo Conselho Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Pelo cumprimento do objeto deste Convênio, o MUNICIPIO repassará ao HOSPITAL, o valor de R\$ 356.400,00 (trezentos e cinquenta e seis mil, e quatrocentos reais), em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 29.700,00 (vinte e nove mil, e setecentos reais), com início em 1º de março de 2016, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, na forma da lei.

Parágrafo único. O percentual de reajuste dos valores deverá respeitar 12 (doze) meses de vigência do primeiro convênio e deverá passar pela aprovação em reunião ordinária ou extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Pinheiro Preto (SC).

CLAUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas deste convênio correrão a conta de dotação consignada no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, com a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
03.0301-Fundo Municipal da Saúde
03.0301.10 Saúde
03.0301.10.301 Atenção Básica
03.0301.10.301.1001 Saúde com qualidade
03.0301.10.301.1001.2050 Manutenção das atividades da Saúde
3390-0000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O repasse dos valores será efetuado até 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente aos serviços prestados, mediante a apresentação de nota fiscal.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

O presente Convênio vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, na forma da lei, com início em 01 de março de 2016.

CLAUSULA NONA - DA DENÚNCIA

O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer dos convenientes, desde que fiquem ressalvadas as atividades em

andamento e que não possam ser interrompidas sem prejuízo da saúde da população, cuja denúncia deverá ser realizada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLAUSULA DÉCIMA - DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES:

O descumprimento pelos convenientes dos compromissos assumidos neste convênio ensejará a denúncia do mesmo e a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, arts. 79, 80, 81, 86, 87 e 88, para qualquer dos convenientes que incorrer no inadimplemento.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Tangará(SC), para dirimir questões não resolvidas de comum acordo pelos convenientes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E por estarem os convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste convênio, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Pinheiro Preto (SC), 15 de Março de 2016.

FLAMARION DA SILVA LUCAS
HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS

1. 2.

CONVÊNIO Nº04/2016

CONVÊNIO Nº04/2016

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO (SC) de um lado e de outro lado a "Associação Beneficente Esportiva e Cultural Vinhedo" visando regime de cooperação mútua entre os partícipes para o desenvolvimento das ações e serviços no âmbito do esporte amador, resolvem firmar o presente convênio, na forma que segue:

Pelo presente instrumento de CONVÊNIO, de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 82.827.148/0001-69, com sede administrativa na Avenida Mal. Costa e Silva, 111, representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. Pedro Rabuske, brasileiro, divorciado, CPF nº 508.424.129-72, RG nº 1.700.903-0, residente e domiciliado em Pinheiro Preto (SC), doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Associação Beneficente Esportiva e Cultural Vinhedo" pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.466.453/0001-10, com sede na cidade de Pinheiro Preto – SC, Videira (SC), representada neste ato pelo Sr. Volmar Bogoni, doravante denominado Associação, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação financeira, nos termos do que dispõem a Lei Municipal nº 1.885 de 22 de Março de 2016, na forma das cláusulas e condições abaixo descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Convênio tem por objeto estabelecer um regime de cooperação mútua entre os partícipes para o desenvolvimento de ações no âmbito do esporte amador, com ações voltadas à criança e adolescente na prática de esportes, principalmente no âmbito do futsal, voleibol e futebol, contribuindo com o desenvolvimento psicofísico e social de crianças e adolescentes do Município, Projeto "Escolinhas

de Esportes".

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ENCARGOS

Constituem encargos dos convenientes:

I - Dos encargos do MUNICÍPIO:

1. Repassar os recursos que financiarão este convênio;
2. Acompanhar e fiscalizar a operacionalização das ações e atividades conveniadas;
3. Disponibilizar a estrutura física (ginásios de esportes, quadra de esportes e salas de aula) à execução das atividades, bem como material esportivo utilizado.

II – Dos encargos da Associação:

1. Contratar, às suas expensas, no mínimo dois professores com formação em Educação Física, para o desenvolvimento das atividades na prática de esportes, sendo um professor com carga horária mínima de 40 horas semanais, o qual realizará atividades com crianças e adolescentes no mínimo 40 horas semanais, e outro com carga horária mínima de 20 horas semanais, cujas atividades deverão ser de 20 horas semanais, para atuarem principalmente no âmbito do futsal, voleibol e futebol, de acordo com o Projeto "Escolinhas de Esportes", na forma Lei Municipal nº 1.885 de 22 de Março de 2016, parte integrante deste convênio.

2. Prestar contas mensalmente sobre valores recebidos através do presente convênio.

Parágrafo único. Todas as atividades aqui conveniadas ficarão sob a regulação, supervisão e fiscalização da Secretaria Municipal da Educação e CME.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

A Associação se compromete, ainda, a:

- 1) Convocar crianças e adolescentes para se inscreverem nas modalidades esportivas dentro de suas aptidões;
- 2) Recolher os encargos trabalhistas e sociais com a contratação de professores;
- 3) Notificar o MUNICÍPIO sobre eventuais alterações em seus estatutos ou sua diretoria, enviando-lhe, no prazo de trinta dias, contados da data de registro da alteração, cópias autenticadas dos documentos com as respectivas mudanças.
- 4) Disponibilizar informações atualizadas das atividades e relação de alunos participantes do Projeto.

CLÁUSULA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO DO CONVÊNIO

O acompanhamento do convênio será feito pelo MUNICÍPIO, através da Secretaria Municipal da Educação e CME.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Pelo cumprimento do objeto deste Convênio, o MUNICÍPIO repassará a Associação, o valor de R\$ 36.113,41 (Trinta e seis mil, cento e treze reais, com quarenta e um centavo), em 9 (nove) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 4.012,60 (quatro mil, com doze reais e sessenta centavo) podendo, no interesse público, ser renovado por igual período.

Parágrafo único. O percentual de reajuste dos valores deverá respeitar 12 (doze) meses de vigência do primeiro convênio e deverá passar pela aprovação da Secretaria da Educação.

CLAÚSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas deste convênio correrão a conta de dotação consignada no orçamento Municipal, com a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 3 - Administração Geral

Ação: 2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento pelos serviços prestados e neste ato conveniados será efetuado até o dia 10(dez) de cada mês, mediante a apresentação, pela Associação, dos documentos comprobatórios previstos na Lei nº 1.885 de 22 de março de 2016.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

O presente Convênio vigorará pelo prazo de 09 (nove) meses, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, na forma da lei, com início em 01 de abril de 2016.

CLAUSULA NONA - DA DENÚNCIA

O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, desde que fiquem ressalvadas as atividades em andamento no mês, cuja denúncia deverá ser realizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLAUSULA DÉCIMA - DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES:

O descumprimento pelos convenientes dos compromissos assumidos neste convênio ensejará a denúncia do mesmo e a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, arts. 79, 80, 81, 86, 87 e 88, para qualquer dos convenientes que incorrer no inadimplemento, uma vez que ambos os convenientes são concordes de que as mesmas devam ser aplicadas a este convênio.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Tangará(SC), para dirimir as dúvidas que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelos convenientes nem pelo conselho municipal de saúde.

E por estarem os convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste convênio, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Pinheiro Preto (SC), 22 de março de 2016.

PEDRO RABUSKE

VICE PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
CONVENIENTE

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ESPORTIVA E CULTURAL VINHEDO
CONVENIADA

TESTEMUNHAS:

1.
Nº CPF

2.
Nº CPF

CONVÊNIO Nº 01/2016

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VIDEIRA/SC Nº 01/2016

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 82.827.148-0001-69, com sede administrativa a Av. Mal. Costa e Silva n.º 111, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EUZÉBIO CALISTO VIECELLI, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Pinheiro Preto, doravante denominado CONVENIENTE, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VIDEIRA – APAE, entidade sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 82.829.284/0001-98, com sede a Rua Brasil Correia, 620, Bairro Farroupilha, Videira –SC, neste ato representada, Filomena Simione Cordeiro, residente e domiciliado na Rua Adolfo Konder, 105, Ap 401, Bairro Alvorada, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente convênio mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

FUNDAMENTO LEGAL:

O presente convênio tem como fundamento a LEI Nº 1.877, DE 15 DE MARÇO DE 2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a concessão de auxílio financeiro à CONVENIADA, para que esta utilize tais recursos para fazer frente as despesas com a contratação de profissionais técnicos especializados - médicos, psicólogo, fonoaudiólogo e assistente social, visando manter o atendimento bio-psíquico-pedagógico e social a portadores de deficiências múltiplas, alimentação, vestuário, manutenção da piscina, material didático e médico-hospitalar

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE:

Repassar mensalmente o valor correspondente a R\$ 1.934,00(Um mil, novecentos e trinta e quatro reais), a CONVENIADA, através de depósito em conta bancária específica e vinculada, e movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário, sempre até o décimo dia de cada mês.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA:

3.1 A conveniada deverá prestar contas da aplicação dos recursos no prazo máximo de trinta dias após recebimento do crédito.

3.2 Efetuar o registro individual e planejamento das atividades; dividir os alunos em turmas de acordo com a idade e nível de desenvolvimento;

3.3. Fazer o planejamento anual e semanal de acordo com o planejamento terapêutico individual, elaborados em conjunto com os professores equipe técnica;

3.4 Diversificar as atividades de acordo com os rendimentos constatados nas avaliações nas seguintes áreas: comunicação motora,

percepções, esquema corporal, musica, ajustamento social e AVD;

3.5 Fazer avaliações e registrá-las bimestralmente.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

A prestação de contas deverá conter, dentre outros que entender conveniente, os seguintes documentos:

I – Balancete de prestação de contas, instruído com os documentos legais;

II – Extratos de movimentação bancária;

III – Certidões negativas de débitos federal, estadual e municipal, esta última da sede do domicílio da Associação;

IV – Certidão negativa de Débito Trabalhista – CNDT;

V – Certidão Negativa de Débito Previdenciário;

VI – Certidão Negativa do FGTS;

VII – Certidão expedida pela Secretaria Municipal da Educação certificando o cumprimento, pela conveniada, das obrigações decorrentes do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA – DOS TRABALHOS:

A programação e execução dos trabalhos que se tornarem necessários com os alunos, em consequência do presente convênio, ficará a critério e sob a coordenação do CONVENIADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA VERIFICAÇÃO DOS TRABALHOS:

O CONVENIENTE poderá a qualquer tempo promover por si ou por terceiros a verificação dos trabalhos, objeto deste convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA:

O convênio vigorará de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, conforme previsto na Lei Municipal n.º 1.877 de 15 de Março de 2016, podendo, no interesse público, ser prorrogado por mais 12 (doze) meses,

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÃO FINAL

Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará-SC, para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste convênio, esgotadas as vias administrativas.

E, por estarem assim, justos e convenientes, firma o presente convênio em três vias de igual teor e forma.

Pinheiro Preto – SC, 15 de Março de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL
CONVENIENTE

ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPC. DE VIDEIRA – APAE
CONVENIADA

Testemunhas:

1º- _____
Nome: _____
CPF: _____

2º- _____
Nome: _____
CPF: _____

DECRETO Nº 4.380, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 4.380, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Vice-Prefeito em Exercício do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte ZENO RITTER, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 181.961.609-68, residente na Rua Paulino Nora, nº 67, Bairro São José, para o exercício fiscal de 2016. Considerando o Processo Administrativo nº 016/2016, do Livro 18 folhas 26.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 23 de março de 2016.

PEDRO RABUSKE

Vice-Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 1.881, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

LEI Nº 1.881, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

CONCEDE REPOSIÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Vice-Prefeito Municipal em Exercício de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida, na forma que dispõe o art. 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988, revisão geral anual para fins de conceder reposição de perda do poder aquisitivo na remuneração dos servidores públicos da Câmara Municipal de Pinheiro Preto, no percentual de 10,54% (dez inteiros e cinquenta e quatro por cento).

Parágrafo Único. A reposição de que trata este artigo refere à recomposição da perda do poder aquisitivo da remuneração ocorrida no período compreendido entre 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, calculada pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, medido pela Fundação Getúlio Vargas.

Art. 2.º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista no orçamento atual.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2016.

Pinheiro Preto (SC), 22 de março de 2016.

PEDRO RABUSKE

VICE-PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

LEI Nº 1.882, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

LEI Nº 1.882, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

CONCEDE REVISÃO NOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS (PREFEITO, VICE-PREFEITO, VEREADORES E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Vice-Prefeito Municipal em Exercício de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida, na forma que dispõe o art. 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988, revisão geral anual para fins de conceder reposição de perda do poder aquisitivo nos subsídios dos agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais), no percentual de 10,54% (dez inteiros e cinquenta e quatro por cento), índice este concedido na mesma data aos servidores públicos e empregados públicos, ativos e inativos, da Administração Municipal e da Câmara Municipal de Vereadores.

Parágrafo único. A reposição de que trata este artigo refere à recomposição da perda do poder aquisitivo dos subsídios ocorrida no período compreendido entre 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, calculada pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas.

Art. 2.º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista no orçamento atual.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2016.

Pinheiro Preto (SC), 22 de março de 2016.

PEDRO RABUSKE

VICE- PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 150, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 150, DE 22 DE março DE 2016.

NOMEIA Ivete martins PARA o exercício do emprego público de Técnica em enfermagem- eSF.

PEDRO RABUSKE, Vice-Prefeito em exercício do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Concurso Público 002/2015;

Considerando que a candidata, através de exames médicos, foi considerada apta para o emprego público;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, mediante concurso público, Ivete martins, brasileira, inscrita no CPF nº 050.567.609-51, para o exercício do emprego público de Técnica em enfermagem- eSF, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de março de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 22 de março de 2016.

PEDRO RABUSKE

Vice-Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 151, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 151, DE 22 DE março DE 2016.

NOMEIA MARCOS CORDEIRO MORAIS PARA o cargo efetivo de operador de trator agrícola.

PEDRO RABUSKE, Vice-Prefeito em exercício do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Concurso Público 001/2014;

Considerando que o candidato, através de exames médicos, foi considerado apto para o cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, mediante concurso público, MARCOS CORDEIRO MORAIS, brasileiro, inscrito no CPF nº 062.035.259-01, para o cargo efetivo de operador de trator agrícola, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Agricultura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de março de 2016

Centro Administrativo Municipal, 22 de março de 2016.

PEDRO RABUSKE

Vice-Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 152, DE 23 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 152, DE 23 DE MARÇO DE 2016

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 004/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

PEDRO RABUSKE, Vice-Prefeito em exercício do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 004/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado, à FM Pneus Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 81.374.845/0004-91, consistente na contratação de serviços de recauchutagem de pneus para veículos e equipamentos de propriedade do Município de Pinheiro Preto, pelo preço global de R\$ 39.800,00 (trinta e nove mil, oitocentos reais);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 23 DE MARÇO DE 2016.

PEDRO RABUSKE

Vice-Prefeito Municipal em exercício

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº 02/2016

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº 02/2016

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

CONTRATANTE: Município de Pinheiro Preto, com sede à Av. Mal. Costa e Silva, 111, CEP: 89570-000, inscrita no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, neste ato representado por seu prefeito municipal Euzébio Calisto Vieceli, inscrito no CPF sob o nº 219.837.479-04, e portador da Carteira de Identidade nº 580.604 – SSP/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado

CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -Epagri, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284/2005, neste ato representada em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da Epagri, por Jonatan Galio, CPF nº 021.656.389-50, RG nº 3.155.241 – SSP/SC, Gerente Regional da Epagri de Videira, CNPJ nº 83.052.191/0005-96, com endereço à Rua João Zardo, 1660, CEP 89560-000 – Videira - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, “caput”; 54 e 55; apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da EPAGRI de Videira, unidade da CONTRATADA. E tem como dotação orçamentária os seguintes códigos:

Órgão: 02 – Poder Executivo

Unidade Gestora:2-Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentária: 2000 –Poder Executivo

Unidade Orçamentária:2002-Secretaria de Administração e Finanças

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122- Administração Geral

Programa: 3– Administração geral

Ação: 2.22 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3350-0000

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações da CONTRATADA:

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano anual de trabalho – PAT;
2. Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de trabalho - PAT, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;
3. Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano anual de trabalho – PAT;
4. Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município CONTRATANTE;
5. Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano anual de trabalho – PAT no Município CONTRATANTE;
6. Implementar os trabalhos de interesse do CONTRATANTE e os que lhe couberem no Plano anual de trabalho – PAT;
7. Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;
8. Responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal.

II - São obrigações do CONTRATANTE:

1. Repassar para CONTRATADA o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quinta, referente a prestação dos serviços objeto do presente instrumento de contrato,
2. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas e locais onde serão prestados os serviços;
3. Promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela CONTRATADA;
4. Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e
5. Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DOS SERVIÇOS

Para execução dos serviços, o prazo estipulado terá início em 06 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, facultando a continuidade da prestação dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo com previsão na Lei Municipal e aplicação do disposto do artigo 57 e inciso da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ 23.850,00 (Vinte e três mil, oitocentos e cinquenta reais) divididos em 09 (nove) parcelas, repassado no período de vigência desse contrato conforme cronograma abaixo:

Parcela	Valor R\$	ISS a reter (3%)	IR a reter (1,5%)	Valor líquido	Vcto
1	2.650,00	79,50	39,75	2.530,75	10/03/2016
2	2.650,00	79,50	39,75	2.530,75	10/04/2016
3	2.650,00	79,50	39,75	2.530,75	10/05/2016
4	2.650,00	79,50	39,75	2.530,75	10/06/2016
5	2.650,00	79,50	39,75	2.530,75	10/07/2016
6	2.650,00	79,50	39,75	2.530,75	10/08/2016
7	2.650,00	79,50	39,75	2.530,75	10/09/2016
8	2.650,00	79,50	39,75	2.530,75	10/10/2016
9	2.650,00	79,50	39,75	2.530,75	10/11/2016

Parágrafo Único: Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme item 17.1 Lei Municipal que regulamente este tributo, bem como o Imposto de Renda – Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor mensal acima mencionado será repassado pelo CONTRATANTE/Município para a Epagri, mediante emissão de boleto bancário. O vencimento dos boletos será conforme acordado nesse instrumento jurídico. A quitação do pagamento, será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo Primeiro: A nota fiscal deverá ser emitida até o ULTIMO dia útil de cada mês da prestação do serviço.

CLÁUSULA SETIMA – DAS DESPESAS CONTRATUAIS

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do instrumento ora ajustado correrá por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A EPAGRI prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consulentes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesqueira.

Parágrafo Único: A EPAGRI se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais forem os motivos que deram causa a esta.

CLÁUSULA NONA DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e de conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes caso ocorra descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, o CONTRATADO estará sujeito as penalidades previstas no Estatuto das Licitações Públicas, Lei 8.666/93.

Parágrafo Único: Pelo descumprimento do pagamento de quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste instrumento, a CONTRATADA inviabilizará a emissão da CND - Certidão Negativa de Débito, até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, independentemente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato.

Parágrafo Único: A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá à Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, sendo realizado de conformidade com o que disciplina o art.61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Pinheiro Preto, 15 de março de 2016.

Euzebio Calisto Vieceli
Prefeito(a) Municipal

Jonatan Galio
Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

Testemunhas:

Nome: Nome:

Planalto Alegre

PREFEITURA

CA012_2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 012/2016

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA VITALLY CLINICA INTEGRADA DE FISIOTERAPIA E ODONTOLOGIA LTDA ME, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE com sede na Rua Nove de Julho, SN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.730.430/0001-85, neste ato representada por seu Prefeito Municipal e Gestor do FMS, Senhor PLINIO DALLACORTE, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa VITALLY CLINICA INTEGRADA DE FISIOTERAPIA E ODONTOLOGIA LTDA ME, com sede na Rua Nove de Julho, inscrita no CNPJ sob o nº.18.668.562/0001-73, neste ato representado por seu representante legal, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tendo as cláusulas adiante especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO EM CARATER EMERGENCIAL JUNTO A UNIDADE DE SAÚDE, PESSOA JURÍDICA, COM INDICAÇÃO DOS SEGUINTE PROFISSIONAIS:

ITEM 1 - 01 (UM) PROFISSIONAL MÉDICO 40 Hs/SEMANAIS, PARA ATENDIMENTO DE DEMANDA ESPONTÂNEA – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE;

- Profissional médico com formação mínima em Clínica Geral e registro no órgão competente, para atendimento 40Hs/semanais, com atendimento das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira.

- PROFISSIONAL INDICADO: DOUGLAS NUNES DA ROSA – CREMESC Nº 022507

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

2.1 – Do Valor:

O valor justo e acertado é de R\$ 7.750,00 (sete mil setecentos e cinquenta reais), sendo:

a) 01 PROFISSIONAL MÉDICO 40 Hs/SEMANAIS, PARA ATENDIMENTO DE DEMANDA ESPONTÂNEA – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.

2.2 – Os pagamentos dos serviços serão efetuados por ordem bancária, mediante faturas com entrada na Prefeitura Municipal de Planalto Alegre.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá validade pelo período de 14/03/2016 até 28/03/2016.

3.2 - O início deve se dar imediatamente, no dia da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

4 - O custo apresentado caracterizando o preço unitário e global para a execução dos serviços será reajustado de acordo com o seguinte critério: SEM REAJUSTE DE PREÇOS.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS
As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento fiscal vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

2.014	3.3.90.00 - DR:0.1.02	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
2.014	3.3.90.00 - DR:0.1.64	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, quando não cumprir as obrigações ou preceitos legais, estará sujeita à:

I - Advertência.

II – Suspensão do direito de licitar junto à MUNICÍPIO.

III - Multa de 5% sobre o montante da proposta no caso de não publicação dos atos oficiais devidamente encaminhados para publicação.

IV – Cancelamento do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA EXECUÇÃO

7.1 - Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 - A execução deste Contrato será acompanhado e fiscalizado por um representante da CONTRATANTE especialmente designado.

7.3 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, no local do serviço, para representá-la na execução deste Contrato.

7.4 - A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

7.5 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

8.1.1 - Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativo de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666.

8.1.2 - Por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao

cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de execução do serviço.

8.2 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666/93.

8.3 - As quantidades licitadas poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o Art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e garantida a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei Nº. 8.666/93.

9.1.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do Objeto licitado com atraso, até o limite de 6% (seis por cento).

9.1.2 - Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso, e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE poderá aplicar a multa em dobro da, forma do item 10.1.1.

9.1.3 - Advertência

9.1.4 - Suspensão do direito de licitar, junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE.

9.1.5 - Declaração de inidoneidade, de lavra do Prefeito, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurar os motivos da punição.

9.2 - O atraso para efeito de cálculo da multa prevista nos itens 10.1.1. e 10.1.2. será contados em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto da presente Licitação.

9.3 - Nenhum pagamento será processado à Proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 - Rescisão deste Contrato por ato unilateral da CONTRATANTE:

10.1.1 - A CONTRATANTE poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar a CONTRATADA sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias:

- a) o não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) o cumprimento irregular pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) o desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- d) razões de interesse do serviço público.

10.1.2 - A CONTRATANTE terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

- a) o atraso injustificado no início dos serviços;
- b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da CONTRATADA, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE;
- d) a sub-contratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração

de insolvência civil;

g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

10.1.3 - No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da CONTRATADA, serão observadas as seguintes condições:

a) a CONTRATADA não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo a CONTRATANTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;

b) a CONTRATADA terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela CONTRATANTE, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados a CONTRATANTE;

c) em qualquer caso, a CONTRATANTE reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas, ou da forma que julgar mais convenientes;

d) caso a CONTRATANTE não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.2 - Rescisão deste Contrato por Acordo entre as Partes ou Judicial:

10.2.1 - O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

a) a supressão, por parte da CONTRATANTE, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação Licitação e Contratação, em seu artigo 79 da Lei Nº. 8.666/93;

b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

d) a não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

10.2.2 - Nestes casos, a CONTRATANTE, deverá pagar a CONTRATADA os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

10.3 - Rescisão do Contrato em Virtude de Força Maior:

10.3.1 - Tanto a CONTRATANTE como a CONTRATADA poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no artigo 1058 do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual.

Neste caso, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

10.3.2 - Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediata comunicação escrita a outra, tendo esta última um prazo até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar, ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

11.1 - Concluídos os serviços objeto do Contrato, em 5 (cinco) dias após a comunicação da CONTRATANTE ou resiliado este, será

efetuado pela fiscalização da CONTRATANTE o seu recebimento provisório, após, e se reconhecido o integral cumprimento das obrigações contratuais.

11.1.1 - O recebimento provisório não isenta a CONTRATADA da responsabilidade decorrente de erros de execução, a cuja reparação se obriga, tudo sem ônus para a CONTRATANTE, observando o disposto no art. 69, da Lei Nº. 8.666/93.

11.1.2 - Decorridos 30 (trinta) dias consecutivos da data do recebimento provisório, e verificada a correção dos serviços executados, proceder-se-á ao recebimento definitivo, lavrando-se o termo respectivo, que consignará quitação geral, plena e recíproca entre as partes.

11.2 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, pela solidez e segurança dos serviços nem a ética profissional pela perfeita execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

12.1 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e para-fiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

12.1.1 - Obriga-se a CONTRATADA a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não-recolhimento dos mesmos, por parte da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos a CONTRATADA, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

12.2 - Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou para-fiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

12.3 - A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA, empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

12.3.1 - Caso haja condenação da CONTRATANTE, inclusive como responsável solidária, a CONTRATADA, reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - NOVAÇÃO

13 - A não utilização por parte da CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos a disposição da CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO SEGURO

14 - A CONTRATADA é responsável pelos seguros de seu pessoal e de todo o equipamento/material/veículo que utilizar na execução dos serviços previstos neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de CHAPECÓ/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as

testemunhas abaixo.

Planalto Alegre – SC, 14 de março de 2016.

PLINIO DALLACORTE Prefeito Municipal.	VITALLY CLINICA INTEGRADA DE FISIOTERAPIA E ODONTOLOGIA LTDA ME Contratada
--	---

Testemunhas:

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Nº. Contrato	012/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE – ATRAVES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Contratada.:	VITALLY CLINICA INTEGRADA DE FISIOTERAPIA E ODONTOLOGIA LTDA ME
Objeto	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, PARA ATENDIMENTO EM CARATER EMERGENCIAL JUNTO A UNIDADE DE SAÚDE.
Valor	R\$ 7.750,00 (sete mil setecentos e cinquenta reais)
PROCESSO	Dispensa de licitação
Vigência	12 meses
Planalto Alegre, SC 14 de março de 2016.	
Plinio Dallacorte	
Prefeito	

Pomerode

PREFEITURA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 026/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 026/2016

CONVÊNIO nº 26/2016. Conveniente: MUNICÍPIO DE POMERODE
Conveniada: GRUPO VOCAL POMMERN SANGER Projeto: Vozes Treinadas, Cultura e Tradições Preservadas - 2016. Valor: R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais). Prazo: 31/12/2016.

Pomerode/SC, 01 de março de 2016.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001 / 2016

Processo Administrativo n.º 019 / 2016.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: EDITORA IBPEX LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE CURSO NO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PLANEJADA PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, NA MODALIDADE EAD, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE TEMÁTICAS DE INTERESSE DA GESTÃO, QUALIFICANDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA E PROPICIANDO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO UM TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO PARA A MELHORIA NA QUALIDADE DE ENSINO.
Valor total contratado: R\$176.400,00 (cento e setenta e seis mil e quatrocentos reais).
Prazo de vigência: 31/12/2016.
Base Legal – Artigo 25, II c/c Artigo 13, VI da Lei Federal n.º 8.666/93.
Justificativa: Trata-se de serviço técnico enumerado no artigo 13, inciso VI da Lei Federal n.º 8.666/1993, de natureza singular, necessitando de profissional ou empresa de notória especialização, restando configurada a hipótese de contratação mediante Inexigibilidade de licitação, amparada pelo inciso II do artigo 25 da referida Lei.

Pomerode / SC, 23 de Março de 2016.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001/2016 - FUNDETUR

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - FUNDETUR
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001 / 2016

Processo Administrativo n.º 002 / 2016.
Contratante: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE POMERODE - FUNDETUR.
Contratada: ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS PARA A REALIZAÇÃO DA 8ª OSTERFEST DE POMERODE/SC, REALIZADA NO CENTRO CULTURAL DESTE MUNICÍPIO NO MÊS DE MARÇO/2016.
Valor total contratado: R\$15.000,00 (quinze mil reais).
Prazo de vigência: Durante a 8ª Osterfest de Pomerode.
Base Legal: Artigo 25, III da Lei Federal n.º 8.666/93.
Justificativa: As atividades turísticas e culturais são inviáveis de competição, pois exprimem a cultura da comunidade local, sendo esse o maior patrimônio do Município de Pomerode em suas festividades. Infere-se que o maior atrativo da festividade é o seu caráter cultural, ou seja, suas bandas, seus grupos folclóricos, suas competições típicas, que devidamente caracterizado como questões artísticas e culturais, vez que a tradição das festas se encontra consagrada aos olhos de todos, pela publicidade em função do lado cultural e turístico das atividades mencionadas.

Pomerode / SC, 23 de Março de 2016.
MARCOS KÜSTER
Secretário de Turismo e Cultura - SETUC

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 189/2016

DECRETO Nº 189/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.
"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:
CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. NOELI PALIANO AMPEZE, portadora do RG n. 2.071.392 e do CPF n. 653.459.839-68, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 190/2016

DECRETO Nº 190/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.
"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:
CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ROSANE TEREZINHA LODI RIBEIRO, portadora do RG n. 2.076.761 e do CPF n. 058.082.939-10, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 190/2016

DECRETO Nº 189/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.
"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:
CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. NOELI PALIANO AMPEZE, portadora do RG n. 2.071.392 e do CPF n. 653.459.839-68, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 191/2016

DECRETO Nº 191/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.
"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:
CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. SOLANGE CADORI, portadora do RG n. 3.289.076 e do CPF n. 000.095.309-16, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 192/2016

DECRETO Nº 192/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. CAMILA APARECIDA FERRAZ JOHANN, portadora do RG n. 5.458.073-0 e do CPF n. 059.108.109-10, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 193/2016

DECRETO Nº 193/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. TAINARA ALVES PADILHA, portadora do RG n. 5.879.933 e do CPF n. 095.486.649-50, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 194/2016

DECRETO Nº 194/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO "

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. DIRCEIA SIQUEIRA, portadora do RG n. 4.165.794 e do CPF n. 006.301.769-57, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 195/2016

DECRETO Nº 195/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MARIETE ANGELA VOZNIAC PAIN, portadora do RG n. 106.090.091-5 e do CPF n. 031.766.379-85, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 196/2016

DECRETO Nº 196/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. REJANE DO AMARAL, portadora do RG n. 5.143.103-3 e do CPF n. 085.210.519-30, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 197/2016

DECRETO Nº 197/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

"NOMEIA DIRETORA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. MICHELLA MARTINELLI, portadora do CPF 080.463.709-16 e do RG 5.143.994-8, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA, Padrão "CC", Nível "04", com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de fevereiro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 198/2016

DECRETO Nº 198/2016 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

"NOMEIA ASSESSORA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. TEREZINHA APARECIDA DIAS FERASSO, portadora do CPF 897.853.129-68 e do RG 1.689.718-8, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA, Padrão "CC", Nível "03", com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 199/2016

DECRETO Nº 199/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 19 de fevereiro de 2016, a Sra. ANA PAULA BIASI, matrícula 6273 ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 200/2016

DECRETO Nº 200/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.
"NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Concurso Público 001/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a partir do dia 22 de fevereiro de 2016, a Sra. ANA PAULA BIASI, portadora do RG n. 5.143.531-4 e do CPF n. 063.299.409-67, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 201/2016

DECRETO Nº 201/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.
"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 19 de fevereiro de 2016, a Sra. MARLI FRANCISCA FORNARI DE MELO, matrícula 6213, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 202/2016

DECRETO Nº 202/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.
"NOMEIA ASSESSORA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a partir do dia 22 de fevereiro de 2016, a Sra. MARLI FRANCISCA FORNARI DE MELO, portadora do CPF 034.509.209-01 e do RG 3.581.746-1, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA, Padrão "CC", Nível "03", com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

EDITAL CONCURSO PÚBLICO 001/2016 RETIFICADO

EDITAL Nº 001/2016 DE CONCURSO PÚBLICO

(Incluindo Retificação 01 e 02/2016)

Abre inscrições e define normas para o Concurso Público, destinado a provimento de vagas existentes para cargos públicos do Quadro Permanente de Pessoal da Administração Direta do Município de Ponte Serrada, Santa Catarina e dá outras providências.

O Senhor Eduardo Coppini, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização, de Concurso Público, para provimento de vagas existentes para cargos públicos do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Ponte Serrada, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital.

1. DA DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será executado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió – CEP 89.190-000, Estado de Santa Catarina, telefone/fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico: www.iobv.org.br e-mail: concursos@iobv.org.br.

1.2. A fiscalização e supervisão do Concurso Público está a cargo da Comissão Municipal de Concurso Público, nomeada pelo decreto nº 229 – 22/02/2016

1.3. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Prevista
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	15/03/16 a 13/04/16
Período para solicitar isenção de pagamento da taxa de inscrição	15/03/16 a 21/03/16
Divulgação da lista de isentos de pagamento da taxa de inscrição	30/03/15
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	13/04/16
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	14/04/16
Homologação das inscrições e divulgação das inscrições indeferidas	15/04/2016
Recursos contra indeferimento das inscrições	18 e 19/04/16
Local de prova	20/04/16
PROVA ESCRITA e PROVA PRÁTICA	24/04/16
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	25/04/16
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita:	26 e 27/04/16
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	02/05/16
Classificação Preliminar	03/05/16
Recursos contra a classificação preliminar	04 e 05/05/16
Classificação Final	09/05/16
Homologação do Resultado Final	Após 09/05/16

1.4. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.5. O Edital do Concurso Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Concurso Público, serão publicados no site do Concurso Público na Internet: www.iobv.org.br.

1.6. O Edital do concurso público também será publicado no site da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada na Internet: <http://www.ponteserrada.sc.gov.br/> bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores; e ainda, publicado na forma de extrato, em jornal de circulação local e regional.

1.7. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos da RE/598.099//STF, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.8. O prazo de validade do concurso é de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do presente edital, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Poder Executivo.

1.9. Durante o prazo de validade do concurso, o aprovado excedente tem prioridade sobre os novos concursados, no preenchimento dos cargos na mesma carreira.

1.10. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivesse transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

1.11. Os documentos e requerimentos exigidos, salvo expressa determinação das normas do Edital, poderão ser entregues, pessoalmente pelo candidato ou por procurador devidamente habilitado, na Sede do IOBV no endereço constante do item 1.12.

1.12. Os documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), salvo expressa vedação do Edital, através do serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX) para serem entregues ao IOBV, no endereço abaixo, após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de postagem da correspondência.

Endereço para remessa via postal de documentos:

IOBV – CONCURSO PÚBLICO DE PONTE SERRADA

Avenida Luiz Bertoli, número 233 – Centro

89.190-000 – Taió - SC

1.13. Não são admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente concurso:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- e) A idade mínima de dezoito anos;
- f) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função;
- g) Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- h) Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- i) Ter sido aprovado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital;
- j) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

2.2. A comprovação da escolaridade e o preenchimento dos demais requisitos legais indispensáveis à nomeação no cargo público será exigida unicamente quando da posse no cargo público. A não apresentação, naquela ocasião, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Concurso Público e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.

2.3. A aprovação e classificação no presente Concurso Público não criam direito à admissão que será realizada na medida das necessidades de Prefeitura do município de Ponte Serrada e disponibilidades orçamentárias.

2.4 Os candidatos aprovados nas vagas de Emprego Público (Agente Comunitário de Saúde – Baía Alta e Agente Comunitário de Saúde – Centro), estarão vinculados à legislação federal ou municipal, que respectivamente os criou, contratados enquanto existir o referido programa.

3. DOS CARGOS, EXIGÊNCIAS DE ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS.

3.1. O Concurso Público destina-se ao provimento das vagas descritas na forma deste edital dentro do prazo de validade deste Concurso Público.

3.2. Os cargos/especialidade, a carga horária semanal, o número de vagas, a remuneração mensal, e as exigências específicas a cada cargo, objeto deste Concurso Público, encontram-se descritos no Anexo I e II deste edital.

3.3. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados no ato da admissão após a convocação.

4. DAS INSCRIÇÕES

3.1. A participação no concurso iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

3.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso público.

3.3. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades item I deste edital.

3.4. Para os candidatos que não possuem acesso à rede mundial de computadores (internet), o município disponibilizará atendimento gratuito no seguinte local: Biblioteca Municipal, situada na Rua Madre Maria Theodora, s/n, bairro Centro, Ponte Serrada/SC, no horário de atendimento das 8h00min às 11h30min e das 13h30 às 16h30min, até o dia 13 de abril de 2016.

3.5. O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

3.6. Para efetivar a sua inscrição pela internet, o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- a) Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br em "concursos e seletivos", "inscrições abertas", selecionar o município de Ponte Serrada Edital 01/2016;
- b) Baixar e Ler atentamente o edital completo, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas.
- c) Cadastrar-se no portal www.iobv.org.br, criando uma senha de acesso para a área do candidato (guarde bem essa senha pois será útil em todos os acessos futuros)
- d) Preencher o Requerimento de Inscrição, conferindo os dados informados e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
- e) Imprimir e efetivar o pagamento do boleto bancário, referente à taxa de inscrição, Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição, preferencialmente nas Agências da Caixa Econômica Federal até o dia do vencimento estabelecido no boleto.
- f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

3.7. O IOBV e a Prefeitura de Ponte Serrada eximem-se de qualquer responsabilidade pela eventual indisponibilidade ou falha dos equipamentos ou acesso à INTERNET.

3.8. O atendimento presencial acha-se condicionado à disponibilidade de equipamentos e pessoal e, em determinados momentos, poderá haver filas.

3.9. No último dia de inscrição presencial (13/04/16) só serão atendidos os candidatos que chegarem ao local até às 16h30.

3.10. É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Concurso Público, deverá ser atualizado no cadastro on line do candidato, através da sua área restrita, e deverá ser comunicado ao IOBV por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: concursos@iobv.org.br. Após a data de publicação do resultado do Concurso Público, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura de Ponte Serrada.

3.11. O valor da taxa de inscrição é de:

- a) Para cargos com exigência de curso superior: R\$ 100,00 (cem reais);

- b) Para cargos com exigência de curso de ensino médio: R\$ 70,00 (setenta reais);
- c) Para cargos com exigência de alfabetizado e ensino fundamental: R\$ 40,00 (quarenta reais);
- 3.12. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.
- 3.13. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras da Caixa cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 104.
- 3.14. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.
- 3.15. Não serão aceitos pagamentos feitos por qualquer outra forma ou meio.
- 3.16. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.
- 3.17. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.
- 3.18. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.
- 3.19. A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.
- 3.20. Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do concurso, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.
- 3.21. É vedada a inscrição condicional, extemporânea ou por qualquer outra via não determinada neste edital.
- 3.22. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas e ou congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou impressão dos documentos solicitados.
- 3.23. As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.
- 3.24. Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.
- 3.25. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.
- 3.26. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Concurso Público.
- 3.27. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e www.ponteserrada.sc.gov.br.
- 3.28. As inscrições que preencherem todas as condições destes edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Concurso Público no endereço www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas.

4. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1. São isentos da taxa de inscrição no Concurso Público:

- a) Os candidatos doadores de Sangue (Lei Estadual Lei Estadual nº 10.567/1997.)
- b) Os candidatos que estiverem inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚnico e forem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos).

4.2. Para usufruírem do benefício da isenção da taxa de inscrição os candidatos deverão, após realizar sua inscrição, protocolar na sede do IOBV, ou enviar via postal (sedex/ar), nos termos e endereço dos itens 1.11 e 1.2 deste edital, até a data constante do cronograma do item 1, os seguintes documentos:

a) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico: Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo IV do edital)

b) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue (Lei Estadual 10.567/1997):

- Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo IV);
- Documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição. O documento deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais. A comprovação deverá ser efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo enquadra-se como beneficiário da Lei Estadual 10.567/1997.

4.3. Só serão examinados os pedidos de isenção enviados via postal que forem entregues ao IOBV até a data determinada no Edital para recebimento dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de postagem da correspondência. No caso de pedido de isenção por estar inscrito no CADÚnico, o IOBV consultará o MDS para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. Declarações falsas estarão sujeitas às sanções previstas em lei.

4.4. O candidato que tiver seu pedido de isenção de pagamento deferido terá sua inscrição validada, não devendo pagar o boleto da taxa de inscrição.

4.5. Sendo indeferido o pedido de isenção, restará ao candidato pagamento da inscrição até o último dia de inscrições.

4.6. Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição

4.7. O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.

4.8. Os despachos aos pedidos de isenção da taxa de inscrição serão publicados na data constante do cronograma deste edital.

5. DAS VAGAS RESERVADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

5.1. Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de inscrever-se neste Concurso Público, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, sendo a elas reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas para cada um dos cargos/disciplinas. São reservadas para as Pessoas com Deficiência (PcD) 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas.

5.2. Caso a aplicação do percentual de 5% não resulte a oferta imediata de vagas para o cargo, o primeiro candidato com deficiência classificado no Concurso Público será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga que vier a surgir para o cargo efetivo o qual concorreu, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de 20 (vinte) cargos providos.

5.3. Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados e classificados.

5.4. Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal n. 3.298/99 e suas alterações.

5.5. Os candidatos com deficiência, que desejarem concorrer às vagas a eles reservadas, deverão assinalar a sua condição no Requerimento de Inscrição. (inscrição on line), protocolar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, na Sede do IOBV, ou enviar pelo correio, via sedex/ar, no endereço do item 1.12 deste edital, até o último dia de inscrições, os seguintes documentos:

a) Requerimento de vaga para deficiente e/ou condição especial de realização da prova (anexo V);

b) Cópia do comprovante de inscrição;

c) Laudo médico original ou cópia autenticada em cartório, emitida nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação internacional de Doenças – CID, bem como provável causa da deficiência, acompanhado de cópia do requerimento de inscrição e anexo V do edital. Não sendo aceitos laudos de exames ou qualquer outro documento em substituição ao exigido.

5.6. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no Edital, após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de postagem da correspondência.

5.7. O candidato com deficiência participará deste Concurso Público em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de aprovação, data, horário de início, local de aplicação e nota mínima exigida.

5.8. Os candidatos com deficiência regularmente inscritos submeter-se-ão, quando convocados à avaliação de equipe multiprofissional que terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.

5.9. Os candidatos que se declararam no ato de inscrição como deficiência e que não atenderem plenamente a todas as exigências disposta no presente edital, terão suas inscrições para as vagas reservadas indeferidas, passando a figurar unicamente na classificação geral dos candidatos.

5.10. O candidato com deficiência que necessitar de condição especial (local de fácil acessibilidade, tempo adicional, uso de aparelhos de audição, leitor (não haverá prova em braile), prova com fonte ampliada e etc.), para a realização das provas deverá protocolar requerimento (anexo V) desta solicitação, até data constante no cronograma, nos endereços conforme item 1.12, anexando ao requerimento laudo médico por especialista da área de sua deficiência, comprovando essa necessidade.

5.11. As solicitações de condições especiais serão atendidas respeitadas a legalidade e a razoabilidade. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e ou coordenador local do IOBV.

5.12. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência que forem aprovados, serão convocados por edital próprio, através do site da prefeitura municipal de Ponte Serrada, para avaliação da sua condição de deficiente pela Perícia Médica Oficial do Município e se a deficiência é capacitante ou não para o exercício do cargo.

5.13. Será excluído do Concurso Público o candidato aprovado para uma das vagas aos portadores de deficiência que:

a) Não comparecer, chegar atrasado ou não apresentar a documentação e ou exames solicitados para a avaliação da Perícia Médica Oficial do Município.

b) Cuja deficiência informada no requerimento de Inscrição não seja constatada pela Perícia Médica Oficial do Município ou não seja compatível com o exercício do cargo.

c) Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

5.14. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas pelo IOBV. O ato de homologação será publicado no endereço eletrônico www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital.

6.2. A relação das inscrições não homologadas devido ao indeferimento pelo IOBV, serão divulgadas no endereço do concurso na internet www.iobv.org.br.

6.3. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

6.4. Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

6.5. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

7. OUTROS REQUERIMENTOS

7.1. Candidata lactante

7.1.1. A candidata que desejar amamentar durante a aplicação da prova deverá:

a) Indicar esta condição especial para realizar a prova no Requerimento de Inscrição;

b) Chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior que ficará responsável pela guarda da criança.

7.1.2. O menor e o responsável ficarão em sala especial reservada. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

7.2. Benefícios da Lei 11.689/2008

7.2.1. Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei 11.689/2008, deverão entregar ou enviar no endereço do IOBV (item 1.12), até o último dia de inscrições, cópia autenticada da certidão e ou declaração e ou atestado ou outros

documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, os termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008.

7.2.2. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de postagem da correspondência.

8. DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

8.1. O concurso público, a que se refere o presente edital, compreenderá o exame de habilidades e de conhecimentos aferidos em uma ou em duas etapas, conforme segue:

8.0.2 Cargo de Operador de Escavadeira Hidráulica, constará de 2 etapas:

- a) Primeira Etapa: Prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório;
- b) Segunda Etapa: Prova prática, de caráter classificatório.

8.0.3 Para os demais cargos, constará de uma única etapa, ou seja prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório.

10. DA PROVA ESCRITA (PARA TODOS OS CARGOS)

10.1. A prova escrita objetiva será aplicada na data constante do cronograma deste edital na cidade de Ponte Serrada-SC, em local que será divulgado conforme data prevista no cronograma, no endereço eletrônico do Concurso Público: www.iobv.org.br.

10.2. O IOBV poderá, não havendo na cidade de Ponte Serrada locais suficientes ou adequados para a alocação de todos os candidatos, realizar provas em cidades vizinhas à cidade de Ponte Serrada.

10.3. A prova escrita objetiva constará da avaliação de conhecimentos teóricos e práticos dos candidatos mediante a aplicação de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, dos quais uma única será correta.

10.4. A prova escrita com questões objetivas será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), expressas com 2 (duas) casas decimais.

10.5. As áreas de conhecimento exigidas, o número de questões e o valor que será atribuído a cada uma, estão dispostos por escolaridade exigida para o cargo, conforme quadro abaixo:

Cargos com Escolaridade: Alfabetizado e Ensino Fundamental (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,30	4,50
	Matemática	5		
	Gerais e atualidades	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos inerentes ao cargo	10	0,55	5,50
	Total	25		10,00

Cargos com Escolaridade: Ensino Médio e Ensino Superior (3 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	4,00
	Matemática	5		
	Gerais e atualidades	5		
	Legislação e Administração pública	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	20	0,30	6,00
	Total	40		10,00

10.6. Os programas das provas encontram-se publicados no anexo II do presente Edital.

10.7. Para prestar a prova escrita objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

10.8. A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Concurso envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

10.9. O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta preta ou azul, seguindo as instruções contidas na capa do caderno de questões. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões em hipótese alguma.

10.10. Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão resposta devidamente assinado e o caderno de questões.

10.11. Será atribuída nota 0,00 (zero) às resposta de questões objetivas:

- a) Cujas resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
- c) Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- e) Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

10.12. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

10.13. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do concurso público poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o

candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do concurso.

10.14. Será considerado aprovado na prova escrita objetiva os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

11. DO LOCAL, HORÁRIO E SEGURANÇA DAS PROVAS

11.1. A prova escrita será aplicada na cidade de Ponte Serrada em local a ser divulgado conforme data prevista no cronograma, ou na inexistência de locais adequados e ou suficiente para sua aplicação, em cidades próximas, em data constante do cronograma deste edital e em local a ser divulgado quando da homologação das inscrições, conforme data do cronograma.

11.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos conforme cronograma abaixo:

Evento	Horários	
	Escolaridade Exigida para o Cargo	
	MATUTINO Alfabetizado e Ensino Fundamental	MATUTINO Ensino Médio e Superior
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova.	8h15min	8h15min
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50min	8h50min
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e na sequencia início das provas.	8h52min	8h52min
Início da resolução da prova.	9h00min	9h00min
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	10h00min	10h00min
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta.	11h00min	12h00min

11.3. A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

11.4. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões.

11.5. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário de fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso à prova escrita, desclassificado do Concurso Público.

11.6. O IOBV, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do concurso na Internet, por mensagens enviadas para o email informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

11.7. A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento e identificação oficial com foto.

11.8. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

11.9. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

11.10. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

11.11. A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

11.12. Em face de eventual divergência o IOBV poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

11.13. Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

a) Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta das cores azul ou preta; (não serão fornecidas caneta no local)

b) Documento de Identificação com foto;

c) Original do Comprovante do pagamento da Taxa de inscrição ou de inscrição guardado no bolso;

d) Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;

11.14. É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento. Também é proibido o fumo, a ingestão de alimentos, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura.

11.15. É terminantemente proibida a entrada de candidato armado, sob qualquer alegação, nos locais onde se realizarem as provas. O IOBV não se responsabilizará pela guarda de qualquer armamento.

11.16. Os telefone celulares e demais equipamentos e materiais trazidos para o local da prova devem ser entregues sem qualquer outro aviso, desligados quando couber, aos fiscais da sala antes do início da prova.

11.17. A simples posse, mesmo que desligado, ou só de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicarão na exclusão do candidato do concurso, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

11.18. É vedado ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal, ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização, comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos, tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes;

11.19. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Concurso Público poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou

dele fazer imagem fotográfica o vídeo.

11.20. O IOBV e Prefeitura Municipal de Ponte Serrada não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

11.21. Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como as de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.

11.22. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas nem a realização de qualquer prova e ou exame fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.

11.23. Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do concurso público.

11.24. Os três (3) últimos candidatos de cada sala de provas, só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo, quando assinarem a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

11.25. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova.

11.26. Um caderno de questões de cada cargo, estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.

11.27. Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do concurso público.

11.28. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

11.29. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

11.30. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

11.31. Motivará a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao concurso, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

11.32. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

11.33. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

11.34. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

11.35. Do horário e local da prova prática para o cargo de Operador de Escavadeira Hidráulica:

11.36. As provas práticas serão realizadas no mesmo dia da prova escrita, em local e horário a ser divulgado conforme data constante do cronograma e confirmado no dia da prova escrita.

10.36 Os horários de realização da prova prática ficam assim definidos: Os candidatos realizarão a prova prática conforme terminam a prova escrita.

10.37 Todos os candidatos deverão se apresentar ao coordenador da prova prática, até as 11h30min (onze horas e trinta minutos), sob pena de serem declarados eliminados do certame.

10.38 A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, e informações no dia da prova.

10.39 Dependendo do número de inscritos e intempéries a prova prática poderá ser transferida para outra data.

11 DA PROVA PRÁTICA

12.1. Haverá prova prática com o objetivo de avaliar a aptidão do candidato para o exercício das atividades inerentes à função, para os candidatos ao cargo de Operador de Escavadeira hidráulica.

12.1.1. A prova prática será realizada em data estabelecida conforme o cronograma deste edital, em local e horário definidos e convocados e confirmados na data da prova escrita.

12.2. Para realizarem a prova prática, todos os candidatos convocados deverão se apresentar para identificação, chamada e receber instruções, no local e no horário anunciados, vestidos com trajes e calçados de acordo com as atividades exercidas, portando a Carteira Nacional de Habilitação exigida para a condução do veículo/equipamento para cujo cargo se candidataram, não se aceitando cópias, mesmo que autenticadas ou qualquer tipo de protocolo.

12.3. Os candidatos ao serem chamados assinarão a lista de presença e em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

12.3.1. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência ou atraso.

12.3.2. O não comparecimento ao local e horário de apresentação, por qualquer que seja o motivo, impedirá o acesso do candidato à prova prática e caracterizará desistência, resultando na eliminação do concurso.

12.3.3. Não será aplicada prova fora do dia, horário e local diferente daquele informado no momento da convocação.

12.4. Os equipamentos, veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Ponte Serrada, no estado em que se encontrarem.

12.5. O candidato que oferecer risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, provocando acidentes e prejuízos físicos e materiais será responsabilizado pelo ato e será automaticamente eliminado do certame. O candidato ao assinar a lista de presença fica ciente de sua responsabilidade.

12.6. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou repetir a prova e nem lhe conferem o direito de realizar a prova em outra oportunidade.

12.7. Após a identificação dos candidatos, estes receberão as instruções quanto às provas práticas e o local de realização e permanecerão à espera do fiscal que vai lhes acompanhar até o local de realização da prova.

12.8. Será considerado desistente e eliminado do certame o candidato que não comparecer, chegar atrasado ou que se ausentar do recinto sem autorização da comissão do concurso antes de realizar seu teste.

12.9. Durante a realização da prova prática é proibido utilizar telefones celulares e ou qualquer outro equipamento de comunicação, usar equipamento de som de qualquer natureza, fumar ou ingerir qualquer medicamento, alimento ou bebida, exceto água acondicionada em garrafa de material plástico transparente e sem rótulo.

12.10. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local sem comunicar-se com os demais candidatos a espera da prova.

12.11. A prova poderá ser filmada e gravada e o candidato ao assinar o termo de realização da prova prática concordará e atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias, declarando estar ciente de que é responsável por qualquer dano ao equipamento, avaliadores ou transeuntes.

12.12. No desenvolvimento da prova prática, cada candidato será avaliado, através de itens constantes em uma planilha de avaliação elaborada para esta finalidade.

12.13. Por razões de ordem técnica ou meteorológica a prova prática poderá ser adequada ou transferida de data, local e horário da realização. Os candidatos serão avisados por comunicado no sítio do concurso e ou por aviso fixado no mural e ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível.

12.14. DA AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA PARA OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA

12.14.1. A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas inerentes ao cargo, a serem realizadas individualmente pelo candidato, tarefas estas previamente elaboradas pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de até 20 (vinte) minutos para a execução da prova.

12.14.2. A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado, avaliando sua habilidade ao operar o equipamento, seu aproveitamento, técnica e produtividade.

12.14.3. Os candidatos ao cargo de Operador de Escavadeira Hidráulica farão a prova em sua respectiva máquina.

12.14.3.1. A nota final da prova prática será dada pelo somatório da nota obtida em cada equipamento, dividida pelo número de equipamentos em que o candidato realizou a prova, de acordo com a seguinte fórmula: $NE1 + NE2 / 2$ (nota do equipamento 1 + nota do equipamento 2, dividido por 2), caso houver mais que um equipamento, caso contrário permanece apenas a nota do único equipamento.

12.14.4. A ordem de prestação da prova prática será determinada pela Comissão Organizadora, de acordo com as necessidades técnicas que se apresentarem.

12.14.5. Para realizar a prova prática os candidatos deverão apresentar carteira de habilitação a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da prova prática, sem a qual não poderão realizar a prova.

12.14.5.1. O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação no ato da prova prática será automaticamente eliminado.

12.14.5.2. Não serão aceitos certificados de autoescola, comprovantes de encaminhamento, boletim de extravio ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

12.14.6. A obtenção da nota da prova prática, dar-se-á da seguinte forma:

a) Em cada equipamento o candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer da execução da tarefa proposta serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados
Faltas Graves	1,00
Faltas Médias	0,50
Faltas Leves	0,25

b) A categoria de faltas previstas no item anterior, constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

Faltas Graves: Aproveitamento do Equipamento, produtividade, técnica, aptidão e eficiência.

- NÃO liberou equipamentos de segurança dos comandos;
- NÃO utilizou da melhor forma possível o veículo/máquina para o serviço com eficácia e qualidade;
- NÃO utilizou corretamente o veículo/máquina, para não danificar o equipamento durante a tarefa;
- NÃO concluiu por completo a tarefa proposta;
- NÃO estacionou a máquina em baixando acessórios ao solo e/ou não engatou o freio para parar o veículo/máquina, ao estacionar após o término da tarefa.

Faltas Médias: Habilidades do Operador.

- NÃO executou com eficiência o início da operação, partida e arrancada;
- NÃO executou com eficiência movimentos de marcha à frente e à ré;
- NÃO respeitou a velocidade durante a avaliação, promovendo manobra não autorizada, como demonstração desnecessária de habilidade;
- NÃO controlou o veículo/máquina provocando nele movimento irregular;
- NÃO respeitou a capacidade operacional e técnica da máquina;

- NÃO desligou o veículo/máquina ao estacionar após término da tarefa;
- NÃO apresentou calma e serenidade nas operações.

Faltas Leves: Verificação do Equipamento.

- NÃO usou roupas e caçados adequados;
- NÃO usou equipamento de proteção auricular ou não usou cinto de segurança;
- NÃO subiu corretamente no equipamento usando três pontos de apoio;
- NÃO fez os ajustes necessários antes da movimentação do veículo/máquina como, bancos e espelhos retrovisores;
- NÃO esperou a leitura e/ou não conferiu os instrumentos do painel como medidores de pressão, luzes indicadoras, odômetro, horímetro;
- NÃO conferiu os instrumentos de painel como, nível de combustíveis e nível de óleo.

12.14.7. No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

12.14.8. Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Concurso.

12.14.9. A prova prática terá caráter classificatório sendo a nota da prova prática somada à nota da prova escrita, conforme a seguinte fórmula: $NF = NPE \times 3 + NPP \times 7 / 10$.

13. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL

13.1 Para os cargos de Operador de Escavadeira Hidráulica: A nota final do candidato será a soma da nota da prova escrita e da nota da prova prática: $NF = NPE \times 3 + NPP \times 7 / 10$

NF= Nota final

NPE= Nota Prova Escrita

NPP = Nota Prova Prática

13.2 Nota final para todos os demais cargos: $NF = NPE$

Sendo:

NPE= Nota da prova escrita.

NF = Nota Final

13.3 Os candidatos serão classificados por cargo / disciplina, em ordem decrescente da nota final, expressa com 2 (duas) decimais sem arredondamento.

13.4 Ocorrendo empate na nota final aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

13.5 Para os candidatos que não se enquadrarem na condição de idoso, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

- a) Maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
- b) Maior nota nas questões de Conhecimentos Gerais;
- c) Beneficiados pela Lei 11.689/2008, devidamente habilitados na forma do Edital; tribunal do júri.
- d) Maior idade, contada com base na idade em dia, meses e anos no dia da realização da prova escrita.

13.6 As pessoas com deficiência integrarão lista especial de classificação.

14. DOS RECURSOS

14.1 Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Concurso Público.

14.2 Os recursos deverão ser interpostos até às 18 horas do segundo dia útil posterior à publicação, no site do Concurso Público na Internet, do ato em desfavor do qual quer o candidato recorrer.

14.3 Os recursos poderão ser interpostos da seguinte maneira:

14.3.1 Recursos Via Internet:

- a) Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.
- b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o concurso Edital 01/2016 de PONTE SERRADA;
- c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre o botão e clique em "Solicitar Recurso".
- d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.
- e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).
- f) Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.
- g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.
- h) Clicar em "enviar"

14.3.2 Recursos presencial ou via postal:

- a) Para recursos presencial preencher e assinar o anexo VI, do edital, com argumentação clara, consistente e objetiva, no caso de questões, um para cada questão e protocolar pessoalmente ou via procuração na sede do IOBV, no endereço constante do item 1.12 deste edital.
- b) Para recursos via postal o candidato deverá preencher e assinar o requerimento (anexo VI) do edital com argumentação clara, consistente e objetiva, Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das

questões contestadas; datar e assinar; anexar cópia autenticada do documento de identidade do requerente; colocar o requerimento em envelope resistente e enviar para o endereço sede do IOBV, conforme item 1.12, via sedex/ar.

14.3.2.1 O candidato deverá expedir o documento AR (aviso de recebimento), pelo Serviço de encomenda expressa de documentos e mercadorias – SEDEX. O documento deve ser entregue ao IOBV rigorosamente no prazo previsto no Edital, findo o qual não será aceito, sendo de responsabilidade do candidato a remessa via postal com devida antecedência para que o recurso seja entregue no prazo constante do cronograma do edital, valendo para todos os fins de direito a data da entrega.

14.4 Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem entregues ao IOBV rigorosamente no prazo, findo o qual não serão aceitos.

14.5 É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

14.6 O Instituto o Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

14.7 Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

14.8 Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

14.9 Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

14.10 No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

14.11 No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

14.12 As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

14.13 Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

14.14 Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

14.15 A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

15. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

15.1 A homologação do resultado final deste concurso, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do concurso e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

15.2 Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

16. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

16.1 A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de PONTE SERRADA, sendo que a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do concurso ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF.

16.2 A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de PONTE SERRADA.

16.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de PONTE SERRADA.

16.4 É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

16.5 Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

16.6 O candidato após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

16.7 O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de PONTE SERRADA, até a data estabelecida conforme item 16.5, será excluído da vaga deste Concurso Público.

16.8 É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do concurso, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de PONTE SERRADA.

16.9 A inobservância do subitem 16.5, implicará na desclassificação da vaga do Concurso Público.

16.10 Por ocasião da posse serão exigidos, dos candidatos aprovados e convocados os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação.

16.11 O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

17. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

17.1 Delega-se competência ao IOBV – Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste concurso, para:

- Receber os requerimentos de inscrições;
- Emitir os documentos para homologação das inscrições;
- Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
- Analisar e pontuar os títulos;
- Apreciar os recursos previstos neste edital;
- Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- Prestar informações sobre o concurso dentro de sua competência;
- Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
- Responder, em conjunto com o município de PONTE SERRADA eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

17.2 A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Concurso Público, devidamente nomeada por ato oficial.
17.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de PONTE SERRADA.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

18.2 O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas informações por telefone relativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Concurso Público e respostas de recursos.

18.3 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de PONTE SERRADA, até que expire a validade do Concurso, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

18.4 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

18.5 Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

18.6 O Município de PONTE SERRADA e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Concurso sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.

18.7 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

18.8 As despesas relativas à participação do candidato no Concurso e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

18.9 No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Concurso, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento – AR (correios), será considerada a data de postagem.

18.10 É vedada a inscrição neste Concurso Público de quaisquer membros da Comissão de Concurso Público, tanto da Prefeitura do Município de PONTE SERRADA como do IOBV.

18.11 Os cadernos de prova escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

18.12 A Comissão do Concurso Público da Prefeitura do Município de PONTE SERRADA e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

18.13 Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Concurso Público da Prefeitura do município de PONTE SERRADA e do IOBV.

18.14 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de Ponte Serrada-SC.

18.15 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

18.16 Anexo I – Cargos e Vagas; Anexo II– Atribuições dos Cargos; Anexo III– Conteúdo Programático; Anexo IV– Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição; Anexo V- Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo VI- Solicitação de Recurso.

PONTE SERRADA, 14 de Março de 2016.

Eduardo Coppini
Prefeito Municipal

ANEXO I

DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

CARGOS DE NÍVEL ALFABETIZADO e ENSINO FUNDAMENTAL

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO PROVA	Taxa inscrição
1. Agente Comunitário de Saúde – Baia Alta	01	40h/s	R\$ 1.118,78	Ensino Fundamental Completo e residir na área de abrangência	Escrita	R\$ 40,00
2. Agente Comunitário de Saúde - Centro	01	40h/s	R\$ 1.118,78	Ensino Fundamental Completo e residir na área de abrangência	Escrita	R\$ 40,00
3. Agente de Manutenção	CR	40h/s	R\$ 894,91	Alfabetizado	Escrita	R\$ 40,00
4. Motorista	01	40h/s	R\$ 1.064,75	Alfabetizado e habilitação mínima categoria "D" "C"	Escrita	R\$ 40,00
5. Operador de Escavadeira Hidráulica	01	40h/s	R\$ 1.348,69	Alfabetizado e habilitação	Escrita e Prática	R\$ 40,00

CARGO DE NÍVEL MÉDIO COMPLETO

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO PROVA	Taxa inscrição
6. Técnico Administrativo	CR	40h/s	R\$ 1.060,86	Ensino Médio Técnico ou com complementação específica e inscrição no respectivo conselho regional da profissão	Escrita	R\$ 70,00

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO PROVA	Taxa inscrição
7. Contador	01	40h/s	R\$ 3.207,50	Curso Superior Completo nas áreas de Ciências Contábeis com Registro no CRC	Escrita	R\$ 100,00
8. Psicólogo (20h)	01	20h/s	R\$ 1.290,12	Graduação em Psicologia	Escrita	R\$ 100,00

**ANEXO II
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****Agente Comunitário de Saúde**

Executar serviços de apoio a profissionais de saúde, como integrante de equipe de saúde e de orientação à famílias e à pessoas; participar da execução do Programa de Saúde da Família – PSF e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde; sempre no cumprimento das normas aplicáveis aos dois programas, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde; visitar, as famílias residentes na micro área de ação e em outras, quando colegas estiverem de férias, bem como participar em outras ações e serviços de saúde, conforme planejamento do órgão municipal de saúde, especialmente das campanhas de saúde pública e aquelas relativas à imunizações.

Agente de Manutenção

Execução dos serviços de manutenção e reparação em prédios e logradouros públicos; execução de obras de menor complexidade tais como bueiros, sarjetas, esgotamento de águas pluviais ou de pequenos córregos e vertentes, especialmente junto às estradas municipais; manutenção e recuperação de pontes, pontilhões e bueiros, segundo for determinado pelo órgão municipal competente; efetuar pequenos consertos necessários à conservação dos bens e instalações, providenciando, se for o caso, a sua execução; executar serviços simples de carpintaria, encanador, pedreiro e eletricista; fazer a manutenção preventiva, sob orientação da chefia; executar outras tarefas correlatas.

Motorista

Exercer a direção de automóveis, utilitários, ônibus, caminhões e ambulâncias da municipalidade, para o transporte de materiais, especialmente nos serviços de infra-estrutura rodoviária e urbana; transporte de pessoas, inclusive em casos de urgência e emergência e de transporte escolar; realizar as atividades relativas à prevenção e manutenção mecânica e de limpeza do veículo; auxiliar o mecânico, nos serviços de lubrificação, engraxamento e de recuperação mecânica; estar disponível para outros serviços na repartição sempre que necessário, ou quando o veículo estiver fora de operação (inclusive trabalhos braçais); cooperar com os demais agentes em suas funções; executar os serviços de carga e descarga; promover a manutenção preventiva dos veículos e de seus componentes.

Operador de Escavadeira Hidráulica

Operar máquinas (conforme a especificidade detalhada) nos serviços de infra-estrutura rodoviária e urbana – abertura, manutenção e recuperação de rodovias municipais e de logradouros públicos urbanos; utilização e operação de máquinas em serviços de infra-estrutura e de mecanização agrícola, conforme determinado pelas políticas municipais de desenvolvimento da agropecuária; realização de serviços na execução de obras públicas diversas em obras particulares, promover a manutenção e recuperação preventiva das máquinas e de seus componentes, inclusive sua limpeza; auxiliar os mecânicos nos serviços de recuperação e manutenção, na Garagem de Máquinas; executar outros serviços na respectiva repartição, sempre que a máquina estiver fora de ação, por motivo de recuperação, por motivo climático, ou quando não houver a necessidade de sua utilização; auxiliar outros operadores, motoristas e outros agentes da repartição nos serviços correlatos, inclusive de carga e descarga ou de trabalhos braçais, conforme a necessidade ou o caso.

Técnico Administrativo

Exercer atividades técnicas em administração, como aperfeiçoamento para a administração pública; exercer atribuições de gestão de recursos humanos; controle da vida funcional dos servidores, redação dos atos administrativos pertinentes à vida funcional dos agentes públicos municipais; conhecer, estudar e aplicar a legislação aplicada à Administração Municipal, inclusive a legislação de pessoal do Município; participar das atividades relativas à compras, licitações, contratos administrativos; conhecer e estudar a legislação que normatiza as licitações e os contratos administrativos; promover a administração de bens patrimoniais, almoxarifado e materiais; exercer outras atividades inerentes à especialidade técnica.

Contador

Exercer as atribuições inerentes à formação técnico-profissional, operacionalizar os serviços contábeis e de gestão fiscal, financeira, orçamentária e patrimonial, segundo as orientações legais e técnicas aplicáveis; supervisionar a execução orçamentária, contábil, financeira e patrimonial; participar da elaboração da legislação orçamentária; orientar todos os setores da Administração acerca da legislação e de normas de Direito Financeiro (Lei Federal nº 4.320/64 e Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000); atender às determinações do Controle Externo e agir com o Controle Interno; Conhecer, aplicar e orientar para sua aplicação todas as normas e decisões emanadas dos tribunais de Contas (do Estado e da União), quando importantes ou pertinentes à Administração Municipal; integrar equipe multidisciplinar de profissionais e especialistas em gestão pública; cumprir as determinações do Tribunal de Contas do Estado, além de outras inerentes ao cargo.

Psicólogo

Execução de serviços segundo a especialidade profissional, junto às unidades municipais de saúde e na formulação e execução dos programas de saúde do Município, ou em que o Município seja partícipe; avaliar participar da avaliação do desempenho e do desenvolvimento dos alunos na rede municipal de ensino; acompanhar o comportamento psicológico dos servidores públicos municipais, orientando-os para melhor desempenho das respectivas atribuições; integrar equipe de profissionais de saúde, para melhor atendimento às demandas por serviços de saúde pública; executar outras atividades e serviços, segundo às especialidades da respectiva profissão.

ANEXO III**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****ATENÇÃO:**

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

CARGOS ALFABETIZADO e ENSINO FUNDAMENTAL**PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS – COMUM A TODOS OS CARGOS****LÍNGUA PORTUGUESA.**

Leitura e Interpretação. Semântica: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos. Ortografia: uso do s e z. Acentuação das oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas. Fonética: letras e fonemas. Emprego de maiúsculas e minúsculas. Morfologia: substantivo, adjetivo e verbo. Flexão das palavras. Gêneros textuais: conto e fábula.

MATEMÁTICA

Noções de cálculos, situações-problema para uso das operações básicas. Unidades de Medidas. Cálculo de área. Figuras Geométricas. operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; grandezas e medidas; conjuntos. Medidas de tempo, porcentagem, juros simples.

GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

Noções Básicas sobre Saúde e Saneamento: Saúde física, mental e social; Higiene na prevenção das doenças; Necessidades nutricionais; Amamentação; Medidas profiláticas (tipos de vacinas e soros); Importância da Imunidade e tipos de Imunidade; Tipos de doenças adquiridas; Vírus e principais viroses; Bactérias patogênicas (principais doenças bacterianas); Doenças sexualmente transmissíveis; Doenças parasitárias; Epidemiologia (epidemia, endemia e pandemia); Qualidade de vida (prevenindo a hipertensão e a diabetes); Planejamento familiar (métodos contraceptivos); Noções de primeiros socorros; Lei do SUS; Procedimentos, responsabilidades e atribuições do ACS. Formulários de preenchimento Obrigatório. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990; Lei nº 11.350 de 05 de outubro de 2006; Emenda Constitucional nº 51; Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014; Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011 (Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)).

AGENTE DE MANUTENÇÃO

Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Utilização de materiais e equipamentos. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência correta das operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas, utensílios e equipamentos; Noções básicas de segurança e higiene do trabalho. Relacionamento humano no trabalho. Importância da disciplina no trabalho. Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Noções de ética e cidadania; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo. Conhecimentos sobre cidadania e consciência ecológica. Desenvolvimento sustentável. Cidadania e Participação Social; 3R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar).; Remoção de lixo e detritos, destino e seleção do lixo.; Acidente de trabalho e prevenção de acidentes de trabalho; Noções sobre primeiros socorros; Uso de equipamentos de proteção individual –EPIs; Ergonomia.

MOTORISTA

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização

de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais.

OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA

Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997, atualização e Legislação Complementar. Resoluções do CONTRAN. Noções de Manutenção, Conservação e Limpeza das Máquinas e Equipamentos de Trabalho. Utilização dos equipamentos apropriados para cada serviço específico. Cuidados necessários na utilização do equipamento com segurança. Utilização de Equipamentos de Proteção Individual necessários para o desempenho da função. Princípios de manutenção de veículos e máquinas. Tipos de óleos lubrificantes. Sistema elétrico. Sistema de arrefecimento. Conhecimentos básicos de primeiros socorros. Noções básicas de mecânica. Noções básicas de direção defensiva.

ENSINO MÉDIO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e interpretação (objetiva e subjetiva). Polissemia e Ambiguidade. Fonologia: encontros vocálicos e encontros consonantais. Dígrafos e Dífono. Morfologia: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, numeral, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição. Flexão das classes morfológicas. Sintaxe do período simples. Ortografia: s, ss, ç e z. Regras da nova ortografia. Gêneros textuais: crônica e poema. Figuras de Linguagem e de Pensamento.

MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente.

LEGISLAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Constituição Federal, Lei Orgânica do Municipal, ECA, ESTATUTO DO IDOSO. Temas gerais de Direito Administrativo e Administração Pública. Atos Administrativos. Crimes contra a administração pública. Serviços Públicos: conceitos, classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Correspondência Oficial. Relações públicas e interpessoais, Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Correspondência Oficial, recebimentos e envios; Técnicas de arquivos, organização, localização e manutenção; Protocolos em geral, recebimento, envio e registro; Elaboração de Atas, requerimentos, ofícios, comunicação interna. Ética Profissional; Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo, pessoalmente ou através do telefone; recebimento, orientação e encaminhamento das pessoas ao setor específico. Comunicação; Elementos da comunicação, emissor e receptor; Fraseologia adequada para o recepcionista. Redação e Documentos oficiais: formas de tratamento, elaboração, organização e expedição de documentos oficiais como relatório, ofício, memorando, aviso, ata, atestado, declaração, despacho, portaria, requerimento, circular e etc.; Noções de Arquivo: organização de arquivos e protocolos; Recepção e despacho de documentos; Uso de equipamentos de escritório. Noções básicas de administração pública e direitos e deveres do servidor público. Noções de ética e cidadania; Informática Básica; e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. Política de Recursos Humanos; Noções Básicas de Processos e Procedimentos Licitatórios; Noções de Gestão Pública; - Lei- Lei de Responsabilidade Fiscal; - Lei 8.666/93 Lei de Licitações; - Lei que instituiu a licitação na modalidade de pregão (Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002); - Planejamento Estratégico; Correspondência Oficial; -; Técnica Legislativa; - Informática básica, internet, editor de texto e planilhas, noções de logística para recebimento e distribuição de materiais, noções de controle financeiro, emissão de carnês, guias, balancetes, lançamentos, noções de liderança e treinamento e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. - Brasil. Manual de Redação da Presidência da República disponível em <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.

ENSINO SUPERIOR

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS – COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e interpretação (objetiva e subjetiva). Polissemia e Ambiguidade. Fonologia: encontros vocálicos e encontros consonantais. Dígrafos e Dífono. Morfologia: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, numeral, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição. Flexão das classes morfológicas. Sintaxe do período simples. Ortografia: s, ss, ç e z. Regras da nova ortografia. Gêneros textuais: crônica e poema. Figuras de Linguagem e de Pensamento.

MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente.

LEGISLAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Constituição Federal, Lei Orgânica do Municipal, ECA, ESTATUTO DO IDOSO. Temas gerais de Direito Administrativo e Administração Pública. Atos Administrativos. Crimes contra a administração pública. Serviços Públicos: conceitos, classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Correspondência Oficial. Relações públicas e interpessoais, Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTADOR

Contabilidade Pública: 1. Conceito. 2. Campo de Aplicação. 3. Regimes Contábeis: Orçamentário e Patrimonial. 4. Resolução CFC nº 1.111/2007 - Princípios de Contabilidade Sob a Perspectiva do Setor Público. 5. Subsistemas de Informações: Orçamentárias, Patrimoniais, Compensação. 6. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC – T 16.1 a 16.11. 7. Exercício Financeiro. 8. Processo de Planejamento - Orçamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA. 9. Receita e Despesa Extraorçamentária: Conceito e Contabilização. 10. Dívida Ativa. 11. Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – Edição atualizada - (Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2014 e Portaria STN 700/2014): Anexos - Ementário da Receita e do PCASP. 12. Procedimentos Contábeis Orçamentários. Receita Orçamentária: Conceito, Classificação da Receita Orçamentária, Reconhecimento da Receita Orçamentária, Relacionamento do Regime Orçamentário com o Regime Contábil, Etapas da Receita Orçamentária, Procedimentos Contábeis Referentes à Receita Orçamentária. Despesa Orçamentária: Conceito, Classificações da Despesa Orçamentária, Créditos Orçamentários Iniciais e Adicionais, Reconhecimento da Despesa Orçamentária, Etapas da Despesa Orçamentária, Procedimentos Contábeis referentes à Despesa Orçamentária, Restos a Pagar, Despesas de Exercícios Anteriores, Suprimentos de Fundos (Regime de Adiantamento). Procedimentos Contábeis Patrimoniais: Patrimônio Público: Conceito, Composição, Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido/ Saldo Patrimonial. Variações Patrimoniais: Qualitativa, Quantitativa e Resultado Patrimonial. Ativo Imobilizado. Ativo Intangível. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público: Aspectos Gerais e Estrutura do PCASP. Detalhamento das Contas do PCASP. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público: Balanço Orçamentário. Balanço Financeiro. Balanço Patrimonial. Demonstração das Variações Patrimoniais. Demonstração do Fluxo de Caixa. Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido. Consolidação das Demonstrações Contábeis. 13. Registros Contábeis de Operações Típicas. 14. Legislação: Lei Complementar nº 101/2000 e atualizações; Lei Federal nº 4.320/64; Portarias STN e MOG. Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

PSICÓLOGO

Código de Ética Profissional do Psicólogo; Princípios e diretrizes do SUS; Humanização em serviços de saúde; Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, Resoluções do Conselho, Federal de Psicologia; Abordagens teóricas: cognitiva-comportamental, psicanálise, behaviorismo, Gestalt terapia, teoria sistêmica, humanista; Elaboração de documentos e registros psicológicos; Psicopatologias; História da Psicologia; Métodos da Psicologia; Atenção, sensação, percepção, pensamento, memória, juízo, entre outros; O processo de aprendizagem segundo Piaget; Testes psicológicos; Transtornos de ansiedade, personalidade, humor, entre outros; Psicoterapia de grupo; Psicologia social e escolar; Saúde Mental, A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; A Personalidade; Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Desenvolvimento infantil; Psicoterapia Breve; Sistema de RH: conceitos e objetivos, desenvolvimento organizacional; Recrutamento de RH: conceito e execução; etapas do processo de recrutamento, fontes de recrutamento, previsão de recursos humanos; Seleção de pessoal: conceito, técnicas de seleção, entrevista de seleção, objetivos e tipos de entrevista; Testes de seleção: conceito e espécies; Treinamento de pessoal: conceito, importância e objetivos, levantamento das necessidades de treinamento, planejamento, organização, execução e avaliação do treinamento; Avaliação de desempenho: conceito e objetivos métodos de avaliação de desempenho, entrevistas nas avaliações de desempenho; Psicologia do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e emocional; Avaliações psicológicas: fundamentos das medidas psicológicas; qualidade de vida no trabalho; Saúde coletiva: políticas de saúde mental; Saúde mental e trabalho; Gestão de pessoas, organização, inteligência emocional, gestão de marketing pessoal e conceito metacompetência.

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Concurso Público 01/2016 da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada - SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me enquadro nas condições de:

☐ [] Doador de Sangue (apresentar comprovante das doações.)

☐ [] Possuir CadÚnico, nos termos dos Decretos do Governo Federal nºs 6.135/2007 e 6.593/2008.

Meu Número de Identificação Social – NIS é: _____, atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal.

Declaro, sob as penas da lei, que estou hipossuficiente ou sou doador de sangue, juntando a presente todos os documentos descritos no item 5.1 e seus subitens, do referido edital onde requero a isenção da taxa de inscrição.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2016.

(local e data)

Assinatura do Requerente

ANEXO V

REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Concurso Público 001/2016 da Prefeitura Municipal de PONTE SERRADA, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

a) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Requerente

ANEXO VI

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO (VIA POSTAL)
CONCURSO PÚBLICO 001/2016 - PM PONTE SERRADA

Tipo de Recurso:

- ☐ 1 – Contra indeferimento de inscrição
☐ 2 – Contra questão da prova ou gabarito preliminar
☐ 3 – Contra a classificação preliminar
☐ 4 – Outro: _____

Nome do Candidato:

N.º de Inscrição:

Cargo:

N.º da Questão:

Data:

Fundamentação e Referência Bibliográfica:

Local e data _____. ____ de _____ de 2016.

Assinatura do Candidato

EXTRATO 25/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 025/2016
PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2016

O Município de

Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA OS ALUNOS DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DURANTE O ANO LETIVO DE 2016.

Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 06/04/2016. Abertura: às 09h00min horas do dia 06/04/2016.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e 13:00 às 17:30 e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 23 de Março de 2016.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO

Estado de Santa Catarina
Município de PONTE SERRADA
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

ATO 002/CP/PS/001/2016
SEGUNDA RETIFICAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

O Senhor Eduardo Coppini, Prefeito de Ponte Serrada, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto o Barriga Verde, torna público a segunda retificação do Edital de Concurso Público nº 001/2016, conforme segue:

1. Fica incluído o item 2.4 no edital, no que diz respeito aos cargos de Agente Comunitário de Saúde, que passa a ter o seguinte teor:

2.4 Os candidatos aprovados nas vagas de Emprego Público (Agente Comunitário de Saúde – Baía Alta e Agente Comunitário de Saúde – Centro), estarão vinculados à legislação federal ou municipal, que respectivamente os criou, contratados enquanto existir o referido programa.

2. Os demais itens do edital, permanecem inalterados.

Ponte Alta do Norte, 23 de março de 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 001/2016 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 001/2016 FMAS

Tipo de licitação: Menor valor global;

Objeto: Contratação de empresa de panificação para fornecimento de coffee-break que será oferecido aos alunos dos cursos PRO-NATEC e usuários do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 07/04/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 07/04/2016, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 23 de março de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.418, DE 16 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 1.418, DE 16 DE MARÇO DE 2016.

Disciplina o recolhimento e destinação de equinos, bovinos e muares encontrados vivos em bens públicos de uso comum e dá outras providências.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta, especificamente, as ações atinentes ao recolhimento e destinação de equinos, bovinos e muares encontrados vivos em bens públicos de uso comum neste Município, nos termos dos artigos 57 e seguintes da Lei Complementar nº 35/2011.

Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária responsável pela coordenação das ações mencionadas no presente Decreto.

Art. 3º O animal que for encontrado solto em vias e logradouros públicos ou em qualquer outro bem público de uso comum será recolhido para local apropriado da municipalidade, assumindo o Município as despesas inerentes ao transporte do animal.

Parágrafo Único: O Município poderá firmar convênio ou contrato específico, com pessoas físicas ou jurídicas, para atender o disposto no caput.

Art. 4º O Proprietário do animal encontrado fica sujeito ao pagamento de multa pecuniária, e ainda, de taxa de manutenção, de acordo com o artigo 72 e Anexo I da Lei Complementar nº 35/2011.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária deverá, através de seu médico veterinário ou outro responsável técnico, emitir laudo técnico com a descrição do animal e suas condições físicas, bem como lavrar um Termo de Apreensão com a respectiva assinatura do responsável pela apreensão do animal, conforme modelo em anexo.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária deverá, ainda, buscar a identificação do proprietário do animal, que será notificado para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, informar se tem ou não interesse em resgatar o animal apreendido.

§1º Demonstrado o interesse no resgate, o proprietário terá o prazo de 5(cinco) dias para efetuar o resgate do animal apreendido, mediante o pagamento de taxa de manutenção e multa pecuniária.

§2º Não sendo identificado o proprietário do animal a notificação deverá ser publicada uma única vez no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e em jornal local, com a descrição do animal (espécie, raça, idade aproximada e outras características), data e endereço da apreensão e as condições físicas do animal.

§3º Não sendo identificado ou localizado o proprietário, mesmo após a devida publicação da notificação, ou se o mesmo não demonstrar interesse no resgate do animal, serão adotadas as seguintes medidas, a critério da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária:

I - Doação, devidamente registrada, conforme modelo de termo de doação anexo;

II - Eutanásia;

§ 4º A eutanásia do animal somente será realizada quando se tratar de regramento específico, como, por exemplo, em caso de abate ou sacrifício sanitário, conforme previsto na Lei Estadual 10.366, de 24 de janeiro de 1997 e Decreto Estadual 2.919, de 01 de junho de 1998, ou mediante laudo técnico que indique que o procedimento é o mais adequado.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 16 dias do mês de março do ano de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Anexo I - Termo de Apreensão

TERMO DE APREENSÃO Nº ____

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de ____, às ____ horas, no ____, Município de ____, com base no artigo 58 da Lei Complementar nº 35/2011 e no Decreto Municipal nº 1418/2016, apreendi o seguinte animal (descrever o animal - espécie, raça, idade aproximada, características) do Senhor (quando conseguir identificar o proprietário do animal) ____, residente e domiciliado em ____.

Do que para constar, lavrei o presente Termo que vai devidamente assinado por mim e duas testemunhas.

Servidor Público

Matrícula nº ____

1ª Testemunha 2ª Testemunha

Anexo II - Termo de Doação de Animais

TERMO DE DOAÇÃO DE ANIMAIS Nº ____

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de _____, às ____ horas, no _____, Município de _____, com base no Artigo 6º, § 3º, inciso I do Decreto nº 1418/2016, procedi com a doação do seguinte animal (descrição do animal) _____ apreendido conforme Termo de Apreensão nº _____, ao Senhor (qualificação completa) _____.

Do que para constar, lavrei o presente Termo que vai devidamente assinado por mim, pelo recebedor e por duas testemunhas.

Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária

Recebedor

1ª Testemunha

2ª Testemunha

LEI MUNICIPAL Nº 2.361, DE 18 DE MARÇO DE 2016.

LEI MUNICIPAL Nº 2.361, DE 18 DE MARÇO DE 2016.

Alterar, excepcionalmente para o exercício de 2016, o prazo para o pagamento da primeira parcela do Imposto Propriedade Predial e Territorial Urbano de Porto Belo ☐ IPTU e dá outras providências - Conversão da Medida Provisória Nº. 02/2016

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica, excepcionalmente para o exercício de 2016, prorrogado o prazo para o pagamento da 1ª parcela do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano de Porto Belo - IPTU, previsto no inciso III do art. 18 da Lei nº 2143/2014, para o dia 22 de fevereiro de 2016.

Parágrafo Único: O vencimento das parcelas sucessivas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano permanecerá inalterado.

Art. 2º A presente Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 18 dias do mês de março de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.362, DE 18 DE MARÇO DE 2016.

LEI MUNICIPAL Nº 2.362, DE 18 DE MARÇO DE 2016.

Alterar, excepcionalmente para o exercício de 2016, o prazo para o pagamento da cota única com dez por cento (10%) de desconto do Imposto Propriedade Predial e Territorial Urbano de Porto Belo - IPTU e dá outras providências - Conversão da Medida Provisória Nº. 003/2016

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica, excepcionalmente para o exercício de 2016, prorrogado o prazo para o pagamento da cota única do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano de Porto Belo - IPTU, previsto no inciso I do art. 18 da Lei nº 2143/2014, para o dia 22 de fevereiro de 2016.

Art. 2º A presente Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 18 dias do mês de março de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.363, DE 18 DE MARÇO DE 2016.

LEI MUNICIPAL Nº 2.363, DE 18 DE MARÇO DE 2016.

☐DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE CONTEÚDOS EDUCACIONAIS E INFORMAÇÕES SOBRE A REUTILIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO E USO RACIONAL DA ÁGUA, NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ☐ Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro - Maninho

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal, através da Secretaria de Educação, responsável pela inclusão de conteúdos contendo informações sobre a educação, reutilização, preservação e uso racional de água a todos os alunos matriculados na Rede de Ensino Municipal.

Parágrafo Único: O conteúdo definido no caput deste artigo deverá ser fornecido ao longo do ano, devidamente organizado, planejado e executado pelos Profissionais da Educação, sem que aja eventual despesa ou prejuízo ao erário público.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 18 dias do mês de março de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.364, DE 18 DE MARÇO DE 2016.

LEI MUNICIPAL Nº 2.364, DE 18 DE MARÇO DE 2016.

"DENOMINA O CENTRO CULTURAL PARCO DAS ARTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" Autor: Vereador Eduardo Prado

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominada ☐Bento Irício da Silva☐ o Centro Cultural Palco das Artes, localizado na Rua Francisco Severiano dos Santos, nº 314, no Bairro Vila Nova, Município de Porto Belo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 18 dias do mês de março de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.365, DE 18 DE MARÇO DE 2016.

LEI MUNICIPAL Nº 2.365, DE 18 DE MARÇO DE 2016.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PROMOVER RESSARCIMENTO DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS".

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

ressarcir a Juliano Cota Guerreiro, inscrito no CPF nº 046.320.679-70 e RG nº 4.944.028-4, residente e domiciliado na Avenida Atílio Fontana, s/nº, Perequê, Porto Belo, o valor total de R\$ 1.500,00 (um mil e reais), em virtude de decisão em processo administrativo que concluiu pelos danos causados pelo município, devido a acidente de trânsito.

Parágrafo Único: Considerando que o condutor do veículo municipal causador do dano, não é mais servidor, deverá o município tomar as medidas administrativas e judiciais cabíveis para o ressarcimento ao erário, sob pena de crime de responsabilidade.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 18 dias do mês de março de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.366, DE 18 DE MARÇO DE 2016.

LEI MUNICIPAL Nº 2.366, DE 18 DE MARÇO DE 2016.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PROMOVER RESSARCIMENTO DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS".

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ressarcir a José Maria da Silva Sá, inscrito no CPF nº 712.451.469-04 e RG nº 509.404-8, residente e domiciliado na Rua Estrada Geral Sertão de Santa Luzia, 1474, Sertão de Santa Luzia, Porto Belo, o valor total de R\$ 6.600,02 (seis mil e seiscentos reais e dois centavos), em virtude de decisão em processo administrativo que concluiu pelos danos causados pelo município, devido a acidente de trânsito.

Parágrafo Único: Considerando que o condutor do veículo municipal causador do dano não é mais servidor, e que o mesmo estava apenas cumprindo ordens de sua chefia, deverá o município tomar as medidas administrativas e judiciais cabíveis para o ressarcimento ao erário, contra o Chefe do condutor do veículo que autorizou o mesmo a conduzir o veículo sem a devida habilitação, sob pena de responsabilidade.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 18 dias do mês de março de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.367, DE 18 DE MARÇO DE 2016.

LEI MUNICIPAL Nº 2.367, DE 18 DE MARÇO DE 2016.

Altera a Lei nº 1458, de 21 de agosto de 2006.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Modifica o Parágrafo único do art. 89 da Lei Municipal nº 1458, de 21 de agosto de 2006, o qual passará a ter a seguinte redação:

"Art. 89 - ...

Parágrafo Único – Atendendo a conveniência de serviço público, o Chefe do Poder Executivo, através de Lei própria, poderá remanejar competência de 01 (um) para outro órgão, reorganizar, extinguir e instituir órgãos da Administração Direta e nível Departamental, bem como, transferir funções da Administração Direta para a Indireta ou Fundacional, sempre que surgirem circunstâncias que determinem tais providências."

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 18 dias do mês de março de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 009/2016 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 009/2016 PMPB

Tipo de licitação: Menor valor por item;

Objeto: Aquisição de materiais de sinalização para atender as necessidades do Departamento de Trânsito do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 16:00 horas do dia 07/04/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 16:01 horas do dia 07/04/2016, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 23 de março de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 002/2016**

PORTARIA - PONTO FACULTATIVO

PORTARIA Nº 002 DE 23 DE MARÇO DE 2016

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, NA FORMA A SEGUIR INDICADA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO que no dia 25 março de 2016 (sexta feira) é feriado nacional "PAIXÃO DE CRISTO".

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelece Ponto Facultativo no dia 24 de março de 2016, no âmbito da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, aos 23 dias do mês de março de 2016.

Eduardo Prado

Presidente

Paço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino
"Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos"

Porto União

PREFEITURA

ATA 045/2016

ATA 045/2016

Aos 09 (nove) dias do mês de março do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 021/2016, Pregão Presencial 009/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Anízio de Souza E O DETENTOR DA ATA: Supermercado Dukelli Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Supermercado Dukelli Ltda, CNPJ/MF nº 82.128.182/0001-45, Sítio a Avenida João Pessoa, N.º 1377, Centro, CEP 89.400-000, Telefone (42) 3522-4539, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, representado pelo Senhor Solimar Haiduk, inscrito no CPF sob o número 498.418.319-53.

Registro de Preços para aquisição de material de higiene, limpeza e gêneros alimentícios para atendimento dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
09	200	LATA	Extrato de tomate tradicional; composição: tomate, cebola, açúcar, amido modificado, sal, óleo vegetal, extrato de levedura, salsa, alho, manjerição, aipo marrom, orégano, tomilho e realçador de sabor glutamato monossódico; Lata c/ 840 g	R\$ 5,74	R\$ 1.148,00
14	280	PACOTE	Copo descartável; Capacidade para 200 ml; Transparente; Material: Poliestireno não tóxico; Pacote c/ 100 unidades	R\$ 3,47	R\$ 971,60
15	160	PACOTE	Copo descartável; Capacidade para 50 ml; Transparente; Material: Poliestireno não tóxico; Pacote c/ 100 unidades	R\$ 1,70	R\$ 272,00
22	40	LATA	Sardinha em óleo; composição: Sardinhas, água de constituição (ao próprio suco), óleo comestível e sal; Lata c/ 125g	R\$ 2,82	R\$ 112,80
29	10	CENTO	Salgadinho frito - coxinha sabor frango	R\$ 68,87	R\$ 688,70
30	8	CENTO	Salgadinho frito - risoles sabor carne, presunto e queijo	R\$ 66,87	R\$ 550,96
31	10	CENTO	Salgadinho frito - bolinho de queijo	R\$ 68,87	R\$ 688,70
32	8	CENTO	Salgadinho frito - quibe	R\$ 68,87	R\$ 550,96
53	40	PACOTE	Massa para pastel; composição: Semolina de trigo, água, gordura animal, sal, ovo em pó, realçador de sabor INS 621 glutamato monossódico, conservador INS 282 propionato de cálcio e INS 202 sorbato de potássio; pacote c/ 400 g.	R\$ 3,78	R\$ 151,20
54	900	PACOTE	Saco para lixo; Capacidade para 30 litros; Reforçado; Cor preto; Pacote c/ 10 unidades	R\$ 2,29	R\$ 2.061,00
55	900	PACOTE	Saco para lixo; Capacidade para 50 litros; Reforçado; Cor preto; Pacote c/ 10 unidades	R\$ 2,29	R\$ 2.061,00
56	900	PACOTE	Saco para lixo; Capacidade para 100 litros; Reforçado; Cor preto; Pacote c/ 10 unidades	R\$ 2,29	R\$ 2.061,00
Valor Total: R\$ 11.317,92 (onze mil trezentos e dezessete reais e noventa e dois centavos)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 021/2016, Pregão Presencial 009/2016, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 009/2016.

2.3. As condições de entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 009/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Prefeitura Municipal de Porto União, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal responsável, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Quando feita a solicitação, o material deverá ser entregue na Secretaria Municipal solicitante em até 24 (vinte e quatro) horas.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à

contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 009/2016.

2.13. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 021/2016, Pregão Presencial 009/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.14. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Solimar Haiduk, qualificado preambulamente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Supermercado Dukelli Ltda
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

ATA 046/2016

ATA 046/2016

Aos 09 (nove) dias do mês de março do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 021/2016, Pregão Presencial 009/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Anízio de Souza E O DETENTOR DA ATA: Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP, CNPJ/MF n.º 04.283.864/0001-19, Sítio a Rua Ranulfo Costa Pinto, N.º 259, Centro, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3523-3045, Município de União da Vitória, Estado do Paraná, representado pelo Senhor Clemente Jackiw, inscrito no CPF sob o número 551.418.119-72.

Registro de Preços para aquisição de material de higiene, limpeza e gêneros alimentícios para atendimento dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
02	20	FARDO	Açúcar refinado; composição: sacarose de cana de açúcar; Fardo c/ 6 pacotes de 5 kg cada	R\$ 77,70	R\$ 1.555,40
04	200	CAIXA	Café torrado e moído; de primeira qualidade; torra de alta a média; validade mínima de 11 meses a contar da data de entrega; embalagem á vácuo c/ 500g	R\$ 5,79	R\$ 1.158,00
05	16	FARDO	Arroz parboilizado polido tipo 1; Fardo c/ 6 pacotes de 5 kg cada	R\$ 62,84	R\$ 1.005,44
08	20	FARDO	Leite em pó integral; composição: leite cru resfriado; Fardo c/ 25 pacotes de 500 g cada	R\$ 178,60	R\$ 3.572,00
12	15	CAIXA	Biscoito água e sal; composição: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, soro de leite, açúcar, sal, emulsificante: lecitina de soja (INS 322) e fermentos químicos: bicarbonato de sódio (INS 500ii) e bicarbonato de amônio (INS 503ii); Caixa c/ 20 pacotes de 200 g cada	R\$ 39,71	R\$ 595,65
17	180	PACOTE	Farofa de mandioca pronta temperada; composição: Farinha de mandioca, óleo vegetal, alho, sal, colorífico, cebola, pimenta vermelha, pimenta-do-reino preta e cebolinha verde. Aromatizante. realçador de sabor: Glutamato monossódico. Antioxidante: BHT; pacote com 500 g	R\$ 3,54	R\$ 637,20
18	240	PACOTE	Milho para pipoca; Pacote c/ 500 g	R\$ 1,71	R\$ 410,40
24	8	UNIDADE	Canela em pó; Embalagem c/ 30 g	R\$ 1,76	R\$ 14,08
25	8	UNIDADE	Pimenta do reino em pó; Embalagem c/ 30 g	R\$ 1,78	R\$ 14,24
26	20	ROLO	Rolo de papel alumínio; dimensões 30 cm X 7,5 cm	R\$ 2,89	R\$ 57,80
27	24	PACOTE	Lã de aço; composição: aço carbono; pacote de 60g c/ 8 unidades	R\$ 1,89	R\$ 45,36
33	16	GALÃO	Água mineral sem gás; galão de 20 litros	R\$ 10,54	R\$ 168,64
34	600	GARRAFA	Água mineral sem gás; garrafa de 500 ml	R\$ 1,29	R\$ 774,00
37	400	FRASCO	Desinfetante para uso geral; Composição: aquil benzeno sulfonato de sódio, solvente, coadjuvantes, conservante, sequestrante, corantes, fragrâncias e água; Frasco c/ 500 ml	R\$ 1,99	R\$ 796,00
38	200	FRASCO	Cera líquida; incolor; composição: Resina acrílica, resina solúvel ao álcali, cera, coadjuvantes, tensoativo aniônico e não iônicos, conservantes, corante, fragrância e veículo. Perfume de Longa Duração; Frasco c/ 750 ml	R\$ 9,51	R\$ 1.902,00
40	50	PACOTE	Açúcar colorido para confeito; diversas cores; pacote c/ 80 g	R\$ 1,74	R\$ 87,00
41	100	PACOTE	Confeito crocante; diversas cores; embalagem c/ 30 g	R\$ 1,42	R\$ 142,00

42	10	PACOTE	Confeito miçanga colorida; pacote c/ 80 g	R\$ 1,71	R\$ 17,10
43	10	PACOTE	Confeito figura estrelinha; diversas cores; pacote c/ 50 g	R\$ 1,94	R\$ 19,40
44	10	PACOTE	Confeito figura coração; diversas cores; pacote c/ 80 g	R\$ 1,94	R\$ 19,40
45	4	PACOTE	Granulado azul; pacote c/ 150 g	R\$ 2,84	R\$ 11,36
46	4	PACOTE	Granulado tradicional; pacote c/ 150 g	R\$ 3,07	R\$ 12,28
47	10	KG	Manteiga sem sal	R\$ 26,78	R\$ 267,80
50	10	PACOTE	Sal amoníaco; pacote c/ 40 g	R\$ 1,57	R\$ 15,70
52	200	PACOTE	Canjiquinha fina; pacote c/ 500 g	R\$ 1,20	R\$ 240,00
59	50	PACOTE	Chocolate preto ao leite; de primeira qualidade; composição: Açúcar, liquor de cacau, gordura vegetal, manteiga de cacau, gordura anidra de leite, leite em pó, emulsificantes leticina de soja e ricinoleato de glicerila e aromatizante; pacote c/ 1 kg	R\$ 12,88	R\$ 644,00
61	40	ROLO	Rolo de saco plástico para freezer; capacidade para 5 kg	R\$ 3,64	R\$ 145,60
Valor Total: R\$ 14.327,85 (quatorze mil trezentos e vinte e sete reais e oitenta e cinco centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 021/2016, Pregão Presencial 009/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 009/2016.

2.3. As condições de entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 009/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Prefeitura Municipal de Porto União, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal responsável, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Quando feita a solicitação, o material deverá ser entregue na Secretaria Municipal solicitante em até 24 (vinte e quatro) horas.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 009/2016.

2.13. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 021/2016, Pregão Presencial 009/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.14. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Clemente Jackiw, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 047/2016

ATA 047/2016

Aos 09 (nove) dias do mês de março do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 021/2016, Pregão Presencial 009/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Anízio de Souza E O DETENTOR DA ATA: Mercado Kosera Ltda – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Mercado Kosera Ltda – ME, CNPJ/MF nº 68.794.478/0001-74, Sítio a Avenida Paula Freitas, N.º 4270, Bairro São Sebastião, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3524-4498, Município de União da Vitória, Estado do Paraná, representado pela Senhora Sonia Kosera Luzzi, inscrita no CPF sob o número 638.092.739-53.

Registro de Preços para aquisição de material de higiene, limpeza e gêneros alimentícios para atendimento dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
01	60	PCT	Bombom de chocolate; composição: açúcar, gordura vegetal hidrogenada, massa de cacau, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, soro de leite em pó, amendoim, gordura vegetal, farinha de soja, castanha de caju, manteiga de cacau, leite em pó integral, gordura de manteiga desidratada, leite em pó desnatado, sal, óleo vegetal, cacau, extrato de malte, emulsificantes: lecitina de soja e poliglicerol, polirricinoleato, fermento químico, bicarbonato de sódio e aromatizante. Contém glúten; Pacote de 1 kg.	R\$ 29,25	R\$ 1.755,00
03	25	FARDO	Farinha de trigo; composição: Farinha de trigo, ferro e ácido fólico (vitamina B9). Contém glúten; Fardo c/ 6 pacotes de 5 kg cada	R\$ 59,18	R\$ 1.479,50
06	8	FARDO	Feijão preto tipo 1; Fardo c/ 30 pacotes de 1 kg	R\$ 116,00	R\$ 928,00
07	12	CAIXA	Óleo de soja; composição: Óleo de Soja e Antioxidantes TBHQ e Ácido Cítrico; Caixa c/ 20 unidades de 900 ml cada	R\$ 65,57	R\$ 786,84
10	280	POTE	Margarina cremosa sem sal; composição: Óleos vegetais líquidos e interesterificados, água, leite em pó desnatado reconstituído, soro de leite em pó desnatado reconstituído, sal, 15.000 U.I de vitamina "A" por kg, estabilizantes: mono e diglicerídeos de ácidos graxos (INS 471) e lecitina de soja (INS 322), conservadores: sorbato de potássio (INS 202) e benzoato de sódio (INS 211), acidulante ácido cítrico (INS 330), antioxidantes: BHT (INS 321), TBHQ (INS 319) e EDTA (INS 385), aroma idêntico ao natural de manteiga, corante betacaroteno sintético idêntico ao natural (INS 160ai) e corantes naturais: de urucum (INS 160b) e cúrcuma (INS 100); Pote c/ 500 g	R\$ 3,65	R\$ 1.022,00
11	160	PACOTE	Macarrão com ovos tipo espagete; composição: Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma. Pacote c/ 500 g	R\$ 1,88	R\$ 300,80
13	20	CAIXA	Crema de leite; composição: Crema de leite, leite em pó desnatado, estabilizantes goma xantana, goma jataí, goma guar, carragena, fosfato dissódico e citrato de sódio. Homogeneizado; Caixa c/ 27 unidades de 200 g cada	R\$ 34,78	R\$ 695,60
19	240	PACOTE	Amendoim descascado; Pacote c/ 500 g	R\$ 4,55	R\$ 1.092,00
20	240	CAIXA	Sabão em pó; composição: Tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvantes, sinergista, corantes, enzimas, branqueador óptico, essência, água, alvejante e carga. Caixa c/ 1 kg	R\$ 5,65	R\$ 1.356,00
21	60	PACOTE	Erva para chimarrão; composição: Folhas e talos de erva-mate; Pacote c/ 500 g	R\$ 4,25	R\$ 255,00
23	80	CAIXA	Gelatina em pó; diversos sabores; composição: Açúcar orgânico, gelatina, polpa de morango, polpa de cenoura, vitaminas A, D, B1, B2, B6, ferro, zinco, regulador de acidez ácido fumárico e citrato de sódio, aromatizantes e corantes naturais carmim e urucum; Caixa c/ 75g	R\$ 0,88	R\$ 70,40
28	1200	UNIDADE	Pão para cachorro quente	R\$ 0,39	R\$ 468,00
35	400	FRASCO	Água sanitária; composição: Princípio ativo, estabilizante, alcalinizante e água; Frasco c/ 1 litro.	R\$ 2,08	R\$ 832,00
36	400	FRASCO	Detergente líquido neutro; composição: Alquil benzeno sulfonado sódio linear, alquil bezeno sulfonato de trietanolamina, lauril éster sulfato de sódio, sulfato de magnésio, EDTA, formol, corante, perfume e água, contém tensoativo biodegradável; Frasco c/ 500 ml	R\$ 1,41	R\$ 564,00
39	10	UNIDADE	Rolo de papel filme; dimensões 28 cm X 15 cm	R\$ 2,62	R\$ 26,20
48	80	PACOTE	Coco ralado fino; composição: Polpa de coco parcialmente desengordurada, desidratada. Conservador INS 223; pacote c/ 100 g	R\$ 1,94	R\$ 155,20
49	3	KG	Mel puro	R\$ 28,85	R\$ 86,55
51	150	ROLO	Rolo de saco plástico para freezer; capacidade para 8 kg	R\$ 6,15	R\$ 922,50
60	16	PACOTE	Amendoim descascado e torrado; Pacote c/ 500 g	R\$ 4,38	R\$ 70,08
Valor Total: R\$ 12.865,67 (doze mil oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e sete centavos)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 021/2016, Pregão Presencial 009/2016, juntamente com seus anexos e a proposta 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 009/2016.

- 2.3. As condições de entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 009/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Prefeitura Municipal de Porto União, nas quantidades por ela determinada.
- 2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal responsável, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.
- 2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.
- 2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.
- 2.7. Quando feita a solicitação, o material deverá ser entregue na Secretaria Municipal solicitante em até 24 (vinte e quatro) horas.
- 2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.
- 2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
- 2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.
- 2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- 2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 009/2016.
- 2.13. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 021/2016, Pregão Presencial 009/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.
- 2.14. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.
- 2.15. – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pela Sra. Sonia Kosera Luzzi, qualificada preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Mercado Kosera Ltda – ME
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

ATA 048/2016

ATA 048/2016

Aos 09 (nove) dias do mês de março do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 021/2016, Pregão Presencial 009/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Anízio de Souza E O DETENTOR DA ATA: AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda, CNPJ/MF n.º 05.919.156/0001-94, Sítio a Rua do Comércio (às margens da Rodovia SC -283), S/N, Centro, CEP 89.882-000, Telefone (49) 3328-3744, Município de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, representado pela Senhora Renata Raquel Ahlf dos Santos, inscrita no CPF sob o número 005.351.199-92.

Registro de Preços para aquisição de material de higiene, limpeza e gêneros alimentícios para atendimento dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
57	1700	PACOTE	Papel higiênico; folha dupla; folha branca; neutro; composição: 100% Fibras celulósicas; Pacote c/ 4 rolos de 30m X 10 cm.	R\$ 3,98	R\$ 6.766,00
Valor Total: R\$ 6.766,00 (seis mil setecentos e sessenta e seis reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 021/2016, Pregão Presencial 009/2016, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 009/2016.

2.3. As condições de entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 009/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Prefeitura Municipal de Porto União,

nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal responsável, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Quando feita a solicitação, o material deverá ser entregue na Secretaria Municipal solicitante em até 24 (vinte e quatro) horas.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 009/2016.

2.13. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 021/2016, Pregão Presencial 009/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.14. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pela Sra. Renata Raquel Ahlf dos Santos, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

ATA 049/2016

ATA 049/2016

Aos 09 (nove) dias do mês de março do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 021/2016, Pregão Presencial 009/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Anízio de Souza E O DETENTOR DA ATA: VW Comércio Atacadista Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: VW Comércio Atacadista Ltda, CNPJ/MF n.º 10.573.408/0001-06, Sítio ao Distrito de Ipoméia, N.º 100, Sala 02, CEP 89.550-000, Telefone (49) 9996-2274, Município de Rio das Antas, Estado de Santa Catarina, representado pela Senhora Raquel Wolinger da Silva, inscrita no CPF sob o número 777.371.649-87.

Registro de Preços para aquisição de material de higiene, limpeza e gêneros alimentícios para atendimento dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
58	750	PACOTE	Papel toalha; Papel absorvente; Composição: 100% De fibras naturais; Folhas brancas; Pacote c/ 2 rolos de 60 toalhas de 19cm x 22cm cada	R\$ 3,10	R\$ 2.325,00
Valor Total: R\$ 2.325,00 (dois mil trezentos e vinte e cinco reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 021/2016, Pregão Presencial 009/2016, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 009/2016.

2.3. As condições de entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 009/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Prefeitura Municipal de Porto União, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica,

conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal responsável, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Quando feita a solicitação, o material deverá ser entregue na Secretaria Municipal solicitante em até 24 (vinte e quatro) horas.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 009/2016.

2.13. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 021/2016, Pregão Presencial 009/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.14. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pela Sra. Raquel Wolinger da Silva, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

VW Comércio Atacadista Ltda
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

DECRETO Nº 899/2016

DECRETO Nº 899, de 18 de março de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA JERUSA DEMÉTRIO DE CARVALHO MARTINS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Informações, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 18 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE CONTRATO 030/2016 - PREFEITURA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 030/2016 – PREFEITURA

Partes: Município de Porto União e Clínica Médica H. J. Ltda.

Objeto: Contratação da prestação de serviços, pela CONTRATADA, de assistência médica especializada em psiquiatria a pessoas carentes doentes mentais, usuários de álcool e drogas, residentes no Município de Porto União.

Valor Total: 11.613,18 (Onze mil seiscentos e treze reais e dezoito centavos) mensais.

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 005/2016 - PREFEITURA, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 08 de março de 2016.

Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Clínica Médica H. J. Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 033/2016 - PREFEITURA

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 033/2016 – PREFEITURA

Partes: Município de Porto União e Daros Construtora Ltda ME.

Objeto: Execução da execução de obra de: Pavimentação asfáltica em CAUQ da Rua Archangelo Smaniotto, Jardim Brasília, bairro Santa Rosa com área de 750,80 m2 e pavimentação em bloco sextavado de concreto em trechos da Rua Nilo Peçanha, bairro São Pedro, com área de 993,37 m2, incluindo material e mão de obra, de acordo com o contrato de repasse nº 1.023.411-48/2015/PLANEJAMENTO URBANO/M Cidades/CAIXA.

Valor Total: 256.104,30 (duzentos e cinquenta e seis mil cento e quatro reais e trinta centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Tomada de Preços 004/2016 - PREFEITURA, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 09 de março de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Daros Construtora Ltda ME.

Contratada

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 011/2016

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 048/2016

Dispensa de Licitação n.º 011/2016

Caracterização da Situação: O Município necessita adquirir 300 (trezentas) caixas de mudas de flores para o desenvolvimento de ações de Educação em Saúde Ambiental, conforme Convênio Funasa nº 0544/2013.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é a aquisição de 300 (trezentas) caixas de mudas de flores para o desenvolvimento de ações de Educação em Saúde Ambiental, conforme Convênio Funasa nº 0544/2013.

Razão da escolha: A escolha do objeto recaiu sobre a empresa Paraíso das Flores Ltda - ME, inscrita no CNPJ 04.218.899/0001-74, pois de acordo com os orçamentos, foi a que apresentou menor valor.

Do Preço: O valor a ser pago por caixa de flores será de R\$ 6,95 (seis reais e noventa e cinco centavos) totalizando R\$ 2.085,00 (dois mil e oitenta e cinco reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo Porto União

Unidade 0212 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente

Atividade 2093 – Manutenção Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente

Modalidade 3390-170 – Aplicações diretas

Cód. 156

Complemento 33903099 – Outros Materiais de Consumo

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no artigo 24, inciso II da lei n.º 8.666/93.

Porto União, 22 de março de 2016.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 861/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 009/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 021/2016 – PREFEITURA

Pregão Presencial 009/2016 – Registro de Preços

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Supermercado Dukelli Ltda,

Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP,

Mercado Koseira Ltda – ME,

AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda e

VW Comércio Atacadista Ltda.

Porto União SC, 09 de março de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 004/2016 - PREFEITURA

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 018/2016 – PREFEITURA

Tomada de Preços 004/2016

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Daros Construtora Ltda ME.

Porto União SC, 09 de março de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

Pouso Redondo

PREFEITURA

05, 06, 08 16 À 20

DECRETO Nº 005/2016 de 12/02/2016.

Aprova Desmembramento de área de terras e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 e Lei Complementar N.º 009/2010 de 14 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Desmembramento de uma área urbana de propriedade de ARQUITECH SERVIÇOS DE ARQUITETURA LTDA, pessoa jurídica direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 08.748.662/0001-56, com sede na Travessa 1 do Condomínio Fechado Santa Isabel, situado na Rodovia BR 470, s/n, Centro, Distrito de Aterrado, no município de Pouso Redondo, com área total de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), da matrícula nº 13.183 (Lote A-04).

Descrição do Imóvel:

Área Registrada: 600,00 m² (seiscentos metros quadrados).
Matrícula no RI: 13.183 (Lote A-03).

Confrontações do DESMEMBRAMENTO:

Frente: 20,00m com a Travessa 1 do Condomínio;

Fundos: 10,00m com Lote A-01 e 10,00m com Área de Preservação Permanente;

Lado Direito: 30,00m com Lote A-05, pertencendo à Ádrio Vandrê dos Santos;

Lado esquerdo: 30,00m com Lote A-03, pertencendo à Cheila Schaeffer Heller.

Composição do Desmembramento:

Área 01 a DESMEMBRAR para CHEILA SCHAEFFER HELLER – matrícula 14.490 com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), confrontando-se:

Frente com 10,00m com a Travessa 1 do Condomínio Santa Isabel;

Fundos com 10,00m com área comum do condomínio Santa Isabel;

Lado Direito com 30,00m com a área 02 deste Desmembramento de Arquitech Serviços de Arquitetura Ltda;

Lado Esquerdo com 30,00m com o lote A-03 matrícula 14.490 de propriedade de Cheila Schaeffer Heller.

Área 02 a DESMEMBRAR para ÁDRIO VANDRÊ DOS SANTOS – matrícula 15.118 com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), confrontando-se:

Frente com 10,00m com a Travessa 1 do Condomínio Santa Isabel;

Fundos com 10,00m com a Área Comum do condomínio Santa Isabel;

Lado Direito com 30,00m com o Lote A-05 matrícula 15.118 de propriedade de Ádrio Vandre dos Santos;

Lado Esquerdo com 30,00m com a área 01 do desmembramento de Arquitech Serviços de Arquitetura Ltda ME.

Resumo das Áreas:

Área Matriculada = 600,00m²

Área 01 = 300,00m²

Área 02 = 300,00m²

Art. 3º A área de terras de que trata este artigo encontra-se devidamente registrado no CRI de Trombudo Central, Matrícula nº 13.183(Lote A-04), com uma área total de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), de propriedade de ARQUITECH SERVIÇOS DE ARQUITETURA LTDA, pessoa jurídica direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 08.748.662/0001-56, com sede na Travessa 1 do Condomínio Fechado Santa Isabel, situado na Rodovia BR 470, s/n, Centro, Distrito de Aterrado, no município de Pouso Redondo.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogada às disposições em contrário, em especial o decreto nº 166/2011.

Pouso Redondo (SC), 12 de fevereiro de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 006/2016 de 12/02/2016.

REVOGA NA INTEGRA DECRETOS Nº 062/2015 E Nº 066/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam revogados na integra decretos nº 062/2015 e nº 066/2015, a partir do dia 01 de março de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Redondo, 12 de fevereiro de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 008/2016 de 12/02/2016

Cancela Licitação na modalidade Concorrência nº 01/2016, e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO: que a licitação na modalidade de Concorrência nº 01/2016, apresentou divergência na planilha orçamentaria e projetos, e que deverão ser sanadas pelo interessado.

DECRETA:

Art. 1º — Fica CANCELADA a Licitação na modalidade de Concorrência nº 01/2016, do processo nº 01/2016, para contratação de empresa para construção de estrutura em concreto armado pré-fabricado do quartel Corpo de Bombeiro Militar de Pouso Redondo.

Art. 2º — As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta de Dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º — Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de fevereiro de 2016.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 016/2016 DE 14/03/2016.

Altera Membros do Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c Lei nº 1.961/2007, de 30.03.2007, alterações da Lei n.º 2.314/2011, de 23.02.2011.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados, nos termos do art. 2º, da lei n.º 1.961/2007, de 30/03/2007, e Lei nº 2.314/2011, de 23/02/2011, os seguintes Membros, para integrar o Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, indicados pelo Poder Executivo e pelos segmentos enumerados, respectivamente, nos incisos I a VII, do art. 2º da lei retro mencionada:

I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Jakqueline Aparecida Poleza – Titular
Emerson Francisco de Souza – Suplente

Maikel Verdi – Titular
Teotônio Renan Bonessi - Suplente

II – REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:

Joelma Poleza - Titular
Fabiana Kruger dos Santos - Suplente

III – REPRESENTANTES DOS DIRETORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:

Elizabete Aparecida Oliveira Ribeiro – Titular
Nayara Fronza da Cunha - Suplente

IV – REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL:

Camila Weber – Titular
Neiva Agustini Guckert - Suplente

V – REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL:

Valdirene Patricia Sardá – Titular
Janaina Poleza - Suplente

Vania Cardoso Schmitz – Titular
Eliana Rita Sardo - Suplente

VI – REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Ernani Amancio – Titular
Raquel Abigail Constante Siewerdt – Suplente

VII – REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:

Adriana Aparecida Bento Farias – Titular

Debora Palhano Bento – Suplente

VIII – REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

Jairo Vitor Poleza de Farias - Titular
Maria Paula Estevão - Suplente

Carlos Manoel de Souza - Titular
Christyelen Kramel - Suplente

Art. 2º - O mandato do Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período de acordo com indicação dos respectivos segmentos.

Art. 3º - O exercício do mandato de conselheiro do FUNDEB é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 4º - As atribuições e demais normativas do Conselho do FUNDEB na Lei Municipal nº 1.961/2007 e suas alterações e Legislação Federal.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 141/2013.

Pouso Redondo, 14 de março de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 017/2016 de 14/03/2016.

Aprova Desmembramento de área de terras e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 e Lei Complementar N.º 009/2010 de 14 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Desmembramento de uma área de propriedade de IMÓVEIS MAXIMIANO, situado à Rua Vitorio Piseta, Bairro Leopoldo Mees, Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, de matrícula nº 10.270.

Art. 2º Fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, autorizado a desmembrar:

DESCRIÇÃO DOS IMÓVEIS

0.1. – ÁREA MAT. 10.270 = 3.659,70 m2

NORTE: Em 156,10 metros com a Rua Vitorio Piseta;
SUL: Em 148,40 metros com terras de Mário Gonsalves, terras de Odair Jesuino, terras de Camila Paula Barcelos, terras de Avelino Cunha, terras de Milton Herger, terras de José Oliveira, terras de Valmir Luz, terras de Mario Luchtenberg, terras de Rosalina Nunes, terras de Afonso Diego Correia e com terras de Prefeitura Municipal de Pouso Redondo (ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE);
LESTE: Em 24,86 metros com terras de Prefeitura Municipal de Pouso Redondo (ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE);
OESTE: Em 24,00 metros com a Rua Vitorio Piseta.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL (ÁREA DESMEMBRADA)

0.2. – ÁREA DESMEMBRADA 01 = 451,50 m2

NORTE: Em 16,80 metros com a Rua Vitoria Piseta;
SUL: Em 17,60 metros com terras de Mário Gonsalves;
LESTE: Em 24,05 metros com a ÁREA DESMEMBRADA 02;
OESTE: Em duas linhas, uma medindo 20,80 metros com a Rua Ralf Hebeda e outra medindo em curva 5,00 metros com o raio de concordância da esquina entre as ruas Ralf Hebeda e a Rua Vitoria Piseta.

0.3. – ÁREA DESMEMBRADA 02 = 360,90 m2

NORTE: Em 15,00 metros com a Rua Vitoria Piseta;
SUL: Em 15,00 metros com terras de Mário Gonsalves e com terras de Odair Jesuino;
LESTE: Em 24,07 metros com a ÁREA DESMEMBRADA 03;
OESTE: Em 24,05 metros com a ÁREA DESMEMBRADA 01;

0.4. – ÁREA DESMEMBRADA 03 = 361,20 m2

NORTE: Em 15,00 metros com a Rua Vitoria Piseta;
SUL: Em 15,00 metros com terras de Odair Jesuino, terras de Camila Paula Barcelos e com terras de Avelino Cunha;
LESTE: Em 24,09 metros com a ÁREA DESMEMBRADA 04;
OESTE: Em 24,07 metros com a ÁREA DESMEMBRADA 02;

0.5. – ÁREA DESMEMBRADA 04 = 361,50 m2

NORTE: Em 15,00 metros com a Rua Vitoria Piseta;
SUL: Em 15,00 metros com terras de Avelino Cunha e com terras de Milton Herger;
LESTE: Em 24,11 metros com a ÁREA DESMEMBRADA 05;
OESTE: Em 24,09 metros com a ÁREA DESMEMBRADA 03;

0.6. – ÁREA DESMEMBRADA 05 = 361,80 m2

NORTE: Em 15,00 metros com a Rua Vitoria Piseta;
SUL: Em 15,00 metros com terras de Milton Herger e com terras de José Oliveira;
LESTE: Em 24,13 metros com a ÁREA DESMEMBRADA 06;
OESTE: Em 24,11 metros com a ÁREA DESMEMBRADA 04;
DESCRIÇÃO DO IMÓVEL (ÁREA DESMEMBRADA)

0.7. – ÁREA DESMEMBRADA 06 = 362,10 m2

NORTE: Em 15,00 metros com a Rua Vitoria Piseta;
SUL: Em 15,00 metros com terras de José Oliveira e com terras de Valmir Luz;
LESTE: Em 24,15 metros com a ÁREA DESMEMBRADA 07;
OESTE: Em 24,13 metros com a ÁREA DESMEMBRADA 05;

0.8. – ÁREA DESMEMBRADA 07 = 362,40 m2

NORTE: Em 15,00 metros com a Rua Vitoria Piseta;
SUL: Em 15,00 metros com terras de Valmir Luz e com terras de Mario Luchtenberg;
LESTE: Em 24,17 metros com a ÁREA DESMEMBRADA 08;
OESTE: Em 24,15 metros com a ÁREA DESMEMBRADA 06;

0.9. – ÁREA DESMEMBRADA 08 = 362,70 m2

NORTE: Em 15,00 metros com a Rua Vitoria Piseta;
SUL: Em 15,00 metros com terras de Mario Luchtenberg e com terras de Rosalina Nunes;
LESTE: Em 24,19 metros com a ÁREA REMANESCENTE;
OESTE: Em 24,17 metros com a ÁREA DESMEMBRADA 07;

0.10. – ÁREA REMANESCENTE = 675,60 m2

- Este imóvel possui uma área de 275,60 m² ocupada pela A.P.P.

do Rio das Pombas.

NORTE: Em 31,00 metros com a Rua Vitoria Piseta;
SUL: Em 25,80 metros com terras de Rosalina Nunes, terras de Afonso Diego e com terras de Prefeitura Municipal de Pouso Redondo (ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE);
LESTE: Em 24,86 metros com terras de Prefeitura Municipal de Pouso Redondo (ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE);
OESTE: Em 24,19 metros com a ÁREA DESMEMBRADA 08;

Art. 3º A área de terras de que trata este decreto encontra-se devidamente registradas no CRI de Trombudo Central, Matrícula nº 10.270, com uma área total de 3.659,70m² (três mil, seiscentos e cinquenta e nove metros e setenta décimos quadrados), de propriedade de IMÓVEIS MAXIMIANO, inscrito no CNPJ 18.616.575/0001-07, com sede no município de Pouso Redondo.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Pouso Redondo (SC), 14 de março de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 018/2016 de 14/03/2016.

Altera Decreto nº 165/2010 que aprova Loteamento de área de terras e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita Municipal de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 e Lei Complementar nº 009/2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado e aprovado com base nos autos nº 07.2015.00024977-9, Ministério Público de Santa Catarina, Comarca de Trombudo Central, o projeto de Loteamento de uma área urbana de propriedade da IMOBILIÁRIA SCHUHMACHER LTDA, que recebe a denominação de LOTEAMENTO JARDIM SÃO LUCAS, situado à Rua Santos Dumont, Bairro Arno Siewerdt Município de Pouso Redondo, Santa Catarina., com área total escriturada de 138.956,56 m² (cento e trinta e oito mil novecentos e cinquenta e seis metros e cinquenta e seis centímetros quadrados).

Art. 2º Fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, autorizado a desmembrar para fins de Loteamento:

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

ÁREAS A LOTEAR – 138.956,56 m2

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

ÁREA = 138.956,56 m2 – MAT. Nº. 11.341

FRENTE: 150,00 metros (Sul) lineares, com a Rua Santos Dumont;
FUNDOS: 154,36 metros (Norte) lineares, com terras dos herdeiros de Willy Fritsche;
LADO DIREITO: 908,27 metros (Oeste), com terras de Teobaldo Junkes;
LADO ESQUERDO: 137,36 metros (Leste), com Giovani Tontini; em 635,28 metros, com a Rua Giovani Tontini e em mais 123,33 metros, com terras de Isidoro Simplício.

DISCRIMINAÇÃO DAS ÁREAS:

1 – ÁREAS LOTEADAS:

RESUMO DE ÁREAS

AREA RUAS 27.263,74 m²
 AREA VERDE 11.477,92 m²
 AREA LOTES 58.647,85 m²
 AREA DOAÇÃO PARA RUA GIOVANI TONTINI 5.416,49 m²
 AREA DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS 11.561,41 m²
 AREA TOTAL A SER LOTEADA 114.367,41 m²
 AREA REMANESCENTE 24.589,15 m²
 ÁREA TOTAL DO IMÓVEL 138.956,56 m²

01 – LOTES:

LOTE 01 – ÁREA 516,08 m²

FRENTE: 15,51 m + 4,70 m (curvo) com a Rua Santos Dumont
 FUNDOS: 18,50 m com o Lote 007 da Quadra A
 LADO DIREITO: 25,01 m + 4,70 m (curvo) com a Rua 1
 LADO ESQUERDO: 28,00 m com Lote 002 da Quadra A

LOTE 02 – ÁREA 420,00 m²

FRENTE: 15,00 m com a Rua Santos Dumont
 FUNDOS: 15,00 m com Lote 007 da Quadra A
 LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 001 da Quadra A
 LADO ESQUERDO: 28,00 m com Lote 003 da Quadra A

LOTE 03 – ÁREA 420,00 m²

FRENTE: 15,00 m com a Rua Santos Dumont
 FUNDOS: 15,00 m com Lote 010 da Quadra A
 LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 002 da Quadra A
 LADO ESQUERDO: 28,00 m com Lote 004 da Quadra A

LOTE 04 – ÁREA 420,00 m²

FRENTE: 15,00 m com a Rua Santos Dumonte
 FUNDOS: 15,00 m com Lote 011 da Quadra A
 LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 003 da Quadra A
 LADO ESQUERDO: 28,00 m com Lote 005 da Quadra A
 LOTE 05 – ÁREA 420,00 m²

FRENTE: 15,00 m com a Rua Santos Dumont
 FUNDOS: 15,00 m com o Lote 012 da Quadra A
 LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 004 da Quadra A
 LADO ESQUERDO: 28,00 m com Lote 006 da Quadra A

LOTE 06 – ÁREA 514,51 m²

FRENTE: 15,20 m + 4,65 m (curvo) com a Rua Santos Dumont
 FUNDOS: 18,73 m com Lote 013 da Quadra A
 LADO DIREITO: 28,00 m Lote 005 da Quadra A
 LADO ESQUERDO: 25,06 m + 4,66 m (curvo) Rua Giovanni Tontini

LOTE 07 – ÁREA 469,00 m²

FRENTE: 14,00 m com a Rua 1
 FUNDOS: 14,00 m com Lote 010 da Quadra A
 LADO DIREITO: 33,50 m com Lote 008 da Quadra A
 LADO ESQUERDO: Dois Lances 18,50 e 15,00 me Lotes 001 e 002 da Quadra A

LOTE 08 – ÁREA 469,00 m²

FRENTE: 14,00 m com a Rua 1
 FUNDOS: 14,00 m com Lote 010 da Quadra A
 LADO DIREITO: 33,50 m com Lote 009 da Quadra A
 LADO ESQUERDO: 33,50 m com Lote 007 da Quadra A

LOTE 09 – ÁREA 556,26 m²

FRENTE: 16,20 m + 5,28 m (curvo) com a Rua 1
 FUNDOS: 13,56 m com Lote 10 da Quadra A
 LADO DIREITO: 30,48 + 5,28 (curvo) com a Rua 2
 LADO ESQUERDO: 33,50 m com Lote 008 da Quadra A

LOTE 10 – ÁREA 602,33 m²

FRENTE: 15,26 m com a Rua 2
 FUNDOS: 15,00 m com Lote 003 da Quadra A
 LADO DIREITO: 38,75 m com Lote 011 da Quadra A
 LADO ESQUERDO: Três Lances 14,00, 14,00 e 13,56 m com Lotes 007, 008 e 009 da Quadra A
 LOTE 11 – ÁREA 560,25 m²

FRENTE: 15,26 m com a Rua 2
 FUNDOS: 15,00 m com Lote 004 da Quadra A
 LADO DIREITO: 35,95 m com Lote 012 da Quadra A
 LADO ESQUERDO: 38,75 m com Lote 010 da Quadra A

LOTE 12 – ÁREA 518,17 m²

FRENTE: 15,26 m com a Rua 2
 FUNDOS: 15,00 m com Lote 05 da Quadra A
 LADO DIREITO: 33,14 m com Lote 13 da Quadra A
 LADO ESQUERDO: 35,95 m com Lote 011 da Quadra A

LOTE 13 – ÁREA 595,73 m²

FRENTE: 17,16 m + 4,21 m (curvo) com a Rua 2
 FUNDOS: 18,73 m com Lote 006 da Quadra A
 LADO DIREITO: 26,98 m + 4,21 m (curvo) com a Rua Giovanni Tontini
 LADO ESQUERDO: 33,14 m com Lote 012 da Quadra A

LOTE 14 – ÁREA 450,57 m²

FRENTE: 13,70 m + 4,15 m (curvo) com a Rua 1
 FUNDOS: 20,74 m com Lote 016 da Quadra B
 LADO DIREITO: 25,49 m com Lote 015 da Quadra B
 LADO ESQUERDO: 21,28 m + 4,15 m (curvo) com a Rua 2

LOTE 15 – ÁREA 360,32 m²

FRENTE: 13,75 m com a Rua 1
 FUNDOS: 13,82 m com Lote 016 da Quadra B
 LADO DIREITO: 26,92 m com Lote 023 da Quadra B
 LADO ESQUERDO: 25,49 m com Lote 014 da Quadra B

LOTE 16 – ÁREA 428,42 m²

FRENTE: 12,04 m com a Rua 2
 FUNDOS: 12,00 m com o Lote 023 da Quadra B
 LADO DIREITO: Dois Lances 20,74 m e 13,82 m com Lotes 014 e 015 da Quadra B
 LADO ESQUERDO: 36,83 m com Lote 017 da Quadra B

LOTE 17 – ÁREA 455,61 m²

FRENTE: 12,04 m com a Rua 2
 FUNDOS: 12,00 m com Lote 027 da Quadra B

LADO DIREITO: 36,83 m com Lote 016 da Quadra B
LADO ESQUERDO: 39,10 m com Lote 018 da Quadra B

LOTE 18 – ÁREA 460,81 m2

FRENTE: 12,04 m com a Rua 2
FUNDOS: 11,00 m com o Lote 028 da Quadra B
LADO DIREITO: 39,10 m com Lote 017 da Quadra B
LADO ESQUERDO: Três Lances 28,95m, 10,32m e 2,00m com os Lotes 19,22 e 30 da Quadra B

LOTE 19 – ÁREA 363,41 m2

FRENTE: 12,04 m com a Rua 2
FUNDOS: 12,78 m com Lote 022 da Quadra B
LADO DIREITO: 28,95 m com Lote 018 da Quadra B
LADO ESQUERDO: 29,75 m com o Lote 20 da Quadra B

LOTE 20 – ÁREA 361,44 m2

FRENTE: 12,04 m com a Rua 2
FUNDOS: 11,96 m com Lote 22 da Quadra B
LADO DIREITO: 29,75 m com o Lote 19 da Quadra B
LADO ESQUERDO: 30,58 m com Lote 021 da Quadra B

LOTE 21 – ÁREA 450,02 m2

FRENTE: 12,40 m + 5,21 m (curvo) com a Rua 2
FUNDOS: 13,26 m com Lote 22 da Quadra B
LADO DIREITO: 30,58 m com Lote 020 da Quadra B
LADO ESQUERDO: 28,27 m + 5,21 m (curvo) com a Rua Giovanni Tontini.

LOTE 22 – ÁREA 436,22 m2

FRENTE: 12,90 m com a Rua Giovanni Tontini
FUNDOS: 10,32 m com Lote 18 da Quadra B
LADO DIREITO: Três Lances 12,78, 11,96 e 13,26 m com Lotes 19, 20 e 21 da Quadra B
LADO ESQUERDO: 37,24 m com Lote 030 da Quadra B

LOTE 23 – ÁREA 441,91 m2

FRENTE: 12,00 m com a Rua 1
FUNDOS: Dois Lances 13,99 m e 5,51 m com Lotes 26 e 27 da Quadra B
LADO DIREITO: 27,73 m Lote 024 da Quadra B
LADO ESQUERDO: Três lances 26,92, 12,00 e 1,50 com os lotes 15, 16 e 17 da Quadra B

LOTE 24 – ÁREA 361,10 m2

FRENTE: 13,20 m com a Rua 1
FUNDOS: 13,22 m com Lote 026 da Quadra B
LADO DIREITO: 26,98 m com Lote 025 da Quadra B
LADO ESQUERDO: 27,73 m com Lote 023 da Quadra B

LOTE 25 – ÁREA 453,93 m2

FRENTE: 16,10 m + 5,28 m (curvo) com a Rua 1
FUNDOS: 14,77 m com Lote 026 da Quadra B
LADO DIREITO: 23,00 m + 5,28 m (curvo) com a Rua Itajaí
LADO ESQUERDO: 26,98 m com Lote 024 da Quadra B

LOTE 26 – ÁREA 361,00 m2

FRENTE: 12,37 m com a Rua Itajaí
FUNDOS: 13,99 m com Lote 23 da Quadra B
LADO DIREITO: 32,18 m com Lote 027 da Quadra B
LADO ESQUERDO: Dois Lances 13,22 m e 14,77m com Lotes 024

e 025 da Quadra B
LOTE 27 – ÁREA 413,77 m2

FRENTE: 12,30 m com a Rua Itajaí
FUNDOS: 10,63 m com Lote 017 da Quadra B
LADO DIREITO: 35,33 m com Lote 028 da Quadra B
LADO ESQUERDO: 32,18 m + 5,51 m com os Lotes 23 e 26 da Quadra B

LOTE 28 – ÁREA 390,42 m2

FRENTE: 12,25 m com a Rua Itajaí
FUNDOS: 11,00 m com Lote 018 da Quadra B
LADO DIREITO: Dois Lances 27,00 m e 6,02 m com os Lotes 29 e 30 da Quadra B
LADO ESQUERDO: 35,33 m com Lote 027 da Quadra B

LOTE 29 – ÁREA 362,35 m2

FRENTE: 14,51 m com a Rua Itajaí
FUNDOS: 15,30 m com Lote 30 da Quadra B
LADO DIREITO: 22,26 m com o Lote 31 da Quadra B
LADO ESQUERDO: 27,00 m com o Lote 28 da Quadra B

LOTE 30 – ÁREA 394,81 m2

FRENTE: 12,00 m com a Rua Giovanni Tontini
FUNDOS: Dois Lances 6,02 m e 2,00 m com os Lotes 28 e 18 da Quadra B
LADO DIREITO: 37,24 m com Lote 022 da Quadra B
LADO ESQUERDO: Dois Lances 22,22 m e 15,30 m com os Lotes 31 e 29 da Quadra B.

LOTE 31 – ÁREA 451,73 m2

FRENTE: 15,31 m + 4,21 m (curvo) com a Rua Giovanni Tontini
FUNDOS: 22,26 m com Lote 29 da Quadra B
LADO DIREITO: 22,22 m com Lote 030 da Quadra B
LADO ESQUERDO: 20,84 m + 4,21 m (curvo) com a Rua Itajaí

LOTE 32 – ÁREA 451,55 m2

FRENTE: 11,02 m + 4,15 m (curvo) com a Rua 1
FUNDOS: 18,35 m com Lote 034 da Quadra C
LADO DIREITO: 29,06 m com Lote 033 da Quadra C
LADO ESQUERDO: 25,80 m + 4,15 m (curvo) com a Rua Itajaí

LOTE 33 – ÁREA 360,23 m2

FRENTE: 12,00 m com a Rua 1
FUNDOS: 12,45 m com Lote 034 da Quadra C
LADO DIREITO: 29,93 m com Lote 037 da Quadra C
LADO ESQUERDO: 29,06 m com Lote 032 da Quadra C
LOTE 34 – ÁREA 383,14 m2

FRENTE: 12,08 m com a Rua Itajaí
FUNDOS: 12,03 m com Lote 040 da Quadra C
LADO DIREITO: Dois Lances 18,77 m e 12,03 m com Lotes 032 e 033 da Quadra C
LADO ESQUERDO: 33,06 m com Lote 035 da Quadra C

LOTE 35 – ÁREA 410,35 m2

FRENTE: 12,08 m com a Rua Itajaí
FUNDOS: 12,03 m com Lote 041 da Quadra C
LADO DIREITO: 33,06 m com Lote 034 da Quadra C
LADO ESQUERDO: 35,33 m com Lote 036 da Quadra C

LOTE 36 – ÁREA 437,56 m2

FRENTE: 12,08 m com a Rua Itajaí
FUNDOS: 12,03 m com Lote 042 da Quadra C
LADO DIREITO: 35,33 m com Lote 035 da Quadra C
LADO ESQUERDO: Dois Lances 36,19 m e 1,40 m com área de Equipamentos Comunitários 1 e com Lote 043 Quadra C

LOTE 37 – ÁREA 370,13 m2

FRENTE: 12,50 m com a Rua 1
FUNDOS: 12,52 m com Lote 040 da Quadra C
LADO DIREITO: 29,25 m com Lote 038 da Quadra C
LADO ESQUERDO: 29,93 m com Lote 033 da Quadra C

LOTE 38 – ÁREA 361,33 m2

FRENTE: 12,50 m com a Rua 1
FUNDOS: 12,51 m com Lote 040 da Quadra C
LADO DIREITO: 28,55 com Lote 039 da Quadra C
LADO ESQUERDO: 29,25 m com Lote 037 da Quadra C

LOTE 39 – ÁREA 468,59 m2

FRENTE: 15,80 m + 5,28 m (curvo) com a Rua 1
FUNDOS: 14,16 m com Lote 040 da Quadra C
LADO DIREITO: 24,63 m + 5,28 m (curvo) com a Rua 3
LADO ESQUERDO: 28,55 m com Lote 038 da Quadra C

LOTE 40 – ÁREA 456,48 m2

FRENTE: 12,37 m com a Rua 3
FUNDOS: 12,03 m com Lote 034 da Quadra C
LADO DIREITO: 36,88 m com Lote 041 da Quadra C
LADO ESQUERDO: Três Lances 12,52 m, 12,51 m e 14,16 m com Lotes 037, 038 e 039 da Quadra C

LOTE 41 – ÁREA 428,66 m2

FRENTE: 12,37 m com a Rua 3
FUNDOS: 12,03 com Lote 035 da Quadra C
LADO DIREITO: 34,48 m com Lote 042 da Quadra C
LADO ESQUERDO: 36,88 m com Lote 040 da Quadra C

LOTE 42 – ÁREA 400,89 m2

FRENTE: 12,37 m com a Rua 3
FUNDOS: 12,03 m com Lote 036 da Quadra C
LADO DIREITO: 32,24 m com Lote 043 da Quadra C
LADO ESQUERDO: 34,48 m com Lote 041 da Quadra C

LOTE 43 – ÁREA 389,97 m2

FRENTE: 12,37 m com Rua 3
FUNDOS: 12,19 m com área de Equipamentos Comunitários 1
LADO DIREITO: 31,32 m do Lote 044 da Quadra C
LADO ESQUERDO: Dois Lances 1,40 m + 32,24 com os Lotes 36 e 42 da Quadra C

LOTE 44 – ÁREA 362,08 m2

FRENTE: 12,37 m com Rua 3
FUNDOS: 12,02 m com área de Equipamentos Comunitários 1
LADO DIREITO: 29,01 m com área de Equipamentos Comunitários 1
LADO ESQUERDO: 31,32 m com Lote 043 da Quadra C

LOTE 45 – ÁREA 465,73 m2

FRENTE: 10,94 m + 4,15 m (curvo) com a Rua 1
FUNDOS: 18,84 m com Lote 047 da Quadra D
LADO DIREITO: 29,85 m com Lote 046 da Quadra D
LADO ESQUERDO: 25,92 m + 4,15 m (curvo) com a Rua 3

LOTE 46 – ÁREA 365,67 m2

FRENTE: 12,00 m com a Rua 1
FUNDOS: 12,06 m com Lote 047 da Quadra D
LADO DIREITO: 31,10 m com Lote 053 da Quadra D
LADO ESQUERDO: 29,85 m com Lote 045 da Quadra D

LOTE 47 – ÁREA 384,50 m2

FRENTE: 12,04 m com Rua 3
FUNDOS: 12,06 m com Lote 056 da Quadra D
LADO DIREITO: Dois Lances 18,84 m + 12,06 m com Lotes 045 e 046 da Quadra D
LADO ESQUERDO: 33,17 m com Lotes 048 da Quadra D
LOTE 48 – ÁREA 411,69 m2

FRENTE: 12,04 m com a Rua 3
FUNDOS: 12,06 m com Lote 057 da Quadra D
LADO DIREITO: 33,17 m com Lote 047 da Quadra D
LADO ESQUERDO: 35,44 m com Lote 049 da Quadra D

LOTE 49 – ÁREA 435,27 m2

FRENTE: 12,04 m com a Rua 3
FUNDOS: 10,73 m com Lote 058 da Quadra D
LADO DIREITO: 35,44 m com Lote 048 da Quadra D
LADO ESQUERDO: Dois Lances 29,16 m + 8,51 m com os Lotes 50 e 59 da Quadra D

LOTE 50 – ÁREA 362,85 m2

FRENTE: 12,04 m com a Rua 3
FUNDOS: 12,02 m com Lote 059 da Quadra D
LADO DIREITO: 29,16 m com Lote 049 da Quadra D
LADO ESQUERDO: 31,43 m com Lote 051 da Quadra D
LOTE 51 – ÁREA 389,95 m2

FRENTE: 12,04 m com a Rua 3
FUNDOS: 12,02 m com Lote 060 da Quadra D
LADO DIREITO: 31,43 m com Lote 050 da Quadra D
LADO ESQUERDO: 33,69 m com Lote 052 da Quadra D

LOTE 52 – ÁREA 469,71 m2

FRENTE: 15,00 m com a Rua 3
FUNDOS: 12,00 m com Lote 061 da Quadra D
LADO DIREITO: 33,69 m com Lote 051 da Quadra D
LADO ESQUERDO: 36,33 m com doação Rua Giovanni Tontini

LOTE 53 – ÁREA 370,01 m2

FRENTE: 12,50 m com a Rua 1
FUNDOS: 12,52 m com Lote 056 da Quadra D
LADO DIREITO: 29,26 m com Lote 054 da Quadra D
LADO ESQUERDO: 31,10 m com Lote 046 da Quadra D

LOTE 54 – ÁREA 361,33 m2

FRENTE: 12,50 m com Rua 1
FUNDOS: 12,52 m com Lote 056 da Quadra D
LADO DIREITO: 28,55 m com Lote 055 da Quadra D
LADO ESQUERDO: 29,26 m com Lote 053 da Quadra D

LOTE 55 – ÁREA 468,51 m2

FRENTE: 15,80 m + 5,28 m (curvo) com a Rua 1
FUNDOS: 14,16 m com Lote 056 da Quadra D
LADO DIREITO: 24,63 m + 5,28 m (curvo) com a Rua Catarina Reif
LADO ESQUERDO: 28,55 m com Lote 054 da Quadra D

LOTE 56 – ÁREA 456,48 m2

FRENTE: 12,37 m com a Rua Catarina Reif
FUNDOS: 12,02 m com Lote 047 da Quadra D
LADO DIREITO: 36,88 com Lote 057 da Quadra D
LADO ESQUERDO: Três Lances 12,52 m, 12,52 m e 14,16 m com Lotes 053, 054 e 055 da Quadra D

LOTE 57 – ÁREA 428,66 m2

FRENTE: 12,37 m com a Rua Catarina Reif
FUNDOS: 12,02 m com Lote 048 da Quadra D
LADO DIREITO: 34,56 m com Lote 058 da Quadra D
LADO ESQUERDO: 36,88 m Lote 056 da Quadra D

LOTE 58 – ÁREA 400,84 m2

FRENTE: 12,37 m com a Rua Catarina Reif
FUNDOS: 12,02 m com Lote 049 da Quadra D
LADO DIREITO: 32,24 m com Lote 059 da Quadra D
LADO ESQUERDO: 34,56 m com Lote 057 da Quadra D
LOTE 59 – ÁREA 475,18 m2

FRENTE: 12,37 m com a Rua Catarina Reif
FUNDOS: 12,02 m com Lote 050 da Quadra D
LADO DIREITO: 38,44 m com Lote 060 da Quadra D
LADO ESQUERDO: Dois lances 8,51 m + 32,24 m com os Lotes 49 e 58 da Quadra D

LOTE 60 – ÁREA 447,35 m2

FRENTE: 12,37 m com a Rua Catarina Reif
FUNDOS: 12,02 m com Lote 051 da Quadra D
LADO DIREITO: 36,12 m com Lote 061 da Quadra D
LADO ESQUERDO: 38,44 m com Lote 059 da Quadra D

LOTE 61 – ÁREA 462,15 m2

FRENTE: 15,00 m com Rua Catarina Reif
FUNDOS: 12,00 m com Lote 052 da Quadra D
LADO DIREITO: 33,26 m com doação Rua Giovanni Tontini
LADO ESQUERDO: 36,12 m com Lote 060 da Quadra D

LOTE 62 – ÁREA 482,19 m2

FRENTE: 12,25 m + 4,15 m (curvo) com a Rua 1
FUNDOS: 19,92 m com Lote 064 da Quadra E
LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 063 da Quadra E
LADO ESQUERDO: 26,02 m + 4,15 m (curvo) com Rua Catarina Reif

LOTE 63 – ÁREA 364,00 m2

FRENTE: 13,00 m com a Rua 1
FUNDOS: 13,00 m com Lote 064 da Quadra E
LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 070 da Quadra E
LADO ESQUERDO: 28,00 m com Lote 062 da Quadra E

LOTE 64 – ÁREA 408,84 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua Catarina Reif
FUNDOS: 12,00 m com Lote 073 da Quadra E
LADO DIREITO: Dois Lances 19,92 m e 13,00 m com Lotes 062 e 063 da Quadra E
LADO ESQUERDO: 35,21 m com Lote 065 da Quadra E

LOTE 65 – ÁREA 436,32 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua Catarina Reif
FUNDOS: 12,00 m com Lote 074 da Quadra E
LADO DIREITO: 35,21 m com Lote 064 da Quadra E
LADO ESQUERDO: 37,49 m com Lote 066 da Quadra E

LOTE 66 – ÁREA 463,76 m2

FRENTE: 12,22 m com Rua Catarina Reif
FUNDOS: 12,00 m com Lote 075 da Quadra E
LADO DIREITO: 37,49 m com Lote 065 da Quadra E
LADO ESQUERDO: Dois Lances 31,93 m e 7,84 m com Lotes 067 e 076 da Quadra E

LOTE 67 – ÁREA 396,80 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua Catarina Reif
FUNDOS: 12,00 com Lote 076 da Quadra E
LADO DIREITO: 31,93 m com Lote 066 da Quadra E
LADO ESQUERDO: 34,22 m com Lote 068 da Quadra E

LOTE 68 – ÁREA 424,32 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua Catarina Reif
FUNDOS: 12,00 m com Lote 077 da Quadra E
LADO DIREITO: 34,22 m com Lote 067 da Quadra E
LADO ESQUERDO: 36,50 m com Lote 069 da Quadra E

LOTE 69 – ÁREA 606,51 m2

FRENTE: 15,82 m com a Rua Catarina Reif
FUNDOS: 16,36 m com Lote 078 da Quadra E
LADO DIREITO: 36,50 m com Lote 068 da Quadra E
LADO ESQUERDO: 39,47 m doação Rua Giovanni Tontini

LOTE 70 – ÁREA 364,00 m2

FRENTE: 13,00 m com Rua 1
FUNDOS: 13,00 m com Lote 073 da Quadra E
LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 071 da Quadra E
LADO ESQUERDO: 28,00 m com Lote 063 da Quadra E

LOTE 71 – ÁREA 364,00 m2

FRENTE: 13,00 m com a Rua 1
FUNDOS: 13,00 com Lote 073 da Quadra E
LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 072 da Quadra E
LADO ESQUERDO: 28,00 m com Lote 070 da Quadra E

LOTE 72 – ÁREA 450,84 m2

FRENTE: 15,11 m + 5,28 m (curvo) com a Rua 1
FUNDOS: 13,55 m com Lote 073 da Quadra E
LADO DIREITO: 24,88 m + 5,28 m (curvo) com a Rua 4
LADO ESQUERDO: 28,00 m com Lote 071 da Quadra E

LOTE 73 – ÁREA 460,75 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua 4
FUNDOS: 12,00 com Lote 064 da Quadra E
LADO DIREITO: 37,26 m com Lote 074 da Quadra E
LADO ESQUERDO: Três Lances 13,00 m, 13,00 m e 13,55 m, com Lotes 070,071 e 072 da Quadra E

LOTE 74 – ÁREA 433,32 m2

FRENTE: 12,22 m Rua 4
FUNDOS: 12,00 m com Lote 065 da Quadra E

LADO DIREITO: 34,98 m com Lote 075 da Quadra E
LADO ESQUERDO: 37,26 m com Lote 073 da Quadra E

LOTE 75 – ÁREA 405,88 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua 4
FUNDOS: 12,00 m com Lote 066 da Quadra E
LADO DIREITO: 32,69 m com Lote 076 da Quadra E
LADO ESQUERDO: 34,98 m com Lote 74 da Quadra E

LOTE 76 – ÁREA 472,77 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua 4
FUNDOS: 12,00 m com Lote 067 da Quadra E
LADO DIREITO: 38,25 m com Lote 077 da Quadra E
LADO ESQUERDO: Dois Lances 7,85 m e 32,69 m com Lotes 066 e 075 da Quadra E

LOTE 77 – ÁREA 445,33 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua 4
FUNDOS: 12,00 m com Lote 068 d Quadra E
LADO DIREITO: 35,97 m com Lote 078 da Quadra E
LADO ESQUERDO: 38,25 m com Lote 076 da Quadra E

LOTE 78 – ÁREA 565,50 m2

FRENTE: 16,68 m com a Rua 4
FUNDOS: 16,36 m com Lote 069 da Quadra E
LADO DIREITO: Dois Lances 26,22 m e 6,63 m, doação Rua Giovanni Tontini
LADO ESQUERDO: 35,97 m com Lote 077 da Quadra E

LOTE 79 – ÁREA 482,20 m2

FRENTE: 12,25 m + 4,15 m (curvo) com a Rua 1
FUNDOS: 19,92 m com Lote 081 da Quadra F
LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 080 da Quadra F
LADO ESQUERDO: 26,02 m + 4,15 m (curvo) com Rua 4

LOTE 80 – ÁREA 364,00 m2

FRENTE: 13,00 m com a Rua 1
FUNDOS: 13,00 m com Lote 081 da Quadra F
LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 087 da Quadra F
LADO ESQUERDO: 28,00 m com Lote 079 da Quadra F

LOTE 81 – ÁREA 408,84 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua 4
FUNDOS: 12,00 m com Lote 090 da Quadra F
LADO DIREITO: Dois Lances 19,92 m e 13,00 m com Lote 079 e 080 da Quadra F
LADO ESQUERDO: 35,21 m com Lote 082 da Quadra F

LOTE 82 – ÁREA 436,32 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua 4
FUNDOS: 12,00 m com Lote 091 da Quadra F
LADO DIREITO: 35,21 m com Lote 081 da Quadra F
LADO ESQUERDO: 37,49 m com Lote 083 da Quadra F
LOTE 83 – ÁREA 463,76 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua 4
FUNDOS: 12,00 m com Lote 092 da Quadra F
LADO DIREITO: 37,49 m com Lote 082 da Quadra F
LADO ESQUERDO: Dois Lances 31,93 m e 7,84 m com Lotes 084 e 093 da Quadra F

LOTE 84 – ÁREA 396,80 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua 4
FUNDOS: 12,00 m com Lote 093 da Quadra F
LADO DIREITO: 31,93 m com Lote 083 da Quadra F
LADO ESQUERDO: 34,22 m com Lote 085 da Quadra F

LOTE 85 – ÁREA 424,32 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua 4
FUNDOS: 12,00 m com Lote 094 da Quadra F
LADO DIREITO: 34,22 m com Lote 084 da Quadra F
LADO ESQUERDO: 36,50 m com Lote 086 da Quadra F

LOTE 86 – ÁREA 617,32 m2

FRENTE: 16,61 m com a Rua 4
FUNDOS: 16,14 m com Lote 095 da Quadra F
LADO DIREITO: 36,50 m com Lote 085 da Quadra F
LADO ESQUERDO: 39,61 m, doação Rua Giovanni Tontini

LOTE 87 – ÁREA 364,00 m2

FRENTE: 13,00 m com Rua 1
FUNDOS: 13,00 com Lote 090 da Quadra F
LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 088 da Quadra F
LADO ESQUERDO: 28,00 m com Lote 080 da Quadra F

LOTE 88 – ÁREA 364,00 m2

FRENTE: 13,00 m com Rua 1
FUNDOS: 13,00 m com Lote 090 da Quadra F
LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 089 da Quadra F
LADO ESQUERDO: 28,00 com Lote 087 da Quadra F

LOTE 89 – ÁREA 450,84 m2

FRENTE: 15,11 m + 5,28 m (curvo) com a Rua 1
FUNDOS: 13,55 m com Lote 090 da Quadra F
LADO DIREITO: 24,88 m + 5,28 m (curvo) com a Rua Jenny Schneider
LADO ESQUERDO: 28,00 m com Lote 088 da Quadra F

LOTE 90 – ÁREA 460,75 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua Jenny Schneider
FUNDOS: 12,00 m com Lote 081 da Quadra F
LADO DIREITO: 37,26 m com Lote 091 da Quadra F
LADO ESQUERDO: Três Lances 13,00 m, 13,00 m e 13,55 m, com Lotes 087, 088 e 089 da Quadra F.

LOTE 91 – ÁREA 433,32 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua Jenny Schneider
FUNDOS: 12,00 com Lote 082 da Quadra F
LADO DIREITO: 34,98 m com Lote 092 da Quadra F
LADO ESQUERDO: 37,26 m com Lote 090 da Quadra F

LOTE 92 – ÁREA 405,88 m2

FRENTE: 12,22 m com Rua Jenny Schneider
FUNDOS: 12,00 m com Lote 083 da Quadra F
LADO DIREITO: 32,69 m com Lote 093 da Quadra F
LADO ESQUERDO: 34,98 m com Lote 091 Quadra F

LOTE 93 – ÁREA 472,77 m2

FRENTE: 12,22 m com Rua Jenny Schneider
FUNDOS: 12,00 m com Lote 084 da Quadra F

LADO DIREITO: 38,25 m com Lote 094 da Quadra F
LADO ESQUERDO: Dois Lances 7,85 m e 32,69 m com Lotes 083 e 092 da Quadra F

LOTE 94 – ÁREA 445,32 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua Jenny Schneider
FUNDOS: 12,00 m com o Lote 85 da Quadra F
LADO DIREITO: 35,97 m com Lote 095 da Quadra F
LADO ESQUERDO: 38,25 m com Lote 093 da Quadra F

LOTE 95 – ÁREA 553,16 m2

FRENTE: 16,28 m com a Rua Jenny Schneider
FUNDOS: 16,14 m com Lote 086 da Quadra F
LADO DIREITO: 32,92 m, doação Rua Giovani Tontini
LADO ESQUERDO: 35,97 m com Lote 094 da Quadra F

LOTE 96 – ÁREA 534,70 m2

FRENTE: 13,99 m + 4,15 m (curvo) com Rua 1
FUNDOS: 21,81 m com Lote 098 da Quadra G
LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 097 da Quadra G
LADO ESQUERDO: 25,50 m + 4,15 m (curvo) com Lote 089 da Quadra G

LOTE 97 – ÁREA 364,00 m2

FRENTE: 13,00 m com Rua 1
FUNDOS: 13,00 m com Lote 098 da Quadra G
LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 104 da Quadra G
LADO ESQUERDO: 28,00 m com Lote 096 da Quadra G

LOTE 98 – ÁREA 431,46 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua Jenny Schneider
FUNDOS: 12,00 m área de Equipamentos Comunitários 2
LADO DIREITO: Dois Lances 21,81 m e 13,00 com Lotes 096 e 097 da Quadra G
LADO ESQUERDO: 37,10 m com Lote 099 da Quadra G
LOTE 99 – ÁREA 458,88 m2

FRENTE: 12,22 m com Rua Jenny Schneider
FUNDOS: 12,00 área de Equipamentos Comunitários 2
LADO DIREITO: 37,10 m com Lote 098 da Quadra G
LADO ESQUERDO: 39,38 m com Lote 100 da Quadra G

LOTE 100 – ÁREA 486,30 m2

FRENTE: 12,22 m com Rua Jenny Schneider
FUNDOS: 12,00 área de Equipamentos Comunitários 2
LADO DIREITO: 39,38 m com Lotes 099 da Quadra G
LADO ESQUERDO: Dois Lances 33,67 m e 8,00 m com Lote 101 da Quadra G e área de Equipamentos Comunitários 2

LOTE 101 – ÁREA 417,78 m2

FRENTE: 12,22 m com Rua Jenny Schneider
FUNDOS: 12,00 área de Equipamentos Comunitários 2
LADO DIREITO: 33,67 m com Lote 100 da Quadra G
LADO ESQUERDO: 35,96 m com Lote 102 da Quadra G

LOTE 102 – ÁREA 445,20 m2

FRENTE: 12,22 m com Rua Jenny Schneider
FUNDOS: 12,00 área de Equipamentos Comunitários 2
LADO DIREITO: 35,96 m com Lote 101 da Quadra G
LADO ESQUERDO: 38,24 com Lote 103 da Quadra G

LOTE 103 – ÁREA 629,20 m2

FRENTE: 16,21 m com a Rua Jenny Schneider
FUNDOS: 15,74 m área de Equipamentos Comunitários 2
LADO DIREITO: 38,24 m com Lote 102 da Quadra G
LADO ESQUERDO: 41,28 m doação Rua Giovani Tontini

LOTE 104 – ÁREA 364,00 m2

FRENTE: 13 m com a Rua 1
FUNDOS: 13,00 m área de Equipamentos Comunitários 2
LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 105 da Quadra G
LADO ESQUERDO: 28,00 m com Lote 097 da Quadra G

LOTE 105 – ÁREA 364,00 m2

FRENTE: 13,00 m com a Rua 1
FUNDOS: 13,00 m área de Equipamentos Comunitários 2
LADO DIREITO: 28,00 m com o Lote 106 da Quadra G
LADO ESQUERDO: 28,00 m com o Lote 104 da Quadra G

LOTE 106 – ÁREA 364,00 m2

FRENTE: 13,00 m com a Rua 1
FUNDOS: 13,00 m área de Equipamentos Comunitários 2
LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 107 da Quadra G
LADO ESQUERDO: 28,00 m com Lote 105 da Quadra G

LOTE 107 – ÁREA 364,00 m2

FRENTE: 13,00 m com a Rua 1
FUNDOS: 13,00 m área de Equipamentos Comunitários 2
LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 108 da Quadra G
LADO ESQUERDO: 28,00 com Lote 106 da Quadra G

LOTE 108 – ÁREA 364,00 m2

FRENTE: 13,00 m com a Rua 1
FUNDOS: 13,00 m área de Equipamentos Comunitários 2
LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 109 da Quadra G
LADO ESQUERDO: 28,00 m com Lote 107 da Quadra G

LOTE 109 – ÁREA 364,00 m2

FRENTE: 13,00 m com a Rua 1
FUNDOS: 13,00 m área de Equipamentos Comunitários 2
LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 110 da Quadra G
LADO ESQUERDO: 28,00 com Lote 108 da Quadra G

LOTE 110 – ÁREA 495,66 m2

FRENTE: 16,85 m + 5,28 m (curvo) com a Rua 1
FUNDOS: 15,14 m área de Equipamentos Comunitários 2
LADO DIREITO: 24,88 m + 5,28 m (curvo) com Rua Sem Denominação
LADO ESQUERDO: 28,00 m com Lote 109 da Quadra G

LOTE 111 – ÁREA 482,21 m2

FRENTE: 12,25 m + 4,15 m (curvo) com a Rua 1
FUNDOS: 19,92 m com o Lote 113 da Quadra H
LADO DIREITO: 28,00 m com o Lote 112 da Quadra H
LADO ESQUERDO: 26,02 m + 4,15 m (curvo) com Rua Sem Denominação

LOTE 112 – ÁREA 364,00 m2

FRENTE: 13,00 m com a Rua 1
FUNDOS: 13,00 m com o Lote 113 da Quadra H
LADO DIREITO: 28,00 m com o Lote 119 da Quadra H
LADO ESQUERDO: 28,00 m com Lote 111 da Quadra H

LOTE 113 – ÁREA 408,88 m2

FRENTE: 12,22 m com Rua Sem Denominação
FUNDOS: 12,00 m com Lote 122 da Quadra H
LADO DIREITO: Dois Lances 19,92 m e 13,00 m com Lotes 111 e 112 da Quadra H
LADO ESQUERDO: 35,21 m com Lote 114 da Quadra H

LOTE 114 – ÁREA 436,32 m2

FRENTE: 12,22 m com Rua Sem Denominação
FUNDOS: 12,00 m com Lote 123 da Quadra H
LADO DIREITO: 35,21 m com Lote 113 da Quadra H
LADO ESQUERDO: 37,49 m com Lote 115 da Quadra H

LOTE 115 – ÁREA 463,76 m2

FRENTE: 12,22 m com Rua Sem Denominação
FUNDOS: 12,00 m com Lote 124 da Quadra H
LADO DIREITO: 37,49 m com Lote 114 da Quadra H
LADO ESQUERDO: Dois Lances 31,93 m e 7,84 m com Lotes 116 e 125 da Quadra H

LOTE 116 – ÁREA 396,80 m2

FRENTE: 12,22 m com Rua Sem Denominação
FUNDOS: 12,00 m com Lote 125 da Quadra H
LADO DIREITO: 31,93 m com Lote 115 da Quadra H
LADO ESQUERDO: 34,22 m com Lote 117 da Quadra H

LOTE 117 – ÁREA 424,32 m2

FRENTE: 12,22 m com Rua Sem Denominação
FUNDOS: 12,00 m com Lote 126 da Quadra H
LADO DIREITO: 34,22 m com Lote 116 da Quadra H
LADO ESQUERDO: 36,50 m com Lote 118 da Quadra H

LOTE 118 – ÁREA 576,52 m2

FRENTE: 15,55 m com Rua Sem Denominação
FUNDOS: 15,10 m com Lote 127 da Quadra H
LADO DIREITO: 36,50 m com Lote 117 da Quadra H
LADO ESQUERDO: 39,41 m doação Rua Giovanni Tontini

LOTE 119 – ÁREA 364,00 m2

FRENTE: 13,00 m com a Rua 1
FUNDOS: 13,00 m com Lote 122 da Quadra H
LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 120 da Quadra H
LADO ESQUERDO: 28,00 m com Lote 112 da Quadra H

LOTE 120 – ÁREA 364,00 m2

FRENTE: 13,00 m com Rua 1
FUNDOS: 13,00 m com Lote 122 da Quadra H
LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 121 da Quadra H
LADO ESQUERDO: 28,00 m com Lote 119 da Quadra H

LOTE 121 – ÁREA 450,84 m2

FRENTE: 15,11 m + 5,28 m (curvo) com a Rua 1
FUNDOS: 13,55 m com Lote 122 da Quadra H
LADO DIREITO: 24,88 m + 5,25 m (curvo) com a Rua 5
LADO ESQUERDO: 28,00 m com Lote 120 da Quadra H

LOTE 122 – ÁREA 460,75 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua 5
FUNDOS: 12,00 m com Lote 113 da Quadra H

LADO DIREITO: 37,26 m com Lote 123 da Quadra H
LADO ESQUERDO: Três Lances 13,00 m , 13,00 m e 13,55 m com Lotes 119,120 e 121 da Quadra H

LOTE 123 – ÁREA 433,32 m2

FRENTE: 12,22 m com Rua 5
FUNDOS: 12,00 m com Lote 114 da Quadra H
LADO DIREITO: 34,98 m com Lote 124 da Quadra H
LADO ESQUERDO: 37,26 m com Lote 122 da Quadra H

LOTE 124 – ÁREA 405,83 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua 5
FUNDOS: 12,00 m com Lote 115 da Quadra H
LADO DIREITO: 32,69 m com Lote 125 da Quadra H
LADO ESQUERDO: 34,98 m com Lote 123 da Quadra H

LOTE 125 – ÁREA 472,77 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua 5
FUNDOS: 12,00 m com Lote 116 da Quadra H
LADO DIREITO: 38,25 m com Lote 126 da Quadra H
LADO ESQUERDO: Dois Lances 7,85 m e 32,69 m com Lotes 115 e 124 da Quadra H

LOTE 126 – ÁREA 445,32 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua 5
FUNDOS: 12,00 m com Lote 117 da Quadra H
LADO DIREITO: 35,97 m com Lote 127 da Quadra H
LADO ESQUERDO: 38,25 m com Lote 125 da Quadra H

LOTE 127 – ÁREA 519,06 m2

FRENTE: 15,22 m com a Rua 5
FUNDOS: 15,10 m com Lote 118 da Quadra H
LADO DIREITO: 33,12 m doação Rua Giovanni Tontini
LADO ESQUERDO: 35,97 m com Lote 126 da Quadra H

LOTE 128 – ÁREA 486,07 m2

FRENTE: 12,25 m + 4,15 m (curvo) com a Rua 1
FUNDOS: 20,07 m com Lote 130 da Quadra I
LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 129 da Quadra I
LADO ESQUERDO: 26,02 m + 4,15 m (curvo) com a Rua 5

LOTE 129 – ÁREA 364,00 m2

FRENTE: 13,00 m com a Rua 1
FUNDOS: 13,00 m com Lote 130 da Quadra I
LADO DIREITO: 28,00 m com Lote 134 da Quadra I
LADO ESQUERDO: 28,00 m com Lote 128 da Quadra I

LOTE 130 – ÁREA 410,50 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua 5
FUNDOS: 12,00 m área de Equipamentos Comunitários 3
LADO DIREITO: Dois Lances 20,07 m e 13,00 m com Lotes 128 e 129 da Quadra I
LADO ESQUERDO: 35,36 m com Lote 131 da Quadra I

LOTE 131 – ÁREA 438,00 m2

FRENTE: 12,22 m com a Rua 5
FUNDOS: 12,00 m com área de Equipamentos Comunitários 3
LADO DIREITO: 35,36 m com Lote 130 da Quadra I
LADO ESQUERDO: 37,64 m com Lote 132 da Quadra I

LOTE 132 – ÁREA 465,42 m2**FRENTE:** 12,22 m com a Rua 5**FUNDOS:** 12,00 m com área de Equipamentos Comunitários 3**LADO DIREITO:** 37,64 m com Lote 131 da Quadra I**LADO ESQUERDO:** Dois Lances 31,93 m e 8,00 m com Lote 133 da Quadra I e área de Equipamentos Comunitários 3**LOTE 133 – ÁREA 396,80 m2****FRENTE:** 12,22 m com a Rua 5**FUNDOS:** 12,00 m com área de Equipamentos Comunitários 3**LADO DIREITO:** 31,93 m com Lote 132 da Quadra I**LADO ESQUERDO:** 34,22 m área de Equipamentos Comunitários 3**LOTE 134 – ÁREA 364,05 m2****FRENTE:** Dois Lances 15,47 m + 0,77 m com a Rua I**FUNDOS:** 14,74 m com área de Equipamentos Comunitários 3**LADO DIREITO:** 24,42 m com Lote 135 da Quadra I**LADO ESQUERDO:** 28,00 m com Lote 129 da Quadra I**LOTE 135 – ÁREA 402,40 m2****FRENTE:** 14,43 m com a Rua I**FUNDOS:** 11,45 m com área de Equipamentos Comunitários 3**LADO DIREITO:** Dois Lances 35,93 m + 7,07 m com a Área Verde**LADO ESQUERDO:** 24,42 m com Lote 134 da Quadra I**2. ÁREAS DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS****2.1 – Área de Equipamentos Comunitários 01 = 1.752,07 m²****FRENTE:** 37,29 m com a rua Itajai;**FUNDOS:** Dois Lances 24,00 m e 13,19 m com os Lotes 43 e 44 da Quadra C e Rua 3**LADO DIREITO:** 36,19 m com o Lote 36 da Quadra C;**LADO ESQUERDO:** 69,59 com área de doação da Rua Giovani Tontini.**2.2 – Área de Equipamentos Comunitários 02 = 6.808,76 m²****FRENTE:** 76,70 m com a rua SD**FUNDOS:** Dois Lances 36,00 m e 39,74 m com os Lotes 98,99 e 100 e Lotes 101,102 e 103 da Quadra G.**LADO DIREITO:** 86,78 m com área de doação da Rua Giovani Tontini.**LADO ESQUERDO:** 93,14 m com os Lotes 104,105,106,107,108,109 e 110 da Quadra G.**2.3 – Área de Equipamentos Comunitários 03 = 3.000,58 m²****FRENTE:** Três Lances 27,37 m + 12,00 m e 36,00 m com a Rua 5, Lote 133 e Lotes 130,131 e 132 da Quadra I**FUNDOS:** 74,43 m com a área Verde**LADO DIREITO:** Três Lances 34,22m + 8,00 m e 26,19 m com o Lote 133, Lote 132 e Lotes 134 e 135 da Quadra I.**LADO ESQUERDO:** 45,10 m com Área de doação da Rua Giovani Tontini.**3 – ÁREA VERDE.****3.1 – Área Verde = 11.477,92 m²****FRENTE:** Quatro Lances 30,68 m + 7,80 m + 35,93 m e 74,43 m com área Remanescente, Rua 1, Lote 135 e área de Equipamentos Comunitários 3.**FUNDOS:** 146,61 m com terras de Espólio de Willy Fritsche.**LADO DIREITO:** 78,28 m com terras de Teobaldo Junkes.**LADO ESQUERDO:** 78,38 m com área de Doação da Rua Giovani Tontini.**4 – ÁREAS OCUPADAS PELAS VIAS DE CIRCULAÇÃO.**

Áreas a serem doadas:

4.1 – Rua 1 – 12.714,36 m²

4.2 – Rua 2 – 1.604,77 m²

4.3 – Rua 3 – 1.655,97 m²

4.4 – Rua 4 – 1.697,55 m²

4.5 – Rua 5 – 1.675,76 m²

4.6 – Rua Itajai – 1.630,40 m²

4.7 – Rua Catarina Reif – 1.682,84 m²

4.8 – Rua Jenny Schneider – 1.691,56 m²

4.9 – Rua SD – 1.681,77 m²

4.10 – Rua Giovani Tontini – 1.228,76 m².

Total Vias de Circulação: 27.263,74 m².

§ 1º Todos localizados a Rua Santos Dumont no, Bairro Arno Siewerdt - Pouso Redondo, conforme plantas em anexo.

§ 2º – A área de terras de que trata este artigo encontra-se devidamente registrado no CRI de Trombudo Central, Matrícula nº 11.341, com área total com 138.956,56 m² (cento e trinta e oito mil novecentos e cinquenta e seis metros e cinquenta e seis centímetros quadrados), de propriedade de IMOBILIÁRIA SCHUHMA-CHER LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 83.455.253/0001-87, com sede à Rua Presidente Juscelino, nº 35, no município de Ituporanga, Santa Catarina.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogada às disposições em contrário em especial decreto nº 165/2010.

Pouso Redondo (SC), 14 de março de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 019/2016 de 18/04/2016.

Dispõe sobre horário especial de funcionamento do Comércio, no sábado que antecede a véspera de Páscoa e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que a Câmara de Dirigentes Lojistas de Pouso Redondo – CDL, por meio do Ofício 004/2016, datado de 18 de março de 2016, solicitou prorrogação do horário de funcionamento do Comércio e Supermercados de Pouso Redondo, tendo em vista o período de véspera de Páscoa;

CONSIDERANDO que, nos termos da Lei Orgânica do Município de Pouso Redondo, compete ao Poder Executivo a fixação de horário especial de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e Supermercados de Pouso Redondo.

DECRETA:

Art. 1º — Fica estabelecido horário especial de funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e Supermercados de Pouso Redondo, nos seguintes dias

Dia 24/03/2016 (quinta-feira):

- das 08:30 às 12:00 hs e das 13:30 às 21:00 hs.

Dia 26/03/2016 (sábado):

- das 08hs às 17hs sem intervalo de almoço.

Parágrafo único – O horário especial, de que trata este artigo, é declarado como facultativo, não implicando qualquer forma de sanção aos estabelecimentos comerciais que optarem por seu horário normal de funcionamento.

Art. 2º — Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de março de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 020/2016 de 21/03/2016

Cancela Licitação na modalidade Tomada de Preço nº 01/2016, e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO: que a licitação na modalidade de Tomada de Preço nº 01/2016, foi deserta.

DECRETA:

Art. 1º — Fica CANCELADA a Licitação na modalidade de Tomada de Preço nº 01/2016, do processo nº 02/2016, para contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de mão de obra e materiais, para instalação de iluminação pública e extensão da rede de energia elétrica.

Art. 2º — As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta de Dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º — Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Redondo, 21 de março de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

Rio das Antas

PREFEITURA

AVISO DE PP Nº 0010/2016 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0015/2016 – PMRA - Registro de Preço

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0020/2016 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº 0015/2016 - PMRA, tendo como Objeto: Aquisição de Tubos de concreto de diversos medidas para recuperação de bueiros no interior do Município e centro da cidade e aquisição de Concreto Betuminoso usinado a quente para conserto das ruas do perímetro urbano. A aquisição será para a entidade Município de Rio das Antas, envolvendo todos os setores, conforme a necessidade. Conforme edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 06/04/2016, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço Unitário. BASE LEGAL: L Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e alterações, LC 123/06 e Decretos Municipais nºs. 32/2007 e 13/2012, e demais legislação vigente para o objeto. RETIRADA DO EDITAL: Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br. DEMAIS INFORMAÇÕES: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 15:30 horas ou pelo email ou Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22.

Rio das Antas (SC), 23 de Março de 2016/Alcir José Bodanese-Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0271/RH

PORTARIA N. 0271/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Protocolo 157175/2016, de 11/01/2016, com requerimento 02/16 SMA/PAT, emitido pelo Departamento de Patrimônio, em 08/01/2016, o Registro de Acidente de Trânsito 02029 – 2016 – 00011, do 13º Batalhão de Polícia Militar – Protocolo Nº 1516336, de 01/01/2016, e demais documentos em anexo,

RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 005/2016, a fim de apurar os fatos relatados no referido Protocolo, envolvendo a colisão do veículo Fiat/Uno placa MBQ 7415, de propriedade da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, no muro de residência de Particular, no Bairro Sumaré.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0082/RH, de 03 de fevereiro de 2016, publicada em 05 de fevereiro de 2016 para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0297/RH

PORTARIA N. 0297/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando GABSEC Nº 0387/2016, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em 04 de março de 2016, o Registro de Furto 00015 – 2016 – 01046, da Delegacia de Polícia de Rio do Sul, de 23/02/2016, e demais documentos em anexo,

RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 006/2016, a fim de apurar os fatos relatados no referido Memorando, envolvendo a retirada do veículo GM/Celta placa MGB 2848, de Propriedade da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, do pátio da Policlínica; posterior acidente e abandono do veículo.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0082/RH, de 03 de fevereiro de 2016, publicada em 05 de fevereiro de 2016 para apurar tais fatos, eventuais

irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0299/RH

PORTARIA N. 0299/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Protocolo 156920/2015, de 09/12/2015, com o Ofício nº 92/2015, emitido pela Delegacia Regional de Polícia de Rio do Sul – 7º DRP, de 04/12/2015, e demais documentos em anexo,

RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 007/2016, a fim de apurar os fatos relatados no referido Protocolo, envolvendo possível descumprimento do inciso XX, da Cláusula Quinta, do Contrato de Concessão para Exploração de Serviços de Guincho nº 101/2007, por parte da Contratada, Estrela Locadora de Veículos Ltda.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0082/RH, de 03 de fevereiro de 2016, publicada em 05 de fevereiro de 2016 para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0354/RH

PORTARIA N. 0354/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013, e considerando o Memorando nº 06/2016, da Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, e demais documentos em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 003/2016, referente à servidora JURACY MARIA SACHETTI

DOS SANTOS, matrícula n. 215643-3, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social.

Parágrafo único – A servidora em questão, em tese, teria infringido o Art. 170, incisos I, II, III e IX, e o Art. 171, inciso XVII, ambos da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2016. Por decorrência, poderá lhe ser imputada a penalidade prevista no Art. 184, da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no Art. 197, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

a) Elisandra Dias, matrícula n. 165379-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Florestal;

b) José Luiz do Nascimento, matrícula n. 76074-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos;

c) Marcos Antônio Meira de Quadros, matrícula n. 94595-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Médico Veterinário.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 101, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 45(quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação deste ato, conforme Lei Complementar nº 315, de 14 de dezembro de 2015.

Art. 7º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 8º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 9º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0355/RH

PORTARIA N. 0355/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013, e considerando o Memorando Interno CI Nº 015/2016, do Departamento de Controle Interno, e demais documentos em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 004/2016, referente à servidora JAQUELINE SILVA MACHADO FABREGAS, matrícula n. 168378-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem.

Parágrafo único – A servidora em questão, em tese, teria infringido o Art. 170, incisos II, III e IX, o Art. 171, inciso XVII, e o Art. 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2016. Por decorrência, poderá lhe ser imputada a penalidade prevista no Art. 186, da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no Art. 197, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

a) Elisandra Dias, matrícula n. 165379-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Florestal;

b) José Luiz do Nascimento, matrícula n. 76074-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos;

c) Marcos Antônio Meira de Quadros, matrícula n. 94595-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Médico Veterinário.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 101, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 45(quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação deste ato, conforme Lei Complementar nº 315, de 14 de dezembro de 2015.

Art. 7º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 8º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 9º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0356/RH

PORTARIA Nº. 0356/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ANA PAULA MENEGHETTI FIAMONCINI, matrícula n. 177695-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, a primeira Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2012 a 2015, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de maio de 2015, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0357/RH

PORTARIA Nº. 0357/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora DANIELA CRISTINA FERRARI, matrícula n. 101397-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Psicólogo, a terceira Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2012 a 2015, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de novembro de 2015, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Portaria nº 0772/2015

PORTARIA N.0772/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º. Exonera, a partir de 25/09/2015, a servidora JANAINA DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de ATENDENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Papf

Portaria nº 318/2016

PORTARIA Nº. 0318/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 254, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, à servidora ADRIANA CASAGRANDE, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, conforme certidão de nascimento n.º 0045755 09 do cartório de registro civil do município e comarca de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de KYARA CASAGRANDE.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

Portaria nº 358/2016

PORTARIA Nº. 0358/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 254, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, à servidora DANIELA PACHECO DARIS, ocupante do cargo de provimento efetivo de FONOAUDIÓLOGO, conforme certidão de nascimento n.º 0046284 15 do cartório de registro civil do município e comarca de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de RAFAELA DARIS DA SILVA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

THIAGO AIRTON PEREIRA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 44/2016, firmado em 04/02/2016, com término previsto para 10/03/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) THIAGO AIRTON PEREIRA, portador(a) do CPF nº 054.307.079-45, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 44/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 44/2016, iniciando-se a prorrogação em 11/03/2016 e encerrando-se em 22/03/2016."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/03/2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

THIAGO AIRTON PEREIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Rio Fortuna

PREFEITURA

LIC 15 CV 04 EXPEDIENTE ADMINISTRAÇÃO

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 015/2016
CONVITE Nº 04/2016

O MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC, torna público aos interessados que realizará, no dia 01 de abril de 2016, às 09 horas na sede da Prefeitura Municipal, Avenida Sete de Setembro, nº 730, centro, Licitação na modalidade CONVITE, sob a égide da lei sob nº 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço global, tendo como objeto aquisição de material de consumo, material de expediente e produtos alimentícios para a Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento do Município de Rio Fortuna para o exercício 2016. Informações e Edital com anexos poderão ser obtidos diretamente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal das 07 horas às 13 horas ou pelo telefone: (48) 3653-1122.

Rio Fortuna, 23 de março de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
Prefeito Municipal

LIC 19 DP 04 MANUTENÇÃO ESTRADA RIO DOS BUGRES

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 019/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2016

O MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC, torna público aos interessados que encontra-se aberta Dispensa de Licitação, sob a égide da lei sob nº 8.666/93 e alterações posteriores, tendo como objeto Prestação de Serviços de manutenção e reparação de parte da Rodovia Municipal que localiza-se na comunidade de Rio dos Bugres, numa distância aproximada de 35 Km (trinta e cinco quilômetros). Informações e Edital com anexos poderão ser obtidos diretamente no Setor de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal, Avenida Sete de Setembro, nº 730, centro das 07h às 13 horas ou pelo telefone: (48) 3653-1122.

Rio Fortuna, 23 de março de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
Prefeito Municipal

LIC 20 PR 09 MARMITAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 020/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016

O MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC, torna público aos interessados que fará realizar no dia 06 de abril de 2016 às 08 horas, na sede da Prefeitura Municipal, Avenida Sete de Setembro, nº 730, centro, Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob a égide das leis sob nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto Aquisição de Marmitas para a Secretaria Municipal de Transportes e Obras, durante o exercício de 2016. Informações e Edital com anexos poderão ser obtidos diretamente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, das 07h às 13 horas ou no site www.riofortuna.sc.gov.br.

Rio Fortuna, 23 de março de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
Prefeito Municipal

LIC 21 PR 10 ARBITRAGEM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 021/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016

O MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC, torna público aos interessados que fará realizar no dia 07 de abril de 2016 às 09 horas, na sede da Prefeitura Municipal, Avenida Sete de Setembro, nº 730, centro, Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob a égide das leis sob nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço, tendo como objeto contratação de prestação de serviços especializados em Arbitragem, visando à realização de eventos esportivos no Município de Rio Fortuna e participações regionais, contemplando categorias definidas pela Comissão Municipal de Esportes. Informações e Edital com anexos poderão ser obtidos diretamente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, das 07h às 13 horas ou pelo site www.riofortuna.sc.gov.br.

Rio Fortuna, 23 de março de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
Prefeito Municipal

LIC 22 PR 11 MATERIAL ELÉTRICO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 022/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016

O MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC, torna público aos interessados que fará realizar no dia 06 de abril de 2016 às 10 horas, na sede da Prefeitura Municipal, Avenida Sete de Setembro, nº 730, centro, Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob a égide das leis sob nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço, tendo como objeto contratação de empresa especializada para Aquisição de Material Elétrico para Iluminação Pública. Informações e Edital com anexos poderão ser obtidos diretamente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, das 07h às 13 horas ou pelo site www.riofortuna.sc.gov.br.

Rio Fortuna, 23 de março de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 8066

PORTARIA Nº 8066/2016

CONCEDE FÉRIAS REMANESCENTES AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI:

RESOLVE:

Art. 1ª – Conceder férias remanescentes ao Servidor Público Municipal ALAN ANTONIO BALESTRIN, no período de 21 de março de 2016 à 26 de março de 2016, as quais foram suspensas por conveniência do município conforme portaria nº 7710/2015, Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 21 de março de 2016

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Salto Veloso

CÂMARA MUNICIPAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 001/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 001/2016

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0001/2016

FORMULÁRIO SIMPLIFICADO	
OBJETO:	Contratação de prestação de serviços radiofônicos para a divulgação semanal de atos do Poder Legislativo do Município de Salto Veloso, com produção, edição e acompanhamento presencial de quinze em quinze dias das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes que possam ocorrer. Os serviços contratados serão durante o período de 01 de abril de 2016 a 31 de dezembro de 2016.
FUNDAMENTO LEGAL	Art. 24, II da Lei n.8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico incluso ao presente processo, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.
JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA	A motivação principal da escolha deve-se ao fato da empresa oferecer serviços com alcance de frequência em todo o território do Município e região, o que certamente melhor atende ao interesse público e dos munícipes Velosenses, motivando-se ainda a escolha pelo preço acessível que foi ofertado.
CONTRATADO PREÇO FORMA DE PAGAMENTO	Contratado: RÁDIO TROPICAL FM LTDA – ME Valor Total: R\$ 7.000,00(sete mil reais) Pagamento em nove parcelas de R\$777,77(setecentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos) com vencimento da primeira parcela em no dia 30 de abril de 2016 e a última no dia 31 de dezembro de 2016.
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016: ORGÃO 01 – PODER LEGISLATIVO UNIDADE 01 – CAMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO PROJETO ATIVIDADE 2.019 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS 3.3.90.00.00.00.00 1100 – Aplicações Diretas ELEMENTO DE DESPESA – 3390.3958
RATIFICAÇÃO	SANTO CIVIERO, Presidente da Câmara de Vereadores de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, RATIFICA a Dispensa de Licitação em consonância com as informações acima, nos termos do Artigo 26, II e III, da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações, para a contratação da RÁDIO TROPICAL FM LTDA – ME. Salto Veloso (SC), 23 de março de 2016. SANTO CIVIERO Presidente

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 017, DE 22 DE MARÇO DE 2015.

Decreto nº 017, de 22 de Março de 2015.

Dispõe sobre Ponto Facultativo e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 52, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica considerado Ponto Facultativo em todas as Repartições Públicas Municipais, no dia 24 de março do corrente ano (Quinta-Feira Santa) no período da tarde, das 13h00m às 17h30m.

Parágrafo único. Os serviços essenciais funcionarão em regime de plantão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de março de 2016.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário da Administração e Finanças

EDITAL 034/2016 PREGÃO PRESENCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 34/2016 - PR 34/2016

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de jardinagem e paisagismo com revitalização da sede da prefeitura municipal e canteiros de vias públicas com fornecimento de flores, plantas e materiais, realizando posteriormente serviços de manutenção quando solicitado pela CONTRATANTE. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 13h45min do dia 06 de Abril de 2016, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14h00min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113, E-mail licitação@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 23 de Março de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1008, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

LEI Nº 1008, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

"Dispõe sobre o cemitério público e serviços funerários no Município de Santa Rosa do Sul e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I

CEMITÉRIO PÚBLICO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O funcionamento, a utilização, a administração e a fiscalização do cemitério público e a execução dos serviços funerários no Município de Santa Rosa do Sul, reger-se-ão pelo disposto nesta Lei e demais normas específicas aplicáveis à matéria.

Art. 2º O Município incumbir-se-á de:

I – tomar medidas tendentes ao melhoramento dos serviços funerários e da administração do cemitério público;

II – administrar o cemitério público e fixar as tarifas dos serviços nele prestados;

III - fiscalizar para que as empresas funerárias sediadas em outros municípios não venham a prestar serviços permanentes no âmbito local.

Seção I

Do Cemitério

Art. 3º O cemitério público será inteiramente cercado com muro de, no mínimo, 1,5 metros de altura, e no seu interior serão destinadas áreas para ruas e avenidas, além de reservados espaços para a instalação da administração, construção de capelas, sanitários, e área de estacionamento.

Parágrafo único - O cemitério público devesse, ainda, reservar espaço para a instalação de ossuário e sepultamento de carentes.

Art. 4º O cemitério e sua respectiva administração estarão abertos diariamente ao público, no período das 07 às 18 horas, excetuados os casos excepcionais de sepultamento urgente e ocorrências similares. No mesmo período serão atendidos os traslados, inumações e exumações, bem como os assuntos concernentes à concessão de jazigos e congêneres.

Parágrafo único. Para o atendimento dos casos excepcionais, deverá a administração do cemitério disponibilizar, em local de fácil visibilidade, o nome, endereço e número de telefone do plantonista.

Art. 5º As construções funerárias só poderão ser executadas após a expedição do alvará de licença, mediante requerimento do interessado, aprovação do projeto e pagamento das taxas devidas.

Art. 6º O Município não intervirá nas obras de construção e melhoramento das construções funerárias, salvo quando desconformes com a legislação pertinente, prejudiciais à higiene e segurança pública e agressiva ao meio ambiente.

§ 1º No cemitério público os serviços de construção, conservação e limpeza dos jazigos e similares só poderão ser feitos por pessoas devidamente credenciadas pelo Município, mediante registro em livro próprio.

§ 2º Dentro dos cemitérios fica proibida a preparação de pedras destinadas às construções a que se refere o caput, devendo o material entrar no local em condições de ser empregado imediatamente.

§ 3º Sobras de materiais de obras, conservação e limpeza das

sepulturas devem ser removidas imediatamente pelos responsáveis sob pena de multa de 1,5 UFM.

§ 4º O ladrilhamento do solo ao redor das sepulturas é permitido desde que atinja a totalidade da largura das ruas de separação e sejam, pelos interessados, obedecidas as instruções do Município.

§ 5º É permitida a todas as confissões de fé a prática de seus ritos no cemitério municipal, respeitadas as normas de ordem e segurança pública.

Art. 7º São obrigações comuns da administração do cemitério públicos:

I – Manter um registro geral com numeração e mapeamento de todas as sepulturas, jazigos e nichos existentes;

II – manter livro geral para registro de sepultamento, com colunas para as seguintes anotações:

- a) número de ordem;
- b) nome, idade, sexo, estado civil, filiação e naturalidade do falecido;
- c) data e lugar do óbito;
- d) número do registro de óbito, página, livro, nome do cartório e do lugar onde está situado;
- e) espécie de sepultura (temporária ou perpétua);
- f) categoria de sepultura (carneiro ou jazigo);
- g) data ou motivo da exumação;
- h) pagamentos de taxas e emolumentos;
- i) número, página e data do talão e importância paga.

III – livro para registro de carneiros ou jazigos, contendo colunas para as seguintes anotações:

- a) número de ordem do registro do livro geral;
 - b) número de ordem do sepultamento da espécie perpétua;
 - c) data do sepultamento;
 - d) nome, idade, sexo, estado civil, filiação e naturalidade do falecido;
 - e) número da quadra e do carneiro ou jazigo;
 - f) nome de quem assinou a concessão;
 - g) patronímico das famílias beneficiadas pela perpetuidade;
 - h) pagamento da concessão;
 - g) número, página, data do talão e importância paga;
- IV – livro para registro e ou arquivo eletrônico de depósito de ossos no ossuário, contendo colunas para as seguintes anotações:
- a) número de ordem do registro no livro geral e arquivo eletrônico;
 - b) nome, idade, sexo, estado civil, filiação e naturalidade do falecido.
 - c) data do sepultamento;
 - d) data da exumação.
 - e) número da sepultura anterior

Art. 08 O cemitério municipal será dividido em quadras e em setores destinados ao sepultamento de adultos, de crianças e de carentes.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, são consideradas carentes aquelas pessoas que tenham renda familiar mensal de, no máximo 01 salário mínimo vigente.

Seção II

Das Sepulturas

Art. 09 Para efeito da presente Lei são estabelecidas as seguintes definições:

I – Sepultura: cova funerária aberta no terreno com as dimensões internas de, no mínimo: 2,30m (dois metros e trinta centímetros) de comprimento, por 0,90 (noventa centímetros) de largura, e 0,60 (sessenta centímetros) de altura, destinada a depositar caixão para adultos; e com as dimensões 1,60 m (um metro e sessenta centímetros) de comprimento, e 0,60 (sessenta centímetros) de largura, e 0,40 (quarenta centímetros) de altura, destinada a depositar caixão para crianças, assim considerada aqueles com até 12 anos de idade completos. As mesmas medidas deverão ser observadas nas sepulturas subterrâneas.

II – Carneira ou Gaveta: cova com paredes laterais revestidas de tijolos ou material similar, tendo internamente as dimensões das

sepulturas, e externamente o máximo de 2,60m (dois metros e sessenta centímetros) de comprimento e 1, 20m (um metro e vinte centímetros) de largura, para o caso de adultos. Para as construções destinadas ao sepultamento de crianças, obedecido ao previsto no inciso I, as dimensões externas terão no máximo 1,75 (um metro e setenta e cinco) centímetros de comprimento, por 0,70 (setenta) centímetros de largura.

III – Mausoléu ou Cripta: obra de arte em superfície, destinada a sepultamento no interior de edificação, templo ou suas dependências.

IV – Nicho: compartimento para o depósito de ossos retirados de sepulturas, tendo dimensões mínimas de 0,70 cm (setenta centímetros) por 0,40 cm (quarenta centímetros);

V – Ossuário: depósito de ossos requeridos pelos familiares e provenientes de sepulturas temporárias e carneiros, bem como de restos decorrentes do processo crematório.

Art. 10. As sepulturas do Cemitério Municipal são bens públicos de uso especial e não podem ser objeto de alienação de propriedade, sob qualquer modo, permitido somente o uso, sob a forma de concessão, como regulamenta esta lei.

Art. 11. As sepulturas poderão ser temporárias ou perpétuas.

Art. 12. Para os fins previstos no artigo 11, considera-se:

I - Concessão temporária: aquela firmada pelo prazo de 5 (cinco) anos, renováveis, uma vez, por igual período;

II - Concessão perpétua: aquela firmada por prazo indeterminado.

§ 1º É condição de renovação da concessão temporária a boa conservação da sepultura pelo concessionário.

§ 2º Encerrando o prazo inicial da concessão temporária de uso sobre a sepultura ou carneiro, a Administração Pública conferirá prazo de, no máximo, 30 (trinta) dias para que o concessionário manifeste interesse em renovar o contrato de concessão.

§ 3º Em não havendo renovação da concessão, as sepulturas ou carneiros serão abertos e os restos mortais existentes incinerados ou removidos para o ossuário, devidamente identificados.

§ 4º Os carentes serão colocados em sepulturas ou carneiros gratuitos pelo prazo de 5 (cinco) anos, não se admitindo prorrogação ou perpetuação.

Art. 13. A Administração poderá, a qualquer tempo, revogar a concessão de uso da sepultura ou carneiro, tanto a temporária quanto a perpétua, desde que fundamentada em razões de relevante interesse público, devendo indenizar os valores pagos pela concessão, desde que devidamente comprovada à titularidade do direito.

Parágrafo único. No caso de revogação da concessão da sepultura ou carneiro, a Administração Pública concederá prazo de 90 (noventa) dias para a transladação dos restos mortais para outro local, sob pena de incineração dos mesmos ou remoção para ossuário.

Art. 14. Nenhum concessionário de sepultura ou carneiro poderá, a qualquer título, dispor de seu direito, respeitado, contudo, os direitos decorrentes de disposições de última vontade ou de sucessão legítima.

Art. 15. O concessionário de sepultura ou carneiro, assim como seu representante, é obrigado a mantê-lo limpo e a realizar as obras de conservação e reparação do que tiver construído e que, a critério do Município, forem necessárias para a estética, segurança, salubridade e higiene pública.

Art. 16. Na falta de limpeza, conservação e reparação julgadas necessárias, as sepulturas ou carneiros serão consideradas em abandono e/ou ruína.

§ 1º Consideradas as sepulturas ou carneiros em abandono e/ou ruína, seus concessionários serão convocados, por correspondência, com o respectivo aviso de recebimento, bem como por edital, publicado em jornal de circulação local, para que procedam os serviços necessários dentro do prazo de 90 (noventa) dias.

§ 2º Esgotado o prazo estabelecido no parágrafo primeiro deste artigo, as sepulturas em abandono e/ou ruína serão demolidas e, assim como os carneiros, desocupadas, com a transladação dos restos mortais para o ossuário, salvo nos casos em que ainda não tiver decorrido o prazo de que trata o artigo 24 desta lei.

Art. 17. Entre as sepulturas deverá existir um espaço livre obedecendo à largura já existente, sempre com autorização prévia de alinhamento junto à administração do cemitério.

Parágrafo único. No caso de concessão perpétua de duas sepulturas contíguas, pelo mesmo concessionário, este poderá ocupar o espaço livre entre as mesmas, formando uma sepultura geminada, que será considerada como espaço único para sepultamento de familiares.

Seção III

Dos Sepultamentos

Art. 18. Nenhum cadáver poderá permanecer insepulto se o óbito tiver ocorrido há mais de 24 (vinte e quatro) horas, salvo quando o corpo estiver embalsamado, em processo de formalização, ou em decorrência de determinação judicial ou policial competente, ou da Secretaria de Saúde do Estado.

Art. 19. Não será feito sepultamento sem a Certidão de Óbito fornecida pelo Oficial do Registro Civil do local do falecimento.

Parágrafo único. Na impossibilidade de o registro de óbito ser feito antes do sepultamento, pela distância ou outro motivo relevante, nos termos em que autorizado pelo artigo 78 da Lei Federal n.º 6015/73, esse será feito mediante a apresentação da Declaração de Óbito devidamente assinada, ficando o familiar obrigado a, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do óbito, apresentá-la à Administração do cemitério, sob pena do pagamento de multa de 1,5 UFM.

Art. 20. São vedados os sepultamentos sem caixão, salvo nas hipóteses de epidemias, lutas armadas ou catástrofe de qualquer natureza, casos em que, se absolutamente necessário, far-se-á uso do ossuário.

Art. 21. Nas mesmas sepulturas somente poderão se repetir inumações no prazo de, no mínimo, três em três anos.

Seção IV

Das Exumações

Art. 22. Nenhuma exumação será feita antes de decorridos 03 anos de inumação, salvo se for requisitada por escrito por autoridade judiciária ou policial, em diligência no interesse da justiça.

Art. 23. No caso da exumação definitiva, as sepulturas poderão ser reutilizadas.

Seção V

Das Inumações

Art. 24. As inumações não poderão ser feitas antes de 12 horas do falecimento, salvo quando a autoridade médico-sanitário atestar que:

- a) a "causa mortis" foi moléstia contagiosa ou epidêmica;
- b) o cadáver apresentar sinal inequívoco de decomposição.

Seção VI

Das Translações

Art. 25. As translações de despojos de um para outro sepulcro dependerá de requerimento dos interessados à Administração do cemitério, acompanhado da certidão de óbito do de cujus, comprovação da disponibilidade do local para onde será feito o traslado, e pagamento de taxa especial.

Seção VII

Das Construções no Cemitério

Art. 26. As construções sobre as sepulturas deverão ter, no máximo, as seguintes dimensões:

- a) adulto: dois metros e oitenta centímetros (2,80m) de comprimento, um metro e quarenta centímetros (1,40m) de largura e dois metros e dez (2,10m) de profundidade;
- b) crianças: um metro e oitenta centímetros (1,80m) de comprimento, noventa centímetros (0,90m) de largura e um metro e sessenta centímetros (1,60) de profundidade.

Parágrafo único. Tais critérios estão condicionados, sempre, à estrutura do jazigo original, que poderão ser modificados com

autorização da Prefeitura Municipal.

Art. 27. Exceto as pequenas construções sobre as sepulturas, ou colocação de lápides, nenhuma construção poderá ser realizada, nem mesmo iniciada, no cemitério, sem que a planta tenha sido previamente aprovada pelo Município.

Art. 28. Para toda a construção, inclusive de monumentos ou mausoléus, os interessados deverão requerer o alinhamento à Prefeitura, que será dado de acordo com a planta geral do cemitério.

Parágrafo único. Os interessados na construção de monumentos ou mausoléus serão responsáveis pela limpeza e desobstrução do local após o término das obras, não sendo permitido o acúmulo de material nas vias principais de acesso, nem o preparo de pedras, cimento e/ou outros materiais para construção dentro das dependências do cemitério.

Art. 29. As construções deverão ser calçadas ao redor.

Art. 30. Para que a limpeza do cemitério, em razão da comemoração do Dia de Finados, não fique prejudicada, as construções só poderão ser iniciadas com prazo suficiente para conclusão até o dia 27 de outubro de cada ano, imprerivelmente, sob pena de multa de 1,5 UFM.

Art. 31. É proibido deixar nas dependências do cemitério terra ou escombros em depósito.

§ 1º Em caso de construção ou demolição, os excedentes deverão ser removidos após a tarefa diária.

§ 2º A argamassa para as construções deverá ser preparada em caixas de madeira, PVC ou de metal.

§ 3º A condução do material para as construções deverá ser feita em recipientes que não permitam o derramamento do conteúdo.

§ 4º Os empreiteiros responderão por danos causados por seus empregados ou por desvio de objetos de outras sepulturas, quando em trabalho no cemitério, bem como o cobrir as capelas vizinhas com lona plástica para evitar respingos de argamassa, tintas e outros.

Art. 32. O cemitério público deverá apresentar o seguinte conjunto de dependências:

I - sala para visitantes;

II - Instalação hidráulica;

III- local próprio para o acendimento de velas;

IV - acesso próprio, com entrada pavimentada para veículos, com largura mínima de 5 (cinco) metros, diretamente ligada à rede viária.

Art. 33. As avenidas, ruas, alamedas e estacionamento do cemitério deverão ser gramadas, calçadas, britadas ou asfaltadas.

Seção VIII

Do Funcionamento e Administração do Cemitério

Art. 34. O horário de atendimento ao público, inclusive para efetivação dos sepultamentos, será fixado por ato do Poder Executivo.

Art. 35. O cemitério terá um administrador, a quem caberão as seguintes tarefas:

I - exigir e arquivar os atestados de óbitos;

II - registrar as translações e exumações, bem como os sepultamentos, dos quais constarão nome, idade, sexo, causa morte, dia e hora do falecimento e o número do jazigo em que o corpo será sepultado;

III - determinar a abertura e fechamento das sepulturas;

IV - controlar as concessões, cientificando os responsáveis acerca do vencimento ou revogação de seus direitos, na forma do parágrafo 3º do artigo 13 e parágrafo único do artigo 14, respectivamente;

V - providenciar a limpeza dos passeios capina da vegetação, execução da jardinagem e retirada dos resíduos de coroas e flores secas;

VI - intimar os responsáveis pelos sepulcros a realizarem as obras necessárias, tanto à manutenção da estética, quanto a evitar a ruína de construções e sepulturas;

VII - numerar os quadros e os locais destinados às sepulturas;

VIII - zelar pelas posturas estabelecidas e autuar os infratores;

IX - assinar, pela Administração Pública, termos de concessão dos

jazigos;
X – executar as tarefas correlatas que se fizerem necessárias.

Art. 36. No cemitério é proibido:

- I – o trabalho de menores de 18 (dezoito) anos e de pessoas portadoras de moléstia contagiosa;
 - II – pisar sobre as sepulturas ou subir sobre as mesmas;
 - III – riscar ou pichar os monumentos ou lápides tumulares;
 - IV – arrancar plantas e flores que ornamentem as sepulturas e jardins do cemitério;
 - V – praticar atos de depredação de qualquer espécie nos túmulos ou dependências do cemitério;
 - VI – fazer depósito de qualquer espécie de material, funerário ou não;
 - VII – pregar cartazes ou fazer anúncios nos muros e portões do cemitério;
 - VIII – efetuar atos públicos que não sejam de culto religioso ou cívico;
 - IX – fazer instalações para venda de quaisquer objetos, exceto os regularmente autorizados;
 - X – fazer trabalhos de construção ou de plantação aos domingos e feriados, salvo se com licença especial do Município;
 - XI – danificar, depredar ou sujar as sepulturas;
 - XII – gravar inscrições ou colocar epitáfios sem o visto da Administração;
 - XIII – jogar lixo em qualquer parte do recinto, salvo nas lixeiras destinadas para essa finalidade.
- Parágrafo único. O descumprimento de qualquer um dos itens do artigo 36 imputará a Administração Municipal providências legais do ressarcimento dos danos ou prejuízo.

Seção IX Das Tarifas

Art. 37. As tarifas cobradas com relação aos serviços decorrentes de sepultamento, concessão temporária ou perpétua, abertura de sepulcros, catacumbas e nichos, exumação ou transladação de restos mortais, fechamento de canteiros, envio de correspondências e publicação de editais, expedição de títulos e de licenças para construções no cemitério, serão cobrados sob o título de Receita de Cemitério.

Parágrafo único. As tarifas para a concessão e para os diversos serviços serão fixados anualmente por Decreto do Prefeito, considerando-se, no caso dos serviços, os custos dos mesmos, atualizados sempre que necessário pela UFM. As multas previstas nesta lei também serão atualizadas pela UFM ou índice que vier a substituí-lo.

Art. 38. Os cadáveres de carentes, de pessoas não reclamadas ou remetidas por autoridades policiais serão sepultados gratuitamente em quadros específicos do cemitério.

Parágrafo único. Poderão, também, na forma deste artigo, serem sepultados, gratuitamente, cadáveres de pessoas reconhecidamente pobres.

Art. 39. O inadimplemento das tarifas relativas aos serviços ou à concessão de uso da sepultura são causas de extinção do respectivo direito.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS AO CEMITÉRIO

Art. 40. O cemitério municipal será administrado e fiscalizado pelo Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos com a intervenção sempre que necessário da Secretaria Municipal da Saúde e desenvolvimento Social.

Parágrafo único – Mesmo quando concedido à administração a terceiros, a fiscalização será exercida conforme este artigo.

Art. 41. O terreno no qual está instalado o cemitério municipal não poderá servir a outras finalidades, salvo nas seguintes hipóteses:

- I – quando atingido grau de saturação, que torne difícil a inserção e armazenamento de corpos ou a decomposição dos cadáveres; ou,

II – quando a área em que instalado o cemitério, em virtude do crescimento urbano, se torne inadequada, em razão de sua localização.

§ 1º Antes de ser abandonado, o cemitério ficará fechado por cinco anos.

§ 2º Quando for necessário proceder à translação de restos mortais, os responsáveis pelos jazigos deverão requerer o procedimento junto à Administração do cemitério, no prazo de 90 (noventa) dias contados da sua notificação, para o que deverão pagar as respectivas taxas que lhes outorgam o direito a espaço igual, em superfície, ao que o sepulcro ocupava no antigo cemitério.

§ 3º Terminado o prazo do § 1º deste artigo, os restos mortais não transladados serão depositados no ossuário, sendo a área do cemitério destinada à praça ou parque.

Art. 42. A Secretaria de Saúde do Município poderá fazer doação de restos mortais abandonados, após o processo de decomposição, a instituições científicas.

Art. 43. O Poder Executivo providenciará para que sejam atualizadas as tarifas de concessões de jazigos, bem como dos serviços de sepultamento.

Art. 44. As infrações ao disposto nesta Lei serão punidas com multa pecuniária cujo valor será fixado pelo Executivo, limitado entre o mínimo de 1,6 UFM e o máximo de 6 UFM, inclusive no caso de reincidência, conforme Decreto do Executivo.

CAPÍTULO III DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Art. 45. Os serviços funerários, no âmbito do Município de Santa Rosa do Sul, são considerados de interesse público, serão realizados pela Administração Municipal e poderão ser delegados à iniciativa privada mediante ato de concessão, obedecida a legislação pertinente e desde que se cumpra na íntegra a presente Lei, decretos, portarias, normas e demais atos que vierem a ser editados pelos poderes competentes.

Art. 46. Os serviços funerários compreendem a confecção e fornecimento de urnas funerárias, a organização e realização de pompas fúnebres e transporte de cadáveres e a instituição, manutenção e administração de cemitérios.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, a pompa fúnebre compreende a preparação do cadáver com vistas à realização ordenada do sepultamento, como a limpeza, vestimenta e adornos para o traslado e o velório do corpo, com ou sem o fornecimento de urnas funerárias.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47. O cemitério público será fiscalizado pelo Poder Executivo, por meio da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 48. As infrações ao disposto nesta Lei serão punidas com multa pecuniária cujo valor será fixado no mesmo Decreto que regulamentar as tarifas das concessões, sepultamentos e demais serviços, observado o disposto no artigo 50.

Art. 49. O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que for pertinente.

Art. 50. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, 22 de março de 2016.
Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer
Secretário de Administração e Finanças

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 18/2016 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016 FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 07 de abril de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE KIT CENTRAL DE ALARME PARA UNIDADES DE SAÚDE, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631 6044 ou retirar o Edital completo através do site: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 03 de março de 2016.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Pregoeiro Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 20/2016 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016 - FMS

Menor preço por item

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 14 de abril de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ULTRASSOM.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6199 ou retirar o Edital completo através do site: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 08 de março de 2016.

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DECRETO Nº 1282/2016

DECRETO Nº 1282, DE 23 DE MARÇO DE 2016

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Edemilson Benedito de Assis, Jocemari Telma Teixeira, Lisane Krisz Ilg, Sergio Miguel de Matos e Schéliga Monia Foitt Poltronieri para, sob a presidência do

primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 061/2016, a realizar-se às 09:30 horas, do dia 19 de abril de 2016, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de março de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2016 FMD

EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2016 - FMD

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MAGALY CELISA DEORACKI MACHADO 73965391968.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na Prestação de Serviços de Lavagem Automotiva (interna e externa) dos veículos da Fundação Municipal de Desportos do Município de São Bento do Sul no ano de 2016, conforme Compra Direta nº 037/2016, de 17 de março de 2016.

DO VALOR: R\$ 1.820,00 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 9 (nove) meses e 10 (dez) dias, a contar de 21 de março de 2016 e com término em 31 de dezembro de 2016.

São Bento do Sul, 21 de março de 2016.

ASS: LUIZ NERI PEREIRA, pela Fundação.

MAGALY CELISA DEORACKI MACHADO 73965391968, como Contratada.

PORTARIA Nº 11363/2016

PORTARIA Nº 11363, DE 23 DE MARÇO DE 2016

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal JOSÉ RIBEIRO DANTAS FILHO, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, na Secretaria Municipal de Saúde, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00096/14-6, de 07 anos, 01 mês e 21 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 2015, de 18 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de março de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11364/2016

PORTARIA Nº 11364, DE 23 DE MARÇO DE 2016

Prorroga prazo para posse

EDIMAR GERALDO SALOMON, PREFEITO MUNICIPAL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de GRÉGORI CONTE TONDELLO, no cargo de Médico Clínico Geral, do Concurso Público nº 003/2015, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 2097/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de março de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON
Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 51/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 51/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Assistência Social, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/ENTIDADE/INSTITUIÇÃO DE NATUREZA PRIVADA SEM FINS ECONÔMICOS PARA REALIZAR AÇÕES PREVISTAS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, DE ACORDO COM A TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS - RESOLUÇÃO 109/2009-CNAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REFERENCIADO NO CREAS - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO, sofreu alterações na tabela do item 6 – DA DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS ENTRE OS HABILITADOS e no ANEXO REQUERIMENTO do edital.

Informamos que as alterações estão disponíveis no site da prefeitura, sito www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e, para que esta produza os seus efeitos conforme lei, permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do edital.

São Bento do Sul, 23 de março de 2016.

RITA MARIA DUMS
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 15/2016**

Pregão Presencial nº 15/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 15/2016

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 05 de abril de 2016, em sua sede, na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de veículo novo, 0k, tipo camionete pick-up, cor branca, cabine simples.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(25) 4.4.90.52.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 23 de março de 2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 17/2016

Pregão Eletrônico nº 17/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 17/2016

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que se encontra aberto o Processo Licitatório 17/2016, e o envio das propostas será das 18:00hrs do dia 24/03/2016 até as 08:00hrs do dia 07/04/2016 pelo site www.bll.org.br. Início da sessão pública virtual será às 09:30hrs do dia 07/04/2016 (Horário de Brasília).

DO OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de discos para cortar asfalto e concreto e compactador de solo (sapo), cuja especificação e quantitativo encontram-se descritos no Termo de Referência (ANEXO I) do edital, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo no site www.bll.org.br e também no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, na Rua Marechal Floriano, nº 214, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 22 de março de 2016.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Cristóvão do Sul

PREFEITURA

EDITAL 14/2016 IL 1/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2016 INEXIGIBILIDADE Nº 1/2016

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Inexigibilidade nº 1/2016, Processo de Licitação nº 14/2016 para Contratação de Show e Baile para aniversário do Município, em favor de R8 COMUNICAÇÃO E MARKETING EIRELI - ME, inscrito no CNPJ nº 23.050.212/0001-89. São Cristóvão do Sul (SC), 15 de março de 2016. SISI BLIND – Prefeita Municipal

EDITAL 15/2016 PR 7

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO 15/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2016

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2016, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: Serviço de mão de obra de serviços elétricos predial e iluminação pública.

Vencimento: 11/04/2016 as 13:30 (treze horas e trinta minutos)
Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: www.saocristovao.sc.gov.br ou pelo e-mail: toniel@saocristovao.sc.gov.br. SISI BLIND - Prefeita Municipal

EDITAL 16/2016 TP 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO 16/2016 TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2016

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2016, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: Obra de serviço para construção de padrão de energia elétrica para creche bairro Meu Postinho, conforme memorial, plantas e planilha em anexo.

Vencimento: 13/04/2016 as 13:30 (treze horas e trinta minutos)
Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: www.saocristovao.sc.gov.br ou pelo e-mail: toniel@saocristovao.sc.gov.br. SISI BLIND - Prefeita Municipal

EDITAL 17/2016 TP 3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO 17/2016 TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2016

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2016, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: Obra de serviço para construção de padrão de energia elétrica para creche bairro Meu Postinho, conforme memorial, plantas e planilha em anexo.

Vencimento: 13/04/2016 as 16:00 (dezesseis horas)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: www.saocristovao.sc.gov.br ou pelo e-mail: toniel@saocristovao.sc.gov.br. SISI BLIND - Prefeita Municipal

EDITAL 18/2016 PR 8

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO 18/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2016

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2016, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: Aquisição de Produtos Alimentícios e Hortifrutigranjeiros para a Merenda Escolar das Escolas Municipais e Creche conforme convênio FNDE/MEC e secretarias municipais.

Vencimento: 12/04/2016 as 13:30 (treze horas e trinta minutos)
Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: www.saocristovao.sc.gov.br ou pelo e-mail: toniel@saocristovao.sc.gov.br. SISI BLIND - Prefeita Municipal

EDITAL 19/2016 PR 9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO 19/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2016

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2016, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: Aquisição de material elétrico.

Vencimento: 08/04/2016 as 13:30 (treze horas e trinta minutos)
Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: www.saocristovao.sc.gov.br ou pelo e-mail: toniel@saocristovao.sc.gov.br. SISI BLIND - Prefeita Municipal

São Domingos

PREFEITURA

ADITIVO 003 WINCK ENGENHARIA UADAFF PRAZO

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: JANEIRO/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO PREFE N. 003 de 27/01/2016

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 075/2014 Tomada de Preços 009/2014

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira - Dos Prazos do Contrato PREFE 061 de 14 de agosto de 2014.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADA: Winck Engenharia e Construções Ltda

CNPJ: 09.544.243/0001-65

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 03/05/2016

DEC 2233 DE 11 03 16 EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIDIANE CHITTO

DECRETO Nº 2233, DE 11 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre a exoneração a pedido de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pelas Leis Complementares Municipais, nº 0018, de 28/01/2008 atualizada, nº 0043, de 26/07/2012 atualizada, nº 1.132 de 11/12/98 atualizada e nº 0045, de 06/11/2012 atualizada:

· Considerando requerimento apresentado junto ao setor de pessoal solicitando a exoneração do cargo, firmado pela servidora Sidiane Chitto, protocolo sob nº 501, na data de 11 de março de 2016; DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora Sidiane Chitto, do cargo público de Professor PD/D-IV, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica extinto o Contrato nº 020/2016, firmado entre o Município de São Domingos e Sidiane Chitto, a pedido da servidora.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de março de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 2235 DE 17 03 2016 DISPOE SOBRE A VACANCIA DO CARGO DE SELMA MARTINS PRADO POR APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

DECRETO Nº 2235, DE 17 DE MARÇO DE 2016

Dispõe sobre a vacância de cargo público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08

atualizada; pelos artigos 34 a 35 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12; e:

· Considerando que a servidora pública municipal Selma Martins Prado, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, obteve a concessão de aposentadoria por invalidez espécie 32 - NB 613.346.482-1, pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS;

· Considerando o disposto no inciso V do art. 34 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que explicita que a aposentadoria é uma forma de vacância de cargo público;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado vago 01 (um) cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, integrante do quadro de cargos do município de São Domingos, em função da concessão de aposentadoria por invalidez espécie 32 - NB 613.346.482-1, pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS; a servidora pública municipal Selma Martins Prado, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, com a extinção do vínculo de trabalho respectivo com o município a partir desta data.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nº 836, de 05 de março de 2010 e nº 131, de 08 de abril de 2008, todas no que diz respeito a servidora.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de março de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

DEC 2239 DE 22 03 2016 DISPOE SOBRE A VACANCIA DO CARGO DE ANAIR ROSSONI POR APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

DECRETO Nº 2239, DE 22 DE MARÇO DE 2016

Dispõe sobre a vacância de cargo público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pelos artigos 34 a 35 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12; e:

· Considerando que a servidora pública municipal Anair Rossoni, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, obteve a concessão de aposentadoria por invalidez - NB 613.346.335-3, pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS;

· Considerando o disposto no inciso V do art. 34 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que explicita que a aposentadoria é uma forma de vacância de cargo público;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado vago 01 (um) cargo de Agente Comunitário de Saúde, integrante do quadro de cargos do município de São Domingos, em função da concessão de aposentadoria por invalidez - NB 613.346.335-3, pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS; a servidora pública municipal Anair Rossoni, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, com a extinção do vínculo de trabalho respectivo

com o município a partir desta data.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nº 836, de 05 de março de 2010 e nº 944, de 31 de agosto de 2010, todas no que diz respeito a servidora.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 22 de março de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

POR 1917 DE 22 02 16 LOTA E REVOGA INSALUBRIDADE IVONETE RODRIGUES

PORTARIA Nº 1917, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a lotação de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes;

· Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde Elie-se Comachio, solicitando a lotação da servidora Ivonete Rodrigues em outra em outra Secretaria;

RESOLVE:

Art. 1º Fica lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes a servidora pública municipal Ivonete Rodrigues, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do desta data.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1540, de 02 de janeiro de 2014;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 22 de fevereiro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

POR 1918 DE 22 02 16 LICENÇA SAUDE AO SERVIDOR WENICIUS ARTIMINO PASE

PORTARIA Nº 1918, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; pela Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar 0042, de 04/04/12 atualizada e 0043, 26 de julho de 2012;

· Considerando que o servidor encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde conforme nº do benefício 6124614212;

· Considerando Parecer Jurídico sobre a matéria;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde ao servidor público municipal Wenícios Artimino Pase, ocupante do cargo público de Professor PD/D-IV, a partir desta data até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 22 de fevereiro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

POR 1922 DE 26 02 16 DESIGNA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

PORTARIA Nº 1922, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

Designa Comissão de Acompanhamento de Concurso Público – para Cargo Público, Processo Seletivo Público para o Emprego Público do Município de São Domingos -SC.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas: pela Constituição Federal de 1988; pelo artigo 100 da Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Lei Complementar Municipal nº 0017, de 21/12/07; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/12 atualizada; Pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98 e pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada Comissão para Acompanhamento do Concurso Público - para Cargo Público: Processo Seletivo Público - para Emprego Público, para provimento de vagas no quadro específico de servidores e empregados públicos municipais de São Domingos (SC), nos termos da legislação vigente, sendo:

· Ana Claudia Barizon Fontana da Luz (presidente)

· Odila Giroto Elger (membro)

· Ari Pertille (membro)

· Edilio Styburski (membro)

· Cristiane Ansolin (membro)

· Zorilde Chimello Pin (membro)

· Iraci Ines Marmentini Walendorff (membro)

· Valdir Zanin (membro)

Art. 2º Compete à Comissão ora nomeada acompanhar e fiscalizar todos os atos do Concurso Público e Processo Seletivo Público, até a homologação do resultado final.

Art. 3º Os trabalhos prestados pela comissão não serão remunerados.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 26 de fevereiro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

POR 1923 DE 01 03 16 DESIGNA IELIZANDRA BOLZAN ORIENTADORA TÉCNICA PEDAGOGICA 1

PORTARIA Nº 1923, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre designação de professora para a função de assessoramento pedagógico, e concessão de Função Gratificada, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; atualizada; pelas Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/08 atualizada, nº 0045 de 06/11/12; e pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; e:

- Considerando a Solicitação da Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes, Silvia Rozani de Brito Baggio;
- Considerando os princípios da legalidade e do interesse público dos atos da administração;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora Elizandra Fátima Bolzan, nomeada para o cargo de Professor PD/C-III, com a carga horária de 40 horas semanais, para a função de Assessora Técnica Pedagógica, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a partir do dia 01 de março de 2016, nos termos da Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98;

Art. 2º Pelo desempenho da função de assessoramento Técnico Pedagógico será concedida a Função Gratificada do Magistério, FG-M2 - 30% (trinta por cento), nos termos do artigo 20 da Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98, a ser calculada sobre o vencimento básico da classe;

Art. 3º fica revogada a portaria nº 1743 de 06 de fevereiro de 2015;

Art. 4º As despesas decorrentes da presente portaria, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

São Domingos (SC), 01 de março de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

POR 1925 DE 09 03 16 FÉRIAS AO SERVIDOR ADAILTON LUIZ MACIEL SANTOS E JUSSARA A GOES

PORTARIA Nº 1925, DE 09 DE MARÇO DE 2016.

Concede férias aos servidores públicos municipais, e dá outras providências

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 0042, de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 atualizada e:

- Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS aos servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Adailton Luiz Maciel Santos	Vigia	14/02/14 a 13/02/15	30	14/03/16 a 12/04/16
Jussara Aparecida Goes	Técnico em Enfermagem	18/03/13 a 17/03/14	30	14/03/16 a 12/04/16

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de março de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

POR 1926 DE 14 03 16 CONCEDE AFASTAMENTO LEGAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARCIA BIGOLIN ROSALEM

PORTARIA Nº 1926, DE 14 DE MARÇO DE 2016

Concede afastamento legal a servidora pública municipal

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada e pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 04/04/12 atualizada;

· Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

· Considerando Art. 80 letra b, da Lei Complementar nº 0045 de 06/11/12;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Afastamento Legal, para ausentar-se do serviço sem prejuízo de seus direitos, por 05 (cinco) dias consecutivos, no período de 12/03/2016 a 16/03/16, por motivo de falecimento de sua mãe, a Servidora Publica Municipal, Marcia Bigolin Rosalem, ocupante do Cargo Publico de Técnico em Enfermagem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos/SC, 14 de março de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

POR 1927 DE 15 03 16 LICENÇA SAUDE ANA DE LURDES DE JESUS WOSNES CENI

PORTARIA Nº 1927, DE 15 DE MARÇO DE 2016.

Concede licença para tratamento de saúde a servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12 atualizada;

· Considerando atestado médico apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a servidora pública municipal Ana de Lurdes de Jesus Wosnes Ceni, ocupante do cargo público de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir desta data até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 15 de março de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

POR 1928 DE 16 03 16 LICENÇA SAUDE CELIA LURDES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1928, DE 16 DE MARÇO DE 2016.

Concede licença para tratamento de saúde a empregada pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0017, de 21/12/2007, e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012 atualizada;

· Considerando atestado médico apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a empregada pública municipal Célia Lurdes de Oliveira, ocupante do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, a partir desta data até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de março de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

POR 1929 DE 16 03 16 LICENÇA SAUDE LORITA DE FÁTIMA DE JESUS BIGOLIN

PORTARIA Nº 1929, DE 16 DE MARÇO DE 2016.

Concede licença para tratamento de saúde a servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Municipal nº 1.132 de 11/12/98, e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12 atualizada;

· Considerando atestado médico apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a servidora pública municipal Lorita de Fátima de Jesus Bigolin, ocupante do cargo público de Professor PD/D-IV, a partir desta data até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de março de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

POR 1930 DE 17 03 16 FÉRIAS AOS SERVIDORES IVONETE BILIBIO SALETRE L B MARIN HELLEN S B ROCHA
PORTARIA Nº 1930, DE 17 DE MARÇO DE 2016.

Concede férias aos servidores e empregados públicos municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12 atualizada e:

· Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS aos servidores e empregados públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR/EMPREGADO	CARGO/EMPREGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Ivanete Solange Antunes Bilibio	Agente Comunitário de Saúde	02/06/14 a 01/06/15	05	21/03/16 a 25/03/16
Saete Lerina Bolzan Marin	Agente Comunitário de Saúde	02/06/14 a 01/06/15	05	21/03/16 a 25/03/16
Hellen Suzane Bortolini da Rocha	Telefonista	02/12/12 a 01/12/13 02/12/13 a 01/12/14	10 05	28/03/16 a 06/04/16 07/04/16 a 11/04/16

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de março de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

POR 1931 DE 21 03 16 CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE AO SERVIDOR VAGNER ALBERTO PASE

PORTARIA Nº 1931, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

Concede afastamento legal ao servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/2008 atualizada, Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 0042 de 04/04/2012 atualizada, Lei Complementar nº 0045 de 06/11/2012 atualizada;

· Considerando o art. 80 inciso III da Lei Complementar Municipal nº 0045 de 06/11/2012.

· Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido afastamento legal ao servidor público municipal, Vagner Alberto Pase, ocupante do cargo de Professor PD/D-IV, para ausentar-se do serviço, sem prejuízo de seus direitos, por 05 (cinco) dias úteis consecutivos, em razão do nascimento do filho, no período de 20 de março de 2016 a 24 de março de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 21 de março de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

POR 1932 DE 21 03 2016 LICENÇA MATERNIDADE CATIA DE MARCHI PASE

PORTARIA Nº 1932, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

Concede licença à servidora pública municipal gestante.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/08, atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12 atualizada, Lei Complementar nº 0032 de 03/09/11, Lei Complementar 0042 de 04/04/12 atualizada;

· Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à servidora pública municipal Catia De Marchi Pase ocupante do cargo público de Enfermeiro, no período compreendido entre 20 de março de 2016 a 15 de setembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 21 de março de 2016.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

POR 1934 DE 23 03 16 FÉRIAS AOS SERVIDORES MARLI RIBEIRO DOS SANTOS E VANIR CARMEN DALLA RIVA

PORTARIA Nº 1934, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

Concede férias a servidoras públicas municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12 atualizada e:

· Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidoras públicas municipais, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Marli Ribeiro dos Santos	Coordenador de Programas	25/02/14 a 24/02/15	05	28/03/16 a 01/04/16
Vanir Carmen Dalla Riva	Agente Comunitário de Saúde	06/03/14 a 05/03/15	10	04/04/16 a 13/04/16

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 23 de março de 2016.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

São Joaquim

PREFEITURA

ERRATA PROCESSO 23/2016 PMSJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

ERRATA DE LICITAÇÃO

Pregão presencial 14/2016

Processo n.º 23/2016 – Aquisição de pneus para diversas Secretarias Municipais.

No edital publicado do dia 15 de março de 2016

No edital 23/2016:

Onde se lê:

A Prefeitura Municipal de São Joaquim CNPJ 82.561.093/0001-98 por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, torna público que fará realizar às 09: 30 horas do dia 28 de março de 2016, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Pelo Menor preço por item - registro de preço, regida pela Lei nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 001/06, pela Lei Complementar nº 123/06 com alterações LC 147/14 por este Edital e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, a Praça João Ribeiro, nº 01, Centro, 2º Piso - Sala de Licitações, destinado à Aquisição de pneus para diversas Secretarias Municipais.

Leia-se:

A Prefeitura Municipal de São Joaquim CNPJ 82.561.093/0001-98 por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, torna público que fará realizar às 09: 30 horas do dia 28 de março de 2016, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Pelo Menor preço por item - registro de preço, regida pela Lei nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 001/06, pela Lei Complementar nº 123/06, por este Edital e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, a Praça João Ribeiro, nº 01, Centro, 2º Piso - Sala de Licitações, destinado à Aquisição de pneus para diversas Secretarias Municipais.

São Joaquim, 23 de março de 2016.

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

PP 22/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 35/2016 -

PREGÃO PRESENCIAL 22/2016

OBJETO: Contratação de empresa para locação de banheiros químicos e equipes de limpeza e segurança para prestação de serviço no período para a XX Festa Nacional da Maçã

Tipo: Menor Preço por Lote

Abertura: 06/04/2016 às 09:30 horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com inf. (49)3233-0411.

Edital: <http://www.saojoaquim.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMapaItem/5088>

São Joaquim, 23 de março 2016.

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

CONTRATO/CT: Nº 025/2016 – TP 034/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 025/2016 – TP 034/2015 – Processo 486/2015
- Contratado: KS CONSTRUÇÕES LTDA ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA RECUPERAÇÃO E EXECUÇÃO DE MUROS E RECUPERAÇÃO DE GALERIAS NAS SITUAÇÕES EMERGENCIAIS, EM DIVERSOS LOCAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura. Valor: R\$ 218.810,05 (duzentos e dezoito mil, oitocentos e dez reais e cinco centavos). Data da Assinatura do Contrato: 15 de março de 2016.

DECRETO Nº 6015/2016

DECRETO Nº 6015/2016
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensadas, a pedido, as seguintes servidoras, admitidas por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
CHAIENE EVARISTO	Professor-M	01/03/2016
GILCENIR PASSOS SILVA	Professor-M	01/03/2016

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/03/2016.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6016/2016

DECRETO Nº 6016/2016
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
PATRICIA CLECIA FRANCESCHINA	Agente de Serviços Gerais	09/03/2016

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09/03/2016.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6017/2016

DECRETO Nº 6017/2016
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
DAIANI LICHTENFELZ	Auxiliar de Ensino	09/03/2016

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09/03/2016.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6018/2016

DECRETO Nº 6018/2016
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensados, a pedido, os seguintes servidores, admitidos por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
ADRIANA MARTINS SILVANO	Professor - M	17/03/2016
EMERSON PAULO DE CASTRO	Professor - H	17/03/2016

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17/03/2016.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6019/2016

DECRETO Nº 6019/2016
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22/09/2014;

Embasado no Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça SC, nos autos da apelação civil em mandado de segurança nº 064.00.001304-1, no que diz respeito à permanência de servidora gestante ou de licença gestação e parecer nº 700/2013/PGM;

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA DE DISPENSA
ALINE JOSE FOLSTER	Professor - M	14/03/2016

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14/03/2016.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6020/2016

DECRETO Nº 6020/2016
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22/09/2014;

Embasado no Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça SC, nos autos da apelação civil em mandado de segurança nº 064.00.001304-1, no que diz respeito à permanência de servidora gestante ou de licença gestação e parecer nº 700/2013/PGM;

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA DE DISPENSA
ROCHELE LERNER	Professor - M	09/03/2016

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09/03/2016.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6021/2016

DECRETO Nº 6021/2016
PROMOVE, POR NOVA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, NOS TERMOS DA LEI Nº 4.422/2006 E ALTERAÇÕES CONTIDAS NA LEI MUNICIPAL Nº 4.676/2008 E DO DECRETO Nº 21.820/2006.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica promovida por nova habilitação profissional, nos termos dos artigos 16, III, e 20 da Lei nº 4.422/2006, alterações conforme Lei Municipal nº 4.676/2008 e do Decreto nº 21.820/2006, a servidora JERUZA DE JESUS BARBOSA, lotada no Centro de Educação Infantil Flor de Nápolis, com a carga horária de 40 horas, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, passando para a situação funcional MAG-APG-ASL-10D do anexo XXI da Lei nº 4.422/2006, sendo mantida a mesma lotação, função, período e carga horária.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de janeiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6022/2016

DECRETO Nº 6022/2016

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 008/2015, datado de 08 de setembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratados para o ano letivo de 2016 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
DANUSA DANIELA DE VARGAS	Auxiliar de Sala	40 Horas	08/03/2016
FRANK JOAO DEMETRIO	Professor-M	20 Horas	08/03/2016

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/03/2016.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6023/2016

DECRETO Nº 6023/2016

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 008/2015, datado de 08 de setembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratados para o ano letivo de 2016 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
ALEXSANDRO NUNES FLORES	Professor-H	40 Horas aulas	09/03/2016
EDITE BRAULIA NASCIMENTO	Auxiliar de Ensino	40 Horas	09/03/2016
FELIPE JAKUBIAK	Professor-H	30 Horas aulas	09/03/2016
FERNANDA KROTH MEDEIROS	Professor-H	30 horas aulas	09/03/2016
JOSIANE MARIA RODRIGUES MATOS	Professor-M	40 horas	09/03/2016
MARISTELA SILVEIRA DE ALBUQUERQUE	Professor-H	39 horas aulas	09/03/2016
VALDINEIA DE SOUZA ANACLETO	Auxiliar de Ensino	30 horas	09/03/2016

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09/03/2016.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6024/2016

DECRETO Nº 6024/2016

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 008/2015, datado de 08 de setembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratados para o ano letivo de 2016 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
JOSIANE WOLFF	Professor-H	36 Horas aulas	10/03/2016
MARINALVA MATHIAS SOUZA MATTOS	Auxiliar de Ensino	40 Horas	10/03/2016
PATRICIA CLECIA FRANCESCHINA	Auxiliar de Ensino	40 horas	10/03/2016
RIXIELI SOUZA DOS ANJOS	Auxiliar de Ensino	40 horas	10/03/2016

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10/03/2016.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6025/2016

DECRETO Nº 6025/2016

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 008/2015, datado de 08 de setembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratados para o ano letivo de 2016 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
BRUNNA DUARTE	Auxiliar de Ensino	40 horas	11/03/2016
CLEITON MANOEL FERREIRA	Professor-H	44 horas aulas	11/03/2016
DANIELA MONTEIRO LEBARBENCHON	Professor-H	22 horas aulas	11/03/2016
GISELY SILVA	Auxiliar de Ensino	40 horas	11/03/2016
JOSIRENE FERREIRA CORREA NIENKOETTER	Auxiliar de Ensino	30 horas	11/03/2016
SAMARA MARIA DE SOUZA SILVEIRA	Professor-M	20 horas	11/03/2016

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11/03/2016.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6026/2016

DECRETO Nº 6026/2016

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 008/2015, datado de 08 de setembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratados para o ano letivo de 2016 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
ALINE JOSE FOLSTER	Professor-M	40 horas	14/03/2016
ANA CATARINA MARINHO	Auxiliar de Ensino	30 horas	14/03/2016
ARLETE DE SOUZA FELIPPE	Professor-M	40 horas	14/03/2016
SIMONE DA SILVA PERES	Auxiliar de Ensino	30 horas	14/03/2016

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14/03/2016.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6027/2016

DECRETO Nº 6027/2016

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 008/2015, datado de 08 de setembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada para o ano letivo de 2016 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
MARISTELA GIGOLET	Auxiliar de Ensino	30 horas	15/03/2016

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15/03/2016.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6033/2016

DECRETO Nº 6033/2016

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora AGATA CRISTINI DE SOUZA E SILVA do cargo de Assessor II – ADMINISTRATIVO - CCM 2, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6035/2016

DECRETO Nº 6035/2016

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
GRAZIELA SETUBAL	Auxiliar de Sala	14/03/2016

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14/03/2016.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6037/2016

DECRETO Nº 6037/2016

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor CLEBER MARTINS do cargo de Assessor III administrativo – CCM 4, com lotação na Secretaria de Governo.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6038/2016

DECRETO Nº 6038/2016

ALTERA O INCISO III DO ART. 1º DO DECRETO Nº 33.023, DE 02 DE MARÇO DE 2011, QUE REGULAMENTA O PAGAMENTO DA TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA PREVISTA NO ART. 331 E SEGUINTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 021, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Passa a vigorar com a seguinte redação o inciso III do art. 1º do Decreto nº 33.023, de 02 de março de 2011:

“Art. 1º -

[..]

III – na renovação para exercícios subsequentes àquele do início das atividades, no dia 31 de maio de cada exercício.” (NR)

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos em relação aos lançamentos efetuados a partir de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2016

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA Secretário da Receita	RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador Geral do Município
--	---

DECRETO Nº 6039/2016

DECRETO Nº 6039/2016

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER INTERINAMENTE CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, I, II e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a Sra. SINARA REGINA LANDT SIMIONI, ocupante do cargo de Secretária da Administração - SM, para exercer INTERINAMENTE as funções do cargo em comissão de Secretária de Saúde – SM.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6040/2016

DECRETO Nº 6040/2016

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor ADILSON DA SILVA CASTRO do cargo de Secretário Adjunto de Planejamento e Gestão Orçamentária – SMA, com lotação na Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 002/2016. Contratado: EPAGRI EMP. DE PESQ. AGROPECUÁRIA E EXT. RURAL SC. Objeto: “INE-XIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO NA ÁREA DE AGRICULTURA, MARICULTURA E PESCA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC”. Valor total do contrato: R\$ 41.800,00 (quarenta e um mil, oitocentos reais). Fundamento Legal: art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 003/2016. Contratado: RIBCO DO BRASIL IMP. E EXP. LTDA EPP. Objeto: "INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ETILÔMETRO ELETROQUÍMICO DO SETOR DE TRÂNSITO DO 7º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR LOCALIZADO NA CIDADE DE SÃO JOSÉ/SC". Valor total do contrato: R\$ 3.786,48 (três mil, setecentos e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos). Fundamento Legal: art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 048/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 048/2016. Contratado: BUNN COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA - ME. Objeto: "DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM CARÁTER EMERGENCIAL, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL A SER UTILIZADO NA REFORMA DE PONTE DE MADEIRA SOBRE O RIO IMARUÍ, PRÓXIMA ANTIGA USINA – BAIRRO COLÔNIA SANTANA – MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC". Valor total do contrato: R\$ 23.725,00 (vinte e três mil, setecentos e vinte e cinco reais). Fundamento Legal: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

LICENÇA DE OPERAÇÃO RLO Nº 391/2004

A Prefeitura Municipal de São José – PMSJ – CNPJ Nº 82.892.274/0001-05, torna público que requereu ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a renovação da Licença de Operação RLO nº 391/2004, expedida em 11 de janeiro de 2011, com validade pelo período de 10 (dez) anos, para o empreendimento Aterro Hidráulico Mecânico Angra de São José - Processo nº 02001.000413/99-33, no trecho do município de São José/SC.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 040/2016

PORTARIA Nº 040/2016.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR – A Senhora EMILY DA SILVA, do cargo em comissão COORDENADOR PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador Michel Schlemper, conforme art. 44, da Lei Complementar nº 068 de 02/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de março de 2016.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 22 de março de 2016.

Orvino Coelho de Ávila
Presidente

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SJPREV**DECRETO 5898/2016**

DECRETO Nº 5898/2016

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 023743/2015 e com base no artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal, c/c Art. 2º da EC nº 70/2012,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por invalidez, para o servidor OSVALDO DE SOUZA, matrícula 6021-6, ocupante do cargo de Fiscal de Obras, lotado na Secretaria de Serviços Públicos, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de horas normais, quinquênio e produtividade, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N° 39/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N°39/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº39/2016, Edital de Pregão N°39/2016, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE FORNEÇA UM SISTEMA DE TELEMETRIA COM A LOCAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO COM SENSOR DE NÍVEL E CÂMERA, E QUE REALIZA A INSTALAÇÃO DOS MESMOS NOS LOCAIS DETERMINADOS PELO SEMAE COM SERVIÇO DE MANUTENÇÃO. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 09:00 horas do dia 06/04/2016. Abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 06/04/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2015

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2015

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretária Municipal de Educação, Sra. Lúcia Iliane da Costa, brasileira, portadora do RG nº 2.039.498-5 e inscrita no CPF nº 693.306.119-15, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa GENTE SEGURADORA S.A., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, Centro Histórico, no Município de Porto Alegre - RS, CEP: 90.020-060-000, inscrita no CNPJ sob o nº 83.022.921/0001-82, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Sergio Suslik Wais, brasileiro, casado, segurador, inscrito no CPF sob o nº 062.422.780-49 e portador da Cédula de Identidade sob o nº 1005619679, residente e domiciliado no Município de Porto Alegre - RS, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 123/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 082/2015, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 1,065% (um vírgula zero sessenta e cinco por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário em razão da necessidade de continuidade dos serviços e em atenção às novas exigências do DETER.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é R\$ 1.149,56 (um mil, cento e quarenta e nove reais e cinquenta e seis centavos) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 123/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 082/2015, que trata da CONTRATAÇÃO DE SEGURO PREDIAL PARA O CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E SEGUROS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL:

Contratada: GENTE SEGURADORA S.A.;

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
08	SEGURO DO VEÍCULO SPRINTER PLACA MKW 3974; ANO/VEÍCULO: 2013; 17 PASSAGEIROS; CATEGORIA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. COBERTURAS: Limite de Indenização sobre o Casco 100%, Franquia Reduzida. Danos Materiais R\$ 200.000,00, Danos Corporais 400.000,00, Acidentes Pessoais de Passageiros com Despesas Médicos Hospitalares 50.000,00, Danos Morais R\$ 50.000,00. Assistência 24 horas e Seguros de Vidros.	R\$ 1.149,56	R\$ 1.149,56
TOTAL			R\$ 1.149,56

O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 1.149,56 (um mil, cento e quarenta e nove reais e cinquenta e seis centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de fevereiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	SERGIO SUSLIK WAIS Gente Seguradora S.A.
LÚCIA ILIANE DA COSTA Secretária Municipal de Educação	

2º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2015

2º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2015

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Saúde, Sr. Sérgio Hentz, brasileiro, casado, portador do RG nº 17/R 1.693.579 e inscrito no CPF sob nº 492.474.509-00, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa GENTE SEGURADORA S.A., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, Centro Histórico, no Município de Porto Alegre - RS, CEP: 90.020-060-000, inscrita no CNPJ sob o nº 83.022.921/0001-82, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Sergio Suslik Wais, brasileiro, casado, segurador, inscrito no CPF sob nº 062.422.780-49 e portador da Cédula de Identidade sob nº 1005619679, residente e domiciliado no Município de Porto Alegre - RS, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 123/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 082/2015, expedida pela Secretaria Municipal de Saúde, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 2,13% (dois vírgula treze por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário em razão da necessidade de continuidade dos serviços e em atenção às novas exigências do DETER.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é R\$ 2.299,12 (dois mil, duzentos e noventa e nove reais e doze centavos) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 123/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 082/2015, que trata da CONTRATAÇÃO DE SEGURO PREDIAL PARA O CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E SEGUROS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL:

Contratada: GENTE SEGURADORA S.A.;

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
51	SEGURO DO VEÍCULO DUCATO; PLACA MGU 3765; ANO/VEÍCULO: 2009/2009; 18 PASSAGEIROS; CATEGORIAS: TRANSPORTES DE PASSAGEIROS; COBERTURAS: Danos Materiais R\$ 200.000,00, Danos Corporais 400.000,00, Acidentes Pessoais de Passageiros com Despesas Médicos Hospitalares 50.000,00, Danos Morais R\$ 50.000,00. Assistência 24 horas e Seguros de Vidros.	R\$ 1.149,56	R\$ 1.149,56
56	SEGURO DO VEÍCULO DUCATO; PLACA MGJ 2434; ANO/VEÍCULO: 2009; 18 PASSAGEIROS; CATEGORIAS: TRANSPORTES DE PASSAGEIROS COBERTURAS: Danos Materiais R\$ 200.000,00, Danos Corporais 400.000,00, Acidentes Pessoais de Passageiros com Despesas Médicos Hospitalares 50.000,00, Danos Morais R\$ 50.000,00. Assistência 24 horas e Seguros de Vidros.	R\$ 1.149,56	R\$ 1.149,56
TOTAL			R\$ 2.299,12

O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 2.299,12 (dois mil, duzentos e noventa e nove reais e doze centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de fevereiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	SERGIO SUSLIK WAIS Gente Seguradora S.A.
SERGIO HENTZ Secretário Municipal de Saúde	

3º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2015

3º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2015

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Administração e Fazenda, Sr. Lauri Alberto Centenaro, brasileiro, portador do RG nº 1.383.765 e inscrito no CPF nº 674.402.079-04, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa GENTE SEGURADORA S.A., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, Centro Histórico, no Município de Porto Alegre - RS, CEP: 90.020-060-000, inscrita no CNPJ sob o nº 83.022.921/0001-82, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Sergio Suslik Wais, brasileiro, casado, segurador, inscrito no CPF sob o nº 062.422.780-49 e portador da Cédula de Identidade sob nº 1005619679, residente e domiciliado no Município de Porto Alegre - RS, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 123/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 082/2015, expedida pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 2,13% (dois vírgula treze por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário em razão da necessidade de continuidade dos serviços e em atenção às novas exigências do DETER.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é R\$ 2.298,81 (dois mil, duzentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 123/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 082/2015, que trata da CONTRATAÇÃO DE SEGURO PREDIAL PARA O CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E SEGUROS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL:

Contratada: GENTE SEGURADORA S.A.;

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
07	SEGURO DO VEÍCULO MICRO-ÔNIBUS; PLACA MDZ 2211; ANO/VEÍCULO: 2004; 24 Passageiros; CATEGORIA ESCOLAR. COBERTURAS: Danos Materiais R\$ 200.000,00, Danos Corporais 400.000,00, Acidentes Pessoais de Passageiros com Despesas Médicos Hospitalares 50.000,00, Danos Morais R\$ 50.000,00. Assistência 24 horas e seguros de vidros.	R\$ 2.298,81	R\$ 2.298,81
TOTAL			R\$ 2.298,81

O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 2.298,81 (dois mil, duzentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de fevereiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	SERGIO SUSLIK WAIS Gente Seguradora S.A.
LAURI ALBERTO CENTENARO Secretário Municipal de Administração e Fazenda	

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2016 - SRP - PR Nº 039/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 06/04/2016, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2016. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2016. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), A SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC NO ANO DE 2016. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 23 de março de 2016.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.360, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 5.360, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso I, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 120.466,18 (cento e vinte mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e dezoito centavos), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01.25.752.4511.2.057	175	Aplicação Direta	R\$ 120.466,18
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0008			

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263 de 23 de dezembro de 2015 e o art.43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de março de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2016

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2016

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 045/2016 – Pregão Presencial Nº 031/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE, PARA ATENDER OS CLUBES DE IDOSOS DO MUNICÍPIO, GRUPO DE CONVIVÊNCIA DE MULHERES REFERENCIADAS NO PAIF - PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA (PROGRAMA MULHER DE VALOR), E EVENTOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE -SC, DURANTE O ANO DE 2016.

FORNECEDOR: TRANSLOVERA TRANSPORTE E TURISMO LTDA EPP - CNPJ: 80.445.505/0001-07.

VALOR: R\$ 79.657,50 (setenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: BENETTI & FERRARI TRANSPORTES LTDA ME - CNPJ: 07.704.346/0001-10.

VALOR: R\$ 3.640,00 (três mil, seiscentos e quarenta reais).

FORNECEDOR: ANTONIO LISIAK ME - CNPJ: 04.759.710/0001-50.

VALOR: R\$ 14.040,00 (quatorze mil e quarenta reais).

TOTAL: R\$ 97.337,50 (noventa e sete mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 18/03/2016.

VIGÊNCIA: 18/03/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2016

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2016

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 046/2016 – Pregão Presencial Nº 032/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ARTESANATO A SEREM UTILIZADOS DURANTE O ANO DE 2016 EM PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELOS CLUBES DE MÃES VINCULADOS À SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

FORNECEDOR: REICHERT & NEGRI LTDA – ME - CNPJ: 81.302.028/0001-85.

VALOR: R\$ 10.781,25 (dez mil, setecentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos).

FORNECEDOR: REBELATO & CRUZ LTDA ME - CNPJ: 85.273.084/0001-90.

VALOR: R\$ 12.612,50 (doze mil, seiscentos e doze reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: SILVA & GOBI LTDA – ME - CNPJ: 85.097.467/0001-54.

VALOR: R\$ 2.170,00 (dois mil, cento e setenta reais).

FORNECEDOR: CLEBER TADEU BRIDI ME - CNPJ: 15.864.350/0001-73.

VALOR: R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais).

FORNECEDOR: LOURDES BARP BLOCK - CNPJ: 22.996.786/0001-81.

VALOR: R\$ 10.100,00 (dez mil e cem reais).

TOTAL: R\$ 52.663,75 (cinquenta e dois mil, seiscentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 18/03/2016.

VIGÊNCIA: 18/03/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2016

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2016

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 047/2016 – Pregão Presencial Nº 033/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNIO, DESTINADO PARA A MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2016.

FORNECEDOR: TORNEARIA E METALURGICA DOSSA LTDA - CNPJ: 03.570.752/0001-86.

VALOR: R\$ 20.608,30 (vinte mil, seiscentos e oito reais e trinta centavos).

TOTAL: R\$ 20.608,30 (vinte mil, seiscentos e oito reais e trinta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 21/03/2016.

VIGÊNCIA: 21/03/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 20/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2016.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

VALMIR CESAR SCHROTER, Prefeito Municipal em exercício de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, a ANULAÇÃO do processo licitatório 20/2016, na modalidade Pregão Presencial, para aquisição de SEMEN BOVINO, em virtude de adequações do objeto e valores, sendo que em breve será reaberto novo processo licitatório. Maiores informações poderão serem obtidas com o setor de compras e Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. A presente anulação será regida pela Lei n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 23 de março de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER – Prefeito Municipal em exercício.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 15/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra de corte de grama e poda de arvores, destinados para a manutenção e conservação do abrigo institucional cantinho acolhedor, centro de referência Especializado de Assistência Social – CREAS, CRAS e da Secretaria de Assistência Social, para o exercício de 2016, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 06 de abril de 2016.

Abertura: às 09 do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 23 de março de 2016.

CLAUDETE MARIS DE OLIVEIRA FABIANI
Secretaria Municipal de Assistência Social

PROCESSO LICITATÓRIO N. 37/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de pneus novos destinados para manutenção e conservação das Viaturas utilizadas no policiamento de trânsito do 11º BPM/FRON, conforme Lei Municipal nº 4.727/2011, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 06 de abril de 2016.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 23 de março de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

PORTARIA N.º 113/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 113/2016

Concede licença para tratamento de saúde a servidora JANETE MARTINS DA GAMA VEBER, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora JANETE MARTINS DA GAMA VEBER, pelo período de 60 (sessenta) dias a contar da data de 16/03/2016, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16/03/2016.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de março de 2016.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 114/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 114/2016

Concede licença para tratamento de saúde a servidora JAQUELINE PFLEGER, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora JAQUELINE PFLEGER, pelo período de 60 (sessenta) dias a contar da data de 11/03/2016, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11/03/2016.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de março de 2016.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 115/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 115/2016

Concede licença para tratamento de saúde a servidora FABIANA DE ANDRADE, ocupante do cargo de Bibliotecária.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora FABIANA DE ANDRADE, pelo período de 10 (dez) dias, a contar da data de 09/03/2016, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09/03/2016.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de março de 2016.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 117/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 117/2016

Concede férias a servidora MICHELLE NALOVAIKO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MICHELLE NALOVAIKO, ocupante do cargo de Agente Administrativa, férias por 18 dias que gozará a partir de 28/03/2016 a 14/04/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 149/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de março de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 118/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 118/2016

Concede ao servidor JOSÉ LEONARDO SCHULLER MARTINS, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, licença para atendimento de pessoa da família.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor JOSÉ LEONARDO SCHULLER MARTINS, licença para atendimento de pessoa da família, pelo período de 24 (vinte e quatro) dias, a contar 01/03/2016.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/03/2016.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de março de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (e - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.228.305,00	15.228.305,00	2.576.922,68	16,92	2.576.922,68	12.651.382,32
RECEITAS CORRENTES	14.183.305,00	14.183.305,00	2.576.922,68	18,17	2.576.922,68	11.606.382,32
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.298.634,00	1.298.634,00	173.328,24	13,35	173.328,24	1.125.305,76
IMPOSTOS	1.181.266,00	1.181.266,00	122.614,00	10,38	122.614,00	1.058.652,00
TAXAS	117.368,00	117.368,00	50.714,24	43,21	50.714,24	66.653,76
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	912.391,00	912.391,00	127.434,97	13,97	127.434,97	784.956,03
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	401.709,00	401.709,00	41.414,09	10,31	41.414,09	360.294,91
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	510.682,00	510.682,00	86.020,88	16,84	86.020,88	424.661,12
RECEITA PATRIMONIAL	988.992,00	988.992,00	258.896,68	26,18	258.896,68	730.095,32
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	988.992,00	988.992,00	258.896,68	26,18	258.896,68	730.095,32
RECEITA DE SERVIÇOS	14.689,00	14.689,00	3.833,82	26,10	3.833,82	10.855,18
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.533.642,00	10.533.642,00	1.953.329,58	18,54	1.953.329,58	8.580.312,42
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.351.202,00	10.351.202,00	1.953.329,58	18,87	1.953.329,58	8.397.872,42
TRANSF. DE CONV.	182.440,00	182.440,00	0,00	0,00	0,00	182.440,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	434.957,00	434.957,00	60.099,39	13,82	60.099,39	374.857,61
MULTAS E JUROS DE MORA	91.255,00	91.255,00	3.230,11	3,54	3.230,11	88.024,89
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	25.938,00	25.938,00	33.054,01	127,43	33.054,01	-7.116,01
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	180.388,00	180.388,00	4.052,32	2,25	4.052,32	176.335,68
RECEITAS DIVERSAS	137.376,00	137.376,00	19.762,95	14,39	19.762,95	117.613,05
RECEITAS DE CAPITAL	1.045.000,00	1.045.000,00	0,00	0,00	0,00	1.045.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	445.000,00	445.000,00	0,00	0,00	0,00	445.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	445.000,00	445.000,00	0,00	0,00	0,00	445.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	553.034,00	553.034,00	91.256,25	16,50	91.256,25	461.777,75
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	15.781.339,00	15.781.339,00	2.668.178,93	16,91	2.668.178,93	13.113.160,07
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00			0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	15.781.339,00	15.781.339,00	2.668.178,93	16,91	2.668.178,93	16,91	13.113.160,07
DÉFICIT (VI)		—	—		—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	15.781.339,00	15.781.339,00	2.668.178,93	16,91	2.668.178,93	16,91	13.113.160,07
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CREDITOS ADICIONAIS)		—	676.622,33	—	78.010,19	—	—
Superávit Financeiro		—	676.622,33	—	78.010,19	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais		—	0,00	—	0,00	—	—
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	15.297.839,00	16.029.461,33	2.711.910,97	13.317.550,36	1.412.825,13	14.616.636,20	1.379.802,28
DESPESAS CORRENTES	11.478.520,00	11.838.689,56	2.610.336,26	9.228.353,30	1.368.271,00	10.470.418,56	1.335.248,15
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.696.018,00	6.711.902,67	898.079,10	5.813.823,57	891.639,10	5.820.263,57	859.209,65
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	80.000,00	80.000,00	6.595,49	73.404,51	6.595,49	73.404,51	6.595,49
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.702.502,00	5.046.786,89	1.705.661,67	3.341.125,22	470.036,41	4.576.750,48	469.443,01
DESPESAS DE CAPITAL	2.566.552,00	2.938.004,77	101.574,71	2.836.430,06	44.554,13	2.893.450,64	44.554,13
INVESTIMENTOS	2.286.552,00	2.658.004,77	57.875,98	2.600.128,79	855,40	2.657.149,37	855,40
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	280.000,00	280.000,00	43.698,73	236.301,27	43.698,73	236.301,27	43.698,73
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.252.767,00	1.252.767,00	0,00	1.252.767,00	0,00	1.252.767,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.252.767,00	1.252.767,00	0,00	1.252.767,00	0,00	1.252.767,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	483.500,00	483.500,00	75.394,11	408.105,89	75.394,11	408.105,89	75.394,11
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	15.781.339,00	16.512.961,33	2.787.305,08	13.725.656,25	1.488.219,24	15.024.742,09	1.455.196,39
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
(j)									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)									
	(d)	(e)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)									
	15.781.339,00	16.512.961,33	2.787.305,08	2.787.305,08	13.725.656,25	1.488.219,24	1.488.219,24	15.024.742,09	1.455.196,39
SUPERÁVIT (XIII)									
	—	—	—	—	—	—	1.179.959,69	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)									
	15.781.339,00	16.512.961,33	2.787.305,08	2.787.305,08	—	1.488.219,24	2.668.178,93	—	1.455.196,39
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)									
PREVISÃO INICIAL			PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS		SALDO		
							(a - c)		

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 271.784,43

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO JANEIRO A FEVEREIRO 2016/ BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
PRÓPRIO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
	Legislativa	15.297.839,00	16.029.461,33	2.711.910,97	2.711.910,97	97,30	13.317.550,36	1.412.825,13	1.412.825,13	94,93
	Ação Legislativa	531.000,00	531.000,00	79.995,36	79.995,36	2,87	451.004,64	72.118,40	72.118,40	4,85
	Administração	531.000,00	531.000,00	79.995,36	79.995,36	2,87	451.004,64	72.118,40	72.118,40	4,85
	Administração Geral	1.757.058,00	1.757.058,00	404.071,83	404.071,83	14,50	1.352.986,17	219.635,47	219.635,47	14,76
	Segurança Pública	1.757.058,00	1.757.058,00	404.071,83	404.071,83	14,50	1.352.986,17	219.635,47	219.635,47	14,76
	Defesa Civil	22.627,00	22.627,00	11.871,70	11.871,70	0,43	10.755,30	940,63	940,63	0,06
	Assistência Social	156.250,00	159.280,00	12.521,63	12.521,63	0,45	146.758,37	940,63	940,63	0,06
	Assistência ao Idoso	15.000,00	15.000,00	367,85	367,85	0,01	14.632,15	0,00	0,00	0,00
	Assistência à Criança e ao Adolescente	141.250,00	144.280,00	12.153,78	12.153,78	0,44	132.126,22	1.784,51	1.784,51	0,12
	Previdência Social	650.000,00	650.000,00	76.392,58	76.392,58	2,74	573.607,42	75.207,74	75.207,74	5,05
	Previdência do Regime Estatutário	650.000,00	650.000,00	76.392,58	76.392,58	2,74	573.607,42	75.207,74	75.207,74	5,05
	Saúde	2.630.978,00	2.795.196,80	536.579,85	536.579,85	19,25	2.258.616,95	315.837,49	315.837,49	21,22
	Atenção Básica	2.630.978,00	2.795.196,80	536.579,85	536.579,85	19,25	2.258.616,95	315.837,49	315.837,49	21,22
	Educação	3.314.429,00	3.451.186,76	622.332,14	622.332,14	22,33	2.828.854,62	386.802,59	386.802,59	23,99
	Alimentação e Nutrição	113.471,00	113.471,00	19.060,70	19.060,70	0,68	94.410,30	7.263,99	7.263,99	0,49
	Ensino Fundamental	1.909.347,00	2.019.058,67	340.705,71	340.705,71	12,22	1.678.352,96	180.472,57	180.472,57	12,13
	Educação Infantil	1.276.611,00	1.303.657,09	262.565,73	262.565,73	9,42	1.041.091,36	199.066,03	199.066,03	13,38
	Educação de Jovens e Adultos	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00
	Cultura	200.000,00	200.000,00	30.303,21	30.303,21	1,09	169.696,79	2.791,46	2.791,46	0,19
	Difusão Cultural	200.000,00	200.000,00	30.303,21	30.303,21	1,09	169.696,79	2.791,46	2.791,46	0,19
	Urbanismo	2.401.730,00	2.401.730,00	454.157,39	454.157,39	16,29	1.947.572,61	177.498,93	177.498,93	11,93
	Infra-Estrutura Urbana	100.000,00	100.000,00	33.003,00	33.003,00	1,18	66.997,00	0,00	0,00	0,00
	Serviços Urbanos	2.301.730,00	2.301.730,00	421.154,39	421.154,39	15,11	1.880.575,61	177.498,93	177.498,93	11,93
	Saneamento	200.000,00	530.000,00	153.584,76	153.584,76	5,51	376.415,24	25.582,17	25.582,17	1,72
	Saneamento Básico Urbano	200.000,00	530.000,00	153.584,76	153.584,76	5,51	376.415,24	25.582,17	25.582,17	1,72
Gestão Ambiental	60.000,00	60.000,00	47.595,92	47.595,92	1,71	12.404,08	4.399,15	4.399,15	0,30	
Preservação e Conservação Ambiental	60.000,00	60.000,00	47.595,92	47.595,92	1,71	12.404,08	4.399,15	4.399,15	0,30	
Agricultura	400.000,00	400.000,00	166.004,72	166.004,72	5,96	233.995,28	42.082,20	42.082,20	2,83	
Extensão Rural	400.000,00	400.000,00	166.004,72	166.004,72	5,96	233.995,28	42.082,20	42.082,20	2,83	
Comércio e Serviços	135.000,00	160.940,60	0,00	0,00	0,00	160.940,60	0,00	0,00	0,00	
Turismo	135.000,00	160.940,60	0,00	0,00	0,00	160.940,60	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Transporte	15.297.839,00	16.029.461,33	2.711.910,97	97,30	13.317.550,36	1.412.825,13	94,93	14.616.636,20
Transporte Rodoviário	915.000,00	986.675,17	10.610,53	0,38	976.064,64	0,00	0,00	986.675,17
Desporto e Lazer	160.000,00	160.000,00	34.893,02	1,25	125.106,98	17.148,06	1,15	142.851,94
Desporto Comunitário	160.000,00	160.000,00	34.893,02	1,25	125.106,98	17.148,06	1,15	142.851,94
Encargos Especiais	511.000,00	511.000,00	70.996,33	2,55	440.003,67	70.996,33	4,77	440.003,67
Serviço da Dívida Interna	360.000,00	360.000,00	50.294,22	1,80	309.705,78	50.294,22	3,38	309.705,78
Outras Transferências	151.000,00	151.000,00	20.702,11	0,74	130.297,89	20.702,11	1,39	130.297,89
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.252.767,00	1.252.767,00	0,00	0,00	1.252.767,00	0,00	0,00	1.252.767,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Administração	483.500,00	483.500,00	75.394,11	2,70	408.105,89	75.394,11	5,07	408.105,89
Administração Geral	62.500,00	62.500,00	10.020,32	0,36	52.479,68	10.020,32	0,67	52.479,68
Assistência Social	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
Saúde	116.000,00	116.000,00	15.643,18	0,56	100.356,82	15.643,18	1,05	100.356,82
Atenção Básica	116.000,00	116.000,00	15.643,18	0,56	100.356,82	15.643,18	1,05	100.356,82
Educação	237.000,00	237.000,00	41.931,77	1,50	195.068,23	41.931,77	2,82	195.068,23
Ensino Fundamental	143.000,00	143.000,00	23.736,93	0,85	119.263,07	23.736,93	1,59	119.263,07
Educação Infantil	94.000,00	94.000,00	18.194,84	0,65	75.805,16	18.194,84	1,22	75.805,16
Urbanismo	39.000,00	39.000,00	4.862,35	0,17	34.137,65	4.862,35	0,33	34.137,65
Serviços Urbanos	39.000,00	39.000,00	4.862,35	0,17	34.137,65	4.862,35	0,33	34.137,65

Continua 2/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016(BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)				
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		%	(b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%	(d/Total d)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	483.500,00	483.500,00	75.394,11	75.394,11	2,70	75.394,11	75.394,11	5,07	408.105,89			
	21.000,00	21.000,00	2.936,49	2.936,49	0,11	2.936,49	2.936,49	0,20	18.063,51			
	21.000,00	21.000,00	2.936,49	2.936,49	0,11	2.936,49	2.936,49	0,20	18.063,51			
TOTAL (III) = (I + II)	15.781.339,00	16.512.961,33	2.787.305,08	2.787.305,08	100,00	1.488.219,24	1.488.219,24	100,00	15.024.742,09			

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº01/2016**

DECRETO LEGISLATIVO nº01/2016

"Concede Título de Cidadão Benemerita Alcantarenses a Ilustríssima Senhora Ida Kuhn Hack".

A CÂMARA DE VEREADORES FAZ SABER QUE APROVOU E PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Benemerita Alcantarenses a Ilustríssima Senhora Ida Kuhn Hack, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de São Pedro de Alcântara.

Art.2º – Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º – Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 22 de março de 2016.

Marcos Rodrigo Reitz 1º Secretário	Roberto Enning Presidente da Câmara de Vereadores	Marcelo Stähelin 2.º Secretário
---------------------------------------	--	------------------------------------

DECRETO LEGISLATIVO Nº02/2016

DECRETO LEGISLATIVO nº02/2016

"Concede Título de Cidadão Benemerita Alcantarenses a Ilustríssima Senhora Adelina Filomena Rocha Hoffmann".

A CÂMARA DE VEREADORES FAZ SABER QUE APROVOU E PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Benemerita Alcantarenses a Ilustríssima Senhora Adelina Filomena Rocha Hoffmann, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de São Pedro de Alcântara.

Art.2º – Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º – Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 22 de março de 2016.

Marcos Rodrigo Reitz 1º Secretário	Roberto Enning Presidente da Câmara de Vereadores	Marcelo Stähelin 2.º Secretário
---------------------------------------	--	------------------------------------

DECRETO LEGISLATIVO Nº03/2016

DECRETO LEGISLATIVO nº03/2016

"Concede Título de Cidadão Honorário Alcantarenses ao Ilustríssimo Senhor Francisco Osni Corrêa".

A CÂMARA DE VEREADORES FAZ SABER QUE APROVOU E PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário Alcantarenses ao Ilustríssimo Senhor Francisco Osni Corrêa, pela marcante trajetória como profissional ligado à agricultura em Santa Catarina e no município de São Pedro de Alcântara.

Art.2º – Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º – Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 22 de março de 2016.

Marcos Rodrigo Reitz 1º Secretário	Roberto Enning Presidente da Câmara de Vereadores	Marcelo Stähelin 2.º Secretário
---------------------------------------	--	------------------------------------

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.705/2016 DE 18 DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 3.705/2016 de 18 de março de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0043 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 155,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 18 de março de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 05/2016-FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 05/2016-FAS

Dispensa de Licitação nº. 03/2016-FAS

Processo nº. 06/2016-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: IECLB - PARÓQUIA DE SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.362.299/0001-84, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3339, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a Locação do galpão situado na Rua Rio de Janeiro, s/n, Schroeder I, com 200m², incluso banheiros, para a realização dos grupos de PAIF do CRAS da Secretaria Assistência Social, do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Locação do galpão, situado na Rua Rio de Janeiro, s/n, Schroeder I, sendo a metragem galpão de 200m², incluso banheiros, para a realização dos grupos de PAIF do CRAS da Secretaria de Assistência Social, Setor de Assistência Social do Município de Schroeder/SC.	10	Meses	300,00	3.000,00
VALOR R\$ TOTAL					3.000,00

Valor do contrato: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Data da Assinatura: 23/03/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 28/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 28/2016-PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 04/2016-PMS - Processo nº. 29/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Marguerita Tomaselli – Est. OPP - Est. 6+10,00m, Bairro Tomaselli, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 130m e área total de 1.165,75m², através do FUNDOSOCIAL Estadual, de acordo com projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações e Lei nº 2.177/2016 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Valor do contrato: R\$ 130.477,81 (cento e trinta mil quatrocentos e setenta e sete reais e oitenta e um centavos)

Data da Assinatura: 23/03/2016 – Vigência: 31/12/2016

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.487/2016, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.487/2016, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Cristina Nascimento Cardoso, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de março de 2016.

OSVALDO JURCK

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Prefeito Municipal

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 04/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 04/2016-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 04/2016-PMS, PROCESSO Nº. 29/2016-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Marguerita Tomaselli – Est. OPP - Est. 6+10,00m, Bairro Tomaselli, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 130m e área total de 1.165,75m², através do FUNDOSOCIAL Estadual, de acordo com projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações e Lei nº 2.177/2016 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Vencedor: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Valor da proposta vencedora: R\$ 130.477,81 (cento e trinta mil quatrocentos e setenta e sete reais e oitenta e um centavos)

Data da Assinatura: 23/03/2016 – Vigência: 31/12/2016

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 04/2016-FMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Número do Registro de Preços: 3/2016 Data do Registro: 23/03/2016 Válido até: 23/03/2017
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material para pacientes portadores de diabetes e insulino dependentes, fornecidos pela Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO V

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	TIRA REAGENTE PARA MEDIÇÃO DE GLICOSE SANGÜINEA TIRA REAGENTE PARA MEDIÇÃO DE GLICOSE SANGÜINEA COM FAIXA DE LEITURA ENTRE 10 MG/DL A 600 MG/DL, REAÇÃO ENZIMÁTICA DE GLICOSE DESIDROGENASE, QUE MEÇA POR APARELHO COM TECNOLOGIA POR AMPEROMETRIA, PERMITINDO A VERIFICAÇÃO DA GLICEMIA EM CRIANÇAS E ADULTOS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE PARA MANTER A INTEGRIDADE DO PRODUTO PROTEGENDO CONTRA FATORES AMBIENTAIS, CONTAMINAÇÕES E DISPENSAO UNITÁRIA, ACONDICIONADA EM CAIXAS COM NO MÁXIMO 50 TESTES CONTENDO BULA EM PORTUGUÊS, Nº REG. MS RESP. TÉCNICO, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE, VALIDADE, VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER NA FORMA DE COMODATO SEM CUSTOS PARA A CONTRATANTE 500 APARELHOS, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO CONFORME DOCUMENTAÇÃO DA PROPOSTA.	UN	COUNTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (7417)	ABBOTT	0	0,7800	1
2	Seringa descartável, esteril de plástico, atóxica capacidade de 100 ul, sem espaço morto, incolor com resistência mecânica, corpo cilíndrico, escala em gravação indelevel de 0 a 50 ul com divisões de 1 em 1 unidade, com agulha hipodermica acoilada no corpo da seringa fixa, de 8mm de comprimento por 0,30mm de diametro (30g 5/15) extremidade proximal de embolo com oção de vedação em borracha atóxica, apirógenica, confeccionada em aço inoxidável, siliconizada, nivelada, polida, cilíndrica reta, oca, biselificada, aliada, com câmbio transilúcido provida de protetor que permita a perfeita adaptação ao canhão, embalada em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica fabricação nacional.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,4200	1
3	LANCETA PARA PUNÇÃO DIGITAL COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA DISPOSITIVO PERPURANTE PARA PUNÇÃO DIGITAL, (OBTENÇÃO DE SANGUE CAPILAR), USO ÚNICO, ESTERIL, AGULHA PROTEGIDA E ESTERILIZADA, TAMANHO 21 G X 1,8 MM DE PROFUNDIDADE, PONTA TRIFACETADA, SILICONADA, ACOPLADA A LANCETADOR DESCARTAVEL, SISTEMA SEGURO E DE FÁCIL MANUSEIO, RETRATIL, ERGONOMICO, ACIONADO POR CONTATO, MECANISMO PROPRIO DISPENSAO USO DE LANCETADORES E USO DE FORÇA AO ACIONAMENTO GARANTINDO MAIOR CONFORTO AO USUÁRIO, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, VALIDADE, E BULA E REG MS/ANVISA, EM CONFORMIDADE COM NR 32, APRESENTAÇÃO EM CX COM MÁXIMA 200 PECAS.	CX	DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	0,4300	2
			COUNTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (7417)	SR	0	0,5000	3
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	66,0000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	70,6000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 3/2016		Data do Registro: 23/03/2016		Válido até: 23/03/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material para pacientes portadores de diabetes e insulino dependentes, fornecidos pela Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO V					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (7417)	TKL	0	73.5000	3

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Número do Registro de Preços: 3/2016						Data do Registro: 23/03/2016		Válido até: 23/03/2017		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material para pacientes portadores de diabetes e insulino dependentes, fornecidos pela Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO V										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2016
PROCESSO Nº 5/2016
(6517) - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
(6852) - DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD
(7417) - COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Schroeder, 23 de Março de 2016.

Seara

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 035/2016.

Processo Licitatório nº. 035/2016.

Edital de Pregão Presencial nº. 023/2016 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h25min do dia 20/04/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de material de expediente. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 23 de março de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 008/2016-FMS

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	008/2016
Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada	CLÍNICA ODONTOLÓGICA 19 DE DEZEMBRO LTDA EPP.
Objeto	O objeto do presente instrumento de contrato é Contratação de Laboratório protético para a realização de serviços de confecção de Próteses Dentárias para distribuição gratuita aos munícipes que necessitam, atendendo o Programa Saúde Bucal Saudável para adultos, conforme Lei Municipal nº 879/2011 de 28/06/11. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 005/2016 – FMS, juntamente com seus anexos e a proposta comercial do CONTRATADO.
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o valor total de R\$ 82.500,00 (Oitenta e dois mil e quinhentos reais) pela confecção das próteses dentárias do objeto deste Contrato, pagos proporcionalmente à quantidade entregue dos itens 1 e 2.
Vigência....	24/03/2016 á 31/12/2016.
Dotação	Orçamento vigente: 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- 2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00. Despesa 6 – DR0035 e Despesa 4 – DR 0002.
SERRA ALTA/SC, 24 de Março de 2016.	
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO	
PREFEITA EM EXERCÍCIO	

Tigrinhos

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 07/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2016

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores Tigrinhos

CONTRATADO: Arcelino Luis Orso

VALOR: R\$ 3.960,00 (Três mil novecentos e sessenta reais) Total

OBJETO: Contrato Temporário em Substituição ao Técnico em Contabilidade Efetivo para Tratamento de Saúde, Conforme Atestado Medico.

DATA DA EMISSÃO: 21/03/2016

VENCIMENTO: 21/05/2016

SALETE TERESINHA SAUSEN - Presidente

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 65/2016

DECRETO Nº 65, DE 22 DE MARÇO DE 2016.
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica admitida no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, Joana Bortot Rocha, CPF nº 082.879.989-05 e RG nº 5.225.694 no Cargo de Agente Municipal de Unidade Conveniada 40 Hs.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL – SC, 22 de Março de 2016.

ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 66/2016

DECRETO Nº 66, DE 22 DE MARÇO DE 2016.
REVOGA DECRETO Nº 53/2016 DE 15 DE MARÇO DE 2016.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica Revogado na íntegra o Decreto Municipal nº 53 de 15 de Março de 2016, que Abria Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Município de Timbé do Sul, exercício de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL – SC, 22 de Março de 2016.

ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 67/2016

DECRETO Nº 67, DE 23 DE MARÇO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.794/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do

Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

07.01 – Secretaria de Assistência Social e Habitação
2.013 – Manutenção do Departamento de Promoção Social
3.1.90.00.00.00.00.00.0080(121) – Aplicações Diretas
..... R\$ 70.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes de anulação na seguinte dotação vigente:

07.01 – Secretaria de Obras e Transportes
2.026 – Manutenção de Iluminação Pública
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(90) – Aplicações Diretas
..... R\$ 70.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 23 de março de 2016.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretario de Administração e Finanças

DECRETO 68/2016

DECRETO Nº 68, de 23 de março de 2016.
ESTABELECE PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC, no uso das atribuições e de conformidade com a Legislação vigente:

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais no dia 24/03 (quinta-feira), em alusão ao Feriado de 25/03; Sexta-feira da Paixão.

Art. 2º - Fica excluído do Art. 1º, o Departamento de Educação, vinculado à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 23 de março de 2016.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto nesta secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 69/2016

DECRETO Nº 69, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.795/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

07.01 – Secretaria de Assistência Social e Habitação
 2.013 – Manutenção do Departamento de Promoção Social
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080(126) – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes de anulação na seguinte dotação vigente:

07.01 – Secretaria de Assistência Social e Habitação
 1.011 – Construção das Unidades Sanitárias Domiciliares
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080(119) – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 23 de março de 2016.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 70/2016

DECRETO Nº 70, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

INSERI DESPESA, FONTE DE RECURSOS E ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a lei Municipal nº 1.796/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica inserida na Unidade Orçamentária e Projeto Atividade abaixo a Despesa e a Fonte de Recursos que passam à integrar o Orçamento 2016 do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul
 2.021 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde
 4.4.90.00.00.00.00.00.0101(35)

Art. 2º Fica aberto crédito adicional especial ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul
 2.021 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde
 4.4.90.00.00.00.00.00.0101(35) – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial da seguinte dotação:

06.01 – Construção e Ampliação da Unidade Básica de Saúde

1.013 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde
 4.4.90.00.00.00.00.00.0101(7) – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 23 de março de 2016.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 71/2016

DECRETO Nº. 71, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.780 de 1º de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente no Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor de 92.000,00 (noventa e dois mil reais):

07.01 – Secretaria de Obras e Transportes
 2.024 – Manutenção da Rede Viária do Município
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080(81) – Aplicações Diretas
 R\$ 92.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial da seguinte dotação:

07.01 – Secretaria de Obras e Transportes
 2.024 – Manutenção da Rede Viária do Município
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080(84) – Aplicações Diretas
 R\$ 92.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 23 de março de 2016.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1.795/2016

LEI Nº 1.795, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado abrir crédito adicional

suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

07.01 – Secretaria de Assistência Social e Habitação
2.013 – Manutenção do Departamento de Promoção Social
4.4.90.00.00.00.00.00.0080(126) – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes de anulação na seguinte dotação vigente:

07.01 – Secretaria de Assistência Social e Habitação
1.011 – Construção das Unidades Sanitárias Domiciliares
4.4.90.00.00.00.00.00.0080(119) – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 23 de março de 2016.
Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1.796/2016

LEI Nº 1.796, DE 23 DE MARÇO DE 2016.
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO À INSERIR DESPESA, FONTE DE RECURSOS E ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado à inserir na Unidade Orçamentária e Projeto Atividade abaixo a Despesa e a Fonte de Recursos que passam à integrar o Orçamento 2016 do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul
2.021 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00.0101(35)

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul
2.021 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00.0101(35) – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial da seguinte dotação:

06.01 – Construção e Ampliação da Unidade Básica de Saúde
1.013 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00.0101(7) – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 23 de março de 2016.
Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2015.42 - FUMTRAN

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/42

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Trânsito.

CONTRATADA: More Sinalização e Construção.

OBJETO: Acréscimo no valor de R\$ 23.500,00 (vinte três mil e quinhentos reais) ao item 01 (sinalização horizontal e vertical, com fornecimento de material e mão de obra)

DATA DA ASSINATURA: 17/02/2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 87 2015 PMT - MATERIAL DE LIMPEZA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 87/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de Preços destinado à aquisição de materiais de higiene, limpeza e copa e cozinha destinados ao atendimento das necessidades da administração direta e indireta (autarquias, fundos e fundações) do município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Limpexcel Prod. Limpeza Ltda Me; J.P. Lima Com. Prod. Limpeza Ltda Epp; Vencoli Brasil Distribuidora Ltda; Coml. Multville Ltda Me; JLM Distribuidora BR Ltda - Me Blunac Distribuidora Eireli Me; L&E Comércio Varejista LTDA Epp; M Mobile Eireli Me; Tayu Química Eireli – Epp; AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda Epp; Cheiros do Vale Ltda – Me; Zeli Odete da Silva – Me; Qualiclean Comercio de Produtos de Limpeza Ltda – Epp; Maycon Will Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 327.449,23 (trezentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte e três centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 21/09/2016

Timbó, 22/09/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 07 2015 SAMAE - AQUISIÇÃO DE ETIQUETAS TERMOSENSÍVEIS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2015 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

OBJETO: Registro de preço para aquisição de etiquetas termo sensível destinadas a impressão das faturas entregues aos clientes do SAMAE

EMPRESA FORNECEDORA: Regispel Indústria e Comércio de Bobinas S/A.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 22/06/2016

Timbó, 23/06/2015

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO DO CONVÊNIO 2016TR000103

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 2016TR000103

Concedente: Estado de Santa Catarina, através da Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas – CNPJ nº 05.688.796/0001-30.

Conveniente: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Objeto: Transferência de recursos financeiros para execução do objeto: Aquisição de C.B.U.Q, tubos de concreto, meio fio, blocos de cimento, rachão e pedra brita para Pavimentação da Rua Vereador Silvino Geacomo de Luca, Bairro Vila Nova, Três Barras-SC, com extensão de 180m e área de 1.266,30m².

Vigência: 15/03/2016 até 30/11/2016.

Valor Total: R\$ 107.989,41 (cento e sete mil e novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e um centavos), sendo R\$ 79.998,55 oriundos do Governo do Estado e R\$ 27.990,86 da Prefeitura Municipal.

Assinatura: 15/03/2016, Pela Prefeitura Municipal: Eloi José Quege, Prefeito Municipal. Pela Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas-SC: Ricardo Pereira Martin, Secretário Executivo.

EXTRATO DO CONVÊNIO 2016TR000179

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 2014TR000179

Concedente: Estado de Santa Catarina, através da Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas – CNPJ nº 05.688.796/0001-30.

Conveniente: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Objeto: Transferência de recursos financeiros para Reperfilamento Asfáltico e recuperação da Avenida Rigesa, em 06 (seis) trechos com maior intensidade, totalizando uma extensão de 468,50 metros numa largura de 7,40 metros, totalizando 3.600m².

Vigência: 22/03/2016 até 31/07/2016.

Valor Total: R\$ 247.781,61 (duzentos e quarenta e sete mil e setecentos e oitenta e um reais e sessenta e um centavos), sendo R\$ 199.984,54, oriundos do Governo do Estado e R\$ 47.797,07 da Prefeitura Municipal.

Assinatura: 22/03/2016, Pela Prefeitura Municipal: Eloi José Quege, Prefeito Municipal. Pela Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas - SC: Ricardo Pereira Martin, Secretário Executivo.

EXTRATO DO CONVÊNIO 2016TR000104

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 2014TR000104

Concedente: Estado de Santa Catarina, através da Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas – CNPJ nº 05.688.796/0001-30.

Conveniente: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Objeto: Transferência de recursos financeiros para execução do objeto: Aquisição de C.B.U.Q, tubos de concreto, meio fio, blocos de cimento, rachão e pedra brita para Pavimentação da Rua Olivio Pires, com extensão de 156m e área de 1.902m² e da Rua Emilio Mello, com extensão de 112m e área de 784m², no Distrito de São Cristóvão em Três Barras - SC

Vigência: 16/03/2016 até 30/11/2016.

Valor Total: R\$ 176.470,59 (cento e setenta e seis mil e quatrocentos e setenta reais e cinquenta e nove centavos), sendo R\$ 150.000,00 oriundos do Governo do Estado e R\$ 26.470,59 da Prefeitura Municipal.

Assinatura: 16/03/2016, Pela Prefeitura Municipal: Eloi José Quege, Prefeito Municipal. Pela Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas - SC: Ricardo Pereira Martin, Secretário Executivo.

EXTRATO DO CONVÊNIO 2016TR000180

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 2014TR000180

Concedente: Estado de Santa Catarina, através da Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas – CNPJ nº 05.688.796/0001-30.

Conveniente: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Objeto: Transferência de recursos financeiros para execução do objeto: Aquisição de C.B.U.Q, tubos de concreto, meio fio, blocos de cimento, rachão e pedra brita para Pavimentação por administração própria da Rua Rita de Cássia Dobrochinski, no Distrito de São Cristóvão, com extensão de 114,00 metros e área de 798,00m².

Vigência: 22/03/2016 até 30/11/2016.

Valor Total: R\$ 58.828,53 (cinquenta e oito mil e oitocentos e vinte e oito reais e cinquenta e três centavos), sendo R\$ 50.000,00, oriundos do Governo do Estado e R\$ 8.828,53 da Prefeitura Municipal.

Assinatura: 22/03/2016, Pela Prefeitura Municipal: Eloi José Quege, Prefeito Municipal. Pela Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas - SC: Ricardo Pereira Martin, Secretário Executivo.

EXTRATO DO CONVÊNIO 2016TR000129

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 2014TR000129

Concedente: Estado de Santa Catarina, através da Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas – CNPJ nº 05.688.796/0001-30.

Conveniente: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Objeto: Transferência de recursos financeiros para aquisição de instrumentos musicais para a Banda Marcial Municipal de Três Barras – FAMUTREB.

Vigência: 18/03/2016 até 31/05/2016.

Valor Total: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) oriundos do Governo do Estado de Santa Catarina.

Assinatura: 18/03/2016, Pela Prefeitura Municipal: Eloi José Quege, Prefeito Municipal. Pela Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas - SC: Ricardo Pereira Martin, Secretário Executivo.

Treze Tílias

PREFEITURA

PORTARIA 70/2016

PORTARIA Nº 070/16 DE 22 DE MARÇO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR no dia 24 de março de 2016, a Sra. SORAYA APARECIDA BOESING JUCHEN, CPF nº 019.475.959-89, residente e domiciliada no município de Treze Tílias, do cargo comissionado de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, nomeada pela Portaria nº 115/14.

Artigo 2º - A partir da exoneração a mesma reassume o cargo efetivo de Professora.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 22 DE MARÇO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

Turvo

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 01/16, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

RESOLUÇÃO nº 01/16, de 22 de março de 2016.

CONCEDE REVISÃO GERAL DAS REMUNERAÇÕES E SUBSÍDIOS AOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TURVO.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, estado de Santa Catarina. Faz saber a todos os habitantes do Município, que promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam reajustados os vencimentos dos Servidores e Agentes Políticos da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, em 11,27% (onze virgula vinte e sete por cento) de acordo com a Lei Complementar nº. 011/11, de 28 de setembro de 2011, e suas alterações.

Art. 2º - As despesas decorrentes correrão as contas de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de março de 2016.

Turvo/SC, 22 de Março de 2016.

ALBINO GIUSTI

Presidente da Câmara

Registrada e Publicada a presente Resolução nesta Secretaria na data Supra.

OSVALDO FÁVARO

Primeiro Secretário

União do Oeste

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 18/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

2º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 18/2015

As partes firmam o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços n.º 18/2015, referente ao Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 27/2015, que registrou os preços apresentados pela empresa R.M PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME, com fundamento no disposto no § 1º e 2º do art. 65 da Lei N.º 8.666/93, cfe. segue:

Cláusula Primeira. Fica aditado a Ata de Registro de Preços supra citada para aquisição de mais 08 (oito) recapagens de Pneus, para manutenção dos pneus do Caminhão Mercedes Benz, Modelo Atron 2729K 6x4, Placa OKE 5655, conforme abaixo descrito:

Item	Qtde. Aditada	Und.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor total R\$
04	08	UN	RECAPAGEM DE PNEU 1.000X20 BORRACHUDO FRIO, COM NO MINIMO 17 MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO.	BOREX	397,00	3.176,00

Cláusula Segunda. As despesas decorrentes do da aplicação do presente termo aditivo, correrão à conta das Dotações do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade – 01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

Projeto Atividade – 2.045 – MANUTENÇÃO DO DPTO. DE TRANSPORTES E OBRAS

Cód. Red. 102 – 4.4.90.00.00.00.00

VALOR: R\$ 3.176,00 (Três mil, cento e setenta e seis reais).

Cláusula Terceira. As demais cláusulas da ata permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, 21 de março de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

MICHEL DE ALMEIDA MARMENTINI

R.M PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME

CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____

Nome: Marília Miorelli

CPF: 057.672.509-95

02. _____

Nome: José Tessaro

CPF: 460.292.909-59

DECRETO N. 3118/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.118, De 23 de março de 2016.

Decreta Ponto Facultativo Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73., Inciso IV da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando que dia 25 de março de 2016 é feriado nacional em comemoração a Paixão de Cristo;

DECRETA:

Art.1º Fica decretado Ponto Facultativo Municipal no dia 24 de março de 2016, no turno vespertino.

§ 1º. Para os efeitos de que trata o Artigo Anterior, não haverá expediente na Prefeitura Municipal de União do Oeste, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 23 de março de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 3119/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.119, De 23 de março de 2016.

Dispõe sobre exoneração de Servidor Público Municipal dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e Art. 33. da Lei Complementar N.º 093/215 de 21 de Setembro de 2015 e requerimento do servidor,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor JANDIR LUIZ PAULINI, do cargo em comissão de Diretor de Departamento, nomeada através do Decreto Municipal N.º 2.555 de 08 de abril de 2014, a partir de 28 de março 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o Decreto Municipal N.º 2.555/2014 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 23 de março 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 3120/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.120, De 23 de março de 2016.

Dispõe sobre exoneração de Servidor Público Municipal dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e Art. 33. da Lei Complementar N.º 093/215 de 21 de Setembro de 2015 e requerimento do servidor,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor ITACIR ANTONIO RIBOLDI, do cargo em comissão de Secretário Municipal, nomeada através do Decreto Municipal N.º 2.166 de 04 de março de 2013, a partir de 31 de março 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o Decreto Municipal N.º 2.166/2013 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 23 de março 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 3121/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.121, De 23 de março de 2016.

Dispõe sobre exoneração de Servidor Público Municipal dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e Art. 33. da Lei Complementar N.º 093/215 de 21 de Setembro de 2015 e requerimento do servidor,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor VITORIO GUBERT, do cargo em comissão de Secretário Municipal, nomeada através do Decreto Municipal N.º 2.161 de 04 de março de 2013, a partir de 31 de março 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o Decreto Municipal N.º 2.161/2013 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 23 de março 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 17/2016

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	17/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Contratada.:	RECICLEPLAS SERVIÇOS DE COLETA LTDA ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/SC
Valor :	R\$ 16.800,00 (Dezesseis mil e oitocentos reais).
Vigência :	Início: 23/03/2016 Término: 31/12/2016.
Licitação :	Tomada de Preços n.º 14/2016
UNIÃO DO OESTE, 23 de março de 2016.	
EVERALDO LUIS CASONATTO	
PREFEITO MUNICIPAL	

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATOS DE CONTRATOS Nº 89/2016 E Nº 90/2016

EXTRATOS DE CONTRATOS nº 89/2016 e nº 90/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: JULIANO EMANUEL BONATTO - MEI

OBJETO: Prestação de serviços de pintura de parede lisa para suprir as eventuais necessidades da Administração Municipal de Vargeão ao longo do exercício 2016.

VALOR: R\$ 110.480,00 (cento e dez mil quatrocentos e oitenta reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 10/2016 e processo licitatório 15/2016, Contrato nº 89/2016.

Vargeão, SC, 23 de março de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: RAFAEL ANTONIO VALMORBIDA - MEI

OBJETO: Prestação de serviços de pintura de canteiros, meio fios, corrimões e muros de praças públicas para suprir as eventuais necessidades da Administração Municipal de Vargeão ao longo do exercício 2015.

VALOR: R\$ 21.584,00 (vinte e um mil quinhentos e oitenta e quatro reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 10/2016 e processo licitatório 15/2016, Contrato nº 90/2016.

Vargeão, SC, 23 de março de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS AOS CONTRATOS Nº 059/2015 E Nº 168/2014

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS aos contratos nº 059/2015 e nº 168/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

QUARTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 059/2015 por mais um período de 90 (noventa) dias.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 059/2015.

Vargeão, SC, 16 de março de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

SÉTIMO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: AGROTER CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 168/2014 por mais um período de 30 (trinta) dias.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 168/2014.

Vargeão, SC, 16 de março de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 026/2016 PR 018/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2016

OBJETO: Registro de Preços visando a futura e eventual Aquisição de ÓLEO LUBRIFICANTE, FLUÍDO E GRAXA, para uso na Frota de Veículos Automotores Leves, Vans, Ônibus, Caminhões e Máquinas do Município de Vargem Bonita – SC, durante a vigência da Ata, conforme Edital. Tipo: Menor Preço.

Julgamento pelo Tipo: Menor Preço por Item.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 07 de Abril 2016 às 09:00 horas.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitorio, 966,

Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 23 de Março de 2016.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI

PREFEITA MUNICIPAL

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.852/16

DECRETO Nº 12.852/16, DE 22 DE MARÇO DE 2016.
Exonera, a pedido, Empregado Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4896/2016,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, JOELMA VICENTINA DOS SANTOS, do emprego público de Atendente de Consultório Dentário – Estratégia Saúde da Família, nomeada pelo Decreto nº 11.716/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 18 de março de 2016, revogando as disposições em contrário em especial o Decreto nº 11.831/15 de 16 de março de 2016.

Videira, 22 de março de 2016.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.854/16

DECRETO Nº 12.854/16, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

Altera o art. 1º, II, "f" do Decreto n. 12.368/15, que Nomeia Membros para o Conselho Municipal Antidrogas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e a vista do que consta no Ofício nº 005/16- COMAD;

DECRETA

Art. 1º Fica alterado os membros, Titular e Suplente, representante do Conselho Tutelar, constante no Art. 1º, inciso I, alínea "f", do Decreto n. 12.368/15, que Nomeia Membros para o Conselho Municipal Antidrogas, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

II - (...)

f) Representante do Conselho Tutelar:

Titular: MARILENE VANZ DOS SANTOS

Suplente: MIRIANE BATISTA

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de março de 2016.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

ENCERRAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016-PMV

ENCERRAMENTO

O Vice-Prefeito Municipal em Exercício comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016-PMV, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE CHAPEAÇÃO, PINTURA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS NAS VIATURAS: DUSTER MLN8104, ANO 2013, DUSTER MLN8134, ANO 2013, PALIO WEEKEND MLK9297, ANO 2014, PALIO WEEKEND MLL4727, ANO 2014, PALIO WEEKEND MLL4717, ANO 2014, PALIO WEEKEND MLG3018, ANO 2014, LOGAN MLQ5254, ANO 2013, LOGAN MLD6315, ANO 2013, F-250 MCE4138, ANO 2001, FIESTA MLL4260, ANO 2014, XRE 300 MKW3287, ANO 2011 E TORNADO 250 MEH6462, ANO 2004 DA POLICIA MILITAR, foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 23 de março de 2016.

Jorge Antonio Lopes Albuquerque

Vice-Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO N. 0022/16

Extrato do Contrato n. 0022/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELI FERNANDA DOS SANTOS

CPF: 065.636.589-70

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA HELENA ANCILIERO KORBER EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2016 a 30 de abril de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0069/16

Extrato do Contrato n. 0069/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ADRIANA BRESCIANI

CPF: 023.329.109-13

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – ATÉ QUE O CANDIDATO APROVADO SEJA CONVOCADO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2016 a 30 de abril de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0100/16

Extrato do Contrato n. 0100/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELAINE APARECIDA BARBOZA

CPF: 064.444.059-11

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LEONI APARECIDA PEREIRA FERREIRA AFASTADA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2016 a 04 de março de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0108/16

Extrato do Contrato n. 0108/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DEBORA FOSSATTI

CPF: 090.142.799-30

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA TEREZINHA VOLPATO AFASTADA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 12 de fevereiro de 2016 a 02 de maio de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0123/16

Extrato do Contrato n. 0123/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MONICA LOPES SCHNEIDER

CPF: 949.613.289-87

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS

VIGÊNCIA: de 12 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 15 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.111,86 (um mil, cento e onze reais e oitenta e seis centavos)

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0030/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0030/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0069/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ADRIANA BRESCIANI

CPF: 023.329.109-13

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 22 de fevereiro de 2016.

PORTARIA Nº 0227/16

PORTARIA nº 0227/16

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 4710/16.

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora MARLI EHLERT, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 18 de abril de 2016 até 18 de julho de 2016, referente ao quinquênio de 02 de janeiro de 2003 até 1º de janeiro de 2008.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 18 de abril de 2016.

Videira, 22 de março de 2016.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0228/16

PORTARIA nº 0228/16

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 4510/16.

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora LIZ ANDREA SAORIN BALBINOT, Atendente de Creche, a partir de 13 de junho de 2016 até 13 de setembro de 2016, referente ao quinquênio de 02 de março de 2010 até 1º de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de junho de 2016.

Videira, 22 de março de 2016.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0229/16

PORTARIA nº 0229/16

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 4854/16.

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora NEUSA RIBEIRO SCHENATO, Zelador, a partir de 02 de maio de 2016 até 02 de agosto de 2016, referente ao quinquênio de 02 de maio de 2010 até 31 de maio de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de maio de 2016.

Videira, 22 de março de 2016.
JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA
Vice Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0230/16

PORTARIA nº 0230/16
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 4261/16.

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora RENATA PITT HEINEMANN, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 02 de maio de 2016 até 02 de agosto de 2016, referente ao quinquênio de 11 de outubro de 2007 até 10 de outubro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de maio de 2016.

Videira, 22 de março de 2016.
JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA
Vice Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016 – PMV
REGISTRO DE PREÇOS

O Vice-Prefeito Municipal de Videira em exercício torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 33/2016 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE URNAS MORTUÁRIAS E SERVIÇOS DE TRANSLADO PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL). 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14h00min do dia 19/04/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 14h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 23 de março 2016.
JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA
Vice-Prefeito Municipal em exercício

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016 – PMV

O Vice-Prefeito Municipal de Videira em exercício torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 35/2016 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TINTAS PARA SEREM UTILIZADAS NA PINTURA DE POSTES DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14h00min do dia 21/04/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 14h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 23 de março 2016.
JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA
Vice-Prefeito Municipal em exercício

TERMO ADITIVO Nº 31/2016

Termo Aditivo nº 31/2016
Contrato/Ata nº: CT nº 188/2013
Processo: PR nº 35/2013-FMS
Contratada: Serviços de Saúde Videira S.S. Ltda.
Objeto: Prorrogar o Contrato de Prestação de Serviços nº 188/2013, por mais 11 (onze) meses, com efeitos a partir de 06 de abril de 2016 até o dia 05 de março de 2017, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Saúde.
Valor: R\$ 676.768,29.
Data: 23/03/2016.

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 012/2016

Processo de Licitação 012/2016

Modalidade: Inexigibilidade 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Inexigibilidade

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Edital para credenciamento de prestadores de serviços de BALLET CLÁSSICO, DANÇA DE RUA E DANÇA CRIATIVA COM A MELHOR IDADE, de acordo com o Edital. O prazo de vigência das inscrições será no período de 24/03/2016 a 31/12/2016 no horário das 8h às 12h e das 14:00h às 17h, na Secretaria de Administração. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 24 de março de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 0004/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preços nº 0004/2016, do tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a Execução de Obras de Pavimentação Asfáltica da Rua Maximino Leopoldo Giordani no Município de Xanxerê, totalizando 340 m de extensão. O recebimento das propostas será até às 09:45h, do dia 14/04/2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê. Retirada do Edital no website da Prefeitura Municipal www.xanxere.sc.gov.br, ou no Setor de licitações da Prefeitura, mediante depósito da taxa conforme edital. Informações complementares através do email licita@xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 21 de março de 2016.

Ademir José Gasparini
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº AJG 061/2016

DECRETO Nº AJG 061/2016

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a servidora ocupante do cargo em comissão de Secretária Municipal de Saúde, IARA HELENA CALLFASS, nomeada pelo Decreto nº AJG 146/2015, de 16 de julho de 2015.

Art. 2º. Determino ao Setor de Recursos Humanos que proceda ao cálculo das verbas devidas a servidora ora exonerada, para fins de empenhamento e programação de pagamento.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o decreto nº AJG 146/2015, de 16 de julho de 2015.

Xanxerê-SC, 21 de março de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 062/2016

DECRETO Nº AJG 062/2016

DESIGNA SERVIDORA PARA RESPONDER PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica designada a servidora Cleci Scheibel Zanin, ocupante do cargo em comissão de Diretora de Administração da Saúde, inscrita no cpf/mf sob nº 677.948.159-91, portadora da Cédula de Identidade 2.434.073-1, expedida pela SSP/SC, para responder pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. A servidora ora designada fica conferido poderes para, em conjunto com o Prefeito Municipal, assinar os documentos pertinentes à movimentação e às transações bancárias do município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê-SC, 21 de março de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 063/2016

DECRETO Nº AJG 063/2016

CREDENCIA E DESCREDENCIA MONITORAS DA EMPRESA DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA-ME PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS MUNICIPAIS ACERCA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS ÁREAS SOB CONCESSÃO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 7º da Lei Municipal nº AJG 3738/2015, de 19 de maio de 2015 e Decreto Municipal nº AJG 109/2015;

Considerando o disposto no Ofício nº 0044/2016, de 23 de fevereiro de 2016, da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam credenciadas os monitores da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionadas, para fiscalizar o cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento de veículos nas áreas sob concessão, emitindo os respectivos avisos de irregularidade:

NOME CPF IDENTIDADE

Duliana Rodrigues 032.901.961-94 54.138.493
Amauri Cavalheiro 086.951.889-57 4.579.879
Jucelia Alves Pereira Vieira 865.723.772-53 859.390
Thais Rodriguês 086.590.729-36 6.252.265
Mateus Carvalho 107.638.129-43 6.293.189
Gerson Narciso 098.602.149-42 5.791.097
Marcia Luzia Ponte Ferraz 049.542.659-83 4.738.592
Fabiele Gujel 093.919.049-47 5.336.313

Art.2º. Ficam descredenciados os seguintes monitores da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionados:

NOME	CPF	IDENTIDADE
Sabrina Greiner da Silva	066.824.989-77	5.696.202

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 21 de março de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0081/2015

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0081/2015
Contratante: Município de Xanxerê.
Contratado: CONSTRUTORA SARTORI E ZORTEA LTDA.
Objeto: A construção de cobertura da Quadra de Esportes do Bairro Bela Vista com área de 282,86m².
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Originário até o dia 16 de junho de 2016, contados a partir de 19 de março de 2016.

Xanxerê-SC, 18 de março de 2016.
Ademir José Gasparini
Prefeito Municipal.

EXTRATO 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0075/2014

Extrato 5º Aditivo ao Contrato nº 0075/2014
Contratante: Município de Xanxerê.
Contratado: BRITTER RODOVIAS LTDA .
Objeto: A pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária sobre terra, em diversas ruas do município.
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Originário até o dia 20 de julho de 2016, contados a partir de 21 de março de 2016.

Xanxerê-SC, 18 de março de 2016.
Ademir José Gasparini
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº RH-AJG 084/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ
PORTARIA RH-AJG 084/2016
REVOGAR A DIREÇÃO DE ESCOLA E CEMEI DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê
No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.
RESOLVE

REVOGAR a partir de 01.03.2016 a Atribuição de Direção de Escola e CEMEI a Servidora Pública Municipal a Sra. EDVANIA TRENTIN RADAELLI, brasileira, estado civil casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 3.842.398-7 e CPF nº 005.359.639-04, nomeada conforme Decreto nº AM 067/06 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos Administrativos e Financeiros ao dia 01.03.2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 21 de Março de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 085/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ
PORTARIA RH-AJG 085/2016

ATRIBUIR FUNÇÃO DE DIREÇÃO DE CEMEI A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES NO CEMEI MARIA JOÃO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê
No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Lei Complementar BLB 3375/2011 artigo 21 e 29.
RESOLVE

ATRIBUIR a partir de 01.03.2016 a função de Direção de CEMEI no CEMEI Maria João a Servidora Pública Municipal a Sra. ROSANE LURDES MENEZES DIAS, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 4.336.280 e CPF nº 007.312.629-21, nomeada conforme Decreto nº AM 075/2003 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO/CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos Administrativos e Financeiros ao dia 01.03.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 29 de Fevereiro de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 086/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ
PORTARIA Nº RH-AJG 086/2016
ALTERAR CARGA HORÁRIA DAS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei Complementar nº BLB 3218/2010 e Lei Complementar nº BLB 3.375/2011.

CONSIDERANDO a Lei Complementar BLB nº 3375/2011 em seu artigo 19 parágrafo 5º da ampliação da carga horária dos membros do Magistério Público da Educação Básica;

RESOLVE
ALTERAR CARGA HORÁRIA para 40 horas semanais das Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas:
Fernanda Flor da Silva e Lucimar Fatima Busaquera Alves.

Determinar que esta alteração de carga horária vigore no período de 01.03.2016 por período indeterminado.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta alteração da carga horária, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos Administrativos e Financeiros ao dia: 01.03.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 21 de Março de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
PREFEITO MUNICIPAL

Xavantina

PREFEITURA

ATA PP 007-2016 FMS - 1ª SESSÃO

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016 FMS. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO "C" DESTE EDITAL.

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, às quinze horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se o Pregoeiro Sr. Joselino Luiz Naissinger e sua Equipe de Apoio constituída pelos servidores Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo, Taciane Caon e Alex Lorenzet, designada pelo Decreto 004/2016, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referentes à licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame a seguinte empresa: ASKEIN EQUIPAMENTOS LTDA representada pelo Sr. RICARDO BOLIS, CPF nº 017.831.379-32. Aberta a sessão pública foram conferidos e rubricados os envelopes sendo que foi verificado que os mesmos estavam lacrados e foram protocolados dentro do prazo fixado no item 1.2 do Edital. Na sequência o Pregoeiro e a Equipe de Apoio suspenderam a sessão para Análise Jurídica com relação ao Pedido de Impugnação recebido por parte de empresa P.O. ZIOBER EIRELI EPP. O Pregoeiro e a Comissão farão a reabertura a sessão após o Parecer com relação ao Pedido de Impugnação apresentado, dando continuidade ou Cancelamento ao Referido Processo licitatório. Os envelopes da Licitante ASKEIN EQUIPAMENTOS LTDA permaneceram lacrados até a reabertura do Processo Licitatório. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, membros da Equipe de Apoio e pelo representante presente.

Joselino Luiz Naissinger Pregoeiro	Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo Membro da Equipe de Apoio
Taciane Caon Membro da Equipe de Apoio	Alex Lorenzet Membro da Equipe de Apoio

ASKEIN EQUIPAMENTOS LTDA
Ricardo Bolis

CANCELA PP 018-2016 PMXV

CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2016 PMXV, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016 PMXV

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, TORNA PÚBLICO, que por meio deste CANCELA o CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2016 PMXV, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016 PMXV, com base no na ata do PP SRP 018/2016 PMXV, pois conforme a mesma, o referido Processo Licitatório não obteve propostas e foi declarado DESERTO.

Xavantina/SC, em 23 de março de 2016.
MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

DECRETO 023/2016

DECRETO Nº 023/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.504, de 23 de Março de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de até R\$ 94.800,00 (noventa e quatro mil e oitocentos reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.017 – Manter as Atividades da Assistência Social	
Elem. Despesa: 3.1.71.00.00.00.00.01.0000 (CR 94)	
R\$	65.100,00
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.017 – Manter as Atividades da Assistência Social	
Elem. Despesa: 3.3.71.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 95)	
R\$	20.700,00
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.017 – Manter as Atividades da Assistência Social	
Elem. Despesa: 4.4.71.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 94)	
R\$	9.000,00
TOTAL	94.800,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.017 – Manter as Atividades da Assistência Social	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 53)	
R\$	94.800,00
TOTAL	94.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 23 de Março de 2016.

MAURO JUNES POLETO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1504/2016

LEI Nº 1504, DE 23 DE MARÇO DE 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor total de até R\$ 94.800,00 (noventa e quatro mil e oitocentos reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.017 – Manter as Atividades da Assistência Social	
Elem. Despesa: 3.1.71.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 94)	
R\$	65.100,00
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.017 – Manter as Atividades da Assistência Social	
Elem. Despesa: 3.3.71.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 95)	
R\$	20.700,00
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.017 – Manter as Atividades da Assistência Social	
Elem. Despesa: 4.4.71.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 94)	
R\$	9.000,00
TOTAL	94.800,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.017 – Manter as Atividades da Assistência Social	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 53)	
R\$	94.800,00
TOTAL	94.800,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 23 de Março de 2016.

MAURO JUNES POLETO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PP 023/2016 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 023/2016 PMXV

Objeto: Registro de preços para a possível contratação de empresa objetivando fornecimento de almoço para os servidores de todos os Departamentos do Município de Xavantina, Fundo Municipal de Saúde, demais Fundo, Polícia Civil e Militar, conforme especificações constantes no anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 08/04/2016.

Abertura: dia 08/04/2016, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 24 de março de 2016.

MAURO JUNES POLETO,

Prefeito Municipal.

RREO - 1º BIMESTRE

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	19.434.400,00	19.434.400,00	3.021.030,18	15,54	3.021.030,18	16.413.369,82
RECEITA TRIBUTÁRIA	19.174.400,00	19.174.400,00	3.021.030,18	15,76	3.021.030,18	16.153.369,82
IMPOSTOS	1.100.000,00	1.100.000,00	188.376,63	17,13	188.376,63	911.623,37
TAXAS	990.000,00	990.000,00	147.346,09	14,88	147.346,09	842.653,91
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	110.000,00	110.000,00	41.030,54	37,30	41.030,54	68.969,46
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	100.000,00	100.000,00	15.381,49	15,38	15.381,49	84.618,51
RECEITA PATRIMONIAL	100.000,00	100.000,00	15.381,49	15,38	15.381,49	84.618,51
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	180.000,00	180.000,00	24.418,09	13,57	24.418,09	155.581,91
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	160.000,00	160.000,00	24.418,09	15,26	24.418,09	135.581,91
RECEITA DE SERVIÇOS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	190.000,00	190.000,00	14,93	0,01	14,93	189.985,07
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	17.277.900,00	17.277.900,00	2.685.528,60	15,54	2.685.528,60	14.592.371,40
TRANSF. DE CONV.	17.062.900,00	17.062.900,00	2.636.104,20	15,45	2.636.104,20	14.426.795,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	215.000,00	215.000,00	49.424,40	22,99	49.424,40	165.575,60
MULTAS E JUROS DE MORA	326.500,00	326.500,00	107.310,44	32,87	107.310,44	219.189,56
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	44.000,00	44.000,00	5.521,84	12,55	5.521,84	38.478,16
RECEITA DA DIVIDAATIVA	82.000,00	82.000,00	81.638,56	99,56	81.638,56	361,44
RECEITAS DIVERSAS	112.000,00	112.000,00	19.963,89	17,82	19.963,89	92.036,11
RECEITAS DE CAPITAL	260.000,00	260.000,00	0,00	0,00	0,00	260.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	19.434.400,00	19.434.400,00	3.021.030,18	15,54	3.021.030,18	16.413.369,82
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00				0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	19.434.400,00	19.434.400,00	3.021.030,18	15,54	3.021.030,18	15,54
DÉFICIT (VI)		—	—	—	0,00	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	19.434.400,00	19.434.400,00	3.021.030,18	15,54	3.021.030,18	15,54
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		340.740,90	—	—	6.339,15	—
Superávit Financeiro	—	340.740,90	—	—	6.339,15	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	19.434.400,00	20.020.990,90	7.066.021,67	7.066.021,67	12.954.969,23	2.550.773,31	2.550.773,31	17.470.217,59	2.185.297,29
DESPESAS CORRENTES	17.735.900,00	17.766.471,25	6.486.679,89	6.486.679,89	11.279.791,36	2.464.137,59	2.464.137,59	15.302.333,66	2.107.416,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.075.000,00	8.075.000,00	1.129.845,73	1.129.845,73	6.945.154,27	1.111.992,34	1.111.992,34	6.963.007,66	1.021.819,07
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.655.900,00	9.686.471,25	5.356.834,16	5.356.834,16	4.329.637,09	1.352.145,25	1.352.145,25	8.334.326,00	1.085.597,39
DESPESAS DE CAPITAL	1.683.500,00	2.239.519,65	579.341,78	579.341,78	1.660.177,87	86.635,72	86.635,72	2.152.883,93	77.880,83
INVESTIMENTOS	1.416.500,00	1.972.519,65	312.675,12	312.675,12	1.659.844,53	42.191,26	42.191,26	1.930.328,39	33.436,37
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	267.000,00	267.000,00	266.666,66	266.666,66	333,34	44.444,46	44.444,46	222.555,54	44.444,46
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	19.434.400,00	20.020.990,90	7.066.021,67	7.066.021,67	12.954.969,23	2.550.773,31	2.550.773,31	17.470.217,59	2.185.297,29
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (X + XI)	19.434.400,00	20.020.990,90	7.066.021,67	7.066.021,67	12.954.969,23	2.550.773,31	2.550.773,31	17.470.217,59	2.185.297,29
SUPERÁVIT (XII)	—	—	—	—	—	—	470.256,87	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	19.434.400,00	20.020.990,90	7.066.021,67	7.066.021,67	—	2.550.773,31	3.021.030,18	—	2.185.297,29

FONTE:

Município de XAVANTINA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)					R\$ 1,00	
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	%		
					(b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.012.000,00	1.012.000,00	150.391,60	14,86		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	173.000,00	173.000,00	0,00	0,00		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	97.000,00	97.000,00	27.237,20	28,08		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	510.000,00	510.000,00	90.767,94	17,80		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	210.000,00	210.000,00	29.340,96	13,97		
Dívida Ativa dos Impostos	20.000,00	20.000,00	2.559,51	12,80		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.000,00	2.000,00	485,99	24,30		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	16.723.000,00	16.723.000,00	2.685.099,65	16,06		
Cola-Parte FPM	7.300.000,00	7.300.000,00	1.174.840,45	16,09		
Cola-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	6,26	0,63		
Cola-Parte IPVA	450.000,00	450.000,00	56.733,02	12,61		
Cola-Parte ICMS	8.800.000,00	8.800.000,00	1.426.184,95	16,21		
Cola-Parte IPI-Exportação	132.000,00	132.000,00	21.861,05	16,56		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	40.000,00	40.000,00	5.473,92	13,68		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	40.000,00	40.000,00	5.473,92	13,68		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	17.735.000,00	17.735.000,00	2.835.491,25	15,99		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE					RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	%		
					(d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	8.607,56			
Provenientes da União	0,00	0,00	7.741,88			
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	865,68			
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	160.000,00	160.000,00	1.286,98	0,80		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	160.000,00	160.000,00	9.894,54	6,18		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)					DESPESAS LIQUIDADAS	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Até o Bimestre (f)	%		
					(f/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	3.941.000,00	3.956.377,75	1.682.259,32	42,52		
Pessoal e Encargos Sociais	1.968.000,00	1.968.000,00	289.301,61	14,70		
Outras Despesas Correntes	1.973.000,00	1.988.377,75	1.392.957,71	70,05		
			568.417,65	14,37		
			284.957,50	14,48		
			283.460,15	14,26		

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de XAVANTINA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	375.000,00	685.169,65	33.190,05	4,84	30.187,37	4,41
Investimentos	375.000,00	685.169,65	33.190,05	4,84	30.187,37	4,41
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.316.000,00	4.641.547,40	1.715.449,37	36,96	598.605,02	12,90
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%	DESPESAS LIQUIDADAS	%
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.197.000,00	1.522.547,40	185.492,76	10,81	127.270,06	21,26
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.167.000,00	1.492.547,40	182.497,87	10,64	127.270,06	21,26
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	30.000,00	30.000,00	2.994,89	0,17	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.197.000,00	1.522.547,40	185.492,76	10,81	127.270,06	21,26
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.119.000,00	3.119.000,00	1.529.956,61	89,19	471.334,96	78,74
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						16,62
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(I) - (15 x IIIb)/100]⁶						46.011,27

Continuação 3/4

Município de XAVANTINA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE				
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
TOTAL								
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
0,00	0,00			0,00				
0,00	0,00			0,00				
TOTAL (VIII)								
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
		LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
-	-			-				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Sanitária	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
			3.409.000,00	3.719.169,65	855.366,37	49,56	451.923,08	75,29
			904.000,00	919.377,75	869.600,00	50,38	147.325,32	24,55
16.000,00	16.000,00	1.083,00	0,06	956,62	0,16			
TOTAL	4.329.000,00	4.654.547,40	1.726.049,37	100,00	600.205,02	100,00		

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total i".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(h+i) - (15 \times Ilb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	%	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)			No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)		20.020.990,90	7.066.021,67	7.066.021,67	100,00		2.550.773,31	2.550.773,31	17.470.217,59
Legislativa	19.434.400,00	850.000,00	128.603,84	128.603,84	1,82		80.763,50	80.763,50	769.236,50
Ação Legislativa	850.000,00	850.000,00	128.603,84	128.603,84	1,82		80.763,50	80.763,50	769.236,50
Administração	2.098.000,00	2.098.000,00	537.806,02	537.806,02	7,61		253.095,40	253.095,40	1.844.904,60
Administração Geral	2.098.000,00	2.098.000,00	537.806,02	537.806,02	7,61		253.095,40	253.095,40	1.844.904,60
Assistência Social	906.500,00	906.500,00	148.742,46	148.742,46	2,11		71.868,27	71.868,27	834.631,73
Assistência ao Idoso	247.000,00	247.000,00	38.436,87	38.436,87	0,54		5.559,04	5.559,04	241.440,96
Assistência à Criança e ao Adolescente	162.000,00	162.000,00	35.865,50	35.865,50	0,51		21.901,07	21.901,07	140.098,93
Assistência Comunitária	497.500,00	497.500,00	74.440,09	74.440,09	1,05		44.408,16	44.408,16	453.091,84
Saúde	4.329.000,00	4.654.547,40	1.726.049,37	1.726.049,37	24,43		600.205,02	600.205,02	4.054.342,38
Atenção Básica	3.409.000,00	3.719.169,65	855.366,37	855.366,37	12,11		451.923,08	451.923,08	3.267.246,57
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	904.000,00	919.377,75	869.600,00	869.600,00	12,31		147.325,32	147.325,32	772.052,43
Vigilância Sanitária	16.000,00	16.000,00	1.083,00	1.083,00	0,02		956,62	956,62	15.043,38
Educação	3.842.100,00	3.857.293,50	1.471.236,54	1.471.236,54	20,82		263.918,89	263.918,89	3.593.374,61
Ensino Fundamental	3.004.200,00	3.019.393,50	1.162.728,54	1.162.728,54	16,46		227.832,62	227.832,62	2.791.560,88
Ensino Médio	143.000,00	143.000,00	120.400,00	120.400,00	1,70		0,00	0,00	143.000,00
Ensino Superior	170.000,00	170.000,00	151.100,80	151.100,80	2,14		0,00	0,00	170.000,00
Educação Infantil	519.000,00	519.000,00	37.007,20	37.007,20	0,52		36.086,27	36.086,27	482.913,73
Educação de Jovens e Adultos	5.900,00	5.900,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	5.900,00
Cultura	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	35.000,00
Diffusão Cultural	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	35.000,00
Urbanismo	630.000,00	875.850,00	802.093,93	802.093,93	11,35		81.241,60	81.241,60	794.608,40
Infra-Estrutura Urbana	80.000,00	325.850,00	260.401,65	260.401,65	3,69		0,00	0,00	325.850,00
Serviços Urbanos	550.000,00	550.000,00	541.692,28	541.692,28	7,67		81.241,60	81.241,60	468.758,40
Agricultura	1.906.000,00	1.906.000,00	616.514,10	616.514,10	8,73		371.599,54	371.599,54	1.534.400,46
Extensão Rural	1.906.000,00	1.906.000,00	616.514,10	616.514,10	8,73		371.599,54	371.599,54	1.534.400,46
Indústria	38.800,00	38.800,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	38.800,00
Promoção Industrial	38.800,00	38.800,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	38.800,00
Transporte	3.902.000,00	3.902.000,00	1.053.425,69	1.053.425,69	14,91		706.516,18	706.516,18	3.195.483,82
Transporte Rodoviário	3.902.000,00	3.902.000,00	1.053.425,69	1.053.425,69	14,91		706.516,18	706.516,18	3.195.483,82
Desporto e Lazer	267.000,00	267.000,00	99.182,36	99.182,36	1,40		39.225,77	39.225,77	227.774,23
Desporto Comunitário	187.000,00	187.000,00	77.982,36	77.982,36	1,10		39.225,77	39.225,77	147.774,23
Lazer	80.000,00	80.000,00	21.200,00	21.200,00	0,30		0,00	0,00	80.000,00
Encargos Especiais	630.000,00	630.000,00	482.367,36	482.367,36	6,83		82.339,14	82.339,14	547.660,86
Serviço da Divisão Interna	272.000,00	272.000,00	266.666,66	266.666,66	3,77		44.444,46	44.444,46	227.555,54

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.434.400,00	20.020.990,90	7.066.021,67	7.066.021,67	12.954.969,23	2.550.773,31	2.550.773,31	100,00	17.470.217,59
Encargos Especiais	630.000,00	630.000,00	482.367,36	482.367,36	147.632,64	82.339,14	82.339,14	3,23	547.660,86
Outros Encargos Especiais	358.000,00	358.000,00	215.700,70	215.700,70	142.299,30	37.894,68	37.894,68	1,49	320.105,32
TOTAL (III) = (I + II)	19.434.400,00	20.020.990,90	7.066.021,67	7.066.021,67	12.954.969,23	2.550.773,31	2.550.773,31	100,00	17.470.217,59

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.012.000,00	1.012.000,00	150.391,60	14,86
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	195.000,00	195.000,00	2.811,47	1,44
1.1.1- IPTU	173.000,00	173.000,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	2.344,98	11,72
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.000,00	2.000,00	466,49	23,32
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	97.000,00	97.000,00	27.256,45	28,10
1.2.1- ITBI	97.000,00	97.000,00	27.237,20	28,08
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	17,35	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	1,90	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	510.000,00	510.000,00	90.982,72	17,84
1.3.1- ISS	510.000,00	510.000,00	90.767,94	17,80
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	-	0,00	197,18	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	17,60	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	210.000,00	210.000,00	29.340,96	13,97
1.4.1- IRRF	210.000,00	210.000,00	29.340,96	13,97
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	16.723.000,00	16.723.000,00	2.885.069,65	16,06
2.1- Cota-Parte FPM	7.300.000,00	7.300.000,00	1.174.840,45	16,09
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.300.000,00	7.300.000,00	1.174.840,45	16,09
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.800.000,00	8.800.000,00	1.426.184,95	16,21
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	40.000,00	40.000,00	5.473,92	13,68
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	132.000,00	132.000,00	21.861,05	16,56
2.5- Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	6,26	0,63
2.6- Cota-Parte IPVA	450.000,00	450.000,00	56.733,02	12,61
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	17.735.000,00	17.735.000,00	2.835.491,25	15,99
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	0,00	1.272,66	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	1.272,66	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	259.000,00	259.000,00	40.014,27	15,45
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	259.000,00	259.000,00	41.286,93	15,94
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.344.600,00	3.344.600,00	537.019,53	16,06
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.460.000,00	1.460.000,00	234.968,02	16,09
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.760.000,00	1.760.000,00	285.236,81	16,21
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	1.094,78	13,68
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	26.400,00	26.400,00	4.372,22	16,56
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	200,00	200,00	1,25	0,63
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	90.000,00	90.000,00	11.346,45	12,61
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.450.000,00	1.450.000,00	203.068,97	14,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.450.000,00	1.450.000,00	203.068,97	14,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.894.600,00	-1.894.600,00	-333.950,56	17,63
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.220.000,00	1.220.000,00	131.498,37	10,78	130.826,37	10,72
13.1- Com Educação Infantil	340.000,00	340.000,00	29.163,20	8,58	29.163,20	8,58
13.2- Com Ensino Fundamental	880.000,00	880.000,00	102.335,17	11,63	101.663,17	11,55
14- OUTRAS DESPESAS	240.000,00	255.193,50	155.017,16	60,74	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	240.000,00	255.193,50	155.017,16	60,74	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.460.000,00	1.475.193,50	286.515,53	19,42	130.826,37	8,87
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						130.826,37
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						64,42
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						35,58
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						15.193,50
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	4.433.750,00		4.433.750,00		708.872,81	15,99
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	495.000,00	495.000,00	37.007,20	7,48	36.086,27	7,29
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.580.100,00	2.595.293,50	915.093,08	35,26	224.890,34	8,67
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.120.000,00	1.135.193,50	257.352,33	22,67	101.663,17	8,96
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.460.100,00	1.460.100,00	657.740,75	45,05	123.227,17	8,44
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.075.100,00	3.090.293,50	952.100,28	30,81	260.976,61	8,45
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-333.950,56
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-333.950,56
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						594.927,17
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %						20,98
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	140.000,00	140.000,00	114.557,00	81,83	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	412.000,00	412.000,00	216.466,62	52,54	2.942,28	0,71
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	552.000,00	552.000,00	331.023,62	59,97	2.942,28	0,53
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.627.100,00	3.642.293,50	1.283.123,90	35,23	263.918,89	7,25

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		15.193,50	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		204.077,58	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		114.041,58	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		114.041,58	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		105.229,50	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 26/2016

MUNICÍPIO DE XAXIM

PREGÃO N. 026/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N. 045/2016

O Município de Xaxim – SC, comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando, aquisição de almoço, jantar, serviços de decoração e premiação para eventos do Movimento Econômico e Movimento Econômico Agropecuário, conforme descrição completa no edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 30min do dia 05 de abril de 2016, procedendo à abertura às 08h:45min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 23 de março de 2016.

Consórcios

CIDEMA

RESOLUÇÃO Nº 04/2016

RESOLUÇÃO Nº 04/2016

FABIANO DA LUZ, Prefeito de Pinhalzinho, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 17 do Estatuto Social:

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a revisão geral anual dos vencimentos dos empregados do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social Meio Ambiente – CIDEMA em 10%. (dez por cento).

Art. 2º Atualizar o Anexo Único da Primeira Alteração do Contrato de Consórcio Público parte integrante da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 18 de março de 2016.

FABIANO DA LUZ

Prefeito de Pinhalzinho

Presidente do CIDEMA

ANEXO ÚNICO

I - EMPREGOS PÚBLICOS

Emprego	Vencimento R\$	Carga Horária	Provimento	Escolaridade Mínima	Vagas
Diretor Executivo	5.830,00	40h	Em Comissão	Curso Superior	1
Gerente de Programa	5.060,00	40h	Em Comissão	Curso Superior	4
Contador	4.290,00	40h	Concurso Público	Curso Superior	1
Bioquímico	4.290,00	40h	Concurso Público	Curso Superior	1
Engenheiro Químico	4.730,00	40h	Concurso Público	Curso Superior	6
Engenheiro Agrônomo	4.290,00	40h	Concurso Público	Curso Superior	3
Médico Veterinário	4.290,00	40h	Concurso Público	Curso Superior	5
Nutricionista	3.410,00	40h	Concurso Público	Curso Superior	2
Técnico em Alimentos	2.420,00	40h	Concurso Público	Ensino Médio	5
Técnico em Agropecuária	2.420,00	40h	Concurso Público	Ensino Médio	5
Auxiliar Administrativo	1.540,00	40h	Concurso Público	Ensino Médio	2
Auxiliar de Serviços Gerais	990,00	40h	Concurso Público	Ensino Fundamental	1
Total de Vagas					36

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO.INTER.DESENV.ECON.SOC.MEIO AMB. - CIDEMA

Exercício de 2015

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Indireta - CONSORCIO.INTER.DESENV.ECON.SOC.MEIO AMB. - CIDEMA

Página: 1/2

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)	
RECEITAS CORRENTES		526.000,00	526.000,00	407.489,40	-118.510,60	
RECEITA PATRIMONIAL		25.000,00	25.000,00	5.342,38	-19.657,62	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		25.000,00	25.000,00	5.342,38	-19.657,62	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		447.400,00	447.400,00	390.850,00	-56.550,00	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		392.400,00	392.400,00	338.350,00	-54.050,00	
Transf. de Conv.		55.000,00	55.000,00	52.500,00	-2.500,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		53.600,00	53.600,00	11.297,02	-42.302,98	
RECEITAS DIVERSAS		53.600,00	53.600,00	11.297,02	-42.302,98	
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)		526.000,00	526.000,00	407.489,40	-118.510,60	
REFINANCIAMENTO (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)		526.000,00	526.000,00	407.489,40	-118.510,60	
DEFICIT (IV)		-	-	6.331,17	-	
TOTAL (V) = (III + IV)		526.000,00	526.000,00	413.820,57	-112.179,43	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		-	0,00	0,00	-	
Superávit Financeiro		-	0,00	0,00	-	
Reabertura de Créditos Adicionais		-	0,00	0,00	-	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e-f)
DESPESAS CORRENTES	506.000,00	506.000,00	413.820,57	413.820,57	413.820,57	92.179,43
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	320.000,00	320.000,00	260.172,11	260.172,11	260.172,11	59.827,89
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	186.000,00	186.000,00	153.648,46	153.648,46	153.648,46	32.351,54
DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
INVESTIMENTOS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	526.000,00	526.000,00	413.820,57	413.820,57	413.820,57	112.179,43
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	526.000,00	526.000,00	413.820,57	413.820,57	413.820,57	112.179,43
SUPERÁVIT (IX)	-	-	-	-	-	0,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	526.000,00	526.000,00	413.820,57	413.820,57	413.820,57	112.179,43

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-c-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO.INTER.DESENV.ECON.SOC.MEIO AMB. - CIDEMA

Exercício de 2015

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Indireta - CONSORCIO.INTER.DESENV.ECON.SOC.MEIO AMB. - CIDEMA

Página: 2/2

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-c-e)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	801,08	0,00	0,00	801,08	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	801,08	0,00	0,00	801,08	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	801,08	0,00	0,00	801,08	0,00

Chapecó, 23/03/2016

Cleomar Weber Kuhn
Presidente

Sônia Damião Bresolin
Contadora - CRC/SC 033052-O

Paulo Utzig
Diretor Executivo - CRC/SC 11.615/1-0

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Santa Catarina

CONSORCIO.INTER.DESENV.ECON.SOC.MEIO AMB. - CIDEMA

BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13

Administração Indireta - CONSORCIO.INTER.DESENV.ECON.SOC.MEIO AMB. - CIDEMA

EXERCÍCIO:2015

PERÍODO (MÊS): Janeiro a Dezembro

DATA DE EMISSÃO:23/03/2016

PÁGINA:1

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)	407.489,40	Despesa Orçamentária (VII)	413.820,57
Ordinária	407.489,40	Ordinária	413.820,57
Vinculada	0,00		
Transferências Financeiras Recebidas (II)	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00
Recbimentos Extraorçamentários (IV)	47.885,87	Pagamentos Extraorçamentários (X)	38.906,86
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	38.906,86
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00		
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	47.885,87		
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (V)	51.859,18	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (XI)	56.506,02
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	35.559,98	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	36.716,79
BANCO C/ MOVIMENTO	16.298,20	BANCO C/ MOVIMENTO	19.789,23
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	507.233,45	TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)	509.233,45
Chapecó, 23/03/2016			

Cleomar Weber Kuhn
Presidente

Sônia Damilão Bresolin
Contadora - CRC/SC 033052-0

Paulo Uzig
Diretor Executivo - CRC/SC 11.6151-0

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Betha Sistemas
Exercício 2015
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 1

Santa Catarina
CONSORCIO.INTER.DESENV.ECON.SOC.MEIO AMB. - CIDEMA
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Indireta - CONSORCIO.INTER.DESENV.ECON.SOC.MEIO AMB. - CIDEMA

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	71.506,02	PASSIVO CIRCULANTE	41.655,13
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	56.506,02	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	17.246,88
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	15.400,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	24.408,25
ATIVO NÃO CIRCULANTE	891.888,27	TOTAL DO PASSIVO	41.655,13
IMOBILIZADO	891.888,27		
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	1.491.881,97
		RESULTADOS ACUMULADOS	-589.732,81
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	-5.376,97
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-584.355,84
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	922.149,16
TOTAL	963.804,29	TOTAL	963.804,29
ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	56.506,02	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.408,25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	56.506,02	PASSIVO CIRCULANTE	24.408,25
		DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	24.408,25
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	56.506,02	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00
		TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	24.408,25
ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	907.298,27	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.246,88
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15.400,00	PASSIVO CIRCULANTE	17.246,88
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	15.400,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	17.246,88
ATIVO NÃO CIRCULANTE	891.888,27		
IMOBILIZADO	891.888,27	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	17.246,88
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	907.298,27		
SALDO PATRIMONIAL			922.149,16

Santa Catarina

CONSORCIO.INTER.DESENV.ECON.SOC.MEIO AMB. - CIDEMA

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

Administração Indireta - CONSORCIO.INTER.DESENV.ECON.SOC.MEIO AMB. - CIDEMA

Betha Sistemas

Exercício 2015

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 2

COMPENSAÇÕES		Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
TOTAL			0,00		0,00
		DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
		DESTINAÇÃO DE RECURSOS		EXERCÍCIO ATUAL	
		ORDINARIA		32.097,77	
		TOTAL		32.097,77	
Chapetó, 23/03/2016					
Oleomar Weber Kuhn	Sônia Damiano Bresolin	Paulo Utzig			
Presidente	Contadora - CRC/SC 033052-0	Diretor Executivo - CRC/SC 11.615/1-0			

ANEXO 15 - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**Santa Catarina****CONSORCIO.INTER.DESENV.ECON.SOC.MEIO AMB. - CIDEMA**

Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Exercício de 2015

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

Administração Indireta - CONSORCIO.INTER.DESENV.ECON.SOC.MEIO AMB. - CIDEMA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	442.247,07
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	5.342,38
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	5.342,38
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	408.250,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	52.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	355.750,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	801,08
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	801,08
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	27.853,61
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	27.853,61
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	447.624,04
PESSOAL E ENCARGOS	293.975,58
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	230.717,59
ENCARGOS PATRONAIS	57.281,88
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	5.976,11
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	150.234,90
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	30.033,25
SERVIÇOS	120.201,65
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	7,89
JUROS E ENCARGOS DE MORA	7,89
TRIBUTÁRIAS	3.405,67
CONTRIBUIÇÕES	3.405,67
Resultado Patrimonial do Período	-5.376,97

Chapecó, 23/03/2016

Cleomar Weber Kuhn
Presidente_____
Sônia Damião Bresolin
Contadora - CRC/SC 033052-O_____
Paulo Utzig
Diretor Executivo - CRC/SC 11.615/1-0

CIGA**PORTARIA Nº 04/2016, DE 23 DE MARÇO DE 2016**

Portaria nº 04/2016, de 23 de março de 2016

DEFINE REGRAS PARA O HOME OFFICE (TRABALHO REMOTO) E HORÁRIO FLEXÍVEL NO ÂMBITO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, no uso das competências que lhe são conferidas pelos Contrato de Consórcio Público e Regimento Interno do CIGA, notadamente o artigo 26, inciso I, do Contrato de Consórcio Público e o artigo 38 do Regimento Interno,

Faço saber a seguinte Portaria, conforme aprovado na 12ª Reunião Ordinária dos Conselhos de Administração e Fiscal do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), no dia 28 de janeiro de 2016, a instituição de home Office e horário flexível:

CONSIDERANDO o princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de imprimir maior produtividade às atividades do CIGA;

CONSIDERANDO a possibilidade de reduzir os custos operacionais, e proporcionar melhoria da qualidade de vida aos empregados públicos do CIGA;

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA,

RESOLVE:

Art. 1º Poderá ser autorizado ao empregado público, integrante do Quadro de Pessoal do CIGA, a realização de home office, observado o disposto nesta Portaria.

§ 1º A realização de home office é uma faculdade à disposição de cada setor, a ser adotada, a critério do respectivo gestor do setor, em função da conveniência do serviço, não se constituindo direito do empregado público e está vinculada à análise de necessidade, conveniência e oportunidade, a cargo exclusivo da Administração do CIGA.

§2º A autorização para realização de home office fica restrita às atividades mensuráveis de forma objetiva quanto à produtividade, e não poderá comprometer o funcionamento dos setores e o atendimento ao público.

§3º A jornada de trabalho em home office não poderá ultrapassar as 8 (oito) horas da jornada diária.

§4º A realização do home office será concedida pelo gestor imediato por meio de autorização específica aprovada com antecedência mínima de 5 dias da sua publicação, em mural no local de trabalho ou na agenda eletrônica corporativa dos empregados envolvidos.

Art. 2º Fica autorizada a realização de home office emergencial, mediante comunicação do empregado público ao seu gestor imediato, nos casos de eventos que afetem o deslocamento do empregado, quando exista comprometimento da estrutura ou dos recursos nas dependências do CIGA, em especial nos casos de:

I - desastres naturais: enchentes, deslizamentos e demais fenômenos que impactem no deslocamento urbano;

II - falhas logísticas, como: paralisação no transporte público, interrupção ou colapso do sistema viário;

III - eventuais situações no local de trabalho, como: interdições, detetizações, limpeza, montagem de equipamento ou mobília, falta de energia elétrica, água ou linhas de comunicação (incluindo internet).

Art. 3º O CIGA admite a jornada de trabalho flexível, devendo o

empregado público cumprir 8 (oito) horas de trabalho diárias sendo que, obrigatoriamente, 6 (horas) da jornada de trabalho diária deverão ser realizadas no período entre 09h30min e 16h30min.

§1º A jornada de trabalho flexível de cada empregado público deverá ser previamente autorizada pelo Gestor imediato, para que seja assegurada a escala de atendimento ao público externo do CIGA que é das 8h30min as 12h00min e das 13h00min as 17h30min.

§2º A jornada de trabalho flexível não poderá prejudicar a participação do empregado em reuniões e procedimentos internos ou externos previamente programados.

§3º Em caso de descumprimento da jornada de trabalho acordada, de forma reincidente e não justificada, o empregado público perderá o direito a jornada flexível, além das sanções previstas em Lei e demais regulamentos do CIGA.

§4º O registro da jornada de trabalho diária do empregado público, flexível ou normal, será realizada a cada entrada ou saída do local de trabalho, incluindo o intervalo da refeição, diariamente.

§5º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos empregados com carga horária inferior a 8 horas diárias.

Art. 4º Compete aos gestores do CIGA:

I - avaliar a viabilidade técnica, a necessidade e a conveniência e oportunidade da realização de home office ou de horário flexível;

II - propor plano de atividades a serem desenvolvidas no home office, com as metas a serem alcançadas;

III - examinar o cumprimento das metas individuais e globais de produtividade estabelecidas, encaminhando ao Diretor Executivo do CIGA;

§1º A meta de produtividade para o empregado público autorizado a realizar home office será definida para cada setor, de acordo com a natureza e complexidade das atividades.

§2º As avaliações dos resultados serão registradas nas ferramentas de gestão de tarefas e atividades do CIGA.

Art. 5º O prazo previsto para a realização de atividades em home office deve ser inferior ao que ordinariamente seria, caso o desenvolvimento ocorresse nas dependências do CIGA.

Art. 6º Durante a realização de home office, o empregado público deve estar disponível para comparecer às dependências do CIGA sempre que houver interesse da Administração.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, o empregado público deve:

I - manter telefones de contato permanentemente atualizados e ativos;

II - consultar diariamente a sua caixa postal individual de correio eletrônico institucional e demais ferramentas de comunicação e gerenciamento de atividades utilizadas pelo setor;

III - informar ao gestor imediato, por meio da caixa postal individual de correio eletrônico institucional ou por meio de softwares específicos utilizados pelo CIGA para comunicação, o andamento dos trabalhos e apontar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar a entrega do trabalho;

IV - reunir-se periodicamente com o gestor imediato para apresentar resultados parciais e finais, propiciar o acompanhamento dos trabalhos e a obtenção de outras informações e orientações.

Art. 7º Os gestores do CIGA são responsáveis quanto aos resultados obtidos em face das metas fixadas para os seus subordinados imediatos.

§1º Compete ao gestor imediato acompanhar o trabalho realizado pelo empregado público em home office e dar ciência ao Diretor Executivo sobre sua evolução, dificuldades encontradas e quaisquer outras situações ocorridas.

§2º O acompanhamento do trabalho realizado em home office

deve ensejar registros continuados, pelo gestor imediato, com ciência formal do empregado público.

Art. 8º Compete exclusivamente ao empregado público providenciar as estruturas física e tecnológica necessárias à realização de trabalhos do CIGA fora de suas dependências, sendo permitida a utilização de dispositivos móveis fornecidos pelo CIGA;

Art. 9º Compete à Gerência de Tecnologias da Informação viabilizar o acesso remoto e controlado dos empregados públicos em home office aos sistemas do CIGA.

Parágrafo único. O empregado público em home office poderá valer-se do serviço de suporte da Gerência de Tecnologias da Informação para a solução de problemas relacionados ao acesso e ao funcionamento dos sistemas institucionais, observado o horário de expediente do CIGA.

Art. 10. Compete ao Presidente ou ao Diretor Executivo do CIGA:
I - avaliar mensalmente os resultados de cada empregado público que tenha realizado trabalho em home office;

II - cancelar a autorização para a realização de atividades em home office do empregado público que não cumprir os objetivos estabelecidos;

III - aprovar as metas de produtividade que atendam às necessidades dos setores, compatíveis com as peculiaridades e o grau de complexidade das atividades;

Parágrafo único. A autorização para a realização de atividades em home office somente será concedida ao empregado público que apresentar regularmente trabalhos de qualidade, dentro dos prazos propostos, conforme avaliação pelo gestor imediato.

Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência ou Diretoria Executiva do CIGA.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 23 de março de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

RESOLUÇÃO CIGA Nº 102, DE 23 DE MARÇO DE 2016

Resolução CIGA nº 102, de 23 de março de 2016.

INSTITUI O REGIME DE SOBREAVISO NO ÂMBITO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, no uso das competências que lhe são conferidas pelos Contrato de Consórcio Público e Regimento Interno do CIGA, notadamente os artigos 16 e 19 do Contrato de Consórcio Público e o artigo 37, inciso I, do Regimento Interno;

Faço saber a seguinte Resolução, aprovada nas 12ª Reunião Ordinária dos Conselhos de Administração e Fiscal e na 14ª Assembleia Geral Ordinária, ambos do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), no dia 28 de janeiro de 2016:

CONSIDERANDO que os serviços públicos prestados pelo CIGA são essenciais à gestão dos municípios consorciados, o que implica necessidade de seus servidores estarem acessíveis e disponíveis para o atendimento das situações urgentes, ainda que fora do expediente;

CONSIDERANDO a expansão (crescimento e desenvolvimento) do CIGA e de suas atividades, o CIGA não pode descuidar e, de forma negligente, deixar de manter profissionais responsáveis pela manutenção dos sistemas informatizados e de internet disponíveis em regime de sobreaviso, mesmo que por determinado período não ocorram problemas nos sistemas do CIGA, bem como não surja a

necessidade de atender a uma demanda emergencial;

CONSIDERANDO a aprovação, de forma unânime, pelos Conselhos de Administração e Fiscal do CIGA, em 28 de janeiro de 2016, na 12ª Reunião Ordinária, ad referendum de sua Assembleia Geral, para a instituição de regime de sobreaviso no CIGA, haja vista que os sistemas do CIGA não podem deixar de funcionar, e a aprovação da publicação de edições extras do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC aos finais de semana também implica que colaboradores da área de tecnologia do CIGA fiquem em regime de sobreaviso nos finais de semana (Edição n.º 1933 do DOM/SC, páginas 893-895);

CONSIDERANDO a aprovação, por unanimidade, pela 14ª Assembleia Geral Ordinária do CIGA, em 28 de janeiro de 2016, da instituição de regime de Sobreaviso, tendo em vista a necessidade de manter os sistemas do CIGA em funcionamento sem interrupções, ou em dias não úteis como feriados e finais de semana (Edição n.º 1933 do DOM/SC, páginas 895-899);

CONSIDERANDO que as deliberações dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Assembleia Geral do CIGA são expedidas por meio de Resolução de seu Presidente, conforme disposto no artigo 37, inciso I, do Regimento Interno do CIGA;

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

RESOLVE:

Art. 1.º. Fica instituído, no âmbito do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), o regime excepcional de trabalho sob a forma de sobreaviso, considerando-se de sobreaviso o empregado público que permanecer, fora de seus ambiente e horário regular de trabalho, em estado de expectativa constante, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço durante o período de descanso, face à situação emergencial, calamitosa ou eventual necessidade de convocação para o trabalho.

Parágrafo único. Está sujeito ao regime de sobreaviso apenas o empregado público que manifestar, expressa e previamente, a sua disponibilidade pessoal para participar das escalas de sobreaviso, mediante ciente apostado na referida escala, observando o caráter e as regras próprias às horas de sobreaviso prestadas.

Art. 2.º. O regime excepcional de trabalho sob a forma de sobreaviso será organizado pela Chefia imediata, mediante escala mensal específica previamente aprovada e homologada pelo Diretor Executivo do Consórcio, observados o sistema de rodízio, limitado ao período máximo de 24 (vinte e quatro) horas por servidor.

§ 1.º. A escala de sobreaviso deve ser elaborada, mensalmente, pela Gerente do Setor, com antecedência mínima de 5 dias da sua publicação, , em mural no local de trabalho ou na agenda eletrônica corporativa dos empregados envolvidos.

§ 2.º. É de responsabilidade da Chefia a escalonagem de um número restrito de empregados, considerando a especificidade dos trabalhos, obedecidos, em qualquer hipótese, os critérios e limites estabelecidos nesta Resolução.

§ 3.º. Nenhum empregado pode constar em mais de 3 (três) escalas consecutivas, de forma que cada empregado tenha garantida sua liberdade de locomoção em pelo menos um final de semana por mês.

§ 4.º. Os empregados que são designados para a realização de sobreaviso têm conhecimento prévio desta condição, mediante o ciente apostado na escala de sobreaviso.

§ 5.º. Fica estabelecido em 96 horas o limite máximo de horas em regime de sobreaviso/mês.

Art. 3.º. O empregado público em escala de sobreaviso deverá manter-se dentro de determinado raio de ação, que lhe permita atender às chamadas urgentes do seu local de trabalho.

§ 1.º. Durante o regime de sobreaviso, o empregado utilizará aparelhos de comunicação, telemáticos ou informatizados, que viabilizem seu contato imediato com o empregador e consequente retorno instantâneo ao trabalho.

§ 2.º. O empregado público que estiver em escala de sobreaviso, quando convocado para atendimento e não o fizer no prazo de 30 minutos, perderá o direito à percepção do sobreaviso inerente à escala mensal, sendo vedada a inclusão nas escalas dos meses seguintes, pelo período de 2 (seis) meses.

Art. 4.º. O valor da hora de sobreaviso corresponderá à razão de um terço do valor da hora normal diária de trabalho quando o empregado público, durante o período da escala, não for convocado para comparecer ao seu local de trabalho.

§ 1.º. Quando o empregado público, durante o período da escala, for efetivamente convocado para comparecer ao seu local de trabalho face à ocorrência de fatos que requeiram sua intervenção imediata, pelo número de horas que permanecer no local de trabalho comprovadas em registro de frequência, essas horas deixam de ser consideradas como sobreaviso e passará a receber o salário-hora integral (acrescido do adicional de horas extras) pelo tempo de sobrejornada, não se aplicando, durante a convocação, o disposto no caput.

§ 2.º. A retribuição pecuniária de sobreaviso será paga na folha salarial do mês imediatamente subsequente a sua realização,

atribuindo-se como valor/hora a importância correspondente.

§ 3.º. A autorização de sobreaviso de forma indevida implicará ressarcimento aos cofres públicos por parte do agente autorizador e do autorizado, além da apuração das infrações administrativas.

§ 4.º. Fica vedado o pagamento de sobreaviso aos empregados públicos que exercem cargos de provimento em comissão ou funções técnicas gerenciais.

Art. 5.º. A inobservância injustificada do disposto nesta Resolução configura descumprimento de dever funcional e sujeitará o servidor ou empregado público às penalidades disciplinares previstas em lei.

Art. 6.º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 23 de março de 2016.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH Prefeito de Braço do Trombudo Presidente do CIGA	
--	--

CIMVI

CONTRATO Nº 2016/008 - FORNECIMENTO DE SAIBRO GRAÚDO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

LICITAÇÃO Nº 003/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2016/008

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Ladehoff Comercio e Serviços de Terraplanagem Ltda EPP

OBJETO: Fornecimento de saibro graúdo.

VALOR: R\$ 25.950,00 (vinte e cinco mil e novecentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br>contratos>prestação de serviços

Timbó, 22 de março de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

CONTRATO Nº 2016/009 - FORNECIMENTO DE PEDRA PULMÃO (RACHÃO)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

LICITAÇÃO Nº 003/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2016/009

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Areias Kretz Ltda EPP

OBJETO: Fornecimento de pedra pulmão (rachão)

VALOR: R\$ 51.200,00 (cinquenta e um mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br>contratos>prestação de serviços

Timbó, 23 de março de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

CONTRATO Nº 2016/010 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISE LABORATORIAL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

LICITAÇÃO Nº 004/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2016/010

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Freitag Laboratórios Ltda EPP

OBJETO: Prestação de serviços de coleta e análise laboratorial.

VALOR: R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br>contratos>prestação de serviços

Timbó, 23 de março de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

CIS NORDESTE**RESOLUÇÃO Nº 04 2016**

Resolução nº 04/2016.

Dispõe sobre a amortização parcial ou total de parcela de repasse dos municípios do exercício de 2016, utilizando o saldo findo do exercício de 2015.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. José Chaves, Prefeito Municipal de Garuva, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05, resolve expedir a presente resolução:

Art. 1º - Conforme deliberação na 1ª assembleia geral ordinária de prefeitos do CISNORDESTE/SC, realizada em 22 de março de 2015, o valor do saldo findo do exercício anterior será utilizado para a amortização/liquidação de parcela de repasse do exercício posterior.

Art. 2º - Os valores referentes ao saldo findo do exercício de 2015, para amortização no exercício de 2015, deliberado na 1ª assembleia geral ordinária de prefeitos do CISNORDESTE/SC, realizada no dia 22 de março de 2016, são os a seguir:

Araquari	R\$ 2.879,38
Baln. Barra do Sul	R\$ 2.143,04
Barra Velha	R\$ 16.403,11
Campo Alegre	R\$ 7.041,00
Corupá	R\$ 3.354,12
Garuva	R\$ 1.491,97
Guaramirim	R\$ 2.414,96
Itapoá	R\$ 5.859,53
Jaraguá do Sul	R\$ 16.525,59
Joinville	R\$ 168.509,06
Massaranduba	R\$ 3.942,09
Pien	R\$ 2.457,63
Rio Negrinho	R\$ 4.401,05
São Bento do Sul	R\$ 9.172,39
São Francisco do Sul	R\$ 51.693,58
São João do Itaperiú	R\$ 131,71
Schroeder	R\$ 1.371,47
Total	R\$ 299.791,69

Art. 3º - Ratifica-se o valor de R\$ 10.324,14 do município de Barra Velha referente o exercício de 2014 para amortização parcial de parcela em 2016, pois não foi efetuado dentro do exercício de 2015.

Art. 3º - Esta Resolução retroage sua validade a partir da sua publicação.

Joinville, 22 de março de 2016.

José Chaves

Prefeito Municipal de Garuva

Presidente do CISNORDESTE/SC

RESOLUÇÃO Nº 05 2016

Resolução nº 05/2016.

Declara Ponto Facultativo no dia 24/03/2016, e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. José Chaves, Prefeito Municipal de Garuva, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica declarado Ponto Facultativo no CISNORDESTE/SC – Consórcio Intermunicipal da Saúde, no dia 24/03/2016 (quinta-feira).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Joinville, 22 de março de 2016.

José Chaves

Prefeito de Garuva

Presidente do CISNORDESTE/SC

CIS/AMARP**RESOLUÇÃO 02 2016**

Consórcio Intermunicipal de Saúde-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Resolução Nº 02/2016

Luciano Paganini, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Prefeito Municipal de Iomerê, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CISAMARP.

Considerando que conforme o Art. 15, inciso VII, alínea "a" do Estatuto do CISAMARP, foi aprovada a abertura de créditos suplementares em Assembleia Geral realizada no dia 24 de fevereiro de dois mil e dezesseis.

RESOLVE:

Abrir Crédito Suplementar Pelo Superávit Financeiro;

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 38.683,40 (trinta e oito mil, seiscentos e oitenta e três reais e quarenta centavos), por conta do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, para reforço das seguintes Dotações Orçamentária:

Unidade Gestora: 1 - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe.

Órgão Orçamentário: 1000 – CIS AMARP

Unidade Orçamentária: 1001 – CIS-AMARP

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Saúde Básica

Programa: 1 – Saúde para Todos

Ação: 2.1 – Manutenção do CIS-AMARP

Modalidade de Aplicação: 3.1.90 – valor de R\$ 27.655,76

Modalidade de Aplicação: 3.3.90 – valor de R\$ 11.027,64

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 24 de fevereiro de 2016.

Luciano Paganini

Presidente CISAMARP

CIS/AMOSC**RESOLUÇÃO Nº 03/2016**

RESOLUÇÃO Nº 03/2016

VILMAR FOPPA, Prefeito de Caxambu do Sul e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições conferidas pelo art. 15, inciso XIV, art. 17, inciso VIII do Estatuto Social,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a revisão geral anual dos vencimentos dos empregados do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC em 10% (dez por cento) a contar de 01 de abril de 2016.

Art. 2º Atualizar o Anexo II do Contrato de Consórcio Público parte integrante da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 18 de março de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito de Caxambu do Sul

Presidente do CIS-AMOSC

ANEXO II**I - EMPREGOS PÚBLICOS**

Emprego	Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Provimento	Escolaridade Mínima
Diretor Executivo	1	5.830,00	40h	Em Comissão	Curso Superior
Gerente de Programa	2	4.290,00	40h	Em Comissão	Curso Superior
Técnico Administrativo	2	2.860,00	40h	Concurso Público	Curso Superior
Auxiliar Administrativo	4	1.870,00	40h	Concurso Público	Ensino Médio
Auxiliar de Serviços Gerais	1	990,00	40h	Concurso Público	Ensino Fundamental
Total Geral	10				

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTARIO**SANTA CATARINA****CONSORCIO INTEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Indireta - CONSORCIO INTEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1/2

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	12.000.000,00	12.000.000,00	11.035.914,14	-964.085,86
RECEITA PATRIMONIAL	25.000,00	25.000,00	84.673,21	59.673,21
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	25.000,00	25.000,00	84.673,21	59.673,21
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.975.000,00	11.975.000,00	10.951.240,93	-1.023.759,07
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.975.000,00	10.975.000,00	10.951.240,93	-23.759,07
Transf. de Conv.	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	-1.000.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	12.000.000,00	12.000.000,00	11.035.914,14	-964.085,86
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	12.000.000,00	12.000.000,00	11.035.914,14	-964.085,86
DEFICIT (IV)	-	-	251.382,48	-
TOTAL (V) = (III + IV)	12.000.000,00	12.000.000,00	11.287.296,62	-712.703,38
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	0,00	-
Superávit Financeiro	-	0,00	0,00	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e-f)
DESPESAS CORRENTES	11.890.000,00	11.890.000,00	11.283.746,62	11.283.746,62	10.288.354,83	606.253,38
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	165.000,00	165.000,00	155.156,61	155.156,61	155.156,61	9.843,39
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.725.000,00	11.725.000,00	11.128.590,01	11.128.590,01	10.133.198,22	596.409,99
DESPESAS DE CAPITAL	110.000,00	110.000,00	3.550,00	3.550,00	3.550,00	106.450,00
INVESTIMENTOS	110.000,00	110.000,00	3.550,00	3.550,00	3.550,00	106.450,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	12.000.000,00	12.000.000,00	11.287.296,62	11.287.296,62	10.291.904,83	712.703,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	12.000.000,00	12.000.000,00	11.287.296,62	11.287.296,62	10.291.904,83	712.703,38
SUPERÁVIT (IX)	-	-	-	-	-	0,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	12.000.000,00	12.000.000,00	11.287.296,62	11.287.296,62	10.291.904,83	712.703,38

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-c-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SANTA CATARINA**CONSORCIO INTEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Indireta - CONSORCIO INTEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 2/2

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-c-e)
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00

CHAPECÓ, 23/03/2016

 Danilo Daga
 Presidente

 Paulo Utzig
 Diretor Executivo - CRC/SC 11.615/1-0

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEIM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
Administração Indireta - CONSORCIO INTEIM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

EXERCÍCIO: 2015
PERÍODO (MÊS): Janeiro a Dezembro
DATA DE EMISSÃO: 23/03/2016
PÁGINA: 1

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)	11.035.914,14	Despesa Orçamentária (VII)	11.287.296,62
Ordinária	11.035.914,14	Ordinária	11.287.296,62
Vinculada	0,00		
Transferências Financeiras Recebidas (II)	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	1.237.639,84	Pagamentos Extraorçamentários (X)	74.329,55
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	74.329,55
Inscrição de Restos a Pagar Processados	985.391,79		
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	242.248,05		
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (V)	542.723,85	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (XI)	1.454.651,66
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	78.830,83	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	788.646,69
BANCO C/ MOVIMENTO	463.893,02	BANCO C/ MOVIMENTO	666.004,97
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	12.816.277,83	TOTAL (XII) = (VIII+IX+X+XI)	12.816.277,83
CHAPECÓ, 23/03/2016			

Danielo Daga
Presidente

Paulo Uitzig
Diretor Executivo - CRC/SC 11.615/1-0

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Betha Sistemas
Exercício 2015
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1

SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Indireta - CONSORCIO INTEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	1.460.651,66	PASSIVO CIRCULANTE	1.617.046,09
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.454.651,66	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	5.966,44
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	6.000,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	996.391,79
ATIVO NÃO CIRCULANTE	14.591,13	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	615.687,86
IMOBILIZADO	14.591,13	TOTAL DO PASSIVO	1.617.046,09
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	622.039,71
		RESULTADOS ACUMULADOS	-763.843,01
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	-249.799,83
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-514.043,18
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-141.803,30
TOTAL	1.475.242,79	TOTAL	1.475.242,79
ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	1.454.651,66	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.611.079,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.454.651,66	PASSIVO CIRCULANTE	1.611.079,65
		FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	996.391,79
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	1.454.651,66	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	615.687,86
		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00
		TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	1.611.079,65
ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	20.591,13	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.966,44
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	6.000,00	PASSIVO CIRCULANTE	5.966,44
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.000,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	5.966,44
IMOBILIZADO	14.591,13	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	5.966,44
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	20.591,13		
SALDO PATRIMONIAL			-141.803,30

Betha Sistemas
Exercício 2015
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 2

SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Indireta - CONSORCIO INTEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

COMPENSAÇÕES		Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
TOTAL			0,00	TOTAL	0,00
			DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
			DESTINAÇÃO DE RECURSOS		EXERCÍCIO ATUAL
			ORDINARIA		-156.427,99
			TOTAL		-156.427,99
CHAPECÓ, 23/03/2016					
Danielo Daga Presidente	Paulo Ubzig Diretor Executivo - CRC/SC 11.615/1-0				

ANEXO 15 - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**SANTA CATARINA****CONSORCIO ITEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**

Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Exercício de 2015

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

Administração Indireta - CONSORCIO ITEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	11.050.505,90
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	84.673,21
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	84.673,21
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	10.957.240,93
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	10.957.240,93
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	100,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	100,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	8.491,76
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	8.491,76
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.300.305,73
PESSOAL E ENCARGOS	169.614,81
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	137.152,08
ENCARGOS PATRONAIS	32.462,73
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	10.940.101,11
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	2.754,81
SERVIÇOS	10.935.245,39
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	2.100,91
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	369,41
JUROS E ENCARGOS DE MORA	369,41
TRIBUTÁRIAS	190.220,40
CONTRIBUIÇÕES	190.220,40
Resultado Patrimonial do Período	-249.799,83

CHAPECÓ, 23/03/2016

 Danilo Daga
 Presidente

 Paulo Utzig
 Diretor Executivo - CRC/SC 11.615/1-0

CIS/AMURES**ATA Nº 01/2016 REUNIÃO CIR**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

CIR-COMISSÃO INTERGESTORA REGIONAL DA SERRA CATARI-NENSE

Ata da reunião ordinária do colegiado de gestores regionais da serra catarinense de nº 01/2016

Aos nove dias de fevereiro de dois mil e dezesseis, às nove horas, reuniram-se no Auditório de Reuniões da Secretaria Municipal da Saúde de Lages, os Secretários municipais da Saúde da Serra Catarinense para reunião Ordinária da Comissão Intergestores Regional da Serra Catarinense - CIR, representantes da 27ª Secretaria Regional de Saúde e representantes da 28ª Secretaria Regional de Saúde para debaterem a seguinte pauta: 1) Leitura e aprovação da ata anterior referente a dezembro; 2) Correspondências expedidas e recebidas; 3) Escolha da nova Diretoria da CIR 2016/2017; 4) Ratificação Atestado de conclusão UBS Painei; 5) Implantação de uma nova equipe de Saúde Bucal modalidade I – Lages; 6) Cirurgias de Média e Alta Complexidade; 7) Assuntos Diversos da 27ª Regional de Saúde (Regulação, DIVE, RUE, Rede Cegonha, CER II); 8) Prestação de Contas 2015 – CIS /AMURES e 9) Assuntos Diversos. O Coordenador Adilson deu boas vindas aos presentes na 1ª reunião da CIR de 2016. Apresentou os novos Secretários da Região: Lucemar Prestes, Secretário de Capão Alto, Regine Neves de Ponte Alta e Vilmar Ribeiro de Bom Jardim da Serra. Seguindo a Pauta houve a Escolha da Nova Diretoria da CIR, reeleito como Coordenador 2016/2017: José Adilson Rodrigues de Lima, Vice - Coordenadora: Terezinha Branco de Moraes, 1º Secretário: José Teodoro da Silva do Amaral, 2º Secretário: Juliane de Souza Rodrigues e Tesoureiro: Vanio Moraes Correia. Realizada uma alteração na sequência, o Médico Regulador Pablo Rodriro Knighs apresentou aos Secretários como é realizada a regulação dos leitos na Serra Catarinense, seguindo o fluxo de solicitações de leitos clínico/UTI, houve algumas discussões sobre a apresentação e dúvidas dos Secretários. Dr. Pablo comentou que neste modelo, através do SIS-REG, as AIH's são delimitadas e se tem um real número de leitos. Jorge comentou sobre o recurso que vem para Lages para os procedimentos de neuro embolização/neurocirurgia e tem um profissional no HNRP pra fazer isso e se pode receber um recurso extra de R\$40 a R\$50 mil, de forma administrativamente, o HNRP deveria assinar o termo, há fila do SUS e particular aguardando. Beatriz, Diretora do HTR falou sobre o que é realizado no HTR, que há regulação, e a fila de espera é feita conforme o fluxo e a classificação de risco, assim que é liberado o leito chama-se o paciente conforme gravidade. Rose comentou sobre a falta que faz na regulação da Média e Alta complexidade, de um médico auditor 24hs no hospital e a dificuldade de encontrar um profissional para este serviço, muitos médicos não querem se comprometer. Camila falou sobre a deliberação 285 da CIB que trata sobre as neuroembolizações e que HNRP não quis assinar, este pagamento vem direto no Fundo Municipal de Saúde, o correto seria separá-lo do teto da alta complexidade. Juliana enviará material para e-mail dos secretários, desta apresentação. Camila falou sobre o CER que será agendado via SISREG. O Município de Painei pediu a Ratificação da UBS Painei quanto a Conclusão da obra da UBS Tipo I, após será encaminhado para a CIB. Foi realizada a leitura do Ofício nº 36/SMS/2016 sobre a solicitação de Implantação de nova equipe de Saúde Bucal modalidade I, para a Unidade de Saúde do bairro Coral em Lages, todos os Secretários foram de acordo. Sobre as cirurgias de média e alta complexidade, Camila falou que haverá nesta semana uma reunião com o Estado a respeito. A Enfermeira Joana da Regional, falou aos Secretários sobre o trabalho da Rede Cegonha e do Programa de DST/HIV, onde a principal causa de mortalidade está envolvendo a falta de Pré-Natal, a capacitação em setembro,

contou com visitas e tutorias do que vem ocorrendo na região, a implantação do teste rápido em todos os municípios, porém é necessário priorizar as gestantes, houve um aumento de 50% de casos em toda a região, há uma rede estruturada e a coleta da carga viral ocorre somente a cada 15 dias. Joana comentou que tem pacientes com exames para julho e a cada 06 meses o paciente é obrigado a fazer o controle da carga viral, dobrou o número de pacientes. Muitas crianças nascendo com sífilis. Rose comentou que com o aumento dos casos é importante que os próprios municípios comecem a assumir seus pacientes e que passou o transporte a cada 15 dias por questões financeiras, mas que pode aumentar para 03 vezes ao mês. Camila falou sobre a realização dos laudos dos preventivos para serem realizados por uma clínica em Santo Amaro, tendo em vista que, o indicador da coleta na região é baixo e alto índice de mortalidade acometidas pelo câncer de útero. Camila pediu um documento deste Colegiado manifestando interesse dos municípios alterando a PPI de Lages para Santo Amaro. Municípios que manifestaram interesse: São Joaquim, Urubici, Rio Rufino, Painei e Bom Retiro. O resultado dos exames seria através do SISCOLO. Camila repassou que o prestador interessado é bem acessível e que a Regional organizará a logística para levar as lâminas, com isso Lages ficaria com o BIOCITO e seria também melhor assistido, já que o problema está na digitalização dos laudos. Sonia comentou que o Instituto Célio Ramos pediu descredenciamento do serviço. Camila afirmou que a Serra deveria ter uma estrutura do LACEM para atender esta demanda dos municípios, sugeriu que a CIR encaminhe um documento fazendo esta solicitação ao SES. Nalú falou sobre as novas instalações do Consórcio e repassou os novos números telefônicos para agendamento: 3018- 4958 ou 3018- 4985, logo os telefones já estarão funcionando. Sobre o sistema melhorou, o cadastro precisa estar com os dados corretos para importar para o BPA, o sistema da Inovadora vai melhorar a questão dos relatórios emitidos. Nalú comentou que em Assembleias com os Prefeitos da região, o Presidente do CIS/AMURES, o Padre Adilson apresentou a Prestação de Contas do Consórcio. O Secretário de Rio Rufino, José Adecir falou que é bom os Secretários saberem também como está às contas, porque muitas coisas os Prefeitos não repassam. O Coordenador Adilson falou da importância em pedir aos Prefeitos prioridade para os pagamentos do Consórcio, para também não prejudicar os demais municípios. Antônio questionou a Produção do BPA ambulatorial. Nalú informou que conforme a contratualização, a avaliação deve ser apresentada a cada 03 meses. Informou que Lages não tem repassado os valores do BPA, deve outubro, novembro e dezembro de 2014 e todo o ano de 2015. A Sônia confirmou a informação. A Sônia elogiou também o controle das tomografias – SUS, dos municípios que é realizado pela equipe do Consórcio. A Nalú entregou os relatórios/consolidados de serviços prestados através do Consórcio, no exercício 2015 e apresentou a prestação de contas, para conhecimento dos secretários. Falou que em torno de 40.000 (quarenta mil) exames e consultas foram agendados em 2015 e foram cancelados pelos municípios. Que isto reflete a questão financeira dos municípios. A secretária de Campo Belo do Sul, Sra. Terezinha Branco, falou que alguns eram por não conseguir localizar os pacientes para avisá-los. A Nalú falou que com a atualização dos cadastros do novo sistema que o Consórcio está utilizando, este problema será amenizado. A referida secretária elogiou o novo sistema de informatização do Consórcio, disse que realmente está facilitando encontrar os pacientes, inclusive através de endereço de familiares. Nalú repassou que com o retorno dos serviços do Consórcio, o vale verde não está mais funcionando. Houve um reajuste na tabela de 6,78%. Nalú falou que os reajustes a cobrança em débito automático da mensalidade segue o que rege o Estatuto aprovado pelos Prefeitos da região. Terezinha questionou sobre o médico Psiquiatra, Nalú respondeu que terá mais um neurologista e o Psiquiatra a

partir do mês de Julho. Nalú repassou uma preocupação do Diretor Executivo do CISAMA, sobre a necessidade da carteirinha de Saúde dos produtores rurais que precisarão da carteirinha de saúde para os manipuladores de alimento, para comercializar seus produtos, e que logo o Ministério da Agricultura virá vistoriar a região. Informou ainda que os mesmos deverão passar a cada 06 (seis) meses por avaliação do médico do trabalho. A maioria dos municípios não tem condições de contratar os serviços de profissional médico do trabalho, mas o Consórcio disponibiliza os serviços do referido profissional, pelo valor normal das consultas R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), os quais poderão ser encaminhados ao Consórcio, se for de interesse dos municípios. A secretária de Lages informou que só fornece gratuitamente os exames e avaliação do médico de trabalho, aos trabalhadores de estabelecimentos até 20 (vinte) funcionários. A Nalú falou que nos demais municípios a maioria dos estabelecimentos tem menos de vinte funcionários. Ficou estabelecido que a Nalú enviará aos municípios ofício com a proposta dos exames que os trabalhadores manipuladores deverão submeter-se para adquirir a carteirinha de saúde. Solicitou que os interessados poderão enviar modelos de carteirinhas e que o CISAMA, patrocinará a confecção das mesmas. Falou ainda que se for do interesse da maioria dos municípios o serviço mencionado, será feito uma resolução do Consórcio para implantação das normas. Beatriz repassou sobre os atendimentos do HTR, as Cirurgias eletivas e que desde Janeiro há mais 02 anestesistas no quadro clínico. Beatriz reforçou a importância do trabalho em conjunto, dando ênfase à parceria com os Hospitais de Correia Pinto, Otacílio Costa, e que o HTR passa por constantes ajustes e futuramente poderá ser o maior hospital de SC. Leandro questionou sobre o aparelho de ressonância queimado. Beatriz respondeu que nesta semana estará solucionado. Nos assuntos Diversos, Camila falou sobre a Nota Técnica da DIVE, a respeito da Dengue e que graças às ações realizadas na região não houve disseminação da doença. Camila informou que amanhã dia 11 de março haverá reunião com a Comissão de Estudos da Alta complexidade da Ortopedia, os Secretários que não compõem a Comissão, também são convidados. Rose sugeriu incluir neste estudo o levantamento de leitos que poderiam estar no HTR. Leandro da ADR de São Joaquim, falou sobre a ação da Dengue que farão em São Joaquim e região no próximo sábado. Adilson deu por encerrada a reunião e não havendo nada mais a tratar, eu, Dayane Minozzo lavro esta ata que após lida, será aprovada pelos presentes.

OFÍCIO CONVOCAÇÃO DE EMPREGO PÚBLICO MARA LUCIA WERNER

Of. Nº 022/2016

Lages, 16 de Março de 2016.

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, vimos através deste, comunicar que após divulgação do resultado final do Concurso Público edital nº 01/2014, para contratação de pessoal para desempenhar função de Auxiliar Administrativo, junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, conforme relação divulgada no último dia 22 (vinte e dois) de Agosto de 2014, V.Sª, foi classificada em 5º (quinto) lugar.

Assim sendo, solicitamos vossa manifestação de interesse em ocupar a vaga até o próximo dia 31 de Março de 2016, através de ofício assinado e endereçado ao Presidente do CIS/AMURES, Pe. Edilson José de Souza, no seguinte endereço: Rua Nossa Senhora dos Prazeres, 62 – Centro – CEP 88.502-230, Lages-S/C, preferencialmente que seja entregue em mãos para a Diretora Executiva, Nalú Júlio, no mesmo endereço acima mencionado.

Na oportunidade, solicitamos informar a disponibilidade de data para assumir o cargo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar desta data.

Para assumir o cargo, V.Sª, deverá apresentar a documentação que consta no anexo I, deste ofício, para que assim possamos dar

andamento aos procedimentos legais.
Sendo o que tínhamos para o momento,

Atenciosamente,

NALÚ TEREZINHA JÚLIO
Diret. Exec. CIS/AMURES

Ilma Sra.
MARA LUCIA XAVIER WERNER
Rua Evonir Pereira Neves, nº 33
Bairro Centro,
CEP 88.501-165
Lages - SC

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA POSSE EM EMPREGO PÚBLICO:
Todos os documentos deverão ser entregues em cópia simples, legíveis, sem rasuras e em folha de papel tamanho A4. Deverão ser apresentados, além de cópia simples, os originais dos comprovantes de escolaridade, conforme consta no respectivo edital do Concurso Público.

1)- Carteira de trabalho.

2)- Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição ou Certidão de quitação das obrigações eleitorais, que pode ser obtida no site do TSE no endereço eletrônico : <http://www.tse.gov.br>; caso não seja possível emitir a Certidão de Quitação Eleitoral pela Internet, procure qualquer cartório eleitoral para solicitar a emissão.

3)- Certificado de reservista.

4)- Comprovante de Inscrição e de situação Cadastral no CPF e cópia de Identidade.

5)- Comprovante de PIS/PASEP.

6)- Certidão de registro civil de nascimento ou casamento.

7)- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos e carteira de vacinação atualizada de filhos menores de 06 (seis) anos.

8)- Comprovante de endereço.

9)- Comprovante de escolaridade, conforme Edital (original e cópia simples)

10)- Registro no conselho de classe competente.

11)- Número de conta corrente no Banco do Brasil.

12)- Para pessoas que possuem outro emprego público, devem apresentar declaração dos órgãos com carga horária, horários e dias da semana que desenvolvem as atividades.

13)- 2 (duas) fotos 3X4.

14)- Avaliação médica. Os exames laboratoriais exigidos quando da avaliação médica são: hemograma; contagem de plaquetas, exame qualitativo de urina; TGO e TGP; radiografia de campos pulmonares P e AP (com interpretação); eletrocardiograma em repouso com interpretação; dosagem de colesterol total e frações; triglicerídeos; dosagem de glicose; creatinina, Na+; K+; citologia oncótica (para mulheres).

15)- Exame oftalmológico: acuidade visual declarado por médico oftalmologista.

16)- Exame de saúde mental: apto de saúde mental- declarado por médico psiquiatra.

17)- Para ingressantes com idade igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) anos será exigido ainda: Avaliação cardiológica – declarado por médico cardiologista; para homens PSA; e para mulheres Mamografia.

18)- Certidão de antecedentes criminais que se encontra em pleno exercício de seus direitos civis e políticos.

OBS: Após todos os exames em mãos e documentação entrar em contato no CIS/AMURES com Neiva, fone (49) 3918 4958 ou 3918 4985, para agendar avaliação com o médico do trabalho.

Ao médico do Trabalho cabe, quando necessário, solicitar exames complementares. O prazo de validação dos exames solicitados é de 03 (três) meses.

CISAM**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

CISAM Meio Oeste – SC

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário –Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972 Site: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, convoca os representantes dos entes consorciados para Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 31 de março de 2016, às 14h30min, na sede administrativa do CISAM Meio Oeste, sito à Rua Lourenço Côas Netto nº 140, Loteamento Universitário, Município de Capinzal/SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Abertura;
- b) Prestação de contas e homologação do Balanço/2015;

- c) Demonstração da atual situação financeira do CISAM;
- d) Redefinição de prazos para regularização de pendências de rateio;
- e) Apresentação do andamento físico e financeiro da obra da sede administrativa e laboratórios do CISAM;
- f) Informações a respeito dos prazos para conclusão da obra; da contabilização do patrimônio do CISAM e da equivalência patrimonial para cada ente consorciado;
- g) Demonstrativo das atividades desenvolvidas pelo Consórcio e proposta do Plano de Ações para 2016;
- h) Análise e aprovação da minuta de Resolução que disciplina a concessão de recursos para realização de despesas no regime de adiantamento;
- i) Repasse de informações e referendo das Resoluções Normativas nºs 01, 02, 03/2015;
- j) Aprovação da LDO e rateio para 2017;
- k) Outros assuntos de interesse do Consórcio;
- l) Apreciação de eventuais moções de censura;
- m) Leitura e aprovação da ata;
- n) Encerramento.

Capinzal/SC, 16 de março de 2016.

Andevir Isganzella

Presidente

CPIMMOC**ATA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DE 10 MARÇO 2016**

ATA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 01 DE 10 DE MARÇO DE 2016

Às 9:00 horas do dia dez de março de dois mil e dezesseis, tendo como local o auditório da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense – AMMOC, sito à rua Roberto Trompowsky, 68, 2º andar na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Prefeitos dos Municípios integrantes do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado em Assembleia Geral Extraordinária, convocada através do Edital de Convocação nº 01 de 30 de fevereiro de 2016. Presentes: Novelli Sganzerla – Prefeito de Água Doce; Gisa Giacomini- Catanduvas;- Walter Kucher Junior - Prefeito de Erval Velho; Arri Ferrari- Prefeito de Ibicaré; - Rafael Laske – Prefeito de Joaçaba; Hilário Chiamolera - Prefeito de Lacerdópolis; Vitor Faccin – Prefeito de Ouro; Nadir Baú - Prefeito de Tangará; Mauro Dresch - Prefeito de Treze Tílias; - Melânia Apª Roman Meneghini-Prefeita Vargem Bonita; e o Vice-Prefeito de Capinzal- Wilson Luiz Farias. Verificado o quórum e havendo número legal de Prefeitos presentes, o senhor Vitor Faccin, Prefeito de Ouro e Presidente do CPIMMOC, saudou a todos e declarou aberta a assembleia. Ato contínuo convidou Andreia Fleck Silva, para secretariar a reunião e passou para a ordem do dia. 1 - Licenciamento Ambiental: Passou a palavra para o Gerente de Meio Ambiente Srº Elton Magrinelli para fazer as colocações do andamento dos trabalhos, expôs duas possibilidades relacionadas à contratação dos técnicos para o licenciamento e fiscalização ambiental. Conforme relatou o gerente, foi realizada uma reunião no dia vinte quatro de fevereiro de dois mil e dezesseis, em Florianópolis, com a Gerência de Municipalização da FATMA, onde foram tirados alguns encaminhamentos. A assembleia, por unanimidade, aprovou a sugestão feita pela FATMA para que seja utilizada a equipe da Gerência de Meio Ambiente composta por três servidores, dando-lhes atribuições para o licenciamento e fiscalização, nos termos da legislação vigente. Também foi aprovada a possibilidade de somar-se a

esta equipe, dois técnicos de municípios consorciados, que serão cedidos pelo município de Ouro (Engenheiro Agrônomo, Everton Chiodelli) e pelo município de Catanduvas (Glaucia Camuzzato, Engenheira Ambiental), para realizarem as funções de fiscalização e licenciamento junto ao Programa Ambiental do CPIMMOC, numa carga horária de 20horas semanais o agrônomo e de 10 horas semanais, a Engenheira Ambiental, pelo período de um ano, podendo ser prorrogado. Foram aprovadas alterações no Estatuto Social do CPIMMOC para criação de funções gratificadas, com seus respectivos valores, conforme tabela constante no anexo 1; Foi aprovada também a fixação e respectivos valores de diárias, conforme tabela constante no anexo 1. Decidiu-se que os servidores cedidos pelos municípios, acima mencionados, receberão a gratificação constante no Anexo 1, tabela de gratificações, do Estatuto Social do CPIMMOC, pelo exercício da atividade de fiscalização e licenciamento ambiental. Neste molde, decidiu-se que os cargos técnicos do Programa Ambiental terão sua carga horária e remuneração majorados, conforme tabela constante no Anexo 1 do Estatuto Social do CPIMMOC, tendo-se alteradas as atribuições dos cargos, conforme atribuições constantes no respectivo anexo. Justificou-se a citada alteração pela economia que a mesma irá gerar, pois na primeira proposta avaliada em dezembro de dois mil e quinze, a sugestão era de contratar três técnicos para a Gerência de Meio Ambiente e cinco técnicos através de concurso público, com atribuições para o licenciamento e fiscalização. Na mesma reunião com a Gerência de Municipalização da FATMA foi definido que o licenciamento e a fiscalização sobre a supressão de vegetação será de responsabilidade dos municípios consorciados, o que foi decidido de modo favorável pelos presentes. Em relação a contratação de serviços de consultoria para os licenciamentos ambientais de responsabilidade dos municípios consorciados, o Gerente de Meio Ambiente sugeriu que se faça um processo de licitação para contratar profissionais por demanda de serviços que os municípios tenham em comum. 2 – SISBI/SUASA/POA – Renan Hermes responsável pela Estruturação do projeto, falou que foi encaminhado aos municípios consorciados minuta de Lei que Institui o Serviço de Inspeção

Municipal SISBI/SUASA, nos municípios pertencentes ao Consórcio, para encaminhamento as Câmaras de Vereadores, sendo que em alguns, as mesmas já estão aprovadas e entram em vigor a partir de dois mil e dezessete. e outros está para aprovação na Câmara de Vereadores. Depois da Lei aprovada será encaminhado o Decreto que regulamenta todos os produtos e serviços. 3 – Aprovação da primeira alteração do Estatuto. O Assessor Jurídico do CPIMMOC, o Sr. Roberto Kurtz Pereira, abordou a nova redação do Estatuto social do CPIMMOC, na forma prevista no protocolo de intenções, as quais foram aprovadas por unanimidade dos presentes, cujo documento integra a presente ata na forma de anexo e conforme livro de presença. Não tendo nada mais a tratar, o Presidente do CPIMMOC, Vitor João Faccin agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelo presidente,

Presidente: _____ Vitor João Faccin

Joaçaba, 10 de março de 2016

ANEXO 1

dos empregos públicos

Nº de vagas	Denominação do emprego/Carga Horária	Vencimento Inicial
1	Assistente Administrativo/40	R\$ 2.533,00
1	Auxiliar de Serviços Gerais /40	R\$ 950,00
3	Analista em Meio Ambiente/30	R\$ 4.550,00
1	Médico Veterinário/30	R\$ 3.500,00

DO EMPREGO PÚBLICO DE LIVRE NOMEAÇÃO

Nº de vagas	Denominação do emprego/Carga Horária	Vencimento
1	Diretor Executivo/40	R\$ 8.181,00
1	Gerente de Meio Ambiente/40h	R\$ 8.181,00
1	Gerente SUASA/30h	R\$ 4.720,00
1	Assessor Jurídico/20h	R\$ 6.450,00
1	Assessor Técnico/40h	R\$ 3.585,00

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS E REQUISITOS

DIRETORIA EXECUTIVA

I – Receber e expedir documentos e correspondências do Consórcio, mantendo em ordem toda a documentação administrativa e financeira do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, bem assim zelando e responsabilizando-se pelo seu controle, organização e arquivo;

II – Realizar programação dos compromissos financeiros a pagar e a receber do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado;

III – Executar a gestão administrativa e financeira do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública;

IV – Elaborar Plano Plurianual de Investimentos Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual;

V – Elaborar a Prestação de Contas mensal, o Relatório de Atividades e os Balanços Anuais a serem submetidos ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado.

VI – Elaborar a prestação de contas de projetos, convênios, contratos e congêneres dos auxílios e subvenções concedidos e/ou recebidos pelo Consórcio;

VII – Controlar o fluxo de caixa;

VIII – Elaborar a analisar projetos sob a ótica da viabilidade econômica, financeira e dos impactos, a fim de subsidiar processo

decisório;

IX – Acompanhar e avaliar projetos;

X – Avaliar a execução e os resultados alcançados pelos programas e ações implementados;

XI – elaborar relatórios de acompanhamento dos projetos/convênios para os órgãos superiores;

XII – movimentar em conjunto com o Presidente do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado ou com quem este delegar as contas bancárias e os recursos financeiros do Consórcio;

XIII – providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelos órgãos colegiados do Consórcio, Presidência e Tribunal de Contas do Estado;

XIV – realizar as atividades de relações públicas do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, constituindo o elo de ligação do Consórcio com a sociedade civil e os meios de comunicação, segundo diretrizes e supervisão do Presidente;

XV – Contratar, punir, dispensar ou exonerar empregados, bem como praticar todos os atos relativos a gestão dos recursos humanos, após autorização do Conselho de Administração;

XVI – Contratar, após prévia aprovação do Conselho de Administração, pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos previsto neste instrumento e no Estatuto;

XVII – Apresentar os assuntos relacionados à Estrutura Administrativa e Recursos Humanos a serem submetidos à aprovação do Conselho de Administração;

XVIII – Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

XIX – Instaurar sindicâncias e processos disciplinares nos termos do Estatuto;

XX – Constituir comissão de licitações do Consórcio nos termos do Estatuto;

XXI – Providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

XXII – Participar, sem direito a voto, das reuniões da Administração Geral e do Conselho de Administração, e coordenar a lavratura das atas, os quais deverão conter o registro cronológico de todas as reuniões realizadas com indicação da data, local e hora, pauta, nome e cargo dos presentes, e todas as deliberações adotadas em cada reunião;

XIII – Elaborar os processos de licitação para contratação de bens, materiais ou prestadores de serviços e a celebração de convênios de credenciamento com entidades;

XXIV – Propor melhorias nas rotinas administrativas do Consórcio ao Conselho de Administração, visando à contínua redução de custos, aumento da eficácia das ações consorciais no atingimento de suas metas e objetivos e ao emprego racional dos recursos disponíveis;

XXV – Requisitar à Presidência seu substituto em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado;

XXVI – Propor ao Conselho de Administração a requisição de servidores públicos para servir ao Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado;

XXVII – Expedir certidões, declarações, passar recibos, receber citações e intimações, bem como dar adequado tratamento a todos os demais documentos a serem expedidos ou recebidos relativos a matéria administrativa do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado;

XXVIII – Responder pela execução das compras e de fornecimentos, dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral.

XXIX – Publicar as atas das reuniões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;

Requisitos Mínimos: formação Superior

GERENTE DE MEIO AMBIENTE

I. Planejar, dirigir, orientar, coordenar, executar ou fazer executar as atividades de licenciamento, fiscalização, controle, monitoramento e gestão da qualidade ambiental no âmbito dos órgãos ambientais municipais do CPIMMOC.

II. Exercer poder de polícia fiscalizando atividades e empreendimentos enquadrados no âmbito de competência do CPIMMOC, podendo fiscalizar in loco as atividades e empreendimentos, determinar o cumprimento da legislação ambiental, bem como, da fiel execução do empreendimento ou atividade conforme os condicionantes ambientais cabíveis, determinar medidas urgentes mitigadoras de danos ambientais, embargar atividades e empreendimentos, aplicar multas, lavrar auto de infração, podendo solicitar quando necessário, o apoio de força pública, principalmente da polícia militar ambiental e de outros órgãos ambientais como o IBAMA e a FATMA.

III. Participar da estrutura dos órgãos julgadores dos processos administrativos ambientais da competência do CPIMMOC.

IV. Elaborar o Plano Anual de Atividades Ambientais, em conjunto com a totalidade dos órgãos ambientais municipais do CPIMMOC

V. Controlar o cumprimento dos termos contratuais, quando executados por serviços contratados;

VI. Elaborar e executar o planejamento ambiental, organizacional e estratégico afetos à execução das políticas municipais de meio ambiente formuladas no âmbito dos Municípios integrantes da CPIMMOC, em especial as que se relacionem com as atividades de regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental;

VII. Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;

VIII. Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;

IX. Propor a edição de normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua responsabilidade;

X. Acompanhar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;

XI. Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;

XII. Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;

XIII. Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;

XIV. Participar da tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;

XV. Elaborar o plano anual de divulgação das atividades ambientais do CPIMMOC, conforme as atribuições regimentais pertinentes ou que lhe forem atribuídas.

XVI. Promover o intercâmbio e garantir a formação continuada dos técnicos sob sua direção;

XVII. Participar ativamente dos encontros, seminários, congressos, cursos de formação e atividades afins, que possam contribuir com o fortalecimento institucional do Consórcio, na sua área de atuação;

XVIII. Representar o Consórcio nas questões relacionadas ao Meio Ambiente.

Requisitos Mínimos: formação superior na área do meio ambiente ou curso afim e registro no respectivo Conselho Profissional. ANA-LISTA EM MEIO AMBIENTE

I. Executar as atividades de licenciamento, fiscalização, controle, monitoramento e gestão da qualidade ambiental dando suporte técnico aos Órgãos Ambientais Municipais do CPIMMOC.

II. Exercer poder de polícia fiscalizando atividades e empreendimentos enquadrados no âmbito de competência do CPIMMOC, podendo fiscalizar in loco as atividades e empreendimentos, determinar o cumprimento da legislação ambiental, bem como, da fiel execução do empreendimento ou atividade conforme os condicionantes ambientais cabíveis, determinar medidas urgentes mitigadoras de danos ambientais, embargar atividades e empreendimentos, aplicar multas, lavrar auto de infração, podendo solicitar

quando necessário, o apoio de força pública, principalmente da polícia militar ambiental e de outros órgãos ambientais como o IBAMA e a FATMA.

III. Participar da estrutura dos órgãos julgadores dos processos administrativos ambientais da competência do CPIMMOC.

IV. Supervisionar e promover estudos, programas e medidas de controle de exploração e uso racional dos recursos naturais e da degradação ambiental nos Municípios;

V. Assessorar Município e empreendedores na elaboração e execução de estudos, projetos, programas e ações normatizadas ou exigidas pela legislação específica, quando solicitado;

VI. Zelar pela observância dos cronogramas estabelecidos para estudos, pesquisas, projetos, obras e serviços sob sua coordenação;

VII. Elaborar relatórios sobre o andamento dos trabalhos, bem como sugerir medidas para corrigir eventuais ocorrências no descumprimento das disposições legais e contratuais;

VIII. Dirigir, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conservação de amostras representativas dos ecossistemas e o manejo da vida silvestre, com vistas à manutenção da biodiversidade;

IX. Fazer cumprir as Políticas Municipais de Meio Ambiente no âmbito de suas competências;

Requisitos Mínimos: Formação Superior e registro regular no respectivo Conselho Profissional

CONSULTOR JURÍDICO

I. Atender, no âmbito da Diretoria de Meio Ambiente, aos processos e consultas que lhe forem submetidos;

II. Emitir pareceres e interpretações de textos legais relacionados à Diretoria de Meio Ambiente e aos órgãos ambientais municipais;

III. Exercer poder de polícia fiscalizando atividades e empreendimentos enquadrados no âmbito de competência do CPIMMOC, podendo fiscalizar in loco as atividades e empreendimentos, determinar o cumprimento da legislação ambiental, bem como, da fiel execução do empreendimento ou atividade conforme os condicionantes ambientais cabíveis, determinar medidas urgentes mitigadoras de danos ambientais, embargar atividades e empreendimentos, aplicar multas, lavrar auto de infração, podendo solicitar quando necessário, o apoio de força pública, principalmente da polícia militar ambiental e de outros órgãos ambientais como o IBAMA e a FATMA.

IV. Participar da estrutura dos órgãos julgadores dos processos administrativos ambientais da competência do CPIMMOC.

V. Promover a elaboração dos instrumentos relativos a contratos, convênios, ajustamentos de condutas, acordos de compensação ambiental, ajustes e acordos;

VI. Revisar, atualizar e consolidar a legislação ambiental dos municípios integrantes do CPIMMOC;

VII. Observar as normas ambientais federais e estaduais que possam ter implicações na legislação ambiental local, à medida que forem sendo expedidas, e providenciar na adaptação desta;

VIII. Participar de reuniões coletivas convocadas pela Diretoria de Meio Ambiente ou Presidente do CPIMMOC,

IX. Presidir, sempre que possível, aos inquéritos administrativos relacionados à Diretoria de Meio Ambiente e aos órgãos ambientais municipais;

X. Exercer outras atividades compatíveis com a função, de conformidade com a disposição legal ou regulamentar, ou para as quais sejam expressamente designados; relatar parecer coletivo, em questões jurídicas de magna importância, quando para tal tiver sido sorteado;

XI. Representar a Diretoria de Meio Ambiente ou o Órgão Ambiental Municipal, quando investido do necessário mandato;

XII. Examinar, sob aspecto jurídico, todos os atos praticados pela Diretoria de Meio Ambiente e órgãos Ambientais Municipais em relação as questões restritas a atuação destes;

XIII. Desenvolver outras atividades de natureza jurídica ambiental, especificamente de interesse do Consórcio, através da anuência, aprovação ou solicitação da Diretoria de Meio Ambiente.

Requisitos Mínimos: formação Superior e registro no regular na Ordem dos Advogados do Brasil.

ASSESSOR TÉCNICO

I- Assessorar o superior imediato no desempenho de suas funções, auxiliando na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões, marcando e cancelando compromissos.

II- Exercer poder de polícia fiscalizando atividades e empreendimentos enquadrados no âmbito de competência do CPIMMOC, podendo fiscalizar in loco as atividades e empreendimentos, determinar o cumprimento da legislação ambiental, bem como, da fiel execução do empreendimento ou atividade conforme os condicionantes ambientais cabíveis, determinar medidas urgentes mitigadoras de danos ambientais, embargar atividades e empreendimentos, aplicar multas, lavrar auto de infração, podendo solicitar quando necessário, o apoio de força pública, principalmente da polícia militar ambiental e de outros órgãos ambientais como o IBAMA e a FATMA.

III- Participar da estrutura dos órgãos julgadores dos processos administrativos ambientais da competência do CPIMMOC.

IV- Acompanhar a execução de tarefas a serem operacionalizadas em outras áreas para garantir o resultado esperado.

V- Organizar eventos, viagens, diligências e prestar serviços como organização de agenda pessoal, quando solicitado.

VI- Emitir informações, analisar dados, controlar e analisar processos, operar máquinas e equipamentos com vistas a assegurar o eficiente funcionamento da área de atuação;

VII- Efetuar protocolos, arquivamentos e organização de processos sob demanda;

VIII- Prestar atendimento ao público, através de informações, e fazendo encaminhamentos;

IX- Supervisionar ações, monitorando resultados;

X- Realizar atividades de rotina sob sua responsabilidade;

XI- Capacitar estagiários no desempenho de suas funções;

XII- Ministrar palestras, minicursos ou oficinas em relação aos processos, fiscalização, licenciamento e Educação Ambiental, quando solicitado.

Requisitos Mínimos: Formação técnica na área de meio ambiente

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

I- Realizar atividades de limpeza e higiene das instalações do Consórcio, serviços de copa, cozinha e bar;

II- Verificar a existência de material de limpeza e outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando ao superior imediato a necessidade de reposição quando for o caso;

III. Executar outras atribuições afins

Requisito mínimo: Ensino Fundamental

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL CONFORME NORMAS CÓDIGO CIVIL LEI 11.107/2005

PRIMEIRA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO APROVADA NA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO DIA 10/03/2016

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, DURAÇÃO, FINALIDADE E ÁREA DE ATUAÇÃO

Seção I

Da Denominação, sede, foro e duração

Art. 1º O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO é uma associação pública, com personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, de duração indeterminada,

tendo como sede e foro o Município de Joaçaba, à Rua Roberto Trompowiski, 68 - 2º andar, Centro, regendo-se pelo presente estatuto, pelas normas do Código Civil, pela Lei nº 11.107/2005, e demais legislações pertinentes a matéria.

Parágrafo único. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO terá como sigla "CPIMMOC".

Seção II

Da Finalidade

Art. 2º O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO tem por finalidade estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, proporcionar melhoria nas condições ambientais da região, da qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico e social dos municípios consorciados, especialmente nas seguintes áreas previstas no Protocolo de Intenções:

I - fortalecimento institucional;

II - dinamização econômica;

III - desenvolvimento urbano e rural;

IV - meio ambiente;

V – saúde;

VI – educação;

VII - cultura, esporte e lazer;

VIII - assistência social, inclusão e direitos humanos;

IX - segurança pública.

Art. 3º Para o cumprimento de suas finalidades, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO poderá:

I - adquirir bens e serviços necessários, os quais integrarão seu patrimônio;

II - firmar convênios, contratos, acordos e parcerias de qualquer natureza;

III - receber contribuições, auxílios e subvenções de municípios, de órgãos do Governo Estadual e Federal, de empresas públicas ou privadas e de organizações internacionais;

IV - solicitar a seus associados os serviços necessários, inclusive recursos humanos e materiais;

V - ser contratado pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, dispensada a licitação;

VI - mediante previsão em contrato de programa, promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;

VI - emitir documentos de fiscalização, aplicação de penalidades, inspeção, cobrança e ainda exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços aos entes consorciados ou conveniados, aos estabelecimentos assistidos e outros que demandem seus serviços, bem como promover a administração destes fundos e a aplicação conforme o plano de ação deliberação pela assembleia.

Seção III Da Área de Atuação

Art. 4º A área de atuação do CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MEIO OESTE CONTESTADO é formada pela totalidade das superfícies dos municípios consorciados, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

CAPÍTULO II DO QUADRO SOCIAL, INGRESSO DE NOVOS SÓCIOS, DIREITOS E DEVERES

Seção I Do Quadro Social

Art. 5º CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO é constituído pelos seguintes municípios e autorizado pelas respectivas Leis:

I – Município de ÁGUA DOCE – Lei nº 2.233 de 03 de Outubro de 2013;

II – Município de CAPINZAL – Lei nº 3.075 de 21 de Agosto de 2013;

III – Município de CATANDUVAS- Lei nº 2.416 de 12 de Setembro de 2013;

IV – Município de ERVAL VELHO – Lei nº 1.329 de 16 de Maio de 2013;

V – Município de IBICARÉ – Lei nº 1.813 de 22 de Maio de 2013;

VI – Município de HERVAL DO OESTE – Lei nº 3093/2015;

VII – Município de JOAÇABA – Lei nº 4.478 de 17 de Abril de 2014;

VIII – Município de LACERDÓPOLIS – Lei nº 1.906 de 29 de Maio de 2013;

IX – Município de LUZERNA – Lei nº 1.118 de 04 de Junho de 2013;

X – Município de OURO – Lei nº 2.343 de 20 de Junho de 2013;

XI – Município de TANGARÁ – Lei nº 2.165 de 08 de Julho de 2013;

XII – Município de TREZE TILIAS – Lei nº 1.772 de 20 de Junho de 2013;

XIII - O Município de VARGEM BONITA – Lei nº 951 de 30 de Julho de 2013.

Parágrafo único. Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do CPIMMOC.

Seção II Do Ingresso de Novos Sócios

Art. 6º A qualquer momento e a critério da Assembleia Geral é facultado o ingresso de novos sócios no CPIMMOC.

§ 1º Para o ingresso de novos sócios, os Municípios interessados devem obter autorização legislativa das respectivas Câmaras Municipais de Vereadores.

§ 2º Nas hipóteses de criação, fusão, incorporação ou desmembramento que atinjam municípios consorciados ou subscritores de protocolo de intenções, os novos municípios serão automaticamente

tidos como consorciados.

Seção III Dos Direitos dos Associados

Art. 7º São direitos dos sócios que estiverem em dia com suas obrigações:

I - votar e ser votado para os cargos de Presidência, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

II – tomar parte das reuniões e Assembleias Gerais;

III – compensar os pagamentos de vencimentos a servidor cedido ao Consórcio, quando for o caso, com as obrigações previstas em Contrato de Rateio;

IV - exigir dos demais integrantes o pleno cumprimento das cláusulas estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio, no Estatuto e nos demais contratos firmados;

V – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento do Consórcio.

VI – retirar-se da sociedade com prévia autorização da respectiva Câmara Municipal, desde que participe sua intenção com prazo nunca inferior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. Fica a cargo da Assembleia Geral estabelecer os termos da redistribuição dos custos da execução dos programas ou projetos de que participa o retirante.

Seção IV Dos Deveres dos Associados

Art. 8º São deveres dos sócios:

I – cumprir as disposições estatutárias e regimentais;

II – acatar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;

III – cumprir e fazer cumprir o Contrato de Consórcio, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio;

IV – cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV – participar ativamente das reuniões e Assembleias Gerais do CPIMMOC;

V – cumprir com as obrigações operacionais e financeiras assumidas com o Consórcio, sob pena de suspensão e posterior exclusão na forma deste Estatuto;

VI – ceder se necessário, servidores para o Consórcio;

VII – incluir, em sua lei orçamentária ou em crédito adicionais, dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do Consórcio, assumidas por meio de contratos de rateio e contratos de programas, conforme for o caso;

VIII – compartilhar recursos e pessoal para a execução de serviços, programas, projetos, atividades e ações no âmbito do Consórcio, nos termos de contrato de programa.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

Seção I Dos órgãos da administração superior

Art. 9º A organização do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO MEIO OESTE CONTESTADO compreende os seguintes níveis:

I – Direção Superior:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho Administrativo;
- c) Presidência.

II – Gerência e Assessoramento:

- a) Diretoria Executiva;
- b) Câmaras Temáticas.

III – Conselho Fiscal.

Parágrafo único. A participação do Chefe do Poder Executivo Municipal no Conselho Administrativo, Conselho Fiscal, bem como dos seus representantes na Assembleia Geral ou reuniões do Consórcio não será remunerada ou indenizada, sendo considerado trabalho público relevante.

Subseção I Da Assembleia Geral

Art. 10. A Assembleia Geral, instância máxima do CPIMMOC, é órgão colegiado composto pelos representantes legais dos consorciados.

Parágrafo único. Os Municípios serão representados na Assembleia Geral por seus respectivos Prefeitos, como titulares, e por seus vice-prefeitos, como suplentes.

Art. 11. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente três vezes ao ano, nos períodos previamente estabelecidos e, extraordinariamente, sempre que convocada, nos termos deste estatuto.

§ 1º Sempre que possível as Assembleias do Consórcio serão realizadas na mesma data das Assembleias da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense-AMMOC.

§ 2º A convocação das Assembleias Gerais será através de Edital de Convocação com a devida publicidade e comunicação direta aos consorciados.

§ 3º A convocação da Assembleia geral ordinária será feita com antecedência mínima de dez dias.

§ 4º A convocação da Assembleia geral extraordinária será feita com antecedência mínima de cinco dias, devendo especificar os assuntos para deliberação.

Art. 12. Compete à Assembleia Geral Ordinária:

I – eleger e destituir o Presidente, o Vice-Presidente, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

II – apreciar o Orçamento Anual para o exercício seguinte, até o final da segunda quinzena de outubro do exercício em curso, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de Contratos de Rateio;

III - fixar o valor e a forma de rateio entre os entes das despesas para o exercício seguinte, tomando por base a referida peça

orçamentária, bem como a revisão e o reajuste de valores devidos ao Consórcio pelos consorciados;

IV – modificar o Estatuto do Consórcio, observado o disposto no art. 58 deste Estatuto;

V – deliberar sobre a suspensão e exclusão de ente consorciado;

VI – deliberar sobre o ingresso no CPIMMOC de ente federativo que não tenha sido subscrito inicial do Protocolo de Intenções;

VII – homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que tenha ratificado Protocolo de Intenções após dois anos de sua subscrição;

VIII – fixar, revisar ou reajustar tarifas e outros preços públicos;

IX – autorizar a alienação ou oneração de bens do Consórcio ou daqueles que, nos termos de Contrato de Programa, tenham-lhe sido outorgados os direitos de exploração;

X - apreciar as contas referentes ao exercício anterior até a segunda quinzena de março do exercício subsequente;

XI – deliberar sobre os pareceres do Conselho Fiscal;

XII – deliberar sobre mudanças de sede;

XIII – deliberar sobre a extinção do CPIMMOC;

XIV – deliberar sobre a necessidade de contratação e ampliação do quadro de pessoal, e preenchimento das vagas existentes, bem como, a criação e fixação dos valores e hipóteses de cabimento do pagamento de gratificações, bonificações, abonos ou outros benefícios.

XV – deliberar sobre a contratação e exoneração do Diretor Executivo;

XVI – deliberar sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira dos empregados do CPIMMOC;

XVII – aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos;

XVIII – apreciar e sugerir medidas para melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio e o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas;

XIX – deliberar, em caráter excepcional, sobre as matérias relevantes ou urgentes que lhe sejam declinadas pelo Conselho Administrativo;

XX – deliberar e dispor em última instância sobre os casos omissos neste Estatuto.

Art. 13. A Assembleia Geral extraordinária será presidida e convocada pelo Presidente ou seu substituto legal, através de Edital e comunicação com ciência de todos os seus membros quanto ao dia, hora, local e ordem do dia.

Parágrafo único. A Assembleia Geral extraordinária também poderá ser convocada por um quinto de seus membros, quando o Presidente ou seu substituto legal não atender no prazo de dez dias a pedido fundamentado de ente consorciado para convocação extraordinária.

Art. 14. A Assembleia Geral instalar-se-á:

I - em primeira convocação com a presença de dois terços dos

membros do Consórcio, em dia com suas obrigações operacionais e financeiras;

II - em segunda e última convocação, trinta minutos após a primeira, com a presença de qualquer número de consorciados adimplentes, deliberando por maioria simples de votos, ressalvadas as matérias que exigirem maioria qualificada ou absoluta nos termos deste instrumento e de disposições do Estatuto do Consórcio.

§ 1º Nas atas da Assembleia Geral serão registrados de forma resumida, quando possível, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral e a lista de presenças.

§ 2º No caso de votação secreta, a ata conterá a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 3º Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo, cuja decisão será tomada por dois terços dos votos dos presentes.

§ 4º A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembleia Geral.

§ 5º Sob pena de ineficácia das decisões tomadas em Assembleia Geral, a íntegra da ata será publicada em até dez dias após a aprovação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM.

Subseção II Do Conselho Administrativo

At. 15. O Conselho Administrativo é o órgão de administração do Consórcio, constituído pelo Presidente e Vice-Presidente e por mais três membros, eleitos mediante voto público e nominal ou por aclamação na última Assembleia do ano, iniciando o mandato no primeiro dia útil do exercício financeiro subsequente, podendo ser reeleita uma única vez.

§ 1º A apresentação das chapas para concorrer aos cargos do Conselho Administrativo deverá ser efetuada nos primeiros trinta minutos que antecedem o horário previsto para início da Assembleia Geral.

§ 2º Somente será aceita a candidatura para os cargos do Conselho Administrativo o Chefe de Poder Executivo de ente consorciado adimplente com suas obrigações operacionais e financeiras.

§ 3º Será considerada eleita a chapa que obtiver ao menos dois terços dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos dois terços dos consorciados.

§ 4º Caso nenhuma chapa alcance dois terços dos votos, realizar-se-á, após quinze minutos de intervalo, segundo turno de eleição, sendo considerado eleita chapa que obtiver o voto favorável da maioria simples.

§ 5º No caso de empate será declarada eleita a chapa que tiver o Presidente mais idoso.

§ 6º Se não for possível ocorrer a eleição dentro do ano em curso, o mandato do Conselho será prorrogado pelo prazo necessário para a nova eleição no ano subsequente.

Art. 16. A perda do mandato eletivo é causa de extinção automática do cargo de membro do Conselho Administrativo, hipótese em que assumirá a função no Conselho aquele que vier substituí-lo na

Chefia do Poder Executivo do Município, exceto para os cargos da presidência.

Art. 17. Os membros dos Conselhos de Administração somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura conforme as disposições estabelecidas previstas no Protocolo de Intenções e no Regimento Interno do CPIMMOC.

Art. 18. As deliberações do Conselho Administrativo serão executadas pela Presidência e pela Diretoria Executiva.

Art. 19. Compete ao Conselho Administrativo:

I – aprovar para posterior deliberação da Assembleia Geral o orçamento anual do exercício seguinte até o final da segunda quinzena de setembro do exercício em curso, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de Contrato de Rateio;

II – planejar todas as ações de natureza administrativa do Consórcio, fiscalizando a Diretoria Executiva na sua execução;

III – contratar serviços de auditoria interna e externa;

IV – propor à Assembleia Geral alterações no quadro de pessoal do Consórcio;

V – aprovar o reajuste de salário dos empregados do CPIMMOC;

VI – aprovar previamente a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos previsto em legislação;

VII – requisitar a cessão de servidores dos entes consorciados;

VIII – aprovar cessão de servidores e empregados públicos por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio;

IX – propor a Assembleia Geral a alteração do Estatuto do Consórcio;

X – prestar contas ao órgão concedor dos auxílios e subvenções que o CPIMMOC venha a receber;

XI – definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento do CPIMMOC;

XII – propor à Assembleia Geral a nomeação ou exoneração do Diretor Executivo;

XIII – autorizar o Diretor Executivo a contratar estagiários;

XIV – aprovar a celebração dos instrumentos de gestão previstos neste Estatuto.

Subseção II Do Presidência

Art. 20. A Presidência do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado é exercida pelo Presidente e o Vice-Presidente em conformidade com as atribuições previstas neste Estatuto.

Parágrafo único. O mandato do Presidente ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente consorciado.

Art. 21. Compete ao Presidente:

I – promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

II – nomear ou exonerar o Diretor Executivo mediante decisão da Assembleia Geral;

III – convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral e do Conselho Administrativo;

IV – representar o Consórcio judicial e extrajudicial, mediante autorização do Conselho Administrativo;

V - representar o Consórcio perante outras esferas de governo e instituições públicas ou privadas;

VI - celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, desde que autorizado pelo Conselho Administrativo ou pela Assembleia Geral, dependendo a relevância do assunto e não prevista no planejamento anual do Consórcio;

VII - defender as causas municipalistas, dentre outros assuntos;

VIII – movimentar em conjunto com o Diretor Executivo as contas bancárias e recursos do CPIMMOC;

IX – ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

X – convocar reuniões com a Diretoria Executiva;

XI – autorizar, homologar e adjudicar as licitações realizadas pelo Consórcio;

XII – expedir resoluções da Assembleia Geral e do Conselho Administrativo para dar força normativa às decisões estabelecidas nestes colegiados;

XIII – expedir portarias para dar força normativa às decisões monocráticas de sua competência;

XIV – delegar atribuições e designar tarefas para os órgãos de gerência e de execução;

XV – nomear por portaria empregados do consórcio ou a ele cedidos, para exercer poder de polícia, na esfera ambiental e sanitária, com atribuições de fiscalizar atividades e empreendimentos enquadrados no âmbito de competência do CPIMMOC, podendo fiscalizar in loco as atividades e empreendimentos, determinar o cumprimento da legislação ambiental e sanitária, bem como, da fiel execução do empreendimento ou atividade conforme os condicionantes ambientais e sanitários cabíveis, determinar medidas urgentes mitigadoras de danos ambientais, embargar atividades e empreendimentos, aplicar multas, lavrar auto de infração, podendo solicitar quando necessário, o apoio de força pública, principalmente da polícia militar ambiental e de outros órgãos ambientais como o IBAMA e a FATMA.

XVI – Nomear, nos casos previstos em lei, por portaria os membros para participar da estrutura dos órgãos julgadores dos processos administrativos ambientais da competência do CPIMMOC.

XVI – julgar, em primeira instância, recursos relativos à:

a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objetivo;

c) aplicação de penalidades a empregados do Consórcio.

XVI – zelar pelos interesses do CPIMMOC.

XVII – Fixa por Resolução, os casos e valores de pagamentos de diárias aos servidores do CPIMMOC, ou a este cedidos por outros órgãos.

Art. 22. Compete ao Vice-Presidente;

I – substituir e representar o Presidente em todas as suas ausências e impedimentos;

II – assessorar o Presidente e exercer as funções que lhe forem delegadas;

III – assumir interinamente a Presidência do Consórcio, no caso de vacância, quando esta ocorrer na segunda metade do mandato, exercendo-a até seu término;

§ 1º no caso da vacância ocorrer na primeira metade do mandato deverá convocar Assembleia Extraordinária em quinze dias para eleição de novo Presidente.

§ 2º Por ocasião do período eleitoral, havendo necessidade de desincompatibilização do cargo de Presidente e não sendo possível sua substituição pelo Vice-Presidente, a Assembleia Geral poderá autorizar outro membro do Conselho de Administração para que assuma interinamente a Presidência do Consórcio, desde que o município a que pertence esteja em dia com suas obrigações operacionais e financeiras.

Seção II

Da Gerencia e Assessoramento

Subseção I

Da Diretoria Executiva

Art. 23. A Diretoria Executiva é o órgão executivo do CPIMMOC, composta por Diretor Executivo.

Parágrafo único. Para exercício da função de Diretor Executivo será exigida formação profissional de nível superior, preferencialmente em Administração, Economia, Direito ou Ciências Contábeis, Gestão Pública, com experiência na área de Administração Pública.

Art. 24. Compete ao Diretor Executivo:

I – receber e expedir documentos e correspondências do Consórcio, mantendo em ordem toda a documentação administrativa e financeira, zelando e responsabilizando-se pelo seu controle, organização e arquivo;

II – controlar o fluxo de caixa e realizar programação dos compromissos financeiros a pagar e a receber;

III – executar a gestão administrativa e financeira dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública;

IV – elaborar a proposta orçamentária anual;

V – elaborar a Prestação de Contas mensal, o Relatório de Atividades e os Balanços Anuais a serem submetidos ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral;

VI – elaborar relatório de acompanhamento e a prestação de contas de projetos, convênios, contratos e congêneres dos auxílios e subvenções concedidos ou recebidos pelo Consórcio;

VII – elaborar e analisar projetos sob a ótica da viabilidade econômica, financeira e dos impactos, a fim de subsidiar processo decisório;

VIII – avaliar a execução e os resultados alcançados pelos programas e ações implementados;

IX – movimentar em conjunto com o Presidente ou com quem este delegar as contas bancárias e os recursos financeiros do Consórcio;

X – providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelos órgãos colegiados do Consórcio, Presidência e Tribunal de Contas do Estado;

XI – realizar as atividades de relações públicas do Consórcio, constituindo o elo com a sociedade civil e os meios de comunicação, segundo diretrizes e supervisão do Presidente;

XII – praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, após autorização do Conselho de Administração;

XIII – contratar, após prévia aprovação do Conselho de Administração, pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos previsto neste Estatuto;

XIV – apresentar os assuntos relacionados à Estrutura Administrativa e Recursos Humanos a serem submetidos à aprovação do Conselho de Administração;

XV – promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

XVI – instaurar sindicâncias e processos disciplinares nos termos do Estatuto e desde que autorizado pelo Conselho de Administração;

XVII – constituir comissão de licitações do Consórcio nos termos do Estatuto e elaborar os processos de licitação para contratação de bens, materiais ou prestadores de serviços e a celebração de convênios de credenciamento com entidades;

XVIII – providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

XIX – participar, sem direito a voto, das reuniões da Administração Geral e do Conselho de Administração, e coordenar a lavratura das atas, os quais deverão conter o registro cronológico de todas as reuniões realizadas com indicação da data, local e hora, pauta, nome e cargo dos presentes, e todas as deliberações adotadas em cada reunião;

XX – propor melhorias nas rotinas administrativas do Consórcio ao Conselho de Administração;

XXI – requisitar à Presidência seu substituto em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do Consórcio;

XXII – propor ao Conselho de Administração a requisição de servidores públicos para servir ao Consórcio;

XXIII – expedir certidões, declarações, passar recibos, receber citações e intimações, bem como dar adequado tratamento a todos os demais documentos a serem expedidos ou recebidos relativos a matéria administrativas do Consórcio.

Subseção III
Das Câmaras Temáticas

Art. 25. Serão criadas Câmaras Temáticas temporárias ou permanentes com finalidades específicas de interesse dos municípios consorciados, determinadas no ato de criação.

§ 1º As Câmaras Temáticas, preferencialmente, serão compostas por servidores municipais designados pelos respectivos Prefeitos.

§ 2º Os membros das Câmaras Temáticas designados pelos municípios consorciados não receberão remuneração, mas terão direito ao reembolso de despesas que se fizerem necessárias para o cumprimento da missão, desde que não supridas pelo município de origem.

Seção III
Do Conselho Fiscal

Art. 26. O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizatório do Consórcio, responsável por exercer, além do disposto no Estatuto, o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira, manifestando-se na forma de parecer, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.

§ 1º O Conselho Fiscal é composto por três membros e respectivos suplentes, escolhidos pela Assembleia Geral dentre os Chefes dos Poderes Executivos, pelo mesmo período e critérios previstos neste Estatuto para eleição dos membros do Conselho Administrativo.

§ 2º O previsto nesta cláusula não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio.

§ 3º A perda do mandato eletivo é causa de extinção automática do mandato de membro do Conselho Fiscal, hipótese em que assumirá a função o suplente.

§ 4º O Regimento Interno do Consórcio estabelecerá as normas funcionamento do Conselho Fiscal.

Art. 27. Incumbe ao Conselho Fiscal:

I – fiscalizar trimestralmente a contabilidade do Consórcio;

II – acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade e propor ao Conselho de Administração a contratação de auditorias ou, na omissão deste, diretamente à Assembleia Geral;

III – emitir parecer, sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidos à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Executivo;

IV – eleger entre seus pares o Presidente do Conselho Fiscal;

V – julgar, em segunda instância, recursos relativos à:

a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos ou processo seletivo;

b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inhabilitação, desclassificação e adjudicação de seu objeto;

Art. 28. Conselho Fiscal por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros poderá convocar o Conselho de Administração e o Diretor Executivo para prestar informação e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

Art. 29. As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembleia Geral.

CAPITULO IV

DO REGIMENTO JURÍDICO FUNCIONAL E DOS EMPREGADOS DO CONSÓRCIO

Seção I

Do Regime Jurídico Funcional

Art. 30. O CPIMMOC terá como regime jurídico funcional o da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT e submeter-se-á ao Regime Geral de Previdência Social.

Seção II

Do quadro de pessoal, as formas de provimento e a remuneração dos empregados do Consórcio

Art. 31. O quadro de pessoal do CPIMMOC é composto pela diretoria executiva e auxiliares, aprovado em Assembleia Geral especialmente convocada para essa finalidade.

§ 1º O Quadro de pessoal poderá ser alternado por decisão da Assembleia Geral, nos termos previstos neste Estatuto e no Regimento Interno.

§ 2º O número de vagas será limitado à demanda administrativa do Consórcio e, a remuneração, obedecerá a media dos valores praticados no mercado regional para os respectivos cargos, não podendo aquelas profissões regulamentadas em Lei Federal e que tenha salário mínimo estipulado em Lei Federal, ser fixado em valor inferior a esse salário mínimo profissional.

Art. 32. A contratação dos empregados do Consórcio obedecerá a concurso público ou processo seletivo de acordo com o Regimento Interno e ao que determina o art. 6º, § 2º, da Lei 11.107, de 5 de abril de 2005.

§ 1º Aos empregados e aos ocupantes de cargos de confiança aplicam-se vedações previstas na Constituição Federal relativas ao acúmulo de empregos e cargos públicos.

§ 2º Os empregados incumbidos da gestão do Consórcio não respondem pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo Consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições deste Estatuto e do Regimento Interno.

Art. 33. Os empregados públicos do Consórcio podem ser cedidos para os consorciados, mediante autorização do Conselho Administrativo, desde que a finalidade seja para desenvolver atividades de interesse do Consórcio, compor equipe técnica interdisciplinar ou para eventual circunstância devidamente justificada.

Art. 34. A dispensa de empregados públicos dependerá de motivação prévia e dar-se-á nos termos do Estatuto do Consórcio e das normas estabelecidas no Regimento Interno.

Art. 35. O Regimento Interno disporá sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, as atribuições administrativas, hierarquia, avaliação de eficiência, lotação, jornada de trabalho e denominação dos cargos.

Art. 36. A execução das funções previstas para os empregados públicos do Consórcio poderá ocorrer por meio de cessão de servidores ou empregados públicos pelos Municípios consorciados ou os com ele conveniados.

Art. 37. Para os servidores ou empregados públicos cedidos ao Consórcio pelos Municípios consorciados, ou os com eles conveniados,

na forma e condições da legislação de cada um, bem como da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e seu Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007 e deste instrumento, será observado:

I – os servidores ou empregados públicos recebidos em cessão manterão a percepção de remuneração do ente cedente, permanecendo no seu regime jurídico e previdenciário originário;

II – O Conselho de Administração levando em conta o valor da remuneração recebida no município de origem poderá autorizar, para fins de adequação ao vencimento do emprego a ser ocupado no Consórcio, ou em virtude de exercício da atividade de fiscalização, o pagamento de gratificação aos servidores cedidos pelos entes da Federação que o compõem; gratificação para ressarcimento de despesas, limitada a média mensal de gastos com alimentação e estadia ou deslocamento, devidamente comprovadas através de documentos idôneos; gratificação pelo efetivo exercício das funções de fiscalização e licenciamento ambiental.

III – o pagamento de adicionais ou gratificações, não configura vínculo novo do servidor ou empregado público cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária;

IV – o ente da Federação consorciado que assumiu o ônus da cessão do servidor poderá contabilizar os pagamentos de remuneração como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no Contrato de Rateio.

Art. 38. O Regimento Interno estabelecerá os critérios para concessão de vantagens aos empregados públicos, sejam indenizações ou auxílios pecuniários.

Art. 39. Observado o orçamento anual do Consórcio, os vencimentos previstos para o quadro de pessoal serão revistos anualmente, sempre no mês de fevereiro, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Art. 40. Somente poderão ocorrer contratações por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público nas seguintes hipóteses:

I - preenchimento de emprego público, até o seu provimento por meio de concurso público;

II - assistência a estado de emergência, ou situação de calamidade pública;

III - combate a surtos endêmicos;

IV - substituição de pessoal por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, ou nos casos de licença ou afastamento do exercício do cargo;

V - para atender demandas de programas e convênios;

VI - realização de levantamentos cadastrais e socioeconômicos, declarados urgentes e inadiáveis.

§ 1º As contratações temporárias terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogadas até atingir o prazo máximo de dois anos, desde que plenamente justificadas.

§ 2º A contratação do pessoal nas hipóteses previstas neste artigo, prioritariamente dar-se-á mediante processo seletivo público simplificado, cujos critérios de seleção e requisitos da função serão estabelecidos em Edital.

§ 3º Na contratação por tempo determinado a remuneração corresponderá ao vencimento que não exceda o fixado para o nível inicial de carreira em cargo equivalente estabelecido pelo município sede do Consórcio Meio Oeste Contestado.

CAPÍTULO V DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Seção I

Da execução das receitas e das despesas

Art. 41. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 42. Constituem recursos financeiros do Consórcio:

I – as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembleia Geral, expressas em Contrato de Rateio, de acordo com a Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005;

II – as tarifas provenientes dos serviços prestados e os públicos decorrentes do uso de bens do Consórcio;

III – os valores decorrentes da emissão de documentos de cobrança e exercício de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por ele administrados ou, mediante autorização específica, pelo ente consorciado;

IV – os valores destinados a custear as despesas de administração e planejamento;

V – a remuneração de outros serviços prestados pelo Consórcio aos consorciados;

VI – a remuneração advinda de contratos firmados e outros instrumentos congêneres;

VII – os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

VIII – os saldos do exercício;

IX – as doações e legados;

X – o produto de alienação de seus bens livres;

XI – o produto de operações de crédito;

XII – as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

XIII – os créditos e ações;

XIV – o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título;

XV – os recursos voluntários recebidos em razão de convênios, contrato de repasse, ajustes, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres;

XVI – outros rendimentos que lhe caibam por disposição legal ou contratual ou por decisão judicial.

Art. 43. Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I – para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste Estatuto

e no Protocolo de Intenções, devidamente específicos;

II – quando tenham contratado o Consórcio para a prestação de serviços na forma deste;

III – na forma do respectivo Contrato de Rateio.

Art. 44 É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de Contrato de Rateio, inclusive oriundos de transferências, operação de crédito e outras operações, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas.

§ 1º- Entende-se por despesa genérica aquela em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida.

§ 2º- Não se considera como genérica as despesas de administração e planejamento, desde que previamente classificadas por meio de aplicação das normas de contabilidade pública.

§ 3º- Os contratos de rateio poderão incluir dotações que extrapolem o respectivo exercício financeiro, desde que tenham por objeto projetos integrantes de plano plurianual dos entes consorciados.

Seção II

Das normas Contábeis

Art. 45. O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina para apreciar as contas, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos contratos e renúncias de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

Art. 46. Visando a gestão associada dos serviços, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares, devendo anualmente apresentar o demonstrativo que indique:

I – o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

Art. 47. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar 101/2000, o Consórcio fornecerá as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas nas contas dos entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente consorciado na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Parágrafo único. Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no site que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – Internet.

Art. 48. A contabilidade do Consórcio será realizada, sobretudo, de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Seção III

Das Licitações e Contratos

Art. 49. As contratações de bens, obras e serviços realizados pelo Consórcio observarão as normas de licitações públicas estabelecidas

pela Lei Federal nº 8.666.93 e alterações e demais legislação aplicáveis à matéria.

Art. 50. O CPIMMOc poderá realizar licitação consorciadas cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 51. Todas as licitações e contratos terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação em vigor e qualquer cidadão tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio.

CAPÍTULO VI DO PATRIMÔNIO

Art. 52. Constituem patrimônio do Consórcio Meio Oeste Contestado:

I - os bens e direitos a que vier adquirir a qualquer título;

II - os bens e direitos que lhes forem doados por entidades públicas ou particulares, nacionais ou internacionais.

Art. 53. Constituem recursos financeiros do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado:

I - a cota de contribuição mensal dos municípios integrantes, aprovada pelo Conselho de Prefeitos, através de contrato de rateio firmado nos termos previstos neste estatuto;

II - remuneração dos serviços prestados;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidos por entidades públicas ou particulares, nacionais ou internacionais;

IV - as advindas de seu patrimônio;

V - os saldos do exercício;

VI - as doações e legados;

VII - o produto da alienação de seus bens;

VIII - o produto de operações de crédito;

IX - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capital; e

X - recursos repassados pelos municípios para elaboração e execução de projetos específicos.

CAPÍTULO VII

DO CONTRATO DE PROGRAMA E DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS

Art. 54. Serão constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações dos associados para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

§ 1º O contrato de programa deverá:

I - atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos e, especialmente no que se refere ao cálculo de tarifas e de outros preços públicos, à de regulação dos serviços a serem prestados; e

II - prever procedimentos que garantam a transparência da gestão

econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§ 2º No caso de a gestão associada originar a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, o contrato de programa, sob pena de nulidade, deverá conter cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos a sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarifas ou outras emergentes da prestação dos serviços.

§ 3º É nula a cláusula de contrato de programa que atribuir ao contratado o exercício dos poderes de planejamento, regulação e fiscalização do serviço por ele próprio prestado.

§ 4º O contrato de programa continuará vigente mesmo quando extinto o consórcio público ou o convênio de cooperação que autorizou a gestão associada de serviços públicos.

§ 5º Mediante previsão do contrato de consórcio público, ou de convênio de cooperação, o contrato de programa poderá ser celebrado por entidades de direito público ou privado que integrem a administração indireta de qualquer dos entes da Federação consorciados ou conveniados.

§ 6º O contrato celebrado na forma prevista no § 5º deste artigo será automaticamente extinto no caso de o contratado não mais integrar a administração indireta do ente da Federação que autorizou a gestão associada de serviços públicos por meio de consórcio público ou de convênio de cooperação.

§ 7º Excluem-se do previsto no caput deste artigo as obrigações cujo descumprimento não acarrete qualquer ônus, inclusive financeiro, ao município associado ou ao Consórcio.

CAPÍTULO VIII

DA RETIRADA, DA EXCLUSÃO DE ASSOCIADO, DA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA E EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO

Seção I

Da retirada de Associado

Art. 55. A retirada de município associado do consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral.

Parágrafo único. A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

Art. 56. Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão da Assembleia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III - reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pela Assembleia Geral.

Parágrafo único. Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira, e não revertidos ou retrocedidos, ficarão automaticamente incorporados ao patrimônio do Consórcio.

Seção II Da Exclusão de Associado

Art. 57.A exclusão de ente consorciado só é admissível havendo justa causa.

§ 1º Além das que sejam reconhecidas em procedimento específico, é justa causa para fins de exclusão:

I - a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II - a existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

§ 2º A exclusão prevista no inciso I deste artigo somente ocorrerá após prévia suspensão, pelo período de noventa dias, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 3º O Regimento Interno poderá prever outras hipóteses de exclusão, bem como de outras espécies de pena a ser aplicadas a ente consorciado.

§ 4º O ente consorciado que estiver inadimplente com obrigações previdenciárias ou outras que impeçam o recebimento de recursos por parte do Consórcio poderá ser excluído do Consórcio, até a data de sua reabilitação ou o advento de termo previsto nos estatutos.

§ 5º A exclusão de consorciado exige processo administrativo no qual lhe seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 6º Eventuais débitos pendentes de ente consorciado excluído e não pagos no prazo de trinta dias a contar da data de exclusão serão objeto de ação de execução que terá por título extrajudicial o contrato de rateio descumprido.

Seção II Da alteração do Estatuto

Art. 58. O estatuto do CPIMMOC somente poderá ser alterado pelo voto da maioria absoluta dos associados, em reunião extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

Seção III Da Extinção do Consórcio

Art. 59. A extinção CPIMMOC dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os municípios consorciados.

§ 1º A Assembleia Geral deliberará sobre a destinação dos bens, podendo ser doados a qualquer entidade pública de objetivos iguais ou semelhantes ao Consórcio ou, ainda, alienados onerosamente para rateio de seu valor entre os consorciados na proporção também definida em Assembleia Geral.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, a ser tomada em Assembleia Geral, os municípios consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos municípios beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem e os empregos públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o consórcio.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E GERAIS

Art.60. Enquanto não for elaborado o Regimento Interno do CPIMMOC as normas necessárias serão elaboradas pelo Conselho Administrativo ad referendum da Assembleia Geral.

Art.61. A presente alteração estatutária produzirá seus efeitos mediante publicação na imprensa oficial – DOM.

Joaçaba, 10 de março de 2016.

IBERE

EDITAL Nº 001/2016 CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental

CNPJ 05.871.732/0001-70

Chapecó/SC, 22 de Março de 2016.

CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental – Consórcio Iberê, Sr. Pedro Borsoi, no uso de suas atribuições, CONVOCA o Conselho de Associados, para participar da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 30 de março de 2016, com primeira chamada às 13:30 horas e segunda chamada às 14:00 horas, local: sala de reuniões junto ao Consórcio Iberê na Unochapecó Bloco N – para deliberar a seguinte pauta:

1. Prestação de Contas de 2015;
2. Andamento do Projeto Mata Ciliar 2015/2016;
3. Proposta de desassoreamento dos rios;
4. Uso e ocupação de solos em áreas de APP;
5. Seminário de capacitação de gestores públicos;
6. Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
7. Assuntos Gerais.

PEDRO BORSOI

Presidente do Consórcio Iberê

CIASS

EDITAL PROCESSO SELETIVO 1/2016 ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CIASS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAÚDE

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016

ERRATA 01 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

O CIASS – Consórcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde através da Comissão de Processo Seletivo nomeada pela Resolução nº 04, de 10/03/2016 no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA, a ERRATA junto ao Edital de Processo Seletivo Nº 001/2016, para nele fazer constar que:

ONDE SE LÊ:

3 4 5 PROVA ESCRITA

5 5.5.1 5.5.2 5.5.2.2 Para os candidatos inscritos no cargo de Nível Fundamental

a) A Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas para o cargo de interesse do candidato, sendo 10 (dez) questões de português, e 10 (cinco) questões de conhecimentos específicos na respectiva área/cargo de inscrição. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

LEIA-SE:

5 PROVA ESCRITA

5 5.5.1 5.5.2 5.5.2.2 Para os candidatos inscritos no cargo de Nível Fundamental

a) A Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas para o cargo de interesse do candidato, sendo 10 (dez) questões de português, 05 (cinco) questões de matemática e 05 (cinco) questões de conhecimentos específicos na respectiva área/cargo de inscrição. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

ADICIONA-SE AO ANEXO II

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA OS CARGOS DA PROVA ESCRITA

4. MATEMÁTICA

Para os cargos de nível Fundamental

Os números naturais: ordens e classes; Escrita dos números naturais; números pares e ímpares; Comparação de números naturais; Operações com números naturais; Os números inteiros: Expressões numéricas; Múltiplos; divisores; fatoração; números primos; máximo divisor comum; mínimo múltiplo comum; razões e proporções; porcentagem. Frações: comparação de frações; operação com frações; Números decimais: operações com números decimais; relação entre frações e números decimais;. Geometria plana: características das figuras geométricas planas (triângulos, quadriláteros, circunferência) e espaciais (esfera, cone, pirâmide, paralelepípedo e cubo); áreas das figuras planas; Equações do primeiro e do segundo grau; Expressões algébricas: frações algébricas; operações com frações algébricas; Medidas de tempo, massa e capacidade; Noções básicas de Estatística: tabelas; gráficos; média; moda; mediana.

TURVO/SC, em 24 de MARÇO de 2016.

ROBERTO CARLOS PATEL

Presidente da Comissão de Processo Seletivo

Fica homologada a presente ERRATA 01 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

RONALDO CARLESSI

Presidente do CIASS